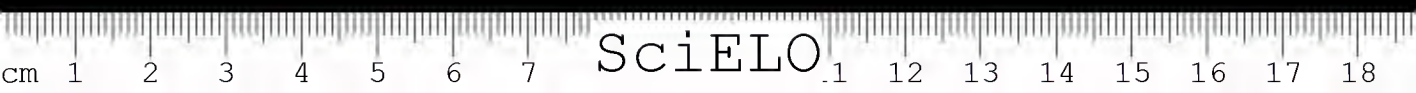


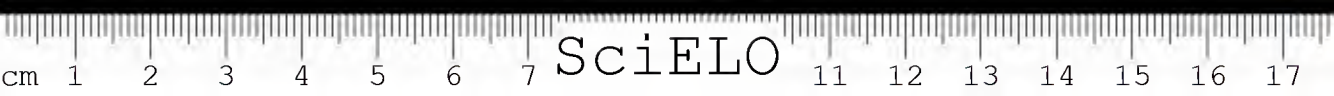


SciELO





SciELO



ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

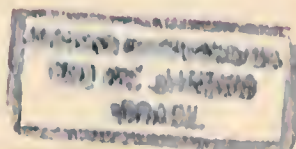
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

JANEIRO - FEVEREIRO 1969



Máquina de colhêr frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA.



INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Libero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESVIO THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADAS “ZAP” LEGITIMAS

Marca Registrada

INTEIRIÇA DE
AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



TIPO:
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
ESPÍRITO SANTO
PARANÁ
S. CATARINA

REFERÊNCIA
N.º 2527

ESTREITA
CÔR PRETA

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 18.º andar, sala 1801 - Fone 23-3597

ÍNDICE

	pág.
16 de janeiro de 1897	3
Ministro é porta-voz dos agricultores	4
Reforma Agrária no Vietnã do Sul	6
Livros e Publicações	8
Reminiscências — Presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura — Luiz Marques Poliano	9
Destacada Atuação do Índia	10
Cultura do Abacaxi	13
Maior Produção em Melhores Práticas de Ordenha — Dr. Fernando L. Oliver	15
As Colheitas Mecânicas — Sam W. Morris	18
Mais uma Região-Problema — Kurt Repsold	20
Leite — Otto Frensel	22
Biblioteca Agrícola	24
Irrigação por Gotejamento	25
Plantas Ceríferas em geral — Cunha Bayna	28
A Foto Internacional	31
Fundipra	32
Climas do Maranhão (Sul) e Goiás (Norte)	35
Considerações Sobre o meio Ecológico Brasileiro — Gui- lherme E. Hermsdorff	38
Solos e Saneamento — F. Glade Loughrs	46
Agricultura na Guanabara	48
Instantâneos de gente da roça — Sen Florêncio — D. Car- minha	49
Curso de Cinematografia Educativa — Prof. Sylvio do Valle Amaral	50
Notícias e Informações	51
Legislação Agrícola	58

NOSSA CAPA:

Máquina de colher frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA. Ajudada por quatro homens, ela pode colher, num terreno plano, a mesma quantidade que dez pessoas podem fazê-lo manualmente.

(Vide artigo na pág. n.º 18)

A LAVOURA

A duals antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura

ANO LXXXII

Janeiro—Fevereiro — 1969

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo

LUIZ SIMOES LOPES

Diretor Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo

KURT REPSOLD

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 601 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 42-2081 e 42-7050

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.519 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente *Pernétuo* — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLAVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JUNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

ALBERTO TORRES FILHO

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

ENNIO LUIZ LEITAO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO

OSMAR LOPES REZENDE

JOAO BATISTA LUSARDO

JULIO CESAR COVELLO

MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARAO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEAO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFACIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITAO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Armênio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Farla e Silva
- Francisco de Assis Iglésias
-
- Honório Monteiro Filho
-
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Frôes Abreu
-
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

16 DE JANEIRO DE 1897

Na data acima, há portanto 72 anos, fundava-se no Rio de Janeiro a Sociedade Nacional de Agricultura.

Tem sido uma vida longa, difícil e trabalhosa mas, por outro lado compensadora, pela grande messe de resultados proveitosos à vida agropecuária do Brasil.

Muito tem sido feito, mas ainda é grande a tarefa da instituição, inspirada e realizada pelo espírito esclarecido, eivado do mais legítimo patriotismo, de Antonio Ennes de Souza.

O notável engenheiro e os idealistas que o acompanharam na empresa, legaram ao País obra duradoura e digna da admiração e aprêço de todos os brasileiros.

"Alguma coisa que dure mais de 10 anos no Brasil não é muito comum, devendo ser preservada. Se houver empenho — e este é o nosso caso na Sociedade — esta obra deve continuar" — afirmava um seu antigo presidente tôda vez (e não foram poucas) que crises financeiras assoberbavam a instituição.

O seu otimismo tinha fundamento legítimo, porque depois desta sentença, — e já lá se vão mais de 30 anos, — a SNA perdura, vigorosa e entusiasta.

Tem vencido inúmeros percalços, porque o empenho, a que se referia o Presidente otimista, tem sido sempre presente no pensamento e na ação dos seus assessôres. Aí está a razão pela qual vem resistindo e firmando-se cada vez mais, na perseguição do seu grande objetivo: o bem da agricultura brasileira.

Ministro é porta-voz dos agricultores

Ao dar conhecimento ao povo dos Estados Unidos, pela televisão, dia 11 de dezembro, dos nomes componentes do seu Secretariado, e os motivos que o levaram à escolha feita, o Presidente eleito dos nossos vizinhos do Norte, Sr. Richard Nixon, usou das seguintes expressões, ao referir-se ao Dr. Clifford Hardin, seu Secretário da Agricultura:

"Ao escolher o Secretário da Agricultura — revelou — lembrei-me de uma promessa feita durante a minha campanha, qual a de que o Secretário da Agricultura seria um homem que, ao invés de encarar sua responsabilidade como a de *falar pelo Presidente aos Agricultores*, venha a reconhecer que sua responsabilidade é a de *falar pelos agricultores ao Presidente dos Estados Unidos*".

Ora, aí está uma garantia àquele que nos Estados Unidos cultiva e cria, pois o seu Ministro, segundo a vontade do Presidente, não será apenas um titular de Secretaria no sentido clássico, mas um agente dos anseios e das necessidades dos agricultores e criadores, uma afirmação de que não ficarão êles sujeitos aos azares da sorte ou das manobras de quantos queiram interferir negativamente na atividade de que em grande parte depende a vida da nação.

Note-se que a parcela da população que atua na agropecuária nos Estados Unidos é de menos de 10% e, tendo tal pronunciamento ocorrido após a eleição, teremos de concluir que Nixon não está agindo eleitoralmente e a sua fala está, obviamente, isenta de demagogia.

Num país que, dentro do certíssimo conceito de Henry Ford, vem desenvolvendo a sua economia firmado paritariamente na agricultura e na indústria, deduz-se que o equilíbrio entre a vida dos campos e a das cidades, vale dizer da agricultura e das demais classes econômicas, é condição precípua para que esta mantenha o seu lugar como fator decisivo do progresso na pátria de Lincoln.

É que os americanos têm a noção exata do papel da agricultura, que além de alimentar mais de 200 milhões dentro do país ainda assume, espontaneamente, a responsabilidade de atender à alimentação de grandes áreas subnutridas no mundo inteiro.

Assim, o novo Chefe do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos vai tomar conta do seu cargo certo de que terá de defender os agricultores e

criadores contra todos os fatores capazes de estiolarem a sua nobre atividade.

Por isso, não lhe passará jamais pela cabeça que se criem impostos asfixiantes sobre o produto da terra; que se tabelem gêneros de primeira necessidade, como o leite e a carne, sem que o Executivo venha em seu socorro, subvencionando-os, se preciso, a fim de que a produção não decresça, antes aumente; não permitirá jamais o novo secretário que se estabeleçam barreiras fiscais no trânsito dos produtos entre unidades estaduais (será que isto existe nos E.U.?), como acontece em alguns países, concorrendo para o desânimo do produtor; também não perderá nenhuma oportunidade para fazer sentir ao Presidente que os técnicos, a começar pelos agrônomos e veterinários, na sua indispensável atividade, precisam receber a paga justa do seu trabalho; encaminhará, sem dúvida, o novo Secretário, ao chefe do executivo americano todas as sugestões que tendam à maior simplificação — já bem grande nos Estados Unidos — da comercialização da produção, com o banimento de intermediários e de dificuldades fiscais e burocráticas; insistirá junto ao seu chefe imediato para que o Governo adote medidas práticas e oportunas visando à melhoria da produção, ampliando o crédito agrícola — já tão desenvolvido nos Estados Unidos, a ponto de exportar seus salutareos exemplos, e inclusive aperfeiçoando o instituto do seguro agrário.

Ainda mais, o Secretário de Agricultura de Nixon não permitirá — e nesse sentido estará no seu papel de porta-voz autorizado do homem do campo — que o agricultor receba do distribuidor ou do comerciante o baixo preço por estes oferecido pelo seu produto, e que seja obrigado a pagar preços elevados pelos materiais de que não pode prescindir para o desenvolvimento normal do seu trabalho.

Desta forma agirá o Secretário Hardin, porque assim o quer o chefe do governo dos Estados Unidos — onde a agricultura é atividade vitoriosa, em que a produção agropecuária é considerada e honrada como decisiva para o progresso e a segurança nacional, e que, por isso, é estimulada, protegida e defendida contra todos os fatores adversos.

Ora, o que quer o Presidente Nixon para os agricultores dos Estados Unidos é exatamente, e apenas, o que todos os agricultores de todos os países querem de todos os seus Ministros da Agricultura.

Bem haja a agricultura americana.

REFORMA AGRÁRIA NO VIETNAME DO SUL

Um programa global de reforma agrária entrou em vigor no Vietname do Sul, no ano de 1968. Durante o último trimestre do ano mais agricultores receberam o título de propriedade das terras que vinham cultivando nos 21 meses anteriores. Estão sendo distribuídos títulos de propriedade — principalmente de terras de cultivo de arroz — expropriadas por lei ou adquiridas pelo governo francês.

O aceleração do programa pode ser atribuído a um acordo de projeto firmado entre os Estados Unidos e a República do Vietname, do dia 8 de julho, em virtude do qual foram concedidos 33 milhões de plastras para fotografia topográfica aérea, visando à determinação dos lotes de terra.

Mediante a descentralização do processo de distribuição e a simplificação dos procedimentos administrativos, o governo vietnamita espera ultimar, até 1970, os planos para outorga dos títulos de propriedade de terras a agricultores num total de 163.000 hectares que atualmente constituem propriedade governamental.

A primeira distribuição, de acordo com o programa, foi realizada no dia sete de setembro último, quando o Presidente Nguyen Van Thieu

entregou títulos de propriedade de aproximadamente 800 hectares de terras a 394 agricultores em Vi Duc, na província de Chuong Thien. Desde então o total elevou-se para aproximadamente . . . 25.000 hectares distribuídos durante 1968.

Os novos proprietários pagarão a terra segundo um plano de 12 anos, em prestações mensais, durante os quais não serão cobrados juros ou impostos.

No ano de 1968 o governo sul-vietnamita dedicou sua atenção a outros dois elementos de um programa de reforma agrária a longo prazo. Um deles consiste em uma nova política no que diz respeito à propriedade da terra, considerando-se um argumento que levava alguns camponeses a apolarem os vietcongs. Estes, quando se apoderavam de uma determinada região, entregavam as terras àqueles, que as cultivavam ou a famílias que não eram possuidoras de terras. Recuperadas essas terras pelo governo sul-vietnamita, procedia-se a sua devolução aos legítimos proprietários. Assim, os cultivadores viam-se obrigados a abandoná-las quando os proprietários não concordavam com o seu arrendamento. Essa política foi modificada por um decreto da Direção Geral de Ter-

ras, ratificado pelo Gabinete, através do qual são congeladas por um determinado período a ocupação e o arrendamento de terras, eliminando-se, assim, uma causa potencial do apoio prestado pelos camponeses ao Vietcong.

Outra mudança consiste em uma nova proposição para um programa de compras voluntárias, que venha a permitir, finalmente, a transferência da propriedade de um milhão de hectares para aqueles que cultivam as terras. De acordo com este programa, são oferecidos incentivos aos proprietários de terras para que as vendam voluntariamente aos camponeses que nelas labutam. O pagamento inicial corresponderia a uma entrada de 20 a 30 por cento e o restante garantido pela safra de arroz, que protegeria o vendedor dos riscos da inflação.

Presume-se que os camponeses estejam ansiosos por adquirir a propriedade da terra, e os proprietários mostram-se dispostos a vendê-la se para isso obtiverem justa compensação.

Foi recentemente designada pelo governo uma comissão especial para considerar qual o tipo de legislação e financiamento considera dos necessários para pôr em prática o citado plano.

PÔRTO DE SANTOS BATE NÔVO RECORDE



Carregador mecânico de milho com capacidade de 150 t/h. Iguais a este existem mais 5 no pôrto de Santos, dois em cada posição de atracação dos navios recebedores.

Nôvo recorde na exportação de milho pelo pôrto de Santos, verificou-se em 1968, ano em que a exportação atingiu 621.198 t, contra 480.201 t em 1963, recorde anterior.

É interessante registrar-se que, apesar do congestionamento havido no segundo semestre de 1968, a exportação de milho foi feita com mui-

ta rapidez e eficiência, tanto assim que todos os navios recebedores pagaram prêmios ('dispatch money') aos exportadores.

Esse fato atesta a eficiência dos serviços do pôrto e a cooperação de todos os empregados da Companhia Docas de Santos e das entidades responsáveis pela exportação de milho.

A LAVOURA

Livros e Publicações

Anais da I Reunião Anual da SBE.

Publicação da Sociedade Brasileira de Entomologia, sobre a "Reunião" acima, realizada em Piracicaba de 2 a 5 de setembro de 1968. 90 p., in 8.º, Piracicaba, 1968.

SALÁRIO-FAMÍLIA

(Benefício a funcionário em razão de seu dependente) Corsindo Monteiro da Silva, Serviço de Documentação do DASP, 178 p., in 8.º, Imprensa Nacional, Rio, 1968.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, Indicador de Pareceres da Comissão de, vol. VI, Seção de Publicações, 92 p., in 8.º, Rio, 1968.

AS PLANTAS CURAM

A. Balbach, A Editora M.V.P. acaba de lançar a 23.ª edição desta obra. Outros

livros "As Frutas Curam" e as "Hortaliças Curam" estes prometidos no Prefácio. É trabalho que difunde conselhos sobre o uso das plantas no tratamento da saúde humana, e com tal objetivo orienta o leitor na medicina vegetariana.

PLANO DE REFORMA AGRÁRIA da Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará, Anteprojeto do Apresentado pelo Dr. Cesar Reis de Cantanhede Almeida, então Presidente do Ibra, é, como se vê da apresentação do trabalho "de cunho Impessoal", um "repositório de planos e idéias", distribuído a "um limitado círculo de interessados cujas atividades se relacionem com a implantação da Reforma Agrária nas Áreas Prioritárias".

294 p., mult., in-fol, Rio, 1968.

CURSO RÁPIDO DE COOPERATIVISMO RURAL CURSO RÁPIDO DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA

Pedro Goulart da Silveira Filho, Apostilhas mimeografadas das aulas proferidas em 1968, na EIIWB, pelo Professor referido. São 10 aulas em cada volume, contendo inclusive modelos e gráficos, de grande utilidade não só para os que fizeram os ditos cursos, como para quantos se interessem por aquelas atividades.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA E TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL — Laura Muniz Barreto

II.º volume — Repositório da legislação brasileira sobre o assunto, que o autor "disciplina que atravessa e todo mundo fase de natural evolução".

Leis, portarias, Resoluções e modelos, bem como a jurisprudência se contém neste volume de 406 p., in 8.º, da Editora Max Limonad, São Paulo, 1968.

MINEROGADO

Complemento alimentar mineral indispensável ao gado que se nutre com pastagens fracas ou esgotadas

Alta concentração de sais salúveis das micronutrientes conhecidas (elementos químicos indispensáveis à vida e que agem em quantidades infinitesimais) associadas aos sais das elementos plásticas (potássia, cálcia, magnésia, fósforo, cloro, sódio, enxofre (sob forma de sulfato), nitrogênio, oxigênio, hidrogênio e carbono).

LABORATÓRIO PECKOLT

R. GENERAL ROCA, 218-F - TEL.: 48-4329 - RIO DE JANEIRO - BRASIL

Presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura

Durante as 72 anos de existência da Sociedade Nacional de Agricultura, passaram pela sua presidência 14 titulares, inclusive interinas e provisórias.

Ennes de Souza, Maura Brasil, Barão de Capanema, Antonina Fialha, Wenceslao Bella, Sílvia Rangel, Laura Müller, Miguel Calman, Lyra Castro, Augusto Ramas Pacheco Leão, Ildefanso Simões Lapes, Arthur Târres Filho, Luiz Simões Lapes (atual).

O Presidente que mais tempo permaneceu na carga foi Ildefanso Simões Lapes — 1926 a 1943 — embora licenciada, de 1930 até aquêla ana, quando faleceu. Durante a sua licença, assumiu a presidência a Dr. Arthur Târres Filho, falecida em 1960, senda pais êste a presidente que durante maior espaço de tempo de fato dirigiu os destinos da SNA, primeira, como Vice-presidente em exercícia (13 anos) e depois como efetiva (17 onas), num total de 30 anos.

Durante a passagem de Târres Filho, pela mais alta carga eletiva da Sociedade, numerosas e impartantes serviços lhe ficaram a dever a Casa e a País, como a remodelação da Hôrta Fruticala da Penha, e a sua conseqüente transformação na atual Escala de Horticultura "Wenceslao Bella"; a criação da Serviço Social Rural; a implantação na Brasil da movimenta associativa,

resultante da Decreta-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, e que culminou com a fundação da Confederação Rural Brasileira, hoje Confederação Nacional da Agricultura; a construção da "Casa da Agricultura" — para sòmente citar as principais.

À data da seu falecimento, Târres Filho havia presidido a Sociedade durante a metade das seus 63 anos de existência.

Em compensação, a brasileiro que menos tempo ocupou a presidência foi a Borão de Capanema — Guilherme Schüch de Capanema, que estêve à frente da instituição apenas de 19 de março a 25 de abril, ou seja 37 dias. Foi a Presidente da Junta Governativa da sociedade, que funcionou na interregna das presidências Maura Brasil e Antonina Fialha.

O organizador, criador e instalador da Telégrafo na Brasil era um homem que, o par de suas múltiplas cogitações e trabalhos na terreno técnica e científica, dedicava boa parte da seu tempo às coisas da Agricultura, tendo colaborado ativamente nesta revista e tratada de numerosas assuntos pertinentes aos assuntos rurais destacando-se a "Memória sôbre a Cana de Açúcar" apresentada na Sessão da Imperial Instituto de Agricultura, em 30 de Janeiro de 1867.

Faleceu a 28 de junho de 1908.

DESTACADA ATUAÇÃO DO INDA

O MARANHÃO DESTACA A ATUAÇÃO DO INDA NO ESTADO

O processo de desenvolvimento agrário no Estado do Maranhão, encontra no Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) o seu mais objetivo esteio na efetivação de planos e programas específicos e equacionados nas necessidades do Estado, no campo da agricultura.

O presidente do INDA, dr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mota, com o assessoramento dos departamentos técnicos, como da atuação das Delegacias Regionais, tem conseguido obter com a sua permanente presença nos Estados e alguns dos seus municípios, o sentido real da infraestrutura regional. E com esses elementos colhidos nas fontes, vem liberando os convênios e verbas que atendem objetivos que são prioritários da ajuda do governo federal.

Nada mais natural a euforia expressada pelos jornais do norte e nordeste brasileiro, sobretudo, divulgando as verdades históricas que estão reerguendo o desenvolvimento nos Estados e Municípios, atendendo aspirações de colonos e agricultores devotados ao trabalho da criação e plantações e até da industrialização de produtos nativos sempre relegados ao esquecimento e entravando o anseio produtivo do trabalhador e agricultor brasileiro; agora, tornando-se realidades empolgantes que transformaram as fisionomias regionais em quadros agitados na alegria produtiva.

O exemplo do Maranhão é sintomático. Mostram os jor-

nais que o INDA ajuda a soerguer o Estado. E da análise que fazem, esclarecem todos os sentidos nos quais o INDA se apresenta como propulsor do aforamento de riquezas e aprimoramento sócio-econômico.

Vale a pena, demonstrando o trabalho do órgão desenvolvimentista agrário, no interesse nacional, sob a presidência do dr. Dix-Huit Rosado, recolher uma síntese da análise dos jornais do Maranhão, para que o povo brasileiro também conheça a transformação que se realiza, com grandeza, nos Estados da União.

CONVÊNIOS COM O MARANHÃO

— Com o Governo do Estado, o INDA coopera em planos de elevado sentido sócio-econômico. Assim, nos planos de eletrificação rural em que atua a CEMAR, plantou uma usina hidrelétrica, em Barra do Corda, a qual será concluída brevemente; ativa os movimentos cooperativistas atendendo com recursos elaborados com a Divisão de Assistência ao Cooperativismo; e com a Secretaria de Agricultura, entre outros planos e convênios, destaca-se a revenda de material agropecuário para os lavradores do Estado.

— Com a Escola Técnica Federal do Maranhão, está ajudando na construção da Usina Piloto, para o aproveitamento do coco babaçu, que é riqueza abundante no Estado. O prédio já está construído, onde se instalará a Usina, como adquirida a maior parte do material e aparelhos essenciais para a mesma.

— Com a COHEBE, destacando-se as obras mais im-

portantes no Estado, apontam as duas agrovilas, no Núcleo Colonial de Barra do Corda, cujo plano visa melhorar as condições de moradia dos rurícolas e de meios de acesso dos campos de trabalho para rendimentos mais compensadores das culturas. Já contando com 90 prédios novos, modernos, bem construídos, sendo 87 casas para colonos, 2 residências para professores e 1 grupo escolar, que se distribuem entre as duas agrovilas: a de Boa Sorte e a de Lagoa dos Currais. E neste plano, o INDA com a COHEBE selecionam colonos da região, atraem migrantes nordestinos que são selecionados para ocuparem as agrovilas.

— Com a Prefeitura de Presidente Dutra, o INDA coopera, em convênios na construção do Ginásio Agrícola do município, onde a agricultura é a principal atividade da região e que se resente dos fatores educacionais, motivando o êxodo rural, mas com o Ginásio, o problema será solucionado.

— Com a Prefeitura de Codó também se constrói outro Ginásio Agrícola, pois as condições sócio-econômicas da região justificam a iniciativa.

— Com a Fundação BESP e a Prefeitura de Barra do Corda, atende ao saneamento das águas. E com a Prefeitura do município, constrói escolas, oficinas, estradas, proporcionando aos rurícolas uma assistência ampla e variada.

A versatilidade dos trabalhos da autarquia do Ministério da Agricultura, atende assim, aos planos do governo federal, como ao próprio espírito e verso da Carta de Brasília, como expressam os observadores e economistas maranhenses.

A LAVOURA

DINAMIZAÇÃO RURAL TEM INDA COMO GERADOR DE ESTÍMULOS PRÁTICOS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, sob a presidência do sr. Dix-Huit Rosado Maia, vem cumprindo seu programa de órgão estimulador do desenvolvimento agrário nacional, cobrindo tôdas as áreas da agricultura, de norte ao sul do país, nos seus múltiplos e complexos aspectos, além de conjugar esforços na complementação do processo de integração das atividades federais, atendendo, assim, ao equacionamento e solução dos problemas de conjuntura pelos quais o Governo se empenha.

Sendo a dinamização da agricultura, pelo desenvolvimento, uma das grandes metas prioritárias, o trabalho desenvolvido pelo INDA se amplia no atendimento de tôdas as aspirações da família rural, em suas áreas de atividades, como se envolve nos esquemas que ditam aos escoamentos de produções atendendo, assim, a recursos de melhoria de estradas rodoviárias, postos fluviais, silos e armazenamentos; como está presente na orientação de alívio social que ditam as normas associativas, cooperativas e colonizadoras. E dentro desta programação, intensiva, como estabelece, as normas criativas de aves ao gado, as possibilidades e práticas industriais, de pequenos aos grandes portes. Levando mais a alvorada do melhor conceito de civilização e de melhor índice cultural e de nível de vida, aos redutos do interior brasileiro marginalizado da grandeza do progresso, que é estabelecido pela eletrificação rural que se aproveita as próprias regiões de condensação populacional.

Muitos outros aspectos podem ser observados na atua-

Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente da Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

ção do INDA por tôdas as regiões brasileiras, sobretudo nos elevados trabalhos da extensão rural, nas escolas de várias aplicações de ensino, inclusive técnico e universitário, instaladas e ampladas em vários Estados e Municípios, além de cursos de preparo de liderança e de conhecimentos das virtudes sindicalistas de sãos princípios, como da difusão das práticas religiosas no sentido da justaposição dos conhecimentos na fraternidade comunitária, no respeito aos direitos e às famílias, como nas atividades produtivas. Encorajando, ainda a juventude, na participação dos trabalhos dos clubes agrícolas e nos planos de interiorização e conhecimentos exatos das comunidades de campanhas como as do Plano Rondon.

As roupagens que hoje apresentam várias localidades brasileiras, em todos os Estados e Territórios, transformados em meios de trabalho e produção, vivendo a alegria de serem úteis e melhor atendidas por seus próprios esforços, traduzem em fatos um Brasil que se renova e se apresenta para um futuro de grandeza, sobretudo porque a dinamização rural não é um projeto para estudos, mas programas que se atualizam e se desdobram em realizações visíveis.

O trabalho do INDA é a presença do sentido assistencial atuante, presente pelos recursos que se aplicam com objetividade, recursos das taxas que se transformam numa cooperação para grandeza de todos, pois o progresso da Nação se soma com a parcela de produção agrária que



é o baluarte, viga-mestra de tôdas as parcelas; e esse progresso é a própria grandeza de cada agricultor, de cada família, como da própria população que forma o todo da nacionalidade brasileira.

O sentido da administração do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA —, com seu convênios, liberações de recursos, análises de projetos e planos e desenvolvimento de programas regionais, está atuante e desprendido, voltado ao espírito de renovação dos costumes e das realizações de alta significação, na afirmação de emancipação sócio-econômico e financeira e da própria independência nacional, para reafirmar a voz do Brasil como Nação líder entre as que o são no nosso Continente e no Mundo.

**TITULAÇÃO DE GLEBAS
PARA COLONOS NOS
NÚCLEOS DO INDA
JÁ SOMA 4.317
TITULAÇÕES**

A posse da terra, em pequenas glebas, pelos colonos, é uma aspiração de famílias agrícolas que procuram a fixação na terra e a garantia do seu trabalho produtivo agropecuário, como do amparo da própria família. E

não é outra a preocupação do Governo Federal e o trabalho que vem desempenhando o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, normalizando a situação jurídica de áreas ocupadas pelos Núcleos Coloniais sob a sua administração e titulando as pequenas glebas para os colonos das mesmas, buscando no amparo efetivo dos colonos nos lotes que ocupam o melhor rendimento produtivo que é de interesse nacional.

O trabalho que é dos mais complexos, pois exige por parte do órgão desenvolvimentista um levantamento sério e pesquisado da verdadeira capacitação do colono e sua família, como da situação do solo e das áreas próprias, como esquematização comunitária, complementada com a legalização jurídica dos lotes para a entrega a cada um dos beneficiados sem qualquer preocupação futura, vem contando com o empenho do presidente do INDA, dr. Dix-Huit Rosado Maia e os departamentos competentes, esforços e dedicação ao bom desempenho da tarefa que já soma o total de 4.317 titulações a colonos dos Núcleos do INDA.

O gabinete da Presidência do INDA, pode oferecer um levantamento desse trabalho, cuja síntese demonstra que, em 1967, foram titulados para o Estado de Mato Grosso, 199 títulos a colonos do Núcleo de Dourados; e em 1968, os processos concluídos ofereceram 1.637 para Mato Grosso (Dourados), 260 para Goiás (Ceres), 19 para a Bahia (Jaguaquara), somando 1.916 titulações; e mais, em 1968, para entrega de títulos em 1969 corrente: 1.383 em Mato Grosso (Dourados), 103 para Santa Catarina (Papuan), 110 para a Bahia (Queimadas e Gremoabo), 10 para o Paraná (Marquês de Abrantes), 58 para o Pará (Guaná) e 38 para o Ceará (Plo XII), somando o total de 2.202 títulos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ES.

Com base em convênio firmado anteriormente com a

ESCELSA — Empresa Espírito Santo Central Elétricas S/A — o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou celebração de Termo Aditivo àquele convênio visando a transferir ao governo espírito-santense as responsabilidades que lhe cabem decorrentes do financiamento para obras de eletrificação rural no programa que vem sendo executado de comum acordo pelos vários órgãos.

SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA

De acordo com seu programa de apoio às entidades que operam pelo desenvolvimento agropecuário o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aprovou a contribuição de recursos no valor de 40 mil cruzeiros à Sociedade Paulista de Agronomia a fim de que aquela entidade possa adquirir área imobiliária necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

INDA: CASAS PARA SERVIDORES NO DF

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — visando ao conforto de seus funcionários que serão transferidos para o Distrito Federal assinou convênio na capital da República, objetivando a construção de cem casas residenciais para atender a seus servidores que virão da Guanabara para Brasília. As residências estarão situadas no setor de indústria e comércio locais, sendo seu custo orçado em 900 mil cruzeiros novos, com término previsto até o fim do presente ano.

INDA DESENVOLVE FORMAÇÃO DE LÍDERES RURAIS

Um plano-piloto visando à formação de líderes rurais será desenvolvido pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — através de um sistema de clubes agrícolas e para o qual a autarquia aplicará cerca de 20 mil cruzeiros novos, sendo beneficiado com a medida grande número de jovens que operam nas áreas

rurais. Entre a aplicação desses recursos para a formação de jovens líderes destaca-se a criação de bolsas de estudo que serão estimuladas com a oferta de troféus, insignias, medalhas, além de outros prêmios àqueles que participarem do empreendimento da autarquia de desenvolvimento agrário, visando-se, sobretudo, à formação de nova mentalidade entre os jovens do campo e à compreensão de alto significado da produção agrícola, no desenvolvimento do País.

O trabalho será executado visando o deficiente crescimento da produção rural em relação ao crescimento populacional, considerando-se o fato que enquanto um atinge a 2 por cento, o outro cresce na base de 3 por cento, resultando a disparidade negativa.

RECURSOS PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL: RN

Dentro do programa de estudos e projetos de eletrificação para as áreas do Nordeste o INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — aprovou suplementação de recursos no valor de cinco mil cruzeiros novos a serem incorporados ao previsto no convênio celebrado entre a autarquia e a CERNE — Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste. Tais recursos serão aplicados na realização de estudos e projetos de eletrificação rural no Rio Grande do Norte, objetivando levantamento topográfico e projeto definitivo a fim de estender a energia de Paulo Afonso à Estação Experimental de Seridó.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO VALE DO MOGI: SP.

Destinado à conclusão de obras de eletrificação rural no Estado de São Paulo o INDA aprovou celebração de convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica daquele estado para concessão de recursos na importância de 160 mil cruzeiros novos, os quais serão empregados em obras de eletrificação rural da Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Mogi.

A LAVOURA

CULTURA DO ABACAXI

(*Ananás sativus* Scholt.)



Plantação de abacaxi

O abacaxi, planta da família das bromeliáceas, é originário do Brasil, região de Mato Grosso, sul de Minas Gerais e São Paulo, constituindo, sem dúvida, uma das principais frutas brasileiras.

O abacaxizeiro apresenta sistema radicular fasciculado, com tido curto e grosso, onde são inseridas as folhas em forma de calha, formando seu conjunto na parte aérea uma espiral, no ápice da qual sai uma inflorescência que dará origem a um fruto composto. O fruto é o resultado da união de números recém folhas modificadas, mais frutos simples, denominados frutíolos. No ápice do fruto aparecem folhas modificadas, mais curtas e estreitas de cujas axilas surgem as mudas vulgarmente conhecidas como filhotes.

No talo da planta, logo acima do solo, sai um outro tipo de mudas, chamadas de rebentões e que frutificam nos anos seguintes ao da primeira safra.

Variedades — Dentre as variedades conhecidas e cultivadas destacamos, pela sua aceitação no mercado, as seguintes:

- Amarelo comum ou Boituva;
- Pérola ou Branco de Pernambuco;
- Smooth Cayenne

A variedade boituva produz frutos de casca verde-escura, 1,5 kg, perfumados, casca amarelo-louro, polpa amarela, ricos em açúcares e ácidos. A planta apresenta folhas providas de espinhos agressivos.

A variedade Pérola produz frutos de casca verde-escura, bastante perfumados, polpa amarelo-pálido, quase branca, sabor muito doce, sem acidez. Maturação mais precoce que a boituva. Folhas com espinhos menos agressivos que a variedade anterior.

Variedade Smooth Cayenne — produz frutos de polpa amarela, com pouco perfume, ricos em açúcares e ácidos, seus frutos são grandes, peso entre 2 e 3 kg. A planta tem folhas praticamente sem espinhos que só aparecem nas proximidades das pontas.

Solo — O abacaxi pode ser plantado em qualquer tipo de solo, exigindo apenas que seja permeável, não sujeito a encharcamentos, tolerando mesmo solos de acidez elevada.

Mudas — O abacaxi é multiplicado vegetativamente, através de mudas, principalmente das mudas chamadas filhotes, que normalmente são colhidas juntamente com os frutos, ocorrendo que não apresentem o desenvolvimento desejado para seu plantio no local definitivo,

isto é, que possuam tamanho de 20 a 25 cm., daí lançarmos mão de recursos como ceva e enviveiramento.

Ceva — consiste em deixar que as mudas cresçam nas plantas após a colheita dos frutos, até apresentarem o desenvolvimento para o plantio no campo.

Cura das mudas — É uma operação indispensável e que consiste em deixá-las expostas ao sol, durante duas a três semanas depois de colhidas. Com essa medida será eliminado o excesso de umidade, bem como evidenciará as mudas que estiverem com ataque adiantado de brocas ou outras lesões, refugando-se todas aquelas que apresentarem exudação gomosa.

Seleção — Além do descarte das mudas que apresentarem lesões, ou perdido o cartucho formado pelas folhas internas, há necessidade de uma seleção por tamanho, a fim de que no plantio sejam formados lotes uniformes, o que muito contribuirá para uma uniformização da frutificação.

Os rebentões constituem ótimas mudas, devendo no entanto, ser verificado se estão isentos de pseudococcus.

Enviveiramento — Recurso do qual lançamos mão para

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

3

Maior Produção com Melhores Práticas de Ordenha

Como aumentar a produção com melhor trato das vacas leiteiras antes da ordenha.

A vaca leiteira é um animal especial e sensível. É como uma máquina, que trabalha continuamente, a fabricar leite. Tão depressa termina a ordenha começa a produzir leite para a seguinte. Quer dizer: o animal não descansa. Ainda mais, não dorme. Após acabar de comer sua ração de pasto, erva picada ou alimento, retrai-se para um local tranqüilo e começa a digerir o que ingeriu.

A digestão da vaca é diferente daquela do indivíduo

humano. Ela tem um estômago dividido em quatro partes; nós possuímos um. A proporção que come, passa o alimento para um deles, chamado rume. Dall vai à boca, onde o remastiga e o dispõe para a digestão nos outros três compartimentos do estômago. Para o fazer tem que pensar e isso exige esteja desperta. Por isso esse animal jamais dorme.

Quanto mais tranqüila esteja a vaca melhor lhe será a digestão e o aproveitamento do que comeu; se o alimento for abundante, de alta qualidade, a produção será maior.

Siga estas práticas de manejo antes das ordenhas

1. Forneça às vacas suficiente ração de alta qualidade, como pasto, erva de corte e alimento concentrado.

2. Não as incomode, nem permita que se o faça quando em ruminação.

3. Dê-lhes água fresca para que possam tomar o quan-

to queiram, tôdas as vezes que desejam e sem muito caminhar.

Recorde-se: o leite é 87 por cento de água. Caso o animal não possua água suficiente para sustentar-se e produzi-lo, a produção diminuirá.

4. Se as vacas estão no pasto, arranje-lhes sombra para as horas de calor. Expostas a altas temperaturas durante o dia produzem menos leite.

5. Obtenha-lhes proteção contra a chuva, vento e frio.

6. Evite que os cães e rapazes as molestem.

7. Nunca lhes bata ou assuste.

Práticas de manejo pouco usadas da ordenha e durante essa

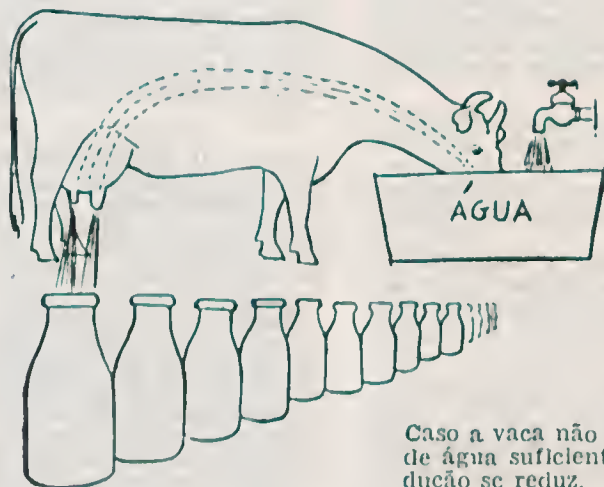
Antes de entrarmos nisso vamos explicar como a vaca "buxa" o leite, a fim de poder-se melhor entender o porquê das práticas que vamos levar a efeito.

aproveitar mudas pequenas, deixando-as no viveiro até que alcancem o tamanho ideal para plantio no campo. No viveiro a terra deve ser arenosa a fim de facilitar o enraizamento e posteriormente o arrancamento. O espaçamento entre mudas será de 15 a 20 cm., e entre as linhas de 40 cm.

Época de plantio — Plantar o mais cedo possível, dentro de período das chuvas, de acordo com a disponibilidade de mudas, que se obtém por ocasião da colheita.

Sistema de plantio — O plantio pode ser feito em linhas simples ou em linhas duplas, observando a recomendação de que em terrenos de declive, essas linhas devem ser de nível.

O plantio em linhas duplas proporciona um melhor escoramento das plantas entre si, principalmente quando plantadas em triângulo, dificultando no entanto, a capina no meio das plantas, daí a recomendação do uso de cobertura morta no plantio em linhas duplas.



Caso a vaca não disponha de água suficiente, a produção se reduz.

Há uma série de práticas de manejo com as vacas leiteiras, entre cada ordenha, momentos antes da ordenha e durante ela, que determinam o aumento da produção leiteira.

O propósito d'êste artigo é difundir tais práticas.

Dr. Fernando L. Oliver
Zootécnico, Serviço de Extensão Agrícola
Universidade de Porto Rico

Como é o úbere por dentro

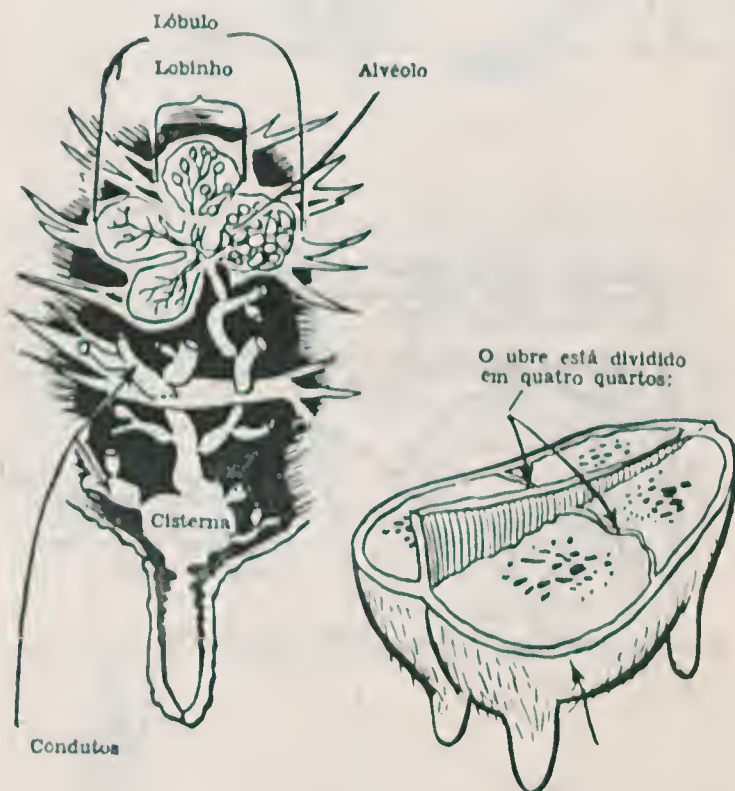
O úbere está dividido em quatro compartimentos separados entre si. Dentro de cada um d'êles há um grupo de células semelhantes a ramalhetes de uvas, conhecidas pelo nome de Alvéolos. Esses se ligam todos a um conduto maior por meio de tubinhos e todos formam como que uma espécie de ramalhete denominado lobulinhos ("lobulinhos"). Ligam-se êsses a um conduto maior graças a outros condutos e formam um lóbulo. Os lóbulos, por sua vez, vão ter a estrutura chamada cisterna ou recipiente maior. Existem, ademais, pequenos músculos nas tetas, que agüentam o leite dentro do úbere antes da ordenha.

COMO É O ÚBERE INTERNAMENTE

Para que a vaca solte o leite é preciso "apôjá-la" devidamente.

Como ocorre o apôjo

Quando a vaca se "apoja", os nervos do úbere enviam uma mensagem ao cérebro; êsse faz com que a glândula pituitária segregue certo hormônio denominado *oxitocina*, que corre pelo sangue. Quando chega ao úbere a *oxitocina* obriga os músculos que rodeiam os alvéolos a se contraírem e êsses soltam o leite. Dos alvéolos o líquido vai para o conduto pequeno, dêse a um conduto maior do lóbulo e daí à cisterna. O hormônio *oxitocina* é que faz a vaca soltar o leite. Seu efeito dura apenas 5 a 6 minutos na circulação do sangue do animal. Tão pronto desaparece o efeito da *oxitocina*, os músculos em redor dos alvéolos se relaxam e a vaca não solta mais leite.



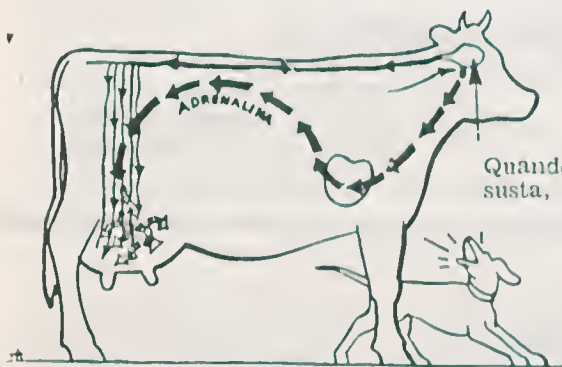
A ordenha rápida extrai a maior quantidade de leite, e assim é preciso realizá-la enquanto dura no sangue da vaca o efeito da *oxitocina*, que se produz como resultado do "apôjo".

A lentidão na ordenha por empregados deficientes quando se ordenha à mão, ou com máquinas defeituosas, pode custar ao produtor de leite considerável perda na produção do rebanho.

A adrenalina prejudica os efeitos da *oxitocina*

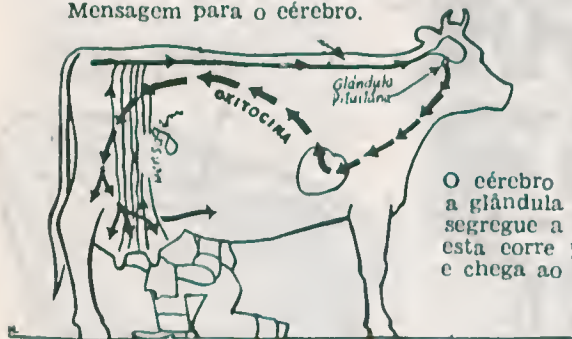
Quando o animal se assusta, recebe uma pancada que

lhe causa dor, ou ainda se excita de qualquer modo, glândulas existentes sobre os rins, denominadas supra-renais, segregam certo hormônio denominado adrenalina. A adrenalina prejudica os efeitos da *oxitocina*. Se a vaca se excita antes da ordenha, não pode baixar todo o leite, quando se "apoja", pois a adrenalina evita a ação total ou parcial da *oxitocina*. Caso o animal se excite durante a ordenha, sucede igual fato. Por isso, com frequência, ouvimos dizer que a vaca "esconde o leite".



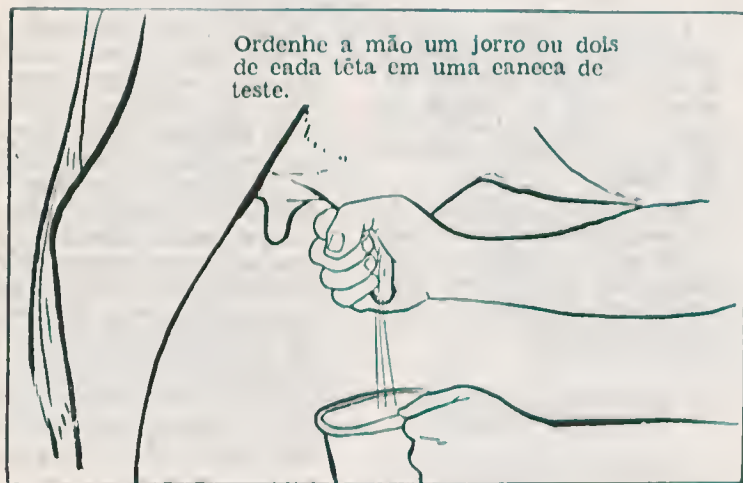
Quando a vaca se assusta, recebe um golpe ou se excita ocorre a secreção de adrenalina.

Quando a vaca se "apóia" os nervos do úbere enviam uma mensagem ao cérebro. Mensagem para o cérebro.



O cérebro faz com que a glândula pituitária segregue a oxitocina; esta corre pelo sangue e chega ao úbere.

Ordene a mão um jorro ou dois de cada teta em uma caneca de teste.



1. Não bata nas vacas ao trazê-las do pasto ao estábulo para a ordenha. Evite que os cães ladrem e os empregados gritem.

2. Permita descansar pelo menos meia hora à sombra, antes da ordenha. Quanto mais à vontade e tranquilas, melhor será o efeito da oxitocina e maior a produção.

3. "Apoje" bem para assegurar que elas baixem a maior quantidade possível de leite. Em estábulos comerciais a melhor forma de conseguir "apóio" é lavar e dar massagens no úbere antes da ordenha. A massagem convém ser feita com um pano úmido em solução de água clorada.

4. Antes de principiarmos a ordenha, seque bem o udder e as mãos. Imediatamente ordene à mão um jorro ou dois jatos de cada teta em uma "caneca de teste", a fim de comprovar se o leite possui coágulos. A presença desses pode indicar mastite. Caso o animal a possua, tire-a da linha de ordenha e ordene-o por último. Se não a tiver, comece logo a ordenhá-lo. A perda de alguns minutos entre o início de "apóio" e a ordenha pode reduzir a produção do animal.

5. Caso se ordene à máquina, retorne à vaca que está com ela, após 2 1/2 a 3 minutos. O animal comum, acostumado à ordenha com máquina, deve ser ordenhado em 3 ou 4 minutos.

6. O ordenhador deverá estar presente quando os copos ("coppas") da máquina começam a mostrar o final da operação. Logo que se note isso convém massagear o úbere para permitir o escorrimento completo do leite. *Se o empregado e o animal ficam bem adestrados ao escorrimento à máquina, a produção será maior e se evita perder tempo com o escorrimento manual.* A maior parte das vacas são escorridas à máquina em 20 segundos.

Faça isto:

1. Assegure-se de que a vaca se ordene totalmente. O deixar-se leite no úbere por

Incompleta ordenha faz com que o animal produza menos nas ordenhas subsequentes. Caso isso se repita em cada operação a vaca se secará antes do tempo.

2. Não deixe a máquina presa por tempo superior ao necessário. Isso pode causar dano aos tecidos do úbere e produzir mastite.

3. Ao despregar os copos da máquina de ordenha, enxague-os com água corrente e logo mergulhe-os em água clorada para sua completa desinfecção.

4. Para terminar o serviço com o animal mergulhe cada teta em pequeno jarro com água clorada. Troque o líquido para cada teta.

Conselhos úteis:

1. A vaca é um animal que, de costume, se adapta perfeitamente à rotina. Por exemplo, ordenhe seus animais sempre à mesma hora, no mesmo estábulo e, caso possível, com o mesmo homem. Não altere a rotina da ordenha, pois afeta a produção.

2. Adestre as novilhas para uma ordenha rápida. Se postas em linha de ordenha um mês antes do parto, irão acostumando-se à rotina daquele serviço e podem adestrar-se melhor em seguida ao parto.

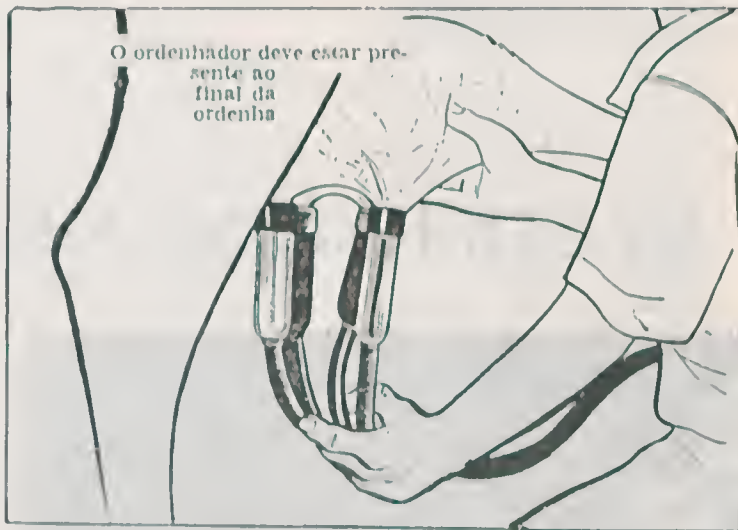
3. Seria conveniente ordenhar primeiro as vacas de tetas "brandas", cujo trabalho é rápido, e deixar para último ligar aquelas de tetas "duras", que exigem mais tempo. A rapidez da ordenha, "dureza" ou "brandura", é característica hereditária. aconselhamos ao criador de gado selecionar crias de vacas de ordenha rápida para substituições.

4. As vacas com mastite devem ordenhar-se após terminada a ordenha num dos animais sãos.

5. Terminada a ordenha, solte as vacas em área de repouso ou no pasto, sem pressá-las nem tampouco bater-lhes.

6. Limpe e desinfete bem todo o equipamento de ordenha antes de guardá-lo.

Esta série de passos assegurará ordenha rápida, eficiente e higiênica, evitará a



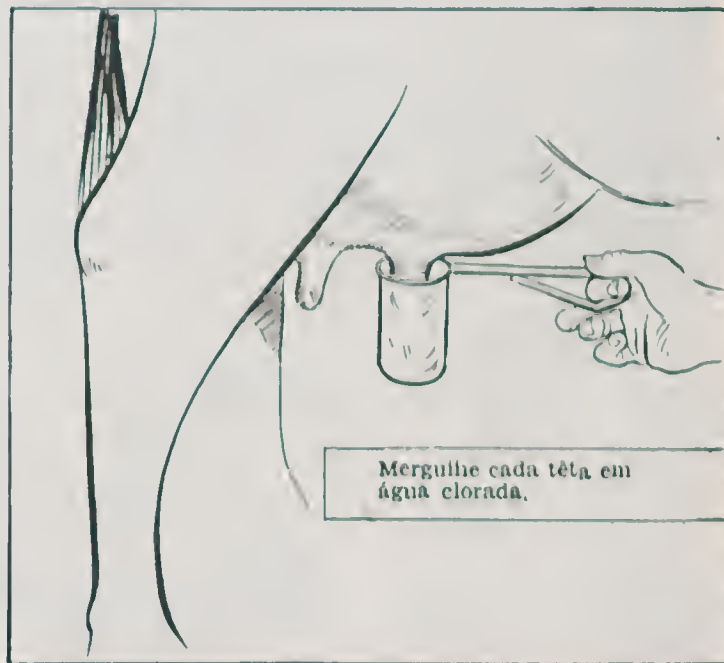
transmissão de mastite de vacas enfermas e as sãs auxiliará a conseguir leite mais puro. Também redundará em maior produção, pois dessa forma se obtém do animal a maior quantidade de leite de total, que tem armazenado no úbere.

A vaca retém normalmente no úbere entre 20 e 25% de leite conhecido por leite residual ou leite complementar; com ordenha insuficiente, entretanto, pode reter até uns 40% dessa substância.

Seguindo essas práticas de ordenha se conseguiu que a vaca retenha no úbere entre 5 a 10% de leite residual.

Isso, amigo, pode representar produção extra de 2 a 3 litros por vaca, por ordenha, que no seu estábulo representaria muito maior número de litros de leite diários com as mesmas vacas.

Pense bem no caso e julgue se vale a pena lançar em prática melhor cuidado no manejo de nossas vacas, antes, durante e após a ordenha.



AS COLHEITAS MECÂNICAS



Máquina de colhêr frutos, projetada pelo Departamento de Agricultura dos EUA. Ajudada por quatro homens, ela pode colhêr, num terreno plano, a mesma quantidade que dez pessoas podem fazê-lo manualmente.

Durante muitos séculos a agricultura foi um trabalho que exigia mãos fortes e costas ainda mais fortes. Semear, cultivar, fertilizar e colhêr eram tarefas que tinham de ser feitas com as mãos. Mas quando chegou a revolução tecnológica, a agricultura, principalmente nos EUA, foi simplificada, com as máquinas substituindo os homens em muitas fazendas. A mecanização foi grandemente responsável pela agricultura próspera e progressiva dos EUA, onde um homem produz o bastante para alimentar 39 pessoas.

Como a colheita é a parte da agricultura mais difícil de ser mecanizada, somente nos últimos anos têm sido feitos grandes progressos nesse campo, nos EUA. Hoje, máquinas de todos os tamanhos, formas e preços podem ser

encontradas em muitas fazendas de cultura de frutas e plantação de vegetais, usadas na colheita de frutas dos arbustos ou arrancando raízes de vegetais do solo, ou arreadando nozes que caíram no chão.

O equipamento utilizado nos EUA pode colhêr muitas espécies de frutas e vegetais, da maçã à batata, da azeitona ao aspargo.

A completa mecanização da colheita ainda está longe de ser conseguida, apesar dos recentes progressos no projeto e fabrico de máquinas. Muitos anos ainda são necessários para que a colheita de cereais esteja totalmente mecanizada.

Como a mão-de-obra competente para o trabalho agrícola continua a reduzir-se e os salários a aumentarem, um número cada vez

maior de agricultores se volta para a colheita mecânica, para conseguir lucros razoavelmente bons.

Alguns donos de pomares de frutos delicados, por exemplo, informaram que cerca de 50 por cento de suas receitas são utilizados para pagar os apanhadores. Plantadores de pepinos dizem que pagam mais de dois terços do valor da colheita para fazer a apanha manual.

Mas a colheita manual principalmente em pequenos sítios, continuará a predominar sobre a colheita mecânica, até que sejam desenhadas, aperfeiçoadas e produzidas máquinas com preços ao alcance dos agricultores. Muitas máquinas para colheita de uma grande variedade de frutos e vegetais ainda estão em fase experimental, ou com apenas um protótipo construído. Os fabricantes relutam em construí-las, a menos que tenham a certeza de que número suficiente de compradores estará disposto a pagar preços que variam entre 1.000 e 50.000 dólares, dependendo do tamanho e da complexidade do equipamento.

Os que costumam usar as máquinas de colhêr dão conta das consideráveis economias em suas atividades agrícolas. O equipamento não apenas consegue colhêr mais por dia, como reduz os custos da colheita. A máquina colhe uma tonelada de tomates, por exemplo, ao custo de 9,84 dólares, enquanto a colheita manual custa 17,11 dólares. Uma colheitadeira de nozes pode apanhar mais de 1.800 quilos por dia, ao passo que um colhedor só consegue apanhar 68 quilos. Num dia de trabalho de oito horas, um colhedor médio consegue apanhar 135 quilos de feijão, mas a máquina, com dois ho-

mens pode colher 9 000 quilos.

Uma máquina de colher revolucionou a indústria de tomates da Califórnia. Mais de 800 máquinas colhem anualmente cerca de 80 por cento do total das 3.120.000 toneladas de tomate, nesse Estado, no valor de mais de 125 milhões de dólares. As colheitadeiras mais aperfeiçoadas podem colher até 200 toneladas de tomates por dia. Praticamente todo o tomate colhido por máquinas vai para as fábricas de processamento. Os tomates destinados aos mercados e quitandas são colhidos manualmente, para não serem machucados.

Cada vez mais, cientistas e engenheiros concordam sobre as vantagens de adaptar a colheita à máquina, em lugar de adaptar a máquina a colheita. Frutas e vegetais estão sendo geneticamente

"redesenhados", a fim de serem colhidos com mais facilidade pela máquina.

Os engenheiros acreditam eventualmente que as colheitadeiras poderão ser equipadas com sensibilizadores eletrônicos, para discriminar entre frutos e vegetais maduros e verdes. Um dos maiores desenvolvimentos espera-se que seja a colheitadeira multifuncional, que pode colher várias espécies diferentes de frutos.

Embora nos países em desenvolvimento a agricultura ainda use quase exclusivamente o processo manual, e a mecanização poderia fazer produzir mais alimentos, tão necessários, tal mecanização não deverá chegar a um alto grau, durante muitos anos.

Várias razões se aliam para isso. Primeiro, a maior parte dos agricultores nos países em desenvolvimento

não pode comprar o mais simples equipamento mecânico agrícola. Falta lhes também a total compreensão sobre a agricultura mecanizada. Em virtude de a mão de obra ser abundante e barata nessas regiões, não há necessidade urgente de mecanização da agricultura. Em muitos lugares, a agricultura se faz em pequenas propriedades. As grandes empresas agrícolas, como as dos EUA, são raras. Em muitos países, a agricultura é uma atividade de subsistência; o lavrador produz somente os alimentos necessários para si e sua família.

Apesar de tudo, a agricultura mecanizada surgirá nos países em desenvolvimento, quando se considerar que a maquinaria poderá liberar o homem para atividades mais lucrativas, na indústria e em outros campos.

Este homem é capaz de ficar o dia todo examinando uma gota de óleo.

Nossos técnicos têm grandes responsabilidades. Devemos a eles, em grande parte, o fato de tanta gente preferir os nossos produtos. O trabalho deles é um desafio constante. Produtos de alimentação devem ser puros e saborosos. Eles zelam por isso. Milhões de consumidores satisfeitos com os produtos que

fabricamos atestam a elevada capacidade técnica do nosso pessoal. Mesmo assim, eles não param nunca de trabalhar, de estudar e de pesquisar.

ANDERSON, CLAYTON & Co., S.A.

tudo para a boa alimentação



MAIS UMA REGIÃO-PROBLEMA

KURT REPSOLD

Vice-Presidente da S.N.A

Especial para "A Lavoura"

Já não era sem tempo que se promovesse uma intensiva campanha, conduzida à base de planejamentos técnicos, para a implantação e generalização, entre nós, dos diferentes métodos da irrigação. País tropical, com grandes e imprevisíveis irregularidades climáticas, o Brasil não tendo até agora alertado, de forma ampla e por vezes que pela categoria e pela autoridade se fizessem ouvir, sobre a importância que para o progresso agropecuário do País representa o fator hídrico. Viveram, e vivem ainda na sua quase totalidade, nossos produtores agrícolas, aos azares do bom ou do mau tempo. Por isso mesmo nossa economia agrícola sempre se caracterizou pela inconstância, sem jamais conseguirmos zelar-se devidamente e criar tradição — fatores decisivos para a conquista permanente de mercados, mormente no exterior.

Os grandes projetos de irrigação que estão agora sendo executados no Nordeste, iniciarão uma nova era e, certamente, modificarão o fôlego daquela região, ensejando condições e possibilidades de desenvolvimento para as explorações agropastoris, e criando ambiente e situação para fixação do homem à gleba, libertando-o das dolorosas e deprimentes *retiradas*, tantas vezes sofridas e repetidas por ocasião dos anos de *sêca*.

Necessário se faz alertar, todavia, que não é apenas o Nordeste a região que necessita e reclama empreendimentos corajosos e, por todos os títulos meritórios, com relação à água, seu disciplinamento e sua utilização.

Outras regiões há que, embora sob aspectos diferentes, têm, por igual, na hidro-

grafia, o fator limitante de toda a produção agrícola. Tal acontece, por exemplo, com o Estado da Guanabara e certa parte do Estado do Rio de Janeiro, interdependentes sob esse aspecto, como sob muitos outros, e em que esse fator constitui problema comum a ambos, demandando estreita e mútua cooperação para uma solução condizente.

Devem perdurar ainda na lembrança de muitos, principalmente daqueles que tiveram a desdita de os sofrer, os catastróficos resultados das últimas enchentes ocorridos nessa vasta e fértil região. Tudo foi de roldão. Numerosas vidas preciosas se perderam, enlutando famílias inteiras. Bens materiais desapareceram na voragem. Plantações e criações foram arrastadas pelas enxurradas. Propriedades inteiras ficaram soterradas sob espessas camadas de areia, sumindo o solo arável.

É de ressaltar, com toda a justiça, que na oportunidade o Poder Executivo, através de diversos setores, mobilizou todos os recursos a seu alcance para socorrer os mais atingidos e minorar os efeitos calamitosos da catástrofe. Por intermédio do Ministério do Interior e após levantamento dos prejuízos sofridos, foram indenizados os lavradores mais atingidos, promovendo ainda aquele órgão facilidades para que obtivessem financiamentos destinados à realização de novas plantações.

Ditas medidas, pela primeira vez tomadas no País com tanta presteza e eficiência, não solucionam, porém, os problemas fundamentais; servem apenas para evitar que haja uma desertão completa por parte dos agricultores, em busca de locais onde corram menos riscos,

numa revivescência do antigo nomadismo, inadmissível nos dias de hoje.

Essa região, facilmente delimitável, é constituída pela zona rural do Estado da Guanabara e pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro da chamada Baixada Fluminense. É de topografia plana, em sua maior parte, e tem como limite natural as serras que a contornam, formando, com irregularidades, é evidente, um semicírculo, cujo centro é a Baía da Guanabara. Possui várias bacias hidrográficas, desaguardando seus rios principais ou na Baía da Guanabara ou diretamente no Oceano Atlântico. Periódicamente esses rios, sobretudo nas épocas de verão, inundam grandes áreas causando vultosos prejuízos. Vêzes há, como aconteceu em 1367, que as chuvas torrenciais provocaram grandes deslizamentos nas encostas das serras. É evidente que esses deslizamentos, somados ao assoreamento normal dos rios, provocados pela contínuada erosão, teriam que resultar, como aliás aconteceu, em verdadeira calamidade. Não é crível que um problema de tamanha gravidade continue eternamente sem solução, exigindo, vez por outra, custosas medidas de emergência. Urge que se o encare de frente e se procure resolvê-lo de forma definitiva. Já é hora, pois, de o Governo considerar também essa região, a exemplo do que fez com o Nordeste e a Amazônia, como uma *região-problema* e lhe conceda uma atenção especial. Não é necessário mesmo que lhe sejam proporcionados incentivos fiscais extraordinários, como aconteceu com as outras regiões. Bastará a criação de um órgão colegiado, com autonomia suficiente

Companhia Curvelana Agro - Industrial

Curvelo - Minas Gerais

Fabricante de torta de caroço de algodão "Curvelana" para gado leiteiro.

Fornecedora preferida pelos associados das seguintes Cooperativas:

COOPERATIVA AGROPECUARIA DE CURVELO LIMITADA.

COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS "CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM" LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE ALÉM PARAÍBA LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE PARÁ DE MINAS LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO LTDA.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE SETE LAGOAS LTDA.

Pedidos para:

Avenida Antonio Olinto, 1008 — Curvelo — M. Gerais

Avenida Rio Branco, 52 - 11.º andar - R. Janeiro - GB

para realizar os levantamentos indispensáveis; o equacionamento infra-estrutural do problema; o planejamento da execução dos trabalhos de cada uma dessas bacias hidrográficas de per si; o orçamento de aplicação de recursos de cada órgão componente, e, por fim, o estabelecimento de uma ordem de prioridade. O somatório dos recursos financeiros dos órgãos, que obrigatoriamente integrariam o colegiado, é de crer, seria suficiente para que em poucos anos o problema estivesse totalmente solucionado.

É evidente que para que haja uma perfeita sinergia, sem dualidades e sem desperdícios, haverá necessidade de existir um comando coordenador único; este, por força da própria estrutura administrativa e em face das demonstrações de eficiência até agora dadas, deverá caber, sem dúvida, ao Ministério do Interior.

Do referido colegiado deverão participar evidentemente os dois governos dos Estados interessados; o Ministério da Agricultura, através do INDA e do IBRA; o Ministério do Interior, pelo DNOCS e pela presidência da própria organização; a ABCAR, e, finalmente, o órgão representativo da Classe Rural, que é a Confederação Nacional da Agricultura.

O planejamento e a programação dos trabalhos a executar, terão, é óbvio, de ser precedidos de um rigoroso levantamento da atual situação de cada uma das bacias, desde as encostas das serras por onde descem as águas, até a desembocadura do canal principal. No planejamento deverão ser visados principalmente: reforestamento das encostas e obra de defesa contra a erosão; proibição de culturas predatórias acima de determinadas cotas de altitude; disciplinamento das águas superficiais com a redução de sua velocidade e aproveitamento de seu potencial energético; desassoreamento dos rios componentes da bacia e a retificação dos respectivos leitos de conformidade com o melhor aproveitamento do volume de água; drenagem dos baixios com a observância das regras prescritas pela pedologia; im-

plantação de sistemas coletivos de irrigação, e, como conclusão, a execução de uma moderna política de reforma agrária, à base de estudos sobre o melhor aproveitamento econômico das terras.

Uma vez completados esses trabalhos, deverá ser criada, para cada uma das bacias, uma empresa de economia mista que envidará a manutenção de todo o sistema e controlará a distribuição da energia e da água de regadio, empresa essa a ser mantida à custa da contribuição dos próprios beneficiados — proprietários agropecuários e habitantes dos centros populacionais. Só assim poderá ser evitado o grande mal que

sempre destrói as iniciativas brasileiras — a descontinuidade.

Se bem conduzido um programa dessa natureza, o progresso de toda a região atingida e os benefícios de seu desenvolvimento econômico tornar-se-ão visíveis em pouco tempo, e mais, certos aspectos sociais que, de dia a dia, se agravam e aprofundam, desaparecerão como por encanto.

Para que tudo isso possa ser concretizado, entretanto, é mister que um verdadeiro estadista, de personalidade marcante e com suficiente autoridade, empunhe essa *bandeira* e assumam a direção de todo o movimento.

A LAVOURA

LEITE

Por OTTO FRENSEL (*)
Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura

Com cinco singelas letras designamos o mais precioso alimento posto à disposição dos seres humanos pela Natureza. Como tudo que é precioso na Natureza, também o leite se compõe principalmente de água, veículo, também aqui, dos preciosos componentes do alimento ideal: gordura, açúcar (lactose), caseína, albumina, sais minerais. Entretanto, estes cinco componentes básicos, por sua vez, são compostos dos mais preciosos elementos os quais, justamente, dão ao leite o seu elevado e justo valor alimentar. Assim, a gordura não é apenas o que o nome indica, mas um complexo de triglicéridos, compreendendo os mais variados ácidos, como: caprônico, caprílico, caprílico, laurílico, miristínico, palmítico e muitos outros, atingindo mais de uma centena, além dos componentes semelhantes à gordura, denominados lípidios ou seja os fosfatídios, as esterinas, os primeiros compreendendo a lecitina e os seus componentes, e as segundas a colesteroína e outros. A seguir vêm as proteínas com os seus derivados, como as albuminas, incluindo a caseína, a lactoalbumina e a lactoglobulina com os seus elementos fracionais, incluindo principalmente os indispensáveis amino-ácidos. O seu açúcar, chamado lactose, é outro composto de uma série de outros açúcares que seria longo enumerar aqui. Temos também os sais minerais: cálcio, magnésio, sódio, potássio, fosfato, citrato, bicarbonato, cloreto, sulfato etc., combinados com os demais componentes do leite, de maneira a formar um conjunto altamente precioso. Além disso ainda temos uma série de outros ácidos e elementos

traços, de cobalto, cobre, ferro, manganês, flúor, lodo, selênio, igualmente indispensáveis à boa saúde. Finalmente temos as preciosas vitaminas em número de 17, pois o leite é uma das mais preciosas fontes de vitaminas. Seguem-se a enzimas, os hormônios e os gases, complementos indispensáveis ao alimento ideal. Este quadro é completado com a flora microbiana natural do leite.

O leite é, portanto, um dos raros alimentos que contém quase todos os elementos indispensáveis à manutenção de uma vida sã. A sua albumina contém todos os amino-ácidos indispensáveis à manutenção da vida. E de tal forma que um adulto pode cobrir com o consumo diário de um litro de leite toda a sua necessidade de albumina animal e a metade de toda a sua necessidade de albumina.

Uma palavra especial a respeito da gordura do leite, a qual se torna especialmente valiosa, em virtude de sua composição, pois esta permite uma assimilação completa pelo organismo humano. Em virtude de seu baixo ponto de fusão, sendo fluida já à temperatura do corpo humano, esta gordura do leite é uma das melhores e mais facilmente digestíveis gorduras alimentares. Encontra-se finalmente disseminada no leite, motivo por que é rapidamente absorvida pelo corpo humano.

O seu açúcar composto, a lactose, regula o aproveitamento do conteúdo de cálcio, bem como o funcionamento dos intestinos e da flora bacteriana benéfica.

Um litro de leite, consumido diariamente, fornece ao corpo humano todas as

suas necessidades de vitaminas e de sais minerais, destacando-se entre estes o cálcio, de forma altamente assimilável.

Assim estas cinco letras que compõem a palavra LEITE, representam a verdadeira base de uma alimentação saudável. E a Natureza sabia nos mostra o acerto dessa afirmação, ao fornecer aos seres, no primeiro estágio de sua vida, justamente este precioso alimento líquido. Mais tarde, infelizmente, às vezes tarde demais, novamente o ser humano se lembra dele, quando já na etapa final procura no leite o alimento da sobrevivência. Eis por que devemos incluir, em todas as idades, o leite em nossa alimentação diuturna. Sem recorrer a artifícios prejudiciais, podemos diversificar o seu paladar e a sua utilização, usando leite aromatizado com sumos de frutas ou consumindo-o acidificado sob variadas formas.

Quando em março de 1929 — há quase quarenta anos — iniciamos pelas colunas do nosso veterano "BOLETIM DO LEITE" a campanha que denominamos de "BEBA MAIS LEITE" no Rio de Janeiro, fizemos inspirados por idéias semelhantes campanhas que tinham tido início nos Estados Unidos em 1916, atingindo nos anos seguintes uma série de países europeus. Estas campanhas se mantêm até hoje apesar do elevado consumo de leite e derivados naqueles países, em comparação com o nosso. A nossa campanha, concretizada, após o trabalho promocional iniciado em fins de 1931, durou apenas até 1936. Os resultados, contudo, foram muito além de nossa expectativa, pois,

consumo do Rio de Janeiro aumentou de 113.000 litros para 180.000 litros diários, o que, descontado o aumento natural de 5% que, então se verificava, graças ao aumento populacional, representava um aumento de 37% em menos de cinco anos, pagando largamente todo o custo da campanha e beneficiando os produtores e os consumidores. Foi a primeira e única campanha anônima de um homem só, jamais concebida.

Mesmo passados quarenta anos, insistimos na necessidade dessa campanha, pois dois são os fatores que causam o nosso tão baixo consumo de leite e derivados: falta de produtividade e falta de hábito. Não admitimos falta de poder aquisitivo, pois inúmeras bebidas e conservas têm elevado consumo a preços muito superiores ao do leite e seus derivados, especialmente considerando o real valor alimentício e sanitário destes.

Nunca, jamais, em tempo algum, aqueles países que, ao menos em matéria alimentar, consideramos como os mais adiantados, acharam o mais gasto o dinheiro e o esmalto empregado em suas campanhas em prol do aumento e manutenção do consumo de leite e derivados. Uma campanha perene dessa natureza somente pode causar os maiores benefícios aos seres humanos em todas as suas idades. Não podemos querer produtividade, sem saúde, nem saúde, sem alimentação adequada.

(*) Presidente da Associação Brasileira de Lacteínicos (Filial da Federação Internacional de Lacteínicos); Diretor de Área da Sociedade Internacional de Lacteínicos — DSI; Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura; Redator do "Boletim do Leite" ABI 1.246; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara: 2.235); Ordem dos Velhos Jornalistas.

(Contribuição para a Semana do Leite, realizada em Porto Alegre).

A LAVOURA

São Pedro dos Ferros

CAPITAL DO ZEBU LEITEIRO

Entre as seis melhores vacas registradas, controladas oficialmente pela APCB, é a seguinte a posição da pequena cidade mineira:

GIR

- 1.º Alegria 5.471 kg em 365 dias
- 3.º Tainha 5.303 kg em 284 dias
- 5.º Saianara 5.268 kg em 363 dias
- 6.º Sapucaia 5.261 kg em 279 dias

Fazenda Brasília

Rubens Resende Peres

GUZERA

- 1.º Lâmina 5.096 kg em 365 dias
- 2.º Ráfia 3.763 kg em 303 dias
- 4.º Pacata 3.740 kg em 350 dias
- 6.º Baêmia 3.665 kg em 324 dias

Estância Kankrej

José Resende Peres

Praça José Peres, 10 — São Pedro dos Ferros — Minas Gerais

Av. Churchill, 94 — S/1.110 — Tel. 52-5529 — Gb.

Estamos a 60 minutos de Realiza, km 373 da Rio-Bahia. Sua visita será um prazer. Venha assistir a pesagem do leite. Venha conhecer as recordistas mundiais.

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL



BIBLIOTECA AGRÍCOLA

Com a mudança do Ministério da Agricultura para Brasília, a sua biblioteca se transferiu para o Planalto.

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, considerando que a antiga Capital não poderá prescindir de uma livraria especializada à altura dos seus foros culturais, resolveu dar à sua Biblioteca a maior expansão possível.

Desde logo, firmou convênio com a Confederação Nacional da Agricultura com tal finalidade, e o trabalho da expansão se desenvolve em ritmo acelerado, inclusive com a organização e breve publicação da Bibliografia Agrícola do Brasil, relativa a 1968.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, franqueada ao público, ocupa uma área de 220 m² e dispõe de 182 m² de estantes, sendo o seu quadro de funcionários composto de duas bibliotecárias e três auxiliares.

O acervo, ao fim de 1968, representava-se, entre periódicos e obras, na maioria encadernados, de 16.056 unidades, inclusive 110 mapas.

O Executor do Convênio solicita a todos os autores notícias dos seus trabalhos, caso não preferam enviar-lhe exemplares.



Os tubos plásticos para irrigação pelo método Blass de gotejamento ou instilação nas raízes (drip-root) se estendem através um campo arado na região sêca de Arava em Negev, Israel

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

Recentes estudos mostram notáveis ganhas em produção graças ao novo método de irrigação por instilação nas raízes, adotada em Israel.

Notícias de Tel Aviv informam que relatórios recentes provenientes de centros agrícolas e estações experimentais em Iarnel mostram os resultados revolucionários conseguidos com o uso do novo sistema de irrigação denominado "drip-root" e que foi introduzido nas áreas áridas agrícolas do país durante os últimos anos graças a S. Blass, autoridade em

tal assunto, que foi grandemente auxiliado por seu filho Yeshayah e pelo Kibbutz Hatzerim.

As repartições do Ministério da Agricultura e os centros agrícolas coletivos e comunais registram aumentos de produção desde a ordem de 15% para algumas qualidades de algodão até 200% para pepinos de

inverno e também grande melhoria na qualidade dos produtos de toda a espécie colhidos nas áreas que se utilizam dessa irrigação.

O seu criador informou que o primeiro embarque de tubos foi enviado recentemente para a Iplex Plastic Industries of Australia que adquiriu os primeiros direitos estrangeiros



Tubo principal para distribuição de água e fertilizante no métodos Blass "drip-root" sangrado para uma distribuição por balzo da terra feita por outros tubos subsidiários mais finos para irrigar os sulcos num campo em Neguev, Israel.

para o sistema israelense para a sua exploração intensa em tôdas as áreas daquele continente, onde a água seja escassa. Durante os próximos meses espera-se em Israel a visita de enviados de empresas privadas e funcionários de ministérios de agricultura de diversos países com o propósito de examinar as instalações em funcionamento e estudar as possibilidades de seu uso em seus países.

O uso do Método Blass em Israel, principalmente em Neguev, triplicou nos últimos três anos e, no momento, já atinge n 2,500 acres (cada acre corresponde a 4,000 m²) a área beneficiada pelo sistema, que está sendo rapidamente adoptado nas regiões áridas agrícolas do país.

Os principais beneficiários do Método Blass têm sido os cultivadores de pomares em regiões onde a irrigação é imprescindível e que incluem tôda espécie de frutas: citricas, ameixas, peras, pêssegos e damascos. Os estudos mostram que houve uma média de 12% de aumento nas colheitas de laranjas durante os seis anos em que se usou essa espécie de irrigação, tendo, além disso, havido também uma economia de 17% na água usada. Verificou-se que a qualidade da fruta resultou muito melhor e mais uniforme e que a maturação se processou com menos dias a três semanas do que antes do uso do Método Blass. Isso tem uma importância capital para os agricultores que po-

dem, dessa forma, enviar suas frutas aos mercados muito antes do tempo normal, conseguindo assim preços muito melhores.

Com base em dados fornecidos pelas estações agrícolas do governo, a Hebrew University Faculty of Agriculture também forneceu recentemente informações sobre os resultados desse tipo de irrigação para uma série de lavouras diferentes.

Em lugares que antes produziam oito toneladas de pepinos de inverno a colheita resultou em 20 toneladas com a irrigação "drip-root", o que, em parte, é atribuído à ausência de pragas e doenças causadas pelas folhas molhadas quando se usava o método normal de irrigação por meio de esguichos ou nebulizadores.

Nas experiências com produtos agrícolas de um modo geral, houve aumento de quase 50% nos pimentões e hoje essa lavoura já adotou o Método Blass para tôda a região seca de Israel em Arava, entre Eilat e o Mar Morto.

Um estudo sobre os cultivos de milho mostrou que a produção do tipo A ultrapassou o dobro e que as outras qualidades de milho aumentaram em 26%.

Uma localidade onde se cultivava a viaha informou que além de aumento na produção tornou-se muito mais fácil o preparo do campo para o cultivo em comparação com o que aconte-

cia quando se usava a irrigação convencional.

Na Estação Experimental de Gilat, dedicada ao algodão, verificou-se que com o uso do "drip-root" as colheitas aumentaram 17%, o que foi atribuído à redução em danos causados às plantas pelos antigos métodos de irrigação por borifio.

O Método Blass adota o uso de tubos de plástico muito finos e não sujeitos à corrosão, colocados em sulcos rasos e que transferem às plantas e árvores diretamente as gotas d'água já misturada com fertilizante. O equipamento necessário, incluindo os tubos plásticos, filtros, fertilizantes e aparelhagem simples para pressão, custa cerca de 300 dólares por acre (4,000 m²) de pomar ou vinhedos e uns 900 dólares para os hortifrutíferos.

Já se chegou à conclusão que tôdas as vantagens já mencionadas em qualidade e quantidade são o bastante para que o equipamento se pague logo no primeiro ano de uso, embora o seu custo inicial torne um pouco difícil sua adoção mais geral.

O Método "drip-root" foi concebido por Simcha Blass, fundador e antigo diretor executivo de TAHAL, a principal companhia de Israel para o planejamento de águas e consultoria internacional, e foi recentemente melhorado pelo seu filho, Yeshayahu, para aplica-

Uma esplêndida safra de tomates nascidos no solo desértico de Israel irrigado por meio de tubos plásticos pelo sistema Blass "drip root".



ção em toda a espécie de irrigação agrícola. O equipamento para o Método Blass é, todo ele, fabricado pelo Kibbutz Hatzerim, perto de Beersheba.

Todos os pedidos de informações sobre visitas de inspeção aos sistemas em uso em Israel devem ser dirigidos ao Sr. S. Blass, no Kibbutz Hatzerim.

COLHEDEIRAS DE ARROZ

Chegou a segunda remessa de 100 colhedeiras, de um total de 300 adquiridas pelo Ministério da Agricultura na Iugoslávia, dentro do convênio de trocas comerciais entre os dois países, com o objetivo de aproveitar os saldos comerciais brasileiros.

As colhedeiras importadas pelo M.A., chegaram ao Rio a bordo do cargueiro "Corina", acondicionadas em 100 caminhões, e deixaram a Guanabara pela Av. Brasil com destino aos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás. O ministro Ivo Arzuza concedeu entrevista a bordo do "Corina", exibindo filmes que mostravam as colhedeiras em operação.

No desembarque das máquinas, estiveram presentes os governadores dos Estados a que as mesmas se destinam. Essas máquinas, utilizadas na colheita de arroz de sequeiro, com capacidade para 700 sacas diárias, reduzem o tempo necessário à execução da tarefa, graças ao alto índice de mecanização.

BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste divulgou o balanço relativo a 1968, cujos resultados acusam grande crescimento das contas movimentadas nos vários ramos da atividade econômica.

As aplicações totais ascenderam ao montante de NCr\$ 868 milhões, correspondendo a uma elevação de 65% sobre o ano passado. Por atividade financiada, os resultados são os seguintes: Crédito Geral — 330 milhões de cruzeiros novos, destinados à comercialização de produtos agrícolas e industriais, aos serviços básicos e para reforço do capital de giro do comércio regional; Crédito Rural — NCr\$ 246 milhões, aplicados em investimen-

tos e custeio de safras e rebanhos, em empréstimos diretos aos produtores. Através da rede de cooperativas, os agropecuaristas da região foram ainda beneficiados com financiamentos no total de NCr\$ 28 milhões; Crédito Industrial — NCr\$ 264 milhões, para implantação, modernização e aumento do parque industrial e na infra-estrutura da região. No Programa de Assistência à Pequena e Média Empresa, as aplicações foram de NCr\$ 16 milhões, com a intervenção dos Agentes Financeiros (Bancos e Companhias de Desenvolvimento Estaduais), que fizeram repasses de 258 subempréstimos.

RECOMPOSIÇÃO DAS PASTAGENS DO RIO GRANDE DO SUL

A Universidade Federal de Santa Maria vai promover cursos de especialistas para a recomposição das pastagens dos campos do Rio Grande do Sul. A informação prestada pelo reitor José Mariano da Rocha Filho, acrescenta que o plano está inserido no Projeto Oswaldo Aranha, que já dispõe de recursos da ordem de 2 milhões de dólares do Fundo Especial das Nações Unidas e 5 milhões de cruzeiros novos do Governo brasileiro.

O programa será aplicado pelo Centro de Pesquisas Rurais da UF de Santa Maria e beneficiará, inicialmente, toda a zona pastoril da região oeste do Rio Grande, notadamente os municípios de Cruz Alta, Alegrete e Frederico Westphalen, nos quais serão criadas estações especiais de experimentação. Também as estações que a Universidade mantém em São Borja, General Vargas e Jaguaribe serão utilizadas.

PLANTAS CERÍFERAS EM EM GERAL

Cunha Bayma

Mais de trinta vegetais são mencionados por autores estrangeiros, na lista de plantas que produzem cêra, cuja exploração não é econômica neste sentido, ou nunca foi tentada.

Entre nós, Gregório Bondar enumera várias palmeiras, como o catolé (*Cocos microphyllus*, B. Rud.), a ariri ou licurioba das caatingas (*Coco vagans*, Bondar), a licurioba-uçu (*Cocos tostana*, Bondar), a licurioba suarilma (*Cocos schizophylla*) — tôdas capazes de fornecer cêra mediante raspagem das fôlhas, como se faz com o licuri.

O grande botânico João Geraldo Kulman, com quem tivemos a satisfação de privar, falecido há pouco, constatou a presença de cêra, em relativa abundância, nos cachos do buritizelro (*Mauritia vinefera* L), em outras palmeiras como a Côcos Martiana e a Côcos erispalha, e em numerosas espécies outras.

Em dois casos, porém, o velho botânico teve grande entusiasmo e não menores esperanças. Foram os casos da *Heliconia pulverulenta* e do Caa-Uaçú (*Calathea lutea*, Meyer).

Da primeira, encontrada nas florestas do Distrito Federal, fomos ver, de uma feita, as primeiras multiplicações cultivadas por Kulman, no Jardim Botânico, das quais já possuía ele amostras de cêra fundida e pó cerífero recolhidos da face inferior das fôlhas, de comprimento em torno de meio metro. É planta da família das musáceas, de por-

te herbáceo, encontrada em touceiras de oito, dez e doze hastes, e de multiplicação facilitada pelos rizomas.

A cêra da *Heliconia* foi pesquisada pelos químicos Antenor Machado e Raul Machado, do Instituto de Química e do Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura. Kulman, a princípio, fez certo mistério de sua descoberta, por isso que via, na possibilidade da cultura em grande escala e da rapidez de desenvolvimento vegetativo daquela musácea, uma provável revolução na produção brasileira de cêras duras.

Outro entusiasmo daquele botânico, a quem o País deve assinalados serviços, diz respeito ao Caa-Uaçú (*Calathea lutea*, Meyer), que foi encontrado nas várzeas do Rio Purus, cujos caboclos, segundo informações locais, fazem com cêra recolhida da face inferior das fôlhas secas dessa planta, antes mencionada nas obra de Pio Correia e de Paul Le Coente.

É mais um similar da carnaúba, sem qualquer significação econômica.

Seria longo mencionar tôdas as plantas que, no ambiente brasileiro, exsudam pó cerífero e não têm valor industrial relativamente a esta particularidade.

Da família das gramíneas, ainda há que citar os bambus. E, das palmáceas, há o buritizelro (*Diplazium martianum*), o *Mauritia la Martiana*, o *Mauritiella aculeata* e outras do mesmo gênero, observadas por Kulman. Nas leguminosas, encontra-se a espécie *Parkia gtagato carpa*,

Dueke, uma das árvores de grande porte, que ocorrem na Região Amazônica.

Na lista das trinta plantas mencionadas por autores estrangeiros a que aludimos não estão incluídas estas citadas sob a rubrica de plantas "ceríferas em geral".

CÊRA DE CANDELILA — Candelilla é o similar da carnaúba que há tempos vem sendo empregado nas indústrias à base de cêras vegetais de alta dureza.

Provém ela de algumas plantas arbustivas da família das euforbiáceas. São espécies que ocorrem na região semi-árida do México, no Sul do Texas, em Arizona e na região Sudeste de Califórnia.

O pó cerífero cobre toda a superfície do arbusto, exceto as raízes. A cêra é extraída por processo bastante rudimentar, que principia por mergulhar os feixes ou melhos de plantas em água fria, fervida em seguida, na superfície da qual a cêra vem a flutuar. Depois de resfriado, remove-se e seca-se.

Esse produto pode ser extraído também a fogo direto, sob vapor ou pela ação da benzina.

O rendimento extrativo varia de 3,5 a 5%.

A candelilla bruta é de cor escura. Quando refinada, apresenta-se com aspecto lustroso, tem cheiro aromático, é dura, quebradiça e, uma vez aquecida, tem cheiro parecido com aquele da cêra de abelha.

Análise, segundo Warth:

CÊRA CANDELILA

	STANDARD	REFINADA
Ponto de fusão	65 a 68,89	70 a 72,22
Gravidade específica	0,982 a 0,993	58,6
Índice de saponificação	46 a 66	19,6
Índice de acidez	11 a 19	37,8
Índice de iodo	16 a 36	0,005
Cinzas		

Segundo Bennet, a candelila não se saponifica nem se emulsiona tão rapidamente como a carnaúba. Nem tampouco se mistura bem com a cêra leuri. E o tipo comercial é mais ou menos como aquele conhecido no Nordes-

te sob a denominação vulgar de arenosa, contém certa quantidade de água que, antes do emprêgo, é preciso eliminar pela ação do calor.

Anteriormente, fizemos referência ao fato de a candelila ser extraída de diferentes

espécies de plantas, pelo que nos parece bem oportuno a transcrição, data vênha, do valor médio das análises desta cêra, procedentes de três daquelas espécies, como se lê na obra antes mencionada, de Albin Warth:

CANDELILA DE

	"Fedilanthus pavonis"	"E anti-syphilitica"	"E cerifera"
Índice de saponificação	58,1	105,7	60,7
Índice de iodo	19,8	5,4	17,4
Densidade a 15°C	0,9857	0,9530	0,9838
Ponto de fusão	67,5	77,2	68,0

Conquanto bem mais mole que a cêra de carnaúba (ponto de fusão de 85 a 86°C.), é a candelila a cêra vegetal que se coloca em segundo lugar no consumo geral dos Estados Unidos.

CÊRA DE CANA — A cêra de cana é aquela substância branca e pulverulenta que se encontra no exterior dos colmos, sobretudo perto dos nós da *Saccharum s.p.*

Desde o século passado, já era descrita por Avequin, sob a denominação de cerosina, com os característicos de cêra muito dura, amarelada, com o peso específico de

0,961 e ponto de fusão de 82°C. Há muito tempo, pois, que se reconhece nessa substância um similar da cêra de carnaúba, com tôdas as possibilidades de sua aplicação industrial.

Até hoje, porém, apesar da imensa tonelagem de cana que se produz e se industrializa no mundo açucareiro, não se tem processo prático e econômico de extrair essa cêra que existe na proporção de um quilô por tonelada de colmo — segundo Howard Paire, citado pelo Agrônomo Raul Machado, do Instituto de Óleos.

Muitas investigações e tentativas têm sido feitas neste sentido, por isto que é simplesmente fabulosa a quantidade do que seria mais um valioso subproduto da indústria açucareira. Só duas das usinas de Cuba têm um potencial para 600 toneladas por ano.

Uma das primeiras idéias foi extrair-la antes da moagem, ou depois de o caldo já conter alta percentagem de cêra em suspensão. Na primeira hipótese, seria por processo de raspagem e o produto obtido seria quase puro.



CONSTRUTORA SABARIS LTDA.

INSTALAÇÕES COMERCIAIS
DECORAÇÕES DE INTERIORES

RUA SANTANA, 127

TELS.: 43-4363 - 43-8603

A LAVOURA



Idéa inexequível, na prática industrial.

A cêra em suspensão, no caldo, do qual se separa na clarificação, fica tôda na parte residual, quer dizer, nas tortas resultantes dos filtros-prensas e dos rotativos. Em trabalhos realizados em Java, Wijnberg encontrou, nessas tortas, 12% de cêra bruta, de possível extração por meio de dissolventes orgânicos, como o bissulfureto ou tetracloreto de carbono, o clorofórmio etc. (Cross).

Esta cêra bruta, por cristalização da benzina, foi separada em duas frações, das quais resultaram 30% de pêso da verdadeira cêra de cana que, uma vez refinada, se apresentou com todos os característicos de perfeito similar da carnaúba.

CÊRA DE CARANDÁ —

Durante muitos anos a palmeira-carandá foi considerada como um sinônimo da carnaúba. Está constatado, entretanto, que o carandá produz aquela substância, embora em proporção três ou quatro vezes mais baixa do que a Copernicia cerifera, segundo Medeiros Trancoso, do Instituto de Óleos, em cujo Boletim n.º 3 publicou "Algumas Observações sobre o Carandá em Mato Grosso". Para obtenção de 15 quilos de cêra, é preciso bater 9.000 palhas e olhos de carandá. São duas cêras muito semelhantes na aparência, com característicos físicos e químicos tão aproximados que não deixam dúvidas quanto às possibilidades de aplicação industrial da primeira nos mesmos derivados em que é empregada a segunda.

O carandá é nativo na região do Chaco, onde se conhece por carandá, à margem do Rio Paraguai, em cuja baixada ocorre em grupos mais ou menos esparsos. Em Porto Guarani, porém, forma grandes e cerradas concentrações, que penetram no interior pagualo até 200 quilômetros de profundidade, continuando com a mesma densidade além da Bala Negra, penetrando em distâncias desconhecidas em terras bolivianas (segundo Casimiro Brodzlak Fº).

Na região brasileira do Sudeste de Mato Grosso há ca-

randázais também nativos e de grande densidade, desde o Pantanal até as imediações de Campo Grande. Encontram-se ali as três variedades: prêto, amarelo e branco.

A maior ocorrência dessa espécie, segundo Valério de Almeida, está no vale do Nhableque, entre êsse rio e Paragnal, numa extensão de mais de 250.000 hectares, com uma população calculada entre 12 e 2 milhões de palmeiras.

O rendimento em cêra, por Palmeira — carandá, é dado como bem menor do que o da carnaúba, que é, por si mesmo, pequeno. Já vimos que a média geral desta anda em torno de 150 gramas por pé e por safra, podendo atingir 200 gramas em certas zonas nordestinas. Isto com os processos extrativos rotineiros. Em outras palavras — são necessárias de 2.000 a 5.000 palhas para obtenção de 15 quilos de cêra.

Talvez por esta razão, e também por várias outras, alguns dos carandázais de Mato Grosso e do Paragnal têm sofrido apenas tentativas de exploração, logo frustradas.

No Paraguai tem havido interesse, mas não melhores resultados — desde a produção experimental de 1945, em pequena fábrica instalada a 60 quilômetros ao Sul de Porto Murtinho, até os propósitos de seu Governo em 1952, manifestados em plano de fomento econômico, no sentido de facilitar a produção e exportação da cêra do *C. australis*.

Nesse intervalo, duas firmas fizeram insignificantes quantidades do produto, até 1950, quando as estatísticas dos Estados Unidos registraram a importação de 1.297 quilos daquele similar da carnaúba, no valor de US\$ 270.000.

Entre 1949 e 1953 cessaram tôdas as transações comerciais com cêra, naquele país, por força de uma questão judicial entre detentores de três patentes de máquinas para extrair cêra das folhas, até que houve um vencedor, em fevereiro daquele último ano.

Tudo isso resolvido, continua a cêra de carandá sem aparecer nos mercados inter-

nacionais, pela razão simples de que não é produzida. Os carandázais continuam servindo para fornecimento de postes telegráficos ou telefônicos, construção de habitações rurais, cercas, currais, dando folhas para confecção de chapéus, fibras para fabricação de cordas etc.

Insistimos em opinar que o baixíssimo rendimento extrativo explica tudo.

ORIZICULTORES

A 2 de fevereiro, na fazenda do Sr. Florindo Torres, no km 58 da Rodovia Quinta-Tahim, foi realizada uma reunião de orizicultores na Zona Sul, à qual estiveram presentes os secretários de Agricultura e da Fazenda do Estado, além de dirigentes do IRGA.

Entre os principais assuntos debatidos, figuram os novos custos de produção, as perspectivas de revisão dos preços mínimos e a comercialização da próxima safra.

AMPARO À PECUÁRIA

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), informou que serão aplicados êste ano pelo estabelecimento no mínimo

NCr\$ 200 milhões, em financiamentos às cooperativas do País, além da instalação de mais duas agências do banco, uma em Manaus e outra em Campo Grande (Mato Grosso), região pecuária onde se vem acentuando o sentido de associação de criadores em entidades cooperativas, que poderão valer-se da assistência creditícia do BNCC.

A FOTO INTERNACIONAL



Alimentando as trutas — Na lagoa de sua fazenda perto de East Jordan, Michigan, Russell Hughes diverte-se diariamente quando chega para dar comida à sua enorme criação de trutas. Estas já sabem a hora que seu dono aparece e ao primeiro sinal de alimento jogado à água, a cardume movimenta-se intensamente cobrindo a superfície calma da lagoa para alimentar-se. A criação de trutas nas Estados Unidos torna-se cada vez maior e oferece indiscutíveis possibilidades comerciais. (Foto da IPS, especial para A LAVOURA).

Normas para financiamento com recursos do "Fundo de Desenvolvimento da Industrialização de Produtos Agropecuários e de Pesca"

O Banco do Brasil S/A., através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), utilizando recursos próprios e fundos obtidos por meio de empréstimos

do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), concederá financiamentos para custeio de inversões fixas, obedecendo as seguintes normas:

1. BENEFICIÁRIOS

1.1. Poderão beneficiar-se empresas, inclusive cooperativas de produtores, que se proponham a fazer inversões fixas destinadas à instalação, expansão e/ou modernização de pequenas e médias indústrias de produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e seus ramos conexos, auxiliares ou complementares.

1.2. Consideram-se pequenas e médias indústrias aquelas cujo montante anual de vendas não seja inferior a 750 nem superior a 240.000 vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Esses limites não se aplicam às cooperativas.

2. LIMITE DOS FINANCIAMENTOS

2.1. Os financiamentos, que poderão cobrir indistintamente investimentos em cruzeiros novos e/ou em divisas, se limitarão a 75% dos gastos de inversões fixas previstos no projeto, devendo os beneficiários participar com recursos próprios em montante não inferior a 25%.

2.2. A critério da Direção Geral da CREAI, quando se trate de projetos a serem executados, a redução da contribuição de 25% a cargo do beneficiário, a que se refere o item precedente.

2.3. Admitir-se-á que a participação dos beneficiários se realize mediante a utilização de recursos oriun-

dos de incentivos fiscais previstos na legislação vigente, quer de caráter regional, quer setorial.

3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

3.1. Na seleção dos projetos tomar-se-ão em consideração os seguintes aspectos:

- utilização preponderante de matérias-primas ou subprodutos nacionais;
- existência de mercados nacionais e/ou estrangeiros para o produto industrializado, sem ter que recorrer a novos subsídios à exportação;
- criação de oportunidade de emprego para a mão-de-obra local;
- contribuição para baratear os preços dos bens de consumo, mediante o aumento da produção e/ou produtividade e/ou redução dos custos de transporte ou eliminação de gastos de distribuição;
- substituição ou redução de importações e contribuição para aumento das exportações;
- fomento do desenvolvimento sócio-econômico regional, mediante melhor aproveitamento de recursos naturais.

3.2. Dar-se-á preferência aos projetos a serem executados em regiões próximas aos centros produtores de matérias-primas e em zonas

de mais baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico.

4. FINALIDADE

4.1. Os empréstimos se destinam a cobrir gastos, em cruzeiros ou divisas, para inversões fixas relativas a:

- obras de construção civil;
- máquinas e equipamentos, inclusive despesas de transporte, seguros, instalação etc.
- móveis e utensílios;
- veículos, exclusive automóveis de passeio.

4.2. Poderão destinar-se, também, à cobertura de gastos atinentes às seguintes inversões, desde que o custo destas, em conjunto, não ultrapasse 50% do valor do projeto:

- terreno;
- assistência técnica (em valor não excedente de 2,5% do montante dos gastos globais do projeto);
- encargos financeiros do projeto durante o período de utilização e carência do financiamento.

4.3. Os financiamentos não poderão ser utilizados para:

- fomento da produção do café, banana (fruta comestível "in natura") ou cacau, incluindo seu

processamento primário, nem para o aumento da produção de açúcar bruto ou refinado;

- b) gastos gerais de administração dos financiados;
- c) capital de trabalho;
- d) refinamento de divisas;
- e) aquisição de indústrias já instaladas;
- f) aquisição de edifícios já construídos, salvo na hipótese de evidente conveniência para a economia do projeto e desde que o respectivo custo, somado ao do "terreno", "assistência técnica" e "encargos financeiros" (referidos no item 4.2) não ultrapasse 50% do valor do projeto;
- g) compra de maquinaria obsoleta
- h) pagamento de dívidas, dividendos ou recuperação de capitais; e
- i) obras, aquisição e serviços realizados antes da elaboração do projeto.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. *Prazo* — mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos;

5.2. *Período de utilização e carência* — o prazo previsto para a implantação do empreendimento, acrescido de até 12 meses.

Observação — Quando se trate de projetos a serem executados em zonas menos desenvolvidas do País, os prazos máximos previstos nos itens 5.1. e 5.2. podem ser dilatados para 12 (doze) anos e para 24 meses, respectivamente.

5.3. *Juros* — 12% a.a., exigíveis ao final de cada semestre civil e na liquidação do contrato.

5.4. *Correção monetária* — a taxa que for fixada pelas autoridades monetárias (atualmente 10% a.a.) exigível nas mesmas épocas em que o forem os juros.

5.5. *Comissão de compromisso* — 1% ao ano, calculada sobre o valor do empréstimo ou sobre os saldos não utilizados, a partir da data da sua contratação até à da utilização.

5.6. *Comissão* — incidirá a comissão de 2% ao ano nos financiamentos de valor su-

perior ao equivalente a US\$ 200.000.00 (duzentos mil dólares) ou nos que beneficiem firmas com volumes de vendas anuais superiores a ... 120.000 vezes o maior salário mínimo do País, bem como nos de qualquer valor destinado ao custeio de importações não procedentes dos Estados Unidos da América ou dos demais países membros do BID.

5.7. *Garantia* — consistirá de hipoteca, penhor industrial, alienação fiduciária ou outras que o Banco do Brasil considere apropriadas, devendo seu valor acobertar a operação de tal forma que o montante da dívida não ultrapasse 75% do valor que o Banco atribuir aos bens vinculados. (Em princípio, os bens novos serão aceitos pelos respectivos valores de custo e, os já integrantes do patrimônio da empresa, pelos respectivos valores contábeis corrigidos na forma da legislação atinente à reavaliação de ativo, podendo o Banco optar, quanto a estes, pelos valores inferiores que lhes venham a ser atribuídos na avaliação.)

5.8. *Utilização* — o crédito será desembolsado de uma

só vez ou em parcelas, à medida das necessidades de custeio das obras e aquisições programadas, na conformidade do cronograma de aplicação do projeto.

Os desembolsos posteriores aos primeiros estarão sujeitos à comprovação da regular aplicação do anterior e dos recursos próprios correspondentes.

A utilização das parcelas destinadas ao custeio de importações será feita por forma que enseje a sua transferência pela CREAL diretamente para a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, para aplicação no fechamento do contrato de câmbio.

5.9. *Reembolso* — amortização do empréstimo se processará de preferência em prestações mensais e sucessivas e, se necessário, em escalas de valores crescentes.

5.10. *Seguros* — obrigatório para todos os bens integrantes da garantia.

6. APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS

6.1. Os interessados apresentarão seus pedidos de financiamento à Agência do



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Peruano").
- Nogueiro Pecan — (A naz americano).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mongueiras — Finos variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetas GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazendo Citro — Cx. Postal 48 — Limeiro —
Est. de São Paulo

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

Banco do Brasil que jurisdicione a zona de localização da indústria.

6.2. Tais pedidos deverão acompanhar-se de "projeto" em 3 vias, elaborado de forma aceitável, calcado no roteiro que será fornecido pela Agência do Banco, conservando os interessados, entretanto, liberdade de utilizar qualquer outra forma de exposição que contenha, pelo menos, as informações ali solicitadas. Também poderão satisfazer esse requisito, apresentando os mesmos projetos que tenham sido elaborados para efeito de obtenção dos incentivos fiscais regionais ou setoriais (tais como os proporcionados pela SUDENE, SUDAM, SUDEPE, GRUPOS EXECUTIVOS etc.). Se fôr da conveniência mútua do Banco e do proponente, poderá dispensar-se a apresentação do "projeto", caso em que será indicado funcionário do Banco para colher os elementos considerados indispensáveis ao julgamento do pedido, mediante remuneração previamente fixada pela Agência, a ser custeada pelo interessado.

6.3. O Banco do Brasil, se julgar conveniente, fará realizar as diligências comumente adotadas nas operações da CREAM (exame de escrita e avaliação dos bens oferecidos em garantia), correndo as despesas respectivas por conta dos proponentes, sem compromisso de final deferimento do empréstimo solicitado.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS

7.1. Os bens sujeitos a importação, que forem necessários para a execução dos projetos, poderão provir tanto dos países membros do BID, como de outros países a serem oportunamente indicados pelo BID ao Banco do Brasil.

7.2. Nas importações por via marítima, provenientes dos Estados Unidos, pelo menos 50% da tonelagem bruta deverão ser transportados por navios mercantes de bandeira norte-americana, sempre que tais navios estejam disponíveis a fretes considerados justos e razoáveis.

7.3. Sendo o caso, caberá ao beneficiário do financiamento diligenciar todas as providências necessárias à importação, inclusive o fechamento de câmbio e a emissão de carta de crédito, que deverão ser feitos obrigatoriamente na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, bem como a obtenção da licença de importação, junto à CACEX. A CREAM poderá fornecer ao mutuário documento que ateste a sua condição de beneficiário do empréstimo para a finalidade, visando a facilitar a tramitação dessas providências junto ao Câmbio e à CACEX.

7.4. Não serão suscetíveis de financiamento as importações de máquinas e equipamentos que contem com similar de fabricação nacional.

7.5. Com o objetivo de assegurar o máximo rendimento aos recursos aplicados; sanar deficiências tecnológicas porventura existentes na indústria assistida; proporcionar meios para utilizar as melhores técnicas de produção e assegurar adequado assessoramento técnico, administrativo e contábil às empresas beneficiárias, o Banco do Brasil, como condição pa-

ra a concessão do financiamento, poderá estabelecer, se julgar necessário, que a empresa providencie a aquisição de assistência técnica adequada, proporcionável por pessoa ou entidade que considere capacitada. O custo dessa assistência técnica poderá ser incluído como parcela financiável do projeto, observado o disposto no Item 4.2., retro.

7.6. Os beneficiários deverão entregar ao Banco, dentro dos 90 dias que se seguirem ao encerramento de seu exercício financeiro, cópia de seu balanço e respectiva demonstração de lucros e perdas e outras informações que lhes forem oportunamente solicitadas.

7.7. Aos beneficiários caberá dar publicidade ao fato de que o empreendimento está sendo financiado com a cooperação financeira do Banco e do BID dentro dos objetivos gerais da Aliança para o Progresso, podendo a publicidade consistir em avisos, que assinalem o fato, afixados nos locais onde estejam sendo executadas as obras do projeto.

IRRIGAÇÃO CEARÁ

O Departamento de Obras Contra as Secas anunciou a conclusão, até o ano que vem, da primeira etapa do projeto de irrigação da área banhada pelo maior rio intermitente do Nordeste — o Banabuiú — na zona de influência do vale de Jaguaribe.

As escavações do canal principal, de 14 quilômetros, já iniciadas, visam a levar as águas do açude Banabuiú para irrigar as áreas a jusante da barragem, assegurando a expansão das atividades agrícolas locais. Três mil e duzentas pessoas poderão melhorar, assim, seus rendimentos.

A área escolhida para execução do projeto foi a de Morada Nova, a 215 quilômetros de Fortaleza. Servida de energia elétrica da CHESF e de infraestrutura considerada "razoável", a região dispõe de um bilhão e quinhentos milhões de metros cúbicos de água, acumulada no açude Banabuiú.

A renda familiar local oscila entre NCr\$ 20 e 80 mensais e a produção se acha concentrada na agricultura extrativa, não havendo qualquer indústria, exceção feita de uma incipiente confecção artesanal de objetos de palha de carnaúba.

CLIMAS DO MARANHÃO (SUL) E GOIÁS (NORTE)

(Estudo realizado no C. Nacional de Pesquisas)

Informaremos neste ponto a descrição dos
Climas Aw de Savana (inverso sêco) encon-
trado no interior do Brasil.

Pedro Afonso — 8° 58' S —
48° 11' W — 187ms

Não há observações de temperatura, mas estranhamente só da umidade com média 79,5%; o elemento supera 80% de Outubro a Abril e 85% de Dezembro a Março, Fevereiro tendo mesmo 87,4%. Desde Junho e até Setembro os valores ficam abaixo de 75%, com mínimo 65,4% em Agosto. A nebulosidade tem média 5,2, e se conserva de Novembro a Março acima de 6,0 com 7,4 em Fevereiro. Mas em torno de 4,0 desde Maio até Setembro, o inverno tendo valores 2,8 de Junho a Agosto.

São quase idênticas as frequências de dias encobertos (68) e claros (64). Os primeiros ocorrem à taxa 11-13 de Dezembro a Fevereiro, mas só 1-2 nos meses de inverno. Já os segundos têm frequência 13-16 nos meses de Junho a Agosto e somente 1 nos que correspondem ao verão. É precário o registro das precipitações, faltando o relativo a Outubro e portanto o total do ano. Mas de Novembro a Abril todos os meses superam 100mm (237 em março), de Maio a Setembro caindo menos que 50mm cada mês, ou menos de 10 em Junho ou Julho, o primeiro sob 2mm. Já o maior total em 24

horas atingiu 120mm, no inverno nenhum dia ultrapassando 40mm.

São 68 os dias de chuva, à taxa de 10-12 por mês de Novembro a Março, ou 0-1 no inverno, notando-se 45 dias com mais de 10mm. Parecem contudo suspeitos tais registros, e com mais razão o de trovoadas, evidentemente errado (somente 14 por ano, 2-3 em cada mês de verão, 0 nos de inverno). Não houve anotações de nevoeiros, enquanto o orvalho alcança 247 dias, ocorrendo praticamente todas as noites, de outubro a Maio, e apenas com 5-7 dias por mês de Junho a Setembro.

A precariedade dos dados desaconselha qualquer síntese do clima de Pedro Afonso.

Carolina — 7° 20' S —
47° 28' W — 19m.

É algo mais elevada, em relação aos outros postos, a média anual, com 26°, 2. Os meses de Agosto e Setembro permanecem muito quentes, com 27°, 6 e 27°, 8 respectivamente, sendo este o extremo superior. Já o inferior, de 25°, 3, ocorre em Fevereiro, resultando numa amplitude anual de 2°, 5. O período mais fresco, em média, é o verão, todo abaixo de 26°, e o mais quente, como vimos, o da primavera, Agosto a Outubro

superando 26°, 5. A dupla onda tem máximo em Maio e mínimo em Junho.

É também muito acentuada a temperatura máxima, 33°, 1, com o período mais quente durante o dia se situando de Junho a Outubro, acima de 33°, 5. Em Agosto a média alcança 36°, 2, e em Setembro 35°, 6. Os dias mais suportáveis correspondem ao período Dezembro-Março, com máximas abaixo de 32°, descendo para 31°, 0 em Fevereiro. A amplitude é assim elevada, no valor de 5°, 2.

As mínimas têm média 20°, 5, e superam geralmente 21° de Setembro a Abril, chegando a 21°, 5 em Novembro. No período de inverno ficam abaixo de 20°, descendo a 17°, 8 em Julho, sob amplitude portanto 3°, 7. Há uma imperceptível segunda onda de Janeiro (21°, 0) a Abril (21°, 3). Dêsse modo, só no inverno são as noites geralmente frescas.

A amplitude diária é de 12°, 7, mantendo-se mais elevada de Maio a Outubro, acima de 12°, chegando a 17°, 3 em Julho. Mas fica abaixo de 11° de Novembro a Abril, com 9°, 9 em Fevereiro. A máxima absoluta atingiu 39°, 7 (Outubro), e apenas de Janeiro a Abril não supera 37°, podendo ultrapassar 39° de Agosto a Outubro.

Climas do Maranhão (Sul) e Goiás (Norte)

Quanto à mínima absoluta, 10^o,5 foram registrados em Julho, um valor de 11^o,5 tendo ocorrido em Agosto. De Outubro a Abril o termômetro não declina abaixo de 16^o, podendo se situar aquém dos 14^o de Maio a Agosto. Do conjunto resulta uma amplitude absoluta de 29^o,2.

É precária, como vimos, a estatística dos dias quentes, o observador fixando em 20 a contagem dos diversos meses, no total de 248. Trata-se de um erro flagrante, pelo contraste com a média das máximas, de 33^o,1.

Já o número de noites quentes é de 164, em média 16-19 nos meses de Setembro a Dezembro, 13-16 para os de Janeiro a Maio, e só 3-8 nos de Inverno. Daí decorrem cerca de 10 noites frescas nos diversos meses de primavera, 15 nos de verão e outono, e perto de 25-27 nos do Inverno, o que constitui uma taxa muito elevada.

O vento é quase nulo, sob média 0,4 m.p.s., variando de 0,7 (Julho) a 0,3 m.p.s. no período chuvoso: daí decorrem condições de calor opressivo. Contudo, 8 ventanias são registradas, 1 em cada mês, salvo no período de Maio a Agosto, sob 0. A unidade relativa, de média anual 76,7%, se conserva superior a 80% de Novembro a Abril, ou 85% no verão (86,5% em Fevereiro).

De Junho a Setembro permanece abaixo de 70%, descendo a 58,1% em Agosto. Os meses de Julho-Agosto são pois bem secos.

A nebulosidade permanece apenas regular, com 5,1 e ultrapassa 6,0 de Novembro a Abril, com 7,4 em Fevereiro. Já no Inverno se mantém inferior a 3,0, sob 2,4 em Julho. Oscilla portanto 5,0 com notável amplitude anual.

É de 1591mm o total da precipitação, os meses de Outubro a Abril tendo mais que 100mm, e Dezembro a Março acima de 200, com 279 no último. Já no período Maio-Setembro todos os meses registram menos que 50mm, e

Junho apenas 9. A seca é nítida no Inverno, com 9-12 — 15mm apenas, em Junho-Julho-Agosto.

Quanto à maior precipitação em 24 horas, alcançou apenas 80mm. Antes de prosseguirmos no assunto, convirá lembrar as frequências de dias cobertos e claros: a dos primeiros atinge 70 por ano, havendo 11-12 dias encobertos nos vários meses do verão, de Dezembro a Março, mas 0 nos três de Inverno, e 2-8 nos restantes.

Já os dias claros totalizam 63, sendo naturalmente mais frequentes, 13-16 nos meses do Inverno, e declinando a 7-2-1 nos da primavera, e 0 nos do verão, Janeiro a Março.

Voltando agora aos dias de chuva, encontraremos 106,

dos quais 52 superando 10mm. De Outubro a Abril há sempre mais que 10 dias por mês, com 15-16-17 em Janeiro-Fevereiro e Março. No Inverno apenas 1 em cada mês, de Junho a Agosto.

São 45 as trovoadas registradas anualmente, à taxa 5-8 mensalmente de Outubro a Março, e só 0-1 na fase de Inverno, com 0 em Julho. Os nevoeiros sempre raros, 10 por ano, ou 1 cada mês, salvo no Inverno. O orvalho porém frequente, com 105 dias, à taxa de 10-14 por mês, declinando para 2-3 no fim do Inverno.

Carolina tem pois um clima intolerável, muito quente, sobretudo de dia, chuvoso e sem vento. Apenas o Inverno, à noite, é mais suportável, o ar seco e a alta temperatura

Companhia Agrícola e Industrial Magalhães

açúcar — álcool anidro e potável

SEDE:

Praça Pio X, 98 — Gr. 704 — Tel.: 43-3415

Ria de Jancira — Est. da Guanabara

USINA BARCELOS

Barcelas — Estado do Rio

Climas do Maranhão (Sul) e Goiás (Norte)

tornando porém os dias muito penosos.

Barra do Corda — 5°. 30' S — 45° 16' W — 82m

Temperatura média 25°,3, com valores mais elevados na primavera, quando o período Setembro-Novembro registra normais acima de 27° (Outubro 27°,4). A fase mais fria corresponde ao Inverno, com Junho 24°,0, e o mínimo de Julho 24°,2, do que decorre uma amplitude anual de 3°,2. É fraca a segunda ondulação, mínimo em Março e máximo Abril, mas com oscilação 0°,2. No verão e outono os valores se conservam em torno a 25°,5.

Já as máximas não atingem os índices de Carolina, pois se situam na média 32°,5. São mais elevadas durante a primavera, superando 34° de Agosto a Outubro, com Novembro ainda sob 33°,6. Mas já no verão, ou melhor, de Janeiro a Maio, as máximas permanecem reduzidas, em torno a 31°,3 (Fevereiro 31°,0), elevando-se justamente no Inverno, com 32°,0 em Junho. Situam-se desse modo abaixo de 32° de Janeiro a Maio, e acima de 34° de Agosto a Outubro, daí resultando uma amplitude 3°,8, com uma única onda.

As mínimas têm média 20°,8 e são mais elevadas na primavera, (22°,1 em Outubro-Novembro), declinando no verão (em torno a 21°,9 de Dezembro a Abril); mas de Dezembro a Abril, mas atingem o menor valor no Inverno, cujo trimestre se apresenta abaixo de 19°, com Julho 17°,3. É assim de 4°,8 a amplitude anual.

Segue-se uma amplitude diária média de 11°,7, menor no verão (9°,2 em Fevereiro), e máxima no Inverno (16°,1 em Agosto). Mas a amplitude se mantém acima de 13° de Junho a Setembro, e abaixo de 10° de Janeiro a Abril.

Vejam-se a máxima absoluta, que alcançou 39°,4 (Outubro), podendo-se esperar mais que 38° de Setembro a Dezembro, e menos de 37° desde Março até Junho. Já a mínima absoluta apresentou registro de 12° (Agosto), valores abaixo de 13° tendo ocorrido nos meses de Julho

a Novembro (em Setembro só 14°,8). De Dezembro em diante, até Abril, as mínimas não declinaram abaixo de 18°, salvo em Fevereiro, que apresentou 17°,6.

A amplitude absoluta foi assim de 27°,4.

Os dias permanecem todos quentes (365 por ano), Barra do Corda escapando ao centro de dias mais frios do Tocantins. Mas cerca de 100 noites são frescas, pois as quentes somam 264, situadas praticamente todas de Outubro a Abril, muito embora em cada um dos meses citados duas a três noites suportáveis possam ocorrer. Em Maio temos 9 noites frescas, outras 8 se verificando em Setembro. O período de Inverno é, contudo, agradável, pois Junho-Julho-Agosto têm respectivamente 8-4-6 noites quentes, ou seja, 22-27-25 de condições frescas.

Os ventos permanecem fracos, sob média de 0,8m.p.s., praticamente constante nos vários meses. Mas 6 ventanias ocorrem normalmente, distribuídas de Outubro a Março, no período chuvoso.

A umidade é elevada, de média 79,4%, e ultrapassa 80% de Dezembro a Maio, ou mesmo 85% de Fevereiro a Abril (86,4% em Março). Desde Junho torna-se menor que 80%, condição mantida até Novembro, enquanto o mínimo se verifica em Setembro (70,4%). O período realmente mais seco decorre de Julho a Novembro.

Vejam-se a nebulosidade: sob 5,6 de média anual, permanece mais acentuada de Novembro a Abril, ultrapassando 6,0, cu mesmo 7,0 no período Janeiro a Março (7,5 no último). É mais fraca, abaixo de 4,0 no Inverno (Junho a Agosto), descendo para 3,2 em Julho. A amplitude anual atinge pois 4,3, o Inverno sendo muito limpo.

A insolação totaliza 2053 horas, com maior índice em Julho (243 horas) e menor em Fevereiro (120). Os meses de Inverno são os mais insolados todos acima de 200 horas, já no trimestre Janeiro-Março só 132-120-138 horas sendo observadas.

Temos assim 87 dias encobertos, os meses do verão registrando todos mais que 10 dias (Dezembro a Abril), com 15 em Fevereiro ou Março. Nos demais meses há sempre 3 a 7 dias (primavera), ou 5 (Maio), mas apenas 2-1-1 em Junho-Julho-Agosto. Os dias encobertos ocorrem aliás em dobro dos claros, estes com 42 por ano, mais comuns no Inverno (8-12 nos vários meses), contra apenas 2-3 nos meses de primavera. No verão praticamente não se registram dias claros.

Vejam-se a precipitação: já bem reduzida, dada a proximidade da área B, alcança apenas 1097mm, os meses de verão registrando acima de 100mm (Dezembro a Abril), com 213 em Março. A seca decorre de Maio a Novembro, todos abaixo de 70mm; e torna-se bem mais nítida no Inverno, com 16mm em Junho e 7 apenas em Julho ou Agosto. Quanto à maior precipitação em 24 horas atingiu 168mm, nunca ultrapassando os totais diários no Inverno, o índice 50mm.

Há em Barra do Corda 114 dias de chuva dos quais 36 superam 10mm. De Dezembro a Abril pode-se esperar mais que 10 dias cada mês, com 19 em Março, e 17 em Janeiro ou Fevereiro. Os meses de Maio a Novembro têm todos menos que 10 dias, e o período de Inverno 3-2-1 (Junho-Julho-Agosto).

Resta-nos examinar as trovoadas. São relativamente frequentes, face aos dias de chuva, pois totalizam 96 por ano, os meses de Novembro a Abril tendo todos mais que 10 dias (15 de Março), e os restantes menos que 7, em cada mês de Inverno só 1 ocorrendo. Os nevoeiros são duas vezes menos frequentes, somando 48 por ano, e quase não ocorrem na primavera (1-2 por mês), surgindo sobretudo no outono (7 a 11 mensalmente).

O orvalho, por fim, totaliza 134 dias, tornando-se mais raro na primavera (5-8 dias por mês) e mais comum no Inverno (15-17 cada mês), o verão e outono registrando 10-12 mensalmente.

Considerações sôbre o meio ecológico brasileiro

(GUILHERME E. HERMSDORFF)

Desde as primeiras letras até os bancos universitários, procura-se inculcar no espírito da juventude brasileira ser o Brasil um dos países mais ricos do mundo, quer por sua extensão geográfica, quer por suas terras, quer por sua flora, quer ainda por suas faunas terrestre e marítima.

Esse falso conceito implica, inexoravelmente, na maior injustiça que se pode fazer nos nossos patricios. E é contra isso que nos insurgimos.

Com efeito, fôsse aquêlê conceito verdadeiro, recriaria exclusivamente sôbre o nosso povo o triste privilégio de, juntamente com o Paquistão e a Índia, sermos considerados os três

grandes países subdesenvolvidos da atualidade. Subdesenvolvido é expressão diplomática que se traduz, na realidade, por atrasado.

Nós nos orgulhamos de nossa grande extensão territorial, e também, já de nossa numerosa população. Mas extensão territorial e população têm muito pouco peso no conceito geral das nações.

A respeito da exuberância de nossas terras, dizia o inolvidável Oswaldo Aranha: — "O Brasil é um grande arquipélago, pequenos oásis separados por grandes desertos."

Graças, entretanto, a êsses oásis, isto é, onde o meio ambiente é mais propício, ou menos ingrato, é que o Brasil, os brasileiros estão construindo a maior civilização existente em clima subtropical.

Para demonstrar essa verdade, basta comparar o Estado de São Paulo com o Nordeste.

A grande riqueza do Estado de São Paulo, tão merecidamente exaltada e admirada por todos, é por acaso, devida á maior aptidão e capacidade de trabalho dos seus habitantes, comparativamente ás dos habitantes do resto do País, especialmente aos do Norte?

Há quem, tolaemente, afirme isso, baseado no fato que, para aquêlê Estado, foi encaminhada grande parte dos imigrantes estrangeiros recebidos pelo Brasil. O exemplo de muitas outras regiões onde o elemento alienígena é, proporcionalmente, mais denso, não lhes convence da injustiça.

Nós, entretanto, acreditamos que, se se mudasse tôda a população do Estado de São Paulo para o Nordeste e a dêste para aquela região, se nêguma coisa digna de registro se modificasse, seria em detrimento do Nordeste. Esse conceito, em nós arraigado, pode ser aplicado ás diversas regiões mais adiantadas do Sul do País, quando comparadas ás do Norte.

Alfás, é preciso que se note que as diferenças existentes no desenvolvimento econômico entre as várias regiões do Brasil não constituem exclusividade brasileira; elas existem, guardadas as proporções, em

todos os demais países, mesmo nos mais ricos e desenvolvidos, como acontece nos Estados Unidos, bastando comparar a prosperidade e a produtividade dos habitantes do Norte e do Centro com as dos habitantes das zonas de alguns de seus estados sulinos.

E por quê a vida é difícil e dura no Brasil, trazendo como seu corolário a pobreza, sobretudo no Norte?

A explicação é fácil. A maior parte do nosso País está situada na zona subtropical. Nessa zona a Natureza parece ter-se preocupado em apresentar ao homem uma imagem enganosa a respeito de sua capacidade produtiva, ou de sua fertilidade.

A terra pode ser perfeitamente comparável com a máquina, ou com qualquer outro ser vivo. Ela, como êstes, não pode trabalhar ininterruptamente sem um devido descanso, ou nôvo suprimento de energia sob a forma de adubos fertilizantes, sob pena de se esgotar e tornar-se improdutivo. Lembremos que, na lenda bíblica, até Deus necessitou de descanso, depois do sexto dia de trabalho.

Nas zonas tropicais e subtropicales úmidas, a desenfreada concorrência pela vida, durante todo o ano, não permite que a terra tenha os benefícios invernais do descanso das zonas temperadas ou frias, resultando disso o seu rápido esgotamento. Sendo, ali, a concorrência pela vida muito intensa, os vegetais crescem em busca da luz, mas suas raízes são superficiais, por falta de elementos nutritivos nas camadas mais profundas. O húmus de que necessitam, praticamente, só lhes é fornecido por aquilo que êles próprios fabricam, isto é, pelas folhas que caem. É um verdadeiro circuito fechado.

Assim, a exuberante aparência das florestas dessas regiões está longe, muito longe, de corresponder á fertilidade do terreno que as suporta.

Derrube-se a floresta e, em seu lugar, faça-se uma cultura qualquer. No primeiro ano a colheita será bastante farta; continue-se o cultivo e a pro-

Barra do Corda tem pois um clima quente, mas não em excesso, sendo mais suportável que Carolina. Há cerca de 100 noites frescas por ano, mas todos os dias são quentes. Tornam-se desfavoráveis a escassa ventilação e a alta umidade, sômente reduzida no inverno. Êste corresponde ao tipleo de Aw: quente de dia, sêco, limpo, e fresco à noite. O total pluviométrico é relativamente reduzido.

Sômente possuímos alguns dados da altura de chuva no Piauí:

Amarante — Total de 1440mm, os meses de Novembro a Abril superando 100mm, e os de Janeiro a Abril 200 (máximo 274 em Março). De Maio a Outubro todos os meses registram menos que 100mm, com apenas 5 em Julho ou Agosto.

Oeiras — Já bastante mais sêco, totaliza 923mm, de Novembro a Março superando 100mm por mês, com máximo em Fevereiro (178). De Abril a Outubro sempre menos de 100mm, baixando os registros a sômente 1mm em Julho ou Agosto. O clima é quase do tipo B.

dução em quase verticalmente, até se tornar antieconômica, visto que a pequena camada húmida que existia foi rapidamente esgotada, além de calcinada pelos ardentes raios solares.

Considere-se, ainda, que, sendo a concorrência vital nessas regiões muito mais intensa do que nos climas temperados ou frios, qualquer espaço livre é logo ocupado pela vegetação bravia, exigindo do homem um grande esforço para defender sua cultura. Um dos nossos mais interessantes poetas que se ocuparam das coisas calpírias, Catulo da Paixão Cearense, ao cantar a região nortista, reata bem esse fato no verso — "A terra era tão boa que até era preciso um homem vivê com a enxada na mão."

Se somarmos essas dificuldades à incessante luta contra as pragas da lavoura, aos insetos e às doenças que grassam nessas zonas quentes e úmidas, não se pode deixar de reverenciar os brasileiros dessas regiões, descalços, mal alimentados e mal agasalhados, tendo como únicos instrumentos agrícolas o machado e a enxada, mas que, ainda assim, são capazes de produzir alguma coisa.

E nas regiões quentes e secas do nosso sertão, como se passam as coisas? As dificuldades, embora sob outros aspectos, permanecem. A vida do sertanejo não é menos árdua, nem menos digna de admiração.

Quando os primeiros europeus, chegados ao Brasil, depa-raram com aquela região seca, coberta de uma rala vegetação xerófila, a chamaram de *deserto*. Com o decorrer do tempo, este termo perdeu o de e ficou *sertão*.

Para explicar a formação do nosso sertão, culpa-se o índio que, com suas queimadas para a limpeza do terreno necessário para suas plantações, esteriliza a terra, transformando-a em um semideserto.

Esta hipótese peca pelo absurdo e por duas fortes razões: primeira, pela fraca densidade silvícola naquela região; segunda, porque queimadas não esterilizam a terra.

Com efeito, as queimadas feitas pelos índios foram sempre muito restritas e, se por falta de aceiros bem construídos, acidentalmente elas se tenham propagado às florestas, que muitos supõem terem lá existido, tais incêndios tanto poderiam ser acusados pelos índios como por uma simples combustão espontânea, ou, ainda, por efeitos de raios.

Na hipótese de isto ter acontecido, por qualquer dos motivos acima citados, em que pese a opinião da imensa maioria

daqueles que se ocupam com os problemas do solo, o fato de que julgamos incontestável é que queimadas não esterilizam a terra.

Para demonstrar o que afirmamos, a afirmação essa que será tida por muitos como absurda, sem, entretanto, destruí-la, basta examinar a própria dinâmica, por assim dizer, do fogo.

O fogo queima para cima e não para baixo; por baixo ele recebe o necessário suprimento de oxigênio, sem o qual se extingue.

Se, por um lado, com o calor dele irradiado, uma ténue camada de matéria orgânica existente no solo é destruída, por outro, as cinzas provenientes da combustão dos vegetais por ele queimados de certo modo compensam aquêle prejuízo. Ademais, não se observa a pronta germinação das sementes existentes no solo que foi sujeito à queimada, logo após as primeiras chuvas? Fôsse as cinzas calcinadas e, evidentemente, não germinariam.

Não chegamos a ponto de afirmar que a limpeza de um terreno bravo por meio do fogo seja melhor para cultura do que a que se faz sem o recurso da queima. Mas afirmamos, sem medo de errar, que no ambiente brasileiro e na atual situação aquêle processo quando feito, naturalmente, com critério e na ocasião

oportuna, é muito mais prático e econômico do que este.

Se, portanto, foi o índio quem ensinou ao nosso camponês o processo de se limpar economicamente o terreno bravo, por meio da queima, a fim de cultivá-lo, não se pode dizer que ele não nos tenha transmitido nada de útil. O que nos cabe fazer é observar e estudar com os devidos cuidados esse assunto, a fim de ensinar aos nossos agricultores como aplicá-lo convenientemente.

Afastada que foi a hipótese nelma, como causadora da formação do nosso sertão, cumpre-nos substituí-la por outra, que julgamos muito mais racional e aceitável.

O nosso sertão foi formado exatamente como tantas e tantas outras regiões similares existentes no globo, onde não havia índios, nem se usavam os processos de queimadas. A formação desses desertos, ou semidesertos, é devida às condições naturais resultantes da rotação da Terra, das correntes marinhas e do regime dos ventos.

A corrente marinha mais bem conhecida e estudada é a do Golfo Stream. É fato corriqueiramente sabido que, graças a essa corrente, as costas ocidentais da Europa gozam de um clima muito mais ameno do que as orientais americanas, de igual latitude; é sabido que a



GARANTIA

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES

MATRIZ — RIO DE JANEIRO — GB.

Av. Graça Aranha, 416- 5.º Pav. - Tel.: 42-6040
Caixa Postal N.º 1.259 - Telegramas "GARANTIA"

SUCURSAIS.

BELO HORIZONTE

CURITIBA

PORTO ALEGRE

RECIFE

SÃO PAULO

NITERÓI

FUNDADA EM 1866

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

39

condensação de vapores, exalados de suas águas tépidas, forma os conhecidos nevoeiros, tão perigosos à navegação no mar do Norte e imensas nuvens saturadas de água; é sabido que pela rotação da Terra e correntes aéreas, essas nuvens começam a descarregar suas cargas de água nas Ilhas Britânicas, tomando depois a direção do norte da Europa, para se voltarem, então, em direção ao sul, pela parte ocidental da Rússia e da Ucrânia para, finalmente chegarem, inteiramente secas, aos países árabes, onde a falta de chuvas gerou os desertos, que se continuam nos da África, sempre em direção da grande elipse aérea, formada pelo vento seco. Do lado do Pacífico, no continente sul-americano, o mesmo se observa no Peru e no Chile: as nuvens vindas de leste, no embate da cordilheira dos Andes, ali deixam suas águas, antes de chegarem àquelas regiões secas e desérticas da costa pacífica.

Em nosso Nordeste, como em todo o sertão, o fenômeno é idêntico, felizmente em muito menor escala, e quase cíclico, provocando as terríveis secas que toda aquela região está sujeita. É, portanto, na rotação da Terra, na direção das correntes marinhas e no regime dos ventos, que se encontra a explicação da formação do nosso sertão. Se, entretanto, a primeira dessas causas é invariável, as duas outras não o são, e é graças à variação das duas últimas que aquela região, só periodicamente, é assolada pelas secas; do contrário, toda ela já se teria transformado em um novo Saara.

Um fenômeno interessante, aliás, se passa naquela região e que vem comprovar, se acaso isso fôsse preciso, quanto necessário é o descanso periódico da terra.

Quem não conhece o Nordeste e lá chega durante um período de seca, não pode admitir que aquela terra seja capaz de produzir alguma coisa de útil. Entretanto, logo que caem as primeiras chuvas, o sertanejo, que se retirou durante a seca, volta aos seus pagos e se apressa em fazer sua cultura, seguro que está de obter uma farta colheita. É que a terra descansou, como descansam anualmente as das regiões frias e temperadas durante o inverno, quando a Natureza hiberna, proporcionando o descanso da terra e dilatando sua capacidade produtiva.

Em resumo, não é o fogo e, muito menos, a incapacidade ou indolência do brasileiro a

causa da pequena produção agrícola por hectare cultivado, no Brasil.

Essas causas são devidas ao clima, à falta de adubos baratos, à dificuldade de se combater de modo eficiente a erosão, à impossibilidade de se obter implementos agrícolas adequados, à inexistência de uma propaganda educativa adaptada às nossas condições ecológicas, etc. Tudo isso, somado às dificuldades de transportes, ou ao seu elevado preço, com a ganância dos intermediários, com as doenças e pragas que atacam as lavouras e o próprio homem, faz com que desapareça o estímulo, mola real da vontade de progredir.

Vivemos em um meio ecológico inteiramente diferente daqueles existentes nos países mais adiantados e pretendemos empregar aqui os mesmos processos agrícolas por eles utilizados. É um erro que só pode trazer-nos prejuízos e dissabores, como dissabores e prejuízos trouxe a muitas regiões das margens do Mediterrâneo, ao importarem os processos agrícolas do Egito.

Com efeito, o Egito, como nação mais adiantada da época, sempre fez, e continua fazendo, a cultura incessante do seu solo arável, sem se preocupar com a sua regeneração pela adubação, nem com a erosão, visto que o Nilo disso se encarregava, e se encarregava. Em outras regiões mediterrâneas, porém, com o emprêgo dos métodos egípcios, suas terras de tal forma se esgotaram e erosaram que, de antigos celeiros de Roma, se transformaram em magras pastagens de cabras.

Assim, acreditamos que só a demorada experiência, feita de modo científico em nosso meio, e corretamente propagada e aplicada, poderá fazer com que o nosso País possa concorrer vantajosamente com os países agrícolas mais produtivos e adiantados.

Estamos assistindo, atualmente, ao quase milagre da transformação de uma região semidesértica em um verdadeiro jardim, o que prova o inestimável valor da técnica e da perseverança do homem, a ponto de quase dominar a Natureza, conforme vem demonstrando o recém-criado Israel. Técnicos brasileiros que lá vão voltam deslumbrados com o que viram; técnicos israelenses aqui aparecem com a pretensão de nos ensinar como trabalhar a terra.

Realmente, pergunta o observador menos atento, como puderam os judeus, em tão curto

tempo, transformar aquela região inhospita em tão rica e produtiva, enquanto o brasileiro, em zonas muito mais propícias, pouco mais de nada conseguiu?

A intensa propaganda que se faz, no mundo inteiro, a respeito dos progressos de Israel e sobretudo entre nós, chega a nos causar um injustificado complexo de inferioridade.

E por isso, somente por isso, julgamos conveniente fazer algumas considerações em torno desse assunto.

A criação do Estado de Israel veio atender ao milenar anseio do povo judeu, espalhado em todo o mundo. Se esse país não prosperasse, ruiria por terra o mito tão caro nos israelitas de serem "o povo eleito de Deus". Ficaria, sim, evidenciado que o seu grande legislador, Moisés, ou se teria enganado, ou tinha sido ludibriado por Jeová, ao apontar aquela terra como sendo a da "Promissão".

Dai, a canalização de imensas capitais de todo o mundo judeu para sustentar esse mito, bem como a superioridade do povo judeu sobre os demais e sobretudo, sobre seus irmãos semitas, os árabes.

Dêem ao brasileiro esses mesmos recursos e ele, certamente, fará muito mais e melhor.

Vale a pena perguntar: quais os recursos estranhos que o brasileiro recebe para comprar, ao menos, a sua enxadilha? Quem descejar conhecê-los leia "Radiografia do Brasil", do eminente general Anápio Gomes.

Para demonstrar que a invejável prosperidade de Israel sobretudo agrícola, está sendo feita à custa de investimentos astronômicos, oriundos dos judeus de todo o mundo, para efeito de propaganda, basta perguntar: em que país, onde e quando se notabilizaram os judeus por serem notáveis agricultores?

Nos Estados Unidos, onde se encontra a maior concentração judaica do mundo e onde as terras são ubérrimas, produziram e produzem eles alguma coisa de notável na agricultura? Existem aqui no Brasil judeus nas fazendas agrícolas, com qualquer êxito particular?

As respostas são sempre pela negativa, visto que, fora de Israel, esse povo, praticamente só se dedica ao comércio, à indústria, ou às finanças.

Não vemos, pois, a mínima razão para qualquer desprimorosa comparação entre o judeu e o brasileiro, sobretudo quando feita sobre assuntos agrícolas.

Temos o ponto de apoio, dêem-nos o meio, a alavanca, e alimentaremos o mundo.

Duas coisas, hoje, se transformaram em verdadeiro peso da humanidade: a sua completa destruição pela bomba atômica, como admite Bertrand Russel e o espectro da fome, como prevê Malthus.

Não acreditamos em nenhuma dessas predições pessimistas.

Recusamos aceitar a possibilidade da primeira, porque é inadmissível que a loucura humana chegue a ponto de derogar a lei mais observada por todos os seres vivos: a preservação da espécie. Em todo caso, se isso acontecer, não tem a importância que normalmente se lhe empresta; será, apenas, a repetição daquilo que já aconteceu a tantas outras espécies, pois tudo o que tem um começo tem, fatalmente, um fim.

Não acolhemos a segunda, porque, muito antes de se atingir o ponto crítico de saturação *humanidade-alimento*, os diferentes governos, forçosamente, tomarão medidas eficientes e radicais que impedirão a proliferação excessiva de seus governados.

Tais medidas, aliás, já estão sendo postas em prática por certos países, ainda que timidamente, como acontece na Índia, com a propagação de anticoncepcionais, enquanto outros diminuem a severidade das leis contra os processos abortivos. E se tais medidas, pelo menos no Ocidente, não têm caminhado mais rapidamente, é devido à oposição da Igreja. Esta, entretanto, já pressentiu que sua intransigência nesse particular tem que ser atenuada, até desaparecer por completo. A aguda percepção do papa João XXIII sentiu isso, indicando o caminho ao seu sucessor, que o vem trilhando com os cuidados que caracterizam os altos dirigentes do poder espiritual.

De qualquer maneira, ainda algumas décadas se escoarão até que tais medidas sejam postas em vigor. Enquanto isso, a população mundial cresce quase assustadoramente, e o espantinho da fome mais e mais se aproxima.

Se considerarmos que, atualmente, a humanidade retira a quase totalidade de sua alimentação dos produtos da terra e muito pouco do mar; se atentarmos que 71% da superfície do nosso planeta é coberta pelas águas e apenas 29% pela

parte sólida; se ponderarmos que dêsses 29% grande parte são desertos de areia, desertos de gelos e desertos de florestas; se observarmos que, ainda dêsses 29% se subtraem as partes ocupadas pelas cidades, pelas indústrias e rochas improdutivas, inaproveitáveis para a produção de alimentos, vemos que, relativamente, muito pouco da superfície emergida do nosso planeta é, ou pode ser aproveitada para a agricultura.

A solução imediata do problema encontra-se, pois, no mar.

Das diferentes hipóteses da origem da vida, desde o mito bíblico da criação de Adão à imagem do seu Criador, até uma possível origem sideral, a mais aceita e a que melhor se adapta ao nosso modo de pensar é que ela, a vida, tenha tido início no mar e, por sucessivas mutações, atingiu a terra firme, evoluindo nesse novo ambiente, até chegar à sua manifestação mais perfeita — o *Homo sapiens*. E o darwinismo, já praticamente demonstrado pela paleontologia, cujo melhor exemplo é o do cavalo, que partindo do *Coriphodon*, no começo da era terciária, ou cenozóica, no período eoceno, se encauda perfeitamente até os atuais Equídeos.

Realmente, comparado com a terra, o mar apresenta um ambiente muito mais vasto e propício à vida; nele, ela existe em todo o seu volume; na terra, ela só existe em sua superfície. Nele, a Natureza encontrou o laboratório propício para todas as suas extravagâncias, ensaiando as mais variadas formas de vida; nele, concentram-se os maiores animais do nosso planeta. E se nele, o sistema nervoso, o cérebro, a inteligência não se desenvolveu tanto quanto na terra, é porque nele a vida é menos árdua, faltando-lhe, pois, o estímulo das dificuldades.

Um biologista americano já disse, e com toda a razão, que toda a riqueza dos Estados Unidos se apóia apenas na película de terra de vinte centímetros de espessura que o recobre. E é nessa película, certamente ainda mais tênue, que cobre a maior parte emergida do nosso planeta, que a humanidade está retirando a quase totalidade de sua subsistência.

Sem perder de vista o meio terrestre que, aliás, se torna dia a dia mais exíguo pelo aumento das populações e pela contínua erosão a que está sujeito, o homem, quer queira, quer não, tem que procurar sua alimentação no meio líquido.

Sobre isto não pode haver divergência. O estudo do mar se impõe, portanto, como única solução para a sobrevivência da humanidade.

Em relação àquilo que nos toca mais de perto, isto é, o caso especial do Brasil, esta imposição se manifesta com maior intensidade.

Com efeito, no que se refere à decantada riqueza agrícola do nosso solo, já nos manifestamos. Naquilo que se aplica à nossa flora e à nossa fauna, dá-se o mesmo, e nem podia ser de outra maneira.

A riqueza de nossas extensas florestas, salvo pequenas manchas de essências coníferas homogêneas, como ocorre no Estado do Paraná, só é admissível quando consideradas botanicamente. Economicamente, pouco valem.

É bem verdade que na Amazônia se encontram preciosas madeiras, cujas qualidades e belezas não têm similares em outra qualquer parte. Esses



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o Interior enviamos pelo reembolso postal



valiosos exemplares encontram-se, porém, dispersos aqui e ali e inteiramente bloqueados por uma quase impenetrável muralha de outros exemplares de pouco ou nenhum valor econômico, o que dificulta de tal maneira a retirada daqueles, que a sua exploração se torna anti-econômica.

Representassem aquelas madeiras a riqueza que muitos lhes atribuem, a previdência dos governos já teria erigido órgãos adequados para a sua exploração e defesa, tal como fez para a Araucária brasileira, com a criação do Instituto do Pinho.

Não sabemos se durante a difícil e dramática construção da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, grande parte dos seus dormentes foram ou não de eucaliptos, importados da Austrália, como muitos afirmam. Basta, entretanto, essa suposição para mostrar quão difícil e anti-econômica é a exploração das florestas daquela imensa região.

Regra geral, florestas e águas são consideradas como fontes de riqueza e energia nas diversas regiões do globo. Na região amazônica, entretanto, essa regra faz exceção. A floresta, como já vimos, está longe de representar ali a riqueza econômica que aparenta; os seus rios, por falta de desníveis, não se prestam para a produção de energia, servem apenas como estradas navegáveis, aliás, em sua grande maioria só para embarcações de pequeno calado. A prova disso é que, em todas as cidades e povoações daquela imensa região, inclusive Belém e Manaus, a produção de energia elétrica é feita por motores movidos a óleo.

Nós nos orgulhamos de possuir o mais caudaloso rio do mundo, o rio Amazonas, aquele "gigante Briareu, que ao norte avulta", do poeta. É, realmente, o mais volumoso mas, também, o mais pernicioso; as suas barrentas águas levam, anualmente, para o oceano milhões de toneladas da carne e do sangue de nossas terras.

No que se refere à fauna, quase que se pode repetir o que foi dito sobre a flora: bastante formida em relação ao número de espécies, sobretudo dos representantes alados, mas escassa em relação ao número de seus representantes. Assim nos revelam os relatórios da Comissão Rondon, bem como o livro "Nas selvas do Brasil", do falecido presidente dos Estados Unidos, Teodoro Roosevelt,

descrevendo suas caçadas no interior do nosso País.

Também, a respeito de nossos mares, a Natureza só nos foi pródiga em relação à sua extensão; o próprio número de baías, enseadas e de portos naturais é restrito. Em peixes, salvo a zona costeira dos Estados do Rio Grande do Sul e parte do de Santa Catarina, eles são muito pobres, e a razão dessa pobreza é facilmente explicável.

Com efeito, para que haja fartura de peixe não basta que haja fartura de água, é preciso, também, que haja fartura de alimento, coisa que os mares brasileiros não têm.

Na esteira sem fim da Natureza, onde "nada se cria e nada se perde, tudo se transforma", os produtos orgânicos que chegam ao mar, são logo atacados pelas bactérias que os reduzem nos estados de nitratos, fosfatos, silicatos, etc., os quais tombam para o fundo e de lá voltam para as camadas superiores, em virtude do movimento vertical das águas, chamado ressurgência.

Nas camadas superiores, penetradas pela luz, esses sais minerais nutrientes são apanhados pelas algas que, graças à fotossíntese, os sintetizam formando o fitoplancton, verdadeira pastagem marinha que alimenta os peixes herbívoros, os quais, por sua vez, vão alimentar os peixes carnívoros.

O fenômeno da ressurgência é provocado pelas correntes marinhas, pelas diferenças de temperatura e de salinidade das águas, pelos ventos e pela rotação da Terra. Não fosse esse fenômeno, no mar não haveria vida. Onde ele é intenso, intensa é a vida; onde ele é escasso, escassa a vida é. E, infelizmente, nos mares brasileiros, ele é escasso.

Realmente, as correntes marinhas que correm para os mares brasileiros, com exceção de uma pequena parte do Sul do País, a corrente de águas frias vindas das Malvinas, aliás, logo desviada para Leste, devido à rotação da Terra, são todas de águas quentes, que se mantêm na camada superior, por serem mais leves. E como o nosso clima é subtropical, a diferença de temperatura entre o inverno e o verão não é suficientemente grande para resfriar a camada superior e fazê-la mergulhar sob a inferior a fim de emergi-la com seus ricos elementos de sais minerais nutrientes para a formação do fitoplancton, alimentação básica

para a multiplicação dos peixes.

Resta-nos quase que só o vento e a rotação da Terra, essa última força aumenta seus efeitos à medida que se afasta da linha do Equador, onde ela é quase nula, para provocar a ressurgência. Assim, principalmente no verão, quando predomina o vento Nordeste, nossas águas superficiais são arrastadas para Leste, à medida que avançam para o Sul, empurradas pelo vento, sendo então, substituídas por águas mais profundas que trazem sais nutrientes para a formação do fitoplancton.

Mas, infelizmente para nós, no reino de Netuno, Eolo tem pouco prestígio; sua influência não vai além de 40 a 50 metros de profundidade. Além disso, sobre a plataforma marinha que a pesca é mais fácil e produtiva e, em nossos mares, é relativamente estreita.

Aí está a razão da relativa pobreza piscícola dos mares brasileiros.

Há um país sul-americano, Peru, que nestes últimos anos se tornou o maior produtor e pescador do mundo, volumosamente falando, apesar de sua frota de barcos pesqueiros ser relativamente pequena.

Pessoas altamente conceituadas mostram-se espantadas quase escandalizadas, com esse fato, quando comparam a extensão de nossas costas e nossa produção de peixe, em relação às daquele país, terminando, invariavelmente, para acusarem nossos governos e nossos pescadores.

A relação existente entre nossa extensão territorial e extensão costeira, é tão evidente que não necessita demonstração.

A relação existente entre nossa produção agrícola e a dos Estados Unidos, tão freqüentemente absurdamente comparadas, só tem o mérito de diminuir o nosso agricultor, pelos motivos já vistos.

Assim, vamos apreciar as condições da produção de peixe no Peru, quantitativa e qualitativamente, e o que isto significa para a alimentação de seus habitantes, em confronto com a produção brasileira.

A produção mundial de peixe marítimo, em 1964, segundo estatísticas da F.A.O., foi calculada em 51.600.000 toneladas. Os principais países produtores foram, em toneladas: Peru, com 9.130.700; Japão, 6.334.700; China Continental, 5.800.000; Rússia, 4.480.000.

Estados Unidos, 2.638.000; Noruega, 1.608.100; Índia, 1.320.100; União Sul-Africana, 1.254.500; Canadá, 1.210.700; Espanha, 1.196.600; Chile, ... 1.160.900; Dinamarca, 1.010.200; seguindo-se os demais países produtores, com menos de um milhão de toneladas. A produção brasileira, talvez por ser muito reduzida, ou por falta de estatísticas, não foi incluída.

Admitindo-se que muitos países onde a pesca se acha organizada não foram incluídos nessas estatísticas, vê-se que o Peru produz quase a quinta parte de todo o pescado colhido no mundo.

Vale a pena perguntar se essa enorme produção é conseguida graças ao grande número e melhor aparelhamento de seus barcos pesqueiros, aliados à maior capacidade e habilidade de seus tripulantes, em relação aos demais países.

A frota pesqueira do Peru, no ano daquelas estatísticas, era constituída de 1.109 embarcações, com a arqueação bruta de 66.046 toneladas; a do Japão, segundo país produtor, era de 409.035 unidades, com a arqueação de 1.790.570 toneladas. Há, pois, uma relação aproximada de uma embarcação peruana para cada 368 japońesas, e de uma tonelada de arqueação bruta do primeiro, para cada 27 do segundo.

Quanto ao aparelhamento dessas duas frotas e capacidade e habilidade de suas respectivas tripulações, o máximo que se pode admitir é a equivalência.

Donde, então, vem tamanha disparidade produtiva? Simplesmente do fato de serem as costas do Peru banhadas por uma corrente marinha que, aliada a outros felizes fatores, as tornam excepcionalmente piscosas: a corrente de Humboldt.

O Peru goza de um privilégio pouco invejável: é um país sobre que tem por sina enriquecer os demais. Com o ouro dos Incas, abarrotou os cofres da Espanha; com o guano e a farinha de peixe, fertiliza solos estrangeiros.

Essa corrente de águas frias, ricas em sais minerais, ao atingir as costas do Peru, mergulha sob as águas mais quentes ali existentes, expulsando-as e provocando uma violenta ressurgência, que enriquece extraordinariamente com elementos nutritivos as camadas superiores atingidas pela luz.

O fitoplancton encontra, assim, um meio excepcionalmente

propício para a sua proliferação. Forma-se, então, ali a mais rica pastagem marinha para peixes herbívoros existente no globo, os quais nada mais têm a fazer senão crescerem e se multiplicarem.

A quantidade desses peixes é tamanha que para ali atraiu o corvo de peito branco das regiões subantárticas, que de tal maneira se desenvolveu nas ilhas costeiras daquele país que, hoje, representa ali a maior concentração de vertebrados existente no mundo.

Essas aves, em número de milhões, hoje sob severa proteção do Estado, com seus escrementos ricos em azoto, depositados no ambiente seco daquelas ilhas, visto que lá quase nunca chove, produzem anualmente mais de um terço de milhão de toneladas de adubo, que é exportado para o estrangeiro.

Sendo os peixes herbívoros relativamente pequenos, cujos tipos principais pertencem às famílias Clupeidae e Euprinidae, tais como, sardinha, arenque, anchova, tainha, etc. que vivem em imensos cardumes superficiais e, portanto, de fácil captura por meio de rédes mas, que, entretanto, são menos apreciados para o consumo humano do que os carnívoros, estes geralmente vivendo em águas mais profundas, considerados como peixes finos, justamente o contrário do que acontece em terra, onde os animais herbívoros são mais estimados para a alimentação do que os carnívoros, a quase totalidade da produção pesqueira peruana é transformada em óleo e farinha de peixe, e remetida para o exterior, onde vai lubrificar máquinas industriais e servir para o fabrico de rações para os animais domésticos ou, ainda, para a produção de adubo.

Essa grande produção tem, portanto, fins comerciais e não de subsistência; em consequência, o seu valor, calculado em dólares, representa aproximadamente apenas a metade da produção japonesa.

Continua, assim, o peruano, principalmente a população do interior, composta em sua quase totalidade de índios, ou de seus mestiços, a viver subalimentado e maltrapilho, sua miserável vida nas escarpadas e inóspitas regiões daquele país, mascando a folha de coca, para enganar a fome que lhe corrói as entranhas. A riqueza em proteína animal, que a Natureza tão prodigamente encaminha para aquele país faz, apenas, a fortuna de uns poucos privilegiados, nada valendo

para a imensa maioria de seus infelizes habitantes.

Vê-se, assim, que o problema não consiste apenas em se retirar do mar produtos alimentares; o problema, certamente muito mais difícil, consiste na distribuição eqüitativa desses produtos para se atingir no suprimento mínimo de proteína animal a toda população humana do globo.

Outro exemplo de um grande e conhecido pesqueiro, agora diferente pela qualidade do peixe colhido, é dado pelos célebres bancos de Terra Nova, bancos esses formados por duas correntes marinhas que se chocam: a corrente de águas frias, vinda da península do Labrador, com a corrente de águas tépidas de um dos braços do Gulf Stream.

Os peixes estenotérmicos e estenoalinos trazidos por uma e outra dessas correntes, ao encontro de ambas, têm os seus ambientes bruscamente modificados, devido às rápidas diferenças de temperatura e de salinidade das águas em que viviam, ficando inteiramente tontos e incapazes de se defenderem da voracidade dos peixes carnívoros, como o bacalhau que, então, para lá corre, a fim de se aproveitar da fartura de alimentos. Dal, a celebridade desses bancos para a pesca do tão apreciado "gado de Netuno".

O mar, comparado à terra, é um mundo irrequieto. Na terra, salvo alguns espasmos, produzidos por tremores, ou convulsões vulcânicas, tudo é sossego. O mar está sempre em movimento, em todo o seu volume. Durante muito tempo se acreditou que sua zona abissal era um mundo inabitado, negro, quieto e silencioso. As primeiras observações feitas em mares fechados, como no Mediterrâneo, assim demonstravam. Não foi, pois, sem certa surpresa que os cientistas, ao sondarem os oceanos, verificaram a presença de seres vivos em todo o seu volume. Muitos admitiam que os seres habitantes das grandes profundidades, submetidos que eram a tremendas pressões, deveriam ter formas inteiramente diversas dos habitantes das camadas superiores.

Nada disso aconteceu. Nenhuma classe, nem uma só ordem foi acrescentada às já conhecidas. A respeito de sua quietude, o mergulho realizado em meados de 1967 por cientistas franceses no batiscavo "Arquimedes", e que bateu todos os recordes de observações feitas em profundidade, até o

Considerações sobre o meio ecológico Brasileiro

presente, verificou, nos mares do Japão, a 9.269 metros de profundidade, a existência de correntes marinhas com a velocidade variável entre três milímetros até alguns centímetros por segundo.

Também, os seres observados nessa grande profundidade foram catalogados como sendo de organização perfeitamente similar à dos exemplares das camadas superiores. Alguns desses seres eram providos de grandes olhos pedunculados, cuja utilidade, naquela completa escuridão, os cientistas não puderam explicar. O absoluto silêncio, ali, era completo, pelo menos para a percepção do ouvido humano.

Em 1960, Jacques Piccard, filho de célebre Prof. Piccard, inventor do batiscavo, a bordo do "Trieste" já havia conseguido chegar ao fundo da grande fossa das Marianas, no Pacífico, situada a 11.437 metros, sob o nível do mar, porém, esse grande mergulho parece ter sido por finalidade bater recordes, enquanto aquele foi realizado objetivando pesquisas científicas.

E assim, ainda que lentamente, os mistérios do mar vão sendo desvendados.

Já foi dito que quando não há renovação de sais nutrientes na camada marinha atingida pela luz, não há formação de fitoplancton; onde não há fitoplancton, não há zooplanton; onde não há zooplanton, não há peixe. E como o fenômeno da ressurgência, em nossas águas, só é provocado pela movimentação das mesmas por efeito do vento combinado pela rotação da terra, ou por ligeiras modificações da salinidade ou, ainda, por ocasionais mudanças de pressão atmosférica, isto é, por forças que menos forças têm para provocá-lo, as nossas águas, como não pode deixar de ser, são pobres em peixe.

A dedução dessas condições naturais é que a indústria da pesca, nas costas brasileiras, é muito mais difícil e menos lucrativa do que parece à primeira vista.

Solos e mares brasileiros, portanto, se assemelham e se equivalem.

Teoricamente necessitamos de produzir, diariamente, mais 850 toneladas de proteína animal, para fornecer o necessário equilíbrio desse alimento à nossa população, visto que, pelos cálculos feitos, o brasileiro recebe por dia, em média, apenas 20 gramas, quando o míni-

mo indispensável desse alimento básico é de 30 gramas.

É muito difícil que possamos conseguir, em pouco tempo, a produção necessária para preencher esse grande vazio alimentar, porém, muito mais difícil, ainda, é a sua distribuição equitativa por toda a população. As classes mais abastadas, os habitantes das zonas mais desenvolvidas, sempre terão, ao seu dispor, mais proteína animal que os demais. Resulta disso que aquele mínimo diário de 30 gramas, previsto para cada habitante ou seja o aumento de 850 toneladas, terá que ser acrescido de muito.

Como obter, então, esse considerável aumento?

Se o brasileiro recebe em média, atualmente, 20 gramas de proteína animal e precisa de 30, é evidente que a nossa produção de carne e de peixe terá que ser aumentada de mais um terço.

É claro que somente isto não bastaria, visto que vários outros problemas, de difícil solução, logo se apresentariam, tais como: capitais, transportes, armazenagens, distribuição, capacidade aquisitiva dos consumidores, etc., cujas considerações seriam demasiadamente longas, dentro do âmbito do presente trabalho.

Assim, vamos ater-nos somente no que se refere ao aumento de carne bovina, admitindo que as outras espécies comestíveis acompanhem o mesmo ritmo de crescimento.

Pelas estatísticas feitas, por estimativa em 1965, pelo Ministério da Agricultura, o rebanho nacional era constituído de: .. 90.505.000 de bovinos; 62.544.000 de suínos; 32.312.000 de ovinos e caprinos e 262.000.000 de aves.

O abate, nos estabelecimentos registrados naquele Ministério, foi de: 7.843.000 de bovinos; 8.769.000 de suínos; 2.088.000 de ovinos; e 15.266.000 de aves, o que correspondeu à produção de 1.496.849 toneladas de carne bovina; 595.850 de suína; 33.821 de ovina; e 18.075 toneladas de aves.

Temos, assim, para o ano de 1965, uma produção de 2.144.595 toneladas de carne. Essa produção, entretanto, deve ter sido muito menor, visto que grande número de pequenos matadores e de abates feitos no interior do País, escapam aos dados estatísticos.

O desfrute anual do rebanho brasileiro, em relação àquelas estatísticas e aos bovinos, é de

pouco mais de 8%, mas como nelas não entra grande parte dos animais abatidos no interior, os técnicos admitem como sendo de, aproximadamente, 13%. Isto é, um dos mais baixos do mundo, visto que nos Estados Unidos e na Nova Zelândia ele atinge 40% e na Argentina 35%.

Bastam esses dois exemplos para mostrar que a importância do nosso rebanho bovino consiste mais em seu número do que em sua produção.

Dois são as causas dessa inferioridade: a fraqueza de nossas pastagens, além do descuido com as mesmas e o nosso sistema criatório.

Sobre a primeira causa já nos referimos, ainda que superficialmente; sobre a segunda, quase que poderíamos dizer ser um reflexo da primeira.

O sistema de criação de bovinos, no Brasil, salvo raras exceções, é o extensivo, tomando-se esse termo em sua mais nítida aplicação, visto que, em grande parte, pode-se dizer que ele se aproxima mais de uma indústria extrativa do que de uma indústria criatória. Um pouco mais de cuidado com a nossa indústria pastoril e teríamos o vazio atual de produção de proteína animal preenchido.

Quanto à indústria pesqueira em nosso País, pelas suas dificuldades naturais e hábitos alimentares do nosso povo, ela é, e será ainda por muito tempo, apenas supletiva, no que se refere à produção de proteína animal, conforme já fazem em alta escala, o Japão, Portugal, Espanha e os países escandinavos.

Existe uma perfeita relação entre o progresso e a capacidade aquisitiva de um povo e o consumo de carne; toda vez que aquelas condições melhoram, verifica-se aumento no consumo desse alimento.

Segundo estatísticas de 1945, o australiano e o neozelandês eram os povos que mais carne consumiam, com a média anual de 140 quilos por habitante; seguíam-se o argentino e o uruguaio, com 110, países em que a indústria pastoril constitui a principal riqueza. Nos Estados Unidos esse consumo foi calculado em 77 quilos; na Inglaterra, em 60; na Alemanha, em 49; na França, em 44.

Em países como o nosso, esse cálculo se torna bastante difícil. É provável, entretanto, que tal consumo ande pela casa dos 28 quilos, e muito irregu-

lamente repartidos. É, pois, uma quantidade insignificante, considerando-se que o Brasil é um País produtor de carne, face ao seu numeroso rebanho.

No presente trabalho, seguimos o brocardo: — Os fatos são mais importantes quando contrariam as idéias ou hipóteses aceitas, do que quando as confirmam. — Apesar disso, temos a certeza de que seus leitores (se os houver), nos considerarão pessimistas ou mesmo, derrotistas, para usar um termo mais em voga. Ninguém, entretanto, ficaria mais satisfeito do que nós se nos convencessem do contrário, não com palavras sazoadas de um patriotismo mal interpretado, mas sim, com a evidência dos fatos.

Bibliografia sumária

Albert Boyer — Les Pêches Maritimes. Col. "Que sais-je?" n.º 199.

Alain Lassara — Biologia et Pêches. Col. "Que sais-je?"

Amílcar de Magalhães, Coronel — Pelos Sertões do Brasil — Porto Alegre, 1930.

Henry Rouy — La Viande — Col. "Que sais-je?", n.º 374 — Paris.

Jacques Bouteloup — Vagues, Marées e Courants Marins — Col. "Que sais-je?" — Paris.

Jean-Marie Perès — La Vie Dans les Mers — Col. "Que sais-je?" n.º 72 — Paris.

Joubin L. — La Vie Dans les Océans — Paris, 1919.

Paul Bougis — Le Plancton — Col. "Que sais-je?" n.º 1 211.

Pierre Gourou — La Terre et l'Homme en Extrême-Orient — Paris, 1947.

Pierre Gourou — Les Pays Tropicaux — Paris, 1948.

William Vogt — O Caminho da Sobrevivência — S. Paulo, 1951.

Theodoro Roosevelt — Nas Selvas do Brasil — Rio, 1945.

Wells e Huxley — A Ciência da Vida — Rio, 1940.

I. P. E. C.

Irmãos Peixoto

ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Reformas em geral — Construimos prédio ou residência. Contrato direto, por administração ou financiada. Incorpora e vende. Com financiamento da COPEG.

Informações: **Av. Pres. Antônio Carlos, 615**
— grupo 705 — Tel. 22-2323
— Guanabara.

FRUTAS CÍTRICAS — COMERCIALIZAÇÃO

O Grupo de Trabalho que estuda os problemas relativos à produção e comercialização de frutas cítricas, criado na Secretaria da Agricultura e integrado por agrônomos estabeleceu as relações de acidez-sólidos solúveis e porcentagem de suco para os seguintes citros: laranjas pêra, hamlin, bahia, bainhã, barão e lima, bem como tangerina e pomelos.

Entrosando-se com as demais

comissões que tratam dos vários aspectos da cultura de citros, o Grupo de Trabalho fez diversas recomendações sobre a comercialização de frutas cítricas no Estado, tendo em vista a execução da portaria n.º 327-A, do Ministério da Agricultura, estabelecendo a obrigatoriedade do registro das casas de embalagem ("packinhouses") junto à Secretaria da Agricultura e das firmas utendistas.

O destino do conteúdo dos esgotos no local e os aterros sanitários depende do solo como agente purificador.

F. Glade Loughry

Tecnologista de solos, Departamento de Saúde de Pennsylvania, Harrisburg, Pennsylvania

Os habitantes das cidades retiram-se para os subúrbios a fim de poderem escapar à vizinhança aglomerada e conseguir não só ar fresco, também existência agradável. Frequentemente, verificam que, ao invés disso, perderam facilidades sanitárias e serviços que têm como garantidos.

Quando o sistema sanitário sofre perturbações ou a água de poços fica com gosto desagradavelmente suspeito, o sono começa e desvanecer-se. E se os esgotos contaminam o ar, a desilusão é completa.

Podem, ainda, ocorrer mais surpresas. A coleta de restos e lixo pode não ser adequada, em consequência do custo da remoção. Ou um local de destino mal localizado e com funcionamento deficiente talvez seja motivo de incômodo, produzindo odores ou fumaças desagradáveis, a procriar moscas e ratos, a poluir a água com cheiro de material putrefato.

Decreto Sobre Esgotos ("Sewage Facilities Act")

O rápido desenvolvimento da população nas zonas que eram anteriormente áreas rurais, em redor das cidades, tornou críticos, em muitos Estados, ditos problemas. Pennsylvania julgou necessário estabelecer nova legisla-

ção para enfrentar assuntos de saúde nos arredores, apreciados com a rápida urbanização.

O *Decreto Sobre Esgotos*, de Pennsylvania, de 1966, providencia a respeito do planejamento e da regulação dos sistemas de esgotos individuais e comunitários. Determina que as municipalidades submetam planos desenvolvidos para a resolução das necessidades relativas a esgotos nas respectivas jurisdições. Exige licenças para que pessoas instalem ditos sistemas e autoriza o Departamento de Saúde de Pennsylvania a adotar normas, regulamentos, padrões e métodos.

O *Decreto Sobre Esgotos* responsabiliza mais de 2.500 municipalidades do referido Estado. As cidades, distritos e bairros podem agir cooperativa ou conjuntamente para realizar as providências do Decreto.

O Departamento de Saúde do Estado é responsável pela execução do Decreto no caso de municipalidades que não tenham meios para sua aplicação, ou que não lhe sigam as regras e os preceitos. Existem verbas destinadas a reembolsar as municipalidades de metade do custo, não só com as despesas locais, mas também com os planos oficiais.

Os projetos municipais estão sendo organizados graças a comissões de planejamento e firmas consultantes. A taxa de crescimento é o principal fator quando se estabelecem datas para o término dos planos. Exige-se que esses mostrem:

- 1) — Áreas onde já existem sistemas de esgotos.
- 2) — Áreas onde estão planejados para que funcionem dentro de dez anos.
- 3) — Áreas onde os sistemas comunitários não estão planejados para o referido período.

O estudo do solo é básico

Onde não existe o sistema de esgotos públicos, o plano deve incluir a avaliação de solos em termos da respectiva capacidade quanto à descarga local do conteúdo dos esgotos. Isso é, via de regra, baseado nos levantamentos detalhados feitos pelo Serviço de Conservação de Solos. Em algumas áreas críticas, onde os estudos do solo não têm sido realizados, verbas convenientes foram entregues às municipalidades a fim

de auxiliá-las a fazer ajustes com tal Serviço, de modo a acelerar os levantamentos de solos.

A consideração de solos inclui também a expedição de licenças para novos sistemas de esgotos individuais, conforme determinado pelo Decreto quanto a lotes inferiores em tamanho a um acre. Tradicionalmente, a descarga no local inclui uma fossa séptica com manilha num campo de distribuição, que serve para filtração do material afluyente abaixo da superfície.

Os levantamentos do solo constituem o elemento principal para instruir as solicitações de licenças. Devem ser incluídas informações detalhadas a respeito do tipo de solo, espessura do lençol d'água segundo a estação do ano, profundidade do leito de rocha firme, inclinação e coeficiente de filtração. Onde o levantamento do solo for disponível, tais dados podem dele ser extraídos e sujeitos a exame local para confirmação.

Muitos solos possuem características que os tornam claramente impróprios para sistemas-padrões de descarga de esgotos abaixo da superfície. Incluem:

- 1) — Lençol d'água alto; 2) — pouca espessura das rochas impermeáveis; 3) — declives instáveis e encharcados; 4) — subsolo vagarosamente permeável; 5) — inundação por curso d'água, que transborda; 6) — reduzida profundidade quanto à camada muito permeável, tal como calcário fendido ou cascalho grosso, que não filtra e purifica o material afluyente.

Sinal fideliño

A presença de características do solo, que indiquem

A LAVOURA

tals condições, é usualmente mais garantida do que exames limitados, possivelmente tendenciosos, executados sob condições cujo contróle é medíocre. Por exemplo, a densidade, a estrutura laminar e o mosqueado, facilmente reconhecíveis, dizem mais a respeito da permeabilidade de um local do que testes de filtração executados a reduzidas profundidades durante a estação seca, quando a água pode escorrer lateralmente em um solo frouxo, acima da camada firme desse. Também o solo mosqueado, que indica umidade relacionada com a estação, mostra local de fraca qualidade, mesmo se a inspeção for em solo seco.

Alguns solos que, por definição, são profundos, bem drenados, permeáveis e sobre inclinações pequenas ou moderadas, constituem grandes riscos quanto a sistemas de descarga no local. O coeficiente de filtração, para ser usado no preparo de uma rede de manilhas para dado volume de materiais afluentes, pode ter base em exame padrão do Laboratório de Exame de Solos da Universidade Estadual de Pennsylvania.

Certos solos de materiais mistos varíam tanto dentro de pequenas distâncias que interpretações gerais não convém sejam usadas em confiança. Exigem pericia no local a fim de se localizar zona segura para uma rede de manilhas.

Alternativa para a fossa séptica convencional e o sistema de rede de manilhas é preciso considerar-se em alguns casos. Um desses é nas áreas onde os esgotos estão planejados para instalação em dois, cinco ou dez anos, e os construtores necessitam manter o impulso para justificar o eventual preparo de

esgotos. Outro caso é para a hipótese de lotes que tenham permanecido abertos em certa área de desenvolvimento devido a locais de características fracas. Aqui a pergunta é, muitas vezes: "Por que se nega para este lote quando os vizinhos possuem fossas sépticas, que jamais trouxeram quaisquer dificuldades?"

Ocorre também a necessidade de medidas temporárias que funcionarão durante algum tempo, enquanto os esgotos estão definitivamente programados para breve término.

Outro processo quanto à fossa séptica e ao tanque de filtração é o tanque de aeração. Tal equipamento realiza a melhor tarefa na decomposição química dos resíduos. Bom sistema destroi 85 a 90 por cento do material de esgoto, biologicamente degradável.

Um sistema de aeração também fornece afluyente mais seguro onde a rede de manilhas inclui calcário com fendas ou camadas de cascalho limpo, que não filtram aquêle material. Nesse caso, um filtro de areia nos sulcos de distribuição espalha e retarda dito afluyente, de modo que fique mais tempo em contato com o solo.

Outras alternativas incluem o bombeamento do afluyente para certo local onde é encontrado solo satisfatório; enchimento da área com solo permeável para conseguir-se camada suficiente acima do lençol d'água ou acima do cascalho; e fossas de manutenção. Essas ficam dispendiosas se empregadas durante longo período porque é preciso seja todo o material de esgoto bombeado para vagonetes e conduzido aos esgotos, onde será recebido pela estação de tratamento.

Toneladas que se desperdiçam anualmente

A descarga de resíduos sólidos é outro aspecto do problema, que cresce com a mudança de tecnologia e com o aumento de população. A estimativa de produção total, por ano, de tais resíduos val de 3/4 de tonelada para mais de uma tonelada, per capita.

O atêrro sanitário constitui forma econômica para o destino de resíduos sólidos. Eis métodos alternativos: incineração, preparo de composto e rações com restos de alimentos, destinados a porcos.

O solo é de grande importância quanto a todos êsses métodos. A incineração e as rações com restos de alimentos reduzem o volume do material, mas ainda deixam resíduos, que precisam ser aterrados ou depositados no solo. O composto produz substância útil para a agricultura.

O atêrro exige cuidadosa seleção de local e estrito controle de operação a fim de evitar que apareçam outros problemas. Muitas pessoas confundem o atêrro com o amontoamento e reagem à proposta de local próximo para isso, dizendo: "Ponham em qualquer outra zona".

Além do problema emocional, há circunstâncias a serem superadas na localização e funcionamento de um atêrro sanitário. Os restos de alimentos, que se decompõem, o lixo e os resíduos industriais produzem vasta gama de produtos desagradáveis. Um bom solo propriamente usado possui grande efeito renovatório sobre produtos intermediários.

Se a reação puder ser aeróbica, a maior parte da matéria orgânica se desdobra em dióxido de carbônio e água. Caso o atêrro sanitário

fleiar abaixo do lençol d'água, o metano é o principal produto gasoso e substâncias solúveis combinadas com a água produzem repugnante material negro. Se houve excesso de água, êsse escapa do enchimento e polui a água, tanto subterrânea como superficial.

Bom atêrro sanitário fornece localização para sólidos em uma escavação onde podem ser comprimidos e cobertos diariamente com 6 polegadas de terra, pelo menos. Isto evita fogos acidentais, espalhamento de papéis, propagação de moscas e ratos, bem como escape de odores. A cobertura final necessita ter, pelo menos, dois pés de solo.

As condições dêsse, apropriadas para locais de atêrro, são tais que fazem competição com as boas terras para

agricultura, localização indústrias, rodovias e muitas empresas de recreação. O solo deve ser profundo, bem drenado, de textura média ou medianamente grossa, com encostas reduzidas moderadas, sem muitas pedras ou calhaus, jamais inundado por correntes d'água não tendo como base rochas com grandes canais ou fendas de selixos que não possam filtrar material putrefato.

Traduzido da revista "SOIL CONSERVATION — Devoted To The Wise Use of Land And Water Resources" (preparado pela Divisão de Informação, Serviço de Conservação do Solo, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América setembro de 1968, volume 33, n.º 2, páginas 31 e 32).

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para março e abril

OLERÍCOLAS

Março — Nos canteiros de sementeiras são semeados: acelga, alface, beterraba, couve, chieória, jiló, mostarda, repólho, salsa e tomate. Semeia-se diretamente no campo em canteiros: espinafre, rabanete, abóbora, milho verde, plantando-se ainda batata doce.

Abril — Replacagem e transplante generalizado de foliáceas, continuando-se o semelso das mesmas espécies, e mais do brócolo. Planta-se chuchu, para a formação de novas latadas.

Inicia-se o semelso da cenoura e do nabo em local definitivo, bem como do agrião sem água, que irá até setembro.

FRUTÍCOLAS

Março — Prosseguem os trabalhos culturais do pomar: primeira espina, planta-se abacaxi das mudas obtidas da última colheita. Inicia-se a colheita das larangejas precoces, tais como laranja, balaninha e hamli. Semeia-se mamão e colheita-se ainda: goiaba, abio, banana, carambola, fruta-de-conde, jaca, mamão, maracujá. Termina a colheita do caju e do sapoti.

Abril — Inicia-se a colheita de tangerina e pitanga, prosseguem as colheitas de abacate, banana, goiaba, mamão e jaca. Termina a colheita da fruta-de-conde, abio e jaboticaba.

SEU FLORÊNCIO

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

"Antes andar à toa, que ficar à toa. Saber de informação é uma coisa, muito outra, de observar. Vendo o que anda por cá, de felto, eu, que conheci, antes de sua chegada, estas terras no abandono, posso, no respeito puro da verdade, dizer que devíamos trocar o nome das nossas fazendas. A sua tomava o de Maravilha, a minha o de Mirante — que boa vista dela se tem".

Identifique-o, então. Aquê-
le senhor — magro, teso,
meão, cabelos brancos bastos
e longos, bigode cortado rente,
barbicha bem aparada,
que, botas altas, eulote e casaco
de brim einza, camisa
branca esporte, lgelro, apeara
de um bem tratado alazão,
dos vivos, entrara no alpendre,
sorridente, cordial, com
lhaneza cativante, pedira licença,
colocara no cabide o chapéu
de palha fina, elara e o relho
de couro trançado, com castão
de prata, apertara-me, firme,
a mão, insistira em que voltasse
a me sentar, fizera o mesino e,
de entremio, disparara todo
aquê-
le verbo — era seu Florêncio.

Entrado na casa dos olten-
ta, rijo de corpo, áglil de espírito,
conservado como poucos,
era tido como alguém que valia
a pena se conhecer. Uma forte,
original, rara personalidade
de homem interiorano, de alto
gabarito, dos velhos tempos.
Figura marcante de uma época,
tinha



singularidades dignas de registro. Tendo-lhe dito o quanto me alegrava a visita, com que me distinguiu, saluse com essa: "Foi por euriosidade: para conhecer, em pessoa, o mundão de benfitorias que está fazendo; por cortezia; a fim de retribuir a que fêz, domingo passado, à minha propriedade, quando eu estava de viagem; e por interesse: como vou explicar".

"O povo diz que o senhor ajudou, no peso bruto do bolso, o prefeito a eleger-se. Será que tem mando para conseguir, dêle, um favor grandez?"

"O que quero é pouco. Não traz gasto de dinheiro público. Não prejudica ninguém. Mas, não val ser fácil de obter."

"Nunca suportei ajuntamento. Amontoado de gente não é comigo. Para quem como eu ama a solidão, nela sempre viveu, dói, a fundo, pensar que, mais hoje mais amanhã val para o cemitério: morar de eterno, em povoado de defunto. Veja se há jeito de me garantir o enterramento na Maravilha. Já tenho, at, um alto de morro escolhida. Estou pronto a dar, à municipalidade, uma contribuição especial

para ter o direito de lá colocar a minha cruz".

Assegurando-lhe eu que podia ter certeza de que não mediria esforços no levar avante o propósito de atendê-lo, antecipei agradecimentos asseverando que "confiava alcançarmos afinal êxito, vez que em minha indispensável intervenção seria, sobretudo, ajudado por N.S. da Glória, sua madrinha que, no fundamental, jamais lhe faltara." Contou, então, para ilustrar o afirmado: "moço, ainda, assumi a direção dos trabalhos num garimpo, em Goiás. Lá se empregavam acima de 200 pessoas, gente vinda nunca se indagava de onde tinha de tudo. Para o carrêgo — considerado humilhante — da água de beber, do manancial até o acampamento, foi estabelecido, com preço conhecido geral e sem qualquer protesto, que a tarefa far-se-ia em rodízio. Decorridos mais de 2 meses, um sujeito, tido por facinoroso e perigosíssimo, chegada a sua vez, negou-se, diante da turma, em frontal desacato, a fazer aquêle serviço. Me vi morto ou assassino, o pessoal todo com os olhos em mim, curioso da providência que eu tomaria. Ai, naquela angústia, de repente, minha madrinha, Nossa Senhora, acudiu, me iluminou. Gritei: vosmecês que carregaram água e mais os que estão por cumprir sua parte no trato é que decidem se o homem, aqui, val ou não. Foi, a ponta de faca, mas foi".

Teve, finalmente, mais esta: sem motivo perceptível, no inevitável trecho da conversa sobre a situação do país, súbito ergueu-se, em pertigou-se e, de imediato sentou-se com naturalidade. Adiante renovou-se este estranho, perturbador procedimento. Face à confusão, à perplexidade, já, indistigáveis, em que me encontrava, num sorriso envolvente, seu Florêncio justificou-se: "É que, esquisitice minha, perdoo, tenho por uso pronunciar ou ouvir de pé, o nome da pátria." E, levantando-se mais uma vez disse: "Brasil".

CURSO DE CINEMATOGRAFIA EDUCATIVA

(Como usar filmes na
educação)

A película cinematográfica educativa constitui poderosa arma — a serviço do bem — nas mãos dos que sabem empregá-la, eis indiscutível verdade, hoje em dia.

A fim de divulgar as potencialidades de tão eficiente instrumento, o Prof. Sylvio do Valle Amaral — pioneiro dos cursos de cinematografia educativa no Brasil, pois sistematizou o ensino dessa matéria — a vem lecionando desde 1959, através de numerosas aulas, palestras etc., realizadas em várias cidades da nossa Pátria.

Também na atualidade, ninguém mais — pelos menos de boa fé — ignora o formidável valor do aludido meio para desenvolver a agricultura.

Por isso mesmo, tal educador, que:

- a) Ministra, há vários anos, a disciplina "O CINEMA E A EDUCAÇÃO RURAL" na Escola de Horticultura Wenceslao Bello (mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura), situada na Guanabara
- b) Tem divulgado o "CURSO DE CINEMATOGRAFIA EDUCATIVA" em numerosas instituições, oficiais ou não (Escola Normal Júlia Kubitschek, Colégio Bennett, Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Guanabara, Escola do Serviço Público do DASP etc.),

resolveu estender o oferecimento de tais cursos, não só às Secretarias de Educação e às de Agricultura dos diversos Estados, mas também a quaisquer outras entidades ligadas ao ensino, inclusive de agricultura e

assuntos correlatos; escolas cooperativas, entidades de classe, repartições públicas, clubes etc.

Alguns tópicos do respectivo Programa dão modo idêntico de sua utilidade, como se vê:

— Bibliografia: livros, folhetos e periódicos. Bibliotecas relacionadas com educação, agricultura etc.

— Filmografia de temas vários, inclusive agrícolas.

— Projeções luminosas e geral.

— Entidades onde se podem conseguir filmes, diapositivos e diapositivos (gratuito e aluguel) e venda. Catálogos e listas a elas relativos.

— A cinematografia e educação rural. A Escola de Horticultura Wenceslao Bello e seu curso pioneiro sobre essa matéria. O Cinema Rural do Ministério da Agricultura.

— O filme cinematográfico educativo e a agricultura brasileira.

— O uso correto de filmes em reuniões.

— Cinematografia silenciosa, sonora e tridimensional.

Aos interessados em integrar o ensino, inclusive agrícola, com as modernas técnicas da cinematografia (cuja eficácia é prova sua adocada pelos mais adiantados países do mundo), solicita-se dirigirem-se ao referido educador no endereço abaixo:

643, 8.º and., ap. 805 (ZC-07) Copacabana

Telefone: 237-6262

Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil

A LAVOURA

Notícias e Informações

ABATE DE VACAS

Aprovando exposição de motivos do ministro da Agricultura, o presidente da República assinou decreto estabelecendo que, durante o ano de 1969, "fica proibido, em todo o território nacional, o abate de fêmeas bovinas, até cinco anos de idade, assim consideradas as reses que não apresentam os dentes incisivos iguálicos, incluindo-se na proibição as bezerras". O decreto regula o abate de gado bovino e fixa a percentagem permitida para o abate de vacas em todo o País.

REFLORESTAMENTO

A campanha de reflorestamento do Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), será intensificada em 1969, segundo revelou o ministro Ivo Arzua, no informar que em 1968 foram aprovados 430 projetos com base nos incentivos fiscais concedidos para o setor, correspondendo a um investimento superior a NCr\$ 180 milhões.

O ministro afirmou que será dinamizado o sistema de assistência do IBDF, que tem a incumbência de promover a proteção à fauna e à flora, de manter as reservas florestais para conservação da Natureza e estimular o plantio de áreas sem vegetação, e que a Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz, na Guanabara, já dispõe, para venda nos interessados, de grande quantidade de sementes de essências florestais.

A LAVOURA

ENGORDA EM CONFINAMENTO

Por proposta do general Alberto de Assunção Cardoso, o Conselho Nacional do Abastecimento aprovou um plano de abastecimento de carne nos grandes centros consumidores, a ser cumprido este ano. O plano foi considerado bom pelos técnicos porque contempla as áreas de produção, uma vez que sugere financiamentos para a engorda de bois no período da entressafra. Aliás, será dada ênfase especial no sistema de engorda do gado confinado, que deverá processar-se em grande escala no ano em curso.

SUDENE PERNAMBUCO: 41 PROJETOS AGRO-PECUÁRIOS APROVADOS

1 — Usina São José S/A (Investimento total projetado: NCr\$ 4.391.288,00); 2 — Sociedade Mousinho de Avicultura Ltda., NCr\$ 325.000,00; 3 — Cia. Avícola Industrial — COAVI (NCr\$ 200.000,00); 4 — Sociedade Agrícola Melhoramento do São Francisco Ltda. (NCr\$ 520.255,00); 5 — Aurélio e Filho S/A, Agricultura — AFISA..... (NCr\$ 1.454.712,00); 6 — Sociedade Agro-Pecuária Canaan Ltda. (NCr\$ 135.341,00); 7 — Indústria e Comércio de Alimentos S/A NCr\$ 400.000,00; 8 — Cia. Agro-Avícola de Igarassu Ltda. (NCr\$ 185.413,00); 9 — Aviz-Agro-Pecuária Ltda. (NCr\$ 240.000,00); 10 — Fazenda Brasileira S/A, (NCr\$ 797.184,00); 11 — Agro-pecuária S. Clara Ltda.,

(NCr\$ 534.000,00); 12 — Fazenda Tamboatá (NCr\$ 1.187.778,00); 13 — Apotí Agro-Pecuária S/A — APESA (NCr\$ 290.460,00); 14 — Moura Agro-Industrial Ltda. (NCr\$ 223.312,00); 15 — Empreendimentos Rurais S/A — ERUSA (NCr\$ 1.992.000,00); 16 — Agro-Pecuária Cliper Ltda. (NCr\$ 351.371,00); 17 — Agro-Pecuária Fazenda Pau-Ferro S/A, (NCr\$ 837.000,00); 18 — Indústrias Reunidas Otaviano Duarte S/A — IRODUSA (NCr\$ 1.776.000,00); 19 — Sociedade Avícola S. Inácio S/A. — SOASI (NCr\$ 407.700,00); 20 — Fazenda Carioca S/A, (NCr\$ 320.000,00); 21 — Agro-Pecuária Antonio Alexandre Filho Ltda. (NCr\$ 570.000,00); 22 — João Dario Agro-Pecuário Ltda. — JUDAPE (NCr\$ 570.000,00); 23 — Fazenda Pedra Comprida (NCr\$ 1.107.000,00); 24 — Empresas Reunidas Aliança Ltda. (NCr\$ 273.000,00); 25 — Agro-Pecuária S. Luzia Ltda. (NCr\$ 540.000,00); 26 — Cia. Agro-Pastoril Vale do Moxotó (NCr\$ 1.380.000,00); 27 — Agro-Pecuária São José S/A (NCr\$ 1.677.500,00); 28 — Musafra S/A — Agro-Industrial (NCr\$ 610.000,00); 29 — Pecuária S. Antonio dos Palmares S/A (NCr\$ 580.000,00); 30 — Fazendas Reunidas de Taquaritinga S/A..... (NCr\$ 1.112.000,00); 31 — Cia. Agro Industrial Gameleira S/A (NCr\$ 1.363.000,00); 32 — Sociedade Avícola Julves Ltda. (NCr\$ 400.000,00); 33 — Gonçalves Santiago e Filhos S/A

(NCR\$ 570.000,00); 34 — Indústrias de Alimentos Balançados Ltda.; 35 — Fazenda Riacho do Meio S/A. (NCR\$ 500.000,00); 36 — Carlos Burle & Cia. Ltda. (NCR\$ 830.500,00); 37 — Granja Vale da Esperança Ltda... (NCR\$ 760.000,00); 38 — Pernambuco Neloire Ltda. (NCR\$ 241.854.000,00); 39 — Organização Beltrão — ORIBEL (NCR\$ 450.000,00); 40 — Fazenda Catalunha S/A... (NCR\$ 2.290.000,00); 41 — Empresa Agro-Pecuária Ltda... (NCR\$ 1.362.000,00).

ABELHAS AFRICANAS

A Prefeitura de Araçatuba solicitou à população daquela cidade que se organizasse para localizar e exterminar um enxame de abelhas africanas que causou a morte de alguns bois naquela cidade do interior paulista.

Quando os animais apareceram mortos, sem causa aparente, os pecuaristas locais providenciaram exames de laboratório, nos quais foi atestada a presença do veneno altamente tóxico das abelhas africanas. A partir disso, o povo passou a procurar as abelhas, que foram localizadas em plena zona urbana de Araçatuba. Um grupo do Corpo de Bombeiros local retirou o enxame à noite e queimou-o.

GIRASSOL

O plátio do girassol em Pernambuco foi tema de uma reunião programada na sede do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco, entre o industrial José Alimonda, o diretor, Sr. Ursulino Dantas Veloso, e técnicos daquele órgão. O IPA tem realizado uma série de experimentos, com diferentes variedades de girassol, buscando determinar as que melhor se adaptam às condições de solo e clima da região nordestina. O industrial José Alimonda está promovendo uma campanha visando ao desenvolvimento da cultura do girassol, cuja industrialização permite o aproveitamento da torta para ração de animais e do óleo para alimentação humana.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA AUMENTADA

O Ministério da Agricultura recebeu os dados preliminares sobre a produção agrícola do

ano passado mostrando que dez dos onze principais produtos, excluindo-se o café, apresenta-

ram altas substanciais na sua produção, e apenas o cacau sofreu uma queda.

É a seguinte a estimativa da produção agrícola:

PRODUTO	1967 (toneladas)	1968 (toneladas)
Algodão	1.692.068	1.814.313
Amendoim	750.741	778.453
Trigo	629.301	743.842
Soja	715.608	735.618
Milho	12.824.500	13.124.210
Batata	1.466.521	1.578.940
Feijão	2.553.577	2.530.660
Cana	77.034.000	81.034.000
Cacau	194.692	183.376
Arroz	6.791.990	6.974.861
Mandioca	27.268.193	29.104.610

ASSISTÊNCIA A PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES BOVINOS

Representando o Banco Interamericano do Desenvolvimento, o Sr. Jaime Trujillo desembarcou em Salvador em fins de janeiro, a fim de assistir no início das atividades do Banco Econômico da Bahia no setor do crédito rural orientado, com recursos oriundos do BID, Banco Central da República e do próprio BEB.

Sobre o programa a ser aplicado, declarou que visa ao atendimento de pequenos e médios produtores dentro da política do Governo Federal de desenvolver as atividades agropecuárias do País.

PLANO-DIRETOR DA AGRICULTURA CEARENSE

O secretário da Agricultura, agrônomo Mauro Botelho, entregou ao governador Plácido Castelo o primeiro plano-diretor de agricultura, para o biênio 69/70, elaborado e a ser executado por aquela pasta.

O referido plano prevê a ordenação de esforços de todos os órgãos federais, estaduais e municipais, que atuam no Ceará, para atingir objetivos que impliquem no incremento da agricultura de subsistência e da pecuária.

Segundo o secretário da Agricultura, o plano dá prioridade à cotonicultura, com cuidados especiais para a melhoria do algodão arbóreo, a produção de sementes das fibras 34/4 e 34/6, bem como a criação de canpos próprios para a produção de sementes selecionadas, em cooperação com particulares, cooperativas agrícolas e prefeituras municipais,

o que ficará sob a responsabilidade das residências agrícolas do interior do Estado. Também dará prioridade à proteção da cultura do feijão, milho e mandioca.

AFTOSA E RAIVA NO PARANÁ — VACINAÇÃO

A Secretaria da Agricultura distribuiu mais de 65 mil doses contra aftosa, outras 79 mil cristal violeta e 434 contra a raiva, num total de 145 mil doses de vacinas que objetivam a redução da incidência de várias moléstias coagênicas no rebanho paranaense.

Cento e trinta e seis Postos Rurais do Fundo de Equipamento Agropecuário, cobrindo todo o interior do Estado, estão realizando esse trabalho de vacinação, dentro do primeiro objetivo do FEAP, que é "promover aos agricultores e criadores do Estado a assistência de que tanto enreque o meio rural, no sentido de possibilitar sua própria redenção sócio-econômica.

GADO DE CORTE — INCREMENTO

O emprêgo de NCR\$ 122 milhões em 367 projetos de desenvolvimento da pecuária de corte, beneficiando criadores nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, foi examinado durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), presidida pelo ministro da Agricultura, com a participação de representantes do Ministério do Planejamento, Banco Central, Banco do Brasil, e dos pecuaristas daqueles cinco Estados.

MAIS FÉRTIL O SOLO MINEIRO

O Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura, que está estudando o Subprojeto de Calcário, concluiu o levantamento técnico dos Municípios de Patos de Minas, Patrocínio, Araguari e Itaipubata, onde foram levantadas as jazidas e os moinhos de calcário, visando a dimensionar a produção e o mercado agrícola da região.

O levantamento foi feito pelo agrônomo Marcos Eustáquio Andrade, do Ministério da Agricultura e pelo geólogo Marcelo Guimarães Melo, da CODEVALE, que voltaram bem impressionados com a fertilidade e a topografia dos municípios visitados, os quais apresentam condições excelentes para uma boa agricultura, servindo mesmo como Região-Piloto do Plano a ser executado no Estado.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE RURAL

Os resultados da pesquisa agrônômica obtidos em 1968, propiciando o aumento da produtividade nas culturas do trigo, algodão, soja e arroz, e a programação dos Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, do Ministério da Agricultura, durante o ano de 1969, foram discutidos na Guanabara, com a participação de pesquisadores em agricultura de todas as regiões do País.

O ministro da Agricultura destacou, na reunião, que pretende dar grande desenvolvimento aos trabalhos de pesquisas e experimentação agropecuárias no decorrer de 1969, e anunciou o início das atividades dos novos institutos instalados em Colombo, no Paraná, e em Cumpo Grande, em Mato Grosso, com área de atuação sobre os Estados de São Paulo e Paraná, e Mato Grosso e Território de Rondônia, respectivamente.

MENOS CAFÉ EM ESTOQUE

Inverteu-se em 1968 a tendência quanto aos estoques governamentais de café: em lugar de manter-se a contínua elevação dos "excedentes", retiraram-se dos armazéns 11 milhões de sacas. No início do Ano-Convênio, o estoque era de 62 milhões de sacas, e 12 meses depois (setembro de 1969) caiu para 51 milhões.

Ao mesmo tempo, o IBC iniciou a execução de um plano de eliminação dos armazéns inadequados e utilização dos próprios da Autarquia. No Ano-convênio, de outubro de 1967 a setembro de 1968, foram retiradas de armazéns de terceiros 5.903.717 sacas, o que significa uma economia anual de NCr\$ 6 milhões.

APLICAÇÃO B.N.C.C.

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), afirmou que as aplicações do BNCC em 1968 foram 40 vezes maiores do que as de 1963, ano anterior à Revolução, e que os financiamentos do banco, no ano passado, beneficiaram mais de um milhão de associados em cooperativas de produção agropecuária, pesca, artesanato e consumo.

As aplicações do BNCC atingiram, em 1968, NCr\$ 165 milhões, e representam um acréscimo de 65% sobre NCr\$ 4.263 milhões, no ano de 1967, quando alcançaram NCr\$ 100 milhões, sendo que somente para o fomento e amparo à produção agropecuária e atividades pesqueiras foram destinados, no ano passado, NCr\$ 148 milhões.

BUROCRACIA X BATATINHA

Nota de Samuel Soares, no "O Jornal" de 31/1, diz textualmente:

"É inextirpável no espírito dos nossos burocratas a displacência criminosa com que tratam o problema da maior transcendência em favor do interesse coletivo. Agora mesmo, chegamos de Florinópolis a notícia de que sessenta mil quilos de batatinhas, impartidos da Alemanha, pelo Ministério da Agricultura, foram atirados a uma fogueira. E, isso, pela simples razão de que estavam podres. Há mais de 8 meses que se esperava fossem satisfeitas exigências burocráticas para o transporte do produto do Rio de Janeiro para o porto de Itajaí. O prejuízo em espécie foi superior a NCr\$ 10.000,00.

Essa importância foi jogada fora por efeito único e exclusivo da inércia da burocracia empedernida, que, a despeito de tudo, ainda impera em nossa terra. A produção de batatas de todo o Estado foi nitidamente prejudicada, por isso que o plantio foi sobremodo modesto,

por falta de elementos para a semeadura. São, portanto, justas as queixas dos prejudicados, que enviaram protesto coletivo às autoridades. O que é triste asinalar é que fato como este não é inédito, senão que sua repetição se está tornando monótona e intolerável.

SOBE A EXPORTAÇÃO DE CARNE

As exportações brasileiras de carne bovina atingiram, no ano passado, a importância de 45 milhões de dólares, registrando um aumento de 375 por cento com relação às vendas de 1967 e se constituindo no maior volume comercializado nos últimos quinze anos.

O crescimento da mercado importador da Grã-Bretanha, aliado à maior penetração do produto brasileiro no País, bem como a diminuição da ICM nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, foram, entre outros, os fatores que favoreceram o comércio de carne bovina.

MAMONA BAIANA

O Grupo de Estudos da Mamona estimou em 180 mil toneladas a próxima safra do produto na Bahia, de acordo com a análise dos fatores que interferem na produção.

A estimativa levou em conta não somente a área atualmente cultivada e a favorabilidade das condições ecológicas, como também os estímulos decorrentes da fixação do preço mínimo para os produtores.

AMÉRICA LATINA AUMENTA A PRODUÇÃO RIZÍCOLA

A safra latino-americana de arroz de 1968/69 deverá apresentar cifras mais elevadas que a anterior, principalmente na Argentina, onde a superfície plantada aumentou de 492.500 para 572.500 hectares.

Números ainda incompletos da safra 67/68 mostram para os latino-americanos as seguintes produções: México 404 mil toneladas (contra 383 mil em 66/67), Argentina 282 mil (214 mil em 66/67), Brasil 6.890.000 (contra 6.451.000 em 66/67) e Colômbia 152 mil (669 mil em 66/67).

O nível mundial de preços de arroz, no entanto, só poderá ser corretamente avaliado até que se esclareça a situação do fornecimento segundo informações do Boletim do Arroz, publicado

pela Divisão de Gêneros do Secretariado da Commonwealth em Londres.

MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A atração de investimentos públicos municipais para a solução integrada dos problemas agropecuários peculiares na cada região é o principal objetivo do projeto "Municipalização da Agricultura", encaminhado ao presidente Costa e Silva pelo ministro da Agricultura, sr. Ivo Arzua, e cuja execução deverá ser iniciada este ano, em caráter experimental, em áreas selecionadas no Estado do Paraná.

Segundo o ministro, o projeto permitirá a expansão do mercado de trabalho para técnicos especializados, através da criação de Centros Integrados de Técnicos Agrícolas, com a contratação de especialistas pelas próprias prefeituras, em regime de "ajuda recíproca", e propiciará o desenvolvimento dos Clubes Agrícolas para Jovens, como primeiro passo para integrar os municípios no espírito da Revolução Tecnológica.

SERINGUEIRAS EM SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, que é o maior consumidor de borracha natural do país, vai iniciar este ano a exploração deste produto, facilitando a aquisição de materiais para os plantadores, com a colaboração de outros órgãos estatais e do escritório técnico da agricultura (ETA).

A Secretaria da Agricultura decidiu apoiar os produtores pioneiros, vendendo a preço de custo os instrumentos necessários à coleta e beneficiamento do látex, até a fase de distribuição comercial.

A seção de plantas tropicais do Departamento de Orientação Técnica do Instituto Agronômico de Campinas, visando a incentivar o plantio de seringueiras em território paulista, vai instalar 10 centros-pilotos modernos de preparo do látex, para evitar que técnicas arcaicas sejam adotadas pelos seringueiros. Dois conjuntos laminadores de borracha já foram instalados nos municípios de Colina e Balsamo, onde a produção da borracha está em plena expansão.

VERMINOSE DIZIMA GADO

Notícia o Diário do Comércio de Belo Horizonte que o que aconteceu recentemente no Nordeste de Minas, em oito municípios situados entre os vales do Mucuri e Jequitinhonha, causou impacto na pecuária. Vinte milhões de cruzeiros novos foram perdidos na região, devido à morte de cem mil cabeças de gado de raça zebuina. O responsável foi um minúsculo verme — *Dytio-caulus Viviparus* — causador de terrível verminose pulmonar.

As fazendas dos municípios de Pavão, Machacalis, Águas Formosas, São José do Pampam, Felixburgo, Umbaratiba e parte de Teófilo Ottoni foram as mais atingidas. Dez por cento do rebanho bovino foram dizimados. A pecuária da região é composta quase exclusivamente de gado zebuino de corte. Há exceções, pois alguns criadores começaram a introduzir o gado holandês.

A verminose pulmonar é já muito conhecida dos fazendeiros. Houve uma epidemia em 1949 pela primeira vez. Ressurgiu dez anos depois, causando sérios prejuízos. No ano passado, ocorreu pela terceira vez. Aos primeiros alarmes, a Secretaria da Agricultura enviou sete professores da Escola de Veterinária da UFMG, e 23 formandos, para verificar a causa da mortalidade dos rebanhos. O diagnóstico foi um só: verminose pulmonar e gastrintestinal.

CNA CONGRATULA-SE COM COSTA E SILVA

O senador Flávio Brito presidente da Confederação Nacional da Agricultura, congratulou-se com o presidente da República pelo recente ato que reduziu os juros dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil aos pequenos e médios produtores rurais.

JAPONÊS VEM CRIAR GADO

Ambiciosos projetos de criação de gado por firmas japonesas deverão ter início em breve no Brasil e Paraguai.

Porta-voz de uma das trinta firmas investidoras do projeto disse que as preparações para o início do trabalho em março ou abril estão se processando e a aprovação dos planos pelo Governo japonês era esperada para breve.

INDÚSTRIA + AGRICULTURA

Técnicos do Governo concluíram os levantamentos dos dados definitivos seguindo os quais o produto bruto interno em 1968 cresceu no ano que passou em torno de 6,7%. O desenvolvimento da indústria nacional cresceu 15%, enquanto que o da agricultura foi de 2% apenas, diminuto, portanto, tendo em vista a perda de grandes safras com a escassez de chuvas no período de plantio. Deve-se levar ainda em conta uma diminuição acentuada na produção de café (o que é fator positivo) e de cacau. O comércio cresceu 8% e comunicações de transportes tiveram índice semelhante: 8%.

A persistirem as atuais condições, acreditam os técnicos que em 1969 o desenvolvimento industrial continuará nos melhores níveis. E a agricultura deverá rengir favoravelmente, tendo em vista as perspectivas de boas safras.

PROFESSORES PRIMÁRIOS ESTUDAM AGRICULTURA

Mais de uma centena de professores primários da capital e do interior do Estado, em solenidade no Departamento de Produção Animal, em São Paulo, receberam os certificados a que fizeram jus, por terem frequentado o Curso de Férias promovido por aquele órgão da Secretaria da Agricultura do Estado.

O curso, que teve a duração de 20 dias, versou sobre os métodos de criação de abelhas e aves (galinhas de postura e frangos de corte), cunicultura, laticínios e piscicultura, bem como aspectos econômicos de cada uma dessas atividades. Seu objetivo foi o de dar aos professores primários ligados ao meio rural, conhecimentos úteis sobre variados assuntos de interesse da agricultura.

AGRICULTURA PAULISTA NÃO PAGA MAIS ICM

O secretário da Agricultura de São Paulo declarou que "o último decreto do Governador Sodrê, isentando os produtores agrícolas do ICM na primeira operação, é uma medida excelente, porque aliviaria os produtores de um ônus que lhes era insuportável".

Preconizou que a vantagem da isenção revertesse integral-

mente em favor dos produtores. "Na verdade, disse, o preço do produto para o agricultor tem sido baixo sem que do fato se beneficie o consumidor. A agricultura precisa receber preços que tenham correlação adequada com o do mercado e o custo de produção".

IICA NO BRASIL

O ministro da Agricultura e o diretor geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas analisaram o programa cooperativo do IICA para o desenvolvimento das zonas tropicais, baixas e quentes do Brasil, cuja sede se localiza em Belém, Pará.

Outro programa analisado foi o de desenvolvimento rural e reforma agrária, que vem sendo financiado com recursos das Organizações das Nações Unidas, decidindo-se que o IICA observará sua execução, gradativamente, nos próximos cinco anos.

AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

Os técnicos da Associação dos Produtores de Açúcar de Pernambuco estão considerando excelentes os índices de produção da indústria agro-açucareira do Estado em 1968, em comparação com os resultados do ano anterior.

As usinas pernambucanas produziram, até 31 de dezembro do ano findo, 95,3 quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada, e 8.802.741 sacos do produto em seus vários tipos refinados, enquanto, até a mesma data do ano anterior, a produção foi, no primeiro item, 92,8 quilos por tonelada de cana esmagada e, no segundo item, 8.480.369 sacos do produto.

Segundo fontes da Associação dos Produtores de Açúcar de Pernambuco, ilustrando ns informações com mapas de produção do IAA, houve, em 1968, um progresso geral também em relação à produção de cada usina isoladamente, inclusive as recentemente instaladas, como a de Cuxangá, do IBRA, que bateu o ano com a produção baixíssima de 70 quilos por tonelada de cana, terminando o ano com 86,1 quilos, quase a média do Estado.

PÊSSEGO NO RIO GRANDE DO SUL

Noticia-se que está em vias de ser solucionado o problema

dos produtores de pêssigo da Região Sul. Foram concluídos entendimentos entre o Governo Estadual e os industriais brasileiros e argentinos, na FIERGS.

INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL EM MINAS

O secretário da Agricultura do Estado informou que o Gefca e o Banco de Desenvolvimento liberaram NCr\$ 8 milhões para execução de um plano de industrialização rural de algumas áreas do Estado.

Acrecentou aquêl titular que durante a reunião de secretários de Agricultura dos Estados da Região Centro-Sul, com os ministros Ivo Arzuu e Delfim Netto, foi debatido de modo especial o problema da industrialização rural, como processo de fixação do homem no campo e sua melhoria econômica.

SUINOS NO BRASIL

Com um rebanho de 63 milhões de cabeças, o Brasil possui agora o título de maior criador de suínos do mundo, tendo ultrapassado os Estados Unidos da América — com seus 53 milhões de cabeças — que eram país de maior população suína até então.

Além disso, o Brasil reúne mais porcos do que todos os demais países latino-americanos, pois 80 por cento dos rebanhos do continente estão no Brasil. Sendo o porco grande consumidor de milho, a produção do milho terá de acompanhar o crescimento da criação.

Todavia, o nosso consumo de carne de porco é baixo: não vai além de 7 quilos por pessoa por ano, enquanto nos Estados Unidos atinge a 28 quilos.

AVICULTORES GAÚCHOS PEDEM FINANCIAMENTO

A Associação Gaúcha de Avicultores vem pleiteando das autoridades creditícias do Estado diferentes condições de financiamento para a criação de pintos, indispensável ao galeto do "primo canto", de alto consumo local. Em ofício dirigido ao sr. dr. J. A. de Mendonça Filho, diretor do Banco do Brasil, observaram que os atuais financiamentos concedidos se limitam ao prazo de 12 meses. Os produtores de pintos, entretanto, desejam que o prazo se-

ja reduzido para 90 dias, pois, quando um avicultor tem um empréstimo do Banco do Brasil não pode obter outro enquanto não saldar o primeiro. Os financiamentos, segundo deixaram entrever, deveriam ser concedidos por 90 dias, saldáveis de trinta em trinta. O banco financiaria, assim, a ave, desde o nascimento até a venda, que é de 75 dias.

ACAR: BILHÕES PARA A AGRICULTURA GOIANA

A aplicação de 6 bilhões de cruzeiros velhos em crédito agrícola supervisionado, sob a responsabilidade da ACAR-Goiás, representa um grande passo na tecnização da agricultura goiana, com perspectivas de aumento considerável na produtividade das práticas agropastoris. Esta observação é do sr. Manoel dos Reis e Silva, Presidente do Banco do Estado de Goiás, estabelecimento que atuará como agente financeiro do Banco Central, para aplicação dos mencionados recursos.

Para se habilitar no empréstimo o produtor terá de apresentar um projeto, o qual é elaborado com a assistência da ACAR-Goiás, entidade encarregada da supervisão do crédito. Os empréstimos não se destinam ao custeio, mas a investimentos diversos, inclusive em melhoria. O Banco do Estado de Goiás já está recebendo propostas.

AGRICULTURA E DÓLAR

O presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, deputado federal Sérgio Cardoso de Almeida, falando sobre a elevação da taxa do dólar, assim se expressou: "O reajuste cambial afetando pelo Governo federal merece todo o apoio dos produtores rurais".

E continuou: "A política financeira inaugurada pelo ministro da Fazenda, estabelecendo o câmbio flexível, possibilita o incremento de nossas exportações, fator vital para o escoamento da nossa produção, o que se torna impossível sem essa nova orientação governamental. Sem colocação no mercado externo para nossas safras de algodão e cereais seria impraticável a sua comercialização, considerando que produzimos quantidades consideráveis desses produtos, além das necessidades do consumo interno."

A isenção do ICM na exportação, decretada pelo governo do Estado de São Paulo, ao lado da política flexível de câmbio, torna os produtores rurais do Estado aptos a colocarem sua produção no mercado externo sem os prejuízos e uma estagnação ruínoza à economia brasileira.

INDÚSTRIA DE CURTUME

Dirigentes do Sindicato da Indústria do Curtimento de Couros e Peles de São Paulo oficiaram ao ministro da Agricultura solicitando vigência imediata para o artigo quarto do decreto lei 4.714, que estabelece uma série de penalidades a quantos infrirem o regulamento sobre marcação do gado bovino a fogo.

Sustentam os industriais que o adiamento do início da vigência daquele dispositivo legal, pleiteado por grupos interessados, vem trazendo sérios prejuízos à categoria econômica. E salientam que não há razão para mais três anos de espera, já que o texto da lei 4.714 foi promulgado em 1965, e só a primeira do mês passado entrou em vigor seu artigo quarto.

CAI A PRODUÇÃO DE CANA NA BAHIA

Noticia-se que diversas usinas de açúcar da Bahia estão ameaçadas de paralisação em decorrência da redução verificada na produção canavieira. Tal redução é calculada em 50%.

O presidente do Sindicato dos Usineiros, Octavio Junqueira Aires, estima em mais de 50 mil sacas o "deficit" da produção açucareira baiana, prevendo o colapso da safra deste ano, tal como ocorreu com a do ano passado.

MINISTRO ARZUA VAI A FORMOSA

Os principais aspectos da produção agropecuária do Brasil e na China, o crescimento de 2,7% na colheita brasileira de arroz em 1968 e a posição do produto no mercado internacional foram os temas analisados pelo ministro Ivo Arzua com o embaixador Shem Yi, que esteve no Ministério da Agricultura para, em nome do Governo chinês, convidá-lo a conhecer o desenvolvimento do setor agropecuário do país. O mi-

nistro Ivo Arzua prometeu ao embaixador estudar a possibilidade de atender ao convite, possivelmente em abril ou maio próximos, quando, durante uma semana, poderá verificar em Taiwan as áreas de plantio de arroz e os métodos empregados pelos agricultores chineses.

INTERVENÇÃO EM ENTIDADE AGRÍCOLA PAULISTA

O ministro Jarbas Passarinho atendeu a dois pedidos do delegado regional do Trabalho de São Paulo, general Moacir Gaia: o primeiro era intervenção na Federação de Agricultura do Estado de São Paulo — FAESP — e o segundo sua demissão do cargo.

O general Moacir Gaia explicou que sua demissão não tem qualquer ligação com as medidas que serão tomadas contra a FAESP. Deixará a Delegacia Regional do Trabalho porque foi eleito superintendente da Fundação Centro Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

PRODUÇÃO DE SEMENTES NA BAHIA

O Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, firmou convênio com o Ministério da Agricultura, a Superintendência do Vale do São Francisco, o Projeto Contap IV e a Universidade do Mississippi — EUA — visando à execução de um programa integrado para a produção de sementes selecionadas na Bahia.

O convênio, na parte relativa a "finalidades e objetivos" diz textualmente que "tôdas as partes convenientes reconhecem que existe um interesse geral em acelerar o desenvolvimento de uma indústria de sementes no Estado da Bahia. Reconhece-se também que, num plano integrado, os órgãos técnicos no Estado já iniciaram um programa permanente de sementes, no qual tôdas as partes envolvidas desejam contribuir".

FAEB APÓIA CRÉDITO RURAL MAIS BARATO

O presidente da Federação da Agricultura da Bahia, sr. Walke Araújo, declarou que "ao reduzir as taxas dos empréstimos a pequenos e médios ruralistas, respectivamente, o Governo Federal colocou em execução poderoso dispositivo que irá acelerar não só o desen-

volvimento das estruturas produtivas da produção, como favorecer o crescimento da economia, objetivo básico da atual administração.

O sr. Walke Araújo manifestou a satisfação dos agricultores baianos pelas medidas adotadas durante reunião com o Presidente da República referentes à criação de incentivos creditícios para dinamizar atividades agropecuárias.

SOJA — INCREMENTO

O ministro da Agricultura liberou NCr\$ 25 mil para a formação de campos de demonstração de culturas melhoradas de soja em Sta. Catarina.

A medida faz parte de um planejamento para a expansão da cultura do produto, devendo principalmente, à possibilidade de colocação no mercado internacional de excedentes portáveis. No atual ano agrícola as exportações de soja renderam ao país NCr\$ 30 milhões.

MAL DESCONHECIDO ATACA CITRICULTURA PAULISTA

Continua preocupando as autoridades e os citricultores paulistas o definhamento das plantas cítricas de Araraquara, devido à doença de causa viral que, localizada em agosto de 67, no bairro Cabeceira de Baixa na região do Estado, ainda é uma incógnita.

O mal atingiu tal proporção que recentemente foi motivo de conferência na FAEP, tal a importância dos pomares araraquenses. Na ocasião, a Sr. Vitória Rosseti, chefe da Seção Fitossanitária, do Instituto Biológico do Estado, relatou sintomas da doença dando conta dos estudos a cargo da missão especialmente designada pela Secretaria da Agricultura, da transmissibilidade das medidas de controle que devem ser adotadas com urgência.

Os citros atacados param de crescer, as nervuras das folhas amadurecem, as ramificadas apodrecem e apresentam diminutas e numerosas pontuações salientes no lenho do tronco. Enquanto os estudos prosseguem, as medidas preconizadas para circunscrever a doença recomendam, apenas, o rancamento das árvores atacadas, a pulverização com inseticida à base de metoato e pro-

bição da saída de mudas dos pomares de Araraquara, Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia.

COOPERATIVAS DE SÃO PAULO PREPARAM DOCUMENTO-BASE

O cooperativismo bandeirante continua preparando o documento base que será apresentado ao prof. Delfim Netto. Constará de uma ampla exposição sobre o movimento, sua participação na batalha da produção e a colaboração para o maior abastecimento do país. A UCESP designou várias comissões para tratar do assunto.

URAPURU: VERSÃO AGRÍCOLA

Os ministros Mureio de Souza e Melo e Ivo Arzuza da Aeronáutica e Agricultura, respectivamente, assinaram o convênio objetivando o desenvolvimento da versão agrícola do avião "Urapuru", Aerotec-122, de fabricação nacional.

Na ocasião, o Ministro da Agricultura assinou a compreensão existente entre o Ministério da Aeronáutica e o Ministério da Agricultura, visando à expansão do avião agrícola em nosso país, informando que já existiam no Brasil cerca de 17 pilotos formados para o Ministério da Agricultura e, brevemente, outras turmas serão formadas para consolidar a aviação agrícola em todo o território nacional.

GAMELEIRA TEM EXPOSIÇÃO EM JUNHO

O Governo de Minas Gerais, através da Secretária de Agricultura, vai fazer renhizar em Belo Horizonte no Parque da Gameleira, entre 8 a 15 de junho próximo, a IV Exposição Estadual Agropecuária e a 1.^a Feira de Animais com 72 "stands", pavilhões para máquinas, implementos agrícolas e animais.

O parque da Gameleira será completamente remodelado para o certame, que vai promover o leilão do gado em exposição, além de oferecer crédito e outros benefícios aos fazendeiros expositores ou visitantes.

TERRA PARA DEZ MIL

Por força de decisão judicial, dez mil famílias do sudoeste do Paraná, ocupando uma área

de 278 quilômetros quadrados, terão agora seus títulos de posse de terras definitivamente legalizados, já que a operação de compra dessa área compreende as glebas Missões e Chopin, pela firma Sociedade Pinhã e Terras Limitada, foi considerada nula pela Justiça Federal.

Suscitada através de ação ordinária promovida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a decisão do Poder Judiciário invalidou ainda outra pretensão daquela firma, que reclamando a propriedade da área desejava obter da União uma indenização no montante de NCr\$ 36 milhões.

PATOLOGIA ANIMAL

Já estão funcionando os dois laboratórios do Centro Agropecuário da Fundação Rural de Campos, que se dedicam às pesquisas e diagnósticos de patologia animal e química de solo.

A Fundação Rural de Campos construiu o Centro Agropecuário, reunindo técnicos e assessores do Ministério e da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, da ACRRJ e PLANAM, conjuntamente com o EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural), em acordo com o Governo do Estado e Banco Cooperativo dos Plantadores de cana do Norte Fluminense.

FINANCIAMENTO A COOPERATIVAS

O Banco do Nordeste do Brasil financiou, na terceira semana de janeiro, as seguintes cooperativas: Agro-Pecuária de Altino, no montante de NCr\$ 19.150,00, para aquisição de gado para crin; Agro-Pecuária de Alinça, no montante de NCr\$ 38.500,00, para aquisição de material agrícola; Agro-Pecuária de Limoeiro, no montante de NCr\$ 600.000,00, para custeio agrícola e NCr\$ 100.000,00, para aquisição de gado para engorda. Até fins de janeiro o BNB tinha em estudo 27 propostas de financiamento, no montante de NCr\$ 9.300.000,00.

ZEBU EM EXPOSIÇÃO

A comissão organizadora da XII Exposição Agropecuária de Uberlândia vem recebendo a adesão e pedidos de inscrição de criadores de vários municípios do Triângulo Mineiro e de

outras cidades, como é o caso de São José do Rio Preto e Barretos. A grande mostra de raça Zebu será realizada no período de 6 a 13 de abril próximo, no Parque de Exposição da Av. Vasconcelos Costa, que está sendo preparado pela comissão e pela diretoria do Sindicato Rural.

FINANCIAMENTO PARA O VALE DE JEQUITINHONHA

Um financiamento de NCr\$ 1,5 milhão para incrementar a agricultura na região vai ser estudado na Itália, através do levantamento e estudos feitos pelos 357 estudantes do Projeto Rondon que estiverem no Vale, e terá a finalidade de incrementar o setor agrícola daquela região e principalmente a educação social e sanitária dos 750 mil habitantes do Vale. Para tanto, vêm para o Brasil técnicos e estudantes estrangeiros, principalmente da Itália, com novos métodos e maquinaria agrícola, para o perfeito desenvolvimento do programa.

DISTRIBUIÇÃO DE MIREX

A Companhia Agrícola Importadora e Colonizadora (CAIC) continua distribuindo o formicida Mirex, importado através do convênio Instituto Brasileiro do Café — Secretaria da Agricultura — Fundo de Expansão Agropecuária, como parte da campanha de combate às formigas cortadeiras. Até o momento a Secretaria da Agricultura já realizou 3 importações do produto, com um total de 44.732 kg em grande parte já adquiridos pelos interessados. Há ainda estoque suficiente para atender à demanda atual, devendo os ruralistas interessados na sua aquisição dirigir-se diretamente à CAIC. O preço é de NCr\$ 99,88 por barrica de 22,7 kg.

A LAVOURA

1897 - 1969

72 ANOS

A LAVOURA

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao 1.º semestre de 1968.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe — Safra de 1968/69.

O IAA estabeleceu, para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, na safra de 1968/69, as cotas de comercialização.

Para as usinas do Estado do Rio Grande do Norte, as cotas mensais de comercialização terão vigência a partir de 1-8-68.

Para as usinas do Estado da Paraíba, no período contado entre 15 a 31-8-68, inclusive, as saídas de açúcar serão equivalentes a 50% das respectivas cotas mensais vigorando estas a partir de 1-9-68.

Para as usinas do Estado de Sergipe, as cotas mensais de comercialização vigorarão a partir de 1-7-68 (MIC-IAA — Ato n.º 19, de 31-7-68 — DO-II de 20-8-68, p. 1.836).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para os Estados de Minas Gerais e Paraná — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para os Estados importadores de Minas Gerais e Paraná, para o período de 1-7-68 a 31-12-68 (MIC-IAA — Ato n.º 14, de 14-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.517).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para o Estado do Rio de Janeiro — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o Estado do Rio de Janeiro, para o período de 1-7-68 a 30-6-69 (MIC-IAA — Ato n.º 15, de 14-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.519).

AÇÚCAR CRISTAL — Cotas de Comercialização para o Estado de São Paulo — Safra — 1968/69.

O IAA estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o Estado de São Paulo, para o período de 1-7-68 a 30-6-69 (MIC-IAA — Ato n.º 17, de 25-6-68 — DO-II de 10-7-68, p. 1.521).

AÇÚCAR — Excedentes de Fabricação.

O IAA autorizou as usinas da Região Centro-Sul a prosseguir a moagem até o volume das respectivas cotas oficiais de produção, ficando o contingente adicional retido nas próprias usinas ou em armazéns gerais até sua incorporação às disponibilidades para consumo, após o encerramento da safra, dentro do regime de cotas mensais de comercialização.

O volume de produção que eventualmente ultrapassar o total dos saídos de autorização não utilizados em cada Estado será considerado excedente da safra de 1968/69 e antecipação de produção da safra

1969/70, ficando retido nas respectivas usinas e moinhos gerais, para incorporação às disponibilidades destinadas à comercialização a partir do loteo referida safra de 1969/70 (MIC-IAA — Resolução 2.012, de 29-8-68 — DO-II de 26-9-68, p. 2.179).

AÇÚCAR — Exportação de Demerara — Especificações Técnicas — Safra 1968/69.

O IAA estabeleceu especificações técnicas para fabricação do açúcar demerara, destinado à exportação para mercados externos, a serem adotados a partir da safra de 1968/69.

Todo o açúcar demerara que apresente polarização abaixo de 96° ou fator de segurança superior a 0,25 será recusado (MIC-IAA — Ato n.º 12, de 6-6-68 — DO-II de 1-8-68, p. 1.698).

AÇÚCAR — Fábricas — Cessação de Atividade — Cancelamento no Cadastro de Produtores.

O IAA cancelará, definitivamente, através de processo instaurado, ex-offício, pela Divisão de Estudos e Planejamento, as inscrições no Cadastro de Produtores de usinas de açúcar que hajam cessado atividade agrícola e industrial durante duas safras consecutivas e não tenham incorporado provisoriamente suas cotas oficiais aos limites de outras fábricas, ressalvados os casos em que tal paralisação tenham resultado por motivo de força maior, a juízo do IAA.

É obrigatória, na instrução do processo, a presença pessoal do proprietário ou representante legal da usina, para que se pronuncie no prazo de 10 dias sobre as razões da paralisação. A intimação só poderá ser feita por edital nos casos de o proprietário se achar em lugar incerto e não sabido e não representante legal, no caso de pessoa jurídica, edital será publicado, obrigatoriamente, em jornal de grande circulação na capital do Estado localização da usina.

Instaurados ex-offício os processos, a Divisão Jurídica os encaminhará, no prazo de 8 dias, às respectivas Procuradorias Regionais, para fins de necessária instrução.

Caberá, então, às Inspetorias Fiscais Regionais, Divisão de Arrecadação e Fiscalização a que as usinas estejam jurisdicionadas, a intimação do proprietário ou representante legal da usina, observado o prazo de 30 dias para essa medida ou para cumprimento das diligências necessárias em cada caso que forem solicitadas pelas Procuradorias Regionais.

Encerrados os processos, a Divisão de Estudos e Planejamento cadastrará, no prazo de 30 dias, o volume das cotas oficiais relativas às usinas de cada unidade da Federação, cujas inscrições foram definitivamente canceladas, elaborando, em seguida, respectivos quadros de distribuição desse volume entre as demais fábricas da mesma categoria, existentes em cada Município ou Estado. Tais quadros serão

A LAVOUR

encaminhados à Presidência do IAA, que os submeterá à homologação de Conselho Deliberativo (MIC-IAA - Resolução n.º 2.014, de 19-9-68 - DO-II de 21-10-68, p. 2.417).

açúcar - ICM - Safra de 1968/69 - Desconto

O IAA resolveu estabelecer, para o efeito de desconto do ICM incidente sobre a cana utilizada na produção de açúcar demerara, na safra de 1968/69, as seguintes normas:

Na primeira quinzena, contada do inleto da produção do açúcar demerara, o IAA, ao pagar ao produtor o preço oficial de liquidação, descontaria a importância de NCr\$ 2,58 por sacco de açúcar de 60 quilos brutos, a qual equivale ao valor de NCr\$ 3,87 por tonelada de cana, convertido ao nível de rendimento básico de 90 quilos de açúcar por tonelada de cana.

Na segunda quinzena, e assim sucessivamente, o desconto do ICM continuará sendo feito nas mesmas bases.

A partir da segunda quinzena será feita a correção do valor descontado na quinzena anterior, mediante a apresentação, pela usina ou cooperativa centralizada de vendas, à Delegacia Regional do IAA, de carta informando a tonelage efetivamente utilizada na fabricação da parcela de açúcar demerara entregue na quinzena anterior, importando, a não apresentação da carta, na perda do benefício da correção do valor acima aludido (MIC-IAA - Ato n.º 23, de 5-9-68 - DO-II de 24-9-68, p. 2.141).

açúcar - Lavoura Canavieira - Concessão de Áreas de Terra - Distribuição aos Trabalhadores Rurais.

O IAA resolveu que os trabalhadores rurais da lavoura canavieira, com mais de 1 ano de serviço contínuo na empresa, terão direito ao uso, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente à plantação e à criação necessária à sua subsistência e à de sua família, sendo levado em consideração o número de dependentes do trabalhador.

As empresas industriais proprietárias de usinas e fornecedores de cana, poderão, dentro de 90 dias, fazer doação de áreas certas a cooperativas que venham a ser constituídas pelos trabalhadores.

A concessão será revogada se o trabalhador contemplado não der à área a destinação adequada, bem como no caso de abandono de emprego e de dispensa amigável ou judicial, sendo a reocupação, salvo acordo entre as partes, processada perante o IAA.

Após o prazo de 6 meses, o IAA somente autorizará a concessão de financiamento diretamente aos produtores quando comprovarem o cumprimento dos requisitos aprovados neste Ato (MIC-IAA - Ato n.º 18, de 1-7-68 - DO-II de 25-7-68, p. 1.655).

açúcar - Livros Fiscais.

O IAA aprovou os novos modelos de livros fiscais 404 a 408, cujo uso e escrituração se farão de acordo com instruções expedidas pela Divisão de Arrecadação e Fiscalização do IAA. A impressão gráfica dos livros deverá ser feita por iniciativa dos usuários, podendo o IAA imprimi-los para eventuais vendas aos interessados.

Os livros estarão sujeitos a termos de abertura e de encerramento, lavrados pela Fiscalização do IAA. As faturas e seus depósitos não anexos são obrigados a escriturar-se, sob pena de multa. Tal multa valerá, também, para as refinarias ou estabelecimentos que beneficiem açúcar, que não mantiverem e escriturarem o livro 406, no qual deverão registrar seu movimento de açúcar, especificando, diariamente, as entradas e saídas, assim como as quantidades refinadas ou beneficiadas (MIC-IAA - Resolução n.º 2.013, de 5-9-68 - DO-II de 21-10-68, p. 2.411).

açúcar - Mel Rico Invertido - Exportação - Safra 1968/69.

O IAA fixou, na safra 1968/69, um contingente de 200 mil toneladas de mel rico invertido destinado à exportação, obedecendo o seguinte programa de fabricação: 100 mil toneladas métricas para entrega ao IAA até 31-12-68 e 100 mil toneladas métricas a partir de janeiro de 1969 até o encerramento da safra. O contingente global de 200 mil toneladas métricas será atribuído pela Delegacia Regional do IAA em Pernambuco às usinas indicadas pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, de acordo com o volume das respectivas autorizações de produção de açúcar demerara, convertido com base na relação de 10 sacos por tonelada de mel rico invertido (inverted high test molasses).

O preço oficial de liquidação da tonelada métrica de mel rico invertido foi fixado em NCr\$ 209,54 na condição PVU já incluída a parcela de NCr\$ 25,32 relativa ao ICM incidente sobre a cana utilizada na fabricação de mel rico na proporção de 6.543 toneladas de cana por tonelada de mel rico, sendo deduzido o imposto no ato do pagamento do preço oficial de liquidação do mel rico.

Foi também estabelecido um sistema de ágios e deságios partindo do nível básico de 76% de açúcares totais, sendo a liquidação do ágio ou deságio feita após a liquidação da operação no exterior (MIC-IAA - Ato n.º 22, de 1-9-68 - DO-II de 21-9-68, p. 2.140).

açúcar - Preço - Homologação pela SUNAB.

A SUNAB homologou os novos preços de venda de açúcar cristal fixados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool nas Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste - ver - BLA n.º 23, p. 117 e 31, p. 191.

Os preços de faturamento do açúcar cristal standard por sacco de 60 quilos são fixados em NCr\$ 20,65 na Região Centro-Sul e NCr\$ 24,89 na Região Norte-Nordeste.

Quando a venda do açúcar se destinar à saída para outros Estados, os preços oficiais de faturamento, por sacco de 60 quilos serão de NCr\$ 20,16 na Região Centro-Sul e NCr\$ 24,01 na Região Norte-Nordeste.

Os tipos de açúcar de qualidade superior terão os seguintes ágios sobre o preço oficial de liquidação de açúcar cristal standard:

1 - Cristal superior	5%
2 - Cristal triturado ou moído	6%
3 - Cristal superior penetrado	10%
4 - Cristal especial	15%
5 - Granulado americano comum de produção direta, não refinado	15%
6 - Granulado americano superior, de produção direta, não refinado	20%
7 - Refinado amorfo de primeira	24%
8 - Refinado amorfo extra (tipos finos)	30%
9 - Refinado granulado	38%

(MA-SUNAB - Portaria n.º 900, de 22-7-68 - DO de 30-7-68, p. 6.537).

açúcar - Substâncias Purificantes da Cana.

A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos permitiu, na fabricação de açúcar, o emprego de substâncias destinadas a inibir enzimas e micro-organismos existentes nas moendas, sob as seguintes substâncias permitidas:

1.ª) Combinação de clonoditiocarbonato dissódico 25 ppm - otleno-diamina 1,0 ppm - N-metilditiocarbamato de potássio 3,5 ppm;

2.ª) Combinação de Etilenoditiocarbamato dissódico 3,0 ppm. - dimetilditiocarbamato de sódio 3,0 ppm (MS-CNNPA - Resolução n.º 21, de 1968 - DO de 22-7-68, p. 6.215).

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

legislação agrícola

AÇÚCAR — Usinas — Livros de Certificado de Pesagem e Registro de Canas de Fornecedores.

O IAA instituiu para as usinas os livros de Certificado de Pesagem e de Registro de Canas de Fornecedores, em substituição aos modelos em uso. O livro de Certificado de Pesagem será impresso sob a forma de talonários ou blocos em 3 vias, ficando uma com o fornecedor, outra no escritório e outra na balança da fábrica. O livro de Registro de Canas de Fornecedores poderá obedecer ao sistema de folhas soltas ou ser encadernado em 4 vias, sendo duas destinadas à fábrica, uma ao fornecedor e outra ao Instituto do Açúcar e do Alcool.

A falta dos livros acima referidos, pela usina, importará em penas de multa (MIC-IAA — Resolução n.º 2.011, de 15-8-68 — DO-II de 26-0-68, p. 2.178).

AGRÔNOMOS — Engenheiros, Arquitetos e Técnicos — Habilitação Profissional — Registro Provisório e Definitivo — Carteira Profissional e Cartão de Identidade.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia estabeleceu normas para o registro de habilitação no exercício profissional. O registro deve ser requerido pelo diplomado ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia sob cuja jurisdição pretenda exercer sua atividade.

O requerente deverá instruir o seu requerimento com as seguintes informações e documentação:

- I — nome por extenso;
- II — nacionalidade;
- III — naturalidade;
- IV — estado civil;
- V — data do nascimento;
- VI — filiação;
- VII — residência;
- VIII — título constante do diploma;
- IX — data da formatura;
- X — nome e localização da escola, faculdade, instituto ou estabelecimento de grau médio pelo qual se formou.

O requerimento deve ser instruído com a documentação seguinte:

- a) original do diploma de formatura devidamente registrado e/ou revalidado;
- b) certidão autenticada do currículo escolar;
- c) carteira de identidade expedida na forma da Lei, por autoridade civil ou militar ou carteira de estrangeiro;
- d) quitação eleitoral e quitação com o serviço militar, se for nacional;

Tipos da fibra	Seridó	Seridó	Seridó	Seridó	Sertão	Sertão	Matas
	10/12 mm	38/40 mm	36/38 mm	34/36 mm	32/31 mm	30/32 mm	
2	0,31,40	0,30,40	0,29,40	0,27,40	0,26,00	0,25,70	0,21,40
3	0,30,40	0,29,40	0,28,40	0,26,40	0,25,00	0,24,70	0,23,30
4	0,29,40	0,28,40	0,27,40	0,25,70	0,24,50	0,21,20	0,22,90
5	0,27,90	0,26,90	0,25,90	0,24,30	0,23,10	0,22,80	0,21,50
6	0,25,40	0,24,40	0,23,40	0,21,80	0,20,60	0,20,30	0,10,00
7	0,22,90	0,21,90	0,20,90	0,19,50	0,18,10	0,17,80	0,16,50
8	0,20,40	0,19,40	0,18,40	0,17,00	0,15,60	0,15,30	0,14,00
9	0,19,00	0,18,00	0,17,00	0,16,50	0,15,10	0,14,80	0,13,50

(MF-CACEX — Comunicado n.º 248, de 27.9.68 — D. O. — II de 4.10.68, p. 2.210).

ALGODÃO — Preços mínimos — Amendoim — Arroz — Farinha de Mandioca — Feijão — Girassol — Milho — Soja — Mamona

Algodão, amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, girassol, milho, soja e mamona das Regiões Central e Meridional da safra de 1968-69 tiveram assegurada a garantia de preços mínimos para financiamento e aquisição.

Os preços mínimos liquidados são aqueles que deverão, efetivamente, ser pagos aos produtores ou suas cooperativas, sendo livres de despesas de frete, comis-

- e) 4 fotografias, de frente, nas dimensões de 0,03 x 0,01 m;
- f) 3 fotografias, de frente, nas dimensões de 0,02 x 0,02 m;

Os documentos em língua estrangeira, devidamente legalizados, devem ser traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.

O diplomado, quando estrangeiro, deve apresentar prova de autorização para permanência definitiva no País.

O título profissional dos diplomados pelas escolas estrangeiras de engenharia, arquitetura, agronomia ou pelos estabelecimentos de grau médio será o que constar no diploma ou adaptado para o mais semelhante em uso no País.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fornecerá aos profissionais inscritos carteira profissional que terá fé pública como documento de identidade, assim como cartão termoplástico de identificação.

O registro provisório, que deve ser requerido ao Presidente do Conselho Regional respectivo com a certidão de conclusão de curso e os demais documentos exigidos para o registro definitivo, permitirá o exercício da profissão pelo prazo de 180 dias. Será fornecido um cartão de registro provisório, de acordo com os modelos estabelecidos pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (MTPS-CFEAA-Resolução n.º 168, de 17-5-68 — DO-II de 15-7-68, p. 1.552).

ALCOOL — Safra 68/69 — Plano de Defesa

O IAA fixou os novos preços para compra de álcool, melão e méis rícos, da safra 1968/69, bem como os contingentes desses produtos destinados à exportação.

O IAA pagará aos produtores de álcool os seguintes preços, incluindo impostos, quando incidentes:

GRADUAÇÃO	PREÇOS
GI, 15°C	NCr\$ p/litro
Igual ou superior a 99,5°	0,16,41
De 96° a 99,4°	0,15,12
De 94° a 95,9°	0,12,00

O álcool abaixo de 94° a 15°C terá o seu preço ajustado às condições existentes no mercado (MIC-IAA — Resolução n.º 2.015, de 17-10-68 — DO-II de 30-10-68, p. 2.476).

ALGODÃO — Preços Mínimos — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil comunica que, a partir de 4.10.68, passarão a vigorar as seguintes bases mínimas de preços para a exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas, FOB, por libra-pêso:

são de Agente Financeiro, ônus eventuais, despesas complementares de remoção, expurgo e reexpurgo, impôsto de circulação de mercadorias e taxa de providência social rural.

Conceitua-se por safra de 1968/69 a colheita correspondente ao ano agrícola compreendido no período de 1.8.68 a 31.7.69. Para o amendoim e o feijão, cujo ciclo vegetativo permite duas colheitas anuais, fica entendido como safras 1968-69 as safras das águas e das secas (Decreto n.º 63.145, de 22.8.68 — DO de 26.8.68, p. 7.551).

AMENDOIM — (V. Algodão)
ANIMAIS VIVOS — Seguro — Transporte Marítimo e Fluvial.

A Superintendência de Seguros Privados estabeleceu novas condições contratuais para o seguro de animais vivos, transportados por via marítima ou fluvial (MIC-SUSEP Circular n.º 33, de 25.9.68 — DO II de 17.10.68, p. 2.357).

ARROZ — (V. Algodão)

BORRACHA — Importação — Preços

A Lei n.º 5.227, de 18.1.67, que dispõe sobre a política econômica da borracha e regula sua execução, teve os dispositivos abaixo modificados, na seguinte forma:

"Art. 22 — Verificada pelo Conselho Nacional da Borracha a necessidade do consumo anual de borrachas e calculado o suprimento dessas matérias-primas que pode ser atendido pela produção de origem nacional de acordo com as exigências técnicas industriais e as possibilidades de exportação, o suprimento de borrachas vegetais e sintéticas importadas será regulado pela Superintendência da Borracha, mediante condições, quantidade e preços fixados pelo Conselho Nacional da Borracha.

§ 1.º Nos casos das borrachas e látex vegetais e químicos que tenham similares ou sucedâneos nacionais, o Conselho Nacional da Borracha determinará, para os produtos importados, preços equivalentes aos fixados para os oriundos da produção nacional.

§ 2.º O nívelamento dos preços previsto no parágrafo anterior será autorizado pelo Conselho Nacional da Borracha, de uma só vez, até outubro de 1968, ou de forma parcelada. Neste caso, 10% da diferença serão cobrados até setembro de 1968, 10% até janeiro de 1969 e o restante no primeiro quadrimestre de 1969, ou em parcelas iguais e trimestrais, até dezembro do mesmo ano.

§ 3.º Nos casos de borracha e de látex químicos sem similares nacionais, a Superintendência da Borracha poderá requerer ao Conselho de Política Aduaneira, mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, a isenção ou redução de direitos para a parcela cuja importação seja imprescindível.

Art. 23
 V — Fixar os preços das borrachas que forem adquiridas pela Superintendência da Borracha;

VI — Fixar os preços de venda das borrachas químicas, de produção nacional e de procedência estrangeira, adquiridas pela Superintendência da Borracha".

As importações de borracha e látex vegetais e químicos que tenham similares nacionais serão feitas pelos interessados com a intervenção da Superintendência da Borracha, que cobrará a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB), atribuindo-lhe um valor que assegure o nívelamento dos preços. Os pedidos de reajuste de preços dos artigos de borracha não serão considerados se não comprovada a impossibilidade de absorção nos custos de aumento, porventura decorrente do preço da matéria-prima (Lei n.º 5.459, de 21.6.68 — DO de 30.9.68, p. 8.521).

BORRACHA — Imposto de Importação — Isenção

O Conselho de Política Aduaneira isentou do imposto de importação a quota de 23.500 toneladas, peso seco, de borracha natural ou sintética, assim discriminada:

Borrachas vegetais:	T (Peso seco)
a) de uso especial	1.000
b) para formação de Estoque de Reserva, na forma do art. 15 da Lei n.º 5.227, de 1967	12.000
Borrachas sintéticas:	
a) tipo Butil	5.000
b) tipo Nitrilicas	1.000
c) tipo Cloropreno	1.500
d) látex sintéticos	1.500
e) outros tipos não produzidos no País (Thiocol, Silicone, Niton, Urepan etc.)	1.500

a ser importada dentro das quotas individuais fixadas pela Superintendência da Borracha, e com sua autorização, em cada importação (MF-CPA — Resolução n.º 518, de 22.8.68 — DO de 10.9.68, p. 8.032).

BORRACHA — Látexes — Exportação e Importação — Abolição do "Visto"

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aboliu o visto da Superintendência da Borracha na exportação de todos os produtos constantes das divisões 2.21 e 7.10 a 7.19, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias e na importação dos abrangidos pelas divisões 7.10 a 7.19.

Esta forma aplica-se, também, aos produtos que fazem parte integrante de equipamentos, máquinas, instrumentos ou veículos de qualquer natureza, tanto na exportação como na importação.

Estão isentos de licenciamento prévio da CACEX os seguintes produtos: borrachas naturais (vegetais); látex de seringueira (látex); polímero de butadieno (buna); borrachas sintéticas (químicas) e manufaturas de borracha, ebonite e semelhantes.

A importação de borracha e látex vegetais e sintéticos, de qualquer natureza ou origem, dependerá de apresentação à CACEX da Guia de Recolhimento da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (MF-CONCEX — Resolução n.º 33, de 20-6-68 — DO de 2-7-68, p. 5.445).

BORRACHA — Vegetal — "Cernambi Tipo Côcho" — Reajuste de Preços — Limite Máximo de Comercialização

O Conselho Nacional da Borracha reajustou o preço básico de borracha Cernambi tipo côcho em 16% e fixou o limite de 30% como margem máxima de comercialização para a constituição do preço regulador.

A resolução vigorará pelo prazo de 18 meses, findos os quais voltará a vigorar o Preço Básico anterior (MIC-CNB — Resolução n.º 15, de 12.7.68, — DO—II de 28-7-68, p. 1.668).

BUBALINOS — Importação (Zebuinos — Ovos — Sêmen — Grupo de Trabalho Interministerial).

Para o estudo da importação e exportação de animais, ovos, sêmen e outros materiais de reprodução e de multiplicação animal foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial, constituído de representante do Ministério da Agricultura, do Ministério do Exército, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Indústria e do Comércio (Decreto n.º 82.433, de 19-3-68 — DO de 20-3-68, p. 2.293).

CACAU — Exportação — Liberação para Embarque

A Comissão de Marinha Mercante estabeleceu que nenhum embarque de café ou cacau em grãos para o exterior, por via marítima, poderá ser feito sem a prévia aprovação do nome do navio pela Comissão de Marinha Mercante, autorizado de Liberação para embarque após às respectivas Guias de Embarque (MT-CMM- Resolução n.º 3.268, de 1.7.88, — DO — II de 10.7.68, p. 1.510).

CAFÉ — (V. Cacao — Exportação — Liberação para Embarque)

CAFÉ — Compra — Safra 1988/89

O IBC fixou novos preços de comprar a partir de 1.º de novembro, para os cafés das quotas despolpado e comum da safra 1968/69, desde que devidamente registrados na autarquia. Os cafés da quota comum, vendidos ao IBC, ganharão um prêmio de NCr\$ 1,00 por tipo e os vendedores dos cafés despachados a partir de 1.º de abril de 1969 serão ressarcidos das despesas financeiras e de armazenagem (MIC-IBC — Resolução n.º 448, de 10-10-68 — DO—II de 24-10-68, p. 2.415).

CAFÉ — Convênio Internacional de 1988

O Convênio Internacional do Café de 1968, firmado pelo Brasil em 28.3.68, foi aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo n.º 38, de 25.9.68 — DO de 27.9.68, p. 8.465).

CAFÉ — Data de Embarque

O IBC resolveu que será considerada como data de embarque aquela que estiver consignada na Relação

legislação agrícola

Dúria de Embarque, modelo 04-3, preenchida pela Agência do IBC no respectivo pórtico (MIC-IBC — Resolução n.º 442, de 9-7-68 — DO — II de 22-7-68, p. 1.613).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Preços — Safra 1968-69

O IBC resolveu que as cambiais representativas da exportação de café, da safra de 1968-69 e anteriores, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados, pelos preços em cruzeros novos, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde de grão ou equivalente em café torrado, aos preços mínimos de registro básico.

Os níveis de remuneração nos exportadores aplicar-se-ão, exclusivamente, às operações registradas no IBC, a partir de 22.8.68, cujas cambiais forem contratadas com base nas novas taxas afixadas pelo Banco do Brasil se as operações registradas com câmbio já contratado, forem liquidadas nas condições estabelecidas anteriormente.

As reduções consentidas (reintegro) serão liquidadas às taxas inversas (vendas) que corresponderem às dos contratos de câmbio das exportações respectivas (MIC-IBC — Resolução n.º 446, de 23.8.68 — DO — II de 30.8.68, p. 1.943).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Preços — Safra 1968-69

O IBC alterou o § 2.º do art. 2.º da Resolução n.º 446, de 23.8.68 (ver BLA n.º 36, p. 261), que passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º As reduções consentidas (reintegro) serão liquidadas às taxas de compra fixadas pelo Banco do Brasil S.A., na data do registro das respectivas declarações de venda" (MIC-IBC — Resolução n.º 447, de 26-8-68 — DO — II de 3-9-68, p. 1.962).

CAFÉ — Garantia de Preços — Prorrogação

O IBC decidiu manter, para os importadores, os preços dos cafés embarcados entre 1.º de outubro a 31 de dezembro de 1968.

As eventuais indenizações por diferença de preços serão calculadas trinta dias após o embarque da mercadoria (MIC-IBC — Resolução n.º 450, de 10.10.68 — DO — II de 24.10.68, p. 2.446).

CAFÉ — Regulamento de Despacho — Preços para Venda ao IBC — Safra 1968/69

O IBC fixou as normas relativas ao faturamento e despacho dos cafés produzidos na safra de 1968/69, inclusive preços para venda ao IBC (MIC-IBC — Resolução n.º 441, de 28.6.68 — DO — II de 10.7.68, p. 1.521).

CAFÉ SOLÚVEL — Trigo — Economia Pública e Particular

A concordata e a paralisação da atividade fahril da "DOMINIUM S/A" Indústria e Comércio fêz cessar o contingente de sua contribuição para o mercado de exportação de café solúvel.

Essa paralisação atinge profundamente a receita cambial e a renda tributária estadual e municipal, causando graves danos às finanças públicas.

A suspensão das atividades fahris da empresa, especialmente nos setores do café solúvel e do trigo, constitui fator de inquietação social, pondo em risco a segurança nacional.

As fraudes de variada natureza, quer na captação de recursos, pelo oferecimento de vantagens fixas e antecipadas ao capital risco, quer nas manipulações cambiais e sonegações fiscais, foram devidamente comprovadas.

A DOMINIUM S/A Indústria e Comércio, a CRI Distribuidora de Títulos e Valores S/A, já em liquidações, em íntimo conluio lesivo da economia popular e da confiança pública no mercado de capitais, colocaram, no mercado, ações falsas, não correspondentes ao capital da Sociedade, no momento de sua emissão.

A colocação de ações, como foi feita, caracteriza a realização, nos mercados financeiros e de capitais, de operações de natureza das executadas pelas instituições financeiras.

A fim de ser efetuada a intervenção do Banco Central do Brasil ou a liquidação extrajudicial das referidas empresas foi estendido o regime do art. 45 da Lei n.º 4.595, de 31.12.64.

O ato de intervenção porá fim, automaticamente, ao processo da concordata judicial, sem prejuízo da suspensão das exigibilidades, no respectivo prazo.

O interventor terá, no que couber, também as atribuições de representação e administração, conferidas ao liquidante extrajudicial, cabendo-lhe providenciar o reinício da operação industrial e comercial, promover as medidas administrativas e judiciais para o ressarcimento da Fazenda Pública e o resguardo dos investimentos da poupança popular (Decreto-lei n.º 354, de 1-8-68 — DO — de 2-8-68, p. 6.697).

CARNE BOVINA — Comercialização — Consolidação de Resoluções e Portarias da SUNAB

A SUNAB consolidou em um só ato, todas as Resoluções e Portarias anteriormente baixadas e que envolveram todas as fases de comercialização da carne bovina (MA-SUNAB — Portaria n.º 992, de 23.8.68 — DO de 20.9.68, p. 8.309).

CARNE BOVINA — Comercialização — Estocagem — Cibrazen

A SUNAB atribuiu à Companhia Brasileira de Armazenamento a administração geral do Setor Executivo de Produtos da Carne (MA-SUNAB — Portaria n.º 842, de 3.7.68 — DO de 10.7.68, p. 5.792).

CARNE BOVINA — Comercialização — São Paulo

A SUNAB considerou, para efeito da comercialização da carne bovina, como abrangidos no Estado de São Paulo, os seguintes municípios: Arujá — Atibala — Barueri — Boituva — Bom Jesus dos Perdões — Bragança Paulista — Cabreúva — Caieiras — Cajamar — Campinas — Campo Limpo — Carapicuíba — Cotia — Cubatão — Diadema — Elias Fausto — Embu — Embu Guaçu — Ferraz de Vasconcelos — Francisco Morate — Franco da Rocha — Guararema — Guarujá — Guarulhos — Ibituna — Igaratá — Itanhaém — Itapeerica da Serra — Itaquaquecetuba — Itariri — Itatiba — Itu — Itapeva — Jacaré — Jarinu — Joanópolis — Jundiaí — Juquitiba — Louveira — Mairinque — Malriporá — Mauá — Mogi das Cruzes — Mongaguá — Morungaba — Nazaré Paulista — Osasco — Pedreira — Perulbe — Pledade — Pinhalzinho — Pirapora do Bom Jesus — Poá — Praia Bela — Praia Grande — Ribeirão Pires — Rio Grande da Serra — Salto — Santana do Paraiba — Santo André — Santos — São Bernardo do Campo — São Caetano do Sul — São José dos Campos — São Roque — São Vicente — Sorocaba — Suzano — Taboão da Serra — Valinhos — Vargem — Vinhedo — Votorantim.

A medida entrou em vigor em 23.9.68 (MA-SUNAB — Portaria n.º 1.019, de 3.9.68 — DO de 20.9.68, p. 8.311).

CITRICULTURA — Comissão Nacional

O Ministro da Agricultura criou a Comissão Nacional de Citricultura, face à necessidade de maior entrosamento no assuntos ligados à produção, industrialização, comercialização e exportação de Citrus e as dificuldades que se apresentam nesses setores e que exigem soluções imediatas, dado o caráter de alta perecibilidade desses produtos (MA-GB — Portaria n.º 271, de 19.8.68 — DO de 28.8.68, p. 7.699).

COOPERATIVA — Estoque de Gêneros

A SUNAB incluiu as Cooperativas na obrigação de fornecer, mensalmente, boletins de seus estoques de arroz, feijão, banha animal, milho e óleos vegetais comestíveis (MA-SUNAB — Portaria n.º 891, de 18.7.68 — DO de 25.7.68, p. 6.369).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Foi criada e estabelecida a constituição do Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), com sede em Brasília, que terá a função de órgão permanente de consulta para assuntos relacionados como desenvolvimento agropecuário, cabendo-lhe colaborar na formulação dos critérios gerais que deverão presidir a concessão

ção de estímulos governamentais, na especialidade, e na aplicação coordenada dos referidos estímulos, objetivando acelerar o processo de desenvolvimento da agricultura nacional (Decreto n.º 63.191, de 28.8.68 — DO de 29.8.68, p. 7.728).

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA — Regulamento.

Foi aprovado o regulamento do CDA, órgão colegiado composto de Plenário, Secretaria Executiva e Órgãos Consultivos Especiais, com a finalidade de, em nível consultivo, examinar os assuntos de interesse do desenvolvimento agropecuário do País (Decreto n.º 63.376, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.068).

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS — Sistema Regulador — Mercado Interno — Extinção da CONEP.

O Conselho Interministerial de Preços tem atribuição para fixar e fazer executar as medidas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Será integrado pelos Ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio, da Agricultura e do Planejamento e Condenação Geral.

Junto ao CIP funcionará uma Comissão Consultiva, presidida pelo Presidente do Conselho — Ministro da Indústria e do Comércio — e integrada por representantes das Confederações Nacionais: Indústria e Comércio, Agricultura, Trabalhadores na Indústria, Trabalhadores no Comércio e Trabalhadores na Agricultura.

Os membros da Comissão Consultiva serão indicados pelas respectivas entidades de classe e designados pelo Presidente do Conselho.

Na análise e avaliação do comportamento dos preços, o Conselho Interministerial terá por base o princípio de compatibilização entre a evolução de preços e a correspondente variação de custos.

Será mantido um sistema de acompanhamento estatístico da evolução de preços e custos de produtos e serviços, elaborados índices correspondentes a cada setor.

O CIP poderá requisitar das empresas, firmas individuais ou seus estabelecimentos, em caráter confidencial, assegurando sigilo, o fornecimento de documentos, informações ou esclarecimentos que julgar necessários ao acompanhamento e à análise da evolução dos preços.

Para fins de análise, e, quando for o caso, de aprovação, poderá ainda requisitar das empresas e estabelecimentos a apresentação prévia dos aumentos de preços programados.

Serão considerados aprovados os reajustes que não forem apreciados e decididos pelo Conselho Interministerial dentro de 45 dias, contados da data em que tiverem sido apresentados os documentos e informações definidos pelo Conselho com sendo os necessários à análise.

Nos casos de aumento de preços acima das correspondentes alterações de custo e de falta de atendimento, não justificadas, das requisições, ou ainda quando se apurar fraude de documentos ou informações, o Conselho Interministerial promoverá, quando for o caso, a restabelecimento dos níveis de preços anteriores e a adoção, pelos competentes órgãos e entidades da Administração Pública, das providências administrativas, fiscais e judiciais legalmente cabíveis, inclusive as que regulam a intervenção no domínio econômico e a repressão no abuso do poder econômico.

O CIP, antes de adotar as tais medidas, promoverá, por escrito, manifestação da empresa ou firma individual responsável, no prazo máximo de 10 dias sobre a ocorrência motivadora.

A CONEP (Comissão Nacional de Estímulos à Estabilização de Preços) ficará extinta em 30-10-68 (Decreto n.º 63.196, de 29-8-68 — DO de 30-8-68, p. 7.771).

CRÉDITO RURAL — Cooperativas de

O Banco Central do Brasil organizou o funcionamento das Cooperativas de Crédito Rural, que prestam assistência financeira a pessoas físicas e jurídicas dedicadas a atividades agrícolas, pecuárias e extrativas, inclusive a pesca, através da concessão de empréstimos por contratos, cédulas de crédito rural, notas promissórias rurais, duplicatas rurais e conhecimentos de embarque e de depósito. As Cooperativas de Crédito Rural terão um sistema especial de operação; cada contrato ou cédula de crédito rural será sempre que possível vinculado a uma garantia real e acompanhado de um orçamento, sendo o crédito concedido em parcelas. À medida das necessidades, e fiscalizadas diretamente pela Cooperativa ou por intermédio de assistência especializada. Serão também, concedidos créditos destinados, exclusivamente, à comercialização, tornando-se necessário comprovar que os produtos negociados são realmente produzidos pelos associados da cooperativa. Outros créditos complementares, ainda que não destinados a atividades especificamente agrícolas, poderão ser concedidos, para o que as cooperativas terão uma reserva correspondente a 20% de suas aplicações (ME-BCB — Resolução n.º 99, de 19-9-68 — DO-II de 26-9-68, p. 2.161).

CRÉDITO RURAL — Aplicação de Recursos pelos Estabelecimentos Bancários — Normas.

O Banco Central do Brasil estabeleceu as seguintes normas a serem observadas pelos estabelecimentos bancários, na aplicação dos recursos destinados ao crédito rural:

a) o saldo das aplicações em operações de comercialização não poderá exceder a duas vezes o valor do maior saldo das empréstimos de curto e/ou investimento, verificado nos últimos seis meses, não se computando para efeito desse cálculo o custo e/ou investimento de lavoura de café e cana-de-açúcar;

b) a composição das aplicações em operações de curto e/ou investimento será de, no mínimo, 70% em financiamentos de valor até o equivalente a 500 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, nos créditos a produtores rurais, e a 5.000 vezes quando se tratar de financiamentos a cooperativas;

c) idêntico percentual será observado nas operações de comercialização, e, ademais, os limites individuais a 600 e a 10.000 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, nos casos, respectivamente, de financiamentos aos produtores rurais ou às cooperativas;

d) dentro dos limites estabelecidos nas alíneas b e c, anteriores, os Bancos manterão um mínimo de 10 por cento do total de suas aplicações em crédito rural em operações a pequenos produtores, diretamente ou através de suas cooperativas, até o limite individual de NCr\$ 7.000,00 (sete mil cruzéis novos), ou 50 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País;

e) ficam limitadas a 10 por cento do total dos recursos que cada banco reservar ao crédito rural as aplicações destinadas à aquisição de camilhões, jipes e gado bovino de qualquer categoria e para quaisquer finalidades, não se considerando, entretanto, dentro desse percentual os financiamentos para aquisição de reprodutores machos e matrizes, desde que rigorosamente enquadrados nas normas baixadas pelo Banco Central do Brasil.

II — Mediante autorização expressa do Banco Central do Brasil, os estabelecimentos bancários que não possuem setor especializado em crédito rural, poderão operar exclusivamente em financiamento à comercialização, até o montante de 50% dos recursos destinados ao crédito rural, obedecendo às disposições da alínea c, do item anterior. Em consequência, ficarão sujeitos ao recolhimento, em espécie, na forma do item II da Resolução 69, de 22-9-67, DO-II de 27-9-67 (ver BIA — 1968, p. 442) — (II — As instituições que não desejarem cumprir a obrigação expressa no item I, recolherão as somas correspondentes no Banco Central, para crédito do FUNAGRI, vinculada sua aplicação à finalidade específica. Esses recolhimentos renderão juros de 6% ao ano de importância equivalente aos recursos não aplicados.

legislação agrícola

111 — Fica assegurado o prazo de seis meses a contar desta data, para que as instituições financeiras adaptem suas aplicações em crédito rural às presentes normas (MF—BCB — Resolução n.º 197, de 20-8-68 — DO-II — de 27-8-68, p. 1.909).

CRÉDITO RURAL MANUAL. — Instituições Financeiras.

O Banco Central do Brasil baixou instruções regulamentando o prática do crédito rural pelas instituições financeiras, estabelecendo o prazo de 90 dias para que as referidas instituições manifestem expressamente, por escrito, ao Banco Central do Brasil, sua intenção de operar em crédito rural, devendo fazer prova, dentro de 180 dias, de que satisfazem as seguintes exigências: comprovar a existência de setor especializado em crédito rural, especificando as respectivas modalidades de operações; indicar os recursos próprios destinados a cada modalidade e sua origem; estabelecer normas básicas para as operações, difundindo-se junto às suas dependências e dispor de assessoramento técnico competente (MF—BCB — circular n.º 120, de 20-8-68 — DO-II de 27-8-68, p. 1.909).

DIREITO AGRÁRIO — Comissão Especial

O Gabinete do Ministro da Agricultura criou uma Comissão Especial para proceder aos estudos conclusivos sobre Direito Agrário, inserido na Carta de Brasília, propondo as medidas para a sua efetiva implantação no País.

A Comissão Especial que terá o prazo de 180 dias para concluir seus trabalhos, será presidida pelo representante do IBRA e constituída de representantes do INDA, IBRA, CNA, CONTAG, IBDA e por dois assessores jurídicos da Secretaria de Economia do Estado da Guanabara (MA—GB — Portaria n.º 322, de 3-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.932).

ENSINO AGRÍCOLA — Preenchimento de Vagas — Agricultores.

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou seus filhos, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% a agricultores ou seus filhos, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

A preferência estender-se-á aos portadores de certificados de conclusão do 2.º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.

Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências legais vigentes, inclusive as relativas aos exames de admissão de habilitação (Lei n.º 5.465, de 3-7-68 — DO de 4-7-68, p. 5.537).

ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO — Unificação de Normas.

O Gabinete do Ministro da Educação e Cultura estabeleceu normas de unificação e atualização do ensino agrícola de grau médio, a cargo da Diretoria do Ensino Agrícola (DEA).

Para o ingresso na primeira série dos cursos ginasial agrícola e de economia doméstica rural, as inscrições para o exame de admissão deverão ficar abertas durante o mês, 90 dias antes da data prevista para o início do ano letivo.

O pedido de inscrição será dirigido ao Diretor da escola, em requerimento firmado pela pai, mãe, tutor legal do candidato ou responsável, acompanhado de: certidão de nascimento; atestado de sanidade física e mental; atestado de vacinação antivaricélica; dois retratos e títulos que tiver.

Ao candidato habilitado será conferido o "Certificado de Aprovação em Exame de Admissão" e o que concluir os cursos do 1.º e 2.º ciclos do ensino técnico agrícola e de economia doméstica rural será contemplado com um "Diploma".

Os Colégios Agrícolas subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, a partir da vigência desta Portaria, não mais farão exames de admissão para ingresso no curso ginasial, iniciando a supressão gradual de esse curso (MEC—GB — Portaria n.º 667, de 19-9-68 — DO de 23-10-68, p. 9.306).

ERVA-MATE — Exportação — Cancelamento de Quotas.

Foram canceladas as quotas, ou saldos de quotas, de erva-mate beneficiada e cancheada com destino aos mercados do Uruguai e Chile, adjudicados aos exportadores e não utilizadas pelos mesmos durante os 1.º e 2.º trimestres de 1968 (MA—IBDF — Portaria n.º 523, de 27-9-68 — DO-II de 16-10-68, p. 2.313).

EQUÍDEOS — Anemia Infecciosa — Trânsito

O Gabinete do Ministro da Agricultura aprovou instruções referentes às medidas que devem ser observadas em relação ao trânsito de equídeos nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e na região Sul do Estado de Mato Grosso, afetados pela anemia infecciosa equina (MA—GB — Portaria n.º 201, de 25-6-68 — DO de 5-7-68, p. 5.614).

EQUINOS — Abate — Fiscalização.

A Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional estabeleceu normas gerais para o abate de equínos, proibindo o abate de fêmeas até 10 anos de idade bem como o de potras e de fêmeas de qualquer idade que estejam em perceptível estado de gestação, excluídas as fêmeas que demonstrem ser portadoras de deficiências orgânicas, de vícios ou defeitos fisiológicos que as invalide para reprodução ou estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática.

É assegurado ao Exército e às Polícias Militares prioridade, para adquirirem nos matadouros animais que julgarem necessários às suas organizações pagando o preço corrente do abate.

Serão aplicadas, aos estabelecimentos violadores das normas vigentes, as penalidades previstas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (ME—CCCN — Portaria n.º 50, de 23-7-68 — DO de 1-8-68, p. 6.650).

EXPOSIÇÕES E FEIRAS — Calendário Plurienal

O Calendário Plurienal de Exposições e Feiras Agropecuárias é destinado a coordenar e disciplinar a realização de Exposições e Feiras Agropecuárias (Decreto n.º 62.874, de 20-6-68 — DO de 10-7-68, p. 5.769).

FARINHA DE MANDIOCA — (V. Algodão).

FIBRAS JUTA E MALVA — Frete de Cabotagem Marítima — Cubagem.

A Comissão de Marinha Mercante determinou, para fins de aplicação de frete de cabotagem marítima, a cabotagem de 1.350 m³ por tonelada, de fibra de juta e malva, em fardos ou feixes (MT—CMM — Resolução n.º 3.275, de 28-6-68, DO-II de 16-7-68, p. 1.560).

GADO DE CORTE — Normas para Programação de Pesquisas e Estudos.

O Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias fixou a seguinte ordem de prioridade para o gado de corte: 1.º) pesquisas sobre alimentação; 2.º) pesquisas sobre sistemas de criação, manejo e instalações e 3.º) pesquisas sobre melhoramento genético.

Nos trabalhos e melhoramento de raças, nos estabelecimentos oficiais, os animais deverão ter fichas zootécnicas individuais, com dados de performance e deverão ser controlados pelo Serviço de Registro Genealógico da raça.

Trabalhos experimentais poderão, também, ser realizados em fazendas particulares, quando representativas da região, cabendo aos órgãos de pesquisa a elaboração e controle dos projetos (MA—DPEA — Portaria n.º 100, de 19-6-68 — DO de 22-7-68, p. 6.207).

A LAVOURA

GIRASSOL — (V. Algodão).

IBRA — Cartas de Anuência — Autorização — Brasília.

O IBRA autorizou o Delegado Regional de Brasília a expedir "Cartas de Anuência" ao Banco do Brasil e estabelecimentos congêneres de acordo com o modelo aprovado, a fim de assegurar aos ocupantes regulares, na área de jurisdição da Delegacia, financiamentos às atividades agropecuárias (MA—IBRA — Portaria n.º 125, de 22-8-68 — DO-II de 29-8-68, p. 1931).

IBRA — Imóvel Rural — Financiamento a Herdeiros e Legatários.

O IBRA está autorizado a conceder, com recursos próprios ou prover junto a outros órgãos públicos e estabelecimentos de crédito, financiamento a um ou mais herdeiros ou legatários que hajam adquirido ou venham a adquirir por sucessão o domínio de fração de imóvel venal, insuscetível de ser dividido, a fim de serem indenizados os demais condôminos que concordarem com a cessão das parcelas ideais que lhe cabem.

O requerimento deverá ser dirigido ao IBRA, provando a anuência dos demais condôminos, não podendo o financiamento ser concedido, em nenhuma hipótese, para aquisição de área superior a 2 módulos do imóvel partilhado, por herdeiros ou legatários (Decreto n.º 63.058, de 30-7-58, DO de 31-7-68, p. 6.569, e retificado no de 5-8-68, p. 0.753).

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ — Sacaria Nova — Financiamento.

O IBC comunica às Cooperativas de Cafeicultores registradas em sua Divisão de Cooperativismo, que se acha aberta a operação de financiamento de Sacaria Nova, cujas normas de processamento se encontram nos Serviços Regionais de Assistência a Cafeicultores (MIC—IBC — Comunicado n.º 36, de 13-8-68 — DO-II de 22-8-68, p. 1.892).

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS — Do Oeste — Mato Grosso e Rondônia.

Subordinado ao Escritório de Pesquisas e Experimentação do Ministério da Agricultura, foi criado o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Oeste (IPEAO) a localizar-se no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, com jurisdição sobre o Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia (Decreto n.º 63.140, de 21-8-68 — DO de 22-8-68, p. 7.466).

IRRIGAÇÃO — Desenvolvimento dos Projetos Integrados — Grupo Especial de Trabalho.

Os Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda, do Interior e da Agricultura criaram Grupo Especial de Trabalho com a finalidade de proceder, no prazo máximo de 30 dias, a um levantamento dos estudos e projetos prioritários de irrigação, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento integral dos vales já considerados no Orçamento Plurianual de Investimentos, e de integrar os órgãos federais em nível nacional e local, que devam desenvolver ações específicas em cada projeto, assegurando o seu desenvolvimento harmônico e integrado.

As atribuições principais do Grupo de Trabalho são: fazer o levantamento dos projetos de irrigação, já considerados prioritários, definindo, por projeto, as responsabilidades que caberão a cada órgão federal no desenvolvimento desses projetos, dentro das atribuições específicas de cada unidade administrativa, devendo, inclusive, estudar as necessidades de reformulação nos orçamentos federais, a fim de ajustá-los às atribuições de cada órgão e atender ao desenvolvimento dos projetos; e as funções básicas de estudar e propor, dentro do prazo estabelecido, a forma de funcionamento, de um Grupo Executivo Permanente, com a participação dos órgãos técnicos dos Ministérios interessados, em nível nacional e local, com o objetivo de assegurar perfeita integração dos órgãos da Administração federal, na execução dos projetos de irrigação (MPCG—MF—MI—MA—GB — Portaria Inter-

ministerial n.º 206, de 30-9-68 — DO de 9-10-68, p. 8.827).

JACARÊ — Proibição.

A SUDEPE proibiu o peso de tartaruga de água doce, tracajá, muçã, em toda a região amazônica. No Estado de Mato Grosso fica proibida a captura e abate de jacarês pelo prazo de 2 anos.

A comercialização de peles de jacarês existentes e em estoque, nas firmas registradas para esse comércio, fica sob controle dos órgãos de fiscalização da SUDEPE ou dos convênios com os Estados.

O trânsito de peles só se fará acompanhado de gula própria, na qual se declare o estoque anterior, a quantidade em trânsito e o saldo, além da destino, valor e destinatário (MA—SUDEPE — Portaria n.º 361 de 10-7-68 — DO-II de 22-7-68, p. 1.612).

JUTA — Grupo Executivo para Racionalização da sua Economia.

Foi criado o Grupo Executivo para a Racionalização da Economia da Juta, junto ao Ministério do Interior, para dar cumprimento às recomendações do Grupo de Trabalho da Juta. O Grupo Executivo recém-criado será constituído por um representante dos Ministérios do Interior, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, da Fazenda, dos Transportes, das Relações Exteriores e do Planejamento, participando, ainda, do mesmo, representantes dos Estados do Amazonas e do Pará (Decreto n.º 63.103, de 15-8-68 — DO de 15-8-68, p. 7.219).

JUTA — Malva — Amazônia — Preços Mínimos — Safra de 1969.

Foi assegurada a garantia de preços mínimos à Juta e Malva, da Região Amazônica, da safra de 1969.

As operações de aquisição ou financiamento estão livres de quaisquer despesas adicionais, inclusive imposto de circulação de mercadorias e taxas de previdência social rural. O prazo para realização das operações expirará em 1-3-70 para a juta e 1-6-70 para a malva (Decreto n.º 63.270, de 23-9-68 — DO de 27-9-68, p. 8.465).

LA EM BRUTO — Imposto de Importação — Isenção.

O Conselho de Política Aduaneira isentou do imposto de importação a quota de 4.140 toneladas de lã, em bruto, a ser distribuída segundo critério adotado pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

O desembaraço aduaneiro com o tratamento ora previsto, será autorizado até 31-10-68.

A aplicação da quota, poderá ser suspensa a qualquer tempo, se necessário, para garantir a colocação de lã de produção nacional, no mercado interno (MF—CPA — Resolução n.º 551, de 27-6-68 — DO de 25-7-68 p. 6.361).

LEITE "IN NATURA" — Vasilhame — Recolhimento e Transporte — Estado de Minas Gerais.

A SUNAB regulou e disciplinou a distribuição do leite "in natura", proibindo a qualquer distribuidor, entrepostos ou usinas, no Estado de Minas Gerais, recolher ou transportar, para qualquer fim, vasilhame litografado ou marcado por qualquer processo indelevel, cuja marca não seja de sua propriedade. As firmas que beneficiam e distribuem o leite "in natura", no Estado de Minas Gerais, e que mantêm os vasilhames em poder de seus revendedores, ficam obrigadas a devolver-lhes por litro restituído e contra a entrega, o numerário exigido como caução da vasilhame estocado.

A inobservância do preceituado sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Delegada n.º 4, de 26-9-62 (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.007, de 30-8-68 — DO de 3-9-68, p. 7.860).

MADERA — Exportação — Proibição.

O Conselho Nacional de Comércio Exterior resolveu proibir as exportações de madeira em toros raiços ou não; em blocos para laminação; em peças

A LAVOURA

JARDIM BOTANICO
RIO DE JANEIRO

legislação agrícola

serradas sem esquadrar ou reffilar; em peças serradas em esquadrias e/ou em peças aplinadas ou serrilhadas com espessuras superiores a 0,076 milímetros ou 3 polegadas das referências botônicas adiante indicadas, normalmente comercializadas sob denominações diversas, tais como:

Orelha-de-onça; Moelitalba; Mussatalba, Dalbergia sp.; Tinger's ears; Pitomba; Pitomba vermelha; Pitomba-amarela, Zollernia sp.; Pau-santo-vermelho; Zollernia ilicifolia; Orelha-de-onça; Moelitalba; Pau-Ferro, Caesalpinia férrea; Itúna; Caesalpinia leostachia; Glúna; Sebastião-Arruda; Jacarandá-rosa; Pau-rosa, Dalbergia fruticosa; Cega-machado; Pau-de-fuso; Pau-violeta, Dalbergia cearensis; Violeta; Pau-Brasil; Ibirapitanga; Caesalpinia echinata; Pau-de-pernambuco; Jacarandá-do-pará, Dalbergia Spruceana.

A proibição das exportações de peças de jacarandá em blocos, para laminação, e em peças serradas sem esquadrar ou reffilar, aplica-se às peças de quaisquer dimensões (MF—CONCEX — Resolução n.º 38, de 2-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.929).

MAMONA — (V. Algodão).

MANTEIGA — Comercialização.

A SUNAB tornou obrigatória a aplicação da fórmula CLD em todo o território nacional, com relação à mantega produzida em qualquer região do País, e a importação do estrangeiro, de qualquer tipo ou espécie, inclusive a reembalada, beneficiada ou enriquecida, seja qual for a embalagem e forma de comercialização.

Fica estabelecida, para o atacadista, a margem de lucro máximo de até 10% e para o varejista de até 20%.

A venda de mantega importada, só será permitida depois que o comerciante estiver de posse da autorização expedida pelo órgão da SUNAB, cujo número será obrigatoriamente citado na nota fiscal.

O atacadista e o fabricante que venderem diretamente ao consumidor, terão, apenas, a margem percentual de lucro atribuída ao varejista, não sendo permitido acrescer, considerar ou computar nenhuma margem percentual de lucro.

Nas vendas ao consumidor, os estabelecimentos que comerciarem com mantega, ficam obrigados a manter afixada tabela de preços dessa mercadoria, em local visível e de fácil acesso ao público.

A presente determinação entrará em vigor no dia 2-8-68 (MA—SUNAB — Portaria n.º 923, de 26-7-68 — DO de 30-7-68, p. 6.538, e reproduzida no de 2-8-68, p. 6.716).

METEOROLOGIA — Taxas Contributórias — Aprovação de Tabela.

O Gabinete do Ministro da Agricultura aprovou a tabela para a cobrança de taxas contributórias decorrentes do fornecimento de dados meteorológicos, prestados pelo Escritório de Meteorologia (MA—GB — Portaria n.º 162, de 17-5-68 — DO de 2-8-68, p. 6.716).

MILHO — Exportação, Padronização e Classificação.

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do milho destinado à exportação (MF—CONCEX — Resolução n.º 36, de 22-8-68 — DO de 30-8-68, p. 7.790).

MILHO — (V. Algodão).

OVOS — Informação — (V. Bubalinos).

PARQUE NACIONAL INDÍGENA DE TUMUCUMAQUE — CRIAÇÃO — Delimitação de Área.

O Parque Nacional Indígena do Tumucumaque, criado no Estado do Pará, terá a característica principal de área reservada aos indígenas, devidamente delimitada, cabendo sua administração à Fundação Nacional do Índio.

Reserva Florestal do Tumucumaque fica mantida, em tudo que não contrariar as finalidades do Parque Nacional Indígena.

São consideradas áreas reservadas aos índios os parques ou reservas florestais, criadas em leis ou decretos, desde que neles habitem, no todo ou em parte tribos indígenas (Decreto n.º 62.998, de 16-7-68 — DO de 19-7-68, p. 6.131).

PARQUE NACIONAL INDÍGENA DE TUMUCUMAQUE — Delimitação de área — Decreto n.º 62.988, de 1968 — Alteração.

O Decreto n.º 62.998, de 1968 teve alterado o parágrafo único do art. 1.º, que passou a ter a seguinte redação:

A área reservada ao Parque será delimitada: a Oeste, na nascente do Rio Marapi, na serra de Tumucumaque, fronteira com o Suriname, descendo o seu curso até a confluência com o Rio Paru de Oeste; ao Sul da confluência do Rio Marapi com o Rio Paru de Oeste, uma linha ideal, na direção oeste-nordeste, até atingir a confluência dos Rios Clatrê e Paru de Leste; a Este, da confluência do Rio Clatrê, e Paru de Leste subindo o leito deste último até a cachoeira de Macori; desta, em linha reta, até atingir a cachoeira de Macaré, no alto curso do Rio Jarí, daí pela fronteira do Território do Amapá com o Estado do Pará, subindo o Rio Jarí até os limites com o Suriname; ao Norte pela fronteira do Suriname, da nascente do Rio Marapi, até o ponto da fronteira, do Território do Amapá, Estado do Pará e o Suriname, na Serra do Tumucumaque; incluindo-se no Parque Nacional Indígena do Tumucumaque a área compreendida numa faixa de dez quilômetros, paralela à margem direita do rio Marapi, à margem esquerda do rio Paru e do rio Jarí (Decreto n.º 63.369, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.066).

PECUARIA — Raças Bovinas de Origem Indiana — Registro Genealógico.

O escritório de Produção Animal prorrogou até 30-8-71 o fechamento dos livros do Serviço de Registro Genealógico das raças bovinas de origem indiana mantidos pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu com sede em Uberaba, Minas Gerais.

A partir de 30-8-69 só serão atendidos pelo referido Serviço de Registro os criadores que tiverem suas produções normalmente controladas ou as comunicações de coberturas regularmente remetidas ao órgão competente (MA—EPA — Portaria n.º 8, de 22-8-68 — DO de 16-9-68, p. 8.183).

PESCA — Projetos Pesqueiros — Cobrança de Percentual sobre Incentivos Fiscais.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca determinou a cobrança de um percentual de 2% sobre o valor dos incentivos fiscais concedidos, o qual deverá incidir sobre os projetos já aprovados, em fase de implantação, podendo ser pagos em parcelas coincidentes com o cronograma do desembolso do projeto (MA—SUSEPE — Portaria n.º 488, de 23-8-68 — DO II de 11-9-68, p. 2.054).

PESCA — Região de Cananéia — Entreposto de Pesca — Local.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca tornou obrigatória a comercialização do pescado descarregado em Cananéia através do Entreposto Federal de Pesca situado naquele porto, sendo apreendido como contrabando qualquer descarregamento que não seja feito através do referido entreposto (MA—SUSEPE — Portaria n.º 513, de 30-8-68 — DO-II de 11-9-68, p. 2.055).

PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUARIAS MERIDIONAL — Instituto de São Paulo e Paraná.

Subordinado ao Escritório de Pesquisa e Experimentação do Ministério da Agricultura, foi criado o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional (IPEAME), a localizar-se no Estado do Paraná, com jurisdição sobre os Estados do Paraná e São Paulo (Decreto n.º 63.139, de 21-8-68 — DO de 22-8-68, p. 7.466).

PINHO — Exportação — Excedentes.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que os remanescentes dos contingentes exportáveis de madeira de pinho atribuído aos exportadores que operam no Vale do Rio Uruguai, em função das médias anuais de exportação do produto realizada no quinquênio 1962-66 que deixaram de ser exportados mediante remessa pelo sistema de balsa, poderão ser exportados via terrestre, mediante embarque em caminhões ou vagões.

Para as vendas da madeira correspondente ao remanescente e aos contingentes a partir de agosto do corrente ano deverão ser observados os seguintes preços mínimos por 1.000 p2, FOB, Uruguaiana, estabelecidos para o setor Fronteira do Rio Grande do Sul.

Argentina,

I e II — US\$ 132,00.

Fórmula A — 50% de primeira e segunda — US\$ 121,00; 5% de terceira — US\$ 121,00.

Fórmula B — 40% de primeira e segunda — US\$ 113,00; 40% de terceira — US\$ 113,00; 20% de quarta — US\$ 113,00.

Uruguai,

I e II — US\$ 150,00; III — US\$ 130,00 e IV — US\$ 120,00.

Fica vedada a formação de balsa ou jangada, no Rio Uruguai, com madeira de pinho destinada à exportação, em quantidade superior ao contingente exportável de cada empresa (MA—IBDF — Portaria n.º 402, de 1-8-68 — DO-II de 22-8-68, p. 1.887).

PINHO — Exportação — Índice de Participação.

O Conselho Nacional de Comércio Exterior resolveu que, para fins de aplicação dos percentuais estabelecidos sob o título Tradição, fixados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, os índices de participação das empresas que exportam madeira de pinho serão revistos em 31-12 de cada ano, em função das quantidades do produto efetivamente exportadas pelas empresas, e, a partir de 1.º de janeiro do respectivo ano, para os mercados destinatários (MF — CONCEX — Resolução n.º 37, de 2-10-68 — DO de 11-10-68, p. 8.928).

PINHO — Exportação — Instalações para Estoque.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que as empresas exportadoras deverão possuir, nos portos ou pontos de exportação, instalações adequadas, com capacidade para abrigar estoque de madeira de pinho em quantidade correspondente a 3 vezes a média mensal de exportação, apurada no quinquênio 1962-66, que deverá ser obrigatoriamente mantido pelos exportadores. As disponibilidades mínimas do produto, em volume correspondente a duas vezes a média mensal de exportação, deverão ser depositadas, obrigatoriamente, no porto ou ponto de exportação onde a empresa concorre à distribuição e vendas e no rateio de contingentes exportáveis. A outra parcela correspondente à média mensal de exportação poderá ser considerada em trânsito, desde que a empresa comprove a sua aquisição perante os órgãos do Instituto, mediante apresentação de Nota Fiscal ou outro documento reconhecido legítima pelo Fiscal acompanhada das Guias de Produção, ou Guias Florestais, emitidas pelo IBDF.

A inobservância das exigências estabelecidas implica na aplicação da suspensão da empresa na participação da distribuição de vendas e do rateio de contingentes exportáveis até que regularize a situação, perdendo a empresa faltosa o direito às quotas.

Os contingentes disponíveis em razão da suspensão serão redistribuídos às demais que forem consideradas aptas, proporcionalmente nos seus índices percentuais (MA—IBDF — Portaria n.º 489, de 6-9-68 — DO-II de 17-9-68, p. 2.095).

PINHO — Exportação — Regulamentação.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu que os capitais estipulados no item I da Resolução n.º 20 do CONCEX, em cada uma de suas

parcelas, abrangem a variação de volume compreendido dentro da faixa entre a parcela menor e a maior, exceto no que se refere às cifras NCr\$ 175.000,00, no Atlântico, e NCr\$ 125.000,00, nos demais setores, que abrangem as quantidades médias anuais que não excedam de 600.000 p2;

a) para os volumes médios anuais de exportação superiores a 600.000 p2 e inferiores a 1.200.000 p2, os capitais mínimos requeridos são de NCr\$ 200.000,00, no Atlântico, e de NCr\$ 150.000,00, nos setores Oeste, Vale do Rio Uruguai e Fronteira do Rio Grande do Sul;

b) a comprovação do capital mínimo deverá ser feita dentro do prazo estabelecido na alínea d, item I, dessa Resolução, mediante declaração de sua ficha cadastral no Banco do Brasil, que deverá ser entregue pela firma interessada à Delegacia Estadual do IBDF, no Estado em que o exportador tem sua matriz, cabendo a esta anotar no respectivo cadastro e fazer a comunicação à Administração Central do Instituto;

c) para fins de apuração do Capital Mínimo Requerido, considera-se aquelas não comprometidas (reservas exigíveis).

No cálculo dos estoques médios e das médias anuais de exportação de madeira de pinho, bem como na apuração dos índices percentuais de participação, considerar o ano em que a firma iniciou as suas exportações, no quinquênio 1962-66, observando-se as seguintes normas:

a) elevar para ano inteiro as frações de ano, nos casos de firmas que iniciaram as suas operações de exportação de pinho em época posterior ao mês de janeiro de 1962;

b) considerar os cinco anos por inteiro, na hipótese de firmas que, em qualquer um dos anos compreendidos pelo quinquênio, interromperam ou cessaram as suas operações de exportação de pinho.

As instalações adequadas para armazenar estoque de madeira de pinho compatível com o movimento comercial de cada firma que desejar continuar a participar da exportação, em condições perfeitamente satisfatórias que evitem a desclassificação ou o desmerecimento da madeira e possibilitem o atendimento das especificações mais rigorosas requeridas pelos compradores do exterior, (MA—IBDF — Portaria n.º 489, de 6-9-68 — DO-II de 8-10-68, p. 2.262).

PINHO — Níveis de Produção — Reflorestamento.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal elevou, a partir de 1-8-68, de 50% para 75% o nível de produção autorizada de pinho e de outras madeiras.

Os projetos técnicos de reflorestamento deverão prever o plantio a partir do exercício de 1969 em quantidade suficiente para cobrir o consumo de madeira em cada ano de atividade, podendo, porém, o plantio cobrir uma obrigação de reflorestar relativa a mais de um exercício (MA—IBDF — Portaria n.º 401, de 29-7-68 — DO-II de 13-8-68, p. 1.787).

PINHO SERRADO — Aumento de Produção — Autorização.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal resolveu autorizar, a partir de 1-8 do corrente ano, o aumento de 25% na produção de pinho serrado, a ser calculado com base nos níveis médios apurados e constantes das atuais Guias de Produção Autorizadas.

O acréscimo da produção, somado à atual quota, não poderá ultrapassar o volume correspondente a 15% da produção prática da respectiva serraria (MA—IBDF — Portaria n.º 380 de 17-7-68 — DO-II de 1-8-68, p. 1.692).

PLATAFORMA SUBMARINA — Exploração e Pesquisa — Pedidos de Licença — Fiscalização.

Dependem de autorização ou audiência prévia do Ministro da Marinha a exploração e pesquisa na plataforma submarina, nas águas do mar territorial, e nas águas interiores do Brasil, entendendo-se como pesquisa todas as atividades de estudo e prospecção,

legislação agrícola

Inclusive filmagens e gravação para fins científicos ou investigações limnográficas e oceanográficas.

Os pedidos de licença ou de audiência prévia do Ministério da Marinha, por parte de qualquer órgão público, autarquia, entidade paraestatal, entidade privada, pessoa física ou jurídica brasileira ou estrangeira, para execução de exploração ou pesquisa deverão ser enviadas ao Ministério da Marinha com antecedência mínima de 60 dias do início previsto para o programa dos trabalhos.

Para estrangeiro, que seja pessoa física ou pessoa jurídica, o pedido deve ser encaminhado à representação diplomática brasileira junto ao governo do respectivo país com a antecedência mínima de 180 dias, sendo o pedido encaminhado ao Ministério da Marinha e ao Presidente da República, ouvindo-se ainda outros Ministérios, conforme o caso, tendo cada Ministério, inclusive o da Marinha, o prazo de 30 dias úteis, a partir da data do recebimento do expediente, para opinar sobre o pedido.

O pedido de licença ou de audiência prévia do Ministério da Marinha deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes especificações:

I — Nome da entidade responsável pela exploração ou pela pesquisa e suas anteriores atividades;

II — Nome da entidade que pretende financiar a exploração ou pesquisa e anteriores financiamentos já concedidos para atividades de pesquisa e exploração no Brasil;

III — Nome dos exploradores, pesquisadores ou técnicos, citando suas especialidades e curriculum vitae;

IV — Roteiro previsto para a execução da exploração ou da pesquisa e no qual constem assinalados os locais de trabalho (posições das estações oceanográficas, locais ou derrotas onde se pretende efetuar a exploração ou pesquisa). Tal roteiro deve ser apresentado em carta náutica de escala conveniente à apreciação do que se pretende fazer;

V — Planos e finalidades que regem a exploração e/ou pesquisas;

VI — Discriminação da exploração e/ou das pesquisas, citando os métodos e técnicas que serão utilizados;

VII — Discriminação de todo o instrumental que será empregado na exploração, ou na pesquisa;

VIII — Discriminação do tipo de navegação que será utilizado quando forem empregados navios ou aeronaves estrangeiros;

IX — Duração prevista para os trabalhos;

X — Datas previstas para escala em portos ou aeroportos nacionais;

XI — Datas previstas para escala no último porto ou aeroporto estrangeiro antes do início dos trabalhos em território nacional e no primeiro porto ou aeroporto estrangeiro após seu término, no caso de exploração ou pesquisa por entidades estrangeiras;

XII — Particularidades técnico-científicas e estruturais de qualquer navio ou aeronave a ser utilizado e fotografias dos mesmos;

XIII — Compromissos de serem reservadas vagas a bordo do navio ou aeronave que pretende efetuar os trabalhos a fim de que elementos indicados pelo Ministério da Marinha e por outros Ministérios interessados os acompanhem, parcial ou totalmente;

XIV — Compromissos de fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, que passa a ser a Instituição Nacional Designada do Brasil junto à Comissão Oceanográfica Intergovernamental patrocinada pela UNESCO, cópia de todas as informações obtidas por ocasião dos trabalhos realizados na plataforma submarina do País, nas águas do mar territorial ou nas águas interiores;

XV — Compromissos de fornecer ao Ministério das Minas e Energia os resultados obtidos por pros-

peção geofísica que incluam dados sobre recursos minerais, para efeito da disposto no art. 3.º do Decreto n.º 55.837, de 12 de março de 1965; aos demais Ministérios e Órgãos serão enviadas cópias dos dados que lhes possam interessar;

XVI — Os termos do contrato, convênio ou acordo estabelecido para execução da exploração ou pesquisa, mediante cópia autêntica dos mesmos, nos casos em que tenham eles sido firmados;

XVII — Compromissos assumidos pela entidade responsável pelos trabalhos, de cumprir Leis e Regulamentos do País e o presente Decreto.

A fiscalização da exploração e da pesquisa será exercida pelo Ministério da Marinha e observadores indicados por outros Ministérios interessados, podendo tomar a iniciativa de exercer fiscalização qualquer autoridade naval, se necessário, apreendendo quaisquer embarcações que estejam efetuando explorações ou pesquisas sem autorização dada por quem de direito, assim como o material de pesquisa recolhido.

O prazo de 180 dias para os pedidos encaminhados à representação diplomática brasileira por pesquisadores estrangeiros será exigido para os casos em que a partida dos exploradores ou pesquisadores de seu país de origem se realiza após o dia 6-12-68 (Decreto n.º 63.164, de 26-8-68 — DO de 26-8-68, p. 7.559).

PRODUTO AGROPECUARIO — Exportação.

Nenhum órgão governamental poderá adotar medidas restritivas ou impeditivas à exportação de produtos agropecuários que prejudiquem a execução dos contratos celebrados com importadores estrangeiros, exceto nos casos de comprovada necessidade de defesa sanitária.

Os contratos poderão contemplar prazo até 3 anos, devendo os planos ser submetidos à CACEX.

O preço do produto será aquele vigente no mercado externo na ocasião do embarque, podendo ser fixado, para o prazo contratado, com reajustes periódicos (Decreto n.º 62.940, de 2-7-68 — DO de 5-7-68, p. 5.599).

REFORMA AGRÁRIA — Grupo de Trabalho.

Foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a aceleração da reforma agrária, devendo sugerir, até o dia 18-12-68, medidas conclusivas decorrentes da análise dos principais obstáculos de natureza administrativa, institucional e financeira que têm dificultado a execução daquela reforma.

Serão também examinadas as normas legais e regulamentares em vigor, as áreas prioritárias para fins de reforma agrária, as medidas para maior amparo dos trabalhadores rurais, a tributação específica e sua aplicação e os projetos de reforma em execução e em estudo, com vistas à elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto n.º 63.250, de 18-9-68 — DO de 18-9-68, p. 8.235).

RESERVA INDIGENA — Criação — Estado de Mato Grosso.

Foram criadas diversas áreas no Estado de Mato Grosso para que nelas sejam localizadas sete tribos indígenas, ficando a Fundação Nacional do Índio incumbida de tomar as medidas necessárias para esse fim (Decreto n.º 63.368, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.065).

RESERVA INDIGENA — Interdição — Estado do Pará.

Foi determinada a interdição, temporária, da área habitada pelos índios Suruí, nos municípios de Marabá e São João de Araguaia, no Estado do Pará. A medida objetiva possibilitar à Fundação Nacional do Índio a regularização definitiva das terras compreendidas naquela área (Decreto n.º 63.367, de 8-10-68 — DO de 16-10-68, p. 9.065).

RESERVAS INDIGENAS — Terras — Interdição Temporária para.

Foram interditadas, temporariamente, para efeito das providências de pacificação das tribos indígenas

Cotas Largas e Nambiquaras, as terras situadas em áreas limítrofes do Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia, ficando delegado à Fundação Nacional do Índio o poder de políela, nas referidas áreas, durante o período necessário à pacificação das tribos (Decreto n.º 62.995, de 16-7-68 — DO de 18-7-68, p. 6.073).

SANIDADE ANIMAL. — Convênio — Intercâmbio.

O Congresso Nacional aprovou o texto do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1967 (Decreto Legislativo n.º 31, de 17-9-68 — DO de 19-9-68, p. 8.257; e DCN-II de 18-9-68).

SÊMEN — Importação (V. bubalinos).

SINDICATOS RURAIS — Transformação das Associações Rurais em Órgãos Sindicais Patronais — Prazo.

O prazo concedido às Associações Rurais e seus órgãos superiores que requeriram a sua investidura como entidades sindicais representativas dos empregadores rurais foi estendido até o dia 8-2-69 (Lei n.º 5.481, de 10-8-68 — DO de 14-8-68, p. 7.178).

SISAL. — Preços mínimos — Safra de 1968-69.

A garantia de preços mínimos básicos e os correspondentes preços mínimos líquidos para as diversas regiões produtoras de sisal fica assegurada para o financiamento e aquisição da safra 1968-69, que teve início em 1-7-68 e cuja comercialização se estenda até 30-6-69.

Preço mínimo básico para as operações de financiamento e aquisição do sisal:

I — De NCr\$ 0,22 por quilto de fibra de sisal beneficiada, seca, do tipo 3, da classe "longa", preço que representa o limite mínimo a ser pago pelos beneficiadores ao produtor ou as suas cooperativas;

II — De NCr\$ 73,00 por fardo de 200 quilto de fibra de sisal, rebeneficiada, seca, do tipo 3, da classe "longa", preço este para a fibra acondicionada em fardos de, aproximadamente, 200 quilto líquidos e densidade não inferior aos níveis fixados pela Comissão de Financiamento da Produção, a qual só poderá financiar ou adquirir partidas do produto acondicionado em fardos.

TABELA N.º 1

ESTADO	Preço mínimo líquido
Ceará	54,78
Rio Grande do Norte	56,57
Paraíba	56,24
Pernambuco	56,57
Alagoas	55,86
Sergipe	56,89
Bahia	55,48

TABELA N.º 2
SISAL REBENEFICIADO
NCr\$/fardo de 200 kg

Praças	Retorno correspondente ao frete
Salvador	2,00
João Pessoa	1,60
Campina Grande	1,00

(Decreto n.º 62.929, de 1-7-68 — DO de 2-7-68, p. 5.433).

BOJAS — Preços Mínimos (V. Algodão).

SUNAR — Colaboradores da

A SUNAB constituiu um Grupo de Colaboradores escolhidos entre pessoas de comprovada idoneidade, cujas atividades se restringirão à constatação das irregularidades e comunicação das mesmas à autoridade competente da SUNAB, sendo vedada atuar ou multar o infrator.

A LAVOURA

Os colaboradores selecionados ficarão vinculados à autoridade que os escolher e seus nomes serão publicados no Boletim de Serviço, após a assinatura do "Termo de Compromisso" (MA—SUNAB — Portaria n.º 788, de 19-6-68 — DO de 12-7-68, p. 5.193).

TARTARUGA — (V. Jacaré).

TRIGO — Abastecimento — Distribuição dos Moínhos

Não sofrerão alterações as quantidades básicas de trigo, previstas, mas não asseguradas, para cada zona de consumo.

As cotas de trigo dos moínhos foram fixadas, com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o segundo semestre de 1968.

A portaria SUPER N.º 79, de 24-1-68, foi revogada (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.039, de 11-9-68 — DO de 13-9-68, p. 11.421).

TRIGO — Fixação de Cotas — Distribuição — 2.º Semestre de 1968.

A SUNAB manteve inalteradas as quantidades básicas de trigo, previstas, mas não asseguradas, em cada zona de consumo (Portaria SUPER N.º 137, de 1967, art. 3.º), fixando as cotas de trigo dos moínhos, com base nas quais serão processadas as distribuições do cereal durante o 2.º semestre de 1968 (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.039, de 11-9-68 — DO de 13-9-68, p. 11.421).

TRIGO — (V. Café Solúvel — Economia Pública e Particular).

TRIGO — Liberação de Resíduos.

A SUNAB liberou por 30 dias, a cota de resíduos de trigo em todos os moínhos do País (MA—SUNAB — Portaria n.º 939 de 2-8-68 — DO de 23-8-68, p. 7.540).

TRIGO — Preço de venda aos moínhos.

A SUNAB fixou em NCr\$ 276,00, por tonelada métrica, o preço de venda aos moínhos, nos portos de descarga, do trigo em grão importado ou a importar pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

O trigo de produção nacional destinado à industrialização será entregue aos moínhos, nos locais de estocagem, mediante faturamento, aos preços abaixo indicados, por tonelagem métrica:

Peso hectolitro	Preço NCr\$
78	276,00
77	273,24
76	270,51
75	267,78
74	265,04
73	262,30
72	259,56
71	257,25
70	254,93
69	252,61
68	249,61
67	247,12
66	244,64
65	242,20

O preço de venda será acrescido das despesas portuárias e quando o trigo for entregue ensacado, os preços serão acrescidos do valor correspondente à sacaria que é fixada em NCr\$ 0,75, por saca nova de, no mínimo, 400 gramas ou em valor proporcional, quando de peso NCr\$ 0,60 e de NCr\$ 0,42, respectivamente.

Fica facultado aos moínhos o adicionamento de até mais 3% de fécula de mandioca ou farinha de rapa de mandioca à tonalidade de farinha de trigo de sua produção, destinada à panificação.

A comissão de equipamento fixada em NCr\$ 9,00, será incluída nos preços de venda nos moínhos.

As normas e preços ora fixados, entrarão em vigor em 22-7-68 (MA—SUNAR — Portaria g/n.º, de 10-7-68 — DO em 15-7-68, p. 5.941).

VETERINARIO — Exercício da Profissão.

Foram estabelecidas disposições sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e criados os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, órgãos que expedirão a carteira profissional obrigatória no exercício das atividades profissionais.

São da competência privativa do médico-veterinário: a prática da clínica em todas as suas modalidades; a direção dos hospitais para animais; a assistência técnica e sanitária nos animais sob qualquer forma; o planejamento e a execução da defesa sanitária animal; a direção técnica sanitária de estabelecimentos onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim, animais ou produtos de sua origem; a inspeção e fiscalização sanitária, higiênica e tecnológica de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização; a peritagem sobre animais e exames técnicos em questões judiciais; as perícias, exames e pesquisas de animais inscritos em competições ou exposições pecuárias; o ensino, a direção, o controle e a orientação dos serviços de inseminação artificial; a regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas seções e laboratórios; a direção e a fiscalização do ensino da medicina veterinária e agrícola-médico nos estabelecimentos de trabalho cujo objetivo seja a indústria animal; a organização de reuniões destinadas ao estudo da medicina veterinária, bem como assistência técnica do Ministério das Relações Exteriores, no País e no estrangeiro.

Constituem, ainda, competência do médico-veterinário: as pesquisas, o planejamento, a direção técnica, e fomento, a orientação e a execução dos trabalhos relativos à produção animal e indústrias derivadas; o estudo e a aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais, transmissíveis ao homem; a avaliação e peritagem para fins de crédito e de seguro; a padronização e a classificação dos produtos de origem animal; a responsabilidade pelas fórmulas e preparação de rações e sua fiscalização; a participação nos exames de animais para inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico; os exames periciais dos subprodutos da indústria animal; as pesquisas e trabalhos de biologia geral, zoologia e zootecnia e bromatologia animal; a defesa da fauna; os estudos e organização de trabalho sobre economia e estatística ligadas à profissão; a organização da educação rural relativa à pecuária.

As anuidades serão pagas pelos médicos-veterinários nos respectivos Conselhos, até o dia 31 de março de cada ano, acrescidas de 20% quando fora desse prazo. A ausência do País não isenta o profissional do pagamento, isenta-o apenas, do acréscimo acima referido.

Os estabelecimentos cuja atividade seja passível de ação de médico-veterinário deverão fazer prova de que têm a seu serviço profissionais habilitados pelo respectivo Conselho. Os infratores de tal determinação serão passíveis de multa que variará de 20% a 100% do valor do salário-mínimo regional, independentemente de outras sanções legais.

As taxas, anuidades ou quaisquer emolumentos serão fixados pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

As penas disciplinares, de competência exclusiva dos Conselhos Regionais, são a advertência confidencial, a censura confidencial, a censura pública, a suspensão do exercício profissional até 3 meses e a cassação do exercício profissional, *ad referendum* do CFMV. Da imposição da penalidade caberá recurso, no prazo de 30 dias, contados da ciência, para o Conselho Federal, com efeito suspensivo nos dois últimos casos citados (Lei n.º 5.517, de 23-10-68 — DO de 25-10-68, p. 9.401).

VINHO — Vindima de 1968 — Graduação Alcoólica

O gabinete do Ministro da Agricultura determinou que na vindima de 1968 seja permitida a graduação alcoólica para os vinhos de mesa até 13 graus G. L. (MF—GB — Portaria n.º 239, de 27-11-68 — DO de 13-11-68, p. 7.148).

ZEHUINOS — Importação — (V. Embalagens).

ESTADO DA GUANABARA

AVES E OVOS — Frigimóveis de aves abatidas — feiras-livres.

O Departamento de Abastecimento estabeleceu a lotação e a distribuição dos frigimóveis de aves abatidas e ovos, nas ferrovias, determinando, ainda, que as permissões não utilizadas por mais de quatro feiras consecutivas serão consideradas nulas, devendo os permissionários regularizar a indicação dos responsáveis por veículo e a afixação de tabelas de preços para as frações de peso de 58 gramas (SE—NAB — Ordem de Serviço "N" n.º 49, de 12-9-68 — DO—GH de 19-9-68, p. 14.429).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA (II) — Áreas de Execução — Carta de Brasília.

Formu aprovadas as faixas de atuação e as áreas de execução, em âmbito estadual, fixadas na reunião preparatória ao II Congresso Nacional de Agropecuária, bem como os objetivos e metas da Carta de Brasília.

A Secretaria de Economia coordenará a execução e organizará, até 31-8-68, o sistema de controle e avaliação dos resultados dessa execução (Decreto Estadual "N" n.º 1.102, de 29-7-68 — DO—GB de 31-7-68, p. 11.717).

FEIRAS-LIVRES — Documentos em mãos de despachantes oficiais.

O Departamento de Abastecimento determinou que os despachantes oficiais, quando houver necessidade de apresentação de documentos de seus clientes feirantes, deverão fornecer aos mesmos, um recibo provisório, com validade máxima de 15 dias, do qual deverá constar o nome, feiras, matrículas e classe de feirante, bem como a natureza dos documentos, a razão de retenção e data e assinatura do despachante responsável (SE—DA — Ordem de Serviço "E" n.º 37, de 26-7-68, DO—GB de 5-8-68, p. 11.965).

FEIRAS-LIVRES — Localização.

O Departamento de Abastecimento estabeleceu para as feiras-livres realizadas em logradouros das 1.ª RA (Zona Portuária), 2.ª RA (Rio Comprido), 3.ª RA (Botafogo), 5.ª RA (Copacabana), 6.ª RA (Lagoa), 7.ª RA (Tijuca) e 9.ª RA (Vila Isabel), o sistema de um só tabuleiro, por matrícula, para todas as classes de feirantes neles lotados (SE—NAB — Ordem de Serviço "E" n.º 39, de 30-7-68 — DO—GH de 7-8-68, p. 12.159).

FEIRAS-LIVRES — Localização — Restrições de Espaço.

O Departamento de Abastecimento, estabeleceu para as feiras-livres realizadas em logradouros das 1.ª RA a 9.ª RA, o sistema de um só tabuleiro por matrícula para todas as classes de feirantes neles lotados.

Aos feirantes produtores é permitida a utilização de 2 tabuleiros, no caso de comprovada capacidade de produção, a critério do Departamento de Abastecimento e mediante autorização especial.

Estas determinações entrarão em vigor no dia 1-9-68, devendo os feirantes produtores interessados solicitar tal autorização nos termos fixados.

A ordem de serviço "E" n.º 39, de 30-7-68, foi revogada — ver BIA n.º 33, p. 228 (SE—NAB — Ordem de Serviço "E" n.º 42, de 9-8-68 — DO—GB de 16-8-68, p. 12.654).

GADO — ICM — Produtos e Subprodutos — Matadouro de Santa Cruz.

A Secretaria de Finanças resolveu que a pauta a que se refere o item 1.º da Portaria "N" n.º 12, de 7-5-68 (ver BIA n.º 22, p. 111), fica reduzida para NC\$ 2,00 quando se referir a vitelo, aplicando-se esta determinação nos débitos fiscais ainda não quitados (SFI—GB — Portaria "N" n.º 21, de 30-7-68 — DO—GB de 2-8-68, p. 11.802).

IBHA — Fazenda Nacional de Santa Cruz — Escrituras Laudêmio — Registro de Imóveis.

A corregedoria da Justiça do Estado da Guanabara resolveu que seja exigida pelos Cartórios de Notas, em quaisquer hipóteses, e como condição essencial para que se lavrem escrituras que envolvam transferência de domínio útil de áreas apuradas pela União Federal, a apresentação pelos interessados do prévio assentimento do senhorio direto, consubstanciado no competente alvará de licença expedido pelo IBRA certificando o pagamento do laudêmio devido tal como previsto em lei.

Os Registros de Imóveis transcreverão essas escrituras, observando rigorosamente aos mandamentos da legislação concernente ao aforamento de bens públicos (TJEG-CJGH — Circular n.º 186, de 11-9-68 — DO-GB II de 23-9-68, p. 13.765).

VETERINARIA — Tabela de preços públicos.

O Departamento de Veterinária fixou novos preços para os serviços executados pelo Serviço de Patologia da Divisão de Zoonoses e Inspeção Veterinária, compreendendo pesquisas para diagnóstico de doença de animais, necrópsias, vacinas biópsias, consultas técnicas, cirurgia, radiografia, curativos, sepultamento e cremação, bem como SE-DV — Ordem de Serviço "N" n.º 4, de 18-10-67 — DO-GB de 25-1-68, p. 1.050.

ESTADO DE SÃO PAULO

BATATAS "IN NATURA" — ICM — Exportação — Isenção.

Ficam isentas do imposto de circulação de mercadorias até 30-11-68, as saídas de batatas in natura para o exterior (Decreto Estadual n.º 50.368, de 13-9-68 — DO-SP de 17-9-68, p. 3).

BORRACHA — ICM — Operações dentro do Território Paulista.

A Coordenação de Administração Tributária resolveu que o regime especial instituído pela Instrução GR-7, de 20-6-68, da Secretaria de Finanças (ver IIIA n.º 27, p. 149), fica estendido à movimentação e comercialização, dentro do território paulista, de mais de 3.000 toneladas de borracha vegetal importadas pela Superintendência da Borracha. Nas saídas de borracha para fora do Estado, a Superintendência da Borracha deverá recolher o ICM em consonância com a legislação em vigor (SF-CAT — Instrução n.º 6, de 24-9-68 — DO-SP de 25-9-68, p. 9).

CAFÉ CRU — ICM — Quota dos Municípios Produtores — Distribuição.

Relativamente às saídas de café cru, a quota percentual aos municípios produtores será distribuída com base na produção de cada um ou safra antecedente, segundo dados certificados pela Secretaria da Agricultura.

Do instante, deduzir-se-ão 20%, que serão distribuídos entre os municípios em que se localizarem agências compradoras do IHC, na proporção das operações de sua natureza realizadas com cafés depositados em seus respectivos territórios, e aqueles em que se processa a saída do produto para o exterior, também apurados com base em elementos referentes à saída anterior.

As distribuições das quotas e da percentagem serão feitas mensalmente, segundo índices percentuais anualmente afixados por ato da Secretária da Fazenda, e o saldo, atualmente existente na conta especial, será distribuído de conformidade com o disposto no presente decreto (Decreto Estadual n.º 50.374, de 19-9-68 — DO-SP de 20-9-68, p. 5).

CHÁ PRETO — ICM — Exportação — Isenção — Prorrogação do Prazo.

Fica prorrogado, até 31-12-68, o prazo de isenção do ICM nas exportações de chá preto para o exterior (Decreto Estadual n.º 50.419, de 25-9-68 — DO-SP de 26-9-68, p. 4).

CITRUS — Aparecimento de Novas Doenças — Interdição de Pomares — Araraquara.

O Gabinete da Secretaria da Agricultura determinou a interdição dos pomares cítricos da zona Araraquara, atacados pela doença "definhamento dos citros", bem como da Fazenda Fortaleza no Município de Cajobi SAG-GII — Ato s/n.º, de 20-9-68 — DO-SP de 24-9-68, d. 13).

CITRICULTURA — Moléstia Desconhecida — Grupo de Trabalho.

O Gabinete do Governador do Estado instituiu, junto ao Gabinete do Secretário da Agricultura, um grupo de trabalho para estudar as causas de moléstia desconhecida que ataca os laranjeiros de Araraquara e de Cajobi (Palácio do Governo — GR — Resolução n.º 2.125 de 10-10-68 — DO-SP de 11-10-68, p. 11).

EMBALAGEM DE PRODUTOS — Grupo de Trabalho.

O Gabinete do Palácio do Governo instituiu Grupo de Trabalho para estudos das diversas embalagens dos produtos agropecuários (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.127, de 10-10-68 — DO-SP de 11-10-68, p. 11).

FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUARIAS — Regulamentação.

A Secretaria de Agricultura regulamentou, para todo o território do Estado de São Paulo, a instituição de Feiras e Exposições Agropecuárias e Produtos Derivados, obrigando a participação da Secretaria de Agricultura, bem como fixando o Calendário Oficial Anual dos referidos certames (SA-GII — Portaria s/n.º, de 5-8-68 — DO-SP de 6-8-68, p. 12).

FORRAGEM — Entressafra — Comissão Especial.

O Gabinete do Palácio do Governo instituiu Comissão Especial incumbida de promover estudos e apresentar soluções visando ao uso e produção adequada de forragens na entressafra (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.128, de 10-10-68 — DO-SP de 11-10-68, p. 12).

INDÚSTRIA PECUÁRIA — Financiamento — Limite Máximo — Alteração.

O Conselho do Fumo de Expansão Agropecuário estabeleceu em NC\$ 200.000,00 o limite máximo, por proposta, para financiamento dos itens constantes das prioridades estabelecidas na Resolução n.º 921, de 10-3-67, com exceção dos itens 3, 4.1.2 e 4.2, relativos a projetos de industrialização agropecuária e em NC\$ 1.000.000,00, o limite máximo, por proposta, para financiamento às indústrias agropecuárias, constantes dos itens 3, 4.1.2 e 4.2, das prioridades estabelecidas na mesma Resolução.

Ficam revogadas as Resoluções n.ºs 437, de 31-8-64; 440, de 31-8-64; 541, de 25-3-65; 810-A, de 10-9-68; 890, de 27-1-67; 995, de 3-8-67; 1047, de 16-10-67 e n.º 1.214, de 16-1-68, esta última publicada no IIIA n.º 21, p. 105.

Nas solicitações de empréstimos por Interessados já beneficiados por financiamentos ainda não liquidados, diretamente ou como participante de condomínio, o valor das novas operações não poderá exceder de 30% do limite máximo de financiamento vigente na época de sua aprovação (SA-FA — Resolução n.º 1.268, de 2-8-68 — DO-SP de 14-8-68, p. 12).

JUTA — Sacos de — ICM — Isenção — Prorrogação de Prazo.

Foi prorrogado até 31-12-68, o prazo de isenção do ICM, relativamente às saídas de sacos fabricados com juta, promovidos pelos respectivos fabricantes (Decreto Estadual n.º 49.955, de 10-7-68 — DO-SP de 11-7-68, p. 7).

LEITE CRU — ICM — Saída — Regime Especial "Ex-Officio".

A Coordenação de Administração Tributária autorizou a adoção do regime especial para a saída de leite cru.

O regime especial de que tratam estas Instruções somente se aplica ao estabelecimento destinatário de leite cru, ambos situados em território paulista, o segundo doravante denominado entreposto.

Fica dispensada a emissão de Nota do Produtor, relativamente às saídas de leite cru com destino ao entreposto.

No transporte de leite cru do estabelecimento produtor ao entreposto, deverá ser exibida, em substituição à Nota do Produtor, autorização autenticada pela repartição fiscal, contendo as seguintes indicações:

A LAVOURA

legislação agrícola

a) o título: "Autorização para transporte de leite cru sem nota do produtor - Instruções CAT n.º 8-68" (SF-CAT - Instrução n.º 8, de 2-10-68 - DO-SP de 3-10-68, p. 12).

LEITE - Festa - Batatais.

Foi instituída a "Festa do Leite", a ser realizada, anualmente, no mês de julho em Batatais (Lei Estadual n.º 10-176, de 23-7-68 - DO-SP de 21-7-68, p. 2).

MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - Serviços de - Gratuidade.

O Gabinete da Secretaria da Agricultura baixou instruções sobre serviços de motomecanização agrícola a serem proporcionados gratuitamente a cada interessado pelo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura.

Foram limitados ao valor máximo de 30 salários-mínimos vigentes na Capital, sendo de 400 salários-mínimos anuais o valor máximo global que poderá atingir as concessões gratuitas.

No corrente exercício, o valor máximo global das concessões gratuitas limitar-se-á a 110 salários-mínimos (SAG-GB - Ato s/n.º, de 16-9-68 - DO-SP de 21-9-68, p. 13).

MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - Tabela - Preços de

A Secretaria da Agricultura fixou e aprovou a tabela de preços dos serviços de motomecanização agrícola e o aluguel de implementos postos à disposição dos interessados pelo Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA) (SA-GB - Ato s/n.º de 22-8-68 - DO-SP de 23-8-68, p. 11).

PECUARISTA - Nota do Produtor - Nota Fiscal Avulsa - Livro "Registro do Movimento de Gado" - Prazo para Regulamentação.

Os Gabinetes dos Departamentos da Receita e dos Serviços do Interior recomendam à Fiscalização que aceite, até 31-7-68, no trânsito de mercadoria, a Nota do Produtor ou a Nota Fiscal Avulsa, desde que o documento seja emitido com observância das condições previstas no regulamento do Imposto de circulação de mercadorias.

Recomendaram, ainda, que a Fiscalização promova a inserção dos pecuaristas mesmo sem a exibição do Registro do Movimento de Gado, onde se verificar a falta do livro, notificando os interessados a apresentá-lo, para autenticação, até 31-7-68, (GI-GI-GB - Comunicado s/n.º de 1-7-68, DO-SP de 2-7-68, p. 10).

REFLORESTAMENTO - Financiamento - Alterações.

O Conselho do Fundo de Expansão Agropecuária alterou o item 2.3 da Resolução n.º 293, de 10-3-67, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.3 - Reflorestamento

Essências: Pinus e Eucaliptus

Limites por interessado e por ano agrícola:

Eucaliptus - 5.000 pés mínimo de 250.000 máximo.

Pinus - 50.000 mínimo e 500.000 máximo.

O Reflorestamento será financiado apenas em áreas cujas condições não possibilitem melhor aproveitamento das terras (SA-FEA - Resolução n.º 1.269, de 2-8-68 - DO-SP de 14-8-68, p. 12).

REFLORESTAMENTO - Pinus e Eucaliptus - Financiamento - Prazos de Resgate.

O Fundo de Expansão Agropecuária alterou o item 2.3 da Resolução n.º 293, de 10-3-67, que passará a vigorar com a seguinte redação:

2.3 - Reflorestamento

Essências: Pinus e Eucaliptus

Limite máximo por interessado e por ano agrícola:

Eucaliptus - 1.200.000 pés, máximo

Pinus - 1.200.000 pés, máximo.

Para financiamento não serão observados limites mínimos de plantio e o reflorestamento será financiado em áreas cujas condições não possibilitem melhor aproveitamento das terras.

A Resolução n.º 8, de 16-1-62, foi alterada na parte que trata de prazos de resgate de financiamento, no sentido de fixar os prazos de amortização e resgate:

7 anos para investimentos em reflorestamentos com pinus, sendo 3 anos de carência, contados da data do respectivo contrato; 5 anos para investimentos em reflorestamentos em eucaliptos, sendo 2 anos de carência, contados da data dos respectivos contratos; 18 meses para investimentos em reflorestamentos com pinus e eucaliptos, quando o interessado se utilizar de incentivos fiscais previstos na legislação em vigor (SA-FEAP - Resolução n.º 1.312, de 2-10-68 - DO-SP de 8-10-68, p. 10).

SEMENTES E MUDAS - ICM - Grupo de Trabalho

O Palácio do Governo criou, na Secretaria de Agricultura, Grupo de Trabalho incumbido de fazer o levantamento das leis referentes à incidência do ICM no comércio de sementes e mudas, a fim de propor soluções capazes de compatibilizar esse tributo com as leis federais e estaduais (Palácio do Governo - Resolução n.º 2.131, de 17-10-68 - DO-SP de 18-10-68, p. 3).

TECNICOS EM AGRICULTURA - III Encontro de - Oficialização.

A Secretaria de Agricultura oficializou o III Encontro de Técnicos em Agricultura a reunir-se, sob o patrocínio das empresas privadas, com a colaboração das entidades de classe e órgãos oficiais ligados às atividades rurais, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1968, na cidade de Serra Negra (SAG-GIT - Portaria s/n.º de 4-7-68 - DO-SP de 5-7-68, p. 14).

TECNOLOGIA AGRÍCOLA - Seminário de Promoção de Alimentos - Grupo de Trabalho.

O Gabinete do Palácio do Governo instituiu Grupo de Trabalho na Secretaria de Agricultura, para estudar a conveniência da realização da Bienal de Tecnologia Agrícola concomitante com o Seminário de Promoção de Alimentos (Palácio do Governo-GB) - Resolução n.º 2.122, de 2-10-68 - DO-SP de 3-10-68, p. 6).

TERRAS ALUVIAIS E VALES - Exploração e Uso

Fixando a política para a exploração e uso das planícies aluviais e vales do Estado, o Grupo de Trabalho de Uso Integrado de Águas-Solo, terá a incumbência de coordenar, no plano técnico, todos os estudos dos vales e bacias; propor prioridade para aproveitamento das terras aluviais; propor política de uso e exploração racional das terras aluviais e vales do Estado (SAG - Portaria s/n.º de 22-7-68 - DO-SP de 23-7-68, p. 11).

TERRAS PÚBLICAS - Legitimação de Posse - Convênios - Autorização.

Fica a Secretaria da Justiça autorizada a firmar convênios com os municípios para a discriminação de terras públicas localizadas no círculo municipal e legitimação de posses ali encontradas.

Será dada preferência a convênios para a legitimação de posse de terras devolutas situadas no círculo municipal apuradas em ações discriminatórias já findas, propostas pela Fazenda Estadual (Decreto Estadual n.º 50.199, de 14-8-68 - DO-SP de 15-8-68, p. 3).

TRIGO - ICM - Regime Especial - Aquisição pelo Banco do Brasil.

A Coordenação da Administração Tributária resolveu autorizar a observância do regime especial para o pagamento do ICM incidente sobre as operações efetuadas dentro do Estado e relativas à Circulação do trigo adquirido pelo Banco do Brasil.

O Imposto incidente sobre as sucessivas saídas de trigo de produção paulista, quando decorrentes de compra, venda ou simples remessa realizada pelo Banco do Brasil, será por este recolhido após a venda do produto a moimho situado no município de São Paulo, sendo a base de cálculo do Imposto o valor da operação.

O recolhimento do tributo será efetuado na Capital, até o primeiro dia seguinte ao da venda, mediante guia modelo 3, preenchida em 8 vias, contendo, além dos demais requisitos exigidos, o nome, endereço e número de inscrição do Estado e no CGC do estabelecimento adquirente; o preço unitário; a quantidade vendida e o valor total de operação e, ainda, o nome do município produtor. O presente regime especial vigorará de 25-9 a 31-12-68 (ST-CAT - Instrução n.º 7, de 25-9-68 - DO-SP de 26-9-68, p. 18).

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

242
MUSEU HISTÓRICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL
MARÇO-ABRIL 1969



Uva do São Francisco

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS NESTLÉ



SETOR AGROPECUÁRIO

242

ÍNDICE

JANUÁRIO DO
RIO DE JANEIRO
1969

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

MARÇO - ABRIL - 1969

Presidente da Sociedade
Eng.º Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo

KURT REPSOLD

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 601 - TEL. 31-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 - GB

Telefones: 42-2981 e 42-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Reforma Agrária	2
Eng.º Ildelfonso Simões Lopes ..	5
INDA — Homenagem a 2.º Ano do Governo Costa e Silva ..	6
O Leite Cru — Uma Vergonha Nacional — Otto Frensel ..	9
Brasil terá Centro de Pesquisa Agrícola	10
Reminiscências — Um Precursor — Luiz Marques Pellano	11
Histórico — Marcelo Mendonça Raposo	12
Pesquisa Agrícola Obtém Expressivos Resultados nos Estados Unidos	19
Uso do Café	20
No Rio-Mar	21
Movimento Sindical Rural ..	22
INDA-SNA	23
Agricultura na Guanabara	24
Instantâneos de Gente da Roça — Tempos Mudados — D. Caiminha — Ilustração de Luiz Sá	25
"A Lavoura" — Há 70 anos ..	26
A Feto Internacional	27
Solo e Saneamento — F. Glade Loughry	28
Flevoland Meridional	31
Livros e Publicações ..	32
Vida Cara — Remédios Inócuos — J. Sampalo Fernandes	33
Associação Brasileira de Juizes de Animals ..	34
Climas de Goiás — Adalberto Serra	35
Cultura do Caqui	40
Notícias e Informações	41
Legislação Agrícola	49
Agrônomos — Definem-se sobre Reforma do Ensino — Eng.º Agrônomo José Call	50

NOSSA CAPA:
Uva do São Francisco brevemente entrará nos mercados do sul.

A LAVOURA



REFORMA AGRÁRIA

Este tema explosivo tem esiado em evidência há anos nas cogitações do govêrno, do congresso e das classes interessadas, em todo o Brasil. Também outras classes e entidades inteiramente alheias à matéria a têm usado como meio de agitação e de propaganda política.

A lei vigente — o Estatuto da Terra — deverá ser substituída, segundo se anuncia, por uma outra, prometida como uma das metas prioritárias do Govêrno atual.

A nosso ver competiria, em primeiro lugar, aos nossos dirigentes e às classes interessadas definirem claramente o que se deve entender por reforma agrária, no seu todo e em seus variadíssimos aspectos. Para saber-se afinal por onde deve ser atacado o intrincado problema, explorado pela chamada "classe política" e até por governos anteriores, com a predominância da idéia de que a "reforma" se resume no realinhamento de grandes propriedades, para posterior entrega dos lotes resultantes aos homens *sem terra*, para que êsses as trabalhem e as façam produzir.

Seria êsse, segundo um tal consenso simplista o caminho — pensam muitos — para que o homem do interior se transforme, de pária da vida brasileira, no agricultor próspero, capaz de atender às necessidades mínimas de sua família, e de propiciar o aumento da produção agrícola, pelo seu irabalho pessoal como proprietário rural, para afinal, concomitantemente, alcançar-se o indispensável aumento da nossa baixíssima produtividade.

A menos que, ao lado da distribuição dos lotes rurais, melhor diríamos da substituição da grande pela pequena propriedade, acudissem os responsáveis pela alta governança brasileira ao nosso lavrador deseducado, còente e sem recursos, com os meios capazes de lhe dar vitalidade e de o fazer utilizar adequadamente a terra, para que esta produza, e o compense pelo seu trabalho.

E neste capítulo, uma sério inumerável de medidas conseqüentes, dependentes da aplicação naciça e variada de vultosos recursos, teria de ser adotada, sem o que a simples outorga do título de propriedade dos lotes rurais — a nosso ver — resultaria inócua.

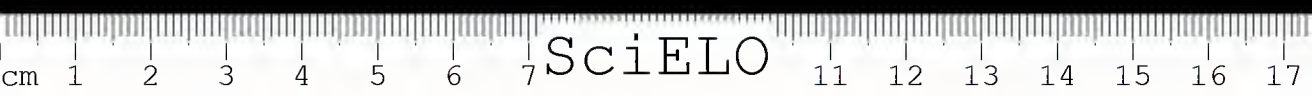
Ocorre-nos, a propósito, a pergunta: seria apenas a subdivisão das grandes pelas pequenas propriedades o caminho certo para o aumento da produiividade agrícola e para a redenção do homem do interior?

É fato sabido que os Estados Unidos, de há muito, vêm *diminuindo* o número das suas propriedades rurais, e ao mesmo passo *aumentando* a área das que restaram. Porque só assim, segundo o entendimento dos técnicos do seu Departamento de Agricultura, poderá a atividade agrícola comporiar o emprêgo generalizado da tecnologia, da mecanização e da comercialização dos produtos.

Dados já um tanto ultrapassados nos informam que, naquele país, havia, em 1941, 6.097.000 fazendas, reduzidas em 1953 para 5.384.000. No mesmo período, o tamanho médio da fazenda norte-americana crescia de 174 acres para 211. Decorridos irês lustros, é possível que êstes números estejam muito modificados em favor da grande propriedade nos dias que correm.

Essa orientação, que colocou os americanos do norte na posição de celeiro do mundo, não seria talvez de fácil aplicação no Brasil, pois, para uma transformação, como a que lá se operou, teríamos de dispor de recursos financeiros e técnicos, inclusive humanos, com que, tudo indica, não poderemos contar tão cedo.

Mas há outro aspecto da reforma agrária que mereço meditação. Por exemplo, o da entrega definitiva da terra ao seu futuro explorador. Em



torno do Estado da Guanabara, e mesmo dentro de sua área, alguns núcleos coloniais foram criados e o que se viu é que os seus beneficiários, após algum tempo, à vista da valorização das terras, passaram a reloteá-las e a fazer com elas negócios imobiliários, deixando a agricultura para trás.

Por que não seguirmos, no caso, o exemplo do cinturão verde de Brasília (se é que ainda perdura a orientação inicial), onde a terra é simplesmente arrendada, pelo prazo de trinta anos, renovável e transmissível, se realmente aproveitada na exploração agrícola?

Outro caso importante é a forma do pagamento da terra desapropriada. Um resumo da futura lei, divulgada pela imprensa, fala do pagamento em títulos ao detentor da área da propriedade e, em dinheiro, apenas das *benefitorias*.

Haveria o risco de prejuízos resultantes do arbítrio que existirá certamente na avaliação de umas e de outras. Tôdas as leis se apresentam geralmente boas e justas. A sua execução — digamos, os seus resultados —, contudo, dependem do elemento humano que a interpreta e aplica, daí surgindo intoleráveis injustiças que conviria fôssem desde logo prevenidas.

O pagamento em títulos específicos é modalidade que não repugnaria aos nossos foros de nação onde ainda existe o direito de propriedade se fôssem facilmente liquidáveis. Porque, se assim não acontecer, quando a desapropriação atingir os níveis desejáveis, isto é, quando forem atendidos todos os sem terra, a sua profusão será tão grande que passarão a valer muito pouco. O que, então, farão com êsses papéis os seus detentores? Se tal viesse a ocorrer teríamos não uma desapropriação, mas uma autêntica espoliação — perdoem-nos a expressão malsinada.

Parece-nos que uma reforma agrária no Brasil deveria, antes de mais nada, cuidar de problemas básicos comuns à grande maioria dos brasileiros que labutam no campo. A terra, num país da extensão territorial do Brasil, afigura-se-nos, mesmo, problema secundário num plano de reforma agrária.

Por que, desde logo, não se aparelhar o Mintstérto da Agricultura e outros organismos oficiais ligados ao problema com meios e condições mínimas ao atendimento das necessidades mais prementes da vida rural do Brasil, como a educação, a saúde, o crédito, a assistência técnica e o fomento prático e em larga escala, ao invés de, como vem acontecendo, tolher-se a ação daquela Secretaria de Estado, com a retirada progressiva e crescente do seu âmbito de ação de setores vitais sôbre os quais não tem hoje qualquer ingerência?

Dêem-se ao Ministério da Agricultura recursos humanos e financeiros para que possa êle dedicar-se com afinco a uma profunda "Organização Agrária", ordenada e sem paixões, e, então, a distribuição da terra a agricultores capazes seria o corolário de uma legítima política de Reforma Agrária.

Veja-se o exemplo da Holanda. Após a conquista da terra ao mar, o Estado prepara as glebas destinadas aos agricultores e, sômente depots de trabalhadas e testadas pela técnica e pelos recursos oficiais, oferecendo condições de exploração, é que são entregues aos seus destinatários sempre assistidos e amparados pelo poder público.

A terra, parece-nos, é afinal um componente da prática agrícola, dentro os inúmeros fatores indispensáveis a uma agricultura atraente, progressista e rentável.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLAVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITAO
CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAO BATISTA LUSARDO
JULIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOUHA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARAO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEI
- 8 — PACHECO LEO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNACIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFACIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITAO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÓLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Bafarin
- José Augusto Hezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Pentendo de Faria e Silva
- Francisco de Assis Iglésias
-
- Honório Montelero Filho
-
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Fróes Abreu
-
-
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdãos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

ENG.º
ILDEFONSO
SIMÕES
LOPES



O "Diária Popular" de Pelotas de 26 de fevereiro último, insere e data venia transcrevemos, o seguinte notícia:

"Foi inunado nesta cidade, com intimo e singelo cerimonial, o saudoso republicano histórico Doutor Ildefonso Simões Lopes, cujos restos mortais foram agora transportados do Rio de Janeiro pelos filhos do ilustre extinto, doutores Alvaro e Luis Simões Lopes, que se encontram presentes entre nós.

Era velho desejo do saudoso varão pelotense repousar no seu mausoléu do cemitério de Pelotas, junto aos seus entes queridos, na terra onde nasceu e que tanto soube dignificar e amar profundamente. Tanto que, nos últimos instantes de sua preciosa vida, lamentou, pesaroso, não se encontrar na terra querida onde nascera. Da bela resiliência herdada de seus progenitores, fez benemérita doação à utilíssima Creche São Francisco de Paula. Esta é uma das quarenta e tantas instituições pelas mantidas quase exclusivamente pe-

la generosidade do nosso povo. Confirma isso o que disse Ildefonso Simões Lopes em erudita conferência na Biblioteca Pública: "... Terra de uma caridade clássica e sem limites...".

Foi, pois, plenamente cumprida, por seus dignos filhos, sua derradeira vontade de vir repousar definitivamente ao lado de seus venerandos pais, os beneméritos conterrâneos Visconde e Viscondessa da Graça, de sua idolatrada esposa, de sua querida filha, bem como de seus irmãos, tios, sobrinhos, inúmeros parentes e de tantos amigos, a quem dedicou, durante sua existência, especial afeição e carinho".

Logo após o seu falecimento, a 4 de dezembro de 1943, foi o ilustre brasileiro e saudoso Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura sepultado no jazigo n.º 1.837 — F — Quadra 2 do cemité-

rio de São João Baptista, nesta cidade do Rio de Janeiro.

Quando das comemorações do centenário de seu nascimento, a 19 de novembro de 1966, como parte do programa então realizado, uma grande comitiva visitou o sru túmulo, tendo, na ocasião, usado da palavra o antigo deputado pelo Rio Grande do Sul, Prof. Raul Bittencourt, que pronunciou os seguintes discursos, em nome não só da SNA como da Fundação Getúlio Vargas, da FARSUL e da Liga de Defesa Nacional.

Com a transladação, agora, dos seus restos para Pelotas, cumpriu-se a vontade final do ilustre homem público. Esta nota é cumprimento das promessas que, a propósito do seu centenário, "A Lavoura" publicou nos números de nov/dez de 1966 e jan/fev. de 1967.

HOMENAGEIA 2º ANO DO GOVÉRNO COSTA E SILVA COM INTENSA ATIVIDADE NO SUL DO PAÍS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de seu presidente, sr. Dix-Huit Rosado, participando das comemorações do segundo aniversário do govérno do Marechal Artur da Costa e Silva, cuja sede foi instalada nessa ocasião no Paraná, fêz entrega de um total de NCr\$ 1.962.380,82 em recursos financeiros destinados a atividades de desenvolvimento agrário no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, incluindo-se nesta programação assinatura de diversos convênios, inauguração de vários empreendimentos de vulto e entrega de cem títulos de posse a colonos do Núcleo Colonial de Papuan, em Santa Catarina.

PARANÁ E S. CATARINA

No Estado do Paraná o presidente do INDA fez entrega de um total de NCr\$ 731.059,18, dos quais NCr\$ 200 mil para eletrificação rural a cargo da Cooperativa Mista Agropecuária de Witmarsum; NCr\$ 10 mil para manutenção do Hospital Vincentino de Paula; NCr\$ 50 mil para administração de curso sobre plantas tóxicas a cargo da Universidade do Paraná; NCr\$ 37.153,26 ao Departamento de Águas e Energia Elétrica para aplicação em programa de eletrificação rural de Pelotina e ao mesmo Departamento de Energia Elétrica mais uma parcela de NCr\$ 258.905,92 que serão empregados em eletrificação rural na área de Arapotí; NCr\$ 25 mil para instalação de Cursos de Treinamento por intermédio da

Obra Cultural Santa Maria e NCr\$ 150.000,00 para a Sociedade Rural Norte do Paraná adquirir máquinas perfuratrizes, sendo assinados na mesma ocasião os seguintes convênios: com a Secretaria de Agricultura, para aplicação no ensino agrícola — NCr\$ 40 mil; com a Sociedade Rural Norte do Paraná, para agropecuária — NCr\$ 50 mil; e com a Universidade do Paraná, visando à instalação e manutenção de Centro de Treinamento — setor de ensino agrícola superior — cerca de NCr\$ 100.000,00. Santa Catarina recebeu do INDA, nessa oportunidade, só para aplicação em eletrificação rural, a importância de NCr\$ 325.647,64, participando o sr. Dix-Huit Rosado da inauguração da linha de Eletrificação Rural Curitiba/Núcleo Celso Ramos/ Estadual/ Trilcoia e efetuando a entrega de 100 títulos de posse aos colonos dos lotes rurais do Núcleo de Papuan.

RIO GRANDE DO SUL

Dentro da programação com a qual o INDA, ao mesmo tempo que desenvolve sua política de atuação no sul do País, presta justa homenagem ao dinâmico govérno do marechal Artur da Costa e Silva, congratulando-se com o transecurso do seu segundo aniversário, foram destinados e liberados NCr\$ 715.574,00 para os programas de desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul, com a seguinte distribuição: à Cia. Estadual de Energia Elétrica, para a segunda etapa de trabalhos de eletri-

ficação rural, NCr\$ 100 mil; para o Projeto de Eletrificação Rural de Ibirubá — NCr\$ 100 mil; para a SASE, para instalação de Cursos de Treinamento, NCr\$ 75 mil à Secretaria de Agricultura — trabalhos de levantamento de solos, NCr\$ 88 mil; com a mesma Secretaria de Govérno para Cursos de Treinamento Agrícola, NCr\$ 100; destinados à Universidade Federal do RS para emprégo em treinamento profissional no nível superior NCr\$ 74 mil; para cursos de treinamento na Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica, NCr\$ 60 mil; a serem aplicados no término das obras do Aprendizado Agrícola Pres. Dutra, em Taquari, NCr\$ 31.574,00; para aplicação no programa de clubes agrícolas da Juventude Rural a cargo da Secretaria de Educação e Cultura NCr\$ 22 mil; recursos destinados ao DAC — Secretaria de Economia — para a assistência ao cooperativismo NCr\$ 50 mil e à Sociedade Rio-Grandense de Assistência aos Lázaros (ajuda financeira) cerca de NCr\$ 15.000,00.

Além da entrega de recursos e assinaturas de convênios o presidente do INDA compareceu à inauguração de uma rede elétrica em Ibirubá, com 28 km de extensão, a qual beneficiará 130 propriedades rurais e 4 indústrias; inauguração da aparelhagem de raios X do Hospital Beneficente Anes Dias, em Ibirubá, equipamento doado pelo INDA; instalação do Serviço de Conservação de Solos, fruto de acordo entre a autarquia e órgãos governamentais gaúchos.

também no município de Ibirubá, inauguração de linha de eletrificação rural no município paranaense de Palmeira, na Rodovia do Café, a 55 km de Curitiba, e inauguração do Pavilhão de Atividades Rurais e de Técnicas Agrícolas e Industriais do Aprendizado Agrícola Presidente Dutra, na localidade Taquari, todos empreendimentos realizados graças à ação integrada do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

OUTORGA DE ESCRITURA

Foi autorizada pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — outorga de escritura definitiva da Chácara Urbana 13-A, da Gleba Um de Bloco situado no Núcleo de Papuan. Foram beneficiados com a providência inúmeros cessionários daquele Núcleo, localizado no Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina. Mesma providência foi tomada em favor de vários cessionários de lotes rurais de segunda zona do Núcleo Colonial de Dourados, Mato Grosso.

APROVADOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS EM SÃO PAULO

O Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, aprovou, em recente reunião, os projetos de loteamentos denominados "Jardim Somara" e "Jardim Reimberg", localizados no subdistrito de Santo Amaro, município de São Paulo, Estado de São Paulo. Estas áreas serão aproveitadas para a formação de 817 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

LAVRADORES RECEBEM LOTES DO INDA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, atendendo decisão do seu Conselho Diretor, resolveu autorizar a outorga de escrituras definitivas a 24 lavradores, de igual número de lotes rurais da Segunda Zona do Núcleo Colonial de Dourados, no Estado de Mato Grosso.

A LAVOURA



Flagrante da assinatura do Convênio: pelo INDA o Presidente Dix-Huit Rosado e pelo MEC o Ministro Tarso Dutra.

INDA firma Convênio com MEC

— Ensino Agrícola —

Cumprindo programação de apoio integrado para desenvolvimento do ensino agrícola em vários níveis o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura celebraram dois convênios, nos quais a autarquia contribuirá com um total de NCr\$... 198.000,00 em recursos. Os documentos firmados pelo presidente do INDA, sr. Dix-

Huit Rosado e pelo Ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, prescrevem a aplicação de NCr\$ 98.000,00 para as obras de ampliação das instalações do Colégio Agrícola de Uberlândia e NCr\$ 100.000,00 para as obras de ampliação do Centro de Treinamento de Professores de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul.



O Sr. Dix-Huit Rosado em palestra com o Ministro Tarso Dutra pela ocasião da assinatura do Convênio.

EXPANSÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou projeto de loteamento que visa à formação de 86 lotes para fins de expansão residencial e comercial no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, área de 45 mil metros quadrados, denominada Vila Nova Independência.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO NORDESTE

Objetivando o prosseguimento das obras de eletrificação rural do Rio Grande do Norte, realizadas pela Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, através de convênios com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, resolveu o INDA prorrogar a vigência dos aludidos convênios até junho do ano em curso.

Idêntica providência foi adotada, com prazo até dezembro do ano em curso, para realização de estudos para eletrificação rural no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

LÍDERES RURAIS PARA O RJ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de sua Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, promoveu a realização de um curso de caráter intensivo para a formação de Técnicos destinados aos Clubes Agrícolas.

As atividades curriculares compreenderam matérias de implantação de práticas agrícolas, organização, zootécnica, veterinária e economia doméstica, estudo da liderança e líderes, relações humanas, processos de comunicação e recursos audiovisuais. Cerca de 29 treinandos concluíram o curso, em solenidade realizada no dia 1 de março de 1969, na Universidade Rural.

NÓVO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO

Mais uma unidade de colonização oficial vem tendo sua instalação providenciada

da pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — e cuja localização beneficiará a área compreendida à margem direita da rodovia Uberlândia — Monte Alegre, na região do Triângulo Mineiro. Situado em terras oficialmente consideradas de utilidade pública, o novo núcleo será implantado conforme convênio firmado entre a autarquia de desenvolvimento agrário e o Governo mineiro.

EXTENSÃO RURAL NO NORDESTE

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — concedeu autorização visando prorrogação do prazo de vigência de convênio celebrado entre a autarquia e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, situada em Juazeiro, na Bahia. O documento prevê desenvolvimento e emprego de recursos em atividades de extensão rural, na área daquele Estado nordestino.

INDA APROVA PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA

Em decisão de seu Conselho Diretor o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou o Plano Nacional de Assistência Técnica e Diretrizes Gerais para Integração de Serviços de Assistência Técnica denominados, respectivamente, pelas siglas PLANATE e ISATE. Através da ISATE ficam aprovadas as diretrizes gerais a serem consideradas nos termos de ajuste a se estabelecerem entre a autarquia e as entidades associativas do meio rural de 1.º e 2.º graus, Cooperativas Agropecuárias e Sindicatos, visando à integração de programas de assistência técnica nas respectivas unidades da Federação.

INDA AJUDA FLAGELADOS DE ALAGOAS

Em face das tristes ocorrências provocadas pelas enchentes em Alagoas o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — abriu crédito de NCr\$

50.000,00 em recursos à disposição do governo alagoano para ajuda aos flagelados daquela região. É o seguinte o teor do telegrama enviado pelo presidente do INDA ao governador Lamenha Filho:

"Levando em consideração a necessidade providências urgentes autorizei ajuda cinquenta mil cruzeiros novos *ad referendum* Colendo Conselho Diretor INDA pt Portador ai amanhã entregarei cheque Palácio sds Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia presidente do INDA.

XXXI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE

Visando ao maior brilho da XXXI Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande, em Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição de recursos financeiros na importância de NCr\$ 10.000,00. O acontecimento, que é promoção da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, será realizado de 20 a 27 de abril próximo. A mesma associação receberá do INDA NCr\$ 18.000,00 para construção de um poço artesiano e caixa de distribuição.

INDA DESTINA RECURSOS PARA AGROPECUÁRIA

Em cerimônia realizada no gabinete da presidência do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — foi celebrado convênio entre a autarquia e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo — BNCC — pelo qual o INDA destina cerca de NCr\$ 500.000,00 para financiamento de empreendimentos agropecuários, a serem veiculados e movimentados por aquele estabelecimento oficial de crédito. Participaram do ato além dos presidentes dos dois órgãos o sr. Dix-Huit Rosado Maia pelo INDA e o Sr. José Pires de Almeida pelo BNCC, o coordenador da autarquia, sr. João Seabra de Mello, o diretor do Banco, sr. José Tocantins, e outros funcionários do gabinete da autarquia federal de desenvolvimento agrário.

O LEITE CRU

uma vergonha nacional!

OTTO FRENSEL

Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por incrível que possa parecer, mas não a quem lida com os laticínios brasileiros há cinquenta anos, como o autor destas linhas, o mesmo artigo com o título acima, que se encontra no número (135) de setembro de 1958, não passou de mais uma pregação no deserto, continuando tão atual, como há dez anos passados. É o que nos ocorre diante da leitura do seguinte documento que foi dirigido por lacteínicos paranaenses ao Sr. Ministro da Agricultura em maio do ano passado:

"Com base nas justificativas abaixo, vimos propor nova redação ao atual Art. 509, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, baixado pelo Decreto n.º 30.691, de 29-3-52, modificado pelo Decreto n.º 1.255, de 25-6-62.

Diz atualmente o referido texto:

"Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite, não é permitida a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio deste tipo de leite".

É sabido que a pasteurização do leite visa a defender a saúde do povo. Impõe-se a medida, obviamente, o que dispensa maiores justificativas.

Todavia, temos notado, na prática, que o dispositivo está incompleto para satisfazer as necessidades que o progresso vem trazendo neste vasto Brasil. É necessário

que a legislação atinente à matéria se adapte às reais necessidades, acompanhando o progresso.

Propomos a seguinte redação para o artigo:

"Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento do leite, não é permitida a venda de leite cru. A proibição estende-se, também, às localidades circunvizinhas, que sejam atendidas com leite pasteurizado, ainda que nestas não haja usina. Não podendo, nestes casos, a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio de leite cru".

Impõe-se a nova redação pela situação atual do País, em franco desenvolvimento.

Com a existência de mais e maiores usinas de leite, principalmente de cooperativas organizadas pelos próprios produtores, pode-se perfeitamente atender às necessidades de um município ou localidade, bem como localidades circunvizinhas.

Por exemplo: No município de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, há usinas de pasteurização e beneficiamento de leite capazes de atender ao consumo da cidade propriamente dita e cidades circunvizinhas. Não fôsse essa possibilidade no ABC, ou seja, nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, poderia facilmente proliferar o leite cru, o que seria um contrassenso. Mas a legislação específica não atende a estas particularidades, daí a necessidade da nova redação

proposta. Há conveniência de se estender a obrigatoriedade do consumo de leite pasteurizado mesmo nas localidades circunvizinhas, ainda que não haja usina própria, mas que perfeitamente possa ser atendida, a bem da saúde da massa consumidora, do povo.

Em nosso Estado, o Paraná, dá-se a mesma circunstância. No norte do Estado, há uma seqüência de cidades em franco progresso e desenvolvimento, mas nem todas dotadas de usinas de beneficiamento. Ora, para se instalar uma usina de beneficiamento em cada localidade ou município, não é possível, dado o volume de investimentos, e o estabelecimento beneficiaria um quantum antieconômico de leite, o que a tornaria deficitária e impossibilitaria o seu normal funcionamento, aliás como vem acontecendo, em alguns casos.

Fácilmente se infere a necessidade de se tornar obrigatório o consumo exclusivo de leite pasteurizado também nestas localidades, nas circunvizinhanças, das em que haja usina de leite.

A saúde acima de tudo! Defendê-la é imperativo nacional.

Poderíamos citar outras localidades neste vasto País, que se encontram em idênticas situações, mas quer nos parecer que os exemplos são objetivos, representam a realidade, e o óbvio não precisa ser aprovado.

Submetemos às Autoridades constituídas a apreciação

ção da proposição, contando mereça a necessária atenção que o caso requer.

A adaptação do dispositivo legal no sentido de tornar obrigatório o consumo de leite pasteurizado é um imperativo na defesa da saúde do Povo Brasileiro, e o que se pretende alcançar nesta legislação específica".

Façamos votos para que os autores dessa exposição tenham mais sorte e não venham a se considerar, muito em breve, componentes do grupo dos pregadores no deserto. Parece inerível que uma causa tão justa, que visa a proteger o produtor e o consumidor, não consiga sequer fazer executar o Artigo 509 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que data de 29 de março de 1952. Alguém já se lembrou de fazer a conta das crianças mortas ou dos doentes sobreviventes, causados por tamanho desleixo de 16 anos?

Entretanto, como cúmulo de ainda maior gravidade, em carta de 30 de agosto p.p., o Sr. Dr. Paulo Ebling Rodrigues, Secretário Executivo do GELACTISUL — Grupo Executivo da Política de Desenvolvimento da Produção, Beneficiamento, Industrialização e Consumo de Leite e Lacteínicos, entre outras, nos faz a seguir gravíssima comunicação:

"Recentemente a proibição da venda de leite cru por parte da Secretaria de Saúde em um município deste Estado, onde opera usina de beneficiamento de leite, deu origem a um mandado de segurança por parte dos "leiteiros" aos quais foi concedida a liminar e em recursos "ex-officio" na 4.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado tiveram a sentença mantida por voto unânime dos três desembargadores que arbitraram o assunto. Ficon assim estabelecida a jurisprudência sobre o assunto e levantada a tese de que o "Comércio de leite cru não é ilegal mesmo nas cidades onde exista estabelecimento de beneficiamento de leite". Esta tese defende a legalidade do Artigo 509 do Decreto Federal n.º 30.691

BRASIL TERÁ CENTRO DE PESQUISA AGRÍCOLA

Realizou-se, nos salões da Sociedade Hípica de Campinas, a reunião para a comunicação da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco.

Para tanto, estiveram reunidos naquela cidade paulista, representantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeitos de cidades vizinhas a Campinas e autoridades locais. Na ocasião, o Sr. Hans Schloehauer, gerente-geral, participou aos presentes os planos para as atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco. Este centro não se limitará a uma localidade única mas conduzirá experiências em várias áreas do país e terá como principais objetivos: o aperfeiçoamento e a adaptação de produtos agrícolas novos para as condições brasileiras; a pesquisa e o estudo de novas técnicas agrícolas; o intercâmbio cultural entre pesquisadores e estudantes de agricultura, principalmente o intercâmbio internacional de conhecimentos, uma vez que o Centro Brasileiro estará ligado aos

outros Centros de Pesquisas da Elanco nos Estados Unidos e aos outros pesquisadores da companhia na Europa, Médio Oriente, Oriente e África.

A gerência do Centro Experimental estará a cargo do Dr. Aído Alves, engenheiro agrônomo formado pela Escola Luis de Queiroz, de Piracicaba, e doutorado na Purdue University nos Estados Unidos, sob a supervisão do Dr. Raymond Donald Hicks, ex-docente da Universidade de Missouri, EUA. Estiveram presentes ao evento, além dos diretores da empresa no Brasil, os Srs. Cliff Birkett, vice-presidente da Elanco Internacional, Jackson Nave, Diretor de Área da América Latina e Dr. Edwin Adler, diretor de Pesquisas do Centro de Pesquisas Agrícolas da Lilly, em Greenfield, Indiana, EUA, que se encontram há duas semanas em nosso país para conhecer melhor as condições de nossa agricultura. O Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco será o sexto em todo o mundo e o primeiro na América Latina.

de 30 de março de 1952, inclusive, em face do Código Brasileiro de Alimentos e leis anteriores que tratam de saúde pública".

Apoiamos integralmente as sugestões para que se procure enfrentar tão grave situação e, como primeiro pas-

so neste sentido, fazemos a presente divulgação, esperançosos de que, ao menos desta vez, sejam lidas e meditadas as nossas presentes linhas, tendo presentes os justos direitos ao menos das inocentes crianças do Brasil de amanhã!

UM PRECURSOR

O fundador e primeiro presidente da SNA — o Dr. Antônio Ennes de Souza — era um republicano extremado. E tão extremado que, derrubada a nossa mansa e democrática Monarquia, sob a qual vivemos durante mais de sessenta anos, mandou arrancar do gradil do Campo de Santana os escudos do Império, substituindo-os pela estrela republicana. Disto resultou um chocante anacronismo: enquanto no escudo do regime implantado por Deodoro se lia a era de 1889, no ferro artístico que encimava (e ainda hoje) os portões do belo parque, se achava inscrito o ano de 1873 — data de inauguração do parque, planejado por Glaziou.

A fobia monárquica do Dr. Ennes de Souza o levava a excessos, como o de mandar fundir as matrizes dos célebres "olhos de boi" — de alto valor filatélico, já naquela época, dado o fato de que o nosso país foi um dos primeiros a seguir o exemplo da Inglaterra, adotando o selo postal.

Os gradis, um prefeito os removeu recentemente, corrigindo a aberração. Mais recentemente ainda, o atual Governador os restabeleceu, sem as armas da República, é claro. Foram, assim, sanados dois erros: o da data e o da liberdade que os marginais de toda espécie tiveram, retirados os gradis, de tornar o jardim impraticável às famílias e principalmente às crianças.

Mas a digressão já vai longe e o que nos interessa é ressaltar o pioneirismo do fundador da SNA no setor da assistência social no Brasil, que êle realmente o foi, nos albores do século, quando na direção da Casa da Moeda.

As violências citadas, deploráveis, inevitavelmente, não nos devem contudo levar a uma condenação sumária e de plano ao antigo professor de Metalurgia da Escola Politécnica, pois muita coisa fez êle de bom para o Brasil.

A começar, evidentemente, pela sua idéia e ação, ao fundar a SNA, demonstrando profunda devoção aos problemas agrícolas, então muito agravados com a abolição da escravatura.

Sofreu oposição e injustiças, inclusive na Casa da Moeda, onde teve de enfrentar processos até de *desfalque!*

Relatemos o fato: em comêço de 1900, desapareceram da quase tricentenária casa de cunho do Brasil, selos adesivos e de consumo, logo lançados no mercado. A comissão de sindicância nomeada para apurar a irregularidade, convencionou capitular como desfalque um *turto de material*, já que os selos não haviam sido sequer arrolados na Tesouraria.

Apesar da tendenciosidade e do empenho da Comissão, o Dr. Ennes foi responsabilizado apenas *moralmente*, após a identificação dos operários e funcionários da Repartição, autores do delito.

No decorrer do processo a Comissão atentou para assuntos completamente estranhos ao objeto do inquérito, para tazer acusações ao Diretor, acusações essas que, hoje, seriam elogios e muito enalteceriam a personalidade do ilustre doutor em Ciências Físicas e Naturais, pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique.

Eis uma das acusações que hoje constituem matéria obrigatória de lei e até de programas de governo: "Mantinha-se no estabelecimento uma escola de instrução primária, freqüentada pelos aprendizes operários em horas de trabalho, correndo a despesa do material e pessoal por conta dos cofres da União". Verificou também a Comissão a "existência de uma farmácia onde, segundo o livro de registro, aviavam-se, desde 1893, centenas de receitas, sem que os empregados e os operários e até o próprio médico do estabelecimento indenizassem os cofres públicos do valor dos medicamentos adquiridos no mercado".

Pela conclusão da Comissão, nesse tempo, era crime alfabetizar e dar assistência médica...

O Dr. Ennes de Souza se mostrava, assim, adiantado de seus contemporâneos em mais de meio século. E o resultado d'êste seu trabalho ficou patenteado nos anos a seguir, quando os aprendizes que alfabetizou, e aos quais deu assistência médica, se transformaram nos esplêndidos artífices e artistas que, muitos d'êles, chegaram aos nossos dias.

"HISTÓRICO"

Marcelo Mendonça Raposo

O café, não obstante as controvérsias, segundo Rogério de Camargo e Adalberto de Queiroz Teles Jr., no livro: "O Café no Brasil — Sua aclimação e industrialização — Vols. I e II — Série Estudos Brasileiros n.º 4 — SIA — Ministério da Agricultura — 1953 — 1.252 páginas, é originário da Etiópia, na África.

A sua introdução no Brasil remonta ao século XVIII, quando trazido, em 1727, pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta, da Guiana Francesa, que ali havia ido em missão oficial. Vieram em mãos daquele sargento-mor, além de grãos, cinco mudinhas de café que foram plantadas em Belém do Pará, com sucesso. No ano imediato deu-se também o plantio do café no Estado do Maranhão e, em seguida, em Estados vizinhos a este, até que em 1770 foi a sua cultura introduzida na Bahia.

A caminhada do café não parou, tomou vulto e já no fim do século XVIII deu-se o início do seu plantio nos Estados do Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Com a sua implantação nestes dois últimos Estados, surgiram também as primeiras lavouras comerciais. Sobre a introdução da cultura cafeeira no Estado de São Paulo não há referências exatas sobre a época em que isto se verificou, havendo a suposição de que tal tenha ocorrido por volta do ano de 1790.

No Brasil o café tem se destacado sempre como uma cultura migratória. De iní-

cio o líder na produção foi o Estado do Rio de Janeiro, até 1894, passando, sucessivamente, esta liderança a Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná.

Esta característica migratória da lavoura cafeeira, inclusive com o abandono das plantações que já não oferecem bons resultados para o lançamento de outras em terras novas e vigorosas, trouxe o desbravamento de áreas, as quais permitiram fossem ampliadas as terras agricultura e pecuária.

Não obstante a expansão do café entre nós, na forma acima citada, só depois de 1920 é que o Brasil foi considerado, realmente, um país produtor de café. Do Brasil Colônia, consta que se remetem, de tempos em tempos, algumas partidas de café para Portugal, mas em quantidades tão pequenas que não foram anotadas na época. A verdadeira era do café no Brasil começou logo após a proclamação da nossa Independência e sabe-se que já em 1850 éramos o primeiro produtor do mundo, com uma colheita que representava 45% da produção mundial, posição que ainda sustentamos até o presente instante, apesar dos fatores adversos com que tem contado a nossa principal atividade agrícola.

Ainda sobre a implantação da cultura cafeeira no Brasil, vamos encontrar no livro "Cultivo e Aducação do Cafeeiro", de C.A. Krug e outros, edição do Inst. Brasileiro de Potassa — Experimentações e Pesquisas —

São Paulo — 1963 — 259 páginas, as seguintes considerações:

... "Embora, em contrapartida, o café com a sua migração, fôsse tornando as antigas zonas de produção em regiões estagnadas ou mesmo decadentes, não restam dúvidas que foi ele o principal propulsor do desenvolvimento então verificado em toda a economia brasileira, o que se deu não só pela abertura de novas áreas e incorporação desses extensos recursos naturais na economia do País, mas principalmente pela alta soma de divisas propiciadas pela venda do café, nos mercados estrangeiros.

Os dados apresentados no quadro a seguir permitem apreciar não só a evolução da produção no Brasil, mas também a mudança de importância dos vários Estados em sua produção, à medida que o cultivo ia se deslocando à procura de terras novas e férteis.

Por esses dados pede-se verificar que foi efetivamente quando o café se adentrou no Estado de São Paulo que se constatou um grande incremento de sua produção que, na ocasião, atingiu o máximo na safra de 1933/34 (veja parte inferior no quadro, onde constam os anos de maior produção — no período analisado — do Estado do Rio, de São Paulo e do Paraná), quando São Paulo produziu 21,8 milhões de sacas, volume que até hoje não foi atingido por qualquer outro Estado produtor. Nessa época, a pro-



Colheita bem feita e na época oportuna influi muito na qualidade do café

dução paulista representava parcela significativa da produção nacional. Na década de 30, com as grandes produções verificadas, o setor café enfrentou a sua maior crise, repetindo-se, em escala bem mais intensa, os reflexos de ciclos de alta produção e baixos preços, que já em ocasiões anteriores tinham determinado uma série de intervenções governamentais. Naquela ocasião, a colheita de grande produção com acentuada queda no consumo mundial, motivada pela crise econômica de 1929, tornou o problema mais profundo, acarretando sérias repercussões, na economia de nossa agricultura. A partir dessa ocasião, iniciou-se nova fase de transição

dêsse setor com a implantação de uma nova agricultura comercial, baseada principalmente no algodão, rompendo assim o tipo tradicional de monocultura que então vinha prevalecendo de maneira nítida. Com as alterações na estrutura de típica fazenda de café, foram igualmente se intensificando outros cultivos comerciais para atender o próprio mercado interno — arroz, milho, frutas, oleaginosas etc.

Essa difícil fase da cafeicultura brasileira se estendeu praticamente até o fim da 2.^a Guerra Mundial, quando, em face de incrementos na procura mundial de café e da diminuição de colheitas, verificaram-se novas fases de preços remunera-

dores, o que determinou nova corrida para o café, não só em São Paulo, mas principalmente no norte do Paraná. A esse respeito podemos citar dados bastante elucidativos, pois esse Estado que apresentava no quinquênio de 1950/54 uma produção média de 3,3 milhões de sacas atingiu no fim do quinquênio seguinte, isto é, na safra de 1959/60, a sua produção recorde, isto é, 20,4 milhões de sacas, cabendo ainda ressaltar que esta evolução seria ainda mais impressionante se não ocorressem as geadas de 1953 e 1955. Foi igualmente com essa grande produção paranaense que terminou o período de hegemonia de São Paulo na produção nacional de café.

QUADRO 1 — Produção Exportável de Café no Brasil — 1.000 sacas 60 Kg.

Média de décadas e safras	Estado do Rio	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Outros	Total Brasil
1881/90	3.626	1.853	—	—	—	—	5.479
1891/00	3.114	4.116	—	—	—	—	7.230
1901/10	1.094	9.252	2.772	511	—	202	13.831
1911/20	812	9.305	2.446	670	—	158	13.391
1921/30	945	11.131	3.445	1.249	175	309	17.251
1941/50	469	7.874	2.638	1.655	1.062	364	14.062
1951/60	242	8.618	3.261	14.923	5.867	527	20.438
1880/81	4.402	1.204	—	—	—	—	5.606
1933/34	905	21.850	4.062	1.859	600	358	29.634
1959/60	362	15.601	4.494	1.907	20.410	947	43.816

FONTE: Instituto do Café do Estado de São Paulo D.N.C. e I.B.C.

Naquela mesma safra de 1959/60 o Brasil obteve a sua produção recorde, com colheita de 43,8 milhões de sacas, volume superior ao consumo deste mesmo período. O recorde anterior tinha sido já assinalado de 29,6 milhões — na safra de 1933/34 — nível esse que no entanto foi posteriormente suplantado, por mais duas vezes — 29,8 milhões em 1960/61 e 35,9 milhões na safra seguinte de 1961/62.

Essas grandes produções obtidas, superiores às possibilidades de absorção pelos mercados importadores, determinaram a acumulação de grandes excedentes que novamente pressionaram o mercado, causando nova fase de preços desfavoráveis aos cafeicultores, que vem caracterizando a corrente situação interna do café".

Esta situação de produção trazendo excesso sobre o que se pode exportar vem preocupando as autoridades governamentais, fazendo com que sejam adotadas medidas que possam corrigir tal situação, sendo uma delas adotada em 1961, a "Erradicação e Diversificação".

ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

Esta surgiu de estudos feitos pelo Instituto Brasileiro do Café com a criação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

As metas principais do GERCA na execução de seu Plano Diretor previam: a erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos — considerando-se, como tal, os cafezais cuja produção por mil pés não

excedesse a 360 kg (6 sacos de café beneficiados), na média dos três anos que antecederam a introdução do plano; a renovação de 500 milhões de cafeeiros em bases racionais, com a possibilidade de produção de 6 milhões de sacas; a diversificação de cultura nas áreas liberadas pela erradicação. Na fonte em que obtive estas informações sobre a "Erradicação e Diversificação" — Subsídios Para Uma Política Nacional do Café — do Departamento, de Estudos Econômicos e Sociais da C.S.A. — Confederação Nacional da Agricultura — Rio de Janeiro — abril de 1967 — 202 páginas, diz mais, en-

tre outras considerações, seguinte: além desses objetivos principais, previa o plano outras metas secundárias, compreendendo um conjunto de investimentos em setores de industrialização de produtos agropecuários, com objetivo de solucionar o problema sócio-econômico de mão-de-obra ociosa decorrente da liberação das áreas de cultura, bem como a instalação de cursos de aperfeiçoamento para dirigentes de cooperativas agrônomas.

A erradicação e a recuperação de áreas por ela liberadas se processaram e a situação disto é a que mostramos no quadro abaixo:

BRASIL

QUADRO II — ERRADICAÇÃO — Situação em 31.12.66
ESTADOS CAFFEEIROS — 1000 pés ÁREA LIBERADA-ha

São Paulo	224.420	304.762
Minas Gerais	230.564	241.538
Paraná	125.772	161.062
Esp. Santo	67.903	60.429
Outros	54.887	50.720
Total	723.546	818.517

FONTE: Relatório do GERCA 1966

Como se pode notar, o Estado de Minas Gerais foi o que até 1966 contribuiu com o maior número de cafeeiros à erradicação, não apresentando porém maior área liberada, cujo índice pertence a São Paulo. Isto naturalmente conseqüência de diferença de espaçamento entre cafeeiros, de um Estado para o outro.

Não obstante este esforço há uma recente advertência a respeito do mesmo, trazida pela revista *Coopercola*,

ano XXV — n.º 227 — setembro 1968, intitulada "Hora de parar e pensar — Café chega ao ponto crítico — de autoria de Mauro de Souza Barros, encerrando as seguintes considerações: "Nos últimos cinco anos o Brasil produziu 119 milhões de sacas de café, contra uma demanda de 114 milhões (80 milhões para exportação e 30 milhões de consumo interno). A estimativa de colheita para 1968/69 gira em torno de 15 milhões a 17 milhões de sacas, ou seja,

milhões menos que nossa cota de exportação. Precisamos ainda de mais 11 milhões para completar a cota e atender ao consumo interno — que varia de 6 milhões a 8 milhões atualmente — e que serão retirados dos estoques do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

nossas vendas ao exterior e também no mercado interno?

Nossas necessidades são claras; precisamos dispor anualmente pelo menos de 27 milhões de sacas para atender aos nossos atuais compromissos externos e internos. Os estoques dimi-

Por objetivo do governo, eliminar a superprodução, tendo utilizado a erradicação e a política de preços como fatores de pressão para conseguir, ao mesmo tempo em que procurava colaborar na estabilização internacional do comércio do produto.

De certa forma, ambos os objetivos, em suas linhas gerais, já foram atingidos. E preciso agora verificar se o remédio ainda deve continuar a ser aplicado no plano interno, pois no externo não somente batemos o recorde de exportação de café neste ano (quase 20 milhões de sacas), como temos boas possibilidades de ampliar os mercados novos que, atualmente, per decisão do Convênio Internacional do Café (CIC), não estão sujeitos a cotas. No setor do solúvel podemos correr, e bem, com o café africano.

O café tem sido desde o século passado um dos sustentáculos da economia brasileira. Embora sua posição em valor já não seja a mesma, devido ao avanço de outros produtos agrícolas e também do setor industrial, ainda é o principal item de nossa receita de dólares. Uma política bem equilibrada, interna e externamente, poderá não só melhorar a situação do cafeicultor, com reflexos diretos na economia interna, como também assegurar nossa maior participação no mercado externo.

Em que pesem os conceitos emitidos pelo autor do trabalho a que acabo de me referir, na minha modesta opinião, acho que a erradicação e a diversificação são medidas que virão dar ao Brasil dias mais tranquilos quanto aos problemas da sua produção cafeeira. É que pela erradicação estão sen-

RENOVAÇÃO — situação em 31/12/66

ESTADOS	CAFEIROS	AREA
	1.000 pés	ha
São Paulo	1.095	1.132
Minas Gerais	1.235	1.154
Paraná	169	177
E. Santo	77	78
Outros	90	103
Total	2.666	2.644

FONTE: Relatório do GERCA — 1966

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS LIBERADAS PELA ERRADICAÇÃO DE CAFEIROS

Situação de 31.12.65

CULTURAS SUBS-TITUTIVAS	AREA HA	%
Pastagem	318.851	44,21
Milho	134.815	18,70
Arroz	59.487	8,25
Algodão	42.788	5,93
Feijão	31.209	4,33
Cana-de-açúcar	26.119	3,62
Mandioca	18.186	2,52
Amendoim	17.403	2,42
Mamona	8.822	1,22
Café	4.023	0,56
Reflorestamento	3.386	0,47
Outras culturas	56.021	7,77
TOTAL	721.170	—

FONTE: Divisão de Estatística do IBC — resumo

Verifica-se, assim, que já se chegou quase ao equilíbrio entre a produção e as necessidades atuais, precisando levar em conta que estas poderão e deverão crescer. Evidentemente, o déficit pode ser coberto pelos estoques do IBC. Mas parece que ninguém é capaz de dizer ao certo se temos em estoque de 20 milhões ou 40 milhões de sacas boas para a bebida.

nuem, a produção nos últimos anos e também a previsão para 1968/69 demonstram que, com exceção de 1965/66, ano em que com 37,8 milhões de sacas, não produzimos o suficiente para nossas necessidades. No conjunto, de 1963/64 e 1968/69 (esta última safra como previsão), nossa déficit é de 2 milhões de sacas; produção, 135 milhões de sacas, exportação e consumo interno, 141 milhões de sacas.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que estes estoques não são inesgotáveis (uma parte deve ser mantida para atender à flutuação de safras) e que talvez tenha chegado a hora de o governo parar para pensar. Deve prosseguir na política de erradicação e de desestímulo à produção através de preços baixos? Dentro das bases atuais, poderemos assegurar para o futuro produção que permita não só manter como ampliar

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

(mil sacas)

PRODUÇÃO SEGUNDO O MOVIMENTO DE REG. NO IBC.	EXPORTAÇÃO (safra comercial)	
1963/64	23.153	18.868
1964/65	18.063	12.419
1965/66	37.776	16.521
1966/67	17.596	16.421
1967/68	23.000 (estimativa)	19.957
1968/69	16.000 (previsão)	20.000
TOTAL	135.588	104.886

NOTA: o consumo interno, de 1963/64 a 1968/69, é estimado em 37 milhões de sacas que, somados ao total da exportação, dão 114 milhões de sacas.

A LAVOURA



do eliminadas, principalmente, as lavouras cujos resultados em cruzeiros não dão para cobrir as despesas do seu custeio, deixando livres áreas que serão usadas em outras lides agropecuárias, para o plantio, principalmente, de víveres tão necessários a uma população cuja expansão é acelerada, apresentando, no momento, índice de crescimento de aproximadamente 3,5% ao ano. Também as pastagens serão nelas introduzidas em proveito da melhoria da alimentação do nosso rebanho de gado leiteiro e de corte. Com melhor forrageamento, por certo, teremos mais leite para consumo e para o fabrico e de seus derivados, sobretudo, a manteiga e o queijo. Também haveria mais carne para a nossa mesa, como também poderemos ir com ela aos mercados internacionais em busca de mais divisas, desde que sejam afastados alguns óbices a este respeito, principalmente a febre aftosa.

Se os países cafeeiros tivessem pensado, antes, em medidas controladoras da produção com vistas à superprodução, o problema não teria atingido a gravidade que apresenta e estariam livres dos acordos, como o estabelecido pelo Convênio Internacional do Café de 1962 e o que lhe deu continuação, o Convênio Internacional do Café de 1968, recém-firmado por governos de países produtores e importadores de café, integrantes da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos são: (Fonte: Convênio Internacional do Café-1968 — Fac-simile dos documentos: ICC-II-26 (P) e II-26 (E) — Rev. 2 da OIC de 28 de fevereiro de 1968 — Inst. Brasileiro do Café — Departamento Econômico, 60 páginas, Anexo A — Quotas básicas de exportação; Anexo B — Países de destino não sujeitos a quotas, mencionados no artigo 40, Capítulo VII, Anexo C — Distribuição de voos por países exportadores e importadores e, finalmente, anexo de texto em inglês):

1 — alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de café, em bases que assegurem fornecimentos adequados aos consumi-

dores e mercados para o café, a preços equitativos, aos produtores, e que resultem a longo prazo, no equilíbrio entre a produção e o consumo;

2 — minorar as sérias dificuldades causadas por onerosos excedentes e expressivas flutuações dos preços de café, prejudiciais tanto a produtores como a consumidores;

3 — contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos e para elevar e manter os níveis de emprego e de renda nos países-membros estimulando, desse modo, a obtenção de salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho;

4 — ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo;

5 — estimular o consumo do café por todos os meios possíveis;

6 — em geral, reconhecendo a relação entre o comércio do café e a estabilidade econômica dos mercados de produtos industriais, incentivar a cooperação internacional com respeito aos problemas mundiais do café.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A implantação da lavoura cafeeira no Brasil, de início, com as facilidades da grande extensão de terras virgens e do braço escravo e, posteriormente, à Abolição, o braço do colono, principalmente europeu, não atendeu à política de menos cafeeiros e mais café. Cuidou-se da lavoura extensiva, que mudaria tão logo fosse apresentando sintomas de decadência e conseqüente baixa produção.

A lavoura extensiva caracterizou-se por grandes plantações, lançadas sem os cuidados devidos às sementes que dariam os nossos cafeeiros, sem a observância de outras práticas culturais e do manejo adequado do solo, havendo fazendas que arrotavam no seu acervo lavouras constituídas de 100 mil ou mais cafeeiros. Esta manei- ra extensiva com que foram lançadas as lavouras cafeeiras trouxe em conseqüência a redução da produtividade das mesmas, chegando o Brasil a ter um baixo índice de produção por área e por número de cafeeiros, surgindo, então, as lavouras de ca-



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limeira Tahiti — (Linhagem "Peruana").
- Nogueira Pecan — (A naz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sarteimenta de outras plantas frutíferas e ornamentais

Falhetas GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paula

são chamadas deficitárias, isto é, cujo rendimento não dá para cobrir as despesas de manutenção da propriedade agrícola. Foram estas lavouras que trouxeram a média baixa de produção de 20 arróbas (30 kg) de café beneficiado por mil pés, entre nós.

Felizmente, já estamos alertados para isto e o chamado para a maior produtividade já foi feito. A orientação hoje a seguir é fazer-se uma recuperação da cafeicultura em bases técnicas para obter-se um máximo de produção por unidade de área cultivada. Para tanto, já dispomos de ensinamentos técnicos e os agricultores já estão possuídos da mentalidade de que é necessário, e mesmo vital, melhorar os métodos do uso e manejo do solo e da cafeicultura que nele se desenvolver.

Com variedades mais produtivas, novos sistemas de plantio que permitam a conservação do solo, melhores

práticas de trato dos cafezais, sistemas adequados de colheita, seca, benefício e padronização do produto colhido, aliados às facilidades do crédito rural, o Brasil tirará a sua lavoura cafeeira das dificuldades a que chegou, para colocá-la na posição almejada.

Nada de cultura migratória, mesmo porque as terras virgens do Brasil, férteis por estarem protegidas pelas matas, já não existem mesmo. Agora, a lavoura cafeeira tem que se fixar. O regime extensivo que a caracterizou tem que dar lugar ao regime intensivo, isto é, do emprego das melhores técnicas de trabalho e, assim, maior rendimento da produção por área plantada.

MELHORIA DA QUALIDADE

A qualidade do café no Brasil é coisa que ficou, até bem pouco tempo, em plano secundário, pois do que mais

se cuidou foi de se ter quantidade.

Produto exportável, valendo ouro, sem o fantasma da concorrência, o Brasil plantou café a valer, caracterizando-se mesmo por ser um país monocultor desta extraordinária rubiácea, chegando a ter safras muito além dos limites comportáveis pelo mercado consumidor estrangeiro. A este respeito, segundo dados do IBC, em 1960, o Brasil teve uma safra registrada de 44.130 milhões de sacas de café. Decorrente desta safra e de outras anteriores e posteriores surgiu, então, a superprodução de café no Brasil.

O pior é que esta superprodução sempre se caracterizou por cafés baixos, do tipo 7, 7/8 e 8, além de apresentarem bebida "Rlo" que gozam de uma retração no seu consumo pelos mercados mais exigentes e que pagam melhor preço.

Esta superprodução cafeeira tem trazido sérios proble-



Aspecto de um cafézal novo plantado segundo os preceitos da técnica agrônômica

A LAVOURA

mas à nossa economia, chegando o Brasil, para corrigi-la, à medida extrema de queimar alguns milhões de sacas de café em grão. Hoje, o Governo brasileiro, procurando aliviar os efeitos da mencionada superprodução, adotou o critério do acúmulo de estoques, isto é, adquirir do produtor o excedente da produção exportável, havendo dados estimados pelo IBC que os estoques de café acumulados no Brasil atingiram em 1966 a casa dos 67 milhões de sacas.

A meu ver o Brasil precisa enveredar firme para o rumo da "QUALIDADE". Isto é, se esforçar para que a sua produção cafeeira seja representada, em maior escala, por cafés finos, diminuindo assim o número de sacas de café que possa produzir.

Com café fino, isto é, isento de defeito, com boa seca, e de bebida suave, o Brasil poderá ir, com menor número de sacas, aos mercados estrangeiros e obter recursos, em ouro, mais vultosos do que os obtidos, no momento, com maior número de sacas de cafés inferiores.

As cooperativas que estão sendo organizadas no setor de nossa cafeicultura virão ajudar-nos muito na solução de seus problemas, inclusive na maior atenção para o problema da qualidade do café.

As cooperativas que estão sendo constituídas abrangem 3 campos:

a) — *Cooperativas de produção*, abrangendo a organização dos produtores agrícolas, através do exercício coletivo de seu trabalho, com recursos financeiros dos próprios associados ou de créditos obtidos pela cooperativa, em terras que a sociedade possua ou em propriedade por arrendamento;

b) — *cooperativas de consumo*, que têm por objetivo a eliminação do intermediário nas trocas e a abolição do lucro;

c) — *cooperativas de crédito*, que têm, igualmente, por finalidade a eliminação do intermediário, com vistas, porém, à obtenção, para seus associados, das vantagens do auxílio mútuo e da gestão direta, fomentando o crédito

direto às cooperativas de produção e consumo e concedendo empréstimos aos associados, a juros baixos.

Além desses três tipos clássicos, há as cooperativas mistas, associações que preenchem duas ou mais das finalidades acima.

AMPLIAÇÃO PELO BRASIL DE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

O café tem sido a moeda real do desenvolvimento do Brasil. Tudo o que temos de desenvolvimento pode ser levado a crédito das divisas que nos têm sido trazidas pelas exportações cafeeiras. E o café ainda no presente momento o produto de exportação que canaliza para o nosso tesouro a maior percentagem de dólares — moeda forte, que no momento regula a vida econômica do mundo

—, contribuição essa que se tem situado acima de 50%.

Ainda hoje, apesar de todo o nosso surto industrial, o papel da cultura cafeeira na obtenção de cambiais ouro e desenvolvimento do país é fundamental. Uma idéia mais precisa a respeito é obtida dos seguintes dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda (SEEF), citado por José Carlos Gonçalves no seu trabalho "Agrônomo renova o café-Desafio", publicado no Correio Agro-Pecuário, ano VII, n.º 145, novembro de 1968 — São Paulo.

Em que pese a alta responsabilidade do café no nosso panorama econômico e social, o Brasil não deve se contentar com os resultados dele advindos.

Deve ir mais além, procurando promover a diversificação de produtos na sua pauta de exportação.

Anos	Café	Outros produtos	total
1960	713	556	1.269
1961	710	693	1.403
1962	643	571	1.214
1963	747	659	1.406
1964	760	670	1.430
1965	707	888	1.595
1966	734	1.007	1.741
1967	710	942	1.652

Assim procedendo, sendo o café um produto de procura elástica, estaremos nos resguardando de possíveis dificuldades consequentes de oscilações de procura exterior, oriundas de desajustamentos financeiros que possam vir a sofrer os nossos países compradores.

Essa diversificação deve inclusive dar preferência a produtos manufaturados, visto ser muito mais interessante a exportação dos mesmos do que a remessa de produtos primários para o exterior e ainda atingir a reconquista de situações que por nós foram perdidas no mercado internacional, como sejam o caso do cacau, o da borra-cha natural, e outros.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

A LAVOURA

Pesquisa agrícola obtém expressivos resultados nos Estados Unidos

A agricultura e seus campos correlatos estão repletos de dificuldades, que constituem desafios para os pesquisadores. Mas, nos EUA, têm sido encontradas todas as respostas para esses problemas.

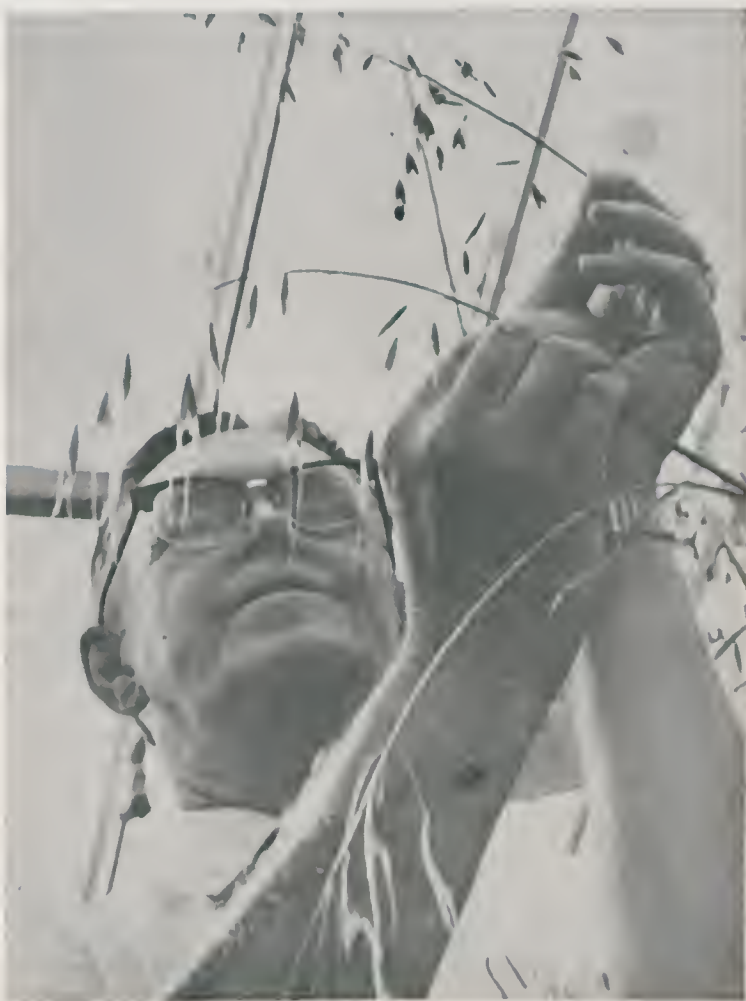
Fazendo uma resenha das realizações dos cientistas durante o ano de 1968, autoridades do Serviço de Pesquisas Agrícolas, agência do Governo dos EUA, disseram que o que foi por eles conseguido beneficiou milhões de agricultores, consumidores e indústrias, não apenas no EUA, mas também em muitos outros países.

Entre as muitas vitórias conseguidas pelos pesquisadores norte-americanos, salientam-se as seguintes:

Foi encontrado um novo modo de resolver um dos principais problemas da colheita mecânica — o de como fazer cair o fruto mais facilmente. Os cientistas descobriram que a aplicação de vitamina C provoca a queda, e também aumenta o conteúdo de vitamina C do fruto, de 4 a 8 por cento.

Entomologistas continuaram a descobrir meios mais seguros e eficientes de dizimar os insetos sem o uso de produtos químicos. Descobriram que uma substância denominada JUVABIONE, encontrada na madeira de certas árvores, evita os insetos. Pesquisas vêm sendo feitas, agora, para verificar a possibilidade de JUVABIONE ser sintetizado a preço que permita produção em larga escala, para extermínio de insetos daninhos.

Os entomologistas aprenderam também que vespas



Um cientista do Serviço de Pesquisas Agrícolas dos EUA compara a melhor espécie de aveia comercializada nos EUA, a Garland (vista acima), com a aveia selvagem procedente de Israel. As espécies selvagens, que se cruzam facilmente com as espécies cultivadas, contêm mais proteína, grãos maiores e maior resistência às doenças (Foto IPS).

que atacam outros insetos mas não os homens podem ser usadas para exterminar a broca da alfafa e o piolho Rhodesgrass. Descobriu-se que um besouro parasitário procedente da Europa é inimigo natural da mosca que ataca as colheitas.

Testes feitos com vacas leiteiras mostraram que elas dão de 15 a 20 por cento mais leite, durante os meses quentes do verão, se suas cabeças e pescoços forem mantidos em compartimentos refrigerados a 15 graus centígrados. Esses compartimentos, geralmente de plástico, para a cabeça apenas, representam despesa muito menor do que refrigerar todo o estábulo.

A "SIMAZINA" exterminadora de ervas daninhas pode aumentar o conteúdo protéico de vários alimentos, em 10 a 50 por cento. Segundo os cientistas, este é um novo meio de melhorar a alimentação nos países em desenvolvimento.

Por terem conseguido identificar o organismo causador da artrite reumática nos suínos, os cientistas esperam conseguir os meios de combater doenças de artelhões nos seres humanos.

Derivados do óleo de soja e do óleo de linhaça foram transformados em material para a fabricação de produtos como adesivos, filmes, plásticos etc.

Pelo ajuste da acidez dos tomates, os pesquisadores foram capazes de fazer o processamento de tomates na consistência desejada, desde o suco pouco pastoso à gelatina compacta.

As águas servidas começam a ser um problema de menor importância para as cidades e fazendas, resultado das pesquisas levadas a efeito por engenheiros, que descobriram um meio de extrair água limpa das águas usadas.

Uma espécie de aveia selvagem da região mediterrânea está sendo utilizada para criar novas variedades, que apresentam maior índice de proteína por hectare do que qualquer outro grão. A aveia selvagem contém quase duas vezes a proteína das melhores espécies comercializadas, tem grãos muito maiores e maior resistência às doenças. (IPS)

USO DO CAFÉ

Segundo nota do IBC, o café foi primitivamente usado como alimento sólido depois como vinho, mais tarde como remédio, e, finalmente, como bebida. Para servir de alimento, o fruto inteiro era esmagado, acrescentava-se-lhe gordura e dava-se em moldes, a forma esférica à espécie de argamassa obtida. Cada uma dessas bolas, mais ou menos do tamanho das de bilhar, servia para alimentação de um homem durante um dia. E com essa provisão alimentícia, as populações nômades lançavam-se, sem temor de inanição, às longas jornadas através dos desertos em que os oásis escasseavam. Ainda hoje, há tribos africanas que assim utilizam o café como alimento.

Já estava inventado (nihil novi sub sole), há qui-

ntos anos, o famoso comprimido alimentar, desejado pelos displicentes que reputam as refeições um enfado, entre as contingências iterativas da vida material, ao invés de uma delícia gastronômica, um afago dos mais agradáveis aos sentidos do gosto e do olfato.

Depois, fêz-se com o fruto do cafeeiro uma espécie de vinho, obtido, pela fermentação da casca da polpa. A seguir, aplicou-se às cascas secas do café a água fervente.

Mais tarde, começou-se a torrar as sementes secas com as quais juntando-se as cascas, fazia-se uma decocção. Só posteriormente é que se triturou o café em pilões.

O aparecimento do moimho é de data relativamente recente.

IRRIGAÇÃO NO CEARÁ

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — recebeu da Sonda-técnica o projeto complementar de aproveitamento do Açude Pereira de Miranda, no vale do Curu, e que beneficiará 500 hectares de terra.

As terras a serem irrigadas serão desapropriadas e divididas em lotes médios de seis hectares, cada um dos quais

deverá ser explorado por uma família e uma subfamília — o filho casado, que sucederá o proprietário inicial. A família será orientada diretamente por um órgão a ser criado no local e que terá a seus cuidados o sistema de educação dos colonos e os cursos para a implantação modernos métodos de agricultura.



Comboio de "montarias" sôbre o rio-mar, de volta de Manaus

NO RIO-MAR

Quando o paroara não dispõe do material para instalar a "feitoria" ou a "barraca", vive sob a escassa tolda da "montaria" ou da "igarité..."

São, "algumas, pequenas, a não terem mais de 2,5 m a 3,00 m de tamanho, uma largura máxima de 0,40 a 0,50, muito rasas, delas havendo cuja maior altura, em perpendicular, do fundo à linha das bordas, não será maior de 0,20 a 0,33 ou a 0,40".

A Canoa (de pesca) também não "é forçoso seja

aquela descrita, mais especialmente na pescaria usada e por isso chamada canoa de pesca. Servem-se de qualquer quando é preciso e vêm-se grandes "montarias" e também igarités ocupadas na pesca. Estas todavia, não têm as vantagens daquelas, o silencioso deslizar, o veloz correr, o manejo fácil, a evolução rápida, a possibilidade de entrar e mover-se nos mais estritos e mais rasos riachos ou lagos, de encostar às beiras mais baixas, em até de ser "varada" ou levada aos empuxões, de

uma daquelas bacias para ontras, através e sôbre os esteiros de capim que as separam. A ubá, canoa de um só tronco, mal afeiçoada às formas de embarcações, é hoje quase desusada, sobretudo no baixo Amazonas, onde as montarias a substituíram".

Estas notas foram extraídas do opúsculo, muito raro, de José Veríssimo — "A Pesca na Amazônia", da série "Monografias Brasileiras", impresso no Rio em 1895.

MOVIMENTO SINDICAL RURAL

Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura, o movimento rural no Brasil apresentou, em 31 de dezembro do ano passado, o seguinte quadro:

<i>E s t a d o s</i>	<i>Entidades com pedido de investidura</i>	<i>Entidades com carta sindical</i>	<i>Entidades c/ carta sind. e est. aprov.</i>	<i>Entidades c/ eleições realizadas</i>	<i>Total de entidades</i>
T. F. Rondônia	1	1	2
Acre	8	...	8
Amazonas	2	...	5	7	14
Pará	3	3	7	13
Maranhão	9	2	18	10	39
Piauí	30	...	5	11	46
Ceará	17	...	15	9	41
Rio Grande do Norte	7	...	8	12	27
Paraíba	10	1	27	18	56
Pernambuco	17	...	14	9	40
Alagoas	9	...	12	...	21
Sergipe	24	...	14	5	43
Bahia	14	...	40	21	75
Espírito Santo	3	...	1	33	37
Guanabara	3	1	4
Rio de Janeiro	6	5	11	33	55
Minas Gerais	26	34	62	87	209
São Paulo	22	11	87	62	182
Paraná	33	1	24	63	121
Santa Catarina	55	...	8	55	118
Rio Grande do Sul	22	2	20	33	77
Mato Grosso	9	1	26	6	42
Goiás	1	...	36	5	42
Distrito Federal	1	1
T O T A L	319	60	445	489	1.313

No total das entidades, contam-se 22 federações que realizaram eleições, que aprovaram seus estatutos, e que solicitaram investidura.

Está no último caso a Guanabara, que ainda não dispõe da sua Federação.

PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE

A 103.^a Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no Recife, aprovou investimentos da ordem de NCr\$ 51 milhões que vão produzir em torno de 1.523 novos empregos. O Conselho aprovou, também, solicitação ao superintendente da SUDENE, General Tácito de Oliveira, para providenciar a publicação, no *Diário Oficial*, da regulamentação dos incentivos fiscais e financeiros constantes da lei que aprovou o IV Plano Diretor.

Os financiamentos aprovados se referem a 23 projetos industriais, 4 agropecuá-

rios e 5 a pequenas indústrias. No curso da reunião, o conselheiro Rubens Costa comunicou que a renda *per capita* no Nordeste está em progressão, correspondendo, hoje, a 62 por cento da renda *per capita* média nacional. Também a participação nordestina na renda tributária brasileira subiu de 5 por cento, em 1963, para 7 por cento em 1968.

IMÓVEIS RURAIS

Ascendia a quase 3,4 milhões de unidades o número de imóveis rurais existentes no Brasil em 1968, ocupando uma área total da ordem de 316,2 milhões de hectares,

com a média de 93,20. Quanto à estrutura agrária, 2,6 milhões dos imóveis rurais eram minifúndios, mil latifúndios por exploração, 76 mil estavam classificados como empresas rurais e 223 eram latifúndios de grande dimensão. Dados do IBRA indicam que a área total dos minifúndios superava a dos latifúndios, sendo de 16,67 ha a área média dos minifúndios. Os minifúndios por exploração ocupavam uma área total de 235,4 milhões de hectares. Já as empresas rurais figuravam na relação IBRA com a área total de 23,2 milhões de hectares, com uma área média de 306,21 ha.

SEIS BILHÕES DE INVESTIMENTOS

Deverão ser investidos no Nordeste durante os próximos cinco anos cerca de NCr\$ 6 bilhões em projetos industriais e agropecuários, sendo que no ano passado, foram aplicados cerca de NCr\$ 1,2 bilhão desse montante.

A informação é da SUDENE, que adiantou inclusive que a totalidade dos projetos em desenvolvimento no ano passado proporcionou trabalho estável para 6 mil pequenos agricultores, através de implementos agrícolas e sementes selecionadas conforme o III Plano Diretor aprovado.

No mesmo período, foram liberados pela SUDENE recursos da ordem de NCr\$ 39 milhões que se destinaram à realização de projetos de infraestrutura da região, através da construção de rodovias, obras de saneamento e cogito e de energia elétrica. As aplicações dos incentivos fiscais atingiram em 68 o ponto máximo de NCr\$ 304 milhões aplicados, ou cerca de uma vez e meia todas as liberações realizadas entre os anos de 62 a 67.

Foram aprovados 148 projetos do setor industrial, totalizando NCr\$ 955 milhões e dando oportunidade para criação de 21.472 novos empregos. Deste total, NCr\$ 504 milhões foram investidos com recursos fornecidos através de deduções do imposto de renda, captados inclusive durante os anos anteriores.

Os novos investimentos aprovados beneficiarão Pernambuco, com NCr\$ 342 milhões em 51 projetos; Bahia, com recursos da ordem de NCr\$ 256 milhões aplicados em 33 projetos industriais; Ceará, NCr\$ 134 milhões e cerca de 20 projetos de investimento; Paraíba, NCr\$ 57 milhões e 16 projetos; Rio Grande do Norte, com 9 projetos e cerca de NCr\$ 52 milhões; Minas Gerais, 4 projetos com NCr\$ 10 milhões aplicados; Sergipe, também 4 projetos no total de 39 milhões; e Piauí, um projeto e cerca de NCr\$ 500 mil de investimentos.

INDA - SNA



A 16 de abril, as Presidentes Jerônimo Dix-Huit Rasado Maia e Luiz Simões Lopes, respectivamente da Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e da Sociedade Nacional de Agricultura, firmaram Convênio com a duração de 12 meses, objetivando a expansão das atividades da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pelo citada Sociedade, no Estado da Guanabara, através da realização de cursos de capacitação agrícola.

O clichê fixa a exata momento da assinatura do Convênio. Estão presentes o Presidente da INDA à cabeceira; à esquerda, o Presidente da SNA e o Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Sr. Luiz Marques Poliano; à direita, os Srs. José Xavier da Silva e Agapito da Veiga, do setor jurídico daquela Autarquia.

Paralelamente, durante o ano de 68, foi dado início ao programa de desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, sendo aprovados 320 financiamentos no total de NCr\$ 22,2 milhões. Como resultado, foram criados 2.216 novos empregos, em pequenas e médias empresas.

Foi criado um novo mecanismo para dinamizar as pesquisas dos recursos naturais do Nordeste, a Fundação para Pesquisas de Recursos Naturais, que contou com fun-

dos da própria autarquia, além de recursos oriundos dos incentivos fiscais. No setor de pesquisa mineral foi descoberta jazida de níquel na Paraíba, e tiveram início as sondagens para quantificação das manchas de cobre detectadas no norte da Bahia.

Também em 68, foi concluído o inventário hidrogeológico básico, computando 433 km² de bacias da região e com capacidade de atendimento a 50 mil pessoas.

ELEIÇÃO NA S.R.B. (SP)

O último pleito realizado na Sociedade Rural Brasileira ofereceu o seguinte resultado:

Para o Conselho Superior, foram eleitos Felipe Rodrigues Silveira Netto, Nelson Ottoni de Rezende, José Mario Junqueira de Azevedo, Celso Garcia Cid, Chakib Aschear, Clóvis Sampaio Vidal e Paulo da Rocha Camargo — com mandato de 9 anos; Ulysses Ferreira Guimarães, José Telles de Menezes, Arnaldo de Andrade Junqueira, Hélio Rubens

Junqueira Caldas, Mario Cintra Leite, João Teixeira Posses e Antonio Carlos Quartim Barbosa — suplentes, com mandato de 3 anos; e Ernesto de Paula Guimarães Jr. — para a vaga existente, com mandato de 6 anos.

A Diretoria ficou assim constituída: Presidente — Roberto Rezende Junqueira; vice-presidente — Afonso Junqueira Franco, Fábio de Salles Melrelles e Salvo de Almeida Prado; 1.º secretário — Renato Ticoulat Filho; 2.º secretário — Hélio Rubens

Junqueira Caldas; 3.º secretário — Arnaldo Zancaner; 1.º tesoureiro — Alcides Prudente Pavan; 2.º tesoureiro — Ulysses Ferreira Guimarães; 3.º tesoureiro — Fábio Lima Verde Guimarães, Departamentos Especializados: de Café — José Francisco Malta; de Pecuária de Corte — José Telles de Menezes; de Pecuária de Leite — Hélio Moreira Salles; de Algodão — Sérgio Cardoso de Almeida; de Avicultura — Antonio Carlos Corrêa; de Cereais — Antonio Carlos Quartim Barbosa; de Fruticultura — José Pires de Almeida; de Silvicultura — Sérgio Assumpção de Toledo Piza; de Atividades Diversas — Sebastião Ivan do Amaral Bueno; de Serviço Social Rural — José Olimpio Dias Gonçalves; de Conservação do Solo — Agenor Nogueira Filho; de Assistência Econômica — Roberto Matarazzo; e de Serviço de Registro Genealógico das Raças de Origem Indiana — Carlos do Amaral Cintra.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou carças) das pintos e aves adultos

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Maio e Junho

OLERÍCOLAS

Maio — Planta-se: alface, acelga, beterraba, berta-lha, brócolos, cenoura, chicória, couve, ervilha, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, repólho, salsa e vagem.

Junho — Início da segunda estação de plantio, com o preparo dos terrenos para novas culturas, continuando-se ainda o semeio e o plantio de hortaliças de folha.

FRUTÍCOLAS

Maio — Planta-se morango e enxertos de abacate e videira. Inicia-se a colheita do caqui e graviola. Colhe-se abacate, banana, mamão, tangerina e condessa.

Junho — Durante esse mês dá-se aos trabalhos de preparo do solo para a formação de novos pomares, iniciando-se a poda e a adubação dos pomares.

É boa época para formação de sementeiras a fim de se obter cavalos cítricos para enxertia. Termina a colheita do abacate e tangerina.

TEMPOS MUDADOS

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sô

Sen Valdemiro foi quem trouxe, há mais de 30 anos, para o vale, a criação de galinhas Legornes, introduzindo na região um novo gênero de atividade econômica que em pouco se alastrou por todo o distrito, transformando-o no maior produtor de aves e ovos do País. Estudioso do assunto, vivia a ler compêndios especializados e artigos de revistas nacionais e estrangeiras, objetivando aprimorar os plantéis, melhorar a criação, modernizar os cuidados veterinários pelo uso de vacinas, vitaminas, sais minerais etc. Tinha especial predileção pela construção de pinteiros e galinheiros e raro não experimentar qualquer planta ou sugestão que lhe caísse à vista como última novidade no assunto. Assim, certo dia, iniciou com especial carinho um "novo galinheiro", todo em tijolo, coberto com telhas francesas, piso em cimento, com água corrente e luz para ativar a postura, caiado e imunizado contra quaisquer germes nocivos à criação. Contente com a obra, já no seu término, dando as derradeiras ins-



truções, vê chegar-se a êle, meio cerimonioso, um velho empregado a quem indaga o que estava achando de tudo aquilo. "Tã uma beleza! Inté queria pedi a mecê pra deixá em mais Maria morá ai e botá as galinha lá em casa".

Este fato ocorreu-me, ontem, ao mostrar aos meus filhos, que passavam férias na fazenda, um novo tipo de habitação para colono que é uma verdadeira unidade rural, constante de casa espaçosa com sala, 3 quartos e dependências

completas, tôda em tijolo, telhas, piso em vermelhão, portas e janelas em côr, água encanada, espaço exterior para galinheiro moderno, cocheira, chiqueiro higiênico, barracão para depósito de caixaria, instrumental de lavoura etc. e, tendo, ainda, na frente da casa um terreiro tão grande que serve, até, para campo de futebol ou jôgo de malha! Encantado com tudo o garoto menor não se conteve e disse: "Oh! mãe, porque você não vem morar aqui e manda o sen Ercílio lá para a nossa casa?"

“A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

ABRIL 1899

“A LAVOURA” noticia o seu 3.^o oniversório. **A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL**, G. V. (Germano Vert); **SERICICULTURA** — Bicho do Sêdo indigeno, Dr. Luiz Pereiro Borretto; **A TUBERCULOSE DO GADO**, S. C.; **O CONGRESSO DOS LAVRADORES PAULISTAS**, Dr. Compos do Poz; **A PESTE DOS SUÍNOS**, notos do Dr. Compos do Poz, em tórno de estudos sôbre o ossunto reolizado em Turim; **SÔBRE UMA NOVA MOLÉSTIA DO FUMO**, Corlos Spegozzini, Botônico da Officino-Químico-Agricolo de Buenos Aires — Trodução do Dr. Salvador Borrodos; **ESTRUMEIRAS**, G. V. (Germano Vert); **A LAVOURA E O COMÉRCIO DA CAPITAL** — corto do Dr. Germano Vert, o propósito do tentotiva infrutífero do vendo no Rio de umo portido de bototos produzidos em Minos pelo Dr. João Pinheiro; **DESTOCADORES, ARREIOS E TRAÇÃO**, **O PHYLLOXERA EM HAMBURG**, **FEIJÃO DR. MOURA BRASIL**, Redoção;

ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL — o SNA recebe o título de Sócio fundador.

MAIO

CONGRESSO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO, Dr. Compos do Poz; **AS PESTES IMPORTADAS** (*Aspidiotus perniciosus*, o *Phylloxera vastatrix* e o *Margaro des vitii*), ilustrado — Germano Vert; **O PREÇO DO CAFÉ** — Antonio de Medeiros; **A AGRICULTURA NO SERTÃO DA BAHIA**, Spinolo Teixeira (Tese inougurol), Dr. Sérgio de Corvolho; **CONGRESSO DOS LAVRADORES** (Conclusão) — Dr. Compos do Paz; **O TRIGO-ARROZ**, G. V. (Germano Vert); **MULTIPLICAÇÃO DAS PLANTAS** — G. V. (Germano Vert); **A SOJA** — Dr. Aristides Coire; **UM INIMIGO DAS PIMENTEIRAS** (*conthoris otomario*, ilustrado); **BIBLIOTECA DA SNA** — E. Jocy Monteiro, **SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GOIÁS**, **IMPORTAÇÃO DE ALFAFA**, **EXPOSIÇÃO DE JUIZ DE FORA**, **PRODUÇÃO DE FEIJÃO** (Redoção).

REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Se de um lado reconhece-se a presença do profissional sem qualificação para o exercício do magistério, de outro é imperioso proclamar os ridículos níveis salariais do magistério superior.

Esses níveis, incompatíveis com a dignidade da função, sem dúvida alguma são responsáveis pelo pouco interesse que o magistério vem despertando nos melhores profissionais.

Aqui, precisamente, necessita-se analisar o assunto com extremo cuidado porque a implantação do regime de trabalho em dedicação exclusiva, se não for muito bem manejada, poderá levar a essa forma de trabalho altamente desejável, precisamente aqueles docentes in-

capazes de obterem melhor remuneração fora do magistério.

Por essas razões preconizam-se níveis salariais efetivamente adequados e seleção muito judiciosa na adjudicação de regimes especiais de trabalho, para que uma medida eficiente não seja transformada em sinecura de incapazes.

PESQUISA

A pesquisa agrícola necessita ser estreitamente vinculada com a Universidade para serem evitadas dualidades e até mesmo competição de projetos, enquanto importantes aspectos da tecnologia da produção carecem de melhor elucidação.

A vinculação da pesquisa à Universidade dará, ademais,

maior eficiência e segurança ao ensino.

RELACIONAMENTO ENTRE OS INTEGRANTES DA VIDA UNIVERSITÁRIA

É realmente chocante deparar-se com o triste quadro que muitas escolas apresentam motivado pela incapacidade de diálogo entre os integrantes da vida universitária.

Nesse sentido, a FAEAB apela veementemente aos mais velhos para que se coloquem na posição de educadores e desçam à planície do diálogo; aos jovens estudantes para que usem sua extraordinária força criadora no sentido da dedicação ao estudo, ao trabalho e à luta pelos altos objetivos que o desenvolvimento nacional lhes reserva.

JANUÁRIO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

A FOTO INTERNACIONAL



A exploração das minas de carvão está sofrendo uma verdadeira revolução com o emprêgo do "mineiro contínuo", isto é, de uma máquina especial como nos mostra a foto acima. Trata-se de algo capaz de produzir oito toneladas de carvão por minuto! A referida máquina altera todos os métodos convencionais, pois, de acôrdo com sua estrutura, ela escava as paredes da mina de carvão, carrega o material escavado para o recipiente que vemos atrás dos braços escavadores, e o joga em condições de uso imediato a seguir. Em um minuto produz oito toneladas de carvão. (Foto IPS, especial para a A LAVOURA.)

SOLOS E SANEAMENTOS

Da instalação de canais e nivelamento de cada lote depende a sanidade do solo.

Tecnologista de solos do Departamento de Saúde do Estado, em Harrisburg, Pennsylvania.

F. Glade Loughry

Há cidadãos que se mudam dos centros urbanos para os subúrbios, procurando fugir à pletórica vizinhança, em busca de ar livre e melhor vivência. Quase sempre essas pessoas verificam, ao invés disso, que perderam certas facilidades sanitárias e serviços que lhes eram garantidos.

Quando enfrentam um sistema sanitário rudimentar ou as águas do poço se apresentam com sabor desagradável e suspeito, começa o sonho a se desvanecer. E quando a poeira imunda do vizinho tinge o ar, a desilusão é completa.

Mas pode haver ainda mais surpresas. A coleta do lixo e dos detritos caseiros pode não corresponder às exigências sanitárias em virtude do custo elevado das instalações. Ou, então, um dispositivo mal assentado e mal operado pode se transformar em incômodo permanente, produzindo maus odores ou fumaça e favorecendo a proliferação de moscas e ratos, além de poluir as águas com resíduos nauseantes.

Lei de Facilidades Sanitárias: — A rápida expansão da população nas antigas áreas rurais que circundam as cidades torna esse problema de suma gravidade em muitos Estados.

O Estado de Pennsylvania verificou ser de absoluta necessidade o estabelecimento de nova legislação para enfrentar o problema de saúde provocado pela rápida urbanização das áreas vicinais aos grandes centros. A Lei de Facilidades Sanitárias promulgada em 1966 prevê

meios de planejamento e regularização do Sistema Sanitário Privado e das comunidades. Ela determina que as municipalidades se submetam a planos compreensivos para atender as necessidades de cada jurisdição. Determina também que é necessária permissão para que qualquer cidadão instale tal sistema e autoriza o Departamento de Saúde a adotar regras, regulamentos, tipos-padrões e maneira de proceder.

Essa Lei atribui responsabilidade a mais de 2.500 municipalidades do Estado.

As cidades, vilas e povoados podem agir conjuntamente, ou por meio de cooperativas, na execução dos dispositivos da referida Lei.

Ao Departamento de Saúde compete obrigar as municipalidades faltosas a cumprirem as normas legais, bem como aquelas que estiverem se afastando dos padrões ou da regulamentação.

Estão sendo postos à disposição dos municípios, como adiantamento, os necessários fundos Estaduais destinados às despesas correspondentes à metade dos gastos na execução das obras, bem como dos planos oficiais.

Os planos municipais estão sendo preparados por comissões especiais, inclusive as firmas consultoras. A taxa de crescimento representa o fator principal na fixação dos dados para a complementação dos planos.

Ditos planos são obrigados a estabelecer o seguinte:

- 1) Áreas onde já existem sistemas de rede sanitária;
- 2) Áreas onde tais sistemas são planejados para se-

rem feitos dentro de 10 anos.

3) Áreas em que os sistemas comunitários não estão sendo planejados para 10 anos.

O Levantamento do Solo é a Base — Onde não existe serviço público sanitário, o plano deve incluir uma avaliação dos solos em termos de capacidade para a instalação dos respectivos dispositivos.

Isto é geralmente baseado nos dados apresentados pelo Serviço de Conservação dos Solos.

Para certas e restritas áreas, nas quais o Serviço de Conservação dos Solos não dispõe de dados, são garantidos fundos próprios para convênios com o referido Serviço a fim de conseguir os com urgência.

Nas considerações sobre os solos acham-se também incluídos os termos de autorização de novos sistemas individuais de acordo com a Lei, com relação a lotes de menos de um acre.

Tradicionalmente, o dispositivo para um lote tem sido uma fossa séptica com escoamento das emanações por meio de manilhas colocadas na subsuperfície do campo.

O estudo do solo é o principal instrumento na proteção às aplicações autorizadas.

Devem ser fornecidas informações detalhadas a respeito do tipo de solo, profundidade dos lençóis de água em cada estação, profundidade de deito das rochas, declive e capacidade de escoamento.

Quando já existem estudos sobre o solo podem-se aproveitar os dados correspon-

dentes, sujeitos todavia, a uma verificação local para confirmação.

Muitos solos apresentam características tais que os revelam nitidamente impróprios para a aplicação dos dispositivos do sistema padrão.

As principais características incluem:

- 1) Lençol de água à flor da terra;
- 2) Rochas impermeáveis quase à superfície;
- 3) Declives muito acentuados;
- 4) Subsolo de permeabilidade muito lenta;
- 5) Sujeto a enchentes; e
- 6) Proximidade de camadas muito permeáveis, tais como fendas calcárias ou cascalho volumoso que não filtra ou purifica as emanções.

Um Gota Seguro — A presença de forma de solo que apresentam essas condições torna-se uma maior garantia do que testes incompletos, feitos sob condições precárias.

Por exemplo: o reconhecimento facial da espessura, da estrutura laminar e das camadas de cores diferentes diz melhor acerca da permeabilidade de um sítio do que testes de escoamento feitos a pequenas profundidades durante estações secas, quando a água pode espalhar-se lateralmente em solos frouxos, acima da cavidade. Além disso, o solo em camadas de cores diferentes, indicando umidade sazonal, identifica sítios pobres, mesmo quando a inspeção é realizada em época de seca.

Alguns solos que por defluição são profundos, bem drenados, permeáveis, e apresentam declives pouco acentuados, não oferecem qualquer perigo para aplicação dos dispositivos do sistema de escoamento a ser empregada no planejamento da rede destinada a um dado volume de emanções pode ser baseada nos dados relativos a testes-padrões do Laboratório de Caracterização de Solos, da Universidade Estadual da Califórnia.

Outros solos orlundos de diversos tipos de rochas (mistos) variam de tal modo a pequenas distâncias que

não se pode usar com confiança uma interpretação geral. Requerem que se faça um exame em cada lote para a localização de pontos garantidos para as canalizações.

Em certas circunstâncias, deve-se considerar bem qual o tipo mais conveniente, se o sistema de fossas sépticas ou as canalizações.

Um se destina a áreas onde o planejamento das instalações é feito para 2, 5 ou 10 anos e os construtores precisam manter alterações ou trocas para justificar a construção eventual de canais. O outro é para lotes que permaneceram baldios em áreas em desenvolvimento, dada a pobreza do local. Aqui a questão é, muitas vezes, a seguinte: "Por que se negar permissão para dado lote quando a vizinhança possui fossas sépticas que nunca deram a menor alteração?"

Além do mais, há necessidade de medidas temporárias a serem aplicadas nos locais onde existam planejamento definitivo para uma rápida complementação.

Uma alternativa entre a fossa séptica e o sistema de filtro são os tanques de arejamento. Tal aparelhamento às vezes realiza melhor trabalho na destruição dos resíduos.

Um bom sistema destrói 85 a 90% do material microbiano.

O sistema de arejamento evita emanções onde a tubulação se acha em solos calcários contendo rachaduras, ou em leitos de puro casealho que não têm capacidade de filtrar as emanções.

Nessas condições, um filtro de areia colocado no fôssio de distribuição faz com que os resíduos se espalhem lentamente, de sorte a permitir sua maior permanência em contacto com o solo.

Outra solução seria bombear os resíduos num ponto do solo em condições favoráveis, encher uma área, com solo permeável para se conseguir suficiente profundidade acima do lençol de água ou acima do cascalho, reforçando a fossa.

O reforço das fossas seria muito dispendioso, se usado durante períodos prolongados, porque todo o material a esgotar deverá ser bombendo

em camalhões-tanques e conduzido a um sistema onde pudesse ser recebido mediante um dispositivo de tratamento.

Toneladas de Resíduos por Ano — A destinação da matéria sólida se constitui em outro aspecto do problema, o qual se amplia de acordo com a evolução tecnológica e crescimento da população. Calcula-se que a produção total, anual, da matéria sólida oscila entre 3/4 a uma tonelada *per capita*.

Fossos sanitários são uma maneira econômica de absorver a matéria sólida.

Outros métodos seriam a incineração e a formação de compostos para a alimentação de porcos.

O solo, todavia, é fator importante em todos esses métodos. A incineração e a formação de alimentos reduz o volume do lixo, mas ainda deixa resíduos que precisam ser consumidos nos fossos sanitários ou no próprio solo.

Os compostos residuais bem preparados são muito úteis na agricultura.

Os canais sanitários exigem cuidadosa escolha de local e absoluto controle da operação a fim de evitar-se o surgimento de outros problemas.

Muita gente pensa que a formação de canais sanitários equivale a enterrar o material e age escolhendo sítios próximos, dizendo: "Botá isto aí em qualquer lugar."

Além do problema emocional, há reais perigos a serem sobrepujados na locação de canais sanitários.

Excrementos decompostos, lixos e resíduos industriais apresentam uma vasta variedade de produtos nefastos.

Um bom solo, propriamente usado, produz um grande efeito renovador nos produtos intermediários.

Se a reação puder ser mantida aeróbica, a maior parte da matéria orgânica se transforma em dióxido de carbono e água.

Se os fossos sanitários estiverem abaixo do lençol de água, o metano é o principal gás produzido, e os produtos solúveis combinam com a água para formar uma lixívia escura e prejudicial. Se

houver excesso de água a lixívia ressurge do canal e vai poluir a superfície da água e a água do solo.

Um bom fôssô sanitário é feito de tal modo que mantenha a matéria sólida na barragem, onde ela pode se tornar compacta e ser coberta, diárlamente, pelo menos, por seis polegadas de solo. Isto evita incêndios acidentais, movimento de papéis pelo vento, propagação de môleas e ratos e maus odôres.

A última camada precisa de pelo menos dois pés de solo (48 polegadas). As condições dos solos que são adaptáveis a instalação de fossos sanitários são tais que os mesmos competem com as boas terras para agricultura, para instalação de prédios destinados a indústria, estradas de rodagem, e muitas outras instalações para re-creação.

O solo deve ser profundo, bem drenado, de textura mediana ou levemente áspera, com pequenas elevações, poucas pedras ou cascalho, nunca sujeito a chelas e sem rochas subterrâneas com grandes fendas ou leitos de cascalho que não permitem a filtração da lixívia.

Traduzido de "Soil Conservation", U. S. Dept. of Agriculture, Sept. 1968, vol. 33, n.º 2).

ATIVIDADES DOS CLUBES 4-S

Os 55 mil sócios dos quase 2.500 Clubes 4-S, em 1969, atuarão em 1.200 municípios de 19 Estados, realizando trabalhos que visam à melhoria das comunidades, em número de 1.400, contando com o apoio das autoridades e dos órgãos de nível local, além da orientação de técnicos e dos serviços de Extensão Rural e de líderes adultos de cada área.

Os Clubes 4-S que realizarem os melhores trabalhos serão premiados pela Sears Roebuck S/A, que renovou o seu patrocínio a êsse tipo de trabalho desenvolvido pela juventude rural. Em nível municipal serão premiados, com certificados, 1.400 Clubes, em nível estadual haverá 21 Clubes premiados com coleções de livros e o Clube vencedor nacional receberá uma taça.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária 1.ª e 2.ª Convocações

Fleam os Senhores Sócios convocados para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão na sede da Sociedade a 16 de junho do corrente ano, às 15 e 18 horas, respectivamente, para a seguinte ordem do dia:

ORDINÁRIA

- a) Relatório do Presidente
- b) Parecer da Comissão de Contas (1968)
- c) Interesses Sociais

EXTRAORDINÁRIA

- a) Alteração nos Estatutos

Caso não haja número na 1.ª convocação, ficam, desde já, convocados os senhores sócios para o dia 23 do mesmo mês, às mesmas horas, no mesmo local e para a mesma ordem do dia, quando as reuniões se realizarão com qualquer número.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1969

- a.) Luiz Simões Lopes — Presidente.

RETIFICAÇÕES

"Maior produção com melhores práticas de ordenha"

No trabalho publicado sob o título acima, no número anterior, por descuido da revisão, deixou de ser inserta, ao pé do artigo, a nota que se segue, o que agora fazemos:

"Os direitos autorais para o idioma português foram gratuitamente cedidos ao Prof. Sylvio do Valle Amaral, a quem "A Lavoura" deve esta publicação".

Fundadores da CNA

Também por um lapso na revisão, no artigo sob o título acima, deixou de ser mencionada como fundadora a FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná). Assinaram a ata de fundação, a 27 de setembro de 1952, o Dr. Miguel Matskey, vice-presidente, e Silvano Alves da Rocha Loures, delegado da prestigiosa entidade da terra dos pinheirais.

Aqui fleu a indispensável correção.

*Cercas domina hoje o
que antes era reino de
Netuno.*



FLEVOLAND MERIDIONAL

As obras do Zuiderzee — transformado no Lago Yssel — compreendem a construção de 4 "polders": oriental, Flevoland meridional e Markerwaard.

A superfície conjunta destes "polders" é de 202.000 hectares: somando-se-lhes o Wieringermeer, terminado em 1930, teremos em todos 222.000 hectares.

Os "polders" Wieringermeer e Nordoriental constituem, desde há tempos, florescentes zonas agrícolas. O Flevoland oriental foi pôsto parcelalmente em expansão.

O "polder" Flevoland meridional se encontra em etapa menos avançada. O dique que o rodeia foi terminado em 1967 e atualmente se desenvolve nele uma operação

de bombeamento, programada para terminar no ano passado.

O Flevoland meridional é constituído de 90% de ótimas terras de trabalho, enquanto que o ocidental atinge apenas a 80%.

Ao fim deste ano deverão ser postas em execução as operações de cultivo. Durante o quinquênio 1970/75 será desenvolvida a etapa de exploração parcial das terras pelo governo. Caso tudo corra bem, começará em 1975 a distribuição das áreas agrícolas aos particulares. Por essa época já estará terminada a distribuição das terras do Flevoland oriental. As máquinas nele empregadas para o arroteamento e início

das culturas passarão a funcionar no novo "polder".

As culturas tiveram início na zona oriental do "polder". Realizada esta tarefa, e distribuídas as novas terras, imediatamente será atacada a zona ocidental.

O trabalho preparatório realizado pelo Estado, com alto grau de mecanização das atividades correspondentes, se desenvolve em etapas compreendendo cerca de 20.000 hectares em cada uma delas.

Estas notas, extraídas no n.º 7/68 da "Gazetilha Agrícola da Holanda", fazem-nos lembrar da anedota segundo a qual Deus fez o mundo, mas o holandês criou a Holanda...

Livros e Publicações

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ — 1968

Publicação do Instituto Brasileiro do Café — (Departamento Econômico). Fac-símile dos documentos: ICC. II-26 (P) E II — Rev. 2 da DIC de 28 de fevereiro de 1968 — 59 p., in 8.º — Original em inglês.

CULTURA DA AMOREIRA

— Luiz Paolieri — Eng.º Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Serviço de Sericicultura, Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS CARACTERÍSTICOS BIOMÉTRICOS DO BICHO-DA-SEDA SOB INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO

— Ermelino Scarpelli — Diretor do Serviço de Sericicultura — Oldemar Cardim Abreu e Pedro Abramides — Engenheiros Agrônomos. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 49 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas, São Paulo — 1967.

GUIA DOS DEFENSIVOS DA LAVOURA — Jalmirez G. Gomes — Publicação do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — Serviço de Defesa Sanitária Vegetal. Seção de Produtos Fitossanitários. Suplemento 1966/1967 — Rio de Janeiro.

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A FIAÇÃO DA SEDA COM EMPREGO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E DA ÁGUA TRATADA DE CAMPINAS

— Arnaldo Borgonovi, Sericultor Chefe da Seção de Indústria e Comércio. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 50 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 10 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1967.

PESQUISAS RELATIVAS A INCUBAÇÃO ARTIFICIAL E NATURAL DOS OVOS DO BOMBYX MORI L.

— Oldemar Cardim Abreu e Nivaldo Alves Bonilha, Engenheiros Agrônomos; Boletim Técnico de Sericicultura N.º 31 do Serviço de Sericicultura, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo — Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900, 69 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1962 — pub. 1968.

A CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SEDA PRODUZ RENDIMENTO RÁPIDO E COMPENSADOR

— Luiz Paolieri, Engenheiro Agrônomo. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 38 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 21 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968.

CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SEDA — Luiz Paolieri — Eng.º Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Serviço de Sericicultura — Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

PÊSSEGO — CARTILHA DO PRODUTOR — Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul — Ministério da Agricultura Série Extensão n.º 16 — Junho 1968, 27 p., in 8.º — Pelotas — RS.

INFLUÊNCIA DAS RAÇAS SOBRE A PUREZA DA SEDA "GREGE" — (Ens. realizado no S. de S. no período de 1965/66) Arnaldo Borgonovi — Sericultor Chefe da Seção de Indústria do Comércio do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968 — Boletim Técnico de Sericicultura n.º 48.

TRIGO, 68 — Recomendações de Variedades e Épocas de Plantação PARANÁ — SANTA CATARINA — RIO GRANDE DO SUL — Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul — Ministério da Agricultura — Circular n.º 38 — Junho 1968, 15 p., in 8.º — Pelotas — RS

J. Sampaio Fernandes

Ao acompanhar pela imprensa diária os esforços de órgãos controladores de preços, que jogam fora inutilmente centenas de milhares de contos em tabelar, montar máquina de repressão, fiscalizar e... concordar com as inevitáveis altas, quando melhor seria que tais milhares de contos se empregassem no estímulo real ao aumento da produção, na melhor organização dos mercados de distribuição, no melhor policiamento dos campos onde medram a miséria, o analfabetismo, a prepotência de donos que exploram o trabalhador, pois ainda há disto.

A incultura agrícola do trabalhador, que tira dez de onde, com práticas modernas e assistência técnica, poderia retirar cem, lembrei-me do célebre romance de Alexandre Manzoni "I PROMESSI SPOSI", história milanese, onde entre outras coisas verificadas e históricas daquela época em que os espanhóis dominavam grande parte da Europa mediterrânea, nos conta o episódio da revolta milanese então governada por Dom Gonçalo Fernandez de Cordoba. Vale a pena transcrever algo do texto do romance, baseado em fatos reais então ocorridos.

"Era aquêle o segundo ano de colheita escassa"... "E qualquer das colheitas ainda não acabara de ser encelrada. Já as provisões para o exército, e o desperdício que sempre as acompanha, faziam-lhe dentro um tal vazio, que logo a penúria se fazia sentir e com a penúria nasce seu doloroso como inevitável mas salutar efeito, o encarceramento"...

"Mas quando se chega a um certo ponto... nasce em muitos a opinião de que a razão disso não é a escassez." Esquece-se que ela foi temida, predita; supõe-se sem mais nem menos que há grão bastante, e que o mal provém de não ser êle vendido em quantidade suficiente para o consumo; suposições essas que não estão nem no céu nem na terra, mas que ilsongelam a um tempo a cólera e a esperança"... Os açambarcadores de grão (grão é o trigo, fundamental na economia alimentar européia), reais ou imaginários, os possuidores de terra que não o vendiam todo num dia, os padelros que compravam, em suma todos aquêles que o tivessem um pouco ou bastante, ou que passassem por tê-lo, a êstes se lançava a culpa da escassez e do encarceramento, êstes eram o alvo da queixa geral, a abominação da multidão, mal e bem vestida"... "Os magistrados alguma coisa faziam: como, por exemplo, estabelecer o preço máximo de alguns gêneros, cominar penalidades a quem recusasse vender, e outras ordenações desse gênero. Como porém tôdas as providências do mundo, por mais rigorosas que sejam não têm a virtude de diminuir a necessidade do alimento, nem de fazer surgir gêneros fora da estação; e, como essas, em particular, não tinham a virtude de atraí-los de onde pudesse haver superabundantes; assim o mal perdurava e crescia"... "A multidão atribuía um tal efeito à insuficiência e à fraqueza dos remédios"... "e pedia outros mais decisivos e genero-

sos"... "Na ausência de Dom Gonçalo, o grão-chanceler Antônio Ferrer... que haver pão a um preço justo" (e quem não veria?) é em si coisa desejável e pensou, aqui o equívoco que uma ordem sua pudesse bastar para produzi-lo. Flxou a meta (assim chamam à tabela de preços) do pão ao preço que seria justo se o trigo se vendesse comumente a trinta e três liras o alqueire — e vendia-se até a oitenta. Fêz como uma mulher que, já não sendo jovem, pensasse rejuvenescer alterando a sua certidão de batismo".

Ordens menos insensatas e menos iníquas haviam mais de uma vez, pela própria resistência das coisas, ficado sem execução"...

Não vale a pena transcrever mais, pois basta o que ficou dito para mostrar que a ilusão dos tabelamentos é velha, dêles derivando o câmbio negro, a sonegação, sempre que o preço não é o justo, que a mercadoria é escassa e que de onde não há não é possível tirar. Como tenho acentuado muitas vêzes, nos meus trabalhos, os tabelamentos só são compreensíveis em tempo de calamidade pública: uma guerra, um bloqueio, uma epidemia, como a gripe espanhola, que tudo desorganizou. Fora de tais circunstâncias é um incentivo ao câmbio negro, é um desestímulo ao produtor e ao comércio honesto. Seu proveito é nulo, mais de fachada, mais para meia dúzia, do que para o conjunto da população que quer o artigo e o paga, embora com sacrifício. Preços livres alentam a concorrência. Os comerciantes vão à procura dos artigos onde se encon-

Associação Brasileira de Juizes de Animais

Fundou-se em Belo Horizonte, a 13 de dezembro último,
a Associação que traz o título acima.

Visa a nova entidade aos seguintes objetivos:

a) Manter um quadro de juizes, constituído por técnicos de reconhecido valor, especializados para julgar as diferentes raças, das espécies animais economicamente exploradas no país, que normalmente são apresentadas em Exposições a fim de poder atender às solicitações das Entidades organizadoras de tais certames, de modo a proceder a um julgamento criterioso, dentro de uma unidade de doutrina, objetivando o melhoramento da pecuária nacional.

b) Traçar diretrizes para julgamento das diferentes

raças, economicamente exploradas, visando sempre ao aprimoramento dos respectivos plantéis.

c) Estabelecer um perfeito entrosamento com as Associações de Raças e Entidades congêneres, determinando uma única doutrina sob o ponto de vista técnico-científico, que leve à meta desejada para cada uma das raças economicamente exploradas.

d) Organizar periodicamente cursos de juizes, dentro de normas e critérios, que atendam às exigências estabelecidas por diretrizes básicas, para cada raça, de modo a ter juizes capazes de julgá-las.

e) Manter constante contato com as autoridades técnicas do Ministério da Agricultura, Ministério do Exército, Secretarias de Agricultura dos Estados e outras Entidades interessadas, de modo a estar em dia com as orienta-

ções dadas por estas organizações governamentais, e Entidades de classes de caráter nacional que orientam o registro genealógico das diferentes raças no que diz respeito ao melhoramento dos respectivos rebanhos.

f) O julgamento deverá ser procedido por juiz único; entretanto este poderá ter dois assessôres, como auxiliares, embora a responsabilidade seja sempre do titular.

g) Os juizes, quando designados para julgar, perceberão um *pro labore* pelos seus serviços técnicos profissionais prestados durante a exposição que obedecerá a regulamentação própria.

Os estatutos foram aprovados em assembléa-geral daquela data, tendo sido presidente da mesa o Dr. Pedro Bertolucci.

Daqui fazemos os melhores votos pela prosperidade da ABJA.

trem êles, dêles cuidam, porque sabem que seu lucro está garantido. Com tabelamentos, mais menos arbitrários, com intervenções nos mercados produtores, os comerciantes se retraem. Aparece a escassez, os preços sobem, muitas vezes sem razão, só porque os tabelamentos afugentaram a mercadoria. Mas é difícil conseguir incutir tais verdades na cabeça de pessoas bem intencionadas mas despreparadas para a função econômica. Hélio Beltrão, que se não me engano é filho do velho amigo e companheiro da Sociedade Nacional de Agricultura, Heltor Beltrão, tão cedo roubado à convivência dos seus amigos e admiradores, deve conhecer tais problemas, mas creio que não pode intervir no assunto, assoberbado por outros e prementes problemas. Esperemos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO EST. DO RIO

Está sendo iniciada a construção do núcleo rural de Funchal, em Caehoelras de Macacu, que será o primeiro núcleo da Cooperativa de Eletrificação Rural que abrange aquele município e o de Itaboraí, no Estado do Rio.

Esta obra será a primeira execução efetiva de eletrifi-

cação rural integrada no sistema cooperativista que se realiza no vizinho Estado. Apóia-se em um ano e meio de trabalhos de levantamento de cadastros, elaboração de projetos e de consecução e vinculação de verbas, realizado pela Secretaria das Minas e Energia através da Divisão de Eletrificação Rural.

CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no C. Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos Climas Aw de Savana (Inverso sêco) encontrado no interior do Brasil.

PÓRTO NACIONAL — 10° 43'S — 48°25'W — 238 m. —
Clima Aw.

A temperatura média tem um valor anual de 25°,6, os mensais oscilando de 27,6 (Setembro) a 24,3 (Julho), com uma amplitude anual de 3°,3.

A dupla onda térmica significa nóvo mínimo de 24°,9 (Fevereiro), quase tão intenso quanto o do Inverno, e máximo secundário em Abril (25°,7), numa oscilação de 0°,8. A temperatura se eleva desde Agosto, tendo a Primavera como estação mais quente. Declina então sob as chuvas, voltando a crescer, quando estas vão terminando, para cair depois durante o Inverno. Os índices superam, como dissemos, 26° de Agosto a Outubro, ficando abaixo de 25° em Junho e Julho.

A média anual das máximas é bastante elevada (33°,0), com valores mensais desde 31°,0 (Fevereiro) até 35°,9 (Setembro), e amplitude de 4°,9. As tardes mais quentes correspondem à fase Agosto-Setembro, superando 35°, as mais frescas ao verão chuvoso, com Dezembro e Março pouco acima de 31°. Na verdade, a partir de Novembro e até Abril, as máximas estão abaixo de 32°,5, superando 33° de Maio a Outubro, e 35° como vimos, em Agosto-Setembro.

Como sempre, o Inverno pouco influi no elemento, a sêca reforçando mesmo os valores.

As mínimas têm média anual de 20°,0 e tornam-se mais elevadas em Novembro (21°,7), menores em Julho (15°,9), daí resultando 5°,8, para a amplitude anual. A fase chuvosa é toda de mínimas mais altas superando 21° de Outubro a Abril; mais é o Inverno que trará o declínio, com Junho a Agosto aquém de 17°,6. Dêsse modo, só as mínimas explicam a queda da temperatura média na estação fria, contrariada pelas máximas.

A posição continental permite uma amplitude diurna de 13°,0 com extremos 18°,6 (Agosto) e 9°,6 (Fevereiro). O elemento permanece reduzido na época das chuvas, em torno a 10° de Novembro a Abril, e mais acentuado na sêca, superando 15° de Junho a Setembro. Quanto à máxima absoluta alcançou 42°,8 (Agosto), e apenas em Fevereiro e Março nunca chegou a 38°, limite superado nos demais meses. Em verdade, Agosto a Outubro constitui a época dos maiores extremos, acima de 40°.

A mínima absoluta já desceu a menos de 10°, pois temos registro de 9°,5 (Julho). Aliás, de Maio a Agosto, por ocasião das grandes friagens, valores de 10° a 11° costumam ocorrer, enquanto de

Novembro a Abril nunca desceram aquém de 15°. É assim de 33°,3 a amplitude absoluta.

Todos os dias do ano são quentes (351), os mais frescos (14) ocorrendo de Novembro a Abril, sem dúvida em fases de muita chuva. Quanto às noites quentes somam 237, o que resulta em 128 frescas, verificadas sobretudo de Maio a Setembro. Tais meses têm 16 e 11 noites frescas, e todo Inverno cêra de 28, com apenas 2 quentes cada um. Os ventos são muito fracos, em média 0,7 mps., valor praticamente constante nos vários meses, sem registro de ventanias.

A umidade relativa de média anual 76,7%, é mais reduzida no Inverno, ficando de Julho a Setembro abaixo de 70% (com 60,8% em Agosto). Supera 80% de Novembro a Abril, com máximo 86,4% em Fevereiro. Oscila dêsse modo com as precipitações.

A nebulosidade média é 7,7, elevada como vemos, e atinge o máximo 9,0 em Fevereiro, com mínimo 5,7 em Junho o que resulta em amplitude 3,3. A fase mais encoberta transcorre de Outubro a Março, acima de 8,0, e a mais limpa, ainda assim nublada, de Maio a Agosto, abaixo de 7,0 ou melhor, em Junho-Julho, aquém de 6,0. Isto significa um forte total de dias encobertos, 204 por ano, os meses de Outubro

Climas de Goiás

a Março tendo em média 23 dias cada. Mas sob rápido declínio para 11 de Maio, notam-se 4 ou 6 dias em Junho e Julho, recrudescendo a 11 em Agosto. Não é necessário explicar tal oscilação, ligada às fases de chuva e seca.

Mesmo neste último período, os dias claros são raros, 1-2 por mês de Maio a Agosto, e 0 nos restantes, totalizando 8 por ano. Isto significa que mesmo o Inverno será nublado. É forte a insolação (2.612 horas) com máximos de 314 (Agosto) e mínimo 129 (Fevereiro). A fase das chuvas tem os menores índices, abaixo de 200 horas mensais de Outubro a Março, enquanto a seca registra os maiores, além de 250 horas cada mês, de Maio a Agosto.

Chove bastante em Pôrto Nacional, numa altura de 1.813 mm, com máximo 298 mm (Janeiro) e mínimo de 0 em Junho. Os meses de Dezembro a Março têm todos mais que 250 mm., nenhum alcançando 300, enquanto na época seca os meses de Inverno registam cada um menos de 10 mm, estando abaixo de 50, tanto Maio como Setembro. É pois de Outubro a Abril a fase chuvosa, e o Inverno a de seca.

Quanto à maior altura em 24 horas, atingiu 101 mm, registrados em Janeiro, todos os meses podendo coletar acima de 50 mm, com exceção de Junho a Julho. Chove quase um dia em cada três, no total de 131 por ano, dos quais 58 superam 10 mm. De Outubro a Abril chove sempre mais de 10 dias cada mês, atingindo 20 de Dezembro a Março. Mas durante o Inverno, nenhuma precipitação ocorre (somente 1 dia em Agosto). Isto confirma o período chuvoso de Outubro a Abril.

A trovoadas é tão frequente quanto a chuva (134 dias por ano), os vários meses de Outubro a Março registrando em média 18 dias cada. O período Maio-Agosto é pouco trovejado, de 0 a 4 dias por mês.

Já o nevoeiro, bastante raro, 22 casos por ano, ocor-

re apenas de Outubro a Maio, e somente os meses de Fevereiro a Abril registam cada um 4-5, enquanto nenhum se forma de Junho a Setembro. É um fenômeno portanto de verão, sob a maior umidade, as máximas reduzidas permitindo o declínio até a condensação.

O orvalho por fim, ocorre no total de 133 dias por ano, sendo mais frequente (14 a 15 dias por mês) de Novembro a Junho, e mais raro, 1 ou 2 dias em Agosto e Setembro.

Conclui-se que P. Nacional tem um clima quente, dia e noite, úmido mas não em excesso, com céu bastante encoberto e chuvas pesadas. Máximas e Mínimas de extremos acentuados, sendo elevada a insolação. Há contudo cerca de 130 noites frescas por ano, contra raros dias em tais condições. Mais de 200 são encobertos, chovendo um dia cada três, e notando-se poucos dias claros. Não é portanto recomendável o clima.

PALMA — 12° 33'S — 47° 47' W — 271 m. — Clima Aw.

A temperatura média anual é de 24,0, com maior valor mensal de 25,8 em Outubro, e menor 22,2 em Julho, sob amplitude anual de 3,6. A fase mais quente é a Primavera, quando de Setembro a Dezembro as temperaturas superam 25,0, e a mais fresca Maio a Agosto (menos de 24,0), ou melhor Junho-Julho, aquém de 23,0.

Em ordem decrescente temos a Primavera (acima de 25°), o Verão (24 a 25°), Outono (24°), e Inverno (menos de 23°). Mal se registra a dupla onda, de amplitude 0°,1. Mas de qualquer modo os dados são suspeitos.

Apenas temos valores das máximas, com média anual 32,7, oscilando os índices mensais de 35,1 (Setembro) a 31,5 (Fevereiro), sob amplitude 3,6. A dupla onda indica máximos em Setembro e Maio, mínimos Fevereiro e Julho, mas a segunda ondulação é fraca, de amplitude 1°,2. Por isso mesmo, as tardes quentes correspondem à Primavera acima de

34° de Agosto a Outubro, e as mais frescas ao Verão, com 32° ou menos de Dezembro a Março, Fevereiro sendo o de menor índice. A seca traz elevação à tarde, acima de 32° de Abril a Julho, e ainda maior aquecimento a partir de Agosto. O Inverno atua somente pelo declínio de 0°,2 entre Maio (32,7) e Julho (32,5). (Não há observações de mínima ou da amplitude). A máxima absoluta atingiu 40,3 (Setembro), e índices acima de 39° podem ocorrer em geral de Agosto a Janeiro, mas só aquém de 37° de Maio a Julho.

Quanto aos dias quentes totalizam 314, com cerca de 50 frescos, e aliás igualmente distribuídos, a uma taxa de 5 por mês (Setembro a Fevereiro), ou somente 3-4 (Março a Agosto). Persistem assim sérias dúvidas quanto à qualidade das observações.

O vento é regular, com média anual 2,2 mps, ligeiramente maior na Primavera (2,4 em Setembro) e menor no Outono (2,0 em Abril). Isto corresponde a 18 ventanias por ano, geralmente associadas às trovoadas, em taxas de 2-3 cada mês no período chuvoso (Outubro a Março), e apenas 0-1 na fase de seca, Abril a Setembro.

Quanto à umidade permanece elevada, em média 78,6%, e oscila de 84,6% (Fevereiro) a 68,0% (Setembro), apresentando de Novembro a Abril índices acima de 80%; mas de Julho a Setembro abaixo de 75%, só no último mês ficando aquém de 70% como já vimos. Já a nebulosidade é bem menor que em P. Nacional, sob média anual de 4,8, e extremos 6,7 (Fevereiro) ou 2,5 (Julho), numa amplitude anual 4,2. Mesmo durante a fase chuvosa, de Novembro a Março, a cobertura se conserva pouco superior a 6, caindo no período Junho-Agosto a 2,5.

De tão fracos índices, resultam apenas 57 dias encobertos por ano, a taxas mensais 8-10 de Novembro a Março e 0-2 no período seco.

Maio a Setembro. Quanto aos dias claros já são em maior número, 67 por ano, apenas 1 mensalmente de Novembro a Março, mas totalizando 14 dias em cada um dos meses de Inverno. Não possuímos dados de insolação.

A precipitação atinge 1.553 mm e se concentra de Novembro a Março, os meses deste período tendo mais que 200 mm (máximo 288 em Dezembro). Abril e Outubro, de transição, registam respectivamente 100 e 132, mas na fase de seca ocorrem 11 em Maio e 29 em Setembro, os meses do Inverno registrando cada um menos de 5 mm (mínimo Junho com 1 mm.)

Atingiu contudo 260 mm (em Novembro) a maior altura recolhida em 24 horas, só no período Junho a Setembro nunca tendo qualquer precipitação diária superado 50 mm.

Chove pouco, relativamente, um dia em cada quatro (84 por ano, dos quais 52 acima de 10 mm). Temos em média 12 a 14 dias chuvosos em cada um dos meses de Novembro a Março, mas só 7-8 em Abril e Outubro, e 0-1 nos de Maio a Agosto.

As trovoadas ocorrem sob média de um dia cada cinco, pois totalizam 73 por ano. Em verdade a taxa do verão é maior, um cada três, dado que de Outubro a Março todos os meses têm de 9 a 11 dias.

Enquanto isso, apenas 0-2 se verificam nos do período Maio a Agosto.

Os nevoeiros são apenas 31 no total do ano, a contagem mensal quase constante de 2-4 dias, não se notando uma preferência acentuada, apenas leve aumento para 3-4 no período Janeiro-Abril. É frequente o orvalho, somando 201 dias, em média 15 1/2 cada mês, salvo em Abril e Maio, com respectivamente 20 e 25 dias.

Palma é assim quente, com máximas elevadas, sobretudo na Primavera, bastante úmida, mas céu raramente coberto, apenas nublado.

Vento acentuado, e chuvas apenas regulares, um dia cada quatro, como vimos, quase sempre com trovoadas. De cada cinco dias um é claro, em média (no Inverno, um cada dois). Há somente 50 dias frescos por ano, de tudo resultando clima apenas pouco melhor que o de Porto Nacional.

TAGUATINGA — 12° 16' — 45° 54' W — 605 m. — Clima Av.

É de 24°3 a temperatura média anual, com extremos de 26°3 (Setembro) e 23°1 (Julho), numa amplitude 3°2. Transcorre de Agosto a Outubro o período mais quente, com 24,7 — 26°3 — 25°6. Desde Novembro as temperaturas se mantêm próximo de 24°, assim persistindo até Maio mas é nítida a ondulação secundária, com mínimo 23°6 em Fevereiro e máximo 24°4 em Abril sob 0°8 de amplitude. Nos períodos Dezembro-Fevereiro e Junho-Julho, os valores ficam abaixo de 24°0, superando 25° em Setembro e Outubro.

A média das máximas, devido à altitude, já é bem menor que nos postos anteriores, pois se limita a 30°9, com extremos 33°6 (Setembro) e 29°6 (Fevereiro), significando uma amplitude anual de 4,0. As máximas, a partir de Fevereiro (29,6) crescem lentamente, com o declínio das chuvas até Maio (30°8), o Inverno, embora seco, trazendo fraca redução para 30°5 (Julho). Mas a volta do Sol, sob escassa nebulosidade, eleva bruscamente os índices para 32°1 (Agosto) e 33°6 (Setembro), só então as fortes chuvas causando decréscimo para 30°3 (Novembro) e 29°8 (Dezembro).

Resumindo: máximas acima de 32° na Primavera (Agosto a Outubro), e abaixo de 30°5 no período Novembro-Março, de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, as observações são duvidosas, pois embora registrem média análoga à de P. Nacional (20°4) com maior valor em Setembro (22°0) e menor Julho (18°8) sua amplitude é

bem inferior, de 3°2, contra 5°8 em P. Nacional.

Assim devem ser postos de parte os valores, para uma análise exclusiva do seu comportamento: permanecem mais elevados na Primavera (Setembro 22°0, Outubro 21°7), declinando com as máximas sob o reforço das chuvas, e se conservando em torno de 20°5 de Dezembro a Abril. Tem início então o decréscimo do Inverno, até 18°8 (Julho), mas só neste mês e no anterior encontramos índices abaixo de 20°, pois Agosto já registra 20°3.

Será assim de 10°4 a amplitude diurna (P. Nacional 13°0, com mínimas mais exatas). No entanto, duvidosos como sejam, não deixaremos de transcrever os valores: acima de 11° no período Junho e Outubro (11°7 em Setembro), e abaixo dos 10° de Novembro a Março 9°1 em Fevereiro).

A máxima absoluta quase alcançou 40° (39°9 em Novembro), e índices acima de 37° podem ocorrer de Agosto a Dezembro, mas nunca ultrapassando 36° de Maio a Julho.

A mínima absoluta observada foi 10°7 (Julho), mas o elemento é precário, como sabemos. Aliás só neste mês e em Junho (14°3) — ocorrem leituras abaixo de 15°. Em todos, contudo, pode o termómetro descer aquém de 17°, temperaturas entre 16° e 17° tendo sido registradas de Agosto a Abril. Resultam por fim 29°2 para a amplitude absoluta (em P. Nacional 33°3).

Todos os dias são quentes (350), apenas 15 frescos ocorrendo, e distribuídos à razão de 1-2 cada mês. A altitude permite no entanto quase 200 noites frescas por ano, dado que as quentes totalizam 163, à razão de 12-15 todos os meses (20 contudo em Setembro e Outubro), mas reduzidas para 8-5 em Junho-Julho, há pois que esperar uma noite fresca em cada duas, salvo no Inverno, quando quase todas o são:

Climas de Goiás

NOITES FRESCAS

Jun.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jl.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
17	16	18	15	19	22	26	18	10	11	15	15	292

Sob este ponto de vista o clima é agradável, portanto. Mesmo os ventos, dada a situação em planalto, têm uma velocidade maior que em P. Nacional, com 1,6 m.p.s. (Média anual), variando de 2,6 (Julho) a 1,0 (Novembro).

Permanecem de Junho a Setembro acima de 2,0 m.p.s. de Novembro a Abril em torno a 1,0. Mas ocorrem apenas 5 ventanias por ano, 1 cada mês, de Novembro a Março.

A umidade, dada a proximidade da área seca B, já se encontra bem mais reduzida que em Porto Nacional, com média anual 65,0%.

Varia aliás de 80,0% (Fevereiro) a 45,6% (Agosto), sob 35% de amplitude. Só em Novembro, a época chuvosa permitirá médias superiores a 70%, e que assim se mantém até Abril. Em Maio já temos 61%, e no Inverno 54% (Junho) 53% — (Julho) e 45,6% — Agosto, com Setembro ainda seco: 47%, e Outubro igualmente 61%.

A nebulosidade se apresenta regular, entre os valores de Palma e P. Nacional, sob média anual 5,8; oscila entre 8,0 (Novembro) e 2,7 (Julho), numa amplitude 5,3. Elevada no período Outubro a Março, acima de 7,0, cai rapidamente em Maio, mantendo-se de Junho a Agosto em torno a 3,0, para subir bruscamente em Outubro.

Há assim um número mais acentuado de dias encobertos que em Palma, mas longe da frequência de P. Nacional. Temos a contagem global de 121, a taxas quase constantes, entre 15-19 de Outubro a Março (19 em Novembro), contra 1-3 de Maio a Agosto (1 em Junho ou Julho), tudo acompanhando os períodos de chuva (no total 107), ou de seca (sob apenas 14 dias encobertos).

Quanto aos dias claros, são 65, e após a escassa contagem do período úmido (1-2 cada mês, de Outubro a Abril), tornam-se mais frequentes, com 12-15 nos meses de In-

verno, Junho e Agosto. Não há porém registros de insolação nesta localidade.

Examinando as precipitações constata-se uma altura anual de 1.681, mm, os vários meses, de Outubro a Abril, tendo acima de 100 mm (Novembro a Março além de 200), sendo mais chuvoso Dezembro (313 mm). O período Maio a Setembro é bastante seco, todo com menos de 15 mm, exceto no último mês, de 36. Mas chove só 5 mm em Julho ou Agosto e 0 em Junho.

Quanto à maior precipitação em 24 horas alcançou 85 mm (Fevereiro), mais que 50 podendo ocorrer em qualquer mês, excluindo o período Maio a Agosto, abaixo daquele nível. Em Junho a maior precipitação diária foi de 3 mm.

Chove 107 dias por ano, sobretudo de Novembro a Março (15-18 dias cada mês), os de transição, Abril e Outubro, tendo 9 dias cada. De Maio a Agosto a frequência mensal se situa em 0-2, o primeiro valor correspondendo a Junho e Julho. Há no total 55 dias com mais de 10 mm.

Nota-se um número regular de trovoadas, 29, quase constante de Outubro a Março, a taxas de 12-13 por mês, com declínio para 0-2 no período Maio a Agosto. O nevoeiro é muito raro, 3 dias no conjunto do ano, todos no Verão.

Quanto ao orvalho, mais frequente, com 104 dias, ocorrendo sobretudo no período quente, à razão de 13-17 dias por mês de Novembro a Abril, mas nunca se formando de Junho a Setembro, justamente a fase mais seca, abaixo de 60%.

Em resumo, Taguatinga é quente, com máximas em média 31°. Na verdade, todos os dias permanecem aquecidos, o que não impede a existência de 200 noites frescas. É de 20° a média das mínimas, com extremas da escala termométrica 40° e 11°. Clima seco, sobretudo no Inverno, e precipitação regular, mas não muito frequente, menos de um dia cada três

sendo chuvoso. Poucas trovoadas, tudo dando uma impressão favorável das condições climáticas, bem melhores que na planície, sobre Palma ou P. Nacional.

GOIÁS — 15° 56'S — 50° 08'W — 520 ms. — Clima Aw.

A antiga capital do Estado foi abandonada em grande parte devido ao seu clima inconveniente. Vejamo-lo em resumo. É de 23° 6' a média anual da temperatura, com valores mensais oscilando de 25° 0' (Setembro) a 21° 3' (Julho), sob portanto 3° 7' de amplitude. A segunda ondação é fraca: mínima 23° 8' (Janeiro), máximo 24° 2' (Abril). O período mais quente, acima de 24°, ocorre na primavera, Setembro a Novembro, estabilizando-se os valores em torno a 24° no Verão e Outono (este mais quente), e declinando para menos de 22° em Junho e Julho, pois Agosto já tem 23° 1'.

Quanto às máximas situam-se na normal de 31° 8', variando de 34° 1' (Setembro) a 30° 0' (Dezembro), com amplitude 4° 1'.

São mais quentes as tardes na Primavera, com Agosto a Outubro acima de 33°, e mais frescas no Verão, em torno a 30°. O valor se eleva no Outono, quando ocorre o máximo secundário (32° 3' — Abril), declinando ao mínimo 31° 4' em Julho. As médias são pois de 32° no Outono e 31° 5' no Inverno; o elemento tendo uma evolução análoga à da média.

Já as mínimas possuem média anual bastante baixa, indicativa do Planalto, com 16,6. Serão mais quentes as madrugadas em Dezembro (18° 3'), e mais frias em Julho (12° 9'), numa amplitude 5° 4'. Na verdade o valor fica praticamente estacionário, entre 17° 9' e 18° 3' de Outubro a Março, pouco se reduzindo em Abril (17° 4'). O declínio ocorre a partir de Maio (15° 0'), com Junho 13° 3', Julho — 12° 9' e Agosto — 14° 2'. Setembro já tem noites mais quentes, sob 17,1.

Existe aliás uma segunda onda, de mínimo Janeiro

(17^o,9), máximo Março (18^o,2).

Vemos desse modo que o Planalto apresenta máximas elevadas mesmo no Inverno, com mínimas baixas. Na Primavera a máxima é mais acentuada, o que ainda não ocorre com a mínima, devido à reduzida nebulosidade. No Verão, pelo contrário, declina a máxima e cresce a mínima, tudo devido à maior cobertura.

A amplitude diurna, de média anual 15^o,2, é assim menor no Verão (11^o,7 em Janeiro), e se mantém de Novembro a Março entre 11^o,7 e 13^o,4.

Mas no Outono sobe rapidamente até o máximo em Agosto (19^o,2), cabendo dizer que no Inverno permanece acima de 18^o, caracterizando a continentalidade da região.

Foi registrada a máxima absoluta de 40^o,0 (Outubro), e valores acima de 38^o podem ocorrer desde Agosto até Abril, no período Maio a Julho o elemento nunca ultrapassando 36^o. Quanto à mínima absoluta desceu a 4^o,9 (Julho), valores abaixo de 10^o podendo se registrar desde Abril até Outubro, ou menores que 6^o nos meses de Inverno.

De Novembro a Março porém, a mínima é sempre superior a 11^o.

Do conjunto resultou 35^o,1 para a amplitude absoluta.

Há cerca de 50 dias frescos, a taxas mensais variáveis, de 3 nos meses da Primavera, a 5 nos do Verão, pois os dias quentes somam 315 por ano. Quanto às noites apenas 54 se apresentam quentes, com 311 frescas, portanto. Todas são aliás no período Maio a Agosto, e em média 25 a 22 nos meses restantes, o número das noites quentes (0 no Inverno) variando de 4 (Abril) a 9 (Dezembro).

Os ventos permanecem muito fracos, sob média anual 0,8 m.p.s., sempre abaixo de 1,0 de Outubro a Abril, e acima de Maio a Agosto, com mínimo de 0,4 (Novembro) e máximo 1,3 (Julho). A região é assim desfavorecida quanto à circulação, nenhuma ventania ocorrendo normalmente. A umidade acentuada, sob média 77,3%,

tem máximo em Dezembro-85,3% e mínimo Agosto — 65,0%; permanece de Novembro a Abril acima de 80%, mas abaixo dos 70% de Julho a Setembro, numa amplitude anual de 20%.

É esta ainda que explica a nebulosidade apenas regular (5,9), de extremos 8,3 — Dezembro e 3,2 — Julho, com amplitude elevada, de 5,1. Na verdade permanece quase encoberto o céu de Novembro a Março, acima de 7,5 em média, com Dezembro e Janeiro superando 8,0. Mas em Maio e Setembro temos apenas 4,2 e 4,6, mas durante o Inverno a fraca cobertura de 3,2.

A contagem anual dos dias encobertos atinge assim 127, com frequências mensais 17 a 21 de Novembro a Março, mas abaixo de 5 desde Maio até Agosto (1 em Junho). No período citado, o total apenas atinge 8 dias. Já os dias claros se concentram no Inverno, com 11-12 — cada mês, e apenas 7-8 em Maio ou Setembro, e mesmo o de Dezembro a Março. O total do ano é unicamente de 56.

A insolação, forte em Goiás, dado que totaliza 2 406 horas, registra em Agosto 270, e em Dezembro 132 horas.

Todos os meses, de Abril a Agosto, têm mais que 200, e Dezembro a Fevereiro menos que 150 horas.

Tal variação se deve à época das chuvas, este elemento somando 1.785 mm/ano, com extremas em Janeiro (332) e Julho (apenas 2 mm). Os meses de Novembro a Março superam 200 mm (Dezembro a Janeiro mais que 300), enquanto os de Maio a Agosto registram abaixo de 20 mm (Junho e Julho) 4 e 2, respectivamente).

Foi porém muito elevada a maior precipitação recolhida em 24 horas (377 mm em Março), com valores acima de 100 de Janeiro a Abril, mas abaixo daquele índice nos demais meses.

Os dias de chuva somam 114, com frequências 17-18 nos meses de Dezembro a Março, e 0-1 nos do Inverno, Junho a Agosto. O total de Abril a Setembro se reduz a 18 dias, valor idêntico ao de

Janairo. Cerca de metade das observações (60 dias) corresponde a mais de 10 mm em 24 horas.

A trovada, por outro lado é rara, apenas 42 ocorrências por ano, em média 4-6 nos vários meses de Setembro a Março, só 1 nos de Maio a Agosto (0 em Julho). Não há registros de nevoeiros (2 dias por ano, ambos no Verão), ou mesmo de orvalho, com apenas 5 dias, todos no Verão.

Diremos assim que Goiás possui um clima quente de dia mas fresco à noite, chuvoso e úmido, nublado, com máximas e mínimas acentuadas (40^o e 5^o).

Insolação forte e ventos fracos tornam as condições desagradáveis à tarde. Quanto à chuva não é muito frequente, e as trovoadas raras. A experiência dos habitantes não recomendou o clima, tendo sido a cidade abandonada como capital.

(Continua)

CENTRAL DE INSEMINAÇÃO

Ainda no 1.^o semestre deste ano, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio entregará aos pecuaristas do Norte fluminense a 1.^a Central de Inseminação Artificial do Estado do Rio, estando as obras de construção em fase adiantada. A Central n.^o 1 está sendo construída no município de Cordelro.

Esse órgão, segundo o Secretário de Agricultura, Sr. Edmundo Campelo, permitirá a melhoria dos rebanhos bovinos do Estado do Rio, de modo rápido e econômico, em razão do alto preço de um reprodutor importado.

A Secretaria de Agricultura oferecerá, por outro lado, ampla assistência técnica aos criadores que se interessarem em aplicar a inseminação artificial, visando com isso ao melhor aproveitamento do sêmen utilizado. A Secretaria de Agricultura já dispõe de reprodutores selecionados para a produção do sêmen, mas já cogita da importação de outras espécies, particularmente da Dinamarca.

CULTURA DO CAQUI

(*Diospyros Kaki L.*)

Eng. Agron. Almirante Gonçalves de Castro — Chefe do Serviço de Horticultura do Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara.

Embora a cultura do caqui seja antiga no Estado, serão relativamente pouco numerosos os pomares existentes. Localizam-se quase todos nas encostas das Serras do Viegas e Bangu, sendo a variedade cultivada, conhecida pelo nome de "Estrêla". Aliás, esta variedade nada mais é do que a "Roma Forte", muito cultivada no Estado de São Paulo. Esporadicamente, são encontradas em todo o Estado árvores da variedade "Calpira", utilizada no Estado de São Paulo como porta-enxerto. As introduções realizadas pelo Serviço de Horticultura da variedade de "Taubaté" foram coroadas de êxito, podendo assim ser recomendada a sua cultura.

Propagação — No Estado da Guanabara a propagação do caqui é realizada por rebentos de raízes. O ideal é a muda enxertada. De qualquer forma o transplante se realiza no período de pausa vegetativa observado com a queda de tôdas as folhas nos meses de julho e agosto.

Solos — O caqui vegeta admiravelmente bem nas encostas de nossas serras, de solos profundos.

Espaçamento — Nos terrenos de média fertilidade o espaçamento mais indicado é o de 6 x 6 m; nos solos pobres, 5 x 5 m é o ideal. Tendo em vista que o cultivo se realiza em terrenos inclinados, é indispensável o plantio em nível ou em terraços.

Coveamento — Pelo menos um mês antes do plantio das mudas se fará a abertura das covas, cujas dimensões ideais serão de 60 x 60 x 60 cm, incorporando-se à seguinte adubação:

Estêreo de galinha bem curtido 20 kg
Farinha de ossos 800 g
Sulfato de amônio ... 150 g
Cloreto de Potássio .. 50 g

Os adubos deverão ser perfeitamente misturados entre si, e, em seguida, com a terra das camadas superficiais da cova, utiliza-se esta mistura para enchê-la novamente. A época de plantio para as mudas de raiz nua (enxertos ou rebentos de raiz), vai de julho a agosto.

No plantio, cuidados especiais deverão ser tomados para que a muda fique cerca de 5 cm mais elevada em relação ao nível do solo, e tenha suas raízes bem distribuídas na cova. É indispensável a rega da muda duas vezes por semana quando não chove. A cobertura do solo da cova com palha ou capim é interessante a fim de evitar a rápida evaporação e, conseqüentemente, o ressecamento da terra.

Tratos culturais — O solo deve ser mantido suficientemente livre do mato, mediante carpas superficiais. As carpas profundas atingem as raízes, provocando uma imediata brotação da zona traumatizada.

A adubação é feita, preferivelmente no início das águas, com 200 gramas da fórmula 10-5-20, podendo ser repetida em janeiro, quando a árvore se apresenta bem carregada.

Poda — Iniciada a brotação da muda, torna-se necessário, desde cedo, cuidar da planta, de maneira a deixá-la com um tronco único e 3 pernanditas inseridas entre 50 e 80 cm do chão. Para

tanto, executam-se tantas desbrotas quantas necessárias, durante o período de vegetação. No fim do primeiro ano, em julho, os 3 ramos principais são podados a um terço ou a metade do seu comprimento, deixando-se depois crescer em cada um deles, dois ou três ramos secundários. Estes são por sua vez podados, estimulando-se, assim, a formação dos ramos terelários. O importante é constituir um esqueleto básico de ramos, dando à copa a forma de vaso medianamente aberto e tornando-a capaz de sustentar cargas pesadas.

A poda de frutificação, que é executada, anualmente, no inverno, deve-se limitar apenas a uma limpeza geral dos ramos secos, decrépitos, doentes, entrelaçados, e ladrões, de maneira a se manter o interior da copa sempre bem arejado.

Colheita e destanização — A colheita na Guanabara começa em março indo até maio. Os frutos devem ser cuidadosamente colhidos com tesoura de poda, quando mostram coloração amarello-avermelhada. As primeiras produções se verificam a partir do 2.º ano.

Para se proceder à destanização de pequenos lotes de caquis tendinosos, para o consumo local, como é o caso da Guanabara, é suficiente aplicar sobre o cálice 2 cc de vinagre não pasteurizado, deixando-os armazenados sobre tabuleiros de madeira, em local quente, durante 2 a 8 dias.

As melhores variedades chegam a produzir ceno calças grandes de caquis por planta.

Boletim Técnico n.º 1

Notícias e Informações

CONVENIO ASSINADO

O Ministro Ivo Arzua assinou Convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura e o Fundo Federal Agropecuário para incremento do ensino agrícola médio. Esse Convênio é a continuação de outros anteriores, assinados em diferentes gestões do Ministério da Agricultura e se desenvolvem na Escola de Horticultura Wenceslao Belo, mantida há longos anos na Guanabara por aquelas entidades.

EXPOSIÇÕES AGROPECUARIAS EM MINAS, ESTADO DO RIO E ESPIRITO SANTO

Em Minas Gerais, o calendário para 1969 é o seguinte:

Mato:

3 a 10 — Uberaba (XXXIV Exposição Agropecuária) — (XI Exposição Nacional de Zebu)

16 a 24 — Patos de Minas (V Exposição Agropecuária) — (XI Festa Nacional do Milho)

25 a 28 — Volta Grande (I Concurso Leiteiro)

25 a 1/6 — Curvelo (XIX Exposição Agropecuária) — (I Exposição Estadual de Zebu)

25 a 1/6 — Barbacena (II Exposição Agropecuária)

31 a 7/6 — Juiz de Fora (XI Exposição de Gado Holandês)

Junho:

1 a 5 — Divinópolis (I Exposição Agropecuária)

8 a 15 — Belo Horizonte (IV Exposição Estadual Agropecuária)

13 a 16 — Capitão Enéas (II Feira de Gado)

17 a 20 — Coração de Jesus (II Exposição Agropecuária)

18 a 22 — Laginha (II Exposição Agropecuária)

25 a 29 — Governador Valadares (II Exposição Agropecuária)

29 a 6/7 — Leopoldina (XXXIII Exposição Agropecuária)

Julho:

2 a 6 — Sete Lagoas (IX Exposição Agropecuária)

6 a 9 — Heliadora (IV Semana Ruralista)

6 a 12 — Itajubá (III Exposição Agropecuária)

12 a 16 — Dolores do Indalá (V Exposição Agropecuária)

16 a 20 — Luz (III Exposição Agropecuária)

20 a 22 — Pirapora (IV Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Monte Carmelo (III Exposição Agropecuária)

20 a 27 — Carangola (XXII Exposição Agropecuária)

23 a 30 — Guaxupé (IV Exposição Agropecuária)

24 a 27 — Morada Nova de Minas (XI Exposição Agropecuária)

27 a 31 — Pitangui (III Exposição Agropecuária)

Agosto:

3 a 10 — Ponte Nova (XIV Exposição Agropecuária)

3 a 10 — Pouso Alegre (VIII Exposição Agropecuária)

6 a 10 — Lagoa da Prata (I Exposição Agropecuária)

6 a 10 — Conselheiro Pena (II Exposição Agropecuária)

13 a 17 — Bom Despacho (II Exposição Agropecuária)

13 a 17 — Bambui (I.ª Exposição Agropecuária)

19 a 24 — Itanhandu (II Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Januária (II Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Pedro Leopoldo (VI Exposição Agropecuária)

20 a 26 — Arcos (I Exposição Agropecuária)

27 a 30 — Itapeverica (I Exposição Agropecuária)

31 a 7/9 — Muriaé (XXIII Exposição Agropecuária)

Setembro:

3 a 7 — Unai (IX Exposição Agropecuária)

3 a 7 — Formiga (IX Exposição Agropecuária)

7 a 10 — Janaúba (I Exposição Agropecuária)

7 a 14 — Caxambu (XXI Exposição Agropecuária) — (IX Exposição Estadual de Gado Holandês)

10 a 15 — Itagumra (II Exposição Agropecuária)

11 a 14 — Francisco Sá (I Exposição Agropecuária)

11 a 14 — Francisco Sá (I Exposição Agropecuária)

17 a 21 — Almorés (III Exposição Agropecuária)

18 a 21 — Portelrânia (I Exposição Agropecuária)

21 a 28 — Três Corações (IV Exposição Agropecuária)

24 a 28 — Passos — (XII Exposição Agropecuária)

Outubro:

1 a 5 — Nanaque (I Exposição Agropecuária)

8 a 12 — Contagem (IV Exposição Agropecuária)

12 a 18 — Alfenas (XIII Exposição Agropecuária)

Boa Esperança (Aniversário da Cidade) — Ainda sem data definitiva.

No Estado do Rio: Miracema (3 a 7 de maio); Itaperuna (10 a 14 de maio), com o VIII Concurso Leiteiro; Itaboraí (22 a 25 de junho); Paraíba do Sul (25 a 29 de junho); Cordelro (13 a 17 de julho); juntamente com a II Exposição Estadual; Barra do Piraí (26 a 30 de julho); Bom Jesus do Itabapoana (13, 14 e 15 de agosto); Campos (20 a 23 de agosto); Casimiro de Abreu (14 e 15 de setembro), com a Festa da Banana; Resende (28-9 a 1-10); Carmo (9 a 13 de outubro), com Concurso Leiteiro. Ainda com datas marcadas estão as Exposições de Itaocara, Cachoeiras de Macacu, São Fidélis e a Festa da Laranja, em Itaboraí. Haverá, também, entre os dias 19 a 20 de junho, o Concurso Leiteiro de Macuco.

No Espírito Santo: Vitória — de 24 de maio a 1 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Muqui — de 22 a 25 de junho; Cachoeiro — de 24 a 29 de junho; Mimoso — de 10 a 13 de julho; Afonso Cláudio — de 27 a 31 de julho; São Mateus — de 17 a 22 de setembro; Guaçuí — de 25 a 29 de setembro; Iúna — no mês de outubro, em data a ser marcada.

A Divisão de Promoção e Produção está comunicando aos criadores no sentido de preparar os animais e que os funcionários já estão recebendo as inscrições.

DISTRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRA

Começaram a ser distribuídos aos lavradores do Estado

do Rio os primeiros 700 títulos definitivos de propriedade de lotes rurais, que serão entregues pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Os títulos foram distribuídos pelo ministro Ivo Arzua, da Agricultura, durante solenidade realizada no Núcleo Colonial de São Bento, em Caxias, dentro da programação comemorativa do segundo aniversário do atual governo e do quinto do movimento de março de 1964.

Segundo o ministro, a entrega dos títulos "representa a materialização dos ideais revolucionários de março de 1964, estabelecidos no Estatuto da Terra, e a decisão do governo Costa e Silva de promover a justiça social através da utilização da terra como instrumento de trabalho em benefício do soerguimento econômico e social do homem do campo".

BNB EM ALAGOAS

As aplicações em Alagoas do Banco do Nordeste do Brasil atingirão NCr\$ 54 milhões e US\$ 1.500.000, sendo NCr\$ 33.400.000,00 e US\$ 1.500.000 em Maceió; NCr\$ 8.400.000,00 em Arapiraca, NCr\$ 4.200.000,00 em Batalha; NCr\$ 5.200.000,00 em Mata Grande e NCr\$ 3.000.000,00 em Penedo.

PESTE NO CEARÁ

Notícias do interior do Ceará informam que os rebanhos daquele Estado estão sendo dizimados por uma peste não identificada e que pode alastrar-se aos Estados vizinhos. Segundo essas notícias, somente numa fazenda morreram duas mil reses. A peste teria começado no município de Jerumem, espalhando-se depois até Floriano, Picós e Pastos Bons, todos no Ceará. A doença ataca preferencialmente animais acima de dois anos, e, quanto mais gordos, mais ameaçados.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM SETE LAGOAS

Durante sua última visita a Minas Gerais, o Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que se fazia acompanhar de destacadas autoridades de seu Ministério e do Estado, inaugurou a Usina de Beneficiamento de Sementes do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro Oeste, localizada em Sete Lagoas, e destinada a produzir sementes melhoradas de arroz, milho, feijão, girassol, trigo, soja e sorgo, para distribuição aos agricultores dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

CONSTRUÇÃO DE TRÊS CENTRAIS AGRÍCOLAS

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC — recebeu do Banco Central NCr\$ 2,7 milhões, para a construção de três Centrais de Serviços Agrícolas, integrantes do Programa Mogiana de Desenvolvimento, visando a elevar o grau de tecnologia e de produtividade da agropecuária na área de ação da Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana.

O programa, que utilizará US\$ 56 milhões, está dividido em três projetos, o primeiro destinado à instalação de 20 centrais de serviços agrícolas com financiamento da USAID, Banco Central e recursos próprios, o segundo a ser aplicado em crédito orientado para pequenos e médios agricultores com financiamento do BID e o terceiro destinado à prestação de assistência técnica através da FAO.

CRÉDITO RURAL

O V Seminário de Bancos e Instituições de Assistência Técnica à Agricultura, realizado recentemente em Caxambu, sob o patrocínio do Banco Central do Brasil, com a participação de 46 estabelecimentos bancários e numerosas entidades assistenciais, particulares e ofi-

ciais, apresenta um saldo positivo para o aprimoramento das atividades agropecuárias no país. Aprovaram os participantes do certame o princípio fundamental de que o crédito agrícola deve ser conjugado à prestação de assistência técnica ao nível do agricultor. Chegou-se ainda a uma forma prática para promover a articulação de crédito rural com a assistência técnica, de modo adequado e a custos equitativos. Diante da notória escassez dos serviços oficiais de extensão e do pleno reconhecimento da necessidade de melhoria da produtividade agrícola, três alternativas foram aprovadas em Caxambu: ampliação dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural, para que dê-lhes se pudessem valer as redes bancárias oficial e privada; organização, pelos próprios bancos, de seus serviços de assistência técnica; utilização, pela rede bancária, de serviços técnicos privados.

ESTIMATIVA DE SAFRAS BOAS SAFRAS

A estimativa dos técnicos do Governo é a de que será, quando menos razoável, para os mais moderados, a safra agrícola deste ano na região Centro-Sul do país. A safra está praticamente assegurada, não dependendo mais de chuvas para sua colheita. Prevêem os técnicos, com base nas estimativas de safras, que o desenvolvimento agrícola do país este ano deverá ser em torno dos seis por cento, quando no ano passado ele não passou de 3,9%.

NOVA MODALIDADE DE CRÉDITO

Financiamento de Oportunidade Econômica é a nova modalidade de crédito rural que o Banco Regional de Brasília acaba de estabelecer, visando ao atendimento de mutuários de baixo rendimento, incapazes de conseguir empréstimos em outros Bancos, por não oferecerem na garantias por eles exigidas.

Apoiado em convênios que mantém com a Secretaria de

Agricultura da PDF e com a Associação de Crédito e Assistência Rural do DF, o BRB está oferecendo empréstimos aos agricultores e pecuaristas de sua área de ação, dando-lhes assistência permanente de técnicos, para uma melhor planejamento de suas atividades.

De acordo com o seu programa de ação, o BRB dedica-se, no âmbito do Distrito Federal, ao fínanciamento das operações da pecuária, tanto no que se refere ao custeio, como aos investimentos do setor. Tomando por base o teto de vinte mil cruzelos novos por pessoa ou empresa, o estabelecimento financia as operações relativas à aquisição de rações, sal, arame farpado, medicamentos veterinários, formação ou melhoramentos de pastagens, formação de capineiras, construção de silos e estábulos; aquisição de máquinas e equipamentos de longa duração; obras de irrigação e adubagem; aquisição de gado leiteiro; custeio da mão-de-obra; adubação verde mediante plantio de leguminosas; conservação do solo e aquisição de gado para recria.

TAXAS

As taxas de juros cobradas pelo BRB nas operações relativas à horticultura e aquisição de pequenos animais são calculadas na base de 12% ao ano, com um acréscimo de 1% correspondente à taxa de fiscalização do Funagri-Funfertl. Também de 12% são os juros referentes às operações de financiamento da pecuária de leite, engorda, confinamento e recria de animais. Neste caso, porém, a taxa de fiscalização é de 6% destinados ao Fundepe. Quando do financiamento de máquinas agrícolas em geral, implementos, tratores, material para irrigação, máquinas para instalação, ampliação e modernização de agro-indústrias, os juros são de 12% ao ano, acrescidos de taxa de igual valor exigida pelo Fname.

EXPORTAÇÃO DE CARNE

O Ministro Ivo Arzuza informou que a exportação de carne bovina quase duplicou em relação a 1966, e triplicou em confronto com o volume exportado em 1967, quando houve uma queda sensível de vendas ao exterior. Em 1968 foram exportadas cerca de 65 mil toneladas, para 33 mil em 1966 e 19.378 em 1967.

Quanto ao pinho serrado — friso o Ministro Arzuza — se considerarmos o volume exportado, acusou incremento de 27% em relação a 1967, porém o volume de divisas produzidas com a exportação atingiu em 1968 cerca de 41% a mais que no ano anterior.

Também a exportação de peixes frescos, frigoríficos ou congelados, passou de 1.663 toneladas para 2.884 toneladas em 1968 representando um acréscimo de 63,6% no valor em dólares, que foi de US\$ 732 mil em 1967 e US\$ 1.197.890 em 1968.

Outro resultado favorável foi obtido, segundo o Ministro Ivo Arzuza, no aumento das exportações de camarão e lagosta, que juntos superaram em 103% a receita em dólares obtida em 1967, a qual passou de US\$ 3.620 mil para US\$ 7.367.980,00, no ano passado.

ICM MENOR PARA O CHARQUE

O presidente do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, general Gastão Pereira dos Santos, informou que espera obter a redução no ICM para a exportação do charque, dentro do território nacional. Diz o presidente do Instituto que talvez a própria secretaria da Fazenda esteja fazendo um estudo neste sentido, devido à importância econômica da exportação do charque, para a economia do Rio Grande. Disse também que a safra de charque desse ano já está quase totalmente colocada. E falando sobre a venda de carne gôchica para o Rio de Janeiro, o general Gastão Pereira dos Santos explicou que ainda não está bem claro sobre a quem caberá pagar o tribu-

A LAVOURA

lo reduzido de 6,5%, se a SUNAB ou os Irigoríficos. Se ele for pago pelos Irigoríficos, os fazendeiros é que arcarão com a despesa. Mas, se for a SUNAB, isso não acontecerá e o Estado terá vantagens, pelo volume de vendas e a conquista do mercado nacional.

SAFRA CAFEIEIRA 69/70

Começam a surgir as especulações em torno da safra cafeeira 1969/70. Um fato ao mesmo tempo curioso e alarmante é que estudos realizados por um grupo de trabalho designado pela Comissão Consultiva do Instituto Brasileiro do Café revelam que as necessidades anuais médias de café do Brasil são da ordem de 26 milhões de sacas, contra possibilidades médias de produção de 22 milhões de sacas, apenas.

Os 26 milhões de sacas necessárias se destinam à cobertura da cota do Brasil no abastecimento do mercado Internacional — cêrea de 19 milhões — à demanda interna — mais ou menos 6 milhões — e mais um milhão para atender ao incremento vegetativo do consumo no plano interno e externo. No entanto, para o IBC, as possibilidades de produção no momento são as seguintes: Paraná, 12 milhões de sacas; São Paulo, 6 milhões; Minas Gerais 2 milhões; e outros Estados produtores (entre eles o Espírito Santo), 2 milhões.

A Secretaria de Agricultura de São Paulo informou que a safra paulista dificilmente ultrapassará 5,6 milhões de sacas. Notícias chegadas do Paraná, ainda que não confirmadas oficialmente, dizem que o Estado não produzirá mais de 9/10 milhões de sacas. Assim, verifica-se que há uma expectativa de déficit a médio prazo e que é bastante provável que tenhamos de utilizar, depois de muito tempo, os estoques oficiais, destinados hoje em mais ou menos 54 milhões de sacas ainda aproveitáveis.

ALGODÃO ARBÓREO

Foi liberada pela Sudene a primeira parcela do convênio

assinado com o Governo do Rio Grande do Norte, cuja execução será feita pela Ancar-RN, para instalação de 651 hectares de algodão arbóreo nos municípios de Cruzeta, Florânia, Parelhas, Jardim do Seridó, Aeari e Currals Novos.

Serão feitos também ensaios de adubação química e orgânica — estes últimos com torta de mamona — assistidos pela Secretaria de Agricultura, nos municípios de Florânia, Currals Novos, Aeari e São Vicente, sendo selecionados 20 campos de primeiro ano e igual número para campos de dois anos.

O agrônomo João Batista Gurgel foi indicado pelo Governo do Estado para ser executor do convênio, que contará com uma verba de NCr\$ 20.200 mil, na quota estipulada como primeira parcela. O total do convênio soma NCr\$ 57.200 mil.

Ainda este ano, serão instalados em Aeari, Currals Novos e Jardim do Seridó, 100 hectares de campos básicos para plantio de sementes puras, vindas do município de Cruzeta, onde o Ipeane mantém uma estação experimental e que servirão para campos de multiplicação a serem instalados a partir do próximo ano.

DENÚNCIA A SUDENE

Em documento que entregaram à Sudene, os empresários de projetos agropecuários da Paraíba denunciaram uma autêntica extorsão no mercado da captação dos recursos das deduções do Imposto de Renda, para investimentos em seus empreendimentos.

Os empresários paraibanos sugerem à Sudene "encontrar o meio viável de, compulsoriamente, aplicar esses recursos no setor agropastoril". Consideram que a adoção dessa medida "daria um sentido frutífero aos enormes gastos efetuados na elaboração dos projetos e, do outro lado, justificaria o elevado custeio dos departamentos encarregados e responsáveis pelas soluções à problemática da atividade agrícola nordestina".

Afirma o documento, assinado por doze empresários:

A vertente exposição incorpora a um só tempo, uma de nível aos entraves que estão comprometendo o êxito da programação desse organismo no setor agropecuário, como ainda um apelo ao vosso reconhecido descortino da problemática sócio-econômica de nossa região.

MAIS CRÉDITO PARA O CAMPO EM SÃO PAULO

O presidente do Banco do Estado de São Paulo, Sr. Lello de Toledo Piza, divulgou os planos do órgão para financiamento da comercialização da safra agrícola de São Paulo e Estados vizinhos. Incluindo, no Rio Grande do Sul, a carne e a lã.

Já foram expedidas instruções às agências do banco, que de acordo com o orientação do Governador Abreu Sodré, estão autorizadas a operar à taxa de 16%, incluindo juros e comissões, pelo prazo de 120 dias.

CENTRO DE TELECOMUNICAÇÕES QUE AJUDARÁ A PREVER O TEMPO

O Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, inaugurou a Estação de Telecomunicações de Niterói, construída pelo Escritório de Meteorologia para transmissão de mensagens meteorológicas.

Em seu discurso, o Sr. Ivo Arzua ressaltou a importância da meteorologia para a agricultura e as vantagens que a estação inaugurada trará para o país. Revelou ainda que serão inauguradas até junho as Estações de Telecomunicações do Recife, Belém e Culabá. Estas estações fazem parte do plano do Governo federal para dinamizar as transmissões de mensagens sobre condições meteorológicas no país.

AGRICULTORES SE UNEM POR ELETRICIDADE

A primeira Cooperativa Central de Eletrificação Rural do país foi constituída em Brasília, para unir agricultores e criadores numa maior utilização de eletricidade em seus trabalhos. A Cooperativa Central contratará com empresas concessionárias a compra de quotas de energia

elétrica em baixa ou alta tensão; transmissão, distribuição e venda da energia a tarifas acessíveis; construção, manutenção e exploração de linhas de transmissão e redes de distribuição; além de empréstimos para atingir suas finalidades ou para suas filiais comprarem aparelhos de baixa tensão.

ABOLIÇÃO DO ICM NO EST. DO RIO

Desde o mês de abril, não está sendo mais cobrado ICM na primeira transação, efetuada na fonte, para produtos agropecuários "in natura". Isto foi o que constou de um decreto lei assinado pelo governador fluminense e publicado no Diário Oficial. Responsável pela iniciativa é o secretário Edmundo Campelo Costa, da Agricultura. A extinção do ICM para produtos rurais virá inclusive baratear o custo de certos alimentos obrigatórios na mesa fluminense, tais como o arroz, o feijão, a farinha, os grãos em geral e os hortigranjeiros.

AGROPECUÁRIA NO CEARÁ

A agropecuária no Ceará será ainda este ano beneficiada com o programa de empréstimos do Banco do Estado e da Secretaria da Agricultura aos pequenos e médios plantadores e criadores. Os financiamentos atingem um total de NCr\$ 60.905 milhões, que vão ser aplicados, preferencialmente, aos 60 municípios que não receberam esses incentivos, no ano passado. Os principais setores serão a melhoria de plantéis de corte e de leite, suinocultura, pesca e avicultura. No setor agrícola, receberão prioridade os pequenos e médios cultivadores de algodão, caju, banana e verduras.

POLÍTICA ALGODOEIRA

Os técnicos do setor econômico financeiro começaram a se reunir procurando elaborar um plano de comercialização externa da safra de algodão deste ano, que é uma das maiores dos últimos tem-

pos. O Governo viu se compelido a proceder a esses estudos, em face do comportamento dos exportadores que tendem a baixar os preços do algodão no mercado internacional, com o que a receita de divisas sofrerá uma queda, ao mesmo tempo em que sobre os produtores recairão grandes prejuízos. É que, pressionado pelo exportador, o produtor é compelido a vender algodão a preços mais baratos.

PRODUÇÃO DE CAFÉ PARANAENSE

A safra cafeeira do Paraná para este ano não deverá ultrapassar os nove ou 10 milhões de sacas. As previsões feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado indicam, porém, que a sua qualidade poderá ser considerada ótima. De qualquer forma, o que parece certo é que o Instituto Brasileiro do Café terá que lançar mão dos estoques governamentais para poder cumprir seus compromissos na cota de exportação prevista pelo Acordo Internacional, que é de mais ou menos 14 milhões de sacas no ano Convênio 1969/70.

PESQUISAS DA SUDENE

A Sudene conforme já foi anunciado, deverá ampliar consideravelmente este ano o seu programa de pesquisas, valendo, ressaltar um importante trabalho que desenvolverá na região de Pacajus, sobre o cajueiro, que é a principal fonte de recursos naturais daquela zona.

Aquela autarquia, através de seus técnicos, pretende elaborar com relação à cajucultura os seguintes estudos: controle da autrocnose, influência da urteração NP no desenvolvimento do cajueiro, possibilidades de retardamento da deterioração do hipocarpo do caju, ensaio sobre a filtração do suco para emprêgo na fabricação da cajulina e introdução no estudo morfológico de matrizes.

PRODUÇÃO DE LEITE

A produção de leite no País, este ano, deverá ultrapassar a casa dos 8,5 bilhões

de litros, conforme a estimativa de técnicos do Ministério da Agricultura, tendo em vista que o crescimento do produto nos últimos anos vem apresentando uma média de 20 por cento.

PRODUÇÃO DE TRIGO

A produção de trigo do Rio Grande do Sul representou, no ano passado, 74% de toda a colheita da região Centro-Sul, com um total de .. 642.500 toneladas, para ... 861.772 toneladas colhidas nos três Estados produtores, incluindo Paraná e Santa Catarina.

Os dados estão contidos em relatório elaborado por técnicos do Ministério da Agricultura, após proceder ao levantamento estatístico das últimas colheitas.

AUMENTO DA CULTURA DE ALGODÃO

O aumento de 130% na produção algodoeira de Minas Gerais, e de 12% na de arroz, a segunda em volume da região centro-sul, foram os principais resultados obtidos nas colheitas do ano passado, segundo revelam dados levantados pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura.

O levantamento mostra ter havido em 1968 redução de 11% no volume de produção de batata inglesa, resultante em parte da menor área cultivada, que baixou de 10 mil hectares em 1967, para 9.300 ano passado enquanto o índice de rendimento também baixou de 10.300 para 9.900 quilos por hectare.

TAMBÉM O ARROZ

A colheita de algodão mineiro passou de 84 mil toneladas em 1967 para 193.600 toneladas ano passado, ou seja, mais 130% em relação àquele primeiro ano. A área plantada, que em 1967 foi de 188 mil hectares, atingiu 243 mil hectares em 1968, representando um incremento de 29%. Os índices de rendimento por hectare subiram 74%, passando de 447 para 796 quilos.

A safra de arroz, a segunda em volume (apenas supe-

rada pela de Goiás), atingiu 1.099.500 toneladas, contra 905.500 em 1967, representando incremento de 12%. A área plantada passou de ... 748.900 hectares para 912.500 hectares, superior em 22% à do ano anterior.

CRESCE POUCA A AGRICULTURA PAULISTA

"O governo está preocupado com a agricultura, uma vez que o crescimento da produção bruta paulista em 1968 foi de 8% em relação ao ano de 67, mas nesse crescimento a agricultura não teve participação", declarou o secretário da Agricultura, sr. Antonio Rodrigues Filho, ao presidir em Rio Preto o lançamento oficial do Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — PRATA.

ISENÇÃO PARA OS REBANHOS

A importação de animais reprodutores "exclusivamente para a melhoria dos rebanhos" está isenta de imposto, de acordo com a regulamentação do Decreto-lei n.º 37 (18 de novembro de 1966) assinada pelo Presidente da República, estendendo, também, este benefício à compra no mercado internacional de sementes e espécies vegetais.

No documento, fica o Conselho de Política Aduaneira autorizado, desde que por solicitação do Ministério da Agricultura, a suspender a isenção, na hipótese de ficar comprovado que a importação esteja prejudicando a produção nacional.

INCENTIVOS DA SUDENE

Desde 1966, até hoje, a SUDENE aprovou 161 projetos agropecuários, com investimentos globais da ordem de NCr\$ 261,6 milhões, dos quais NCr\$ 182,3 milhões provenientes dos incentivos fiscais dos artigos 34/18 dos planos diretores da autarquia.

Dos Estados nordestinos, o que mais recebeu incentivos agrícolas foi o da Bahia, com 24, seguido por Minas Gerais, com 14. Os projetos dos demais Estados estão assim distribuídos: Maranhão, 2; Ceará, 9; Rio Grande do Norte,

1; Paraíba, 8; Pernambuco, 7; Alagoas, 1 e Sergipe, 1.

PESQUISA BRASILEIRA

A revista "Foreign Agriculture", do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dedicou duas páginas inteiras ao progresso da agricultura no Brasil. Declara que a industrialização brasileira nesse particular avançou enormemente durante o período da Revolução. E assim, escreve, "em pouco tempo o Brasil se tornou um dos grandes exportadores mundiais de suco de laranja, triplicando a exportação entre 1963 e 1967". Com isso, "lucrou o País 6,7 milhões de dólares, exportando principalmente para a Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Holanda e França". Trecho significativo: "O suco de laranja é hoje um dos mais fortes itens da exportação brasileira de alimentos, excedida apenas pelo café solúvel, manteiga de cacau e carne".

CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira, vista de maneira global, teve um crescimento real de 7 por cento em 1968, acompanhando, por conseguinte, a recuperação do nível de atividade que se estendeu por três trimestres de 1967, em resposta às medidas de política econômica implementadas por uma boa safra agrícola.

Esta conclusão é de um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda, em estudo concluído recentemente, e que aponta o setor industrial como tendo utilizado plenamente a sua capacidade, na maioria dos ramos, exigindo investimentos para a continuação de sua expansão.

CAMPEÕES DA IRRIGAÇÃO

Irrigação é uma prática destinada a prover o solo de água necessária no melhor crescimento das plantas. Além disso, protege as colheitas em certos períodos de muita seca, refresca o ambiente, diminui os adubos no solo e ajuda a controlar certos inimigos das plantas.

Esta prática está tão difundida que calcula-se que atualmente existam 162 milhões de hectares irrigados em todo o mundo. Os cinco países de maiores áreas irrigadas são: China 55 milhões de hectares; Índia — 25 milhões (só estes dois já somam a metade da área mundial irrigada); Estados Unidos da América — 14 milhões; Paquistão — 12 milhões; e URSS — 6,5 milhões.

GADO HOLANDES

Um avião da empresa argentina "Entre Rios" trouxe dos Estados Unidos 21 novilhas de raça holandesa, adquiridas pelo proprietário da Granja São Martinho, de Campinas, que pagou de frete a importância de 11 mil dólares, ou mais de 40 mil cruzeiros novos. A idade das novilhas, que já se encontram na granja, varia de 24 a 26 meses e os animais se destinam à reprodução.

AGRÔNOMOS ESTRANGEIROS EM CAMPINAS

Vinte agrônomos da República de Formosa, China, visitaram o Instituto Agrônomo da Secretaria da Agricultura, em Campinas visando a conhecer os resultados de pesquisas e ensaios realizados sobre agricultura tropical. Os técnicos percorreram as seções de algodão, fofote, interpretação e genética, seguindo depois para a estação experimental de Limoeiro, para constatar as novas conquistas em torno das frutas cítricas, sabendo-se que o centro de pesquisas agrônomicas, que lá existe, possui a maior coleção de variedades cítricas do mundo num só local e em número aproximado de 600 unidades.

O agricultor francês Marcel Gignaud, que também é estudante e que se encontra há alguns meses no Brasil, esteve no Instituto Agrônomo com a finalidade, segundo disse, de conhecer "o maior centro de pesquisas agrônomicas tropicais do mundo" e do qual já ouvira falar em seu país. Gignaud, que é descendente de agricultores e cujos pais possuem uma fazenda na Bretanha, afirmou que pretende levar

algumas lições para tentar melhorar as condições agrícolas de sua propriedade, notadamente em relação a algumas frutas que podem perfeitamente adaptar-se às regiões de sua provincia.

CURSOS PARA MELHORAR A PECUÁRIA

A Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco visando a proporcionar aos criadores, vaqueiros e vacinadores, o domínio de novas técnicas no manejo do gado, promoveu, nos últimos meses, Cursos de Prática Veterinária nos Municípios de Lajedo, Jurema, Calçados, Angelim, Canhotinho, Salgueiro, Surubim e Itamaracá. Os nove cursos realizados no ano passado proporcionaram o conhecimento de novas técnicas a 135 criadores, vaqueiros e vacinadores dos diversas regiões fisiográficas do Estado.

DÓLARES PARA PECUÁRIA

O Banco Mundial poderá liberar financiamento de 40 milhões de dólares destinados à pecuária brasileira, e do qual, uma terça parte irá para o Rio Grande do Sul. Os técnicos Don Stoops e Renato Rossi declararam que durante os quatro dias em que permaneceram no Estado do Rio Grande do Sul, puderam colher todos os elementos necessários à elaboração do relatório, e que o entregarão à direção do BIRD, objetivando aquele financiamento. Os técnicos do Banco Mundial visitaram, em companhia do delegado regional do CONDEP, diversos estabelecimentos rurais gaúchos.

DIREITO AGRÁRIO

Sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas a Associação Latino Americana de Direito Agrário e o Instituto de Direito Público e Ciência Política farão realizar, entre os dias 19 de março e 17 de abril, o "Curso de Direito Agrário" para diplomados em Curso Superior e oficiais das Forças Armadas. Vinte e sete estudantes poderão participar do Curso a ser mi-

nistrado por especialistas em Direito Agrário.

Os interessados poderão inscrever-se, a partir de segunda-feira, dia 10 na sede da ALADA — IDPCP — 11.º andar da Fundação Getúlio Vargas — Praia de Botafogo, no horário de 9 às 11,30 e de 14 às 17.

PROGRAMA

Março 19 — 1. Dados sociológicos, jurídicos e econômicos do Direito Agrário.

20 — 2. Direito Agrário Comparado: Direito Interno e Direito Comparado.

26-27 — 3. Direito Agrário: Sindicalização e Cooperativismo; Sindicatos Agrários, as Empresas Agrícolas, trabalhadores na agricultura.

Abril 2-3 — 4. Direito Agrário e Política de Desenvolvimento; Desenvolvimento Agrário e Industrial, Crédito Rural, Imposto Territorial Rural, Integração Latino-americana.

9-10 — 5. A Empresa Agrária e os princípios do Estatuto da Terra; Propriedade familiar e grande empresa em face da Conjuntura Brasileira; Iniciativa Privada e Estatização na Agricultura; Medida da Intervenção do Estado.

16-17 — 6. Direito Agrário e Reforma Agrária; Órgãos de Execução; IBRA e INDA, Justiça Agrária; Política de Ocupação da Terra.

OVELHAS PARA O KWAIT

Cinquenta mil capões (ovelhas machos) estão sendo embarcadas pelo Brasil para o Kwait, no primeira grande exportação deste tipo já realizada pelo nosso País. Até maio serão embarcadas mais sete mil cabeças, cada uma no preço de quatro dólares e setenta centavos. O Brasil não faz vendas maiores ao Kwait porque ainda não existem navios devidamente preparados para o transporte vivo das ovelhas.

De maio a outubro a exportação será suspensa, pois é a época do ano em que a lã mais cresce. E a venda de lã é mais vantajosa do que a venda do animal.

DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

A Secretaria de Agricultura de Pernambuco iniciou a distribuição de 1,5 milhão de quilos de sementes selecionadas de feijão, algodão e milho, nas Zonas do Agreste e Mata do Estado, utilizando, para isso, uma frota de sete caminhões, o que possibilitará o plantio de uma área de 66 mil hectares, para fundação do próxima safra, informou o secretário Danilo Seidm.

Por sua vez, o Departamento de Produção Vegetal já concluiu a distribuição de 300 toneladas de algodão arbóreo, feijão, milho e arroz na região sertaneja, onde a época de plantio antecede à do Agreste e Mata e, de acordo com convênio firmado com o IBC estão sendo distribuídas 714 toneladas de sementes em 50 municípios da zona cafeeira de Pernambuco.

BOA SAFRA DE CACAU

A Bahia poderá ter uma das maiores safras de cacau desde as primeiras colheitas, se as condições climáticas persistirem até o início do recolhimento dos frutos.

A safra que todos consideram uma repetição da de 1959, poderá atingir o montante de 170 mil toneladas, proporcionando divisas consideráveis para o Brasil com a respectiva exportação.

Já nos países produtores de cacau do continente africano as chuvas que caíram intermitentemente determinaram redução considerável na safra 1967-70.

Em Ghana, a safra, que era estimada em 330 mil toneladas, desceu para 305 mil enquanto, na Nigéria, a redução foi de 220 para 170 mil. Em Camarões, a situação, também não é das melhores.

ANO FLORESTAL: 100 MILHÕES DE MUDAS

O Diretor do Instituto Estadual de Florestas, do Estado de Minas, informou à Federação das Indústrias de Minas Gerais, que a entidade que dirige está empenhada na obtenção de cem milhões de mudas no próximo Ano

A LAVOURA

Florestal. As mudas serão conseguidas através de culturas feitas em viveiros e sementes próprios e de outros instalados no interior do Estado, em convênio com as Prefeituras Municipais e empresas privadas.

Disse ainda que o IEF está empenhado na formação de uma nova mentalidade florestal, meta que já começa a apresentar resultados; há interesse para o problema e os municípios mineiros procuraram integrar-se, em número cada vez maior, na atual campanha.

MELHORANDO O ABASTECIMENTO

Duas novas unidades armazenadoras de produtos agrícolas construídas pela CAGESP, cada uma com capacidade para 10.000 toneladas foram inauguradas pelo governador Abreu Sodré nas cidades de Paraguaçu Paulista.

Assim, a capacidade estática da rede estadual de armazenamento terá um aumento de 320 mil sacas, ampliando-se consideravelmente as facilidades de estocagem, conservação e comercialização das safras agrícolas.

CRÉDITO RURAL EDUCATIVO

Até o fim de 1969 serão aplicados, cêrea de 15 milhões de cruzelros novos em Crédito Rural Educativo por cinco Bancos com a co-participação da Extensão Rural no Rio Grande do Sul.

Este investimento é decorrente de um convênio firmado entre a ASCAR e os Bancos do Brasil, BIRDE, União dos Bancos Brasileiros, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Nacional do Comércio.

Durante o ano de 1968, já foram aplicados cêrea de 7 milhões e meio de cruzelros novos, dentro das modalidades do convênio no Estado. Este montante atingiu 85 municípios do Rio Grande do Sul, onde a ASCAR mantém Escritórios de Extensão Rural. Horizontina e Santa Rosa foram os dois municípios onde se verificou o maior número de empréstimos duran-

te o período. O primeiro, com 344 empréstimos num montante de 565 milhões antigos, e o segundo com 316 empréstimos com uma verba de 478 mil cruzelros novos.

O Crédito Rural Educativo está sendo desenvolvido em três modalidades: Crédito Rural Orientado, Crédito Habitacional e Crédito Juvenil. Enquanto o Crédito Rural Orientado é utilizado principalmente para investimentos mais reprodutivos, visando a maior produtividade e rentabilidade das empresas rurais, o Crédito Habitacional é destinado para a melhoria do nível habitacional, tanto a construção ou terminação de residências rurais, melhoramentos e instalações hidrossanitárias. Finalmente, o Crédito Juvenil tem por objetivo a capacitação dos jovens rurais em atividades agrícolas criatórias, sociais e domésticas, bem como de preparação para uso do crédito como um instrumento educativo. Esta parte está sendo efetivada através dos associados dos Clubes 4-S, que somam 278 Clubes com 7.700 associados em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

ESTOCAGEM DE CARNE

O plano de estocagem de carne de boi não prevê este ano a participação direta do governo federal. Das 35 mil toneladas que garantirão o abastecimento no período mais crítico da engorda — de agosto a janeiro — 27 mil (77%) se constituirão de boi em pé e não de carne frigorificada.

Como em anos anteriores, a estocagem visa ao consumo dos grandes centros consumidores: Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte. Mas pela primeira vez o Governo, através da SUNAB, não se compromete a adquirir carne e estocá-la em câmaras frigoríficas "com o objetivo de regular o mercado, a fim de se evitar a elevação dos preços no período de entressafra".

AJUDA DIRETA AO CAMPO

Cêrea de 50% dos financiamentos concedidos pelo

Banco Interamericano de Desenvolvimento este ano no Brasil destinados à agricultura, contrariando totalmente a política anterior do BID, que preferia financiar, principalmente, os projetos relativos à construção de hidrelétricas.

No ano de 1967, 15% dos financiamentos concedidos pelo BID ao Brasil foram destinados a projetos agrícolas, mas nos anos de 1968 e 1966 nenhum financiamento foi dado à agricultura.

EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

Segundo a FAO, continuará ainda por muitos anos a atual situação do comércio internacional de produtos agrícolas, com os países em desenvolvimento no papel de exportadores desses produtos, e os países industrializados absorvendo a oferta. No momento, os países ricos da Europa Ocidental e a URSS absorvem cêrea de quatro quintos das exportações da Ásia, África e América Latina.

O Brasil está, segundo a FAO, entre os que têm alguma possibilidade de romper o esquema pouco animador para os países em desenvolvimento traçado pelo estudo. Isto se deve ao comércio exterior de produtos brasileiros manufaturados, cuja importação não apresenta grande diferença no período 1963-67, mas que assinala mudança substancial na exportação.

Segundo ainda o estudo da FAO, as exportações brasileiras no setor passaram de 112 mil toneladas em 1963, para 780 mil toneladas em 1967, indicando que o Brasil tem boas perspectivas de industrialização dentro dos próximos anos.

MELANCIA

A safra paulista de melancia de 1967/68 foi da ordem de 40.200 toneladas, correspondentes a uma área cultivada de 1.250 alqueires, segundo dados da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao 1.º semestre de 1968.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69 — 1.º Período

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas de comercialização nos Estados de Pernambuco e Alagoas para o primeiro período da safra de 1968/69.

Determinou, também, que os saldos finais das cotas mensais de comercialização fixadas para a safra de 1967/68, não utilizados até 31-8-68, ficam cancelados e incorporados às disponibilidades. As cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas, dos Estados de Pernambuco e Alagoas, poderão usar nos meses posteriores os saldos das cotas básicas de comercialização não utilizados em cada mês do período.

A Divisão de Arrecadação e Fiscalização do I.A.A. procederá ao levantamento das saídas de açúcar cristal verificadas entre 1-9-68 e 31-10-68, para apurar os saldos individuais positivos ou negativos das cotas mensais de comercialização agora estabelecidas. Se os saldos apurados em 31-10-68 forem positivos, poderão ser usados nos meses posteriores; se negativos, será obrigatória sua compensação dentro das cotas básicas de comercialização dos meses posteriores do primeiro período.

Todo açúcar cristal saldo além das cotas mensais de comercialização agora fixadas será considerado clandestino, sujeito a apreensão pelo I.A.A.; não sendo possível, ficará o infrator sujeito a multa equivalente ao valor do açúcar comercializado, excedente da respectiva cota mensal (MIC — IAA — Ato n.º 27, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.763).

AÇÚCAR — MEL — Autorizações Individuais — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do Conselho Deliberativo do I.A.A. modificou as autorizações individuais de produção de açúcar e mel rico invertido, deferidas às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra 1968/69.

No Estado de Pernambuco, a produção autorizada será de 14,4 milhões de sacos de açúcar, sendo 5,7 milhões no tipo demerara. Os 8,7 milhões de sacos mencionados constituir-se-ão de 6,48 milhões em açúcar do tipo demerara e 2,22 milhões produzidos em mel rico invertido na correspondência de 10 sacos por tonelada métrica. Tal correspondência não poderá ser excedida, inclusive as parcelas de demerara que resultam de permuta com açúcar cristal entre usinas cooperadas, ou entre a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e usinas não cooperadas.

No Estado de Alagoas, a produção autorizada totalizará 7,2 milhões de sacos de açúcar, dos quais 3,4 milhões serão produzidos no tipo cristal e 3,8 milhões no tipo demerara. Até 31-12-68, a produção de açúcar demerara compreenderá um contingente máximo de 6 milhões de sacos, sendo 4 nas usinas de Pernambuco e 2 nas de Alagoas.

A produção de mel rico invertido nas usinas selecionadas será realizada dentro do seguinte programa:

a) 122 mil toneladas métricas produzidas e entregues até 31-12-68 ao I.A.A.; b) 100 mil toneladas métricas produzidas e entregues ao I.A.A. após 31-12-68 e até o encerramento da safra de 1968/69 no Estado de Pernambuco (MIC-IAA — Resolução n.º 2.016, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.764).

AÇÚCAR DEMERARA — Especificações — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as especificações técnicas para a produção de açúcar do tipo demerara nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, durante a safra de 1968/69, devendo as Inspetorias Técnicas Regionais desses Estados recusar definitivamente todo açúcar do tipo demerara que apresente polarização inferior a 96,º ou fator de segurança em desacordo com as normas estabelecidas (MIC-IAA — Ato n.º 24, de 24-9-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.762).

AÇÚCAR — Refinarias do Estado da Guanabara — Cotas Mensais Compulsórias

O Instituto do I.A.A. fixou novas cotas mensais de açúcar do tipo Standard, a serem adquiridas compulsoriamente pelas refinarias autônomas da Guanabara encarregadas de abastecer a Guanabara, Niterói, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e municípios limítrofes. Em consequência, ficam alteradas as cotas mensais de comercialização daquele produto da safra 1968/69. (MIC-IAA — Ato n.º 26, de 23-10-68 — DO-II — de 6-11-68, pág. 2.556).

AGRO-INDÚSTRIA DO NORDESTE — Grupo Especial da Regulamentação

O Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste (GERAN) executará programas ou medidas que visem à melhoria de sua produtividade, à solução dos problemas sociais correlatos e à modificação da respectiva estrutura de produção (Decreto n.º 63.915, de 26-12-68 — DO de 27-12-68, pág. 11.2041).

AGRÔNOMOS, ENGENHEIROS E ARQUITETOS — Carteira Profissional — 2.ª Via

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia foram autorizados, pelo Conselho Federal, a expedir segunda via de carteira profissional, cartão provisório de registro ou de identificação, quando ocorrer extravio, inutilização ou deterioração dos originais (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 173, de 18-10-68 — DO-II de 7-11-68, pág. 2.577).

BATATAS — Importação — Alemanha Ocidental

O Ministro da Agricultura autorizou a reimportação, no corrente ano, de sementes de batata da República Federal da Alemanha num total de 12.000 caixas, para atender à continuação do programa de produção de sementes de batata alemã iniciado em 1966 em diversos Estados (MA-GH — Portaria n.º 354, de 7-11-68 — DO de 19-11-68, pág. 10.051).

A LAVOURA

legislação agrícola

BORRACHA — Importação — Suplementação

O Superintendente da borracha autorizou a Indústria de artefatos de borracha, sediada no País, a importar borrachas vegetais para suplementação da safra nacional do produto até o limite de 3.700 toneladas. Dêsa total, 1.200 ftearão reservadas à Indústria leve e as 2.500 restantes à Indústria pesada.

São permitidas a cada firma da Indústria leve importações até o limite de duas quotas de consumo, observando o maior consumo mensal verificando no período janeiro-outubro de 1968, e para a Indústria pesada até o equivalente a um mês baseado no consumo verificado no mesmo período.

As borrachas importadas de acordo com os critérios referidos terão seus preços equiparados aos das mesmas matérias-primas produzidas no País, nêles incluída a TOREMB e excluído o ICM. O importador receberá a Superintendência da Borracha a diferença entre o preço CIP^o fabricado, produto importado e o preço do produto nacional equivalente pósto fábrica, sob a forma de TOREMB. Tal diferença será calculada tomando-se por base o preço da borracha do Estoque de Reserva, em confronto com o preço estimado na Importada, ambos CIP^o fábrica, do consumidor na data do pedido de importação.

As processar a Guia de Recolhimento para depósito no Banco da Amazônia, o importador efetuará o pagamento da TOREMB referente à equiparação de preços entre as borrachas nacionais e importadas, sendo-lhe facultado o recolhimento mediante garantia cambial com vencimento até 30 dias a contar da expedição da guia.

A importação poderá ser feita diretamente ou por intermédio de importadora registrada na superintendência (MIC—SII — Portaria n.º 19, de 10-12-68 — DO-II de 26-12-68, pág. 2.969).

CACAU — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do cacau destinado à exportação. Abrangem essas normas os requisitos referentes à qualidade do produto, suas características e defeitos, coleta de amostras, embalagem, marcação da sacaria e armazenagem (MP—CONCEX — Resolução n.º 42, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.505).

CAFÉ — Vin Ouro da Ficha-Registro

O I.B.C. comunicou que a partir de 1.º de novembro de 1968, as Vias Ouro da Ficha-Registro permanecerão em poder da Agência que tiver feito o registro do café, mantendo-se sua utilização nos processos de exportação, consumo de bordo e interno e nos demais casos em que for exigida a entrega daquele documento (MIC—IBC — Comunicado n.º 52, de 23-10-68 — DO-II de 5-11-68, pág. 2.547).

CARNE — Fixação de Preços — Rondônia e Goiás

A SUNAB estendeu ao Território de Rondônia e ao Estado de Goiás a comercialização da carne bovina, quanto à fixação de preços máximos de venda e controle do abastecimento (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.249/50, de 19-11-68 — DO de 0-12-68, pág. 10.595).

CARNE BOVINA — Fixação de Preços — Estado do Rio

A SUNAB considerou, para efeito da comercialização da nova carne bovina, os seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis — Araruama — Barra do Pirai — Barra Mansa — Cabo Frio — Campos — Cachoeira de Macacu — Duque de Caxias — Itaboraí — Itaguaí — Itaperuna — Macaré — Magé — Niterói — Nilópolis — Nova Iguaçu — Nova Friburgo — Paraiíba do Sul — Petrópolis — Resende — Rio Honito — São Gonçalo — São João de Meriti — Teresópolis — Três Rios — Valença — Volta Redonda — (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.138, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 9.870).

CARNE BOVINA — Preços — Distrito Federal

A SUNAB estendeu ao Distrito Federal o ordenamento do artigo 8.º da Portaria n.º 992, de 1968, (ver

BIA n.º 39, pág. 301), que consolidou as Resoluções e Portaria que envolveram todas as fases de comercialização da carne bovina (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.282, de 29-11-68 — DO de 23-12-68, pág. 11.091).

CARNE OVINA — Fixação de Preços — Guanabara

A SUNAB fixou para o Estado da Guanabara o preço máximo de NCr\$ 2,00 o quilo, por venda da carne de carneiro ao consumidor (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.134, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 8.870).

ENSINO AGRÍCOLA — Preenchimento de Vagas — Agricultores

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União reservarão, preferencialmente, cada ano, para matrícula na 1.ª série, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na Zona Rural. Nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União 30% das vagas restantes serão reservadas, preferencialmente, para agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (Decreto n.º 63.788, de 12-12-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.574).

FEIJÃO — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do feijão destinado ao exterior (MP—CONCEX — Resolução n.º 40, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.503).

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — Delegação de Podêres

O I.A.A. delegou competência ao chefe do Gabinete da Presidência, ao Diretor da Divisão Administrativa, ao Diretor da Divisão de Estudo e Planejamento, ao Diretor de Exportação, ao Diretor da Divisão de Assistência à Produção, ao Procurador Geral, ao Diretor da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e a todos os Diretores da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e a todos os Diretores de Divisões (MIC — IAA — Ato n.º 25, de 18-10-68 — DO-55 de 8-11-68, pág. 584).

IRRIGAÇÃO — Agricultura — Grupo Executivo — Criação

Foi criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), com a finalidade de planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito, vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral, e da Fazenda, visando o desenvolvimento da agricultura irrigada. O GEIDA funcionará junto à Secretaria-Geral do Ministério do Interior e será dotado de um Conselho Técnico-Administrativo constituído por dois representantes do Ministério do Interior, dois do Ministério da Agricultura, um do Ministério das Minas e Energia, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ao qual caberá a coordenação de medidas e ações de caráter interministerial e de uma Secretaria-Executiva.

Compete ao GEIDA: a) estudar, em caráter sistemático, as linhas básicas da Política Nacional de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em suas diversas fases, submetendo-as à apreciação dos Senhores Ministros de Estado; b) selecionar os projetos integrados de Irrigação, inclusive os que deverão ser apresentados às Agências externas de financiamento; planejar as metas físicas dos projetos, as necessidades de recursos financeiros em todas as etapas para a implantação e desenvolvimento dos projetos integrados de Irrigação, com o objetivo básico de se alcançar o máximo aproveitamento do solo e da água; c) estabelecer critérios relativos à implantação da pequena, média e grande irrigação, sua estruturação e organização; d) promover a compatibilização do programa nacional da agricultura irrigada com as políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social; e)

legislação agrícola

supervisionar a atuação integrada dos diversos órgãos e meios de execução do programa de irrigação para o desenvolvimento agrícola; e f) estabelecer normas e diretrizes e propor legislação específica inclusive referentes a obrigações tributárias, organização de fundos financeiros, incentivos fiscais para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

A Secretaria Executiva do GEIDA, que funcionará como órgão executivo do Conselho Técnico, disporá de um Secretário-Executivo e de um Secretário-Adjunto, designados de comum acordo pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Agricultura. Compete ao Secretário-Executivo adotar todas as providências técnicas e administrativas para o pleno funcionamento do GEIDA, dando cumprimento às funções que lhe foram cometidas pelo Conselho Técnico. Este providenciará no sentido de serem criados Comitês regionais e locais para execução dos trabalhos. O Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura providenciarão em conjunto com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda no sentido de atribuir recursos iniciais para manutenção do GEIDA, devendo o Conselho Técnico, através da Secretaria Executiva, estudar e propor a consignação de recursos para desenvolvimento dos trabalhos, que servirão, inclusive, de contrapartida aos recursos externos que forem obtidos para desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação.

e o estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.164, de 24-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.662).

LEITE "IN NATURA" — Boletim de Entradas e Saídas — Pernambuco e Paraná

A SUNAB resolveu que as firmas beneficiadoras e distribuidoras de leite "in natura" em Pernambuco e no Paraná serão obrigadas a apresentar semanalmente boletim referente às entradas e saídas do produto. O boletim especificará o estoque anterior à semana em que for emitido, total de entradas e saídas diárias e estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.251/52, de 19-11-63 — DO de 6-12-63, pág. 10.505).

LEITE "IN NATURA" — Estatística — Boletim Semanal

A SUNAB estabeleceu para os entrepostos, usinas e beneficiamento, responsáveis pelo abastecimento de leite "in natura" do Estado da Guanabara, a obrigatoriedade da apresentação semanal de boletim referente às entradas e saídas do produto, conforme o modelo anexo, sendo que o item "saídas" especificará as qualidades distribuídas para consumo e industrialização.

FIRMA:

PERÍODO DE.....A.....

ENDEREÇO:

BAIRRO:

Telefone:

MÊS	DIAS SEMANA	Estoque Anterior (A)	Entradas (B)	Sub total (C)	SAÍDAS			Total (G)	Estoque que passa (H)
					Para consumo (D)	Para indústria (E)	Quebras (F)		
	Segunda								
	Terça								
	Quarta								
	Quinta								
	Sexta								
	Sábado								
	Domingo								
	Total Geral								

O GEIDA será instalado até 19-12-68 (Decreto n.º 63.775, de 11-12-68 — DO de 12-12-68, pág. 10.762).

LEITE "IN NATURA" — Boletim — Apresentação Semanal
A SUNAB determinou às firmas encarregadas do abastecimento de leite "in natura", em Brasília, a apresentação semanal de boletim referente às entradas e saídas do produto.

O boletim terá de discriminar, obrigatoriamente, o estoque anterior, o total de entradas e saídas dia a dia

Os Boletins serão entregues à Delegacia da SUNAB às segundas-feiras até 17 horas, correspondendo no movimento da semana anterior, sendo obrigatória a apresentação das declarações negativas e conterão: o estoque anterior; o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana, e o estoque do último dia da semana.

Tais disposições estarão vigendo a partir de 14-11-69 (MA — SUNAB — Portaria n.º 21.106/69 — DO de 11-11-69, pág. 9.823).

A LAVOURA

legislação agrícola

MILHO — Exportação — Teor de Umidade — Alteração

O Conselho Nacional do Comércio Exterior alterou para 14,5% o teor máximo de umidade nos tipos de milho indicados nas especificações anexas à Resolução n.º 26, de 1968, do Conselho (ver HIA n.º 36, pág. 268) (MP — CONCEX — Resolução n.º 39, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.503).

NÚCLEOS COLONIAIS — IBRA — Extinção

Foram extintos os Distritos de Colonização de Duque de Caxias e de Santa Cruz, cujos Núcleos Coloniais com glebas já emancipadas em sua totalidade serão incorporados à vida autônoma dos respectivos municípios e desvinculados de qualquer subordinação ao IBRA. O Núcleo Colonial de Santa Alceia continuará incorporado ao patrimônio do IBRA enquanto não for emancipada a gleba Curral. Os recursos financeiros liberados em consequência da extinção já referida serão aplicados pelo IBRA na execução de outros projetos na Área Prioritária do Rio de Janeiro (Decreto n.º 63.712, de 2-12-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.586).

ÓLEOS VEGETAIS — Produção — Grupo de Trabalho

O Conselho Nacional do Comércio Exterior criou Grupo de Trabalho encarregado de, no prazo máximo de 90 dias, estudar a situação da produção e comercialização externa de óleos vegetais, principalmente de soja, mamona, amendoim, caroço de algodão, girassol, babaçu e de milho.

O GT será constituído por representantes dos Ministérios do Planejamento, Agricultura e Fazenda, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, dos Sindicatos de Azeite e Óleos Comestíveis de São Paulo e Paraná, de Óleos Vegetais do Rio Grande do Sul e do Nordeste (MP — CONCEX — Comunicado n.º 4, de 5-11-68 — DO de 14-11-68, pág. 9.954).

PELES — COMERCIO DE — Criadouros — Regulamentação

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que o comércio e a industrialização de espécimes da fauna bem como de seus produtos e subprodutos, serão autorizados mediante comprovação de origem, certificada pelo IBDF, e registro prévio, nesse órgão, das pessoas físicas ou empresas dedicadas a essa atividade.

Os animais, objeto de comercialização, ou industrialização terão de proceder de criadouros naturais ou artificiais devidamente legalizados (MA — IBDF — Portaria n.º 253, de 18-4-68 — DO-II de 26-4-68, pág. 904).

PESCA — ARRASTÃO DE PORTAS — Proibição — Lagoa do Estado do Rio

A SUDEPE proibiu, nas lagoas de Araruama, Saquarema e Maricá, o emprego do aparelho de pesca denominado "Arrastão de Portas" Otter Trawl ou similar, assim como o uso de qualquer aparelho ou rede cuja malha seja inferior a 30 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com a malha estendida.

É permitido o uso da rede denominada "eal-eal", que tenha no máximo 40 m de comprimento e de malha mínima 30 mm. O emprego de "tarrifa" só será permitido com a malha mínima citada.

As infrações serão punidas com multa de metade até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pesca, dobrando-se a multa na reincidência (MA — SUDEPE — Portaria n.º 623, de 22-10-68 — DO-II de 27-11-68, pág. 2.692).

PESCA — ESTÍMULOS — Estudo de Projetos

O Conselho Deliberativo da SUDEPE determinou que serão examinados, até 10-4-69, apenas os novos projetos que objetivem, tão-somente, a comercialização do pescado. Os demais projetos continuarão a ser recebidos para exame após a data citada (MA — SUDEPE — Resolução n.º 47, de 16-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

A SUDEPE proibiu a pesca com rede de qualquer

tipo nos rios Maquinê e nos canais de Cornélias e João Pedro, no Rio Grande do Sul.

Nas lagoas de Itupeva, dos Quadros e da Pinguela, a pesca só era permitida com "redes de espera", cuja malha mínima seja de 60 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com malha estendida.

É proibido o uso de qualquer aparelho de pesca de arrasto, em todas as lagoas, rios e canais do Rio Grande do Sul.

As infrações ao disposto acarretarão multa de metade a um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pesca, dobrando a multa no caso de reincidência (MA — SUDEPE Portaria n.º 641, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 692).

PESCA — REDES DE ARRASTO — Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás — Proibição

A SUDEPE proibiu o uso das redes de arrasto nas atividades de pesca. Nas corredeiras e cachoeiras a pesca somente será permitida com o emprego de molinete, canhão simples e linha de mão.

Proibiu, ainda, a SUDEPE, a pesca com aparelhos denominados de lambada, espinhel, tarrifa, gancho, arpão e covos em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, bem como a construção de "cerandas" e "puris" ou qualquer outro aparelho fixo no curso dos rios desses Estados (MA — SUDEPE — Portaria n.º 617, de 16-10-68 — DO — II de 13-11-68, pág. 2.610).

PESCA — TUCUNARÉ — Proibição — Ribeirão da Laje

A SUDEPE proibiu a pesca do tucunaré comum, na represa Ribeirão da Laje, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 1968 (MA — SUDEPE — Portaria n.º 616, de 16-10-68 — DO-II de 13-11-68, pág. 2.810).

PESCADOR PROFISSIONAL — Qualificação

A SUDEPE determinou que o pedido de autorização prévia para obtenção de matrícula de pescador profissional será feito a requerimento escrito ou verbal, juntado Atestado de Atividade emitido pelo Presidente da Colônia a cuja jurisdição o interessado pertença. Não havendo colônia no local do domicílio ou atividade do interessado, o atestado será assinado por dois pescadores profissionais matriculados.

Não tendo o interessado vinculo com a atividade pesqueira, requererá o documento de autorização prévia à repartição da SUDEPE existente na região ou ao Executor do Convênio de fiscalização com o Governo do Estado, que inscreverá o interessado na Colônia da zona mais próxima.

Para os interessados que forem estrangeiros, deverão constar no Atestado de Atividade o número, data de expedição e repartição expedidora do documento de permanência no País. Os naturalizados deverão trazer com os dados relativos ao decreto de naturalização. Os menores, além do Atestado de Atividade, apresentarão autorização do Juiz competente da Itigiló (MA — SUDEPE — Portaria n.º 622, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

PINHO — Exportação — Índices de Participação — Validade

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que as parcelas atribuídas às empresas exportadoras de pinho, nas distribuições dos contingentes exportáveis para os mercados supervisionados pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, que, em 31-12-68, permanecerem pendentes de vinculação à execução de contratos de vendas, perdendo a sua validade, para todos os efeitos. A partir de 1-1-69, terá a sua validade apenas as parcelas adjudicadas às empresas em função dos percentuais de participação apurados em 31-12-68, conjugados com os índices consignados no quadro sob o título Reflorestamento, da Portaria n.º 107, de 10-7, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (ver HIA n.º 1, pág. 14).

As vendas correspondentes ao saldo do contingente pertencente ao Rio Grande do Sul, no volume de ...

2 484 255 p', serão distribuídas às empresas jurisdicionadas no Porto Alegre que figuravam com saldos credores nos mapas de lotes em 31-10-68.

As realizadas por conta do contingente de 15 004,500 p', instituído pelo Conselho Administrativo da Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, serão distribuídas às empresas exportadoras habilitadas.

O setor que deixar de vender sua parcela até ... 21-12-68 perderá o seu contingente ou o saldo (MA — IRIPE — Portaria n.º 660, de 12-11-68, DO — 6 de 26-11-68, pág. 2 683).

PREÇOS MÍNIMOS — Algodão — Arroz — Farinha — Feijão — Mamona e Milho — Região Setentrional — 1969

Foi assegurada a garantia de preços mínimos do algodão, farinha de mandioca, feijão, mamona e milho, da Região Setentrional da safra de 1969, atendidas as condições estabelecidas. Os preços mínimos básicos exclusivamente pagos aos produtores ou suas cooperativas, sendo livres de quaisquer despesas adicionais, inclusive imposto e taxas. A Região Setentrional abrange os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e os Territórios do Amapá, Rorônia e Roraima.

Foram, também, estabelecidas condições para as operações de financiamento ou aquisição dos gêneros já mencionados, que serão realizadas com produtores ou suas cooperativas podendo as de financiamento com opção de venda ser extendidas, em caráter excepcional, a terceiros será, entretanto, necessário para tal extensão que os terceiros comprovem ter pago aos produtores preços nunca inferiores aos mínimos básicos fixados nas tabelas aprovadas.

Os limites, prazos e demais condições de financiamento inclusive normas e padrões de classificação dos produtos, serão fixados pela Comissão de Financiamento da Produção (Decreto n.º 63.809, de 13-12-68 — DO de 16-12-68, pág. 10.849).

REFORMA AGRÁRIA — Desapropriação de Terras — Suspensão

O Ministro da Agricultura determinou que seja suspenso a desapropriação de terras por interesse social, ressalvados os casos de extrema urgência. A suspensão terá efeito apenas, enquanto se aguarda a apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial que estuda a execução da Reforma Agrária (MA — GB — Portaria n.º 374, de 14-11-68 — DO de 25-11-68, pág. 10 231).

REPRODUTORES (V. Sementes)

RESERVA INDÍGENA — Interdição — Maranhão

Foi interdita temporariamente, a área indígena habitada pelos índios "Gavião", situada no Estado do Maranhão, Município de Imperatriz, facultando-se à Fundação Nacional do Índio a requisição da cooperação da Polícia Federal para o impedimento ou restrição da locomoção de pessoas, cujas atividades sejam consideradas nocivas, na área interdita (Decreto n.º 63.515, de 31-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.644).

SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização — Análise

O Ministro da Agricultura conceituou termos usados em análise de sementes, determinando que os resultados dos exames de sementes silvestres nocivas sejam, por espécie e globalmente, relatados no boletim de análise em número de sementes silvestres nocivas por amostra analisada.

As sementes silvestres comuns e as sementes cultivadas deverão ter os resultados de suas respectivas determinações, ambas feitas na análise de pureza, relatados no boletim de análise em números dessas sementes

por amostra analisada (MA — GB — Portaria n.º 382, de 20-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional

O Ministro da Agricultura, para efeito de comércio internacional, relacionou as sementes silvestres nocivas quando encontradas em lotes de sementes importadas (MA — GB — Portaria n.º 382 — II, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10 881).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional de Importação — Amostragem

O Ministro da Agricultura autorizou as Diretorias Estaduais a credenciarem os encarregados da amostragem dos lotes de sementes nos portos e aeroportos e da remessa das respectivas amostras acompanhadas de suas folhas de identificação para os laboratórios oficiais (MA — GB — Portaria n.º 382-D), de 19-11-68, DO de 17-12-68, pág. 10.882).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional — Diretorias Estaduais

O Ministro da Agricultura designou as Diretorias Estaduais do Ministério da Agricultura para, através de seus órgãos competentes, concederem autorização às entidades interessadas na realização do comércio internacional de sementes e mudas — (MA — GB — Portaria n.º 382-C, de 19-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.882).

SEMENTES E MUDAS — Comércio Interestadual

O Ministro da Agricultura considera válida, para efeito de comércio interestadual, a relação das espécies de sementes silvestres nocivas e seus limites máximos estipulados por atos oficiais do Estado para o lote de semente que tenha sido consignado, transportado ou vendido, desde que esse Estado tenha firmado convênio com o Ministério da Agricultura (MA — GB — Portaria n.º 382-A, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

SEMENTES E REPRODUTORES — Imposto de Importação — Regulamentação das Isenções

A isenção do imposto de importação compreende: sementes em geral, bulbos, cebolas, tubérculos, raízes tuberosas, brotos e crisomas importados exclusivamente para plantio; árvores e arbustos, inclusive os destinados a enfeitar plantas de qualquer espécie, raízes vivas e demais elementos de propagação vegetal importados exclusivamente para introdução de novas espécies ou melhoramento das já existentes; eqüinos, alpacas, suínos, bovinos, chuinós, bubalinos, alinos, ovinos, caprinos e leporinos com o devido certificado individual de registro genealógico, importados exclusivamente para a melhoria dos rebanhos; peles e ovos domésticos, estas acompanhadas do certificado de registro pertinente, e outras espécies de animais importados exclusivamente para reprodução.

O Conselho de Política Aduaneira pederá, por solicitação do Ministério da Agricultura, suspender tal isenção, comprovado, para tanto, o interesse da produção nacional (Decreto n.º 63.883, de 22-11-68 — DO de 25-11-68, pág. 10 217).

STUD BOOK BRASILEIRO — Regulamento

O Secretário-Geral de Agricultura aprovou o novo regulamento do Stud Book Brasileiro, contendo as normas para registro genealógico de cavalos puro-sangue de corrida e seus mestiços. O Stud Book Brasileiro funcionará através do Escritório de Produção Animal da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos, que exercerá controle e fiscalização da procriação, registro genealógico, de identidade e filiação, inscrição da propriedade, transferências, inscrições de animais importados e outorga de certificados de exportação (MA — SGA — Portaria n.º 284, de 22-11-68, DO de 9-12-68, página 10.042).



legislação agrícola

ZOOTECNISTA — Exercício da Profissão

A profissão de zootecnista será exercida pelos portadores de diploma expedido por escolas oficiais, por profissionais estrangeiros com diploma revivido no País e por agrônomos e veterinários.

As principais atribuições dos zootecnistas consistem em planejar e realizar pesquisas destinadas a orientar a criação de animais domésticos e aplicar medidas visando ao aumento de sua produção. Cabe-lhes, igualmente, supervisionar exposições oficiais de animais e acompanhar os exames para a inscrição nas Sociedades de Registro Genalógico (Lei n.º 5.550, de 4-12-68 — DO de 5-12-68, pág. 10.529).

ESTADO DE SÃO PAULO

ALGODÃO — Estoque — Estatística

O Secretário de Agricultura determinou que o levantamento estatístico do estoque total de algodão em pluma no Estado será organizado e executado pela Divisão de Inspeção e Classificação Agrícola do Departamento de Assistência Supletiva, da Coordenação de Assistência Técnica Integral, com a colaboração da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Tal levantamento abrangerá todo o estoque de algodão em pluma existente no território Estadual às 24 horas do dia 31-12-69 e será executado principalmente: a) nas máquinas de beneficiamento de algodão e nos respectivos depósitos; b) nos depósitos particulares de firmas comerciais e industriais no interior, na capital e em Santos; c) nos Armazéns Gerais; d) nas Docas de Santos; e) nas floçes e outros estabelecimentos industriais; f) nas estradas de ferro e de rodagem, em trânsito ou nos respectivos armazéns, esperando embarque ou retradas.

Todas as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias ou depositárias de algodão em pluma estão obrigadas a comunicar, até o dia 10-1-69, os seus estoques por meio de questionários fornecidos pelos órgãos competentes (SA — Ato s/n.º de 5-12-68 — DO — SP de 17-12-68, pág. 20).

ARROZ — (V. Carne)

ARROZ BENEFICIADO — ICM — Redução da Base do Cálculo

Foi reduzida para 33,3% até 5-3-69, a base de cálculo do Imposto de Circulação de mercadorias incidente sobre as saídas de arroz beneficiado, realizadas dentro do território paulista, com destino a contribuintes estabelecidos no Estado.

Os contribuintes, inclusive as companhias de armazéns gerais, que tenham realizado, no corrente exercício, operações de circulação de mercadorias com arroz, em casa e/ou beneficiado de sua propriedade ou de terceiros, ficam obrigados a apresentar, até 12-12-68, à repartição fiscal a que estiverem subordinados uma declaração contendo no mínimo os seguintes elementos: nome, endereço e número de inscrição do declarante; quantidade de arroz, em casa e/ou beneficiado existente em estoque no dia 31 de dezembro de 1967; quantidade de arroz, em casa e/ou beneficiado, existente em estoque no dia 5 de dezembro de 1968; assinatura do responsável.

Os contribuintes que mantiverem estoques em locais diversos de seus estabelecimentos estarão, também, obrigados a tal declaração. Constarão, no entanto, em separado os estoques de propriedade de terceiros. As companhias de armazéns gerais declararão as quantidades totais em estoque, dispensada a discriminação dos depositantes. A declaração será apresentada em 3 vias, sendo a terceira devolvida ao declarante como comprovante de entrega.

A obrigação referida não se aplica aos estabelecimentos de produtores, bem como aos que operem exclusivamente no varejo.

A redução da base de cálculo não beneficiará os contribuintes que não prestarem a declaração citada (Decreto Estadual n.º 56.092, de 4-12-68 — DO — SP de 5-12-68, pág. 2).

CAFÉ CRU — ICM — Base de Cálculo — Alteração

Foi modificada a redação do § 5.º do artigo 2.º do Decreto Estadual n.º 48.161, de 1967, referente à base de cálculo do ICM nas operações de café cru, que passa a determinar: "o valor das operações tributáveis poderá ser fixado em pauta expedida pelo Coordenador da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, a qual poderá ser modificada, a qualquer tempo, para alteração do valor fixado". (Decreto Estadual n.º 51.037, de 9-12-68 — DO — SP de 10-12-68, pág. 6).

CAFÉ CRU — Distribuição de Quotas — Prefeituras Municipais

A Contadoria Geral do Estado publicou a relação das quotas de participação sobre operações realizadas com café cru, devidas às Prefeituras Municipais (SP — CGE — Comunicado n.º 16, de 12-11-68 — DO — SP de 12-11-68, pág. 30).

CARNE, MILHO SOJA E ARROZ — ICM — Saída para o Exterior — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de redução da base de cálculo do ICM nas saídas, para o exterior, de carne miúdo, soja e arroz (Decreto Estadual n.º 51.202 de 30-12-68 — DO — SP de 31-12-68, pág. 2).

CONSERVAÇÃO DO SOLO — Concurso

O Secretário de Agricultura regulou os concursos de Conservação do Solo, que serão realizados, biennialmente em três escalões: nos âmbitos Sub-Regional, Regional e Estadual.

Aos concursos Sub-Regionais concorrerão as propriedades escolhidas e indicadas pelas Casas da Agricultura. Os proprietários que tenham, em qualquer época, executado trabalhos de Conservação do Solo, excetuando-se os campeões estaduais, serão considerados inscritos pelas Casas da Agricultura.

Aos concursos Regionais concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Sub-Regionais. Aos Estaduais, concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Regionais.

Os campeões estaduais dos anos anteriores têm vedada a sua participação em qualquer âmbito do concurso.

As inscrições para os concursos de Conservação do Solo serão encerradas no dia 31 de janeiro dos anos coincidentes com os certames referentes aos serviços executados até aquela data. O julgamento e a classificação das propriedades obedecerão aos seguintes prazos: até 31 de março — concurso Sub-Regional; até 30 de setembro — concurso Regional; até 31 de dezembro — concurso Estadual.

O critério do julgamento das propriedades será uma combinação de: a) fatores e condições de conjunto indicadores de aspectos conservacionistas gerais de toda a propriedade; b) maior ou menor perfeição e intensidade com que cada gleba, de per si é conservada e c) um fator de compensação pelo maior tamanho das propriedades, proporcional às dificuldades gradualmente crescentes, com a extensão das áreas a serem conservadas. Para a composição da nota final, o "conjunto de propriedade" entrará com 40%; a perfeição das "conservações por glebas isoladamente" com 50% e finalmente a compensação do "tamanho da propriedade" com os restantes 10% do total.

Aos agricultores classificados nos três primeiros lugares dos concursos Regionais e no campeão estadual serão outorgadas títulos alusivos e prêmios honoríficos (SA — DA — Ato s/n.º, de 3-12-68 — DO — SP de 3-12-68, pág. 20).

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Análises — Preços

O Secretário da Agricultura determinou os preços dos serviços de análises dos defensivos agropecuários e ensaios biológicos no laboratório e no campo, postos à livre disposição dos interessados pelo Instituto Biológico, da Secretaria, segundo a tabela a seguir: determinação de princípio ativo e substâncias complementares (preço para cada princípio ativo ou substância complementar).

legislação agrícola

INSETICIDAS SISTÊMICOS — Grupo de Trabalho — Prorrogação

Foi prorrogada até março de 1969 a existência do Grupo de Trabalho incumbido de estudar a utilização de inseticidas sistêmicos e suas implicações com a saúde pública (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.154, de 9-12-68 — DO — SP — de 10-12-68, pág. 10).

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO — Preços de Serviços

Foram fixados os novos preços dos serviços — análises, ensaios e pesquisas, entre outros —, a cargo do Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria da Agricultura, com base na variação dos níveis de salário-mínimo na capital paulista (Decreto Estadual n.º 51.147, de 23-12-68 — DO — SP, de 24-12-68, pág. 11).

MILHIO — (V. Carne)

REFORMA AGRÁRIA — Estudos e Sugestões — Grupo de Trabalho

Foi criado Grupo de Trabalho Permanente, junto à Secretaria de Agricultura, para promover estudos sobre reforma agrária e manter entendimentos com autoridades do Governo Federal (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.160, de 10-12-68 — DO — SP, de 11-12-68, pág. 5).

SACOS DE JUTA — ICM — Isenção — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de isenção do ICM às saídas de sacos fabricados com juta (Decreto Estadual n.º 51.202, de 30-12-68 — DO — SP de 31-12-68, pág. 2).

SEMENTES — Certificado — Registro de Produtores

Ficam instituídos na Secretaria de Agricultura a Certificação de Sementes e o registro dos Produtores de Sementes Certificadas.

A Certificação de Sementes e o certificado que garante a qualidade genética, as condições fitossanitárias, o valor cultural e os demais padrões estabelecidos para cada espécie (Decreto Estadual n.º 51.148, de 23-12-68 — DO — SP de 24-12-68, pág. 13).

SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização

O comércio de sementes e mudas será fiscalizado pela Coordenação de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura. Essa fiscalização será exercida junto a qualquer pessoa física ou jurídica que atue na manipulação, armazenamento, transporte ou distribuição de sementes e mudas com fins comerciais dentro do Estado (Decreto Estadual n.º 51.149, de 23-12-68 — DO — SP de 24-12-68, pág. 13).

SOJA — (V. Carne)

ESTADO DA GUANABARA

ICM — Felição Prêto — Arroz — Saída de Mercadorias

O Secretário de Finanças determinou que os estabelecimentos que transacionam com feijão prêto e arroz, nas operações de saída para destinatários localizados dentro do Estado da Guanabara, deverão emitir, em separado, Nota Fiscal, exclusiva para essas cereais, utilizando talão especialmente destacado para essa finalidade. No documento fiscal, consignar-se-á o débito do ICM, à taxa de 15%, realmente incidente sobre as operações de saída. No livro "Registro de Saída de Mercadorias", a escrituração das citadas notas fiscais far-se-á na coluna "outras saídas". No "Registro de Escrituração da Imposta", os contribuintes lançarão, também em separado, na linha imediatamente a seguir ao balanço normal, o valor da saída de feijão prêto e arroz, seguido do débito correspondente, e transportando tal débito para as colunas "Cálculo do Imposto" e da "Verba Utilizada", apurando-se, finalmente, o novo saldo de ICM, após a devida dedução. Na linha relacionada com o lançamento de milhas de arroz e feijão prêto da coluna "observações" do "Registro de Escrituração da Imposta", os contribuintes farão a declaração "Cálculo sob a alíquota de 15%, na forma do Decreto "N" n.º 1.166/68" (SP) — GB — Portaria "N" n.º 42, de 10-12-68 — DO — GH de 12-12-68, pág. 11.311).

NCr\$ 60,00; acidez ou alcalinidade, expressa em H2504 ou Na OH, NCr\$ 30,00; porcentagem de material insolúvel em acetona, NCr\$ 30,00; porcentagem de água NCr\$ 20,00; póso específico, NCr\$ 30,00; ponto de fusão, NCr\$ 30,00; ensaios de peneira; porcentagem em 150 malla (100 mesh) e 74 malla (200 mesh), NCr\$ 50,00; estabilidade de póso, NCr\$ 20,00; estabilidade do armazenamento, NCr\$ 40,00; fitotoxicidade, NCr\$ 40,00; suspensão dispersíveis, NCr\$ 20,00; características molháveis dos póso dispersíveis, NCr\$ 40,00; características molháveis para as culturas, NCr\$ 40,00; formação de espuma, NCr\$ 20,00; estabilidade dos concentrados emulsionáveis e soluções a baixa temperatura, NCr\$ 30,00; ponto relâmpago das emulsões e emulsionáveis, NCr\$ 50,00; viscosidade, NCr\$ 30,00; miscibilidade das soluções com hidrocarbonetos, NCr\$ 30,00; estabilidade das emulsões, NCr\$ 20,00; teor de póso não granulado, NCr\$ 40,00; densidade aparente, NCr\$ 40,00; extração em Soxhlet e densidade absoluta na porcentagem de princípio ativo em lascas, NCr\$ 200,00; absorção dos póso inertes, NCr\$ 30,00; densidade relativa dos póso inertes, NCr\$ 30,00; higroscopicidade, NCr\$ 30,00; mobilidade, NCr\$ 30,00; óleo miscível ou imiscível, NCr\$ 20,00; parte não-sulfonável, NCr\$ 60,00; determinação de resíduos de defensivos agrícolas nos diferentes tipos de produtos agrícolas, NCr\$ 200,00; ensaios biológicos de laboratórios dos defensivos agropecuários, NCr\$ 50,00; ensaio biológico de laboratório e de campo dos defensivos agropecuários, NCr\$ 500,00; determinação ph, NCr\$ 20,00; parecer técnico, NCr\$ 50,00 (Sag — GB — Ato n.º, 20-11-68 — DO — SP de 21-11-68, pág. 17).

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Registro — Certificado do Instituto Biológico

O Secretário da Agricultura baixou instruções para obtenção de certificados do Instituto Biológico necessários ao registro de defensivos agrícolas no Ministério da Agricultura (SA — GB — Ato n.º, de 5-12-68 — DO — SP de 6-12-68, pág. 15).

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA — Estrutura do

O Departamento de Orientação Técnica da Coordenação de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura passou a ter a seguinte estrutura: I — Direção e Conselho Departamental; II — Divisão Fitotécnica (DF), compreendendo: Seção de Cereais; Seção de Plantas Oleaginosas; Seção de Plantas Fibrosas; Seção de Batatas e Tubérculos; Seção de Plantas Tropicais; Seção de Plantas Sacarinas; Seção de Oleicultura e Floricultura; Seção de Leguminosas; Seção de Fruticultura; Seção de Café; Seção de Silvicultura e Seção de Dendrofitaria Vegetal; III — Divisão Zootécnica (DZ), compreendendo: Seção de Grandes Animais; Seção de Pequenos Animais e Seção de Nutrição Animal e Pastagens; IV — Divisão de Veículos (DV), compreendendo: Seção de Zoonoses; Seção de Epizootologia e Seção de Defesa Sanitária Animal (DAS), compreendendo: Seção de Manejo do Solo e da Água; Seção de Foto-interpretação Agrícola e Seção de Fertilidade do Solo e Nutrição Vegetal; VI — Divisão de Administração Rural (DSE), compreendendo: Seção de Administração Rural; Seção de Promoção e Organização de Trabalho com a Juventude Rural; Seção de Economia Doméstica Rural e Seção de Crédito, Assistência e Tributação Rural (Decreto Estadual n.º 50.853, de 18-11-68 — DO — SP de 19-11-68, pág. 28).

ENSINO AGRÍCOLA — Expansão

Foram criados colégios técnico-agrícolas nos seguintes municípios: Cabrália Paulista, Cândido Mota, Cerqueira César, Franca, Garça, Igarapava, Itu, Itapetininga, Jundiaí, Miguelópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Paratubingá, Quatá, Rancharia, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Vera Cruz.

Fica mantido, temporariamente, o funcionamento das atuais ginásios agrícolas e escolas de iniciação, promovendo-se a gradual cessação de suas atividades administrativas e de ensino técnico. O pessoal técnico-instrutivo e docente dos atuais ginásios e escolas de iniciação agrícola será retido ou redistribuído para as novas unidades criadas (Decreto Estadual n.º 51.094, de 18-12-68 — DO — SP de 17-12-68, pág. 10).

A LAVOURA

Agrônomos

Definem-se sôbre Reforma do Ensino

Eng. Agrôn. José Calil

O Conselho Deliberativo da Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil — FAEAB — reunido em Brasília, DF, após receber o subsídio da Mesa Redonda que discutiu a Reforma do Ensino Agrônômico realizada em Goiânia, com a participação de representantes de diversas escolas de agronomia do País, divulga o seguinte documento que representa o ponto-de-vista da entidade nacional dos engenheiros-agrônomos a respeito do assunto.

O AGRÔNOMO QUE O PAÍS NECESSITA

O Brasil atravessa uma etapa em seu desenvolvimento sócio-econômico na qual são encontradas diferentes estruturas na produção agrícola: existem, desde as formas mais avançadas de empresa capitalista, até imensos latifúndios improdutivos, bem como minifúndios, ambos perigosamente anti-sociais, que se constituem em estruturas inadequadas que entravam o processo do desenvolvimento nacional.

A FAEAB definiu no V Congresso Brasileiro de Agronomia a necessidade do engenheiro-agrônomo engajar-se no processo de reforma agrária, evento mais importante que o País aguarda, eis que o engenheiro-agrônomo é o profissional mais vinculado ao problema agrícola e, por isso mesmo, deve participar ativamente na elaboração dos programas e dirigir a respectiva execução.

Para isso, o engenheiro-agrônomo deve ser um profissional de alta capacitação e qualificação intelectual,

capaz de participar eficiente e ativamente dos mais altos conselhos da República, ao mesmo tempo que sua formação profissional lhe deve capacitar a executar qualquer trabalho da prática agrícola. Em outras palavras, as escolas necessitam de abrir seu ensino às ciências humanísticas, ao mesmo tempo que o currículo das disciplinas de aplicação deve se revestir de objetividade, integrando teoria e prática em um só conceito e dando ao profissional o indispensável conteúdo teórico mas, ao mesmo tempo, ensinando-o a fazer, fazendo.

DURAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Dadas as características da realidade nacional, a FAEAB considera que o currículo de formação do engenheiro-agrônomo deve ser de quatro anos, dividido em oito semestres.

O regime de aprovação precisa ser modificado para se introduzir, com urgência, o sistema de créditos, segundo o qual o estudante possa obter o grau de engenheiro-agrônomo em tempo superior ou inferior a quatro anos, de acordo com a capacitação intelectual e ou a disponibilidade de tempo.

Os currículos das escolas de agronomia devem possibilitar a opção pelo estudante para a formação científica ou diversificada, sempre porém, o diploma expedido será de engenheiro-agrônomo, sem qualquer referência ao caráter de formação, o qual será explorado através de certidão específica.

METODOLOGIA DO ENSINO

É imperiosa uma urgente reformulação da metodologia do ensino para que as modernas técnicas de comunicação sejam imediatamente incorporadas à rotina de nossas escolas.

O ensino deve caracterizar-se, nas disciplinas básicas, pelo seu relacionamento com as disciplinas de aplicação e nessas pelo emprego de técnicas objetivas e uso de unidades práticas de treinamento.

A capacitação didática do corpo docente em todos os níveis deve ser procedida imediatamente e esse processo deve ser incorporado à rotina das escolas, para que nenhum professor ministre aulas, antes de aprender a dar aulas.

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

A FAEAB considera correta a diferenciação dos níveis salariais em docente simples, tempo integral e dedicação exclusiva.

Essa diferenciação permitirá, em muitos casos, corrigir distorções no ensino e na pesquisa.

Porém, ela não deve, por si só, constituir-se em mérito, pois, é altamente desejável que os docentes das disciplinas de aplicação tenham vinculação com o processo da produção, a fim de levarem para dentro das escolas, não só a tecnologia da produção mas, sobretudo, os problemas e a vivência da produção.

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

MAIO-JUNHO 1969



Duas sementeiras conjugadas lançam simultaneamente dezenas de sementes nas canteiras de uma planície da nardeste dos EUA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
RIO DE JANEIRO



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutriam,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

© 1984 NESTLÉ

ÍNDICE

Sapos e Sapatos	2
História do café	5
Escola de Horticultura "Wenceslão Belo" — Curso Rápido Agrícola	6
Reminiscências — Os 70 anos da Penha (I) — Luiz Marques Poliano	7
Reforma Agrária — J. Sampaio Fernandes	8
I Conferência Nacional de Comercialização	9
Ministro libera verba para Escola de Horticultura Wenceslão Belo	11
Roupas de Papel nos Estados Unidos	12
Reforma Agrária-Entrevista do Sen. Flávio da Costa Brito	13
Recordações de um centenário — Antônio Guedes Tavares	16
As Excelências do Arroz	17
Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física	18
Agricultura na Guanabara	19
Cultura dos Citrus — Eng. Agr. Almiro Gonçalves de Castro	20
Insetos — Prós e Contras — Eng. Agr. Luiz Guimarães Júnior	22
Goiabeira — Ariosto Rodrigues Pelxoto	25
A Foto Internacional	27
O Preço do Leite — Otto Frensel	28
INDA — Executa com Fidelidade suas metas	30
Pesquisa e Desenvolvimento — Prof. Heitor Grillo	33
Instantâneos de gente da roça — Tocala — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	39
Climas de Goiás — Adalberto Serra	40
Escola de Veterinária do Exército — Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja	45
Livros e Publicações	56
"A Lavoura" — Há 70 anos	56
Notícias e Informações	57
Legislação Agrícola	57

Nossa Capa: Sementeira Múltipla. Métodos cada vez mais modernos de agricultura vêm sendo criados nos Estados Unidos, com a utilização de equipamentos maiores e mais rápidos, que desempenham papel importante para o melhor uso da terra. Na foto, duas sementeiras conjugadas lançam simultaneamente dezenas de sementes nos canteiros de uma plantação do nordeste dos EUA. Um fertilizante é usado conjuntamente, para aplicar cerca de 56 quilos de fertilizante, por hectare. Essas máquinas de semear foram projetadas para operar em terras pobres. (IPS, especial para "A Lavoura").

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Maio — Junho — 1969

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 31-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO

1

SAPOS E SAPATOS

O sapo estêve em cartaz recentemente, quando, em face da crescente exportação de suas peles, a imprensa chamou a atenção de nossas autoridades — advertindo-as de que, continuada a caça desenfreada àqueles benéficos animais, haveria o risco da extinção da espécie.

É que a letra de nossas leis não vinha sendo obedecida pelos que, à vista de lucro imediato, estavam armando um incalculável prejuízo para a nossa agricultura, sobretudo na parte referente às hortas e jardins.

É sabido que o sapo ingere consideráveis quantidades de larvas e insetos daninhos, livrando por um método natural e por isso barato e muito cômodo, o trabalho do homem do campo da maioria dos inimigos, também naturais, das plantas cultivadas.

A exportação de suas peles se destinava à feitura de bôlsas, sapatos e de outros artefatos, sobretudo de uso feminino.

A proibição da caça e pois da matança do sapo se enquadra na letra da lei que protege os animais úteis, entre os quais o sapo ocupa papel de destaque.

O seu veneno, a natureza lho deu — sem contudo permitir que o utilize à sua própria vontade. Se um animal o quiser engolir, e o comprime, aí a peçonha é expelida, o mesmo acontecendo quando o homem, geralmente por mera perversidade ou inadvertência, lhe pressiona as glândulas segregadoras da peçonha.

É crença, de longa data, segundo Eurico Santos, que numerosos efeitos o malefícios lhe eram devidos como o de que "por onde passasse, deixava germes de cobreiro; que a planta em que roçasse envenenaria quem a comesse; que o seu hálito era infecto. Animal impuro e mau, mamava nas vacas, fazia os vinhos azedarem, comia os ovos dos pássaros e mijava nos olhos das criaturas humanas, só de mau, para cegá-los".

Mas êsse tempo passou e o sapo conseguiu, graças à ciência moderna, um lugar de relêvo como animal de rara utilidade para o homem. Como voraz insetívoro, devorador de formigas, vespinhas, mariposas, vagalumes, coleópteros, lagartas, grilos, larvas de tôda espécie, aranhas, centopéias e outros animais nocivos ao homem e às plantas, tornou-se prestimoso auxiliar do agricultor.

Subsistem contudo alguns implacáveis inimigos do sapo: a magia negra, que o utiliza para os seus "despachos" nas encruzilhadas; o automóvel nas estradas, que o esmaga aos milhares e, mais recentemente, os produtores de peles que a indústria dos calçados está movimentando contra êle e contra o espírito e a letra da lei.

Diz, textualmente, o artigo 18 da Lei n.º 5.197, do 3 de janeiro de 1967, sancionada pelo saudoso Presidente Castello Branco: "É proibida a exportação para o exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto".

No final dêste artigo, nas suas duas últimas palavras, contudo, encontrou o interêsse comercial a válvula de escape para que continue o sacrifício do sapo, e a extinção da espécie sobrevenha, afinal, só não forem coibidas a sua caça e matança para fins industriais.

Sim, porque a exportação só é proibida "em bruto", daí deduzindo muitos e, recentemente, o senhor encarregado da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil no Recife, que a venda para o estrangeiro de artigos manufaturados com a pele de anfíbios e répteis é perfeitamente legal.

Eis o que noticia a respeito o "Diário Econômico e Financeiro do Banco do Brasil", de junho deste ano: "é possível a fabricação de calçados de pele de sapos, que tem a sua exportação proibida, porém uma vez industrializada, poderá sair livremente do país". E mais: que — "depois que o Governo concedeu isenção do IPI, do ICM e do imposto de Renda às exportações, os calçados brasileiros estão conseguindo mercado no exterior e inclusive algumas indústrias já enviaram amostras a importadores dos Estados Unidos e da Inglaterra".

Se se proíbe a exportação da pele para proteger a espécie, como permitir que esse mesmo produto, transformado em calçado, possa "sair livremente do país?"

Na lei citada e no Código de Caça e Pesca, permite-se a caça e apanha dos animais silvestres apenas em certas épocas no ano, ou quando se destinam a entidades públicas e privadas, de fins culturais e científicos.

Mas nesses diplomas é terminantemente proibida a "Caça profissional". Ora, quem apanha, mata e vende o produto da caça, está fazendo disso profissão e tal prática não é permitida no país.

A lei de 1967 abriu uma porta ao extermínio desse e de outros animais, mas o que é preciso deixar bem claro — e daqui o fazemos com toda a veemência, e que a intenção do legislador foi proteger, preservar esses animais. Mas o que se verifica, é que essa intenção está sendo burlada.

Os incentivos à exportação, inclusive de manufaturas, merecem de nossa parte todo o apoio. Em documento recente, elaborado pelo ilustre e operoso Ministro Delfim Neto se afirma que o calçado de fabricação brasileira (a indústria atravessa perigosa crise) está tendo grande aceitação, sobretudo nos Estados Unidos. Daí, a nosso ver, a sugestão do funcionário do Banco do Brasil: transforme-se em sapato o couro do sapo e, com isto, salve-se a indústria sapateira, e se obtenham as cobiçadas divisas, mesmo com o sacrifício do maior auxiliar natural da agricultura. Que importa à alta finança desapareça ele das nossas hortas e jardins?

Alertamos aqui, as autoridades para o fato de que o sapo pode ser hoje equiparado à cobra e a outros animais de laboratório. A indústria farmacêutica utiliza o seu veneno para a obtenção de uma droga que encerra propriedades tônico-cárdiacas, vaso-constritoras, hipersecretoras, hemostáticas e analgésicas. Refere o já citado e saudoso divulgador agrícola que o "National Hart Institute", de Bethesda, Maryland, tomara conhecimento dos resultados obtidos com o veneno do sapo no tratamento das doenças que geralmente ocorrem no gado bovino após o ataque da aftosa. Os animais assim tratados se mostram mais resistentes à infecção, o apetite melhora pela hipersecreção gástrica. A bufotalina — princípio encontrado na secreção peçonhenta do sapo, estimula a diurese e reforça o miocárdio.

Não é sem razão que, segundo se lê em "La Vie des Animaux", de Leon Bertin, na França, em determinadas épocas do ano, chegam a um laboratório farmacêutico de Paris caminhões peçados de centenas de milhares de batráquios, os quais, uma vez aliviados da peçonha, destinada às manipulações a que o autor chama de "Bufoterapia", são, após, recambiados aos seus lugares de origem, para que continuem a "trabalhar" com a sua natureza em benefício do homem, exatamente daquele que o persegue, maltrata e o acabará exterminando!

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3,549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente
2.º Vice-Presidente
3.º Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
3.º Secretário
4.º Secretário
1.º Tesoureiro
2.º Tesoureiro
Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLAVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARAES JUNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITAO
CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAO BATISTA LUSARDO
JULIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

1 — ENNES DE SOUZA
2 — MOURA BRASIL
3 — CAMPOS DA PAZ
4 — BARÃO DE CAPANEMA
5 — ANTONINO FIALHO
6 — WENCESLAU BELLO
7 — SYLVIO RANGEL
8 — PACHECO LEAO
9 — LAURO MULLER
10 — MIGUEL CALMON
11 — LYRA CASTRO
12 — AUGUSTO RAMOS
13 — SIMÕES LOPES
14 — EDUARDO COTRIM
15 — PEDRO OZÓRIO
16 — TRAJANO DE MEDEIROS
17 — PAULINO CAVALCANTI
18 — FERNANDO COSTA
19 — SÉRGIO DE CARVALHO
20 — GUSTAVO DUTRA
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
22 — IGNACIO TOSTA
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
24 — JOSÉ BONIFACIO
25 — LUIZ DE QUEIROZ
26 — CARLOS MOREIRA
27 — ALBERTO SAMPAIO
28 — NAVARRO DE ANDRADE
29 — ALBERTO TORRES
30 — SA FORTES
31 — THEODORO PECKOLT
32 — RICARDO DE CARVALHO
33 — BARBOSA RODRIGUES
34 — GONZAGA DE CAMPOS
35 — AMÉRICO BRAGA
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
37 — MELLO LEITAO
38 — ARISTIDES CAIBE
39 — VITAL BRASIL
40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

— Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Pollano
— Armênio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
—
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
—
— Fábio Luz Filho
— Mário Pentead de Faria e Silva
— Francisco de Assis Iglésias
—
— Honório Monteiro Filho
—
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Abreu
—
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Pollano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Pollano; Suplente Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. do Guonaboro — Juvenal do Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeicultor.

HISTÓRIA DO CAFÉ

Embora o café tenha origem etiópea, os árabes foram os primeiros a cultivá-lo, no século XV, privilégio que se esforçaram em guardar, mas em vão. Em 1610, são plantados os primeiros cafeeiros em MISORE, na INDIA. Em 1614, já os holandeses estudam as possibilidades da sua cultura; em 1696 prosperam os cafézais em JAVA, de que o Jardim Botânico de AMSTERDAM recebeu exemplares em 1706; PARIS, mais tarde, recebe cafeeiros de AMSTERDAM. Em 1714, os holandeses introduzem a planta em SURI-

NAM (GUIANA HOLANDESA). Em 1720, o oficial GABRIEL MATHIEU DE CLIEU embarca para as ANTILHAS, trazendo de PARIS três mudas de cafeeiro. Depois de uma viagem acidentada, pôde ser salva uma única muda, que foi levada à MARTINICA.

Foi da GUIANA HOLANDESA, entretanto, que o café se irradiou pelas ANTILHAS, passando à GUIANA FRANCESA, de onde o introduz no BRASIL, em BELÉM do PARÁ, em 1727, sob o reinado de D. JOAO V, outro militar, o capitão-tenente guarda-cos-

ta, FRANCISCO DE MELO PALHETA. Dos Estados do Norte, o café vem ao RIO DE JANEIRO pelo Desembargador JOAO ALBERTO CASTELLO BRANCO. O café foi plantado, inicialmente, nas faldas do Corcovado e da Serra da Tijuca, espraiando-se logo a onda cafeeira pelos Distritos de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Formou-se assim, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro núcleo de mudas e sementes, invadindo os territórios: fluminense, mineiro, paulista, etc.

Nos primeiros anos da sua

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

2ª série de 1969 — 7 de junho a 24 de agosto

Dias aula	CURSOS	Horário	Período	PROFESSORES
Sábados	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Práticas de Combate as Doenças e Pragas dos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmírez Gomes
"	Multiplicação Vegetal	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Contabilidade Agrícola	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças Folíáceas	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Conservação e Armazenagem de Produtos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Diogenes S. Cardoso
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmírez Gomes
"	Citricultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Cooperativismo Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças de Fruto	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	O Cinema e a Educação Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Sylvio Amaral
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suínocultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
Domingos	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Prát. de Comb. às Doenc. e Prag.	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmírez Gomes
"	Vegetais	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmírez Gomes
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmírez Gomes
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suínocultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro

propagação, a "onda verde" seguiu dois rumos importantes em terras fluminenses: o do noroeste, destacando-se os centros de São Marcos e Rezende, e o do norte dando origem às grandes lavouras de Vassouras e Paraíba do Sul. A onda cafeeira continuou a sua marcha penetrando em São Paulo pelo chamado norte paulista (flus do século XVIII — princípios do XIX) através das cidades de Arelas, José do Barreiro e Bananal, contíguas ao território fluminense. A "onda verde" penetrou também em MINAS GERAIS, através do Vale da Paraíba, atingindo a Zona da Mata, Assim, Mar de Espanha, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguazes e Ubá, tornaram-se logo importantes núcleos cafeeiros.

De 1817 em diante a cultura do café chegou a Campinas, Limeira, Araras, Rio Claro, etc., atingindo a zona da Alta Mogiana, onde Ribeirão Preto se transformou na verdadeira capital do café, graças à feracidade das suas terras. Continuando a sua marcha, o café rumou para o oeste do Estado de São Paulo, expandindo-se para Minas Gerais (sul), Mato Grosso e, posteriormente, para o Norte do Paraná, que é hoje a região preferida para as grandes culturas cafeeiras. Muitos fatores concorreram para essa expansão: o clima, a altitude de planalto e, sobretudo as famosas "terras roxas", resultado da decomposição das rochas vulcânicas (diabásio), abundantes no planalto paulista.

Foi o café que deu ao Brasil nos últimos decênios um lugar proeminente na economia mundial. Os cafezais do Brasil abastecem o mundo e carregam para os cofres da nação as divisas indispensáveis para o seu desenvolvimento econômico.

O café é hoje uma bebida universal, a bebida favorita, senão a mais popular. Particularmente no Brasil, o café tem um consumo espantoso. O brasileiro toma café desde que se levanta até às últimas horas do dia. É um prazer estimulante, e nas horas dos encontros, utiliza-se o café como símbolo de hospitalidade, pois geralmente é a bebida que se oferece às visitas, quentinho e feito na hora.

(De uma publicação do IBC)

Os 70 anos da Penha (I)

A "Penha", para os da Sociedade, é a designação da antiga "Estação Filoxérica", do "Hôrto Vinícola", do Hôrto Frutícola", do "Aprendizado Agrícola" — que hoje é a "Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

Tôdas essas designações, representando modificações estruturais do estabelecimento, denotam o constante empenho dos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura em manter, sempre aperfeiçoando, o despretensioso "Aprendizado Agrícola" com que, desde 1899, vem funcionando na área da antiga "Fazenda Grande". É estabelecimento de ensino por onde têm passado, desde aquela época milhares de jovens.

As notas que serão registradas a seguir correspondem a merecida homenagem aos que, desde o penúltimo ano do século passado, lá trabalharam e produziram, dando muito de si para que o atual Estado da Guanabara, não sendo forte em agricultura, não aparecesse no conjunto das unidades da federação com o seu panorama escolar falho em estabelecimentos de ensino agrícola médio. E também, louvor à tenacidade e à determinação de todos os Diretores da SNA em conservar, melhorando sempre, aquêlê setor importantíssimo de suas atividades.

Pela ata da 113.^a sessão da Diretoria, *Lucio de Albuquerque* foi designado para, "provisoriamente", fiscalizar os serviços a serem feitos na Fazenda Grande da Penha (março de 1901), tendo sido êsse portanto o primeiro delegado da entidade a ter ingerência nos negócios da "Fazenda", havia um ano apenas fôra entregue à Sociedade.

Em 1902, *João Batista de Castro*, *Jens Sand e Silva Gandra*, todos Diretores da SNA, foram

nomeados para, em comissão, estudarem as condições em que se achava a "Fazenda da Penha".

Na mesma reunião (15 de junho), *João Batista de Castro* foi designado "Presidente" do estabelecimento, onde ficou até 1902 (2-9) sob o nome de "Hôrto Vinícola da Penha".

Em "A Lavoura", de agôsto de 1905, verifica-se que o Dr. Wencesláo Bello assumiu a "presidência" do "Hôrto da Penha", sucedendo-o o Dr. João Batista de Castro, em 1907/1908.

Em 1905 havia tido início, segundo editorial de "A Lavoura", de 1908, o funcionamento regular do "Hôrto Frutícola da Penha".

Em 1908, a "presidência" e a "diretoria" cederam lugar a uma "superintendência", e *Manoel Paulo Cavalcanti* foi colocado à frente do então "Aprendizado Agrícola da Penha".

Aí ficou até 1911, quando *Vitor Leivas* foi nomeado seu "presidente", e, com êste título, ficou encarregado do estabelecimento. Durante a gestão dêste ilustre e operoso gaúcho, engenheiro agrônomo, foram muito ativos o "Hôrto" e o "Aprendizado" até 1928, quando pediu demissão. Verifica-se que havia uma grande distinção entre uma e outra função da antiga "Fazenda Grande". Talvez a do "Hôrto" sobrelevasse a do "Aprendizado", pois é nessa época que a produção de mudas, principalmente cítricas, tomou grande impulso. Segundo uma estatística, havia o "Hôrto da Penha", no período, produzido e distribuído mais de um milhão de mudas, da, surgindo a pujança da citricultura carioca e fluminense.

REFORMA AGRÁRIA

J. SAMPAIO FERNANDES

(Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura)

Parece que afinal sairá a execução da REFORMA AGRÁRIA. E já não é sem tempo. O Brasil nunca terá um progresso sólido enquanto não tiver uma agricultura capaz de absorver em grande escala a produção industrial.

O equilíbrio entre a Indústria e uma agricultura poderosa, dar-nos-á uma situação que nos aproximará da que existe nos Estados Unidos. Mas agricultura poderosa depende de classe agrícola rica, lidando junto à gleba. Isso precisa de propriedade rentável — não a grande propriedade tipo fazenda de café de quarenta anos atrás, nem da extensão de engorda, nos imensos pastoreios em que o gado para viver e engordar, precisa da época das chuvas, ou do andar quilométrico que o desgasta, nem ainda do minifúndio do antigo colono, que se vê hoje obrigado a emigrar da gleba que seus avós receberam, quando da sua vinda para o Brasil, nos idos da segunda metade do século passado, mas da propriedade de razoável tamanho que atenda às peculiaridades do solo, aguadas, montanhas, vales férteis, planícies aráveis — além das condições de escoamento e de mercado que permitam ao agricultor transformar em bens de consumo, em utilidades domésticas, em conforto para os seus e em ensino e encaminhamento dos filhos, o que receber do seu esforço de agricultor-produtor.

A reforma não deve e não pode ser violenta, como a que

sucedeu na Rússia, depois que os comunistas se apoderaram do poder, nem como a da China, mais recente, mas precisa ser real e não somente efetuada no papel: glebas de tamanho adequado, assistência centralizada e efetiva com maquinaria agrícola à disposição com seu pessoal habilitado, técnicos que orientem os cultivos ou tipos de criação mais apropriadas à região, aparelhagem de preparo da produção para os mercados, ou instalações que permitam ao produto seguir pronto para o intermediário ou diretamente para o consumidor; associações de tipo cooperativo, modeladas nas que já possuímos e que provaram como as de Cotia, ou da Brás Holanda e, principalmente, preços que permitam ao agricultor sentir que vale a pena o sacrifício de morar fora dos centros urbanos, porque com lucros poderá se dar ao luxo de "também" poder ir, de vez em quando, aos mesmos centros para o seu fim de semana ou para o gozo, com a família, das suas férias.

Os regimes a adotar deverão ser iguais e cuidadosamente planejados, para que nas propriedades maiores, onde haja necessidade de braços estranhos, estes encontrem a compensação de uma justa relação, ou de justos arrendamentos, se o proprietário não deseja, é próprio, tocar a propriedade.

A todo custo convém evitar o perigo do minifúndio, reagrupando sempre que possível os que existem.

As desapropriações devem ser efetuadas a preço justo e com moeda ou títulos de liquidez fácil, para não abrir uma fonte de descontentamento desnecessário.

Incluir pelas áreas de produtividade garantida e de fácil escoamento, sempre em núcleos que permitam assistência técnico-econômico-financeira, que garantam o sucesso da atividade.

Na França de De Gaulle, algumas províncias antigas, como a Bretanha, de terras relativamente pobres, estão em luta com o Poder Central. Justamente porque certas medidas restritivas deste, para evitar um maior encarecimento da vida do povo francês, vieram chocar-se com os interesses de uma população de vida difícil, que tem nos preços dos produtos agrícolas uma garantia do pão quotidiano, desde que o preço seja o justo, o que não significa que seja o desejado pelas populações das grandes cidades, os grandes consumidores, que fazem pressão, como em toda parte, para fíarem com a parte do leão — isto é, comprar barato o que o agricultor-criador produz e custa de ingentes esforços e alto custo as utilidades, (adubos, sementes selecionadas, implementos agrícolas, etc. que lhe custam caro).

A REFORMA AGRÁRIA pertence, por isso, a um conjunto de medidas que se devem entrosar, para a finalidade comum do progresso nacional. Que ela triunfe para o bem de todos.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO

Do consócio Dr. Juvenal da Silva Azevedo, representante da SNA no Conselho de Contribuintes do Estado da Guanabara, e integrante de nossa delegação junto à Conferência Nacional de Comercialização, recebemos o seguinte Relatório:

“Antes, quero agradecer a honrosa designação de participar da Comissão Representativa de nossa Sociedade Nacional de Agricultura à I Conferência Nacional de Comercialização, instalada sob os auspícios da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

O presente relatório cinge-se tão-somente ao item 3 do teorário da Conferência, referente a matéria tributária, assunto de minha especialização.

Assim, participei como membro atuante daquela Comissão, tomando parte de discussão e aprovação de tôdas as proposições ali apresentadas, devendo informar que o nosso trabalho obteve aprovação unânime da Comissão e do Plenário. (Vide trabalho anexo).

Como resultado dos citados trabalhos, as propostas aprovadas foram trabalhadas em relatório conclusivo para o envio às autoridades competentes do Governo, valendo destacar a indicação aprovada de se propor ao Governo a criação de uma Comissão permanente de alto nível, com composição paritária, isto é, com a participação de representantes das Confederações: Comércio, Indústria e Agricultura, para oferecer solução e dirimir controvérsias originadas da legislação tributária, no âmbito nacional”.

Segue-se o trabalho apresentado pelo nosso delegado àquele certame, no qual, aliás, a SNA estêve representada pela seguinte comissão, além do seu signatário Embaixador João Baptista Lusardo e Engs. Agros. Julio Cezar Covello e Carlos Arthur Repsold:

- 1 — Código Tributário Nacional — Sistema Tributário Nacional e Normas Gerais de Direitos Tributários.
- 2 — Do Sistema Tributário.
- 3 — Das Normas Gerais de Direito Tributário.
- 4 — Do Processo e Justiça Fiscal.
- 5 — Conclusão.

A Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, e ratificada em termos pela Constituição de 1966, já agora com as alterações do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, encontra-se regulada pela norma complementar intitulada Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, em vigor

com as alterações que lhe foram feitas, estabelece em seus dois livros o Sistema Tributário e as normas Gerais de Direito Tributário, com império de âmbito nacional para a sua aplicação.

O sistema tributário então instituído e conceituado no primeiro livro do Código, repete enumeradamente os tributos constitucionalmente instituídos e partilhados entre a União, os Estados e os Municípios.

O novo sistema tributário, visto sob o aspecto sócio-econômico, há de sofrer a nossa crítica por haver acolhido o critério de basear a receita pública nos impostos indiretos, embora tecnicamente estejam tais impostos univ ersalmente taxados como anti-econômicos e anti-sociais, e em contraposição determina-

A nossa participação nessa I Conferência Nacional de Comercialização, instituída por feliz e oportuna iniciativa da prestimosa Confederação das Associações Comerciais do Brasil, reunindo em torno de interesses comuns tôdas as entidades representativas de atividades econômicas da iniciativa privada de nosso País, reafirma o alto interesse que o conclave despertou em meio às classes empresariais.

Cabe-nos, por esta oportunidade, trazer a nossa colaboração, em parte, no que diz respeito ao item 3 do teorário “PROBLEMAS TRIBUTÁRIOS” — com o nosso exame puramente técnico ao Código Tributário Nacional, cuja apreciação obedece à seguinte ordem:

do o papel quase inexpressivo dos impostos diretos.

Dos impostos indiretos então instituídos e que mais agravam por suas incidências a crise sócio-econômica com que nos defrontamos, são o Imposto de Produtos Industrializados (em substituição ao Imposto de Consumo) e o Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias (em substituição ao Imposto Sobre Vendas e Consignações), cujo ônus recai ora no produtor (industrial ou agropecuário), descapitalizando-o, embora de um modo geral por 60, 90 e 120 dias, nas vendas a prazo, ou repercutindo no comprador final, subtraindo em consequência mais de 60% da capacidade de consumo do mercado interno, causando sério entrave ao desenvolvimento econômico (aumento de produção); tendo em vista que o aumento da produção está naturalmente vinculado e condicional do correspondente de consumo. O ônus desses tributos tanto eleva o custo de nossas mercadorias que o próprio governo, em assim reconhecendo, para possibilitar o nosso comércio no mercado internacional, visando a paridade do custo com outros países produtores, suspendeu as incidências dos referidos impostos (ICM e IPI) para as operações de exportação. O que mostra a evidência de desajuste que os mesmos tributos causaram a nossa economia. Não só pelo aspecto — técnico — doutrinário contraditado, bem como pelo altíssimo índice das alíquotas fixadas, incompatíveis com a capacidade econômica dos contribuintes, isto é, o "de jure" e o de fato sobre o qual, por repercussão, recai via de regra o encargo fiscal.

Não perflhamos a escola seguida pelos economistas do F.N.I. e do Banco Mundial denominada "poupança pela tributação", isto é, a elevação do nível das poupanças internas através da política orçamentária, quer dizer, reduzindo o consumo individual mediante o aumento de impostos, quando nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento estiverem a carecer de capital para pro-

porcionar aquele objetivo, e a sangria tributária diminui a capacidade de investimento do capital privado, única fonte real para a sua efetivação. Para que haja produção é preciso que existam os três fatores de produção: terra, capital e trabalho, em não assim sendo nada é possível fazer.

Outrossim, cabe-nos apontar os desajustamentos que revelam as normas estabelecidas no Sistema Tributário Nacional, em particular, para os tributos: ICM e IPI, cujas definições de incidência, do fato gerador e assento, encontram-se ao arreple dos postulados jurídicos e a vontade constitucional vigente. Porque tais definições, fugindo ao sistema constitucional tributário, e por conseguinte a suas limitações no que tange, em especial, à conceituação de incidência e do fato gerador, faz caracterizar outros fatos e outros sujeitos passivos da obrigação forçando outro entendimento que não o jurídico, por prevalência da vontade arbitrária e da conveniência leiga que o inspirou, contrariando deste modo as limitações constitucionais, única garantia para uma perfeita justiça fiscal com a prevalência do direito, estabelecendo-se deste modo a coexistência, em clima de respeito mútuo, entre o fisco e os contribuintes.

Dentro deste aspecto, verifica-se na definição Constitucional a vontade expressa de vincular, em relação ao ICM o fato gerador às "operações de circulação de mercadorias configuradas no ato das respectivas saídas do estabelecimento produtor ou comercial, vinculando-se tais saídas à transferência de propriedade da mercadoria, porque só em havendo a transferência de propriedade ocorre a operação econômica tributária, pois, assim é a própria filosofia original do tributo então instituído entre nós, porque cada operação econômica resultante do ciclo de comercialização do produto, isto é, desde o momento em que produzida a mercadoria até a operação final do consumidor, quando se chega à tributação integral, calculada sobre o último valor obtido no ciclo de

comercialização. Se o princípio é o da não cumulatividade, neste se compreende que as referidas saídas só poderão ter o sentido econômico-propriedade. Contra o que lutam os fiscos estaduais, obrigando a conceituação desvinculada do fato jurídico, e até mesmo de qualquer fato econômico, fazendo-o conceituar na simples acepção da transferência de fato do vocábulo — qualquer saída.

Não menos importante, é o aspecto do custo operacional imposto aos contribuintes em nome da exação fiscal de tais tributos, o que vem agravar ainda mais o Sistema Tributário em vigor. As obrigações impostas aos contribuintes pelo fisco, as quais evoluem dia a dia de modo inconseqüente, elevam por demais o custo operacional das referidas obrigações fiscais, ou seja a do pagamento do tributo devido. Não menos inconveniente para a sociedade em geral, é o custo da exação desses tributos, considerando-se o exército de fiscais que mantém o Poder Público e a participação destes na receita pública extraordinária (multas).

Outro fato que está a reclamar sérias providências às autoridades competentes, é a falta de estabilidade da legislação fiscal. Muda-se a estrutura de um tributo, amplando-se não só o "quantum" da obrigação, mas também do custo operacional de tais tributos a todo momento, dificultando não só os contribuintes, mas também os auditores e demais profissionais que prestam os seus serviços técnicos a eles, por força da complexidade da implantação dos tributos instituídos, gerando completa confusão e com isto a criação de clima de corrupção e descrédito, com flagrante prejuízo para o interesse público.

Ante o demonstrado, e a experiência que nos trouxeram esses primeiros anos de implantação do novo sistema tributário, há de se sugerir ao governo, como medida que se impõe para atender o melhor interesse da economia Nacional, é o que propomos, a instituição do imposto único para os produtos agropecuários comercializa-

dos "in natura", com a incidência do imposto territorial sobre as propriedades rurais, com assento sobre o seu valor venal, dêste excluídas as benfeitorias.

Ainda sobre o tema do Sistema Tributário, trazemos o nosso apoio à tese levantada pelo ilustre delegado Roberto J. T. N. Osório, em relação à recomercialização de bens usados.

Realmente à mercadoria que após haver atingido o ciclo de comercialização com a operação ao consumidor final, quando já arrecadou o fisco o imposto integral ao fim do processo, e esta mercadoria volta a nova fase de comercialização, deve-se atribuir um crédito fiscal compensatório à operação seguinte, porque do contrário, haverá a quebra do princípio constitucional da não cumulatividade do tributo (ICM), pois que no valor da mercadoria, ainda que desvalorizada, persiste o do tributo pago que lhe está incorporado indiretamente.

Sobre as "Normas Gerais de Direito", constante do Livro II, do Código, vale a sugestão de louvamos a iniciativa do Poder Público, porque a inclusão de tais normas no direito positivo marcou entre nós orgulhosamente o aperfeiçoamento do nosso direito fiscal. Porquanto, se antes buscávamos vagamente na doutrina aquelas conceituações, hoje a temos como direito e obrigados por seu império. Entretanto, cabe aqui a advertência, de não ficar o direito no que diz respeito às Normas Gerais como letra morta, devendo os órgãos exatores observá-los como se fôra um mito religioso a ser seguido.

Em conclusão propomos:

1 — O reexame do sistema tributário Nacional objetivando-se a simplificação da exação fiscal e o barateamento do custo operacional do contribuinte, bem como a revisão dos impostos indiretos no sentido de se reduzir as suas alíquotas.

2 — a adoção do imposto único para a comercialização dos produtos agropecuários "in natura", com a incidência do imposto territorial calculado sobre o valor venal da propriedade rural.

Ministro libera verba para Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

A LIBERAÇÃO de NCr\$ 75 mil para custeio dos cursos agrícolas de nível médio, mantidos pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura, foi anunciada pelo Ministro Ivo Arzua, ao ressaltar o caráter pioneiro daquele estabelecimento de ensino, que é o único no gênero existente na Guanabara e, portanto, indispensável para atender à crescente necessidade de mão-de-obra qualificada para as atividades agrícolas.

E esclareceu o Ministro que, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura, foi possível o aproveitamento de candidatos dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Pará e Pernambuco, nos diversos cursos ministrados naquela Escola, que vêm assim contribuindo de forma decisiva para concretização da revolução tecnológica na agricultura.

CURSOS

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" mantém um Curso Profissional, de

dois anos, para formação de hortelões, fruticultores e floricultores; um Curso Prévio, de quatro meses, destinado à preparação para o ingresso no Curso Profissional; Curso de Treinamento Agrícola, em oito meses, para formação de práticos rurais e Cursos Rápidos, em três meses, para especialização na Agricultura, sem qualquer exigência quanto à idade e grau de instrução, recebendo candidatos de ambos os sexos. São ministrados aos sábados e domingos, tendo sido realizados 29 desses cursos em 1968.

Mantém ainda Cursos Especiais e Rápidos Intensivos, com duração variável e de finalidades específicas, como os ministrados em 1968 a 26 tenentes, 20 cabos e 11 sargentos da Escola de Veterinária do Exército, como complemento dos ensinamentos especializados que esse estabelecimento militar vem proporcionando aos oficiais e praças que atuam em suas granjas, hoje em número de 200 em todo o Brasil, e aos destacados para as unidades de fronteira.

(Transcrito de O Globo, de 13-5-68)

3 — instituição de um processo fiscal uniforme com a indicação de autoridade julgadora de primeira instância para os litígios fiscais equidistantes do interesse na participação das multas, bem ainda da preservação dos Conselhos de Contribuintes, com atribuições de tribunais administrativos de última instância.

4 — concessão de crédito fiscal ao comerciante, quan-

do da aquisição de bens usados para nova comercialização na importância resultante do cálculo com alíquota vigente do imposto sobre o valor da operação de compra.

5 — recomendar ao Governo a consolidação da legislação tributária, estabelecendo um mínimo de tempo para sua vigência sem qualquer alteração".

ROUPAS DE PAPEL NOS ESTADOS UNIDOS

Roupas, lençóis, toalhas, cortinas, toalhas de mesa e centenas de outros artigos, fabricados com materiais especiais, usualmente identificados como "não-tecidos", estão-se tornando hoje um novo fator importante na economia dos EUA.

Os materiais são fabricados por companhias de papel dos EUA, que usam processo semelhante ao da fabricação do papel. Mas, em virtude de todos os papéis serem, em sentido literal, "não-tecidos", é importante identificar os novos tipos de materiais e saber como são produzidos.

Geralmente, os "não-tecidos" são formados de uma ou várias camadas de tecido — muito parecido com os conhecidos lenços de papel — que são reforçados com um tecido grosso ou recobertos de fibras sintéticas. O material resultante é forte e resiste muito mais à água e ao fogo do que qualquer produto de papel anteriormente o conseguia. É ainda bastante barato, em relação aos tecidos com os quais competirá.

A combinação de papel com materiais que lhe dão maior consistência resulta num produto macio, barato e durável, com possibilidades consideráveis no mercado.

Uma das principais companhias norte americanas de fabricação de papel, a Kimberly-Clark, produz dois tipos. Um é denominado "scrim-reinforced material", ou SRM isto é, material reforçado com tecido grosseiro, usado para fabricar esfregões, toalhas, aventais e outras roupas. O material é feito com uma malha aberta de fios ou filamentos e a laminação de uma ou duas camadas de tecido de cada lado.

A Kimberly-Clark produziu pela primeira vez o SRM em 1952, quando procurava um substituto para a gaze de algodão.

O outro "não-tecido" produzido por essa empresa é o "tissue-fiber-laminate", TEL, ou laminado tecido-fibra. Diferencia-se do SRM por ser o seu reforço básico formado de fibras finas do mesmo tipo, que são dispostas umas muito junto das outras, para criar um material base macio e mais denso.

Uma camada de tecido é laminado de cada lado, o que torna o produto macio e forte, especial para lençóis, fronhas, vestidos e outros artigos semelhantes.

O mercado para produtos de papel é bastante extenso. Os hospitais pelo perigo de os germes se espalharem têm grande preferência por esses produtos que se usam e são jogados fora. Geralmente, há uma economia muito grande no espaço de armazenagem, quando se substituem os produtos que se usam muitas vezes pelos fabricados de papel.

Outros mercados incluem hotéis, escolas, ferrovias, empresas de aviação e forças militares.

O mercado doméstico está apresentando um crescimento fora do comum, principalmente em virtude da mudança do modo de viver dos norte-americanos. Há mais famílias jovens hoje, e elas dispõem de mais dinheiro. Muitas esposas jovens trabalham, ou participam em larga escala dos assuntos da comunidade, e a vida no lar obrigou a substituir os produtos formais de linho e bordado. As famílias nos EUA estão procurando produtos que dispensem o uso de em-

pregadas, pois estas são raras e dispendiosas. O resultado tem sido uma procura cada vez maior de confecções que se usam uma só ou poucas vezes. O bom gosto da mulher norte-americana é conselente, e suas preferências mudam rápida e regularmente. O mercado de roupas femininas tem-se aproveitado dos "não-tecidos", e mais de meio milhão de vestidos de papel foram vendidos em lojas de departamentos e pelo correio, nos últimos meses. O mercado está se ampliando para incluir artigos de uso limitado, tais como roupas de crianças, vestidos de formatura, vestidos de casamento, e até roupas de banho.

Não se espera uma expansão muito rápida, nem que esse tipo de produto seja usado com exclusividade e uma penetração de 100 por cento não é considerada possível em hotéis e motéis em futuro próximo. Mas tais artigos deverão conseguir grande incremento nessas áreas, e seu uso deverá aumentar consideravelmente em residências, hospitais e na indústria, nos próximos anos.

Considerando tais fatores, o mercado em potencial para os artigos "não-tecidos" atualmente vai além de 1.000 milhões de dólares, embora apenas cinco por cento desse mercado estejam sendo utilizados. A expansão do uso de tais artigos, segundo se espera, será feita a razão de 20 por cento anuais, nos próximos cinco anos. (IPS).

N. da R.: E o que será do algodão, da lã, da seda e das várias fibras naturais? Ai fica a indagação, como advertência aos homens da agro-economia brasileira.

REFORMA AGRÁRIA

Entrevista do Presidente Flávio da Costa Britto, da C. N. A.

— Com respeito ao Ato Institucional n.º 9 e ao recente Decreto-Lei, ambos objetivando providências relacionadas com a Reforma Agrária, posso adiantar que a classe rural os recebeu com tranquilidade, pois ambos incluem providências que a Confederação pleiteara para corrigir pontos de vista extremados de alguns elementos integrantes do Grupo Interministerial, incumbido do estudo do problema.

Ficou, assim, evidenciada a cautela com que a Presidência da República examina os projetos que lhe são apresentados, dando-lhes o indispensável tom de equilíbrio e prudência.

Com efeito, conforme tivemos oportunidade de ressaltar em nossas restrições a certas medidas propostas pelo Grupo, é indispensável não perder de vista tudo quanto as atividades agropecuárias já representam para a economia nacional, impondo-se respeitar o que já está feito e o que pode ser aperfeiçoado, em vez de pretender-se reabrir uma estaca zero.

Allás, em matéria de atividades rurais, já hoje, no mundo todo, é pacífico que o verdadeiro problema é a produtividade, colocando-se a ampla distribuição de terras em plano até mesmo duvidoso quanto aos seus benefícios e receptividade pelos favorecidos.

Porém, não é a propósito disto que a imprensa solicita meu pronunciamento, nesta

oportunidade. Passo, pois, à análise dos atos a princípio referidos.

O AI-9 introduziu três modificações significativas no texto constitucional. A primeira eliminou a expressão "prévia", referindo-se à indenização do expropriado e a segunda qualificou a expressão "justa indenização", para acrescentar-lhe "fixada segundo critérios que a lei estabelecer".

Quanto à primeira, não me parece que tenha maiores efeitos práticos, já que o expropriado permanecia exposto à perda da posse desde o depósito preliminar. A cautela referia-se, pois, apenas à transferência do domínio. A modificação visou a facilitar a titulação dos beneficiários, já na posse, independentemente da conclusão do processo judicial.

Quanto à segunda alteração, deixando à lei ordinária definir critérios de fixação do justo valor, sem dúvida reduziu a margem de segurança. Por isso, certamente, o Presidente da República apressou-se em baixar, concomitantemente, o Decreto-Lei onde se considera justa a indenização baseada nos valores declarados pelo próprio interessado, abrindo-lhe prazo para rever, dentro de 80 dias, suas declarações cadastrais no IBRA.

Esta medida foi pleiteada pela CNA, atendendo a que, consoante critério aceito por essa entidade, tais valores deveriam ser prudentes,

alguém dos valores venais. Já agora, porém, a declaração valerá como uma verdadeira opção de venda.

É verdade que ficou reservado ao expropriante impugnar tais valores, quando os julgar exorbitantes, caso em que restará o arbitramento judicial, após o depósito prévio na base estimada pelo IBRA.

A terceira alteração constitucional substituiu a redação do § 5.º do artigo 157, revogando a exigência de a reforma agrária ser executada por um colegiado constituído por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República após a aprovação da escolha pelo Senado Federal. O novo texto apenas dispõe que é privativo do Presidente declarar as áreas prioritárias, podendo delegar os poderes para desapropriação.

Devo ressaltar que as situações de que estamos tratando somente se verificarão nas áreas consideradas prioritárias, tendo-se assentado, no Grupo Interministerial, que tais áreas não mais abrangerão grandes extensões e até mesmo Estados inteiros. Foi pensamento unânime que tais áreas serão limitadas aos diferentes projetos, aplicáveis a regiões que satisfaçam condições mínimas, características de tensão social e estrutura fundiária manifestamente condenável.

Finalmente, desejo louvar também, pela prudência e

elevado critério que presidiu a elaboração final dos textos, a proibição de aplicar-se a desapropriação excepcional de que se trata aos imóveis que, embora em área prioritária, preencham as condições de empresa rural. Estes ficarão sujeitos à regra geral das desapropriações, nos termos do artigo 150, § 22 da Constituição, isto é, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Como se vê, não há motivo para preocupações de parte daqueles que, realmente, dedicam-se aos nobres labores da agricultura. Ameaçados somente podem sentir-se os latifundiários absentistas, que conservam a terra para fins especulativos.

É o seguinte, na íntegra, o Ato Institucional n.º 9, ontem assinado:

"Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1.º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a reforma agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

"Art. 1.º — O Parágrafo 1.º, do Artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 —

Parágrafo 1.º — Para os fins previstos neste Artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto territorial rural e como pagamento da preço de terras públicas.

Art. 2.º — É substituído o parágrafo 5.º do Artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

Parágrafo 5.º — O Presidente da República poderá

delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

Art. 3.º — Revoga-se o parágrafo 11 do Artigo 157 da Constituição Federal..

Art. 4.º — Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário".

COMO FAZER A REFORMA

O Decreto-Lei assinado juntamente com o AI-9 é do seguinte teor:

Art. 1.º — A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do Artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

Parágrafo 1.º — A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

Parágrafo 2.º — O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º — Ainda quando situados nas áreas de que trata o Artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 1.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3.º — Na desapropriação a que se refere o Artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — o valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou

quando inexistir essa declaração.

Parágrafo 1.º — Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

Parágrafo 2.º — Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex-offício, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

Parágrafo 3.º — Dentro do prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação deste decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º — Não havendo acordo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização fixado nos termos do Artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo Único — O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º — A ação de desapropriação será proposta perante o juiz federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º — Na petição inicial, o expropriante, juntado um exemplar da publicação, em órgão oficial, do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do Artigo 4.º e seu Parágrafo Único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 7.º — De plano, ou no prazo máximo de quarenta e oito horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de vinte e quatro horas, dos competentes man-

dados, em nome do expropriante.

Parágrafo Único — A transcrição da propriedade no Registro de Imóveis far-se-á no prazo improrrogável de três dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º — Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o Artigo anterior, o juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9.º — A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10 — Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11 — Na revisão do valor da indenização deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do Imposto territorial rural, e eventualmente reajustado nos termos do parágrafo 3.º do Artigo 3.º.

Art. 12 — Aplica-se às desapropriações por interesse social, de que trata este Decreto-Lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13 — O depósito, que se haverá como feito à disposição do juiz da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na capital do Estado e na sede da comarca da situação do bem, com o prazo de trinta dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único — Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14 — Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação, ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

A LAVOURA



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeira Tahiti — (Linhagem "Pe-ruano").
- Nagueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Caleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sarrimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Falhetas GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira — Est. de São Paula

COMITÉ 4-S

Os programas educativos do Comitê Nacional de Clubes 4-S, entidade de apoio e incentivo à juventude rural, receberam novo suporte, através de um Acôrdo de Patrocínio assinado com a IBM do Brasil S/A, para o corrente ano. O CNC4-S considera que tais contribuições de empresas privadas constituem o "aceleramento do desenvolvimento social, educacional e econômico do meio rural, e sua integração no complexo de desenvolvimento do País."

O suporte concedido pelo IBM será aplicado no Fundo Nacional de Bolsas de Estu-

do, para a educação formal de sócios de Clubes 4-S, e no Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais, realizado anualmente em um país da América Latina selecionado pelo promotor do conclave, o Programa Interamericano para a Juventude Rural. Dêsse encontro participam sócios de Clubes, líderes e técnicos dos países congressistas. Parte da contribuição da IBM será, ainda, destinada às despesas administrativas do CNC4-S, que engloba gastos com a manutenção dos escritórios e dos funcionários.

Parágrafo único — Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15 — O juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-Lei incorrerá na sanção prevista no Artigo 24 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único — Tratando-se de serventário da Justiça, ou de oficial do Registro de Imóveis, ficará êle sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO

RECORDAÇÕES DE UM CENTENÁRIO

de Antônio Guedes Tavares, dedicado ao seu distinto amigo sr. Lutz Marques Poliano, Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA.

Lavrador, com 25 anos de idade, recebi, na Prefeitura de Caçapava, as credenciais para representar o Município no 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, no Rio de Janeiro, nas Festas de Homenagem ao 1.º Centenário da Independência do Brasil, onde defendi a tese "Pelo Norte Paulista", que foi plenamente aprovada.

Era o eminente estadista Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, — de quem tenho uma carta e a sua fotografia com dedicatória — o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e Presidente da Subcomissão dos Congressos do Centenário; o Dr. Hídefonso Simões Lopes, Presidente de Honra desse 3.º Congresso, e o Dr. Augusto Ramos, Presidente efetivo, Congresso promovido pela dita Sociedade Nacional de Agricultura, sob os auspícios do Ministério da Agricultura e da Comissão Executiva da Exposição Nacional, com a orientação de técnicos de reconhecido valor científico, como o Dr. Gonçalves Junlor, o Dr. Victor Lelvas, — que assinou o meu "Cartão de Congressista" — fazendo parte personalidades de destaque nos meios políticos, comerciais, industriais e agrários.

Para representar Sua Excelência o Senhor Dr. Epitácio Pessoa, Presidente da República, que, pouco antes, tinha ido presidir a reunião com banquete oferecido nos Embaixadores Especiais enviados do estrangeiro, inclusive o General Dr. Eduardo Costa, Chefe do Estado Maior

do Exército do Uruguai, para assistirem às festas programadas, e que, por isso, não pôde estar presente no momento solene da sessão inaugural do mencionado 3.º Congresso, compareceu o ilustre engenheiro Dr. Pires do Rio, Ministro da Viação e Interino da Agricultura, que, em brilhante oração, declarou abertos os trabalhos, dando a palavra ao Dr. Miguel Calmon para, em belíssimo improviso, expor os fins do importante certame. Em seguida, falou o sr. Carlos Jordão, representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro, demonstrando o valor do comércio como principal veículo da produção agrícola. Falou, depois, pela Comissão Promotora dos Congressos, o Dr. Lemos de Brito que declarou, entre outros pontos de relevo: "Nenhuma classe melhor do que a agricultura e a pecuária, poderá falar em nome do Brasil. Nenhuma outra falará com a mesma autoridade. Não é só o movimento da nossa grandeza econômica, o que lhe devemos nós; a própria emancipação política, é a sua obra, porque foi seu labor indefesso na colônia, que nos fez prósperos e fortes, e foi na consciência dessa pujança que se debuxou, ereseceu e se expandiu o ideal nativista dos nossos avós."

Como delegado do Governo do Estado de São Paulo, o Dr. Paulo de Moraes Barros, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, e ex-Secretário de Agricultura desse mesmo Estado, discorreu longamente

sobre o aproveitamento e re-plantação das florestas e fibras, a necessidade da irrigação no nordeste, a utilização do álcool como combustível, a forma de preparar os couros para a exportação, o cultivo da vinha no Rio Grande do Sul e a sua influência na diminuição da compra de vinhos estrangeiros, a redução de fretes nas vias férreas, o crédito agrícola, a cicatrificação das usinas de açúcar, o tratamento da medicina veterinária e muitos outros problemas de interesse agrário e financeiro.

Em nome da Sociedade Nacional de Agricultura falou, finalmente, o Dr. Augusto Ramos, enumerando tudo o que o Governo tinha feito para o desenvolvimento dos centros produtores do País, e salientando importantes considerações relativas aos notáveis progressos da lavoura, discurso que causou excelente impressão. E, agradecendo aos altos dirigentes da Nação os auxílios que prestaram para a realização do citado 3.º Congresso, concluiu, dizendo: "Aos ilustres representantes dos Estados, dos Municípios, de associações rurais e de lavradores que nos vieram trazer as suas valiosas contribuições, a nossa profunda e eterna gratidão."

Salve! a agricultura nacional na sociedade,

Salve! a Sociedade Nacional de Agricultura!

Da côrte imperial chineza, há cinco mil anos passados, o arroz passou a figurar nas mesas de quase todas as nações do mundo. Os Estados Unidos, atualmente, consomem tipos insípidos, atendendo "conveniências".

AS EXCELÊNCIAS DO ARROZ

Em Roma o arroz é denominado *risotto*. Em Madri, *paella*. No Cairo faz-se dêle o *ptaf*. Porém, em qualquer parte dos Estados Unidos é arroz mesmo.

Dos antigos campos asiáticos, o arroz foi-se integrando, durante séculos, nos cardápios de quase todos os países do mundo.

O cidadão americano consome atualmente, em média, 7,3 libras-pêso de arroz por ano — justamente como o fazia no ano de 1909. Durante todos êsses anos passados seu appetite diminuiu durante algum tempo, até que em 1956 êle absorvia apenas 5,6 libras-pêso.

Pode ser mera coincidência, porém o appetite das classes menos favorecidas do povo americano começaram a despertar para o arroz, ao mesmo tempo que os tipos "convenientes" daquele cereal começaram a aparecer nas prateleiras das mercearias.

Antes de chegar ao atual processo de empacotamento do arroz, houve uma longa história de um dos alimentos mais versáteis da humanidade.

Essa planta é nativa nos deltas dos rios asiáticos — o Yangtze, o Ganges, e o Tigre e o Eufrates.

Há cinco mil anos atrás, na China, o cereal foi completo para o plantio do arroz era reservado somente ao imperador. Hoje em dia, sua cultura se estende pelo mundo inteiro, desde os campos apalados do Oriente, onde o plantio é feito a mão, às fazendas modernas, altamente mecanizadas, dos Estados Unidos.

O arroz demorou algum tempo a chegar no Nôvo



Plantio de arroz da Colônia Agrícola de Itaboraí — Goiás

Mundo. Dizem os historiadores que êle foi introduzido acidentalmente, no último quartel do século XVII, quando um navio estrangeiro, carregado do cereal, perdeu a rota e aprou nas praias ocionais da Carolina do Sul.

Mais tarde, no Século Dezenove, seu cultivo se espalhou da Carolina do Sul até a Luisiana e o Texas e, dali até Arkansas e o Mississipi. Desde essa época, a Califórnia tornou-se o maior produtor de arroz do país.

Espalhadas pelo mundo, existem, pelo menos 7.000 variedades conhecidas de arroz. Felizmente para o consumidor americano, não terá êle que enfrentar uma escolha tão variada, para a sua aquisição.

Aqui neste país, há apenas umas poucas variedades. Muitas delas são naturais, ou híbridas-controladas, selecionadas de acôrdo com sua adaptabilidade ao nosso solo e clima.

O arroz branco, pilado, usado por nossas avós, ainda existe em boa quantidade, e é preferido por muitos consumidores. Esse tipo provém de três variedades.

O arroz agulha é de grão longo, cujo comprimento é de três ou quatro vezes a largura. Fica perfeitamente sêco e macio quando preparado. Os grãos são tenros e geralmente permanecem separados após o cozimento. Essas propriedades fazem daquele tipo de arroz um prato ideal.

Os grãos de variedades mé-

A LAVOURA

Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física

Para conhecimento da classe, trauserevemos mais abaixo dispositivos do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro último, que trata do regime da tributação dos rendimentos das atividades rurais, modificando fundamentalmente a situação até agora vigente.

Esse sistema deverá entrar em vigor a partir das declarações do imposto de renda de 1971, o que vale dizer que, salvo opção pela renda presumida, elevada para 5% sobre a renda bruta, a lei exigirá a organização de contabilidade na atividade individual do agricultor e criador.

Em circular às suas filiadas, a Confederação Nacional da Agricultura está pedindo sugestões, sobretudo no que se refere à exequibilidade do novo sistema, dado o seu custo e a notória carência de profissionais de contabilidade no país.

Daqui, reforçamos o pedido da CNA com a divulgação do texto legal, que é o seguinte:

DECRETO-LEI N.º 401 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968.

Art. 14. A partir do exercício de 1971, ano-base de 1970, os rendimentos decorrentes da exploração por pessoas físicas, das atividades rurais enumeradas no artigo 9.º do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, inclusive as componentes de parcerias rurais contratadas por escrito, ficarão sujeitas ao imposto de renda de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1.º — O exercício das atividades referidas neste artigo, por pessoas físicas é

considerado empresa individual, cujo rendimento anual será apurado com base em escrituração regular de receita e despesas relativas à exploração.

§ 2.º — O rendimento apurado em cada ano ficará sujeito ao imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento), como lucro da empresa individual. Só quando distribuído ao titular da empresa, o lucro será incluído na cédula G de sua declaração de rendimentos de pessoas físicas, no exercício a que corresponder.

§ 3.º — As pessoas físicas que explorarem as atividades mencionadas neste artigo poderão optar pela inclusão do rendimento na cédula G de sua declaração de rendimentos, dispensada a declaração de empresa individual.

§ 4.º — Na hipótese do parágrafo anterior, o rendimento a ser incluído na cédula G será equivalente a 5% da receita bruta, especificada esta em anexo à declaração.

dias e pequenas são sujeitos a empapar quando cozidos, tornando-os facilmente empregados como matéria-prima de pudins, panquecas e broas quentes.

Há pouco mais de 10 anos foi introduzido no mercado o arroz pré-cozido, ou conversível. Nesse caso o arroz é tratado por um processo especial de pressão-vapor antes de ser moldo. As vitaminas naturais e os sais minerais contidos na casca são incorporados no mesocarpo

(massa do grão). O processo também faz com que os grãos se mantenham firmes e separados durante o cozimento. Ao contrário do arroz pilado, que aumenta três vezes o seu volume durante o processo de cocção, o arroz pré-cozido aumenta quase quatro vezes.

Possivelmente, o arroz mais fácil de ser preparado e o pré-cozido, o qual na realidade, não precisa, absolutamente, de ser cozido. Necessita apenas ser aquecido em água

fervente, de onde sai com o seu volume dobrado.

O arroz escuro é a qualidade mais nutritiva que existe, uma vez que, no beneficiamento, é apenas removida a casca. O arroz assim contém vitaminas do complexo B, bem como sais minerais. (13).

(Traduzido de "The Farm In-tese", do U. S. Dept. of Agriculture, março 1968).

§ 5.º — O Ministro da Fazenda fixará o limite da receita bruta anual a que se refere o § 4.º deste artigo.

§ 6.º — O regime deste artigo aplica-se também à exploração das atividades citadas em terras arrendadas.

§ 7.º — Nos exercícios de 1969 a 1970, o rendimento das atividades a que se refere este artigo será apurado e tributado de acordo com as normas legais em vigor.

§ 8.º — O contribuinte obrigado à escrituração e que não a tiver ou que não a mantiver em ordem, ficará sujeito ao arbitramento, pela autoridade competente, de seu lucro tributável, aplicando-se, para esse efeito, no que couber, as normas legais que regem o arbitramento das pessoas jurídicas em geral.

§ 9.º — As empresas individuais que declararem seus rendimentos conforme apurados em escrituração regular poderão compensar os prejuízos ocorridos num exercício com os lucros obtidos com a mesma atividade nos exercícios subsequentes.

§ 10.º — O Ministro da Fazenda expedirá as normas para a escrituração das empresas individuais a que se refere este artigo.

Art. 15. Até 30 de junho de 1969, as pessoas jurídicas poderão atualizar além dos limites de correção monetária o valor dos terrenos e construções constantes do seu ativo imobilizado, desde que recolham, tão-somente imposto na fonte de 15% (quinze por cento) sobre a reavaliação adicional assim efetuada, o qual poderá ser pago parceladamente, a requerimento do interessado, nos termos das normas em vigor.

§ 1.º — O imposto a que se refere este artigo não será cobrado se a empresa optar pela compra em dobro do seu valor, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis por cinco anos, a serem adquiridas no mesmo número de parcelas.

§ 2.º — O valor da reavaliação deverá ser levado à conta do capital da empresa, que não poderá ser reduzido antes do prazo de cinco anos.

§ 3.º — No caso de alienação de imóvel objeto da reavaliação de que trata este artigo, eventuais prejuízos não serão dedutíveis de lucro tributável.

Art. 16. A despesa operacional relativa à remuneração dos sócios, diretores ou administradores de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos titulares das empresas individuais, não poderá exceder, para cada beneficiado, até o limite colegial de 7 (sete), a 5 (cinco) vezes o valor fixado como mínimo

de isenção na tabela de desconto do imposto na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

§ 1.º — A dedução das remunerações pagas na forma deste artigo em cada ano-base não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do lucro tributável antes de feita a dedução dessas mesmas remunerações.

§ 2.º — Em qualquer hipótese, mesmo no caso de prejuízo, será sempre admitida para cada um dos sócios, diretores ou administradores, retirada mensal igual ao valor do limite mínimo de isenção para efeito do desconto na fonte de rendimentos do trabalho assalariado.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Julho e Agosto

OLERÍCOLAS

Julho — Continuam os plantios de foliáceas, cenoura, nabo e rabanete, e inicia-se o do pepino e do melão.

Agosto — Neste mês inicia-se o semeio em local definitivo de abóbora, maxixe, melancia, pepino e quiabo. Semeia-se em canteiros de sementeira, beringela, jiló, pimentão, plantando-se ainda batata doce e alpin.

FRUTICOLAS

Julho — Continuam os trabalhos iniciados no mês anterior, poda e adu-

bação. Inicia-se a colheita de laranjas tardias (pêra, valência e natal) e termina a colheita do caqui.

Agosto — Início da brotação e floração das árvores frutícolas, tais como: mangueiras, abacateiros, cajueiros, laranjeiras etc. É boa época para a formação de novos pomares com o transplante de mudas.

Inicia-se o plantio da melancia e melão e termina a colheita das laranjas precoces, tais como: lima, baianinha e seleta.

A LAVOURA

JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO 19

CULTURA DOS CITRUS

A citricultura já teve grande desenvolvimento em nosso Estado, representando ainda a laranja, a fruteira que ocupa a maior área cultivada. Hoje, os objetivos são o da produção de laranjas, para o consumo interno, escolhendo-se variedades seletas, para a mesa, ao lado das tangerinas e dos limões.

Variedades — Dentre as laranjas, recomendamos o plantio de variedades precoces, isto é, de maturação mais cedo (março-maio) e tardias. Das variedades precoces indicamos: Hamlin, Balaninha e a Lima. Das variedades tardias indicamos: Pera, Valência, Natal e Seleta.

Dentre as tangerinas, dificilmente outra variedade, em nossas condições poderá concorrer com a tangerina Rio, no entanto, mais tardia que a Rio e que apresenta boas características de fruto, é a tangerina Daney.

Dos limões, as variedades mais recomendáveis são o limão Rio (casca fina) e o limão Tahiti, este sem sementes e com frutos bem maiores que o casca fina.

Solo — As plantas cítricas são pouco exigentes em solo, adaptando-se a qualquer tipo. Se tivéssemos que indicar um tipo de solo diríamos que elas dão preferência a um solo silico-argiloso, de boa profundidade, e bem provido de elementos nutritivos.

As condições físicas do solo são mais importantes que as químicas, assim, terrenos pouco profundos e com subsolo impermeável não devem ser escolhidos, pelas despesas que obrigaríamos, a fim de manter em boas condições a cultura.

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

Mudas — É da maior importância para o agricultor, conhecer uma boa muda ou enxerto, pois dela dependerá o sucesso ou fracasso do seu pomar.

Uma muda bem formada apresenta-se com haste reta, sem curvas, tendo 60 a 65 cm de altura, terminando por 3 a 4 galhos que saem dos últimos 15 cm de haste. O seu sistema radicular deve ter uma única raiz pivotante (plão), reta e longa, provida de abundantes raízes secundárias e radículas. A grossura da muda, na altura do ponto de enxertia deve ser de 2 cm.

Para se obter uma muda nessas condições, são necessárias de 2 a 2 1/2 anos, a partir da sementeira.

Se o lavrador preferir fazer ele próprio suas mudas, ao invés de adquiri-las de viveiristas tradicionais, deve antes se instruir sobre o tipo de cavalo mais conveniente, bem como da obtenção de borbulhas, que deverão ser retiradas de plantas isentas de viroses (doenças que são transmitidas pela enxertia) nos Postos Agrícolas e Serviço de Horticultura do Estado.

A muda poderá ser planta-

da de raiz nua ou com torrão; no primeiro caso, as raízes mais grossas devem ser podadas, retirando-se suas extremidades, bem como todas aquelas que se apresentarem defeituosas, no caso do plantio com torrão, evitar seu rompimento a fim de não danificar as raízes finas.

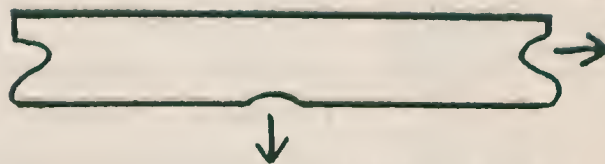
Preparo do Solo — A ração profunda, feita com bastante antecedência e se possível com duas arações, gradeações de modo que o terreno fique bem pulverizado.

Marcação e abertura de covas — Marcar as covas em linha de nível, espaçadas de 5 x 5 m em solos pobres ou 6 x 6 em solos férteis. As covas deverão ter 60 x 60 x 60 cm, enchendo-as com terra da superfície, enriquecida com a seguinte adubação:

Farinha de ossos — 500 gr
Cloreto de potássio — 50 "
Sulfato de Chile — 30 "

Plantio — Com auxílio de uma tábua de plantar, que consiste em uma peça de madeira com 2 cm de espessura, 15 cm de largura e 1,20 m de comprimento, tendo três cavidades, uma em cada extremidade e uma central. As duas extremidades serão as guias da tábua e a central será colocada na estaca de alinhamento do pomar. Abertas as covas sem retirar as estacas guias, recoloça-se a tábua de plantio sendo a muda alinhada pela cavidade central da tábua.

Estaca guia



estaca do alinhamento

O plantio deverá ser efetuado nos meses de junho a novembro, com a disposição triangular ou quadrangular, irrigando-se as mudas até sua pega.

Tratos culturais — Durante a formação do laranjal pode e deve o lavrador efetuar plantios intercalares com plantas hortícolas, que devem ser adubadas convenientemente.

As mudas cítricas devem receber uma vigilância constante, a fim de que não sejam atacadas por pulgões ou outras pragas que atrasam sua formação, bem como a retirada da brotação que surja na haste, abaixo da formação da copa.

Formado o pomar, não se deve fazer mais culturas intercalares, recebendo capinas na época seca e roçadas no verão com coroamento das árvores, bem como, os tratamentos fito-sanitários indispensáveis e adubações anuais.

Adubação — A partir do 2.º ano deverá o pomar receber uma adubação química, de acordo com o que a análise do solo determinar.

Recomenda-se que para cada caixa de laranja produzida, deverá o pomar receber anualmente, a fim de repor ao solo o que lhe foi retirado, os seguintes adubos:

1000	gramas de nitrocalcéio
350	" de fosforita de Ollnda
160	" de cloreto de potássio

Adubos esses que serão aplicados em cobertura, sendo que o nitrocalcéio deverá ser pareclado em quatro aplicações, a primeira junto com os demais adubos, em março, ou abril e as outras três em: agosto, novembro e fevereiro.

Nos terrenos com elevada acidez, pH entre 4,0 e 5,5, deverá ser efetuada uma calagem usando-se calcário dolomítico até que o pH se eleve ao índice 6,0. Deficiências de elementos menores (zinco, manganês, ferro, etc) poderão ser corrigidas com adubações foliares, utilizando-se adubos existentes no comércio.

A LAVOURA

Poda — Essa operação deve se limitar à retirada de galhos secos ou de brotação que surja do cavalho. Qualquer redução de galhos da copa ocasiona diminuição da produção.

Irrigação — Quando possível é uma prática da maior importância, concorrendo para a precocidade na florada, e na maturação, o que possibilita melhores preços da fruta que sai primeiro que a safra.

Colheita — As plantas cítricas, atingem a fase de produção no 4.º ano. A colheita deve ser feita com cuidado, utilizando tesoura de colheita, evitando deixar que a fruta caia no chão.

As frutas não devem ser jogadas, o seu manuseio deve merecer toda a atenção do lavrador, que receberá em troca melhores preços pelas suas frutas.

O rendimento dos citruses varia conforme a idade da árvore e as condições culturais do pomar, de 1/2 caixa a 5 caixas pequenas, por árvore.

— (Chefe do Serviço de Horticultura do DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, da SECRETARIA DE ECONOMIA DO ESTADO DA GUANABARA — BOLETIM TÉCNICO N.º 1 — MAIO/1968.)

INCENTIVOS EM AREA RURAL

Portaria baixada pelo Superintendente da Sudene, General Tácito de Oliveira, prevê que os recursos provenientes dos incentivos fiscais para o Nordeste que não tiveram sua aplicação indicada pelos depositantes, serão destinados, prioritariamente, para a execução de projetos agropecuários na região.

Foi iniciada, também, uma campanha para aumentar

as deduções do imposto de renda em favor do Nordeste, com a expedição de cinco mil cartas aos principais empresários do país, onde se explica que 78 mil pessoas jurídicas já deduziram NCr\$ 1 bilhão para aplicar na região e solicitando-lhes que participem de um dos 680 projetos já aprovados pela Sudene. Acompanha as cartas amplo material explicativo sobre o desenvolvimento da região.

PLANO DA SAFRA CAFEIRA

O Plano da safra cafeeira para 69-70, já em fase final de discussão, prevê a adoção do registro móvel e da taxa cambial acompanhando a posição dos preços internos, segundo revelou fonte governamental. Os produtores exigem 90 cruzeiros novos por saca, sendo que "talvez seja atendida parte das reivindicações dos produtores. Estão sendo examinadas também com atenção as reivindicações dos exportadores".

Os países-membros do Acordo Internacional do Café deverão chegar a um acordo para a redução das quotas de todos os países produtores, inclusive o Brasil, para evitar que o atual critério de seletividade prejudique os produtores de "robusta" e "arábeas sua-

ves", face a agressividade do Brasil no mercado internacional. Julgam esses países que a redução do preço desses tipos forçará também a baixa do preço do café brasileiro, prejudicando a todos os produtores.

As quotas de exportação dos produtores de café da categoria "outros arábicos suaves" foram reduzidas definitivamente em três por cento, automaticamente, pelo órgão executivo da OIC. Em consequência, 291 mil sacas de café procedentes principalmente da América Central ficam assim retiradas do mercado. Com as 347 mil sacas da variedade robusta afetados já pela seletividade, um total de 638 mil sacas desaparecem do mercado, pelo resto do ano cafeeiro.

INSETOS

Prós e Contras

Eng. Agr. LUIZ GUILMARÃES JUNIOR

É sabido que alguns insetos e outras formas vivas afins, constituem destacado e tremendo problema do nosso homem do campo e, diga-se de passagem, de toda a humanidade.

Sirvo-me, porém, para iniciar o assunto, dos profundos e universais conceitos de dois grandes entomólogos norte-americanos, Metcalf e Flint:

"A guerra entre o homem e os insetos teve início muito antes dos pródromos da civilização; vem prosseguindo, sem cessar, até os tempos atuais e continuará por certo, enquanto a humanidade existir. E a razão disso é que, tanto o homem quanto certas espécies de insetos vivem em constante anselo pelas mesmas coisas, ao mesmo tempo.

A intensidade dessa luta é oriunda da importância vital, para ambos, do objeto pretendido, e, o constante entrechoque resulta da situação de igualdade em que se firmaram os contendores. Nós geralmente nos supomos os senhores e conquistadores da Natureza, porém, os insetos já vêm dominando o mundo, em toda a plenitude, muito antes de qualquer tentativa do homem. Obtiveram eles, por conseguinte, toda a vantagem dessa posse antecipada até o início da contenda, e vêm disputando conosco, palmo a palmo, o terreno já conquistado com tanta persistência e sucesso, que mal nos podemos vangloriar de algumas pequenas vantagens sobre eles. Em certos casos tem invlido tréguas, acordos tácitos ou até mesmo sociedades, com vantagem para ambas as partes (é o caso das abelhas e do bicho da seda, por exemplo), porém,

tôda vez que os interesses se chocam, a luta prossegue e nenhum dos litigantes poderá reivindicar para si a vitória final".

Ninguém, homem nenhum, talvez, seria capaz de afirmar que ainda não foi vítima de qualquer prejuízo ou foi afetado, de qualquer maneira, por insetos. Esses terríveis bichinhos fazem de nós, quase sempre, o que bem entendem, sobretudo se não nos precavemos da melhor maneira possível, contra seus ataques. Se decidem devorar nossas plantações, eles o fazem com rapidez e insidiosamente; se pretendem chupar o sangue de nossos animais domésticos; bois, cavalos, galinhas e o nosso próprio sangue, chupam-no à vontade, sob as nossas vistas, às vezes; estragam cereais e grãos em nossos depósitos; devoram nossos alimentos nas despensas e até em nossas próprias mesas; perturbam o nosso sono; transmitem-nos moléstias terríveis, enfim, trazem-nos em constantes preocupações, em guerra surda e interminável.

Felizmente para nós, os insetos também movem terrível guerra entre si. O pobre da humanidade se isto não acontecesse, porque eles se reproduzem e se multiplicam quase sempre de maneira prodigiosa, aos milhares, aos milhões. Alguns há que se dão ao capricho de formar novas gerações em três a quatro dias, desde o momento da postura do ovo até a saída ou eclosão das formas jovens, ou filhotes. Ora, o que seria de nós se eles mesmos não se entredevorassem com pleno êxito?

Responde um biólogo que a humanidade seguramente

não sobreviveria por mais de seis anos.

O combate aos insetos e outras pragas afins tem sido tão intenso e tem exigido tanto dinheiro e tanto elemento humano, em alguns países, que qualquer pessoa que não esteja a par do assunto ficaria, por certo, estarrecida e talvez até nem acreditasse. E a intensidade do combate a essas pragas, ousou dizer, está na razão direta do grau de civilização de cada povo.

Nas múltiplas formas de atividades dos insetos, quero destacar algumas, ou porque sejam mais comuns, ou porque afetam mais seriamente os nossos interesses. Para conhecimento geral daqueles que ainda não tiveram oportunidade de verificá-las, diremos apenas que eles, dados os seus hábitos de vida, podem comer as folhas das plantas; devoram as raízes, fazem galerias nos troncos, ou em outras partes do vegetal; sugam a seiva; servem de vetores ou transmissores de doenças várias; formam "galhas" ou excrescências nas plantas (aliás, é este talvez um dos casos mais extraordinários da Biologia no tocante à profunda influência de um organismo sobre o outro); os insetos incomodam com seu zão-zão ou seu zunbido, com seu cheiro nauseante, seu mau gosto, sua insistência em pousar na pele, com sua própria presença repelente; ferem-nos com suas picadas, enojam-nos com seus dejetos... e mais.

Para conseguirem toda essa série de ataques eles adotam vários e ardilosos estratagemas. Por exemplo: um dos casos interessantes e já bem conhecidos é o que se

refere à proteção dispensada por algumas formigas a certas formas nocivas de afídeos e percevejos. Em troca de algumas gotinhas açucaradas, segregadas pelos afídeos (ou piolhos das plantas), elas, as formigas, dispõem-lhes proteção carinhosa, imprescindível à vida daqueles humildes animalinhos. Carregam-nos como o fazem as mães mais extremosas. Cuidam de sua alimentação e até de seus hábitos de higiene. Levam-nos onde se encontram os seus mais apreciados acepipes, isto é, às nossas plantas cultivadas, especialmente o milho e as frutas cítricas. Já ouvi, de um cientista brasileiro, que essas formigas cuidam de seus protegidos como um bom estancieiro de suas vacas leiteiras; fazem currais minúsculos para onde conduzem as vaquinhas (no caso os afídeos) e ali tiram o seu leite açucarado, o que, aliás, deve ser um ótimo quitute para elas, está claro.

Quem não conhece também as estruturas variadas, como as casas dos termitas — os terríveis cupinzeiros — que já têm inutilizado grandes áreas de terras agricultáveis? Eu mesmo já vi, e com tristeza, a perda total de extensa zona paulista onde se encontrava, praticamente, em cada dois metros quadrados, no máximo, um cupinzeiro. E os terríveis exércitos de formigas saúvas que deixam atrás de si terra devastada — verdadeira calamidade pública e que constituem um dos mais sérios problemas da economia rural brasileira?

Os surtos de gafanhotos, como há tempos se verificou no sul do país e recentemente em outras regiões, têm sido também na América do Norte, no Japão e em outros países, verdadeiras pragas do Egito. Arrasam tudo. E exigem gastos enormes no seu combate. Mas, não precisamos ir tão longe, na Europa ou na Ásia. Quem, como eu, estava acostumado, desde longa data, a saborear com grande proveito alimentar, as deliciosas e inigualáveis laranjas do antigo Distrito Federal e do Estado do Rio, forçosamente há de estar surmumbático, senão revoltado mesmo, com a interferência indubitável (houve outros fatô-

res também) e inamistosa da mosca do Mediterrâneo. Tirou-nos, inapelavelmente, o mel da boca. As laranjas de hoje, na Guanabara e adjacências, são geralmente ruins e caras!

Estêve, há anos passados, em debate público, o grave problema do estefanoderis, isto é, da broca do café. Uns argumentavam, com sobejas razões técnicas, que a eficiência do combate estaria na aplicação das famosas vespas de Uganda, ao passo que outros preconizavam apenas o repasse e limpeza dos cafézais. Enquanto isto, a praga continuava a arrasar culturas e mais culturas, causando prejuízos tremendos à economia pública e particular.

Há toda uma série de coisas e fatos com que os insetos nos castigam e nos prejudicam... Seria um nunca acabar!

Entretanto, se toda medalha tem duas faces e se as coisas, por piores que sejam, podem ter alguma utilidade, não seria justo que deixássemos aqui, de fazer alusão ao lado útil dos insetos. Abstrair-nos-emos, porém, dos casos das abelhas e do bicho da seda por serem demasiadamente conhecidos, e cuja utilidade e volume de produção (o mel, a cera, a seda) já de longa data fazem parte da economia universal e das necessidades humanas. Falaremos resumidamente de alguns outros.

Há insetos que produzem tintas indelévels e inimitáveis; outros, como a célebre cochonilha que se transforma em laca, produto de alto consumo; alguns produzem ou servem de medicamento (cantaridas e outros), outros ainda se constituem em alimentos. Na própria Bíblia há passagens a respeito de indivíduos que se alimentam de gafanhotos e outros insetos. Mas não precisamos ir até ao Livro Santo. Aqui mesmo no Brasil, em vários Estados, muitas pessoas, sobretudo crianças, que na época do vôo das tanajuras se põem a persegui-las, não com o intuito mais nobre de evitar que essas terríveis funcionárias de setembro e outubro dêem infelicidade, cada uma, a um novo formigueiro, mas, para transformá-las em substância acepipe nas chapas dos

fogões! Retiram, para comer, a parte posterior do inseto — a ovoteca — dizem os neologistas. E apregoam seu magnífico sabor!

Alguém já disse (se não me engano Tilliard) que as libélulas "são o fator decisivo na manutenção do equilíbrio da vida insetífera das lagoas, rios, lagos e cereanias". Apesar de serem chamados pelo povo, de *cavalo-de-judeu*, *cavalo-do-cão* ou do *diabo*, *feticetra*, *come-cobra* e outros nomes que tais, as pobrezinhas não fazem feticço, não se alimentam de cobras, não picam, não ferroam e nada têm com o Diabo! Pelo contrário, são boas amigas do homem. Limpam as águas de miasmas e imundieles.

As formigas, as abelhas e outros insetos de vida social, têm servido de exemplo extraordinário para as sociedades humanas e de motivo a belas e instrutivas páginas literárias. São paradigmas da divisão do trabalho e de graves princípios de economia política.

Encontramos insetos e outras formas vivas inferiores que representam papel importante na formação e conservação dos solos produtivos. Auxiliam a desagregação das partículas das rochas, trazendo-as à superfície, onde ficam expostas à ação da água e de outros agentes. As numerosas galerias e túneis por eles construídos facilitam a circulação do ar no solo, fator essencial para a conservação da saúde das plantas: são larvas brancas, minhas de elgarras, minhocas e muitos outros.

Alguns insetos têm grande valor estético.

As borboletas e mariposas são universalmente conhecidas e apreciadas como tais.

Há inúmeros besouros, abelhas, moscas, vespas, mantídeos (Louva-Deus), etc. que servem de objeto de adorno e de modelo para floristas, modistas e artistas em geral.

A influência do inseto na polinização das plantas é enorme e valiosíssima.

Há frutos, como o figo de Belrnte, que somente apresentam suas esplêndidas e peculiares características, quando têm as flores polinizadas por um certo tipo de vespas muito minúsculas.

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

De Israel, do Sr. S. Blass, criador do sistema de irrigação designado pelo título acima, recebeu o Redator-Chefe desta revista — que já publicou anteriormente duas notas a respeito — a carta que se segue:

"Há poucos meses atrás escrevi um memorando em hebreu, no qual descrevia um novo sistema de irrigação que estava sendo aperfeiçoado em Israel, e que se denomina "O Sistema de Irrigação em Gotejamento".

Segundo penso, este sistema irá provocar uma revolução na Agricultura de todos os países carentes de irrigação, em futuro próximo.

O "Sistema de Irrigação em Gotejamento" se baseia em fazer pingar a água através de tubos de polietileno, regando trato de terra com gotejadores também feitos de material plástico.

Desde que comecei a fazer experiências com esse aparelho, há dez anos passados, muitos aperfeiçoamentos já foram a ele incorporados, e

em comparação com o sistema de aspersores a céu aberto, por exemplo, economiza a água, e o braço; reduz o aparecimento de ervas daninhas e ainda facilita a aplicação de fertilizantes juntamente com a água, além de permitir a entrada na área de trabalho de irrigação a qualquer tempo, sem causar qualquer perturbação.

Porém, o fato mais digno de nota verificado durante esses experimentos, foi o revolucionário aumento de produção das safras.

Isto ficou perfeitamente provado nas áreas quentes e áridas do sul de Israel, onde, em muitos casos, houve aumento de 100% e mesmo mais.

Conseqüentemente, devido a esses fantásticos resulta-

dos, o "Drip Irrigation System" está sendo empregado em todas as fazendas do sul de Israel e atualmente, se estendendo também às áreas do nordeste.

Estou lhe remetendo, pelo correio, em separado, a tradução em inglês do memorando que escrevi, o qual, penso, será de interesse para V.S. e no qual poderá obter uma descrição desse sistema.

Estamos certos de que, após uma experiência do referido sistema de irrigação, em seu país, poderá verificar as vantagens do mesmo a que acima me referi, assim como está acontecendo no país de Israel.

Agradecemos as informações complementares prometidas pelo Sr. Blass.

Nas ciências como a Genética, por exemplo, a mosca drosófila suplantou todos os elementos experimentais até há pouco em uso, pelas condições especiais que apresenta: grande poder de multiplicação, ciclo vital reduzido, manutenção e manuseio fáceis e baratos; e, afinal, manifesta, com fidelidade, todos os fenômenos da hereditariedade. Além disso, dadas certas condições das células dos insetos, têm eles servido de campo vasto ao estudo da Citologia, ciência que interessa de perto à vida do homem, sobretudo para os que desejam viver muito. Creio que não cometo qualquer indiscrição em arrolar a todos nós nessa categoria!

Os naturais de certas regiões da América do Sul,

África, Itália e Portugal, aprisionam grilos e esperanças para ouvir seus cantos e fabricam galolas ornamentais que oferecem à venda, nas ruas, com esses pequenos cantores. Quem já não ouviu falar das brigas de grilos arquitetadas pelos japoneses? Criam e adestram esses insetos com tal habilidade e paciência que isto hoje se tornou em apreciadíssimo esporte e tem servido até de diversão em circos de cavallinhos. E cada exemplar adestrado custa, relativamente, uma fortuna; por milhões de cruzelros tem-se vendido grilos de briga!

Nas Bahamas, Austrália e outros lugares, os nativos freqüentemente usam colares feitos com o que eles de-

nomina "pérola da terra" e que nada mais é do que a casca ou concha segregada pela ninfa de uma espécie de coccídeo. São de cores variadas e têm, muitas vezes, bellissimo brilho furta-côr. Nas Antilhas as mulheres costumam colocar insetos fosforescentes, vivos (vagalumes), dentro de gazes, para enfeitar os cabelos. E assim por diante...

Como vêem, neste rápido esôcro, os insetos têm sido acérrimos inimigos da humanidade, mas também, têm concorrido para grande soma de conhecimentos do homem em vários campos da Ciência e ainda, fornecido produtos de imensa utilidade e hoje indispensáveis à sua vida comum.

GOIABEIRA

Ariosto Rodrigues
Peixoto

É pomareira de grande valor econômico, embora seja mais explorada extrativamente desde o Acre até o Rio Grande do Sul; seus produtos alcançam elevado preço no País e no estrangeiro.

Solo — Pode-se dizer que produz em qualquer solo, exceto quando o lençol de água é muito superficial. Prefere, todavia, o solo arenoso-argiloso, profundo, não muito fértil, o de tabatinga convém ser despezado.

Clima — Prospera em clima quente desde o litoral até mil e seiscentos metros de altitude; nos temperados, prospera melhor nas imediações do mar.

Propagação — Faz-se quase somente de pé franco ou semente sem seleção; pode-se adotar a multiplicação por alporquela e enxertia de escudo e de garfo. O escudo pode ter a forma de losango, de 2,5 x 1,2 cm, retirado do galho com uma fôrma de ferro desse feitio, de bordos cortantes; enxerta-se de preferência entre dezembro e fevereiro. O enxerto é empregado quando o galho é do mesmo diâmetro que o cavalo de um ano; a melhor época para operar vai de junho a outubro.

As raízes de 1/2 a 1 cm também podem fornecer mudas; são descobertas, cortadas em pedaços de 15 cm de comprimento e plantadas deitadas na profundidade de 10-15 cm; conserva-se o solo sempre fresco e coberto de palha.

Semeadura — Empregam-se calxotes rasos, que se enchem da mistura de 5 partes de terra, 3 de estêreo e 1 de areia; as carreiras terão 5 cm entre si e as se-

mentes fíam a 1-2 em uma da outra. Cobre-se com 1/2 cm de terra e estrume bem curtido, peneirado e misturado em partes iguais. No fim de 3 semanas as sementes germinarão, se a terra fôr mantida fresca.

Repleagem — Quando têm 5-7 cm, as mudas de hastes mais grossas e sadias vão para jacazinhos, laminados, sacos plásticos perfurados ou outro invólucro. As regas são indispensáveis. Podem ser pulverizadas, quinzenalmente, com solução nutritiva contendo 50 g de superfosfato, 25 g de salitre e 10 g de cloreto potássico, dissolvidos em dez litros de água (solução suficiente para 250 mudas); no dia da aspersão não se faz a rega normal.

Transplantação — Levam-se para o campo as mudas outra vez selecionadas; as mais robustas, com 25 cm mais ou menos de altura. As regas são imprescindíveis, mesmo se a transplantação é feita durante as chuvas.

Preparo do solo — Processa-se com muita antecedência, lavrando-se uma vez e gradeando-se em sentido cruzado duas ou mais vezes em épocas diferentes. Se o terreno é ácido, pode-se aplicar 1.000 kg. de calcário por hectare.

Compassa — Pode-se adotar 4 x 6 ou 5 x 5.

Coveamento — As covas devem ter 60 cm em todos os sentidos. Cada uma receberá 15-20 litros de estrume, 500 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto de potássio, misturados na terra raspada próxima à cova. Pode-se aplicar 500 g de cal-

cário nas paredes da cova.

Plantação — Duas ou mais semanas de cheias as covas, plantam-se as mudas sem enterrar a haste, retirando-se o invólucro sem quebrar o bloco. Depois da muda plantada faz-se uma bacia em volta e rega-se bem, cobre-se de palha. Nos terrenos inclinados planta-se a goiabeira em linhas niveladas.

Capinas — Coroa-se ou espelha-se o solo em redor de cada muda; o terreno restante pode ser apenas ceifado para evitar a erosão; em vez de ceifar, pode-se gradear.

Cobertura morta — Proporelona grande vantagem manter a superfície do solo coberta com capim colonião ou jaraguá picado em pedaços de 10-12 cm; e evita a perda de umidade por evaporação, impede a erosão e a prejudicial ação direta do sol e dispensam-se as capinas onerosas.

Consociação — Nos dois primeiros anos pode-se cultivar feijão, batata-doce, batatinha, amendoim e outras culturas de pequeno porte. Nos terrenos pobres usa-se adubo verde ou processa-se a cobertura morta.

Adubação anual — Cada goiabeira em produção, antes do florescimento, pode receber 100-200 g de sulfato de amônio, 100 g de superfosfato, 400-600 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto potássico misturados a vinte litros de estêreo. Enterra-se na superfície da periferia da projeção da cova.

O salitre é aplicado cada 3-4 meses, 20 g por m².

A LAVOURA

Poda de formação — Do solo até 60 cm eliminam-se todos os galhos; de 60 a 80 cm deixam-se crescer 3 ou 4 ramos partindo e tomando direções diferentes; estes galhos são depois podados para que se bifurquem lateralmente; desta forma obtém-se uma planta com os ramos cada vez mais abertos, depois das podas sucessivas; a golabeira fica, assim, de porte baixo, o que facilita as pulverizações para debelar as pragas e doenças, selecionar ou ralear os frutos para aumento de tamanho e facilitar a colheita.

Poda de limpeza — Consta de eliminação dos galhos secos, doentes, entrelaçados, o que concorre para melhor arejamento e eliminação da árvore e, assim, aumento de produção e melhor sanidade.

Poda de restauração — Os frutos são menores nas árvores velhas; nesse caso renova-se a planta, raleando e rebalsando os ramos de 2 a 3 anos, o que estimula a produção de ramos frutíferos, fortes, que fornecerão frutos volumosos. Repete-se essa poda de 2 em 2, ou de 3 em 3 anos.

Colheita — Realiza-se de janeiro a abril a colheita de frutos maduros para uso imediato, ou "de vez", quando são transportados; estão maduros quando passam de cor verde para a amarela. Obtém-se uma safrinha em novembro.

Acondicionamento — As caixas tipo querosene são as que comumente se empregam; as caixas maiores esmagam os frutos nos transportes descuidados.

Uso e aplicações — É uma das frutas mais ricas em vitamina C, que se conserva, embora em reduzida quantidade, ainda na golabada; daí se infere a vantagem do seu uso na alimentação, principalmente no estado natural, pelo valor nutritivo e teor em vitamina C, em média 100 mg por 100 g de fruto.

É utilizada para o preparo de doce em calda ou compota, geleia, sorvete, além da golabada.

Variedades — Classificam-se as golabas quanto à cor da polpa em:

a) vermelho carregado, tipo preferido no fabrico da golabada.

b) rosada ou cor de rosa, mais utilizada para o preparo de compota.

c) amarela, que não tem preferência específica.

d) branca, mais apreciada para consumo no estado natural.

As golabas preferidas devem ter polpa de grossa espessura e firme, tamanho médio, rica em açúcar e sadias. Os frutos prediletos para alimentação em estado fresco devem ser aromáticos e livres de bicho.

Esta fruta ainda tem sido classificada segundo a sua forma em pêra, oval e oblonga.

Pragas — A broca é a pior praga; ataca-a e pode matá-la. O combate é de preferência preventivo, pulverizando com "malatox" ou calda bordaleza a 1%, contendo enxofre. Depois de broqueado o tronco, injeta-se com conta-gotas no crifielo, 2 em 3 de bissulfureto de carbono ou formiida comum, tapando em seguida com cera ou barro; costuma-se, ainda, combater a broca, introduzindo um arame no furo e matando-a.

O bicho das môseas causa sérios prejuízos em certos períodos de ano. Reduz-se a infestação, colhendo-se os frutos bichados na árvore e caídos no chão e enterrando-se a meio metro, no mínimo, no solo.

Convém aplicar as pulverizações com "malatox", ou calda bordaleza com enxofre. Os frutos para comer em estado natural devem ser ensacados.

Acondicionamento preferido — Para consumo "in natura" convém utilizar caixas semelhantes às de figo. Frutos de forma e de tamanho uniformes, mesmo grau de amadurecimento, sem bro-

ca, aromáticos, devem ser reunidos na mesma embalagem.

Irrigação — Nas regiões áridas e semi-áridas, onde as estagões são prolongadas, convém irrigar as golabeiras, 3 ou 4 vezes por mês, dando em cada rega uma espessura de 4 a 6 mm de água, correspondendo, assim, a 4 a 6 mm de chuva.

Rendimento — Uma golabeira em plena produção e bem tratada pode fornecer até 20 kg de frutos anuais. A produção média é de 10 a 15 quilos.

(INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 5, M.A.)



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou carroços) dos pintos e aves adultas

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

A LAVOURA

A FOTO INTERNACIONAL



Há trinta anos, ao sul do Estado do Novo México, as duas regiões que nos mostra a foto acima eram idênticas. Tudo igual. A que vemos na parte superior da foto está a pouco mais de dois quilômetros da que vemos na parte inferior, que foi tratada para se tornar fértil, com a destruição completa do tipo de vegetação nociva à terra e à agricultura em si mesma. Em diferentes e extensas áreas nos Estados Unidos, o U. S. Agricultural Service vem atuando no sentido de limpar a terra da vegetação daninha, para torná-la não somente útil à agricultura, mas cada vez menos árida no sentido de mudar condições ambientais, que vão desde as de ordem climática até as de natureza alimentar para o homem e os animais (Foto IPS, especial para A LAVOURA).

O PREÇO DO LEITE

Especial para
"A Lavoura"

OTTO FRENSEL

Como em tudo, também em economia há duas estradas à seguir: uma suave, bem tratada, a qual leva ao fracasso certo; outra, chela de óblecs, cansativa e longa, que permite alcançar, com muita persistência e esforço, o resultado almejado. É o que ocorre, tanto com a economia em geral, como com a economia lacteísta em particular.

Desde que as vacas produzem este precioso alimento que é o leite, não desprezando o das demais fêmeas, discute-se o preço do leite com o qual os produtores, ou sejam os proprietários das citadas vacas, jamais estiveram satisfeitos, tanto aqui no Brasil, como nos demais países.

Por enquanto se tem procurado a solução no aumento simplista do preço do leite. Não assim facilmente, é certo, pois, cada aumento é sempre precedido de uma grande barganha, a qual finda num preço que não satisfaz ninguém, pois jamais foi objeto de estudo profundo, nem acompanhado de medidas adequadas, as quais realmente pudessem garantir a produção e o consumo.

Aqui no Brasil somente houve, uma única vez, um levantamento de profundidade do preço de custo do leite, o que ocorreu em 1952 pela Comissão Nacional de Pecuária do Leite, sob a elevada orientação do nosso grande zootecnista Dr. Romulo Joviano. Embora dispondo de tão excelente base, jamais este precioso trabalho foi atualizado, embora se reconhecesse a imprescindível necessidade de tal medida, a fim de per-

mitir o conhecimento real do preço de custo do leite.

Muitas medidas de incentivo à produção foram tomadas, mas não vamos relacionar as no correr destes anos, as aqui, mas que teriam produzido resultados muito maiores, se obedecessem a uma orientação realística e unificada, além de complementadas por outras medidas imperiosamente necessárias, como a racionalização da própria produção, da industrialização e da comercialização do leite e de seus derivados. É o que vimos apregoando reiteradamente nestas colunas e continuamos convencidos de que de outra forma jamais se chegará a resultados satisfató-

rios. Muito ao contrário, esta falta de uma orientação rigorosamente coordenada e completa, está enfraquecendo, cada vez mais, o consumo de leite e derivados, o que é tanto mais lamentável, quando este aqui no Brasil, ainda não atingiu uma média "per capita" aceitável.

O aumento desordenado da produção, mesmo motivada por aumento de preço e incentivos vários, não resolve o problema, se, simultaneamente, não houver uma racionalização em todos os setores. A prova se encontra no recente "preço de cavaleiros" o qual, somente pode ser mantido para a quota do leite de consumo e pouco leite industrial. A ex-



Mais leite, graças aos processos que nos últimos anos vem alcançando a medicina veterinária.

tra-quota, freqüentemente, foi paga por muito menos, não porque não houvesse consumo, mas sim porque não há racionalização em setor algum. Mesmo os grandes produtores, como as grandes organizações, cooperativas, industriais e comerciais, são arrastadas por esta falta de racionalização geral. O aumento simplista do preço do leite e dos incentivos, pode apenas levar ao ilusório sistema subvencionista, cujas malfadadas conseqüências vemos imperar em outros países, com os seus excedentes. Subvenционismo, certamente, não é uma solução, pois, sempre beneficia aparentemente uns em detrimento de outros. Não, a solução está na racionalização e na organização de todos os setores, não em apenas alguns, já se vê. Dizem que a média de produção de leite no Brasil Central é de 25 litros por estabelecimento. A sua renda mensal na base de NCr\$ 0,26 é, portanto, de NCr\$ 195,00. Mesmo a duplicação dessa renda ou sejam NCr\$ 390,00 mensais, não resolveria os problemas desse produtor de leite em cujo nome tanto se argumenta. Há muitas cooperativas que manipulam diariamente 3.000, 4.000 e 5.000 litros de leite. No momento a sua margem permite auferir bruto NCr\$ 405,00 — 480,00 e 675,00 respectivamente. Como é que pode existir um estabelecimento com tal margem? Como cumprir as mínimas necessidades sanitárias, econômicas, etc.? Aumentando ou dobrando mesmo a margem? Passariam para NCr\$ 810,00 — 960,00 e 1.350,00 respectivamente. É claro que continuaria insuficiente, mas também sobrecarregaria excessivamente o preço para atender ao poder aquisitivo de grande maioria dos consumidores. Convém lembrar que esta grande maioria dos consumidores, são aqueles que ganham salário-mínimo, raramente mais e às vezes até menos. No setor da industrialização não é diferente, mesmo em se tratando de cooperativas, donde resulta o pagamento da extra-quota ou mesmo simplesmente do leite destinado à industrialização por preço bem inferior ao tal do acôrdo de cavalhe-

ros, resultando numa média bem inferior.

A única solução é mesmo a diversificação, a racionalização e, principalmente, o esforço sério de querer sobreviver. Os incentivos oficiais são muito úteis, mas não podem, nem devem, servir de base para a sobrevivência. A sobrevivência depende do esforço de cada um e da cooperação em geral. Pode parecer utopia, mas o crescimento da população mundial e as suas crescentes necessidades alimentares, não tem outra solução: ou trabalhar ou desaparecer. Mas trabalhar racional — e coordenadamente. Os tempos são outros mesmo e ainda mudarão muito mais com o correr dos anos. A racionalização e unificação dos estabelecimentos produtores, industrializadores e mercantilizadores se torna cada vez mais uma necessidade imperiosa. Lembramo-nos muito bem de recente esforço para unificar grupos de coopera-

tivas, a fim de torná-los mais aptos economicamente. Todos concordaram com esta inegável necessidade, mas, na hora de concretizar, não foi possível conseguir maioria, quanto mais unanimidade para a localização do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimentos particulares, a sobrevivência depende das possibilidades econômicas. As cooperativas "sobrevivem" mais tempo apenas à custa dos seus cooperados, o que é evidentemente ilusório.

Quando falamos em racionalização, não nos referimos apenas à capacidade do estabelecimento, mas também ao aproveitamento integral do leite, evitando desperdícios e mantendo orientação adequada na qualidade, no transporte e na comercialização. Um produto de boa qualidade, bem promovido e apresentado, não terá falta de consumidor satisfeito.

SEMENTES

Chegau ao Brasil o 16 de maio o Prof. A. S. Corter, Consultor especializado em Legislação de Sementes e Execução de Programas, que aqui veio sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, pelo Projeto IV — Político Nacional de Sementes, pela Universidade do Estado do Mississippi e pela USAID poro, na qualidade de Assessor de Curta Prazo, colaborar com os autoridades brasileiros no desenvolvimento do implantação do Lei de Sementes.

Para a estada daquele técnico, foi organizado pela Projeto IV um rateira para o sua permanência entre nós, de 16 de maio a 3 de julho, quando regressará aos Estados Unidos.

A pedido do Projeto referido, a SNA terá junta ao Prof. A. S. Corter um representante.



RECURSOS DO INDA PARA PUC NO RS

Foi celebrado convênio entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo qual a autarquia de desenvolvimento agrário contribuirá com recursos, visando a beneficiar a Faculdade de Zootecnia da PUC-RS. O Convênio foi firmado pelo sr. Dix-Huit Rosa-

do, presidente do INDA, e pelo Irmão José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do RS, presentes ainda os srs. Fernando Freire e Luís Carlos Hosken, funcionários da autarquia. Para mais essa medida de estímulo e incentivo ao ensino técnico e à agropecuária o INDA contribuirá com recursos no valor de NCr0 138.985,58.

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO LEVOU INDA EM STA. CATARINA A OPERAR TAMBÉM NA PESCA

O convênio do INDA com a Secretária da Agricultura de Santa Catarina possibilitou a Diretoria de Organização da Produção do Estado a ampliar suas atividades de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado, durante o ano de 1968, movimentando oito inspetorias regionais no interior catarinense, respectivamente sediadas em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Araranguá, Porto União, Chapecó, Curitiba e Joaçaba, dando, assim, satisfação à assistência ao meio rural e realizando fiscalização mais direta às Cooperativas, como ressalta a Inspeção da

Delegacia Regional do INDA em Santa Catarina, constante do seu relatório anual.

Destaca ainda a Delegacia do INDA que com a contribuição financeira ao Serviço de Extensão da Pesca do Estado, para execução do Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo Pesqueiro em Santa Catarina, foram executados estágios de líderes dos pescadores catarinenses em cooperativas de pescadores dos Estados de Guanabara, Rio de Janeiro e S. Paulo, como executados cursos sobre cooperativismo pesqueiro como parte do pré-serviço do pessoal a ser admitido no Serviço de Extensão Pesqueira implantado em Santa Catarina como plano-piloto nacional, estando, assim, funcionando os Escritórios de Laguna, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do

INDA

EXECUTA COM SUAS...

Sul, completando-se o serviço com a organização e funcionamento de cooperativas de pescadores.

COLÉGIO AGRÍCOLA NO PARANÁ TERA CAPACIDADE AMPLIADA

O Colégio Agrícola Getúlio Vargas, localizado em Palmeira, Paraná, tendo em vista a procura de vagas por parte dos filhos dos agricultores, solicitou e obteve ajuda do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para a ampliação de suas instalações. Nesse sentido, foi firmado um termo aditivo ao convênio anteriormente firmado com o Governo daquele Estado.

COLÉGIO AGRÍCOLA DE ARACAJU SERÁ REFORMADO

O INDA aplicará a soma de NCr\$ 10 mil na ampliação e melhoramentos do Colégio Agrícola Fazenda de Bom Jesus, em Aracaju, Sergipe. Nesse sentido foram mantidos entendimentos com o Mosteiro de São João Batista de Aracaju, responsável pelo estabelecimento.

VETERINÁRIOS FAZEM CONGRESSO EM MINAS

A Sociedade Mineira de Medicina e Veterinária fará realizar no período de 26 a

A LAVOURA

FIDELIDADE METAS

31 de agosto próximo, o I Congresso Mineiro de Medicina Veterinária. O INDA, apoiando a iniciativa, liberou a verba de NCr\$ 10 mil para ajuda financeira à realização do aludido Congresso.

ELETRIFICAÇÃO RURAL BENEFICIA 4.800 HABITANTES EM SANTA CATARINA

O relatório da Delegacia Regional do INDA no Estado de Santa Catarina ressalta que "a execução de obras de eletrificação rural em diversos municípios do Estado, apesar das dificuldades em virtude da seleção de áreas a serem eletrificadas, operou numa extensão aproximada de linhas e redes de 292,30Km., no cumprimento do Convênio INDA — Governo do Estado de Santa Catarina, executado pela CEE, órgão governamental".

Os municípios e distritos atendidos, nos trabalhos realizados, somam a uma população servida, aproximadamente, de 4.800 habitantes; com 1.170 consumidores de imediato, em 44 redes com transformadores de 360 KVA e 24 outros de 705 KVA.

APROVADOS LOTEAMENTOS RURAIS NO PR E MG

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, Presidente do Instituto Nacional do Desen-

A LAVOURA



INDA HOMENAGEIA SEU PRESIDENTE

O sr. Dix-Huit Rosado, presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — pelo transecurso de seu aniversário natalício foi alvo, em seu gabinete de trabalho, de carinhosa e expressiva homenagem prestada por seus colaboradores

imediatos — diretores, assessores, auxiliares da presidência — e demais funcionários da autarquia. Na oportunidade, o sr. Dix-Huit Rosado completava, ainda, dois anos de efetiva administração à frente do órgão federal de desenvolvimento agrário.

volvimento Agrário, aprovou projetos de loteamentos nos Municípios de São José dos Pinhais, no Paraná, e Dinópolis, em Minas, o primeiro com 968 mil metros quadrados, para a formação de 44 sítios, e o segundo com área de 474 mil metros quadrados, na localidade denominada Catalão-Pará, para a formação de 629 lotes para fins de expansão comercial e urbana.

INDA APROVA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Atendendo decisão favorável do Conselho Diretor do órgão, o presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a contribuição financeira no valor de NCr\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos cruzelros novos), destinada

ao 36.º Batalhão de Infantaria da 11.ª Região Militar, em Uberlândia, Minas Gerais, para ampliação das instalações da Fazenda Tatu.

Em outra portaria, o presidente do órgão homologou contribuição financeira de NCr 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzelros novos), concedida ad referendum do Conselho Diretor, à Escola Normal Rural Murlaldo, em Caxias, no Rio Grande do Sul, para implantação do projeto Ana Reeh.

INDA INCREMENTA PRODUÇÃO LEITEIRA

O Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a renovação de convênio com a Associação Brasileira dos

Orladores de Zebu, no valor de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzelros novos), para observação do desenvolvimento ponderal e controle letelro na região de Uberaba, Minas Gerais.

ELETRIFICAÇÃO RURAL CHEGA A ITARIRI — SP

O sr. Jerônimo Dix-Hull Rosado Mala, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, aprovou a aplicação de mais NCr\$ 109.841,84 nas obras de eletrificação rural do Vale do Itariri, em São Paulo. Para esse fim, foi assinado termo aditivo no convênio entre o INDA e a Cooperativa de Eletrificação Rural daquela região, objetivando o prosseguimento dos trabalhos.

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM TEM CURSO NA PARAIBA

Para o atendimento das necessidades de formação de engenheiros especializados em irrigação e drenagem para a área do Nordeste brasileiro, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário firmou convênio com a Universidade Federal da Paraíba para a promoção de um curso de treinamento e a elevação do nível técnico dos engenheiros-agrônomo da aquela área. O INDA aplicará este ano a verba de NCr\$ 30 mil para a manutenção desse curso. O sr. Jerônimo Dix-Hull Rosado Mala, presidente da Autarquia, firmou convênio nesse sentido.

TRATORES PARA O EXÉRCITO

O INDA aprovou, em reunião do Conselho Diretor, a aquisição de tratores e conjuntos de arado e grade para cessão, em regime de comodato, ao Grupamento de Elementos de Fronteira da Amazônia, do Comando Militar daquela região. Foi empregada na transação a importância de aproximadamente 66 mil cruzelros novos.

AUXÍLIO A SOCIEDADE DE AGRÔNOMOS: GO

Quarenta mil cruzelros novos foram aprovados pelo

INDA, à guisa de auxílio à Sociedade de Engenheiros Agrônomos de Goiânia, em Goiás. Os recursos serão empregados na instalação de sede própria daquela sociedade de técnicos em agronomia.

LOTEAMENTO EM DIVINÓPOLIS: MG

Localizado no município mineiro de Divinópolis, teve seu projeto de loteamento aprovado pelo INDA o chamado Catalão-Parl, com área total de 474.000,00 m². O projeto prevê a formação de 29 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

RECURSOS DO INDA PARA O NORDESTE

Estêve no Nordeste o presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, dr. Dix-Hull Rosado, a fim de entregar os recursos liberados pelo órgão, destinados a obras de desenvolvimento, expressas em convênios vigentes. O total da verba liberada soma NCr\$ 2.519.315,31, favorecendo seis Estados, nas seguintes parcelas:

Pernambuco, com NCr\$ 404.684,25, destinada à Cia. de Eletricidade de Pernambuco (CELPE);

Rio Grande do Norte, com NCr\$ 255.000,00, à Cia de Melhoramentos de Mossoró S.A.;

Ceará, com NCr\$ 489.898,17, à Cia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); e NCr\$ 200.000,00, para a Cia. de Sondagens e Perfurações;

Paralba, com NCr\$ 100.054,89, para a S.A. de Eletrificação da Paralba; e NCr\$ 300.000,00, para a Sociedade Agrícola Industrial e Comercial do Estado da Paralba;

Paul, com NCr\$ 250.000,00, para as Centrais Elétricas do Paul S.A.; e NCr\$ 100.000,00, para a Cooperativa de Minérios Sargas Ltda.;

Alagoas, com NCr\$ 50.000,00, para a Cia. Industrializadora de Leite de Alagoas; e NCr\$ 369.678,00, para a Cia. de Abastecimen-

to Água e Saneamento do Estado de Alagoas.

TRATORES PARA REVENDA SERÃO IMPORTADOS PELO INDA

A importação de 293 tratores de esteira e seus respectivos implementos, financiados em oito anos, com um ano de carência, para revenda aos agricultores através de cooperativas e outras entidades, foi aprovada por Deliberação do Conselho Diretor do INDA e pelo presidente da autarquia, dr. Dix-Hull Rosado Mala.

O plano de distribuição dos referidos tratores será o seguinte: 23 unidades para os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Acre; 60 para os Estados do Paul, Ceará, Rio Grande do Norte, Paralba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; 70 para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e 140 para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Mato Grosso.

DOURADOS GANHA MAIS VAGAS NO COLEGIO AGRÍCOLA

Na ampliação das instalações da Escola de Inleção Agrícola Dom Bóseo, em Dourados, Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr\$ 40 mil. Essa aplicação é feita com o objetivo de atender ao crescente número de pedidos de vagas por parte dos filhos dos agricultores locais. Dourados é uma imensa e próspera colônia agrícola, antigo núcleo colonial criado e instalado pelo Governo, que desenvolvido, foi emancipado.

ACRE TERA SILAGEM

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário financiará com NCr\$ 50 a construção de silos metálicos no Estado do Acre. Nesse sentido, firmou convênio com a Secretaria da Agricultura local. O sr. Dix-Hull Rosado Mala, presidente da entidade, firmou deliberação nesse sentido.

A LAVOURA

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Prof. Heitor Grillo, Vice-Presidente da SNA e do Conselho Nacional de Pesquisas, proferiu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1969, a aula inaugural que abaixo inserimos.

Trata-se de uma bem concatenada e oportuna resenha não só da vida daquele estabelecimento de ensino, como da pesquisa agrônômica no Brasil.

Foi o Prof. Grillo, ao tempo do Ministro Fernando Costa, o técnico escolhido para dar forma e conteúdo à Universidade Rural.

A sua vivência do assunto confere autoridade mais que suficiente às referências que faz aos fatos e pessoas, e que a sua magnífica aula faz desfilar perante o leitor.

É trabalho digno de leitura atenta, que recomendamos.

"Foi para mim uma grande honra a indicação do meu nome pelo Conselho Universitário desta Universidade Rural para proferir a aula inaugural do corrente ano letivo.

A última vez que ocupei esta tribuna, em situação idêntica, foi em 1946, quando proferi a aula inaugural a que dei o título de "O ensino e as pesquisas agrônômicas no Brasil".

Naquela ocasião éramos todos ainda jovens e imbuídos de um ideal superior, que felizmente ainda não se extinguiu. O ideal superior de dar a esta Universidade Rural, centro adiantado de ensino agrônômico e veterinário, as condições físicas necessárias à sua estabilidade funcional e à elevação do nível do seu ensino superior associado à pesquisa. Naquele ano de 1946 estávamos na fase final da instalação desta Universidade neste Quilômetro 47. As dificuldades a vencer eram numerosas, mas a decisão e o amor que todos nós tínhamos por esta instituição eram tão grandes que não havia obstáculos invencíveis. Acompanhamos a vida desta instituição desde a

nossa mocidade e sabemos de sua instabilidade quanto à sua sede, que não permitia o desenvolvimento de um programa integrado de ensino e de pesquisa agropecuária. A sua instabilidade era tão grande que um dos mais ilustres professores desta Universidade, o saudoso zólogo Cândido de Mello Leitão disse certa vez "que há nela um pouco de alma zingara, adquirida no muito viajar a que a obrigaram". De fato, fundada em 1913, no Palácio do Duque de Saxe, na cidade do Rio de Janeiro com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, foi depois transferida para Pinheiro, no Estado do Rio, depois para Niterói e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde se instalou no grande edifício do Ministério da Agricultura, na Prua Vermelha. Depois veio o seu desdobramento em três escolas nacionais: — de agronomia, de veterinária e de química, as duas primeiras integradas no Ministério da Agricultura e a última na então Universidade do Brasil. Quando assumimos a direção da Escola Nacional de Agronomia em

1937, depois de uma grande reforma por que passou o Ministério da Agricultura, a situação de nossa profissão não era das mais brilhantes. A elite brasileira corria para as escolas de Direito, Engenharia e Medicina. O Ministério da Agricultura era, no dizer do grande Pandá Calógeras, "o refúgio dos naufragos de todas as profissões". O panorama começou a se modificar com as sucessivas reformas do Ministério da Agricultura, especialmente a feita pelo ministro Juarez Távora, que criou grandes departamentos técnicos, onde colocou engenheiros agrônomos, médicos veterinários, químicos e engenheiros de minas. Quando o agrônomo Fernando Costa assumiu a direção do Ministério da Agricultura em 1937, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, os problemas da agricultura brasileira já recebiam melhor tratamento técnico. As nossas escolas superiores de agricultura e veterinária continuavam, entretanto, com um ensino excessivamente teórico e fora da realidade agrícola nacional, com poucos trabalhos práticos e quase nenhuma pesqui-

sa agropecuária. Foi, então, que se pensou em unir o ensino à pesquisa agropecuária, criando-se o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA). Para isso foi organizado um Plano Nacional visando a criação da rede nacional de pesquisas agrônomicas, com um Instituto agrônômico e estações experimentais em cada uma das regiões brasileiras — norte, nordeste, centro, leste, oeste e sul. O comando seria aqui no Quilômetro 47, onde se projetou e se executou um dos maiores conjuntos de ensino e pesquisas agrícolas do mundo. Tive a honra de organizar esse plano e de executar-lo em grande parte. O trabalho foi árduo, mas coroado de êxito, porque encontrou total compreensão e apoio das autoridades da época, especialmente do dr. Luiz Simões Lopes, então presidente do DASP e da Comissão de Orçamento do Governo Federal. Com a sua visão de engenheiro agrônomo, de economista e de agricultor no Rio Grande do Sul, Luiz Simões Lopes deu integral apoio ao plano, que contou com o entusiasmo do presidente Getúlio Vargas. O interesse do presidente Vargas era tão grande, que aqui vinha constantemente acompanhar as obras do Quilômetro 47. O seu ministro da Agricultura, o agrônomo Fernando Costa era o grande animador desta obra do Quilômetro 47 e, certa vez, recebeu do presidente Vargas o título de "professor de entusiasmos". De fato, foi Fernando Costa o iniciador desta obra lançada para ser uma grande escola nacional de agronomia com numerosas estações experimentais. O plano inicial foi assim traçado e a mim coube a apresentação do projeto, depois de acurados estudos. Fernando Costa, grande ministro da Agricultura e saudoso amigo, recomendou que os edifícios deveriam ser em estilo colonial com pátios internos. E assim foram projetados e executados os três atuais pavilhões desta Universidade. Fernando Costa não podia compreender como as nossas Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária sediadas no asfalto da Praia Vermelha poderiam formar verdadeiros engenhei-

ros agrônomos e médicos veterinários. Era Fernando Costa um agrônomo que conhecia os nossos problemas agrícolas, especialmente os do Estado de São Paulo. E afirmava sempre enfaticamente que a solução desses problemas cabia nos profissionais da agronomia e da veterinária, os únicos capazes de dar à nossa agricultura as condições técnicas necessárias para elevá-la a um alto nível tecnológico e econômico.

Fernando Costa deixou a semente e quando partiu para São Paulo para dirigir esse grande Estado, os três pavilhões da nossa Universidade Rural já estavam levantados. Veio depois a segunda fase — a da organização do ensino com a pesquisa agropecuária através da criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), que foi executada neste local e em todo o território nacional. Foi a fase de trabalho árduo, sem horas de descanso. Contamos com uma plêiade de brilhantes colaboradores na execução desse Plano Nacional, que aí está prestando relevantes serviços à nossa agricultura e, especialmente, dando-lhe as bases técnicas e científicas de que carece para elevar a sua produtividade. Quando o Plano Nacional de união do ensino com a pesquisa agrícola já estava montado e em funcionamento e quando se esperava a integração de ensino e pesquisa para que associados dessem ao Brasil os rendimentos alcançados em países mais desenvolvidos, veio a reforma universitária e passou as Universidades Rurais para o âmbito do Ministério da Educação. Essa reforma, entretanto, permite convênios com os Institutos de Pesquisas Agrícolas, que permaneceram no Ministério da Agricultura como estelos da rede nacional de pesquisa e experimentação agropecuária. E é de se esperar que o convênio já assinado marque uma nova fase de pesquisa associada, somando esforços, capacidade e instalações em benefício da pesquisa agrícola brasileira.

Já é lugar comum dizer que a pesquisa deve estar sempre associada ao ensino

superior, que se renova através da investigação científica. Já é do conhecimento de todos, especialmente dos estudantes, que o desenvolvimento das nações se faz através de um trabalho árduo e persistente, no qual a ciência e a tecnologia ocupam papel relevante. Todos conhecem os exemplos americano e russo e o papel que a ciência e a tecnologia representaram para transformar os Estados Unidos e a Rússia nas superpotências de hoje. A política que esses países desenvolveram em planos previamente traçados, todos apoiados na investigação científica e tecnológica conduziu essas nações ao seu atual apogeu. O apoio, pois, aos verdadeiros cientistas e tecnólogos, núcleos desse desenvolvimento, serviu de exemplo às demais nações. Foi graças ao poder da ciência que nações subdesenvolvidas conseguiram elevar o padrão de seus povos, substituir agriculturas rotineiras por agriculturas de alta tecnologia, indústrias obsoletas e de baixo rendimento em indústrias prósperas. Foi através da ciência que o homem moderno conseguiu inventar e melhor aproveitar os recursos naturais com que nos dotou a Natureza. Só através da ciência é que a humanidade hoje poderá obter alimentos em quantidade e qualidade suficientes às crescentes populações mundiais. É através da ciência que o homem domina o espaço cósmico e consegue dar voltas em torno da lua, para conhecer a sua estrutura. É através da ciência que a Cirurgia faz transplantes de órgãos, recriando o homem. É pela ciência que as telecomunicações aproximaram as nações distantes e tornaram o mundo um só. É através da ciência de computação que o homem criou máquinas de processamento de dados para a coleta e classificação de informes, abastecendo a memória dos computadores eletrônicos, que controlam as grandes organizações. É através da ciência que a Biologia desvenda os mistérios da célula e esclarece os complexos processos químicos da vida, conduzindo a uma revolução "muito maior, em potencial" à descoberta da bomba atômica

de urânio e hidrogênio. A ciência e a tecnologia são, pois, os meios de que dispõe o homem moderno para atingir o progresso econômico e social.

O Brasil não poderia ficar indiferente a esse movimento processado nos grandes países, de dar à ciência e aos cientistas o lugar que merecem no novo quadro mundial. O Conselho Nacional de Pesquisas criado para promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do País vem trabalhando silenciosamente, mas com grande eficácia na transformação do quadro científico brasileiro. A sua atuação tem sido tão benéfica no amparo aos verdadeiros cientistas e aos centros que realmente labutam na ciência, que já se afirmou que "a história da ciência no Brasil tem duas fases — antes e depois da criação do Conselho Nacional de Pesquisas". Realmente são numerosos os pesquisadores formados com bolsas do Conselho, no País e no exterior. São numerosos os pesquisadores que recebem auxílios para o desenvolvimento de um programa sério de trabalhos científicos ou tecnológicos. Onde há cientistas com programas em execução, o Conselho compreece com hólzas ou auxílios financeiros para complementar a ação das Universidades ou dos Institutos de Pesquisas onde os mesmos trabalham. A ação normal do Conselho junta-se agora a do seu Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. A ciência e a tecnologia de hoje atingiram tal desenvolvimento que requerem planejamento e coordenação. A especialização alterou os conceitos antigos de trabalho individual e impôs o sistema de equipes nas quais diversos especialistas colaboram num projeto comum e multiforme.

O Plano Quinquenal de desenvolvimento científico e tecnológico foi elaborado no Conselho Nacional de Pesquisas sob a orientação do seu atual operoso presidente prof. Antônio Couceiro, que contou com a colaboração dos mais eminentes especialistas brasileiros nos vários setores de atividades. Na introdução desse importante

documento, o primeiro no gênero que já se fez no Brasil, lê-se o seguinte:

"A ciência e a tecnologia não têm preferidos e Tecnologia Moderna é acessível a qualquer país, desde que seus governantes efetivamente se decidam a promover o desenvolvimento científico, assistindo convenientemente seus tributários: ensino de ciência mais prolongado e de alta qualidade, maior proporção de cientistas no corpo docente, laboratórios adequados nos diferentes setores da investigação, pós-graduação em padrão internacional, formação e condições salariais condignas à grandeza da missão que desempenha o pesquisador na sociedade moderna".

O Plano prevê medidas básicas visando a ampliação do pessoal científico, de alto nível, através de pós-graduação no País e no exterior; prevê melhoria de equipamento e reequipamento dos centros de pesquisas nacionais a serem atendidos prioritariamente, em termos de qualificação de pessoal e operosidade, medida em produção científica original e regular; prevê contratos de pesquisadores nacionais e estrangeiros para reforço dos centros de pesquisa mais qualificados; prevê programas setoriais de pesquisa fundamental e aplicada nos domínios da Agricultura, da Astronomia, da Biologia, das Ciências Sociais, da Física, da Geologia, da Matemática, da Química e da Tecnologia; prevê programas integrados visando a exploração e o inventário da região amazônica e o estudo da plataforma continental brasileira; prevê a integração dos Institutos do CNPq nesse Plano Quinquenal e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em particular com o centro nacional de informática, ligado a uma rede de informações técnicas e científicas que alimentariam as universidades e Institutos de pesquisas.

O programa, como se vê pelo enunciado, é grandioso e requer recursos financeiros

vultosos, previstos já no Plano Trienal do Governo Federal.

Dentre os programas setoriais avulta o referente à agricultura, que tem por objetivo desenvolver a pesquisa agropecuária no Brasil, mediante a complementação de recursos pelo CNPq às instituições federais e estaduais para os seus programas científicos, evitando-se duplicações e dando-se prioridade aos problemas mais prementes e de maior interesse econômico e alimentar. O Plano Quinquenal prevê a melhoria da produtividade vegetal e animal, geralmente baixa no Brasil; prevê o aproveitamento dos recursos naturais em áreas já cultivadas, mas particularmente nas regiões de baixo índice habitacional, como a Amazônia, o Brasil Central e as áreas de cerrados. Um plano dessa natureza, abrangendo tantos setores, para alcançar melhor rendimento selecionou áreas prioritárias de pesquisa em cinco setores principais, a saber:

- 1 — recursos naturais;
- 2 — pesquisas fitotécnicas;
- 3 — pesquisas zootécnicas e veterinárias;
- 4 — pesquisas econômicas e sociais;
- 5 — pesquisas tecnológicas agrícolas.

Os órgãos participantes seriam os Institutos do Escritório de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, os órgãos de pesquisa agrícola das Secretarias de Agricultura dos Estados e as Universidades Rurais, entre as quais se acha a nossa Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Na programação de cada um dos setores citados o Plano previu prioridades. Assim para os Recursos Naturais, visando o melhor conhecimento do solo, do clima, da vegetação e da água foram estabelecidas seis prioridades. Também o setor de pesquisas fitotécnicas estabeleceu prioridade para o estudo de melhoramento genético das plantas econômicas — cereais, leguminosas, café e cacau, raízes e tubérculos, fibras, oleaginosas, fruticultura tropical, das pragas e doenças das plantas, da fi-

siologia vegetal, introdução e domesticação de plantas e pesquisas com espécies florestais. No setor das pesquisas zootécnicas e veterinárias as prioridades visaram os campos da alimentação, dos sistemas de criação, manejo e instalações, melhoramento genético e doenças e reprodução; no setor das pesquisas econômicas e sociais os estudos prioritários prevêm os três seguintes itens: produção, mercados e preços e política agrícola; no setor de tecnologia agrícola o plano prevê o desenvolvimento da pesquisa aplicada à indústria de alimentos.

A execução de um Plano Quinquenal de Ciência e Tecnologia só poderá ser coroada de êxito se tiver como meta principal e prioritária o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento do elemento humano para a pesquisa fundamental e aplicada. "A falta de pessoal com formação adequada", assinala o Plano, para atender a intensificação da pesquisa científica e a renovação do ensino de ciências, sentida em todos os centros nacionais, necessita ser corrigida com urgência". E essa formação deve ser feita nos cursos de pós-graduação que apresentem altas condições quanto aos seus professores e equipamentos científicos e bibliográficos. Daí o projeto do Conselho de estabelecer os centros de excelência recrutados entre os melhores do País.

Estamos vivendo uma fase da vida nacional caracterizada por grandes reformas. A reforma da educação, já decretada pelo Governo Federal e a implantação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico constituem peças mestras e essenciais para promover a saída do Brasil do seu estado de país subdesenvolvido para Nação em desenvolvimento. A reforma da educação tem como ponto de partida a reformulação do ensino primário e médio e a preparação de recursos humanos de alto nível, através da reforma do ensino superior. E para isso a reforma prevê a modificação da estrutura institucional da Universidade, do seu regime didático e científico, da seu

magistério, a integração da Universidade no processo de desenvolvimento e a integração do estudante na Universidade e nos programas de desenvolvimento.

Oxalá possa a atual Reforma da Educação brasileira modificar o quadro existente, alterando o academicismo, implantando novos métodos de ensino e introduzindo definitivamente a pesquisa nos quadros universitários. Só assim é que poderemos formar os líderes que faltam ao Brasil. Só assim é que poderemos formar os nossos cientistas e com eles implantar a ciência no País, alimentando o nosso desenvolvimento com o resultado das nossas investigações científicas e tecnológicas. Evidentemente não podemos dispensar a colaboração da ciência estrangeira e dos seus cientistas, indispensáveis, sobretudo, nesta fase atual de intensificação e implantação definitiva da ciência no Brasil. Já se tem escrito muito a esse respeito. Já se tem dito que o nosso progresso tecnológico se baseia em alugar a técnica de fora. E essa técnica é indispensável até que tenhamos a nossa própria feita com trabalho perseverante e através de homens preparados para esse mister. Foi pensando assim que idealizamos a rede nacional de pesquisa agrícola para o estudo dos nossos solos, das nossas plantas cultivadas, da nossa pecuária, das doenças que infestam a nossa agricultura e criação, para enfim conhecermos o nosso meio agrícola, melhorá-lo e elevá-lo a condições de alta rentabilidade e de segurança contra os seus inimigos naturais. Porque só com os nossos próprios experimentos e pesquisas agrícolas é que poderemos conhecer as variáveis dos nossos solos, das nossas plantas, dos nossos climas e dos demais fatores que presidem a produção agropecuária. Evidentemente muitas técnicas e ciências alienígenas podem ser aceitas depois de convenientemente experimentadas ou adaptadas. Mas é fundamental que tenhamos a nossa própria experimentação e pesquisa agropecuária, como também é indispensável lançarmos as bases de uma pesquisa industrial

mais realista e compatível com as necessidades de nossa indústria, que utiliza muito pouco a pesquisa. Um estudo realizado no Instituto Rob Simonsen de S.P. mostrou que menos de 1/4 da indústria paulista utilizava a pesquisa.

Já muito se tem escrito que as nações desenvolvidas têm organizações capazes de dominar as nações subdesenvolvidas, estabelecendo uma tutela econômica e financeira. O já famoso livro de Servan-Schreiber "O desafio americano" mostra que a indústria americana na Europa representa a terceira potência nesse Continente. E isso devido ao valor que os americanos dão à pesquisa e à tecnologia associadas às técnicas de fabricação e aos métodos de gestão gerencial. Os industriais europeus viram-se assim obrigados a racionalizar as suas fábricas e nelas introduzir as tecnologias modernas e os modernos métodos de administração e comercialização. E isso se passou na Europa, onde a civilização atingiu alto nível e a ciência e a tecnologia nasceram e floresceram em institutos de pesquisas renomadas pelas suas descobertas. E esse fato vem nos mostrar que não basta desenvolver apenas a ciência. É indispensável preparar um programa estratégico de desenvolvimento com todos os fatores da produção associando o governo com atividade privada. É o que está fazendo o Ministério do Planejamento e Coordenação no Brasil. E a taxa de crescimento do Brasil é boa e revela a capacidade que tem o país de resistir às suas crises políticas e econômicas.

Quando o meu caro amigo Prof. Fausto Alta Gal transmitiu-me o convite do Conselho Universitário desta Universidade para proferir a aula inaugural passei em revista retrospectiva tudo o que sabia dessa instituição e dos homens que a fizeram e a engrandeceram. E veio-me logo a figura daquele professor que dedicou toda a sua vida ao estudo dos insetos-Angelo Moreira da Costa Lima. Ele fal o verdadeiro cientista. O cientista nato, que se entricheceu no estudo cotidiano e atingiu os mais altos pon-

tos na sua especialidade, a Entomologia. Ainda estamos a vê-lo no seu laboratório, estudando espécies novas, preparando trabalhos, revendo estudos, organizando coleções, respondendo cartas dos seus colegas brasileiros e estrangeiros, dando aulas, conversando com os seus amigos e aqui Costa Lima era a mais humana criatura que conheci. Era o desprendimento em pessoa. Era o dinamismo em trabalho infatigável. Tornou-se pelo seu trabalho científico conhecido no mundo inteiro, como um dos primeiros, senão o primeiro entomologista de sua época. Era um monumento de nossa cultura científica. A sua "Vida e Obra" já estão escritas pelo seu biógrafo, o escritor e teatrólogo Pedro Bloch, em volume encomendado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, que quis assim perpetuar, em livro, a passagem luminosa desse extraordinário homem pela terra. Ele que foi o exemplo da dignidade e do saber.

Em sua biografia de Costa Lima, Pedro Bloch escreve: "Que forças estranhas moviam esse homem em sua ambição de glória e dinheiro, fama e riqueza, reconhecimento ou justiça?" "Que forças o impulsionavam, em seus derradeiros anos, o coração enfartado várias vezes, os olhos cegando, os passos vacilando, a energia fugindo?" É que Costa Lima tinha o ideal da ciência e o sentido de sua responsabilidade como professor e pesquisador. A força que o alimentava nos seus últimos anos de vida era o seu amor pela ciência entomológica e a necessidade que sentia em revelar os seus estudos esclarecendo pontos duvidosos ou pouco conhecidos da ciência entomológica. Quando principiou a sua carreira o Ministério da Agricultura não tinha organização técnica nem científica, apenas burocrática. E Costa Lima venceu todas as dificuldades até encontrar melhores dias, melhores organizações científicas e colaboradores em maior número. Foi um exemplo do que pode a vontade férrea de um homem realizar em ciência uma obra duradoura e fundamental. Que a sua figura esteja sempre presente nos quadros des-

ta Universidade, que ele amou como a sua casa e onde formou discípulos, hoje mestres e espalhados por todo o país no exercício de sua profissão de entomologista ou de fitossanitarista.

E, neste momento, em que o Brasil procura os meios para implantar a pesquisa nas universidades e intensificá-las nos institutos científicos, o nome de Angelo Moreira da Costa Lima deve ser recordado como a figura simples e agradável do professor que foi um exemplo no ensino superior brasileiro e do pesquisador que se desdobrava em trabalhos e que fazia da ciência a sua profissão.

Não sei bem se deveria falar mais de ciência e desenvolvimento nesta cerimônia de inauguração dos cursos desta Universidade Rural. Estamos diante de professores e alunos que freqüentam os seus cursos e outros que agora iniciam a sua atividade escolar. Aos estudantes o que se pode dizer é que o problema fundamental do Brasil é o da Educação. Precisamos multiplicá-la e melhorá-la em todos os graus de ensino. Precisamos colocá-la em padrões internacionais, à altura dos padrões norte-americanos, que colocaram os Estados Unidos na vanguarda das nações desenvolvidas. O exemplo de suas instituições de ensino e pesquisas agrícolas deve ser estudado e analisado por nós brasileiros, que temos grandes e graves problemas a vencer na nossa conjuntura agrícola. Porque estudando e analisando o trabalho dessa grande nação, poderemos tirar conclusões que somadas à nossa experiência no domínio da agricultura nos habilitarão a diminuir o nosso atraso tecnológico e a recuperar o tempo perdido.

Aos estudantes das várias escolas que compõem esta Universidade Rural poderemos afirmar, depois de uma longa vida profissional, que não há profissão mais nobre e de maior interesse para o Brasil do que as do engenheiro agrônomo, do médico veterinário, do técnico em educação rural, do engenheiro químico, do engenheiro florestal, de edificador familiar, do portador da licenciatura

em História Natural e Química e, em breve, zootecnista, porque todos têm por objetivo estudar os problemas da nossa agricultura, base e sustentáculo da Nação. Os que hoje iniciam os seus estudos vão adquirir novas técnicas mais poderosas do que as de ontem e capazes de gerar a transformação da nossa agricultura, cheia de empirismos na maior parte das nossas regiões agrícolas, em uma agricultura estável, como fonte produtora de alimentos.

A história de nossa agricultura começa com a célebre frase de Pero Vaz de Caminha, o escrivo da frota de Pedro Álvares Cabral, que dizia: "a terra é tão graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Aqui encontramos os portugueses por ocasião do descobrimento, indígenas vivendo uma fase de economia primitiva caracterizada pela caça e pesca. Só algumas tribos praticavam uma agricultura incipiente, como os tupi-guarani, que cultivavam as duas espécies de mandioca, com 24 variedades e outras plantas como o milho, as batatas, o feijão, o gerimum, várias espécies de eucurbitáceas, a banana, o ananás, o eaju, a mangaba, o mamão, o genipapo, etc. E foi com os índios que aprendemos os métodos de derrubada da mata e sua queima, ainda hoje infelizmente predominando em numerosas regiões agrícolas do País.

Se fizermos um balanço de nossas atividades técnicas em benefício da agricultura brasileira verificaremos que houve nesses últimos trinta anos consideráveis progressos, quer no domínio do fomento agropecuário, quer no domínio da pesquisa, quer na economia rural e no da tecnologia agrícola. Estamos agora traçando novos rumos para tornar efetiva a tão decantada reforma agrária brasileira. No domínio do fomento temos exemplos edificantes. Contamos com o ABCAR, que hoje se espalha em quase todos os estados da federação, promovendo a melhoria dos métodos de nossa produção através de um íntimo contato de seus técnicos com os fazendeiros, sítiantes e arrendatários de terra. Conta-

mos em alguns Estados com resultados certos na produção agropecuária através de programas bem conduzidos. No domínio da pesquisa já é reconhecida a ação dos Institutos agrônômicos do Ministério da Agricultura e de suas estações experimentais, bem como o trabalho de alguns órgãos congêneres dos Estados, sobressaindo o Instituto Agrônômico de Campinas e o Instituto Biológico de S. Paulo.

No domínio da economia são exemplos dignos de imitação os praticados pelo serviço da Secretaria de Agricultura de S. Paulo. No da tecnologia de alimentos o Centro de Tecnologia Alimentar de Campinas marca uma nova fase no aproveitamento e industrialização de nossa produção agrícola. Os médicos veterinários alcançaram vitórias marcantes na sua luta contra os inimigos de nossa pecuária. Já conhecemos as doenças que limitam a nossa produção animal e já estamos habilitados a promover os meios para o seu combate e limitação da sua área de ação. O mesmo podemos dizer em relação às pragas e doenças que atacam as nossas plantas cultivadas. Contamos com bons fitopatologistas, entomologistas e fitossanitaristas, quer no âmbito federal, quer estadual. A contribuição científica no domínio da Fitopatologia e Entomologia Agrícola é vultosa e já pesa na balança das nossas realizações científicas. Os estudos de solos brasileiros têm merecido atenção especial do Governo Federal e de alguns Estados. Já é grande o acervo realizado através de mapas pedológicos de vários Estados. As pesquisas fitotécnicas tomaram grande desenvolvimento nestes últimos anos e já contamos com o milho híbrido, com variedades de arroz selecionadas, com importantes pesquisas sobre o trigo e outros cereais, com variedades de feijão selecionadas, com estudos sobre o café e o cacau, com trabalhos sobre a mandioca e n

batata, com sementes melhoradas de algodão e outras fibras, com importantes estudos sobre o dendê e o amendoim, com trabalhos básicos sobre a nossa fruticultura tropical, com melhoramento genético de plantas oleícolas, com importantes estudos sobre espécies florestais para as diferentes regiões do País. As pesquisas zootécnicas e veterinárias assumem importância fundamental no mundo de hoje por causa do consumo de proteínas de origem animal. Carne, leite e ovos são alimentos essenciais e deficitários na dieta do brasileiro. E a situação da produção animal é idêntica à da produção vegetal no Brasil — baixo rendimento por unidade de área, redução de desfrute e ínfimo índice de tecnificação. Há, evidentemente, algumas exceções a essa regra geral. A experimentação animal é mais longa do que a experimentação vegetal. Exige mais tempo, mais dinheiro e mais pertinácia. O trabalho a seguir por sucessivas gerações de técnicos é fascinante, quer no domínio da alimentação animal, quer nos sistemas de criação e manejo, quer no estudo das instalações indispensáveis, quer, sobretudo, no melhoramento genético. Aguarda, pois, a bovinocultura brasileira, quer de carne ou de leite ou mista, a suinocultura, a avicultura, a ovinocultura e caprinocultura, os estudos dos técnicos brasileiros para elevá-los ao nível de suas congêneres americanas ou européias.

Não menor será o trabalho dos médicos veterinários no estudo da patologia animal. As doenças dos animais domésticos são fatores de redução do desfrute dos nossos rebanhos. A luta contra a febre aftosa, apesar de constante, constitui um dos mais graves problemas de nossa pecuária, porque reduz as possibilidades da exportação de carne brasileira para determinados mercados. Não só o controle da aftosa, mas o estudo das doenças de repro-

dução, especialmente a brucelose, o estudo das epizootias, das ecto e endoparasitoses, o dos helmintos em ruminantes e suínos, o estudo do berne, dos exídicos constituem capítulos para outras gerações de médicos veterinários estudarem e aplicarem à nossa pecuária o resultado de suas pesquisas.

O esboço feito não é completo. Apenas desejamos assinalar os problemas mais cruciais, aqueles que estão pedindo uma ação mais energética e duradoura dos poderes públicos e a cooperação das classes interessadas-agricultores, criadores e suas organizações de classe.

E a ação desta Universidade Rural já está traçada. Quer na formação de seus alunos, através de um ensino superior moderno e condizente com a realidade agrícola brasileira, quer no domínio da pesquisa, esclarecendo os problemas agrícolas da região em que está situada e concorrendo assim para se integrar na agricultura local e elevá-la a um alto nível. So assim é que conseguiremos atingir os nobres objetivos universitários: promover alto padrão de ensino superior, realizar pesquisas de nível internacional e difundir esses conhecimentos de modo que a instituição se integre no meio em que vive.

Aos estudantes e professores desta Universidade Rural eu apresento as minhas boas-vindas. E a todos eu convindo a pensar e a trabalhar pelo Brasil.

A LAVOURA
1897 - 1969
72 ANOS

A LAVOURA

TOCAIA —

D. Carminha

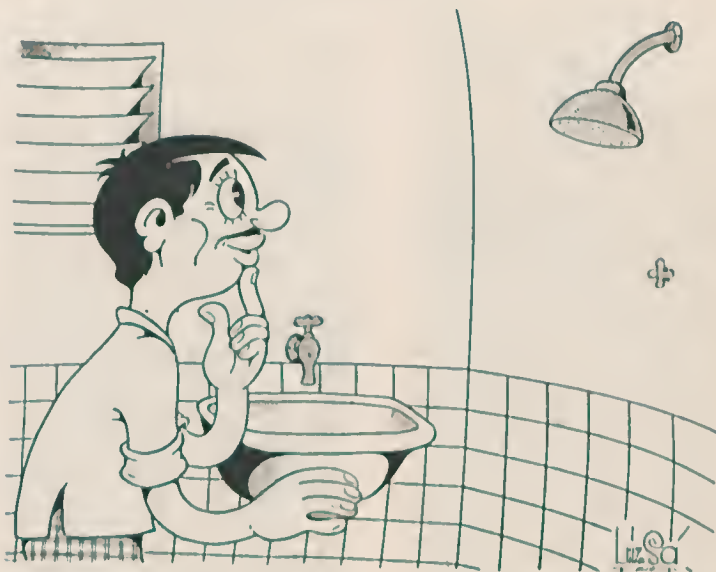
Ilustração de Luiz Sá

Destruição de lavouras, pastagens, cercas e matas a poder de fogo, pôsto, salteado, à cautela, com uso de mecha; liquidação de gado, com sal envenenado jogado no campo — tudo feito à noite, sistemática, impiedosamente, sem possibilidade de identificação de autoria — provocações de toda espécie, em vão: nada do homem se ir; renitente como êle só; difícil de enxotar. Um subversivo, cabeçudo.

De dinheiro barato da cidade, trouxera, para a região, uma lotada de perturbadoras inovações: salário-mínimo, oito horas de trabalho, auxílio-doença, aposentadoria, pensão e, até, férias! Desassossegara o povo; gente boa de não discutir paga, pegar no serviço de escuro a escuro, morar, contente, em tapera, andava, agora, cheia de exigência de não se poder aturar.

O sujeito empregava um horror de pessoal, escolhido do melhor, atraído, de léguas em volta, por aqueles despropósitos.

Para acabar de estragar o lugar, construiu, para o pobre, casa de rlo, com chuveiro, pia e privada. Chegava (era o fim) a ponto de dar, a diarista, o tratamento de patrão, convidando-o para refeição, em sua companhia, na casa grande. Além disso, audacioso e descarado, quando o velho chefe político, de então, o acusara, indignado, em encontro acidental, no cartório, de lhe ter roubado — contados pelos dedos, vinte e nove camaradas — a ca-



beceira de sua fazenda, respondeu lampelro, a fazer graça desaforada: "Roubel, não, Libertel."

O jeito era, mesmo, acabar com o tipo, Seu Nico, entendido em lei e que já fora subdelegado, assegurou que se mais de dez mandassem a relatura ver S. Pedro, não havia crime.

O diabo é que o anjo da guarda do homem era forte p'ra valer. Os vinte e dois que na encruzilhada atacaram o carro, onde, conforme informação obtida, de certeza, o danado devia vir do Rlo, só encontraram, na escuridão, quando, na bruteza, em gritaria, abriram a porta do automóvel, um major, amigo dêle, que vinha trazer o cobre do pagamento. Um imprevisto retivera o maldi-

to no fim da semana na Capital. O coltado do oflelal, do susto grande que passou, andou de gagueira e fala fina até voltar para a cidade.

Ao saber que a polleia, a quem dera queixa, assistido de advogado caro, concluíra sob pressão política, que o militar entendera errada a causa — o que os 22, todos, gente qualificada, donos de terra e parentela, queriam, é verdade que em ocasião e local impróprios e de forma inadequada, era obter uma contribuição para melhoria do cemitério, da localidade — doido de raiva, o peste, que desde que a caso começara a engrossar, tinha, na calada, de prevenção, trazido do norte, disfarçados, no meio de famílias de lavradores, uns

CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no Conselho Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos
Climas Aw de Savana (inverso sêco) encon-
trados no interior do Brasil.

CATALÃO — 18° 10' S — 47° 50' W — 840 m. — clima Aw

Atinge 21°,3 a média anual da temperatura, sendo mais quente a primavera, com Setembro a Novembro acima de 22° (Outubro 22°,9), e mais fresco o inverno, quando Maio a Julho têm menos de 20° (Julho — 18°,5).

Será assim de 49,4 a amplitude anual, notando-se aliás uma segunda onda fria, de Mínimo Dezembro (21°,9), e Máximo Março (22°,2). Aliás o período Janeiro-Março registra todo ele 22° 2.

A média das máximas, 27°,3 resulta de valores mensais entre 29°,1 (Setembro) e 25°,6 (Julho), numa amplitude 3°,5. As tardes mais quentes ocorrem na primavera, superando 27°,5 de Agosto a Novembro. Mas após o mínimo secundário em Dezembro (26°,8) segue-se um novo período quente à tarde, entre 27° e 28°, de Janeiro a Abril, com máximo secundário 27°,7 em Março.

Principia então o declínio até Julho, as máximas do período Maio-Julho sendo as mais baixas do ano, próximo de 26°.

A média das mínimas, 16°,6 corresponde a extremos 18°,5 (Janeiro) e 12°,7 (Julho), permanecendo o elemento acima de 18° no período Novembro a Março, e abaixo dos 15° de Maio a Agosto, os meses realmente frios pela madrugada sendo Junho (13°,3) e Julho (12°,7). A amplitude anual é assim de 59,8, e a da segunda onda quase nula (0,1).

A amplitude diurna alcança 10°,7, mais elevada no período Junho a Setembro, acima de 12° (13°,3 em Agosto), e mais baixa de Novembro a Março, aquém de 10° (com 8°,4 em Dezembro).

A máxima absoluta foi de 35°,4 (Outubro), o elemento podendo superar 30° em todos os meses, mas nunca atingindo 31° em Junho e Julho, ou 33° no primeiro semestre.

A mínima absoluta desceu praticamente a zero, sendo aliás de 0°,2 (Junho), e valores aquém de 5° ocorrem de Maio a Agosto, os abaixo de 10° podendo se verificar de Abril a Setembro. Nos meses restantes, as mínimas se situam acima de 10°, porém de 13° no período Dezembro-Março.

Temos em resultado a forte amplitude anual de 35°,2.

Em Catalão quase todos os dias são quentes (301), com apenas 64 friacos por ano, e que ocorrem a taxas médias de 4-5 por mês em geral, ou 7-10 no período Maio-Julho.

Quanto às noites se apresentam sempre frescas, as raras quentes (9 por ano) ocorrendo à taxa de 1 cada mês, de Setembro a Março.

Os ventos, relativamente frescos, em média 1,8 mpa, têm maior velocidade (2,2) em Setembro, e menor (1,6) em Maio. Mas somente 5 ventanias surgem em média por ano de Outubro a Março, 1 cada mês.

A umidade é regular, de média 72%, oscilando entre 82,6% (Dezembro) e 53,2% (Agosto), numa amplitude 27,4%. Os meses úmidos, Novembro a Abril, superam 75%, com Dezembro a Março acima de 80%. No período sêco, Agosto e Setembro têm menos que 60%.

A nebulosidade, com normal, 5,1, indica céu claro a nublado, sob índices acima de 6,0 no período Novembro a Março (7,9 em Dezembro), e aquém de 3,0 de Junho a Agosto (2,2 no último mês), do que resulta uma amplitude 5,5. O céu é portanto bastante claro na fase de Maio a Setembro.

Temos desse modo 165 dias encobertos: acima de 10 por mês de Outubro a Março, com 19 em Dezembro. Abaixo de 5 nos vários meses de Maio a Julho, sob mínimo 1 em Julho. Os dias claros, quase atingem aquela frequência, pois totalizam 97 por ano, superando 10 cada mês de Maio a Setembro (19 em Agosto), e com menos de 5 mensalmente de Novembro a Março. Há em resumo apenas 18 dias encobertos de Abril a Setembro, e 16 claros de Outubro a Março.

O Sol brilha por 2684 horas, mais que 200 por mês de Março a Outubro, com máximo de 290 em Agosto e mínimo 148 em Dezembro.

Vejamus a precipitação: totalizando 1767 mm, distribuído com mais de 200 mm mensalmente de

cangaceiros sem alma, mandou um seu empregado — o falador mais afamado da terra — dizer ao coronel Felício, chefe da localidade, para vir, no lugar em que ela se dera, no claro, em hora marcada, no dia seguinte, com os outros 21, preparados para decidir, a tiro, a questão. Se não comparecessem, largassem em definitivo, de causar aborrecimentos, porque, caso contrário, estivessem certos, incluindo e morte de bicho de toda espécie, a suceder, pra todo lado.

Felizmente, o desafio não foi aceito. Tudo acabou em nada. Se tivesse sido, a des-

graceira não teria medida. Para dar idéia da ruindade do cara e dos jagunços, basta dizer que, como depois se soube, quando — após dar, feito fera, instruções para a luta, onde se incluía a recomendação de atirar no umbigo para que os adversários, atingidos mortalmente, sentissem o máximo de dor, durante o malor tempo, antes de explirar — indagou se alguém tinha alguma coisa para dizer, só houve um comentário, partido de um cabra de apelido Bom Mõço: "Achu mió atirá nu "figu". Dól mais que nu "bígu".

Climas de Goiás

verei ou março. O total do nno é assim de 60.

A forte insolação acumula 2547 horas, sendo agosto o mês de máximo (293), e dezembro o de mínimo (130).

No período abril a outubro todos os registros superam 200 horas, ficando abaixo de tal limite nos demais meses.

As chuvas alcançam 1678 mm por ano, sendo mais pesadas em dezembro (293) e mais fracas em junho — 3 mm apenas. Prossegue bem seco o período junho-agosto (todos meses com tocos de 10 mm) e mais chuvoso o de novembro a março, quando os vários registros superam 200 mm, ainda abril e outubro tendo mais que 100 mm.

Quanto à maior altura em 24 horas foi de 83,0 mm, só de junho a agosto os índices máximos não ultrapassando 30 mm, para superarem 60 nos demais meses.

O número dos dias de chuva é de 140, com máximo 23 em dezembro, e mínimo de 1 nos diversos meses do inverno.

Ocorreu acima de 19 dias de novembro a março, e menos que 10 em cada mês, de maio a setembro (total 12 no período).

No conjunto, 56 dias cada ano superam os 10 mm.

As trovoadas somam 95, sendo mais frequentes (24) em janeiro, e ocorrendo a taxas de 11-14 dias nos meses de outubro a março (janeiro 24, como vimos). Apenas 1 trovoadas por mês se verifica de junho a agosto, o total do período seco (maio a agosto) sendo de 5.

Há por fim, somente 7 nevoeiros, todos concentrados no verão (1-2 cada mês, de dezembro a abril). Mas formam-se 70 dias de orvalho, com frequências 2-4 nos meses de agosto a fevereiro, e 14-15 em maio e junho.

O clima de Pirenópolis é assim quente de dia, mas não em demasia, e fresco à noite, com extremos de 37° e 6°. Úmido, de céu nublado, sob forte insolação e regularmente chuvoso, com frequentes trovoadas, mas raros nevoeiros.

Há mais dias encobertos (88) que claros (60), de tudo resultando condições bastante suportáveis.

SANTA LUZIA — 16° 16,8' — 47° 53'W — 910 m. (Luziânia) — Clima Aw.

Como já vimos, o clima da área não está bem representado por este pósto, situado na vertente sul. Além disso, nenhuma estação de Goiás se enquadra realmente no clima Temperado do Planalto; para tanto, S. Luzia deveria ter o mês de julho com 17°9, em lugar de 18°1. Mas de qualquer modo, a marcha dos elementos em maiores altitudes não irá diferir muito da aqui consignada.

Temos média anual de 20°7, com outubro mais quente (24°0), e julho mais frio (18°1), numa amplitude térmica de 39,0. A segunda onda registra mínimo em dezembro (21°2) e máximo fevereiro (21°7), pouco sensível, portanto.

Na verdade, a temperatura se conserva elevada desde setembro (31°8, até abril (21°2), declinando então para a fase mais fria (junho 18°5, julho 18°1).

As mínimas permanecem contudo mais elevadas que em Goiás, pois têm média anual 17°3. Sob as chuvas, conservam-se acima dos 18° de outubro até abril (18°8 em dezembro), só nos meses de inverno caindo abaixo de 16°, com 14°1 em julho e amplitude anual 4°7. O período de noites mais frescas, abaixo de 17°, decorre nãis de maio a agosto.

Temos por comparação uma amplitude média diária de 11°4 oscilando de 14°4, agosto) a 8°7 (dezembro), sendo de notar que só de novembro a abril o elemento fica abaixo de 11°, ions acima dos 13° no período junho a setembro.

A máxima absoluta atingiu 36°6 (setembro), e apenas durante a fase abril a julho não logra superar 33°, enquanto de setembro a novembro ultrapassa 35°.

Já a mínima absoluta foi menos pronunciada que em Goiás com 6°0 (julho). Todos os meses, de maio a setembro, estão sujeitos a valores aquém de 10° (ou de 7° entre junho a agosto). Mas de novembro a abril nunca se registrou valor menor que 13°. Foi assim de 30°6 a amplitude absoluta.

Os dias permanecem geralmente quentes (18 cada ano) ocorrem todos ocorrendo, distribuídos a taxas de 5 por mês, de dezembro a fevereiro e 1 a 2 dias nos meses restantes.

Pelo contrário, todas as noites são frescas, dado que as raras quentes (18 cada ano) ocorrem todas de setembro a abril, a taxas de 1-4 mensalmente.

Malgrado a altitude, são fracos os ventos, com média de 0,9 mps, mais elevada (1,3) em agosto e menos 0,6 em janeiro. Somente no período maio-setembro a velocidade supera, 1,0 mps, de tudo resultando 1 ventania por ano.

A umidade é acentuada, média anual 74,1%, e de dezembro a março supera 80% (81,7% no primeiro mês), enquanto fica abaixo dos 70% de julho a setembro (61,3% em agosto). É assim, de 20,4% a respectiva amplitude anual. Caso comparados à normal, 74,1%, os meses de novembro a maio a superam, a seca correspondendo portanto ao período abril-outubro.

Não é muito acentuada a nebulosidade, uma vez que a média do nno 5,4, ressalta de um máximo 7,7 em dezembro e mínimo 2,6 julho, com amplitude 5,1. Nota-se que os valores superam 6,0 de outubro a março, e 7,0 de novembro a fevereiro. Descem contudo abaixo de 4,0 entre maio e agosto, ou de 3,0 em junho e julho.

Há assim somente 88 dias encobertos por ano, mais frequentes (16) em dezembro, mas nunca ocorrendo (0) em junho e julho.

Na verdade, os meses de outubro a março registraram todos acima de 10 (com o limite 16 já indicado) de maio a agosto só a 2 dias se verificando, a soma de abril a setembro atingindo 13, inferior portanto à contagem de janeiro, por ex. (14).

Os dias claros, logicamente, são mais comuns no inverno, os meses de junho e agosto superando 10 (com 16 em julho), enquanto de novembro a janeiro aqueles não ocorrem, apenas 1 surgindo em fe-

Novembro a Março, e menos 50 nos meses de Maio a Agosto, os do inverno apresentando 8 mm (Junho ou Julho), ou somente 5 (Agosto). Os extremos correspondem assim a Dezembro (367) e Agosto (5).

24 horas atingiu 116 mm (Janeiro), Junho a Agosto nenhum registro ultrapassando 50 mm.

Temos assim 124 dias de chuva, com máximo Dezembro (22), e mínimo 1 (Julho e Agosto).

Os meses de Novembro a Março apresentam cada um mais de 15 dias, os de Maio a Agosto menos que 5 cada, num total de 7 para o período.

No conjunto, perto de 55 dias registram acima de 10 mm.

A trovada não é muito frequente, numa contagem de 76 por ano, ocorrendo mais que 10 dias por mês, de novembro a março, com máximo de 13 em janeiro, seguindo-se um período mais escasso, sob 1 trovada cada mês de maio a agosto. Assim o total de abril a setembro alcança 13 dias.

O nevoeiro é porém muito raro, 14 por ano. A média mensal de 1, igualmente distribuída.

Quanto ao orvalho soma 95 dias, sendo mais frequente de março a junho, com 10 a 16 dias cada mês raro (1-2 dias) no inverno, mês (16 em abril ou maio), e de junho a agosto, sob total de 5 dias.

Catalão tem dease modo um clima bastante suportável, com máximas e mínimas reduzidas, as temperaturas oscilando de 35,4 a 0°2. Os dias são quentes, mas as noites sempre frescas. Chuvas regulares, a taxa de um dia cada três, e com pouca trovoadas.

A insolação é acentuada, e a nebulosidade não muito, predominando contudo os dias encobertos sobre os claros.

A umidade apenas regular, mas o vento fraco. De tudo resulta um clima satisfatório.

PIRENÓPOLIS — 15° 51' S — 48° 58' — 746 m. — Clima Aw

A maior altitude torna mais reduzida a temperatura média, com uma normal do nno 22°4. Os valores extremos são 24°1 — setembro e 20°3 — junho, sob amplitude de 39,8 — a segunda ondulação ficando reduzida a um patamar de dezembro a abril, e todo o período conservando médias de 22°7.

Assim, só se apresenta mais quente o conjunto setembro e outubro, em torno de 24°, pois de novembro a abril temos o valor 22°7 (máx 22°9 em novembro), o declínio se processando no inverno, com junho e julho abaixo de 21°.

A média das máximas já é sensivelmente menor que nas demais estações até agora versadas: 28°8, oscilando de 31°3 (setembro) a 27°5 (dezembro), sob amplitude 3°8, igual à da média.

Contudo, persiste o aquecimento à tarde no inverno, com dias quentes, a segunda ondulação tendo máximo em abril (29°0) e mínimo julho (28°0), numa amplitude de 19,0.

As tardes são bem quentes de agosto a outubro, sob média superior a 30°, mas nos períodos de verão e inverno situam-se em torno a 28°.

A LAVOURA

Climas de Goiás

O período maio-agosto é assim bem mais fresco que o anteriormente citado.

A elevada altitude confere 28^o,1 a média das máximas, a qual só em setembro atingirá 30^o,4. Há mínimo secundário de 27^o,7 em dezembro, época chuvosa, com máximo de 28^o,3 em março. O mínimo principal é julho (26^o,4), numa amplitude 4^o,0, quase igual à da média.

As máximas superam 20^o na primavera (agosto a novembro) ou durante o verão (janeiro a abril), ficando aquém de 27^o em junho e julho.

A média das mínimas é de 14^o,4, o maior valor do elemento se verificando em dezembro (16^o,7). Na verdade, desde novembro até março temos índices acima de 16^o, numa situação estável, proveniente das chuvas. De maio a setembro o elemento está abaixo de 15^o, ou mesmo dos 12^o de junho a agosto. Julho é aliás bem frio de madrugada, sob média 0^o,9. A amplitude anual atinge assim 0^o,8, bem superior à da temperatura média. Mas só existe uma única onda, de máximo dezembro e mínimo julho.

A amplitude diurna, bastante elevada, alcança 13^o,8 na média anual, oscilando de 11^o,1 (dezembro) a 17^o,4 (agosto). A fase sazonal, entre 11 e 12^o, transcorre de novembro a fevereiro, enquanto de julho a setembro o elemento supera 16^o.

Foi de 36^o,0 a máxima absoluta registrada (novembro), os valores observados ultrapassando 35^o de setembro a janeiro, exceto dezembro com 34^o. Em julho nunca se verificou mais que 30^o,4, de fevereiro a julho não tendo os termômetros passado além de 33^o.

As mínimas absolutas são intensas, quase chegando a 0^o. Temos com efeito 1^o,2 (julho), salvo no período janeiro a março, quando o instrumento nunca desceu abaixo de 11^o, o restante chegou a menos de 10^o. Note-se que em qualquer dos meses maio a setembro, índices de 2^o (maio-junho) ou 3^o (agosto-setembro) foram observados.

Resultou assim 34^o,8 para a amplitude absoluta no local.

Este será beneficiado pela completa ausência de noites quentes, podendo-se dizer que todas são frescas (365); já os dias quentes alcançam 32^o, com apenas 37 frescos, em geral 2 a 5 nos meses do verão 6-7 nos de inverno.

Os ventos, fracos, têm média anual de 1,7 mps, praticamente constante nos diversos meses. Também só 2 ventanias ocorrem normalmente durante todo o ano. A umidade, elevada, registra média anual de 79,9%, com máximo 86,9 (dezembro) e mínimo 68,2 (agosto), portanto amplitude 18%. O período úmido, acima de 80%, transcorre de novembro a maio, com dezembro a março ainda de 85%. O seco é mais nítido em agosto e setembro, abaixo dos 70%.

Atinge 4,9 a nebulosidade anual, assim relativamente fresca, o que é uma condição do Planalto Central. Torna-se mais elevada em dezembro (7,2) e menor em agosto (2,4), com amplitude anual 4,8. No período chuvoso permanece

acima de 6,0 (outubro a março), mas inferior a 4,0 de junho a setembro, ou a 3,0 em julho e agosto.

É aliás de 77 a contagem dos dias encobertos, que ocorrem a taxas de 1-3 mensalmente no período seco, de maio a setembro (mínimo 1 em julho); mas superam 10 no verão (novembro a janeiro), com 15 em dezembro.

Os dias claros, logicamente surgem mais no inverno (11 em junho, 15 em julho, 17 agosto, 13 em setembro) e menos no verão: 1 — novembro ou dezembro, 2 — janeiro ou fevereiro, 3 — março.

Chove bastante, um total de 1704 mm por ano, mais de 200 mm caindo cada mês, de novembro a março (330 em dezembro), e menos de 50 mensalmente de maio a setembro, com mínimo 5 em julho.

Quanto ao maior total em 24 horas atingiu 85 mm, valores acima de 60 podendo ocorrer de outubro a abril, mas com máximo de 20 mm em julho.

Dos 122 dias de chuva, 37 têm mais de 10 mm. O máximo ocorre em dezembro (21), os meses de outubro a março registrando entre 13 e 18 dias (dezembro 21). No período seco maio e setembro têm 3 e 5 dias, e os meses de inverno (junho a agosto) 1 cada, totalizando 11 dias.

A trovada é rara, 54 dias, e ocorre a taxas de 6-9 por mês de outubro a março, mas 1-0 no período de inverno, maio a agosto.

Prossegue raro o nevoeiro, 3 dias por ano, agrupados na fase de março a julho. Igualmente escasso o orvalho, total 9 dias, a taxas mensais de 1-2 no período dezembro-junho.

S. Luzia tem assim um clima úmido e chuvoso (122 dias) com poucas trovoadas, e apenas nublado.

A temperatura é reduzida, embora com tardes quase sempre quentes. Os extremos observados, de 1,2 e 36^o,0 mostram que no Planalto, valores abaixo de 0^o costumam ocorrer.

As noites são sempre frescas, tudo constituindo um clima bastante agradável.

BRASILIA — 15^o 47'S — 47^o 56'W — 1.161 mm — Clima Cwa.

O clima da nova Capital ainda não pôde ser fixado, salvo na sua característica de Cwa, dada a curta série de observações (1961-64). Médias provisórias foram calculadas, constantes do quadro anexo e das quais se depreende o seguinte:

A temperatura média é de 20^o,6 (valor anual) apresentando-se mais quente o mês de setembro, com 22^o,4 e mais frio junho sob 17^o,6, resultando assim 4^o,8 de amplitude anual. A segunda onda, de mínimo dezembro (20^o,8) e máximo março (21^o,8) tem amplitude 1^o,0.

As temperaturas superam 22^o na primavera, de setembro a novembro (o último com 21^o,8, aliás), e ultrapassam 20^o de setembro a abril, mas em junho e julho estão abaixo de 18^o.

As máximas, de média anual 26^o,8, são mais elevadas de agosto

to a novembro, acima de 27^o atingindo o extremo em setembro com 29^o,8. O período de verão, sob as chuvas, tem menores máximas, em torno a 26^o, notando-se nova elevação no outono, quando março e abril superam 27^o. Existe assim uma amplitude anual de 5^o,3 (setembro 29^o,8 e maio 24^o,0 mês de menores máximas).

Quanto à onda secundária registra mínimo em dezembro (25,7) e máximo março (27,9). No período maio a julho os valores oscilam ao redor de 24^o. Já a amplitude diurna, 11^o,1 na média, desce para 8^o,2 em dezembro, subindo até 14^o,1 no mês de agosto.

A máxima absoluta alcançou 34^o,5, mas no inverno nunca ultrapassa 28^o.

Quanto à média das mínimas se situa em 15^o,7 (valor anual)

O elemento é estável de outubro a março, em torno a 17^o,5 sob as chuvas, e decresce abaixo de 14^o no período de inverno, com junho e julho aquém dos 12^o. Os extremos ficam situados em março (17^o,0) e julho (11^o,3), numa amplitude anual 6^o,3, mas sob ondulação simples.

Valores abaixo de 10^o ocorrem apenas no inverno, quando também se verificou a mínima absoluta: 6^o,0.

Brasília tem um clima relativamente seco, de média anual 6^o as taxas superando 70% de novembro a maio e 80% em janeiro-fevereiro. Para agosto e setembro a unidade média desce a 50^o, situando-se os extremos em 48^o (setembro) e 82% (janeiro), com amplitude 34%.

A nebulosidade média é reduzida (4), o período bastante nublado correspondendo a outubro-março, acima de 5, com índice 7 em dezembro-janeiro. Os valores caem a 2 de junho a agosto, sob amplitude anual de 5. Desse modo, o inverno seco, sob baixa umidade de céu limpo e muito insulado, é uma das características desagradáveis de Brasília.

A insolação anual atinge com efeito 2130 horas, superando 200 horas nos vários meses de maio a setembro.

Chove em média 115 dias por ano, com taxas mensais 15-20 de outubro a fevereiro (20 neste último), reduzidas a menos de 5 dias cada mês, de junho a setembro (0 em junho); neste período, o total é de 10 dias. A altura da precipitação alcança normalmente 1533 mm, os meses de novembro a fevereiro tendo acima de 200 (com 300 mm em janeiro) enquanto os de maio a setembro registram menos de 50 (0 em junho).

Quanto à maior precipitação em 24 horas foi de 133 mm. Estes os dados baseados nas tabelas.

ANUNCIE EM "A LAVOURA"

A LAVOURA

Climas de Goiás

Das conclusões podem ser extraídas do exame das cartas.

contraste à amplitude térmica anual de 4º,0.

responde a dezembro, junho e julho, mas em agosto ou setembro

Brasília Médias (1961-1964)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Média Max.	26,0	26,7	27,9	27,4	24,0	24,7	24,9	27,3	29,8	28,1	27,6	25,7	26,8
Média Min.	17,7	17,6	17,6	16,5	14,1	11,8	11,3	13,2	16,0	17,4	17,5	17,5	15,7
Temp Média	21,0	21,3	21,8	21,3	19,0	17,6	17,7	19,9	22,4	22,1	21,8	20,8	20,6
Hum. relativa	82	81	74	74	75	65	60	52	48	64	73	74	69
Nebulosidade	7	6	5	4	4	2	2	2	3	5	6	7	4
Dias - chuvas	18	20	6	9	5	0	3	0	2	15	19	15	115
Precipitação	300	231	149	92	41	0	3	0	29	129	265	285	1.535

(Meses de maio a setembro acima de 200 horas) Insolação 2130 hs.

Precipitação máxima em 24 horas: 133 mm.

Máxima absoluta: 34º,5, em junho não ultrapassando 28º.

Mínima absoluta 6º,0 valores abaixo de 10º só ocorrendo em junho, julho e agosto.

De novembro a abril não se observam índices abaixo de 14º.

Clima Cwa, Temperado, de inverno seco, com verão quente.

É assim que os dias quentes podem ser estimados em 300 por ano, não existindo aliás noites quentes.

Os ventos sopram de N, no período novembro a março, evoluindo para E-SE na época seca, de abril a outubro, sob uma velocidade fraca, de 2 mps. Reinam calmarias em 40% dos dias, havendo médias 5 ventanias por ano.

É muito baixa a pressão, (média 886,5 mb), o que agrava os males cardíacos, favorecendo porém a cura de doenças pulmonares, auxiliando o clima pela fração umidade. Esta contudo agrava os males renais.

Quanto aos nevoeiros, alcançam uma contagem de 30 por ano, a trovoadas, em compensação, a fazendo ouvir por 100 dias. O orvalho totaliza 90 dias, os dias claros perfazendo 30 e os encobertos 120 por ano. O comportamento meteorológico da nova Capital se aproxima do tipo midino, de climas equatoriais, temperados pela altitude. Suas consequências no plano político têm sido comprovadas pela instabilidade que se apesou dos Governos ali estabelecidos.

FORMOSA — 15º 32'S — 47º 18'W — 914 m — Clima Aw.

A temperatura média é mais elevada que em S. Luzia, pois embora com máxima menor de 0º,6, a mínima sobe 19,5.

Temos realmente média anual 21º,2 os valores mensais se conservando, de novembro a abril, entre 21º,5 e 21º,8, estáveis portanto.

O período quente é a primavera, permanecendo setembro e outubro sob 22º,7. Fase mais fria o inverno-julho 19º,0 e julho com o mínimo de 18º,7, os demais meses registrando acima de 20º. A segunda ondulação, fraca, tem mínimo 21º,5 dezembro — máximo 24,3 — março — com oscilação 0,3 em

quanto às máximas, de média anual 27º,5, elevam-se bastante na primavera, acima dos 28º de agosto a outubro (29º,8 em setembro).

Há uma segunda ondulação, de mínimo dezembro (20º,7) e máximo abril (27º,5), o mínimo principal ocorrendo em julho (20º,11).

As menores máximas têm lugar assim de maio a julho (26º,1, a 26º,9) elevando-se de janeiro a abril (acima de 27º), e superando 28º de agosto a outubro. É pois de 3º,7 a amplitude.

As mínimas de média anual 15º,9 se mantêm acima de 17º de outubro a março (17º,8 em novembro) e abaixo de 14º nos meses do inverno (12º,0 em julho, com amplitude anual 5º,8).

É portanto estável o período chuvoso, a grande variação correspondendo à fase da seque.

A amplitude diurna torna-se menor que em S. Luzia, com 11º,6 de média anual, oscilando de 8º,8 em dezembro a 14º,9 (agosto). Permanece inferior a 10º no período novembro a março, acima cu próximo de 14º na fase de junho a setembro.

A máxima absoluta chegou a 35º,8 (outubro), valores acima dos 35º ocorrendo de setembro a novembro; mas de maio a julho nunca o termômetro ultrapassou 32º, ou mesmo 30º em junho.

É bem superior à de S. Luzia a mínima absoluta (5º,1 junho) na madrugada podendo registrar valores de 5º a 6º no inverno, ou abaixo de 10º no período abril a setembro. Mas nos meses restantes o termômetro nunca declina aquém de 10º, ou dos 13º no verão (dezembro a março).

Em resumo, teremos 30º,7 para a amplitude absoluta.

Não existem noites quentes, todas sendo frescas, pois unicamente 1 quente ocorre em outubro.

Já os dias são na sua maioria quentes (30d), os frescos ocorrendo no total de 59, em média 5 a 8 cada mês; o último valor cer-

só 2 dias frescos se verificam.

A velocidade do vento é regular, em média 2,2 mps, e praticamente constante, dado que oscila de 2,4 (agosto) a 2,0 (fevereiro).

Não foram registradas ventanias.

Examinando a umidade, constata-se que não é muito acentuada; média anual 71,6%, com extremos dezembro (83,3%) e agosto (52,9%) daí resultando uma amplitude 30%.

No período chuvoso, de novembro a março, temos índices acima de 80% e no seco, de julho a setembro, abaixo de 60%.

Analisando agora a nebulosidade, esta será mais acentuada que em S. Luzia, pois temos média de 6,0 com extremos 8,4 (dezembro) e 3,3 (agosto), numa amplitude 5,1. No período chuvoso, novembro e dezembro superam 8,0, e janeiro-fevereiro março a 7,0. Durante o inverno, valores entre 3 e 4 ocorrem de junho a agosto.

Existe contudo forte taxa de dias encobertos, 133 por ano, superando 15 por mês de outubro a março (23 em dezembro), com apenas 2-3 de junho a agosto, os meses de abril a setembro tendo menos que 10 dias cada um.

Em contraste, será fraco o número dos dias claros, apenas 51, de máximo 13 de agosto, contra 0 no período dezembro a fevereiro; 1 apenas ocorre em março, abril ou novembro, em contraste aos 11 de julho, ou 13 em agosto.

Permanece elevada a insolação, no total de 2672 horas, agosto registrando 308 e novembro só 144. Os meses de março a outubro têm acima de 200 horas, ou mesmo de 250 no período maio-agosto, contra menos de 150 em novembro e dezembro.

A precipitação é mais reduzida que em outros pontos, alcançando 1594 mm. O máximo (dezembro) chega a 349, u o mínimo em julho desce a 4 mm.

Mas só os meses de novembro a fevereiro ultrapassam 200 mm, menos de 50 cada mês ocorrendo de maio a setembro, ou aquém, de 10 desde junho até agosto.

Por outro lado, foi de 107 mm a maior altura registrada em 24 horas, índice que de novembro a fevereiro ultrapassa 100 mm, de maio a agosto, ficando abaixo de 50 mm.



Isto nos leva a examinar os dias de chuva, 133 por ano, máximo 22 (dezembro) e mínimo 1 nos meses de junho-julho ou agosto. De outubro a abril há mais de 10 dias (22 de dezembro, 21 de janeiro), de maio a setembro 5 ou menos, cada mês.

No conjunto, 49 dias têm precipitação de 10 mm.

As trovoadas são frequentes, 117 dias por ano, mais que 10 ocorrendo mensalmente de outubro a março (19 de janeiro), e apenas 1 em julho ou junho, com 3 em maio e 2 em agosto.

No período abril a setembro formam-se 22 trovoadas.

São relativamente comuns os nevoeiros, 51 por ano, a taxa mensal de 3-4 no segundo semestre, e 5-6 no primeiro. Também acentuada a contagem do orvalho, 101 dias; mais elevada no inverno, com 12-16 mensalmente de abril a julho, é mais fraca de agosto a dezembro, entre 2 e 6 dias cada mês.

Resumindo, atribuíremos a Formosa um clima quente de dia e fresco à noite, mas com baixa temperatura média, e extremos não muito pronunciados.

A umidade é apenas regular, e o céu muitas vezes encoberto; uma forte insolação e vento regular. A chuva não é excessiva, mas frequente, com trovoadas em

grande número, e nevoeiro mais raro. Resulta nessas condições um clima agradável, mais fresco aliás que o de S. Luzia.

GOIANIA — 16° 41'S — 49° 17' — 732 — Clima Aw.

Não possuímos dados médios de nenhum elemento na capital de Goiás.

Contudo, algumas frequências e totais permitem obter uma noção do respectivo clima.

A insolação alcança 2570 horas, com máximo 292 em agosto, mínimo 132 em dezembro. De maio a agosto temos acima de 250 horas, e de março a outubro mais que 200.

São 136 os dias encobertos, chegando a 25 em dezembro; de novembro a janeiro, mais que 20 ocorrem por mês, de outubro a abril acima de 10, contra somente 3 a 5 em cada um dos meses do inverno. Os dias claros totalizam 42, com 8-10-20 em junho-julho-agosto, e de 0 a 1 nos demais, não ocorrendo aliás de novembro a fevereiro.

Apenas 11 noites quentes são encontradas por ano, a taxas de 2-3 nos meses de outubro a março. Mas cêrem de 340 dias permanecem quentes. Chove normalmente 1575 mm, atingindo o máximo

em dezembro (269) e mínimo julho (6), os meses de novembro a fevereiro tendo mais que 200 mm, e março ou outubro acima de 100. No período de inverno caem 6-7-8 mm (junho a agosto o total da época seca, mais a agosto, atingindo 50 mm.

Há assim 138 dias de precipitação, com máximo 24 em dezembro e mínimo 1 em junho. Mais de 15 ocorrem para cada mês de outubro a março, e ainda 10 em abril; contudo, abaixo de 3 mensalmente no período maio-agosto, cujo total é de 7. No conjunto do ano, 52 dias superam 10 mm.

As trovoadas são apenas 53, mais frequentes, com 4 a 9 cada mês, de setembro a abril e só 1 mensalmente de maio a agosto (neste zero).

Assim de abril a setembro e fenômeno registra uma contagem de 11.

O nevoeiro surge 40 dias por ano, sobretudo de março a julho, sob taxas mensais 4-7, pois nos demais meses não ultrapassa 3, em novembro ou dezembro somente 1 sendo registrado.

Temos por fim 88 dias de orvalho, os meses de abril a julho apresentando mais que 10 cada um, e os de setembro a dezembro somente 3 ou 4.

Os poucos dados recolhidos não permitem uma análise do clima.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA

Sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Secretaria de Economia da Guanabara e a colaboração de várias entidades de classe, será realizada nos dias 19 a 26 de julho próximo, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, o I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA, com a finalidade de congregar técnicos e industriais ligados à avicultura, bem como as pessoas que desempenham atividades a ela relacionadas, para o debate dos problemas atuais e futuros do ramo, cuja sessão solene de abertura, será presidida pelo Ministro Ivo Arzua, da Agricultura.

ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja

Em solenidade realizada a 30 de junho, com a presença do General Stoessel Guimarães Alves, Diretor de Veterinária do Exército e do Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "WENCESLÃO BELLO", realizou-se a entrega dos certificados aos sargentos que concluíram o Curso de Auxiliares de Granja, num total de 10 graduados.

O Coronel Estevão Alves Correia Filho, Comandante da Escola, ao abrir os trabalhos, pronunciou o seguinte discurso:

"Exmo. Sr. Gen. STOESEL GUIMARAES ALVES, Diretor de Veterinária do Exército;

Ilmo. Sr. Diretor, LUIZ MARQUES POLIANO, Diretor da Escola "WENCESLÃO BELLO";

Instrutores civis e militares; Formandos de 1969

Concluíram hoje o Curso de Auxiliar de Granja, 2 sargentos enfermeiros Veterinários e 8 Sargentos Mestres Ferradores.

Esse Curso iniciado a 3 de março teve um caráter intensivo até a presente data e contou com a proveitosa atuação dos dignos Instrutores militares, com a colaboração eficiente, útil, prática e imprescindível dos professores da "Escola Wenceslão Bello".

A existência de cerca de 160 granjas militares das quais 22 na 1.º RM, 15 na 2.º RM, 53 na 3.º RM, 12 na 4.º RM, 16 na 5.º RM e na 8.º RM, 13 granjas na 9.º RM, além de granjas nas 6.º, 7.º, 10.º e 11.º RM tornam de real importância o Curso que ora

finda, com o número significativo de sargentos especializados.

A produção dessas granjas foi apreciável no ano técnico 67/68 chegando a um valor de NCr\$ 6.878.235,00, com um lucro de NCr\$ 486.367,00 tudo nas bases de preços dos produtos com um valor muito inferior aos do comércio local.

A existência dos animais nessas granjas é considerável, totalizando 170.402 aves, 13.979 suínos, 9.047 bovinos e 5.341 ovinos.

A produção desse efetivo considerável apresenta os seguintes dados tudo referente ao ano técnico 1967/1868:

Avicultura: 931.858 dúzias de ovos e 676.766 quilos de carne;

Suínocultura: 478.638 quilos de carne e 40.505 quilos de banha;

Bovinocultura: 2.513.464 litros de leite e 706.961 quilos de carne.

A produção agrícola não deixa nada a desejar comparativamente à produção pecuária. Aqui notamos o desenvolvimento dessas atividades nas seguintes áreas:

Horticultura: 302 ha.

Pomicultura: 349 ha.

FORAGEIRAS: 1.986 ha.

LAVOURA: 20.054 ha.

Silvicultura: 1.281 ha.

Por aí os diplomandos de hoje vêem o que o Serviço de Veterinária está fazendo em proveito da produção agropecuária.

Haverá conseqüentemente uma alimentação adequada e a baixo preço ao pessoal militar.

As granjas também cooperaram de maneira acentuada

no reforço das verbas das Unidades permitindo ao Comandante aumentar o patrimônio das organizações com as construções de novos pavilhões e instalações para essas atividades. A sua utilidade é de tal natureza que originou a Portaria n.º 241-GB de 16 de agosto de 1967, sobre instruções para o funcionamento de cursos de conhecimentos agropecuários, expedida pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército que diz textualmente:

"O Exército na atual conjuntura brasileira, deve entender sua participação no desenvolvimento nacional do setor agropecuário, através de decidida colaboração com a política agropecuária governamental — estimular o homem proveniente das zonas rurais de convocação, a voltar para o seu meio, após a prestação do serviço militar — orientá-lo para que possa produzir mais e em melhores condições, por meio da aquisição de hábitos apropriados e da aplicação de técnicas modernas".

Foram também atribuídas as funções de Instrutores desses cursos aos veterinários militares e aos elementos das Delegações Regionais do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e outros profissionais das Universidades Rurais de Agronomia.

A organização desses Cursos deve conter assuntos sobre:

— trato de gado leiteiro e de outros animais de criação;

— melhoria de pastagens, hortaliças e frutas;

— obtenção de sementes e mudas;

— obtenção de crédito rural;

— aplicação de novas práticas agrícolas;

— assistência técnica especializada;

— defesa sanitária, vegetal e animal;

— cuidados com as habitações rurais.

Existem ainda instruções sobre aquisições de hábitos positivos, criação de tendências e desenvolvimento de práticas e idéias de interesse social.

Por aí os senhores vêem a importância do Curso que acabam de concluir e a sua alta relevância face às missões que serão atribuídas aos seus concluintes.

Cabe-me agora expressar os nossos agradecimentos à equipe de professores da Escola "Wenceslão Bello" que tão bem vem orientando os alunos desta Escola, na teoria e prática dos assuntos agropecuários que lhes são solicitados.

Os instrutores desta Escola colaboraram também eficientemente na transmissão dos seus conhecimentos atualizados, buscando nas várias Faculdades o que de novo surgia para orientar os seus alunos.

Agradeço penhorado a presença das autoridades que aqui vieram para abrilhantar esta solenidade simples mas que representa o esforço dos instrutores civis e militares para cumprir com eficiência a missão que lhes foi confiada.

A todos meu muito obrigado e os votos de felicidades a mais uma Turma especializada em agropecuária".

O Diretor da Escola "Wenceslão Bello, por motivo imperioso, não esteve presente, mas se fez representar e recebeu do General Stocastel Guimarães Alves expressivo diploma de agradecimento pela colaboração que o estabelecimento que dirige vem prestando àquela tradicional Unidade do nosso Exército.

PARA ATIVAR A LAVOURA ALGODOEIRA

Os Estados do Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Goiás tiveram as suas plantações de algodão beneficiadas com a liberação pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, de NCr\$ 88,8 mil a serem aplicados em quatro programas visando o aumento da produtividade daquelas culturas.

Os recursos deverão ser aplicados em áreas previamente selecionadas naquelas regiões, através dos dois Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias a elas referentes, sendo que, para os dois primeiros Estados trata-se do estabelecimento do Nordeste — IPEANE — e para os dois últimos o do Centro-Oeste — IPEACO.

REUNIÃO DE ZOOTÉCNICOS EM BELO HORIZONTE

A Sociedade Brasileira de Zootécnica, que congrega os técnicos em zootécnica do país, realizará uma reunião em Belo Horizonte, de 15 a 18 de julho próximo, sob os auspícios da Escola de Veterinária. Serão discutidos diversos trabalhos de pesquisa, realizados em instituições oficiais e particulares e reformulados os estatutos da entidade.

Os sócios que tiverem trabalho original para apresentação, até dez dias antes do início da reunião devem entregar com o pedido de inscrição 200 exemplares do resumo, para ser discutido.

CURSO DE CRÉDITO RURAL

A partir do dia 15 de julho estarão abertas as inscrições para o CURSO DE CRÉDITO que o INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO, em convênio com o INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA, fará realizar a partir de 1.º de agosto próximo.

A duração do CURSO é de dez (10) semanas, a inscrição será feita na Av. Rio Branco, 277/17.º andar, conjunto n.º 1703 A, das 13 às 17 horas e custará NCr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros novos). Independentemente das aulas haverá Conferências sobre CRÉDITO RURAL a serem pronunciadas por técnicos especialmente convidados.

Notícias e Informações

CAI A PRODUÇÃO ARGENTINA DE TRIGO

Após manter a média, nos cinco anos anteriores, de 7.969 milhões de toneladas na sua produção de trigo, a Argentina baixou para 7.320 milhões em 1967/68 e a estimativa para a safra 68/69 prevê uma queda para 5,9 milhões de toneladas.

O volume exportado do cereal também acompanhou a queda, descendo da média nos mesmos cinco anos de 3.979 milhões de toneladas, para 2.414 milhões em 1967/68. Também os demais cereais produzidos naquele país — à exceção do milho — sofrerão uma baixa considerável na última safra, segundo as estimativas, em relação àqueles cinco anos.

PLANTIO DE LARANJA NA ZONA DE SOROCABA

Terminou a proibição da cultura de plantas cítricas na região sorocabana do Estado de São Paulo. A interdição é parte do programa de combate a terrível praga, e já se prolongava há mais de 12 anos. Técnicos do Instituto Biológico continuam porém mantendo severo controle: só poderão ser plantadas, por exemplo, mudas fornecidas pela Secretaria da Agricultura. O plantio das primeiras doze mil mudas foi festivo, e até o fim deste mês deverão ser plantadas mais de 50 mil.

A LAVOURA

DEFICIT DE MADEIRAS EM 1970

Cerca de NCr\$ 154,9 milhões foram investidos no reflorestamento, em um ano e meio. A informação é do Ministério da Agricultura, que acrescenta ser equivalente à plantação de 396 milhões de árvores, numa área total de 171 mil hectares de sete Estados do Centro e Sul do Brasil.

Esses números perdem muito de sua grandiosidade quando se compara com a área destruída nos últimos 42 anos; a plantação de julho de 1967 para cá representa apenas 0,003% (três milésimos por cento) das árvores abatidas, ou seja, foi plantado um pé para cada 33.333 abatidas.

O consumo de madeira no Brasil mostra uma tendência nitidamente crescente. A madeira é o material estratégico mais importante (celulose, explosivos, álcool, borracha sintética, óleos pesados). Na Conferência da FAO realizada em 1965, em Viña del Mar (Chile), os países latino-americanos foram alertados para explorarem racionalmente suas reservas de madeiras, visto que em 1975 a demanda de produtos florestais será superior a US\$ 1,7 bilhões por ano. A importação apenas de celulose e papel deverá atingir US\$ 1 bilhão, o que abre possibilidades extremamente favoráveis ao planeiro, que fornece uma das me-

lhores madeiras para a fabricação de celulose.

A partir de 1970, os países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentarão grande déficit de madeiras. Caso nosso país efetue um reflorestamento sistemático de suas reservas florestais, de sua grande escala, serão oferecidas grandes possibilidades.

Segundo o Ministro Ivo Arzuva, da Agricultura, os portadores de títulos de terras distribuídas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) serão obrigados a conservar numa certa extensão uma reserva florestal como cobertura florestal permanente. Além das tarefas florestais, cabem ao IBDF também a comercialização e as medidas de controle da indústria e exportação madeiras.

De qualquer forma, ainda são derrubadas 300 mil árvores por ano no Brasil, e muitas sem qualquer justificativa de aproveitamento econômico.

BOA COLHEITA DE CAFÉ

A colheita de café no sul de Minas será uma das maiores dos últimos dez anos, segundo informações do engenheiro Abdênago Lisboa, do Ministério da Agricultura, na última reunião da Sociedade Mineira de Agricultura. Fêz um relato de sua viagem aos cafezais do sul de Minas, com técnico enviado pelo Ministério da Agricultura.

No relatório de viagem, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelos cafeicultores da região, os quais "estão seguindo as determinações oficiais de conservação das matas e florestas do Estado, para evitar as devastações, que trazem grandes prejuízos às qualidades dos cafés".

Para o engenheiro Abdênago Lisboa "há um espírito novo de conservação da natureza florestal no sul do Estado. Em todas as aldeias que visitei, via plantação de novas árvores formando verdadeiras matas. Isto representa que as mensagens de doutrinação não se perderam e devem continuar educando o povo brasileiro, principalmente o homem do campo, que é o primeiro a sentir os efeitos das derrubadas de matas. A recuperação é promissora em numerosas regiões do sul mineiro".

Depois da leitura do relatório, o plenário aprovou um voto de louvor ao trabalho que está sendo desenvolvido pelos cafeicultores do sul de Minas, no sentido da melhoria de sua produção e da conservação do solo da região.

FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil concederá empréstimos especiais, extra limite de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional, a agricultores e pecuaristas que comprovem dispor de condições para obtê-los. O financiamento é de 80% do valor da máquina e dos implementos, podendo porém, ser elevado até 100%, segundo as necessidades do interessado. Prazo e forma de pagamento: 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20% e 30%, vencendo a primeira dentro de um ano após a assinatura do contrato; até 5 anos para máquinas e implementos, fixando-se as prestações de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes. Juros: 12% ao ano.

PREJUÍZOS NA RIZICULTURA GAÚCHA

Atingem 15% os prejuízos da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul, em consequência da incidência da brusone. A previsão da safra, logo após o plantio, era de 23 milhões de sacas, mas até agora já se perderam cerca de 3,4 milhões. Haverá ainda o problema qualitativo, que só será conhecido quando do beneficiamento do produto. Três aviões do Ministério da Agricultura estão sendo usados no combate à praga em Santo Antônio, Osório e Rosário do Sul, municípios duramente atingidos.

LEVANTAMENTO DE TERRAS EM PARATI

O Departamento de Recursos Fundiários do INDA já iniciou um levantamento do uso potencial das terras que estão sendo invadidas por mais de 3.000 famílias no Município de Parati, e provocando a devastação das reservas florestais, "a fim de discriminá-las em áreas para atividades agro-pastoris, para reserva florestal, e para turismo e mineração".

Informou o INDA que "esse estudo é a busca de uma fórmula de cooperação do INDA com o IBDF, do Estado do Rio, cujo diretor, sr. Camillo Fonseca Klein, nos expôs a situação daquele município e nos pediu contribuição para encontrar uma solução para o problema". Devido à intensidade do problema, "pois os lavradores invasores estavam devastando as matas e plantando bananais nas áreas devastadas", o sr. Camillo Klein chegou a pensar "em pedir auxílio da Marinha, porque o IBDF só conta com dois guardas florestais para fazer a fiscalização naquela região".

Os principais estudos que o DRF promove são de estereoscopia, ou seja "fotos de interpretação" da região. Por esse sistema é delimitada a geomorfologia e as características determinantes "do uso potencial das terras". O INDA, solicitou ao

sr. Camillo Fonseca Klein que "indicasse as áreas de maior atrito daquela região", para que "se dê a elas um caráter prioritário nos estudos".

O problema da invasão, segundo diversos técnicos, "é muito mais sério do que se pensa". Isso porque, embora a maioria daquelas terras pertençam ao Estado do Rio, "muitos dos ocupantes já estão de posse de documentos das mesmas".

CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Buenos Aires será, dentro de 11 anos, a mais populosa capital da América do Sul, seguida de São Paulo, Rio, Bogotá, Cidade do México, entre as 27 cidades que terão mais de um milhão de habitantes cada.

Estas e outras revelações foram dadas à luz pelo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento dedicado às modificações urbanísticas da América Latina, no qual se adverte que, se a atual tendência de urbanização continuar, a AL enfrentará um problema em proporções consideravelmente maiores do que as já enfrentadas.

"É também claro que além dos problemas de ordem econômica, haverá os de caráter sócio-político" afirma o relatório, solicitando, em seguida, uma maior e mais eficiente ajuda no investimento, que deve ser orientado primeiramente para atividades produtivas, tais como trabalho intensivo em indústrias de manufatura.

Buenos Aires, em 1980, terá 9.815.000 habitantes; São Paulo, 7.780.000; Rio, 6.290.000; Bogotá, 5.208.000; Cidade do México, 4.550.000; Santiago do Chile, 4.400.000; Caracas, 4.115.000 e Lima 3.563.000. Estas e outras vinte cidades terão mais de um milhão de habitantes, sendo que as sete primeiras constituirão "zonas metropolitanas gigantes de tamanho e características semelhantes aos maiores complexos metropolitanos".

No corpo de seu estudo, o relatório do BIRD afirma ainda, que embora a agricultura conte somente para

20% do produto bruto da AL, ela emprega 45 por cento da população economicamente ativa da região, e conseqüentemente "o auxílio para uma taxa mais alta de desenvolvimento nesse setor seria justificado não somente para aumentar a disponibilidade do produto agrícola, mas também para elevar o rendimento per capita dos agricultores".

Entre os países da região, que mais recentemente se desenvolveram, o relatório cita o Brasil, a Argentina e a Colômbia.

FINANCIAMENTOS DA CREA

Os financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, no período de janeiro a setembro de 1968, segundo o último Boletim Trimestral daquele estabelecimento, indicam um aumento inerente em relação à época idêntica no ano de 1967. A Agricultura, nos nove primeiros meses daquele ano, com recursos da ordem de NCr\$ 742 milhões, em 1968, em igual período, recebeu NCr\$ 1.040 milhões, um aumento portanto da ordem de 40%. A Indústria, em termos relativos, foi mais beneficiada, com um incremento de aproximadamente 80%, já que em 1967 recebeu NCr\$ 255 milhões e em 1968 NCr\$ 469 milhões. A Pecuária, com financiamento, em 1967, da ordem de NCr\$ 163 milhões e em 1968 de NCr\$ 312 milhões, indica uma elevação superior a 90%.

ISENÇÃO DA COBRANÇA DO ICM

A extinção da cobrança do ICM sobre os produtos agropecuários na sua primeira transação comercial voltou a ser defendida pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que ponderou que as mesmas, pelo menos, poderiam ser minuídas.

Idêntica posição foi assumida pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Em sua explanação o Ministro Ivo Arzua ressaltou que a sua posição é uma ve-

lha reivindicação do Governo federal, no sentido de que os produtores agrícolas deixem de pagar o ICM, como forma de incentivar a aceleração de suas atividades. Pelo menos — frisou — as alíquotas do tributo deveriam ser reduzidas ao mínimo possível, de modo a não terem participação volumosa nos custos da produção agrícola.

Referindo-se à projetada reunião dos Governadores do Nordeste, que se declararam insatisfeitos com as isenções e reduções nos impostos concedidas por São Paulo e Paraná para o algodão, alegando que as mesmas iriam prejudicar a produção nordestina daquela fibra, declarou que as possíveis decisões que venham a tomar somente serão definidas na própria área estadual, uma vez que não é possível uma intervenção federal no assunto, de competência exclusiva das legislações estaduais.

ANÁLISE DO SOLO FLUMINENSE

O INDA, através da Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, renúncia em solenidade os criadores e agricultores da região norte-fluminense, para conhecimento dos resultados das análises objetivas do levantamento agrológico visando à recuperação daquela área rural, bem como do estado sanitário do gado bovino da região.

O levantamento efetuado abrange 190 estudos analíticos do solo na zona de Porciúncula com recomendações para uso agrícola adequado beneficiando o total de 129 fazendas, bem como estudos sobre as condições climáticas, fornecendo sugestões técnicas.

Em Natalidade, os mesmos processos foram aplicados em benefício de 180 fazendas.

AJUDA AS EXPOSIÇÕES NO INTERIOR

O Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aprovou proposta da Delegacia de Goiás para que o INDA

colaborasse com os Sindicatos Rurais dos municípios onde houvessem exposições de gado, este ano. O Conselho aprovou a solicitação, recomendando que a verba de 78 mil cruzelros novos fosse distribuída, de acordo com o movimento social de cada Sindicato.

EXPANSÃO DA AGRICULTURA

Estimam os economistas que a taxa de desenvolvimento do país, este ano, deverá alcançar uma média global em torno dos 7%, o que é considerado como excelente e dentro de todas as previsões. Quanto à expansão do setor industrial, estima-se que venha a atingir 9% e a agricultura em torno dos 5%. No ano passado, a indústria experimentou um desenvolvimento superior a 14%, mas isso se deve a que ela recuperou, no período, toda a capacidade ociosa de produção que havia perdido. Os técnicos mais abalados são da opinião de que ainda não alcançamos uma taxa de crescimento muito maior, em virtude das limitações a que fica imposta a área de investimento no setor de importação. Essa anomalia só poderá ser corrigida no passar dos anos, com uma coerente política de exportação cada vez mais profunda.

VOLUNTARIOS DA PAZ EM GOIÁS

Precedentes dos Estados Unidos e com destino a Goiânia, chegaram 39 Voluntários da Paz, que deverão substituir no Estado de Goiás o grupo ali atuante. Após um período de 6 semanas de treinamento em Goiânia, os Voluntários darão início à sua tarefa de 2 anos trabalhando em clubes agrícolas do interior goiano.

O treinamento constará de estudo da língua portuguesa, da cultura brasileira e de instruções técnicas diversas, complementando assim um período idêntico de treinamento de 6 semanas já realizado nos Estados Unidos. Após o treinamento em Goiânia os Voluntários serão enviados para pequenas cidades do in-

lerior do Estado onde, em grupo de dois, receberão instruções dos Voluntários já experimentados na comunidade. A seguir serão designados para trabalhar nas escolas primárias e organizações brasileiras interessadas no desenvolvimento da agricultura e do bem-estar social.

FINANCIAMENTOS ESPECIAIS

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil vai conceder empréstimos especiais, extra-limites de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional. Os contratos das operações observarão as instruções em vigor, no que não colidirem com as seguintes condições especiais: **Limite de financiamento** — 80% do valor da máquina e dos implementos financiados, podendo tal percentagem ser elevada até 100%, de acordo com as necessidades do interessado; **Prazo e forma de pagamento** — a) 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20%, 25% e 30%, respectivamente, do valor do empréstimo, vencendo-se a primeira, dentro do período de um ano, a contar da assinatura do contrato, à época em que os ruralistas auferiram as rendas de suas atividades preponderantes; b) até 5 anos, para máquinas e implementos, fixando-se as prestações em função da real capacidade de pagamento dos proponentes, em parcelas anuais e sucessivas; **Juros** — à taxa de 12% a.a., calculados sobre os respectivos saldos devedores, para pagamento juntamente com as prestações anuais; **Comissão de fiscalização** — à taxa de 3% a.a., exigível simultaneamente com os juros, no vencimento de cada prestação anual e na liquidação da dívida.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O Projeto de Impacto do Ministério da Agricultura, destinado ao fornecimento de verbas para os trabalhos

de congelamento de sêmen, método revolucionário de inseminação artificial e que consiste — ao contrário do observado nos demais países que o conservam em pote único — no acondicionamento de doses próprias em ampolas de plásticos que são mantidas em temperatura de 196° abaixo de zero, já proporelonou no Brasil lucro na ordem de NCr\$ 9,544 milhões.

INCIDÊNCIA DE BROCA NOS CAFÉZAIS

Ocorre sensível redução nos índices de incidência da broca nos cafezais paranaenses, segundo levantamento realizado pelo Serviço de Combate à Broca do Café da Secretaria da Agricultura do Paraná. O grau médio de infestação revela que no Norte Velho, principalmente, a broca foi praticamente extinta. Um programa de trabalho que visa reduzir mais ainda estes índices em outras áreas já foi elaborado e consta basicamente de: a) construir em Maringá um depósito de inseticidas, mantendo com antecipação estoques e equipamentos para atender toda a região do Norte Novíssimo; b) automatização das operações de carga na nova unidade misturadora para a produção de inseticidas; c) ampliar os postos de revenda de inseticidas; e d) intensificar a prestação de assistência técnica aos cafeicultores no combate à broca.

Na realidade mais de quatro mil visitas foram feitas pelos técnicos do Serviço de Combate à Broca do Café, aos cafeicultores nos últimos meses, com a finalidade de melhor aproveitar a aplicação de inseticidas e fungicidas indicados no controle das doenças e pragas que afetam o café.

OS NUMEROS

Para se ter idéia da redução nos índices de infestação das brocas nos cafezais, depois de um sistemático trabalho de combate, aquele serviço informou que em Jacarezinho a infestação é hoje de 1,67 por cento contra

4,09 em 1961. Em Santo Antonio da Platina este índice era de 11 por cento e hoje não alcança mais de 4,68. Em Ribeirão do Pinhal, Jundiaí do Sul, Cambará, Santa Mariana, Cornélio Procopio, Sertaneja e Ural o índice de grau médio de infestações não ultrapassa agora mais de 1,82 quando já chegou a ter mais de 4,13 por cento.

FINANCIAMENTO PARA O ARROZ

A diretoria do Banco do Brasil decidiu deferir o pedido de financiamento, formulado pelo IRGA, para comercialização de excedentes exportáveis da safra de arroz do Rio Grande do Sul. Essa decisão foi tomada após entendimentos com esse estabelecimento de crédito, mantidos pelo presidente do Instituto Rio-grandense de Arroz, sr. Ubrajara de Jesus Pereira, que veio ao Rio para tratar do assunto.

O contrato de financiamento, num montante de 60 milhões de cruzelros novos, entre o IRGA e o Banco do Brasil, será celebrado brevemente.

Com a utilização do crédito obtido, o IRGA pretende retirar do mercado os excedentes de produção, de modo a evitar o aviltamento dos preços pagos ao produtor, pelo produto em casca, que pode ocorrer em virtude da safra abundante, ora em fase de colheita. Estima-se em cerca de 28 milhões de sacos a produção de arroz em casca do Rio Grande do Sul. O preço mínimo básico, que é o do grão médio, é de NCr\$ 13,76 por saco de 50 quilos. O IRGA vai comprar o produto já beneficiado, dos usinelos, desde que estes se comprometam a pagar aos produtores do arroz em casca os preços mínimos estabelecidos.

Ao contrário do que vinha fazendo nos anos anteriores, o IRGA irá adquirir arroz com 25 a 30% de grãos quebrados, o que facilitará a exportação, podendo entrar em mercados menos exigentes. Adquirindo o pro-

duto com reduzida porcentagem de grãos quebrados, cujo preço é mais elevado, encontrará dificuldades em mercados de maior poder aquisitivo, como os europeus, pois terá de concorrer com exportadores tradicionais do produto de tipos especiais, como a Tallândia e os Estados Unidos. Este ano, o arroz beneficiado adquirido para exportação, será dos tipos A e B. O tipo A contém 25% de quebrados, sendo 20 de "canjição" e 5 de "canjeia". O tipo B tem 30% de quebrados, sendo 25 de "canjição" e 5 de "canjeia".

PARA MELHORAR A PRODUÇÃO

O Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciará, brevemente, a execução de importante projeto destinado ao estudo de diferentes métodos de criação e alimentação sobre o desenvolvimento de animais da raça holandesa, durante o período de crescimento. Para isso, a UFRRGS acaba de firmar convênio com o Escritório de Pesquisas e Experimentação do Ministério da Agricultura, através do SERPA.

O projeto se desenvolverá na Estação Experimental da Palma de UFRRGS, tendo como fase física, para avaliação dos resultados a área de influência da Universidade. Seus objetivos prioritários são os seguintes: 1) Determinar um sistema de aleitamento artificial adequado para a região, tendo em vista as condições ecológicas e econômicas predominantes; 2) Estudar os diferentes sistemas de criação das ternelras, no período de aleitamento; 3) Estudar o efeito do manejo das pastagens sobre o desenvolvimento das fêmeas, tendo em vista reduzir a idade da primeira cobertura.

A curto prazo, visará estabelecer normas de criação para as ternelras, capazes de baixar seu custo de produção (aleitamento artificial), diminuir a idade da primeira cobertura e, em consequência, aumentar sua vida produtiva. A médio prazo,

buscará comprovar os resultados experimentais obtidos, em escala-piloto, com a colaboração dos criadores regionais. A longo prazo, finalmente, recolherá recomendações, destinadas aos órgãos competentes, contendo as técnicas comprovadamente susceptíveis de proporcionar o aumento da produção leiteira.

COMBATE A AFTOSA

Setscentos e setenta e cinco mil cruzéis novos, destinados especificamente a dar continuidade à Campanha de Combate à Febre Aftosa no Rio Grande do Sul, já se encontram depositados, pelo Ministério da Agricultura, no Banco do Brasil. A informação foi dada pelo Sr. Athos Muniz Vasconcellos, diretor estadual daquela Pasta. Acentuou que a verba foi liberada graças ao esforço do ministro Ivo Arzua, com vistas a não interromper a campanha de vacinação do rebanho gaúcho. O sr. Athos Muniz Vasconcellos disse que com um saldo de cerca de NCr\$ 60.000,00 elevam-se acima de NCr\$ 700.000,00 os recursos para o prosseguimento da campanha.

FEIRA DO BAIXO-AMAZONAS

Será promovida este ano a I Feira Agropecuária do Baixo-Amazonas. A Secretaria da Agricultura do Pará, já está em entendimentos com as cooperativas de produtores que lá farão "stands". O regulamento da feira já foi elaborado. Um consórcio internacional com predominância italiana está interessado na compra de enormes quantidades de fibra de juta — o maior produto do Baixo-Amazonas — e vai mandar um representante acertar pessoalmente com os produtores e exportadores amazônicos um esquema de embarque, preços e condições de pagamento. Os entendimentos foram iniciados por Intermédio do Itamarati.

AMÉRICA LATINA

O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, referente ao ano passado, consigna referências de especial destaque sobre a melhoria das condições econômicas da América Latina, em geral, e notadamente, do Brasil, Argentina e Colômbia. O crescimento econômico do Continente foi de 5 a 5,5%, significativamente superior ao do ano passado. Destaca aquele documento que a América Latina avança rapidamente no ritmo de uma economia tipicamente industrial, embora persista um hiato no que concerne à expansão agrícola que não acompanha o ritmo da atividade fabril. A manufatura latino-americana sofreu considerável incremento, ao passo que a produção rural estacionou num compasso de espera injustificável. Daí, operar-se, nesta parte do hemisfério, fenômeno verdadeiramente absurdo, tal como o de haver nações que simultaneamente exportam produtos industriais, de alta qualidade, e importam gêneros alimentícios, que somente não cultivam por displicência em armar uma infra-estrutura agrícola adequada. É illusória a idéia de que um país pode ser grande, no plano industrial, sem o ser igualmente no domínio agrícola. O relatório do BID, no cunho pragmático e imparcial em que foi impresso, comporta sugestões de inapreciável valor para os Governos latino-americanos, todos eles, decerto, animados de propósitos em favor do desenvolvimento harmônico desta parte do mundo, de relevante papel no futuro.

CENTRO DE ABASTECIMENTO EM TRIBOBÓ

A construção do primeiro centro de abastecimento da região da Guanabara e Estado do Rio será iniciada brevemente, em Tribobó, Município de São Gonçalo. O contrato para a obra deverá ser firmado entre a Secretaria da Agricultura e

Abastecimento do Estado do Rio e a firma Atlanta Engenharia. O centro será o segundo do Brasil, adotando a experiência da Censa, em São Paulo.

O centro de abastecimento é um conjunto de armazéns, estufas, frigoríficos, bancos, escritórios técnicos de agricultura e pecuária, que servem de apoio à produção agropecuária, ao tempo em que garantem o abastecimento da área de grande densidade demográfica. Basicamente procura atender ao mercado de consumo e, pela garantia de comercialização, oferecer uma política estável de preço mínimo, com financiamento da produção e orientação técnica aos plantadores e criadores.

Não tem característica de mercado de atacadista, servindo, inclusive, de apoio à distribuição de produtos para eles e à rede de mercados populares, para venda ao consumidor. Os centros de abastecimento eliminam a atividade do intermediário, que no Estado do Rio, para garantir um preço abaixo da realidade, chegavam a financiar os pequenos e médios produtores, fornecendo sementes, adubos e transportes para os centros de consumo dos produtos.

COMPRA DE SACARIA COM FINANCIAMENTO

Objetivando remover dificuldades que possam surgir no escoamento das safras agrícolas, devido à escassez de sacaria nos locais de produção e beneficiamento, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil resolveu conceder empréstimos destinados à aquisição de sacaria nova para o acondicionamento da produção.

Somente em casos excepcionais, quando o mercado local não dispuser de sacaria nova para atender à demanda, a CREAI financiará a aquisição de sacos usados, desde que em bom estado de conservação, para acondicionamento de qualquer produto e quando sejam, também seus beneficiários, exclusivamente, pro-

dutores agrícolas ou suas cooperativas.

DIMINUIÇÃO DO GADO DE CORTE

Nos próximos três anos haverá considerável diminuição da produção do gado de corte no Rio Grande do Sul, o que está preocupando os pecuaristas e determinando providências que possam atenuar as consequências do mal. Enquanto isso, em outros Estados atiram-se trabalhos para incremento da produção.

Entre os Estados que contam com esse serviço organizado racionalmente, está o de Minas Gerais, graças, em boa parte, aos esforços da Associação Brasileira de Criadores de Zebu. Essa entidade de classe, sediada em Uberaba, acaba de pôr em execução um plano de reformas, inclusive dos estatutos sociais, elaborado por uma equipe de técnicos pertencentes aos quadros do Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT, de São Paulo.

REFLORESTAMENTO DO PAIS

Quase 500 milhões de árvores estão sendo plantadas em oito Estados por particulares que se beneficiam dos incentivos fiscais para reflorestamento instituídos pelo Governo e, por outro lado, os exploradores de florestas e exportadores de madeiras estão obrigados a plantar quatro mudas por metro cúbico extraído ou exportado.

A informação foi prestada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a propósito da conferência do paisagista Burtel Marx, no Conselho Federal de Cultura, na qual afirmou que, se o Governo não fizer legislação mais adequada, vastas regiões se transformarão em desertos.

A mesma fonte disse que seria um aqodamento pretender fazer, agora, nova legislação sobre as florestas, pois o Código Florestal foi aprovado em 1965, os incentivos fiscais para reflorestamento e o IBDF foram criados em 1967, estando, praticamente, no início a

implantação da nova política florestal do Governo.

FINANCIAMENTO PARA REPRODUTORES BOVINOS

Os pecuaristas nacionais podem utilizar-se dos financiamentos oferecidos pelo Banco do Brasil, que são proporcionados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Os financiamentos da CREAÍ visam a sustentar vendas a prazo e beneficiam os pecuaristas tradicionais e conceituados, possuidores de rebanhos de criação puros de origem e por cruzar.

Estabelece-se como limite de financiamento o necessário para permitir a venda anual das crias machos, de plantéis de alta linhagem.

O levantamento do crédito é feito mediante a apresentação, para cobrança por intermédio do Banco, de promissórias rurais emitidas pelos criadores a favor do beneficiário do crédito aberto e que representam o valor da venda de touros e touros produzidos pelo rebanho do mutuário.

CRÉDITO RURAL NO NORDESTE

Vinte e sete mil, trezentas e vinte e quatro operações de crédito rural foram contratadas, no ano passado, pelo Banco do Nordeste, do Brasil.

O valor de tais operações é estimado em NCr\$ 198 milhões com a média de NCr\$ 7 mil por empréstimo, situando-se 72% dos financiamentos na faixa de NCr\$ 6,5 milhões.

Somaram 16.591 as operações destinadas a custeio, o que representa recursos equivalentes a NCr\$ 101 milhões, enquanto as destinadas a investimentos atingiram a 10.733, consumindo NCr\$ 97 milhões, com a média de NCr\$ 9 mil por operação contratada.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NA PARAIBA

A Paraíba contará, em breve, com um Banco de Inseminação Artificial para aprimoramento do rebanho

bovino do Estado e melhoria de suas condições sanitárias, o que possibilitará ainda aos pecuaristas uma acentuada redução nos custos de manutenção do gado leiteiro e de corte.

O Banco de Inseminação Artificial foi idealizado pela equipe técnica da Delegacia Regional do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário na Paraíba e o plano, submetido à apreciação da administração central do órgão, foi recentemente aprovado.

Aprovado o plano, o INDA entrou em entendimentos com a Equipe Técnica de Fisiologia da Reprodução e Inseminação Artificial, que enviará à Paraíba um grupo de técnicos para cuidar da implantação do projeto em todos os seus aspectos e em treinar o pessoal que prestará serviços no Banco de Inseminação Artificial.

FESTA DO ABACATE

Muitas cidades ou regiões promovem festas agrícolas, como Patos de Minas, a capital brasileira do milho, que realiza todos os anos sua "Festa do Milho". Em São Paulo muitas cidades fazem regularmente festas de colheita de seus produtos — uva, em Jundiaí; pêssego, em Itaquera; caqui, em Mogi das Cruzes; morango, em Valinhos, etc. Isso parecia restrito às frutas de maior consumo, mas agora também o abacate entrou na lista das promoções. Em Novo Horizonte, município paulista da antiga linha Douradense, os plantios dessa fruta se expandiram, e já conseguiram sua inclusão na programação oficial das festividades. Assim, de agora em diante, no mês de janeiro haverá o "Dia do Abacate", em Novo Horizonte.

CAI SAFRA DE ARROZ

GoIás terá este ano um prejuízo de mais de 6 milhões de sacos de arroz, pois sua produção não ultrapassará 12 milhões, quando as estimativas iniciais, à época da plantação, eram de que as colheitas se elevariam a 18 ou 20 milhões de sacos.

É que extensa área agrícola em GoIás foi prejudicada, dentre elas as de Glatuba, Quirinópolis, Vale de São Patrício e parte da zona de São Luis de Montes Belos.

REDUÇÃO NA SAFRA ALGODOEIRA

A safra algodoeira do Paraná deverá sofrer uma redução de 20% no volume e não deverá, portanto, ultrapassar a casa das 656 mil toneladas. A cultura de um modo geral vinha exibindo ótimo aspecto vegetativo, embora apresentando menor carga que as lavouras do período 67-68, com predominância nas lavouras mais tardias e naquelas onde há excesso das plantas. O clima que até dezembro se apresentava mais favorável do que negativo à cultura, foi responsável, no final, pela queda prevista, que será da ordem de 20%.

Se ocorrer a quebra prevista, a responsabilidade caberá exatamente ao problema climático. Os elementos essenciais de composição da safra funcionaram de maneira considerada excelente.

A "Café do Paraná" vendeu, para a corrente safra, cerca de 756.696 sacos de sementes de algodão, das quais 5 mil foram levadas para o Estado de Mato Grosso. Estimase que entraram no Paraná, procedentes de São Paulo, sem controle daquela empresa mista, 82 mil sacos. Assim sendo foram plantadas nesta safra 833.696 sacos de sementes de algodão, ocupando uma área de 601 hectares da safra passada, numa proporção de 77%. A cultura expandiu-se mais nas regiões chamadas Norte Novo e Norte Novíssimo, com grande destaque para as regiões de Campo Mourão, onde se registrou superior a 200%; Maringá, com 100%; e Cruzeiro do Oeste, com 85% de aumento da área cultivada. No Norte Velho, as regiões de Cornélio Procopio e Andaraí apresentaram os maiores índices de aumento, com 100%.

A lavoura algodoeira foi retardada em relação à safra passada; houve grande retardamento na germinação, que geralmente quase

só ocorreu a partir da segunda quinzena de novembro e outras só nasceram em dezembro, embora em áreas insignificantes.

BRASIL — 1980

De acordo com informação do IPEA, a população total do Brasil, em 1980, poderá atingir aproximadamente a 123 milhões de almas. Embora se trate, apenas, de uma estimativa da ordem de grandeza provável das populações estaduais até aquele ano, há que inquirir as exigências desse alto índice demográfico nos setores primordiais da Nação. E a primeira delas refere-se à produção agrícola, responsável pela alimentação e sobrevivência dessas grandes camadas populacionais.

O índice de mecanização da nossa lavoura é um dos mais baixos do mundo; enquanto na Inglaterra há um trator para cada sete hectares e, na Alemanha Ocidental, há um para cada doze, no Brasil a proporção é desnordeante — um trator para 470 hectares. Mais ainda; mesmo que já tivéssemos colocado em serviço mais cem mil tratores, ainda assim, continuaria o índice dramático de um para quatrocentos e vinte hectares.

REVOLUÇÃO NA ÁREA RURAL PAULISTA

Quarenta e nove projetos; sendo 11 referentes ao programa de conservação do solo, 6 relativos à fitotecnia, 14 de defesa sanitária vegetal, 5 de zootecnia, 6 de defesa sanitária animal e 7 de sócio-economia, estão em plena execução na região de Sorocaba. Trata-se de plano elaborado pela Diretoria Regional Agrícola e que conta com 6 programas e 12 diretrizes.

O objetivo do plano é o de melhorar a agropecuária paulista pelo único caminho possível, o da técnica. O mecanismo empregado será o de elaborar projetos próprios a cada situação, a partir da análise das atuais condições agrícolas regionais.

A LAVOURA

Denominado Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — Prata — o programa vem exposto em 3 volumes e 900 páginas e foi elaborado pelos técnicos assessores da DIRA de Sorocaba.

PIAUI É O 2.º PRODUTOR DE ARROZ DO NE

O Piauí é o segundo produtor de arroz no Nordeste, contribuindo com 10,5% da produção rizícola da região, segundo o trabalho "Aspectos Econômicos e Agrônomicos do Arroz no Piauí", publicado pelo Departamento (ETENE), do Banco do Nordeste.

Evoluindo a um ritmo de 15% no período 1960-67, o arroz piaulense representa 10% na formação da renda interna, assumindo lugar de destaque na agricultura, da qual é o segundo produto em termos de valor da produção.

ERRADICAÇÃO

A erradicação de cafèzais nas Zonas da Mata e do Rio Doce começou a trazer preocupações às classes produtoras daquelas regiões, onde, segundo estimativas otimistas, gira em torno de duzentos mil o número de trabalhadores agrícolas ociosos. Inúmeras famílias, cujos chefes são lavradores sem trabalho, já iniciaram penosa marcha migratória para a Guanabara e São Paulo, à procura de ocupação.

As autoridades locais não condenam integralmente a política de erradicação do IBC. Sustentam, entretanto, que a falta de uma política para implantação de uma nova infra-estrutura agrícola gerou uma série de problemas sociais e econômicos que poderão ter graves seqüências.

FLORESTAS VÃO SER PRESERVADAS

A preservação de matos florestais situados no Vale do Paraíba será objeto de estudos especiais, a cargo de comissão nomeada pelo governador do Estado de São Paulo, em cumprimento à lei sobre o assunto, assinada

no ano passado. A presidência da comissão caberá ao engenheiro-agrônomo Raul Audi, do Serviço de Fotointerpretação do Instituto Agronômico, e será constituída pelos engenheiros Pedro Luis Donzell, do mesmo Serviço; Celso Merbaeh Chagas e Francisco José Ribeiro Kronka, ambos do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura.

CEREAL DO FUTURO SERÁ PRODUZIDO EM LABORATÓRIO

Triticale, um combinado de trigo e centeio obtido em laboratório, será, dentro de alguns anos, um dos cereais mais cultivados no mundo, segundo revelou o Sr. Marcelino F. Garcia, delegado norte-americano à V Conferência Latino-Americana sobre Produção de Alimentos.

Ao tratar do problema da diversificação da cultura, o Sr. Marcelino Garcia explicou que os geneticistas de todo o mundo estão provocando evoluções instantâneas de espécies, que, "naturalmente, levariam milhões de anos para se transformarem".

Para Consumo

O novo combinado deverá ser entregue aos lavradores de todos os países até 1970. Atualmente ele já é cultivado, de modo experimental, no México, Canadá e Equador.

Algumas espécies de Triticale apresentam 18% de proteínas, contra 14% apresentados pelas melhores qualidades de trigo e os 12% contidos na aveia. Na avicultura, o novo produto pode substituir perfeitamente o trigo.

O delegado norte-americano informou que um outro tipo de cereal, denominado Crambe, que dá com facilidade no Mediterrâneo, vem subindo muito no conceito dos especialistas, devido às suas boas propriedades.

— Basta dizer que antes de 1967 não havia cultura da espécie. Hoje, somente em dois Estados norte-americanos, estão sendo plantados 50 mil acres.

O Sr. Marcelino F. Garcia revelou que os investimentos aplicados na cultura do crambe são sensivelmente menores do que se os agricultores tivessem plantado milho ou soja.

Do crambe pode ser obtido um óleo de ótima qualidade, que poderá ser aproveitado pelas indústrias de aço. A semente do produto é também rica em proteína.

Até agora, o cereal apresentou dois inconvenientes: um deles é a presença de Tioglicosídeos, que podem inibir o crescimento. O outro é uma substância amarga que desagradada aos animais. Os estudiosos buscam uma fórmula de afastar esses problemas.

Durante a sessão falaram também o norte-americano P. J. Muender e o brasileiro Gervásio Inoue, um dos diretores da Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo.

PIMENTA

Até o ano de 1948, o Brasil importava pimenta do reino para atender ao seu consumo. Hoje, vinte anos depois, somos até exportadores.

A produção brasileira de pimenta-do-reino é obtida no Norte e no Nordeste. Sobre a 5 mil hectares a área plantada, e a safra de 1967 foi de 13 mil toneladas de sementes, no valor de 11 milhões de cruzeiros.

No Pará está o maior contingente de produção — cerca de 3 mil hectares plantados e produção de mais de 12 mil toneladas. A região da serra da Borborema oferece condições excelentes para esta cultura, com sua temperatura variante de 20 a 25°C e com chuvas entre 1.200 a 2.200 mm por ano.

Atualmente, a produtividade das lavouras é reduzida: colhe-se, em média, um quilo e meio por pé, enquanto em Bombaim o rendimento é de 24 quilos por pé.

CACAU "TEMPORÃO" RENDERA ESTE ANO US\$ 80 MILHÕES

A CEPLAC e outros órgãos do comércio e indústria do cacau estimam a safra do temporão, cuja colheita já

se incluiu, em 1.400.000 a .. 1.600.000 sacos que aos preços atuais proporecionarão uma receita em dólares de 75 a 80 milhões, mais que toda a safra do ano passado.

O temporão é colhido de maio a setembro e a safra propriamente dita de outubro a janeiro. A colheita total, segundo estimativa da CEPLAC, deverá proporecionar uma receita em dólares que devolverá ao cacau sua posição de relêvo na balança das exportações brasileiras, colocando-o, no mínimo, em quarto lugar.

A Associação Balana da Indústria de Cacau informa que persiste o deficit no mercado internacional, comparadas as cifras do consumo atual, os estoques e as estimativas da produção. Esse deficit aproxima-se de 500 mil toneladas, dal a reação das cotações, que passaram de 26 centavos de dólar por libra pêso, em julho-agosto de 1968, para 38-40 centavos no corrente ano. Os estoques em Nova Iorque, em abril deste ano, são de 146.714 sacos, contra 416.034 e 577.770 sacos nos anos de 1968 e 1967, respectivamente. Em Filadélfia a posição é mais séria ainda: 261.157 sacos em 1969, contra 683.940 e 1.003.14 em 1968-1967.

Comercialização

A Bahia, nesta altura do ano, já vendeu aproximadamente 200 mil sacos de cacau do temporão, tendo a comercialização se iniciado no dia 9 de abril. Tudo indica, segundo a ABIC, que esse será um bom ano para o cacau e, conseqüentemente, para a lavoura e o Governo.

SUBEMPREGO NO PAIS

A estimativa do subemprego no Brasil é de aproximadamente 50% da população ativa. Entende-se por subemprego o trabalho inferior a 39 horas por semana. Diversos estudos feitos estabelecem que o subemprego abaixo de 15 horas semanais pode ser considerado como desemprego em caráter permanente ou temporário.

O problema do subemprego também existe nos países de agricultura racionalizada,

mas em menor escala, uma vez que o contingente de trabalhadores rurais é reduzido. No Brasil, a mão-de-obra agrícola está ocupada durante um determinado período do ano, ou seja, na época do plantio e da colheita. O mesmo fato também pode verificar-se com relação às áreas de turismo ou veraneio, que ocupam parte da população ativa somente durante um determinado período mais ou menos curto do ano.

Desemprego

Um estudo feito no ano passado pelo Departamento Nacional de Pesquisas do IBGE por amostra de domicílios demonstrou que o índice de desemprego no Nordeste foi naquele ano de 2,7%; na região Sul, de 2,5%; e no Centro de 2,6%. Levando em conta que a faixa compreendida até 5% de uma população ativa desempregada pode ser tomada como fato normal em qualquer país, constatou-se que os levantamentos feitos não correspondem à realidade.

Para que fôsse feita uma estimativa real do desemprego, a partir deste ano, estão sendo realizados novos trabalhos estatísticos pelo IBGE em conjunto com o Ministério do Trabalho. Outro fato que também ficou demonstrado pelo estudo anterior é que no Nordeste, onde pode ser verificado o maior índice de desemprego cêrea de 22,5 da população ativa trabalham um total inferior a 39 horas por semana.

Mercado

Para 1969, a previsão de oferta de novos empregos, de acôrdo com o regime da CLT, é de 900 mil empregos. Em 1968, a oferta do emprego efetivamente preenchida foi de 700 mil, correspondendo a 6,5 milhões de pessoas, cêrea de 20% da população ativa do País. O INPS, que levantou esses dados, fixou ainda a necessidade de novos empregos em aproximadamente um milhão por ano. A maior oferta foi observada com relação ao setor industrial, com 400 mil empre-

gos, incluindo-se a construção civil, que tem uma taxa de crescimento do emprego industrial acima de 10%. Logo a seguir vem o setor do comércio e prestação de serviços, com um índice de 300 mil empregos aproximadamente, como foi verificado em 68. Ainda no ano passado, foram admitidos no País, cêrea de 2.968.402 empregados sendo 488.337 no primeiro emprego. No mesmo período, o total de desligamentos foi da ordem de 2.380.241.

DISTRIBUIÇÃO DE COLHEDEIRAS

Mais 35 colhedadeiras da marca "Zmaj", importadas da Ingoslávia pelo Ministério da Agricultura, aproveitando nosso saldo na balança de pagamentos, chegaram a Curitiba, totalizando, com as 10 entregues em 1968, 45 máquinas que a Diretoria Estadual do MA está entregando aos agricultores para-paenses, em finanelamento de 6 anos, à taxa de 6% ao ano, de juros.

As colhedadeiras, que estão sendo entregues através do Grupo Executivo de Engenharia, destinam-se exclusivamente a agricultores, que pagarão por unidade NCr\$. 42.766,30, sendo que desta importância, apenas NCr\$. 5.397,68 no ato do recebimento. Seis colhedadeiras serão distribuídas a agricultores da região de Curitiba, 15 foram enviadas ao município de Caseavel, 7 ao município de Maringá e 7 ao município de Londrina.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

A LAVOURA

Livros e Publicações

COMPÊNDIO VETERINÁRIO

Indicador Terapêutico dos Produtos para Medicina Veterinária — 5.^a Edição Revisita e Atualizada. Organização Andrei Editora S.A. Caixa Postal 4989 — Fones: 220 — 7246 e 51-3839 — São Paulo — 328 pgs.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume VI — Parte VIII
Roberto Macedo — 291 pgs.
DASP — Serviço de Documentação 1964.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume IV — Alfredo Libâ-

nio Guedes — DASP — Serviço de Documentação — 196 pgs. 1962

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Anteprojeto do Plano de Reforma Agrária da Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará — 293 pgs.
Rio de Janeiro — IBRA 1968

CASTANIA DO PARÁ RELATÓRIO E ESTUDO

Economista Frederico Alberto Andrade — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM — Ministério do Interior — Belém — Pará 1968, 23 pgs.

MADEIRAS DA AMAZÔNIA

Economista José Roberto

M. Rodrigues — Superintendência do Desenvolvimento ad Amazônia-SUDAM-Belém — Pará — 1968, 38 pgs.

RELATÓRIO AO GOVERNO DO BRASIL SOBRE PRODUÇÃO E MERCADO DE MADEIRA NA AMAZÔNIA

O. H. Knowles — Técnico Florestal da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).

Traduzido do original inglês por Délcio Seawright Salgado — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM) — Ministério do Interior — 169 pgs.
Belém-Pará 1966.

“A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

JUNHO DE 1899

Dr. Campos da Paz, G. V.; As pestes importadas II G.V.; Criação no Brasil, Alberto Araujo F. Jacobina; Núcleos Coloniais, O. B.; Sobre uma nova moléstia do fumo (continuação), Trad. de Dr. S. Barradas; A peste dos suínos, Dr. Julio Leite; Prêmios à Lavoura, indicação à Câmara Municipal de São Paulo pelo Vereador Dr. Veiga Filho; As nossas galinhas, G. V.; Estrumeiras II. G. V.; Ferugem do Feijão, G. V.; Parasitas da Videira, Carlos Moreira; Charles Naudin (necrologia), red.; Variedades: Imigração estrangeira da República Argentina; Máquinas de beneficiar o arroz; Sociedade Cooperativa Agrícola (Bangu).

JULHO

As pestes importadas III, (il) Germano Verté Pomologia — A indústria da conservação das frutas, Antonio de Medeiros; Queijo de manteiga do Seridó, Red.; Efeitos de certos métodos de tratamento do solo sobre a produção do milho, T. L. Lyon, Trad. do Dr. Germano Verté; A cultura do aspargo nas regiões tropicais, G. V.; As lagartas do repolho e sua destruição, G.V.; Variedades: Os adubos e a produção de açúcar; A propaganda do Chá em Ceilão; Semeadores de Milho; Museu Comercial de Filadélfia; Aguardente de Ananás; A degeneração das Batatas; A água, os terrenos e os fertilizantes.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos a janeiro e fevereiro de 1969

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Assistência Social

O Conselho Deliberativo do IAA determinou que os produtores de cana de açúcar e álcool são obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores agrícolas e industriais das usinas, destilarias e fornecedores de cana, e no de suas famílias, em serviço de assistência médica, hospitalar, farmacêutica, e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens, de 1% sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60 quilos, de qualquer tipo; de 1% sobre o preço oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas e destilarias, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria; de 2% sobre o valor oficial do litro de álcool, de qualquer tipo, produzido nas destilarias. Foi determinada, outrossim, a forma de aplicação da assistência citada (MIC-IAA — Resolução n.º 2.017, de 27-11-68 DO—II de 3-1-69, p. 9).

AÇÚCAR — Produção Individual — Pernambuco — Safra de 1968/69

O Presidente do IAA determinou que a produção autorizada às usinas do Estado de Pernambuco, na safra de 1968/69, fica mantida em 14,4 milhões de sacos de açúcar. A distribuição da produção será a seguinte, por sacos de 60 quilos: contingente a produzir um açúcar demerara — 7.300.000; em mel rico invertido — 1.400.000; em açúcar cristal — 5.700.000.

O programa de fabricação de mel rico invertido, na safra de 1968/69, fica reduzido a 140 mil toneladas métricas, equivalentes a 1,4 milhões de sacos de açúcar demerara, em decorrência da transferência para a safra de 1969/70 da produção de uma parcela de 600 mil toneladas métricas de mel rico invertido, correspondente a 600 mil sacos de açúcar demerara.

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco ficará responsável pela integral realização do saldo de 22 mil toneladas métricas de mel rico invertido, transferido da safra de 1967/68 para a safra em curso, cabendo a ela indicar as usinas que deverão produzir esse saldo e atribuir os respectivos volumes individuais. O volume de 220 mil sacos de açúcar, referentes ao saldo supracitado, será deduzido das parcelas individuais de açúcar cristal atribuídas às respectivas usinas (MIC-IAA — Ato n.º 28, de 21-12-68 — DO-II de 13-1-69, p. 69).

BORRACHA — Programa — Cotas de Suprimento

O Conselho da Borracha decidiu que as projeções das séries históricas de consumo e produção nacional de borrachas vegetais e sintéticas deverão ser preparadas pela Superintendência da Borracha até 31 de dezembro de cada ano civil. Estas projeções serão utilizadas em conjunto com informações individuais complementares na elaboração das previsões de consumo e suprimento do produto no mercado nacional.

Com base no estudo da Superintendência, o Conselho Nacional da Borracha aprovou os valores-limite de importação para os diversos tipos de borrachas para o exercício seguinte (MIC — CNB — Resolução n.º 20, de 14-11-68 DO-II n.º 1-69, p. 52).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Brasília

O Delegado Regional da SUNAB em Brasília, fixou os preços máximos de carne verde de vaca no comércio varejista do Distrito Federal, liberando apenas os preços do filé e do contrafilé. (MA-SUNAB-DF — Portaria n.º 1, de 8-1-69 — DO de 10-1-69, p. 298).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Pernambuco

O Superintendente da SUNAB estendeu no Estado de Pernambuco as normas relacionadas aos preços máximos de venda da carne bovina, que inicialmente abrangiam a Guanabara e a cidade de São Paulo (MA-SUNAB — Portaria n.º 1.301, de 10-12-68 — DO de 7-1-69, p. 124).

CAVALO DE CORRIDA — Plano Nacional para Criação e Exploração

O Presidente da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional ordenou o cumprimento, pelos órgãos federais e atividades privadas em altitudes sujeitas à coordenação da CCCCN, do Plano Nacional para Criação e Exploração Nacional de Equídeos (MA-CCCCN — Portaria n.º 52, de 26-11-68 — DO de 17-1-69, p. 569).

CORAL — Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios — Extinção.

O Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios da CORAL, foi extinto, sendo os recursos adicionados ao Fundo para a Constituição de Estoques Reguladores (Decreto n.º 63.922, de 30-12-68 — DO de 2-1-69, p. 1).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA II — Carta de Brasília

Foram aprovadas as faixas de atuação e as áreas de execução, em âmbito nacional, fixadas nas Reuniões Regionais Preparatórias ao II Congresso Nacional de Agropecuária, bem como os objetivos da Carta de Brasília com a atualização feita nesse conclave (Decreto n.º 64.003, de 17-1-69 DO de 24-2-69, p. 1.417).

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA — Regimento Interno.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia teve o seu novo Regimento Interno aprovado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e revogado o Regimento de 25 de janeiro de 1966 (MTPB — CREA — DO—II de 6-2-69, p. 260).

ERVA-MATE — Exportação — Mercado Chileno

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os seguintes preços para exportação, para pagamento à vista, de erva-mate beneficiada, com destino ao Chile, através dos portos de embarque dos Estados do Paraná e Santa Catarina:

legislação agrícola

Tipo PC-1: Acondicionada em pacotes de um e dola quilos — US\$ 195 a tonelada; em bôlhas ou sacos de 5 a 25 quilos — US\$ 180 a tonelada.

Tipo PC-5: Acondicionada em pacotes, sômente de um e dola quilos — US\$ 145 a toneladas; em bôlhas ou sacos de 5 a 25 quilos — US\$ 130 a tonelada.

As vendas fechadas antes da vigência da portaria terão validade, uma vez comprovada a existência de carta de crédito bancário irrevogável (MA-IBDF — Portaria n.º 787, de 29-1-69 DO — II de 11-2-69, p. 287).

ERVA-MATE — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os preços mínimos de erva-mate beneficiada tipo chá, verde ou queimado, por tonelada FOB — portos brasileiros, para venda nos mercados externos: Tipo queimado PP-1 (pura folha), US\$300,00 a ton; Tipo verde PVE-1 (pura folha), US\$ 285,00 a ton. Estes preços se referem ao mate acondicionado em caixas de madeira com 22,704 kg — o equivalente a 50 libras (MA-IBDF — Portaria n.º 763, de 9-1-69 — DO-II de 22-1-69, p. 137).

ERVA-MATE — Preço Mínimo — Safra de 1969

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou em NCr\$ 3,50 por quilozinhos o preço mínimo para a safra de erva-mate em 1969, produzida nos Estados do Paraná e Santa Catarina e colocada em Curitiba ou Mafra. Nas demais localidades, o preço será idêntico, deduzidas as despesas de transporte entre os locais de aquisição e um daqueles dois pontos de referência (MA-IBDF — Portaria n.º 786, de 29-1-69, DO—II de 11-2-69, p. 287).

FRUTAS CITRICAS — Exportação — Padronização — Normas

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações, com vigência a partir de 1-3-69, de padronização, classificação e fiscalização das frutas cítricas destinadas à exportação (MIC-CONCEX — Resolução n.º 45, de 22-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1729).

GADO BOVINO — Abastecimento — Abate em 1969

O abate de fêmeas até cinco anos de idade, inclusive bezerras, foi proibido em todo o território nacional. Excluem-se dessa proibição as fêmeas que tenham deficiências orgânicas, apresentem defeitos fisiológicos ou estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate. No Ilo Grande do Sul, o abate será regulado pelo Instituto Sul-tio-grandeense de Carnes, em convênio com o Ministério da Agricultura (Decreto n.º 64.047, de 31-1-69 — Do de 4-2-69, p. 1.163).

GADO BOVINO — Marcação — Alteração

Foi suspensa, durante o ano de 1969, a aplicação de multa de valor equivalente a 5% do maior salário-mínimo vigente no País aos estabelecimentos de abate que sacrificarem gado cuja marcação não tenha sido feita de acordo com as seguintes determinações:

- marcação a ferro quente na éara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-tibial e úmero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada "grapon";
- proibição de uso de marca cujo tamanho não possa caber em círculos de onze centímetros de diâmetro;
- proibição do emprego de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino, para identificação de couros (Decreto-lei n.º 460, de 10-2-69 — DO de 10-2-69, p. 1.329).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Preço — Pernambuco

O Superintendente da SUNAB homologou portaria baixada pela delegacia regional de Pernambuco, fixando para esse Estado os preços máximos para o leite in natura (MA-SUNAB — Portaria n.º 17, de 12-2-69 — DO de 25-2-69, p. 1.681).

MADEIRAS — Exportação — Proibição

O Conselho Nacional do Comércio Exterior manteve a proibição de exportações de diversos tipos de madeira, em toros, blocos para laminação ou peças serradas sem esquadrar ou refilar. Entre essas madeiras figuram jacarandá, pau-ferro, cavilina, pau-brasil, mogno, cedro, canela, pau-roxo, peroba e aucupira (MF-CONCEX — Resolução n.º 44, de 22-1-69 — DO de 5-2-69, p. 1.222).

MAQUINARIA AGRICULTURA — Financiamento

O Conselho-Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário autorizou a alteração da Cláusula Sexta do convênio-padrão para financiamento de máquinas agrícolas, implementos e materiais agropecuários diversos destinados à revenda, cuja redação passa a ser a seguinte: "Quando o valor do material fornecido for acima de 100 e inferior a 319 salários-mínimos: a) prazo de carência — 6 meses; b) prazo de amortização — 54 prestações iguais e mensais, c) juros de 8% ao ano".

"No que tange à taxa de Administração visando a facilitar a amortização da mesma por parte dos interessados, a importância relativa ao seu pagamento deverá em todos os casos, ser incorporada equitativamente ao valor das promissórias emitidas" (MA-INDA — Deliberação n.º 1.678, de 30-1-69 — DO—II de 30-1-69, p. 219).

MECANIZAÇÃO AGRICULTURA — Grupo de Trabalho

O Ministro da Agricultura determinou a constituição de Grupo de Trabalho incumbido de estudar o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Mecanização Agrícola e de definir o programa de mecanização a ser adotado em 1969. O GT será integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura e do Planejamento (MA-Cb — Portaria n.º 6, de 23-1-69, DO de 4-2-69, p. 1.170).

PESCA — Acôrdio Brasil/Argentina

Foi aprovado o Acôrdio de Pesca firmado entre o Brasil e a Argentina em 29-12-67, pelo qual cada uma das partes contratantes autoriza os nacionais da outra pescar, com isenção de taxas, nas águas exteriores a um limite de 6 milhas, contadas a partir das linhas de base que servem para calcular a largura do respectivo mar territorial (Decreto-lei n.º 453, de 3-2-69 — DO de 6-2-69, p.1.241).

PESCA — Acôrdio Brasil-Uruguay

Foi aprovado o Acôrdio de Pesca e Preservação de Recursos Vivos entre o Brasil e o Uruguay, assinado em Montevideu a 12 de dezembro de 1968 (Decreto-lei n.º 412, de 9-1-69 — DO de 19-1-69, p. 273).

PIBHO — Exportação — Liberação de Contingente

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal liberou o contingente de 40 012 000 pés quadrados de madeira de pinho destinado à exportação no período janeiro/abril de 1969 pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira. As parcelas foram assim distribuídas:

Curitiba	4 294 400
Joinville	6 009 200
Itajaí	11.910 400
Porto Alegre	14.878.000
TOTAL	40 012 000

(MA-IBDF — Portaria n.º 758, de 6-1-69 — DO—II de 29-1-69, p. 211).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Notas Fiscais

O Superintendente da SUNAB determinou que as notas fiscais emitidas pelos atacadistas, com relação aos produtos hortigranjeiros, devem discriminar a

espécie do produto, sua quantidade em quilogramas ou dúzias e o respectivo preço por quilo ou dúzia. Na venda do produto no consumidor, o varejista fica obrigado a oferecê-lo separado, por espécie e qualidade, a fim de ser identificado em relação ao preço da nota fiscal emitida pelo atacadista (MA-SUNAB — Portaria n.º 1.332, de 20-12-68, DO de 6-1-69, p. 73).

PRODUTOS VETERINÁRIOS — Fabricação — Fiscalização

Foi estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos destinados ao uso veterinário em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais, ou entidades congêneras que se dediquem ao fabrico, fracionamento, comercialização ou armazenamento desses produtos. A fiscalização se estenderá, também, à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização. Essa tarefa é da competência do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

Todos os produtos veterinários, parcelas ou totalmente importados, deverão ser integralmente elhorados no País dentro do prazo de três anos, a contar de 14 de fevereiro de 1969. A licença relativa à comercialização de tais produtos — total ou parcialmente importados — terá a validade de três anos (Decreto-lei n.º 467, de 13-2-69 — DO de 14-2-69, p. 1.463).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição

Art. 1.º A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º Para os efeitos deste Ato, considera-se residente no País o estrangeiro que não possua permanência definitiva.

Art. 3.º Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade (Ato Complementar n.º 45, de 30-1-69 — DO de 31-1-69, p. 1.081).

RECURSOS NATURAIS do Atlântico-Sul — Conservação dos — Acórdo Brasil-Argentina.

Foi aprovado o Acórdo Brasil-Argentina, assinado a 29 de dezembro de 1967, em Buenos Aires, para conservação dos Recursos Naturais do Atlântico-Sul (Decreto-lei n.º 454, de 5-2-69 — DO de 11-2-69, p. 1.377).

REFLORESTAMENTO — Projetos — Incentivos Fiscais

Os projetos de florestamento ou de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal até 29 de novembro de 1968 e ainda não aprovados pelo órgão darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de renda de pessoa física ou jurídica. Os comprovantes de aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas — fornecidos pela IBDF — deverão ser apresentados até a data da declaração do exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969 (Decreto-lei 461, de 10-2-69, DO de 10-2-69, p. 1.330).

VINHO — UVA — Produção — Regulamento

Foram reguladas a produção, a circulação e o consumo dos vinhos e seus derivados e dos vinagres, e fixadas as normas para o controle e a fiscalização desses produtos. A denominação vinho será reservada exclusivamente ao líquido obtido pelo processo de fermentação alcoólica da mosta da uva fresca e madura, ficando proibida a venda, sob essa denominação, de produtos obtidos por outra qualquer forma, sob pena de apreensão e multa.

Para efeito de produção e comercialização, os vinhos, os produtos derivados da uva e dos vinhos e os

vinagres de origem nacional terão as suas características especificadas de acordo com normas técnicas e padrões fixados pelo Ministério da Agricultura, que comatarão de regulamentação posterior.

Todos esses produtos — de procedência estrangeira — somente poderão entrar no País acompanhados de certificados oficiais de origem e análise, sem prejuízo da fiscalização.

Os vinhos e seus derivados, tanto os nacionais como os estrangeiros, e outras bebidas derivadas da uva somente poderão ser comercializados ou entregues ao consumo depois de prévio exame em laboratório oficial, devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 470, de 25-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1.705).

ESTADO DA GUANABARA

FEIRAS-LIVRES — Matrículas

O Diretor do Departamento de Abastecimento decidiu reabrir, a partir de 3-69, o protocolo para revisão das matrículas dos feirantes, lavradores e mercadores. Fixou ainda, até 31-3-69, o prazo para requerimento de matrícula definitiva por parte dos portadores de autorizações provisórias para comercialização nas feiras livres (SE-DAB — Ordem de Serviço 'E' n.º 1, de 16-1-69 — DO-GB de 27-1-69, p. 1.284).

FEIRAS-LIVRES — Matrículas Novas — Prazo

O Diretor do Departamento de Abastecimento autorizou, a partir de 3-2-69, a entrada de requerimento para a concessão de matrículas novas para todas as categorias de feirantes das Zonas Norte, Suburbana e Rural (SE-DAB, Ordem de Serviço 'E' n.º 6, de 28-1-69 — DO-GH de 7-2-69, p. 2.003).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAÇA E PESCA — Fauna Indígena — Preservação

O Diretor-Técnico da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, do Departamento da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura, instituiu a lista oficial das espécies animais, sob ameaça de extinção no Brasil, proibindo em todo o País a captura, coleta ou enca, compra ou venda, comércio, transporte e a exportação de exemplares das espécies constantes da lista salvo para fins científicos ou exibição em instituições científicas, desde que o IBDF conceda licenças especiais (SA-IDPA — Portaria n.º 569, de 28-1-69 — DO-SP de 5-2-69, p. 13).

COOPERATIVAS — Consignações — Descontos — Associações

O Coordenador da Administração Financeira comunicou aos órgãos preparadores e pagadores, da Capital e do Interior, que somente efetuem descontos de consignações a favor de associações cooperativas ou entidades de classe de servidores públicos estaduais, após as mesmas terem sido regularmente admitidas como consignatárias por despacho do Secretário da Fazenda (SP-CAF — Comunicado n.º 4, de 27-2-69, — DO-SP de 28-2-69, p. 11).

FLÓRES E PESCADO — (V. Produtos Hortigranjeiros)

LEITE CRU — ICM

A primeira saída de leite em do estabelecimento em que tenha sido produzido com destino a comerciante ou industrial do Estado, inclusive cooperativas, dará direito ao estabelecimento destinatário, até 30-6-69, a um crédito correspondente ao imposto que seria devido sobre o valor da operação. Para este efeito, o valor da operação não poderá exceder a NOR\$ 6,26 por litro de leite.

A cooperativa que optar pelo favor fiscal agora concedida não fará jus à licença aludida no inciso XXXIII do artigo 5.º da Regulamenta da ICM (Decreto n.º 51.469, de 27-2-69, DO-SP de 29-2-69, p. 3).

legislação agrícola

PLANTAS MATRIZES — Registro

Foram instituídos, na Coordenação de Assistência Técnica Integral, o Registro de Plantas Matrizes e a Comissão de Registro de Plantas, a fim de estimular a produção de mudas de boas qualidades genéticas, fitossanitárias e cultivares (Decreto n.º 51.202, de 20-1-60, DQ — SP de 21-1-60, p. 3).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Flores e Pescado — Intermediação — São Paulo

O Delegado Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento determinou que as operações no comércio atacadista de produtos hortifrutigranjeiros, flores e pescado só poderão ser efetuadas no Entrepósito Terminal de Janguaré, do Centro Estadual de Abastecimento S/A — CRASE. Os preços máximos deverão ser obrigatoriamente praticados no período de sua vigência, ficando proibidas a marcação de calçadas, a qualquer pretexto, e as vendas de qualquer espécie antes do início da comercialização, bem como as vendas entre usuários localizados no entreposto, isto é, a realização de mais de uma transação interna (MA — SUNAB — SP — Portaria n.º 1, de 10-1-60 — DO — SP de 11-1-60, p. 48).

PRODUTOS PRIMÁRIOS — ICM — Exportação

Os produtos primários exportados pela praça de São Paulo, com exceção do café cru, ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Para esse benefício, consideram-se produtos pri-

mários aqueles in natura ou que tenham passado por qualquer espécie de beneficiamento.

A isenção do ICM será igualmente aplicada às vendas de produtos primários com destino a empresas comerciais que operam exclusivamente no comércio de exportação e a armazéns alfandegários e entrepostos aduaneiros (Decreto n.º 51.344, de 31-1-60 — DO — SP de 1-2-60, p. 3).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição de Compra

O DIÁRIO DIÁRIO Oficial de São Paulo de 27-2-60 p. 45, publicou o Ato Complementar n.º 45, de 1960, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural no território nacional.

TRIGO NACIONAL — ICM — Banco do Brasil

O Coordenador da Administração Tributária determinou que o ICM incidente sobre as sucessivas saídas de trigo nacional procedente de outra unidade da Federação, efetuadas no Estado pelo Banco do Brasil, será por este recolhido, após a venda do produto a moilho situado em território paulista, até o quinto dia útil de cada quinzena. O documento hábil para movimentação do trigo será o conhecimento de transporte expedido por empresa devidamente credenciada pelo Banco ou conta de embarque por este emitida.

O trigo será armazenado em silos ou armazéns utilizados neste Estado para manutenção dos estoques reguladores (SP — Cb — Instrução n.º 3, de 13-1-60 — DO — SP de 14-1-60, p. 10).

SOJA EM ESCALA COMERCIAL

A necessidade de organizar a produção de sementes de soja em escala comercial, visando à substituição de variedades de baixa produtividade por outras que melhor se adaptaram às regiões produtoras do Sul do País, foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, ao criar as Comissões Estaduais de Sementes de Soja, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As comissões serão organizadas mediante acordos entre os órgãos do Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados produtores, e entidades públicas ou privadas de qualquer natureza, que estejam interessadas na produção de sementes de leguminosa, em escala comercial a fim de atender à demanda, nas épocas de plantio.

Esclareceu o ministro Ivo Arzua que caberá ao Governo apenas organizar, orientar e fiscalizar a produção de sementes de soja, dentro de um sistema conveniente-

mente adaptado às condições e peculiaridades de cada Estado, ficando o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS) e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional (IPEAME) com a incumbência de constituírem as Comissões Estaduais nas respectivas áreas de jurisdição, dentro do princípio da descentralização executiva preconizada pela Carta de Brasília.

Frisou o ministro Ivo Arzua que a execução dos trabalhos e a comercialização das sementes serão entregues aos produtores, através de suas associações de classe, ou realizadas diretamente pelos órgãos do Governo, seguindo a filosofia da nova política nacional agropecuária, que só admite a intervenção estatal em caráter supletivo e desde que não concorra com a iniciativa privada.

Concluiu o ministro Ivo Arzua afirmando que as Comissões Estaduais de Semente de Soja constituem

mais uma fase do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM), elaborado pelo Ministério da Agricultura e que se encontra em estudo nos órgãos governamentais desde o ano passado, depois de aprovado no II Congresso Nacional da Agropecuária.

EXPOSIÇÃO DE CORDEIRO

Será realizada pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, no período de 13 a 17 de julho próximo, a II Exposição Estadual de Cordeiro. Na mesma oportunidade será promovida a XXVII Exposição Agropecuária e Industrial do município. A solenidade de abertura deverá contar com a presença do Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, e do Governador Getúlio Fontes, além de técnicos federais e estaduais, e criadores de várias regiões. A programação ainda está sendo elaborada pela Secretaria de Agricultura.

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

JULHO-AGOSTO 1969



Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". Aula Prática

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

ÍNDICE

Seguro Agrário	2
Cultura do Coqueiro-Anão — Eng. Agro. Almíro Gonçalves de Castro	5
Mérito Agrícola — Agraciados em 1969	6
Reminiscências — Os 70 Anos da Penha (11) — Luiz Marques Poliano	7
Economia Rural Brasileira e Reforma Agrária — Fábio Luz Filho	8
Livros e Publicações	10
"A Lavoura" — 114 70 anos	10
O Represamento da Água das Chuvas — Lloyd E. Myers	11
Produção de Mate Calu 50% nos Últimos 10 anos — Ennio L. Leitão	12
Inda Estimula	14
Instantâneos de Gente da Roça — Tião — D. Carmilha — Ilustração de Luiz Sá	17
Arrendamentos de Terras Agrícolas para Lavouras, em Dinheiro, Valores Médios em Fins de Sementes	18
A Foto Internacional	21
O Mate — Ennio L. Leitão	22
A Pobreza dos Brancos no Meio Rural Norte-Americano .. .	28
Vizinhança — Othello Tormin	29
Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" — Cursos Rápidos Agrícolas	30
Previdência Social Rural	31
O Desenvolvimento Agrícola nas Terras do Deserto por Meio da Irrigação em Filêtes D'água — D. Golbert e M. Shinnell	32
Aspectos da Economia Rural Brasileira — Eng. Arthur Natividade Seabra	38
Climas de Mato Grosso — Adalberto Serra	41
Abate do Gado Bovino	46
Kiri — (ou Quiri)	47
A Produção Mundial do Algodão Diminuiu em 6 Anos	48
Agricultura na Guanabara	49
Integração Econômica para América Latina — Hugo Martín	50
Notícias e Informações	51
Legislação Agrícola	55

NOSA CAPA:

Sob orientação dos Profs. Jaimez Guimarães Gomes e João Nunes Castello, alunos internos dos Cursos Profissionais recebem aulas práticas.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Julho — Agosto — 1969

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 601 — TEL. 31-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GH

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO

A LAVOURA

SEGURO AGRÁRIO

No momento em que o Governo se empenha a fundo para implantar a Reforma Agrária no país, obviamente não passará despercebido às autoridades responsáveis pelo problema que não será somente a outorga de um título de propriedade ao lavrador sem terra que aquêlê objetivo oficial será concretizado.

Uma série de medidas complementares se impõe para que o nôvo proprietário possa exercer a sua atividade, de maneira a lhe proporcionar estabilidade econômica e financeira; a propiciar à atividade uma necessária e maior rentabilidade, pela melhoria da produtividade, a fim de que a profissão se torne menos desatratante, e a alimentação da população não venha a sofrer colapsos perigosos, bem assim a sempre crescente demanda de matérias primas para a indústria seja convenientemente atendida.

Sabemos que tais medidas exigem recursos financeiros bem mais vultosos dos que os empregados na simples redivisão das terras agricultáveis, e dentre elas cumpre anotar a imperiosa necessidade do imediato atendimento da educação e da saúde do homem de campo, o que vale dizer — dar-lhe as condições mínimas para que possa utilizar a terra que recebeu.

Recente ato federal procurou dar corpo a uma já tardia inclusão do rúricola no programa assistencial de que gozam, e há muito tempo, os trabalhadores das demais categorias econômicas, através a previdência social. Sem a assistência médica, a aposentadoria por invalidez e outros benefícios da instituição implantada no país por Getúlio Vargas, o trabalhador rural — parte ponderável na nossa população — tem até agora constituído uma chocante legião de párias na massa da população brasileira.

Este problema — assim o esperamos — caminha para solução rápida — e através a sua implantação, a educação e a saúde do nosso homem do campo já tem^{os} melos de iniciar a demarragem da estagnação em que se encontra atualmente.

Um outro, dos vários aspectos da nossa organização rural, que precisa urgentemente ser desde logo posto em prática, é a instituição do Seguro Agrário.

Em representações encaminhadas pela Sociedade Nacional de Agricultura aos ilustres Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, em maio de 1967, fizemos sentir a essas altas autoridades o erro que foi a extinção, pura e simples, pelo Decreto-lei n.º 73, de 21

de novembro de 1966, da Companhia Nacional do Seguro Agrário, criada pela lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1964.

Essa Companhia, após dez anos de intenso trabalho e experiência, embora sem o necessário apoio de governos anteriores, mas graças à compreensão do saudoso Presidente Castelo Branco, estava a ponto de produzir os seus frutos, quando o decreto-lei citado, abruptamente a atingiu

Havia, a êsse tempo, conseguido a Companhia uma nova lei que a reestruturava, preparando-a inclusive para estabelecer convênios com o Banco de Brasil em primeiro lugar e, em seguida, com tôda a rêde bancária que dispusesse de carteiras de empréstimos rurais adstritas ao Banco Central.

Extinta a organização que apenas ensaiava os seus primeiros passos, até hoje continuam os nossos lavradores e criadores à mercê de tôdas as calamidades tanto climáticas como de outra natureza, que afetam a atividade, quando tudo aconselharia a que, antes de ser aquela empresa riscada de nossos quadros administrativos, mais prudente seria a correção de possíveis defeitos, pois que a instituição do Seguro Agrário proporciona os maiores benefícios à agricultura de países os mais adiantados, como a Alemanha, os Estados Unidos, a Holanda, o México e o Japão, para sòmente citar êstes.

Voltamos mais tarde ao assunto junto ao ilustre Ministro Ivo Arzua, que em resposta, (ofício de 17 de dezembro do ano passado) tranqüilizou a classe ao informar à Sociedade Nacional de Agricultura que por sua vez, se havia dirigido aos Ministros do Planejamento e da Indústria e Comércio solicitando, com vivo empenho, providências no sentido de ser acelerada a implantação do Seguro Agrícola, medida de grande alcance para o desenvolvimento agropecuário e meta preconizada na Carta de Brasília.

Ao invés de medidas esporádicas, de auxílio nas ocasiões críticas como é caso das enchentes da zona da baixada fluminense, recentemente, e na presente situação criada nos cafezais do sul pela geadas, aí estaria o Seguro Agrário cumprindo sua missão.

Que se atinja a meta da Carta de Brasília, como é desejo do Ministro Ivo Arzua, e se saia do ponto morto em que nos encontramos, lançando, o quante antes, não dessa "medida de grande alcance para o desenvolvimento agropecuário", na feliz definição do Ministro da Agricultura.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLAVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— IRIATOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— JOAO BATISTA LUSARDO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JUNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SABAEL MAGALHAES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

ENNIO LUIZ LEITAO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO

OSMAR LOPES REZENDE

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

JULIO CESAR COVELLO

MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

1 — ENNES DE SOUZA

2 — MOURA BRASIL

3 — CAMPOS DA PAZ

4 — BARÃO DE CAPANEMA

5 — ANTONINO FIALHO

6 — WENCESLAO BELLO

7 — SYLVIO RANGEL

8 — PACHECO LEAO

9 — LAURO MULLER

10 — MIGUEL CALMON

11 — LYRA CASTRO

12 — AUGUSTO RAMOS

13 — SIMÕES LOPES

14 — EDUARDO COTRIM

15 — PEDRO OZÓRIO

16 — TRAJANO DE MEDEIROS

17 — PAULINO CAVALCANTI

18 — FERNANDO COSTA

19 — SÉRGIO DE CARVALHO

20 — GUSTAVO DUTRA

21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE

22 — IGNACIO TOSTA

23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO

24 — JOSÉ BONIFACIO

25 — LUIZ DE QUEIROZ

26 — CARLOS MOREIRA

27 — ALBERTO SAMPAIO

28 — NAVAHO DE ANDRADE

29 — ALBERTO TORRES

30 — SA FORTES

31 — THEODORO PECKOLT

32 — RICARDO DE CARVALHO

33 — BARBOSA RODRIGUES

34 — GONZAGA DE CAMPOS

35 — AMÉRICO BRAGA

36 — EPAMINONDAS DE SOUZA

37 — MELLO LEITAO

38 — ARISTIDES CAIRE

39 — VITAL BRASIL

40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

— Rafael da Silva Xavier

— Alberto Ravache

— Geraldo Goulart da Silveira

— Kurt Repsold

— Luiz Marques Poliano

— Armênto da Rocha Miranda

— Ennio Luiz Leitão

— Frederico Murтинho Braga

—

— Heitor Grillo

— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho

— Edgard Teixeira Leite

— Luiz Simões Lopes

— Jayme Bernardes Cotrim

— Paulo Simões Lopes

— Luiz Hermanny Filho

— Luiz Guimarães Júnior

— Iris Meinberg

— Júlio César Covello

— Oswaldo Balarin

— José Augusto Bezerra de Medeiros

—

— Fábio Luz Filho

— Mário Penteado de Faria e Silva

—

— Honório Monteiro Filho

—

— Rômulo Cavina

— Otto Frensel

— Oswaldo Lazzarini Peckolt

— Rômulo Joviano

— José Sampaio Fernandes

— Sylvio Fróes Abreu

—

— João Carlos Bello Lisboa

— Milton Freitas de Souza

— Flávio da Costa Britto

— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Magníficas mudas de coqueiro-anão da Chácara Santa Cruz, localizada na Av. da Areia Branca, Santa Cruz, Guanabara.

CULTURA DO COQUEIRO-ANÃO

(Côco *mucifera* L.)

"O coqueiro-anão, segundo W. P. Handover, é o resultado de uma mutação do coqueiro comum, existindo na Filipinas, Java, Ceilão, Madagascar, Ilhas Maldiva e Nicobar, variedades cujos frutos são diferenciados no formato, tamanho, cor e produção.

Clima — O coqueiro dá preferência à temperatura cuja média seja acima de 20 graus centígrados e onde as precipitações pluviométricas são da ordem de 1.000 mm anuais.

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

Solo — Leves, silicosos ou silico argilosos; de boa profundidade são os preferidos pelo coqueiro, não suportando solos encharcados, muito embora necessite de uma grande quantidade de água para seu desenvolvimento.

Variedade — A variedade Nyior Gading, introduzida pelos agrônomos Paulo Burle e C. M. Browne, da Malásia, tipo verde, fol deelta entre os lavradores cariocas, sendo hoje largamente cultivada.

Sementelras — Os côcos maduros são colocados em 20 cm no leito da sementelra, que anteriormente foi preparada, deixando-se passagens de 2 em 2 m para os trabalhos de regas e capinas.

Os côcos podem ser colocados nos sulcos, na posição

MÉRITO AGRÍCOLA

Agraciados em 1969

O Conselho da Medalha do Mérito Agrícola esteve reunido a 19 de agosto sob a presidência do Senador Flávio da Costa Britto, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, para escolha das personalidades que mais se destacaram nas cinco seções em que se divide aquela Condecoração: Lavoura, Pecuária, Divulgação, Ação Social e Ciência.

Após várias reuniões, em que foram examinados os "currículos" dos indicados, o Conselho elegeu os Srs. Senador José Ernirio de Moraes, no setor da Lavoura; Lamartine Mendes, na Pecuária; Gervásio Tadashi Inoue, na Divulgação; Kurt Repsold, na Ação Social e Jaime de Almeida Lins, na Ciência.

Do Conselho, reconhecido pelo Governo da República através o Decreto-Lei n.º 48.577, de 22-7-60, fazem parte representantes das seguintes entidades: Confederação Nacional da Agricultura (Ademar Moura de Azevedo); Sociedade Nacional de Agricultura (Luiz Marques Poliano); Associação Brasileira de Imprensa (José Serzedelo Machado); Ministério da Agricultura (Luiz Gulmarães Júnior); Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Virgílio Galassi); Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (Gilberto Castro de Oliveira); e Associação Brasileira de Química (Ennio Luiz Leitão).

O Conselho do Mérito Agrícola é secretariado por Gastão Lamoulier e voltará a reunir-se para a indicação da data da solenidade da entrega das medalhas.

horizontal ou vertical, sendo esta última a preferida, desde que a sementeira seja sombreada.

Colocados os cêcos no solo, cobre-se com terra deixando-se a parte superior (hilo) aparecer fora da terra.

As sementes, desde que não falte umidade necessária a sua germinação, brotarão entre o 3.º e 6.º mês.

As mudas assim obtidas poderão ser retiradas, para o campo, tão logo apresentem desenvolvimento satisfatório, tomando-se o cuidado de não danificar o palmito interno, segurando-se a muda por baixo do cêco e não pelo estipe.

O transplante deve ser realizado com o solo umedecido, e em dias nublados.

Espaçamento — O espaçamento entre as covas deve ser de 9 x 9 m, sendo que em terrenos inclinados essas covas devem ser marcadas em linhas de mesmo nível.

Adubação — As covas com 40 x 40 em abertas depois do terreno ter sido arado e gradeado, devem receber uma adubação básica, com a antecedência de 10 dias antes do plantio com os seguintes elementos:

Estrume curtido
Cloreto de potássio
Superfosfato simples
30 Kg
200 gramas
100 "

Incluída a produção do coqueiro, o que se verifica depois do 4.º ano, proceder-se-á anualmente a uma adubação completa, sendo que o elemento mais solicitado pelo coqueiro é o potássio, que deve entrar com uma dose mínima de 1 Kg/ano, na forma de cloreto de potássio.

É necessário, no entretanto, dosar os outros elementos como o nitrogênio e fósforo. Assim, aconselha-se por árvore a seguinte adubação:

Estêreo de galinha curtido
Cloreto de potássio

Sulfato de amônia
10 Kg
1000 gramas
500 "

Tratos culturais — Durante os primeiros anos é aconselhável se fazer culturas intercalares, plantando hortaliças de fruto. Depois que a plantação não permitir mais o cultivo intercalar, procedem-se as capinas e a limpeza dos coqueiros, com a retirada de espigas, cachos secos, envoltórios, bem como de folhas secas que serão cortadas a 30 cm da base.

O coqueiro necessita de uma vigilância fitossanitária constante, assunto que será abordado páginas adiante neste anuário.

Rendimento — O coqueiro depois de seu 7.º ano produz em média 200 a 250 cêcos por ano, que são vendidos verdes."

(Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara. Boletim Técnico n.º 1).

Os 70 anos da Penha (II)

O Dr. Vitor Lelvas foi diretor do Hórto Frutícola da Penha e de seu Aprendizado Agrícola de abril de 1911 a julho de 1928, quando pediu demissão.

Durante a sua gestão — já o assinalamos na nota do número anterior — teve grande incremento a produção de mudas de árvores frutíferas, sobretudo dos citrus. Foi durante aquele período que se introduziram grandes melhoramentos no estabelecimento, inclusive reforma do edifício da antiga Casa da Fazenda Grande; construção do edifício-residência do Diretor, reforma do sistema de abastecimento de água e construção da grande caixa para distribuição do líquido por gravidade e, ainda, a reforma dos imóveis hoje denominados Pavilhões Miguel Calmon e Torres Filho.

A 1.º de agosto de 1928, tomou posse como Diretor do Hórto e Aprendizado o Dr. Ottoni Soares de Freitas, que havia ingressado nos quadros da Sociedade Nacional de Agricultura a convite do Presidente Hedefonso Simões Lopes, como componente do corpo de Delegados Técnicos, criado por aquele antigo Ministro da Agricultura, a fim de percorrerem o Brasil, visando à consolidação do sistema associativo de que era órgão de cúpula a Confederação Rural Brasileira — a primeira —, fundada em 1928. Durante a direção Ottoni de Freitas foram construídas a pocilga (hoje, a n.º 1, já que existem 4 atualmente); a estriadeira e o estábulo, hoje readaptado para "Oficina Rural".

Sucedeu-o o Eng. Agrônomo Jorge Aguilera que ocupou o cargo durante apenas cerca de um ano, em 1931.

Em 1932 assumiu a direção do Hórto o Eng. Agrônomo Antônio de Arruda Câmara, que nesse posto permaneceu até 1958, quando dele se afastou definitivamente por motivo de doença.

Foi durante a gestão do Dr. Arruda Câmara que o antigo Aprendizado se transformou na atual Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1937.

O antigo diretor, Prof. Manoel Paulino Cavaleante, a convite do Presidente Arthur Torres Filho, foi o autor do plano da remodelação, aprovado pelo Ministério da Agricultura, em decorrência do Decreto-Lei do Presidente Getúlio Vargas, n.º 20.294, de 12 de agosto de 1931.

Vale referir que foi durante a gestão Arruda Câmara, que, em 1934, se iniciaram na Escola, ainda "Hórto" e "Aprendizado", os Cursos Rápidos de Horticultura, destinados aos pequenos lavradores do então Distrito Federal.

Esses Cursos vêm sendo ministrados até o presente, com grande freqüência, há, portanto, 35 anos, ininterruptamente. Em outro local desta revista estampamos uma foto do dia da inauguração do 2.º período destes Cursos neste ano, a 7 de junho.

Com a saída do Dr. Arruda Câmara, e não tendo podido assumir a direção do estabelecimento o Vice-Diretor, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, foi o autor destas notas chamado a dar assistência administrativa no estabelecimento, na qualidade de delegado da Diretoria.

Ao cabo de um ano, tendo obtido a cooperação técnica do já citado Prof. Geraldo Goulart da Silveira, passou ao Eng. Agrônomo Cíneas de Lima Guimarães a direção da Escola. Nesse posto, o ilustre e saudoso técnico veio a falecer, em 7 de maio de 1960, sendo então convidado o Prof. Geraldo Goulart da Silveira para dirigi-la.

Foi diretor até 2 de março de 1962, quando a diretoria, aceitando a sua demissão por motivos particulares, designou o signatário desta para o cargo, onde até hoje permanece.

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL.

7

ECONOMIA RURAL BRASILEIRA E REFORMA AGRÁRIA

Fábio Luz Filho

Já dissemos em "Rumo à Terra" (5.^a edição) que a economia rural brasileira precisa, essencialmente, de coordenar racional e economicamente, todos os elementos que possam incentivar e garantir o regular funcionamento da empresa agrícola, para que dê um rendimento máximo com um mínimo de desperdícios. Envolve, pois, como assunto complexo, numerosos fatores, desde os ecológicos até os sócio-econômicos (cooperativismo, crédito agrícola, seguros agropecuários, organização do trabalho, etc.) Dentro desse quadro vasto, deve atuar o economista rural e seus conhecimentos devem ter a amplitude necessária para esse efeito.

Outrossim, deve merecer atenção o estudo da "azenda" agrícola e os fatores que contribuem para a sua gestão econômica, notadamente os ecológicos e as práticas e princípios agrônômicos norteadores dessas práticas; gestões técnico-administrativas da exploração agrícola; a justa noção da natureza tripartida do capital agrícola e as possibilidades de sua aplicação específica, de sua utilização pelo instrumento econômico moderno: o cooperativismo.

Sendo a economia rural uma aplicação da economia política e constituindo matéria complexa que envolve conhecimentos de todos os demais ramos da ciência agrônômica, não é possível especificar qual das disciplinas deve ser a predomnan-

te e nossos quadros técnicos se estão, para isso, aprimorando e ampliando.

De nada adiantará produzir sem que isto seja feito economicamente e com possibilidades de remuneração certa e segura à riqueza produzida, pela facilidade de colocação nos mercados. Como conseqüência virá a elevação do nível rural e do próprio padrão de vida do agricultor, com todos os seus corolários felizes. E isso depois de resolvido um dos fatores decisivos da equação agrícola: o movimento cooperativo, do que, pode-se dizer, defluirá todo o mais, automaticamente.

A geografia humana, a sociologia rural, a estatística, a higiene rural, darão também seus contingentes. Necessário se torna um mais profundo conhecimento da capacidade dos solos agrícolas, nos meios tropicais, e a fórmula de restituição de sua capacidade em elementos de nutrição; a alimentação vegetal, o modo de conduzir a adubação, etc., são assuntos fundamentais, assim como a contabilidade, a organização racional do trabalho nas empresas agrícolas e o papel preponderante do capital circulante como fecundante do capital fixo.

Outro campo é a técnica do trabalho agrícola no sentido estrito; o controle desse trabalho e sua remuneração nas diferentes regiões do País; a medida desse trabalho e sua remuneração e o trabalho humano e mecânico como fatores de empresa

agrícola; o papel do trabalhador agrícola na economia pública; as razões do êxodo rural e suas conseqüências e o recrutamento da mão-de-obra, a irrigação, a nucleação cooperativa, etc. A situação subjetiva dos trabalhadores; a duração do trabalho nos campos, contratos, etc., são outros campos, essenciais uns e outros, subsidiários. O mercado interno de consumo (dada a baixa capacidade aquisitiva rural), problemas de transporte, etc. precisam ser desenvolvidos.

Há um gigantesco esforço que fazer, no Brasil, no sentido de tudo o que ficou acima dito, embora o panorama atual tenha melhores cores.

A lei da reforma agrícola foi reformulada. Provocou, como era natural, debates acesos de tom apaixonado, em torno de nossa estrutura fundiária, como já o dissemos destas mesmas colunas do caráter inédito e pioneiro do diploma. Não se poderia esperar que o Estatuto da Terra, organizado por uma maioria de elementos tecnicamente capazes, agradasse a gregos e troianos, e tivesse surgido sem jaças, ante a magnitude e complexidade de problemas cruciais brasileiros, como se procedesse de inspirados e luminosos limbos ou fontes Feúrgicas, e não da falibilidade dos homens. Era de até cauteloso, às vezes até criando pelas, com a preocupação do justo meio, a ação inibitiva de certas situações secularmente

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"



Conjunto titular de football dos alunos internos da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". Ao lado, o professor de cultura física, Cladir Silveira.

sedimentadas de direitos adquiridos legitimamente e de direitos adquiridos solermente contra a Nação, a evitação do pior no pressuposto de que se pratica o melhor, ou o sofrível, em atenção a contingências de momento indesejáveis, o que é até certo ponto compreensível, embora remoroso (Nam vitis nemo sine nascitur).

Situações de fato existem, de organização e produtividade, cuja eversão só de inconscientes poderiam desorganizar.

Sabe-se que as próprias Constituições não são mais intocáveis, nestes tempos convulsionados em que vivemos, Códigos outros se aniquilam, incapazes de atender às necessidades atuais das

gentes, ao toque de inerevitáveis mudanças sociais e econômicas nascidas de técnicas, concepções e costumes novos. As jurisprudências, como já dissemos, se tornam cada vez mais flexíveis quando as leis se tornam tabus, esotéricas ou anquilosadas. Assim sendo, nada obstava que o Estatuto da Terra, que não foi elaborado por deuses mas pela falibilidade humana, pudesse ter, em futuro próximo ou remoto, revistos ou retificados pontos ou dados que a experiência ou certas contingências tenham mostrado serem ineqüívocos, na irrealidade de seus aspectos, excessivos, onerosos ou demasiado tímidos, ou ajustados a interesses particularistas, ou situações petrificadas ou recelos infundados, compreensíveis

face a condições novas que se iam criar. Há que considerar as naturais resistências psicológicas, as incompreensões, os apegos naturais a tradições e usanças, e a própria necessidade vital de não se provocar o caos, respeitado o que existe de bom e produtivo nos moldes clássicos e do bom-senso econômico, sem outras fórmulas ou alternativas. Haverá que, inevitavelmente, considerar as distorções de infraestrutura, percalços granulícos, sedimentados em séculos de imobilismos e de burocratismos, maus governos, costumes tardonhos, uma exclusiva agricultura de exportação, o esquecimento dos valores fundamentais da criação humana, o que existe de orgânico nas antigas estruturas. Aguardemos.

Livros e Publicações

APOSTILHAS DO CURSO RÁPIDO DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA — Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" da Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Brasil n.º 9.727 — Penha — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara — Período de Set. a Outubro de 1968.

APOSTILHAS DO CURSO RÁPIDO DE COOPERATIVISMO RURAL — Prof. Pedro Goulart Silveira Filho. Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" da Sociedade Nacional de Agricultura — Av. Brasil n.º 9.727 — Penha — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara — Período de Set. a Outubro de 1968.

O PROBLEMA DA SEMENTE MELHORADA EM SÃO PAULO E NO BRASIL

Discurso do Deputado José Calil na Assembléa Legislativa do Est. de São Paulo, em 30 de Maio de 1968.

ABACAXI NO NORDESTE — Tendências da Produção e do Mercado. Publicação do Banco do Nordeste — Ministério do Interior, Fortaleza — Ceará, 1968, 59 págs.

MERCADO CONSUMIDOR DE AVES E OVOS EM SAL-

VADOR — Publicação do Departamento de Estudos Econômicos (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A. 44 págs. Fortaleza-Ceará. Agosto 1968.

INQUÉRITO DE SONDAGEM CONJUNTURAL JUNTO A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — Publicação do Centro de Estatística e Economia do Instituto Brasileiro de Econometria — Fundação Getúlio Vargas n.º 10 — Janeiro 1968.

AÇÚCAR: SUBPRODUTO DO MELACO — José Rezen-de Peres — Brasil Açucareiro — Setembro 1968.

REVISÃO DE ESTIMATIVA DE CUSTO DA PRODUÇÃO DE ARROZ NA SAFRA 1968/69 — Folheto do Instituto Rio-Grandense de Arroz (IRGA) 28 págs.

APRECIACÃO GERAL SOBRE O COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA — por Ruy Miller Palva. Relatório apresentado no Seminário de Análise do Proe. de Form. de Polít. Governamental — Centro de Pesquisas Administrativas da Esc. Bras. de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 56 págs. Outubro 1968.

INDA — BOLETIM DE SERVIÇO N.º 13 ANO V — 20-I-1969 PÁG. 10 — Deliberação n.º 1.679, de 14-I-69. Aprova Convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura para expansão da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS — Estado do Espírito Santo. Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Nov. 1968 — 166 págs.

CENSO INDUSTRIAL DE 1960 — Matérias-Primas e Produtos VII Recenseamento Geral do Brasil — Série Especial Vol. V — 422 págs. Fundação IBGE — Inst. Bras. de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento — 1968.

ANUÁRIO DOS CRIADORES — 324 págs. Ano VIII — n.º 9 — 1968.

BRASIL — Sua Indústria e Exportação — Cadastro Delta XV Edição — 1968 Vol. I — Albeta do Brasil (Editores) Ltda.

BRASIL — Sua Indústria e Exportação — Cadastro Delta XV Edição 1968 Vol. II — Albeta do Brasil (Editores) Ltda.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Agosto de 1899

A Apicultura no Brasil; (II), Germano Vert; As batatas indígenas, Dr. Henrique Vaz; Contra os inimigos, Carlos Moreira; 6.º Congresso Internacional de agricultura, 1900, Paris, Jules Méline; A Maniçoba, Germano Vert; Variedades; A fabricação dos perfumes florais nos Alpes Marítimos; Meio de preservar as sementes dos ataques dos pássaros; A escaldadura do trigo; Charruas para arrotar; Seleção das sementes do milho; A castração das vacas e a produção de leite; A cãibra e a tração; Leguminosas forrageiras indígenas.

O REPRESAMENTO DA ÁGUA DAS CHUVAS

Por Lloyd E. Myers

(Diretor do Laboratório de Conservação da Água, do Serviço de Pesquisas Agrícolas dos EUA). Especial para "A LAVOURA".



Este reservatório, revestido de plástico, coletará mais de 19 milhões de litros de água para atender às necessidades de uma fazenda de gado, nos Estados Unidos.

A escassez de água nos Estados Unidos está obrigando ao lançamento de extensos programas de dessalinização da água do mar e de modificação atmosférica para aumentar a precipitação das chuvas e das neves e de reutilização das águas desperdiçadas.

Essas técnicas de mágica da ciência moderna funcionarão em alguns lugares, mas não em todos. Muitas áreas não têm água para importar, dessalgar, ou reusar. Onde irão obtê-la?

Uma das possibilidades é aplicar a tecnologia moderna a uma antiga prática denominada coleta de água — colher e armazenar água das chuvas, antes que ela desapareça diante de nossos olhos.

Dois terços da chuva e da neve que caem nos Estados Unidos nunca aparecem como corrente de água. Na Bacia do Rio Colorado, menos de 10 por cento da precipitação se transforma em água para o rio. A maior parte dessa água infiltra-se no solo seco e se evapora lentamente.

O total de chuva que cai pode ser surpreendente. Um mi-

lmetro de chuva num metro quadrado chega a um litro de água. O mais seco estado dos EUA, Nevada, recebe uma média anual igual a 230 litros de água por metro quadrado de terra.

A precipitação anual em muitos lugares do estado mais úmido dos Estados Unidos, o Havaí, excede a 5.000 litros por metro quadrado. E apesar disso o Havaí sofre escassez de água.

A chuva penetra nos poros da terra, infiltrando-se até o nível do mar, mas é frequentemente contaminada pelo sal do oceano. Grandes quantidades de água pura podem ser conseguidas colhendo-se as águas das chuvas antes que estas cheguem ao solo.

A coleta de água não é uma técnica nova. Durante a Ida-

de do Bronze — há cerca de 4.000 anos — os agricultores limpavam os morros, tirando-lhes as pedras, para facilitar a descida da água, abriam valletas morro abaixo para coletar água e levá-la até reservatórios mais baixos. Este sistema foi usado para o plantio de cereais no deserto de Negev, onde a média pluviométrica anual era de cerca de 10 centímetros apenas.

A coleta e o represamento da água da chuva vinda das montanhas foi uma prática comum nos Estados Unidos, até tornar-se obsoleta com a criação de sistemas de abastecimento de água e o uso de bombas para pequenos poços residenciais.

Com o passar dos anos, nossa técnica ancestral — nascida da necessidade — tendeu a ser esquecida. A recente necessida-

Produção de mate caiu 50% nos últimos 10 anos

Sob o título acima, "O Globo" publicou, na sua edição de 17 de julho extensa informação prestada àquêle vespertino pelo Sr. Flávio Calazans Vieira, Diretor do Departamento de Erva-mate do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

A propósito, o nosso Diretor Técnico Dr. Ennio Luiz Leitão produziu o comentário que abaixo transcrevemos:

Lemos com tôda a atenção o artigo sobre mate publicado no "O Globo" de 17 do corrente, página 19 onde várias considerações são feitas por dois funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Industrial, Srs. Flávio Calazans e Armando Faria.

Inicialmente queremos afirmar que a presente situação foi por nós prevista quando deixamos o Instituto do Mate em 1945, declarando pela imprensa que o Brasil iria perder o mercado da Argentina.

Fui então considerado "um ingênuo" e aquêles que isto declararam, e responsáveis por essa *débâche* continuaram a dilapidar a economia e a terra, preocupando-se mais em aumentar o preço do produto, em vez de reduzi-lo e produzir racionalmente, quando na Argentina, na Região de Missões, a erosão destruiu os ervais.

A alta do preço do nosso mate encontrou os governantes argentinos empenhados em preparar um dispendioso plano de combate à erosão, cujos resultados compensa-

ram plenamente, pois fizeram cessar a importação do mate brasileiro, que os nossos conservadores acharam que ninguém poderia produzir igual.

O mesmo fenômeno que aconteceu com o mate já ocorreu com a borracha, a laranja, e café.

Os técnicos estrangeiros selecionaram as sementes, plantaram, aclimataram e deram aos seus países aquilo que eles precisavam.

Quando exercemos nossas atividades no INM tentamos inelementalmente racionalizar a

de Imperiosa de criar novos meios de abastecimento de água levou engenheiros e cientistas a examinar, à luz dos conhecimentos modernos, essa antiga idéia de represar a água das chuvas.

Armadilhas de borracha artificial podem ser usadas em algumas regiões, mas são ainda muito caras para uso em larga escala. Pesquisadores do Laboratório de Conservação da Água, dos EUA, em Phoenix, Arizona, estão procurando baixar o custo da coleta da água.

Entre os materiais que estão sendo examinados para a coleta e represamento da água estão o asfalto, fitas de plástico e de metal, sais de sódio e impermeabilizantes.

O asfalto, dissolvido em querosene, é espalhado sobre o

solo. A camada torna-se razoavelmente resistente, mas apresenta porosidades, que são fechadas com uma mistura de asfalto e água.

Reservatórios desse tipo, com capacidade para mais de 1.000 metros quadrados, são hoje usados nos Estados Unidos para coletar água destinada ao gado. O preço da construção é bastante baixo, mas reparos ocasionais são exigidos.

Plástico fino e fitas de metal podem ser usados como revestimento econômico para cobrir o solo, mas são facilmente destruídos pelos ventos. Outro material promissor é a folha de alumínio, que pode ser fixada ao solo com asfalto. Reservatórios de folhas de alumínio são de preço relativamente acessível e permitem quase 100

por cento de coleta das águas da chuva. Uma pequena instalação desse tipo não apresentou nenhum sinal de desgaste causado pelo tempo, depois de quatro anos de exposição ao ar livre.

Outra maneira de coletar a água é espalhar na superfície do solo uma solução química que o tornará impermeável à água. Apenas 45 quilos de um produto químico testado foram bastante para impermeabilizar um hectare de solo arenoso. Reservatórios assim feitos podem recolher cerca de 70 por cento das águas das chuvas.

A coleta da água, nos Estados Unidos e em outros países, está proporcionando uma nova dimensão ao planejamento de recursos. (IPS).

Erval nativo no interior de Santa Catarina



plantação, colheita e produção do mate cancheado, que é a matéria-prima da bebida mate, de modo a dar um paladar uniforme ao produto.

Após alguns anos de trabalho, resolvemos retirar-nos do Instituto por havermos concluído, que estávamos perdendo tempo e prejudicando talvez o nosso nome técnico.

Lamentamos a presente situação, pois, o mate tem características fabulosas para vencer no mercado mundial, desde naturalmente que seja preparado de acordo com a técnica e seja vendido a preço acessível ao consumidor.

Não há na realidade uma determinação certa do custo do produto no erval e, isto é primário. As operações sapêco e cancheamento são um tanto empíricas e o controle do produto no erval e, isto é nulo. O sistema usado é ainda, com alguma pequena modificação, o mesmo usado pelos índios guaranis.

Hoje, na época em que já se vai à Lua, acreditamos que o processamento deve ser outro, de modo a termos um produto "standard".

Como dissemos antes, o mate tem propriedades ótimas, e é ao mesmo tempo estimulante. Mas qualquer campanha publicitária que se fizesse para o mate fracassaria porque a qualidade de produto é variável, prejudicando inclusive sua industrialização total.

Não sabemos em que pé está o desenvolvimento da indústria ervateira no momento, mas segundo o Sr. Flávio Calazans os industriais do mate estão, a partir de agora, entrando numa fase de transição, procurando adaptar uma linha de produção a cada região do País, segundo as condições climáticas e os hábitos já adaptados.

Conhecemos e apreciamos o Sr. Flávio Calazans, mas pedimos vênia para esta diretiva: é princípio comercial de uniformidade do produto e, além do mais, é antieconômico preparar pequenas porções de mate para cada região do País. O segredo da venda de refrigerantes, cerveja, etc. está em ser o produto igual em qualquer lugar do País. Porque haver mate diferente para o sul, norte, oeste e leste do Brasil?

Se apenas um tipo uniforme é difícil produzir, quanto mais vários desses tipos.

Um outro ponto que deve ser olhado com atenção é de cogitarmos rapidamente de retificar os ervais, isto é, cobrir os claros existentes de modo a baratear a colheita, assim como cogitarmos de variedades selecionadas.

Há estudos já feitos e muitos deles bem elaborados por técnicos capazes, cabendo ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal coordenar estes estudos de modo a salvar a nossa preciosa "Hicmea" que na realidade nunca teve um tratamento digno.

Flávio e Armando, se não me falha a memória, são ex-funcionários do Instituto do Mate e devem se lembrar do esforço que fizemos para colocar o mate no lugar que lhe merece.

PROIBIDA A VAQUEJADA

As vaquejadas, que sempre se constituíram numa das atrações das populações sertanejas do Nordeste, foram consideradas irregulares e ameaçadas de extinção pelas autoridades do país, tendo em vista um recurso impedido pela Sociedade Protetora dos Animais.

PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO

Estão sendo realizadas diversos estudos para aumentar a produção nacional de trigo de 400 mil toneladas para 1,5 milhão de toneladas dentro dos próximos cinco anos.

INDA ESTIMULA

NE RECEBE

NCr\$ 2.330.478,40

DO INDA

O presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado, viajou para o Nordeste onde fez entrega de recursos destinados para o desenvolvimento agrário em varios Estados daquela Região. Os recursos entregues pelo INDA são provenientes de compromissos assumidos anteriormente pela autarquia, através de inúmeros convênios, com distribuição às seguintes entidades: Cia de Eletrificação Rural do Nordeste — programa de obras em Mossoró — RN — NCr\$ 800.000,00, no Vale do Apodi; Departamento de Cooperativismo do NCr\$ — NCr\$ 35.000,00; — Cia de Eletrificação de Alagoas — CEAL — NCr\$ 485.478,40 — obras de energização rural naquele Estado; Secretaria de Agricultura de Sergipe — aquisição de máquinas perfuratrizes, NCr\$ 60.000,00; Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, NCr\$ 800.000,00; Associação Rural de Campina Grande, NCr\$ 10.000,00; Secretaria de Agricultura da Paraíba — recursos para ensiladeiras, NCr\$ 120.000,00; e Universidade Federal de Pernambuco — programa de ensino agrícola — NCr\$ 20.000,00, num total de NCr\$ 2.330.478,40 em recursos.

COOPERATIVAS AGROPECUARIAS TERÃO FOSFATO DE ARAXÁ PARA REVENDA AOS AGRICULTORES

O fornecimento do fosfato de Araxá, para revenda aos agricultores, nas quantidades de 600, 200 e 300 toneladas,

às Cooperativas Agropecuárias de Patrocínio Ltda, em Minas Gerais, Cooperativas Agropecuária de Catalão Ltda., em Goiás e Departamento da Produção Animal da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, respectivamente, no valor total de NCr\$ 50.600,00 (cinquenta mil e seiscentos cruzelos novos), teve aprovado a celebração de convênios em Resolução do Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA e pelo presidente do órgão, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala.

Estabeleceu a deliberação que "o fornecimento de fosfato de Araxá, pelo INDA, ficará condicionado à apresentação dos documentos exigidos na cláusula oitava de anteprojeto de convênio aprovado em 1967".

ORGANIZAÇÃO DE GRANJA NO RS

Tendo em vista a organização de uma granja no município gaúcho de Taquari foi aprovada pelo INDA a celebração de convênio entre a autarquia e o Instituto Cultural São Francisco de Assis. Para tal iniciativa o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário concorrerá com verba de NCr\$ 70.000,00, a ser liberada em duas parcelas, sendo a granja de propriedade do Seminário Seráfico São Francisco, instalada com o fim de proporcionar treinamento de atividades agropecuárias nos jovens internados naquele Seminário.

ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINARIA — PR

Colaborando no programa de desenvolvimento de ativi-

dades da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná o INDA concederá ajuda financeira àquela entidade de ensino superior, no valor de vinte mil cruzelos novos. Os recursos fornecidos pela autarquia federal de desenvolvimento agrário serão empregados na realização de uma excursão de componentes daquela escola à Região Nordeste do País.

CONSTRUÇÃO DE ESCOLA EM MUNICÍPIO GOIANO

Objetivando a construção da primeira etapa de construção da Escola Técnica Agrícola no Município goiano de Itumbira, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição em recursos no valor de NCr\$ 200.000,00, importância a ser consignada à Prefeitura Municipal daquele município.

AJUDA À FAERN

Para aplicação de recursos destinados ao melhoramento das instalações da sede da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, o INDA aprovou a concessão de NCr\$ 50.000,00 àquela entidade nordestina, de acordo com as disponibilidades financeiras do órgão.

MATADOURO MUNICIPAL EM SANTARÉM

Contrato de financiamento entre o INDA e a Prefeitura Municipal de Santarém, no Pará, foi aprovado pela autarquia federal de desenvolvimento agrário, tendo em vista a construção e equipagem de matadouros para aquele município. Dentro do programa do Plano de Financiamento para a Implantação de Indústrias Rurais, sob aprovação do Ministério da Agricultura, o INDA contribuirá para o empreendimento com NCr\$ 150.000,00.

Cooperativa Agropecuárias — Organização de Granjas — Escolas de Agronomia e Veterinária — Construções de Escolas — Análise de Solo — Feiras Agropecuárias — Eletrificação Rural — Combate Aftosa — Treinamento Agrícola — Revenda de Material Agropecuário.

ESCOLA DE FORMAÇÃO AGROPECUÁRIA EM CASTANHIAL

Com a finalidade de aplicar recursos visando à conclusão de complementação da Escola de Formação Agropecuária do Município paraense de Castanhial, a Prefeitura daquela localidade conseguiu a aprovação para celebração de convênio firmado entre aquela prefeitura e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. A autarquia, que já tem prestado valiosa contribuição à administração municipal de Castanhial, contribuirá nesta oportunidade com recursos da ordem de cento e cinquenta mil cruzelos novos.

ANÁLISE DE SOLO: FERTILIDADE

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — aprovou celebração de Experimentação Agropecuárias do Nordeste — IPEANE —, pelo qual o INDA concederá aquele Instituto recursos no valor de NCr\$ 50.000,00, que serão aplicados em programa de ajuda aos agricultores e pecuaristas com a realização de análises de fertilidade do solo, nos municípios de Surubim, Pernambuco; Palmeira dos Índios, em Alagoas; e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

EMBARCAÇÕES GELEIRAS NO MARANHÃO

Térmo aditivo a convênio firmado anteriormente com a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Maranhão foi aprovado pelo INDA, através do qual a autarquia desenvimentista fornecerá cêrea de NCr\$ 87.000,00, que serão empregados na execução do Plano

de Motorização das Embarcações Geleiras, que operam na zona do litoral maranhense.

AÇÃO FRATERNAL DE ITABUNA: BA

Dentro do seu programa de ajuda e assistência a diversas entidades e atendendo a apêlo feito no respectivo sentido, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou a concessão de recursos no valor de NCr\$ 15.000,00 à Ação Fraternal de Itahuna, na Bahia, permitindo assim a aquisição de um projetor cinematográfico, destinado àquele educandário, que atende a crianças do meio rural.

TUPACIGUARA: FEIRA AGROPECUÁRIA

De acôrdo com respectiva aprovação o INDA concederá ao Sindento Rural de Tupaciguara — Minas Gerais — cem mil cruzelos novos que serão aplicados por aquela entidade na construção de instalações da Feira Agropecuária local que visa a desenvolver atividades de engorda em confinamento e promover concursos leiteiros.

ELETRIFICAÇÃO RURAL EM MINAS GERAIS

Referendando convênio estabelecido com a Cia. Força e Luz Catagneses, que trata de execução de obras de eletrificação rural em várias regiões de MG, o INDA autorizou prorrogação de prazo de execução para o desenvolvimento das obras específicas de eletrificação das áreas rurais, constantes do documento. O prazo prorrogado estende-se até março de 1971.

CENTRO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA NO PARANÁ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário ampliou a sua ajuda financeira em mais NCr\$ 100 mil à Universidade Federal do Paraná para a conclusão das obras do Centro de Treinamento na Fazenda Experimental, em instalação naquela Universidade. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-huit Rosado Maia assinou ato.

INDA COMBATE AFTOSA NA PARAÍBA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário ajudará o Estado da Paraíba no combate à febre aftosa. Nesse sentido foi firmado convênio. O INDA aplicará no trabalho a verba de NCr\$ 10 mil.

CONTRIBUIÇÃO DO INDA À EXPOSIÇÃO FEIRA DE LIVRAMENTO — RS

Destinada à realização da Exposição-Feira de Animais e Produtos Derivados, em Livramento, no Rio Grande do Sul, o Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, aprovou a contribuição do órgão, no valor de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzelos novos), em nome da Associação Rural de Livramento, responsável pela mostra regional.

CONVÊNIO DE REVENDA INDA — PREFEITURA DE SANTAREM DE MATERIAL AGROPECUÁRIO

Convênio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA e a Prefeitura Municipal de Santarem, no Estado do Pará, no valor de NCr\$ 30.000,00 (trinta

INDA ESTIMULA

mil cruzeiros novos), visando à concessão de material agropecuário, para revenda aos agricultores do município, foi aprovado na última reunião do Conselho Diretor do INDA e pelo presidente do órgão, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala.

INDA APROVA ADITIVO EM CONVENIOS COM COOPERATIVAS PARA REVENDA DE MATERIAL

A revenda de material agropecuário processado pelo INDA, com cooperativas do Pará e Piauí, teve aprovado a celebração de Termo Aditivo, em resolução do Conselho Diretor e do presidente do órgão desenvolvimentista agrário. Assim, os convênios, respectivamente, com a Cooperativa Agrícola Mista Santa Maria, de Tomé-Açu, no Estado do Pará, terá elevado o teto de recursos concedidos, para NCr\$ 25.129,11; e a Cooperativa Agropecuária de Parnaíba Ltda., no Estado do Piauí, terá com o aditivo NCr\$ 62.040,00.

MATERIAIS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS TEM ADITIVO EM CONVÊNIO DO INDA EM SERRINHA; BAHIA

O teto de recursos do INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, destinado à revenda de materiais agropecuários e de implementos agrícolas, do convênio com a Sociedade Cooperativa dos Agricultores de Serrinha, de Responsabilidade Ltda., no Estado da Bahia, teve aprovado a celebração de Termo Aditivo que eleva o mesmo teto no valor de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), em resolução do Conselho Diretor do órgão.

EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA TERA SEDE PERMANENTE

Objetivando dar uma solução permanente e menos onerosa aos centros e instalações onde se realizam, nos municípios, anualmente, exposições agropecuárias, locais esses que construídos por particulares ou Prefeituras são sempre feltos com a ajuda financeira dos cofres estaduais ou federais, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou projeto no sentido de fazer de forma definitiva e dentro dos requisitos técnicos os locais das feiras agrícolas.

Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, presidente do INDA, assinou ato liberando uma verba de NCr\$ 400 mil para atendimento dos projetos específicos apresentados pelas seguintes Prefeituras com as dotações que se seguem:

Nova Venézia, Espírito Santo, NCr\$ 100 mil; Prata, Minas, NCr\$ 100 mil; Mossoró, Rio Grande do Norte, Escola Superior de Agricultura, NCr\$ 100 mil; Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Palmeira, Maringá e o Instituto de Biologia, todos no Paraná, com NCr\$ 20 mil cada.

As exposições agropecuárias, que se realizam todos os anos, são autênticos centros de troca de informações, vendas e ponto de encontro dos agricultores e criadores. Dal o relevante papel que desempenham no desenvolvimento agrícola do País, e, conseqüentemente, a ajuda do INDA para a sua efetivação.

ELETRIFICAÇÃO RURAL DE TAQUARI

Para a eletrificação rural do Município de Taquari, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará a soma de NCr\$ 900 mil. Os trabalhos serão realizados pela Companhia Estadual de Energia Elétrica.

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, presidente do INDA, assinou ato aprovando a celebração do convênio.

ENERGIZAÇÃO DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE MARINGÁ — PARANÁ

Celebração de contrato de financiamento, no valor de NCr\$ 14.998,35, com a Cia. Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), foi aprovada pelo Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), pelo qual se processará a energização da Estação Experimental de Maringá, no Paraná.

É mais um impulso no processo de eletrificação rural no sul do País, estimulado pelo INDA no programa do desenvolvimento agrário em que se empenha a dinâmica da estrutura do Governo Federal.

AGRÔNOMOS TEM ENCONTRO EM MINAS

Os engenheiros-agrônomo de Minas estarão reunidos, para contato e troca de informações técnicas, em Belo Horizonte, no mês de julho em curso. Será a 19.ª reunião da entidade de classe, que contou com a ajuda financeira do INDA para realizar essa reunião.

DUNAS DE BENFICA PREJUDICAM LAVOURA

Para a fixação das dunas, cuja constante transferência natural provocada pelos ventos causa enormes prejuízos à lavoura da região Agrícola de Benfica, no Rio Grande do Norte, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário resolveu, para a solução do problema, ajudar financeiramente à Prefeitura local. Nesse sentido, o presidente da entidade, sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, assinou ato.

TIÃO —

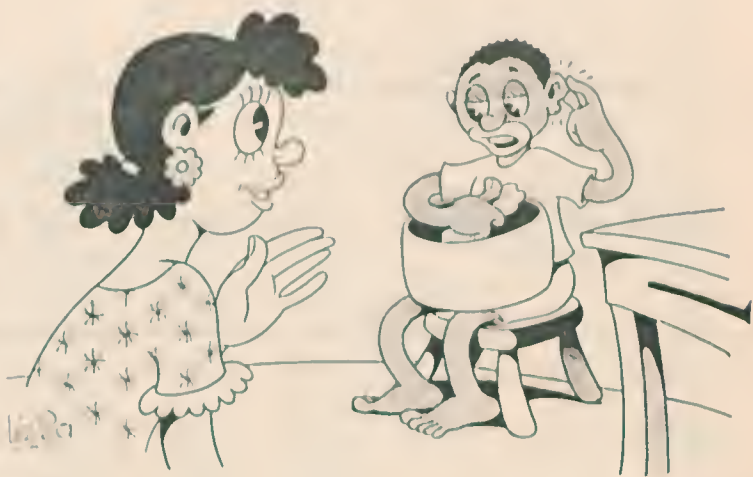
D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Moleque Tião não completara, ainda, dez anos, mas era danado de sabido. Pequeno para a idade, de olhos muito vivos e ouvidos muito abertos, assuntava tudo e todos, dentro e fora da cozinha da casa grande onde passava a maior parte do dia ajudando as domésticas em pequenos serviços de limpeza e copa.

Bisbilhotar a vida dos servidores da fazenda, observar jeitos a trejeitos individuais para repeti-los como maeaqueles, levar e trazer fraseados dêste ou daquele e ficar olhando firme o resultado, mão nos quadris, pernas abertas para logo correr se preciso fosse, a fim de evitar um tapa ou cachação, era sua especialidade...

Gostava muito de mim e eu o mimava bastante trazendo-lhe presentes e balas quando vinha da cidade nos fins-de-semana. Por êle sabia o que ocorrera na propriedade sem nem sequer indagar; coisa alguma lhe escapava e seus comentários cheios de ingénua mal-



cia me eram de sabor delicioso.

Num sábado, ao ver-me chegar à cozinha, lépido, tropeçando nos bancos e quase caindo sob o pilão, largou o serviço e, correndo para mim, antes mesmo do abraço costumeiro, foi, logo, dizendo: "madama, chamaro a senhora de chata".

Disfarcei para não criar embaraços, acarinhei-lhe a carapinha e tratei de distra-lo com uma estória de automó-

vêls e aviões, dando em seguida as ordens para o almôço do dia seguinte, quando receberia amigos e convidados de certa cerimônia. Ao voltar pouco depois para um lembrete qualquer, o moleque, quieto, cabisbaixo, de seu canto, sem largar a panela de cobre que lustrava com uma flanela, ainda, esfregando a orelha meio inclinada foi, rápido, escharecendo, "Madama, não sei de nada, não ouvi nada."

A LAVOURA

JARDIM BOTANICO DO
RIO DE JANEIRO

ARRENDAMENTOS DE TERRAS AGRÍCOLAS PARA A LAVOURA, EM DINHEIRO

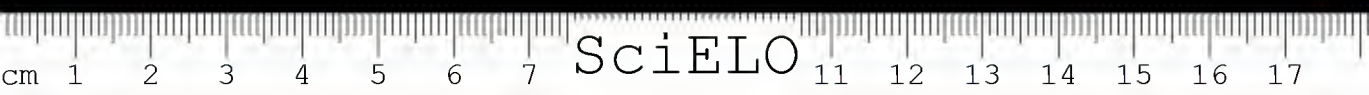
VALORES MÉDIOS EM FINS DE SEMESTRES

ANOS DE 1966 A 1968

(Em NCR\$)

ZONAS FISIográfICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
MARANHÃO.....	15,00	20,63	23,13	24,88	24,63	26,13
Baixo Mearim.....	15,00	25,00	30,00	30,00	25,50	25,50
Itapeuru.....	...	16,25	16,25	19,75	23,75	26,75
CEARÁ.....	19,93	24,26	27,25	32,68	34,29	37,58
Litoral.....	23,00	20,00	15,00	16,95	16,40	29,70
Sertão Central.....	30,00	30,00	40,00	40,00	38,00	38,00
Sertão Centro-Norte.....	12,00	12,67	13,33	19,00	20,00	20,00
Sertão do Sudoeste.....	10,70	11,20	15,42	30,00	35,00	35,00
Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe	22,20	23,10	26,71	32,00	34,09	38,35
Araripe.....	15,50	19,00	22,50	28,50	23,50	20,00
Baturité.....	...	42,00	48,90	53,90	60,43	70,00
Ibiapaba.....	30,00	41,00	52,10	52,10
Curiri.....	26,12	35,32	33,41	35,49	33,41	42,65
Médio Jaguaribe.....	30,00	30,00	30,00
RIO GRANDE DO NORTE.....	16,65	17,28	21,26	28,87	31,70	33,70
Salineiras.....	16,00	23,00	30,00	37,00	45,00	45,00
Litoral.....	10,00	10,00	12,00	28,00	32,50	33,67
Agreste.....	12,25	18,40	21,67	30,33	31,00	32,50
Centro-Norte.....	20,00	20,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Sertão.....	10,00	15,00	17,65	24,00	25,00	32,65
PARAÍBA.....	16,82	22,77	28,06	28,34	29,72	29,04
Agreste e Catinga Litorânea.....	10,62	11,20	12,00	13,53	17,19	24,41
Brejo.....	10,00	17,67	18,33	11,00	15,57	18,33
Borborema Oriental.....	12,50	14,00	16,00	20,00	30,00	28,00
Borborema Central.....	30,00	34,35	33,35	35,85
Sertão de Piranhas.....	14,00	22,00	31,00	47,50	50,00	25,00
Sertão do Oeste.....	37,00	49,00	61,00	43,67	32,20	42,67

ZONAS FISIAGRÁFICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
PERNAMBUCO	16,24	21,44	21,78	23,62	25,19	25,97
Litoral e Mata	17,00	22,00	28,00	34,00	32,71	32,71
Agreste	15,47	20,87	20,31	24,80	29,23	30,53
Sertão do Moxotó	20,00	16,67	17,23	18,35
Sertão do São Francisco	16,00	19,00	21,60	22,50
ALAGOAS	9,50	13,00	15,83	17,25	18,75	27,50
Mata	9,00	14,00	17,50
Sertanejo	10,00	12,00	15,00	17,00	20,00	25,00
Serrana	15,00	17,50	17,50	30,00
SERGIPE	26,77	29,17	27,44	36,53	37,25	53,38
Litoral	50,00	50,00	75,00
Central	45,00	45,00	30,00	30,00	30,00	...
Sertão do São Francisco	12,00	16,00	18,00
Oeste	20,33	26,50	34,33	29,58	31,75	31,75
BAIHA	31,10	31,62	35,66	36,99	47,69	53,01
Litoral Norte	14,60	16,20	16,60	18,20	15,47	16,82
Recôncavo	50,00	40,00	50,00	47,50	45,00	61,67
Cacaueira	89,00	79,25
Nordeste	15,00	19,00	16,70	18,60	39,00	33,67
Feira de Santana	45,90	47,90	50,00	52,00	...	70,00
Jequié	30,00	35,00	45,00	48,67	50,00	56,67
ESPÍRITO SANTO	23,60	28,20	38,00	48,70	63,13	59,63
Norte	40,00	41,70	46,90	30,00
Baixo Rio Doce	20,00	30,00	40,00	60,00	80,00	100,00
Itapemirim	8,00	10,00	20,83
Serrana do Centro	31,00	40,00	45,00	50,00	70,00	36,00
Serrana da Sul	35,40	32,80	44,16	43,09	55,63	72,50
RIO DE JANEIRO	23,75	30,26	38,04	38,52	46,35	62,56
Baixada de Goitacazes	10,40	11,00	13,50	20,83	49,25	79,00
Baixada de Araruama	25,00	49,50
Baixada da Guanabara	20,00	40,00	60,00
Muriáç	34,00	39,00	42,55	39,55	43,30	71,50
Cantagalo	19,83	31,13	42,60	46,67	74,00	58,80
Alto da Serra	41,60	41,60	48,50	52,75	56,20	77,10
Resende	16,67	18,83	21,10	25,33	30,33	40,00
Baixada do Rio Guandu	62,00
PARANÁ	19,29	23,58	29,50	42,86	54,63	64,94
Curitiba	14,50	15,00	17,27	22,50	41,10	26,67
Campos Gerais	22,33	26,00	27,50	33,50	47,00	47,00
Tomazina	11,40	20,00	29,00	34,36	51,28	54,58
Alto Ivaí	15,00	20,00	22,00	22,00	33,00	39,50
Irati	16,50	19,00	25,25	32,50	36,00	37,00
Oeste	36,00	41,50	45,00	54,28	68,50	61,13
Norte	50,00	93,76	115,16	118,67
Campos do Oeste	20,00	50,00	50,00	...



ZONAS FISIOGRAFICAS SEGUNDO OS ESTADOS	ARRENDAMENTOS DE TERRAS PARA LAVOURAS (ha/ano)					
	Ano de 1966		Ano de 1967		Ano de 1968	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
SANTA CATARINA.....	43,64	49,19	69,27	74,25	80,91	91,02
Litoral de São Francisco.....	48,00	60,00	126,00	138,33	153,00	165,50
Bacia do Itajaí.....	97,75	89,57	91,58	103,18	110,69	115,22
Florianópolis.....	66,67	74,75	88,60	83,60	93,14	88,33
Laguna.....	36,00	42,00	61,58	70,13	79,71	91,40
Canoíhas.....	16,67	18,67	18,25	20,07	22,00	26,50
Rio do Peixe.....	14,00	14,00	30,00	43,33	47,33	68,50
Oeste.....	30,00	52,00	95,00	68,75	72,83	91,59
Campos de Lajes.....	40,00	42,50	43,33	66,00	68,60	81,10
RIO GRANDE DO SUL.....	16,33	19,20	25,43	32,64	32,48	36,23
Depressão Central.....	16,06(+)	18,88(+)	25,00	26,00	27,50	27,50
Missões.....	13,94(+)	16,38(+)	21,70	28,40	28,40	29,30
Campanha.....	36,00	33,40	50,00
Encosta do Sudoeste.....	30,00	30,00
Planalto Médio.....	22,48(+)	26,43(+)	35,00	40,00	40,00	45,00
Encosta Inferior do Nordeste..	12,84(+)	15,10(+)	20,00	27,80	35,60	55,60
MATO GROSSO.....	33,67	40,00	38,18	43,83	52,98	52,98
Poxoréu.....	38,00	44,00	41,55	46,50	60,00	60,00
Campo Grande.....	40,00	50,00	45,00	45,00	50,00	50,00
Rio Pardo.....	23,00	26,00	28,00	40,00	48,93	48,93
GOIÁS.....	49,50	57,86	71,58	85,15	89,71	90,86
Meia Ponte.....	52,00	57,50	90,00	100,00	93,50	106,75
Ipameri.....	39,00	37,75	53,00	64,50	75,56	75,56
Planalto.....	45,00	40,85
Alto Tocantins.....	100,00	130,00	130,00
Rio Verde.....	60,00	80,00	100,00	100,00
Mato Grosso de Goiás.....	57,50	78,33	83,33	81,25	94,17	92,00
BRASIL (16 estados).....	23,30	27,81	31,90	38,01	41,94	44,64

(*) Dados estimados.

(Da publicação "Salários, arrendamentos, vendas de terras, empreitadas", da Fundação Getúlio Vargas)

Pesquisas Científicas

O Instituto Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, com autonomia administrativa e financeira, necessárias à dinamização dos programas de pesquisas agrônomicas e veterinárias do Governo Federal, deverá ser criado, ainda este ano, segundo anunciou o secretário-geral do Ministério da Agricultura, Sr. Raimun-

do Bruno Marussig, falando em nome do Ministro Ivo Arzua, ao encerrar, na Academia Brasileira de Ciências, o Seminário Internacional sobre Administração da Pesquisa Agropecuária.

Explicou o Secretário-Geral da Agricultura que a criação do Instituto Nacional de Pesquisas e Experimentação

Agropecuária virá reforçar o apoio tecnológico que o atual Governo vem emprestando à agricultura e à pecuária brasileira, concentrando sob sua orientação grande número de instituições que operam sob autoridades administrativas diversas e independentes, com sistemas de administração diferentes.

A FOTO INTERNACIONAL



A revolução agrícola nos Estados Unidos é permanente, tantas são as novidades tecnológicas e as descobertas de laboratório em favor da produção agro-pecuária, como a engenharia agrícola com suas novas máquinas. Mas em alguns casos, essa revolução chega a ser tão simples que admira. É o caso da irrigação em curva, como nos mostra o clichê acima, de uma grande fazenda que adotou a técnica de irrigação e a lavoura em curva, simples, eficiente e que oferece maiores e melhores resultados. (*Foto IPS, especial para A LAVOURA.*)

O MATE

Há alguns anos atrás tivemos oportunidade de prestar nossa colaboração ao extinto Instituto Nacional do Mate, e, naquela ocasião, procuramos imprimir, no nosso setor, um trabalho metódico, visando, inicialmente, a racionalizar a atividade, obtendo-se assim um produto uniforme.

Infelizmente, depois de alguns anos de árduo trabalho, chegamos à conclusão de que estávamos perdendo tempo e assim fomos empregar nossa atividade em outros setores, embora sem nos afastar do nosso ponto de vista básico. Isto é, o da necessidade da industrialização de nossos produtos agrícolas.

O Brasil dispõe de recursos imensuráveis neste campo e, se fosse estabelecido um programa honesto e bem feito, poderíamos auferir os mais compensadores resultados.

Existe em Campinas um grupo que nos parece estar no caminho certo, haja vista o atual Instituto de Tecnologia Alimentar, recentemente criado.

Se o mate tivesse uma orientação mais acertada não estaríamos hoje na situação de perda de nossos mercados.

Lembramo-nos que demos entrevista tão logo saímos do Instituto, prognosticando o futuro do nosso mate.

Assim, como tínhamos já elaboradas estas notas, achamos que as mesmas poderiam ter alguma utilidade para os nossos estudiosos em assuntos agrícolas.

Dividimo-las em três itens:

- 1 — História do Mate;
- 2 — Química do Mate;
- 3 — Tecnologia do Mate.

Ao compilarmos estas notas tivemos em mira contribuir indiretamente para o conhecimento do mate, que nunca mereceu — repetimos — um cuidado sincero dos nossos responsáveis.

História do Mate

I — Origem

Duas escolas pretendem explicar a origem do uso do mate, uma peruviana, outra guarani.

A primeira, muito divulgada entre nós, por Romário Martins (1), baseia-se em afirmativas de dois antropólogos franceses, Mortillet (2) e Rochebrune (3), de índole cívica nomeada. Infelizmente não nos foi possível encontrar suas obras no Brasil e o conflito europeu, ora encerrado, impediu-nos de procurá-las na França, sendo igualmente impossível nelá-las no Peru, cuja Biblioteca

ENNIO L. LEITAO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Nacional há pouco foi totalmente destruída pelo fogo. Assim, ficamos na contingência de nos ater às palavras de Romário Martins, que afirma: "O mais remoto uso

da erva-mate prevde-se aos "Quichuas". E, mais adiante: "O fato foi constatado pela descoberta desse produto ali mentar ao lado de objetos destinados ao seu uso, nos túmulos pré-colombianos de Ancon, perto de Lima".

O historiador paranaense, para reforçar essas suas palavras, acrescenta: "Além dessa circunstância, reveladora da antiguidade com que a bebida dessa predestinada planta nativa da América se tornara usual e famosa entre os povos mais antigos do continente, acresce que *Mati*, hoje ligeiramente alterado para *Mate*, é vocábulo quichua, segundo Alcides D'Or

bigny, e significa cabaça, cula, porongo."

A despeito de ignorarmos o contexto dos trabalhos de Mortillet e Rochebrune, observamos que uma série de circunstâncias contribui para contrariá-los como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, a civilização quéchua nunca atingiu o "habitat" da erva-mate, pois seu imperialismo esbarrou com dois obstáculos que não conseguiram transpor:

a) A acidentada topografia da região que separa seu país da bacia Paraná-Paraguai; só os audazes espanhóis, vencedores do mar oceano conseguiram atravessá-lo, e após quantos fracassos.

b) A belicosidade dos povos que habitavam essa região.

É verdade que existiram quéchuas em Santiago del Estero, na Argentina, porém apareceram por lá após o esfacelamento de sua nação.

É que instrumentos poderiam ser os encontrados nos Túmulos de Ancon? A mais primitiva forma de consumir mate foi, incontestavelmente, o chimarrão, absorvido por intermédio de cula e bomba ou bombilha. As culas, porém, como veremos adiante, não se destinavam exclusivamente ao uso do mate. As bombas metálicas são de invenção espanhola baseadas em tipos primitivos e perecíveis que os aborígenes faziam de bambu...

Sabemos ainda que um botânico norte-americano, Sanford, da Smithsonian Institution, examinando folhas provenientes de sepulturas peruvianas, tidas como de erva-mate, chegou à conclusão de que se tratava de folhas de coca, facilmente identificáveis pela peculiaridade das duas nervuras que ladeiam a principal.

Aliás, é do conhecimento de todos o uso que os quéchuas faziam da coca, mascarando suas folhas, cujo alcalóide anestesia a mucosa gástrica e afasta a sensação de fome. Assim, não usariam erva mate, cuja finalidade é

idêntica, sem possuir entretanto os efeitos danosos da coca, pois apenas facilita a assimilação das reservas orgânicas.

Além disso é curioso que, de acordo com o prof. Silvio Julio — cuja autoridade é incontestável no assunto — não se encontra a menor referência ao mate na vasta bibliografia relativa aos quéchuas, nem nos autores antigos, nem nos modernos: Sarulento de Gamboa, Garcilaso Inca, Cleza de Leon, Concolor Corvo, Urteaga, Solá, Borja, etc.

Vejamos, agora, o argumento acrescentado por Romário Martins: O fato da palavra "mate" ser incontestavelmente (com d'Orbigny (4) ou contra êle) de origem quéchua nada significa, porquanto grande é o número de palavras quéchuas adotadas, não só pelos espanhóis, como até pelos próprios portugueses: "chácara", "pampa", "cancha", "charque" e, entre tantas outras, até a própria palavra "gaúcho" cuja etimologia, embora controvertida, bem parece quéchua. Estas palavras foram trazidas pelos espanhóis (jesuítas ou não) como afirma o prof. Silvio Julio, sendo que poderão também ter influído em sua vulgarização os quéchuas de Santiago del Estero, como insinua d'Orbigny (4).

Mesmo que "mate" não fosse palavra de importação ela significa apenas "porongo", "cabaça", fruto de uma cucurbitácea, a cabaceira (*Legenaria vulgaris*), significação que ainda hoje é conservada no Paraguai. Só muito mais tarde tomou o sentido que atualmente possui, pois os autores antigos não a usavam, falando apenas em "yerba del Paraguay".

Além disso, êsse porongo, cabeça ou cula, não é, nem nunca foi, recipiente característico da infusão feita com erva-mate. Usavam-no os aborígenes, principalmente, guaranis, para muito fins (as "maracás" centro-americanas, remanescentes dos "maracás" rituais, estão no caso), principalmente para

bebidas, porquanto nem todas as tribus conheciam a cerâmica. Nesse recipiente era ingerido o cáim como ainda hoje o é, no Pará, o refresco de assaí. Aliás, diz-se por lá que o assaí fica mais gostoso quando tomado em cula, do mesmo modo que o gaúcho não compreende que se tome chimarrão em xicara. Há quem veja nisso simples efeito de sugestão.

Repetindo a ressalva da nossa ignorância quanto ao texto das obras de Mortillet e de Rochebrune, acreditamos, pela argumentação exposta, insustentável a origem quéchua do uso do mate. Passemos, pois, à outra.

Em seus primórdios, principalmente a Companhia de Jesus teve grandes figuras admiradas mesmo pelos seus mais acérrimos inimigos. Assim, Anchieta no Brasil e Montoya no Paraguai. Dêste, Francisco Jarque (5), seu contemporâneo e seu biógrafo, diz: "Fazia o ofício de lavrador para ajudar (aos guaranis) em suas sementelras; de médico e cirurgião para curar seus achaques, sangrando-os com sua mão e aplicando-lhes diferentes remédios que lhe ensinava o Divino Amor." E prossegue: "Não se limitava a ensinar-lhes os mistérios da fé. Parece que o céu lhe havia infundido o magistério de todos os ofícios mecânicos, dando-lhes lição para cortar suas vestes, fabricar suas chocas, beneficiar seus campos, com o que vieram a tomar-lhe tanto amor que os governava com muita facilidade."

Montoya, pioneiro da catequese no Guairá, missionário na mais verdadeira acepção da palavra, além de homem de ação, o era também de

A LAVOURA

1897 — 1969

72 ANOS

A LAVOURA

pensamento, sendo seu valor intelectual testemunhado pela voga que ainda hoje têm suas obras. Em uma delas, "Conquista espiritual" (6) afirma que, havendo inquirido cuidadosamente a origem do uso do mate entre macróbios de obtenção a cem anos das tribos com que conviveu, pode chegar à conclusão de que, no tempo em que eles eram moços, não se consumia mate, sendo seu uso conhecido apenas por um célebre pagé que exigia a ingestão de mate àqueles que desejavam consultá-lo. Daí à vulgarização do uso foi um passo.

Isso, afóra as lendas que correm sobre o assunto, das quais nosso curso não permite tratar.

2 — O MATE NO PARAGUAI

De início queremos advertir que abrangemos sob esse título a história do mate na primitiva província espanhola do Paraguai, que abrangia território bem mais amplo do que o do país que atualmente possui esse nome, incluindo nele, outrossim, as reduções jesuíticas.

Este ponto será abordado de forma sumária, não apenas pelo interesse relativo que possui para o nosso curso como também pelas deficiências da bibliografia. Compreende um período de duzentos anos, desde o início do século XVII, até os primórdios do século XIX.

Vimos como, possivelmente, o uso do mate começou. Sua vulgarização foi rápida, não apenas entre os guaranis, como entre os próprios espanhóis. Estes, cúpidos por excelência, à falta de outra fonte de renda, logo deram início à exploração dos ervais, nela empregando o braço guarani, sob forma de escravidão, velada embora, pois tais escravos recebiam a denominação de "protegidos". . .

Fácil é imaginar-se as consequências disso entre os aborígenes quando se conhece sua índole avessa à submissão, ao trabalho organizado, e se sabe quão dura é a vida nos ervais acrescda da distância de cento e trinta

léguas que eles eram forçados a percorrer a pé. Daí a mortandade em massa que isso acarretou entre os guaranis, sendo, pois, natural que os jesuítas, ao chegarem no Paraguai no início do século XVII, logo se declarassem contra a exploração dos ervais, no intuito de poupar tantas vidas. Estigmatizaram o mate como "yerba del diablo", porém esse hábito já estava por demais arraigado e os discípulos de Inácio de Loyola tiveram que buscar outra fórmula para resolver o problema: plantar a erva junto aos seus povoados. Com isso obtinham numerário para pagar o tributo devido à coroa espanhola e também para adquirir utilidades que não podiam fabricar em suas "reduções", como tecidos, por exemplo. Deve-se aos jesuítas aperfeiçoamentos na tecnologia da erva-mate; foi por eles introduzido o malhador ou cancha, adaptação da "mola jumentária" ou moinho de trigo dos romanos. Incontestavelmente resolveram também o problema do baixo coeficiente germinativo da semente, um dos males sérios na agricultura da erva. São acusados de conservar secreto seu processo, o que parece não corresponder à verdade.

Os jesuítas produziram um tipo especial de mate, o "chá mlh", de larga aceitação e que os espanhóis nunca conseguiram igualar.

Seja por influência jesuítica ou não, o hábito de consumir mate adquiriu raízes na bacia do Prata, chegando ao Chile, ao Peru e mesmo até a Europa, onde não se flexou — consta — por interferência da Inglaterra, então nascente como potência mundial, que não desejava tivesse a Espanha tal fonte de renda, mormente por colocar em xeque o comércio britânico do chá da Índia.

Ainda hoje são explorados os ervais nativos do Paraguai.

3 — O MATE NO BRASIL

Antes do primeiro quartel do século passado não se industrializou mate no Brasil,

peço menos com fins comerciais, embora já em 1720 o ouvidor Rafael Pires Pardinho tenha visto nele uma riqueza a explorar e obtido da metrópole autorização para lrem os habitantes do litoral sul comerciarem, na colônia do Sacramento, entre outros artigos, mate.

Mas só um século após, por volta de 1820, começou nossa exportação desse produto para os mercados platinos, por haver o ditador Francia fechado os portos do Paraguai. Assim, ante essa abrupta interrupção, lembraram-se os mercadores do rio da Prata que no Brasil também havia mate e vieram buscá-lo, dando origem à nossa indústria ervateira que, assim, começou e se desenvolveu de uma forma curiosa — para exportação, pois, comparativamente tem sempre sido pequeno nosso consumo interno.

Além do mercado, deu-nos o Paraguai um técnico — D. Francisco de Alzugaray experimentado lidador dos ervais guaranis. Ignora-se quais as circunstâncias que teriam contribuído para sua longa viagem pela bacia do Iguazu, até Paranaguá. Seria um transfuga da tirania de Francia? Ou, produtor de mate, teria vindo para cá, tangido pelo espírito comercial, em busca de um novo campo de ação? Ou, ainda (como o pai de Francia que, brasileiro, fora ao Paraguai como técnico contratado pelo governo para intensificar a produção algodoeira daquele país) teria ele vindo ao Brasil sob contrato? Saint-Hilaire (7) que — além da proibição, da cultura e do agudo espírito de observação esteve na comarca de Paranaguá justamente quando lá iniciava D. Francisco suas atividades, conta-nos o interesse que demonstrava seu administrador, homem enérgico e dinâmico, pela obra do paraguai, insinuando, mesmo, que sua permanência era oficial. Ainda Saint-Hilaire dá-nos preciosas informações sobre o processo local de preparação do mate e minuciosa descrição do "moderno" método paraguai que, embora muito rudimentar, ainda hoje é ado-

tado (com ligetras modificadas), no tocante à primeira fase do preparo do mate — o cancheamento.

— • —

O Mate brasileiro, a princípio, não agradava ao paladar dos platinos, dizem que devido à imperfeição dos processos de beneficiamento. Porém a razão talvez não fosse exclusivamente essa: nosso mate era e é diferente do paraguaio. Facilmente se compreende, pois, o motivo daquela estranheza.

A queda de França e a conseqüente reabertura dos portos paraguayos foi, portanto, motivo de júbilo para os consumidores platinos e terá provocado um ligeiro colapso nesse nosso nascente ramo de comércio. Mas logo veio a tirania de Lopez que, indo contra a Triplíce Aliança, devolveu ao Brasil o mercado ervaiteiro platino. Daí até 1927, nossa posição foi lá de domínio absoluto.

A guerra contra o Paraguai coincidiu, também, com os primórdios da província do Paraná, época de grande emulação na ex-comarca paulista. Só em Paranaguá existiam, então, noventa moinhos de mate, já movidos a força hidráulica. Mas Curitiba, com a abertura da estrada da Graciosa, passou a ser a capital da nossa indústria ervaiteira. Nesse período apareceu a figura inconfundível do Barão de Serro Azul, espírito progressista e empreendedor, dêsse que hoje chamamos "businessman". Financiou ês grandes aperfeiçoamentos no sistema de beneficiamento do mate, realizados pelo engenheiro patricio Francisco de Camargo Pinto, que introduziu a máquina de vapor na indústria ervaiteira. O prematuro desaparecimento, em circunstâncias revoltantes, daquele varão ilustre, veio perturbar o ritmo progressista imprimido à técnica dos moinhos de mate.

— • —

A história do mate em Santa Catarina está desde o início, sincronizada com a

do Paraná, não apenas física, mas também economicamente, embora haja começado seu desenvolvimento um pouco mais tarde, segundo se depreende do que em 1849 declarava o dr. Severo Amorim do Vale, presidente em exercício, à Assembléa Legislativa Provincial, na sessão de 1.º de março: "A erva-mate, ramo considerável de exportação em Paranaguá, bem vizinho do nosso limite, de que abundam os campos e sertões de Lajes, tem estado em perfeito abandono; ao mesmo tempo que um ou outro no distrito dessa vila a prepara, acha pronto comprador, que a exporta para o Rio Grande." Mas o velho problema do transporte já então emperava a produção da erva-mate que "ainda estava por assim dizer escondida nos sertões de São Francisco e nas matas de Lajes", na dizer do presidente J. J. Coutinho.

Costa Pereira (8) supõe "haver sido em Lajes que se estabeleceram os primeiros engenhos catarinenses de erva-mate que "eram pequenos e de reduzida produção", só em 1853 se instalando "uma fábrica em maior escala" que teve os lucros absorvidos pelo frete para o Destêrro, pois custava mais de mil réis por arrôba, em virtude do mau estado da estrada, o que levou o citado presidente Coutinho a propor "um auxílio indireto à empresa e que consistiria em "um auxílio indireto à empresa e que consistiria em mandar proceder-se ao concerto da estrada e isentar a erva-mate do impôsto de exportação."

Diz Costa Pereira que também cedo se começou a cancheiar mate nas colônias de Angelina, Teresópolis e Santa Tereza, mas que em 1864 a produção era praticamente insignificante, em virtude do baixo preço conforme se depreende do testemunho do presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Em 1871 Angelina produziu duzentas arrôbas.

As dificuldades de transporte foram, finalmente, obviadas, pelo menos em parte, pela construção da estrada Dona Francisca que, como a da Graciosa no Pa-

raná, é um marco na Indústria ervaiteira de Santa Catarina. Essa via, iniciada em 1858, sete anos após a fundação da colônia do mesmo nome, ligou a Joinville a zona produtora do norte, transformando aquela cidade em capital da indústria ervaiteira catarinense, onde logo apareceram bons engenhos, em virtude da proximidade do porto de São Francisco a que ficaram ligados, facilmente, os municípios ervaiteiros de Rio Negro, Campo Alegre e Maíra. Assim, fixou-se definitivamente em Joinville, a exploração industrial do mate, "desaparecendo a que se tentara, timidamente e com pouco êxito, ensaiar em outros municípios catarinenses".

Já em 1885 o vice-presidente Pinto de Lemos afirmava constituir o mate a principal produção da província, transportado através da estrada D. Francisca "em grandes carros puxados por animais e que suportavam o peso de 2.000 a 2.500 quilogramas".

— • —

Tão remuneradora era essa indústria nos derradeiros anos do século passado que surgiu, na arena, uma potência para disputar a hegemonia catarino-paranaense: — Mato Grosso.

Em 1878 Thomaz Laranjeira entregou-se à exploração dos ervaes que descobrira ao sul daquele estado, como fornecedor da comissão que demarcou nossos limites com o Paraguai, após a guerra. Paulatinamente aumentou sua produção e firmou o conceito do seu produto no mercado de Buenos Aires, criando, numa zona antes inexplorada, uma próspera indústria nacional.

Logo a nascente companhia ressentiu-se de falta de capital, para expandir-se e Laranjeira bateu às portas do Banco Rio e Mato Grosso, daí nascendo a Companhia Matte Laranjeira, com o capital de três mil contos, constituída por escritura pública a 5 de setembro de 1891, cuja diretoria, constituída pelos drs. Francisco Murinho e Lucido Alexan-

dre Martins, entrou em exercício a 15 do mesmo mês.

A concessão fora feita pelo decreto 436 C de 4 de julho de 1891.

No primeiro ano de atividade a produção, que era de 120.000 arróbas castelhanas no tempo da casa Laranjeira, passou a 180.000, para que também contribuiu a recente autonomia do Estado de Mato Grosso.

A Companhia tinha interesses igualmente no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, sendo sua primitiva sede a villa Concepción, no primeiro daqueles países.

O beneficiamento era feito na casa de Francisco Mendes & Cia, de Buenos Aires, passando em 1894 a ser executado por fábrica da própria companhia, instalada igualmente em Buenos Aires.

Já então se esboçava a primorosa organização da Mate Laranjeira, pioneira do progresso em Mato Grosso: foram sendo instalados postos de muda, futuros povoados, em que pessoal e animais eram substituídos nas carrêtas. O pôrto de embarque foi transferido para o Brasil.

Os negócios da firma prosperaram rapidamente, para isso contribuindo — é verdade — a revolução de 1893, que desmantelou o mercado produtor ervateiro catarino-paranaense.

Em 1915 quebrou-se o monopólio que desfrutavam e, a seguir, nova sociedade comercial constituiu-se no Brasil — a firma Laranjeira, Mendes & Cia, que, em 1917, se transformou na Empresa Mate Laranjeira S/A, constituída na Argentina, com os mesmos acionistas.

Em 1929 foram separados em duas companhias os bens existentes no Brasil e na Argentina, ficando, entretanto, em mãos estrangeiras muitas ações da companhia do Brasil, inconveniente sanado com o decreto de nacionalização das empresas, promovido pelo presidente Vargas.

Ainda hoje não se beneficia mate nessa região, ora integrante do Território de Ponta Porã.

No Rio Grande do Sul, estado em que mais se consome mate, esse uso irradiou-se das antigas reduções catequistas — os Sete Povos das Missões.

Os Jesuítas, nos últimos tempos do seu domínio no Paraguai, cultivavam o mate nas proximidades das reduções, como vinhos, sistema que parece não ter tido muito êxito na região dos Sete Povos, onde o terreno não se mostrava propício. E seus habitantes logo conheceram os ervais nativos da zona serra-setentrional, onde iam fazer erva.

Diz uma testemunha ocular (9): "Todos os anos, em tempo próprio, saíam (os reduzidos) para os ervais, fazendo considerável número de arróbas de erva-mate, se recolhiam aos povos e neles eram recebidos com repiques de sinos, toques de tambores e gaitas e certas escaramuças de cavalo, dirigindo-se sempre à Igreja em ação de graças".

"Esta erva-mate, que é um dos principais ramos de comércio para todos os povos do rio da Prata, Paraná e Corrientes, era vendida a bom preço, reservando-se aquela porção calculada para o consumo anual dos povos, e era este um negócio privativo dos guaranis, sem que mais ninguém pudesse aproveitar-se dos seus ervais".

Extinta a Ordem dos Jesuítas e passados aqueles lugares para a coroa portuguesa (1801), por obra dos bandeirantes paulistas, persistiu o hábito de consumir mate, que fora trazido do Paraguai, por ocasião do grande êxodo provocado também por obra das incursões predadoras dos bandeirantes, na região do Guaíra.

Até hoje ainda se reflete a origem na organização da indústria ervateira gaúcha, onde predomina o produtor independente, possuidor de pequenas instalações como soques, monjolos, etc.

4 — O MATE NA ARGENTINA

A Argentina, tradicionalmente o maior mercado con-

sumidor de mate, não possuía ervais nativos e, assim, limitava-se a importar erva.

Em fins do século passado e início do presente, Misiones, na Argentina Setentrional, era um Território selvagem e desabitado.

Com o intuito de povoar essa fronteira, organizaram-se, algumas companhias colonizadoras, com o beneplácito do governo, a despeito das más condições mesológicas daquela região. Fracassada a lavoura, dedlearam-se os colonos a exploração desenfreada que redundou na exaustão das reservas florestais do território. Situação difícil para todos colonos e companhias. Que fazer? Alguém terá lembrado as experiências de Bonpland, aquela figura curiosíssima de sábio e aventureiro francês que, cerca de meio século antes, ensalara com relativo sucesso a cultura da erva-mate naquela região. A preciosa lição resolveria a situação e da mais alrosa forma possível pois, além de atingir bons preços, evitaria não só o êxodo dos colonos, com também a drenagem do ouro argentino para o estrangeiro. E começou, então, a luta admirável, épica, do homem contra a natureza pois Misiones está fora do "habitat" daquela lição e os ensaios do grande Bonpland não tinham sido definitivos.

Geadas inclementes destruíram enormes plantações, pragas destruidoras assolaram grandes ervais; mas a tenacidade do homem argentino conseguiu vencer paulatinamente, com farto auxílio do seu governo e incrível incúria do nosso, surdo aos brados de nossos diplomatas e viajantes que por lá andaram.

Em 1901 exportamos, principalmente para a Argentina, 39.887 toneladas, número que segundo uma curva ascendente, atingiu 91.092 toneladas em 1927.

De 1928 para cá a curva da nossa exportação tornou-se decrescente como demonstra o quadro seguinte:

TONELADAS

Anos	Exp. total do Brasil	Exp. para a Argentina	%
1927	91.092	68.780	75,6
1928	88.180	63.253	71,7
1929	85.972	62.018	72,1
1930	84.846	58.406	68,7
1931	76.760	53.184	69,1
1932	81.400	52.701	64,7
1933	59.222	33.706	56,9
1934	64.702	33.315	51,4
1935	61.498	31.009	51,3
1936	66.606	35.456	53,2
1937	65.519	38.051	58,0

Vejam os estatísticos ervateiros argentinos no mesmo período:

TONELADAS

Anos	Consumo total	Produção Argentina	%
1927	97.232	16.200	16,7
1928	92.847	22.000	23,7
1929	96.259	23.000	23,9
1930	98.647	25.446	25,8
1931	97.205	32.000	32,9
1932	99.144	38.000	38,3
1933	90.723	51.027	50,2
1934	99.390	63.874	64,3
1935	144.116	75.361	52,3
1936	119.106	80.450	67,5
1937	146.917	106.330	72,4

Assim, o Paraná, que tinha toda sua economia alicerçada no comércio de mate, esteve a pique de sofrer um colapso. Clamou-se, então pelo auxílio oficial, por um órgão que centralizasse e orientasse nossa política ervateira, e que pugnassem pela conquista de novos mercados, para isso aperfeiçoando, também, os métodos de produção.

Esse clamor incluindo por volta de 1928, veio ecoar em 1938, quando se criou e instalou o Instituto Nacional do Mate.

- (1) Romário Martins — "Hlex — Mate — Chá Sul-Americano"
- (2) Mortillet — "Le cimilitKre d'Ancon" — Bull. Soc. Anthropol. — Paris, 1876
- (3) Rochebrune, A. T. de — "Recherches d'ethnographie botanique sur la flore des sepultures péruviennes d'Ancon" — 1879
- (4) D'Orbigny, Alcides — "Voyages pittoresques dans les deux Amériques" — Vol. I, nota à pag. 77 — Paris, 1835
- (5) Francisco Jarque — "Hulz de Montoya en Indias (1608-1652)" — 1.º vol, pag. 231 — Madrid, 1900.
- (6) Montoya, Antonio Hulz ds —

"Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus en las provincias de Paraguay, Paraná, Uruguay y Tapea" — Madrid, 1639 e Bilbao, 1892 (Apud Carlos Teschauer, S. J. — "Porranduba Riograndense" pag 372 — Porto Alegre, 1929)

(7) Saint-Hilaire, Auguste de — "Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte Catherine" — II.º vol, pag. 155 e seguintes — Paris, 1851.

(8) Costa Pereira — "A região das Araucarias" in Rev. Inst. Hist. Geog. de S. Catarina — II.º semestre de 1943 — pag 47 e seguintes.

(9) Thomas da Costa Correa Rebelo e Silva — "Memória sobre a Provincia de Missões" — Rev. Instituto Hist. Bras. — Vol. II (1840-41) pag. 158.

RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

O primeiro projeto integrado de racionalização da agroindústria canavieira nordestina foi entregue ao GERAN pela Companhia de Melhoramentos em Pernambuco. O documento inclui a usina Cueabá, do Município de Rio Formoso, e engloba inversões num total de NCr\$ 14.897.500,00.

REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO

Quarenta fazendas do Estado do Rio, cujas propriedades são duvidosas, deverão ser desapropriadas pelo IBRA, com base no Ato Institucional número nove.

As áreas onde estão localizadas as fazendas a serem desapropriadas foram citadas na "Carta de Brasília" — primeiro instrumento da reforma agrária no País — e, em sua maioria, estão localizadas nos municípios fluminenses de Magé, Parati, Angra dos Reis, Campos, Vassouras, Macaé e Santo Antonio de Pádua. Em Magé existe grande tensão entre cinco mil famílias que residem nas fazendas "Ferraz", "Camarão", "Conceição do Surul", "Cachoelra Grande", as quais estão vivendo sob a ameaça de expulsão por parte dos supostos proprietários daquelas terras.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caçaças) das pintos e aves adultas

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

Entre cinco famílias rurais pobres, quatro são de indivíduos brancos. Porém, sua situação é, muitas vezes, despercebida, porque elas se acham espalhadas por todos os quadrantes dos Estados Unidos, em grande número, assim como as áreas empobrecidas.

As famílias que recebem 3.000 dólares por ano, vivem, por definição, na pobreza. Pelas últimas informações, cerca de metade das famílias pobres da América, vivem na zona rural. E, entre cinco dessas famílias, quatro se constituem de gente branca. Tais estatísticas se encontram em variados locais. Vivem nas fazendas ou fora delas, porém sempre em áreas rurais ou em pequenas cidades. Como um todo, elas participam do grupo daquelas pessoas que comumente necessitam de recursos econômicos e sociais, dos quais o resto da nação usufruc.

Pesquisadores da ERS estudaram, recentemente, alguns dos principais fatores econômicos e certas condições especiais em que vivem as comunidades pobres americanas de raça branca. Delimitaram elas quatro situações básicas nas quais a maioria dessas famílias pobres vivem. Cada uma dessas situações apresentam problemas especiais para aqueles que procuram atenuar os males da pobreza, a saber:

Áreas deprimidas onde a maioria dos residentes são pobres da raça branca.

O sudoeste dos Apalaches, o Ozurks e a parte alta dos Grandes Lagos são exemplos marcantes dessa situação de pobreza branca.

Isolados da nossa principal corrente econômica por falta de estradas e outras vias de comunicação, essas áreas estão, desde há muito, tornando-se empobrecidas.

Os escassos empregos que existem se limitam, geralmente, aos centros de indústrias dependentes, como a mineração.

A depressão dessas fontes naturais tem deixado a mão-de-obra desempregada ou empregada em condições precaríssimas.

A pobreza tem se tornado um meio de vida para as famílias dessas áreas e pouca possibilidade existe para que a juven-

A POBREZA DOS BRANCOS NO MEIO RURAL NORTE-AMERICANO

tude possa quebrar essa muralha.

As facilidades escolares são, geralmente, pobres em qualidade. A maioria das vezes, os jovens que procuram emprego em cidades distantes, encontram-se em condições precárias no que concerne à educação de base, e capacidade requeridas para a ocupação.

Áreas deprimidas onde a maioria dos residentes são de raça negra.

Espalhadas pela parte central do sudoeste dos Estados do Atlântico Sul, encontram-se muitos pobres de cor branca que vivem em comunidades que não são de pobreza branca.

A maioria dos pobres de raça branca dessas áreas vive ou trabalha em fazendas excessivamente pequenas e impróprias para uma produção rendosa.

Tipicamente, não existe um número suficiente de empregos fora das fazendas — apesar de que as vagas em indústrias leves ou manufaturas têm aumentado. As novas técnicas aplicadas à agricultura vêm causando sérios embaraços a muita mão-de-obra branca e não branca, as quais não possuem a capacidade necessária para colocação em outros lugares.

As pessoas de cor, participam mais comumente de programas de antipobreza e bem-estar social nessas áreas do que os brancos, embora tais programas

sejam organizados por todos os grupos.

A juventude branca das primeiras idades para o trabalho tem emigrado para cidades do Nordeste em busca de colocação. Logo em seguida, há uma proporção sempre crescente de velhos que se encontram incapacitados para o trabalho ou que não estão mais em idade de treinamento para novo emprego. Para essas pessoas, o restante de suas vidas quase que invariavelmente será escoado na pobreza, a menos que os programas de antipobreza sejam reorientados.

Áreas de brancos relativamente com poucas famílias pobres constituídas de gente branca.

As áreas que se compõem de fazendas altamente produtivas, mecanizadas, do Meio-Oeste e as de propriedades especializadas na cultura de produtos alimentares dos Estados do Michigan, Washington e do Vale Central da Califórnia são exemplos evidentes desse tipo de situação de pobreza.

Nessas áreas, o pobre e o opulento acham-se geograficamente misturados, porém, ainda há pouco contato social entre os dois grupos. Poucos são os brancos pobres que participam plenamente das atividades comunitárias — talvez porque trabalhem em situação de pouca regularidade, em horas diferentes, ou porque lhes faltam a

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÁO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

De 8 de março a 25 de maio deste ano, foram realizados aos sábados e domingos na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", 15 Cursos Rápidos Agrícolas, reunindo 347 matrículas, como se vê abaixo:

Cursos ministrados aos sábados:

	Alunos matri- culados
Cooperativismo Rural	30
Contabilidade Agrícola	31
Enxertia	15
Reflorestamento	14
Apicultura	16
Avicultura	31
Restauração de Pomar	10
Combate às Doenças e Pragas da Horticultura	20
Solos e Adubação	31
Tratamento de Solo, sementes e mu- das	30
Silvicultura	28

Cursos ministrados aos domingos:

Reflorestamento	12
Tratamento do Solo, sementes e mudas	28
Solos e Adubação	22
Combate às Doenças e Pragas da Horticultura	29
TOTAL de matrículas	347

Foram professores nesses Cursos:

Eng. Agr. Hélio Raposo
 " " Jalmirz Gulmarães Gomes
 Contabilista — Pedro Goulart da Silveira
 Filho
 Técnico Rural — João Nunes Castello
 Médico Veterinário — Maynard Leite
 Freire.

EXPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESTADOS UNIDOS

GREENVILLE, Carolina do Sul — Empresários de nove países e 19 Estados norte-americanos já fizeram reservas em hotéis desta cidade, para comparecerem à Feira Internacional de Máquinas Têxteis Norte-americanas (ATME-I), que será realizada aqui, em outubro.

O Sr. J. R. Ellis, diretor-adjunto da ATME-I, disse que eles constituem a vanguarda de um público que comparecerá à exposição, vindo da maioria dos países do Mundo Livre e de todos os Estados produtores de têxteis.

Onze agências de turismo, do Japão à Suíça, da Argentina ao Canadá, estão organizando grupos de dirigentes de indústrias de tecidos para visitar a mostra gigantesca, que apresentará maquinaria têxtil de 15 países, disposta pela vasta área do Textile Hall.

Nesses pedidos de reservas não se incluem os membros das 16 missões comerciais que estão sendo organizadas sob os auspícios do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, para estudar

as últimas relações no campo da maquinaria têxtil que serão mostrados aqui.

Os pedidos de reservas vieram da Argentina, da Austrália, do Brasil, do Canadá, de El Salvador, dos Países Baixos, da Itália, do México, da Venezuela e de mais de uma dezena de Estados dos EUA.

Outras informações sobre a Exposição poderão ser obtidas na Seção Comercial da Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro.

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

O Presidente da República, atendendo à Exposição de Motivos do Ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, e com base no parágrafo 1.º, do Artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, assinou decreto-lei dispo- nido sobre a Previdência Social Rural.

Na sua íntegra, tem o decreto-lei a seguinte redação:

“Art. 1.º — A empresa abrangida pelo Plano Básico de Previdência Social, ins- tituído pelo Decreto-lei n.º 564, de 1.º de maio de 1969, poderá ser incluída no Sis- tema Geral da Previdência Social (Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960), por ato do Ministro do Trabalho e Pre- vidência Social, tendo em vista o nível de organização da atividade e as condições econômicas da região.

Parágrafo único — A em- presa incluída no Sistema Geral da Previdência Social, na forma deste artigo, fica- rá dispensada da contribu- ção para o Fundo de Assis- tência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e obrigada- tão-somente ao recolhimen- to das contribuições de que tratam os itens I a III e VIII do quadro constante do arti- go 35, parágrafo 2.º, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, observando o dispo- sito no parágrafo 1.º do mes- mo artigo.

Art. 2.º — O caput e o item I do artigo 2.º do De- creto-lei n.º 564, de 1 de maio de 1969, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º — São segurados obrigatórios do Plano Básico, à medida que se verifi- car sua implantação, na for- ma do artigo 9.º, os empre- gados:

I — do setor agrícola da empresa agroindustrial.”

Art. 3.º — Serão também incluídos no Plano Básico os empregados:

I — das empresas produ- toras e fornecedoras de pro- duto agrícola “in natura”;

II — dos empreiteiros ou organizações, que, não cons- tituídos sob a forma de em- presa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimen- to de produto agrícola “in natura”.

Art. 4.º — A Carteira Pro- fissional devidamente ano- tada será documento hábil para obtenção das presta- ções do Plano Básico de Pre- vidência Social.

Parágrafo único — Ne- nhuma outra obrigação tra- balhista decorrerá para a empresa do disposto neste artigo.

Art. 5.º — A empresa agro- industrial anteriormente vin- culada, inclusive quanto a seu setor agrícola, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e em seguida ao Instituto Na- cional de Previdência Social, continuará vinculada ao Sis- tema Geral da Previdência Social, observado, porém, a partir da vigência deste De- creto-lei, o disposto no pará- grafo único do artigo 1.º.

Art. 6.º — Fica prorrogado até 31 de agosto de 1969, o prazo para regulamentação do Decreto-lei n.º 564, de 1 de maio de 1969.

Art. 7.º — Este Decreto-lei entrará em vigor no primei- ro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”



- Plantas Cítricas de Clanes Navos (Nucleares).
- Limeira Tahiti — (Linhagem “Pe- ruana”).
- Nogueira Pecan — (A naz ameri- cana).
- Abacateiras — Caleção de 6 va- riedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Falhetas GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO

D. GOLBERG

Professor, Chefe do Dep. de Irrigação
da Faculdade de Agricultura da Univer-
sidade Hebraica, Rehovot, Israel

O termo "deserto" evoca imediatamente, em qualquer pessoa, a idéia de áreas crestadas e estéreis, por absoluta ausência de chuvas — talvez um oásis em longínquos horizontes — porém, de um modo geral, áreas despidas de vegetação natural e, dadas as condições dos conhecimentos atuais, consideradas incapazes de suportar a vida humana.

Além disso, os solos desérticos — onde apenas uma simples camada de terra pode ser considerada como tal — são naturalmente de baixa fertilidade e, em muitos casos, salinos, devido principalmente à falta de chuvas para provocarem o escoamento dos sais. Também a água, quando em quantidades suficientes, retiradas de poços perfurados nos próprios locais, contém, invariavelmente, alto teor de sais; e se trazida de outras áreas distantes por meio de tubulações, as quais vêm serpenteando através dos contornos do deserto, representa, geralmente, um eusto proibitivo.

Nessas condições, poucas esperanças existem de se poder eriar estabelecimentos agrícolas com desenvolvimento da produção de alimentos, em situação econômica, para a formação de oásis.

Este veredicto, parece-nos, está próximo de ser afastado, uma vez que, um trabalho pioneiro, tendente a desenvolver sistemas favoráveis de irrigação, acompanhado de prá-

O DESERTO

O Arava — vale estreito e alongado — ocupa a parte sul de Israel, estendendo-se para o sul, desde o Mar Morto até o porto de Ellat, o qual demora bem em frente ao Golfo de Akaba.

As chuvas se escasseiam durante vários meses, com menos de duas polegadas por ano, o que não traz qualquer efeito benéfico. A temperatura média varia mensalmente, de um máximo de quase 103 graus Fahrenheit, em agosto, a um mínimo de 68° F, em janeiro; não existem geadas naquela região.

A umidade relativa é baixa, variando de 30 por cento em agosto a 68 por cento em novembro. Conseqüentemente, a evaporação é alta e atinge (de acordo com a panmensuração Classe A),

a cêrea de 20 polegadas em agosto (média diária de 0,68 polegadas), com valores similares em junho e julho e cêrea de 6 a 10 polegadas em cada um dos outros meses (novembro a março), ou seja de 0,2 a 0,3 de polegadas por dia.

A cobertura do solo na maior parte desta região consiste em seixos ou areia grossa, tangidos pelo vento e, daí, sua semelhança estrutural com as dunas típicas dos desertos, apesar de que, costumam surgir, ocasionalmente, algumas manchas de rochas sedimentares. No seu estado natural, esses solos possuem uma média de salinidade correspondente a cêrea de 30 miliohms/cm e, conseqüentemente, requerem uma pesada lixiviação.

Naturalmente, não exis-

tem águas superficiais perenes na área e sim pequenos fluxos momentâneos provenientes das montanhas a leste de Arava.

Esses filêtes d'água enchem os uadis várias vezes durante o ano, em curtos períodos, por poucas horas cada vez.

A retenção da água na superfície do solo é, em muitos casos, impraticável, porém tal água serve para reabastecer o reservatório de irrigação. Contudo, este reservatório é salino, possuindo uma condutividade elétrica de 3.000 microohms/cm e contendo um pouco mais de 600 mg/litro de cloretos e cêrea de 700 mg/litro de sulfatos.

Águas desse tipo são classificadas, de acordo com os padrões do Laboratório de

DESERTO POR MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

M. SHMNELI

Chefe do Laboratório de Água e Solo
de Yotvata, em Arava, Israel

Práticas agrícolas modernizadas, vem apontando o caminho de se capitalizar a quase ilimitada radiação solar do deserto para a produção de safras fora da estação própria.

Isto tem sido amplamente possível em face dos resultados de experimentos realizados em Arava — deserto meridional de Israel — nos últimos cinco anos.

O incentivo que vem encorajando esses esforços ultrapassa a finalidade deste artigo e não nos cabe trazê-lo a baila, nesta emergência.

Basta dizer que ele faz parte da luta do homem para cruzar novas barreiras, a fim de realizar aquilo que foi previamente considerado irrealizável; uma parte da luta do homem para sobrepujar os caminhos impervios do deserto e desenvolver florescente agricultura em áreas antes incapazes.

Antes de apresentarmos os detalhes do sistema de irrigação por gotejamento, usado durante esses experimentos, métodos de aplicação e as práticas agrícolas empregadas, queremos principalmente descrever as condições em que se encontra o deserto em Arava.

Essas condições — ver-se-á — assemelham-se a outras inúmeras áreas desérticas do mundo, e as lições trazidas por esses experimentos, são aplicáveis a muitas dessas áreas.

SUL DE ISRAEL

Salinidade dos Estados Unidos, como C4-S2.

Nessa oportunidade deve-se saber que estas águas, com um teor de sais de 1.200 mg/litros de cloretos foram aplicados em um certo número de experimentos dando resultados animadores.

Isto, na verdade, parece indicar que os resultados obtidos até agora não excederam a tolerância permitida para o triplo de salinidade empregada nas práticas agrícolas.

Isto induz também a se reavaliar a necessidade de dessalinizar as águas salobras nas condições descritas, podendo-se obter resultados satisfatórios sem a necessidade de se recorrer a processos dispendiosos de intensa tecnologia.

Práticas Agrotécnicas

As principais práticas agrícolas postas em execução e que tornaram possível o desenvolvimento de Arava como abastecedor de grande valor quanto a produtos de safras fora da estação, quer para uso interno quer para exportação, serão descritas a seguir:

Preparação e Melhoramento da terra

As dunas de areia, uma vez que não são passíveis dos convencionais métodos de irrigação de superfície, requerem apenas um ligeiro nivelamento. Por conseguinte,

não há necessidade de estudos topográficos detalhados ou operações especiais de nivelamento e o trabalho pode ser feito quase todo a olho.

Cortes mais profundos, às vezes, são necessários para se obter a forma desejada da terra sem, contudo, influir na fertilidade do solo que é sempre baixa, através de todo o primeiro horizonte.

O escoamento dos sais é, portanto, a fase mais importante da preparação do solo. Como ficou dito anteriormente, a terra virgem contém, em média, 30 milhões/cm de sais e esta lixiviação tem de ser feita com água que por sua vez contém cerca de 3.000 milhões/cm — isto é, 3 milhões/cm de sais. Essa lixiviação visa a reduzir a salinidade.

A LAVOURA

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO DESERTO

nidade em cerca de 7 miliohms/cm, nível é considerado satisfatório para a produção agrícola em Arava.

Um dos primeiros problemas a serem atacados foi sobre os métodos de lixiviação a serem empregados. A irrigação por aspersão foi naturalmente a escolhida e os trabalhos foram conduzidos de maneira a determinar os efeitos da lixiviação durante o dia e a noite. Esses estudos revelaram que, durante o dia, a metade da água esparcida evaporava antes de atingir o solo, aumentando assim, de fato dobrando, o teor de sais na água de irrigação. De sorte que quer os efeitos quantitativos como os qualitativos da lixiviação foram reduzidos.

Por outro lado, a irrigação durante as horas da noite com a intensidade de 4 a 6 mm por hora apresentou resultados satisfatórios. Verificou-se que uma aplicação total de cerca de 20 polegadas foram necessárias para reduzir a salinidade do solo ao nível de 7 miliohms/cm;

nessa ordem de idéias deve-se notar que os solos arenosos, sem estrutura própria, são lixiviados com maior facilidade.

Tomam-se, periodicamente, amostras dos solos durante o período de lixiviação a fim de certificar se os objetivos colimados estão sendo atingidos.

Outras formas de lixiviação têm sido empregadas, como a que se pratica durante o crescimento da planta, porém com pequenos resultados. De acordo com esse método, faz-se o plantio de espécies que tolerem melhor a salinidade do solo e aplica-se a irrigação com quantidades de água visando também à lixiviação. Todavia, o conflito entre a manutenção do nível de fertilidade do solo em relação as plantas cultivadas (deve-se ter em mente a baixa fertilidade dos solos de Arava) e a conveniente lixiviação que não se apresenta satisfatória nesta contingência e daí ou a safra é pobre ou não se obtém a lixiviação.



Um pomar de peras com tubos de matéria plástica vistas na base das árvores.

Irrigação por Gotejamento

O maior sucesso obtido na agricultura dentro das condições adversas de Arava, deve-se atribuir, sem dúvida ao método de irrigação por gotejamento.

O sistema de irrigação por gotejamento empregado é do tipo "netafim", manufaturado pelo Kibutz Hatzerim, próximo de Bersabé, e aperfeiçoado por Mr. S. Blass, o veterano engenheiro israelita, pioneiro desse método de irrigação em Israel.

O sistema consiste do seguinte:

I) uma peça principal composta de uma valvula elevatória, um medidor de pressão, medidor de água e um filtro;

II) um depósito de fertilizantes através do qual passa o fluxo de água, carregando a necessária dosagem do fertilizante;

III) um tubo alimentador conjugado com o depósito de fertilizantes para conduzir a água aos circuitos secundários;

IV) os circuitos secundários ou laterais da irrigação que consistem de tubos de polietileno com 12 a 16 milímetros de diâmetro nos quais são adaptados bicos ou orifícios à distância de 18 polegadas um do outro.

Nas experiências realizadas, o espaçamento entre os tubos laterais variava de acordo com a distância entre as fileiras das plantas variando de 4 a 6 pés.

Aplicaram-se vários orifícios de descarga com capacidade para 0,2 a 1,54 galões (Us)/hr.

O depósito de fertilizantes injeta o produto no sistema a uma proporção determinada, de maneira que a

MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

água gotejada dos bicos se acha empregnada da quantidade necessária de fertilizantes para adubar as plantas.

A irrigação por gotejamento pode ser comparada a uma forma de irrigação em sulcos. Contudo, o sistema de irrigação por gotejamento oferece da irrigação em sulcos as seguintes vantagens, nas quais reside a vantagem desse novo sistema de irrigação, especialmente nas condições apresentadas pelos desertos:

I) não exige abertura de sulcos com certo declive, e daí não requerer o trabalho de nivelamento que necessita a formação dos sulcos de irrigação;

II) não existe fluxo de água na superfície ao longo dos sulcos, daí não haver erosão do solo ou perda de água;

III) os bicos lançam a água em filêtes, ao longo das fileiras das plantas, cada bico distribuindo, com relativa aproximação, a mesma quantidade de água (a perda de pressão nos tubos laterais é mínima).

Nessas condições, a distribuição da água é altamente uniforme e plenamente controlada;

IV) as quantidades aplicadas podem ser reajustadas mediante tamanho diferentes de bicos, com maior ou menor descarga. As distâncias entre os bicos ao longo das laterais e entre estes, podem variar de acordo com as condições do solo e da planta.

As safras correspondem

Os resultados das experiências feitas revelaram uma relação direta entre a produção das safras e a pressão da umidade.

Isto poderá ser apreciado na figura n.º 1 que mostra, dada a mesma quantidade de água, as safras aumentam

de muito, uma vez que os intervalos das aplicações seja reduzido.

Além disso, pode-se notar que, sob as condições do deserto, onde se mostra alta a evaporação-transpiração, os solos áspers e de baixa capacidade de retenção da água, as irrigações diárias ou mesmo mais de uma irrigação por dia, produzem as maiores safras.

Nessas condições, nota-se que na irrigação por gotejamento, onde os sistemas são geralmente estacionários, ou semipermanentes, várias aplicações podem ser feitas diariamente quer seja manualmente ou por meio de controles automáticos, praticamente sem qualquer trabalho adicional. As frequentes irrigações produzem naturalmente o efeito de manter baixa a tensão da umidade do solo, isto é, entre a capacidade do solo e sua saturação. Daí a capacidade das plantas de suportarem as altas tensões osmóticas inerentes às águas de alto teor de salinidade.

Os efeitos depreciativos dos pobres arejamentos, mul-

tas vezes encontrados nos solos de fina textura, por manterem quantidades maiores de água, não acontecem nos solos áspers dos desertos e, por esta razão, parece que o método de irrigação por gotejamento é o mais aconselhável para os solos de formação arenosa áspers.

As aplicações da irrigação e a produção obtida nos experimentos realizados sobre o tomate, o pepino, o melão-moscado, a pimenta e o milho doce, sob irrigação por aspersão e (em um caso) sob irrigação em sulcos, encontram-se no quadro n.º 1.

Foram feitas aplicações no sentido de que a relação planta-água usada variou para as diferentes safras de 0,8 a 1,0 da classe A pan-evaporação.

Torna-se impossível, neste artigo, dar completos detalhes ou uma perfeita análise dos experimentos e dos resultados obtidos. É bastante notar-se, como se vê do quadro n.º 1, que, em todos os casos, a produção sob a irrigação por gotejamento exce-



Um talhão com tomateiros sendo irrigado pelo método Blass.

A LAVOURA

JARDIM BOTANICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

35

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NAS TERRAS DO DESERTO

deu em muito àquela provocada pela irrigação em sulcos e por aspersão e, em alguns casos, foi mais do que o dobro. As quantidades de água aplicadas a cada espécie de plantação foram mais ou menos idênticas em todos os métodos.

Deve-se dar especial atenção à produção de tomates obtida por meio da irrigação por gotejamento e por aspersão (quadro nº 2), empregando-se água da própria área, a qual possui, como já ficou dito, uma condutibilidade elétrica de 3.000 microohms/cm e outra, de boa

qualidade, com uma condutibilidade elétrica de 400 microohms/cm. A irrigação por gotejamento produziu maiores safras do que pela irrigação por aspersão sem levar em consideração a qualidade da água.

Ademais, na irrigação por gotejamento, praticamente não existiu diferença na produção empregando-se água de baixa ou de alta qualidade.

Disseminados, nesses últimos períodos, apenas os efeitos na produção das safras e na tensão da umidade provocada pela irrigação por gote-

jamento, e, mesmo assim, resumidamente.

Contudo, muitas outras observações, tais como os efeitos sobre o crescimento vegetativo, o conteúdo de clorofila na folhagem, a distribuição das raízes do solo e a influência dos orifícios de descarga e do espaçamento dos laterais, foram feitos.

Os resultados dessas observações indicam que a irrigação por gotejamento é vantajosa, sob todos os aspectos, com referência aos outros métodos considerados.

QUADRO N.º 1
PRODUÇÃO DE SAFRAS SOB IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO, POR ASPERSÃO EM SULCOS

Safrá	Período de crescimento	Irrigação água aplicada polegadas	PRODUÇÕES		
			Gotejamento	Aspersão	Sulcos
			Toneladas por acre		
Tomates	Setembro a Março	38.7	26.0	15.6	—
Peplinos	Setembro a Dezembro	26.4	19.6	sem produção	—
Melão-Moscado	Agosto a Dezembro	25.8	17.2	9.6	9.6
Pimentas	Setembro a Março	55.8	3.8	1.9	—
Milho Doce	Fevereiro a Maio	26.6	4.9	2.1	—

Nos meses de Dezembro a Janeiro, as pimentelras foram cultivadas sob coberturas de plásticos

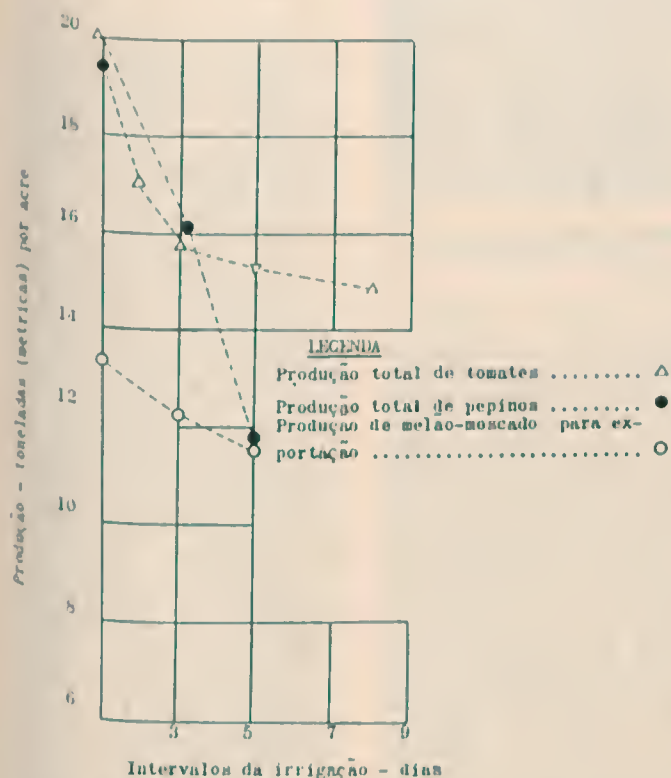
QUADRO N.º 2
PRODUÇÃO DE TOMATES SOB IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO E POR ASPERSÃO COM ÁGUA DE BOA E DE MÁ QUALIDADE

Método de Irrigação	Água de alta qualidade E.C. — 400 microohms/cm	Água Salobra E.C. — 3.000 microohms/cm
Gotejamento	26.7	26.0
Por Aspersão	20.8	15.7

TIPO POR MEIO DA IRRIGAÇÃO EM FILÊTES D'ÁGUA

QUADRO Nº 1: EFEITO DA IRRIGAÇÃO

Intervalo nôbre a produção de tomates, pepinos e melão-moscado sob irrigação por gotejamento.



Para completo conhecimento desses experimentos vejam o trabalho de D. Goldberg e M. Shmuell, "Irrigação por Gotejamento" — um método destinado a aumentar a produção sob as condições de águas salinas e solos impróprios. Relatório apresentado na Conferência Internacional sobre Terras Áridas, realizada em Tucson, Arizona.

Safra de Feijão Reduzida a 50%

JOAO PESSOA (Sueursal) — A safra de feijão da Paraíba este ano será de 30 mil toneladas, significando uma queda de 50% em relação à produção do ano passado, segundo informou o diretor do Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura na Paraíba.

A LAVOURA

Cigarrinha ameaça Pastagens Baianas

A "cigarrinha" está ameaçando as pastagens da região de Feira de Santana, e poderá se alastrar a ponto de devastar as pastagens do Recôncavo. Técnicos do Instituto Biológico da Bahia constataram a existência da praga nos campos de capins "pangola" e "sempre verde" dos municípios de Feira de Santana, Oscar Cardoso, Bonfim de Feira e Santo Antônio de Argoim.

Rebanho Bovino

Segundo o Ministério da Agricultura, o rebanho brasileiro é de 90 milhões de cabeças, distribuídos por todos os municípios. O maior contingente de bois é encontrado em Minas Gerais, que possui 19,2 milhões de animais; Mato Grosso vem em segundo lugar, com 12,5 milhões; segue-se São Paulo, com 11,7 milhões e depois o Rio Grande do Sul, com 11,2 milhões. O rebanho de equinos atinge a 9,2 milhões de exemplares, distribuídos por cerca de 3.800 municípios, sendo que o de suínos sobe a 62,1 milhões de animais para todas as cidades brasileiras.

Aspectos da Economia Rural Brasileira

Em nosso País, os estudos e as soluções para os grandes problemas da agricultura vinham sendo relegados a um plano secundário, quando não esquecidos. Não havia, conscientemente, uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura e nem se procurava conter a descapitalização da empresa agrícola. Daí a estrutura da economia rural brasileira, com empresários ainda apegados a métodos rotineiros, e, na sua grande maioria, como ocorre no Norte e Nordeste, sem as condições para utilizar os bens da atual civilização, caracterizada pelo seu alto desenvolvimento científico e técnico. Esse notável desenvolvimento da civilização atual, tem como exemplo marcante o emprego da energia nuclear, que permite usar, intensivamente, os radionúcleos e as radiações, na agricultura, para aumentar as colheitas e nos produtos, para preservar os estoques de alimento e garantir, assim, a subsistência alimentar da humanidade. O átomo é hoje soberano, e o seu impacto no desenvolvimento de nossa civilização é verdadeiramente eclíptico e dele não podemos prescindir.

Segundo a FAO, o agricultor da América Latina perde um terço de sua má-gara colheita por causa das doenças e dos insetos, por deficiências nos transportes e no armazenamento, ao passo que seu colega da América do Norte perde apenas 10 por cento. No Brasil, pela falta de processos modernos de conservação, os produtos alimentícios estariam tendo uma enorme perda, estimada em 40%, entre o centro de produção

Eng.º Agr.º

Arthur Natividade
Soabra

e o de consumo. É incrível que um País de extensão continental, com imensas possibilidades para o desenvolvimento da agricultura, como realmente tem o Brasil, sofra das violentas rarefações econômicas no meio rural, como aconteceu em 1963, quando a taxa de desenvolvimento agrícola caiu para 0,9%. Enquanto isso, aqui mesmo no Continente Americano, um lavrador estadunidense, utilizando em 1964, um complexo científico e técnico invejável, produz a para atender ao consumo de 29 pessoas. Prosseguindo nesse ritmo espantoso de progresso, como deverá fazê-lo, o lavrador estadunidense poderá, no ano 2000, segundo a previsão de Fritz Baade, alimentar entre 70 a 90 pessoas. Face a essa gigantesca expansão da produtividade agropastoril norte-americana e ao desenvolvimento retardado do setor primário nacional é imperioso e urgente que se examine e se procure dar solução aos grandes e fundamentais problemas da agricultura brasileira, pois sombrios serão os dias do futuro, se não se procurar engrandecê-la e redimi-la dos erros do passado. A tecnificação da agricultura e a ordenação dos seus fatores básicos de produção, para evitar desperdício e assegurar uma taxa melhor de desenvolvimento, são condições

de sobrevivência para o Brasil, pois é sabido que *nenhum país garante sua independência, com economia fraca*. As extraordinárias potencialidades da agricultura brasileira são uma bandeira de redenção que deve ser empunhada agora, já, porque, depois, talvez seja tarde demais. O Governador preclaro e douto Marechal Arthur da Costa e Silva está criando as condições políticas e econômicas, para dar ao País um Super Ministério da Agricultura, inclusive procurando dar-lhe uma infra-estrutura moderna e grandiosa, como deve ser a do órgão máximo da produção nacional. Essa intenção, aliás, já se afirmou no Programa de Ação do seu Governo, que contemplou o Setor Agrícola em suas áreas estratégicas, dando alta prioridade aos itens: 1. *Elevação da produção e da produtividade agrícola* 2. *Ruptura das barreiras do abastecimento*, isto é, dar soluções aos principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos, pois de nada adiantaria equacionar o problema da produção, sem antes preparar o mercado consumidor; 3. *Eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes na infra-estrutura econômica*. Na CARTA DE BRASÍLIA o Governo reafirmou solenemente a sua intenção, definiu e estabeleceu as diretrizes básicas e gerais da política nacional da produção agropecuária e do programa de objetivos e metas dessa política, que se há de concretizar, para completa redenção do meio rural brasileiro. Ao assinar a CARTA DE BRASÍLIA, em

Bibliografia Agrícola do Brasil

Quando êste número estiver circulando, já estará entregue aos interessados na nossa agropecuária o primeiro volume da "Bibliografia Agrícola do Brasil", organizada e publicada em virtude de Convênio entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura.

O volume em causa se refere ao que foi publicado no Brasil em 1968, seja em volumes, folhetos, avulsos e periódicos, inclusive diários.

O volume relativo ao corrente ano de 1969 já se acha em elaboração.

Do que foi dito ressalta a intenção e a preocupação para que os países menos desenvolvidos encontrem a trilha do progresso, chegando mesmo a extrair da miséria a lição da fartura, pois como bem disse o Presidente Lyndon Johnson, a longo prazo, *devem êsses países tornarem-se auto-suficientes em matéria de alimentos*. Indiscutivelmente, o desenvolvimento econômico, com ênfase no setor da Agricultura é o tema central e dominante em tôdas as áreas subdesenvolvidas do Mundo, mas, para que a miséria e a fome sejam delas varridas, é necessário que se atente para uma coisa simples, mas de transcendental importância, magistralmente dita pelo Ministro Hélio Beltrão, quando afirmou: *Que o segredo do desenvolvimento é o esforço produtivo; que ainda*

não se inventou nenhuma fórmula capaz de operar o milagre do desenvolvimento sem trabalho; que, seja qual for a orientação do governo e a teoria econômica que adotar, os inimigos a combater continuarão sendo a improdutividade, o desperdício, a capacidade ociosa, o parasitismo econômico, a centralização burocrática, a desorganização, a incompetência, a inércia bem paga, o trabalho mal remunerado.

Há hoje uma conscientização e um profundo interesse pelo desenvolvimento do País. Assim, as medidas determinadas pelo Governo estão permitindo ao Ministério da Agricultura infletir de um ponto de expectativa para um período de auspicioso renascimento. Graças a êsse período renascentista, em que as Metas básicas e prioritárias do Governo passa-

ram a ser as do Setor Agrícola, uma nova revolução tecnológica e de estrutura está em curso no País, pois como bem acentuou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, em um de seus momentos pro-nunciamentos à Nação brasileira: *Não há notícia de País civilizado em que a Agricultura e a Pecuária, ou ambas simultaneamente, não representem a fonte primária da riqueza nacional, e cujo valor econômico não seja, pelo menos, igual ao da produção industrial.*

As esperanças e as determinações solenes para que tudo aquilo que ainda bruta liza a criatura humana seja varrida da face da Terra, estão em marcha para a completa redenção do meio rural brasileiro e da própria humanidade.

CLIMAS DE MATO-GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

ADALBERTO SERRA

A temperatura média torna-se mais baixa, inferior a 22°, nos meses de junho e julho, neste último descendo a 20°,9.

Supera 24° na primavera, de setembro a novembro (24°,8 em outubro) e novamente no outono, em março e abril. A amplitude anual é assim de 3°,9 e a dupla onda bem caracterizada, com mínimo principal em julho e outro secundário em janeiro (23°,9). Máximo principal outubro e o secundário março (24°,5), a ondulação menor tendo 0°,6 de amplitude. Não precisamos recordar a explicação de mínimo na fase chuvosa e máximo com o retorno do Sol. Quanto à média anual das temperaturas é de 23°,5.

Por falta de registro, não temos média anual de máximas. Estas são mais elevadas em agosto (33°,7), e mais baixas em maio (30°,4), com uma amplitude anual de 3°,3. Em toda a fase chuvosa, de dezembro em diante e até o início do inverno, as máximas permanecem abai-

xo de 31°, mas se elevam na primavera acima de 33° em agosto — setembro, e de 32° em outubro.

Das mínimas, temos a média anual: 17°,5, com valores extremos de 20°,0 em dezembro e 12°,1 — julho, numa amplitude acentuada, de 7°,9. Não há dupla onda porém, a fase de noites mais quentes, acima de 19°, se estendendo de outubro a abril (época das chuvas), enquanto o inverno acarreta noites mais frescas 13°,3 — 12°,1 — 14°,8 em junho — julho — agosto.

Nada sabemos quanto à média anual da amplitude diária, apenas dos seus extremos: 18°,9 em agosto e 10°,1 em dezembro.

É o inverno a fase de grandes amplitude, acima de 17°, devido ao declínio das mínimas.

Mas no verão, de dezembro a fevereiro, as primelras se aproximam de 10°, sob as fortes chuvas.

Como máxima absoluta verificou-se 39°,8 (setembro), valores acima de 37°

podendo ocorrer de agosto a fevereiro, mas só abaixo daquele limite em junho (33°,4) ou julho (36°,2).

A mínima absoluta, em zona sujeita a friagens, logrou descer a 2°,6 (junho), valores de 3°,0 a 4°,2 tendo ocorrido em julho e agosto, e de 7°,4 ou 7°,6 em maio e setembro. Mas no período outubro a abril nunca o termómetro desceu aquém de 10°, ou de 14° entre fevereiro e abril.

Temos finalmente para a amplitude absoluta o valor de 37°,2. Utilidade experimental apenas 59 dias frescos por ano, dado que os quentes somam 306. Os primelros, 9 em cada mês, de dezembro a fevereiro, são apenas 7 em junho ou julho, praticamente não ocorrendo de agosto a outubro, ou em maio. Já as noites quentes se apresentam relativamente poucas para a baixa latitude, apenas 120 por ano; assim, de maio a setembro quase todas são frescas, de novembro a março ocorrendo perto de 12 em cada mês.

	Jun	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Noites quentes	19	17	12	10	1	—	—	1	4	10	19	20	120
Noites frescas	12	11	19	20	30	30	31	30	26	21	11	11	215

A LAVOURA

Climas de Mato-Grosso

Há assim 245 noites frescas por ano.

Os ventos são sensíveis, com velocidade média 1,8 mps, atingindo 2,1 no período de maio a julho, e descendo para 1,5 nos meses de fevereiro a abril.

Quanto às ventanias, 7 ocorrem normalmente por ano, concentradas a taxas de 1-2 cada mês, no período chuvoso, de setembro a fevereiro.

A umidade relativa, do valor anual 79,2, oscila com amplitude 18%, entre o máximo de 86,0 (fevereiro) e o mínimo 67,7 em agosto.

A fase mais úmida transcorre de novembro a abril, acima de 80%, com dezembro a fevereiro ultrapassando 85%. A mais seca, abaixo de 75%, corresponde a julho-setembro.

A nebulosidade média, de 5,9, oscila entre 7,5 — feve-

reiro, e 3,1 — julho, com amplitude 4,5. Na fase chuvosa de novembro a março, transcorre acima de 7,0, reduzindo-se porém a menos de 4,0 no inverno, de junho a agosto.

Contudo, são apenas 79 os dias encobertos, mais que 10 por mês de outubro a fevereiro, e, abaixo de 5, de maio a setembro, com extremos 15 em janeiro, e 1 em agosto, tendo falhado contudo os registros de março a abril. Já os dias claros, sob um total de 44 por ano, nunca ocorrem de novembro a março, mas só de abril a outubro, sob frequências 1, 6, 7, 12, 12, 5 e 1.

Assim, julho e agosto têm a maior contagem, 12 cada um. É evidente que os dias encobertos surgem na fase chuvosa, os claros na de seca.

Dada a situação na Baía Amazônica, chove bastante, acima de 2 metros, com uma altura anual de 2025 mm. É mais úmido fevereiro-408 mm e quase seco julho, com 2 mm. Os meses de outubro a abril superam 100 mm, e os de novembro a março 200 mm. Por outro lado, de maio a agosto todos os meses têm menos de 35 mm, com junho e julho sob 10 e 2 mm.

Fol de 145 mm a maior altura diária (novembro), na fase de maio a julho, nunca ocorrendo mais de 30 mm/24 horas.

Chove um dia cada três, ou melhor 133 por ano, acima de 15 mensalmente no período de novembro a março, ou de 20 em janeiro-fevereiro.

Durante o inverno, de maio a agosto, abaixo de 5, ou mesmo 0 em julho. Tempos:

Dias de Chuva:	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
	21	22	18	14	3	1	—	1	6	11	17	19	133

Note-se que 60 dias cada ano ultrapassam os 10 mm de precipitação.

As trovoadas são raras, só 48 no total, com frequências de 7-10 por mês na primavera e 2-6 nos meses de verão; mas 1-5 nos de outono e 0-1 nos de inverno. Só de setembro a novembro, um total de 25, ou seja, mais da metade da contagem anual, se verificou. Enquanto isso, de maio a agosto, o fenômeno soma 3 dias. São também raros os nevoeiros, totalizando 42, a taxas mensais 5-6 de novembro a março, mas apenas 1-2 de maio a outubro (5 em junho, porém). O fenômeno é assim típico do verão, e ligado às chuvas.

Quanto ao orvalho, só 13 ocorrências se verificam por ano, em média 0-3 mensalmente na fase maio a dezembro, e de janeiro a abril.

Concluimos que Utiariti, embora com dias quentes, só os apresenta mais penosos na primavera; as noites

permanecem geralmente frescas, embora com menor frequência de novembro a março. Extremos acentuados, sobretudo quanto à mínima, e céu nublado em geral. O vento é regular, e chove bastante, mas com frequências de apenas 133 dias. Raras trovoadas e nevoeiros, sob umidade elevada, redundam num clima satisfatório para a baixa latitude. *Cuiabá* — 15°35'S — 56°06'W — 165 ms. — Clima Awg1

É bastante elevada a média anual das temperaturas nesta região, com 25°5. Ocorre contudo uma única onda sob máximo de 27,0 em outubro, e mínimo 22,5 em julho, a segunda ondulação ficando limitada ao patamar de 26,2 em março. A amplitude anual é pois de 4°5.

A fase mais quente, acima de 26°, decorre na primavera e no verão, de setembro a abril, com valores bastante estáveis, em torno a 26°7 até dezembro e a 26°2 de ja-

neiro a abril. Só é mais fresco o período junho-julho, abaixo de 23°, notando-se que de maio a agosto ocorre menos que 25°.

As máximas são acentuadas, com média anual de 31°9, e oscilam entre 33°7 (setembro) e 30°3 (junho), sob amplitude 3°4. As tardes mais quentes, acima de 33°, se verificam de agosto a outubro. Novembro (32°5) constitui a transição ao período estável de dezembro a abril, sob 31°8, devido às chuvas. Fevereiro, com 31°6, indica pequena onda, de amplitude 0°2. Mas apenas o início do inverno, de maio a julho, abaixo de 31°, tem tardes mais suportáveis, embora ainda aquecidas.

A média das mínimas, 21,1, mostra noites em geral quentes, o elemento se estabilizando num máximo de 23°0 de dezembro a março, com nebulosidade acima de 7,0.

Desce contudo a 16°5 em

Julho, o que acarreta uma forte amplitude anual, de 6^o,5.

Na verdade, as mínimas superam 20^o desde setembro, 22^o a partir de outubro, e 23^o de dezembro a março, com 22^o,1 em abril. No período de maio a agosto estão abaixo de 20^o, e aquém dos 18^o em junho e julho.

A amplitude diária atinge assim 10^o,9, variando de 14^o,5 em agosto a 8^o,6 em fevereiro; mas se conserva acima dos 11^o de maio a outubro abaixo dos 10^o de novembro a abril, ficando estabilizada em 8^o,8 de dezembro a março.

A máxima absoluta foi bastante elevada, 42^o,2 tendo sido registrados em outubro. Valores acima de 40^o podem ocorrer de agosto a outubro, apenas em junho e julho o elemento nunca tendo ultrapassado 38^o.

A mínima absoluta desceu a 1^o,2 (junho), só de outubro a abril os valores permanecendo acima de 12^o (ou de 15^o na fase dezembro a março).

Mas, temperaturas entre 5^o e 8^o ocorreram nos meses de maio a setembro, desceendo como vimos a 1^o,2 em junho. Attingiu assim 41^o,0 a amplitude absoluta.

Culabá tem quentes quase todos os dias (349), apenas 16 frescos ocorrendo, com frequência mensal 3-4 de maio a julho. Estatística antiga aponta uma taxa anual de 100 dias muito quentes, acima de 31^o.

Há contudo 104 noites frescas, pois as quentes somam 261. Desde maio já temos maioria das primeiras, que irão predominar de junho até agosto, ainda ocorrendo em setembro.

Transcrevemos o quadro das noites frescas na fase mais significativa:

Maio	junho	julho
16	23	25
agosto	setembro	outubro
20	9	5

Os ventos são fracos, em média, 1,5 mps., bastante estável, com máximo 1,7 de setembro a janeiro, e mínimo 1,2 de abril a junho. Tam-

bém 13 ventanias ocorrem por ano, na taxa fixa de 1 cada mês.

A umidade relativa, sob normal 74,2%, apresenta amplitude 23%, pois oscila de 82,8 (março) a 59,8 (agosto).

A fase mais úmida corresponde a dezembro — maio, ou melhor, janeiro a abril, com máis de 80%. A mais seca, abaixo de 70%, se enquadra em julho a outubro, agosto e setembro estando próximos de 60%.

Em regra sob 79% as 7 horas, a umidade desce a 62% às 14 horas, atingindo 74% às 21 horas.

A nebulosidade é reduzida, com média anual 5,6, e corresponde a extremos 7,5 — dezembro, e 3,1 — agosto, sob uma amplitude 4,4. O período chuvoso é naturalmente mais encoberto, superando 6,0 de outubro a março, e 7,0 desde dezembro.

A fase mais limpa, junho a agosto, tem menos que 4,0.

Contudo, é elevada a taxa dos dias encobertos, 111 por ano, com extremos, 16 (dezembro) e 3 (julho). Os meses de outubro a março apresentam máis que 10 cada um (14 a 16 de dezembro a março), e os de junho e agosto somente 3-4.

Já os dias claros são apenas 68, máis frequentes (11-15-13) nos três meses do inverno, junho a agosto. A taxa correspondente declina a 1 por mês de dezembro a março.

Quanto à insolação totaliza 2037 horas por ano, entre o máximo de 225 (julho) e o mínimo 122 (fevereiro). Os meses mais iluminados são maio a agosto, com pouco acima de 200 horas cada, estando os menos favorecidos, de dezembro a março, todos abaixo de 150. As chuvas se apresentam hem máis escasas que em Utiariti, com normal de 1378 mm, o mês mais úmido sendo março (222) e o mais seco julho (9 mm). A fase chuvosa transcorre de outubro a abril, meses todos com máis que 100 mm, ou acima de 200 no período dezembro a março. Já na seca, maio e setembro,

têm menos que 50 mm, os intercalados, junho, julho, agosto, 13-9 e 26 mm.

A normal do ano pouco difere da encontrada por Delgado de Carvalho (1300), que citava como extremos máis seco e máis chuvoso da série 1000 e 1850 mm.

Já a maior altura em 24 horas alcançou 133 mm., os meses de agosto a março tendo registros acima de 90 mm, enquanto junho e julho nunca superaram 55 mm em 24 horas.

O número dos dias de chuva é 132, com uma frequência estável de 18-19 cada mês no período dezembro a março, o igualmente uniforme 3-2-2 em junho — julho — agosto. No período outubro a abril todos os meses superam 10 dias, maio e setembro tendo 6 cada um, e o inverno a contagem já transcrita.

Note-se que 43 dias por ano recolhem acima de 10 mm.

As trovoadas, quase tão frequentes como a chuva, totalizam 103, os meses de outubro a abril tendo taxas de 11-13 ou mesmo 15 em março. Já os de junho-agosto apenas 1-2 cada.

Quanto aos nevoeiros são raros, 29 por ano, e ocorrem na fase do outono-inverno, a taxas mensais 4-5 de abril a agosto, 1-2 em fevereiro, março, setembro e outubro. Não se formam nevoeiros de novembro a janeiro.

O orvalho, por fim, é muito frequente, 168 dias, com 8-9 ocorrências em setembro e outubro, 10-15 nos meses de novembro a março, 19-20 de abril a julho e 13 em agosto.

Resumindo, Culabá tem um clima muito quente dia e noite, máximas elevadas, forte umidade e frequentes dias encobertos. Chove bastante, e a insolação é acentuada. Trovoadas repetidas e o forte calor, redundam em um verão insuportável, com inverno apenas tolerável.

COXIPÓ — 15^o 34'S — 56^o 03'W 146 m. — Clima Avg1.



Climas de Mato-Grosso

Trata-se de localidade muito próxima de Cuiabá, e cujo clima só será descrito de modo sucinto, comparando-se aos dados daquela estação.

A temperatura média anual é um pouco menor, cerca de 0^o,6, atingindo 24^o,9. Mês baixa em julho, 21^o,4, torna-se mais elevada em novembro, 26^o,5, com amplitude 5^o,1, pouco maior que a de Cuiabá (4^o,5). A marécha do elemento é análogo à daquela estação, com valores acima de 26^o de outubro a março, e abaixo de 23^o em junho e julho.

Contudo a temperatura máxima é maior que 0^o,8 (média anual 32^o,7), ficando acima de 33^o de agosto a novembro, (máxima em setembro, 34^o,4). Após a estabilização em 32^o,4 (dezembro a abril), as máximas descem a 31,2 em maio.

Já o mínimo, de média anual 19^o,8 (1^o,3 inferior a Cuiabá), é menor em julho (14^o,0, portanto 2^o,5 a menos que na capital) e maior em janeiro sob 22^o,5.

O elemento se conserva estável de novembro a abril, em torno a 22^o, decaindo então rapidamente, para permanecer no inverno aquém de 16^o.

Cuiabá tem assim menores máximas, mas Coxipó as menores mínimas.

A amplitude média alcança 12^o,9 (2^o acima de Cuiabá), com mínimo de 10^o (dezembro), e que se mantém até março, seguido de elevação a 18^o,1 em agosto. A máxima absoluta foi contudo inferior à da capital, pois só atingiu 40^o,6, enquanto a mínima absoluta registra valor negativo, com 1^o,7, (junho); índices aquém de 5^o podem ocorrer no inverno, mas só acima de 14^o no verão. A amplitude absoluta é igual à de Cuiabá, com 42^o,3.

Os dias são todos quentes, num total de 348, apenas de abril a agosto 2 a 5 dias frescos surgindo cada mês.

As noites frescas são mais frequentes que em Cuiabá, pois as quentes somam 216.

Praticamente estas últimas dominam de novembro a abril, e as frescas de maio a agosto.

Noites Frescas

Jan	Fv.	Mar	Ab	Mai	Ju
2	2	2	6	23	23
Jl	Ag	St	Ot	Nv	Dz
30	28	15	7	4	2
140					

A humidade é bem superior à de Cuiabá, com 18,1%, oscilando de 84,7 (março) a 67,7 (agosto), portanto 17%.

De dezembro até maio o elemento ultrapassa 80%, descendo em agosto e setembro abaixo dos 70%.

Como parece lógico, a nebulosidade é idêntica à da capital, com 5,6, variando de 7,3 (dezembro) a 3,2 (julho), sob amplitude 4,1.

Existem assim 96 dias encobertos, os meses de novembro a março superando 10 (com 14 em dezembro), enquanto os de junho a agosto registam abaixo de 5 (com 2 em agosto). Há portanto menos 15 encobertos que em Cuiabá.

Os dias claros são também mais reduzidos (9) do que na capital, pois somam 59, com 14 em julho e 0 de dezembro, os meses do inverno tendo todos mais que 10, e os do verão de 0 a 1.

Ocorre desse modo, embora com a mesma média anual de nebulosidade, maior insolação, que supera em mais de 300 horas a de Cuiabá. Temos realmente 2365 horas, com extremos em agosto (266) e fevereiro (159). Todos os meses, de abril a outubro, registam acima de 200 horas.

Quanto à precipitação, alcança 1400 mm, quase idêntica à de Cuiabá, e oscilando de 237 (março) a 10 mm (julho). Os meses de maio a setembro registam todos menos que 50 mm, e os de dezembro a março mais que 200, excetuando janeiro (192).

Por fim, foi 108 mm a maior altura registrada em 24 horas (Cuiabá 133).

Os dias de chuva somam 118 (menos 14 que Cuiabá), distribuídos a taxas mensais

acima de 10 dias desde outubro até abril, notando-se que de dezembro a março todos os meses têm igualmente 17.

No inverno registam-se 2 1-2 dias em junho, julho, agosto, com 5 em maio e setembro. No total do ano, 43 dias recolhem mais que 10 mm.

Não existem observações da velocidade, mas só de ventanias, 4 por ano, todas durante a primavera (Cuiabá 13).

Quanto às trovoadas são 91, os meses de outubro a março superando 10, com os de inverno sob apenas 1-2. Muito raro o nevoeiro, apenas 9 dias por ano, 1-2 cada mês de fevereiro a agosto. Mais frequente o orvalho, 205 dias, acima de 20 mensalmente de abril a julho, e entre 11 e 17 nos meses restantes.

Coxipó tem assim um clima mais extremo que Cuiabá, com máximas e mínimas relativamente acentuadas. Portanto maior taxa de noites frescas, mas igual número de dias quentes. Chove com menor frequência, mas total idêntico, trovejando menos.

Apresenta portanto ligeira vantagem à noite com relação à capital.

DIAMANTINO — 14^o24'S — 56^o27'W — 259 m. — Clima Awgl.

Existem somente observações de temperaturas extremas. As máximas, de média anual 32^o,6, são mais elevadas no início da primavera, acima dos 33^o de agosto a outubro (34^o,6 em setembro).

No verão se conservam em torno a 32^o, com 31^o,9 em fevereiro, e menor valor, 31^o,7 em junho. Pode-se dizer que os índices são estáveis de dezembro a julho, em torno a 32^o, a amplitude anual alcançando 2^o,9, com dias mais quentes em agosto e setembro, um pouco menos em outubro.

As mínimas, de média 17^o,8, oscilam mais, cerca de

49,9, entre 19^o,6 (janeiro) e 14^o,7 (julho).

Permanecem estáveis, sob 18^o,5, de setembro a dezembro, elevando-se de janeiro a março a 19^o,4 em média; o outono traz declínio para 17^o,0 (maio), com o inverno sob 15^o,6 — 14^o,7 — 16^o,5, respectivamente em junho, julho e agosto.

E assim 14^o,7 a amplitude diária, menor em janeiro (12^o,6), e maior em agosto (17^o,8).

Conserva-se entre 12^o e 15^o de outubro a março, mas acima de 17^o em julho e agosto.

A máxima absoluta atingiu 40^o,2 (setembro), o termômetro nunca ultrapassando 37^o de dezembro a maio, mas chegando além dos 39^o, de agosto a outubro.

A mínima absoluta, muito baixa, desceu a 0^o,8 (junho). Índices aquém de 10^o podem ocorrer de maio a dezembro, mas só acima de 14^o entre janeiro e março. Foi assim de 39^o,4 a amplitude absoluta.

A estatística dos dias quentes foi desprezada, mas a das noites quentes totaliza 81, como dêsse modo 284 frescas, o que parece excessivo temos:

Noite quentes

Noites frescas

J	F	M	Ab	M	Ju
13	12	13	10	2	—
18	16	18	20	29	30

Jl	Ag	St	Ot	Nv	Dz	Ano
—	1	5	8	8	9	81
31	30	25	23	22	22	284

A velocidade do vento, em média 1,1 mps, oscilla pouco, de 1,3 (setembro) a 0,9 (março), notando-se na região 7 ventanias, tôdas durante a primavera e o verão, 1 cada mês.

A nebulosidade, em média 51, oscilla de 7,1 (dezembro) a 2,6 (agosto), com uma amplitude 4,5. Torna-se mais elevada, acima de 6,0 de novembro a março, e inferior a 3,0 de junho, a agosto.

Corresponde allás a 90 dias encobertos; acima de 10 nos meses de novembro a março, com 15 em dezembro, mas 2-3 nos meses de maio a agosto.

Já os dias claros, 76 por ano, ultrapassam 10 nos diversos meses de maio a agosto (17 no último), desceendo para 0-1 nos de dezembro a março.

Podemos examinar agora a precipitação, 1.786 mm por ano, com extremos 322 mm (janeiro) e 8 (julho). A partir de outubro as alturas mensais superam 100 mm, e desde dezembro até março 200 mm (322 em janeiro, como vimos, com abril ainda sob 162).

De maio a agosto todos os meses registam menos de 50 mm.

Por fim, foi 138 mm a maior precipitação em 24

horas, os totais se limitando a 40 mm de maio a julho.

Chove 106 dias por ano, dos quais 46 acima de 10 mm.

Todos os meses, de novembro a março, têm acima de 10 dias, com 18 em janeiro. Abril traz declínio, que se processa rapidamente, junho-julho e agosto registando apenas 1 dia de chuva cada.

Há 95 trovoadas, os meses de outubro a março todos superando 10 dias, salvo fevereiro, enquanto 14 se registam em outubro. Já nos meses de inverno, só 1-2 trovoadas ocorrem.

São apenas 13 os nevoeiros, todos de dezembro a julho, sob taxas mensais 1-3, a última em março e abril. O orvalho se torna escasso, com 46 dias, mais freqüente (6-10 mensalmente) de abril a julho, e menos (2) de novembro a março.

Diamantino tem assim um clima quente de dia, mas fresco à noite, com extremos mais pronunciados no sentido da mínima, quase 0^o. Nebulosidade regular e chuva elevada, mas de freqüência reduzida, pouco superior à das trovoadas. Noites geralmente frescas, e dias sempre quentes num clima portanto tolerável.

(Cont. no próximo número)

EXTINÇÃO DA MONOCULTURA

A monocultura será extinta em toda a região brejeira do Estado da Paraíba, até a conclusão do "Anel do Brejo", rodovia que cortará os principais municípios produtores da cana de açúcar e sisal.

Estudos para implantação de uma variedade de produtos agropecuários na área estão sendo realizados por uma equipe de engenheiros-agronomos do Ministério da Agricultura e de outros órgãos ligados ao setor na Paraíba.

A maior preocupação dos técnicos visa a extinção da monocultura em toda a zona brejeira e a implantação de outros produtos agropecuários, além do feijão, arroz, milho e mandioca.

A estrada denominada "Anel do Brejo" cortará as cidades de Alagoa Grande, Esperança, Areia, Guarabira, Alagoinha além de suas ramificações diretamente com os municípios de Alagoa Nova, Alagoa de Róça, Molungu, Areial etc., e, segundo pretende o governador João Agripino, deverá ser iniciada no próximo ano.

Dentro do plano para a extinção da monocultura na aludida área, funcionará ao mesmo tempo um outro de combater à seiva e de execução dos trabalhos de fitopatologia existentes, que segundo os técnicos poderão oferecer maiores possibilidades de safra para os agricultores, que também receberão orientação sobre como plantar, colher e ensilar seus produtos.

Com a publicação do Decreto n.º 64.047 — de 31 de Janeiro de 1969 (DO de ... 4/2/69), ficam estabelecidas as normas para o abate de gado bovino, no ano de 1969. As fêmeas, até cinco anos de idade só serão abatidas, inclusive bezerras ou teneiras, mediante prévia e rigorosa inspeção veterinária na qual revelem ser portadoras de deficiências orgânicas tornando anti-econômica sua manutenção no rebanho; apresentem defeitos morfológicos, fisiológicos ou vícios que invalidem para a reprodução; e estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática, sendo necessário, nesse caso, a apresentação do certificado oficial.

O decreto é o seguinte:

“Art. 1.º — O abate de gado bovino no ano de 1969 reger-se-á pelas normas contidas no presente Decreto.

Art. 2.º — Fica proibido em todo o território nacional o abate de fêmeas até 5 (cinco) anos de idade assim consideradas as que não apresentem os dentes incisivos iguallados, incluindo-se na proibição as bezerras.

§ 1.º — Exclui-se da proibição de que trata este artigo o abate de fêmeas, inclusive bezerras ou teneiras, que mediante prévia e rigorosa inspeção veterinária:

a) demonstrem ser portadoras de deficiências orgânicas que tornem anti-econômica sua manutenção no rebanho;

b) apresentem defeitos morfológicos, fisiológicos ou vícios que as invalidem para a reprodução; e

c) estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática exigindo-se, nesse caso, a apresentação do certificado veterinário oficial.

§ 2.º — Excluem-se também, da proibição constante

dêste artigo, mediante exibição de atestado oficial, as fêmeas refugadas dos trabalhos zootécnicos que visem, através de cruzamentos entre raças diferentes, a formação de nova raça;

Art. 3.º — O abate de fêmeas no Estado do Rio Grande do Sul será regulado pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, nos termos de ajuste a ser estabelecido com o Ministério da Agricultura.

Art. 4.º — A inobservância do disposto neste Decreto importará para os estabelecimentos sob inspeção federal, bem como para aqueles sob jurisdição dos Estados, Territórios ou Municípios, na aplicação das penalidades previstas no artigo n.º 880, letra “d”, n.º 11, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto n.º 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelo Decreto n.º 1.255, de 25 de junho de 1962.

Art. 5.º — Serão proibidos de funcionar os estabelecimentos abatedores que não se enquadrem no regime de inspeção federal previsto no Regulamento citado no artigo anterior, quando infringirem as normas previstas neste Decreto.

Art. 6.º — Será cassada a atividade dos marchantes que violarem o disposto no art. 2.º dêste Decreto.

Art. 7.º — Serão responsabilizados, nos termos da legislação vigente, os órgãos, entidades, autoridades e os servidores públicos que incumbidos da aplicação dêste Decreto, deixarem de cumprir o que nele se estatui.

Art. 8.º — Ao Ministério da Agricultura, através do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — DDIA, compete zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas no presente Decreto.

Art. 9.º — A Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) colaborará com os órgãos fiscalizadores e responsáveis pelo cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 10 — O Ministério da Agricultura cooperará com o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) e a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) na elaboração e execução dos planos de estocagem e de exportação de carnes bovinas.

Art. 11 — A observância das medidas e aplicação das penalidades constantes do presente Decreto competem:

a) ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA), do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária (DDIA), do Ministério da Agricultura, nos estabelecimentos sujeitos a inspeção federal;

b) aos órgãos oficiais dos Estados, Territórios e Municípios que explorem matadouros para abastecimento regional e local ou sejam encarregados da inspeção em estabelecimentos dêsse gênero;

c) às Prefeituras Municipais, Associações Rurais ou outros órgãos aos quais venha a ser delegada competência, nos estabelecimentos sujeitos à jurisdição municipal.

Art. 12 — Os demais órgãos do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária (DDIA), localizados nos Estados e Territórios bem como os Serviços de Acôrdos, celebrados pelo Ministério da Agricultura e vinculados àquele órgão, cooperarão, quanto aos estabelecimentos não sujeitos à inspeção federal, na fiscalização do cumprimento das normas estatuidas neste Decreto.

Parágrafo único — Com êsse objetivo deverão os ór-

O autor do artigo inserto neste número, sob o título "Vizinhança", indaga sobre a planta cujo título encabeça esta nota.

Vamos, daqui, procurar satisfazer-lhe a curiosidade.

Evóneo Bertl Filho, bolsista pelo Convênio USAID/IOSU-ESALQ, junto à Cadeira de Entomologia da ESALQ-USP, em artigo na revista "O Solo", do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", de São Paulo, informa-nos que o "Kiri" é uma planta oriunda de Formosa e introduzida na zona sul do Japão, de onde a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz importou sementes da espécie *Paulownia fortunei* (Scrophulariaceae) e P. Kawakami.

Trata, no artigo, de algumas pragas que, infelizmente, já atacam as nossas plantações, referindo que, em li-

ções previstos neste artigo manter entendimentos com as autoridades estaduais e municipais, visando a celebrar convênios ou adotar medidas necessárias à fiscalização.

Art. 13 — As autoridades de defesa sanitária animal da União, dos Estados, Territórios e Municípios não poderão fornecer certificado sanitário para o trânsito de carneas destinadas ao abate em desacôrdo com o disposto no art. 2.º seja qual for o meio de transporte usado.

Art. 14 — Nos casos de dúvida ou omissão quanto a aplicação das normas fixadas no presente Decreto, caberá ao Ministério da Agricultura decidir.

Art. 15 — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

teratura não científica, foram assinalados: formigas quem-quem e besourinho das folhas, este não determinado pelo autor, além do ataque do nematóide *Meloidogyne arenari* (Lordeleio Kazanawa).

E cita as seguintes pragas na referida plantação:

- a) Ordem Lepidoptera
 Família: Nectulidae
Hellolhis virescens
 Fabr.
Prodenia latifascia
 Walker
 Família: Nymphalidae
Junonia Genoveva
 Cramer
- b) Ordem Coleptera
 Família: Chrysomelidae (Alticionae)
Crimissa sp.
- c) Ordem Hemiptera
 Família: Pentatomidae (Pentatominae)
Nezara viridula Linné
 Família: Miridae
Engyptus sp. (E. n. latins (Distant)?
 Ainda encontramos um predador de *N. viridula*, parasita das formas jovens: Reduviidae (Zellinae).
- d) Ordem Acarina
 Família: Tetranychidae
Tetranychus ludeni
 (Zacher)

A Lima G. Pereira e A. G. Zagatto, no Vol. XXXIV de "O Biológico", também de São Paulo, oferecem-nos novos informes a respeito da planta asiática, adiantando que o "Kiri" encontrou naquele Estado ótimas condições ecológico-sanitárias e que sua cultura vem tendo grande desenvolvimento, por oferecer as vantagens de um crescimento rápido, aliado à produção de madeira leve, ideal para caixotaria, móveis, lápis, etc.

Mas também nos dão a notícia de que o "Kiri" se constituiu em novo hospedeiro do *Agrobacterium tumefaciens*.

Informam os autores citados que, em inspeções realizadas numa cultura de "Kiri" procedente de Formosa, foi registrada uma séria doença no município de Santana de Parnaíba, com perda de 10% das plantas. A recuperação vinha sendo tentada por meio de decapa das árvores a fim de provocar a formação de uma nova parte do vegetal.

Els como os técnicos citados descrevem a doença:

"Os pés atacados podem ser reconhecidos a distância pelo aspecto típico conferido pela distribuição de galhas de aparênci globosa e com dimensões até de 8 centímetros, situados em locais de inserção das folhas opostas que alternavam em ângulo reto com as folhas imediatamente superiores e inferiores. As maiores galhas situam-se nas partes do tronco de maior vegetação. Os pés atacados emitem inflorescência prematuramente. Com o progredir da doença, pode ser observado, no local dos tumores, o rompimento da casca e mostrando no seu interior, um tecido escuro e decomposto, que estendendo-se além da zona da casca, provoca rápida decadência do vegetal. Tumores secundários e em fase de desenvolvimento foram observados em alguns pés em brotação, que sofreram a decapa a cerca de 12 centímetros do solo."

Plantemos o Kiri, mas tentemos de defendê-lo dos seus inimigos que, pelo visto, já não são poucos no Brasil.

L. M. P.

A PRODUÇÃO MUNDIAL DO ALGODÃO DIMINUIU EM 6 ANOS

A produção mundial do algodão em 1967/68 está calculada em 47,1 milhões de fardos, (1) a menor desde 1961.

Equivale a 1,2 milhões de fardos menos do que a safra de 1966/67 e 6,8 milhões abaixo da de 1965/66 que foi recorde.

Há dois anos consecutivos que a redução tem se revelado sobretudo nos Estados Unidos.

Quer a produção dos países estrangeiros do Mundo Livre, estimada em 23,2 milhões de fardos, quer a dos países comunistas criada em 16,4 milhões de fardos, aumentaram desde o ano passado.

A área ocupada com a cultura do algodão, bem como a média de produção por acre apresentaram-se também reduzidas em 1967/68 em comparação com o ano anterior.

A área total ocupada com algodão nessa safra é de 75,7 milhões de acres, 1,0 menos do que 1966/67 e menos, aproximadamente, de 5,0 milhões da média dos anos de 1960/64.

A média de produção correspondente a 29 libras de fibras por acre ficou aquém da média de produção da safra anterior que equivaleu a 302 libras.

O beneficiamento final da safra algodoeira de 1967/68 nos Estados Unidos revelou a produção de 7.455.000 fardos, isto é, a menor colheita desde 1895, e inferior em cerca de 2 milhões de fardos à safra de 1966/67.

A área colhida, cerca de 8 milhões de acres, foi inferior à do ano anterior em 1,6 milhões de acres e um pouco acima da metade da média dos anos de 1960/64.

A média de produção desta safra — 447 libras-pêso

de pluma por acre — é a mais baixa desde a safra de 1961 e se aproxima das 480 libras-pêso da safra de 1966/67.

PRODUÇÃO LATINO-AMERICANA

Comparada com a produção de 1966/67, a safra de 1967/68 para a América do Sul deve ser maior, ao passo que a da América Central e do México sofrerão um decurso.

Na América do Sul, em muitos países, exceto o Brasil, a produção algodoeira será mais ou menos igual à safra de 1966/67.

A atual safra brasileira está calculada em 2.300.000 fardos, o que representa um aumento de 250.000 fardos sobre a do ano anterior. A produção do Peru está estimada em cerca de 465.000 fardos, portanto com uma queda de 10.000 fardos em relação à última safra.

A primeira estimativa oficial da safra argentina realizada pelo Ministério da Agricultura daquele país, acusa uma produção em torno de 320.000 fardos em comparação com os 400.000 da safra anterior. Esta foi a menor produção desde a Segunda Grande Guerra.

A produção algodoeira da América Central tem diminuído consecutivamente durante as três últimas safras. Sua produção está orçada em 1.010.000 fardos em comparação com 1.051.000 fardos da safra 1966/67.

A produção do algodão diminuiu em El Salvador, Honduras e Nicarágua, aumentando na Costa Rica e na Guatemala. A safra deste ano no México, está orçada em 2 milhões de fardos, 11 por cento menos do que a última colheita e 24% menos

do que a safra recorde de 1965/66.

EUROPA E RÚSSIA

A produção algodoeira da Europa está calculada em 869.000 fardos, uma diminuição, portanto, de 86.000 fardos da safra 1966/67. A redução mais acentuada verificou-se na Espanha, cuja produção de 300.000 fardos baixou para mais de uma quarta-parte da última safra. Na Grécia, tem havido um aumento consecutivo nos últimos quatro anos agrícolas, a produção está calculada em cerca de 443.000 fardos, acima portanto da última safra que equivaleu a 404.000 fardos.

A produção da Rússia está sendo esperada em cerca de 9.300.000 fardos. Esta produção, mais ou menos igual à da última safra, porém, obtida em área um pouco menor.

A produção deste ano está calculada em 744 libras-pêso por acre, isto é, 12 libras-pêso por acre a mais do que no último ano.

GRANDE REDUÇÃO NAS SAFRAS AFRICANAS

Em muitos países dos maiores produtores da África, a produção algodoeira foi prejudicada pela ação do tempo.

A produção da Nigéria está calculada em 125.000 fardos, cerca de 50% menos do que no ano anterior. Na República da África do Sul a safra está sendo esperada em 50.000 fardos, isto é, 25.000 fardos a menos do ano agrícola 1966/67.

O excesso de chuvas durante o período de crescimento das culturas, fizeram com que houvesse um corte na produção da safra de 1967/68

(1) Todos os fardos são de 480 libras-pêso líquidos.

em Uganda, equivalente a .. 275.000 fardos, inferior à do ano anterior que foi de .. 350.000.

A safra da Tanzânia orçou em 300.000 fardos em comparação com os 360.000 do ano anterior.

A produção das Repúblicas Árabes Unidas, estimada em 2 milhões de fardos, foi 90.000 fardos inferior à da safra anterior.

A safra do Marrocos, cuja maior parte se constitui de variedades algodoeiras de fibras extralargas, baixou para 25.000 fardos, isto é, cerca de 10.000 fardos a menos do que a safra de 1966/67.

A produção da Rodésia está sendo calculada em torno de 80.000 fardos, mais 20.000 do que a safra anterior.

A safra sudanesa provavelmente não ultrapassará os 900.000 fardos, isto é, um pouquinho mais do que a de 1966/67.

ORIENTE MÉDIO, ASIA, AUSTRÁLIA

As safras algodoeiras da Turquia, Índia, Paquistão e Austrália atingiram a níveis recordes neste ano agrícola.

A produção da Índia em 1967/68 está calculada em 5.200.000 fardos, portanto, superior aos 4.600.000 fardos do ano agrícola 1966/67 e igual ao de 1963/64, que foi um ano recorde.

O Paquistão produziu ... 2.240.000 fardos o que constitui um recorde, sobrepujando a última safra em ... 140.000 fardos.

Espera-se, na Turquia, um recorde de produção, correspondendo a 1.800.000 fardos, isto é, mais 50.000 fardos do que a última safra.

A produção da Síria está estimada em 550.000 fardos, menor do que a de 1966/67, que foi de 650.000 fardos.

A Austrália espera um recorde de produção nesta safra, equivalente a 140.000 fardos, muito acima dos .. 85.000 fardos do último ano agrícola e da média dos anos de 1960/64, que foi apenas de 17.000 fardos.

A China Continental obtém uma produção correspondente a 7.000.000 de fardos, um aumento, portanto, em relação aos 6.500.000 fardos da safra de 1966/67.

MENOR PRODUÇÃO DE FIBRAS EXTRALONGAS

A produção de fibras extralargas no Mundo Livre, em 1967/68, está calculada em torno de 1.800.000 fardos, menor do que à da safra de 1966/67 que equivaleu a 2.000.000 de fardos.

Calcula-se a produção das Repúblicas Árabes Unidas em 59.000 fardos menos do que no ano passado.

A safra sudanesa, que no momento está sendo colhida, dará, talvez, 30.000 fardos menos do que a produção do ano anterior.

A produção do Marrocos está sendo esperada com 10.000 fardos menos do que a última safra.

E a produção peruana está calculada em 65.000 fardos menos do que a do ano agrícola 1964/67.

A safra do algodão egípcio-americano, nos Estados Unidos, será de 70.000 fardos aquém da última estação.

Este artigo foi extraído da nova publicação-circular "World Cotton Crop Smallest in 6 Years", fornecida graciosamente pelo Serviço Exterior de Agricultura, USDA, Sala 5.918, Washington, D.C. 20250.

FINANCIAMENTO PARA A PECUÁRIA

O Banco do Brasil tem 20 milhões de cruzeiros novos para aplicar, até o fim do ano, no financiamento de planos de desenvolvimento rural integrado, ao nível de fazendas, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná.

SAFRA DO MILHO NO CEARÁ

O Ceará vai ter uma das maiores safras de milho de sua história, enquanto o algodão deverá chegar a 75 milhões de quilos, igual ao que foi produzido no ano passado. O arroz também terá excelente safra, embora sem acompanhar o ritmo de produção de 1968, a maior de todos os tempos. Já o feijão decrescerá, tendo a região de Crateús sofrido queda substancial nos níveis de produção.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Setembro e Outubro

OLERICOLAS

Setembro — Continua-se no plantio de quiabo, abóbora, maxixe, melancia, espinafre, berinjela, jiló, pimentão. Termina a época do semeio de cenoura.

Ótimo mês para o plantio de batata-doce.

Outubro — Termina o semeio de alface (variedades repolhudas), só se plantando daí para a frente variedade de verão. Semeia-se couve troncha para Natal e planta-se milho.

FRUTICOLAS

Setembro — Término da estação de fertilização dos pomares. Ótimo mês para a limpeza e desbrotada dos bananais. Colhe-se sapoti, ablo, banana, laranjas tardias e mamão.

Outubro — Bom mês para a retirada e plantio de mudas de bananeiras. Último mês para o plantio da melancia. Inicia-se a colheita do caju, colhendo-se ainda laranja seleta, mamão e sapoti.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

Por Hugo Martin

Especial para "A Lavoura"

A integração econômica, embora não tenha avançado tão rapidamente como seria do agrado de muitos na América Latina e nos Estados Unidos, é, atualmente, um projeto de mais alta prioridade para a maioria dos líderes em economia, já que sabem que, sem ela, não se conseguirá um progresso verdadeiramente importante.

Isso ficou demonstrado, recentemente, ao realizar-se uma conferência auspiciada conjuntamente pela Universidade Austral, de Valdivia, Chile, e a Universidade Nacional do Sul, de Bala Blanca, Argentina. Foi essa a primeira reunião que, sob tais patrocínios, se realizou com o propósito único de discutir os problemas da integração econômica.

Das deliberações resultaram duas importantes conclusões: 1 — Embora lentamente, continua-se avançando para a integração econômica da América Latina; 2 — Os obstáculos à integração não são insuperáveis.

Além disso, tornou-se claro que a integração é o mais importante instrumento para garantir a adequada aplicação da tecnologia moderna às economias latino-americanas.

As vezes, perde-se de vista o fato de que a idéia da integração econômica da América Latina é relativamente nova, tendo atraído a atenção dos economistas e líderes pela primeira vez há apenas um decênio. Foi em 1960 que se assinaram os primeiros acordos de integração o Tratado de Manágua, pelo qual se criou o Mercado Comum Centro-Americano; o Tratado de Montevideu, para estabele-

cer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e o acordo que deu origem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Um acontecimento importante, foi a reunião de Chefes de Estado das Repúblicas Americanas, realizada, em 1967, em Punta del Este, Uruguai. Nessa reunião, fixaram-se prazos para o estabelecimento de um Mercado Comum Latino-Americano.

Já se conseguiu considerável progresso nesse sentido, embora ainda reste muita coisa por fazer. O comércio entre os membros de grupos regionais aumentou substancialmente; conceberam-se e levaram-se a efeito projetos multinacionais de desenvolvimento nos campos do transporte e comunicações; negociaram-se tratados complementares e estabeleceram-se programas integrados para o desenvolvimento de zonas e regiões vizinhas.

Ao ampliar-se os mercados latino-americanos, mediante maior integração, serão abertos os caminhos para uma diversificação das exportações de produtos manufaturados e semi-manufaturados. Esse fato faria aumentar a eficiência na produção e provocaria uma baixa dos preços, o que poria um maior número de artigos ao alcance dos consumidores de todas as classes. A ampliação dos mercados também aumentaria as receitas, permitindo a elevação dos salários dos trabalhadores e o aumento dos lucros das empresas.

A integração econômica é um processo que favorece não só os países em desenvolvimento, mas também os desenvolvidos, por isso que todos se beneficiariam do aumento do número de pessoas com capacidade para comprar, além daquilo que é indispensável à vida, algumas das coisas que tornam a existência mais agradável.

A brecha tecnológica entre os países em desenvolvimento e as nações industrialmente avançadas é, freqüentemente, fonte de desânimo para os países que procuram colocar-se à altura dos mais progressistas.

Os países em desenvolvimento têm numerosas dificuldades, como, por exemplo, a insuficiência de verbas para pesquisas, a escassez de meios de ensino, o êxodo de profissionais e a falta de elementos com capacidade administrativa para suas empresas. Mediante a integração, muitos dos recursos naturais, que podem parecer pequenos, considerados isoladamente, serão reunidos a outros e, desse modo, beneficiarão todos os interessados. (IPS)

RECORDES DO ALGODÃO

O algodão está batendo três recordes: de produção no País, com perspectiva da colheita nacional alcançar, nesta safra, 700.000 toneladas de pluma; na exportação brasileira, com estimativa de 320.000 toneladas; e na produtividade por alqueire, em São Paulo, com o registro de colheita de 245 arrobas.

Notícias e Informações

SOLUÇÃO GOVERNAMENTAL PARA OS CAFEZAIS PERDIDOS

A diversificação da lavoura nas regiões cafeeiras do Paraná, atingida pelas geadas, através da utilização de sementes classificadas, da correção e da adubação do solo e da assistência direta aos lavradores serão as medidas adotadas pelo Governo para resolver o problema da lavoura paranaense.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

A Secretaria da Agricultura da Bahia obteve do Instituto Brasileiro do Café recursos no montante de 400 mil cruzeiros novos para aplicá-los na mecanização da lavoura, nas regiões onde os cafés são improdutivos foram radicados para o plantio de novas culturas. Esses recursos serão liberados em parcelas, a primeira das quais será paga, brevemente, para a aquisição de tratores e outros implementos agrícolas.

REDUZIDA A SAFRA DE ARROZ EM GOIÁS

A safra do arroz, no período 68/69, não será superior a 16 milhões de sacos e será inferior à do período anterior em quase um terço, em virtude da queda (de 20 por cento) ocasionada pela estiagem e também porque o volume de plantio permaneceu estacionário, ainda que

se utilizando de uma área de beneficiamento bastante maior.

CRISE DA MANDIOCA EM SÃO PAULO

Estão em crise os produtores de mandioca do Estado de São Paulo, porque não encontram preços compatíveis com os custos, para comercializar sua produção. Várias regiões do Estado dedicam-se ao cultivo dessa raiz, porém a mais afetada pela crise é a Alta Sorocabana, onde, em Assis, Cândido Mota, Ibirarema, Palmítal e Maracá, mais de 8 mil alqueires de terras são cobertos pela mandioca. E os lavradores não encontram perspectivas para seus negócios, oprimidos pelos industriais que não alcançam, por sua vez, melhor preço na colocação do produto para o consumo.

NOVOS TRATORES PARA O ESTADO DO RIO

No início do mês de julho, chegaram da Iugoslávia 50 tratores encomendados pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, para ajudar os agricultores do Norte fluminense nos trabalhos de irrigação e açudagem.

PECUÁRIA NORDESTINA

O rebanho bovino do Nordeste cresceu em 44%, no decênio 1950/66, evoluindo de 12,7 mil cabeças para 18,3 mil. No mesmo período, o re-

banho brasileiro cresceu apenas em 35%.

São elementos estatísticos liberados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, que classifica o Nordeste como detentor do terceiro rebanho do País.

AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Embora com relativo atraso em relação a muitos países, surgiu no Brasil o emprego de aviões na defesa da lavoura; dez empresas de aviação agrícola se dedicam a esse tipo de negócio, com 30 aviões.

VENDE DE EXCEDENTES DE ARROZ

A cotação baixa no mercado internacional dos preços do arroz está ocasionando uma enorme dificuldade para a comercialização dos excedentes da produção arrozeira do Rio Grande do Sul.

NOVOS CENTROS DE PESQUISA AGRÍCOLA

Três importantes centros de pesquisas instalados a partir de 1960 no Estado de S. Paulo, completaram a tradicional rede de instituições criadas para estabelecer as bases do aprimoramento da agricultura paulista. O Centro de Mecânica de Jundiaí, o Centro de Nutrição Animal de Nava Odessa e o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos de

A LAVOURA

Campinas constituíram o tripé que estava faltando à velha estrutura da Secretaria da Agricultura, até então integrada, neste setor, apenas pelo Instituto Biológico e pelo Instituto Agrônomico.

ANTIINFLAÇÃO NA AGRICULTURA

A tendência antinflacionária do setor agrícola brasileiro é resultante da estabilização dos preços do arroz, feijão e milho, em consequência das colheitas abundantes do ano passado e das previsões favoráveis para as safras de 1969/70.

NOVA INDÚSTRIA BAIANA

Entre agosto e setembro deste ano, mais uma nova indústria estará em funcionamento no Centro Industrial de Aratu. Bahía: a Tramontina Industrial Ltda. A nova empresa vai ocupar uma área de 37.500 metros quadrados e é destinada à fabricação de equipamentos agrícolas. A produção prevista para o primeiro ano de operação é de 1.750 mil peças, atendendo a grande parte do consumo no Norte e Nordeste do Brasil.

PRODUÇÃO DE UVA

Nova fonte de produção agrícola abriu-se nos últimos tempos ao Norte do Paraná. Trata-se da produção de uvas de mesa. Atualmente, mais de 300 produtores se dedicam a esta atividade, que está proporcionando bons lucros e criando possibilidades de diversificação também para uvas destinadas ao preparo de vinhos.

FINANCIAMENTO A QUATRO COOPERATIVAS ESTADUAIS

Do total de NCr\$ 10 milhões e 250 mil em financiamentos federais às cooperativas de avicultores do Rio, Estado do Rio, São Paulo e Espírito Santo, NCr\$ 8 milhões serão destinados ao depósito de milho e o restante custeará a estocagem de frangos abatidos.

FINANCIAMENTO PARA MÁQUINA DE PEGAR ABELHAS

A máquina foi batizada por Núcleo Alvorada de Atração. Compreende várias câmaras de aprisionamento e um instrumento especial para evaporação de preparado à base de néctar e mel. Isto atrai as abelhas em poucos minutos, permitindo a seleção das africanas que, segundo resolução apresentada pelo Ministério do último Congresso Brasileiro de Apicultura, não devem ser eliminadas, mas cruzadas.

PARAÍBA AUMENTA PRODUÇÃO ALGODOEIRA

A Paraíba produzirá, este ano, 450 mil toneladas de algodão, sendo esta, segundo prevê o Escritório Central de Planejamento e Controle do Ministério da Agricultura, a maior safra da colheita paraibana.

GRANDE SAFRA PARAIBANA

Choveu muito no sertão da Paraíba. Na região de Campina Grande as chuvas foram excepcionais e consideradas as melhores de todos os tempos. Divulgando tais informações, a Secretaria da Agricultura anunciou que a safra de 1969/70 será a maior e melhor de toda a história paraibana.

ÊXODO SERINGALISTA

O reajustamento do preço da borracha em 20 por cento deverá melhorar o padrão de vida dos seringalistas evitando desta maneira o seu êxodo para as cidades.

RAIVA ATACA REBANHO MINEIRO

Duas mil cabeças de gado foram dizimadas pela raiva, na Zona da Mata, em Minas Gerais. Nem todos sabem que a raiva pode atacar os rebanhos. Estes podem ser atingidos pela fúria de algum animal louco, como o cão, e neste caso a doença atinge apenas alguns animais do

rebanho. Outras vezes, pode ocorrer verdadeira epidemia de raiva bovina quando transmitida por morcegos hematófagos. Contra a raiva bovina se prepara uma vacina semelhante à utilizada para proteger os cães.

PROBLEMAS DA PECUÁRIA NORDESTINA

A exploração pecuária nordestina se caracteriza por um regime de criação extensiva ou de pasto, e por uma quase completa falta de especialização. Várias causas, direta ou indiretamente, respondem pelo baixo rendimento e baixa produtividade do setor. Dentre os fatores que mais acintosamente se opõem ao desenvolvimento da produção pecuária, e que dificultam a elevação do nível de renda dos produtores, destacam-se as deficiências alimentares, as condições sanitárias, as limitações zootécnicas, a assistência técnica e creditícia e o comportamento do pecuarista.

ESTOCAGEM DE TRIGO

Até silos de plástico serão empregados no Rio Grande do Sul, se necessário, para armazenar a próxima safra de trigo, que se anuncia capaz de atingir um milhão de toneladas, a maior de todos os tempos e que, dentro do Plano Estratégico do Governo Federal, estava prevista somente para 1971/72.

GUIANA ABASTECE RORAIMA

A população do Território Federal de Roraima, estimada em 44 mil habitantes espalhados por uma área de 230 mil quilômetros quadrados, vem sendo abastecida nos produtos básicos da alimentação pelas Guianas, que, através da BR-401 (em construção), fornece não só a batata, cebola, arroz, mas também trigo e borracha. A causa ligada em parte à economia da região — básica — deve-se principalmente à falta de estradas, uma vez que no momento a única via de ligação terrestre com Ma

naus — a BR-174 — ainda se encontra em fase de desmamentamento, com apenas 238 km. dos 970, semiconstruídos, conforme o DNER.

NORDESTE AUMENTA PRODUÇÃO DE ARROZ

A produção de arroz do Nordeste alcançou, em 1967, a cifra de 933 toneladas, ocupando uma área de 741 mil hectares e atingindo um valor de produção da ordem de NCr\$ 152,2 milhões.

FINANCIAMENTO PARA O NORDESTE

Para fomentar a produção e a industrialização do leite em Pernambuco, desenvolver o ensino agrícola no Rio Grande do Norte, instalar silos metálicos na Paraíba, incentivar o cooperativismo no Piauí, intensificar a eletrificação rural no Ceará e inaugurar, em Alagoas, o Laboratório do Solo e da Água, do Instituto de Tecnologia, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário acaba de fazer entrega a diversas entidades estaduais da verba global de NCr\$ 1.110.388,20.

FLOR BRASILEIRA NO MERCADO MUNDIAL

O alto valor das flores brasileiras no mercado mundial — principalmente na Europa e Estados Unidos — e as possibilidades que se abrem para o Brasil nesse campo, está possibilitando a criação de uma cooperativa de produtores, que cuidará do aumento da produção e colocação de produtos selecionados no mercado exterior.

CESARIANA EM GADO VACUM

No estabelecimento de propriedade do Sr. Inácio Lucena, no Rio Grande do Sul, os médicos-veterinários, Dr. Paulo Kersting e dra. Elenir da Costa realizaram uma operação cesariana em uma vaca de propriedade do Sr. Inácio, sendo, na ocasião, extraído um "taplehi" monstro de duas cabeças e de dois corações. A vaca está viva e o "novilho-monstro" que morreu no momento da ex-

tração foi recolhido à Faculdade de Zootecnia, onde se encontra em estudos.

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE BORRACHA

O Brasil contará com a produção de mais dois milhões de seringueiras que estão sendo plantadas na região amazônica, melhorando substancialmente a produção nacional de borracha vegetal, que oscila em torno de 22 mil toneladas anuais.

IMPORTAÇÃO DE TRATORES

Foi assinado convênio, no valor de US\$ 10.000,00, entre o BNDE e a Caterpillar Americas Co., para importação de tratores, com prazo de 7 anos e a juros módicos, através do INDA.

MELHORAMENTO NOS REBANHOS BOVINOS BRASILEIROS

A Universidade Federal Rural de Pernambuco recebeu, recentemente, da Alemanha, uma doação de sêmen congelado de bovinos da raça Holandesa. O sêmen recebido é proveniente de reprodutores provados e de alto valor zootécnico, tendo suas filhas, produção média, em várias lactações, acima de 6.500 quilos de leite, com mais de 4% de gordura.

INVESTIMENTO PARA MELHORIA DO CACAU

Estão estimados em NCr\$ 62 milhões os novos investimentos a serem introduzidos para a melhoria da lavoura cacaneira no exercício de 69, visando sobretudo à implantação de programas de recuperação e de infra-estrutura em toda a região localizada no Sul do Estado da Bahia.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O Serviço de Inseminação artificial do Ministério da Agricultura em Goiás divulgou ontem que já nasceram mais de 100 bezerros, filhos de puro-sangue, através da inseminação artificial, "numa contribuição realmente vantajosa para a melhoria

do rebanho do gado leiteiro do Estado." O serviço está trabalhando com bois puro-sangue, de origem canadense e holandesa.

ESPECULAÇÃO SOBRE O ALGODÃO

Com as últimas chuvas caídas no interior do Estado do Rio Grande do Norte já começam as especulações em torno do preço do algodão para a safra do próximo ano. Nos últimos períodos os preços da arrôba de algodão estavam acusando 28 a 30 cruzeiros para o algodão mata e 37 cruzeiros para o chamado algodão seridó.

VACINAÇÃO EM MASSA NAS ALAGOAS

Mobilizando todos os seus veterinários e engenheiros agrônomos, e contratando também muitos outros em setores privados, a Secretaria da Agricultura iniciou uma campanha gigante de vacinação dos rebanhos de Alagoas, que está sendo apontada como a maior e mais objetiva até hoje planejada e realizada em todo o País. Os estoques de vacina, contra todas as moléstias, são de mais de 500 mil doses. Arapiraca, Viçosa, Capela, Jacaré dos Homens, Olho d'Água das Flores, Delmiro Gouveia e Flexeiras são os municípios onde há os maiores rebanhos de gado bovino, ovino e caprino do Estado.

MILHÕES PARA PECUÁRIA

O Banco do Brasil acaba de vincular-se ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária, decorrente de empréstimo do BIRD, e já dispõe de NCr\$ 20 milhões para aplicar, até o fim do ano, no financiamento rural integrado ao nível de fazendas, nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e norte do Paraná.

IMPORTAÇÃO DE GADO URUGUAIO

Começaram a importação de gado do Uruguai, através da linha de fronteira situada em Santana do Livramento. O prazo concedido pelo go-

A LAVOURA

JANUÁRIO 1969
RIO DE JANEIRO

vêno urugualo para a salda do gado é curto e, assim, só deverão ser importadas dez mil cabeças. Os frigoríficos encarregados do abate pediram a dilatação do prazo, a fim de que a importação seja maior. Os animais foram vacinados contra a aftosa e nenhuma cabeça poderá ser abatida antes de 15 dias.

SAFRA ALAGOANA

A produção de cereais, em Alagoas, no corrente ano, deverá atingir novos recordes, especialmente de feijão, milho, mandioca e algodão.

FINANCIAMENTO DO BNB

O Banco do Nordeste está concedendo um financiamento de NCr\$ 1,2 milhão à Cooperativa Agropecuária de Bom Conselho, em Pernambuco, dentro do convênio BID/SUDENE/BNB, para relocalizar uma unidade de beneficiamento de algodão naquele Município, investimento que, no total, irá aos NCr\$ 1.950 mil.

IRRIGAÇÃO

Sete mil hectares de terra do alto Sertão pernambucano vão ser irrigados pela Superintendência do Vale do São Francisco, como parte de um projeto considerado o maior do país, no gênero.

RECURSOS PARA O RIO GRANDE DO SUL

O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Sr. Raimundo Bruno Marussig, disse ontem em Porto Alegre que o Ministério da Agricultura aplicará NCr\$ 11,5 milhões no Rio Grande do Sul para projetos de pesquisa e experimentação agropecuária, defesa animal e vegetal, obras de engenharia rural, utilização racional do solo e da água, serviços de classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal e melhoramento do gado leiteiro.

DESCOBERTA AUMENTA-RA PRODUÇÃO DO CACAU

Um dos maiores problemas das lavouras cacauíferas de todo o Mundo, a "podridão parda" chega, praticamente, ao seu fim, com a descoberta de técnicos do Centro de Pesquisas de Cacau (CEPEC), da CEPLAC, que, após vários anos de pesquisas de laboratório, produziram um híbrido de cacau, resultado do cruzamento do Catongo brasileiro (cacau branco), com o "Scavina-6" equatoriano, totalmente resistente à doença, já cognominado de "Cacau Bahia".

MERCADO DE SOJA

O Brasil participa no mercado mundial como o terceiro exportador de soja, movimentando cerca de 3% do comércio internacional. Ocupando o primeiro lugar vêm os Estados Unidos, que contam com a participação de aproximadamente 90% da soma de transações comerciais em todo o mundo.

CRÉDITO ESPECIAL PARA FRUTAS NATIVAS

Incentivo especial está sendo concedido pela SUDENE para agricultores que quiseram iniciar cultivos de frutas típicas regionais, visando a incrementar a produção das espécies industrializáveis do Nordeste. Dezessete espécies nativas estão incluídas na classificação do programa do Departamento de Agricultura da autarquia.

RENOVAÇÃO DA CAFEICULTURA

O Estado do Espírito Santo decidiu iniciar imediatamente o programa governamental de renovação da cafeicultura capixaba, já dispondo para isso de quatro milhões de mudas de café de alta qualidade.

EXPOSIÇÃO PARA DEZEMBRO

Entre os dias 7 e 14 de dezembro será realizada, em Salvador, a III Exposição

Agropecuária de Iplau. Desde já a mostra começa a empolgar os pecuaristas da região que, a exemplo dos anos anteriores, estarão exibindo os melhores exemplares de seus plantéis. A Exposição Agropecuária de Iplau é uma das maiores de quantas se realizam no País e a sua fama atrai criadores de vários Estados.

GADO NA AMAZÔNIA

A família que mais possui terras no mundo — a Kleberg, do Texas — está investindo milhões de dólares, através de sua gigantesca empresa de carnes, "King Ranch", para transformar 121.200 hectares de terras da Amazônia "na mais eficiente região de pastagem de gado vacum do mundo."

SEGURO RURAL

A regulamentação definitiva do seguro rural, com o objetivo de garantir as operações de crédito rural contra os riscos aleatórios que lhes são peculiares, com a cobertura dos financiamentos contra as perdas ou diminuições da produção agropecuária, foi debatida em Brasília, durante o III Congresso Nacional da Agropecuária, com base nos estudos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), órgão presidido pelo Ministro da Agricultura.

CHUVAS NO NORDESTE

As chuvas ocorridas no nordeste durante o último mês de maio, dizimaram 80% da lavoura algodoeira dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, deixando os pequenos proprietários em vias de venderem suas terras aos latifundiários, para poderem cumprir seus compromissos com diversos bancos financiadores, que exigem o pagamento do empréstimo.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de março a junho de 1969

GOVERNO FEDERAL

ABASTECIMENTO — Boletins de Estoque — Fina Estatlaticos

O Superintendente Nacional do Abastecimento resolveu que em todo o território nacional os atacadistas, cooperativas, representantes, consignatários, indústrias, depósitos, trapiches, silos, frigoríficos, armazéns gerais e as organizações varejistas que importam seus produtos ficam obrigados a fornecer mensalmente boletins de estoques, respeitadas as unidades de medida consignadas nos manuais e a indicação dos locais de armazenamento.

Os boletins correspondentes ao movimento do mês anterior serão entregues à Delegacia Regional da SUNAB até o 5º dia útil de cada mês, sendo obrigatório a apresentação de declaração negativa. São os seguintes os estoques: arroz (grãos curtos, médios e longos), feijão preto e de cores, banha animal, milho (exclusivamente canjica, pipoca e milho plendo), gorduras vegetais (toda aquela que for composta de óleos e gorduras vegetais), óleos vegetais comestíveis, incluindo azeite de oliveira (exclusivo óleo de dendê e outros do tipo filigrana).

Poderão ser relevadas as divergências de dados que não excedem a 5% do estoque final (MA-SUNAB — Portaria n.º 21 de 28-2-60 — DO de 8-4-69, p. 2.970).

ABASTECIMENTO — Boletins de Estoque — Guanabara

O Delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento no Estado da Guanabara baixou instruções para preenchimento de Boletins de Estoque:

Boletim — Código 001

1 — Para os atadistas, cooperativas, representantes, consignatários e organizações varejistas que importam seus produtos diretamente (varejões), será utilizado o Boletim de Código 001;

2 — Os boletins deverão ser preenchidos de forma clara e legível, de preferência a máquina, sem rasuras e em um original e três cópias, que serão entregues na Delegacia Regional da SUNAB;

3 — Serão declarados apenas os estoques dos produtos, a saber:

- Arroz — grãos curtos, médios e longos;
 - Feijão preto e de cores;
 - Banha animal — banha de porco;
 - Milho — exclusivo o de pipoca, branco ou canjica, e milho plendo;
 - Gorduras vegetais — margarinas, gorduras de côco e toda aquela que for composta de óleo ou gordura vegetal;
 - Óleos vegetais — exclusivo óleo de dendê e outros do tipo filigrana.
- Observação: Ao declarar os estoques de óleos vegetais, incluir todos os tipos (algodão, soja, amendoim, milho etc.), inclusive azeite de oliveira importado ou não;

4 — Os estoques deverão ser declarados em quilos e mililitros, na forma estabelecida na coluna A do boletim, não sendo necessário mencionar a embalagem dos produtos;

5 — Serão relevadas as divergências de dados que não excederem a 5% dos estoques finais de cada produto;

6 — Os boletins (Códigos 001) serão assim preenchidos:

Estoque anterior — Mencionar os estoques finais do mês anterior;

Entradas — Somar as colunas "C" e "D";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "C" e "D";

Saídas — Somar as colunas "F" e "G";

Estoques finais — Somar o estoque anterior (coluna "B") com o "Total das entradas" (coluna "E"). Do resultado obtido subtrair o "Total das saídas" (coluna "H")

Resumindo:

$$E = C + D$$
$$H = F + G$$
$$I = H + E - H$$

Local de armazenagem — Mencionar o (s) local (s) em que se encontram armazenadas as mercadorias.

Boletim — Código 002

7 — Para os depósitos, trapiches, silos, frigoríficos e armazéns gerais, que mantenham sob sua guarda os produtos sujeitos à intervenção de Portaria Super (de propriedade de terceiros);

8 — Ficam as empresas acima obrigadas no cumprimento dos itens 2 e 3 da presente instrução;

9 — Os estoques serão declarados em quilos ou em mililitros;

10 — Os boletins (Código 002) serão assim preenchidos:

Depositante — Mencione o nome da firma que possui o estoque dos produtos constantes no item 3;

Endereço (do depositante) — Mencione o endereço da firma depositante;

Produtos — Mencione os produtos estocados pelos depositantes;

Unidade — Mencione a unidade de medida correspondente ao produto armazenado (quilo ou mililitro);

Estoque anterior — Mencione o estoque final existente no mês anterior;

Entrada — Mencione as entradas havidas no mês;

Saídas — Mencione as saídas havidas no mês;

Estoque final — Somar o estoque anterior (coluna "E") com as entradas (coluna "F"). Do resultado obtido, subtrair as saídas

Resumindo:

$$H = E + F - G$$

Boletim — Código 003

11 — Para as empresas que industrializam ou envasam óleos e azeites;

12 — Os boletins deverão ser preenchidos de forma clara e legível, de preferência a máquina sem rasuras e em um original e três cópias, que serão entregues na Delegacia Regional da SUNAB;

13 — Os estoques deverão ser declarados obedecendo-se a unidade de medida em uso (mililitro);

14 — Serão relevadas as divergências de dados que não excederem a 5% dos estoques finais;

15 — Os boletins do Código 003 serão assim preenchidos:

Matéria prima:

Estoque anterior — Mencionar os estoques finais do mês anterior;

Entradas — Somar as colunas "I" e "C";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "I" e "C";

Saídas — Somar as colunas "E" e "F";

"Total das saídas" — É o resultado da soma de "E" + "F";

Estoque final — Somar o "Estoque anterior" (coluna "A") com o "Total das entradas" (coluna "I"). Do resultado obtido, subtrair o "Total das Saídas";

Resumindo:

$$H = A + I - G$$

A LAVOURA

legislação agrícola

Industrializado ou embalado.

Estoque anterior — Mencionar o estoque final do mês anterior já industrializado ou embalado;

Entradas — Somar as colunas "J", "K" e "L";

"Total das entradas" — É o resultado da soma das colunas "J", "K" e "L";

Quebras — É a parcela da perda proveniente da industrialização obtida pela diferença da matéria-prima saída para industrialização (coluna "E") e a absorção pela industrialização;

Saídas — Somar as colunas "O" e "P";

"Total das saídas" — É o resultado da soma das colunas "N", "O" e "P";

Estoque final — Somar o estoque anterior (coluna "I") com o total das entradas (coluna "M"). Do resultado obtido subtrair o total das saídas (coluna "Q").

Resumindo:

R = I+M-Q

(MA—SUNAB—Cb — Instrução s/n.º, de 8-4-69 — DO de 8-4-69, p. 2.971).

AÇÚCAR — Acórdo Internacional — Nações Unidas.

Foi aprovado o Acórdo Internacional do Açúcar, que o Brasil assinou a 18 de dezembro de 1968, em Nova York (Decreto-lei n.º 492, de 6-3-69 — DO de 27-3-69, p. 2.649).

AÇÚCAR — Certificado de Penagem — Regulamento da Cana de Furnecedores — Alteração.

O Conselho Deliberativo do IAA alterou a Resolução n.º 2.011, de 1969, nas partes relativas ao Certificado de Penagem e ao Registro de Canas de Fornecedores, dando nos arts. 2.º e 3.º a seguinte redação:

"O Certificado de Penagem (mod. IAA-II. 281) será impresso sob a forma de talonários ou blocos, com cem folhas numeradas, tipograficamente, em três vias cada, destinando-se a 1.ª ao fornecedor; a 2.ª, ao escritório da fábrica, onde ficará classificada por fornecedor; a 3.ª à balança das fábricas onde permanecerá prêm (indestacável) ao bloco, havendo uma série de blocos para cada balança em funcionamento com numeração de 000001 a 999999.

Parágrafo único — O Certificado de Penagem a que se refere este artigo poderá ser utilizado em folhas soltas, sem prejuízo da numeração e demais dizeres, para propiciar a escrituração mecânica ou datilográfica, observadas as exigências quanto ao destino das vias".

"O Registro de Canas de Fornecedores (mod. IAA—II. 260) será impresso sob a forma de livro, com encadernação de cem folhas numeradas, tipograficamente, em quatro vias cada, destinando-se a 1.ª à fábrica (indestacável); a 2.ª, à fábrica que a manterá classificada, em ordem cronológica, por fornecedor; a 3.ª ao fornecedor, e a 4.ª ao IAA.

§ 1.º Será facultado às fábricas o uso do livro referido neste artigo sob a forma de folhas soltas, para propiciar a escrituração mecânica ou datilográfica, desde que, para fins de fiscalização, sejam classificadas e arquivadas:

a) as primeiras vias, pela ordem numérica de suas folhas;

b) as segundas vias, em ordem cronológica, por fornecedor;

§ 2.º Os livros ou folhas soltas serão numeradas de 000001 a 999999, podendo haver tantas séries quantas necessárias para atender às exigências da organização de cada fábrica" (MIC—IAA — Resolução n.º 2.026, de 14-5-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.321).

AÇÚCAR — Cotas Individuais de Comercialização — Cota Compulsória da Suprimento — Ilhéus de Janeiro e São Paulo.

O Presidente do IAA reajustou as cotas individuais de comercialização deferidas às cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas dos Estados do Rio e São Paulo.

Também reajustou as cotas compulsórias de suprimento às refinarias autônomas do Estado da Guanabara atribuídas às cooperativas centralizadoras de vendas e às usinas não cooperadas dos mesmos Estados (MIC—IAA — Ato n.º 2, de 12-2-69 DO—II de 19-3-69, p. 575).

AÇÚCAR — Financiamento Direto — Prorrogação de Prazo

O Presidente do IAA prorrogou até 15-6-69 o prazo autorizando a concessão do financiamento direto nos

produtores quando comprovarem o cumprimento dos requisitos aprovados no Ato n.º 18, de 1968 — HIA — 1968, p. 191 — (MIC—IAA — Ato n.º 7, de 25-4-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.321).

AÇÚCAR — Monção — Safra 1969/70

O Conselho Deliberativo do IAA fixou para os dias 16 de junho a 1.º de setembro de 1969 o início da monção das canas relativas à safra de 1969/70, nas usinas da Região Centro—Sul e Norte—Nordeste, respectivamente.

Em função do regime de águas vigente e das condições climáticas locais, o início da monção nos Estados e seguir poderá ser antecipado para estas datas: 16 de maio — Goiás, Mato Grosso e Município de Tupaciguara Estado da Minas, 16 de junho — Maranhão, Piauí e Ceará; 1.º de agosto — Ilhéus Grande do Norte e Paraíba; 15 de agosto — Zona Norte de Pernambuco e Vales do Coruripe e Santo Antônio, no Estado de Alagoas (MIC—IAA — Resolução n.º 2.025, de 30-4-69 — DO—II de 16-5-69, p. 1.222).

AÇÚCAR — Preços — Safra de 1969/70

O Presidente do IAA fixou em NCr\$ 19,56 a NCr\$ 26,66, respectivamente, os preços de liquidação do açúcar cristal standard para as regiões Centro—Sul e Norte—Nordeste. Os preços de faturamento, também para as mesmas regiões, foram estabelecidos em NCr\$ 25,81 e NCr\$ 30,77. Para o açúcar demerara, destinado à exportação, os preços passam a ser de NCr\$ 17,80 e NCr\$ 24,26, para o Centro—Sul e Norte—Nordeste, respectivamente.

Nas vendas diretas de açúcar cristal consideradas de varejo e nas vendas às indústrias, o produtor terá direito de usar a margem de 8% fixada para o atacado.

Todas essas estipulações referem-se aos preços do açúcar e da cana para a safra de 1969/70 aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (MIC—IAA — Ato n.º 12, de 29-5-69 — DO—II de 3-6-69, p. 1.351).

AÇÚCAR — Produção do Tipo Cristal — Safra de 1968/1969

O Presidente do IAA autorizou, na safra de 1968/69, a produção adicional de açúcar cristal, do tipo standard, nas usinas dos Estados de Alagoas e Sergipe, respectivamente, no total de 356.542 e 50 mil sacos. Essas contingentes receberão o benefício da defesa, ficando, porém, retidos nas próprias usinas ou em armazéns indicados pelas cooperativas de produtores, fora de comercialização, até 31 de agosto de 1969, quando serão incorporados às disponibilidades para consumo, dentro do regime de cotas que for fixado para a safra de 1969/70 (MIC—IAA — Ato n.º 6, de 13-3-69 DO—II de 11-4-69, p. 742).

AÇÚCAR — Produção Suplementar — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do IAA autorizou a produção de um contingente suplementar de 1,5 milhão de sacos de açúcar demerara nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra de 1968/69, com redução de igual volume na produção de açúcar cristal já atribuída às mesmas usinas (MIC—IAA — Ato n.º 3, de 3-3-69 — DO—II de 26-3-69, p. 639).

AGRICULTURA — Administração Pública — Órgãos de Coordenação — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento dos órgãos de coordenação de todas as atividades do Ministério da Agricultura (MA—Cb — Portaria n.º 63, de 12-3-69 — DO de 2-4-69, p. 2.877).

ALGODÃO — Exportação — Preços Mínimos

A Carteira de Comércio Exterior comunicou as bases mínimas de preços para exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas FOB, por libra-peso.

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., da conformidade com o disposto nos itens II e VI da Resolução n.º 12, de 10 de março de 1967, CONCEX, torna público que, a partir desta data, passarão a vigorar as seguintes bases mínimas de preços para exportação de algodão em pluma da região setentrional do País, em dólares americanos ou seu equivalente em outras moedas FOB, por libra-peso.

Os exportadores que, acaso, não observarem as bases mínimas fixadas ficarão sujeitos ao imediato recolhimento da diferença de preço verificada, sem prejuízo

zo de sanções a serem aplicadas por esta Carteira. (MIC—CACEX — Comunicação n.º 263 de 6-3-69 — DO—II de 26-3-69, p. 638).

AMENDOIM — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil fixou em US\$ 220,00 e US\$ 240,00 por tonelada FOB as bases mínimas de preços para amendoim selecionado, respectivamente com e sem casca, objeto de oferta no exterior.

As exportações sómente serão permitidas se o produto contiver um teor de aflatoxina nunca superior a 50 mcg/kg (BB—CACEX — Comunicado n.º 267, de 23-4-69 — DO—II de 29-5-69 p. 1.315).

ARROZ — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para o arroz, segundo as zonas geoeconômicas — (Decreto n.º 64.292, de 31-3-68 — DO de 1-4-69, p. 2.811).

BORRACHA — Importação — Similaridade

O Conselho Nacional da Borracha determinou que a Superintendência da Borracha examinará as especificações de matéria-prima importada para fabricação de borrachas especiais, a fim de conceder benefício de importação com relação à falta de similar nacional.

Para tanto, as empresas que utilizam aquelas produtos apresentarão as especificações da matéria-prima à Superintendência da Borracha.

Qualquer dúvida referente às especificações técnicas das borrachas importadas serão esclarecidas através de exame realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia ou pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

São consideradas como tendo similares ou sucedâneas de produção nacional as borrachas que se enquadram, sob quaisquer de suas formas, nos tipos denominados polibutadieno, SBR e todas as borrachas venetas (MIC—CNI — Resolução — n.º 1, de 21-3-69 — DO—II de 10-4-69, p. 735).

CAÇA — Amadorista — Alteração

O artigo 5.º da Portaria n.º 252, cujas normas regulam o exercício da caça amadorista, passa a vigorar com a seguinte redação:

a) nas seguintes áreas geográficas:

Região Sul — Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; Região Nordeste — Estados do Piauí e Maranhão; Região Centro—Oeste — Estados de Goiás e Mato Grosso (exceto a Zona do Pantanal); Região Norte — Estados do Amazonas, Pará, Acre e Território do Amapá, Roraima e Rondônia;

b) com início no dia 1.º de maio de cada ano, e término em 31 de agosto, nas Regiões Sul e Leste; 20 de setembro nas Regiões Norte, Nordeste e Centro—Oeste.

O artigo 10 dessa portaria teve suprimido o seu parágrafo único.

Os degados Estaduais nas unidades federativas mencionadas poderão, através de portaria, fixar as normas necessárias ao exercício da caça amadorista nas áreas de sua jurisdição e, quando houver motivo relevante, autorizar a caça amadorista fora da temporada oficial, principalmente nos casos de aves ou animais domésticos ou prejudiciais à lavoura de qualquer espécie (MA—IBR — Portaria n.º 831, de 18-3-69 — DO—II de 31-3-69, p. 665).

CAFÉ — Aprovação do Convênio Internacional

Pel promulgado o Convênio Internacional do Café, assinado pelo Brasil a 28 de março de 1968 (Decreto n.º 64.141 de 27-2-69 — DO de 17-3-69, p. 2.249).

CAFÉ — Certificado de Origem

A Diretoria do Instituto do Café instituiu dois tipos distintos de Certificados de Origem: Modelo O, destinado a cobrir embarques para mercados tradicionais, e Modelo X, destinado a cobrir embarques para mercados novos (MIC—IBC — Resolução n.º 456 de 27-3-69 — DO—II de 8-4-69, p. 716).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Aquisição

A Diretoria do IBC resolveu que as cambiais representativas da exportação de café da safra 1968/69, e anteriores serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados (MIC—IBC — Resolução n.º 455, de 2-3-69 — DO—II de 8-4-69, p. 715).

CAFÉ — Exportação — Contrato

A Diretoria do IBC resolveu que toda exportação de café destinada a países relacionados no Anexo II do Convênio Internacional do Café de 1968 deverá ser coberta por um contrato entre o exportador e o importador, ou comprador (MIC—IBC — Resolução n.º 457, de 27-3-69 — DO—II de 8-4-69, p. 710).

CAFÉ — Exportação — Safra 1968/69 — Prorrogação de Prazo

A Diretoria do IBC prorrogou, até a entrada em vigor da safra 1969/70, o prazo para os despachos de Café da safra 1968/69, anteriormente fixado para 30 de abril de 1969 (MIC—IBC — Resolução n.º 460 de 29-4-69 — DO—II de 8-5-69, p. 1.081).

CAFÉ — Safra 69/70 — Comercialização

A Diretoria do IBC resolveu que o escoamento das cafés da safra de 1969/70, das áreas de produção para os portos de embarque e para os armazéns do interior, será comercializado em uma única série, denominada, Série de Mercado, subdivida em 2 quotas: despoldada e comum.

É livre a movimentação de café até o tipo B, sendo proibidas os tráfegos e o comércio de café inferior a êsses tipo, produto de beneficiamento, rebeneficiamento e cotação.

Todos os cafés recebidos a despachos deverão ser encaminhados para os portos ou armazéns do interior, no prazo de 60 dias podendo êste prazo modifico-se julgado conveniente. As empresas transportadoras, qualquer que seja o meio de transporte, deverão, obrigatoriamente, fazer conta do respectivo conhecimento de frete e o nome do Município onde foi produzido o café.

Os transportadores rodoviários, não organizados em empresas, ficarão obrigados, quando necessário, no porte de guias de transporte, todos de quitação dos tributos devidos no Estado produtor de café que estiverem transportando, ou documentação reconhecidamente hábil que permita o transporte.

Nenhuma empresa transportadora poderá emitir conhecimentos de frete sem o efetivo requerimento dos cafés declarados nesses documentos.

Os cafés produzidos nos Municípios do Estado de São Paulo, localizados no Vale do Paraíba, deverão ser registrados na Agência do IBC do Rio de Janeiro e encaminhados para as armazéns pela mesma indicados.

Os despachos de café da safra 1969/70, serão iniciados em 15-5-69 e encerrados em 14-5-70, executados os da quota despoldada, que poderão ser realizados livremente durante todo o ano (MIC—IBC — Resolução n.º 464 de 14-5-69 — DO—II de 23-5-69, p. 1.271).

CAFÉ — Torrefação e Moagem — Registro e Fiscalização

A Diretoria do IBC tornou obrigatório o registro das torrefações e moagens no próprio IBC, sem o que não poderão funcionar em qualquer parte do território nacional. Para autorizar a instalação da indústria, o órgão levará em consideração a localidade, a população do Município, os índices de consumo per capita da região, o número de torrefações instaladas na área, a maquinaria a ser utilizada, a marca de indústria e comércio original, o capital a registrar e a idoneidade dos componentes da firma.

Além da documentação básica que acompanhará os pedidos de registro, a Agência do IBC sob cuja jurisdição estiver o Município onde for estabelecida a firma requerente, encaminhará à Administração Central dois modelos de cada tipo e capacidade dos envoltórios e relatório de tudo que for apurada na visita do estabelecimento.

É obrigatório, também, o registro dos moinhos instalados nos estabelecimentos comerciais sem vínculo com torrefações, os quais terão de apresentar marca própria e adequar o livro-registro modelo IBC 10 II.

O IBC estabeleceu os tipos de café próprios para o consumo, proibindo o reaproveitamento do pó na preparo da bebida, a adição de qualquer produto no café destinado à infusão, além da fabricação, do comércio e do consumo de quaisquer sucedâneos do produto.

Sem prejuízo da ação própria das autoridades federais, estaduais e municipais, a fiscalização das torrefações e moagens e do comércio do café destinado ao consumo será feita pelo IBC (MIC—IBC — Resolução n.º 465, de 22-5-69 — DO—II de 30-5-69, p. 1.322).

CAFÉ SOLÚVEL — Imposto de Exportação — EUA

Está em vigor, desde o dia 1.º de maio de 1969, o imposto de NCR\$ 0,51675 por 0,45359 quilogramas de café

legislação agrícola

solúvel destinado à exportação para o mercado dos Estados Unidos, nos termos do acordo recentemente firmado entre os Governos brasileiro e norte-americano.

O imposto será recolhido no Banco do Brasil, em conta especial a crédito do Tesouro Nacional, mas não incidirá sobre as exportações registradas no IBC até 30 de abril de 1969, com câmbio contratado até aquela data.

O prazo para o recolhimento terá como limite o momento em que se consumar a liquidação da operação, ficando o imposto sujeito às variações da taxa cambial (Decreto-lei n.º 537, de 29-4-69 — DO 29-4-69, p. 3.625).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA — Reuniões Regionais — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento das Reuniões Regionais Preparatórias do III Congresso Nacional de Agropecuária, nas quais serão avaliados os resultados da execução da Carta de Brasília e recomendadas medidas destinadas ao desenvolvimento da agricultura nacional (MA—Cb — Portaria n.º 64, de 14-3-69 — DO de 20-3-69, p. 2.415).

COOPERATIVAS — Funcionamento — Autorização

O Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo estabeleceu que, até 26-8-69, as cooperativas deverão apresentar nos órgãos normativos a documentação comprobatória ao atendimento da legislação vigente.

As sociedades que não atenderem a essa imposição terão cancelada a sua autorização para funcionamento (MA—CNC — Instrução n.º 1, de 12-4-69 — DO—II de 26-5-69, p. 1.283).

CREDITO RURAL — Contribuição Sindical — Alteração.

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 300, de 28 de fevereiro de 1967, relativo a operações de créditos rural, teve suprido o seu parágrafo único e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aplicam-se à constituição sindical as mesmas normas e princípios estabelecidos no art. 37 e seu parágrafo único da Lei n.º 4.829, de 3 de novembro de 1965" (Decreto-lei n.º 363, de 30-4-69 — DO de 2-5-69, p. 3.705).

CREDITO RURAL — Incremento da Produção — Comissões Estaduais

O Ministro da Agricultura determinou a criação, em cada unidade da Federação, de uma Comissão Estadual de Crédito Rural, que funcionará como órgão de assessoramento do Conselho de Agricultura do Estado e ficará tecnicamente vinculada ao Ministério da Agricultura, através da Equipe de Coordenação do Crédito Rural (ECRED), do Escritório Central de Planejamento e Controle (ECCPLAN).

Entre as principais atribuições dessas Comissões figuram:

- elaborar planos e projetos de crédito especializado para execução nos Estados;
- promover a conjugação dos programas de crédito rural com os de desenvolvimento sócio-econômico regional integrando as entidades incumbidas dessas atividades;
- efetuar estudos e pesquisas para aplicação correta e atualização dos programas de crédito rural;
- avaliar os resultados das aplicações realizadas, de acordo com as diretrizes da Política Nacional da Produção Agropecuária (MA—Cb — Portaria n.º 78, de 9-4-69 — DO de 18-4-69, p. 3.333).

CREDITO RURAL — Recomendações aos Bancos

O Banco Central expediu instruções aos bancos privados para aplicação dos recursos destinados ao crédito rural, divulgando os três mapas a serem preenchidos a partir da posição de 5-4-69, para entrega à Gerência de Operações Bancárias. O renjuite das posições será procedido com base nos balanços semestrais e nos balanços de 5 de abril e 5 de outubro de cada ano. Para liberação dos recolhimentos já efetuados, fica facilitada a apresentação da posição das aplicações nos balanços de quaisquer dos outros meses.

Determinou o Banco Central que os recolhimentos serão feitos até o dia 5 dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, tomando-se por base as posições levantadas a 5 de abril e 5 de outubro, cancelando-se a facultade antes admitida, de se considerar, na composição dos cálculos, as aplicações realizadas após o levantamento das posições (MP—BCB — Circular n.º 125, de 27-2-69 — DO—II de 16-4-69, p. 772).

ERVA-MATE — Exportação

O Presidente substituto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal instituiu a Guia de Trânsito de um abrigatório nas transações de compra e venda de erva-mate canchenta e beneficiada para industrialização e consumo no País.

A Guia de Trânsito — emitida pelo produtor ou industrial, quando da emissão da Nota Fiscal à qual estiver vinculada — será da emissão e expedida em 3 vias: a primeira, para acompanhar a mercadoria; a segunda, para ser encaminhada à Delegacia Estadual do IBDF no primeiro dia útil após os dias 10, 20 e 30 de cada mês, e a terceira, para arquivo do emitente (MA—IBDF — Portaria n.º 876, de 11-4-69 — DO—II de 23-4-69, p. 877).

ERVA-MATE — Exportação — Autorização

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal autorizou as firmas exportadoras de erva-mate registradas na CACEX a solicitarem permissão para exportar ao Instituto, até que sejam baixadas novas normas sobre a matéria. Essa determinação excluiu as exportações destinadas ao Uruguai, Argentina e Chile, que somente poderão ser efetuadas por exportadores já registrados anteriormente no IBDF.

Para obter autorização do IBDF, os exportadores devem apresentar os seguintes documentos:

a) certidão de contrato social, registrado em Junta Comercial;

Devem, ainda, cumprir os preços mínimos fixados para a exportação de erva-mate beneficiada e observar a legislação em vigor no tocante aos tipos de mate e embalagem (MA—IBDF — Portaria n.º 887, de 18-4-69 — DO—II de 6-5-69, p. 1.022).

ENSINO AGRICOLA — Ano Letivo e 1968 — Registro de Diploma.

O Diretor-Substituto do Ensino Agrícola autorizou a Divisão de Fiscalização Escolar e Profissional a considerar para efeito de registro de diploma, relativamente ao ano letivo de 1968, as disciplinas do currículo estabelecidas nas Portarias 100, de 1965, 29 de 1967, bem como as disciplinas constantes das propostas apresentadas por alguns educandários e efetivamente ministradas embora não tenham sido aceitas no currículo posteriormente aprovado (MEC—DEA — Portaria n.º 58 de 23-3-69 — DO de 10-4-69, p. 3.065).

FEIJAO — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para o feijão, segundo as zonas geoeconômicas (Decreto n.º 61.293, de 31-3-69 — DO de 1-4-69, p. 2.811).

FERTILIZANTES — Fufertil — Extinção

A Junta Deliberativa do Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais fixou para 29-4-70 a data em que o FUFERTIL cessará as atividades, sendo responsável até então pelo pagamento dos subsídios das operações realizadas. Todas as transações efetuadas posteriormente à data da extinção do FUFERTIL, passarão a correr por conta dos interessados (MP—BCB — FUFERTIL, Resolução n.º 69 de 14-5-69 — DO—II de 23-5-69, p. 1.266).

LEITE EM PÓ — Abastecimento — Declaração de Es-

O Superintendente da SUNAB estabeleceu para as cooperativas, usinas e indústrias de leite, sediadas em todo o território nacional, a obrigatoriedade de, no prazo de 15 dias, contados a partir de 11-6-69, fornecerem às Delegacias Regionais da SUNAB e declaração de estoque de leite em pó, com as quantidades específicas do tipo Spray, desnatado e Integral (MA—SUNAB — Portaria n.º 55, de 30-5-69 — DO—II de 11-6-69, p. 1.408).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Margens de Lucro na Comercialização

O Superintendente da SUNAB manteve liberado o preço da venda do leite "in natura" entregue pelo produtor na plataforma da usina regional.

Fixou, ainda, para as bacias leiteiras integradas pelos Estados do Espírito Santo, Guanabara, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, os seguintes limites máximos de margem de participação na comercialização do produto, tipo C padronizado em 3,1% de gordura:

a) leite engarrafado ou acondicionado em invólucros especiais, mecanicamente e com fecho inviolável:

1 — Da usina regional, posto na plataforma do entreposto 0,045

II — Do entreposto pela distribuição ao varejista 0,077

III — Do varejista ao consumidor 0,022

b) leite a granel:

I — Da usina regional, posto na plataforma do entreposto 0,045.

II — Do entreposto na sua plataforma ao varejista 0,038

III — Do varejista ao consumidor 0,018

As margens de comercialização acima já incluem todas as taxas ou serviços que possam incidir sobre a venda do leite, com exceção do imposto sobre circulação de mercadorias — ICM —, cujas incidências, quando houver e desde que o seu recolhimento seja devidamente comprovado, poderão ser computadas na formação do preço de venda.

No Estado de Minas Gerais, o respectivo Delegado Regional da SUNAB fixará o preço mínimo de compra do produto a ser pago aos produtores, bem como o preço máximo de venda ao consumidor daquele Estado.

As usinas regionais e os órgãos de classe de produtores de leite deverão apresentar, no prazo de 30 dias, contados a partir de 29-5-69, um estudo circunstanciado para a adoção, pela SUNAB, de um critério único que regule a fixação de quotas de leite "in natura", o valor da matéria gorda, o processo de mediação do teor no leite e a contagem de gordura a ser vendido ao consumidor.

Os preços do leite de teor de gordura inferior a 3,1% poderão ser reajustados mediante estudos que a SUNAB efetuar (MA—SUNAB — Portaria n.º 49, de 14-5-69 — DO de 20-5-69, p. 4.275).

LEITE "IN NATURA" — Abatecimento — Rio Grande do Sul.

O Superintendente da SUNAB fixou, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, as seguintes margens máximas de participação na comercialização do leite "in natura", tipo C, padronização em 3% de gordura, engarrafado:

A usina 0,075; ao distribuidor, 0,028; no varejista, 0,017; ao consumidor, 0,43.

As margens de comercialização fixadas incluem todas as taxas ou serviços que possam incidir sobre o comércio do leite, sendo proibido o acréscimo de qualquer outra. O leite entregue pelo produtor na plataforma da usina regional continua liberado. (MA—SUNAB — Portaria n.º 51, de 21-5-69 — DO—11 de 30-5-69, p. 1.318).

LEITE "IN NATURA" — Embalagens Plásticas — Identificação

O Diretor da Equipe Técnica de Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos de Origem Animal determinou que as embalagens de plásticos de leite "in natura" devem apresentar as seguintes cores: azul, leite pasteurizado tipo A; verde, tipo B; cinza, tipo C; vermelho, leite pasteurizado magro; amarelo, leite pasteurizado desnatado; marrom, leite pasteurizado reconstituído (MA—POA — Portaria n.º 5, de 7-5-69 — DO de 15-5-69, p. 4.127).

MADEIRAS — Exportação — Amazônia

O Conselho Nacional do Comércio Exterior autorizou nos portos da região amazônica as exportações de madeira em toros, rálhos ou não; em blocos ou pranchas para laminação de quaisquer dimensões ou bitolas; em peças serradas em esquadria e/ou em peças ripadas ou cepilhadas, de quaisquer dimensões ou bitolas.

O embarque será autorizado nos seguintes casos: até 31-12-69, por empresas que participaram na exportação do produto pelos portos da Amazônia de 1966 até agora; até 31-12-70, por firmas que tiverem ou vierem a ter projetos para industrialização de madeira ou de desenvolvimento aeroperuário na região aprovados pela SUDAM ou SUPRAMA. Ou, ainda, projetos de transformação de florestas heterogêneas em homogêneas.

A exportação não abrangerá os seguintes tipos de madeira: acajá, aguano, arapitunga, coaba, mara, mogno, cedro, andiroba, carapa, pará-mahogany, liculia, bleubla-branca, bleubla-rajada, boeiva, ucubá, virola, fret-jorge e jacarandá (MTC—CONCEX — Resolução n.º 48, de 26-5-69 — DO de 4-6-69, p. 4.767).

MADEIRAS — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou as preços mínimos para as madeiras destinadas à exportação, incluindo, entre

outras espécies, mogno, pau-brasil, cedro, ipê, canela, peroba, pau-roxo, sucupira e pau-marfim (MA—IDEP — Portaria n.º 829, de 12-3-69 — DO—11 de 22-4-69, p. 859).

MAMONA — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para a mamona, segundo as zonas geoeconômicas, alterando os itens II e VI, respectivamente, dos Decretos n.ºs 63.145 e 63.809, de 1968, que passaram a ter a seguinte redação:

"O saco de 60 quilos de lupa de mamona do tipo 3, excluídas as variedades pretas, observadas as especificações listadas pelo Decreto n.º 8.982, de março de 1942, ou outros equivalentes que vierem a ser estabelecidos oficialmente para o produto acondicionado em sacaria de juta" (Decreto n.º 64.290, de 31-3-69 — DO de 1-4-69, p. 2.810).

MANDIOCA — Farinha de — Preços Mínimos

O Presidente da República decretou novos preços mínimos básicos para a farinha de mandioca, segundo as zonas geoeconômicas.

Quanto à raiz de mandioca, teve o preço alterado para NCr\$ 1,10 por 50 quilos, mantidas as demais condições (Decreto n.º 64.291, de 31-3-69, DO de 1-4-69, p. 2.811).

MAQUINAS AGRICOLAS — Tratores — Restituição do Imposto — IPI

O Secretário da Receita Federal baixou instruções para a restituição do imposto sobre Produtos Industrializados relativo às máquinas-primas, produtos intermediários e material de embalagem adquirida no período de 1.º de maio de 1968 a 31 de dezembro de 1969 pelos estabelecimentos fabricantes de tratores e máquinas agrícolas.

Para terem direito a este benefício, os contribuintes do IPI devem seguir as seguintes instruções.

a) manter em seu "Livro de Registro do Crédito do Imposto" os créditos oriundos da aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos produtos das posições 84.24 e 87.01, durante o período de 1-5-68 a 31-12-69, e consequente dedução sobre o valor do imposto devido;

b) deduzir na sua conta corrente fiscal os créditos referentes ao valor do IPI incidente sobre outros produtos, de sua fabricação, não alcançados por isenção legal.

Se ocorrer impossibilidade do ressarcimento, com base nas exigências anteriores, o interessado apresentará requerimento fundamentado à repartição da Secretaria da Receita a que estiver jurisdicionada, que se incumbirá de processar a restituição (MA—SRF — Portaria n.º 462, de 17-4-69 — DO de 25-4-69, p. 3.550).

MAR TERRITORIAL BRASILEIRO — Limite

O mar territorial do Brasil abrange todas as águas que banham o litoral do País numa faixa de 12 milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar entre o Cabo Orange, na foz do Rio Oiapoque, e o Arroio Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Essas milhas serão contadas a partir da linha transversal que unir os dois pontos opostos mais próximos dos pontos de inflexão da costa, distantes um do outro 24 milhas marítimas ou, menos, nos lugares onde a costa — incluindo o litoral das ilhas — apresenta inflexões que formam baías, enseadas e outras reentrâncias (Decreto-lei n.º 553, de 25-4-69 DO de 29-4-69, p. 3.585).

METEOROLOGIA — Regulamento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regulamento do Escritório de Meteorologia, no qual estão definidas a estrutura, o funcionamento e os objetivos do órgão de previsão meteorológica (MA—Cb — Portaria n.º 61, de 12-3-69 — DO de 26-3-69, p. 2.621).

PATRULHAS MOTOMECHANIZADAS — Manual de Instruções

O Ministro da Agricultura aprovou o novo Manual de Instruções para Funcionamento das Patrulhas Motomecanizadas, no qual estão enclafados os critérios para a formação e operação das patrulhas, cuja objetivo é incrementar a produção e a produtividade no setor agropecuário (MA—Cb — Portaria n.º 5, de 17-1-69 — DO de 25-4-69, p. 3.553).

PENCA — Campos de Invertebrados Aquáticos — Censação de Exploração

O Superintendente da SUDEPE baixou instruções relativas às normas e procedimentos para a concessão

legislação agrícola

de exploração de campos de Invertebrados aquáticos. Essa permissão será concedida à pessoa física ou jurídica, com a fixação das quantidades e épocas da exploração destes campos. Ficará condicionada ao pagamento de prestação de serviços à SUDEPE, a título de indenização das despesas de avaliação dos campos e fiscalização da exploração.

Os interessados na exploração deverão examinar o pedido à SUDEPE, através do representante desse órgão em sua localidade, acompanhando a documentação de descrição completa do campo e indicação da técnica para explorá-lo (MA—SUDEPE — Portaria n.º 207, de 29-5-69 — DO—II de 10-6-69, p. 1.399).

PESCA — Exercício — Autorização

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca regulamentou as atividades da pesca profissional, amadorista e científica em todo o território nacional, estabelecendo para todas estas classes a obrigatoriedade de autorização da SUDEPE, que, no caso de amadores nacionais ou estrangeiros, terá validade para o exercício em que for expedida, podendo ser revalidada até 31 de março de cada ano. No exercício da pesca amadorista, só será permitido o uso de canço simples linha de mão, molinete, puçá, tarrafa com isca mínima de 21 mm e comprimento máximo de 2 metros, espingarda de mergulho e arpão. Estes dois últimos aparelhos serão utilizados exclusivamente na pesca subaquática.

A concessão da licença aos amadores está condicionada ao pagamento de uma taxa anual calculada sobre o salário-mínimo mensal vigente no Distrito Federal, segundo estas modalidades de pesca: a) terra firme — NCr\$ 60,00; b) embarcação de recreio — NCr\$ 20,00; e c) subaquática — NCr\$ 25,00.

Nos casos de entidades científicas que patrocinarem expedições no mar territorial brasileiro, ou nas águas interiores do Brasil, é indispensável que a programação detalhada dos trabalhos seja remetida à SUDEPE. Também estão obrigados ao registro na SUDEPE os clubes ou associações que se dedicarem à pesca amadorista.

Quanto à pesca profissional, obedece ao Regulamento da Capitania do Porto, do Ministério da Marinha, e no disposto no Decreto-lei, 221, de 28 de fevereiro de 1967 (MA—SUDEPE — Portaria n.º 109, de 31-3-69 — DO—II de 14-4-69, p. 748).

PESCA — Exercício — Licença — Registro — Instruções

O Superintendente da SUDEPE regulamentou a concessão de registro para pescadores profissionais e amadores, expedições científicas, aquilicultores profissionais, manutenção de cercadas fixas, arrastores de pesca, industriais pesqueiras e embarcações pesqueiras nacionais.

Essa regulamentação abrange exigência relacionadas com registro de embarcação na Capitania dos Portos, especificação de apetrechos de pesca, programa de estudos, apresentação de cópia de estatutos, projetos de instalações, autorização para instalação de cercadas e pagamento de taxas. (MA—SUDEPE — Portaria s/n.º 16-5-69 — DO—II de 28-5-69, p. 1.300).

PESCA — Reserva Biológica de Jacarepaguá — Guama-

O Superintendente da SUDEPE constituiu área de reserva na lagoa e respectivas margens situadas na baixada de Jacarepaguá, na Guama-

A pesca, inclusive a captura de crustáceos, fica proibida na área da Lagoa, Canal das Taxas, Lagoa de Marapendi e Canal da Barra da Tijuca até a Ilha de Mangue Alto (MA—SUDEPE — Portaria n.º 198, de 16-5-69 — DO—II de 28-5-69, p. 1.300).

PESCA — Tráfego Marítimo — 3.º Grupo de Pescadores — Alteração

Novas ações e categorias foram incluídas no 3.º Grupo de Pescadores, de acordo com a classificação do Regulamento para o Tráfego Marítimo. Alterou-se, ainda, a redação do art. 370 do regulamento que agora condiciona a concessão de cartas de habilitação de Patrão de Pesca e de Condutor-Motorista de Pesca nos brasileiros natos, maiores de 21 anos de idade. As cartas de Motorista de Pesca e Pescador Profissional Especializado serão concedidas a brasileiros natos ou naturalizados ou a estrangeiros maiores de 18 anos de idade.

O 3.º Grupo de Pescadores passa a contar com as seguintes categorias para trabalho em convés: patrão de pesca em alto-mar, patrão de pesca costeira, patrão de pesca regional; pescador profissional especializado e aprendiz de pesca. Para o setor de máquinas as categorias são de condutor-motorista de pesca (Decreto n.º

64.548, de 20-5-69. — DO de 21-5-69, p. 4.310).

PESCA DE LAGUNA — Companhia Porto de — Constituição da Sociedade de Economia Mista

O Presidente da República autorizou o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis a constituir uma sociedade de economia mista, por ações, sob a denominação de Companhia Porto de Pesca de Laguna — CPPL —, destinada a administrar os serviços portuários e atividades correlatas e assenhaladas a porto de pesca (Decreto-lei n.º 325, de 8-4-69 — DO de 11-4-69, p. 3.081).

PESCADO — Abastecimento — Preços — Delegação de Potêres

O Superintendente da SUNAH autorizou aos seus delegados, em todo o território nacional, a baixarem atos fixando os preços máximos de pescado fresco ou congelado, para a venda ao consumidor, que deverão ser afixados, com letras e algarismos maiores de 1 centímetro de altura, e locais visíveis e de fácil acesso de leitura (MA—SUNAH — Portaria n.º 29, de 21-3-69 — DO de 28-3-69, p. 2.721).

PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO — Regimento do Escritório

O Ministério da Agricultura aprovou o Regimento do Escritório de Pesquisas e Experimentação, órgão incumbido de elaborar programas de pesquisas e experimentação, dirigir e coordenar os trabalhos em execução e avaliar os seus resultados, providenciar recursos indispensáveis ao acionamento de programas e da ativação de todas as suas atividades, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da Política Nacional da Produção Agropecuária e o desenvolvimento econômico do País (MA—Gh — Portaria n.º 58, de 12-3-69 — DO de 31-3-69, p. 2.769).

PLANEJAMENTO E CONTRÔLE — Agricultura — Escritório Central

O Ministro da Agricultura aprovou o Regimento do Escritório Central de Planejamento e Controle, órgão destinado a planejar, organizar, controlar, avaliar e fiscalizar atividades do Ministério da Agricultura, relacionadas à elaboração e coordenação da Política Nacional da Produção Agropecuária e do correspondente Orçamento-Programa (MA—Gh — Portaria n.º 53, de 12-3-69 — DO de 20-3-69, p. 2.409).

PRODUÇÃO ANIMAL — Planejamento — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento do Escritório de Produção Animal, órgão central de planejamento e fiscalização das atividades relacionadas à produção, nutrição, fisiopatologia da reprodução e inseminação artificial, defesa sanitária animal, padronização, classificação e inspeção dos produtos de origem animal e dos bens essenciais à produção animal (MA—Gh — Portaria n.º 57 de 12-3-69 — DO 24-3-69, p. 2.528).

PRODUÇÃO VEGETAL — Escritório — Regimento

O Ministro da Agricultura aprovou o regimento do Escritório de Produção Vegetal, órgão subordinado ao Escritório Central de Planejamento e Controle e incumbido de planejar, coordenar, controlar, avaliar e fiscalizar atividades ligadas à produção e defesa sanitária vegetal, classificar e inspecionar os produtos de origem vegetal e bens destinados à produção agrícola, bem como à produção de sementes e mudas, para a execução e atualização permanente da Política Nacional da Produção Agropecuária (MA—Gh — Portaria n.º 56, de 12-3-69, p. 2.464).

PRODUTOR RURAL — Débitos para com o FUNRURAL — Cooperativas de Produtos Rurais

O Presidente da República facultou aos produtores rurais a liquidação de seus débitos para com o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural anteriores a fevereiro de 1967, da seguinte forma:

I — A contribuição de 1% devida ao FUNRURAL, terá por base o valor da produção constante da declaração única encaminhada ao IRRFA, para o devido cadastramento da propriedade;

II — Esta contribuição incidirá sobre as importâncias resultantes da aplicação, ao valor da produção destas percentagens: 25%, de 1-2-64 a 31-1-65; 50%, de 1-2-65 a 31-1-66; 75%, de 1-2-66 a 31-1-67; 8,3%, fevereiro de 1967;

III — Dos débitos assim apurados será deduzido o valor correspondente aos recolhimentos parciais de contribuições já efetuadas ou a serem processadas. As cooperativas de produtores rurais ficam, entretanto, desobrigadas do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL antes de fevereiro de 1967, que, por força

de convênio com o extinto IAPI, deveriam ter sido descontadas do produto da venda das mercadorias entregues por seus associados. Estas cooperativas continuam obrigadas ao recolhimento das contribuições descontadas e não recolhidas, mas acrescidas dos juros de mora de 1% ao mês.

Este precatual será acrescentado aos débitos não cancelados — computado a contar do dia que se seguir ao término de cada período mencionado até a data da liquidação ou do parcelamento;

IV — O débito total será liquidado, sem multa nem correção monetária, de uma só vez, até o último dia do mês de agosto, e em 36 prestações iguais e sucessivas, com juros de 1% ao mês sobre o saldo devedor e vencimento no último dia de cada mês, a começar do mês imediatamente posterior ao do parcelamento do débito, o qual ficará condicionado à emissão, pelo devedor, de notas promissórias com aval idôneo.

Os débitos remanescentes referentes a período de um ano ou a fevereiro de 1967 serão cancelados quando inferiores a NCr\$ 120,00 e NCr\$ 10,00 respectivamente (Decreto-lei n.º 626, de 12-6-69 — DO de 13-6-69, p. 3.037).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Estado do Rio

A Superintendência do Abastecimento estendeu ao Estado do Rio de Janeiro a fixação de preços máximos de venda e o controle dos produtos hortigranjeiros (MA—SUNAB — Portaria n.º 93, de 28-3-69 — DO de 8-4-69, p. 2.973).

PINHÃO — Exportação

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal liberou os contingentes de 13.000.000 e 12.000.000 de pés quadrados de madeira de pinho destinados à exportação (MA—IBDF — Portarias n.ºs 864/3, de 2-4-69 — DC—II de 23-4-69, p. 876).

PINHÃO — Exportação — Contratos — Contas de Crédito

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os preços mínimos para a exportação de pinho em peças serradas, madeira de pinho serrada e madeira de pinho beneficiada. Determinou ainda que nos contratos ou cartas de crédito referentes às vendas ou à exportação de madeira de pinho deverá figurar a cláusula "classificação de acordo com o Decreto n.º 30.323, de 21-12-51" (MA—IBDF — Portaria n.º 808, de 27-2-69 — DO—II de 22-4-69, p. 858).

REFORMA AGRÁRIA — Aceleração — Reorganização do IBRA

O Presidente da República fixou medidas para a dinamização da Reforma Agrária no País, estabeleceu novas bases para a organização e o funcionamento do IBRA e criou o Grupo Executivo da Reforma Agrária — GERA —, alterando os artigos 37 e 38 e seus parágrafos, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que passaram a vigorar com a seguinte redação: São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

I — O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA);

II — O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente ou através de suas Delegacias Regionais;

III — As Comissões Agrárias.

O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República.

O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% do que percebem os Ministros de Estado. Integrarão, ainda a Administração Superior do IBRA, Diretores até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do GERA. (Decreto-lei n.º 582, de 15-5-69 — DO de 16-5-69, p. 4.160).

REFORMA AGRÁRIA — Propriedade Rural — Desapropriação

ATO INSTITUCIONAL N.º 9, de 25-4-69:

Art. 1.º — O § 1.º do artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo má-

ximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

Art. 2.º É substituído o § 5.º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

"§ 5.º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias".

Art. 3.º Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário (Publicado no DO de 25-4-69, p. 3.537).

REGULAMENTAÇÃO

Art. 1.º A União poderá promover a desapropriação, por intermédio social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 157 da Constituição, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9 de 25 de abril de 1969.

§ 1.º A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2.º O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação;

Art. 3.º Na desapropriação a que se refere o artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — O valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se certo pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando não existir essa declaração.

§ 1.º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

§ 2.º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex officio, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificando no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3.º Dentro do prazo de 180 dias, contados da data da publicação deste decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificacão, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º Não havendo acordo, o expropriante depositará em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo único O valor da terra não será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do artigo 4.º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas, em seu favor, a emissão na posse do bem e a respectiva transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 7.º De plano, ou no prazo máximo de 48 horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de 24 horas, dos componentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único A transcrição da propriedade no Registro de Imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º Certificado nos autos e cumprimento dos

A LAVOURA

61
JARDIM BOTANICO DO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

legislação agrícola

mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação do expropriado para responder nos termos da ação.

Art. 9.º A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10. Contestada a ação, a causa seguirá o ritmo ordinário.

Art. 11. Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural, eventualmente reajustado nos termos do § 3.º do artigo 3.º.

Art. 12. Aplica-se às desapropriações por interesse social de que trata este decreto-lei o disposto relativamente às desapropriações por utilidade pública, no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1944.

Art. 13. O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado e das multas deins decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem, com o prazo de 30 dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Havendo dívida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada nos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14. Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação alheia que fundada na nulidade da desapropriação.

Parágrafo único. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 1.º. O Juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 21 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de serventário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará este sujeito à multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País por dia de retardamento.

Art. 16. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Decreto-lei n.º 554, de 25-4-69 — DO de 25-4-69, p. 3.538).

REVENDA

O Ministro da Agricultura aprovou as normas e condições fixadas pela Equipe de Revenda Agrícola, do Escritório de Engenharia, segundo as quais a revenda será permitida de preferência às cooperativas de lavradores e criadores devidamente registradas, ou, individualmente, aos lavradores e criadores registrados, ou os cadastros nos órgãos da administração direta ou indireta do Ministério da Agricultura e às secretarias de Agricultura nos Estados, prefeituras, sociedades de economia mista e autarquias, observados os princípios e os objetivos da Carta de Brasília.

A revenda a prazo de material permanente será objeto de contrato com cláusula de reserva de domínio, sendo de quatro salários-mínimos regionais o limite mínimo para financiamento. O limite máximo será fixado com base na capacidade econômica e financeira do requerente, na possibilidade de aproveitamento do material e em sua vida útil.

Quatro aos prazos dos contratos, variam de um até mais de cinco anos, de acordo com o montante do financiamento. Os juros serão de 10% ao ano, acrescidos aos 90% do valor da transação.

Embora não haja lucro nas vendas de materiais e reprodutores, sobre elas incidirá o ICM e a taxa de administração, que varia de 3% a 10%, de acordo com estes valores:

material de custo até NCr\$ 10.000,00 — 10%; de NCr\$ 10.000,00 a NCr\$ 20.000,00 — 5%; de NCr\$ 20.000,00 em diante — 3%; e reprodutores 5% (MA-Gb — Portaria n.º 109, de 24-4-69 — DO de 2-5-69, p. 3.716).

SEMENTES — Impostos de Importação — Isenção

O Ministro da Agricultura delegou competência aos Diretores Estaduais do Ministério para que autorizem as repartições aduaneiras a aplicar a isenção do imposto de importação a favor de produtores e comerciantes de sementes e espécies vegetais para plantio, não abran-

gendo as destinadas ao comércio de consumo e à industrialização. (MA-Gb — Portaria n.º 68, de 19-3-69 — DO de 7-4-69, p. 2.919).

TRABALHADOR RURAL — Previdência Social — Plano Básico. O Presidente da República instituiu o Plano Básico de Previdência Social, destinado a assegurar aos empregados e seus dependentes não abrangidos pelo sistema geral da Lei da Previdência Social o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e por velhice, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, pensão por morte e assistência médica.

Para efeito deêses benéficos, são segurados obrigatórios os empregados e os trabalhadores avulsos do setor rural da agroindústria canavieira e das empresas de outras atividades que, de acordo com o seu nível de organização, possam ser incluídas no Plano. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez e por velhice corresponderão a 70% do salário-mínimo regional.

O Plano Básico será custeado pelas seguintes contribuições: 1) do segurado — quatro a seis por cento do salário-mínimo regional; 2) da empresa — em quantia igual à soma das contribuições de seus empregados e dos trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço, e em 2% do salário-mínimo regional por empregado, para custeio dos serviços decorrentes de acidentes do trabalho; 3) da União — em quantia suficiente para atender às despesas de pessoal e de administração e para cobertura de eventual insuficiência financeira. Estes recursos serão providos pelo Fundo de Liquidez da Previdência Social.

A assistência médica ao segurado e ao dependente será prestada pelo FUNRURAL — Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. Para isso o INPS lhe transferirá 25% das contribuições previstas no Plano Básico (Decreto-lei n.º 564, de 1-5-69, DO de 2-5-69, p. 3.705).

TRATORES AGRÍCOLAS — Importação — Máquinas Rodoviárias e Cultivadores Motorizados — Isenção

O Conselho de Política Aduaneira concedeu isenção do imposto de importação para os equipamentos e máquinas, com os respectivos acessórios, aparelhos, instrumentos e ferramentas, e para as partes complementares, destinados à produção nacional de tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados. A isenção não se aplica ao similar nacional, mas, exclusivamente, aos bens importados de acordo com os projetos aprovados pelo GEIMEC.

O não-cumprimento, pelo beneficiário, das obrigações assumidas perante o GEIMEC resultará na revogação da isenção, com o consequente recolhimento dos tributos devidos e das penalidades a que estiver sujeito (MA-CPA — Resolução n.º 665 de 21-5-69 — DO de 3-6-69, p. 4.726).

TRIGO — Abastecimento — Estoque — Recolhimento de Diferença de Preços

O Presidente da República, com o objetivo de cobrir a diferença de preços sobre estoques de trigo em grão e seus derivados, de preferência nacional ou estrangeira, das indústrias moageiras do País, autorizou à SUNAB, através de seu Departamento de Trigo, a proceder ao levantamento deêses estoques na data em que entrar em vigor o novo preço de venda do trigo em grão.

As indústrias moageiras deverão recolher ao Banco do Brasil a diferença de preços referentes ao trigo em estoque. Esse recolhimento será efetivado mediante apresentação da modificação de débito, expedida pela Divisão de Arrecadação de Diferença de Preços (DADI), notificação essa que será distinta para os casos de recolhimento referente aos estoques de trigo nacional ou estrangeiro.

Para efeito de cálculo de recolhimento, a SUNAB considerará toda a farinha de trigo em poder da indústria moageira, proporção de 78 kg de farinha para 100 kg de trigo em grão.

No caso da farinha produzida com trigo nacional, o cálculo será feito com base de peso específico consignado no documento de venda expedido pelo Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTIUN) do Banco do Brasil.

As importâncias arrecadadas serão contabilizadas na CADEX, em conta especial à ordem do Banco Central do Brasil, e êses recursos, mediante autorização

do Ministério da Fazenda, serão utilizados, na proporção de 90% no atendimento de programas de pesquisas e experimentação da lavoura triticea e, nos restantes 10%, no custeio dos encargos e despesas do Departamento de Trigo da SUNAB.

As indústrias moageiras que, no devido tempo, não recolherem a diferença de preço de seus estoques de trigo, sujeitar-se-ão à autuação e interdição que pederá ser promovida pela SUNAB, além de ter suspenso o fornecimento de trigo, na proporção de 1/300 de suas quotas anuais em cada dia de atraso no recolhimento, a contar da data em que a indústria receber notificação para aquela finalidade.

Para fins de desapropriação, são considerados de utilidade pública os estoques de trigo em grão, subprodutos e derivados que se encontrem em poder das indústrias moageiras, indústrias e comerciantes, atacadistas ou varejistas (Decreto n.º 64.569, de 22-5-69 — DO de 23-5-69, p. 4.394).

TRIGO — Abastecimento — Preço de Venda

O Superintendente da SUNAB fixou em NCr\$ 335,00 o preço de venda nos moinhos da tonelada métrica do trigo em grão, de qualquer procedência, adquirida pelo Banco do Brasil.

Nos Estados produtores, o trigo de produção nacional destinado à industrialização, será entregue nos moinhos, nos locais de estocagem, pelos preços abaixo indicados:

(Por tonelada métrica a granel)

78	335,00
77	331,65
76	329,30
75	324,95
74	321,60
73	318,25
72	314,90
71	311,55
70	308,20
69	304,85
68	301,50
67	298,15
66	294,80
65	291,45

lote de mil fraugos com 12 semanas de idade — classe

O preço de venda no moinho será acrescido, em cada Estado, das despesas portuárias poupadas abaixo discriminadas:

NCr\$	4,20/t
Rio Grande do Sul	6,27/t
Santa Catarina	6,45/t
Paraná	6,45/t

Os preços dos produtos e subprodutos da moagem de trigo em grão, então vigorantes poderão sofrer um aumento de até 21,30%, excetuando-se os preços de venda da farinha de trigo pura, vendida em sacos de 1 a 5 kg, das farinhas semoladas e dos resíduos de trigo.

O preço máximo de venda que o produtor poderá cobrar pela farinha de rapa de mandioca foi fixada em NCr\$ 13,00 o sacco de 50 kg, nele incluído o frete do local de produção até a capital do Estado excluído o ICM quando incidente (MA—SUNAB — Portaria Super n.º 59 de 19-5-69 — DO de 23-5-69, p. 4.415).

TRITICULTURA — Produção de Sementes

O Ministro da Agricultura delegou ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS), poderes para promover, nas próximas safras a produção de sementes de trigo de qualidade garantida, através de Comissões Estaduais de Sementes nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mediante acôrdo com as respectivas secretarias de Agricultura, cabendo a orientação e fiscalização da produção de sementes a ação governamental. O sistema de produção deverá ser convenientemente adaptado às condições de cada Estado. A comercialização far-se-á por intermédio das associações de classes dos produtores (MA—CIA — Portaria n.º 123, de 12-5-69 — DO de 19-5-69, p. 4.249).

VETERINARIA — Fiscalização de Produtos — Regulação

O Presidente da República aprovou o Regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos responsáveis pela sua fabricação (Decreto n.º 64.499, de 14-5-69 — DO de 19-5-69, p. 4.227).

ESTADO DA GUANABARA

BATATAS E CEBOLAS — ICM — Isenção

O Governador do Estado isentou do Imposto sobre circulação de mercadorias na saída de batatas e cebolas "in natura", para consumo interno, bem como as remetidas a outro Estado ou ao exterior, excluídas na destinação à industrialização.

Até o dia 10 de maio de 1969, será apresentado na unidade fiscal, a que estiver jurisdicionado o contribuinte, uma relação dos estoques de batatas e cebolas existentes, contendo os seguintes elementos:

- nome do fornecedor, praça e sua inscrição estadual;
- número da nota fiscal do fornecedor;
- quantidade estocada em quilos;
- valor, por quilo, da parte em estoque, tomando por base o da última aquisição;
- valor total da mercadoria estocada;
- ICM calculado sobre os valores parciais referidos no alínea d, com a alíquota consignada nas correspondentes notas fiscais de entrada.

Os contribuintes exclusivamente varejistas, sujeitos no regime de pagamento por estimativa, ficam desobrigados das exigências (Decreto "E" n.º 2.788, de 25-4-69 — DO GH, de 28-4-69, p. 7.511).

CEBOLAS (v. Batatas)

FEIRANTE — Matrícula — Suspensão

O Diretor de Departamento de Abastecimento, da Secretária de Serviços Públicos, suspendeu o recebimento de pedidos de novas matrículas para qualquer categoria de feirante e solicitações de transferência de feiras e comércio (SSP—DAH—Ordem de Serviço "E" n.º 9, de 12-3-69 — DO—GH de 18-3-69, p. 3.899).

LAVRADORES — Prêmios — Tabela de Pontos

O Secretário de Economia aprovou a tabela de pontos para julgamento dos candidatos inscritos nas várias classes de atividades agrícolas, com base no volume de produção, nos índices de produtividade, nas organizações de suas empresas e nos preços e qualidades dos produtos no exercício de 1969.

Estabeleceu, por outro lado, mais duas classes de atividades adicionais: referentes a frango de corte e criações que apresentarem melhor produtividade em II; e fruticultura — classe I, abrangendo os lavradores que registrarem maior volume de produção de frutas em um pobar de 1 hectare, área base (SE—GH — Portaria "E" n.º 1 de 13-3-69 — DO GH de 21-3-69, p. 9.001).

ESTADO DE SÃO PAULO

ALIMENTOS — Inspeção — Grupo de Trabalho

O Secretário da Agricultura do Estado instituiu uma comissão para estudar e propor as medidas aconselháveis, visando à possibilidade da integração na Secretária de Saúde dos serviços de inspeção dos produtos alimentícios de origem animal, desde sua saída da propriedade agrícola até a entrega final ao consumidor (SA—GH — Ato s/n.º, de 26-3-69 — DO—SP de 27-3-69, p. 15).

CAFÉ CRU — ICM — Exportação

O Coordenador da Administração Tributária determinou que nas saídas de café cru para a exterior a base para o cálculo de ICM devido será de NCr\$ 89,11 por sacca, inclusive quando a exportação se verificar através do porto de outro Estado.

Nas saídas com destino a outra unidade de Federação a base de cálculo será, por sacca, até 30-6-69, de NCr\$ 71,70; a partir de 1-7-69, NCr\$ 84,00; a partir de 1-10-69, NCr\$ 88,80; a partir de 1-1-70, NCr\$ 94,00. Nas saídas de café cru para a industrialização, a base de cálculo será o valor da operação, devendo os documentos fiscais e a guia de recolhimento do Imposto conter a observação "café destinado à industrialização".

As bases de cálculo serão alteradas, nas mesmas proporções, sempre que se modificarem os valores das cunhiais representativas de exportação ou os preços de garantia estabelecidos pelo IRO.

legislação agrícola

Relativamente aos cafés oriundos de outros Estados, somente serão admitidos créditos do ICM até o valor dos respectivos preços de garantia fixados pelo IBC, com exceção dos cafés acobertados por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dos respectivos certificados.

(SFCAT — Instrução n.º 8, de 12-5-69 — DO-SP de 13-5-69, p. 15).

CAFÉ — Medidas de Defesa Vegetal

O Instituto Biológico declarou infestados pelo nemátode *M. Coffeleola* os Municípios da Média Sorocabana, Bragantina e Alta Mogiana, Proibindo, ainda, a entrada, no Estado de São Paulo, de mudas de café provenientes do Estado do Paraná (Sag — Instituto Biológico — Portaria n.º 31, de 30-5-69 DO-SP de 3-6-69, p. 20).

CHÁ EM FOLHA — ICM — Isenção

O Secretário da Fazenda Incluiu o chá em folha na lista dos produtos agrícolas "in natura" do ICM na primeira saída efetuada pelo produtor (SF-Cb — Ato n.º 569, de 12-3-69 DO-SP de 13-3-69, p. 8).

HORTIGRANJEIROS — ICM Isenção — Alteração

O Governador do Estado estendeu as saídas de alho, cebola, batata, mandioca e flores naturais a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias, alterando o parágrafo 11 do artigo 5.º do Regulamento do ICM, que passou a vigorar com a seguinte redação:

São os seguintes os produtos referidos no inciso XVIII:

- a) abóbora, abobrinha, acelga, alho, nipoim, alpo, alface, almeirão, alcachofra, alcaçofra arruda, alfavaca, alfavaca, azeite, azeite, aniz, azeitim;
- b) batata, batata-doce, berinjela, betalha, beterraba brócolos;
- c) camomila, cerá, cardo catalonha, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro cominho couve-flor cogumelo;
- d) erva-cidreira, erva-doce, erva-de-santa-maria, ervilha, espinafre, escarola, endívia, aspargo;
- e) flores, frutas frescas nacionais ou provenientes dos países-membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC) e funcho;
- f) gengibre, inhame, jiló, losna;
- g) mandioca, milho verde, manjerona, manjerona, maxixe, morango;
- h) nabo, nabeta;
- i) palmito, pepino, pimentão, pimenta;
- j) quiabo, repolho, rabanete, rúcula, raiz-forte, rubarbo, salsa, salsaço, segurelha;
- l) taloba, tumpala, tomate, tomilho e vagem.

O alho, a cebola, a batata, a mandioca e as flores naturais foram excluídas da relação constante do parágrafo 9.º do artigo 5.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 51.343, de 31 de janeiro de 1969 (Decreto n.º 51.677 de 14-4-69 — DO-SP de 15-4-69, p. 3).

IMPÓSTO TERRITORIAL RURAL — ICM — Débito

Imposto Fiscal — Parcelamento — Multas

Os débitos fiscais (Imposto e multa) referentes ao imposto sobre circulação de mercadorias poderão ser pagos em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, ou em 60 vezes em casos excepcionais, e critério do Secretário da Fazenda.

O recolhimento até 12 parcelas não sofrerá qualquer acréscimo; desse limite até 24 vezes será cobrado percentual resultante da multiplicação do índice de 0,5% pelo número de parcelas, que se elevará para 1% nos casos de pagamentos em até 36 ou 60 quotas. Esse benefício também se aplica aos devedores executados em juízo, mas que somente poderão requerer o parcelamento 60 dias depois da vigência do decreto e desde que não tenham interposto embargos à penhora de bens.

Para ter direito ao parcelamento, o contribuinte terá de pagar regularmente os tributos devidos durante o período do recolhimento das quotas, pois, em caso contrário, será exigida a liquidação do saldo devedor. Aquêles que estejam recolhendo dívidas em face de parcelamento anteriores poderão solicitar, em substituição, os novos prazos estabelecidos mais dilatados.

O decreto altera, ainda, os critérios de fixação de multas aplicáveis por infração à legislação do ICM. Abandonam-se as penalidades, levando-se em linha de conta a gravidade da infração, sua importância para os interesses de arrecadação, as circunstâncias que evidenciem dolo, fraude, simulação e demais atos de má fé. Também se concedem prazos mais amplos para o pagamento das multas, diminuindo o percentual de sua incidência nos casos de quitação espontânea do ICM fora dos prazos legais.

Haverá descontos de 25% (antes era de 20%) para os infratores que renunciarem aos recursos legais contra o pagamento de multas. E as autoridades julgadoras poderão reduzir as multas impostas, de até um terço do seu valor, quando a infração tenha resultado de motivo de força maior ou erro de fato excusável. As multas já aplicadas, desde que não ajustadas o débito, serão revistas de acordo com esses critérios.

A correção monetária passará a ser aplicada somente aos débitos relativos ao ICM e respectivas multas, e não mais às taxas de tributo, desde que exigidas através de auto de infração, lavrado a partir de 1-7-69. Em consequência, ficam isentos da atualização do seu valor monetário os pagamentos espontâneos do tributo efetuados fora do prazo legal. A Correção monetária também não incidirá durante o período de pagamento parcelado dos débitos, efetuado mediante acordo. Se o contribuinte depositar em dinheiro a importância questionada, na Secretaria da Fazenda, fica suspensa a partir desse ato a incidência da correção monetária.

Ficam revogados os débitos fiscais resultantes da incidência do imposto territorial rural e competência do Estado, relativo aos exercícios de 1961 a anteriores, bem como os originários das chamadas "multas sanitárias".

Revogam-se, finalmente, todas as normas da legislação anterior sobre parcelamento de débitos referentes ao ICM, bem como dispositivos dispostos sobre correção monetária dessas dívidas. Contudo, são mantidos os acordos já autorizados e garantidos os direitos dos contribuintes que tenham requerido a concessão de benefícios fiscais com base nas normas anteriores em vigor. (Decreto-lei n.º 79, de 28-5-69 — DO-SP de 29-5-69, p. 2).

MEDICINA VETERINÁRIA — Produtos Farmacêuticos — Entorpecentes

O Diretor do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional baixou normas para a manutenção em estoques, por serviços, clínicas, e hospitais de medicina veterinária, de produtos farmacêuticos e entorpecentes sujeitos a controle e fiscalização.

Para esse fim, aquêles estabelecimentos deverão manter profissional habilitado e responsável pelo estabelecimento, livro próprio para registro de medicamentos e registro no Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional.

Até o dia dez dos meses de abril, julho, outubro e janeiro, os estabelecimentos de medicina veterinária remeterão ao SFEF um balanço, nos moldes do destinado para entorpecentes, de todas as compras e utilização dessas substâncias e produtos, durante o trimestre anterior (SSP-SFEF — Portaria n.º 7, de 24-5-69 — DO-SP de 24-5-69, p. 40).

PRSCA — Clubes — Regulamentação

O Executor do Acordo de Pesca no Estado de São Paulo regulamentou o exercício da pesca amadorista e científica no âmbito estadual. Para os amadores, a outorga será concedida após pagamento de taxa, permitindo-se o emprego apenas dos seguintes aparelhos: canções simples, linha de mão, molinete, puçá, tarrafa, espingarda de mergulho e arpão. Para o licenciamento de clubes ou associações, exige-se seu prévio registro na SUDPEPE, e os associados são obrigados a portar licença concedida pelo Executor e registro das embarcações que possuírem na classe de recreio.

Para a realização de programas de pesquisas no mar territorial brasileiro ou nas águas interiores do Brasil, as instituições científicas devem ter prévia autorização da SUDPEPE. A programação de seu trabalho deverá ser remetida à SUDPEPE através do Conselho Nacional de Pesquisas (SA-DPA — Portaria n.º 579, de 19-4-69 — DO-SP de 19-4-69, p. 22).

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

SETEMBRO-OUTUBRO 1969



Clínica de Árvores — Milhões de sementes experimentais
de árvores, plantadas em fazendas especializadas nos EUA





Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

ÍNDICE

Novo Governo	2
Mérito Ministro Fernando Costa	5
Reminiscências — Um Divulgador Agrícola — Luiz Marques Pollano	7
Dr. Alberto Torres Filho	8
Desapropriação por Interêsse Social	10
Reformar Só? Não! Organizar a Reforma — J. Sampaio Fernandes	13
Cultura do Mamão — Almir Gonçalves Castro	14
Instantâneos de gente da roça — Continuismo — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	17
Diretrizes Objetivas para o Desenvolvimento Agrário da Nação	18
A Doutrina Cooperativista como Fator da Educação — Marla Heloisa P. de Carvalho	21
O Mate — 2-Química do Mate — Ennio L. Leitão ...	24
Reforma Agrária — Prioridade da América Latina — Hugo Martín	34
XX Semana do Lacteinista — Otto Frensel	36
A Agropecuária — Júlio Cezar Covello	37
Livros e Publicações	54
A Lavoura — Há 70 Anos	54
Francisco de Assis Iglésias	55
Climas de Mato Grosso — Adalberto Serra	57
Curso de Crédito Rural	62
Produtos Veterinários sob Fiscalização do Ministério da Agricultura	63
Notícias e Informações	65
Legislação Agrícola	69
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Cursos Rápidos Agrícolas	76

Nossa Capa: Clínica de Árvores

Milhões de sementes experimentais de árvores, plantadas em fazendas especializadas nos EUA, têm sua germinação cuidadosamente controlada e estudada. Apenas as mudas consideradas tecnicamente perfeitas são transplantadas. Várias dessas "clínicas de árvores" são mantidas pela Weyerhaeuser Company, o maior proprietário particular de florestas nos Estados Unidos. Na foto, uma dessas "clínicas" em plena atividade. (Especial para A LAVOURA-IPS)

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Setembro — Outubro — 1966

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

A LAVOURA

JARDIM BOTANICO DO
RIO DE JANEIRO

1

NÔVO GOVÊRNO

Ao anunciar à Nação, a 27 de outubro, os nomes dos brasileiros que compõem o seu governo, o ilustre Presidente General Emilio Garrastazu Médici, expôs as linhas mestras do seu programa de governo, e de como dirigirá os destinos do Brasil até março de 1974, ao mesmo tempo que mostrou o critério adotado para a escolha dos seus mais diretos auxiliares.

É documento de mais alta significação para o país e que deve ser difundido o quanto possível entre os brasileiros.

Não apenas como voto de confiança a S. Exa., mas também porque ali conclama o novo chefe do governo todos os brasileiros a com êle colaborar na ingente tarefa de encaminhar o Brasil na trilha que o levará aos seus altos destinos, levando ao corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura os conceitos altamente promissores e patrióticos em que S. Exa. vazou a sua fala à Nação. Esta revista tem a honra de inseri-lo na íntegra, no lugar de maior destaque da sua paginação.

Eis o notável pronunciamento:

"Referendada a escolha de meu nome pelo Congresso Nacional, cumpre-me apontar à Nação Brasileira os homens que me ajudarão na imensa tarefa de dirigir os seus destinos, sucedendo ao eminente Presidente Costa e Silva.

Dado que jamais aspirei a chegar à Presidência da República e que nela me vou investir no cumprimento dessa missão, difícelemente poderá a História registrar exemplo de Chefe de Estado que, assim livre de pressões, de vinculações, de compromissos, pôde escolher seus auxiliares imediatos segundo seu próprio julgamento, seus próprios valores, sua responsabilidade total.

O exercício da chefia do órgão nacional de Informações, ao longo de mais de dois anos, fêz-me conhecer um pouco do direito e do avesso das coisas e dos homens do Brasil.

Valho-me agora desses conhecimentos e de meu próprio julgamento na escolha isenta de meus Ministros, imune a pressões de toda ordem, de ordem sentimental ou racional — políticas, militares, econômicas.

Não uso critérios políticos ou regionalistas, não pago dívidas eleitorais que não preciso contrair, não tenho a vocação do favoritismo e da cortesia no exercício de meu dever, e me declaro incompetente na mecânica da composição, do conchavo, da barganha.

Compromissos, só os tenho com a minha consciência e com o futuro de meu País. E se alguma confiança me é dada pela Nação e por este momento de História, que se comece confiando nos homens em que confio."

"Cuidel buscá-los em toda parte. Quis encontrá-los, a todos, segundo meus valores. Busquel a inteligência e a objetividade, a austeridade e a coragem moral, a iniciativa e a aptidão para o trabalho em equipe, a energia e o equilíbrio, o espírito criador e o realismo.

Visel à reunião de homens firmes e tenazes, identificados com a Revolução de Março de 64 e que coloquem o interesse nacional acima, muito acima de qualquer interesse; homens capazes de ouvir e de comunicar; homens capazes de escolher outros homens; homens com sentido de humildade, grandeza de intenções, permeáveis à realidade do hoje e sensível à visão do amanhã.

Cuidel encontrá-los, e se todos em tudo assim não forem como os busquel, cada um haverá de identificar-se com o meu propósito, sublimar-se na ação e integrar-se ao espírito de unidade.

Empenho minha responsabilidade pessoal nessa unidade que desejo a marca de meu Governo, unidade que de mim haverá de emanar, unidade de pensamento, de objetivo, de ação, de coerência.

Não haverel de ler Ministérios prevalentes, mas áreas, setores e problemas prioritários. Almejo a continuidade administrativa como princípio, mas não tenho compromisso de duração da tarefa de meus auxiliares, que essa duração será feita de nossa mútua confiança.

Meu propósito primeiro é ter um Ministério unido e coeso, com espírito de equipe e de cooperação, de trabalho associativo e integrado. Quero a meu lado ministros que tenham em mira a interdependência, a interpretação, o recíproco respeito, a visão de conjunto entre os Ministérios.

Deus haverá de ajudar-me para que eu tenha sempre um Ministério que, na força de seu todo, não sejam ilhas, seja continente; e que, na energia e na chama, não sejam estrelas solitárias ou errantes, seja constelação".

"Quero, assim, apontar à Nação os homens que me ajudarão a dirigir o País nos anos do meu Governo.

Meu companheiro na Vice-Presidência da República, o Almirante Augusto Hammann Rademaker Grunewald, cujo nome o Congresso Nacional já ratificou, é a expressão de uma certeza, a certeza da continuidade do processo revolucionário. Esta certeza vem de longe, vem de sua presença decisiva na primeira hora da Revolução, como um dos três membros de seu Comando Supremo.

Agora, o Ministério, setor por setor, Ministro por Ministro.

Primeiro, o SETOR POLÍTICO:

Ministro da Justiça: Professor ALFREDO BUZAID.

Ministro das Relações Exteriores: Embaixador MÁRIO GIBSON BARBOSA.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Professor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO.

SETOR ECONÔMICO:

Ministro da Fazenda: Professor Antônio Delfino Neto. Ministro dos Transportes: Coronel Mário David Andreazza.

Ministro da Agricultura: Engenheiro Agrônomo Luís Fernando Cirne Lima.

Ministro da Indústria e do Comércio: Senhor Fábio Ríodi Yassuda.

Ministro das Minas e Energia: Engenheiro Antônio Dias Leite.

Ministro do Interior: Deputado José Costa Cavalcanti.

SETOR SOCIAL:

Ministro da Educação e Cultura: Senador Jarbas Gonçalves Passarinho.

Ministro do Trabalho e Previdência Social: Professor Júlio de Carvalho Barata.

Ministro da Saúde: Professor Francisco de Paula da Rocha Lagoa.

Ministro das Comunicações: Coronel Higino Cactano Corsetti.

SETOR MILITAR:

Ministro da Marinha: Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes.

Ministro do Exército: General-de-Exército Orlando Giesel.

Ministro da Aeronáutica: Marechal-do-Ar Márcelo de Sousa e Melo.

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Chefe do Gabinete Civil: Professor João Leitão de Abreu.

Chefe do Gabinete Militar: General-de-Brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Chefe do Serviço Nacional de Informações:

General-de-Brigada Carlos Alberto da Fontoura."

"Apresentados os homens que escolhi e que escolherão outros homens, e posto que estamos na hora da verdade, quisera confidenciar à Nação brasileira haver sido meu propósito primeiro escolher Ministros que não fossem candidatos, que não estivessem pensando, desde já, numa cadeira no Congresso, num palácio de Governo, ou mesmo na Presidência. É que eu os queria só Ministros, e Ministros totalmente devotados à missão que lhes darei.

Seria, de certo modo, comprometer-lhes o futuro e, quem sabe, até, desfazer meu Ministério de alguns valores que não dispense.

Não impus a condição limitativa do amanhã, que é deles. Impunho, sim, e a Nação é testemunha, que não façam de seus Ministérios a plataforma de lançamento, a base eleitoral, a cornucópia de favores que, em passado que a Revolução de 64 deixou atrás, aplatinava o caminho dos pretendentes aos cargos eletivos." "Quero dizer, bem alto, como vejo um Ministro de Estado. Vejo-o consagrar-se, de toda a alma, à sua imensa tarefa como um fim, não como um meio; vejo-o servir a todo o povo brasileiro; e harmonizar-se e integrar-se no conjunto de minha equipe, sem travar jamais a velha luta da rivalidade das ambições políticas de cada um.

Quero ter de todo Ministro de meu Governo a imagem da austeridade, da decência, da determinação no rumo do esforço coletivo.

E, assim, o futuro haverá de ser para todos a tranqüila colheita do presente.

Com esses homens e com esses propósitos, haveremos de prosseguir, nos primeiros anos 70, o esforço nacional de acelerar a vinda dos novos tempos, os tempos em que o homem mais ignorado, do mais distante pedaço de Brasil, sinta, na sua própria pele, e não na palavra dos outros, que os dias melhores estão chegando."

M É R I T O

MINISTRO FERNANDO COSTA

Em sessão solene realizada no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, a 20 de outubro último, a Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura homenageou diversas personalidades pelos seus relevantes serviços à causa da agropecuária brasileira.

Presidiu os trabalhos o Eng. Agr. Rufino d'Almeida Guerra Filho, Secretário Geral daquela entidade, o qual convidou para a mesa os Srs. Luiz Simões Lopes, Heitor Grillo, José Pires de Almeida e Waldemar Gurgel do Amaral.

AMILCAR SAVASSI

Italiano de origem radicado no Brasil há mais de setenta anos onde foi o iniciador da nossa Sericicultura. Deve-se a êle a criação da Estação de Sericicultura de Barbaena.

Funcionário aposentado do Ministério da Agricultura onde conta com amigos, admiradores e seguidores da sua especialidade, a quem transmitiu ensinamentos sobre a cultura do bicho da seda e sua industrialização.

É um modelo de virtudes.

HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

Engenheiro Agrônomo de renome nacional, prestou relevantes serviços ao Ministério da Agricultura, nem só como fito-patologista consumado, bem como destacado administrador.

Foi o executor da grande obra que se tornou a Universidade Rural do Brasil, no km 47 da Rodovia Rio-São Paulo. Ocupou, ainda, o cargo de Secretário da Agricultura do atual Estado da Guanabara.

Exerce, no momento, as funções de Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

JOÃO CLEOPHAS DE OLIVEIRA

Foi durante algum tempo, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, seu Estado natal, onde ocupou também, o Governo daquela unidade da Federação.

Foi Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura no Governo Provisório (Getúlio Vargas), tendo tido grande destaque na criação do Serviço Social Rural no país, além de haver tomado uma série de medidas tendentes à mecanização da lavoura em todo o território nacional.

JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agronomia hoje Universidade Rural do Brasil.

Iniciada a sessão, informou à numerosa assistência que a sua Associação ali estava para agradecer de público à seleta plêiade de brasileiros os valiosos serviços que durante longos anos prestaram e vêm prestando à agricultura nacional.

Fêz, a seguir, referência a cada um dos homenageados, que em seguida receberam a medalha de prata que reproduzimos e o diploma respectivo.

Na ocasião, foram lidas as seguintes referências relativas aos nomes agraciados:

Fêz curso de especialização nos Estados Unidos — Prêmio de Viagem. Especializou-se em óleos vegetais, e idealizou e fundou o Instituto Nacional de Óleos do Ministério da Agricultura. Antigo professor da 19.ª Cadeira da Universidade Rural.

Foi e continuou a ser um batalhador no sentido do desenvolvimento da cultura e da indústria dos óleos vegetais, tintas e vernizes, no País.

Faz parte do Corpo Diretor do Club de Engenharia e da Sociedade Nacional de Agricultura.

JOSÉ AMANAJÁS TOCANTINS

Advogado e Pecuarista tendo se especializado nos assuntos atinentes ao Cooperativismo e por êste motivo integrou diversas comissões que estudaram e apresentaram projetos sobre o Seguro Agrário, Cooperativismo e Crédito Rural.

Atualmente é Chefe do Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., do qual é procurador.

Realizou os Cursos: de Crédito Rural no Kansas University (USA); Purdue University (USA) e Escola Superior de Guerra.

JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA

Revolucionário de 1930, Juarez Távora ocupou a Pasta da Agricultura no Governo Getúlio Vargas.

Como chefe daquela Secretaria de Estado realizou reformas de fundo integrando os profissionais da Agronomia e da Veterinária nos quadros daquele Ministério. Foi um impulsionador da Agricultura no País, e posteriormente, no Governo do Presidente Café Filho, ocupou a Pasta da Viação. É um estudioso dos problemas sócio-econômicos do Brasil.



KURT REPSOLD — Engenheiro Agrônomo, formado pelas antigas Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária "São Bento", de Pernambuco, turma de 1918.

Funcionário aposentado do Ministério da Agricultura, onde exerceu as mais altas comissões e ocupou os mais importantes cargos, inclusive o de Diretor Geral, ainda hoje continua em atividade.

É assessor da Confederação Nacional da Agricultura e Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Recentemente foi agraciado com a Medalha do Mérito Agrícola.

LUIZ GUIMARAES JÚNIOR

Mineiro de Cordisburgo. Filho de Luiz Guimarães e Maria Lima Guimarães.

Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte e Post-Graduado pela Universidade de Georgia U.S.A. É Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Na sua carreira funcional exerceu toda gama de atividades culminando com a de Ministro da Agricultura Internamente.

Tendo se especializado em algodão, escreveu diversos trabalhos sobre esta malvacea dos quais destacamos:

- I — O algodão em Minas
- II — Apontamentos sobre o algodão e
- III — Aspectos of Brazilian Cotton (em Inglês).

De sua autoria é também:
Nas Selvas do Brasil (Tradução).
Conservemos este Solo.
A Caminho do Egito.
De Nôvo no Oriente.

LUIZ MARQUES POLIANO

Há muitos anos Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, onde vem

prestando os mais assinalados serviços. Com sua dedicação e eficiência tem conseguido imprimir àquela antiga e prestigiosa instituição, verdadeiro desenvolvimento utilitário.

Possui notável cultura humanística e grandes conhecimentos históricos. Iniciou sua carreira como Conservador de Museu do Ministério de Educação e Cultura após graduação em Museologia pela antiga Universidade do Brasil. É membro do Conselho da Medalha do Mérito Agrícola, instituição criada pelo Governo Federal, condecoração que recebeu em 1966"; Redator-Chefe da Revista A LAVOURA, da Sociedade Nacional de Agricultura, a mais antiga, no gênero, em circulação no País e Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", da mesma Sociedade.

LUIZ SIMÕES LOPES

Engenheiro Agrônomo, iniciou sua carreira profissional como técnico do Ministério da Agricultura, no antigo Serviço Florestal do Brasil.

Mais tarde ocupou a Chefia da Casa Civil do Presidente Vargas, de quem era dedicado amigo e conterrâneo. Foi sincero defensor dos problemas agrícolas, quando no exercício da citada função.

Foi o criador e primeiro Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público Federal (DASP), em cujas funções prestou relevantes serviços ao País, especialmente na organização administrativa dos Ministérios e demais organismos da órbita federal e criando o Estatuto dos Funcionários Públicos Federais.

É membro de várias instituições nacionais e estrangeiras ocupando, atualmente, a presidência da Fundação Getúlio Vargas, órgão por excelência, orientador da Economia Nacional; presidiu a Assembléia da fundação da atual Confederação Nacional de Agricultura, exercendo também, há longos anos a Presidência da Sociedade Nacional de Agricultura.

E. L. L.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.519 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretaria-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLAVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— JOAO BATISTA LUSARDO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JUNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SIBHAEL MAGALHAES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHÉ

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

ENNIO LUIZ LEITAO

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES

JULIO CÉSAR COVELLO

LUIZ HERMANY FILHO

MARIO DE OLIVEIRA

OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARAO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEAO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TREJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CEVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFACIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — TREADORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELO LEITAO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÓLIO VARGAS

OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravaché
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitao
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteadó de Faria e Silva
-
- Honório Monteiro Filho
-
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Frões Abreu
-
-
- João Carlos Bello Lisbon
- Milton Freitas de Souza
- Luiz Freitas de Souza
- Arménio da Rocha Miranda
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravaché; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravaché; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

UM DIVULGADOR AGRÍCOLA

Havia decorrido somente poucos meses da fundação da Sociedade Nacional de Agricultura, a 16 de janeiro de 1897, e já a sua revista, no número de 12 de janeiro seguinte, inseria em lugar de destaque um longo e sentido necrológico: o de um de seus mais destacados entuslastas, o seu Vice-Presidente Honorário, o Dr. Frederico Guilherme de Albuquerque, nascido na Cidade do Rio Grande, a 18 de dezembro de 1839, e falecido a 4 de novembro daquele ano.

Este ilustre gaúcho foi um dedicado à causa da Agricultura, um verdadeiro precursor da evolução e da divulgação das modernas práticas agrícolas.

Após haver desistido do seu curso de engenheiro, na antiga Escola Central, desta então capital do Império, foi convidado por D. Pedro II para integrar, em 1872, a equipe de Botânica do Museu Nacional, ao tempo do Diretor Nicolau Moreira.

Apaixonado pelas ciências naturais, "por não se conformar com a aridez do estudo das matemáticas", fundou no subúrbio do Encantado, em 1867, um "Instituto de Sementes" onde produzia sementes e mudas, dentro da técnica então vigente, e onde realizou numerosas reuniões, os chamados "Comícios Agrícolas". Oito anos após, transferiu esse estabelecimento para São Bernardo, em São Paulo, conhecido de todos os lavradores brasileiros da época, sob o nome de "Bolleche", e já no regime republicano aceitou o cargo de diretor dos Jardins Públicos de São Paulo, ao qual resignou, retornando ao Rio de Janeiro em 1892.

Por essa época, recusara o cargo de diretor de nosso antigo Jardim Zoológico, propriedade do Barão de Drummond, porque "de envôlta com a questão científica, lobrigava interesses de ordem diversa, que não se coadunavam com sua índole, infensa à exploração de certo gênero." Tratava-se do chamado "jogo do bicho", que haveria de, até os tem-

pos que correm, constituir-se em sério problema social da cidade e quicá do Brasil.

O seu pendor pelos assuntos da Natureza e de Agricultura êle o revelou incorporando-se à Sociedade dos Comícios Agrícolas do então Distrito Federal — precursora da Sociedade Nacional de Agricultura — e fundando e constituindo-se no principal redator da "Revista Agrícola" (1872), da "Revista de Agricultura" (1878) e do "Jornal de Agricultura" (1881-1886).

Mas, o que intentamos, nesta nota, é caracterizar o grande divulgador agrícola de quase um século, que foi Frederico de Albuquerque. A sua atividade jornalística se fez sentir em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no "Jornal de Comércio, do Rio de Janeiro, defendendo sempre, "com vigor e patriotismo, as idéias salvadoras da situação econômica do país, a policultura, o ensino agrícola, a adoção de novos processos de arrancar nossa primeira indústria dessa imobilidade que faz o seu declínio".

Publicou:

— Da videira, sua origem e história; conveniência de sua cultura variedades preferíveis. Rio de Janeiro, 1876, 22 págs. in-4.º. É uma memória que o autor apresentara ao conselheiro T. J. Coelho de Almeida, e saíra no "Diário Oficial", e mais tarde na "Revista de Horticultura", tomo 1.º, págs. 52, 115 e 156.

— O jardineiro brasileiro; noções de agricultura, horticultura e paisagens, adaptados ao clima do Brasil, seguido do discurso sobre o mesmo assunto, pronunciado nas conferências do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1878, in-8.º

— "Revista de Horticultura": "Jornal de Agricultura" e "Horticultura Prática". Começou a sair em janeiro de 1876 em folhetos mensais de 20 págs., redigido por F. de Albuquerque com a colaboração de J. Barbosa Rodrigues e outros. De seu redator só no 1.º ano, além de muitos trabalhos e notícias, se chamam

Dr.
Alberto
Torres
Filho



O corpo de Diretores Técnicos da Sociedade Nacional de Agricultura sofreu, com o falecimento a 1.º de agosto deste ano, um rude golpe com o imprevisto falecimento do Dr. Alberto Torres Filho. O passamento verificou-se na Capital de São Paulo, aonde fora buscar tratamento para o mal que o acabou abatendo.

O Dr. Alberto Torres Filho, além das suas atividades como advogado militante no foro da Cidade do Rio de Ja-

nelro era adiantado criador do Município de Três Rios.

Nasceu nesta Cidade a 3 de dezembro de 1893, e era filho do notável sociólogo Alberto Torres.

Do seu currículo consta que cursou o Colégio São Vicente de Paula (Petrópolis); o Colégio Anchieta (Nova Friburgo); e St. Paul's School — Londres, Inglaterra, e a Faculdade Nacional de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Foi Tradutor Público Juramentado. Quando de sua

morte, era Diretor da Companhia Industrial São Paulo e Rio (CISPER), Companhia Electroquímica Pan-Americana, Companhia Meridional de Mineração, Naegeli S.A. — Indústrias Químicas e Xerox do Brasil S.A. — Reproduções Gráficas e ainda Gerente da TORREMCO — Sociedade de Navegação e Comércio Ltda. Fêz várias viagens à Europa e aos Estados Unidos. Proferiu conferências sobre assuntos profissionais. Publicou: "Memoriais Jurídicos".

os seguintes escritos: Cycadeas, com o respectivo desenho, págs. 6 a 8. A quina, idem, págs. 27 a 30. Algas, págs. 65 a 67. Os Jacintos, com duas estampas, págs. 129 a 135. Dinoscores Ilustrada, com o respectivo desenho, págs. 170 a 173.

No Museu Nacional, foi companheiro e amigo de Sérgio de Carvalho, como êle fundador da Sociedade Nacional de Agricultura — o qual lhe traçou o necrológio publicado na "A Lavoura", no ano citado.

Muitas coisas mudaram, no setor da atividade agrícola, nestes quase cem anos, mas não tanto, como era desejo e empenho do venerável brasileiro.

No Rio Grande do Sul, para onde voltaria, abandonando os bancos acadêmicos, fundou, na Ilha dos Marinheiros, um estabelecimento de horticultura, dedicado principalmente à viticultura, e lá introduziu diversas variedades dessa planta, dando — al grande impulso ao fabrico do vinho, "por processos especiais e excelentes, de que só sua família tem o segredo."

Segundo Sérgio de Carvalho, deve-se também a Frederico de Albuquerque a aclimação, na Ilha citada, em frente à cidade de Rio Grande, sua terra natal, do "encalpto, cujos primeiros exemplares foram por êle plantados" ali.

Por proposta da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, por ocasião de seu falecimento, foi inaugurado o retrato a óleo do nosso homenageado na galeria da antiga Caixa de Amortização, pintado pelo grande Antonio Parreiras.

Convidado por Ennes de Souza para presidir a Sociedade Nacional de Agricultura, quando de sua fundação, recusou, para aceitar, depois, a sua designação como 1.º Vice-Presidente Honorário, ao lado de Luiz Pereira Barreto e de Pedro Caldeira.

Em atenção aos seus serviços no "Bollehe", no Encantado, por sua notável apresentação na Exposição Agrícola e no Congresso Regional de 1897, foi-lhe atribuída medalha de ouro, entregue à família após a sua morte.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"



Cursos Rápidos —
Aula de
estaqueamento
de tomateiros.



Alunos dos Cursos
Rápidos Agrícolas dos
sábados, aguardando
o início das aulas.

Desapropriação por interesse social

A Constituição do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, no § 22 do seu artigo 179 garantia o direito de propriedade, "em toda sua plenitude", admitindo, como única exceção, o seu uso, pelo Poder Público, mediante prévia indenização. Não previa, ainda, a desapropriação.

A primeira Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891, manteve a plenitude do direito de propriedade, reservando, contudo, o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, também com indenização prévia.

Também a Carta de 16 de julho de 1934 não incluía a hipótese, embora tenha sido a primeira a mencionar a obrigatoriedade da observância do interesse social ou coletivo exercício do direito de propriedade.

De fato, o seu artigo 113, § 17 determinava:

"É garantido o direito de propriedade por necessidade ou ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determina. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização.

Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar a propriedade particular até onde o bem público o exija, reservando o direito à indenização". A novidade foi o surgimento da expressão justa indenização.

Do mesmo feito foi a Carta de 10 de novembro de 1937: "Art. 122 — A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

"14: o direito de propriedade, salvo a desapropriação por ne-

cessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O seu conteúdo e os seus limites serão os definidos nas leis que regularem o exercício".

Desapareceu a referência à justa indenização.

Só em 18 de setembro de 1946 é que o instituto da desapropriação por interesse social foi consagrado em texto constitucional.

Em contrapartida ao avanço, a inovação do pagamento da justa indenização em dinheiro".

Foi preciso a Emenda Constitucional n.º 10, de 10 de novembro de 1964, à implantação no Brasil do sistema de pagamento em títulos, nos casos de desapropriação por interesse social, da propriedade territorial rural, e ainda assim, com cláusula de EXATA correção monetária, excluídas as benfeitorias "SEMPRE pagas em dinheiro".

Porém, nem todas as indenizações podem assumir a forma de pagamento em títulos. É essencial que as desapropriações indiquem sobre imóveis situados em zonas antecipadamente declaradas prioritárias para fins de Reforma Agrária e fixadas em decreto do Poder Executivo.

Veio a Constituição de 24 de janeiro de 1967 incorporar a Emenda, originando o § 1.º do seu art. 157:

"§ 1.º — Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, assegurada a sua negociação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial ru-

ral e com pagamento de preço de terras públicas".

Finalmente, em 25 de agosto deste ano, o Governo Revolucionário do Marechal Artur da Costa e Silva editou o Atto Constitucional n.º 9, da mesma data, para modificar a Constituição vigente, em especial, o precitado § 1.º do artigo 157.

Em consequência do Atto foi derrocado o princípio de pagamento PREVIO da indenização de imóveis rurais desapropriados e condicionado seu justo valor a critérios que a lei estabelecer.

A Nova Lei

O Decreto-Lei n.º 554, de 23 de abril de 1969 que dispõe sobre a desapropriação por interesse social de imóveis rurais para fins de reforma agrária é resultado imediato, da nova filosofia do Governo Federal e representa, inegavelmente, um passo à frente, no caminho árduo da execução da Reforma Agrária Brasileira esboçada no Estatuto da Terra.

No regime da lei antiga, as discussões sobre preço no âmbito do Poder Judiciário, eram intermináveis, o IBRA — Serviço executor da Reforma Agrária — flava tolhido na missão de implantar seus projetos de assentamento e colonização.

A lei nova regula a matéria de forma adequada e moderna simplificando os trâmites processuais de maneira a permitir pronta e decisa resolução das desapropriações, no âmbito administrativo e no judiciário.

Isto se deve, principalmente, a forma pela qual estabeleceu os critérios de justa indenização da propriedade territorial rural.

Dá, em primeiro lugar, preferência a conclusão da des-

MAURO FONSECA PINTO NOGUEIRA

Chefe da Divisão de Desapropriações do
Departamento de Recursos Fundiários do IBRA

propriação por ACÓRDO, onde o preço será arbitrado entre Expropriado e Expropriante. Se na falta deste é que o Poder Público depositará em banco oficial o valor da indenização fixada com base na declaração do proprietário para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural, se aceito pelo IBRA.

Não sendo aceito o valor declarado, ou na ausência de declaração, a indenização corresponderá à avaliação que o Expropriante mandar proceder levando em consideração o efetivo rendimento econômico do imóvel, verificando no ano agrícola imediatamente anterior, precedida esta avaliação de cadastramento ex-offício.

Merece todo realce o fato de não ser desapropriável por interesse social para fins de Reforma Agrária, a empresa rural, legalmente conceituada no Estatuto da Terra e sua regulamentação como "empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore economicamente e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico da região em que se situa e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas, naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias" (Inciso VI, do art. 4.º da Lei 4.502, de 30 de novembro de 1964).

É prova de que o Governo não deseja executar uma Reforma Agrária contra os empresários, em detrimento e com o sacrifício das explorações economicamente rentáveis e sim para atingir aquelas explorações proprietárias, que sozinhas utilizam dos imóveis rurais simplesmente para especula-

ção imobiliária ou para obtenção de crédito agrícola junto à rede bancária pública e privada.

Preocupou-se, também, o Governo na nova lei, em facultar aos proprietários rurais a oportunidade de retificação de suas declarações imprecisas e feitas, muitas vezes, apressada e inadvertidamente, quem sabe se com o fim de pagar menor imposto. Foi-lhe assegurado, no § 3.º do art. 3.º do Decreto-Lei, o prazo de 180 dias para, mediante justificação, elaborarem nova declaração, do respectivo valor.

Aspecto processual

A ação de desapropriação deve ser proposta perante o juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

O pedido será instituído com um exemplar da publicação do ato de desapropriação — não necessariamente um Decreto, porque é delegável nos termos do A I-9 a atribuição e desapropriação de imóveis rurais e, mais, com o recibo bancário do depósito feito.

O Expropriante, na iniciativa, requererá a conversão do depósito em pagamento do preço; imissão de posse imediata e, ainda, a transcrição no Registro de Imóveis competente, para adquirir, logo a propriedade do bem desapropriado.

Transcrito o imóvel em nome do Expropriante, o que será ordenado pelo Juiz, de plano ou no prazo de 48 horas, não pode o mesmo ser objeto de reivindicação, ainda que fundada na nulidade da desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

O documento hábil para a transcrição é o próprio mandado judicial.

Cabe lembrar que o contraditório só tem início após a transcrição do mandado, e versará, exclusivamente, sobre o valor depositado pelo Expropriante ou vício do processo. Assim mesmo deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo do preço, o valor declarado pelo proprietário para pagamento do IPT.

Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Aplicabilidade

A nova lei é aplicável aos casos pendentes de julgamento, isto é, às ações judiciais sem decisão definitiva irrecorrida (coisa julgada).

O Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 junho de 1941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública, alterada pela Lei 2.786, de 21 de maio de 1956, não foi revogado. O seu artigo 9.º por exemplo, será aplicando nos casos de desapropriação por interesse social porque neste sentido há remissão expressa no art. 12 do Dec-Lei 554 em exame.

Também está mantida a enumeração dos casos de desapropriação por interesse social, quais sejam os do art. 1.º do Estatuto da Terra:

"Art. 18 — A desapropriação por interesse social tem por fins:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica de regiões;
- e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica;
- f) efetuar obra de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais;

g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural;

h) futurar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais a fim de preservá-los de atividades predatórias”.

Estão revogados os dispositivos do Estatuto da Terra colidentes com os da nova Lei (dentre outros, o critério para fixação do justo valor).

Atuação do IBRA

Criado em novembro de 1964 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, recebeu a incumbência de dar prosseguimento a algumas das ações de desapropriação propostas pela extinta Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

Assim é que continuou as demandas referentes à expropriação dos imóveis PENHA CAIXÃO, com área de 731,10 hectares; CAPIVARI, com 743,52 ha, PIRANEMA, com 580,80 ha, FLORESTA, com 894,57 ha, SÃO JOSÉ DA BOA MORTE, com 4.549,60 ha e REBÓJO, com 3.325 ha, todas na Área Prioritária do Rio de Janeiro. A exceção é de Rebójo, no Estado de São Paulo.

Mas, a primeira desapropriação de exclusiva responsabilidade do IBRA, foi da USINA CANANGÁ S/A e CIA AGROPECUÁRIA DE AMARAGI, no Estado de Pernambuco, iniciada em 5 de maio de 1965 e ainda não concluída.

A USINA situa-se na Área Prioritária do Nordeste e compreende uma área de aproximadamente 17.000 hectares.

Alada na Área Prioritária do Nordeste (Pernambuco e Paraíba) foi de cerca de 41.000 hectares.

Na Área Prioritária de Brasília apenas foi desapropriado um imóvel da “Noroeste de Minas Gerais (MG), com 33.755 hectares, não concluída e desapropriação.

Na Área Prioritária do Rio Janeiro foram desapropriados 12 imóveis, no total de 16.925,76 hectares:

Penna Calção	— área de	731,10 ha SUPRA
Capivarí	— área de	743,52 ha SUPRA
Piranema	— área de	580,80 ha SUPRA
Santa Alice	— área de	1.063,34 ha SUPRA/IBRA
Floresta	— área de	894,57 ha SUPRA
São José da Boa Sorte ...	— área de	4.549,60 ha SUPRA
Carmo (Gleba Sebastiana)	— área de	396,04 ha SUPRA
Quinzanga	— área de	1.063,34 ha SUPRA
Guaçuçu	— área de	1.890,45 ha SUPRA
Vecchi	— área de	2.488,68 ha SUPRA
Vargem Grande	— área de	2.063,17 ha SUPRA
Porto da Cam	— área de	96,80 ha SUPRA

Na Área Prioritária do Rio Grande do Sul (todo o Estado) foram desapropriados 4 imóveis rurais que perfazem a área de 11.637,88 hectares:

Perseverança com	3.080 ha
Florida com	7.733,05 ha
Mangueirão som	486,05 ha
Bela Vista com	338,74 ha

Recentemente foi publicado Decreto considerando de interesse social para fins de desapropriação mais três imóveis rurais: BOA VISTA, ITAIBA e COLORADOS, cujas áreas de 9.745,97, ha 3.343,56 ha e 3.160

ha respectivamente adicionadas às dos 4 outros imóveis já desapropriados perfazem a área total de 27.887,41 ha.

Vale dizer que as ações a serem propostas para os 3 novos imóveis do Rio Grande do Sul obedecerão ao disposto na Dec-Lei 551, de 25 de agosto deste e só serão ajuizadas na hipótese de inviabilidade de acôrdo.

Finalmente, vale salientar que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) já desapropriou 32 imóveis rurais perfazendo um total de 170.611,51 hectares.

INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA

Desde a criação da política de incentivos fiscais para a Amazônia, até junho deste ano, foram aprovados para a região 260 projetos, o que significa um investimento de cerca de NCr\$ 1 bilhão e meio. A metade foi empregada no setor primário (agricultura).

130 MIL NOVOS EMPREGOS NO NORDESTE

A SUDENE já comprometeu um bilhão e meio de cruzeiros novos, arrecadados de 70 mil empresários de todo o País, no programa de desenvolvimento do Nordeste. Com isto, 130 mil pessoas obterão empregos diretos estáveis, enquanto 520 mil empregos indiretos serão criados como consequência da ação conjugada Governo — livre iniciativa.

ESTIAGEM PROLONGADA DIZIMA LAVOURA PAULISTA

A estiagem que assola o Estado de São Paulo está preocupando seriamente a Confederação Nacional da Agricultura, pois as pastagens e as lavouras estão sendo dizimadas, comprometendo as próximas safras paulistas, principalmente de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

NOVILHAS HOLANDEAS PARA OS CRIADORES MINEIROS

Dando início à política de fomento da produção animal, o governo do Estado de Minas Gerais adquiriu 32 novilhas holandesas, malhadadas de preto e branco, para serem cedidas aos criadores mineiros, sem lucro.

REFORMAR SÓ? NÃO!

ORGANIZAR A REFORMA

J. Sampaio Fernandes

Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Efetuar a Reforma Agrária é uma necessidade. O Brasil não pode ficar com suas terras mal aproveitadas. Regiões que estão a dois passos de excelentes centros de consumo, têm baixo rendimento agropecuário, salvo as exceções de alguns pontos bem aproveitados, por iniciativa de abnegados lutadores. Não posso, evidentemente, tratar dos vários aspectos da vastidão brasileira mas passo a florar pontos do problema de uma região, da região que circunda o hoje o Estado da Guanabara, que me é mais familiar, como o Estado de São Paulo, nascido à margem da baía, na Prata Grande, e criado na serra, na região do rio Prêto, a dois passos da junção do rio das Flores com o Prêto, em terras que, de cafézais em extinção — que uma excepcional queda de chuva de pedras liquidou ainda mais rapidamente aí pelos idos de novembro de 1902-3, não me lembra bem — passou ao regime de pastoreio extensivo, de produção de leite. O Estado do Rio, com suas importantes cidades, formando o cinturão da antiga metrópole federal, Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis, Niterói, Petrópolis, um pouco mais longe, constitui sozinho um conjunto populacional de alto valor, que adicionado ao da cidade do Rio de Janeiro e ao das cidades em expansão da serra fluminense — Barra do Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Valença, Teresópolis, Frigorio, Vassouras e mais as da Baixada — Campos, a serra do Paraíba e as demais, da Costa, turísticas ou da margem do Paraíba, des-

de Três Rios a São Fidélis, valem um esforço governamental conjunto federo-estadual, para que a Reforma Agrária o transforme numa Suíça, com melhores perspectivas agropecuárias de serra na sua parte montanhosa e numa Holanda na sua Baixada, trazendo, se preciso for, núcleos coloniais suíços, reforçando os já existentes, que datam do Brasil Império, e holandeses, à semelhança dos que hoje fazem prosperar regiões em torno de Campinas, no Estado de São Paulo e do Paraná, e do que na região de Castro. E são modelos recentes, relativamente. Muita coisa se poderá fazer: aumento e melhoramento da produção leiteira na zona serrana, com associação de granjas avícolas — o exemplo do poderoso núcleo de produção avícola do Vale do Paraíba até São José do Rio Prêto, pode ser estendido, como em tentativas, aqui e ali, já o é, pelo estudo e desenvolvimento da fruticultura regional — Bananais, Laranjais, Jaboticabais — as jaboticabas dessa região serrana são famosas — e quem já estudou a possibilidade de uma incrementação comercial e até da sua possibilidade de colocação no mercado externo, melhorando-lhe os tipos, com menores caroços, frutas maiores, de pele fina, ou até sem caroços? Há três anos enviei por avião um punhado delas a minha filha, que reside nas Canárias, depois de conservá-las por 4 ou 6 dias no congelador a 5°C abaixo de zero — e já não eram frescas mas apanhadas horas antes, em Três Rios,

na fazenda de um amigo, que as enviou à noite para minha casa. Chegaram perfeitas. E quantas outras fruticulturas possíveis, como a fruta de conde, a manga, todas passíveis de exportação, como os abacates? E a produção de flores-rosas, cravos, palmas, gladiolos, cuja exportação a região fluminense de Sapucaia ou outra das proximidades, já tenta com sucesso. Que apoio teve tal iniciativa? Não poderão as autoridades fortalecer tal apoio, centralizando o auxílio técnico e fazendo-o chegar, facilitando a aquisição de adubos, rações, material de combate às pragas, aconselhando na escolha das geadas, no seu preparo, na enxertia adequada, na construção de "casas de preparo" devidamente aparelhadas para classificar, encaixotar, armazenar e ao mesmo tempo preparando o transporte, quer para os importantes centros nacionais da região fluminense-guanabarina já citados, que, só eles, poderão garantir mercados bons, quer para o transporte para o exterior — navios frigoríficos rápidos, com câmaras desde 12-15° acima de zero para bananas, abacates, abacaxis, frutas de conde até 5°C abaixo de zero para jaboticabas (se os estudos confirmarem a possibilidade) morangos, goiaba, etc. Impossível, um tal programa? Não! Perfeitamente exequível e sem que a exportação leve a concorrer com outros produtores, salvo no caso da laranja, da banana anã — mas poderemos tentar a colocação de outros tipos deliciosos, como a ouro, a maçã, a prata. O mundo pede alimentos. As terras ei-

CULTURA DO MAMÃO

(Carica papaya L.)

O mamoeiro, planta tropical, apresenta em nosso Estado ótimas condições ecológicas para o seu desenvolvimento, possibilitando alta rentabilidade nas culturas tecnicamente conduzidas. Produzindo rapidamente, do décimo quarto mês após o plantio e durante todo ano, frutos com elevado teor de vitaminas, constitui uma das principais sobremesas do cariloca.

O mamoeiro é uma planta que apresenta três formas sexuais, (Tripoligamo): masculina, feminina e hermafrodita.

A forma hermafrodita pode apresentar-se como: hermafrodita fértil e hermafrodita estéril no verão, isto é, que na maior parte do ano produzem flores masculinas.

Para um programa de melhoramento do mamoeiro, medida que se faz necessário entre nós, há necessidade de se conhecer os tipos de flores que são encontrados no mamoeiro. São seis os tipos de flores, a saber:

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

Tipo I — flor fêmea, sempre unissexual, com ovário funcional de cinco carpelos. Ocorre em plantas femininas, raramente em plantas macho ou hermafrodita. O fruto originário desse tipo de flor apresenta um bom aspecto variando na forma, de esférico a abóvico.

Tipo II — flor bissexual pentândrica, ocorre em plantas das formas, hermafroditas e macho, apresentando-se com pistilos e estames, estes em número de cinco, curtos, alternando com as pétalas. Os filamentos dos estames estão soldados com o ovário na base das pétalas, deixando eletriz bastante visível no fruto. O pistilo é formado, por cinco carpelos com profundos sulcos, sobre os quais se ajustam os estames. Este

tipo de flor dá origem a frutos globulosos ou levemente ablongos, com cinco sulcos longitudinais.

Tipo III — flor bissexual carpelode ou intermediária. É caracterizada por distorção do pistilo, ocasionada pela "carpellização" dos estames, que podem assumir estruturas de estigmas. O número de carpelos pode variar de cinco a dez, mal fundidos entre si, deixando aparecer os óvulos externamente. Ocorre em plantas das formas hermafroditas e macho. Os frutos resultantes são mal conformados, apresentando aspectos grotescos.

Tipo IV — flor bissexual alongada. Apresenta pistilo alongado; as cinco pétalas estão fundidas entre si, cerca de 3/4 do seu comprimento formando um tubo soldado na base do pistilo. Da garganta desse tubo, surgem os estames, em número de dez, arranjados em duas séries, uma subséssil e oposta às pétalas e a outra alternando com os filêtes curtos que são soldados à corola. Pistilo, geralmente formado por cinco carpelos, podendo no entanto esse número variar de um a dez. Ocorre em plantas das formas hermafroditas e macho. Os frutos resultantes de flores com mais de cinco carpelos são alongados, dando origem ao tipo denominado melão. Se a flor apresentar pistilo com menos de cinco carpelos, o fruto resultante será comprido e fino.

Tipo V — flor idêntica à anterior sem pistilo funcional, pela ausência do estigma. Esse tipo de flor aparece em plantas da forma hermafrodita, que apresentam o fenômeno denominado esterilidade de verão, por ocorrer nos meses de verão.

tadas têm imensa capacidade de aproveitamento. No setor avícola, a exportação de aves abatidas, de ovos... É a balxada? É verdade que a cana domina na região de Campos. Mesmo nesse setor a melhora do rendimento é possível. Não foram os holandeses os criadores das famosas POJ? E ao lado dos talhões de cana, não haverá possibilidade de introdução de outros cultivos rotativos — milho, mandioca, amendoim, feijões, estes últimos restituindo a fertilidade nitrogenada, a batatinha, as culturas hortigranelas de fácil mercado na região de cidades citadas? E não será

isso melhor do que a permissão, quase criminosa, de transformar tais terras em lotes residenciais que nada trazem de produtivo, mas agravam o aspecto de imensa urbes operária que é o de certas áreas fluminenses em torno do Rio-urbes-favela, diga-se de passagem.

Pensem nisso as autoridades tanto federais como estaduais, pois mais vale fazer um bom núcleo — prova, dos benefícios da Reforma Agrária, que desandar e desapropriar em áreas sem mercado de consumo, sem estradas de escoamento, distantes dos portos...

não produzindo frutos e só fornecendo pólen.

Tipo V — flor macho — caracteriza-se pela presença de pistilo rudimentar com cinco pétalas e dez estames, formando a corola um tubo alongado. Ocorre em plantas macho durante todo o ano e em plantas hermafroditas, onde se apresentam bem maiores. Essas flores só fornecem pólen, sendo um complemento do Tipo I.

Da compreensão das formas sexuais do mamoeiro e da variação dos tipos de flores que apresentam, se entende como uma única planta pode produzir frutos de formas diferentes: bem como, da dificuldade de se obter culturas uniformes quando se emprega sementes provenientes de plantação onde a polinização é aberta.

Consideradas as formas sexuais e os tipos de flores, para um programa de melhoramento do mamoeiro, visando a produtividade aliado a tipo de fruto comercial, devemos observar os seguintes fatores:

1 — **Estatura** — é sabido que existe uma relação entre a altura do mamoeiro e a precocidade, além do fato de que as plantas depois de seu segundo ano já com elevada altura, dificultarem a colheita; daí selecionarmos aquelas plantas que dentro da variedade com que estamos trabalhando apresentam floração dentro de três meses após o plantio e tenham a mais baixa estatura, com a sua primeira produção numa altura de 50 cm do solo.

2 — **Esterilidade de verão** — devido ao atrofiamento do pistilo, não funcional (flor do tipo IV +), fenômeno que ocorre em plantas hermafroditas, nos meses de verão, possibilita eliminar esse defeito genético, através da seleção de plantas sementes, depois do 1.º ano e nos meses de inverno, pois que os mamoeiros que se apresentarem possuidores desse fenômeno, permanecerão improdutivos por vários meses, facilitando sua descoberta no pomar.

3 — **Carpeloidia** — fenômeno muito comum em plan-



Mamoeiro com esplêndida frutificação, no município alagoano de Camaragibe.

tas hermafroditas, em nosso Estado, deformando os frutos que se apresentam com aspectos grotescos, resultando da carpelização de estames, fenômeno já descrito no tipo de flor n.º III. Num programa de melhoramentos, as plantas que apresentarem esse fenômeno devem ser eliminadas.

4 — **Produtividade** — Selecionar plantas mais produtivas, com frutos bem distribuídos no pé.

5 — **Tamanho e forma** — o mercado carioca exige que o mamão, tenha um peso médio entre 1,0 a 1,5 kg, o que além de atender às exigências do consumidor facilita a embalagem dos frutos para o mercado.

6 — **Qualidade da polpa** — uma boa qualidade do mamão é apresentar polpa de coloração uniforme e amadurecimento perfeito com o amadurecimento

A cor da polpa que pode ser vermelha, amarela e rosada, deve apresentar-se suculenta, macia, sem fibras, com bom teor de açúcares e sem excesso de papaína.

Finalmente deve ser observado, que, no planejamento do melhoramento do mamoeiro devemos levar em consideração as duas raças hortícolas — a dióica e a hermafrodita

De acordo com a raça, dependerá o método do trabalho de campo, para o melhoramento do mamoeiro. Na raça hermafrodita o método é mais simples devido a possibilidade de auto fecundação. No caso de plantas de auto fecundação natural, bastará a proteção das flores com saquinhos de papel impermeável; em plantas de fecundação cruzada, devemos controlar a auto fecundação. Nas variedades dióicas, o trabalho será controlar a polinização de flô-

res de plantas fêmeas, com o pólen da planta macho. Para se efetuar a proteção das flôres que terão polinização controlada, usa-se saquinhos de papel impermeável.

7 — Solo — O mamoeiro é exigente em solos permeáveis, de preferência arenosos, com bom teor de fertilidade. Recomenda-se não plantar em solos ácidos e de pequena profundidade, isto é, aqueles que são sujeitos ao encharcamento.

O preparo do solo deve ser esmerado, feito com bastante antecedência.

8 — Demarcação e coveamento — A linha de plantio, deve ser espaçada de 3 metros entre si, demarcadas com auxílio de riscador ou arado pequeno de tração animal. As covas, serão abertas com distância de 2 a 3 metros, nas linhas, com auxílio de enxadão tendo a largura de 40 x 40 x 40 cm.

9 — Mudas — Para o plantio definitivo, devem ser levadas as mudas que foram semeadas em copinhos de plásticos de polietileno cheios de terra fértil e formadas em viveiros adrede preparados. O saquinho plástico deve ter um tamanho de 10 x 15 cm., no mínimo, a fim de facilitar o desenvolvimento das raízes, semeando-se em cada copinho 3 a 4 sementes.

As sementes devem provir de plantas selecionadas na cultura, pela sua precocidade, vigor e produtividade e nunca de frutos isolados.

Na Guanabara a semeadura poderá ser feita durante todo o ano, apenas nos meses frios, o desenvolvimento da planta é muito lento. As sementes devem ser tratadas com um desinfetante a fim de prevenir o aparecimento de doenças na plantinha nova (Tillex).

Quando as plantinhas alcançarem o tamanho de 15 a 20 cm., podem ser levadas para o campo, dando preferência a dias nublados ou chuvosos para esse transplante, tendo o cuidado de cortar os saquinhos plásticos, antes de colocados nas covas, sem desmanchar o torrão.

10 — Adubação — Deve ser feito uma adubação básica nas covas, com antecedência de no mínimo 10 dias, com os seguintes adubos:

Estêreo de galinha bem curtido	5 litros
Superfosfato simples	300 grs.

Inclado o florescimento do mamoeiro, aplicar em cobertura, ou em pequenos sulcos, distancados de 60 em do tronco, a seguinte mistura:

Sulfato de amônio ou salitre do Chile	40 gramas
Superfosfato simples	350 gramas
Cloreto de Potássio	100 gramas.

Repetir essa adubação de 5 (cinco) em 5 (cinco) meses.

11 — Desbaste — Inclado o florescimento das plantas, o que ocorre no 4.º ou 5.º mês após o plantio no campo, proceder ao desbaste das plantas nas covas, deixando-se a mais vigorosa, eliminando plantas macho e as dominadas.

Se estivermos plantando variedades da raça diólea, deixar de 10 a 20% de plantas masculinas, para garantir a fecundação das flôres femininas.

12 — Tratos culturais — A cultura deverá ser mantida livre de ervas daninhas através de carpas manuais ou mecânicas, sem danificar as raízes laterais.

Eliminar as brotações laterais que prejudicam o desenvolvimento da planta, além de facilitar o abrigo ao ácaro da careca do mamoeiro. Esta operação deve ser feita quando os brôtos ainda são pequenos.

13 — Colheita e embalagem — No 10.º ou 12.º mês inicia-se a colheita, do mamão, que deve ser apanhado quando apresentar sinais de seu amadurecimento, com faixas longitudinais amareladas.

Os frutos colhidos devem ser envolvidos em folhas de jornal ou palha de bananeira e acondicionados em pregados (caixas duplas de tomate). O papel protege o fruto de esfolamento da casca, evitando podridões, bem

como auxílio a maturação, que se faz mais rápida.

Na colheita é conveniente o uso de luvas, para prevenir queimaduras com a papaina.

O rendimento médio de uma cultura bem conduzida é de 30 a 40 kg por pé e por ano.

Nas culturas bem conduzidas o mamoeiro poderá ser explorado até o seu 4.º ano, quando então deverá ser renovado o pomar.

14 — Mercado — Os frutos acondicionados empregados, que tem de 30 a 32 kg líquidos de frutos, são levados aos mercados e feiras-livres, sendo que no verão os preços são bastante compensadores.

(DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA. (GUANABARA) — BOLETIM TÉCNICO N.º 1 — MAIO/1968.)

ESTAGIARIOS DO INDA

Com o objetivo de proporcionar a observação direta de cooperativas do interior do Estado de Pernambuco, no seu aspecto global de funcionamento, principalmente o da comercialização, os participantes do II Curso Regional de Cooperativismo, realizado no Centro de Treinamento do Nordeste, sob o patrocínio do INDA, viajaram aos municípios de Carpina, Orobó, Bonito e Camoim de São Félix e outros municípios.

Durante o estágio, a cada um de seus participantes coube a tarefa de entrevistar, no mínimo, dez sócios de cooperativas, procurando não se avallar as relações com a sociedade, como também, verificar sua situação econômica e cultural, além de transmitir a mensagem cooperativista, ressaltando os aspectos positivos do cooperativismo, a importância da unidade e solidariedade dos pequenos e médios agricultores, para conseguir o melhor desenvolvimento e bem-estar.

CONTINUÍSMO

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá



De botas altas, culote, luvas, chibata com castão de prata, camisa de cambraia de linho, chapéu panamá, revólver ostensivo à cinta, montado num puro-sangue anglo-árabe, trotando alto, apumado, em sua sela militar, acompanhado, sempre, do Zezito, moleque metedizo, escarrapachado numa bela mula, o homem, nôvo ainda, grande negociante no Rio, dono recente de uma das maiores propriedades do distrito, exhibia-se ufano, todo domingo, na praça, por ocasião da saída da missa.

Dia chegou em que correu notícia que levava séria queda do cavalo, sofrendo fraturas no braço e costelas, tendo sido, até, removido para hospital especializado da capital.

Perguntado como se dera o acidente, Zezito, compenetrado, cheio de importância, para cada um, ia resumindo: "Vai que êle tava apostando corrida com o trem. Quando chegou perto da parada do Fundão, o danado apitou. O cavalo desistiu; o doutô continuou..."

Diretrizes Objetivas para o Desenvolvimento Agrário da Nação

NE TEM AJUDA PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL E POÇOS ARTESIANOS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — aplicará a importância de NCr\$ 1,2 milhão na continuação dos trabalhos de perfuração de poços artesianos destinados à irrigação, aquisição de maquinaria destinada à extração do óleo do algodão, financiamento de cooperativas agrícolas e eletrificação rural no Nordeste Brasileiro. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, presidente do INDA seguiu para Fortaleza, Ceará.

Os trabalhos de perfuração de poços artesianos estão se processando no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. A continuidade desses serviços no ano em curso custará ao INDA a soma de NCr\$ 150 mil.

É trabalho de alta prioridade, pois com os recursos de água do subsolo não só se tornou possível o abastecimento de água potável às populações como também o atendimento de pequenas fazendas de criação.

No Ceará o Presidente do INDA assinou convênio com a Cooperativa Agrícola dos Produtores do Médio Jaguaribe. Juntamente com o Banco de Crédito Cooperativo o INDA empregará NCr\$ 250 mil na aquisição de maquinaria para extração de óleo de algodão — principal riqueza daquela região.

Do Ceará, o sr. Dix-Huit Rosado Mala seguiu para o Rio Grande do Norte, onde firmou convênio com a empresa local de eletrificação rural, órgão do governo. Financiará NCr\$ 800 mil, prosseguimento dos trabalhos de eletrificação rural, que nas

diretrizes de trabalho do atual governo, está em primeiro plano tendo em vista a sua importância na economia rural.

POÇOS ARTESIANOS NA REGIÃO ALGODOEIRA

Para a abertura de poços artesianos na região do Seridó, Ceará, grande produtora de algodão de primeira qualidade, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr\$ 300 mil, dentro do programa de abertura de poços para abastecimento de água potável às populações rurais. A zona agora beneficiada será a Chapa da Serra de Santana. Para o cumprimento desse trabalho, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, presidente do INDA, firmou convênio com o Comando do 1.º Batalhão de Engenharia de Construção, do IV Exército.

MAIS VAGAS NO COLÉGIO DE CAICÓ

Com o objetivo de aumentar o número de vagas à disposição dos filhos dos trabalhadores agrícolas de Caicó, no Rio Grande do Norte, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr\$ 250 mil, nas obras de complementação do Colégio Agrícola local. Nesse sentido, o sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Mala, presidente do INDA, firmou convênio com a Prefeitura Municipal.

TEM CONTRIBUIÇÃO DO INDA OBRAS EM COLÉGIO DE PATROCÍNIO

Atendendo às necessidades de complementação de obras

no Colégio Agrícola Sérgio Freltas Pacheco, no Município de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, o Conselho Diretor do INDA aprovou a contribuição financeira de NCr\$ 150 mil (cento e cinquenta mil cruzeiros novos) à Prefeitura do referido município, destinada àquela obra.

FOSFATO PARA COOPERATIVA

Tendo em vista o fornecimento de mil toneladas de fosfato de Araxá para a Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Araraquarense sediada em S. José do Rio Preto, em S. Paulo, o INDA aprovou celebração de convênio com aquela Cooperativa contribuindo em recursos para o desenvolvimento do programa de revenda de material agropecuário.

EXPOSIÇÃO-FEIRA DE PECUÁRIA NO AMAPÁ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição de recursos ao Governo do Território do Amapá no valor de NCr\$ 15.000,00, dentro do programa de promoção e realização, através daquele governo territorial, da I Exposição Feira de Pecuária daquele território federal. O importante acontecimento agropecuário no Amapá ocorrerá de 19 a 23 de novembro próximo, em Macapá.

RECURSOS PARA MINAS GERAIS

Suplementação de recursos foi aprovada pelo INDA



Sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

em consignação a sua Delegacia no Estado de Minas Gerais, tendo em vista a aplicação da verba no programa de auxílio financeiro destinado à realização de diversas exposições agropecuárias naquele Estado. Os recursos atingem a cifra de dezesseis mil cruzelros novos.

ELETRIFICAÇÃO RURAL BA

Revisão do anterior e celebração de novo convênio com a COELBA — Cia. de Eletricidade da Bahia — foi aprovado pelo INDA, dentro da programação de eletrificação rural em áreas balneárias. Pelo novo documento fica estabelecida a aplicação de NCr\$ 70.000,00 na construção de linhas de eletrificação rural das localidades de Alagoinhas e Pedrão.

SEDE DO INDA NO DISTRITO FEDERAL

Cumprindo o que se expressa e dispõe sobre a instalação dos órgãos de atuação na área federal na capital da República e de acordo com aprovação do ministro da Agricultura, o INDA aprovou proposta para aquisição de pavimentos do Palácio do Desenvolvimento, em Brasília, tendo em vista a implantação da nova sede da autarquia no Distrito Federal, aprovada proposta de firma especializada, sendo prevista a aquisição de seis pavimentos no Palácio do Desenvolvimento, localizado no setor Bancário Norte-Brasília, devendo a entrega efetuar-se num período de vinte meses, prazo máximo estabelecido para a conclusão das obras.

GERAN

Contribuição financeira no valor de NCr\$ 138.000,00.

A LAVOURA

concedida *ad referendum*, foi homologada pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para o Grupo Especial para Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste — GERAN. Os recursos por parte do INDA objetivam a manutenção da estrutura técnico-administrativa daquela entidade, consoante convênio básico firmado com esta finalidade.

RECURSOS PARA EXPERIMENTO EM PB

Foi aprovada a liberação de recursos da ordem de cinco mil cruzelros novos, a serem concedidos pelo INDA, em consignação à Delegacia do órgão na Paraíba, para aplicação no trabalho de experimento de campo em terras do Instituto Agrônomo José Augusto Trindade — São Gonçalo, Souza. Os referidos serviços visam à recuperação de solos salinos para a produção de arroz.

CONVÊNIO INDA- EXÉRCITO: ADUBOS

Um convênio com o II Batalhão Ferroviário (Batalhão Mauá), do Comando Militar de Brasília, foi aprovado pelo INDA para o fornecimento de vinte toneladas de Fosfato de Araxá. O produto será empregado nas granjas daquela unidade militar.

CONVÊNIO INDA/ACS-MT

Foi aprovada celebração de convênio entre o INDA e a Associação de criadores do

Sul de Mato Grosso, sediada em Campo Grande. Pelo documento o auxílio proporcionado pela autarquia permitirá o fornecimento de fosfato de Araxá e de cefadeiras-colhedoras de forragens, destinados ao programa de revenda. Com o emprégo de trinta mil cruzelros novos serão fornecidas cerca de 200 toneladas de fosfato e adquiridas cinco cefadeiras-colhedoras, marca Taarup.

MATERIAL AGROPECUARIO

Térmo aditivo a convênio firmado anteriormente entre o INDA e a Secretaria de Agricultura do Pará foi aprovado pela autarquia, objetivando aumentar o teto de recursos concedidos para o valor de até NCr\$ 373.000,00 e cuja aplicação visa ao fornecimento de novas quantidades de materiais agropecuários previstos no Plano de Trabalho da Divisão de Comercialização e Revenda do Departamento de Desenvolvimento Rural.

TREINAMENTO DE LÍDERES EM 68

Verba de NCr\$ 185.000,00 foi aprovada pelo Instituto

Nacional de Desenvolvimento Agrário destinada à realização de diversos Cursos de Treinamento de Líderes Sindicais Rurais em diversos pontos do território, de conformidade com a programação do Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural da autarquia federal de desenvolvimento agrário para o exercício de 1968. A aprovação autoriza celebração de convênio com várias entidades sindicais rurais, com a finalidade de dinamizar o campo da extensão rural e do cooperativismo, com a formação de pessoal habilitado a cumprir efetivamente as diretrizes da atual política de desenvolvimento rural, superintendida pelo INDA.

RECURSOS PARA MARANHÃO

Trinta mil cruzelros novos foram aprovados pelo INDA para serem distribuídos à Delegacia do órgão no Maranhão, destinados ao emprêgo de ajuda na realização de exposições agropecuárias naquele Estado.

ELETRIFICAÇÃO RURAL EM BARRA DO CORDA TEM CONVÊNIO COM INDA

A presidência do INDA, por deliberação do Conselho Diretor do órgão, aprovou celebração do termo aditivo ao convênio firmado em 1964, com o Governo do Estado do Maranhão e a Central Eléctricas do Maranhão (CEMAR).

No referido convênio, por seu aditivo, o INDA coloca à disposição da CEMAR a importância de quinhentos mil cruzelros novos (NCR\$ 500 mil), para aplicação em análise do projeto existente visando à eletrificação, para aplicação em materiais da rede de distribuição e também para montagem da rede, de Barra de Corda; provendo mais a aquisição e montagem de dois grupos geradores e subestação elevadora,

construção civil da Usina, reserva técnica e eventuais, e despesas com administração das obras e instalações do escritório.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO

O Conselho Diretor do INDA e o presidente do órgão, sr. Dix-Huit Rosado Mala, aprovaram o contrato de financiamento com a Cooperativa de Eletrificação Rural no Agreste Pernambucano Ltda., CERAP'E, com sede em Caruaru, Pernambuco, no valor de NCR\$ 88.633,00, para a execução de obras de eletrificação rural destinadas aos associados.

INDA AJUDA ASSOCIATIVISMO

O Conselho Diretor do INDA e o presidente do órgão, sr. Dix-Huit Rosado Mala, aprovaram deliberações pelas quais a Associação Sergipana de Agronomia receberá a contribuição financeira de NCR\$ 10 mil, para melhoramentos de suas instalações; e a Associação dos Engenheiros Agrônomos da Paraíba receberá NCR\$ 40 mil, para a construção da sede própria, em concordância com o programa de Coordenação da Política de Colonização, Desenvolvimento e Extensão Rural do plano nacional.

FACULDADE DE VETERINÁRIA DE SANTA MARIA TERÁ PAVILHÃO DE ISOLAMENTO

O INDA contribuirá financeiramente para a instalação do Pavilhão de Isolamento, da Faculdade de Veterinária, da Universidade de Santa Maria, com o valor de NCR\$ 50 mil, por deliberação aprovada pelo Conselho Diretor e pelo presidente do órgão desenvolvimentista.

ELETRIFICAÇÃO RURAL NO R. G. DO NORTE

Foi aprovada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário uma suplementação de recursos relativos a convênio anteriormente celebrado com a Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste. A verba suplementar, no valor de NCR\$ 800.000,00 destina-se à realização de estudos e projetos de eletrificação rural no Rio Grande do Norte, visando a execução de projeto eletro-rural de Mossoró.

INDA LIBERA VERBAS PARA BAHIA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA aprovou liberação de verbas, consignadas à Delegacia Regional do órgão na Bahia, destinadas à ajuda financeira para a realização de diversas Exposições a serem instaladas naquele Estado. Os recursos com liberação aprovadas atingem a cifra de trinta mil cruzelros novos.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PELO GEPa NO E. SANTO TEM AJUDA NO INDA

Contribuição financeira no valor de NCR\$ 60 mil foi aprovada por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA e pelo presidente do órgão, sr. Dix-Huit Rosado Mala, destinada à Equipe Técnica de Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial ETEFRIA, do Escritório de Produção Animal do Ministério da Agricultura, para a implantação dos Serviços de Inseminação Artificial a ser executado pelo GERA, Estado do Espírito Santo, com a instalação de uma Central Regional, em Cachoeiro de Itapemirim, no referido Estado.

A DOCTRINA COOPERATIVISTA COMO FATOR DA EDUCAÇÃO

**Maria Heloisa
P. de Carvalho**

Após uma viagem realizada recentemente aos Estados Unidos, a convite do ETA (ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA), sob os auspícios da USAID, concluímos que o Brasil ainda precisa fazer muito em prol do cooperativismo.

As observações por nós colhidas, localmente, quando de nossa visita a organizações cooperativistas nos diversos Estados da Federação Americana, bem como, a entidade governamentais do citado país, despertou-nos a idéia de divulgar o que vimos, pretendendo difundir, entre nós, como é sentida pelo povo americano a idéia cooperativista.

É princípio básico no desenvolvimento de uma nação a educação de seu povo, e nada melhor para que isso se torne realidade do que se estabelecer um elo entre educação e cooperativismo.

Baseados nesse princípio, redigimos as notas que se seguem.

I — INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um sistema que poderá atenuar as dificuldades em vários setores da vida econômica e social.

A divulgação da doutrina cooperativista deve ser intensificada, tanto através de cursos como de campanhas, nas quais, além da doutrina, também se divulgará o que já se tem feito em matéria de cooperativismo no Brasil.

A divulgação assumiu hoje características bastante técnicas, podendo-se atingir as massas com facilidade, transmitindo-lhes qualquer tipo de mensagem. Fôlhetos, cartazes, jornais, revistas, rádio, cinema e TVs, são os meios mais usados para se levar ao povo a informação desejada. Todavia, a mensagem deve ser adequadamente preparada, para que o público a que se destina esteja apto a recebê-la. Esse é um fato que se deve ter presente, quando se propõe a executar uma campanha de divulgação do cooperativismo no Brasil, pois, como sabemos, o analfabetismo atinge cerca de 40% (quarenta

por cento) da população brasileira de idade superior a 18 anos. Tal fato dá outra dimensão ao problema, tornando muito mais complexo o processo.

II — A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil está regida por uma lei federal, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual, dando ampla liberdade às instituições para que elaborem seus currículos, determina entretanto as matérias básicas durante os cursos.

O ensino institucionalizado está dividido em três fases distintas: primário, secundário e superior.

O curso primário é obrigatório a toda criança maior de sete anos de idade. Calcula-se, todavia, que se apenas 79,2% seja o índice de escolarização infantil na população brasileira. As dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino, devem-se em parte aos obstáculos surgidos, principalmente nos lares mais mo-

destos, onde os responsáveis, tendo que sair para o "ganha-pão", deixam os filhos menores sob os cuidados dos mais velhos, já em idade escolar. Outros, porque moram em lugares distantes, sem condução coletiva, dependendo de carros particulares que passem pelas estradas. Mesmo assim, há os que andam algumas léguas para alcançar a escola mais próxima.

A grande maioria das escolas primárias é mantida pelos governos estaduais ou municipais. Os professores devem ter educação secundária completa e especializadora.

A taxa de escolarização em nível secundário é de 11,2% e os professores devem possuir educação universitária. Tanto o governo como entidades particulares mantêm essas escolas, sendo livre a escolha por parte do interessado.

O Brasil possui escolas superiores de alto nível e, em 1960, a população universitária era de aproximadamente 93.000 estudantes, havendo, nos quatro anos seguintes, recebido um incremento de mais de 50%.

A procura pela educação têm aumentado muito nos últimos anos, não sendo maior o número de estudantes devido unicamente a deficiências da rede escolar, que não tem crescido o suficiente para atender aos candidatos.

A educação cooperativista poderia ser ministrada em todos os escalões do sistema educacional brasileiro, ao mesmo tempo em que se desenvolve o curso regular.

Segundo os princípios de Rochdale, a cooperação implica em interesse dos demais, visando o bem comum. Significa mais, — é viver em união. A cooperação significa trabalhar para alcançar uma finalidade em busca do bem geral.

III — O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Desde fins do século passado, quando a doutrina cooperativista foi sistematizada por Charles Gide e Beatrix Webb, a idéia e a prática cooperativista penetraram no Brasil.

Um grupo de intelectuais e idealistas passou a pregar esses princípios de solidariedade, como um meio eficaz para atingir de novo o equilíbrio entre patrões e empregados, quando a abolição da escravatura agravou a situação social.

Posteriormente, o cooperativismo embrionário passou a contar com a experiência de alguns grupos de imigrantes, sobretudo dos de origem alemã, italiana e japonesa.

IV — A MULHER EM FUNÇÃO DO COOPERATIVISMO

A mulher pode e deve desempenhar papel importante no cooperativismo, em diversos setores, concorrendo para o seu desenvolvimento econômico e social.

Além de suas obrigações domésticas, pode também atuar em outros ramos como, nas Escolas e Repartições, aplicando seus conhecimentos, coordenando

cursos para doutrinação do cooperativismo.

É necessário o apoio à mulher brasileira para que possa integrar-se nesse campo, pois com nossa mentalidade, na maioria das vezes, não se acredita em sua capacidade de realização fora do lar, privando-a de participar ou colaborar em determinadas divisões.

V — DOCTRINA COOPERATIVISMO ATRAVÉS DA PRÁTICA

O desenvolvimento do cooperativismo dependerá da sua doutrinação em todo o País, o que se conseguiria nas escolas, além da implantação de cursos nas Repartições, como:

a) Na Escola — Muito interessante e fácil para doutrinar o cooperativismo, que iniciaria com o desenvolvimento intelectual, disciplinando os menores e pondo-o em prática, sem esforço, desde que orientados por mestras esclarecidas.

Para isso, seria necessária a distribuição de trabalhos, onde a criança tivesse responsabilidade de administração, obrigando-se o rodízio, dando-se assim oportunidade a todas, de desenvolver o espírito de iniciativa.

Caberia às orientadoras, supervisionar, sem no entanto deixar que os mesmos o sentissem, para que adquirissem desembaraço e auto-suficiência.

A exemplo, relacionamos alguns setores acessíveis e possíveis de serem postos em prática:

- COOPERATIVA ESCOLAR
- BIBLIOTECA

COOPERATIVA ESCOLAR

— Com a finalidade de atender à compra de material escolar, uniforme e outros correlatos a preços acessíveis. Como se sabe, o uso do uniforme é obrigatório e, com a organização de uma pequena cooperativa, mantida por meio de importância depositada, mensalmente, pelos que dispusessem de ma-

res recursos, os quais se tornariam os associados; os demais poderiam adquirir o exigido pelas normas escolares.

Para seu funcionamento, os cargos poderiam ser ocupados pelos próprios alunos, distribuindo-se-lhes responsabilidades, cabendo-lhes desempenhar desde o Cargo de Gerente, Tesouraria e Contador ao de Auxiliar. Acrescido deste último, de acordo com o volume de trabalho.

BIBLIOTECA — Proporelaria uma cultura geral, desde que se mentivessem livros bons e adequados aos diversos períodos.

Além dos exigidos ao ensino, úteis também seriam os recreativos, como as enciclopédias ou outras coleções, e as histórias ilustradas, para as primeiras leituras.

Uma biblioteca bem organizada, além de disciplinar, contribuiria com outros benefícios, como:

- organização e zelo pelos livros;
- intercâmbio de livros, através de correspondência;
- fundação de jornalzinho, para difusão de idéias e apresentação de críticas construtivas;
- programas recreativos.

Al estão alguns dos resultados que adviriam desse descometimento, afora outros, em que seriam também distribuídas inembênças aos estudantes.

Evidentemente, só poderiam ocupar os lugares os que tivessem conhecimento de leitura, e apresentassem os necessários pendores e espírito de organização.

b) Nas Repartições — Implantação de cursos de divulgação e treinamento, pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, no nível federal; e pelos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo — DACs de cada Estado, no nível estadual.

Esses departamentos específicos também comporta-

ham outros mais amplos e complexos, podendo ser divididos em três (3) níveis, a saber: básico, médio e superior, como sugere Bruno Pedro Andreuel.

VI — SUMARIO

COOPERATIVISMO — Não se resume em teoria, sem procurar implantá-lo e sem buscar o caminho para solucionar os problemas mais importantes ou básicos de uma população.

Dentro do atual estágio de desenvolvimento econômico e social em que se encontra o Brasil, o cooperativismo poderia ser um importante instrumento para acelerar o seu progresso. O grande problema, todavia, é o baixo nível de educação ainda imperante, que dificulta a divulgação das idéias cooperativistas.

VII — CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Enquanto existir a falta de instrução em grande escala, também haverá dificuldade para que o trabalho seja aceito como parte da formação pessoal, repercutindo na população do País, prejudicando-o de geração para geração.

Um fator importante para o qual se deve atentar seria o de proporcionar estímulo aos estudantes, possibilitando a estes a partir do ginásio, remunerações, embora pequenas, conseguidas com ocupações permanentes ou com serviços avulsos (biscates), a fim de que pudessem dispor de meios para a manutenção dos estudos, se não totalmente pelo menos em parte.

É óbvio que isso seria um bom passo para evitar que a obtenção dos meios de sustento se processe de forma humilhante.

Quando se conseguir mentalidade para alcançar e compreender que, por meio do cooperativismo é que se obterão maiores benefícios econômicos e sociais, ter-se-á conseguido então grande avanço na eliminação do subdesenvolvimento.

Café, a Bebida Favorita dos Norte-Americanos

NOVA YORK, (IPS) — Segundo um relatório divulgado pelo Escritório Pan-Americano do Café, o café continua sendo a bebida favorita dos norte-americanos.

Diz o relatório que 69,6 por cento das pessoas com mais de 10 anos preferem o café ao leite, aos sucos de frutas ou de vegetais, às bebidas gasosas e ao chá.

As pessoas entre 50 e 59 anos têm grande preferência pelo café e 90,8 por cento das pessoas dessa idade interrogadas disseram que o preferiam a qualquer outra bebida. Todavia, o volume de café consumido é maior no grupo das pessoas de 30 a 39

anos, que tomam, em média, 4,06 xícaras diárias.

Declara também o relatório que o consumo atual de café nos Estados Unidos é de 2,72 xícaras diárias por pessoa, o que representa uma ligeira diminuição em relação com a média registrada no estudo anterior, feito em 1967.

O Escritório Pan-Americano do Café informou que o preço de uma xícara de café nos restaurante e estabelecimentos semelhantes norte-americanos aumentou de 7,09 centavos de dólar, em 1950, para 11,60 centavos, em 1968. Esses preços são a média verificados no país.

Agropecuária no Piauí

A agropecuária piaulense debateu-se com sérios problemas, tendo em vista a inexistência de uma infra-estrutura que facilitasse a sua expansão. Hoje entretanto, graças a intensiva e constante ação de diversos órgãos (SUDENE, Ministério da Agricultura, INDA, Secretaria de Agricultura e ANCAR — PIAUÍ) eclodiu um palpável surto de progresso em todos os setores das atividades rurais, faltando às empresas rurais e aos técnicos que a elas prestam cobertura técnico-financeira, os veículos de informação rural, indispensável aliás, para a

racional execução de suas atividades.

A ANCAR-PIAUI, embora lutando com muitas dificuldades, instalou-se no Estado há três anos e já conta hoje, com 19 Escritórios Municipais, espalhados estrategicamente por esta Unidade da Federação, prestando constante e profícua assistência técnica, social e financeira, criando nos empresários rurais a necessidade de aquisição de insumos para serem utilizados em suas explorações com reais vantagens, não só para a agricultura, como também para o comércio e a indústria, promovendo desenvolvimento do país.



Erval em Mato Grosso

O MATE

CONTINUAÇÃO

ENNIO L. LEITÃO

*Químico Industrial Dire-
tor-Técnico da Sociedade
Nacional de Agricultura*

2 — Química do Mate

1 — NOÇÕES DE HISTÓRIA DA QUÍMICA DO MATE

Pela rápida expansão que logo granjeou seu uso, o mate cedo atraiu a atenção dos químicos de diferentes países.

Cita-se, como primeiro analista da "chá sul-americano", o alemão Trommsdorff (1) que, em 1836, verificou existirem nesse produto diversas substâncias resinosas, matéria corante amarela, ácido tânico etc.

A seguir, Stenhouse (2), em 1843, identificou um alcalóide no mate — a cafeína, cuja descoberta, tendo sido feita simultaneamente por Lloyd Bullock, é também a este atribuída. Aliás, a rigor, a cafeína não é um alcalóide, como geralmente se diz, porém um composto de base púrica.

Em 1848, Rochleder (3) verificou que o princípio ácido contido no mate era igual ao encerrado pelo café.

Lenoble (4), em 1850, sem ter conhecimento das pesquisas dos seus predecessores, identificou o composto de base púrica do mate, chamando-o de psolarena, da antiga e falsa denominação do vegetal: *Psolarea glandulosa*.

Para glória nossa, Teodoro Peckolt (5), em 1868, praticou numerosas e exaustivas análises de mate que vogaram como clássicas quase que até hoje. É claro que os escassos recursos científicos da época e a falta de apoio oficial não permitiram obra mais perfeita.

Em 1876, Byasson (6) dá ao composto de base púrica encerrado pela flex mate a denominação de mateína, sancionada em 1897 por Moreau, do Instituto Pasteur de Paris. Tal extravição foi destruída entre nós, em 1918, pelo dr. Julio Lohmann, professor da Escola

Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia, que faz um completo estudo comparativo entre os princípios ativos do café, do mate, do chá e da noz de cola.

Ultimamente muitos técnicos brasileiros e argentinos vêm se dedicando ao estudo do mate e, tendo em vista que não é possível realizar nenhum trabalho de pesquisa sem consultar os existentes, ao organizarmos um plano para as futuras atividades da nossa Seção no INM incluímos nele um item diferente a coleta e divulgação do que havia sido feito até aqui.

Assim, verificamos que, embora o mate venha sendo estudado há tanto tempo sob o ponto de vista químico, as análises, até então realizadas, não se apresentavam uniformes.

Procurando iniciar a correção dessas falhas, imaginamos, quando exercemos nossas atividades no extinto Instituto Nacional do Mate, um prévio levantamento botânico-químico, dos ervais, que viria garantir uma matéria-prima uniforme, e ainda a seleção das melhores variedades. Esse trabalho, conforme o idealizamos, compreende, duas fases:

1 — colheita do material para classificação botânica e análise química, relacionadas às análises dos solos de que procediam as amostras;

2 — com esses elementos, elaboração de gráficos e mapas de ocorrências, especificando teores em cafeína, tanino, cinzas e umidade.

Quanto à parte propriamente de análises químicas do mate, tivemos em mente o seguinte:

1 — organização de um fichário com todas as análises realizadas sobre mate, especificando autor, método (quando possível), local e época em que foram realizadas, procedência e aspecto do produto;

2 — padronização dos métodos de análises, por iniciativa nossa e de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas; divulgação ampla desses métodos, por meio de entendimentos com os laboratórios nacionais e estrangeiros;

3 — estudo dos tipos e marcas existentes, a fim de verificar suas propriedades;

4 — estudos comparativos entre talinhos, goma, fôlha, paus, etc., visando a determinar suas características.

As providências acima foram por nós iniciadas e acreditamos que, com essa nossa modesta contribuição, seja possível dispor de elementos seguros para melhor conhecimento químico do nosso mate.

2 — CONSTITUINTES QUÍMICOS; PADRONIZAÇÃO DAS ANÁLISES

O mate é um produto que apresenta uma composição química muito variada, conforme se pode ver nas análises clássicas que transcrevemos a seguir:

Teodoro Peckolt (1868), em mil gramas, encontrou:

Umidade	104,600
Óleo essencial	0,179
Esteroptena	0,019
Substâncias ceráceas e gordurosas	18,800
Clorofina e resina mole	51,200
Matéria corante	10,800
Ácido resinoso	84,500
Cafeína	16,750
Princípio aromático (do grupo dos fenóis)	2,500
Ácido mateânico ...	44,975
Ácido viridínico cristalizado	0,025

Matéria extrativa, substância amarga etc.	65,130
Substâncias albuminosas, sais inorgânicos	36,102
Matéria extrativa, sacarina	6,720
Celulose, etc.	687,900

Moreau de Tours, em 1897, divulgou a seguinte análise, em percentagem:

Umidade	9,171
Mateína	1,820
Cinzas	5,540
Cêra e clorofila	2,200
Celulose e fibras ...	10,075
Tanino	6,680
Resinas	1,500
Dextrina	1,500
Goma	2,396
Óleo essencial	0,010
Azoto total	1,034
Matérias azotadas ..	6,4625
Matéria amiláceas ..	11,550

Entre as análises químicas de mate, podemos citar a seguinte, feita no laboratório de Frederic Damrau, em New York (30 de julho de 1940):

Umidade	5,50%
Resina	4,80
Fibra bruta	17,60
Óleo volátil (método de destilação frac.)	0,30
Cinza total	4,26
" solúvel em água	1,90
" insolúvel em água	2,35
" solúvel em ácido	4,12
" insolúvel em ácido	0,13
Nitrogênio (método Kjeldahl) ...	3,00
Tanino, como ácido quercetânico (método de Neubauer por índice de oxigênio)	12,40
Cafeína (método Dekker)	1,20
Teofilina (método Dekker)	0,05
Clorofila (método colorimétrico) ..	1,90
Entre as muitas que fizemos no I.N.M., citamos a seguinte, média de um saço de enchadeira procedente do município de São Mateus, Estado do Paraná (1941):	
Umidade	6,516%
Cinzas total	8,324
" solúvel em água	4,217
" insolúvel em água	4,107
" insolúvel em ácido clorídrico a 10% ..	4,107

Extrato seco	34,000
Tanino	9,050
Cafeína (trimetil-xantina)	1,170

Andrew L. Winton e Kate Barber Winton (7) organizaram um quadro com os resultados das análises realizadas por Bertrand e Devuyt, Katz, Rammstedt, Hennings e Krauze, compreendendo umidade, proteína, cafeína, gordura, tanino, fibra, cinzas e extrato aquoso; e pareceu-nos interessante mostrar as percentagens extremas a que chegaram esses pesquisadores:

Umidade: 9,38% (Katz) e 13,04% (Rammstedt)
Proteína: 12,81% (Katz) e 19,50% (Rammstedt)
Cafeína: 0,58% (Krauze) e 2,10% (Hennings)
Gordura: 6,57% (Katz) e 7,75% (Hennings)
Tanino: 7,74% (Katz) e 11,22 (Bertrand e Devuyt)

Cinza total: 5,98% (Bertrand e Devuyt) e 7,38 (Krauze)

Cinza solúvel: 2,26% (Hennings) e 2,61% (Katz)

Extrato aquoso: 31,38% (Katz) e 49,60% (Krauze)

Os Winton fizeram também uma verificação de açúcar, tendo calculado seu teor médio, como sacaroso, em 6,08%. Encontraram óleos voláteis numa média de 0,08% e 20,40% de fibras. Fazem ainda, referências a outros trabalhos sôbre a química do mate: constituição das cinzas, composições das folhas de acôrdo com a idade e uma nota sôbre o princípio adstringente denominado flobafeno.

Como vimos, têm sido feitas muitas análises de mate de diversas procedências e de diferentes tipos, através dos tempos; mas quem se der ao trabalho de confrontá-las, pasmar-se-á ante a divergência dos resultados e, ao conhecedor do assunto, mesmo que algumas delas se pareçam, tal analogia não é digna de confiança, pois terá sido mera coincidência.

Daí poder-se dizer que a composição química do mate ainda oferece muitas dúvidas e, para tanto, contribuem principalmente três fatores:

- 1 — as diferentes qualidades das amostras; alguns exames foram feitos em folhas, outros em chimarrão, outros em chá quelmado, alguns em chá verde, etc.;

- 2 — o polimorfismo desta ilicínea, polimorfismo também presente na composição química;

- 3 — a divergência dos métodos de análises.

Temos procurado sanar tais inconvenientes. Assim, entramos em contato com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, onde foi criada uma comissão integrada por representantes do Instituto Nacional do Mate, Departamento Nacional do Café, Associação Química do Brasil, Instituto de Química Agrícola, Laboratório Polin. Laboratório Bromotológico do Distrito Federal, Instituto Nacional de Tecnologia e Laboratório Nacional de Análises.

Realizou-se a primeira reunião a 23 de novembro de 1942 e, a 15 de setembro do ano seguinte, por ocasião do 5.º Congresso da A.B.N.T., foram aprovados e recomendados métodos para colheita e preparo da amostra, determinações de umidade, extrato aquoso, cafeína, cinzas, cloretos, substâncias tânicas, fibra bruta e nitrogênio.

De entre esses métodos, transcreveremos os referentes à colheita e preparo da amostra, às determinações de umidade e cinzas, que são os de maior interesse para o nosso curso.

Colheita e preparo da amostra

- a) — Mate em saços — Recolher, pelo método usual de perfuração, uma quantidade de amostra correspondente a um mínimo de 0,1% da partilha de mate. Misturar bem e quarterar até dois quilogramas.
- b) — Mate em barricas ou caixas — Perfurar com uma pua ou broca e pelo orifício retirar 0,1% do peso existente.
- c) — Mate em pequenos caçaves ou pacotes — Nesses tipos de embalagem e preparo é dispensável e os exames devem ser procedidos sôbre o conteúdo do recipiente original.

A amostra média, colhida em conformidade com o descrito em a, b ou c deverá ser moída integralmente ao pó mais fino que se puder obter. Passa-se

em seguida, todo o molde através de peneira de 11 malhas por centímetro linear (28 mesh, N. B. S. sieve number 30) e coloca-se em frasco cilíndrico, com capacidade de cerca de 1 1/2 vez maior que o volume da amostra moída e peneirada e fecha-se hermêticamente. Homogeniza-se por meio de rolamento durante cinco minutos.

Determinação de umidade:

Em pesa-filtro, provido de tampa de esmeril, com 70 mm de diâmetro por 15 de altura, previamente tarado, pesar cinco grammas da amostra preparada como acima, tendo-se o cuidado de espalhá-la o máximo possível no fundo do referido pesa-filtro. Levar à estufa aquecida a + 100/110°C durante três horas seguidas. Transferir então o pesa-filtro para um dissecador de cloroto de cálcio e pesar após o resfriamento. Anotar o peso encontrado, voltar à estufa por mais trinta minutos e pesar após o resfriamento. Repetir essas últimas duas operações até que duas pesadas seguidas sejam iguais ou apresentem diferença inferior a um decimilígrama. Calcular a umidade em percentagem.

"Determinação de cinzas

Pesar 2 gr da amostra preparada como anteriormente ficou dito e queimar em baixa temperatura, usando cápsula de platina, de modo que não ultrapasse 525°C e até que fique isenta de carbono. Se não for possível obter, deste modo, cinzas livres de carbono, tratar a massa queimada com água quente, receber o resíduo insolúvel em filtro de cinzas conhecidas e queimar o filtro e seu conteúdo até cinzas brancas ou quase brancas. Adicionar o filtrado, evaporar à secura e calcinar rapidamente à temperatura de 525°C. Deixar resfriar em dissecador de cloroto de cálcio e pesar e calcular em percentagem, referindo ao material seco."

Por ocasião da viagem que realizamos à Argentina e ao Uruguai, procuramos entendimentos com os laboratórios de fiscalização dos respectivos governos, a fim de que futuramente sejam uniformes todos os métodos de análises de

mate e seus resultados admitam confronto.

O que pretendíamos fazer com o mate, já é feito nos Estados Unidos com a maioria dos produtos. Lá existe uma entidade, a American Standards Association, que atua como órgão coordenador dos programas de padronização feitos por industriais técnicos e repartições públicas, tendo como fito a existência de um só conjunto de padrões nacionais.

A A.B.N.T. vem realizando trabalho análogo entre nós e já pode se orgulhar de estar cumprindo seus objetivos.

3 — INDÚSTRIA DA CAFEÍNA

Tendo em vista que o excedente de mate crescia de ano para ano a partir de 1927, cogitou-se de criar um órgão oficial que coordenasse esse setor da economia nacional. Surgiu, assim, a 13 de abril de 1933, pelo Decreto-Lei 375, o Instituto Nacional do Mate, entre cujas finalidades figurava o estudo químico do produto.

Iniciadas as pesquisas para novas aplicações do mate apareceu, como primeiro resultado, o seu aproveitamento como matéria-prima para a produção de cafeína.

Ainda é por muitos discutida a conveniência do emprego de mate nesta indústria: assim, procuraremos não só historiar, como também esclarecer o assunto.

Quando, em 28 de dezembro de 1940, declarávamos, em entrevista concedida ao "Correio da Manhã" que havia possibilidade de se extrair industrialmente cafeína de erva-mate e que, em estudos por nós realizados, tínhamos conseguido resultados bem animadores, não faltou quem duvidasse, argumentando que, se a nossa "preciosa erva" servisse para esse fim, já outros países mais adiantados teriam estudado e resalvido o assunto. Esquecíamos-se, eles, porém, que nas análises até então realizadas, se tinha desprezado o fator mais importante: uniformidade da matéria-prima.

Juntamente com o levantamento botânico-químico, que visa determinar as melhores variedades para os diferentes fins, estudamos meios para melhorar a extração de cafeína. Verificamos inicialmente que a sua purificação era dificultada

pela presença de uma goma-resina e, afim de sanar este inconveniente, várias experiências foram feitas. Inicialmente pensamos na industrialização da erva-mate verde, idêntica logo abandonada, não só pela dificuldades de transportar a matéria-prima nesse estado, como também devido à facilidade com que se deteriorava.

Verificou-se, entretanto, que a cafeína extraída do mate cancheado apresentava-se mais escura.

Numerosas e exaustivas investigações levaram-nos à conclusão de que o inconveniente acima mencionado tinha sua origem numa destilação pirogenosa ocorrida durante a estufa.

Preparamos, então, um tipo de mate em que era omitida essa fase, secado portanto somente em barbaquás ou estufas a uma temperatura inferior a 65°C. Esse tipo, que recebeu a denominação de "enfriado", tem se revelado excelente matéria-prima para a extração de cafeína. Temos por norma, sempre que tratamos deste assunto, qualtecer a inestimável cooperação que recebemos da parte do produtor Wlegando Olsen, de Canoinhas, Santa Catarina, que nos proporcionou todas as facilidades para esse trabalho.

Essa indústria recebeu toda a cooperação do Instituto Nacional do Mate, quer técnico, quer em outros setores, mas infelizmente, tendo em vista o alto preço do mate — uniformidade de bebida — teve seu aproveitamento paralisado.

Damos a seguir a método que preconizamos para a extração da cafeína da erva-mate:

1 — Fazer inicialmente uma infusão de mate, onde o volume d'água empregado seja de quatro vezes o peso da erva utilizada. Nesta infusão adicionar enl (CaO), na proporção de 1/3 do peso, do mate empregado. Em alguns ensos é bastante usar somente 10%. Aquecer à temperatura de 90 a 95°C, no máximo, durante quatro horas e após esta operação filtrar. Reduzir o volume do líquido obtido e em seguida tratá-lo por um dos processos abaixo descritos:

a) Juntar a solução subseqüente de chumbo e eliminar o excesso de chumbo pela ação sulfúrica. Filtrar, reduzir o volume do filtrado, e tratar o mesmo por triclora-

etileno, clorofórmio ou benzol, afim de retirar a cafeína.

b) Junta à solução ácido clorídrico até reação ácida no litmus, o em seguida alcaliniza-la ligeiramente pela soda (reção ao litmus). Filtrar, reduzir o volume do filtrado, filtrar o tratar o mesmo pelo tricloro-etileno, clorofórmio ou benzol, para extrair a cafeína.

2 — Tratar a erva em extrator tipo "Soxhlet", com um dos dissolventes acima citados. Facilitará sobremodo a extração se adicionar juntamente com a erva no extrator uma parte de cal para cada 4 de erva.

A cafeína obtida por um dos processos acima citados pode ser purificada, e para isto basta dissolvê-la em álcool quente ou água quente, juntar carvão ativado filtrar e evaporar lentamente o álcool, ou a água, afim de serem obtidos belos cristais.

Funcionaram seis fábricas de cafeína à base de mate, três no Estado de Santa Catarina e outras três no Paraná, produzindo um total de duzentos e oitenta quilos diários.

A produção de cafeína foi prejudicada pelo regime cooperativista da economia ervateira, cujo caráter compulsório impediu o produtor de, trabalhando livremente, entregar seu mate a quem melhores con-

dições oferecesse. Sobre este assunto, tivemos oportunidade de enviar um memorial ao Exmo. Sr. Presidente da República, protocolado sob o n.º 13.398/45 no Palácio do Cateite, mas, infelizmente, não produziu resultados.

Embora o I.N.M. fizesse tudo no sentido de desenvolver a indústria da cafeína, encontrar uma série de entraves.

* * *

Vejamos agora algumas determinações de cafeína por nós realizadas em diversos pontos da zona ervateira:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Campo Alegre

Avenca do Rio Negro	1.94%
Oxford	1.49
Fragosos	1.31
Mato Preto	1.22
Avenquinha de Santo Antônio	1.20

Município de Canoinhas

Propriedade Groskopf	1.84%
Propriedade Rodolfo Zipper (Parado)	1.70
Propriedade Roberto Ehke	1.70
Colônia São Bernardo Paula	1.60

Propriedade Francisco e Silva	1.59
Propriedade Benedito Linzmayer	1.58

Município de Pôrto União

Propriedade José Sinder	1.70%
Propriedade Frederico Straubee	1.35
Propriedade Germano Klabundo	1.00

ESTADO DO PARANÁ

Município de São Mateus

Fazenda Santo Antonio (Putinga)	1.22%
Rio das Pedras	1.22
Roseira	1.20
Queimados	1.19
Faxinal dos Ihéus	1.15
Vargem Grande	1.13
Olho D'água	1.10
Cambará do Sul	1.01
Tesoura	1.00

Município de Teixeira Soares

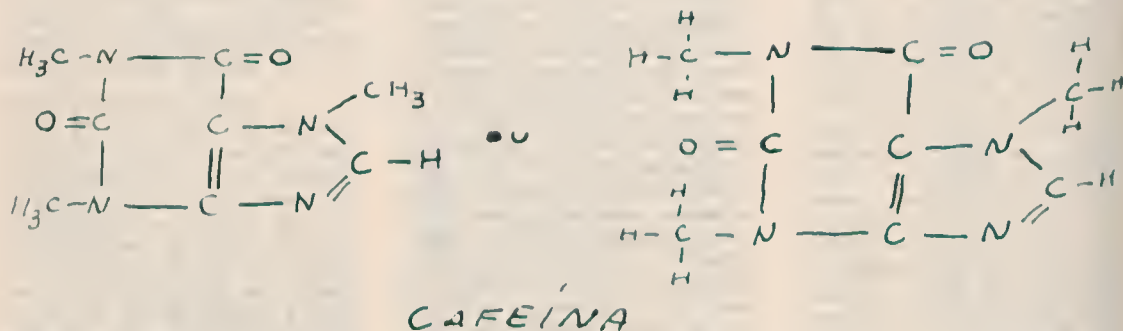
Noroeste da Vila Angai	0.92%
------------------------	-------

Município de Palmeira

Faxinal do Quartim	0.98%
--------------------	-------

* * *

A cafeína, de fórmula bruta $C_8H_{10}O_2N_4$, o de fórmula estrutural



é um poderoso excitante do sistema nervoso e dos músculos, possuindo ação tônica particular sobre o coração, bem como propriedades antinevrálgicas, razão pela qual encontra emprego em inúmeros medicamentos, particularmente nos paliativos, como aspirina, etc.

É, ainda, muito usada em bebidas gasosas, como por exemplo a Pepsi-Cola e Coca-Cola. Recente decreto obriga os produtores de refrigerantes, como guaraná, etc. a incluir cafeína nessas bebidas.

Sinonímia: teína, mateína,

trimetil-xantina e metil-teobromina.

* * *

4 — APROVEITAMENTO DOS SUBPRODUTOS

Dentre os componentes da erva-mate passíveis de indus-

A LAVOURA

rialização além da cafeína e com algum interesse econômico, podemos citar a clorofila, a trigonelina, os taninos, a amirina, os carotenos, a teofilina e a teobromina, de que a seguir daremos algumas noções.

I — Clorofila

As plantas verdes obtêm carbono principalmente do ar atmosférico. A pequena porcentagem de gás carbônico existente na atmosfera, cerca de 0,002% a 0,004%, é mais do que suficiente para suprir de carbono os vegetais. E a clorofila é o agente que eles utilizam nessa reação.

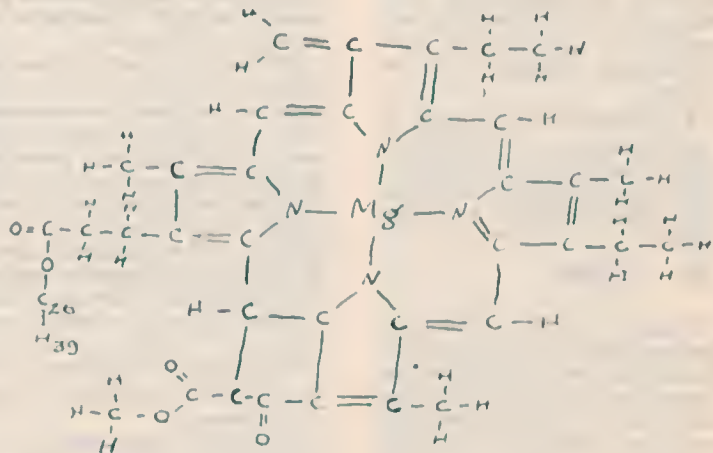
Graças à clorofila, uma planta verde exposta à luz pode absorver o gás carbônico e decompô-lo, fixando o carbono no tecido e rejeitando uma determinada quantidade de oxigênio. Este fenômeno, base de todas as sínteses orgânicas, é conhecido sob o nome de função clorofiliana.

A clorofila é um pigmento do mesmo tipo geral da hematina, impregnado de corpúsculos vivos, os leucitos, incluídos na célula e tendo natureza protoplásmica. Nas partes da planta expostas à luz, estes leucitos contêm pigmentos associados, de várias cores. Um é amarelo (xantofila); outro vermelho (eritrofila); o terceiro, por isso denominado clorolenticito é verde (clorofila).

A clorofila é um éter metilfítico de um diácido tetrapirrólico de um magnésio chamado magnésio rodoporfirina. Em sua fórmula completa verifica-se, ainda, a ocorrência de uma ciclicização no radical gama.

Compreende duas variedades muito semelhantes, chamadas clorofila alfa e clorofila beta. Esta tem menos dois átomos de hidrogênio do que aquela, os quais foram substituídos por um de oxigênio.

A constituição química da clorofila ainda não está bem estabelecida; entretanto, a cadeia pirrólica e o magnésio são característicos de suas moléculas. Sua fórmula bruta é $C_{55}H_{72}O_5N_4Mg$, que desenvolvida estruturalmente dá:



CLOROFILA

O teor clorofílico da erva-mate é variável. Descartes (8), dosando-a em folhas verdes procedentes do Paraná, encontrou de 1.2 a 1.4% de clorofila bruta. Nós, no Instituto, obtivemos em folha de mate "sem sapeco" (isto é, somente secada em barbaquá) um teor médio de 0.2% de clorofila. Frederico Bamrau, em análise já citada, encontrou 1.90%, trabalhando com amostra de mate cancheado.

Essas porcentagens são muito diferentes pela desuniformidade do material (porquanto algumas obtidas em mate "sem sapeco", outras em folhas, outras ainda em mate cancheado, etc) e pelas diferenças dos métodos analíticos usados.

O processo mais vulgarizado para extração de clorofila é o da acetona, que descrevemos em linhas gerais, a seguir:

Depois de moer as folhas, adicionam-se-lhes acetona a 80%, contendo 1% de uma solução a 5% de sulfato de cobre. Após alguns esgotamentos, o extrato começa a sair amarelo-esverdeado, indicando o fim da extração. Junta-se um pouco de talco, com a finalidade de absorver a clorofila e, em seguida, retira-se desse solvente, operação que pode ser feita por diversos modos.

Pode-se também obter clorofila por meio de uma extração alcoólica.

Este pigmento encontra emprego como agente corante para sabões, óleos, gorduras e, também, na medicina destacando-se aqui o seu uso como hemostático.

II — Taninos

Muito se tem discutido a propósito do tanino da erva-mate. Quem o identificou foi Rochleder, já citado, e desde então inúmeros trabalhos vêm sendo feitos visando determinar a verdadeira constituição desta substância.

No número 61, volume 31 (junho de 1943) dos Anais da Associação Química Argentina encontramos um trabalho de equipe feito por V. Deulofeu, H. Diaz, M. E. Fondovilla e J. R. Mendive sob o título de "O chamado tanino da erva-mate *Ilex paraguensis*", onde interessantes considerações são feitas sobre este assunto. Vejamos suas conclusões:

"A substância isolada por Hauschild da erva-mate e que precipita com sais de chumbo em meio alcalino, é um ácido que dá, por hidrólise, ácido enfático".

Os taninos são matérias amorfas muito espalhadas entre os vegetais, tendo por tipo o tanino da noz de galha. Possuem propriedades adstringentes, são solúveis na água, muito oxidáveis no ar e se fixam sobre a pele impedindo a putrefação; daí o emprego que encontram na indústria de cosméticos.

A sua constituição é muito complexa e, procurando evitar polémicas e divergências nos resultados adotou-se na reunião das Normas Técnicas em que foram estudados métodos analíticos, para o mate, a denominação de tanóides, procurando

do assim nas análises de controle não mais denominar de tanino uma substância que apresentava dúvidas de constituição.

As pesquisas prosseguem e acreditamos que se possa brevemente determinar os principais constituintes da substância tânica existente no mate.

III — Amirina

É álcool Terpênico sólido, que pode ser aplicado como emulsificador ou como veículo na indústria dos produtos chamados "de beleza": cosméticos, cremes etc., capaz de substituir os álcoois cetílico, mirístico ou outros álcoois sólidos sintéticos.

A percentagem média da amirina encontrada por Descartes, já citada foi de 2.6%.

Apresenta-se a amirina, quando purificada, em agulhas longas, brancas e sedosas fundindo entre 174° e 184°C.

IV — Carotenos

Como todas as folhas verdes contém a erva-mate carotenóides onde predomina o betacaroteno ou provitamina A.

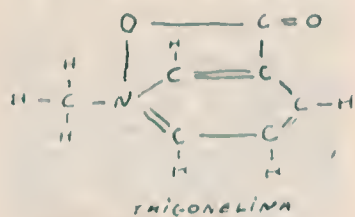
Encontrou Descartes 0.015 a 0.020% de caroteno.

V — Trigonelina

A trigonelina, isolada pela primeira vez por Palladino, nos grãos de café, deve seu nome ao fato de haver sido também encontrada na trigonela (TRIGONELA FOENUM GRAECUM L.), uma leguminosa.

É a betaina do ácido N-metilnicotínico e, embora não devidamente estudada sob o ponto de vista fisiológico, admite-se a possibilidade da sua transformação no organismo em ácido nicotínico, que não é mais do que a niacina.

Tem a trigonelina como fórmula bruta $C_7H_{17}O_2N$, sendo sua fórmula estrutural



A extração da trigonelina no mate é segundo Resenthaler e Scott (9) a seguinte:

Pulverizar o mate e fazer a extração, com álcool purificado onde se adiciona previamente ácido tartárico. Tratar o soluto com acetato básico de chumbo, filtrar, eliminar o excesso de chumbo e concentrar a solução; juntar álcool (sem ácido tartárico) e éter, agitando bem, alcalinizar com amônia, adicionar clorofórmio para extrair a cafeína, filtrar e reduzir o volume.

A trigonelina apresenta-se como cristais neoclulares muito deliquescentes.

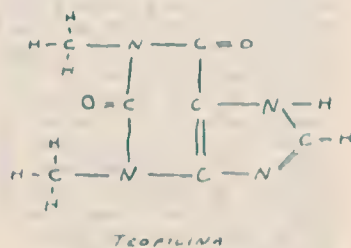
Seu teor na erva-mate é variável. Oscar Ribeiro (10) encontrou 0.0274% em amostra de mate comercial.

VI — TEOFILINA E TEOBROMINA

Vem sendo também estudado o aproveitamento destas duas purinas que são do mesmo grupo da cafeína. A teobromina é a dimetil-xantina; e a teofilina, a metil-xantina.

Tem sido obtido baixo rendimento mas, tendo-se em vista o incremento que a indústria de cafeína está alcançando, exigindo sempre maior emprego de matéria-prima, poderão os industriais cogitar do aproveitamento de mais esses dois subprodutos. Aliás, temos notícia de que uma das fábricas de cafeína realiza estudos bem adiantados nesse sentido.

A fórmula bruta da teofilina é $C_7H_8O_2N_2$ e a da teobromina, $C_7H_{10}O_2N_2$, sendo suas fórmulas estruturais respectivamente:



cer as dúvidas existentes, e no tocante às vitaminas o assunto já pode ser considerado resolvido.

Daremos, de início, algumas noções gerais sobre este assunto, particularmente sobre aquelas vitaminas encontradas no produto que estudamos a fim de reavivar as noções que os alunos tenham, e, em seguida, trataremos das pesquisas que diferentes autores fizeram a propósito das vitaminas contidas na erva-mate.

• • •

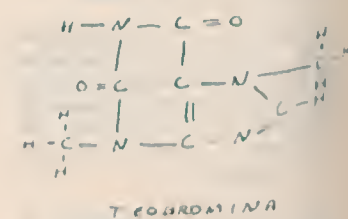
O estudo das vitaminas teve início em 1911, pelo Dr. São elas complexos orgânicos com várias funções fisiológicas essenciais à vida e no perfeito equilíbrio do organismo.

Sob o ponto de vista etimológico, a palavra origina-se de "vita" (do latim, vida) e "amina," nome de função estudada em química orgânica e caracterizada pela presença de nitrogênio.

Vitamina A: — Beta-caroteno, de fórmula $C_{40}H_{56}O$; dá aos organismos resistência às infecções, embora não os imunize. O corpo humano requer um mínimo de 4.000 unidades internacionais por dia.

Vitamina B₁: — Cloreto de tiamina, de fórmula $C_{12}H_{17}ClN_4OS$; é empregada na cura da beribéri (polineurite), tendo oferecido alguns resultados favoráveis no diabetes e no alcoolismo; é um laxativo brando. Seus cristais fundem a 241°C. Solúvel na água e, ligeiramente, no álcool.

Vitamina B₂ ou G: — Riboflavina, de fórmula $C_{17}H_{20}N_4O_6$. Previne a anemia e a pelagra.



Vitamina C: — Ácido ascórbico, de fórmula $C_6H_8O_6$. É um pó cristalino, não higroscópico, estável à luz e ao ar, com ponto de fusão 189-192°C. Dissolvido, a oxidação o destrói. Previne o escorbuto e mantém a vida das substâncias intercelulares.

VII — VITAMINAS

Muito divergentes e, até mesmo, contraditórios são os autores quanto à ação fisiológica do mate.

Vários estudos têm sido feitos com o intuito de esclare-

Coube à Dra. Maria Julia Otero (11), Química do Laboratório de Química Biológica e Físico-Química do Instituto Modelo de Clínica Médica da Universidade de Buenos Aires, identificar as primeiras vitaminas na erva-mate, em 1930.

Preocupada com a causa dos efeitos fisiológicos da infusão feita com esse produto, atribuiu-a às vitaminas e fez pesquisas no sentido de corroborar sua hipótese, havendo chegado às seguintes conclusões:

- 1) — A erva-mate contém um fator hidrossolúvel, capaz de atenuar a poliacurite nos pomelos, prolongando-lhes a vida, e favorecer a nutrição dos ratos avitaminados, reduzindo a hiperglicemia produzida pela carência de vitamina B na dieta e curando as afecções dérmicas típicas da mesma carência.
- 2) — A erva-mate encerra, outrossim, um fator lipossolúvel, que favorece o desenvolvimento normal de ratos submetidos a dietas isentas de vitamina A, evitando e curando a xerofalmia provocada por essa dieta.

Estavam, assim, identificadas as vitaminas B, B₂ e A. Gilberto Villela (12), sábio brasileiro da pleiade de Mangulhos, lamenta que não tenha sido realizada nenhuma determinação quantitativa, acrescentando: "Os testes feitos com o pombo forneceram resultados poucos demonstrativos; nem a dieta, nem a splanctologia foram tampouco referidas. O critério citado da hiperglicemia também não serve como índice de vitamiose. A ação sobre o crescimento do levêdo é igualmente destituída de valor porquanto é inespecífica. Todavia os resultados obtidos nos animais fazem entrever a presença de vitamina B na erva-mate."

Ainda sobre esta vitamina, cujo estudo minucioso foi por ele feito no trabalho citado, em bibliografia, historia Villela: "Em 1934, M. Saralva (13) publicou uma pequena nota sobre o mate, em revista não técnica, em que incidentalmente cita algumas experiências por ele executadas no Instituto de Química sobre a presença de

vitamina B₂ na infusão do mate. E, adiante, concluiu que a erva-mate contém vitamina antineurítica suficiente para prevenir a poliacurite quando ministrada liberalmente. Devenos lembrar que não foi feita nenhuma dosagem quantitativa." Continua Villela: "Dado o número pequeno de observações e a falta de determinações quantitativas nos propozemos a verificar se, de fato, a erva-mate encerra vitamina B₂ e em que quantidade. Os trabalhos anteriores não esclarecem se a vitamina encontrada é realmente a antineurítica ou o conjunto dos fatores do grupo B".

Esse autor, usando o teste de Schopfer-Jung e a reação de Jansen, obteve, em dosagens feitas em diversas amostras de mate, valores variáveis de 80 a 100g de folhas de mate secas, concluindo: "O mate verde contém, em média, quantidades superiores às do mate seco. Das amostras estudadas por nós, provenientes de várias fontes, sempre encontramos valores médios em torno de 100 g. O mate chamado queimado também contém aneurina em concentração próxima a esse valor".

Quanto à vitamina C, cuja presença na erva-mate tem motivo tanta celeuma, já em 1931 o Prof. Escudero afirmava, na sua seção especializada, em "La Prensa", que a erva-mate devia ser uma fonte útil dessa vitamina, levado a tal conclusão por observações clínicas: a ausência de escorbuto entre as populações rurais da Argentina, onde tão difundido foi sempre o uso do mate.

Na guerra do Chaco, os contadores viram-se obrigados a uma dieta deficiente sendo, em consequência dos trabalhos de Escudero, dobrada a ração de mate dos tropas paraguaios. Os resultados não foram satisfatórios, havendo os doentes só obtido melhoras quando enviados à retaguarda e submetidos a uma dieta especial, com fatura de legumes, frutas e carne fresca. Tal fato levou um grupo de investigadores paraguaios constituído por Gath, Menendez e Knalinsky à pesquisa da presença de vitamina C na erva-mate, chegando, pelo método biológico (cobala), à conclusões negativas, cuja causa veremos adiante.

O mês de dezembro de 1936 tem um significado particular

para este assunto: No dia 16, o Dr. Goldfien (16), na França, afirma a presença da vitamina C na erva-mate, embora sem fornecer dados numéricos, o que só seria feito dois anos depois, na Argentina, por Waisman (16).

Os doutores Adolfo Escudero, Sagnature, Serra e Jantorno (16) publicaram o resultado das pesquisas que fizeram sobre o mesmo assunto, concluindo pela afirmativa, mesmo em mate comercial.

No seu número do dia 31, o jornal "La Prensa" trouxe outro trabalho de Pedro Escudero, sob o título "El mate es un aliamento" no qual eram sintetizadas as experiências feitas no Laboratório de Bromatologia do Instituto Municipal de Nutrição de Buenos Aires, com onze amostras distintas de mate comercial. Elas demonstraram que as infusões de erva-mate, quentes ou frias, continham ácido ascórbico em quantidades oscilantes entre 17 e 31 miligramas por 100 grmas de erva.

Referveram as discussões e dificuldades de ordem técnicas faziam fracassar as experiências biológicas: a cafeína mata as cobaias, quando excedia 35 miligramas por dia, fato a que não prestaram atenção os pesquisadores paraguaios.

Usando mate isento de cafeína pode-se chegar ao resultado previsto por Pedro Escudero, resultado esse bem próximo ao do reativo de Tillman, tido como desaconselhável para os vegetais que possuem tanino.

Quanto ao caso dos soldados paraguaios, assim o justificava Escudero: "A experiência demonstrou que as coletividades que padecem de uma alimentação incorreta adoecem, não por uma deficiência, mas por muitas. O exército paraguai, alimentado com milho, farinha, arroz polido, bolachas, amendoim, banha, açúcar, sal e mate, adoeceu, não de escorbuto, porém de avitaminose múltipla, por deficiência de vitaminas A, B, C e G e pela desarmonia de sua alimentação. Assim, como não haviam de continuar doentes os soldados, apesar do mate?"

Se fossem tratados no campo de luta pela administração de ácido ascórbico, só houvessem continuado a campanha sem outro medicamento, então, sim, poder-se-ia dizer que padeciam unicamente de escorbuto. Um

segundo fator foi esquecido. Em 1936 afirmamos que a erva-mate do comércio tinham vitamina C em quantidades sumamente variáveis entre 17 e 31 miligramas por 100 gramas. Um escorbuto grave requer uma dose diária de 300 miligramas; nunca poderíamos curá-lo pela simples ingestão de mate. Supondo-se o uso de

uma erva de 1ª qualidade, dever-se-ia consumir então cerca de dois quilos por dia.

Prosseguiram os estudos das diferentes vitaminas do mate. Assim, nas pesquisas encomendadas em 1941 pelo J.N.M. ao Laboratório Eddy, de New York, obteve-se o seguinte resultado, para 100 gramas de erva:

Vitamina A .. 2.200 unidades internacionais
 Vitamina B₁ 57 unidades internacionais
 Vitamina B₂ 69 gramas
 Vitamina C 142 unidades internacionais

Em 1944, o Instituto Nacional de Nutrição de Buenos Aires publicou a seguinte tabela (18):

VALOR VITAMINICO DA ERVA-MATE
 Conteúdo em 100 g

VITAMINAS	VALORES		Média aritmética sobre 13 determinações
	Mínimos	Máximos	
Carotina	0,693 mg	2,267 mg	1,234 mg
Carotina em vit. A	1,065 UI	3,779 UI	2,095 UI
Tiamina em vit. B ₁	62,3 g	313,1 g	222,7 g
Riboflavina em vit. B ₂ .	246,0 g	573,9 g	404,3 g
Ácido ascórbico	8,2 mg	20,7 mg	11,9 mg
Ácido nicotínico	2,54 mg	10,36 mg	6,92 mg

No ano passado J. M. Chaves (19), do Instituto de Tecnologia Alimentar, refêz as pesquisas das vitaminas B₁, B₂ e C, chegando às seguintes conclusões:

- 1) A erva-mate contém elevado teor de vitamina B₁.
- 2) Não conseguiu resultado com o processo fluorométrico para a dosagem da vitamina B₂ na erva-mate, devido à intensa fluorescência azulada peculiar aos extratos de erva que interfere, mascarando os resultados. Ensaando o método microbiológico, encontrou resultados muito baixos.
- 3) É baixo o teor de ácido ascórbico na erva-mate.

Resumiu seus trabalhos nos dois quadros seguintes, que se referem, respectivamente, às vitaminas B₁ e B₂:

AMOSTRA	Unidade %	de Tiamina em 100 ml de bebida	de Tiamina em 100 ml de extrato	de Tiamina em 100 g de folhas
Mate Barbacoá 1	8,5	5,9	6,3	126
Mate Barbacoá 2	8,7	6,7	8,7	174
Mate Barbacoá 3	9,2	8,1	9,7	194
Mate verde sapecado	46,1		5,5	110

A LAVOURA
 1897 — 1969
 72 ANOS

AMOSTRA	UMIDADE	MÉTODO MICROBIOLÓGICO	MÉTODO FLUOROMÉTRICO
Mate Barbacoá 1	8,5	8	—
Mate Barbacoá 2	8,7	14	—
Mate Barbacoá 3	9,2	8	—
Mate verde sapecado	46,1	—	—

AGRICULTURA

No corrente ano, Oscar Ribeiro (20) publicou os seguintes resultados pertinentes à vitamina A, em unidades internacionais, para 100 gramas de mate:

Folhas frescas	6.513
Mate verde	1.503
Mate queimado	668

São, pois, bem satisfatórios os teores vitamínicos do mate.

BIBLIOGRAFIA

- 1) TROMMSDORFF, J. B. — Einige Bemerkungen über den Paraguay-Thee (Algunas observações sobre o chá do Paraguai) — *Annalen der Chemie* — Vol. XVIII — págs. 89-96 — Berlin, 1836
- 2) STENHOUSE, J. — Thein im Paraguay-Thee (Teína no chá do Paraguai) Vol. 45 — págs. 368-371 — Berlin, 1843
- 3) ROCHLEDER — Untersuchung der Kaffeebohnen (Pesquisas nos grãos de café) — *Annalen der Chemie* — Vol. 59 — págs. 300 e segs. — 1846
- 4) LENOBLE, O. De la Yerba Maté du Paraguay — *Journal de Pharmacie et de Chimie* — Serie III, vol. 18 — pág. 199 — Paris, 1850
- 5) PECKOLT, T. — Analyses de materia medica brasileira — Rio, 1868
- 6) BYASSON — Note on Mate or Paraguay-tea — *The Pharmaceutical Journal* — Serie 3, Vol. VIII — Londres, 1878
- 7) WINTON, Andrew L. e Kate Herber — Leaves of the holly family — The structure and composition of foods — Vol. IV — P. 87-93 — N. Y., 1944
- 8) DESCARTES, Ruben — O mate — matéria-prima para a indústria (nota prévia) — Contribuição ao estudo do mate — Págs. 31-44 — Rio, 1944
- 9) ROSENTHALER E SCOTT — apud Luiz Ribeiro Guimarães — "Sobre a presença da trigonelina no mate" — *Revista de Quimica Industrial* — Ano XIII — N.º 147 — pág. 16 — Rio, julho de 1944
- 10) RIBEIRO, Oscar — A presença da trigonelina no mate — *Boletim do Instituto Nacional do Mate* — Ano I, n.º 2 — Págs. 13-16 — Rio de Janeiro, dezembro de 1940
- 11) OTERO, Maria Julia — Las vitaminas en la yerba mate — *Atas do Congresso Internacional de Biologia realizado em Montevideo, de 8 a 12 de outubro de 1930*
- 12) VILLELA, Gilberto G. — Estudos sobre a determinação da vitamina B₁ (tiamina, tiamina) na erva-mate — *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — Tomo 34 — Fasc. 2 — Rio de Janeiro, julho de 1939

Evite cobrança executiva e multa, que poderá elevar-se a mais de três mil cruzeiros novos. Requeira ao seu Sindicato Rural (ou à Federação da Agricultura)

até 20 do corrente mês, o pagamento da contribuição sindical em cinco prestações mensais, sem acréscimo.

NORDESTE E O CRÉDITO RURAL

O crédito rural, segundo a Federação da Agricultura da Paraíba, "não tem gerado riqueza nem bem-estar para as populações agrícolas do Nordeste e, ao contrário do que se creia, está servindo ao produtor rural apenas como sustentação temporária, prorrogando a chegada do caos e, o que é mais grave, contribuindo para aprofundar o abismo.

PREÇOS MÍNIMOS DE ESTÍMULO

Reunido sob a presidência do Ministro Delfim Neto o Conselho Nacional do Abastecimento — SUNABAO — fixou os novos preços mínimos de estímulo para as próximas safras de algodão, amendoim e mamona da região Centro-Sul do País. Outra decisão importante do Conselho diz respeito à redução de um centavo no preço da litro de leite vendido com embalagem de plástico.

- 13) PARAIVA, M. — *Hol. Men Cam. Ar. Hras.* — Rio de Janeiro, 1934
- 14) GATH, C; MENENDEZ, P. e KNALLNISKY, A. Influencia de la carne y de la yerba mate sobre un brote de escorbuto humano y sobre el escorbuto experimental — *Novena Reunión de la Sociedad Argentina de Patologia Regional* — Tomo 11 — pág. 924 — Mendoza, 1937.
- 15) GOLDFIEM, Dr. Jean Schunck — *Étude clinique de l'emploi des drogues à base purique* — *La Presse Medicale* — N.º 161, pág. 2.039 — Paris, 16 de dezembro de 1936
- 16) WAIMAN, G. — *Trabajos y publicaciones* — *Inst. Nac.*

- Nut., 2, 703 — Buenos Aires, 1931
- 17) ESCUDERO, A.; SACASTUME, M.; SENRA, R. A. e YANTORNO, J. H. — Sobre la presencia de ácido ascorbico (vitamina C) en la yerba mate (*Ilex paraguayensis*) — *Semana Médica* — N.º 53 — Buenos Aires, 1936
- 18) *Dietologia* — II, 60 — Buenos Aires, 1944
- 19) CHAVES, J. M. — Vitaminas B₁, B₂ e C em diversos tipos de erva-mate — *Revista Alimentar* — Ano VIII, n.º 11, pág. 5 — Rio de Janeiro, novembro de 1944
- 20) RIBEIRO, Oscar — O valor da vitamina A de alguns vegetais brasileiros — *Revista Alimentar* — Ano IX, n.º 3, pág. 11 — Rio de Janeiro, março de 1945

REFORMA AGRÁRIA - PRIORIDADE DA AMÉRICA LATINA

Por Hugo Martin

Especial para
"A Lavoura"

Embora lentamente, a reforma agrária avança a passos firmes na América Latina. A maioria dos países da região aprovou novas leis para melhorar a estrutura agrária — diz o relatório de 1968 emitido pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Graças a isto, os mercados internos melhoraram, enquanto se criaram novas oportunidades e incentivos comerciais.

Naturalmente, o progresso foi mais rápido em alguns países e menos em outros. O México, a Bolívia e a Venezuela são os países onde o impacto foi mais significativo, mas os outros países, em sua maioria, estão desenvolvendo grandes esforços, segundo suas possibilidades, para assumir o seu lugar nesse campo extremamente importante do progresso econômico e social.

O México, evidentemente, tem uma longa história de reforma agrária, tendo redistribuído, somente nos três últimos anos, 12 milhões e 30 mil hectares de terras entre 238 mil famílias, inclusive área de 70 mil, em 1968. Substanciais facilidades de crédito foram também concedidas a pequenos agricultores.

Embora ainda haja grandes problemas envolvidos na reforma agrária mexicana, já se observam apreciáveis resultados. Mediante a mobilização da força de trabalho dos agricultores, o movimento criou, virtualmente, uma

nova classe social de proprietários rurais.

Na Bolívia, a maior redistribuição de terras verificou-se na década de 1950/60, mas o governo continua modernizando a estrutura da posse da terra em toda a República. No transcorrer de 1968, a Bolívia iniciou um programa de "Brigadas Móveis", constituída cada uma de um juiz agrário e um topógrafo. Segundo se acredita, essas brigadas terão visitado todas as áreas do país que delas necessitam, nos próximos cinco anos.

Esse programa tem o apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Sua execução foi proposta num relatório preparado, em 1967, pelo Estudo da Estrutura Agrária da Bolívia, patrocinado conjuntamente pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) e o Centro de Posse de Terras da Universidade de Wisconsin. Até fins de 1967, já tinham sido emitidos títulos de propriedade que afetavam 8.456 fazendas, numa área total de 7.600.000 hectares. De um modo ou outro, foram beneficiadas 190 mil famílias de agricultores.

Como resultado desse programa, aumentaram as receitas familiares. Isto se advertiu em melhores habitações e no maior consumo de muitos tipos de mercadorias, bem como no fato de haver aumentado o número de centros rurais. Os agricultores são agora mais do que

produtores. São também compradores, não só das coisas de que necessitam para suas fazendas, mas também de bens de consumo. Mais importante ainda, do ponto de vista social, são as modificações introduzidas na educação rural e o maior número de pessoas que sabem ler e escrever.

Na Venezuela, uma eficiente reforma agrária teve início em 1959, com o apoio de diversos grupos políticos. Em dezembro de 1961, o então Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, foi à Venezuela, com sua esposa, para participar com o então Presidente Venezuelano, Romulo Betancourt, de uma entrega simbólica de terras a quatro agricultores, em Morita, nas vizinhanças de Caracas. Em seu discurso de boas-vindas, disse o Presidente Betancourt que "a formulação fundamental da Declaração de Punta del Este está passando para o terreno das coisas realizadas. O sistema está em ação".

Respondendo às palavras de Romulo Betancourt, o Presidente Kennedy deu uma prova eloqüente do interesse que o povo e governo dos Estados Unidos sempre tiveram em ajudar a realizar tais programas na América Latina.

Disse o então Presidente Kennedy, em parte:

"É apenas aqui, na terra e entre o povo, que os discursos dos Presidentes, as conferências dos diplomatas, os planos dos governos e os sonhos dos estadistas podem transformar-se em realidade."

AÇÚCAR

Notiela-se que as culturas de cana da região Centro-Sul sofrerão em face da escassez de chuvas, e consequentemente a produção de açúcar deverá ter uma pequena queda. Os temores maiores são com relação à produção de cana do ano que vem, mas êsses presságios estão em vias de se desfazer, com a ocorrência das primeiras chuvas.

Antecipa-se que qualquer baixa na produção de açúcar na região terá de ser completada pelo mercado produtor do Nordeste, o que envolve problemas de comercialização os mais complexos. Lembra-se, a propósito, que a produção de açúcar do Nordeste tem métodos próprios, inteiramente diferentes daqueles em prática na região Centro-Sul, a começar pela época das colheitas, o que era problemas de certo modo insuperáveis.



de. Hoje, 86 famílias receberam os títulos de propriedade de suas terras, de acôrdo com um programa graças ao qual já se instalaram 38.000 famílias em 3.800.000 hectares... O povo dos Estados Unidos apola os Ideals representados nesse programa... Trago-lhes uma mensagem de meu país e do povo norte-americano...".

Outros países latino-americanos também fizeram progressos visíveis no campo da reforma agrária. Figuram entre êles a Colômbia, Chile, Equador e Peru.

Em outras nações, como em Honduras, por exemplo, os programas para fomentar a reforma agrária estão tomando forma definitiva, já que tais países estão percebendo, mais e mais, o importante papel que isto poderá desempenhar em seu progresso futuro.



A LAVOURA



- Plantos Cítricas de Clones Novos (Nucleores).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Pe-ruono").
- Nogueiro Pecon — (A noz americana).
- Abocoteiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Gronde sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetas GRATIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazendo Citro — Cx. Postal 48 — Limeiro —
Est. de São Paulo

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para novembro e dezembro

OLERICOLAS

Novembro —

Último mês para o semeio de berinjela, jiló e pimentão, semeando-se ainda troncha.

Dezembro —

Presseguem as semeaduras de bertalha, mostarda e salsa.

FRUTICOLAS

Novembro —

Inicia-se a colheita do abacaxi, de jaca e manga. Colhem-se ainda banana, caju, laranjas, limão e sapoti.

Dezembro —

Inicia-se a colheita da jaca, jambo, maracujá e uva. Colhem-se abacaxi, banana, caju, laranja, limão, manga e sapoti.

Observação:

Os calendários olerícolas e frutícolas foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

XX SEMANA DO LACTICINISTA

OTTO FRENSEL

Especial para
"A Lavoura"

Extremamente honrados com tão honrosa missão, representamos a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura também durante a XX Semana do Lacticinista, realizada de 7 à 11 de julho p.p. pelo Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, Minas Gerais. Apenas duas vezes, em 1963 e 1966 quando nos encontrávamos, respectivamente, nos Estados Unidos e na Europa, em viagens lacticinistas, deixamos de comparecer a este nosso acontecimento lacticinista máximo, cuja repercussão, sempre convém recordar, já há muito ultrapassa os limites do Brasil. Assim, esta grande iniciativa do nosso inesquecível amigo, Dr. Sebastião Sena Ferreira de Andrade, se tornou um marco de maior profundidade para o progresso dos laticínios brasileiros e da sua crescente importância para um dos mais importantes ramos da produção, industrialização, comercialização e alimentação do Povo Brasileiro.

A organização e o programa desta última Semana do Lacticinista, novamente apresentaram inovações de grande interesse e utilidade para os 170 participantes, em sua grande maioria, técnicos formados pelo próprio I.L.C.T., bem como diretores de cooperativas agro-pecuárias e de produtores de leite, industriais de laticínios, jornalistas, funcionários especializados federais, estaduais e municipais. Os seus trabalhos foram orientados sob o tema Central "Subconsumo do Leite —

Equacionamento e Soluções". Além das cerimônias habituais em iniciativas dessa ordem, teve lugar um "Curso Rápido" sobre "Culturas Lácteas para Queijos e Manteiga" pelo Professor Antônio Carlos Ferreira, do I.L.C.T. o qual esteve muito concorrido. Todas as palestras e comunicações, de alto nível, tiveram o maior interesse, motivando amplos debates. Estes trabalhos foram os seguintes: O. Ballarín "Inspeção Federal de Produtos de Origem Animal — Empresa Privada" — Otto Frensel "Seleções Lacticinistas Mundiais" — Equipe da ABCAR — ILCT (sob orientação de D. Pautilha Guimarães) "Subconsumo de leite no Brasil" — J. J. Carneiro Filho "Progressos Tecnológicos e Leite Esterilizado" — Carlos da Veiga Soares "Produção, Industrialização e Comercialização do Leite" — José Leitão e Silva "Aspectos da produção e consumo de leite no Brasil" — José dos Santos Botelho "Padronização do leite para fabricação de queijos" — José Castilho Pinto "Particularidades da Indústria Lacticinista na região de Jaraguá do Sul, Santa Catarina" — José Sátiro de Oliveira "Influência das culturas na fabricação de manteiga" — Luiz Gonçalves Vieira "O teor gorduroso do leite das diversas raças leiteiras — Leite Magro (2%) — José Octavio Pinheiro Vieira "Aumento do consumo pela diversificação — Leites Modificados" — Jacob Spiegel "Análise complexométrica com útri-

plex III" Eberard Fischer "Revestimentos protetores antiácidos" — Marly Montenegro "Pesquisa de conservadores" — Bruno V. Christensen "Produção de queijos no Brasil" — Robinson de Vasconcelos Costa "PLA MAM — suas finalidades — sua atuação".

Além da mesa coordenadora, cuja Presidência coube ao Prof. Dr. Cld Maurício Stehling, Diretor do I.L.C.T. e a Vice-Presidência ao autor destas linhas, foram instituídas três Comissões à saber: Produção Industrialização e Comercialização. Os seus trabalhos e conclusões foram apresentados na sessão final, sendo amplamente debatidos e, em seguida, aprovadas duas moções, respectivamente referentes ao I.C.M. no Estado de Minas Gerais e à constituição de uma Comissão Permanente para garantir a complementação, continuidade e efetividade das conclusões das Semanas do Lacticinista.

Realizada, como sempre, num elevado nível cultural, mais esta XX Semana do Lacticinista contribuiu para o estudo e progresso dos laticínios brasileiros. Não pretendemos repisar as sugestões e recomendações que vimos repetindo há cinquenta anos, mas expressar a nossa satisfação pelo muito de útil que as Semanas do Lacticinistas vêm proporcionando aos laticínios brasileiros e a nossa irreversível fé no seu crescente progresso para o maior benefício do Produtor e do Consumidor e, portanto, do Brasil.

A AGROPECUÁRIA

Atividade fundamental da humanidade. Condições atuais em que se processa. Decorrente fatalidade de carência alimentar progressiva e generalizada.

JÚLIO CEZAR COVELLO

Diretor técnica da Sociedade Nacional de Agricultura

Desde os primórdios das eras registradas pela História, a humanidade, tanto sob o ponto de vista de seu crescimento demográfico como de desenvolvimento cultural, apresentava e ainda apresenta dois grupos de características marcantes e estágios diferentes quanto à distribuição quantitativa e qualitativa das populações que a constituíam e constituem:

Populações rurais, com baixo índice de cultura geral e numericamente superiores às urbanas, porém dispersas ou diluídas através de grandes áreas;

Populações urbanas, de mais elevado índice de cultura, numericamente inferiores às rurais e concentradas em reduzidas áreas.

As do primeiro grupo, na sua fase remota, embora a agropecuária que então praticavam estivesse subordinada a procedimentos rotineiros que a tradição aconselhava, desprovidos ainda de quaisquer técnicas e subordinados ao uso de instrumentos manuais primitivos, de produziam, entretanto, em evolução melhoradora lenta, condições normais de ambiente e graças também aos baixos índices de crescimento populacional então vigentes, alimentos que satisfaziam e atendiam não só as suas próprias necessidades como as dos habitantes das cidades e dos burgos. Estes núcleos populacionais, pelas suas deficiências infra-estruturais, orgânicas e funcionais, oriundas no atraso cultural generalizado em que toda a humanidade ainda se debatia, não ofe-

reciam, então, condições materiais atrativas e de trabalho que seduzissem e provocassem o deslocamento do homem rural para seu ambiente. O baixo nível de cultura desse rurícola, bastante inferior ao do habitante da cidade, forçava sua permanência no meio rural, muito embora o seu instintivo espírito gregário, comum à espécie, o impulsionasse no esforço consecutório do convívio social urbano que, praticamente, não existia nas zonas rurais onde imperavam o isolamento e o silêncio. Nestas, a própria sobrevivência dependia da capacidade de adaptação e resistência de cada um e da sua habilidade ou inteligência no aproveitamento dos recursos do meio.

Ao alvorecer do século XIX e transcurso de sua primeira metade, as populações rurais, na generalidade das nações, ainda sobrepujavam, quantitativamente, as urbanas numa proporção ao redor de 70 para 30.

Subseqüentemente, sobrevindo o surto industrial e, como conseqüência reflexa deste, o melhoramento paulatino e lento da produção e da produtividade agropastoril pelo inleto da mecanização do trabalho agrícola e aplicação da melhor técnica agronômica apesar de incipiente ainda, começam em pequena escala, as migrações do braço rural para as cidades, tanto do marginalizado pela recente introdução da mecanização agrícola como daquele que, insatisfeito, vivia sonhando com a fuga da gleba. Essas migrações vêm se acentuando dessa época para cá, na proporção direta do desenvolvimento das indústrias, da técnica

agropecuária e, conseqüentemente, da agricultura e trabalhos rurais mecanizados e muito-mecanizados em vertiginosa intensificação.

Hoje, nestas últimas décadas do século XX, nos países de desenvolvimento acentuado, aquela distribuição da população total entre zonas rurais e centros urbanos, que preponderava nos meados do século passado, inverteu-se praticamente.

Nos países subdesenvolvidos, onde ainda permanecem maiores quantitativos populacionais nas zonas rurais embora menores que os antigos, principalmente naqueles de baixo índice de educação e de deficiente tecnologia aplicada além de seu alto crescimento demográfico como conseqüência, firmou-se o desconforto e instalou-se a penúria alimentar, tanto nos campos como nas suas cidades, estas com a situação agravada pelo poder de atração que exercem sobre os excedentes rurais, a elas levados pela ilusão de ali encontrarem uma assistência satisfatória, impossibilitada, total ou parcialmente, pela inexistência ou carência crônica de recursos.

Tal é o ambiente que o Mundo Moderno apresenta na atualidade, suscetível de ser assim resumido:

— Países subdesenvolvidos, jungidos pelo seu atraso educacional e material à subnutrição permanente e às crises periódicas de fome epidêmica, intensiva, no decurso de sua normal situação de carência alimentar endêmica; e

— Países desenvolvidos, com produção agropastoril satisfatória, porém, de nível produtor

A Agropecuária

oscilante, nem sempre condizente com os respectivos índices demográficos. Todavia, vez por outra, dispõem de saldos alimentares, em reserva, para cobertura futura de maiores necessidades previstas e programadas, ou imprevistas, decorrentes de anos deficitários e, zados no socorro das populações algumas vezes, também utilizações carentes de alimentos nas crises intensas dos subdesenvolvidos.

Pelo exposto, verifica-se que a produção agropastoril, quer nos países desenvolvidos, ou nos subdesenvolvidos, apresenta, ainda, variações positivas e negativas, que independem tanto da técnica utilizada e dos recursos de aparelhamento como também do alcance mental do rurícola, pois que resultam, principalmente, da ocorrência de fatores naturais favoráveis ou contrários, de graves desastres acidentais de largas amplitudes e, por isso, incontroláveis, e na excepcionalidade de extensas ou generalizadas manifestações de fatores biológicos desastrosos. Destas contingências perturbadoras da produção agrícola, da desproporcionalidade quase genérica entre o seu índice de expansão produtora e aquele do crescimento demográfico que se apresenta, geralmente, em progressiva escala geométrica, principalmente entre os subdesenvolvidos, resultou a intensificação do clamor atual contra o espantilho batizado de Explosão Demográfica.

CRECIMENTO DEMOGRÁFICO E SEU CONTRÓLE

O problema sob a epígrafe supra vem sendo, nos últimos tempos, debatido intensamente na imprensa mundial e na nacional, por sociólogos e economistas. Considerado, como está sendo, sob a pressão contingencial da carência atual e progressiva de alimentos, e da perspectiva de sua evolução para próximas "epidemias de fome intensa, de maior amplitude nas áreas atuais subdesenvolvidas, todos aqueles debates e manifestações opinativas, de aspectos preventivos alguns, e redutores de seus efeitos a maioria, podem se resumir, até agora, apenas nas seguintes questões a serem consideradas:

— Há deficiência mundial de produção quantitativa de alimentos tendo em vista as necessidades atuais da humanidade? Sim.

— Os recursos naturais básicos de produção já estão mundialmente esgotados, ou em vias de esgotamento? Não.

— Esses recursos, inclusive os potenciais ainda não mobilizados, existem em abundância em grandes áreas de regiões subdesenvolvidas e mesmo nas desenvolvidas? Sim.

— Nas comunidades subdesenvolvidas há capacidade educacional satisfatória à formação de profissionais especializados e necessários à mobilização dos seus recursos naturais básicos de produção? Não.

É de esperar que o desenvolvimento científico geral, pelo que já conseguiu e vem conseguindo em todos os setores, dada a intensidade da ampliação contínua e geométrica de seus horizontes, promova novos métodos de produção e desoatine, ainda, fontes insuspeitadas de novos alimentos? Sim.

— A taxa atual, global, da produção obtida nas regiões subdesenvolvidas é inferior à taxa, também global, dos respectivos crescimento demográficos? Sim.

Desnecessárias são, por óbvias, quaisquer justificativas às respostas das questões formuladas.

Então, a despeito da evidência conclusiva do questionário supra, simplesmente, como consequência, procura-se promover, com urgência, a redução da taxa de natalidade mundial, vigorante no momento, principalmente entre os países pouco desenvolvidos. Se há deficiência de alimentos para o volume populacional que já existe, não há outro caminho a seguir, segundo a maioria dos sociólogos e economistas que debateram e debatem o assunto, senão aquele de reduzir o número de bocas esfamadas e promover o aumento da produção até que se estabeleça e se verifique um equilíbrio permanentemente estável entre o que se produz e o que se necessita para o consumo de manutenção das populações numericamente controladas através de procedimentos anticoncepcionais.

Examinamos, superficial e isoladamente, a proposta de redução de natalidade.

O controle desta já não vem sendo praticado pelas popu-

lações mais educadas do mundo, e agora através de um prévio planejamento da família com alvo? Este controle de natalidade não é fruto indesejável e espontâneo de um certo grau de educação e cultura já atingido e existente no meio em que está sendo praticado, que permite mesmo a sobreposição de sua prática às próprias convicções religiosas e morais ainda imperantes e apressar delas? Não é verdade, também, que essa gama de educação adquirida, individual e coletiva, entre os que assim procedem, resultou de desenvolvimento econômico anterior como primeiro estágio, ou concomitantemente a ele? É possível a existência de educação nas áreas destruídas pela miséria imperante, onde a economia não poderia existir senão sob escala incipiente e de absoluto primarismo?

Partindo-se do estágio do homem primitivo e analisando a evolução da humanidade através das várias civilizações transactas e modernas, verifica-se que o lento e paulatino desenvolvimento da economia precedeu sempre a conquista e melhoramento da educação e da cultura, possibilitando o prosseguimento destas e a intensificação daquela.

Diante desse singelo raciocínio torna-se evidente, portanto, que o homem modernamente desenvolvido, e por isso mesmo culto, vem, espontaneamente, planejando a constituição da própria família pelo controle da natalidade na sua prole, induzido também, e principalmente a esse procedimento pela sua natural e elevada tendência egoística, generalizada, de melhor gozar, com a máxima tranquilidade, os frutos que a civilização dessas áreas economicamente organizadas conseguiu oferecer.

Verifica-se do exposto que a limitação da natalidade, embora ainda sem intensidade, vem se processando normal e erescientemente, nos centros urbanos como consequência do melhor nível educacional de parte de seu contingente humano — classes médias e altas —, melhor nível esse existente por obra e graça de fatores econômicos positivos instalados e organicamente desenvolvidos que o antecederam e possibilitaram. Resta entretanto, como principal, o problema crucial da sua propaganda e implantação prática não só entre as ignoras populações rurais das regiões subdesenvolvidas, sem economia em desen-

volvimento, como entre aquelas emigradas do campo, de nível qualitativo parafelo, marginalizada em grande parte e amontada nas favelas dos centros urbanos, conjuntamente com as suas camadas populacionais pobres.

Do que foi dito concului-se, portanto, que o êxodo rural das regiões subdesenvolvidas para outras melhor organizadas economicamente, e para os centros urbanos dos próprios países subdesenvolvidos, quando outras zonas atrativas, de melhores perspectivas não existem, constitui um procedimento desesperado e irrefreável ditado pelo Instituto de conservação do homem rural acuado pela miséria. Muito embora o novo habitat procurado, pelas suas precárias condições existentes, possa agravar ainda mais a situação anterior a que o imigrante estivera sujeito no seu meio de origem, assim como a do novo ambiente em que se fixou, determina isto a apresentação, aos olhos da cidade, dos trágicos cenários então majorados, que antes se diluíam através das extensões do meio rural, onde não eram vistos, além de pouco suspeitados.

Dal o intenso agigantamento dos problemas urbanos atuais sem possibilidades materiais de solução, pois que estas decorrem da elevação do índice de renda financeira de cada aglomerado urbano que é, por sua vez, dependente do estado de sua economia produtora, inclusive das próprias zonas rurais.

No Brasil, apesar das migrações desse tipo, a atual posição demográfica percentual entre cidade e campo é ainda de 45% para 55% respectivamente.

Sendo o excesso de natalidade um índice positivo de miséria e esta um efeito de baixo ou nulo desenvolvimento econômico, e, consequentemente, da reduzida produção alimentar, absoluta ou relativa, chegaremos à conclusão de que a propaganda, ou campanha que se promova para o controle da natalidade, além de custo elevado terá repercussão mínima entre as massas, enquanto não houver condições de seu apoio na melhoria econômica do meio e da sua resultante educacional.

O mundo atual está, portanto, ante uma grave circunstância que impõe duplo esforço tanto aos órgãos dirigentes de todas as nações como as várias e distintas camadas qualitativas da sociedade — elite, classes médias e povo cons-

ciente — irmanados no ciclo-pico esforço de erilar e repor a humanidade num ambiente de tranqüillidade social pela melhoria e equilíbrio de suas condições materiais e educacionais.

Esse duplo esforço, cuja execução deverá ser conjugada, consiste em:

- promover ou erilar condições econômicas que se desenvolvem paulatinamente nas áreas assoladas pelo desenvolvimento, o grande responsável original e mantenedor dos marginais da humanidade — massas ignoraras, ou párias —, e,
- paralela e concomitantemente, trabalhar intensamente essas massas no sentido de se conseguir a redução e controle da natalidade em seu seio, cuja consecução crescente será proporcional ao melhoramento paulatino das condições econômicas ambientais que infelizmente não poderão deixar de ser senão de evolução lenta.

A essas populações marginais, embotadas e dizimadas pela miséria crônica, sem quaisquer perspectivas de esperança por melhores dias, pois que não vislumbram quaisquer horizontes menos negros, nada interessa, no estágio de depauperamento em que estão, senão morrer o mais lentamente possível em obediência ao seu instinto animal de conservação. E, sob esta lenta agonia coletiva, agravada por apatia ou inação forçada, resultantes também, da própria condição generalizada de ignorância e incultura, permanece vivo apenas o ingênito impulso de sua função sexual que praticam ativamente levadas pelo fugaz prazer físico sentido e que, por isto, é exercida ao máximo, despreocupadas do resultante ónus proclador subsequente que não altera a sua sensibilidade já sob a anestesia permanente da miséria física e mental em que vegetam.

Essas populações, depauperadas por longos processos de desnutrição, contínuos e crescentes, que se levam ao estágio final de inanção abreviadora do seu ciclo vital, perfilha elevadamente nessa fase, talvez devido também às leis biológicas que regem a perpetuação da espécie, a exemplo do que ocorre no reino vegetal quando um indivíduo, ainda não senil, porém doente às vésperas de extinção, frutifica exageradamente na sua última safra de produtos raquíticos mas ricos de sementes que garantirão a sobrevivência e perpetuação da espécie a que pertence.

Entre nós, exemplo frizante do acima descrito foi o verificado com as populações rurais e urbanas da região do chamado Vale do Paraíba, em território paulista, nos fim do século passado e início deste, quando a economia vigente era exclusivamente rural.

Empobrecida essa região por força da migração rápida de sua cultura cafeeira decadente para o oeste do Estado, lá pelos últimos quartéis do século XIX, formou-se ali um vazio econômico onde um grande remanescente da antiga população econômica da região, e de suas cidades reduzidas a taperas, tol nos mais baixos índices, e ainda sua população rural principalmente na mais completa miséria e marasmo, que a desinteressava de tudo, inclusive da própria saúde e instrução, cuja assistência e prática o Estado ainda mantinha perdurando essa situação por várias décadas.

Esse marasmo só começou a sentir as primeiras vibrações de quebra de sua inércia através da construção da primeira rodovia Rio — São Paulo.

Só então as "Cidades Mortas da região passaram a renagir, lentamente, aos novos fatores econômicos originados inicialmente pela rodovia citada, fatores esses que subseqüentemente passaram a revivificar a grande região, hoje renascida inclusive no seu potencial econômico agropastoril. Até então, o Vale do Paraíba só fornecia, a quem procurasse, famílias numerosas de antigos lavradores das propriedades cafeeiras desaparecidas e que ali permaneceram fixadas e asfixiadas pela pobreza extrema, mas que reagiam ao torpor mortal da desesperança logo que se lhes apresentava novo horizonte econômico. O grande Monteiro Lobato perpetuou na literatura essa época dolorosa da região e a figura resultante do "Jeca-Tatu" que sintetizou o seu homem rural, deprimido pela desnutrição, pelo abandono e pelas doenças endêmicas.

As famílias que enão dali saíram para outras regiões, levadas por afeiçoadores de braços rurais, eram submetidas, no novo ambiente, a um prévio estágio de recuperação — alimentar e de saúde — para posterior entrada em serviço, já sob outras condições de capacitação física e de melhoria psíquica.

A favor da procriação intensiva na família rural, além da razão sexual, há, também, atuando fortemente ainda, como segunda natureza residual oriunda de passadas épocas

A Agropecuária

agrícolas, o fator tradicional da antiquíssima vantagem de numerosos membros trabalhadores na prole, a fim de esta, considerada apenas a execução braçal vigorante de todos os trabalhos rurais, pudesse produzir mais largamente. Este critério, hoje ultrapassado, foi levado à aducidade pela mecanização motorizada intensiva dos trabalhos rurais. Todavia, seu consequente caráter anti-econômico deficitário ainda subsiste no Brasil por influência da bicentenária lavoura cafeeira que preferia sempre, e continua preferindo, a contratação de grandes famílias, constituídas de numerosas "enxadas" ou braços, que os cafezais, mesmo agora, ainda não dispensam completamente, inclusive pela irremovida fatalidade da colheita manual de suas safras. Também porque as grandes famílias de lavradores pobres, quer exerçam suas atividades como empregados de trabalhos rurais, de parceiros, de arrendatários, ou de "sitiantes" quando atingem a meta de pequenas proprietárias, gozam de auto-suficiência na execução de serviços, independentemente por isso do auxílio de braço assalariado e da correspondente despesa a que estariam sujeitas se dele precisassem.

Um esforço ou procedimento isolado visando apenas a consecução do controle da natalidade na massa, desacompanhado da incrementação econômica nas regiões subdesenvolvidas, além da problematidade da obtenção de resultados positivos satisfatórios, seriam estes, se conseguidos, de índices tão baixos e lentos que desapareceriam diluídos ante a extensão das populações a serem trabalhadas.

As vastas áreas asiáticas, africanas e latino-americanas subdesenvolvidas, de difícil penetração, onde a ignorância e a erandice de suas populações sobrepujam as de qualquer outra por força da inexistência de organização econômica, mesmo incipiente, e de consequente e contínuo fator educacional melhorador, só poderão reagir satisfatoriamente a uma campanha exclusiva pelo controle da natalidade forçadas pela miséria absoluta. O exemplo do que, já vem ocorrendo com resultados positivos, em países não subdesenvolvidos, de pequenas áreas e de baixa densidade populacional, demonstra que a existência de um grau de cultura coletiva satisfatória é indispensável à aceleração da campanha, de suas razões e dos resultados econômico-sociais reflexos.

Diante desse quádruplo aspecto — biológico, econômico, educacional e social como resultante — verifica-se que, em última análise, a campanha pela restrição ou controle da natalidade, para sua execução bem sucedida, precisa e tem que ser planejada conjugadamente com a aplicação contemporânea de medidas e procedimentos paralelos de incentivos econômico-produtores nas regiões escolhidas.

Não cabe discussão, pensamos nós, sobre se a redução da natalidade como medida isolada, se exequível, seria o alvo principal e necessário ao levantamento econômico da humanidade e consequente eliminação do pauperismo agudo hoje existente, ou se a implantação exclusiva de medidas que acarretem o desenvolvimento econômico, se possível, com suas consequências educacionais, seriam as condições básicas necessárias ao controle espontâneo da natalidade, ou através de sua propaganda.

No estágio populacional em que o mundo se encontra aqueles dois conceitos seriam certos ao exequíveis considerados isoladamente.

Todavia, ambos estarão fundamentalmente errados desde que qualquer planejamento que venha a ser elaborado para atacar o problema, que apresenta as duas referidas faces distintas mas interdependentes, não conjugue, a partir do seu início, paralelismo e concomitância de ação indispensável ao seu tratamento econômico e social, principalmente tendo em vista as lentas reações daquele.

Certo é que a melhoria econômica das regiões atualmente subdesenvolvidas, em relação ao presente estágio desse subdesenvolvimento, possibilitaria às suas populações certo grau de educação que, por sua vez, permitiria melhor penetração e frutificação da idéia de controle da natalidade e mesmo a sua prática espontânea. A questão, entretanto, para a consecução dessa melhoria, reside no volume de recursos financeiros a serem investidos nas mesmas. Se à humanidade fosse possível trilhar a senda do pacifismo por força de nova e efetiva política internacional das grandes potências, que promoveriam a auto-eliminação do seu poder letal, então não faltariam os recursos materiais e financeiros necessários que transformariam a face do conturbado e angustiado mundo atual num verdadeiro Paraíso, sem lutas sociais. Isto, todavia, é UTOPIA pura. A Impudente po-

lítica internacional vigente continuará promovendo, como até hoje, sob o signo absoluto do Egoísmo dominante, a redução periódica do potencial humano tanto pela miséria como através dos sangrentos morticínios da guerra, hoje facilitados pelo Poder Nuclear que os ampliará como queira o deus Marte, muito embora aquela redução possa não visar, possivelmente, como resultado aparente direto, objetivo e declarado, a violenta contração demográfica periódica da humanidade.

Os comentários, dissertações, estudos e manifestações opinativas em geral, pró e contra o controle da natalidade, constantes da literatura lançada à publicidade, nem sempre se fixam nos aspectos e condições do meio rural subdesenvolvido.

Entretanto, é necessário, por isso, não ficar olvidado que esse meio rural, das regiões subdesenvolvidas, caracteriza-se pela incidência de numerosos fatores negativos tais como:

- isolamento e abandono do homem ignorante aos seus próprios recursos e aos do meio em que sobrevive, mas que, todavia, poderia melhor mobilizar não fosse a sua incultura;
- precariedade habitacional do rurícola confrontada a sua moradia típica com a do operário urbano, não favorecido;
- desconhecimento tanto do relativo conforto do operário urbano como das suaves condições em que ali se realizam os trabalhos domésticos, hoje facultados pela indústria através dos aparelhos, instrumentos, ferramentas e conjuntos mecânicos operacionais que produzem mas que dificilmente penetram nos meios rurais das áreas subdesenvolvidas, por força da sua incapacidade aquisitiva;
- deficiente ou nula assistência médica, farmacêutica e odontológica, mesmo retribuída, e seus reflexos sobre a saúde regional;
- deficiente ou nula assistência jurídica e de segurança policial do rurícola contra a violência;
- precária ou nula assistência escolar e ausência dos mais comensais recursos culturais e de diversões;
- ausência generalizada de assistência técnica orientadora mínima e melhoradora

das rotineiras falhas de produção agrícola e pecuária de subsistência;

— continuidade de subordinação do rurícola e de sua indefensabilidade à permanente exploração e especulação do comércio intermediário, seu supridor e comprador, fatores máximos de manutenção de sua penúria e desânimo;

— seu distanciamento e consequente isolamento dos centros urbanos não só pela longa duração dos percursos a vencer como pelos maus caminhos, periodicamente impraticáveis;

— fraco ou nulo retorno, às suas áreas, sob a forma de benfeitorias à comunidade, de fração dos impostos pagos ou dos proventos da industrialização de matérias primas agropecuárias que produz, utilizadas e comercializadas nos estabelecimentos urbanos;

— nula tendência do capitalismo de investir na produção rural;

— ação bancária desconhecida nessas áreas;

— fuga crescente de empresários das áreas da produção rural em busca de atividades menos problemáticas e mais lucrativas.

— • —

É em ambiente desse tipo, de difícil penetração, e de mais difícil recepção e aceitação de ideias e procedimentos novos que se preconiza a campanha de controle da natalidade.

Nesta assinalar a irreal convicção unilateral, de sociólogos e economistas ocidentais, de que o agravamento das crises de produção alimentar, até uma situação de subnutrição generalizada e de fome mais intensa resultará, exclusivamente, da falta de combate ao aumento da densidade demográfica.

Esqueceram-se eles ou evitam propositalmente a focalização dos inesgotáveis recursos de aumento da produção mundial agropecuária a serem mobilizados, e de procedimentos outros que facultarão novas fontes de alimentos hoje desconhecidos, além da melhoria dos processos produtores agora existentes. Entre esses fatores de ampliação e melhoradores das condições alimentares mundiais sobressaem:

— A utilização de novas áreas para agricultura e pecuária, ainda não exploradas. Só no Brasil estas áreas devem abranger a área de 400 milhões de hectares de terras em condições de serem trabalhadas.

— Descohera e criação de novos produtos vegetais alimentares, além do melhoramento dos já existentes, através da conquista de novos procedimentos pela ciência agrônoma;

— Melhoria progressiva na produção quantitativa e qualitativa de alimentos cárneos através da zootecnia, da genética, da bromatologia e da agostologia;

— Consecução de maior produtividade de carnes e vegetais pela aplicação de técnica crescentemente aperfeiçoada, resultante da pesquisa e desenvolvimento científico e garonômico;

— Utilização de produtos vegetais aquáticos ainda não explorados;

— Adoção de novos processos e equipamentos de captura na pesca marítima a várias profundidades, assim como na lacustre e fluvial;

— Consecução, pela ciência, de novos produtos alimentares. — O enorme desenvolvimento científico que estamos presenciando, que abrange um incalculável campo de atividades, sempre de ampliação geométrica, deverá proporcionar ao homem, nestas próximas décadas, novos produtos alimentares insuspeitados no momento, de alto valor nutritivo e de baixos custos.

— • —

Entre os nossos estudiosos do problema da natalidade descontrolada e de sua relação agravante do subdesenvolvimento, avulta pela objetividade de seus trabalhos e estudos já divulgados, e segurança dos conceitos emitidos, o Dr. GLYCON DE PAIVA. Assinalou esse estudioso que "O caminho claro de fuga ao subdesenvolvimento é o investimento na agricultura para aumentar a produtividade das fazendas, seguido do investimento na indústria para acomodar paulatinamente a população em êxodo, deslocada pela mecanização e pela tecnologia agrícola". Essa afirmativa é precedida e seguida de várias considerações próprias assim como de outras

autoridades mundiais especializadas. Verifica-se, portanto, destas afirmações que o autor, embora focalizando com ênfase, em seus trabalhos, a questão demográfica por excelência, situou a redução paulatina do subdesenvolvimento na dependência de seu ataque conjunta sob dois ângulos: o do melhoramento econômico das zonas rurais produtoras, e do controle demográfico das regiões subdesenvolvidas. — *facilitado este e possibilitado por um índice de cultura nascente resultante de melhoramento econômico paralelo, repetimos nós, de acordo com a assertiva verdadeira de Marlon Jones citada por GLYCON:...* "o progresso social é um pré-requisito para medidas efetivas de controle populacional". Progresso social é, todavia, resultante de economia em desenvolvimento. Diz Marlon Davis Jones, ainda nas citações de Glycon Paiva, que "uma população rapidamente crescente atrapalha o progresso econômico e social". Não concordamos com o uso do verbo adotado nessa afirmativa nem com sua generalização. Uma população em crescimento rápido só *desequilibra* o progresso econômico e social do ambiente desde que este progresso seja um poderoso indutor repentino desse aumento populacional só possível por efeito imigratório. Como os fenômenos demográficos, mesmo os de decréscimo populacional não estão sujeitos, normalmente, a variações instantâneas, ou rápidas, a não ser por força de fatores anormais, benéficos ou desastrosos, aquele equilíbrio perturbado pela "população rapidamente crescente" é passível de correção por administração capaz e consciente do fenômeno, cuja identificação obriga a atenção especial, dada a lentidão relativa de seu processamento diante dos efeitos de oportunos procedimentos administrativos.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PREVISÕES

Segundo os recenseamentos nacionais realizados até 1960 e a estimativa de 1967, o crescimento da população brasileira vem se comportando conforme os quantitativos abaixo anotados:

A Agropecuária

Ano base

1872 — 10.000.000 habit.			
1890 — 14.334.000 "	+ 43,34%	2,46%	média p/ano
1900 — 17.439.000 "	+ 21,66%	2,16%	" " "
1930 — 30.035.000 "	+ 75,67%	3,78%	" " "
1940 — 41.236.000 "	+ 34,60%	1,73%	" " "
1950 — 51.967.000 "	+ 26,00%	2,60%	" " "
1960 — 70.967.000 "	+ 30,56%	3,65%	" " "
1967 — 87.000.000 (estimativo) "	+ 22,59%	3,22%	" " "
Considerando-se a distribuição do total da população existente no país, nas áreas urbanas e rurais, por ocasião dos recenseamentos de 1940 — 1950 e 1960 os seus quantitativos percentuais foram os seguintes:	1940 — população urbana	— 31%	
	população rural	— 69%	
	1950 — população urbana	— 36%	
	população rural	— 64%	
	1950 — população urbana	— 46%	
	população rural	— 54%	

Numericamente aquela distribuição assim se comportou:

1940 — população urbana	— 12.880.182
população rural	— 28.356.133
1950 — população urbana	— 18.782.891
— aumentou 45,8% sobre 1940	
população rural	— 33.161.506
— aumentou 16,9% sobre 1940	
1960 — população urbana	— 31.990.938
— aumentou 70,3% sobre 1950	
população rural	— 33.161.506
— aumento 17,5% sobre 1950	

Os aumentos percentuais, médios anuais, desses dois grupos de população nos decênios acima considerados foram os seguintes:

De 1940 a 1950 — população urbana	— taxa anual + 4,5%
De 1940 a 1950 — população rural	— taxa anual + 1,6%
De 1950 a 1960 — população urbana	— taxa anual + 7,0%
De 1950 a 1960 — população rural	— taxa anual + 1,7%

Esses números sugerem os comentários seguintes:

Considerando-se que o supra verificado aumento de população rural não se processou devido a fatores migratórios, pois que o ambiente sócio-econômico ali reinante não reduz a natalidade, e constatados os seus baixos índices anuais de aumento (de 1,6% de 1940/50 e de 1,7% de 1950/60), e que a imigração do rural para as áreas urbanas é absolutamente preponderante entre as camadas de adultos solteiros, não se poderia fugir à conclusão de que o elevado índice de aumento demográfico do país pesa principalmente sobre as populações urbanas.

Se tal de fato ocorresse, após verificação confirmadora e estudos de especialistas, o combate à natalidade excessiva seria facilitado, pois que o campo de ação principal da campanha seria a cidade, de fácil acesso e penetração.

Dados referentes a estudos demográficos realizados pela ONU e divulgados pelo "Mensário" da Confederação Nacional da Comércio, n.º 56, de janeiro de 1966, indicam que a população mundial, em 1961, havia atingido 3.283 milhões de seres humanos, prevendo um aumento de 65 milhões por ano. Nestas condições, em 1980, a po-

pulação mundial seria da ordem de 4,3 bilhões. A taxa média anual de crescimento seria de 1,93% no referido período — 1964 — 1980.

As perspectivas de aumento da população brasileira, tendo-se em vista a sua taxa média de crescimento anual verificada no decênio 1950/1960 seriam a de sua quase duplicação no ano 2000.

PRODUÇÃO NACIONAL —

ANÁLISE — CONSIDERAÇÕES E COMENTÁRIOS

Pelo que foi exposto até aqui e, diante da variada literatura esparsa, divulgada através da imprensa diária e da especializada, verificou-se que apenas um aspecto do problema constituido pela carência mundial de alimentos, atual e futura, foi encarado com relevância quase absoluta pelos seus debatedores, sociólogos e economistas — a redução urgente da natalidade — principalmente entre os incapazes pelo subdesenvol-

vimento de produzirem mais e com eficiência. Os capacitados, tanto pelo índice econômico conseguido como pela resultante educação adquirida, já vêm praticando, espontaneamente, aquele controle de natalidade visando a família planejada.

O outro aspecto, que transcende a todos os males — o da urgentíssima ampliação de produção de alimentos —, apesar disso não tem merecido a devida atenção analítica, embora encerre ele imprescindível, indistorsível e intransferível importância capital. Essa importância capital abrange aqui dupla significação, ambas terrivelmente expressivas como significado punitivo: a que lhe confere o caráter básico, fundamental de redução da natalidade, e aquela outra, sinistra porque visível, de eliminadora das vidas condenadas pela desnutrição progressiva endêmica, e pela fome intensa, epidêmica.

É evidente que a obtenção de resultados positivos no que concerne à redução da natalidade nos meios rurais subdesenvolvidos, dependerá, portanto, do aumento das respectivas produções de alimentos, sob índices de produtividade que a tecnologia agrônômica faculte, desde que aplicada.

As massas populacionais das regiões subdesenvolvidas e, por isso mesmo, ignorantes e abandonadas de assistência, já vem trabalhando, contra si, um forte índice de mortalidade total. Entre nós e consideradas apenas as capitais de 13 Estados brasileiros, o seu índice de mortalidade total, em 1966, atingiu a média de 12,6 por cem habitantes, podendo-se, portanto, aquilatar o volume desse índice em relação às populações rurais do país.

Considerada a situação nacional de produção rural sob pequenas flutuações anuais, os discutíveis efeitos da nossa chamada Explosão Demográfica têm sido agravados pelo relativo estacionamento de produção e produtividade agropecuária conseguidas, ou mesmo pela sua retração diante dos índices de crescimento populacional verificados.

Os dados que agora passaremos a consignar em prosseguimento a este trabalho confirmarão o que dissemos linhas atrás;

1.º) PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL das CULTURAS PERMANENTES no Período de 1952 a 1967.

Resultado de estudo comparativo da evolução quantitativa de sua tonelagem total (sem especificação de produtos) quanto a Áreas Cultivadas, Rendimentos por Ha e Produções Obtidas em função da taxa anual de crescimento demográfico médio no mesmo período.

Área Cultivada —

— Taxa percentual, média de crescimento anual constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 1,5%.

A taxa anual média de aumento demográfico (3,8%) superou em 1,3% a taxa anual média de ampliação da Área Cultivada.

Rendimento por Ha —

— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 5,0%

A taxa de Rendimento por Ha superou a de crescimento da população em 1,2% ao ano; Superou também a da área cultivada em 2,5%

Produção Obtida —

— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações verificadas cada ano em relação ao anterior) = + 5,6%

Esta taxa superou a de Aumento Demográfico (3,8%) em 1,8%; em 0,6% a do Rendimento por Ha.; em 4,1% a do aumento da Área Cultivada

Aos aumentos verificados tanto no rendimento por Ha como na produção obtida não é extranha a ampliação das áreas de cultura em novas zonas ou regiões de terras virgens durante o período aqui considerado, de quinze anos. Esta observação é válida também para as culturas temporárias.

2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL das CULTURAS TEMPORÁRIAS no Período de 1952 a 1967

Resultado de estudo comparativo da evolução quantitativa de sua tonelagem total (sem especificação de produtos) quanto a Áreas Cultiva-

das, Rendimentos por Ha. e Produções Obtidas em função da taxa anual de crescimento demográfico médio no mesmo período.

— ● —

— Área Cultivada —

— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 4,1%

Esta percentagem superou em + 0,3% a taxa média de crescimento atual da população.

— Rendimento por Ha. —

— Taxa percentual anual constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 4,1%

A taxa de aumento médio anual da população (3,8%) ultrapassou a de Rendimento por Ha. em 2,8%

Foi ultrapassada em + 3,1% pela de Área Cultivada.

— Produção Total Obtida —

— Taxa percentual, média anual, constatada no período (calculada tendo em vista as variações de cada ano em relação ao anterior) = + 5,2%

Esta superou

Em + 1,4% a de crescimento da população; em + 1,1% a de áreas cultivadas; e em + 4,2% a de Rendimento por Ha.

Tendo em vista o crescimento populacional do país, cuja taxa média anual de aumento, no período considerado, atingiu a 3,8%, o resumo abaixo fixa, em relação a esta como base, as taxas médias anuais da nossa produção agrícola nos 15 anos considerados.

— ● —

Culturas Permanentes

— Área Cultivada = 2,3% abaixo da taxa de aumento demográfico.

— Rendimento por Ha = 1,2% acima da taxa de aumento demográfico.

— Produção total obtida = 1,8% acima da taxa de aumento demográfico.

Culturas Temporárias (Responsáveis absolutas pelo crescimento da maior massa de alimentos no país).

— Área cultivada = 0,3% acima da taxa de aumento demográfico.

— Rendimento por Ha = 2,8% abaixo da taxa de aumento demográfico.

— Produção total obtida = 1,4% acima da taxa de aumento demográfico.

3.º) Como ficou demonstrado, o aumento anual médio da Produção Agrícola das Culturas Temporárias, de 1952 a 1967, atingiu a taxa de 5,1%, e a do Aumento Demográfico anual, no mesmo período, foi de 3,8%, restando, portanto, um saldo percentual a favor da Produção Agrícola de Alimentos de, tão somente, 1,4% por ano.

Considerada a produção agrícola das Culturas Permanentes, também no período de 1952 a 1967, a sua taxa média anual de aumento percentual foi de 5,6%. Diante daquela taxa média anual de crescimento demográfico acima registrada (3,8%) foi conseguido um aumento positivo na Produção de apenas 1,8%.

Resta frisar, todavia, que dos totais brutos da produção global agrícola registrada nos Anuários do IBGE devem ser deduzidas, para melhor julgamento, as médias aproximadas de cerea de 25% constituídos de produtos não alimentares da classe das Culturas Temporárias, assim como 75% correspondentes a produtos do grupo das Culturas Permanentes, integrando esta percentagem não só os grandes produtos de exportação, excedentes do consumo interno, como também os de utilização industrial não alimentar, consumidos no país e exportados.

Diante de mais essas considerações consideradas neste trabalho, rações e da "quebra" de safra sofrida pelos produtos agrícolas alimentares não período entre sua colheita e respectiva entrega ao consumidor — "quebra" esta motivada por vários fatores entre os quais devem ser assinalados o deficiente preparo do produto após colheita; seu "benefício" redutor da tonelagem computada na estatística; o seu precário armazenamento pelo produtor; a ação de gorgulhos, roedores e formigas; a deficiente aparelhagem transportadora rural e os maus caminhos convergentes para os centros municipais de comercialização, providos na generalidade de armazéns deficientes; as perdas nos transportes dos produtos para os grandes centros de consumo e, finalmente, na sua embalagem e distribuição do atacadista ao

A Agropecuária

comércio varejista e dêste ao consumidor — pode-se admitir que a relação das peregrinagens focalizadas linhas atrás deve sofrer sensível redução, agravadora do desequilíbrio já evidenciado anteriormente entre o crescimento populacional verificado e as disponibilidades de alimentos de origem agrícola.

Os comentários acima alinhados têm, como seu respaldo comprovante, demonstrando insuspeitamente a escassez da nossa Produção, o recurso importador, freqüente e regularmente utilizado para sanar as deficiências nacionais de produtos alimentares básicos, resultantes de continuas e comuns

anomalias verificadas nos ciclos das respectivas culturas.

Tornam-se necessários e mesmo indispensáveis esses comentários porque as quotas anuais da produção vegetal por habitante, obtidas segundo os volumes da produção consignada nas estatísticas dos anuários do IBGE, seriam não apenas satisfatórias mas abundantísimas e mesmo grandemente excedentes segundo passaremos a demonstrar, anulando elas, portanto, aos olhos dos observadores menos avisados, a razão de todos os comentários sobre os baixos níveis da nossa produção de alimentos. Essas quotas seriam as seguintes:

- Média anual de aumento vegetativo da população no quinquênio sobre a do ano-base 3,0%
- Aumento da produção (taxa média anual apurada das diferenças de cada ano sobre o anterior) 2,4%
- Taxa excedente de crescimento vegetativo da população sobre a de aumento da produção + 0,6%
- A disponibilidade média, per capita, de 1967 em relação ao ano-base de 1962, baixou de 1,9% (2,0%)
- Quota média diária per capita, no quinquênio 71,2 grammas.

ANO	Produção das culturas	Produção das culturas
	Temporários	Permanentes
	Quota por habitante ano	Quota por habitante ano
1952	1.154 kg	225,0 kg
1953	1.180 "	225,0 "
1954	1.125 "	226,0 "
1955	1.216 "	231,0 "
1956	1.241 "	226,8 "
1957	1.293 "	235,9 "
1958	1.271 "	260,8 "
1959	1.321 "	314,8 "
1960	1.327 "	310,6 "
1961	1.393 "	319,2 "
1962	1.424 "	324,6 "
1963	1.443 "	334,4 "
1964	1.459 "	300,5 "
1965	1.602 "	342,2 "
1966	1.578 "	323,4 "
1967	1.578 "	344,9 "

Sobre a suficiência alimentar dos quantitativos acima assinalados, seriam óbvios quaisquer comentários desde que houvessem existido.

(de todas as espécies domésticas — aves, pequenos, médios e grandes animais), a produção nacional pode ser apreciada através do quadro abaixo que demonstra a sua evolução de 1962 — ano-base analítico — a 1967.

— • —
Quanto a carnes em geral --

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO QUINQUÊNIO 1963-1967

Ano-base de comparação — 1962

ANOS	Carne produzida (em carcaças) (toneladas)	Diferenças de produção de cada ano s/o anterior	Disponibilidades per capita dia da carne produzida
1962 +	1.997.683	—	72,7 grammas
1963	1.990.877	— 0,34%	70,3 "
1964	2.081.318	+ 4,5%	71,4 "
1965	2.165.695	+ 4,0%	72,1 "
1966	2.198.318	+ 1,5%	71,1 "
1967	2.255.983	+ 2,6%	71,3 "

NOTA: + ano-base.

EXPORTAÇÕES DE CARNES NO PERÍODO (Toneladas)

1962 (base)	—	25.088
1963	—	19.586
1964	—	28.214
1965	—	55.630
1966	—	37.372
1967	—	20.017



Medicção preventiva e curativo dos pipocos (ou caroços) dos pintos e aves adultos

à venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o Interior enviamos pelo reembolso postal

zação como também pela sua imperfeição executória devido ao braço utilizado, pouco experiente, indistintamente catado, inclusive entre as populações marginais dos pequenos centros urbanos do nosso interior.

O declínio da produção agro-pastoril do país frente aos índices de crescimento demográfico vegetativo verificado, ou o seu estacionamento, ou, mesmo, na melhor das hipóteses, o seu aumento a uma taxa insuficiente que nos acoberte das carências alimentares tão frequentemente sofridas, verificando o que se constatou na análise estatística procedida, torna-se impossível que se promovam maiores investimentos naquele campo de produção. A própria concentração relativa da indústria de alimentos, nas regiões de maior produção agrária do país e que vem funcionando na base de uma larga ociosidade crescente de sua capacidade, de efeitos ruinosos a curto prazo, justifica a necessidade de uma nova corrente de capitais de origem não agrícola a serem investidos para incremento urgente das atividades rurais produtoras.

Mesmo que os baixos lucros líquidos, poucas vezes auferidos pelos produtores rurais, sejam por estes reinvestidos, sistematicamente, no desenvolvimento quantitativo e tecnológico de suas respectivas explorações, não permitiram esses problemáticos reinvestimentos de baixa renda líquida problemática obtida, elevar substancialmente a massa de produção alimentar a níveis compatíveis com as necessidades crescentes do país. Os custos atuais da tecnologia aplicada ao melhoramento quantitativo e qualitativo da produção rural de alimentos, ou de matéria-prima para industrialização, está acima da capacidade financeira dessa classe de produtores, principalmente dos que se restringem à exploração de áreas médias e pequenas. A aparelhagem tecnológica melhoradora dos índices de produção rural é dispendiosíssima e, por isto, proibitiva a esses produtores. As próprias grandes empresas, que possuem condições financeiras para vastos cometimentos, além de disporem de organização técnica própria, necessitam de eficiente organização não só de ação executiva como de controle contábil, indispensável tanto para identificar e eliminar perdas, como para apurar os reduzidos lucros eventuais de cada ano rural.

ANOS	SALDO DA PRODUÇÃO TOTAL DEDUZIDOS OS QUANTITATIVOS EXPORTADOS	DISPONIBILIDADES PER CAPITA DIA PARA CONSUMO INTERNO
1962	1.972.259	71,7 gramas
1963	1.971.291	69,6 "
1964	2.053.104	70,4 "
1965	2.110.065	70,3 "
1966	2.160.946	69,9 "
1967	2.235.966	70,7 "

— Quota média diária de carne per capita, (deduzida a exportada) no quinquênio 1963 — 1967 70,1 gramas

Considerada a produção exclusiva de carne bovina no período analisado, o seu comportamento foi o seguinte:

PRODUÇÃO EXCLUSIVA DE CARNE BOVINA

1962	—	1.355.958
1963	—	1.360.928 + 0,36
1964	—	1.437.185 + 5,6
1965	—	1.496.829 + 4,1
1966	—	1.452.331 — 3,0
1967	—	1.505.502 + 3,6

— Média anual de aumento no quinquênio — 2,1%

— Aumento vegetativo da população — 3,0%

— Deficit da produção anual em relação à taxa anual de crescimento demográfico

— Quota média diária per capita, de total da carne bovina, no quinquênio 1963 — 1967 — 48,1 gramas

— Quota média diária per capita do saldo da carne bovina produzida, deduzidos os quantitativos exportados durante o quinquênio — 47,2 gramas

PESCADO

A produção nacional do Pescado, inclusive moluscos, crustáceos, mamíferos aquáticos, quelônios, etc., atingiu aos seguintes quantitativos no período de 1964 a 1967:

1964	—	377.008 toneladas
1965	—	422.289 "
1966	—	435.787 "
1967	—	429.422 "

O aumento constatado em 1967 sobre 1964 foi de 13,9%

A média de aumento anual atingiu a 3,4%

Em 1967, pela produção registrada, a quota teórica aritmética de consumo per capita dia, sem dedução do volume exportado, seria de 13 gramas de pescado não eviscerado, que corresponderia, talvez, a 10 gramas úteis, dose esta verdadeiramente farmacêutico-homeopática.

Entretanto, aqueles totais anuais ainda foram reduzidos pelas exportações havidas:

Em 1964 de 1.819 toneladas
em 1965 de 2.438 toneladas
em 1966 de 2.968 toneladas, c.
em 1967 de 2.220 toneladas

SITUAÇÃO NACIONAL

Pelos dados expostos verifica-se que, em matéria de recursos alimentares provenientes da nossa produção, estamos situados num estreito altiplano, de elevação insuficiente ante as necessidades nacionais de área reduzida que poderíamos chamar de vértice ou aresta onde, pela sua exigüidade, o equilíbrio alimentar do país é delicadíssimo frente às taxas nacionais de desenvolvimento demográfico vegetativo e aos frequentes fatores adversos (meteorológicos, pragas e pestes) prejudiciais ao rendimento do esforço de produzir e redutores de quaisquer sobras como margens de segurança abastecedora, indesejavelmente necessárias a qualquer país.

A migração do rural para os centros urbanos visando ocupação menos dura e melhor retribuída, quer na rural quer seja na indústria ou em outras atividades — migração decorrente não só da mecanização agrícola acentuada da liberação de força braçal rural, como também dos resultados tão insatisfatórios do seu antigo esforço diuturno e empobrecedor de produzir sem visão de menos obscuros horizontes, e, por força ainda do chamariz constituído pelo propalado surto de industrialização do país —, vem determinando, pela ausência de um satisfatório aparelhamento material da nossa agropecuária, um encrencamento crescente e alarmante das colheitas não só pelo respectivo custo devido a carência de braços nos momentos intrínsecos de sua reali-

A Agropecuária

A atividade produtora rural não permite largos proventos mesmo às grandes empresas. Ela, além de ser exigente e dispendiosa, depende, tanto quanto as pequenas, de fatores que ainda hoje escapam ao controle do homem, tais como os meteorológicos. Os biológicos — como as pragas, as pestes eventuais — também são de controle difícil, ou mesmo impossível, tais sejam sua intensidade e virulência, além do acontecimento acidental de desastres físicos destruidores, não previstos, tais como incêndios e inundações.

As condições expostas, e os fatores múltiplos relacionados, abrangem, e restringem, a produção rural de todos os países, quer sejam eles desenvolvidos ou não. Dal a humilhante ou depreciativa mas sobretudo depressiva posição sempre solícita da agropecuária mundial como atividade através de seus promotores e empresários.

Diante deste último aspecto doloroso e da ausência de promoções melhoradoras dessa situação tanto dos Governos como das demais classes ou grupos produtores que necessitam de tranquilidade para permanecerem tem-se a impressão, até, de que o equilíbrio sócio-econômico e político do mundo nada tem a ver com aquela atividade básica agropecuária.

Tanto os países desenvolvidos quanto os demais sofrem das contingências restritivas que temos relatado.

Por isso o fenômeno, aparentemente contraditório, de redução numérica das pequenas unidades rurais de produção para sua aglutinação constitutiva de grandes unidades produtoras, econômica, financeira e tecnicamente mais eficientes na função de produzir em melhores condições de custo. Essa evolução para melhor, forçada pela carência alimentar, vem se observando em vários países, principalmente na Alemanha Ocidental, onde a propriedade rural fora sendo crescentemente subdividida no ponto de se tornar prática e economicamente imprópria às práticas agrícolas. Entre seus efeitos figura a liberação do braço pela mecanização intensa. A redução das pequenas propriedades desse país aglutinadas em unidades de áreas maiores sob trabalhos mecanizados já atinge mais de 500 mil unidades, resultando para a nação não só mais braços para as indústrias como uma produção atual agropastoril elevada que já

atendeu a cêrea de 78% das suas necessidades consumidoras, segundo tem sido proclamado na imprensa.

Nos Estados Unidos, apesar de sua produção vir sendo, de há muito subvencionada sob várias modalidades pelo Governo Federal, conforme a política externa do Estado, tem havido, nos últimos anos, forte descontentamento de seus fazendeiros por força tanto da elevação contínua dos custos dos insumos e demais produtos necessários à agropecuária como pela adoção, segundo o clamor geral dos produtores, da política oficial de barateamento dos alimentos aos consumidores.

Os próprios subsídios, sob várias modalidades, ali concedidos pelo Governo Federal à produção, comprovam a insuficiente remuneração ao produtor rural pelo seu trabalho, prejudicado também por fatores contrários incontroláveis.

Já em meados de 1967 generalizou-se uma onda de protestos entre os fazendeiros das planícies centrais americanas, cuja extensa área que abrange 5 Estados da região (Colorado, Nebraska, Kansas, Wisconsin, Iowa) é o celeiro dos Estados Unidos. A sensação dominante era a de que o fazendeiro estava esquecido e subsidiando com seus prejuízos a maioria consumidora.

Mesmo entre os grandes produtores rurais a situação era a de obter, pela venda da produção conseguida, quantia igual ao seu custo contábil, havendo lucrado apenas, no período, "o prazer de morar na Fazenda".

Segundo depoimentos vários, "o débito agrícola está se elevando a um nível perigoso. A renda agrícola não é suficientemente alta para saldar as dívidas e os fazendeiros não poderão continuar, indefinidamente, vivendo de dinheiro emprestado". O aumento do débito agrícola foi observado pelo Banco Federal de Reserva de Chicago em relatório de meados de 1967. Esse Banco, situado no centro do "cinturão" de milho e latifúndios do país, abrangendo Michigan, Illinois, Indiana, Wisconsin e Iowa denunciava, já em 1966, um aumento de 15% de créditos, em débito, para financiamentos de produção rural e compra de maquinaria agrícola. A grita contra os preços de venda abaixo dos custos estendeu-se também à pecuária de corte e leiteira, prevendo-se, entretanto, subsequente reação dos preços por força da retração produtora. Constatou-se que poucos são os jovens que,

na emergência atual, ingressam nas atividades de produção rural, e isto pelas desvantagens que esta vêm apresentando. A média de idade dos criadores rurais é progressivamente mais avançada. Considerava-se, na região do meio oeste, que o aspecto da crise é bem mais sombrio que aquele de após a II Guerra Mundial.

Em meados de 1967, pela insatisfação existente nas áreas rurais produtoras citadas, foi assentada marcha coletiva de tratores rurais sobre Washington para protestar contra a situação, e levada a efeito a greve do leite.

A situação da agricultura europeia não é mais animadora.

A Itália e a França, com programas reformistas, estão atuando no sentido de, pela redução de pastagens, aumentar suas áreas de cultura sob modernos métodos de trabalhos agrícolas mecanizados a fim de, reduzindo os deficits das respectivas produções, atender melhor as necessidades consumidoras crescentes de suas populações.

A evidência mundialmente reconhecida e aceita, tanto nos países ocidentais como nos orientais, da imperativa necessidade da predominância de grandes áreas de cultura nas explorações rurais, exigidas para maior rendimento econômico através da moderna tecnologia aplicada que envolve a mecanização máxima de todos os seus trabalhos e que pode facultar, portanto, menos elevado custo da produção nelas obtida; a evidência, também, dos males inversos do minifúndio hoje constatados, nos leva a esperar uma reforma agrária nacional encaminhada por sendas mais convenientes à economia do país, graças à clarevidência dos homens que a orientam e dirigem.

Nos Estados Unidos, nos últimos 5 anos, desapareceram 5.600.000 propriedades de pequeno porte que, aglutinadas, permitiram a organização de unidades agrárias mais extensas, e por isso, de valor econômico mais elevado. Essa evolução assinalada pela revista "Fortune" em 1958 não parece que haja influido nos conceitos atuais da reforma agrária brasileira.

Pelo que já sabemos através de publicações especializadas, de escassa literatura e do nosso noticiário econômico, não nos parece sempre atento ao que ocorre de importante na esfera agropecuária mundial, não poderíamos deixar de transcrever, pela sua clareza e oportunidade, da seção — Opinião — da revista

especializada "Coopercola" de maio último, trechos da seguinte matéria ali divulgada e comentada:

"SICCO L. MANSCHOLT, duas vezes Ministro da Agricultura da Holanda e que exerce desde 1958 o cargo de vice-presidente da Comissão Executiva do Mercado Comum Europeu (MCE), está empenhado em prol da revolução da agricultura europeia. Afirma êle que se essa revolução não se processar dentro dos próximos doze anos haverá dramática defasagem de desenvolvimento entre os setores rural e industrial.

O chamado Plano Mansholt, divulgado em dezembro de 1968, parte do princípio de que nos seis países-membros do MCE a política agrícola se torna cada vez mais dispendiosa. As seis nações gastarão em 1969, 11 bilhões de francos para melhorar as estruturas e mais 11 bilhões para sustentar os mercados sob a forma de subvenções.

No entanto, a despeito desses 22 bilhões de francos, "nunca a agricultura europeia esteve em piores condições". Nos últimos anos verificaram-se diversos sinais de profunda inquietação e até mesmo agitações de camponeses em vários países da Europa.

Mansholt aponta a causa dessa triste situação: "A renda dos agricultores continua sendo 30% inferior à dos outros grupos profissionais comparáveis".

Prosseguindo, diz o vice-presidente da Comissão Executiva do MCE que no plano da indústria os salários tendem a ser duplicados ao decorrer dos próximos quinze anos. Conseqüentemente para manter a paridade dos agricultores com os operários será preciso que a renda agrícola triplique nesses 15 anos.

Mansholt acha que somente existem dois caminhos para se conseguir tal aumento da produtividade agrícola:

Metade dos 10 milhões de agricultores europeus deverá abandonar a terra nos próximos doze anos, quer deslocando-se para outros setores quer mediante aposentadoria garantida pelo Estado.

Os que permanecerem no campo deverão ampliar e desenvolver as atividades a que se dedicam, seguindo os moldes dos métodos industriais.

O dirigente do MCE observa que atualmente a mecanização intensiva dos campos, realizada com ajuda de subvenções governamentais, alcança resultados desastrosos em vista da extrema dimensão das áreas exploradas.

Para levar avante os projetos abrangidos nos dois itens anteriores será necessário que durante dez anos os países sacrifiquem até 6% de seus orçamentos nacionais em benefício da agricultura.

Após essas despesas iniciais, segundo Mansholt, será reconstruído o equilíbrio, garantindo-se ao mesmo tempo vida decente aos camponeses. Resultaria daí nova harmonia entre as cidades e os campos.

Mas o que nos impressiona sobremaneira (diz o comentarista) é que também na Europa dos Seis — o MCE com alto índice de desenvolvimento econômico — existe o grave problema do empobrecimento da agricultura, por causa de sua baixa rentabilidade. Os governos são obrigados a subvencionar produtos da terra para que a agricultura sobreviva".

Feita esta rápida digressão apreciativa sobre as condições econômicas agropastoris das principais nações ocidentais consideradas desenvolvidas, desnecessários seriam por supérfluos quaisquer exames e comentários adicionais que assinalassem o estado daquelas mesmas atividades nos países não desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, ambos, geralmente, também, sob taxas elevadas de aumento vegetativo das respectivas populações. Essa situação, dilutamente divulgada pelo noticiário escrito e falado, assim como pela literatura especializada, é de pleno conhecimento tanto no que se refere à situação produtora nacional agropastoril que os afeta, como seus graves aspectos gerais ou particularizados.

O PROBLEMA FINANCEIRO DA PRODUÇÃO

Além do aumento vegetativo das populações, o grave problema que vem afetando a produção agropecuária mundial, principalmente a partir da segunda década deste século, dificultando e impedindo crescentemente mesmo, a partir dessa época, a alimentação satisfatória de grandes grupos populacionais do planeta é o constituído, em última análise, pelo custo elevadíssimo de aplicação da tecnologia moderna à produção agropastoril para obtenção de rendimentos elevados de produção. Frente aos baixos lucros auferidos pelos produtores rurais, em todas as épocas conhecidas e em todos os países, decorrente dos preços insatisfatórios os seus esforços de produzir alimentos; diante da impossibilidade vigorante ainda hoje, de resistir às baixas ofertas pela ausência de infra-estrutura

própria que lhes faculte essa resistência e, antigamente pelo poder da força extorsiva dos senhores e magnatas urbanos, seus substitutos, temos tido e presenciado até hoje a permanente pobreza do meio rural, que atinge as raias da miséria em certas regiões não só brasileiras como de numerosos outros países.

O crédito financeiro, como discutível auxílio valioso à produção rural, em sua generalidade, aqui e lá fora, tem funcionado apenas como o necessário entorpecente destinado a, embalando o produtor, prejudicá-lo o discernimento claro, conservando-o assim na gleba, pelo máximo tempo possível, para a consecução de sua produção indispensável à coletividade. A própria segurança jurídica de sua condição de proprietário da unidade rural desaparece frente aos ônus dos financiamentos creditícios recebidos, de restituições problemáticas. Esta situação final, que provoca o máximo apêgo do produtor à sua condição combatida de proprietário, assegura perpetuidade de sua permanência, no dito da produção rural, muito embora sempre sacrificando, à espera, entretanto da ilusória safra salvadora do ano seguinte, sempre transferida.

Este quadro, que muitos acharam exagerado, não é apenas o real e específico retrato do que se passa nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Ele o é também dos produtores rurais dos grandes países desenvolvidos.

O regime escravocrata, tanto nas suas diversas modalidades antigas e medievais como nas modernas, foi a única condição capaz de permitir fortunas tanto aos senhores como aos proprietários rurais da época, que acumulavam também a condição de criadores de cativos, crioulos produzidos pelos importadores, fator este de valor não só específico como de maior e crescente produtividade rural. Essa fase passou, restando delas, hoje, apenas as fortunas remanescentes ainda sólidas porque aplicadas em outras atividades.

Presentemente, só as empresas rurais de esvargadura, possuidoras de sólidos recursos, conseguem estabilidade rentável graças às possibilidades financeiras que têm de aplicações da tecnologia moderna. Todavia, ainda assim, o custo desta, pela sua altitude em relação aos valores dos produtos que proporciona, reduz a algumas unidades apenas os lucros percentuais líquidos dessas explorações, que não atingem a classe das dezenas.

A Agropecuária

As possibilidades financeiras dos lucros agrícolas são tão pouco freqüentes e estes tão baixos que o seu reinvestimento mesmo que sistemático, na exploração das propriedades médias e pequenas e nas grandes sem sólido respaldo financeiro, não permitiria a adoção e utilização plena da técnica agrônômica e da mecanização agrícola atual, fatores esses em evolução constante.

Nos próprios Estados Unidos há poucos anos atrás (2 ou 3), os investimentos só para equipamento de uma propriedade de 250 ha exigiam cerca de 200 mil cruzelos novos na nossa moeda. Por isso, as subvenções oficiais, sob várias modalidades, concedidas aos produtores rurais dos vários países, inclusive dos superdesenvolvidos.

No Brasil, onde a população rural corresponde ainda a cerca de 54% da total, a sua percentagem de crescimento médio anual no decênio de 1950/60 sobre o de 1940/50 foi de 1,7% enquanto que, nos mesmos períodos comparados, o da população urbana foi de 7%. Estas enormes diferenças percentuais de crescimento, muito mais acentuadas nos países superdesenvolvidos é que vêm forçando as subvenções concedidas pelos governos aos produtos alimentares destinados às populações urbanas, produtos esses de custos crescentemente mais elevados pois que se avolumam, exclusivamente, pela ação de uma técnica aplicada dispendiosíssima, tanto em função dos novos insumos preconizados como de toda a aparelhagem indispensável. Diante desses fatos, pois que podem ser constatados por quem quer que seja e a qualquer momento, aqui, ali, lá ou acolá, a rentabilidade financeira da agropecuária é de baixos índices como já assinalamos, não ultrapassando, infelizmente, os fracos limites de apenas algumas mínguas unidades percentuais. Isto, entretanto, nos anos de condições satisfatórias. E todos nós, lavradores, agrônomos e economistas, sabemos que estes são de ocorrência moderadíssima.

Em 1947, ORVILLE L. FREEMAN, então Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, num seu trabalho publicado sob o título "O Mundo no Ano 2000" teceu uma série de comentários valiosos pelas verdades que encerravam e que continuam mais válidas hoje, tanto em relação ao que de madífico atingirá o mundo superpovoado, desprotegido das medidas acauteladoras que delineou, como aos resultados benéficos destas, desde que aplicadas,

Após considerações e conclusões terrificantes disse ele que "se nada for feito para modificar as atuais tendências" (pelo aumento da produção e desaceleração do crescimento da população) "o panorama do ano 2000 será, na verdade aterrorador. Se nada for feito, repleto, poderemos esperar então, o seguinte, no ano 2000: — Um mundo onde as nações desenvolvidas sacrificariam a compaixão ao altar da sobrevivência — alimentando somente a si próprios enquanto se encolheriam por trás das fronteiras das armas e das tarifas".

Se essas previsões, alinhadas para dar maior ênfase ao que deve ser praticado para evitá-las, e que o articulista assinala no seu trabalho, se consubstanciarem em fatos, não acreditamos que o encolhimento dessas grandes nações, protegidas pela fronteira tarifária e de suas armas, permaneçam incógnitas ao vendaval social que varrerá o mundo e cujos primelros sopros já se têm feito sentir.

Não sendo elas auto-suficientes e necessitando, portanto, do comércio internacional, serlam atingidas por desastres econômicos e movimentos sociais internos inevitáveis.

Depois de prever a solução da equação população-alimento e de delinear como consequência, as futuras melhores condições mundiais a serem conseguidas até o ano 2000, diz Freeman, em prosseguimento e entre outras coisas que, entretanto, para isso

"serão necessários recursos. Serão necessários meios de organizar recursos e aplicar conhecimentos. Será necessária uma compreensão ampla de urgência do problema. Serão necessárias habilidade e determinação".

"Porém os esforços para vencer a guerra contra a FOME não podem ser limitadas a governos somente". Diz ele ainda e prossegue:

"Isto é verdadeiro porque existe, afinal, a questão prática do dinheiro. O capital de investimento provém em sua maior parte, não do Governo, mas da iniciativa privada.

Assim também a iniciativa privada é o mais eficiente mobilizador e administrador de tecnologias e recursos".

Sugere ele, também, às nações em desenvolvimento, "políticas de preços mais verossímeis, para encorajar os seus agricultores a utilizarem os recursos necessários".

Seria absurdo discordar-se dos pontos de vista fundamentais delineados no trabalho que comentamos.

O grande problema, entretanto, é aquele da necessidade de grandes investimentos para acelerar a produtividade agropastoril e ampliar ao máximo o volume da produção em tempo oportuno.

Que é uma responsabilidade fundamental da iniciativa privada não há dúvidas. Que aos Governos compete promover medidas que encorajem a produção, também não há dúvida.

Todavia, como encorajar a iniciativa privada a maiores investimentos numa atividade produtora que proporciona normalmente baixos lucros e isso mesmo nos anos de ocorrências satisfatórias? Esperar-se que o produtor agrícola profissional, como classe, que não pode ou não pôde ainda fugir à sua condição, consigne maiores índices de produção até a consecução do equilíbrio entre volume produzido e a massa consumidora, apenas com o reinvestimentos dos seus problemáticos e poucos lucros anuais, não é apenas utopia, é simplesmente ignorância crassa, pura e simples, do que se passa nos mundos da produção agropastoril, do comércio de seus produtos, dos financiamentos bancários a essa atividade e do peso-custo da atual tecnologia a ela aplicada, inclusive da mecanização generalizada de seus trabalhos. Isto significa a ineficácia da técnica agrônômica atual e da correspondente tecnologia aplicada, diante dos baixos investimentos hoje aplicados na agropecuária e da impossibilidade de sua majoração aos altos níveis que ela exige.

Além das causas indiretas dos baixos lucros da atividade rural, além daquele fator político-oficial de compressão unilateral exercido sobre esta, há as diretas tais como

as meteorológicas —

- chuvas excessivas, prematuras ou atrasadas;
- enchentes;
- secas prolongadas e extemporâneas;
- calores intensos, prolongados e fora de tempo;
- frios excessivos, prematuros e atrasados;
- vendavais — úmidos, secos, quentes ou frios.

as biológicas

- pestes e pragas em geral, endêmicas e epidêmicas;
- ocorrências parasitárias na produção;

— ocorrências biológicas perniciosas no solo.

as acidentais

— inundações;
— fogos.

as de deficiências estrutural

— ausência de infra-estrutura própria ou coletiva comercializadora de seus produtos;

as econômicas e sociais

— ação conseqüente de intermediários comerciais na colheita fácil de máximos lucros;
— dificuldades de arremuneração para defesa comum.

Diante de tais aspectos, haveria possibilidade de investimentos relativamente elevados facultados pelas rédes bancárias, nacional e internacional especializadas, a baixos juros e a largos prazos, a fim de proporcionar um desenvolvimento rápido da produção de alimentos? Não cremos nessa hipótese. O que então deveria ser praticado? Como agir?

Diante dessa contingência interrogativa passaremos a delinear a conceituação da única forma, segundo nos parece, de atacar o grave problema.

A dinamização da atual produção agropecuária para que se efectue na necessária intensidade e no tempo desejado, só poderá ser conseguida mediante uma canalização acentuada de investimentos novos, de capitais oriundos de outras fontes de atividade. Este procedimento investidor terá que ser adotado como política nacional e internacional.

A inobservância dessa política provocará o crescente aumento da efervescência social de hoje que se elevará aos máis altos e explosivos níveis à medida que nos avizinhemos do novo século, impondo essa evolução periculosa, para a automanutenção das entidades estatais hoje e então existentes, a aplicação de medidas corretivas violentas — contra a vasta população mundial que se debate, luta e protesta diante da fome e desnutrição em elevação de intensidade.

Essa necessária corrente de novos investimentos nas atividades agropecuárias, de capitais oriundos de outras fontes, deverá resultar do pleno conhecimento de seus possíveis investidores do precário negócio em que estarão entrando, dada a baixíssima rentabilidade do mesmo.

Não só os fatores já citados e determinantes das exigüas rendas da atividade, como a

feição político-social que os governos a ela emprestam e atribuem através de compressões unilaterais, reduzem as perspectivas de quaisquer margens de lucros que não sejam as previstas aqui, isto porque o preço dessa produção para consumo não pode ultrapassar o nível médio da capacidade financeira do grande consumidor que é a massa da população.

Esse nível de capacidade financeiro-aquisitiva é estabelecido e bitolado tanto pela estatuída política salarial dos governos, como pela de lucros convenientes adotada pelos Chefes dos grandes órgãos empresariais empregadores, tanto nacionais como externos.

Pelo visto, e em última análise, o produtor agropecuário e a massa consumidora são os polos únicos que sofrem as injunções criadas pela conveniência tanto do princípio da tranquila consecução de lucros empresariais convenientes, como dos órgãos oficiais na tentativa de condicionarem o preço da produção à capacidade aquisitiva do salário da massa que lhe próprio estabelece. Isto tudo a despeito das tentativas de ação corretora de órgãos classistas sindicais.

— • —

Consideradas as atividades produtoras gerais e fundamentais do mundo moderno, podem elas ser agrupadas em seis grandes conjuntos básicos, cuja classificação, por força de sua importância e interferência atuante na estrutura do mundo atual, por qualificação prioritária de interdependência decrescente, seria a seguinte:

- 1.º — Atividades Bancárias
- 2.º — Transportadoras
- 3.º — Mineiras
- 4.º — Industriais
- 5.º — Comerciais
- 6.º — Agropecuárias

Verifica-se, de início, que este último conjunto, o das atividades produtoras agropecuárias, embora sendo o fundamental, do qual todos os demais dependem por força direta e incoercível das exigências fisiológicas do homem, tem sido, todavia, relegado a planos inferiores de atenção. Só hoje, com surpresa quase geral, está começando a ser focalizado pela sua magnitude inquietante quanto ao momento e ao que este significa para a estabilidade social da humanidade, dependente da extinção da fome no planeta. Não foi atingida ainda, em profundidade, pela maioria das classes sociais, inclusive as consideradas cultas, a gravidade de sua importância quanto ao estado atual de seu deficientíssimo desenvolvimento produtor.

Considerados os cinco primeiros grupos das atividades relacionadas, verifica-se a elevação do seu nível de desenvolvimento comparada ao do 6.º, o agropecuário, mormente se levada em conta a responsabilidade deste ante o crescimento da massa consumidora mundial.

Esse desenvolvimento, daqueles cinco grupos, que poderíamos chamar de hipertrópico em relação ao que vem se passando no agropecuário, decorre de reinvestimentos sucessivos e elevados dos lucros que lhes facultam e que fogem a qualquer possibilidade comparativa com os proporcionados pela agropecuária. Essa comparação seria desnecessária porque, como toda a evidência, ela aflora dos fatos, e estes, no caso, são representados tanto pelos balanços anuais tornados públicos, como pela capitalização dos lucros nestes anotados depois de hábeis processamentos contábeis especializados.

Entretanto convém assinalar que aqueles grupos têm:

- 1.º — reatibilidade contínua e não apenas anual como ocorre na agropecuária;
- 2.º — reinvestimentos maciços à medida das respectivas conveniências;
- 3.º — não atingidos diretamente por fatores meteorológicos contrários, pragas e pestes, por inundações e fogos — aquelas raríssimas nessas atividades e estas defensáveis pelos Seguros, inclusive aquelas (inundações);
- 4.º — rendas médias anuais elevadas.

Quando afirmamos a necessidade urgente de altos investimentos novos na agropecuária, de capitais oriundos de outras fontes, estes só poderiam provir dos cinco grupos relacionados.

A esta afirmativa somos levados ainda porque os referidos grupos são também os grandes beneficiários dos créditos e financiamentos concedidos à agropecuária e que a eles convergem através das aquisições promovidas por esta que arrem com todos os ônus e responsabilidades das operações creditícias que realiza.

Diante desta única saída possível para solução do grave problema pendente, de aumento rápido da produção de alimentos, nacional e mundial surgirão, fatalmente, justificativas ao abstencionismo de lançamentos de capitais daqueles grupos a uma outra atividade estranha; e críticas à sugges-

A Agropecuária

tão de se indicar um campo de atividades produtoras de baixos lucros e capitais a serem deslocados das áreas de atividade proporcionadoras de altas taxas de lucros.

Dirlamos apenas, contestando aquelas pretensas justificativas, que os investimentos de capitais resultantes de outras atividades não obrigaria a que os investimentos passassem também a exercer diretamente a função produtora agropecuária. Eles seriam meros investidores nas empresas já existentes, ou nas que venham a se formar.

As críticas condenatórias da sugestão de se indicar um campo de baixos rendimentos para capitais oriundos de atividades altamente apresentadoras, diriamos tão-somente que não foi uma sugestão apresentada, mas sim uma única saída, e contingencial, para que aqueles cinco grupos e seus respectivos beneficiários possam sobreexistir com a relativa tranqüilidade de que ainda gozam, embora com sobressaltos frequentes mas até agora passageiros, num mundo futuro plenamente abastecido de alimentos ao ser atingido o equilíbrio entre a produção destes e as necessidades consumidoras.

Essa será a única saída e contingencial, repetimos. Poderíamos esperar algo de definitivo do crédito bancário, proveniente da rede geral existente, ou dos bancos internacionais especiais na ação produtora privada através de financiamentos individuais, ou de cooperativas de crédito, ou de poderosa organização cooperativista dos produtores pelo tempo que exige para sua implantação, ou, finalmente, de isolados investidores espontâneos de capitais próprios? As modalidades relembradas, diante de suas condições e vícios já comprovados como ineficazes até agora na ampliação produtora rural, não devem mais ser submetidos a novos testes de eficiência, pois não há mais tempo a ser perdido com isso.

Da inteligência, do espírito prática analítico, da compreensão e vontade de sobreexistir dos dirigentes das empresas constitutivas daqueles cinco grandes grupos das atividades mundiais, de seu espírito público e de legítima defesa em última análise, dependerá exclusivamente, a nosso ver, a sua participação investidora espontânea no processo da produção agropecuária. Essa participação deverá ser considerada como um investimento de consolidação das atividades daqueles próprios grupos e da conti-

nuidade de sua existência regular como única resultante lucrativa, além das decorrentes do melhoramento aquisitivo das classes rurais como reflexo de sua melhoria econômico-social.

Não havendo aquela compreensão, nem o espírito de cooperação no esforço de solucionar o grande problema básico desta época, o da FOME conjugado ao da NATALIDADE ELEVADA, aqueles cinco grandes grupos citados, de atividades mundiais, não ficarão incólumes aos impactos resultantes de fatais estremitamentos e agitações sociais, que fatalmente se encaaminharão, em fase final, para o estuário insurrecional e revolucionário.

Aos governos nacionais do mundo democrático ocidental não seriam possíveis não só a instituição de medidas coordenativas visando a cooperação forçada daqueles grupos no processo resolutivo do problema, como também a sua participação direta na produção de alimento que é visceralmente de ordem especializada, fora de seus diversos campos de ação.

Todavia, através de legislação adequada, a exemplo de medidas já aqui adotadas, como a da concessão e encaminhamento de incentivos fiscais para o desenvolvimento de determinadas áreas, poderão ser desenvolvidas e produzir grandes efeitos, como providências oficiais complementares, desde que haja compreensão suficiente dos órgãos oficiais não só de canalizar esses recursos às áreas rurais possuidoras de infra-estrutura e de capacitação técnica capazes de reagir eficiente e rapidamente aos investimentos daqueles novos recursos, além da correção necessária às atuais correntes das mesmas, já estabelecidas e dirigidas para regiões ou zonas de fraca repercussão produtora pela ausência de infra-estrutura indispensável.

Tôdas as razões regionalistas que possam dificultar a ação oficial complementadora aqui preconizada não devem prevalecer em hipótese alguma. O imperativo é o combate à fome com a máxima eficiência, e a consecução menos demorada de maior produtividade. Sempre defendemos, para melhor garantia futura de desenvolvimento, para mais breve utilização satisfatória de regiões atrasadas, porém de valor produtivo em potencial, a mobilização econômica preferencial daquelas que estão melhor aparelhadas não só de infra-estrutura como de capacidade técnica.

A nossa reforma agrária, ainda em ser, poderia, também,

cooperar no assunto mais rápido da produção rural, através de medidas instituidoras de novos órgãos agrários de produção, em escala de grandes unidades empresariais, cuja capacitação financeira, dada a sua condição de empresa, seria menos falível.

— • —

As medidas sugeridas resultarão na melhoria das atuais condições econômicas do meio rural e na possibilidade de difusão educacional no ambiente. Esta difusão por sua vez, permitirá, nas massas rurais, melhor compreensão e receptividade da campanha para redução espontânea da procriação.

A restrição da natalidade intensiva seria necessária até conseguir-se equilíbrio populacional ante os fatores econômicos de melhor e maior produção.

Deste ponto, tais sejam as perspectivas de maior produtividade por melhor técnica, a restrição da natalidade seria pautada pelos índices da ampliação produtora por força dessa melhor técnica então existente. Attingido este ponto, não acreditariamos que pudesse haver regressão aos anteriores índices elevados de natalidade, principalmente pela força egoística do fator comodismo, como já dissemos. Permaneceria o controle espontâneo visando principalmente a família planejada.

A LAVOURA

A

REVISTA

AGRÍCOLA

MAIS ANTIGA

EM CIRCULAÇÃO

NO BRASIL

A LAVOURA

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS E DE SUAS ÁREAS

Dados dos Censos realizados em 1940 — 1950 e 1960

Populações — 41.236.315 em 1940 — 51.944.317 em 1950 e 70.967.185 em 1960

Taxas médias anuais de crescimento sobre 1940 — 2,50% e 3,66% respectivamente nos decênios de 1940/50 e 1950/60

Censo de 1940	— Número de propriedades	—	1.904.589
	— Área total em Ha	—	197.720.247
Censo de 1950	— Número de propriedades	—	2.064.642
	— Aumento sobre 1940	—	8,3%
	— Aumento anual	—	0,83%
	— Taxa de aumento anual da população	—	2,59%
Censo de 1960	— Número de propriedades	—	3.349.484
	— Aumento sobre 1950	—	62,2%
	— Aumento anual	—	6,22%
	— Taxa de aumento anual da população	—	3,66%
1950	— Área total em Ha	—	232.211.106
	— Aumento sobre 1940	—	17,4%
	— Aumento anual	—	1,74%
	— Taxa de aumento anual da população	—	2,59%
1960	— Área total em Ha	—	265.480.800
	— Aumento sobre 1950	—	14,3%
	— Aumento anual	—	1,43%
	— Taxa de aumento anual da produção	—	3,66%

Dos dados supra verifica-se que o aumento do número de propriedades não admite conclusões otimistas, possibilitando apenas inferir-se decadência em 1950 sobre 1940 dado que sobre um aumento anual no decênio decorrido, de 0,83% a taxa anual de aumento populacional foi de 2,59%.

Em 1960 sobre 1950 o aumento das propriedades foi de 6,22% por ano contra 3,66% de população no mesmo período.

Em 1950 ela atingiu a	103,7 Ha.
Todavia, em 1960 ficou reduzida a	112,4 Ha.
	79,2 Ha.

o que significa que o aumento de propriedades foi conseqüência da redução de suas áreas médias.

Diante desses números expressivos não há necessidade de comentários.

Em 1967 o número de propriedades a mais sobre as existentes em 1960 foi apenas de ... 42.573 unidades, correspondendo esse insignificante aumento a 1,2% em sete anos, ou de ... 0,17% anual.

Essa taxa representa, praticamente, num país das condições territoriais do Brasil, uma franca paralisação do crescimento da área explorada.

A área, entretanto, apresenta um aumento de 19,1% nesse período de 7 anos correspondendo a 2,7% por ano, taxa, ainda assim, inferior ao do crescimento populacional.

A área total dessas propriedades em 1950 sobre 1940 aumentou anualmente apenas ... 1,74% para 2,59% de população. Em 1960 sobre 1950 esse aumento foi apenas de 1,43% para 3,66% da população. Além desse desequilíbrio entre aumento de área das propriedades e da população, constata-se que o aumento do número de propriedades resultou principalmente de subdivisão das já existentes.

Em 1940 a área média das propriedades existentes foi

Em 1950 ela atingiu a	103,7 Ha.
Todavia, em 1960 ficou reduzida a	112,4 Ha.
	79,2 Ha.

Esse aumento de área (50.709.717 Ha) em função do referente ao número de propriedades (42.573) permitiu a estas uma área unitária de 1.191 Ha, contrastando, evidentemente, não só com as áreas médias verificadas de 1940 a 1960 como com a de 1960 n 1967 cuja área atingiu apenas a 94,3 Ha.

Esse contraste deve decorrer talvez, como efeito, da aplicação de incentivos fiscais nas áreas da SUDAM e SUDENE, principalmente naquela.

Não se discute mais sobre a necessidade imperiosa de aumento da produção agropecuária como imposição de ordem mundial. No Brasil esse aumento é presente não só para satisfação ampla das necessidades alimentares internas, como para exportação a países de

produção deficitária, exportação essa já industrializada para o consumo direto dos importadores. Para tanto, duas condições são necessárias ao país além daquela, primordial, de novos investimentos na atividade agropecuária:

- 1.º — Melhoria no tratamento do produto colhido — Atribuição executoria do produtor, assistido pelo Estado através de literatura e de ação direta de seus prepostos técnicos;
- 2.º — Consecução de boas e ótimas condições de escoamento da produção dos meios rurais para os centros de armazenamento, industrialização, comercialização e exportação. Este item é de responsabilidade do Estado, que trata de criar e aperfeiçoar a infra-estrutura necessária a qualquer produção, abrangendo rede de estradas, empresas transportadoras, estabelecimentos armazenadores, inclusive frigoríficos. No que se refere a empresas transportadoras e estabelecimentos armazenadores, o Estado, no nosso atual meio econômico, ainda tem obrigação de ser o realizador até que o volume da produção, ao atingir determinado nível, provoque a iniciativa privada, que, de então, substituirá o Estado, atráido pela consecução de lucros facultados pela grande massa da produção em trânsito.

O fator de importância básica, além do financeiro, investidor, indispensável ao desenvolvimento da nossa produção rural é o da técnica aplicada que abrange a necessidade de um conjunto de profissionais constituído de agrônomos, veterinários e zootecnistas, técnicos e mestres agrícolas.

Os atuais recursos nacionais disponíveis desses elementos profissionais de alta necessidade têm sido considerados quantitativamente deficientes.

Essa consideração, a nosso ver, não se estriba em fundamentos razoáveis pelos seguintes motivos:

- 1.º — deficiente procura dos técnicos supra-relacionados motivada pelo baixo desenvolvimento, sobretudo empresarial da agropecuária do país;

A Agropecuária

2.º — em consequência desse fator o seu desvio para o grande e quase exclusivo empregador limitado que é o Estado, resultando daí desestímulo e o encurtamento forçado dos profissionais sobrando, alguns para restritas atividades colaterais ou da produção, e outros para funções completamente estranhas à economia agropecuária.

3.º — maus vencimentos pagos pelo Estado.

Apesar do exposto, em 1968, registrados na então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, hoje Diretoria do Ensino Agrícola, dispunha o país de

10.745 — Engenheiros Agrônomos

3.288 — Médicos Veterinários

9.187 — Técnicos e Mestres Agrícolas

Em 1965 a situação do Ensino Agrônomo e Veterinário apresentava o seguinte quadro no país:

N.º de vagas	1.289	605
Candidatos	3.587	1.241
Aprovados	1.230	479
Total de matrículas nos Estados	4.397	1.740

Ainda mais. Em 1966 o total de nossos agrônomos e veterinários registrados foi de 899 profissionais. Em 1967 elevou-se este a 1.071, equivalente a mais 19% sobre o ano anterior.

Do exposto verifica-se que o quantitativo de técnicos de nível superior necessários à produção agropecuária do país já é satisfatório e auspiciosa a sua evolução de aumento. Pode-se admitir, sem sombra de exagero, que esse corpo de técnicos será ampliado, nos próximos anos, de 2 a 2.500 novos profissionais por período.

Quanto aos técnicos de nível médio, práticos rurais, capatazes e feitores, além de mecânicos rurais e mestres tratoristas, sobre os quais repousa a execução dos serviços de campo, a sua formação constitui tarefa importante, porém relativamente fácil, cuja intensificação resultará da maior procura desse tipo especializado de pessoal. Esta é, atualmente, a situação nacional atinente à possibilidade de maior produção do país sob os melhores processos tecnológicos, planejados, adotados e controlados por técnicos profissionais superiores.

Procuramos até agora transmitir, através de nossa exposi-

ção de fatos e dos nossos pontos de vista e convicções, o quadro mais nítido possível da situação por que passa o mundo atual, em marcha batida para mais obscuros e trágicos destinos, sob as vistas inelutavelmente otimistas de alguns, a indiferença quase que generalizada de personalidades e camadas melhor situadas, e sob a incredulidade de uma maioria que, não devendo ser confundida com a grande massa (elemento passivo e sofredor dos desacertos, desajustes e de todos os males decorrentes da atuação de estadistas e governos vários, insatisfatórios), não possui, todavia, fácil tempo disponível nem condições mentais na altura de apreciação analítica dos acontecimentos cotidianos noticiados, ou dos comentários que suscitam. A adoção da velha máxima que a elas agradaria como único elemento de convicção — ver para crer — só lhes permitirá ver, em futuro próximo, o velho mundo social combatido, sob contorsões revolucionárias destruidoras de sua estrutura em desmoronamento, se novo sentido de ação reformista não

Agrônomo	Veterinário
1.289	605
3.587	1.241
1.230	479
4.397	1.740

venha a ser adotado desde já, e com a máxima urgência.

A objetividade e crescente produtividade mundial de alimentos deverá ser conseguida, sem qualquer tipo de subsídio oficial, através dos investimentos de capitais oriundos de outras fontes, pelos seus novos acionistas e associados, os componentes dos grandes grupos das atividades mundiais já enunciadas — Bancário, Transportador, Mineiro, Industrial e Comercial.

Para consecução deste resultado é indispensável acentuar-se que os imperativos investimentos de capitais desses cinco grupos nas atividades agropecuárias (imperativos para que eles próprios possam subsistir) não devem ficar circunscritos, no mundo ocidental, à fronteira política ou geográfica de países. Eles devem estender-se a regiões ou zonas ecológicas mais apropriadas e melhor aparelhadas para mais pronta resposta produtiva desejada que os prazos fatais previstos exigem. Segundo disse RALPH PHILLIPS, um dos diretores da FAO em 1967, essa resposta produtiva deverá ascender, no início do novo século, a 174% da produção verificada naquele ano.

A ação dos governos para maior produção agropecuária

só poderá ser esperada no sentido complementar do esforço privado, através de investigações, experimentação e fomento como ação divulgadora.

Sua atuação principal, esta sim, dispendiosa e de resultados demorados pelas dificuldades de sua penetração na massa, deverá se exercer através de campanha multiforme e intensa para redução crescente da natalidade.

Esses dois fatores decisivos — maior produção a ser obtida pelo esforço privado e menor natalidade, pelos dos órgãos oficiais, a serem praticados com urgência e decisão, possibilitam previsões futuras menos negras que aquelas evidentemente resultantes da realidade atual desde que inalterada.

— ● —

Já focalizamos neste trabalho a opinião franca e rudemente expressa por O. L. FREEMAN sobre os dois máximos problemas mundiais da atualidade aqui focalizados — natalidade e produção de alimentos. Sua condição de Secretário da Agricultura do E.U.A. quando daquele pronunciamento impressionante impôs respeito e atenção máxima aos conceitos que ali emitiu. Todavia, os efeitos desse brado de alarma foram se diluindo no tempo e sendo esquecidos. Agora, entretanto, outro nome de projeção internacional, também norte-americano, volta com toda a energia, a forçar nova focalização da atenção mundial para aqueles problemas.

Em discurso pronunciado a 1.º de Maio na Universidade de Notre Dame, Indiana, ROBERTO MCNAMARA, ex-Secretário da Defesa dos Estados Unidos e atualmente Presidente do Banco Mundial, debateu quase que exclusivamente o problema demográfico.

Todavia, quando considerou a situação dos países de grandes áreas desabitadas (sertanejos) e de possível utilização, afirma que

“O necessário são os capitais para investimentos e não habitantes em grande quantidade”. Prosseguindo passa a afirmar ainda que “É exatamente essa grande quantidade de habitantes que faz com que se torne extremamente difícil a acumulação de capitais excedentes.”

Foi incluído ao afirmar, depois de longas considerações sobre a necessidade de reduzir a natalidade nos países em desenvolvimento, que

“É absolutamente ingênuo supor-se que o progresso eco-

nômico, por si só, sem o apoio de um planejamento familiar bem organizado, possa lograr esse objetivo num período satisfatório."

(O grifo é nosso).

Admite também que a redução da natalidade é aspiração "quase universal" das populações pobres daquele tipo de países, mesmo entre suas classes ignorantes, e nas grandes massas populacionais subnutridas e esfaimadas, segundo observações nos países subdesenvolvidos.

Esse depolimento de MC NAMARA na sua integridade, apela inteiramente nosso ponto de vista de que havendo uma perspectiva econômica, a idéia de melhoramento da família pelo seu planejamento seria bem recebida e adotada. O que jamais terá possibilidade de existir, segundo nossas convicções, é o combate à natalidade excessiva entre uma população atolada na miséria física e mental, esta inclusive pela ausência de quaisquer objetivos menos negros.

Sobre os investimentos adicionais necessários ao desenvolvimento da produção agropecuária nada foi sugerido entretanto, a não ser a aplicação de problemáticos recursos governamentais pesadamente comprometidos no atendimento de outros problemas nacionais graves, entre os quais os de ordem social tais como educação, saúde e os militares.

Diante do exposto, não cabe dúvidas de que apenas duas soluções existem para a difícil situação do mundo atual:

- a) — redução acentuadíssima e urgente dos preços de todos os insumos e aparelhagens necessários à maior produção agropecuária; redução máxima e imediata dos impostos nacionais incidentes sobre ela; redução de fretes e aumento dos preços retributivos a essa produção, ou
 - b) — investimentos imediatos e crescentes nas atividades agropecuárias, de capitais novos oriundos de outras fontes não rurais, advindas dos cinco grupos de atividades já mencionadas.
- A saída contida na letra a que envolve quatro itens
- redução dos preços de insumos e aparelhagens;
 - redução dos impostos nacionais incidentes sobre a atividade;
 - redução dos custos de

transporte da produção obtida, e

— aumentos dos preços retributivos à produção.

foi mencionada apenas para efeito de registro, pois que a eventualidade de sua adoção seria, a nosso ver, surpreendente não só pelas inludíveis dificuldades burocráticas a vencer, como pela resistência e lutas que determinaria, desde que afetaria interesses vários e a necessidade de modificações em toda uma estrutura econômica entrelaçada, abrangendo órgãos e funções respectivas de ordem oficial e fiscal, transportadores, industriais e comerciais e financeiras ou bancárias.

Permanece, portanto, unicamente como sugestão válida, a do item b, para cuja adoção não há o recurso oficial para sua imposição legal.

Ela, entretanto, dependerá, exclusivamente, do pleno reconhecimento, pelas cúpulas pensantes daqueles cinco grupos que englobam as atividades mundiais e orientam as respectivas políticas desenvolvimentistas, da grave situação que o mundo atual atravessa e que tende se acentuar perigosamente sob ritmo acelerado desde que a sua contribuição inversionista espontânea não intervenha urgentemente nas atividades do mais importante grupo produtor — o agropecuário — no sentido de desenvolver no máximo a sua produção.

Poder-se-á alegar que, graças aos incentivos fiscais instituídos pelo nosso governo já estão sendo praticados no país investimentos de capitais, eventualmente na agropecuária provenientes de lucros dos demais grupos de atividades. A essa alegação nós diríamos que é o governo o investidor indireto, uma vez que as quantias investidas resultam de concessões percentuais daquilo que lhe é devido por força de lei fiscal. Há ainda que as quantias resultantes daquelas bonificações fiscais não são obrigatoriamente canalizadas às atividades agropecuárias. O beneficiário investidor é livre de escolher a atividade onde aplicar o quantum que o Governo lhe concede. No caso nacional, mesmo que a totalidade dos incentivos fiscais concedidos fosse obrigatório e exclusivamente investidos na agropecuária, isso não dispensaria novos investimentos espontâneos de capitais nesse campo de produção, oriundos dos cinco outros grupos restantes das atividades globais. Se a totalidade dos incentivos fiscais, em 1967, atingisse a 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros novos, e desde que aplicada in-totum na agropecuária através dos 316.190.517 hectares das pro-

priedades então existentes no país, não poderia dinamizar a sua produção tanto quanto necessária à consecução da produção que necessitamos como nível médio constante. Caberia a cada Ha 4,7 cruzeiros novos. Se considerarmos ainda que uma propriedade agrícola de área média, ou sub-média se quizerem, de cerca de 200 ha, adquira um trator de rodas, dos mais comuns existentes no comércio, cujo preço atual gira ao redor de 25.000 cruzeiros novos, teremos cada Ha da propriedade adquirente gravado em cerca de 125 cruzeiros. E todos os que possuem essas máquinas sabem ainda a quanto se eleva o custo da sua manutenção, através de consertos e de aquisição de peças substitutivas que o desgaste funcional impõe.

— ● —

Creemos que, embora pallidamente, demos uma idéia do problema alimentação-população que assoberba o mundo atual e o assombrará dentro de poucos anos, a menos que suas classes pensantes, reconhecendo a veracidade de tudo quanto já foi descrito e espiado, tanto aqui como na vasta literatura mundial, esparsa e quase que diturnamente divulgada, e, cónscias de suas responsabilidades, resolvam agir espontaneamente, em conjunto, independentemente de quaisquer influências oficiais, sempre tardias e poucas vezes eficientes.

Como já dissemos e mencionamos, nos cinco grandes grupos das atividades mundiais é que repousa a responsabilidade exclusiva de ampliar rapidamente a produção mundial através de seus investimentos espontâneos na agropecuária. Essa espontaneidade de ação investidora nada mais será que o reconhecimento da realidade de uma explosiva situação que deve ser transposta em futuro próximo, para permanência e melhoramento da estrutura do mundo de hoje, em evolução para novos estágios no próximo século XXI.

Se as cúpulas dirigentes, ou as lideranças daqueles cinco grupos de atividades mundiais continuarem, cegas ou indiferentes, na caça exclusiva de maiores lucros como até aqui, esquecidas dos fatores evidentes necessários à sua própria sobrevivência, então teremos o caos no início do novo século, antecedendo uma nova ordem social que virá sobre os escombros desta, já em plena crise, embora não reconhecida ou aceita por conveniência ou displicência, mas de existência real indiscutível.

Livros e Publicações

PESQUISA AGRÍCOLA DO ESTADO DA GUANABARA — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia — Fundação "Getúlio Vargas" — 201 páginas — Setembro de 1967.

CADERNOS DE ORIENTAÇÃO SINDICAL — N.º 6 — Departamento de Orientação e Assistência Rural da Confederação Nacional da Agricultura — 32 páginas — Fevereiro de 1969.

CADERNO DE TERMOS APLICADOS À AGRICULTURA — pelo Prof. Osvaldo Martins Furtado de Souza — Engenheiro Agrônomo do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias

do Nordeste (IPEANE) e do Colégio Agrícola da Universidade Federal Rural de Pernambuco — 39 páginas — Recife — 1968.

INFORME GERAL DA LAVOURA — SUDESUL — Ministério do Interior — 278 páginas — RS. Dezembro — 1968.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS — Setor Primário — Rio Grande do Sul — Publicação da SUDESUL — Ministério do Interior — Responsável Técnico: Econ. Luiz Carlos Zancan — Dezembro — 1968.

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS — Estado do Espírito Santo — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do

Instituto Brasileiro de Economia — da Fundação "Getúlio Vargas" — 166 páginas — Novembro de 1968.

21 ANOS DE EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA — Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 98 páginas — Janeiro de 1969.

PUBLICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA sobre a CARTA DE BRASÍLIA — Escritório de Pesquisas e Experimentação — IPEANE — Recife, Pernambuco — 1968 — 178 páginas — AYRTON ZANON — Diretor.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Setembro 1899

O solo, as águas e os micróbios, Germano Vert; *Os primeiros louros*, Antonio de Medeiros; *Mais uma árvore que produz cêra*, Antonio de Medeiros; *A produção do trigo na Argentina*, Antonio de Medeiros; *A Granja Cruzen*, Albino Costa; *Organização Agrícola* (Tradução) Germano Vert; *Sociedade Agrícola* (Goiás) — Transcrição; *Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro*; Conferência na SNA pelo Dr. A. M. de Oliveira Bulhões; *As nossas galinhas*, G. V.; *Variedades: a produção do fumo na Bahia*; *Exposição de gado da Argentina*; *A baixa do café*; *Moinho para moer milho com o sabugo*.

Outubro

O gado e a lavoura, G. V.; *O progresso do Estado do Pará*, Antonio de Medeiros; *Transcrições*; *A cultura do trigo nos Estados Unidos*, extraído de "Moderne", G. V.; *Ensino Agrícola — Os coelhos*, G. V.; *Henrique de Vilmorim*, (Negócio) G. V. *Variedades: Remédio contra a gosma*; *Máquina de matar formigas*; *As chuvas nas várias partes do mundo*; *Polícia Sanitária do gado*; *Os cereais franceses*; *O azoto dos estrumes*; *o maior pomar do mundo*; *A maior charrua do mundo*.

Francisco de Assis Iglésias



Faleceu a 13 de julho, em Campinas, o Eng.^o Agrônomo Francisco de Assis Iglésias, membro titular da Sociedade Nacional de Agricultura, ocupante da cadeira patrocinada por Luiz de Queiroz, e a cujos quadros pertencera há longos anos.

A Diretoria, na sua sessão de 28 daquele mês, ao tomar conhecimento da infausta notícia, fez inserir na ata um voto de profundo pesar. O Presidente Luiz Simões Lopes proferiu então um sentido necrológico do ilustre fundador do Serviço Florestal, lembrando a sua inigualável atuação no setor agrônomo do Serviço Público, tanto federal como estadual.

Não só a SNA como esta revista, prantelam a grande perda para o Brasil que representa o desaparecimento do ilustre técnico e cujo riquíssimo currículo vai inserir neste número, como última homenagem a quem tanto deu de si, durante a sua longa e profeua existência, visando ao bem da Pátria e dos seus semelhantes, sendo, como era, portador, dentre outras incontáveis qualidades, da bondade, inata no dizer do Presidente Luiz Simões Lopes.

Nascido em Piracicaba, a 6 de Janeiro de 1889, formou-se na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em 1909.

Estava escrevendo "As Memórias de um Agrônomo" e daí fazemos os melhores votos para que as tenha terminado e sejam publicadas, pois dos fatos que viveu e da experiência que adquiriu, ao lado de um penetrante poder de observação, muitos benefícios poderão resultar para aqueles que as puderem ler.

PRINCIPAIS ATIVIDADES E CARGOS QUE EXERCEU:

- 1909-13 — Administrador do Instituto Butantan (S. Paulo), estudando e se especializando em em Parasitologia animal e vegetal.
- 1913 — Chefe da Seção de Biologia da Comissão destinada ao estudo das plantas produtoras de borracha, no Estado do Piauí.
- 1914 — Chefe da Colônia Agrícola "David Caldas", no Estado do Piauí.
- 1915 — Encarregado dos Estudos dos insetos daninhos ao algodoeiro, na Estação Experimental do Algodão, em Coroatá — Estado do Maranhão.
- 1916-17 — Diretor da Organização Agro-pecuária, no Estado do Piauí, onde:
 - a) fundou a vila Eng.^o DODDTT;
 - b) descobriu, às margens do Rio Cargeta, a qualidade ofidífera: *Conopatus chilensis*, animal precioso na profilaxia do ofidismo.

- 1918-19 — Assistente do Dr. Vital Brasil, no Instituto Butantan (São Paulo) — período da gripe espanhola.
- 1919 — Como funcionário do Instituto Butantan (S. Paulo) volta ao Estado do Piauí, a fim de de prosseguir estudos sobre o Cangabá.
- 1920-23 — Superintendente e organizador do Serviço de Sementeiras, do Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro).
- 1924-25 — Incumbido, pelo Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro) de apresentar o ante-projeto de Código Florestal (decreto federal n.º 23.793 de 23-1-1944).
- 1925-32 — Diretor geral e organizador do Serviço Florestal do Brasil.
 - Instalou:
 - a) Parque Nacional da Foz do Iguaçu (Est. do Paraná);
 - b) Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Teresópolis);
 - c) Parque Nacional de Itatiaia (Rio de Janeiro).
- 1933 — Administrador da Firma "Mate-Laranjeira", em Mato Grosso.
- 1933-35 — Gerente da Indústria de Seda Nacional S/A, em Campinas. Incumbido da propaganda aerícola nacional.
- 1935-38 — Chefe da 3.^a Seção-Sericicultura, do Departamento de Indústria Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, com sede em Campinas:
 - a) em 1937 — Viagem de estudos aos Centros Serícolas da Itália;
 - b) basendo na legislação Italiana, encaminhou o ante-projeto da lei da PALAVRA SEDA (Decreto-lei n.º 290 de 23-2-1938 — regulamentação pelo decreto n.º 2.630 de 5-5-1938).
- 1939-42 — Em comissão assume o cargo de Diretor e reorganizador do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro).
- 1942-46 — Em comissão assume o cargo de Diretor e organizador do Serviço de Ensino Prático de Agricultura, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo;



- a) em 1945 — viajou nos Estados Unidos a fim de estudar a organização agrícola.
- 1947-56 — Reassumiu o cargo de Diretor efetivo do Serviço de Sericicultura, em Campinas, onde se aposentou.

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS ou LITERÁRIAS A QUE PERTENCEU

- 1910 — Sócio da Sociedade Científica de São Paulo.
- 1913 — Sócio da Société d'Entomologie de France.
- Sócio e Membro-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pinhal.
- Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- 1934-36 — Presidente do Centro de Ciência Letras e Artes de Campinas.
- 1956 — Membro da Academia Campinense de Letras, em Campinas.

HOMENAGENS RECEBIDAS:

- 1910 — O Instituto Butantan (São Paulo) liga seu nome:
- a) ofídios: (HINOSTUMA IGLESIASII). (BOTHROPUS IGLESIASII).
- b) insetos: (MELINOPHERA INGLESIASII).
- — O Instituto Florestal liga seu nome:
- a) botânica: (CAMPYLOCENTRUM INGLESIASII-Brade — n.s.p. (In: Orchidaceae novae brasiliensis (V), por Brade. Separata de: Arq. Serv. Florestal (Rio de Janeiro) — 1 (2): 1-4=3 pl., 1941).
- — Título de Comendador da Benemerita Ordem da Arvore (Instituto do Pinho — Rio de Janeiro).
- — Presidente honorário da Associação Paulista de Sericultores (São Paulo).
- 1952 — Busto colocado no Serviço de Sericicultura de Campinas (oferecimento dos sericultores paulistas).
- 1958 — Sócio titular, ocupando a cadeira n.º 25 "Luiz de Queiroz", que lhe dá a qualidade de membro vitalício da Sociedade Nacional de Agricultura (Rio de Janeiro).
- 1959 — Medalha "Machado de Assis", pelo seu livro *Catingas e Chapadões*, pela Academia Brasileira de Letras — Rio de Janeiro.
- 1965 — Medalha alusiva ao Centenário de nascimento de Vital Brasil, pelo Governo do Estado de São Paulo.
- 1965 — Sócio honorário do Rotary Clube de Campinas.
- 196 — Título de Cidadão Campineiro, pela Câmara Municipal de Campinas.
- 196 — Medalha do Mérito Agrícola, pela Confederação Rural Brasileira (Rio de Janeiro).

PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS:

- 1911 — As formigas e agricultura. *Fazendeiro* (SP)
- 1913 — Ipiden brasileiros — diagnose de duas espécies novas. *Rev. Museu paul.* (SP) — 9:128-133.
- 1913 — A moêca doméstica. *Est. S. Paulo* (o) (SP) de 23-7-1913.
- 1914 — Insetos contra insetos: coquelellidae. *Rev. Museu paul.* (SP) 9:357-362.

- 1916 — Insetos nocivos e úteis ao algodoeiro: tese. 1.ª Conferência Algodoeira do Rio de Janeiro.
- a) *Idem In — Brasil agric.* (Rio de Janeiro) — 1916.
- b) *Idem Separata* editada pela Gráfica Jornal do Brasil, 1916 — 38 p.
- c) *Idem In Vida doméstica* (Rio de Janeiro)
- d) *Idem Separata* editada pela Gráfica Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) 1921 — 2.ª edição.

- 1916 — Origem do gado caracu no norte do país. *An. 1.º Congr. Pecuária* (São Paulo).
- 1917 — Sobre um mamífero ofiófago do Brasil: *coneptus chilensis* ou *cangabá*. *An. paul. Med. Cirurg.* (SP) — 9(9):

CITADO em:

- a) *Brasil: past/present and future*, by J. G. Cakenfull. London, J. Bale, 1919 — p. 300-301
- b) *Higiene (II) medicina preventiva*, por Afrânio Peixoto. 3.ª ed. Rio de Janeiro, F. Alves 1922 — p. 184.

- 1918 — Animais ofiófagos — conferência, *Brasil agric* (Rio de Janeiro).
- 1918 — Sobre o vício da diamba. *An. paul. Med. Cirurg* (SP) 9(12):274.

CITADO em:

- a) *Direito penal — parte especial*, por Nelson Hungria e Roberto Lyra. Rio de Janeiro. Livr. Jacinto 1936 — p. 258.
- b) *Maconha — coletânea de trabalhos brasileiros*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Gráf. IBGE. 1938 — p. 15-23.
- c) *Comentários ao código penal brasileiro*, por Nelson Hungria. 9:138.

- 1919 — Cinco anos no Norte do país. *Rev. Brasil* (Rio de Janeiro).
- 1930 — Crescimento das essências florestais brasileiras — trabalho apresentado à Conferência Interamericana de Agricultura, Silvicultura e Indústria Animal — Washington 1930. Rio de Janeiro, s.e.p., 1930 (Bol. n.º 3 — Serv. Florestal do Brasil — Rio de Janeiro)
- 1939 — Sericicultura — conferência. São Paulo, s.e.p. -039.
- 1940 — *Album florístico*. Rio de Janeiro, s.e.p., 1940 (Serv. Florestal — Rio de Janeiro).
- 1940 — *Parques nacionais*. Rio de Janeiro, s.e.p., 1940 (Serv. Florestal — Rio de Janeiro).
- 1942 — *Homenagem ao Dr. Fernando Costa* — discurso São Paulo, s.e.p.
- 1942 — Os parques nacionais existentes — contribuição apresentada ao IX.º Congresso Brasileiro de Geografia. Bol. Minist. Agric (Rio de Janeiro) — 31(4):29-34, 1942.
- 1943 — *A indústria caseira*. São Paulo, s.e.p.
- 1951 — *Catingas e chapadões*. São Paulo, Ed. uac. 1951 (Brasiliana — n.º 271).
- 1958 — *Idem* 2.ª edição.

CITADO em:

- a) *Quando os lobos ululam*, por Aquino Ribeiro. São Paulo, Anhembi, 1959 — p. 11.
- b) *Flores da alimentação*, por Luis da Câmara Cascudo. *Rev. Brasil. Folclore*, (Rio de Janeiro) — 3(7):215, 1963.
- 1966 — Ildefonso Bimões Lopes — o grande Ministro da Agricultura.



CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Continuação)

ADALBERTO SERRA

MATO GROSSO — 15° 00'S
— 59°57'W — 257 mm. —
Clima Aw

Sob média anual 23°,9, a temperatura cresce de 20°,3 (julho) a 25°,6 (novembro). Há um pequeno mínimo em dezembro (25°,0), com máximo março (25°,1), mas a onda principal apresenta 5°,3 de amplitude anual.

Os valores se conservam em torno a 25° de setembro a abril e 22° em maio e agosto; junho tem 21°,2 e julho 20°,3, como já vimos.

As máximas não são muito elevadas, pois a respectiva média anual atinge 30°,6.

Os extremos são 32,3 (setembro) e 29,1 (junho), sob uma amplitude anual de 30,2. Males elevadas, pouco acima de 32° em agosto-setembro, declinam um pouco em outubro e novembro. Mas balizam a 29°,8 (dezembro), com oscilações até de 30°,5 (fev.) e 30°,8 (abril), para permanecerem de maio a julho aquém de 30°.

As mínimas, de média 20°,1, atingem maior valor em fevereiro (22°,5) e o menor em julho (14°,7), com 7°,8 de amplitude. Estabilizados pouco acima de 22° de novembro a março, situam-se no inverno abaixo de 17° (junho a agosto).

Temos assim 10°,5 para amplitude anual, com valores em torno a 8° de dezembro a março, (7°,6 no pri-

meiro), e acima de 10° de maio a outubro (julho 14°,8, agosto 15°,9).

Já a máxima absoluta atingiu 39,2 (setembro), valores acima de 38° podendo surgir de setembro a dezembro, mas só abaixo dos 35° de maio a julho.

Quanto à mínima absoluta foi relativamente baixa, (4°,4 agosto), valores aquém de 7° podendo ocorrer no inverno, mas só acima dos 14° na fase novembro a abril.

Resulta assim 34°,8 para a amplitude absoluta.

Os dias quentes somam 334, e apenas no inverno, de maio a julho, 5 dias frescos se verificam cada mês, contra 3 em abril, agosto ou setembro.

As noites quentes — 228 — dominam de novembro a abril, mas desde maio já temos 18 noites frescas, e em junho 25, julho 30, agosto 26, setembro 13, e outubro ainda 10.

Somados aos dos demais meses perfazem o total de 137 noites frescas.

Os ventos, de velocidade média 1,5, oscilam entre 1,2 (julho) e 1,8 (janeiro), sendo assim fracos. As ventanias, no total de 13, ocorrem apenas durante o período chuvoso, de setembro a maio, sob taxas mensais de 1 a 2.

A umidade média é elevada, 80°,5%, oscilando entre 87,0 (janeiro) e 70,7 (agós-

to), sob amplitude 16%. A fase úmida, com mais de 80%, corresponde ao período novembro-junho, notando-se que de dezembro a abril o elemento supera 85%.

O período seco, abaixo de 75%, se estende de agosto a outubro.

Quanto à nebulosidade, em média 6,2 oscila de 8,4 (fevereiro), a 2,9 (julho). A cobertura ultrapassa 8,0 de dezembro a março, ficando aquém de 5,0 de junho a agosto, com amplitude anual de 5,5.

São frequentes os dias encobertos, 143 por ano, superando 10 nos meses de outubro a abril, e atingindo 19-20 nos de dezembro a março. Durante o inverno é constante a taxa de 4 por mês (junho, julho, agosto).

Os dias claros correspondem à última estação, com frequências 14-17-21 respectivamente em junho-julho e agosto, mas apenas 7 em maio ou setembro, e 1 a 4 nos demais meses, excluindo dezembro e fevereiro, sob 0.

O total do ano é de 76 dias claros.

A precipitação total alcança 1.344 mm, com extremos de 230 (jan.) e 17 (jun). Os meses de dezembro a março têm mais de 200 mm cada, os de junho a setembro menos de 40, com todos abaixo de 100 mm no período abril-outubro.

Climas de Mato Grosso

Foi de 94 mm a maior altura recolhida em 24 horas, unicamente valores abaixo de 50 mm, surgindo de julho a setembro.

Temos na região 136 dias de chuva, 42 dos quais superam os 10 mm. Desde novembro até abril ocorrem mais que 10 dias cada mês, com 22 em janeiro e 21 em março. No período mais seco, julho e agosto têm 2 dias cada.

As trovoadas superam a chuva, pois ocorrem na frequência de 160 por ano, mais de 10 mensalmente de outubro a maio (22 em novembro, 26 dezembro, 16 ou 17 nos vários meses de janeiro a abril).

Mesmo no inverno, temos 6-2-4 dias em junho-julho-agosto.

SANTA CRUZ — 15° 43'S — 52° 45' W — 416 ms. Clima Aw.

É de 23,5 a média anual, entre os extremos 25,1 (setembro) e 20,9 (julho), com amplitude de 4,2. Permanece ínfima a segunda onda, podendo-se observar médias estáveis, de 24,0 a 24,1 no período dezembro a abril. As mais elevadas ocorrem na primavera, com 25,1 — 24,6 de setembro a novembro.

Abaixo de 22° temos junho a julho, sob 21,1 e 20,9.

Já as máximas, com 30,9 no valor anual, são mais acentuadas de agosto a outubro, acima de 32° (33,4 em setembro) e mais baixas em dezembro (29,7), numa amplitude anual de 3,7. O seu valor é estável em torno a 30° de dezembro a março, e com exceção de abril, assim permanece até julho.

A segunda ondulação, de máximo em abril (30,8), tem menor valor em maio (30,2).

Já as mínimas são muito baixas, devido à altitude, com média anual 17,8, oscilando entre 20,3 (fev.) e 12,5 (jul.).

Conservam-se estáveis, sob 20,2 em média, de novembro a março, e abaixo de 15° durante o inverno. É assim

Os nevoeiros permanecem escassos, 33 por ano, ocorrendo de outubro a julho, a taxas de 2-3 cada mês até fevereiro, 4-6 de março a junho, e 1 em julho.

Quanto ao orvalho é muito frequente, 219 dias por ano, subordinado a contagens de 21-23 nos meses de abril a agosto, 15-17 nos demais, em geral.

Mato Grosso é assim quente de dia, mas frequentemente fresca a noite, com uma fase de baixas mínimas. Chove regularmente, e o vento é fraco, mas a nebulosidade acima da média. Extremos não muito intensos e umidade elevada, havendo precipitação um dia em cada três, clima portanto tolerável para a região.

de 7,8 a respectiva amplitude anual.

Quanto à amplitude diária, mais acentuada que a oeste, alcança 13,0, variando de 9,5 (dezembro) a 18,94 (agosto). Permanece sob 9,5 a 9,6 no verão de dezembro a fevereiro, enquanto supera 10° nos demais meses, ou 16% nos de inverno.

A máxima absoluta atingiu 39,7 (outubro), podendo ultrapassar 37° de agosto a novembro, mas ficando abaixo de 35° de março a junho.

A mínima absoluta desce a valores negativos, com 1,3 em junho, o período junho-setembro tendo menos de 7°; mas de dezembro a março o termômetro se mantém acima de 15°, exceto em fevereiro (11,4).

Quanto à amplitude absoluta alcançou 41,0.

Há assim 348 dias quentes, sempre de 1 a 3 frescos podendo ocorrer cada mês; e apenas 119 noites quentes, mesmo na fase do verão nunca se registrando mais que 17 a 19 por mês (novembro a março). Temos com efeito um total de 246 noites frescas:

A velocidade do vento é fraca, 1,5 mps., oscilando apenas de 1,6 (agosto) a 1,3 (abril), enquanto só 7 ventanias, 1 em cada mês, de outubro a abril, costumam ocorrer.

Examinando agora a umidade, registra-se um índice anual elevado, de 78,1%, com oscilação de 24% entre o máximo de 86,5 (fevereiro) e o mínimo 62,4 em agosto. No período novembro a abril o elemento supera 80%, ou mesmo 85% de dezembro a março. Durante o período seco, de julho a setembro, fica abaixo de 70%.

A nebulosidade é apenas regular, com média anual 5,3, e oscila 4,7, entre o mínimo 2,7 em julho e o máximo 7,4 de dezembro. Supera 6,0 de outubro a março, e 7,0 de dezembro a fevereiro. Mas desce abaixo de 4,0 na fase mais a agosto, ou de 3,0 em julho-agosto.

Resultam assim 94 dias encobertos, mais que 10 nos meses de verão, novembro a março, com 15-14-14 em dezembro, janeiro e fevereiro. O declínio se processa desde abril, até 1-2 para os vários meses do inverno, o total de maio a agosto atingindo apenas 7 dias.

Quanto aos dias claros, sob contagem de 69, concentram-se de junho a agosto, a taxas mensais 12-15-15, logo declinando para 0-1 nos meses de novembro a março, retornando em abril. O total de precipitação, ainda sob a influência do clima amazônico, é bastante elevado, 1641 mm, com extremos 288 em dezembro, mas só 7 mm em junho.

Na fase úmida, outubro tem 116 mm, e os vários meses de novembro a março todos mais que 200, declinando para 109 em abril. Maio tem 40 mm, e os três meses de inverno 7 mm cada. O total do inverno é assim de 21 mm, cerca da metade do total de maio.

A maior precipitação em 24 horas atingiu 222 mm

NOITES FRESCAS
NOITES QUENTES

J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
13	11	13	20	29	30	31	30	25	19	13	12	246
18	17	18	10	2	—	—	1	5	12	17	19	119

(dezembro), mas em outros meses geralmente não ultrapassou 100 mm, de junho a setembro mal chegando a 50 mm.

Há 131 dias de chuva, 50 dos quais ultrapassam 10 mm. Os primeiros ficam concentrados de outubro a abril (acima de 10 por mês), os meses de verão, dezembro-janeiro-fevereiro, tendo 22-21-19. É praticamente seco o período malo a setembro, como o demonstra a série:

21-19-17-10-4-1-1-1-1-6-12-17-22 = 131 que registra os dias de chuva para os vários meses, a partir de janeiro, bem como a soma anual.

Quanto às trovoadas, muito frequentes, totalizam 116, ocorrendo mais que 15 por mês de outubro a março, e somente 1 a 2 na fase do inverno, os meses de maio a setembro tendo menos que 8, conforme a serie anexa:

15-14-16-10-4-1-1-2-8-15-16-14 = 116

Os nevoeiros continuam escassos, apenas 29 por ano, a taxas de 1-4 cada mês, tornando-se mais raros no período malo a novembro, e um pouco mais frequentes de dezembro a abril.

O orvalho soma 150 dias, sendo mais comum no outono e início do inverno, com 14-19-21-19-15 dias para os vários meses de março a julho. Declina a seguir, mantendo-se entre 7-10 dias nos meses de agosto a fevereiro.

Santa Cruz tem assim um clima bem tolerável, com noites frescas, os dias contendo quentes. Chove bastante, e a umidade é elevada, enquanto a temperatura varia de 19,3 a quase 40°. Nebulosidade regular, e frequentes trovoadas, mas precipitações apenas um dia cada três.

No conjunto, um dia em quatro é coberto, e um em seis é claro. Como era de esperar, a altitude minora os efeitos da latitude.

PRESIDENTE MURTINHO
15°38'S — 53°55'W — 480 mm
Clima Aw.

Embora pouco mais elevada, esta localidade é bem mais fresca que a anterior, com média anual 22°,2 (Santa Cruz 23°,5).

Varlam as temperaturas de 23°,5 (outubro) a 18°,8 (julho), sob amplitude anual 4°,7.

A segunda onda se reduz a um patamar nos meses de verão, pouco diferindo, este último período, da primavera.

Com efeito, de setembro até abril a temperatura permanece superior a 23°, com 22°,9 no último mês. Malo traz declínio, conservando-se junho e julho abaixo de 20°, mas agosto já mais elevado.

Quanto às máximas, são pouco inferiores às de S. Cruz, com média anual 30°,4. O maior valor alcança 32°,6 em setembro, e o menor 29°,5 em dezembro, numa amplitude 3°,1. Como sempre, nota-se dupla onda, após o mínimo de dezembro a temperatura máxima se eleva até abril (30°,5), declinando para o mínimo secundário de julho (29°,8).

Dêsse modo, as máximas superam 32° em agosto e setembro, caindo abaixo dos 30° de dezembro a fevereiro. Segue-se nova elevação acima daquele limite (março a abril), conservando-se os valores aquém de 30° entre maio e julho, com bruceo aumento em agosto.

As mínimas são bastante baixas, sob média anual 16°.

Mais elevadas, em torno a 19° de novembro a março, (19°,2 em dezembro) declinam em abril, permanecendo no inverno abaixo de 12°, (11°,4 — 9°,9 — 11°,5 em junho-julho-agosto). É assim de quase 10° (ou melhor, 9°,3) a amplitude).

A máxima absoluta se apresenta contudo acentuada, 39°,0 (fevereiro), a fase de maiores extremos transcorrendo de agosto a outubro, com cerca de 38°. De dezembro a março não ultrapassa o termômetro os 37° (salvo em fevereiro, como vimos), mas de abril a julho nenhum valor superou 35°.

Quanto à mínima absoluta desceu a 2° (junho), valores de 0°,2 tendo surgido em julho.

Em verdade, temperaturas muito baixas, entre 0 e 2° podem ocorrer de maio até setembro, mas só em torno a 8° para abril e outubro. Novembro e dezembro ainda registram 12°, e com exceção de fevereiro (9,0), janeiro e março não tiveram registro inferior a 14°.

É assim de 41°,0 a amplitude absoluta.

Não poderemos esquecer a amplitude média, com índice anual de 14°,4 e valores extremos 10°,3 (dezembro) ou 20°,6 (agosto). Permanece estável, entre 10 e 11°, de novembro a março, já em maio superando 15° até setembro, ainda com 17°,2.

Os dias são assim quentes (321 por ano), normalmente 5 mais frescos ocorrendo cada mês, de julho a novembro, com 2 a 3 nos restantes, até junho.

Quanto às noites, raramente são quentes (32), e somente no período outubro a abril, em taxas muito fracas, 2-5-7-6-6-4-2; donde se depreende que mesmo no verão, há apenas 7-6-6 (em dezembro-janeiro-fevereiro).

Na série de meses assim se apresentam as frequências:

A LAVOURA

71 ANOS

A mais antiga revista
Agrícola em circulação
no Brasil

Climas de Mato Grosso

NOITES QUENTES
NOITES FRESCAS

J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
6	6	4	2	—	—	—	—	—	2	5	7	32
25	22	27	28	31	30	31	31	30	29	25	24	333

O vento embora fraco, como em toda a região, conserva-se estável sob média anual 1,8 mps. e extremos 2,0 (setembro) ou 1,6 (abril). 11 ventanlas são notadas, à taxa de 1 cada mês no período setembro a maio com exceção de novembro (3).

Compete-nos examinar agora a umidade, sob valor anual 79,2%, e que oscila entre 85,9 (março) e 66,2 (agosto), ou seja 20%. Os meses de novembro a maio registram acima de 80%, com mais de 85% na fase dezembro-março.

O declínio principia em abril, para se acentuar em junho. No período mais seco, julho-agosto-setembro, temos 72,2% — 66,2% e 69,4%, com rápido aumento em outubro (76,9).

Analisemos a nebulosidade: Sob média anual 5,6, apresenta uma amplitude 4,7, entre os valores de 7,6 (dezembro) e 2,9 (agosto).

São mais nublados, acima de 7,0 os meses de novembro a março, com declínio em abril, enquanto o período maio a setembro tem menos que 5,0, e julho ou agosto apenas 2,9.

Há assim 109 dias encobertos, a taxas acima de 10 desde outubro até março, com 16-17 em dezembro, janeiro e fevereiro. Mas 5 ou menos ocorrem de maio a setembro, os meses de inverno apresentando uma frequência uniforme de 2 dias.

Quanto aos dias claros, somam 63, distribuídos sobretudo no inverno (11-15 em junho-julho-agosto), mas ainda ocorrendo nos meses restantes, a taxas de 1-3 (março, abril, outubro e novembro), ou 7-8 (maio-setembro). Na época do verão, de dezembro a fevereiro, não se notam dias claros.

Podemos considerar agora a precipitação, ainda mais elevada que em S. Cruz, pois alcança 1817 mm. Desde ou-

tubro já supera 100 mm, para ultrapassar 200 mm nos meses de novembro a março, atingindo mesmo 306 em dezembro. O período seco transcorre de maio a agosto, abaixo de 50 mm por mês, sob mínimo de 8 mm em junho.

Quanto à maior altura diária, alcançou 112 mm, (abril), mantendo-se os máximos de maio a outubro, em torno a 70 mm.

Chove 145 dias por ano em P. Murtinho, mais que 10 por mês de outubro a abril, com 23-22-21 no período dezembro-janeiro-fevereiro. Por outro lado, apenas 1-2 ocorrem no inverno, junho a agosto.

Temos de janeiro a dezembro frequências de 22—21—18—12—5—2—1—1—7—14—19—23, totalizando 145 dias, dos quais 56 superam 10 mm.

São frequentes as trovoadas, 133 por ano, mais que 10 cada mês de setembro a abril, estabilizada a frequência em 18 no período outubro-janeiro. É bruesa a queda em maio, no inverno ocorrendo 1-2 dias cada mês.

Continuam escassos os nevoeiros, 32 por ano, ainda comuns (3-5) de dezembro a junho, com máximo 5 em março. E mais raros, 1 mensalmente, de agosto a outubro.

Já o orvalho, muito frequente — 173 dias por ano —, forma-se sobretudo no inverno, de abril a agosto, chegando a 22 dias nos vários meses de maio a julho. Mesmo nos do verão ainda ocorrem 9-10 dias.

Tem pois Presidente Murtinho um clima agradável à noite, mas quente de dia. Muito chuvoso e trovejado, com extremos abaixo de 0°, e mínimas geralmente baixas. Umidade elevada, céu nublado em metade dos casos encoberto um dia cada três, e claro um em cada seis. Chove dois dias em três no verão, mas quase nunca durante o inverno.

Quanto aos dias, só na primavera são mais quentes, de tudo resultando um clima tolerável face às temperaturas, mas ainda assim úmido.

S. LUIZ DE CACERES
16° 03' — 57° 41' — 118 ms.
— Clima Aw

Situada em níveis baixos, no norte do Pantanal, tem esta localidade temperaturas semelhantes às de M. Grosso, mas bem inferiores às de Culabá. É de 23°,9 a média anual, com amplitude 5°,3 entre os extremos de 25,5 (outubro) a 20,2 (julho). A fase mais quente transcorre acima de 25° desde outubro até março, com valores pouco abaixo daquele nível em abril e setembro. De maio a agosto temos menos que 23°, junho e julho apresentando 20°,9 e 20°,2.

As máximas são elevadas, sob média anual 32°,1, e amplitude 4°,6, entre 34°,2 (outubro) e 29°,6 (junho). Permanecem mais quentes as tardes de setembro e outubro, acima de 34°, já no período dezembro a abril as máximas se fixando em torno a 32°, com pequenas ondulações, sob amplitude 0°,2, de fevereiro (31°,9) a março (32°,1).

No período maio a julho situam-se abaixo de 31°, com 29°,6 em junho, como vimos.

As mínimas traduzem noites geralmente quentes, pois sob a média anual de 19°,7, oscilam 8°,3 entre 22°,5 (janeiro) e 14°,2 (julho).

É estável a fase novembro a março, pouco acima de 22°, notando-se rápido declínio em abril, com o inverno apresentando 16°,1 — 14°,2 — 16°,1 (junho-julho-agosto).

Temos assim 12°,3 para a amplitude média, estabilizada no verão, sob pouco me-

Climas de Mato Grosso

nos que 10^o,3 para a amplitude média, estabilizada no verão, sob pouco menos que 10^o de janeiro a março, mas se elevando desde abril para superar 15^o no Inverno. Tem como extremos 9^o,5 (fevereiro) e 16^o,8 (agosto).

A máxima absoluta é muito acentuada, 42^o,0 (outubro), e valores acima de 39^o ocorrem de agosto a janeiro, excetuado dezembro. Mas sempre inferiores a 36^o de maio a julho.

Já a mínima absoluta desceu quase a zero (0^o,5 — agosto), temperaturas inferiores a 2^o se tendo verificado de junho a agosto, e menores que 5^o de maio a setembro. De outubro a abril superam as mínimas sempre os 10^o, e de dezembro a março 14^o. Foi de 41^o,5 a amplitude absoluta.

Os dias quase todos quentes (330), apenas de junho a dezembro, 3 a 5 frescos por mês podendo ocorrer, reduzidos a 1 nos restantes.

Já as noites quentes somam 218, permitindo que em abril 6 frescas se verifiquem, no Inverno quase todas o sendo, contra metade das de setembro, como o prova o quadro.

NOITES QUENTES
NOITES FRESCAS

Enquanto isso, a nebulosidade é menos acentuada que nas estações do leste; média anual 5,2, e amplitude 4,0, entre 7,0 — fevereiro e 3,0 — julho.

Realmente de novembro a março o elemento supera 6,0, enquanto desce abaixo de 4,0 na fase de inverno, junho a agosto.

Isto nos conduz aos dias encobertos, que totalizam 98, superando 10 cada mês de dezembro a março (13-14, em dezembro e janeiro); mas se mantendo sob taxas mensais 6-9 no outono e primavera, com declínio para 3-4 no período de inverno, junho a agosto.

Quanto aos dias claros, de total 85, são mais comuns na época fria, com registro de 15 em julho ou agosto, e acima de 10 por mês de maio a setembro. Declinam contudo a taxa mensal 2 de dezembro a março.

Nesta localidade podemos apreciar a insolação, com um total de 2382 horas, mais acentuada em agosto (249) e mais fraca em fevereiro (156). Os meses de maio a agosto superam todos 200 horas, os de abril setembro-outubro-novembro tendo 190.

J	F	M	Ab	M	Jn	Jl	Ag	Set	Out	Nov	Dez	Ano
30	27	30	24	9	2	1	3	15	23	25	29	218
1	1	1	6	22	28	30	28	15	8	5	2	147

Vejamos a precipitação: altura mais reduzida, 1269 mm, variando de 228 (janeiro) a 10 (agosto). Os meses de dezembro a fevereiro ultrapassam 200 mm, enquanto de maio a setembro os totais são inferiores a 50 mm, no inverno ocorrendo 22-10-10 em (junho, julho, agosto).

Quanto à altura máxima em 24 horas foi de 167 mm. (dezembro), não ultrapassando 60 mm os valores registrados no Inverno.

Os dias de chuva são apenas 105, dos quais 38 ultrapassam 10 mm. Permanece mais chuvoso o período novembro a março, quando todos os meses têm mais que

12 dias de precipitação, sob máximo 17 em janeiro. Mais seca porém a fase do inverno, sob 2-3 dias cada mês. Temos, de janeiro a dezembro, as frequências abaixo: 17—15—15—8—4—3—2—2—4—8—12—15. Total 105 dias.

É praticamente o mesmo o número de trovoadas — 104, distribuídas em taxas mensais superiores a 10 de outubro a abril, com 13-14 dias nos vários meses de dezembro a março. Como sempre, o Inverno registra menor número (3 dias) em junho, julho ou agosto.

Os nevoeiros continuam raros, 27 por ano, a taxas de 1 por mês de setembro a janeiro, agravadas para 2-4 de fevereiro a julho, maio chegando mesmo a registrar 6 dias.

Como sempre, é muito frequente o orvalho (110 dias), formado sobretudo de abril a julho, em taxas mensais 14-15, reduzidas para 8 no verão e 4-5 na primavera. S. Luiz de Cáceres é assim quente de dia, com boa contagem de noites frescas, e muito umida, sob céu nublado em geral, e insolação regular.

Extremos pronunciados, de 0 a 42^o. Como as trovoadas acompanham as chuvas, o clima se torna desagradável.

A N U N C I E

EM

“A LAVOURA”

A LAVOURA

CURSO DE CRÉDITO RURAL

A 7 de agosto deste ano, o Prof. Manoel Continho dos Santos, Diretor Geral do Instituto Superior de Economia e Organização, proferiu a aula inaugural do Curso de Crédito Rural, que aquele Instituto promoveu. Transcrevemo-la, a seguir:

Neste nosso primeiro contato, se nos afigura bastante mais produtivo traçamos um panorama geral do CURSO que ora se instala e dos objetivos que procuramos atingir através dele.

De certo modo causa espécie que, na Guanabara, Estado em que a área rural praticamente desapareceu ou, pelo menos, — economicamente deixou de significar qualquer coisa no cômputo geral de sua arrecadação, alguém venha, com seriedade, tratar de assuntos rurais. A estranheza, se houver, é no entanto, sem razão:

1.º — porque o Estado pode ter deixado de ser agrícola, mas conserva, ainda, a sua posição como CENTRO IRRADIADOR DE CULTURA e de PENSAMENTO para todo o País;

2.º — porque mantém, igualmente uma das mais importantes REDES BANCÁRIAS do País, com ramificações ou agências em todas as unidades da Federação;

3.º — porque muitas das mais importantes decisões administrativas nacionais são tomadas ou engendradas aqui.

Ora, o CRÉDITO RURAL, como INSTITUIÇÃO e como sistema, repousa ou se apoia na Rede bancária e a sua Política, em princípio, é fixada pelo Banco Central, cuja sede se mantém na Guanabara. Assim, justificamos as primeiras razões que motivaram o CURSO ora instalado. Mas, tais razões por

razões determinantes da criação do CURSO DE CRÉDITO RURAL, agora instalado, divulgar, porque de súbito interesse para o PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO em que se empenham Governo e povo brasileiros, os resultados dos estudos que têm sido recentemente efetuados sobre o assunto, quer no campo técnico da Economia e das Finanças, quer no estritamente político de sua aplicação e segurança. Obviamente, acrescentaremos a tais contribuições ao conhecimento e prática do CRÉDITO RURAL, um pouco de nossas experiências e reflexões sobre o mesmo.

Quem tiver atentamente observado a Ação do CREP, através de suas iniciativas e das realizações de seu Instituto (1) verá que essas entidades sempre foram muito sensíveis aos problemas da agropecuária, já porque nesta reconheça os alicerces para o Desenvolvimento Econômico mais bem ordenado do povo brasileiro, já porque, reconhece as magníficas oportunidades de trabalho que se irão abrir para o Economista Profissional, razão primeira da existência das duas entidades e ao qual, sem desservir o País, elas procuram assistir com apoio e orientação.

Assim justificado o nosso interesse, esclareçamos, do mesmo passo, os objetivos que procuramos atingir com a realização do CURSO DE CRÉDITO RURAL. Abstração feita do que é rotineiro e se inscreve nas próprias

razões determinantes da criação do CURSO DE CRÉDITO RURAL, agora instalado, divulgar, porque de súbito interesse para o PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO em que se empenham Governo e povo brasileiros, os resultados dos estudos que têm sido recentemente efetuados sobre o assunto, quer no campo técnico da Economia e das Finanças, quer no estritamente político de sua aplicação e segurança. Obviamente, acrescentaremos a tais contribuições ao conhecimento e prática do CRÉDITO RURAL, um pouco de nossas experiências e reflexões sobre o mesmo.

Entretanto, como o nosso auditório não se constitui, tão somente de economistas ou de bancários, estruturamos o nosso CURSO com uma parte geral onde, ligeiramente é claro, serão dadas algumas noções sobre o CRÉDITO e sobre os BANCOS que são as suas principais agências. A partir deste embasamento, podemos visualizar o CRÉDITO RURAL, dando ênfase, muito naturalmente ao que se pratica entre nós.

Há um aspecto, todavia, que não poderíamos deixar sem reparo, visto a sua magnitude face as incertezas do labor agrícola, queremos nos referir, aqui, à SEGURANÇA que deve, proteger, envolvidos os, CREDORES E DEVEDORES rurais.

Realmente, o SEGURO DO CRÉDITO, vitorioso e aceito noutras áreas, ainda se não pode afirmar haja penetrado a área agrícola mas, mesmo que o houvesse feito, quer nos parecer, pouco favoreceria o trabalhador da

(1) Cfr. A Economia e os Economistas Brasileiros e contribuições Brasileiras às Ciências Econômicas.

PRODUTOS VETERINÁRIOS SOB FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Os produtos de uso veterinário estão, com a publicação do D.D. de 14/2/69, do Decreto-Lei n.º 467 de 13/2/69, sujeitos à obrigatoriedade da fiscalização da Indústria, do comércio e do emprego, em todo território nacional.

A fiscalização será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem rações, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, estendendo-se essa fiscalização desde à sua manipulação até a fase de utilização. Para tanto, ficam obrigados ao registro no M.A., através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, — para efeito do licenciamento — todos os produtos elaborados no País ou importados, como também os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica.

Eis, na íntegra, o decreto-lei:

“Art. 1.º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da Indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário em todo o território nacional .

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 2.º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, estendendo-se essa fiscalização à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização dos mesmos.

Art. 3.º — Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura,

para efeito de licenciamento.

§ 1.º — A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2.º — A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3.º — A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da execução prevista no Art. 5.º deste Decreto-Lei.

§ 4.º — Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 4.º — Os produtos definidos no Artigo 1.º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no país, dentro de pra-

gleba se, desacompanhado de seu complemento a PRODUÇÃO agropecuária. É que, sobretudo no caso brasileiro, proteger com o SEGURO apenas o INVESTIDOR agrícola, poderia atrair capitais para o Meio Rural, mas, pelo desamparo em que ficaria o PRODUTOR, não criaria, em épocas de intempérie sobretudo, as condições de serenidade tão necessárias ao prosseguimento das faixas agropecuárias e, mais que isso, no processo de expansão

econômica do SETOR AGRÍCOLA NACIONAL.

Resta-nos, para concluir, dizer alguma coisa respeitante a quarta e última parte de nosso Programa. Trata-se, conforme sabemos, da POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL. Em que pese a importância do que se disser ou fizer em prol do CRÉDITO RURAL o mesmo só adquirirá o sentido que a legislação brasileira sublimemente especificou se, a sua POLÍTICA for bem inspirada

e aceita e seguida sem desfalcimentos. Isto se explica e compreende facilmente se, se tiver em conta que está na esfera política o decidir e normalizar as formas de aplicação de CRÉDITO RURAL, especificando os quantums e as datas de todas as aplicações.

Em síntese é o que poderemos informar sobre o CURSO DE CRÉDITO RURAL, os detalhes virão com o tempo e nas aulas subsequentes.

zo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Parágrafo único — O prazo a que se refere este artigo será contado, a partir da data da publicação deste Decreto-Lei, para os produtos já licenciados e da data do respectivo licenciamento, para aqueles que, nas mesmas condições, venham a ser comercializados.

Art. 5.º — Pela execução dos serviços de fiscalização previsto neste Decreto-Lei, serão cobradas as seguintes taxas:

a) de licenciamento anual dos estabelecimentos que importem, fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário — até 10 (dez) produtos — um salário mínimo do maior valor vigente no País, e, acima, dois salários mínimos;

b) de licença para comercialização de cada produto — meio a dois salários mínimos de maior valor vigente no país, de acordo com a natureza e as características de cada produto e de conformidade com o que estabelecer a regulamentação do presente Decreto-Lei.

Parágrafo único — Os estabelecimentos oficiais, cooperativas e sindicatos rurais, ficam isentos do pagamento das taxas referidas neste artigo.

Art. 6.º — As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência, ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, dobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7.º — Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste Decreto-Lei, caberá pedido de reconside-

ração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

Art. 8.º — A responsabilidade técnica dos estabelecimentos a que se refere este Decreto-Lei, caberá obrigatoriamente a veterinário, farmacêutico ou químico, conforme a natureza do produto, a critério do órgão incumbido de sua execução.

Art. 9.º — É vedado a todo servidor em exercício no órgão fiscalizador, e ao seu consorte, empregarem sua atividade em estabelecimentos particulares que produzam, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, ou mantenham com os mesmos qualquer relação comercial, alin-

da que como acionistas, colistas ou comanditários.

Art. 10.º — Fica criado, no Ministério da Agricultura, Veterinária, que terá sua Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a Comissão de Biofarmácia Veterinária, que terá sua organização e atribuições definidas na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 11.º — Compete ao Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a execução do presente Decreto-Lei, bem como da respectiva regulamentação.

Art. 12.º — O presente Decreto-Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, ficando revogadas as disposições em contrário".

Incentivador da Mecanização Agrícola

Realizou-se a 31 de julho, último, na sede da Sociedade Paulista de Agronomia, na Capital, o grande almoço com que amigos e colegas do ex-Diretor do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura, Dr. Paulo da Rocha Camargo, atualmente na direção da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo — CEAGESP, (antigo, C.E.A. S.A.), homenagearam esse engenheiro agrônomo, pelos relevantes serviços por ele prestados à agricultura de São Paulo e do Brasil, principalmente no setor de mecanização agrícola.

Cerca de 150 pessoas compareceram ao almoço que contou com a presença do Diretor-Geral do DEMA, Dr. Raul José Collet Silva, a quem cabe presidir-lo.

Ao Dr. Paulo da Rocha Camargo foi entregue na ocasião pelo Dr. Ciro de Camargo Braga, Diretor de Divisão de Mecanização do DEMA,

em nome dos funcionários desse Departamento, uma placa de prata em cujos dizeres se ressalta o seu papel de "grande incentivador da mecanização agrícola" e o "exemplo de probidade e idealismo" do homenageado. Pela direção do DEMA foi conferido ao Dr. Paulo da Rocha Camargo um diploma de "Tratorista Honorário", mencionando-se nesse documento o idealismo do homenageado durante o período de 29 de janeiro de 1950 a 12 de junho último, datas essas que marcam a sua entrada e saída daquele Departamento. A placa foi entregue pelo Diretor-Geral do DEMA, Dr. Raul José Collet Silva. Na oportunidade foi oferecido à Sra. D. Carmem de Camargo, esposa do Dr. Paulo da Rocha Camargo, lindo ramalhete de rosas, entregue à mesma pela esposa do Diretor da Divisão de Mecanização, Sra. D. Silva Palhano Braga.

Notícias e Informações

FINANCIAMENTO PARA MILHO, FEIJÃO E ARROZ

Através da sua Secretaria da Agricultura, o Governador Balano já encaminhou ao Banco do Brasil proposta-convenção para, através do Instituto Balano de Crédito Rural, ampliar o sistema de financiamento para as culturas consideradas essenciais: milho, feijão e arroz.

NÚCLEOS AGRÍCOLAS

O Rio Grande do Norte e a Paraíba foram escolhidos pela SUDENE, para sede de núcleos agrícolas que serão mais tarde estendidos a outros Estados. As últimas liberações da autarquia, destinadas ao Rio Grande do Norte, através dos benefícios oriundos dos artigos 34/18, já somam mais de NCr\$ 5 mil.

MILHO

Os técnicos em abastecimento estão eufóricos com a safra de milho prevista para este ano, que deverá ser superior a 13,8 milhões de toneladas.

A boa perspectiva da safra fez com que as autoridades estudassem o melhor aproveitamento dos subprodutos do milho para consumo industrial, inclusive a mistura de fubá à farinha de trigo destinada à indústria de panificação, abrindo assim um novo mercado para o cereal.

A LAVOURA

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Está na fase final a elaboração do projeto de patrulhas moto-mecanizadas, que irão integrar o sistema assistencial da Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Ceará — CODAGRO, em benefício da agricultura do Estado, conforme previsto no programa de atividades desse órgão para o ano em curso.

SUDENE INVESTE NO COOPERATIVISMO

Através de convênios com organizações estaduais ligadas a cooperativas nordestinas, a SUDENE vai aplicar no cooperativismo da Região cêrea de NCr\$ 400 mil.

SUDENE INVESTE NO COOPERATIVISMO

A Secretaria de Minas e Energia do Estado do Rio começará a estudar a viabilidade da criação da Cooperativa de Eletrificação Rural Teresópolis — Friburgo, para beneficiar dois mil agricultores.

FINANCIAMENTO DO BID A AGROPECUARIA

Financiamentos no total de US\$ 26 milhões, provenientes do Banco Interamericano, de Desenvolvimento (BID), serão concedidos pelo Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CON-

DEPE) aos erdutores de gado de corte da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

CANA-DE-AÇÚCAR

Fornecedores de cana afirmaram que as secas constituem a principal causa da quebra de produção, que este ano apresenta um quadro desanimador para o produtor, prejudicado ainda nas suas finanças pela falta de critério de pagamento da cana por parte de algumas usinas.

ESTADO DO RIO JÁ MATOU 5 MIL MORCEGOS

A Secretaria de Agricultura informou que uma campanha conjunta com técnicos do Ministério da Agricultura, destinada a combater as zoonoses dos rebanhos bovinos fluminenses, já permitiu, este ano, a captura e eliminação de mais de cinco mil morcegos hematófagos, transmissores de raiva. É muito pouco mas já é alguma coisa.

PRIMEIROS RESULTADOS DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Os dois primeiros bezerros gerados através do processo de inseminação artificial, introduzido no Distrito Federal pela Secretaria de Agricultura e Produção, nasceram esta semana, na fazenda Pittipaldi, assistidos por veterinários do Departamento Agronegócio da Fundação Zoobotânica.

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO

65

BRUCELOSE E FEBRE AFTOSA

O Grupo Executivo da Produção Animal efetuou, durante o corrente ano, cerca de 600 testes de brucelose no rebanho bovino de Alagoas, afirmando que, paralelamente, 14 mil animais foram imunizados contra a febre aftosa na zona sertaneja.

INDÚSTRIA DO CACAU CARECE DE PROTEÇÃO

As investidas de indústrias estrangeiras sobre a produção bruta do cacau da Bahia e outros Estados brasileiros, deixando as indústrias de derivados sem matéria-prima, poderá levá-las ao fechamento caso não se adote medidas de proteção à indústria cacauceira.

FALTA DE MILHO

AMEAÇA 100 MIL AVES

Cêrea de 100 mil aves pertencentes às granjas de todo o Ceará estão ameaçadas de morrer de fome por falta de rações, já que falta milho na praça e não há sorgo para a preparação do alimento das aves.

INDA E IMPORTAÇÃO DE TRATORES

O INDA aprovou o financiamento de importação de 293 tratores de esteira e respectivos implementos. Prazo de 8 anos, um ano de carência. Cooperativas e outras entidades farão a importação, para revenda a agricultores.

CLASSE MÉDIA RURAL

As medidas adotadas pelo Governo na região da agro-indústria canavieira do Nordeste vão possibilitar o aparecimento, dentro em breve, de uma nova classe média rural, cuja renda per capita absorverá apreciável parcela da produção industrial nordestina.

INDA FINANCIA

BALANÇAS A CRIADORES

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

(INDA) está financiando a aquisição de balanças aos criadores interessados nas provas zootécnicas. Os implementos serão vendidos através da Sociedade Nordeste dos Criadores, financiados por cinco anos com juros e taxas num total de 12% ao ano.

ABERTURA DE POÇOS

O Governo balano, através da Secretaria de Agricultura, com a colaboração financeira do Banco do Brasil, executará um programa de desenvolvimento da pecuária na região da Encosta da Chapada Diamantina, perfurando poços tubulares, já que a falta de água representa o fator limitante dos rebanhos naquela área. Os poços destinam-se exclusivamente às finalidades da pecuária e a perfuração será efetuada depois de estudos geológicos.

COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Mais duas cooperativas de eletrificação rural constam no Plano Trienal de energia para o agricultor, elaborado e remetido ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário pela Superintendência de Eletrificação Rural de Alagoas.

Os projetos de constituição das Cooperativas já estão sendo elaborados e deverão ser executados em 1970 e 1971, atingindo as propriedades localizadas nas zonas canavieiras, agreste e grande parte do sertão de Alagoas.

FERTILIDADE DO SOLO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), em acôrdo celebrado com o Instituto de Pesquisas Agropecuária do Nordeste, vai aplicar NCr\$ 50.000,00 com a realização de análises de fertilidade do solo nos municípios de Surubim (Pernambuco), Palmeira dos Índios (Alagoas) e Mossoró (Rio Grande do Norte).

NOVOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS PARA O NORDESTE

Os seis projetos agropecuários aprovados na última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE possibilitarão uma maior produção anual de aves, carnes de boi e porco, além de caju, goiaba e cêco.

A implantação desses projetos propiciará, ainda, o aumento da oferta de alimentos para os rebanhos nordestinos, através da criação e melhoramento de pastagens.

COLHEITA DE GIRASSOL

Já foi iniciada em Caruaru a colheita, para aproveitamento industrial, da primeira safra do girassol. Foram aproveitadas duas toneladas e meia de sementes, para fabricação do óleo de girassol.

NOVA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Brasília — Na Universidade de Brasília começou a funcionar em agosto a Faculdade de Ciências Agrárias, cujos cursos, com aulas práticas numa fazenda, formarão especialistas em Agronomia, Veterinária, Floresta e Zootecnia.

CEM MILHÕES DE DÓLARES PARA O ABASTECIMENTO

Será de US\$ 100 milhões o custo aproximado das onze primeiras Centrais de Abastecimento a serem construídas no País, segundo revelou o ministro da Agricultura, sr. Ivo Arzua, ao anunciar os planos de implantação da Rede Nacional de Abastecimento (RENA), empresa descentralizada a ser estruturada nos moldes do Banco Nacional da Habitação, com a participação de capitais do Governo e da iniciativa privada, e que será uma das etapas do programa destinado a modernizar o sistema nacional de comercialização de produtos agropecuários.

FEIJÃO EM CÔRES

Está sendo considerada apenas regular a procura pelo chamado feijão em cores, pôsto à venda pela SUNAB por NCr\$ 0,34 o quilo, através da rede CADEP, para enfrentar o que aquele órgão considera "manobra especulativa" dos atacadistas, os quais estariam retendo o feijão-prêto estocado para forçar a alta nos preços.

SAFRA ALGODOEIRA

O Brasil terá, este ano, uma safra sem precedente de algodão, calculada em 6.200.000 fardos, enquanto que a do México será de apenas 2.100.000.

Um Informe do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sobre a próxima safra de dois dos principais produtores latino-americanos, Índia e a do Brasil continua aumentando, enquanto a do México tende a diminuir.

SAFRA DO AÇÚCAR PERNAMBUCANO

Na moagem de cana que se inicia oficialmente a primeira de setembro no Nordeste, Pernambuco espera produzir uma safra recorde de açúcar, como resultado de um dos mais favoráveis invernos à lavoura canavieira, nos últimos dez anos.

CONTRÔLE DA ACIDEZ DO SOLO

A aplicação dos resíduos dos altos fornos, resultantes da fabricação de ferro-gusa e de aço, no contrôlo da acidez dos solos, poderá ser feita pelos ruralistas brasileiros, após testes efetuados e que tiveram resultados positivos.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA GAÚCHA

Projeto pioneiro no Brasil canalizará para o Rio Grande do Sul recursos da agência Internacional para o Desenvolvimento que serão empregados na instalação de escolas para o ensino

prático de mecanização agrícola, incluindo manejo e conservação das máquinas.

EXPORTAÇÃO AGRÍCOLA DE 1968

A exportação de produtos primários, exceto café, cacau e açúcar, cuja produção não se encontra na esfera do Ministério da Agricultura, produziu, em 1968, uma receita de divisas da ordem de US\$ 503,3 milhões, o que representa um incremento da ordem de 57,1% em relação à média registrada no decênio 1958/67.

REBANHO DOBRADO

O rebanho bovino de Alagoas tem condições de duplicar em pouco tempo. Se as condições climáticas favorecerem e com os incentivos que o Governo está oferecendo não há quem impeça o dobro do gado que passa nos campos alagoanos. Hoje há mais de um milhão de cabeças.

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

O Brasil é atualmente o segundo exportador mundial de algodão, tendo superado nesse campo a União Soviética e ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A produção algodoeira do Brasil para este ano está prevista em 350 mil toneladas.

SEMENTES PARA PERNAMBUCO

A SUDENE e o Governo de Pernambuco assinaram convênio para produção de 400 toneladas de sementes, o que solucionará, a partir de 1970, a carência de grãos selecionados na agricultura pernambucana.

PADRONIZAÇÃO DA COTONICULTURA NORDESTINA

Caberá à Bolsa de Mercadorias de São Paulo a tarefa de elaborar os planos para que o algodão do Nordeste brasileiro possa ser classificado e padronizado, como é feito em São Paulo

há muitos anos. Essa foi a colaboração da delegação paulista ao Encontro Algodoeiro do Nordeste, que reuniu oito Estados produtores em Natal, no Rio Grande do Norte.

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

A dinamização do trabalho de Crédito Rural Educativo é um dos pontos que se destacam dentro do Plano de Ação a ser executado este ano pelo Serviço de Extensão Rural de Pernambuco, dando maior amplitude, e profundidade à nova política adotada pelo Banco Central, visando a levar o financiamento às atividades agrícolas das comunidades rurais.

FABRICA DE FERTILIZANTES

Investimentos de NCr\$ 39,7 milhões serão feitos na implantação, no Rio Grande do Sul, de uma fábrica de fertilizantes, com produção anual de 300 mil toneladas, segundo projeto aprovado pelo Grupo Executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

NOVENTA MILHÕES DE DÓLARES PARA AGROPECUÁRIA

Recursos da ordem de US\$ 80 milhões, provenientes de acordo firmado pelo governo brasileiro com o Banco Mundial, serão aplicados nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Noventa e um pecuaristas já pediram empréstimos que atingem a um montante de NCr\$ 31,5 milhões.

POVOAMENTO AÉREO

Em Pernambuco, operam regularmente duas aeronaves especializadas em povoadamentos aéreos, que, em apenas um mês de funcionamento, já têm praticamente concluídos esses serviços para as usinas Pimaty e Pedrosa, com uma cobertura total em torno de 6 mil hectares.

MECANIZAÇÃO DO CAMPO EM PERNAMBUCO

O Governo do Estado de Pernambuco dentro de seu plano de modernização agrícola, vai instalar no Interior — Ouricuri, São José do Egito, Petrolândia e Vertentes — mais quatro agências da Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco, para ajudar o homem do campo na dinamização e racionalização de suas atividades.

TENDÊNCIA AO MAIOR INVESTIMENTO EM TERRAS

Pesquisa realizada na baía leiteira de Alagoas mostra que 58% do capital das empresas é representado pelo fator "terra"; 24%, pelo item "rebanho"; 16%, por benfiteiros e apenas 2% em equipamentos.

O estudo foi realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, sob o título "Análise de Uma Função de Produção", concluindo haver tendência generalizada do produtor rural para investir em terras.

ELETRÔNICA NO COMBATE A SAÚVA

O Síncron-Ciclotron da Universidade Federal Fluminense — acelerador de partículas que produz radionúcleos — vai ser utilizado agora no combate à saúva, através de convênio com a administração estadual.

COMBATE A CIGARRINHA

Três aviões foram adquiridos recentemente pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e têm como especialidade o emprego na polvilhação de inseticida, devendo nesta missão atuar contra a cigarrinha numa área que abrange 25 usinas nos Estados de Pernambuco e Alagoas, durante o período de um mês.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 1969-1970

A produção agrícola na safra 1969-70 deverá apresentar um crescimento de cerca

de 10%, embora a escassez de chuvas em algumas regiões tenha trazido algum prejuízo às lavouras. O aumento na área plantada em 1969 é da ordem de 3%, enquanto o consumo de fertilizantes cresceu em 30%.

SUDENE EMPREGA NORDESTINOS

Mais 630 mil nordestinos terão emprego, com os 700 projetos aprovados pela SUDENE, dos quais pelo menos 200 já foram implantados, somente no setor industrial, segundo anunciou o Coronel Costa Cavaleanti, ao enfatizar o que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em quase dez anos de atuação, vem conseguindo modificar na região.

FINANCIAMENTO PARA FEIJÃO É DE 50 MILHÕES

O Conselho Nacional de Abastecimento — SUNABAO — aprovou o esquema financeiro que beneficiará os plantadores de feijão como cultura intercalada de café e cana-de-açúcar, calculando em torno de NCR\$ 50 milhões o total do financiamento.

PRODUÇÃO COMO MEDIDA DE SEGURANÇA

O aumento da produção agrícola para alimentação da crescente população brasileira é um imperativo de segurança nacional, principalmente se considerarmos que nos casos de conflitos internacionais os grandes produtores mundiais suspendem imediatamente as exportações dos gêneros básicos a subsistência, provocando o racionamento nos países importadores, como aconteceu no Brasil durante a II Guerra Mundial. (Ministro Ivo Arzuva).

SÊCA PREJUDICA AGROPECUÁRIA

A prolongada estiagem que se vem verificando este ano em São Paulo, segundo técnicos da Secretaria da

Agricultura, está prejudicando todas as culturas tradicionais do período das secas. A situação é considerada das mais graves porque já começaram a escassear as pastagens, e afetando, conseqüentemente, a agropecuária.

INDÚSTRIA DA BANANA

A instalação de um complexo industrial no vale do Ribeira para aproveitamento dos excedentes das safras de banana, reclamada há muitos anos por autoridades e agricultores da região, tem sido motivo de promessas jamais cumpridas. Tais excedentes são calculados em 10 a 15 milhões de cachos, representando mais de 30% das colheitas.

PRODUÇÃO DE MANDIOCA

A produção de mandioca contribui com 11% para a formação da renda bruta da lavoura maranhense, correspondendo essa cultura a 10% da safra nordestina do produto.

ABACAXI

Para explorar as 700 mil caixas de abacaxi, produção estimada da safra deste ano na Paraíba, os exportadores recolherão ao Erário estadual cerca de NCR\$ 1 milhão em ICM. Ano passado a Paraíba exportou 630 mil caixas.

TENDÊNCIA DOS PRODUTORES NORDESTINOS

A tendência dos produtores rurais do Nordeste é pelo investimento nas terras da região, foi o que revelou uma pesquisa realizada pelos técnicos do Banco do Brasil, levada a efeito na baía leiteira de Alagoas e determinando, que das empresas locais, 58 por cento do capital são representados por terras. Com 24 por cento, vêm em segundo lugar os investimentos em rebanhos e, em seguida, o capital empregado em benfiteorias; 16 por cento.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de julho — agosto de 1969

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Abastecimento — Homologação de preço de venda

O Superintendente da SUNAB homologou os preços de liquidação e faturamento do açúcar cristal standard, com polarização de 99,3%, por sacco de 60 quilos bruto, na condição PVU (pósto no vagão ou veículo na usina), fixado pelo IAA através do Ato n.º 12, de 1969.

Os preços de liquidação homologados são de NCr\$ 19,56 na Região Centro-Sul e de NCr\$ 26,66 na Região Norte-Nordeste, e os de faturamento homologados são de NCr\$ 25,81 na Região Centro Sul e de NCr\$ 30,77 na Região Norte-Nordeste, incluídos, em ambos os preços, a contribuição de NCr\$ 1,86 para o IAA, criada pelo Decreto-lei n.º 308, de 1967, e o valor do ICM, calculado na base de 17% para a Região Centro Sul e de 18% para a Região Norte-Nordeste.

Ambos os preços somente se aplicam para a comercialização do açúcar cristal dentro do Estado produtor. Quando esse açúcar se destinar a outro Estado, que não o produtor, o preço de faturamento, na quantidade e condições referidas, será de NCr\$ 25,20, na Região Centro-Sul e de NCr\$ 29,68, na Região Norte-Nordeste, incluídos, em ambos os preços, a contribuição para o IAA de NCr\$ 1,86 e o montante do ICM, calculado na base de 15%.

Os tipos de açúcar de qualidade superior terão os seguintes Acjos sobre o preço oficial de liquidação do açúcar cristal standard, não incluído o valor correspondente ao IPI, quando incidente:

TIPOS	CENTRO/SUL	NORTE NORDESTE
	NCr\$	NCr\$
Cristal superior (5%)	0,98	1,33
Cristal triturado ou moído (6%)	1,17	1,60
Cristal superior peneirado (10%)	1,96	2,67
Cristal especial (15%) ...	2,93	4,00
Granulado americano comum de produção direta, não refinada (15%)	2,93	4,00
Granulado americano superior, de produção direta, não refinado (20%)	3,91	5,33
Refinado amorfo de primeira (24%)	4,96	6,40
Refinado amorfo extra (tipos finos) (30%) ..	5,87	8,00
Refinado granulado (36%)	7,43	10,13

IAA — SUNAB — Portaria n.º 63, de 18-6-69 — DO—II, de 27-6-69, p. 1.686.

AÇÚCAR — Cana — Preços — Safra 1969/70

O IAA fixou os preços oficiais para os diversos tipos de açúcar e de cana da safra 1969/70. O açúcar na Região Centro-Sul e NCr\$ 26,66 na Região Norte-cristal standard será remunerado na base de NCr\$ 19,56 Nordeste, por sacco de 60 quilos brutos.

O faturamento será na base de NCr\$ 25,81 e..... NCr\$ 30,77 para as mesmas regiões.

Os preços de liquidação do açúcar demerara, destinado à exportação para mercados externos, foram fixados em NCr\$ 17,80 e 24,26 para as Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, respectivamente, por sacco de 60 quilos brutos. Seu pagamento será efetuado semanalmente pelo IAA.

Quanto à cana, os preços-base da tonelada do produto colocado na esteira e froneado às usinas do País, na safra de 1969/70, serão de NCr\$ 17,80 na Região Centro-Sul e NCr\$ 27,40 na Região Norte-Nordeste. O cálculo tomará por ponto de referência o rendimento de 90 quilos de açúcar cristal por tonelada de cana na primeira região de 94 quilos na segunda. O pagamento será feito quinzenalmente e compreenderá os fornecimentos da quilozena anterior.

O IAA também promoverá o financiamento do açúcar cristal e dos tipos superiores não refinados na base de até 80% dos preços oficiais de liquidação. Esse benefício, contudo, será suspenso para as usinas em atraso no pagamento das canas recebidas ou as que tiverem retido para crédito do IAA ou Banco do Brasil importância descontadas dos fornecedores (MIC—IAA — Resolução n.º 2.028, de 27-6-69 — DO—II de 17-7-69, p. 1.921).

AÇÚCAR — Comercialização — Safra junho/agosto de 1969

O Presidente do IAA fixou as cotas mensais de comercialização de açúcar cristal para o período de safra, compreendido entre 1.º de junho e 31 de agosto de 1969, a serem observadas pelas cooperativas centralizadas e vendas e usinas não cooperadas de Pernambuco e Alagoas.

Os saldos finais das contas não utilizados até 31-8-69 ficam cancelados e incorporados às disponibilidades para a safra de 1969/70 (MIC—IAA — Ato n.º 25, de 22-7-69 — DO—II de 11-8-69, p. 2.113).

AÇÚCAR — Cota de Comercialização — São Paulo

O Presidente do IAA estabeleceu, para o Estado de S. Paulo, as cotas de comercialização de açúcar cristal da safra 1969/70, que serão distribuídas em dois períodos: o primeiro entre 1.º julho e 30 de novembro, e o segundo estendendo-se de 1-12-69 até 30-6-70 (MIC—IAA — Ato n.º 24, de 8-7-69 — DO—II, de 23-7-69, p. 1.985).

AÇÚCAR — Cotas Compulsórias à Guanabara

O Presidente do IAA atribuiu às usinas fluminenses não-cooperadas e à Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool a entrega das cotas compulsórias de suprimento das refinarias autônomas da Guanabara, a cargo das usinas paulistas, e correspon-

legislação agrícola

dentos nos meses de julho e agosto de 1969. Para efeitos fiscais, essas cotas são consideradas antecipação de vendas, por conta das cotas de comercialização dos meses seguintes. (MIC-IAA — Ato n.º 23, de 8-7-69 — DO-II de 23-7-69, p. 1.085).

açúcar — Moagem de Cana — Região Centro-Sul

O Conselho Deliberativo do IAA autorizou as usinas dos Estados da Região Centro-Sul a prosseguir a moagem de cana até o volume das respectivas cotas oficiais de produção de açúcar, uma vez atingidas as autorizações individuais de acordo com o Plano de Defesa da Safra 1969/70 (MIC-IAA — Resolução n.º 2.020, de 10-7-69 — DO-II de 23-7-69, p. 1.985).

agrônomo — arquiteto — engenheiro — Fiscalização da Profissão

O Presidente da República revogou o Decreto-lei n.º 620, de 1969, que limitava a um só órgão fiscalizador das atividades dos engenheiros, agrônomos e arquitetos.

Ficou, em consequência, restabelecida, para esse fim, a competência dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), mantidas igualmente as atribuições do Conselho Federal, que receberá 15% da renda proveniente das taxas de expedição das carteiras profissionais e de registro e das multas aplicadas de acordo com aquele dispositivo legal (Decreto-lei n.º 711, de 29-7-69 — DO de 30-7-69, p. 6.481).

algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja e mandioca — Preços Mínimos — Safra 1969/70

Foram fixados os novos preços mínimos para financiamento ou aquisição de algodão, amendoim, arroz, farinha de mandioca, feijão, mamona, milho e soja, das Regiões Centrais e Meridional, da safra 1969/70, correspondente à colheita do ano agrícola compreendido de 1-8-69 a 31-7-70. As regiões abrangidas referem-se aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal e Território de Rondônia.

As operações serão realizadas de preferência com produtores ou suas cooperativas, podendo, contudo, as de financiamento com opção de venda ser estendidas a terceiros em caráter excepcional (Decreto n.º 64.033, de 5-8-69 — DO de 7-8-69, p. 6.734).

amendoim — Preços Mínimos — (V. Algodão)

arroz — Preços Mínimos — (V. Algodão)

borracha vegetal — Preços — Itajubá

O Conselho Nacional da Borracha decidiu reajustar em 20%, a partir de 1-7-69, o preço básico das borrachas vegetais nacionais silvicultoras (MIC-CNH — Resolução n.º 6, de 27-6-69, DO de 22-7-69, p. 6.226).

café — Compra pelo IBC — Normas de Faturamento

A diretoria do IBC aprovou as normas referentes às compras de cafés da safra 1969/70. O produto deverá ser acondicionado em sacaria nova, com o peso de 60,5 quilos brutos, com taxas e impostos pagos. Os preços do IBC variam a quota ou a data de seus despachos ou entregas, dividindo-se os tipos do produto em café da quota despulpada e café da quota comum. O pagamento das faturas será feito, pelas agências do Banco do Brasil, um mês após sua apresentação ao IBC, contra a entrega dos documentos representativos do

café faturado (MIC-IBC — Resolução n.º 467, de 30-6-69 — DO II de 8-7-69, p. 1.806).

café — Exportação — Aquisição de Cambiais — Preços Mínimos

O IBC estabeleceu que o Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários autorizados adquirirão aos seguintes preços mínimos de registro básico, por saca de 60,5 quilos brutos, as cambiais das exportações de café embarcado a partir de 20 de junho de 1969:

— NCr\$ 112,20 — cafés despulpados com características de tipo e bebida peculiares e preços mínimo de US\$ 0,3650 por libra-peso na declaração de vendas. NCr\$ 101,30 — cafés do tipo 6, bebida leanta de pósto "Rio Zona", preço mínimo de US\$ 0,3650 por libra-peso na declaração. Os preços fixados para as cambiais nestes dois casos valerão para embarques em qualquer porto; NCr\$ 06,00 — cafés do tipo 6 com o preço mínimo de US\$ 0,3350 por libra-peso — embarques nos portos de Paranaguá e Antonina; NCr\$ 80,10 — cafés do tipo 7/8, melhor bebida "Rio Zona", US\$ 0,3250 por libra-peso — embarques nos portos do Rio de Janeiro e Niterói; NCr\$ 72,10 — café tipo 7/8, melhor bebida "Rio Zona", ao preço de US\$ 0,3100 por libra-peso — embarques nos portos de Vitória, Recife, Salvador e Itajai.

Os valores em moeda nacional para aquisição das cambiais prevalecerão para as compras de letras à vista, e a parcela das cambiais correspondentes à diferença para mais entre os preços de venda declarados e os registro mínimo será negociada a taxa livremente contratadas.

O IBC admite a remessa, pelos exportadores, em "Conta Gráfica", de comissões de 1,5% e 3% no máximo, nos casos de exportação para os Estados Unidos da América e para os demais destinos, respectivamente. À exceção da Argentina e Uruguai. Nestes dois últimos casos, o IBC admite remessa de comissão de 6,25%, independentemente de pagamento pelo exportador (MIC-IBC — Resolução n.º 466, de 20-6-69 — DO-II de 30-6-69, p. 1.965).

cana-de-açúcar — Preço-Base — Região Centro-Sul — Safra 1969/70 — ICM

O IAA resolveu que o preço-base da tonelada de cana posta na esteira e fornecida às usinas da Região Centro-Sul na safra de 1969/70 deverá ser acrescido quando houver a incidência do imposto sobre circulação das mercadorias:

1) de NCr\$ 3,65 — alíquota de 17% — para entregas às unidades produtoras situadas dentro do território do Estado. Preço final; NCr\$ 21,45 por tonelada;

2) de NCr\$ 3,14 — alíquota de 15% — quando as entregas se destinarem a unidades produtoras de outro Estado.

Em consequência, os preços da tonelada de cana na esteira, já incluído o ICM, serão de NCr\$ 21,45, quando incidente a alíquota de 17%, e de NCr\$ 20,94, quando incidente a alíquota de 15%.

Os valores de NCr\$ 3,65 ou NCr\$ 3,15, correspondentes à incidência do ICM sobre a tonelada de cana, constituirão crédito fiscal da usina recehedora dessa matéria-prima, na base de NCr\$ 2,33 ou NCr\$ 2,00 por saca de açúcar, respectivamente (MIC-IAA — Ato n.º 17, de 12-6-69 — DO-II de 30-6-69, p. 1.065).

carne bovina — Abastecimento — Lucro e Normas de Comercialização

O Superintendente da SUNAB estabeleceu para os pecuaristas a obrigação de, sempre que lhes forem solicitados, preencherem e entregarem ao representante da representante da SUNAB indicado, contra recibo e no prazo de 48 horas, devidamente assinados, os questionários de cadastro de sua atividade.

Para os frigoríficos, matadouros, marchantes, entrepostos, cooperativas, distribuidores e demais firmas que operem com atacadistas de carne bovina, foi instituída a obrigação de apresentarem, às Delegacias Regionais da SUNAB, os Boletins de Distribuição diária, relativos à carne bovina recebida e distribuída, com a discriminação das peças (dianteiro e traseiro), os respectivos pesos e preços, ainda que a distribuição ocorra em sábados, domingos ou feriados. A apresentação deverá ser feita até às 17 horas do dia útil e imediato ao relatado, devendo o boletim ser apresentado, ainda que não ocorra distribuição.

A partir de 1-8-69 as firmas acima mencionadas estabelecidas nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deverão fazer constar nas notas fiscais aos varejistas o valor real e o valor tributável correspondentes à redução de ICM e a elas concedida, na forma do que foi deliberado no VI Convênio dos Secretários da Fazenda da Região Centro-Sul.

Ao atacadista fica proibido incluir na nota fiscal de venda de carne bovina ao varejista qualquer acréscimo correspondente à comissão de distribuição ou carrêto, sendo que o valor deste deverá ser cobrado em nota à parte à fiscalização da SUNAB.

Para o varejista foram estabelecidas normas de comercialização da carne bovina, dispondo: a proibição de venda ao consumidor de carne que contenha osso ou aponevrose; que o contrapelo só poderá ser adicionado à carne com concordância do comprador e sempre de carne do mesmo tipo e qualidade da solicitada; que na carne vendida com osso o péso deste não poderá ultrapassar de 20% o péso de carne adquirida pelo comprador, exceto no caso de costela; que o preço de venda para a fração do quilograma será proporcional ao preço exposto para o quilograma; que os embrulhos para qualquer tipo de carne e derivados (inclusive aves, peixes e outros produtos de origem animal) deverão ser feitos com embalagem apropriada, em envoltório plástico ou em papel que não contenha cerantes, tintas de impressão ou outras substâncias químicas do tipo que possam causar danos à saúde; que é obrigatória a prevenção da tabela de preços do quilograma da carne de todos os tipos, qualidades ou especialidades, em local visível e de fácil leitura, com letras e algarismos de, pelo menos, três centímetros e que nos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro a pá (poleta), acém, peito sem osso e capa de filé ficam classificadas como carnes de segunda qualidade, devendo, nas demais unidades da Federação, os Delegados da SUNAB procederem à classificação, obedecendo aos costumes regionais.

A partir de 1-8-69, o Superintendente da SUNAB estabeleceu, também, as seguintes margens de comercialização, a incluir sobre os menores valores dos dianteiros e traseiros constantes das notas fiscais respectivas, quando os açougues receberem carne de diferentes procedências:

Carne sem Osso

Alcatra — até 42% sobre o preço do traseiro; Carne de 1ª — coxão mole, coxão duro (chá de dentro e chá de fora), patinho, largato até 32% sobre o preço do traseiro; Carne de 2ª — pá (poleta) até 55% sobre o preço do dianteiro, acém, capa de filé e peito sem osso — até 30% sobre o preço do dianteiro.

Carne com osso

Carne de 1ª — até 12% sobre o preço do traseiro; Carne de 2ª — até 10% sobre o preço do dianteiro; Costela; — até 8%, não podendo ser vendida lesada.

Estão sujeitos às margens de comercialização supracitadas os açougues sediados no:

Estado da Guanabara:

Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de: Angra dos Reis, Araruama, Barra do Pirai, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaçu, Itaperuna, Macaé, Miraflores, Nilópolis, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Paraitinga do Sul, Petrópolis, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Três Rios, Valença, Vassouras, Volta Redonda.

Estado de São Paulo, nas cidades de: Arujá, Atibaia, Barueri, Botolphina, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Campinas, Campo Limpo, Corapicuí, Cotia, Cubatão, Diadema, Elias Fainto, Embu, Embu-guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarujá, Guarulhos, Ibiúna, Igaratá, Itanhaém, Itapeerica da Serra, Itaquaquecetuba, Itariri, Itatiba, Itu, Itupeva, Jacareí, Jorinú, Joanópolis, Jundiaí, Juquitiba, Louveira, Marilque, Mauá, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Morungaba, Nazaré Paulista, Osasco, Pedreira, Pedra Bela, Peruíbe, Piedade, Pinhalzinho, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Praia Grande, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salto, Santana do Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Vicente, Sorocaba, Suzano, Taboão da Serra, Valinhos, Vargem, Vinhedo e Votorantim.

Os Delegados da SUNAB com jurisdição sobre as cidades e Estados não citados acima submeterão à aprovação do Superintendente da SUNAB as margens de comercialização que instituírem, compatíveis com as condições locais, quando julgarem necessário fixar as aludidas margens.

Fica, entretanto, excluída de qualquer fixação de margem de comercialização, permanecendo, por consequente, liberada, a carne denominada "Kosher ou Kasher", destinada ao consumo exclusivo da Colônia Israelita Ortodoxa, tendo em vista o processo de abate de bovinos destinados à sua preparação (MA-SUNAB — Portaria n.º 76, de 29-7-69 — DO-II de 5-8-69, p. 2 088).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA III — Regulamento

O Ministro da Agricultura aprovou o Regulamento do III Congresso Nacional de Agropecuária, no qual estão fixadas as normas que regerão o funcionamento do couchove (MA-Gb — Portaria n.º 181, de 18-6-69 — DO de 26-6-69, p. 5 413).

CRÉDITO RURAL — Regulamento das Comissões Estaduais

Ministro da Agricultura aprovou o Regulamento das Comissões Estaduais de Crédito Rural, órgãos de assessoramento e consulta dos Conselhos Estaduais de Agricultura em assuntos relativos a crédito rural (MA-Gb — Portaria n.º 179, de 16-6-69 — DO de 20-6-69, p. 5 242).

DÍVIDA AGRÁRIA — Correção Monetária — Títulos da — 3.º Trimestre/69

O Ministro da Fazenda fixou os seguintes valores nominais para os Títulos da Dívida Agrária com referência ao trimestre de julho a setembro de 1969:

Valor de referência: NCr\$ 50,00; NCr\$ 100,00; NCr\$ 200,00; NCr\$ 500,00; NCr\$ 1 000,00.

Valor nominal reajustado: NCr\$ 195,00; NCr\$ 390,00; NCr\$ 780,00; NCr\$ 1 950,00; NCr\$ 3 900,00 (MF-CB — Portaria n.º 248 de 8-7-69 — DO de 15-7-69, p. 5 090).

Legislação agrícola

FARINHA DE MANDIOCA — Preços Mínimos Básicos

O Presidente da República tornou sem efeito a tabela de preços mínimos para a farinha de mandioca, de que trata o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 63.909, de 1968, e alterou para NCr\$ 1,55 por 50 quilos o preço da raíz de mandioca, mantidas as demais condições constantes do § 2.º do art. 3.º do mesmo Decreto.

PREÇOS MÍNIMOS LÍQUIDOS

	GROSSO — Tipo 2 — Saco de 50 quilos	
	Zonas Geo-Econômicas	
	NCr\$/50 kg	
Maranhão		
Unica	6,63	
Piauí		
Unica	6,31	
Ceará		
Unica	6,38	
Rio Grande do Norte		
Unica	0,52	
Paraíba		
PB-6	0,33	
PB-7	0,78	

Pernambuco

PE-3	6,01
PE-4	0,68

Alagoas

Unica	0,67
-----------------	------

Sergipe

Unica	6,77
-----------------	------

Bahia

BA-5	5,74
BA-6	6,49
BA-7	6,77
BA-8	0,40

Acre — Amapá — Amazonas — Pará (exclusive Bragança) — Rondônia — Roraima

Tódas	7,04
Região de Bragança (Pará)	6,43

(Decreto n.º 64.852 de 21-7-69 — DO de 21-7-69 p. 6 153).

FEIJÃO — Preços Mínimos (V. Algodão)

FUMO EM FOLHA DA BAHIA — Exportação — Preços — Safra 1968/69.

A Carteira de Comércio Exterior fixou novos preços mínimos em US/kg para o fumo em folha originário da Bahia — safra de 1968/69 e dos estoques remanescentes das safras anteriores:

PROCEDENCIA

Classe	Mata Fina	Mata Sul	Mata Norte	Febra	Serão
PHP	3,42	3,00	2,59	—	—
PP	2,85	2,55	2,16	—	—
PP	2,00	2,38	2,02	—	—
P	2,37	2,12	1,80	—	—
1.º	1,01	1,44	1,22	0,92	0,68
2.º	1,33	1,19	1,00	0,75	0,56
2.º 2.º	1,14	1,02	0,86	0,65	0,48
FA, 3.º	1,09	0,03	0,83	0,62	0,46
3.º 3.º	1,04	0,03	0,79	0,60	0,44
O e Pl.	8,25	0,85	0,72	0,50	0,40
PF	1,10	1,00	0,90	0,67	—
PLM	0,71	0,64	0,54	0,40	0,30
PR	0,47	0,42	0,36	0,30	—
XXA	1,42	1,27	1,08	0,82	—
XXA/SD	2,18	1,95	1,65	1,25	—
XA	1,23	1,10	0,94	0,70	0,52
XB	0,85	0,76	0,65	0,50	0,36
BQ	—	0,18	0,18	0,18	0,18
BM	—	0,14	0,14	0,14	0,14

(MF-CAEX — Comunicado n.º 275 de 14-7-69 — DO — II de 24-7-69, p. 2 004).

GUIA FLORESTAL — Fichas de Controle — Exportação de Madeiras.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal regulamentou a concessão de Guia Florestal e Fichas de Controle às empresas que realizam exploração de florestas, transportam, armazenam ou negociam matéria-prima destinada à indústria ou seu beneficiamento.

As normas para habilitação incluem também as empresas dedicadas à exportação de madeiras e seus derivados. Definiu, ainda, o significado da madeira e

seus derivados, com o objetivo de caracterizar corretamente esses produtos para fins legais (MA-INDP — Portaria n.º 1.020, de 4-7-69 — DO — II de 28-7-69, p. 2 016).

MADEIRA DE PINHO — Exportação — Liberação de Contingente

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal complementou os contingentes de madeiras de pinho a que se referem as Portarias n.ºs 758, 804, 864 e 805, de 1969, liberando mais . . .

5 000 000 p2 para exportação. Por solicitação do Conselho Administrativo da Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, foi liberado também o contingente de 44.000 000 p2 de taboadoes e 4.000.000 p2 de quadradrinhos de pinho em peças serradas — destinado aos mercados constantes da Resolução n.º 11 do CONCEX, Item II.

As vendas limitadas a esse contingente deverão processar-se entre 1.º de junho e 30 de setembro de 1969, observadas as condições e os preços estipulados nas listas da CCEM e o rateio entre os exportadores habilitados (MA-IBDP — Portaria n.º 938 de 3-6-69 — DO — II de 17-6-69, p. 1.452).

MAÇONA — Preços Mínimos — (V. Algodão)

MANDIOCA — Preços Mínimos — (V. Algodão)

MEDICO VETERINARIO — Conselhos de Medicina Veterinária — Exercicio da Profissão

O Presidente da República aprovou o regulamento em que estão enquadrados o exercicio da profissão de médico-veterinário e os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, desde o dia 19 de junho de 1969 (Decreto n.º 64.704, de 17-6-69 — DO de 19-6-69, p. 5.196).

MILHO — Preços Mínimos — (V. Algodão)

OLEO DE MENTA — IPI — Isenção

O Ministro da Fazenda autorizou a suspensão do imposto sobre produtos industrializados nas saídas do óleo de menta em bruto produzido por lavradores com emprego de matéria-prima da própria lavoura, quando o produto for adquirido pelos estabelecimentos industriais, diretamente ou através de postos de compra, e nas remessas feitas pelos postos de compra aos estabelecimentos industriais.

Nas saídas diretas, o produto poderá usar a Nota de Compra adotada pela legislação fiscal estadual, emitida pelos estabelecimentos industriais ou pelos postos de compra; nas remessas feitas pelos postos de compra aos estabelecimentos industriais é obrigatório o uso da Nota Fiscal série B ou C, com os dados do produto com suspensão do imposto sobre produtos industrializados, nos termos do art. 10 do Decreto-lei n.º 400, de 1968 (MP-GB — Portaria n.º 229, de 25-6-69 — DO de 2-7-69, p. 5.573).

PESCA — Industrialização e Comercialização — Prazo para Execução de Projetos

O Conselho Deliberativo da SUDEPE revogou as Resoluções n.ºs. 47, de 1968, e 2 e 4, de 1969, autorizando o exame dos projetos industriais e de comercialização do pescado que deram entrada no órgão para apreciação até 30-4-69, bem como daqueles que foram apresentados posteriormente.

Uma vez aprovados os projetos industriais, os interessados terão o prazo de seis meses para o inicio de sua execução. A aprovação perderá a validade, após vencido este periodo, podendo ser prorrogada se a execução do projeto for julgada conveniente ao programa estabelecido pela SUDEPE.

Quanto aos projetos já aprovados, já foram expedidas as respectivas autorizações, o prazo de validade é igual, mas a contar do dia 7 de agosto de 1969.

A prorrogação estará condicionada ao preenchimento das exigências estabelecidas para os casos antes mencionados (MA-SUDEPE — Resolução n.º 5, de 24-7-69 — DO — II de 7-8-69, p. 2.106).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Comercialização — Afixação de Preços de Venda

O Superintendente da BUNAB determinou para os estabelecimentos que comercializam com produtos hortigranjeiros nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia a obrigatoriedade de manterem, em local visível e de fácil leitura, os preços de venda desses produtos.

Os preços poderão ser afixados em tabuletas colocadas junto dos produtos expostos, ou em uma tabela geral, com letras e algarismos de, no mínimo 3 cm de altura.

Nos supermercados ou nos estabelecimentos que empregam o sistema de auto-serviço, os preços de venda poderão ser atribuídos nos invólucros dos produtos (MA-BUNAB — Portaria n.º 64, de 18-6-69 — DO — II de 27-6-69, p. 1.085).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Afixação de Preço de Venda — Mato Grosso

O Superintendente da BUNAB estendeu aos estabelecimentos que comercializam com produtos hortigranjeiros no Estado de Mato Grosso a obrigatoriedade

de manterem, em local visível e de fácil leitura, o preço de venda dos produtos expostos.

Os preços serão afixados em tabuletas colocadas sobre os produtos ou em tabuletas gerais, com letras e algarismos de, no mínimo, três centímetros de altura.

Os supermercados e estabelecimentos que utilizam o sistema denominado auto-serviço afixarão os preços de venda por meio de cartão nos invólucros dos produtos.

A obrigatoriedade de afixação de preço de venda dos produtos hortigranjeiros estava limitada aos estabelecimentos localizados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (MA-BUNAB — Portaria n.º 74, de 21-7-69 — DO — II de 23-7-69, p. 2.066).

REFORMA AGRÁRIA — Grupo Executivo — Regulamentação

O Presidente da República regulamentou o Decreto-lei n.º 532, de 1969, definindo as atribuições e a estrutura do Grupo Executivo da Reforma Agrária (Decreto n.º 64.851, de 21-7-69 — DO de 21-7-69, p. 6.153).

SEMENTES — Comércio — Identificação

O Ministro da Agricultura decidiu que, no prazo máximo de 180 dias, todas as sementes produzidas e comercializadas devem ser acondicionadas com os seguintes elementos de identificação: a) nome do vendedor; b) endereço do vendedor; c) semente de ...; d) origem de ...; e) sementes puras ...; f) variedade ...; g) número de lote ...; h) germinação ...; i) teste de germinação ...; j) peso líquido/kg (MA-GB — Portaria n.º 197, de 17-7-69 — DO de 23-7-69, p. 6.267).

SOJA — Preços Mínimos — (V. Algodão)

TRABALHADOR RURAL — Previdência Social — Assistência Médica

O Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social recomendou ao Presidente da Comissão Diretora do FUNRURAL o exame da possibilidade de assistência médica aos trabalhadores rurais e seus dependentes nas áreas onde cessarem os convênios mantidos pelo INPS com as municipalidades (MTPS-DNPS — Resolução n.º 260, de 11-6-69 — DO de 24-6-69, p. 5.344).

TRABALHADOR RURAL — Safristas — Regulamentação

O Presidente da República regulamentou o trabalho dos safristas, assim considerados os empregados, inclusive trabalhador rural, cujo contrato tenha a duração dependente de variações sazonais da atividade agrícola. O contrato de trabalho do safrista será considerado por prazo determinado sempre que suceder a outro de duração limitada; após seu término, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, a importância correspondente a 1/12 do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.

As jornadas de trabalho do safrista não poderá ultrapassar oito horas. As horas extraordinárias, não excedentes de duas, deverão ser remuneradas com acréscimo de 20% sobre o valor de hora normal.

Para todos os efeitos, inclusive o de estabilidade, serão somados os períodos descontinuos de serviço do safrista na mesma empresa, aplicando-se a esse trabalhador as normas da CLT, do Estatuto do Trabalhador Rural e da legislação complementar desde que não conflitantes com essa regulamentação.

Essas disposições entram em vigor 90 dias após a publicação desse Decreto-lei (Decreto-lei n.º 761, de 14-8-69 — DO de 15-8-69, p. 6.945).

TRIGO EM CRAO — Abastecimento — Índice de Moagem — 2.º Semestre de 1969

O Superintendente da BUNAB manteve inalteradas as quantidades básicas de trigo previstas, mas não asseguradas, para cada zona de consumo.

Ficou também as cotas de trigo dos moinhos, com base nas quais serão processadas as distribuições durante o 2.º semestre de 1969 (MA-BUNAB — Portaria n.º 77, de 30-7-69 — DO — II de 4-8-69, p. 2.0077).

VINHOS — Comércio — Safra de 1969

O Diretor do Instituto de Fermentação do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária, fixou o dia 10 de julho para inicio da colheita de vinhos da safra de 1969 em toda o território nacional, exceto na Região do São Francisco, em Pernambuco (MA — DPEA — Portaria s/n.º, de 9-7-69 — DO de 21-7-69, p. 6.180).



legislação agrícola

VINHOS DE MESA E A TÓRNO — Venda no Comércio

Os vinhos de mesa — produtos obtidos pela fermentação da uva, a exceção dos licorosos — e os vinhos a tórno — classificados como de mesa secos — podem ser vendidos, excepcionalmente, em recipiente de capacidade superior a 5 litros, durante um período de três anos, a contar de 18-6-69. Trata-se de uma exceção ao art. n.º 23, do Decreto-lei n.º 476, de 1969, aplicada exclusivamente ao produto de fabricação nacional.

Terão permissão para a venda desses produtos os estabelecimentos que satisfaçam às exigências previstas nos regulamentos dos serviços de Higiene e Saúde Pública e estejam devidamente autorizados a operar no comércio de refeições — cantinas e similares —, bem como as adegas e postos de vinhos. Enquanto vigorar este prazo, os estabelecimentos produtores, suas filiais ou entrepostos, atacadistas e engarrafadores ficam autorizados a vender os vinhos de produção nacional às casas comerciais mencionadas, em recipientes de até 100 litros (Decreto-lei n.º 632, de 17-6-69 — DO de 18-6-69, p. 3 161).

ESTADO DA GUANABARA

ARROZ E FEIJÃO — ICM — Alíquota — Prorrogação de Prazo

O Governador, prorrogou até 31 de dezembro de 1969 a redução da alíquota do Imposto sobre circulação de mercadorias que incide nas operações internas referentes ao arroz e feijão preto (Decreto "E" n.º 2.920, de 1-7-69 — DO — GH de 2-7-69, p. 1.114).

CARNE — ICM — VI CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO

As saídas das mercadorias compreendidas nas alíneas a e b da cláusula 1.ª do VI Convênio do Rio de Janeiro (carne verde de bovinos, suínos, caprinos e de coelhos, bem como de outros produtos de respectiva matança) gozarão dos favores here contidos, no período de 1-8-69 a 30-11-69, desde que acompanhados dos respectivos documentos fiscais e lançados regularmente nos livros de escrituração do ICM. Os estabelecimentos exclusivamente retalhistas procederão à escrituração das entradas das mercadorias imputadas pelo favor fiscal no livro "Registro de Entradas de Mercadorias", sem consignar o crédito relativo às mesmas, sendo facultativo o lançamento das demais operações nos outros livros fiscais.

Dos estabelecimentos que exerçam mais de uma atividade, exigir-se-á a escrituração de todos os livros entradas das mercadorias, compreendidas no favor fiscal, observando-se o seguinte: a) lançamento das fiscais, no "Registro de Entradas de Mercadorias"; b) escrituração na coluna "Operações Isentas ou não Tributáveis", do livro "Registro de Saída de Mercadorias", das operações relativas às saídas. Os contribuintes imputados pelo favor fiscal cuja escrituração registre, após o confronto, a 31-7-69, créditos a seu favor estornarão essa diferença mediante lançamento a débito no "Registro de Escrituração do Imposto", e, na hipótese de ocorrer saldo favorável ao Estado, este será recolhido até 15-8-69 (Decreto "E" n.º 2.914, de 15-7-69 — DO — GH de 17-7-69, p. 12.207).

CARNE VERDE — ICM — Redução — Região Centro-Sul — Convênio

O Governador aprovou o convênio assinado pelos Secretários de Fazenda dos Estados integrantes da Região Geo-econômica Centro-Sul, para reduzir, em 15%, a base de cálculo do ICM nas saídas de carne verde de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de coelhos, bem como de outros comestíveis, efetuados pelo estabelecimento abatedor, e isentar o ICM as saídas destas produtos para territórios do Estado, quando efetuados por estabelecimentos varejistas. Esta isenção vigorará por um período de quatro meses a contar de 1.º de agosto de 1969 (Ato n.º 17 de 7-7-69 — DO — GH de 17-7-69, p. 12.209).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Cálculo

O Coordenador da Administração Tributária fixou as bases de cálculo para o ICM incidente sobre as saídas de café cru para o exterior, para outros Estados e para fins de industrialização.

Nas saídas de café cru para o exterior, a partir de 20-6-69, o ICM devido será de NCr\$ 99,66 por saca, mesmo que o produto seja exportado através de outro Estado.

Nas saídas de café cru de São Paulo para outros Estados, o cálculo do tributo obedecerá aos preços de garantia estabelecidos pelo IIC, que são os seguintes por saca: até 30-6-69, NCr\$ 78,79; a partir de 1-7-69, NCr\$ 84,00; a partir de 1-10-69, NCr\$ 88,80; a partir de 1-1-70, NCr\$ 94,00. Nas saídas de produto com destino a Indústrias de café solúvel, localizadas em São Paulo ou fora dele, o ICM será calculado com base no valor da operação, de acordo com o regulamento do Imposto sobre circulação de mercadorias.

As bases de cálculo serão alteradas, nas mesmas proporções, sempre que se modificarem os valores das cambiais representativas de exportação ou os preços de garantia estabelecidos pelo IIC. Quanto aos cafés oriundos de outros Estados, adiante serão admitidos créditos do ICM até o valor dos respectivos preços de garantia fixados pelo IIC. Essa disposição, contudo, não se aplica aos cafés de outros Estados garantidos por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes desses documentos (SP-CAT — Instrução n.º 11, de 23-6-69 — DO — SP de 24-6-69, p. 9).

CARNE — ICM — VI CONVÊNIO DO RIO DE JANEIRO

O Governador aprovou o VI Convênio do Rio de Janeiro celebrado em julho de 1969 entre os Secretários de Fazenda dos Estados da Região Geo-econômica Centro-Sul, para a ampliação de favores fiscais a gêneros de primeira necessidade, e isentar do Imposto sobre circulação de mercadorias, até 30-11-69, as saídas de carne verde de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de coelhos, além de outros produtos de matança, para o território do Estado, efetuadas por estabelecimentos varejistas, cujo conceito abrange as que promovem a saída de carne retalhada com destino a hotéis, pensões, restaurantes, hospitais e colégios.

A base de cálculo do ICM, nas saídas dos mesmos produtos, efetuadas pelos abatedouros, sofreu a redução de 15%, também em vigor até 30-11-69.

Os contribuintes localizados no Município de São Paulo beneficiados pela isenção ficam desobrigados do regime de pagamento por estimativa, sem prejuízo do novo enquadramento relativo às operações não dispensadas do pagamento do tributo.

Ao contrário, os contribuintes localizados nos demais Municípios continuarão enquadrados no recolhimento por estimativa, mas com a dispensa do pagamento das parcelas relativas aos meses de agosto a novembro de 1969 (Decreto n.º 52.243, de 30-7-69 — DO — SP de 31-7-69, p. 3).

FRUTAS — Abastecimento — Entreposto Terminal do Jaguaré — Atacado de — Prorrogação de Prazo

O Delegado Regional da SUNAB prorrogou por 90 dias, a contar de 27 de Junho de 1969, o prazo para transferência das operações ao nível de atacado de frutas para o Entreposto Terminal de Jaguaré, do CEAGESP — (MA-SUNAB-DRSP — Portaria n.º 10 "E", de 26-6-69 — DO — SP de 27-6-69, p. 48).

PESCADO — (V. Produtos Hortifrutigranjeiros)

PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PESCADO — Abastecimento — Preços de Varejo

O Delegado Regional da SUNAB estabeleceu margens de varejo, para vendas ao consumidor final, a partir dos preços constantes das notas fiscais representativas de compra no atacado, conforme a tabela de conversão fiscal divulgada pelo órgão.

Os produtos constantes da tabela deverão ser acompanhados por tabeletas que mostrem os respectivos preços de venda ao consumidor final. Essas tabeletas deverão ser colocadas em lugares visíveis com letras e algarismos de altura no mínimo de cinco centímetros. Quanto aos documentos fiscais hábeis de compra no atacado, serão aqueles que não contenham preços superiores aos máximos verificados no mercado atacadista e publicados no Boletim de Preços do Convênio CEAGESP — Secretaria da Agricultura.

PRODUTO	CONVERSAO		Margem Percentual
	Alcacedo	Varejo	
Laranja pera	caixa	23 kg	40
Banana nanica (madura)	Ton. verde	600 d/za	200
Alface lisa	engradado	200 pés	50
Repólho liso japonês	saco	40 kg	50
Pepino	caixa	25 kg	45
Abobrinha italiana	caixa	23 kg	45
Chuchu	caixa	26 kg	45
Tomate	caixa	27 kg	40
Cenoura	caixa	28 k	40
Vagem	quillo	quillos	45
Berinjela	caixa	17 kg	45
Pimentão verde	caixa	14 kg	45
Mandioquinha	caixa	28 kg	40
Batata comum especial	saco	60 kg	30
Batata lisa especial	saco	60 kg	30
Cebola do Estado	saco	42 kg	45
Cebola de outros Estados	saco	42 kg	45
Ovo de casca branca	engradado	30 d/za	25
Sardinha	quillo	quillo	80
Pescada media	quillo	quillo	50

(MA—SUNAB—DRSP — Portaria n.º 11 "E", de 26-6-69 — DO—SP de 27-6-69, p. 48).

(Decreto n.º 52.065, de 23-6-69 — DO—SP de 24-6-69, p. von Valtões

As multas previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal de São Paulo tiveram seus valores reajustados. Em consequência, passou a vigorar com seguinte redação o art. 3.º do Decreto n.º 51.372, de 1969: As multas previstas no art. 880 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, em vigor no Estado de São Paulo, terão os seguintes novos valores, calculados através do Índice de correção monetária vigente:

a) NCr\$ 200,00 a	NCr\$ 500,00
b) NCr\$ 500,00 a	NCr\$ 1.000,00
c) NCr\$ 1.000,00 a	NCr\$ 2.000,00
d) NCr\$ 2.000,00 a	NCr\$ 3.000,00
e) NCr\$ 500,00 a	NCr\$ 3.000,00

(Decreto n.º 52.065, de 23-6-69 — DO—SP de 24-6-69, p. 3).

SACOS DE JUTA — ICM — Isenção — Perrogação de Prazo

O Governador prorrogou até 30 de junho de 1970 a prazo previsto para a validade da isenção do ICM relativo às saídas de sacos fabricados com juta (Decreto n.º 52.110, de 1-7-69 — DO—SP — de 2-7-69, p. 2).

VETERINARIA — Produtos Biológicos — Exames e Análises — Isenção de Taxas

O Secretário da Agricultura reajustou os preços de produtos biológicos de uso veterinário e de serviço postos à disposição dos interessados pelo Instituto de Biologia da Secretaria de AOgricultura.

Estão isentos de taxas os exames e análises referentes a animais de propriedade do Estado ou da União, os de interesse científico, exames e análises solicitados por assistências sem fins lucrativos e os produtos biológicos de uso veterinário objeto de doação (SA—GH — Ato s/n.º, de 23-7-69 — DO—SP de 24-7-69, p. 15).

Eleita a Nova Diretoria da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas

Em Assembléa Geral Ordinária realizada a 9 de agosto último, foi eleita e empossada a nova Diretoria da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas, que ficou assim constituída:

Presidente — Dr. João Carlos de Albuquerque Filho; 1.º Vice-Presidente — José Ribeiro Toledo; 2.º Vice-Presidente — Ivan Lopes Barbo-

sa; 1.º Secretário Enoch Marques Macedo; 2.º Secretário Aristhen Teixelra Cavalcante; 1.º Tesoureiro — Dourival Angellin do Couto e 2.º Tesoureiro — Juarez Agular.

CONSELHO FISCAL

Laércio Malta Brandão, Glivan de Menezes Passos,

Ismael Carnaúba Brandão.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA CNA

João Carlos de Albuquerque Filho, Dourival Angellin do Couto, Aristhen Teixelra Cavalcante e Glivan de Menezes Passos.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

3.ª Série de 1969 — 13 de setembro a 30 de novembro

Dias aula	Cursos	Horário	Período	Professores
Sábados	Solos e Adubação	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Jalmírez Gomes
"	Exortia	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. João Castello
"	Contabilidade Agrícola	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças de Raízes	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Agrícola Borges
"	Apicultura	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. José Cordelro
"	A Comunicação e o Meio Rural	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Sylvio Amaral
"	Avicultura	7,30 às 10 hs	13-0 a 20-11	Prof. Maynard Leite
"	Reflorestamento	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas das Plantas Hortícolas ..	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Jalmírez Gomes
"	Restauração de Pomar	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. João Castello
"	Cooperativismo Rural.	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Pedro Goulart
"	Hortas Domésticas ..	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Agrícola Borges
"	O Cinema e a Educação Rural	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Sylvio Amaral
"	Cunicultura	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. Maynard Leite
"	Sulnocultura	10,00 às 12 hs	13-0 a 20-11	Prof. José Cordelro
Domingos	Solos e Adubação ...	7,30 às 10 hs	14-0 a 30-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	7,30 às 10 hs	14-0 a 30-11	Prof. Jalmírez Gomes
"	Conservação e Armazenamento de Produtos Vegetais	7,30 às 10 hs	14-0 a 30-11	Prof. Diógenes Cardoso
"	Avicultura	7,30 às 10 hs	14-0 a 30-11	Prof. Maynard Leite
"	Apicultura	7,30 às 10 hs	14-0 a 30-11	Prof. José Cordelro
"	Reflorestamento	10,00 às 12 hs	14-0 a 30-11	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas Plantas Hortícolas ...	10,00 às 12 hs	14-0 a 30-11	Prof. Jalmírez Gomes
"	Cunicultura	10,00 às 12 hs	14-0 a 30-11	Prof. Maynard Leite
"	Sulnocultura	10,00 às 12 hs	14-0 a 30-11	Prof. José Cordelro
"	Alimentação e Pastagem	10,00 às 12 hs	14-0 a 30-11	Prof. Claudionor Aguiar
"				
"				

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

NOVEMBRO-DEZEMBRO 1969



Uma família mineira sadia e numerosa





Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

242

INDICE

Desenvolvimento Agrícola	2
Reminiscências — A Saúva Perante o Tribunal — Luiz Marques Poliano	5
Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos	6
Árvores — Leonam de A. Pena	7
Escola de Horticultura “Wenceslão Bello” — Encerramento do Ano Letivo de 1969	8
Café — Lendas	11
Inda Promove Adestramento para Gerentes de Cooperativas	12
Instantâneos de gente da roça — Um Caráter — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	15
O Mate-3.º Tecnologia do Mate — Ennio Luiz Leitão	16
A Foto Internacional	21
A Cultura do Fumo — Francisco Dias Nogueira	22
Cultura do Maracujá — Almiro Gonçalves de Castro .	33
Assalariando Agrícola, ou Operário Agrícola — J. Sampaio Fernandes	34
Os cerrados e sua importância para o Desenvolvimento do País — Ady Raul da Silva	35
Livros e Publicações	38
Climas de Mato-Grosso — Adalberto Serra	39
Irrigação por Gotejamento com Fertilizante	43
A Era Dinâmica da Agricultura — Joseph Ackerman .	44
A Posição do Brasil no Panorama da Agricultura Latino-Americana	46
Principais Causas de Insucesso na Avicultura	47
Preços Médios do Boi Gordo para corte e da Lã na área do Convênio de Empréstimo n.º 516 BR ..	48
Centro de Pesquisas sobre fibras Duras	54
Agricultura na Guanabara	54
Subdesenvolvimento e Quadros Humanos — Fábio Luz Filho	55
A Lei de Sementes e sua Implantação no Brasil	57
Valorização do Agrônomo	62
Notícias e Informações	63
Legislação Agrícola	66
“A Lavoura” — Há 70 anos	72

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Novembro — Dezembro — 1969

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

- ADALBERTO SERRA
- ADY RAUL DA SILVA
- ENNIO LUIZ LEITAO
- FÁBIO LUZ FILHO
- JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
- JULIO CESAR COVELLO
- LUIZ GUIMARAES JUNIOR
- OTTO FRENSEL
- MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo
“REVESPE”

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 31-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

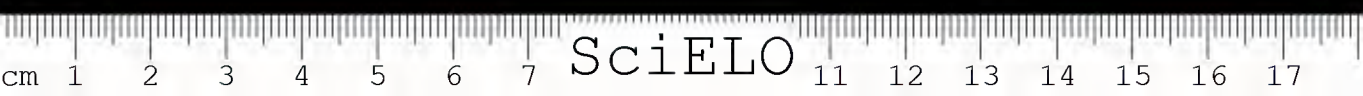
Nossa Capa:

Grande criador e dos maiores produtores de leite de Cordaburgo, Dr. José Saturnino Filho, médico conceituado, dedica-se com inteligência e afinco às lides da pecuária. Representante de tradicional família rural mineira, é casado com Dona Emilia Mattana Saturnino, e sua prole numerosa conta os seguintes filhos: Helio, Heloisa, Helvecio, Heleno, Helcio, Heli, Helton, Helder e Helene. É como se vê, uma família com H grande.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO
RIO DE JANEIRO



DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

APÓS O LIMITADO PERÍODO do ciclo do pau de tinta, contou a economia incipiente da Colônia com o açúcar, cuja agro-indústria se estende até nossos dias, e a efêmera febre do ouro.

• • •

HÁ CERCA DE SÉCULO E MEIO interferiu decisivamente na nossa economia, com firmeza e continuidade, a produção do café, juntamente com um fugaz intermeio da atividade extrativa da goma elástica — produto cada dia mais necessário à humanidade, mas cujo monopólio perdemos para as plantações do Oriente e, mais recentemente, para o produto sintético. O cacau, o algodão, a mamona, a cêra de carnaúba, agora a soja e outros produtos da terra também vêm contribuindo para a obtenção das divisas com que temos, até aqui, alicerçado a nossa vida econômica de país independente.

• • •

NOS PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE MÉDICI, em todos êles, depa-ramos uma preocupação constante: educação, saúde e abastecimento. Estamos, pois, no limiar de uma fase administrativa em que, no menor espaço de tempo possível, terão os brasileiros — governo e povo — de se entregarem de corpo e espírito à meta ambiciosa — mas perfeitamente exequível e legítima — de nos deslocarmos do ponto de país "em desenvolvimento" para o de uma grande potência internacional.

NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO, conquanto não seja desanimador o quadro atual, muito teremos de trabalhar para alcançar uma posição satisfatória. O analfabetismo ainda é mácula, que teremos de apagar o quanto antes; os ensinos médio e técnico, visando à formação de profissionais qualificados, terão de ser também escôpo imediato de nossas administrações — federal, estaduais e municipais; o ensino superior terá de multiplicar, por muitas vezes, as matrículas, evitando-se o triste espetáculo dos "excedentes", proporecionando ensino ao crescente número de jovens brasileiros, em cujo preparo científico teremos de nos apoiar para sair da situação de inferioridade em que nos encontramos, até mesmo em confronto com países de muito menores possibilidades. Quando se fala em desenvolvimento agrícola, não poderemos deixar de mencionar os técnicos rurais e os agrônomos e veterinários.

E qual é a posição do Brasil neste setor? Ouçamos a palavra do Ilustre Prof. Eugênio Gudín, que se tornou na do Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo. Pelos dados que nos apresentou, em 1964, formamos apenas 548 agrônomos, 1.596 médicos, 2.298 engenheiros e 4.170 bacharéis em direito. O quadro atual não deve ser muito diferente do daquele ano. Como não pode haver desenvolvimento agrícola sem técnica, é pois necessário que formemos todos os anos muitos milhares de agrônomos e veterinários. E, para que o consigamos, além de escolas, teremos de dar atrativos a essas profissões, que sabidamente são as mais mal remuneradas do nosso mercado de trabalho. Quanto aos técnicos rurais (êle se refere também a outros) damos ainda uma vez a palavra ao antigo Ministro da Fazenda: "Prescisamente de técnicos. Temos doutores demais."

• • •

A SAÚDE É O MAIS VALIOSO PATRIMÔNIO de uma nação, mas também neste terreno, não vamos lá muito bem. Comunicado do Ministério da Saúde nos acena com a alvarelha expectativa da malária totalmente erradicada em 1970. O mal está sendo combatido mas ainda é êle o responsável pela paralização de milhões de braços no interior do país. A total debelação dessa endemia, pois, se apresenta viável em futuro próximo, mas a natureza da sua incidência exige a aplicação de recursos vultosos, permanente e ininterruptamente.

A esquistossomose e o mal de Chagas são outras doenças que estiolam a atividade rural, porque ocorrem particularmente entre as populações interioranas:

Comprometem, as duas, segundo estimativas oficiais, eêrea de quinze milhões de brasileiros, corroidos, paralizados, tornados pêso morto no selo de nossa população. Não falemos das verminoses, que dependem, tôdas elas, de medidas administrativas envolvendo esgotos, rêdes de abastecimento de água, de tratamento sanitário de vilas e povoações, preservando a natureza e evitando a poluição dos rios e mananciais das áreas interiores, que o homem, com sua simples presença, vai destruindo.

• • •

NÃO SERÁ APENAS DANDO TERRA — segundo a judiciosa palavra do Presidente Médici — que alcançaremos o progresso do homem rural, o aumento da produtividade, o desenvolvimento enfim da agricultura, na medida desejada e no espaço de tempo em que temos de estruturar o nosso "Brasil Grande". Cumpre-nos executar um imenso programa, dependente de variada e dispendiosa gama de medidas e de ajustamentos administrativos que sô uma vontade férrea e uma determinação inabalável do Governo e do povo poderão proporcionar

• • •

NÃO BASTA PRODUZIR, necessário se torna estocar, distribuir, comercializar, organizar enfim a produção, inclusive a sua industrialização. É êsse também um ponto muito debatido e estudado e do qual já cogitou o atual governo, e esperamos que as providências encaminhadas alcancem o desejado resultado.

• • •

MAS NÃO NOS FURTAMOS ao ensejo de pedir a atenção dos poderes públicos para a verdadeira tirania burocrático-fiscal que flagela a produção agrícola.

É desolador o quadro, no que toea aos tributos e embaraços fiscais a que está sujeita a atividade rural. Uma enorme lista de impostos, de taxas, de proporcionais, de gulas, de registros, de vias e mais vias, perturbam e complicam a atividade produtora e, também, o processo de distribuição. O Impôsto de Renda terá a sua incidência definida somente no próximo ano, por depender da opção — a produção ou contabilidade do fazendeiro. Haja guarda-livros e contadores para atender aos milhões de proprietários de todo o país.

É porisso longo o caminho do produtor ao consumidor, pois tôda essa papelada, seu processamento e recolhimento dos tributos eustarão dinheiro, tempo e trabalho, o que encarece sobremaneira o produto até que chegue ao consumo.

• • •

O **CONSELHO MONETARIO NACIONAL**, ao findar 1969, eritou mais uma sigla, o **FUNDAC**, que vem a ser "Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola", com recursos da ordem de quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros novos.

É uma cifra respeitável, substancial, mas não relativamente, pois que com êste numerário se propõe o govêrno a uma enorme tarefa de amparo e de estímulo ao desenvolvimento agrícola do país. Segundo o Ministro Delfim Netto, tais recursos serão automaticamente creditados na medida da venda do café do IBC para o consumo interno, o qual gira em tôrno de 9 milhões de sacas.

Visa esta aplicação ao aumento das áreas de plantio de uma safra para outra, ao financiamento das exportações de produtos gricolas, a operações de emergência na comercialização e transporte das safras, e a dar estímulo de tôda natureza para a redução dos custos de produção e consequente fonte de renda do produtor.

Trata-se de um primeiro e grande passo na senda do programa lançado pelo atual Governo, dentro do terreno propriamente agrícola, devendo esperar-se outras medidas adicionais de caráter indireto visando aos mesmos fins, sem o que estes 450 milhões de pouco valerão no conjunto do desenvolvimento prometido pelo Presidente Médici.

MAS DESDE LOGO, VALE COMO RECONHECIMENTO OFICIAL à exigua dotação com que a Pasta da Agricultura foi contemplada no orçamento para 1970, a qual para uma receita prevista de 19.703.318.000,00, disporá (incluindo pessoal) de apenas 399.918.610,00, o que vale dizer que aquele Ministério terá, no cômputo geral das despesas do país a irrisória participação de apenas 2,03%. Se a arrecadação e a aplicação do FUNDAG forem realmente cumpridos no exercício, a agricultura terá os seus recursos dobrados com a receita da venda do café do IBC no consumo interno.

. . .

AS MEDIDAS ANUNCIADAS, contudo, devem trazer alento e otimismo aos produtores agrícolas, até aqui muito pouco considerados apesar da importância que a atividade rural representa na economia nacional, como responsável pela alimentação de quase cem milhões de brasileiros e de fornecedores de matérias primas a numerosas indústrias no país, além de atender às exportações para a obtenção de divisas, para as quais contribui com mais de 80% de seu montante

. . .

AS NOSSAS FERROVIAS, as frotas de cabotagem e de longo curso; o saneamento e o desbravamento do nosso imenso território; a estruturação de nossa administração pública, em todos os seus aspectos; as comunicações; o fortalecimento e o equipamento das forças armadas; a educação e a saúde; as rodovias, a eletrificação industrial, urbana e mais recentemente a rural; o aparelhamento dos nossos portos, as cidades e vilas — tudo, enfim, que hoje apresentamos com Nação aos olhos do mundo, tem tido o seu enbasamento econômico-financeiro firmado na atividade do homem do campo

. . .

O SURTO INDUSTRIAL DO BRASIL, que hoje se profeta para que tenhamos em futuro uma posição destacada no conceito das grandes nações, repousa, pois, nessa imensa infra-estrutura criada pelo trabalho agrícola, pela produção que nos vem da terra.

O justo e o razoável seria que a Indústria e o comércio destinassem uma parte substancial de seus lucros, quando evitam o pagamento do imposto de renda, aos investimentos na atividade rural, com o que começariam a resgatar a sua enorme dívida para com a "mãe da nossa economia".

. . .

OS INCENTIVOS FISCAIS, a Indústria e o comércio os estão aplicando em fábricas e usinas, principalmente no Nordeste. Porque não fazerem *mesmo* agricultura, estimularem e melhorarem a criação, ao lado da instalação de fábricas de cimento, de papel e outras, como seria certo e necessário ao equilíbrio de economia da região? Se não nos voltarmos para a agricultura de subsistência naquele vasto território, e o quanto antes, estaremos em breve transportando feijão e farinha de mandioca de avião para que o nordestino, desviado para a falha fabril, não venha a morrer de fome.

. . .

NAO SE FALE aqui da decantada "paridade" de preços entre a Indústria e a agricultura, que, isto é simplesmente, um mito. Veja-se o algodão, que, transformado em tecido, é de retôrno vendido a quem o produz, em certos casos, por um preço cinquenta ou cem vezes maior.

. . .

COMO É SOBRE O PRODUTO DA VENDA DO CAFÉ que o FUNDAG vai operar, chegamos à seguinte e surpreendente conclusão: a nossa descapitalizada Agricultura vai agora financiar-se a si própria!



A SAÚVA PERANTE O TRIBUNAL

Ou o Brasil acaba com a saúva,
ou a saúva acaba com o Brasil.
Saint Hilaire

Pode parecer piada mais o episódio é verdadeiro.

Vieira Fazenda, o saudoso e respeitadíssimo Mestre da história da Cidade do Rio de Janeiro, dedica algumas páginas nas suas "Antiquaihas" ao "extraordinário pleito" suscitado no Século XVIII pelos Religiosos Menores da Província da Piedade, no Maranhão, contra as formigas saúvas — rés, no caso.

Refere êle a narração do grande Manuel Bernardes segundo o qual, naquela Capitania, "as formigas, que são muitas e mui grandes e daninhas, para extenderem o seu reino subterrâneo e ensancharem os seus celeiros, de tal sorte minaram a despensa dos frades, afastando a terra de baixo dos fundamentos, que ameaçava ruína. E acrescentando delitto a delitto, furtavam, para o cotidiano abasto da Comunidade."

Os religiosos, observa Bernardes, que podiam livrar-se das formigas simplesmente matando-as, consideraram que seria Indício de mau caráter fazer mal aos animais, pois que São Francisco de Assis chamava de *irmão* a tôdas as criaturas: Irmão lobo, Irmã andorinha, e que, por isso, preferiram propor demanda àquelas "Irmãs formigas" perante o Tribunal da Divina Providência. Foram, então nomeados procuradores para os autores e para as rés, sendo Juiz o seu prelado.

O procurador dos frades justificou o libelo com o fato de que viviam de esmolas, além do seu árduo trabalho na roça; que as formigas, contrariando o Evangelho, os roubavam, e além disso, usavam de violência, com o propósito de os desalojar, arruinando-lhes a casa. E pedia a morte das ditas "com algum ar pestilente", ou afogadas por inundação, exterminadas, enfim.

O procurador das formigas, obtemperou que elas gozavam do benefício da vida, como os homens, da mão do Criador e que assim tinham o direito natural de a conservar pelos meios ao seu alcance, isto é, com os que lhes ensinara o mesmo Criador, ajuntando nesta vida para a eterna exemplos de providência, de diligência, de caridade, ajudando-se umas às outras, quando a carga era pesada demais; e também de religião e piedade, dando sepultura aos mortos de sua espécie. E acrescentava o procurador das formigas:

"que o trabalho que elas punham na sua obra era muito maior, que o dêles, autores, em ajuntar, porque a carga muitas vezes era maior que o corpo e o ânimo que as forças. Que suposto fôsem os Franciscanos Irmãos mais nobres e dignos, todavia diante de Deus também eram umas formigas que haviam ofendido ao Criador, não observando as regras da razão, como elas observam as da natureza; pelo que se faziam indignos de que criatura alguma os servisse e acomodasse; pois maior infidelidade era nêles, defraudarem a glória de Deus por tantas Iras, do que nelas furtarem sua farinha."

E mais:

"que elas estavam de posse do terreno, antes dos autores haverem fundado o convento, e por isso não podiam ser esbulhadas. Que os frades defendessem a sua casa e farinha, pelos modos humanos, que sobbessem, porque isso lhes não toliham; porém, que elas sem embargo haviam de continuar as suas diligências, pois do Senhor, e não dêles era a terra e quanto esta cria!"

Após réplicas e tréplicas, houve a sentença geral: fôsem os frades obrigados a demarcar dentro do terreno área para nela as formigas viverem e que elas (as formigas) sob pena de excomunição, mudassem logo de pouso. Intimidadas pelo Juiz, à boca dos formigueiros, imediatamente "saíram a tôda pressa milhares daquêles animalinhos, que formando longas e grossas fileiras, demandaram o sinalado campo deixando as antigas moradas; e livres de sua molestíssima repressão, aquêles santos religiosos renderam a Deus as graças por tão admirável manifestação de seus poderes e providência."

Refere Vieira Fazenda que D. Prel João de S. José Quelroz, na sua obra "Viagem e Visita ao Sertão", no Bispado do Grão-Pará (1762/1763) informa que o fato narrado por Bernardes se deu em Avinhão, na França, e não no Maranhão.

Esse prelado não pecava pela justeza dos seus relatos, dando como tendo se passado no Brasil coisa que aconteceram na Europa, lu-

Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos

Sugestões da Delegação brasileira

Simultaneamente com o VI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizou-se em Porto Alegre, no período de 8 a 12 de novembro, o I Encontro Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos, em que foram debatidos assuntos relacionados com a estrutura agrária, bases para o desenvolvimento agrícola e muitos outros itens de grande relevância para o setor agrônomico deste continente.

Visando a facilitar os trabalhos desse certame, a Delegação do Brasil elaborou uma série de sugestões que sintetizou em trabalho a que deu o título de "Documento Básico" apresentando-o como uma contribuição. Essas sugestões que foram aceitas e aprovadas em quase sua totalidade são as seguintes:

- 1 — Coleta de informações sobre a estrutura agrária, legislação e desenvolvimento de programas agrários.
- 2 — Desenvolvimento agrícola, seus índices nos últimos anos, fatores limitantes desse desenvolvimento e quais as medidas de estímulo à produção rural.

- 3 — Estudo dos currículos básicos da formação do engenheiro-agrônomo e legislação vigente sobre a profissão.
- 4 — Obtenção de informações de cada um dos países participantes sobre medidas de incremento do comércio de produtos da agropecuária, nos diversos grupos econômicos regionais.
- 5 — Levantamento dos acordos e ou convênios culturais e técnicos existentes entre os diversos países sobre o exercício profissional.
- 6 — Não inclusão de temas científicos e técnicos nos futuros encontros de engenheiros-agrônomos, reservando-os para estudo dos problemas regionais agropecuários fundamentais e os assuntos de interesse profissional.
- 7 — Realização do I Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos no Brasil, em Brasília, em novembro de 1970.
- 8 — Instituição de campanhas nacionais para obtenção de fundos para

custeio desse Congresso e funcionamento do Centro.

Foi também sugerida pela Delegação do Brasil a constituição de um centro preparatório, para um (segundo) II Encontro que se realizará em julho do próximo ano em Buenos Aires onde se destaca o estatuto da Entidade Latino-Americana, cuja finalidade será coordenar as seguintes atividades:

- a criação de uma Associação Latino-Americana de Engenheiros-Agrônomos;
- intercâmbio de informações entre as diversas entidades nacionais;
- preparação de um Congresso Latino-Americano de Engenheiros-Agrônomos;
- estudo preliminar de um planejamento integrando da produção agropecuária;
- estudo das possibilidades do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo em cada país;
- estudo para ampliação e atualização de um cadastro técnico por especialidades, e por graduações, bem como levantamento dos índices de aplicação da profissão agrônoma em relação à densidade demográfica de cada país.

elusive que segredara a Intimos, no Nôvo Mundo, "que Sebastião José de Carvalho (o Marquês de Pombal), antes seu amigo, mandara matar misteriosamente um homem, por não poder provar na justiça, com que fazia morrer outro nas Berlengas". Isto lhe valeu ser recambiado a Lisboa, e recolhido ao Mosteiro de São João do Pendureba, onde morreu oito meses depois (1763).

Mas João Francisco Lisboa, de cujo *Jornal de Timon V. F.* extraiu estes apontamentos, assevera que a demanda das formigas foi fato real, tendo visto os autos no Convento, e deles tirou cópia. Os autos teriam a data de 17 de janeiro de 1713, enquanto que na obra de Manoel Bernardes, a sentença final é de 1706.

Refere o autor das "Memórias", a Inquirição de uma testemunha, o Capitão Urbano Duarte, maior de 94 anos, que disse serem as réis umas criaturas sem malícia, sem uso da razão, não distinguindo o bem do mal, sendo, por outro lado, naturais da terra, na qual sempre viveram, espalhando-se pelas cidades e campos, já havendo formigas quando os frades chegaram ao local. A coisa parou 6 anos.

Segundo Lisboa, o processo não teve andamento, depois da citação das réis, enquanto que, segundo Bernardes, houve a sentença de que resultou a demarcação de nôvo local para as formigas.

Termina V.F. afirmando que "não foi sem motivo que trouxemos para estas páginas a história desse processo, que caracteriza uma época e dá a medida do quanto os nossos antigos eram apreciadores das tricas forenses e de demandas, que muitas vezes por motivos fúteis levavam anos e anos. Ser chicanista era uma prenda de alto valor e os finórios levavam sempre a melhor".

A "Antiquilha" de V.F. é de abril de 1902. Ele tem razão quanto aos chicanistas coloniais. Também essa era a opinião de Maurício de Nassau que, através a pena de Gaspar van Baerle, verificou, pela época, o mesmo fenômeno no Brasil holandês e para ele alertou os seus sucessores.

"É preciso refrear a ganância dos advogados, procuradores, tabelães, escreventes, leguleiros e meirinhos, mal a que se deve pôr o cõbro, assim como às procrastinações das demandas".

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLAVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HECTOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— JOAO BATISTA LUSARDO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARAES JUNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JALMIREZ GUIMARAES GOMES

JOSE SAMPAIO FERNANDES
JULIO CESAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MARIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAO BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TREJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SA FORTES
- 31 — TEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÓLIO VARGAS

OCUPANTES

- I — Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
-
- Heltor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Melnberg
- Júlia César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
-
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Faria e Silva
-
-
- Hanório Monteiro Filho
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswald Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Fróes Abreu
-
-
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileira de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacianal de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Júlio da Silva Azeredo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

A LAVOURA

JARDIM BOTÂNICO DO

7



Aspecto da mesa presidida pelo Sr. Luiz Marques Poliano, diretor da Escola, tendo à direita os Senhores Otto Frensel e Luiz Guimarães Júnior e à esquerda, Geraldo Goulart da Silveira e Ennio Luiz Leitão

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO" Encerramento do Ano Letivo de 1969

A 28 de novembro, durante concorrida sessão no auditório do tradicional estabelecimento de ensino agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encerrado o ano letivo de 1969, tendo presidido os trabalhos o

diretor da Escola, Sr. Luiz Marques Poliano.

A mesa sentaram-se os diretores da SNA Luiz Guimarães Júnior, Ennio Luiz Leitão, Frederico Murtilho Braga e Otto Frensel, bem assim o decano do corpo docente,

Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Ao abrir os trabalhos, o Diretor anunciou que, em 1969 registrou-se o seguinte provimento na Escola:

Internato:

Cursos Profissionais ...	36
Curso de Treinamento Agrícola	10
Curso Prévio	23
Passaram para 1970 (2.º ano)	10
TOTAL	79

Externato

Cursos Rápidos	62
Cursos Especiais	6
Cursos Avulsos	3
Total dos cursos	71



Parte da assistência

Tradição: o aluno do segundo ano que sai, passa às mãos do que fica o símbolo do 'esforço escolar'



nos quais foram matriculados 1.450 alunos de ambos os sexos, e sem outra exigência que a de serem portadores de documento de identidade.

Oportunamente, foram entregues os certificados e diplomas a 1.342 alunos dos cursos externos.

Anotou o Diretor que, nos 8 anos da sua administração (1962-1969) realizaram-se na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" 457 Cursos de diversa natureza nos quais se matricularam 9.161 alunos, quando receberam certificados e diplomas 7.473 aprovados.

A seguir, foram entregues os diplomas de:

HORTELÃO, FRUTICULTOR e FLORICULTOR

1 — Alceo Antonio Mal	—	Esp. Santo
2 — Cândido Fausto Ramos	—	Guanabara
3 — Carlos Antônio Perelra	—	Est. do Rio
4 — Darcy Alves Magalhães	—	Minas Gerais
5 — Edson Neves do Naselmento	—	Pará
6 — Gilson de Almelda Ramos	—	Guanabara
7 — Edmundo Fábio de Arruda Câmara	—	R. G. do Norte
8 — José Domingues de Andrade	—	Guanabara
9 — Jorge dos Santos Batista	—	Guanabara
10 — Lucrécio Fausto Ramos	—	Guanabara
11 — Marco Antônio Lopes Santa Bárbara	—	Guanabara
12 — Natanael Góls	—	Esp. Santo
13 — Reinaldo Alves Raphael	—	Guanabara
14 — Paulo Maurício de Ollvelra	—	Est. do Rio
15 — Ari dos Santos	—	Guanabara
16 — Oswaldo Xavier da Silva	—	Guanabara
17 — Joaquim Jorge Maurício	—	Guanabara
18 — Paulo Ney da Costa	—	Guanabara

Receberam diplomas do:

CURSO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

1 — Eduardo Dantas Campello	—	Guanabara
2 — Gedlão Dias de Azevedo	—	Est. do Rio
3 — Hugo Alexandre	—	Guanabara
4 — João Batista Pinheiro	—	Paraná
5 — Moisés Batista Deodato	—	Est. do Rio
6 — Waldir Gomes Nunes	—	Guanabara

Após a entrega dos diplomas, foi feita a distribuição do prêmio "Hidelfonso Simões Lopes" aos alunos abaixo, cabendo a medalha de ouro ao aluno Paulo Maurício de Ollvelra, a de prata a Paulo Ney da Costa e a de bronze a Jorge dos Santos Batista, respectivamente com 88, 87 e 81 pontos.

A seguir, falou o aluno, orador da turma, que proferiu as seguintes palavras:

"Neste momento de grande significação para todos nós, desejamos render nossas homenagens àqueles que durante dois anos nos proporcionaram os momentos felizes que aqui passamos, recebendo os ensinamentos necessários para podermos enfrentar o futuro com otimismo e sem temor.

Assim, queremos agradecer ao Exmo. Sr. Diretor da Escola Sr. Luiz Marques Pollano a sua constante presença em todos os momentos em que preelávamos de amparo; aos Senhores Professores

res pela paciência e sabedoria com que procuraram transmitir-nos os seus conhecimentos; e também ao Sr. Administrador e aos demais funcionários por tudo o que fizeram por nós, suportando as nossas faltas. A estes apresentamos também as nossas desculpas.

Fazemos aqui uma referência loda especial ao nosso paranhifo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, homem de elevado gabarito e que por várias vezes ocupou o cargo de Ministro da Agricultura e que muito nos honrou em aceitar ser nosso paranhifo, e, na ocasião, não poderemos deixar de mencionar com todo o carinho o seu não menos ilustre irmão Dr. Cynéas Guimarães, já falecido, antigo Diretor desta Escola, e, do qual todos guardamos uma carinhosa lembrança pelas suas qualidades de homem bom e justo e de emérito educador.

A todos prometemos nesta hora zelar pelo bom nome da nossa Escola, aplicando na vida prática o que aqui aprendemos, para manter a tradição do estabelecimento e para o engrandecimento de nossa pátria.

A todos o nosso muito e muito obrigado".

O paranhifo, Dr. Luiz Guimarães Júnior, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, proferiu o seguinte discurso:

"A trama da vida humana foi urdida em teares de terra. Toda ela reseca de argila... Por mais que o espírito humano possa se alcançar... é pelo estômago que a humanidade como um exército, sempre tem de avançar; abaixo do estômago está a vegetação; abaixo desta, o solo; e, abaixo do solo, o incessante e variável tumulto das forças telúricas. Esse conceito lapidar de J. H. Bradley em seu livro "Autobiografia da Terra", está servindo de aviso ao meio rural norte-americano, através da notável publicação da Russel Lord, "Conservemos este Solo". Chama a atenção dos produtores agrícolas sobre a responsabilidade que lhes cabe de preservar o solo arável para as futuras gerações, com o maior e mais

valioso patrimônio que nos foi dado por Deus.

E para conservação do solo as práticas agrícolas se constituem no mais valioso dos elementos.

Esta advertência feita ao povo norte-americano serve para todos os países, para todos os povos.

Realmente, a exploração agrícola baseada apenas na rotina, nas tradições milenárias, não pode trazer a emancipação a nação alguma, a nenhum indivíduo. O atraso em que nós, brasileiros, vivemos nesse ramo da atividade humana, é simplesmente desolador. Isto é sabido e propalado, mas, quase nunca tem despertado na consciência do homem público, algum estímulo no sentido de procurar pelo menos, melhorar tão desoladora situação. A educação rural, se constitui, no meu entender, o problema mais crucial do Brasil, e, enquanto não se dispuser o país a solucionar-lo eficientemente, sem demagogias ou omissões, nada resta a fazer para o desenvolvimento real (tão falado e discutido) da nossa imensa Nação.

Esta Escola é, não há dúvida, um dos objetivos meios de proplelar a jovens brasileiros, de todos os quadrantes do País, os necessários elementos para que eles pos-

sam ganhar a vida honestamente e prestar grande colaboração à comunidade rural brasileira.

Aqui, perante professores competentes e dedicados. Vocês meus jovens amigos, receberam os conhecimentos necessários ao exercício de uma honrada e indispensável profissão.

Conceito-os, pois, a aplicar com lucidez e entusiasmo, para atender ao seu próprio interesse e ao de inúmeras pessoas de sua convivência. Apresento-lhes os meus mais sinceros votos de felicidades e que sempre recebam a proteção divina.

Agradecendo ao honroso mandato de ser o padrinho modesto de sua festa de formatura, auguro-lhes os maiores prazeres e contentamento no fim desta bela jornada que acabam de percorrer.

Um grande abraço."

Finalizando a solenidade o aluno Dalvino Antonio Cazoto, o mais antigo que ficou, passando para o 2.º ano, recebeu do aluno Oswaldo Xavier da Silva que finalizou o Curso Profissional, o símbolo do "esforço escolar", cerimônia que se realiza há cerca de trinta anos na Escola, por essa mesma ocasião, após o que foi servido um lanche aos presentes.

SAFRA MENOR DO ALGODÃO

É considerada imprevisível, pelos técnicos do Departamento de Economia Rural, a safra algodoeira deste ano no Ceará.

Não deverá ela, pelo menos, segundo os mesmos técnicos, corresponder à expectativa de cem milhões de quilos de algodão em pluma, feita em julho último.

CULTURA DO CÔCO INDUSTRIALIZADA

A cultura do côco na Paraíba poderá ser industrializada a partir do próximo ano consistindo o côco importante matéria-prima.

FUSÃO DE GRUPOS NA ÁREA INDUSTRIAL

O Governo paulista decidiu acelerar a execução do Plano de Renovação da Lavoura Cafeeira e criar um fundo para estimular as operações de fusão, incorporação e recomposição de empresas industriais nacionais.

CRIAÇÃO BOVINA

Goias é o quinto Estado do País em número de bovinos e o seu rebanho, que ascendeu já 8,8 milhões de cabeças, tem o seu valor estimado em 1 bilhão e 130 milhões de cruzeiros correspondendo a 300 milhões de dólares.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafetor brasileiro.

CAFÉ

LENDAS

Quando faltam prescrições históricas, prevalecem as fábulas. O café não podia fazer exceção a regra e tem as suas lendas. Dentre elas, a mais repetida é a de um pastor árabe de nome KALDI. Notara esse pastor que suas cabras, com a voracidade peculiar a estes animais, cada vez que ingeriam fôlhas e frutos de um certo arbusto agreste, tornavam-se mais lépidas e agltadas do que de costume. Movido por natural curiosidade, quis o pastor experimentar os misteriosos frutos e ficou maravilhado pelos resultados obtidos. Revelou-os a um monge de um convento situado na vizinhança do sítio em que experimentara. O monge, por sua vez, fez uso dos frutos e, colhendo os mesmos efeitos estimulantes, prepara com eles uma decoção. Subministra a beberagem aos religiosos do convento, que graças a esse filtro mágico, prolongam, insones, os exercícios litúrgicos até alta noite.

Outra lenda muito espalhada é a do Sheik Omar que, tendo tido dissensões, foi exilado no deserto, em Ousab, na Arábia. Abandonado sem alimentos, para não morrer de inanção, nas melancólicas solidões, Omar ia utilizando as ervas e frutos que lhe caíam sob as mãos. Tentaram-lhe as lindas bagas de um arbusto. Comendo-as, o Sheik Omar como que renasce à vida, sentindo uma euforia que jamais experimentara. Ele próprio qualifica de mágicas as propriedades da planta estranha. Torrando os frutos e fervendo os n'água, melhores ainda foram os resultados. Visitado por enfermos, ministrou-lhes o filtro miraculoso, que aliviava e curava os males. Os sucessos obtidos, com o uso da nova panacéia não tardaram em ser propalados. O retiro do pobre monge tornou-se um centro de romaria e sua fama foi tal que Omar, ao cabo de certo tempo, convidado a voltar à Méca, entrou triunfalmente na cidade, sob delirantes aplausos da multidão.

Um mosteiro foi construído em honra do Sheik, que foi depois, santificado.
(De uma publicação do IBC)

PROMOVE ADESTRAMENTO PARA GERENTES DE COOPERATIVAS



Aula sobre eletrificação rural ministrada pelo prof. Afrânio do Amaral

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário dando cumprimento à programação do seu Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural, por intermédio de sua Delegacia Regional no Estado do Rio de Janeiro, realizou dois cursos de adestramento de gerentes de cooperativas, promovidos pela Autarquia, com a finalidade de capacitar pessoal de nível executivo que, em ação nas entidades cooperativistas, desempenhará atribuições necessárias e primordiais à promoção sócio-econômica do ruralista.

OS CURSOS

Os dois cursos realizados, em Cordelro — o primeiro —, e em Barra do Piraí — o segundo —, tiveram a participação de DAC/RJ, SAA, ACAR/RJ, DAC/SP, UNASCO/RJ,

CCL/SP, SUNAB/GB, CNA e FBC/SP órgãos que enviaram técnicos habilitados para ministrar aulas, contando, ainda, com a colaboração da equipe especializada da Delegacia do INDA no Rio de Janeiro, que trabalhou intensivamente a fim de assegurar o pleno êxito das duas iniciativas.

O primeiro curso, abrangendo a região Centro-Norte do Estado fluminense — realizado de 2 a 6 de setembro e de 15 a 19 do mesmo mês — contou em seu índice de frequência com cerca de vinte e seis cursistas, oriundos de cooperativas agropecuárias dos municípios de Cantagalo, Cordelro, Carmo, Trajano de Moraes (Visconde de Imbé) e Pádua. Também outras cooperativas prestigiaram a iniciativa do INDA entre as quais as Cooperativas de Consumo de São Fidélis, de Friburgo, de Cordelro e de Três Rios.

Ao segundo curso, que alcançou todo o Sul do Estado do Rio, levado a efeito em Barra do Piraí nos períodos de 21 a 25 de outubro e de 4 a 8 de novembro, compareceram vinte e cinco cursistas, representantes de 17 cooperativas daquela região: Agropecuária Nossa Senhora do Amparo, Concelção de Macabu, Sapucaia, São Fidélis, Barra Mansa, Regional de Rio Bonito, Agrícola de Itaguaí, Rio Preto, Santa Isabel, Resende, Barra do Piraí, Volta Redonda, Conservatória, Cooperativa Mista de Produção e Consumo dos Trabalhadores Rurais de Paracambi, Coop. de Eletrificação Rural de Itaguaí, de Consumo Ferroviário da Central do Brasil de Barra do Piraí e Cooperativa Regional Avícola Valenciana.

CURRÍCULO

Matérias como Administração de Cooperativas, Legislação, Gerência, Legislação Tributária, Relações Públicas, Organização da Contabilidade de Cooperativas e Organização de Serviços, Comercialização, Pesquisa e Informação do Mercado, Eletrificação Rural e Doutrina Cooperativista foram disciplinas que compuseram o programa dos cursos que incluem, ainda, em seu currículo a realização de "visitas orientadas" a expressivas entidades, visando-se ao estudo local das condições de funcionamento das mesmas e ao intercâmbio de idéias e de informações para o aperfeiçoamento geral do sistema.

Da programação dos Cursos de adestramento para gerentes de cooperativas, promovido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, à guisa de complementação dos trabalhos desenvolvidos, foram proferidas palestras de interesse geral as quais versaram sobre Serviços da ACAR/RJ em âmbito estadual, regional e local; Processos da Comunicação; Manejo de Gado Leiteiro; e Observações sobre o Cooperativismo norte-americano, além de projeção de filmes educativos sobre manejo de gado leiteiro, técnica agrícola e funcionamento de Cooperativas e Sindicatos Rurais em países europeus, norte e sul-americanos, e brasileiros, em particular.

REPERCUSSÃO

Comprovando o interesse e a repercussão que os Cursos realizados em Cordeiro e Barra do Pirai despertaram, é digno de registro o entusiasmo manifestado por autoridades federais, estaduais e municipais, prestigiando e reconhecendo na iniciativa do INDA fator decisivo para a dinamização das entidades e melhor atendimento ao homem do campo, ressaltando vários líderes e dirigentes cooperativistas que a medida contribui efetivamente para a consecução das soluções reclamadas pelos complexos problemas com que se depara o meio rural.



Visita orientada à Cooperativa Agropecuária de Macuco



Flagrante de avaliação de aproveitamento dos cursistas



Encerramento do curso com respectiva entrega de diplomas

INDA APLICA 30 MILHÕES DE DÓLARES NO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL EM TODO O PAÍS

Visando ao mais efetivo cumprimento do programa de eletrificação rural das áreas rurais, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — que já aplicou cerca de US\$ 20 milhões de importante plano de eletrificação rural em todo o País, acaba de receber do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento — BID —, recursos no valor de 30 milhões de dólares para prosseguimento e complementação do significativo Plano de Eletrificação Rural, levado a efeito pela administração do sr. Dix-Huit Rosado.

Quinhentos mil brasileiros habitantes das áreas rurais serão os maiores beneficiados, levando-se em conta que a eletrificação é elemento básico no desenvolvimento das demais atividades da política de dinamização rural, com o programa que vem sendo executado pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e que compreende vinte e oito mil propriedades rurais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O Plano elaborado pelo INDA e executado com ajuda do BID — para os anos 69, 70 e 71 — tem como características técnicas, a implantação de 27 mil km de linhas de transmissão e rede de distribuição de energia numa frequência de 50/60 ciclos em tensão de 13,8 KV, utilizando 16.927 transformadores, baixa tensão a 280/120 Volts, 206.273 KVA e cinco mil toneladas de fios.

Com essa substancial ajuda do BID, o INDA poderá estimular e fortalecer sua principal atividade desenvolvimentista, incrementando a política de desenvolvimento rural em diretrizes e recomendações expressas do Governo Federal.

INDA LIBEROU MAIS DE NCr\$ 800 MIL PARA AJUDA AO MEIO RURAL

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, liberou a im-

portância de NCr\$ 847.197,94 para o atendimento de compromissos financeiros assumidos pela Autarquia com diversos Estados dentro da programação de trabalho do INDA para o fim do exercício corrente. Determinou ainda que a aludida importância seja creditada aos signatários dos aludidos compromissos feitos em forma de convênios.

A verba está distribuída pelos seguintes Estados com os seguintes fins:

Minas Gerais, Federação de Agricultura, convênio firmado em 28-12-68, para assistência técnica e veterinária aos sindicatos rurais, NCr\$ 96.356,00;

Piauí, convênio com a Companhia de Luz e Força, convênio INDA/CLEP, assinado em 14-12-69, para obras de eletrificação rural no Município de Parnaíba, NCr\$ 156.000,00;

São Paulo, convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para obras de eletrificação rural nos Municípios de Rio Acima, Sabaúna e Ibiúna, NCr\$ 100.000,00;

Rio Grande do Norte, convênio com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, para amparo no ensino técnico, NCr\$ 150.000,00;

Paraná, para implantação do Centro de Cooperativas Treinamento Agrícola no Município de Cândido de Abreu, NCr\$ 60.000,00;

Paraná, Associação Paranaense de Apicultores, para cumprimento do programa de treinamento e capacitação agrícola, NCr\$ 15.000,00;

Paraná, para ajuda ao Centro de Pesquisas e Estudos de Ciências Puras aplicadas à Tecnologia, em Vila Zulmira, União Vitória, programa de racionalização da apicultura, NCr\$ 10.000,00;

São Paulo, para execução de obras de eletrificação rural no Vale do Itariri, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de SP, NCr\$ 109.841,94;

São Paulo, para ajuda aos serviços de desembarque de imigrantes em Tie-Ara, convênio INDA/governo do Estado de SP, NCr\$ 50.000,00;

Rio de Janeiro, Banco do Estado, para investimentos no meio rural, acordo firmado em outubro de 1968, NCr\$ 100.000,00.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM MINAS: INDA ENTREGA RECURSOS

Recursos da ordem de NCr\$ 835.000,00 foram entregues pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, sr. Dix-Huit Rosado, no Estado de Minas Gerais, dando cumprimento aos convênios assinados anteriormente com vários órgãos de diversas localidades mineiras entre as quais Prata, Patrocínio, Uberlândia, Araguari, Tupaciguara e, ainda recursos para obras de eletrificação rural no Estado a cargo da ERMIG.

Do total acima referido fornecido pelo INDA, NCr\$ 100.000,00 foram entregues pelo sr. Dix-Huit Rosado à Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia para serem empregados na obtenção de equipamento das instalações daquela Cooperativa; ainda para Uberlândia, relativo a convênio firmado pela autarquia com o Ministério do Exército — 36.º Batalhão de Infantaria —, serão entregues NCr\$ 10.000,00 destinados às despesas de obras de Eletrificação Rural da área da Granja do Centro Social daquela Unidade Militar.

Seguem-se nesta série de recursos fornecidos pelo INDA para o desenvolvimento agrário das áreas de Minas a entrega de NCr\$ 15.000,00 em favor do 12.º Batalhão Ferroviário da 11 Região Militar do 1.º Exército, sediado em Araguari, para desenvolver as atividades agropecuárias daquela Unidade do Exército e ainda em Araguari consignados a Sociedade de Defesa Contra a Lepra para atender contribuição financeira àquela Sociedade; destinada ao Educandário de Trilágulo Maceio Eunício Weaver a quantia de NCr\$ 10.000,00; para Tupaciguara, em favor do Sindicato Rural de Tupaciguara a importância de NCr\$ 100.000,00 contribuição da autarquia federal do desenvolvimento agrário tendo em vista a construção da instalação da Feira Agropecuária para engorda em confinamento e concurso leiteiro naquele Município; e em cumprimento ao convênio firmado com ERMIG para desenvolvimento de obras de eletrificação rural no Estado montanhês cêren NCr\$ 350.000,00.

A LAVOURA

UM CARÁTER

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Sessentão, magrete, mediano, cabelos louro-baço-esbranquiçados, olhos garços, orelhas acabanadas, mãos nodosas, pés descalços esparramados com dedos em leque, calças e camisa lotadas de remendos, desdentado. diz: — Com licença?

Respetoso, deferente, atencioso, sobe na vagareza os degraus do alpendre, coloca, lento, no cabide o chapéu de matuto de palhinha se acabando que trazia na mão, estende-a, aperta firme, ligeiramente demorado a do novo Senhor da Conceição e, de vez balxa, ronquenha, prozoz funda fala: — Vim para conhecê-lo; chamo-me Belário. Seu nome, como todo mundo, nestas bandas, soube assim que comprou esse fazendão, Dr. Silvio. Alegra-me que tenha simpatizado comigo. Sei disso por ter ao nos cumprimentarmos, instintivamente, batido de leve nas minhas costas à altura do ombro como que buscando aproximar-me de si. Quando uma pessoa não vai logo com outra, põem-lhe, sem disso ter consciência, a mão no peito para mantê-la longe do coração.

—Veja o que é o destino! Não molenguel, não mandri-el, não descansel, não pregulcel. A vida tôda, uma falna incessante, só trabalho, lida, serviço, uma existência dura, penosa, de esforço contínuo, a formar lavoura na Bela Esperança. Látrós sem conta de suor a regá-las — e nada. Ao fim cheguei ao que vê. Um molambo coberto de molambos. Moço, saudável, forte, dando tudo de mim, jamais com o pouco, escasso, mínguado ganho, paderia uma vez única que fôsse vestir-me assim no tringue, no apuro, no esmero. Tivesse nascido em família rica, recebido trato e educação talvez me mostras-



se como o senhor, uma distinção de criatura. Imagine, mesmo agora, que figurão: — De botas de couro fino, calote de gabardina, camisa de linho puro, capacete lodado de desbravador — esse velho caco de gente ainda faria!

Quinzena após era de ver o sucesso, o assombro provocado por Belário a zanzar no gasto pangaré — o Fumaça — exibindo a indumentária, presente revelador, como o apregoava, da alma diamantina do amigo que recém fizera.

Por anos a fio, no primeiro domingo de sol (se chovesse não arriscava o vestuário) de cada mês, era certo ir à Conceição levar um mlmo: favos de mel silvestre, espiga de milho verde, melro danado de cantador, chicote trançado em casa, frutas do mato, queijo fresco de leite de cabra, porrête de ipê-mirim tirado no mínguante, frango novo.

No dia em que a Bela Esperança foi incorporada à

Conceição — asslnada a escritura de compra aos herdeiros de São Fidélino — houve-se Dr. Silvio direto para a casa de Belário, o mais antigo colono da propriedade adquirida, o qual muito o ajudara com conselhos e diligências na efetuação do excelente negócio, não foi pequena a surpresa, foi grande o espanto que teve ao saber que na manhã daquele mesmo dia, o velho Belário mudara-se para o Buracão. Tocou-se para lá e ao defrontá-lo — vindo da arrumação dos teréns, para atender ao chamado — foi logo indagando da razão do extranho procedimento.

— É que — ouvi — a colocação que tinha lá era a melhor da propriedade; estou acanhado, produção minha é pouca, mesmo no esforço. O senhor preleisa de renda, tenho em vista um camarada novo, entendido, prático em verduragem, com quatro enxadadas de casa para tornar aquilo o que era no meu tempo de moço.

O MATE

O preparo do mate compreende dois ciclos: cancheamento e beneficiamento, aquêle realizado pelo produtor, no erval, êste pelo industrial, no engenho.

3 - Tecnologia do Mate

1 — CANCHEAMENTO

As operações de limpeza do erval, corte, sapeco, secagem, malhação e coagem realizadas na erva-mate constituem o primeiro ciclo do preparo do produto, ou seja, o cancheamento, chamando-se de cancheado o mate resultante.

LIMPEZA DO ERVAL

Quando o erval é nativo, inicia-se a colheita com a limpeza e roçada, retirando-se tudo aquilo que possa dificultar o trabalho, tais como pequenos arbustos, toras, etc. e fazendo-se uma ligeira capina.

A roçada é de grande benefício, pois, além de facilitar a colheita, torna-a mais produtiva e menos sujeita a pragas o erval.

Quando se trata de plantação, o trabalho de limpeza fica muito reduzido, quase nulo mesmo, o que torna o custo de colheita muito menor.

Transcreveremos, a seguir, o que diz a respeito da cultura de erva-mate a monografia "Exploração do Mate", publicada em 1929 pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

SEMENTES

Geralmente a erva-mate floresce e frutifica de outubro a dezembro, porém, os seus frutos só ficam completamente maduros nos meses de fevereiro e março, quando se deve proceder a colheita para as sementelras. Os frutos destinados a fornecer as sementes, devem ser cuidadosamente escolhidos e bem maduros. É uma operação morosa sobretudo porque a maturação é irregular e não se deve empregar sementes de frutos verdoengos ou mal sazonados. Escolhidas as bagas completamente maduras, que apresentam uma coloração vermelho-arrozeada, são elas postas, em maceração

até que, esmagadas entre os dedos, a pópa glutinosa se separe facilmente das sementes. Sucessivas lavagens e penetrações da massa facilitam a completa separação das sementes que são, a seguir, secas à sombra.

ESTRATIFICAÇÃO DAS SEMENTES

Os processos seguidos para a germinação variam e constituem ainda objeto de estudos e observações dos fatores favoráveis à aceleração. Está provada a benéfica influência de certos tratamentos alcalinos nas sementes, entretanto, o processo de estratificação mais seguido e ao alcance de qualquer é o seguinte:

Em lugar sombreado enterra-se uma caixa de madeira ou lata, das de querosene, por exemplo, furada no fundo e de modo que as bordas fiquem à superfície. Coloca-se-lhe depois uma camada de terra fina, misturada com areia, e, em seguida sobre essa camada espalha-se certa porção de sementes e assim, sucessivamente, até encher o recipiente. Conservam-se as sementes, mediante regas moderadas, em boas condições de humidade e, sete ou oito meses após está terminada a operação, devendo-se esvaziar a caixa ou lata e separar as sementes, penetrando cuidadosamente o terrço.



ENNIO L. LEITAO

Químico Industrial Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

(Conclusão)

Erval nativo no interior de Santa Catarina

SEMENTEIRA

A sementeira pode ser feita diretamente em canteiros bem preparados e convenientemente abrigados ou em caixões. Estes, além da facilidade de proteção contra as intempéries, oferecem a vantagem do fácil transporte aos viveiros ou local da primeira transplantação.

Um bom tamanho para os caixões é o de 0,50 m de comprimento por 0,35 m de largura e 0,08 m de altura.

Na sementeira deve-se ter em vista a natureza e o preparo da terra empregada que deve ser leve, fértil e muito bem trabalhada.

As terras de mata são as preferíveis constituindo um bom tipo, o sillico-argiloso, se possível, penetrado ou muito bem esmiuçado.

As sementes são então distribuídas a granel na superfície do canteiro ou caixa e a seguir cobertas por tênue camada de terra penetrada e, ligeiramente comprimida com o auxílio de uma taboinha.

Trinta a quarenta dias depois aparecem as plantinhas, devendo, durante esse tempo, se fazer a rega necessária para manter as sementes em boas condições de humidade e conservar os canteiros ou caixas limpos de ervas estranhas.

É necessário conservar as sementeiras ao abrigo dos

raios diretos do Sol e dos fortes aguaceiros, usando, para isso, ripados de madeira ou uma cobertura de palha, capim etc., a altura conveniente.

Os ripados oferecem, incontestavelmente maiores vantagens e, como construções mais ou menos duradouras e cuidadas, ao abrigo dêlas se criam as mudinhas de sucessivas sementeiras.

Um bom tipo de ripado é constituído de tal modo que as ripas ou taboas são pregadas, em cada seção paralela e regularmente, a espaços iguais ao ocupado pela sua largura. Deve ser espaçoso, mais alto que um homem e coberto de madeira a impedir que as águas gotejantes danifiquem as plantinhas.

VIVEIROS

Para que as plantinhas se transformem em mudas vigorosas devem, ao atingirem o desenvolvimento de 8 a 10 centímetros, ser mudadas para os viveiros, situados estes, de preferência, em terras do mato, fértil e frescas. Os canteiros precisam ser cuidadosamente preparados como as que serviram nas sementeiras, cavados a preceito, bem esmiuçados à superfície, e, devidamente abrigados. A terra sillico-argilosa-humosa é a preferível.

As mudinhas são plantadas, mais ou menos a distância de 30 centímetros em todos os sentidos e aí se desenvolvem até a época de transplantação definitiva que deve ser feita quando alcançam 30 a 50 centímetros de altura.

Os cuidados necessários para se manter os viveiros em condições favoráveis ao crescimento das plantas são os das mondas e regas oportunas. Os canteiros devem, pois, ser mantidos limpos de ervas daninhas e com a humidade e frescura necessárias ao rápido desenvolvimento vegetativo das mudas.

A proteção das plantas em viveiro contra os raios ardentes do Sol, o excesso de chuvas e as geadas, é tão necessária quanto as regras e mondas. Daí a importância dos abrigos, sobretudo para os viveiros em campo, podendo-se fazer econômicas coberturas com ramos, etc. suspensos em estacas a uma altura conveniente. As coberturas com panos de serapilheiras não são tão vantajosas além de mais caras.

A criação das plantas em balalubos ou cestas de taquara é pouco usada, embora ofereça a vantagem de nenhum risco na transplantação para o sítio definitivo.

Dos viveiros são as mudas retiradas de acordo com as necessidades dos trabalhos de transplantação para o estabelecimento do erval.

A LAVOURA

A extração das plantas nos cantelros exige maiores cuidados, devendo-se atenuar quanto possível os frequentes danos sofridos ao serem as plantas arrancadas. As mudas antecipada e gradualmente habituadas às condições do melo onde vão ser cultivadas, oferecem maior segurança. Os cantelros, abundantemente regados de véspera, facilitam o trabalho do arrancamento das plantas. Essa operação é geralmente feita com uma pá direita e de modo a não ofender as raízes principais da muda, devendo-se tirá-la cuidadosamente, com o bloco de terra aderente às raízes.

No caso dos viveiros situados longe do erval em formação torna-se necessária a embalagem das mudas para evitar o desprendimento da terra protetora do sistema radicular, tendo-se em vista o melhor aproveitamento das vantagens inerentes ao viveiro.

A embalagem das mudas destinadas ao transporte a maiores distâncias não difere da de outras plantas acondicionadas para a exportação, sendo a blaco de terra envolvido em serapilheira, grama, etc., de maneira a manter a planta em favoráveis condições de vitalidade até o seu definitivo plantio.

TRANSPLANTAÇÃO

Uma vez preparado o terreno para a formação do erval, são as mudas plantadas em covas de 40 a 50 centímetros de cubo e alinhadas a distâncias compatíveis com o futuro desenvolvimento da planta. Os dias chuvosos são os preferidos para essa operação em que se deve observar, ter em vista, a conveniência de cobrir as raízes com a terra mais arejada da superfície de maneira que a retrada do fundo, por ocasião da abertura da cova, seja utilizada para completar o enchimento da mesma, ficando assim exposta, e, pouco a pouco, melhorando sob a influência influyente dos agentes atmosféricos.

Geralmente são as mudas escolhidas, segundo o seu desenvolvimento e, preferidas

quando atingem 30 a 50 centímetros de altura.

As mudas desenvolvidas nos jacazinhos, balainhos, ou cestos de taquara ou em qualquer dos recipientes indicados para o envelhecimento das plantas arbustivas e arbóreas, nada sofrem com a transplantação, limitando-se o trabalho ao simples enterramento do vaso cujas paredes facilmente apodrecem e permitem o livre crescimento das raízes.

A erva-mate é tida como planta padrão de terras inflores na região do seu habitat, entretanto, na escolha de um terreno para o estabelecimento de um erval, deve-se ter em vista que as terras férteis, permeáveis e profundas lhes são sempre favoráveis. As terras silico-humosas parecem preferíveis, notando-se que nas de campo, geralmente pobres em humos, o desenvolvimento da planta é retardado em relação ao atingido nas de mato ou "terras de planta" como se diz no sul do país.

PREPARO DA TERRA

O preparo da terra para o estabelecimento da cultura que, como se sabe, é ainda feita em pequena escala nas próprias regiões ervaleras do país, é muito rudimentar quando nos terrenos de mato e mais cuidado quando se tem em vista o plantio no campo.

Os terrenos de mato são apenas roçados, deixando-se as maiores arvores, principalmente o pinheiro, para abrigo do erval e os de campo são lavrados, destocados e gradeados e assim facilitado o arejamento, a penetração e conservação das águas pluviais, previamente melhoradas as suas condições culturais.

ALINHAMENTO

Em seguida é feito o alinhamento para a abertura das covas, adotando-se as disposições em quadrados, quinconelos e retângulos. Mas, não obstante facilitar essa última forma o aproveitamento da superfície com maior número de plantas a distâncias e compatíveis com o seu desenvolvimento, as plantações em quadrados ou retângulos são mais frequentes e preferidas.

No alinhamento em quadrado, de todos os mais simples, as covas são abertas a igual distância em todos os sentidos, enquanto que, na disposição em quinconelo, embora as covas fiquem rigorosamente equidistantes, os intervalos entre as linhas são menores que os de cova ou planta em qualquer sentido. A distribuição em retângulo, também de fácil e muito simples alinhamento, deixa entre as linhas carreiras mais largas e, se por um lado, apresenta desvantagem de dificultar os trabalhos culturais no sentido transversal, as carreiras principais nos terrenos planos ou ondulados como são quase sempre os de campo, facilita, por outro lado, o trânsito e assim os trabalhos culturais e a colheita no sentido das carreiras.

MARCAÇÃO DAS COVAS

Qualquer que seja a disposição preferida para o estabelecimento da cultura, a marcação dos lugares para a abertura das covas é feita de acordo com as necessidades do crescimento de árvore e segundo os métodos comuns nos trabalhos de alinhamento para as culturas de plantas arbustivas e arbóreas de longa duração.

DISTÂNCIAS

Nos ervalos de cultura, até agora formado, as distâncias adotadas para o plantio variam de 2,50 a 3 metros entre as covas, e 3 a 4 metros entre as linhas. Entretanto, são recomendadas e preferíveis, as distâncias de 3,50 x 4 para as disposições em retângulo e 4 x 4 metros para as plantações em quadrados e quinconelos comportando assim o hectare 625 a 722 plantas nas culturas abrigadas.

ABERTURA DAS COVAS

Nos terrenos de campos as covas são maiores que nos de mato ou "terra de cultura". Naqueles devem ser abertas, para o melhor desenvolvimento das plantas, a uma fundura de 40 a 50 centímetros e outros tantos de boca. O tamanho das covas, variando com a natureza do terreno, deve assegurar ao "guacho" ou muda da erva

mate, um volume de terra bem preparada e assim uma reserva de alimentos e de humidade favoráveis ao seu rápido desenvolvimento. Daí a conveniência de serem as covas abertas com antecedência para que os agentes atmosféricos beneficiem o subsolo e dos cuidados recomendados na transplantação sobre a melhor maneira do enchimento parcial ou total da cova.

COLHEITA

Feita de acôrdo com o sistema de sapeco adotado. No caso dêste ser manual, cortam-se galhos grandes e no sapeco mecânico, fôlhas e pequenos galhos.

Não é conveniente retirar mais do que 70 a 80% da folhagem pois, como a erva é uma planta de folha permanente, suas funções vitais não sofrem solução de continuidade e, se fizermos poda total, provocaremos interrupção dessas, com sérios inconvenientes, em geral atribuídos às geadas, ao sol forte, à secura do tempo etc.

Nenhuma erva deve ser cortada no período de floração e frutificação, pois sabido é que, então, as reservas das folhas desaparecem, em parte ou totalmente. O critério em voga para a escolha da época da colheita é empírico, mas deve ser seguido até que estudos mais precisos venham estabelecer uma base sólida para a colheita.

Os galhos devem ser cortados para cima, afim de não prejudicar a planta e, geralmente, o período de colheita inicia-se em maio e termina em setembro nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sendo que nos Territórios de Ponta Porã e Iguazú a safra vai até o mês de novembro.

A colheita, da forma realizada no sul, é uma verdadeira poda degenerando, por vezes, num bárbaro esgalhamento que deixa as árvores quase que totalmente desprovidas de fôlhas.

A legislação brasileira só permite o corte de fôlhas maduras, isto é, de pelo menos três anos de idade, pois, embora as folhas novas sejam mais ricas em cafeína, apresentam deficiências

noutros elementos, como extrato sêco, por exemplo.

Nota-se ainda, muito primitivismo no atual processo de colheita e, o Instituto já elaborou um plano que visa tornar mais racional esse trabalho.

Em sucessivas entrevistas que demos à imprensa, quer em Curitiba (O Dia, 13 de junho de 1944), quer no Rio (Correio da Noite, 17 de junho de 1949) dissemos:

"No momento, cogita o Instituto de realizar uma obra que podemos considerar de suma importância. Trata-se da retificação dos ervaais. Já em outubro do ano passado, foi aprovado, em linhas gerais, o trabalho a ser realizado, após uma viagem à região ervaiteira, em companhia do Dr. Carlos Gomes de Oliveira, presidente do Instituto, afim de verificar a viabilidade do que se propunha fazer. Autorizou o presidente do Instituto a realização dos estudos preliminares, afim de ser feita a retificação dos ervaais. O trabalho será longo, mas acredito que muito lucrará a indústria ervaiteira com a realização do mesmo. Apresentamos à presidência do Instituto um plano para execução do serviço que, em linhas gerais, obedece ao seguinte: procurar interessar um ou mais produtores no trabalho que se pretende realizar, mostrando as vantagens do mesmo selecionar as variedades que melhor se adaptem à região, afim de, no plantio, procurar dar uma uniformidade ao produto, dar ao erval trabalhado a maior simetria possível.

Para iniciar o trabalho — continuou o nosso entrevistado — baixou o Instituto instruções que serão enviadas às Cooperativas afim das mesmas colherem dos produtores os dados necessários. Nestas instruções, pedimos: número de ervaais existentes no erval; quantidade colhida na presente safra e número de ervaais podadas, e qual a variedade predominante.

Este trabalho deverá ser sumamente facilitado pelas Cooperativas, pois a centralização dos produtores num só local torna mais fácil o contato deles com o Instituto. Pensamos, mesmo, que o trabalho principal das Co-

operativas é o da melhoria do produto, e acreditamos que uma entrosagem das mesmas com a Seção de Produção e Indústria, de grande utilidade será para todos, pois far-se-á assim com muito mais facilidade a divulgação dos métodos mais aconselhados para um racional aproveitamento da erva-mate. Embora o empirismo deva ser respeitado, pois a ciência moderna vem confirmando a razão de ser de vários processos usados pelos nossos antepassados, não devemos, por esta razão, deixar de procurar melhorar o que atualmente existe.

A retificação dos ervaais corresponde a um reflorestamento de nossa zona ervaiteira, com a diferença de que, aqui colaborando com a natureza, transformamos de maneira econômica e natural um erval nativo em um erval plantado, dando ao mesmo a vantagem de tornar mais fácil a colheita, o tratamento e, ao mesmo tempo, ausência dos perigos de erosão.

Acreditamos que os serviços realizados pelo Instituto Nacional do Mate incentivarão uma melhoria do produto dando assim margem à colocação em novos mercados desta nossa "lileina", possuidora de tão magnânimas propriedades."

Por aí se verifica que o Instituto vem estudando a questão com o interesse que ela merece.

No plano de trabalho de nossa Seção, enviado à Presidência do I.N.M. em 4 de outubro de 1943, no mesmo ano encaminhado à Junta Deliberativa, preconizávamos na letra b do Item III, referente à produção: "providenciar a retificação dos ervaais afim de:

"melhorar a colheita e torná-la mais econômica, retirando as variedades pobres, as de mais idade e atacadas por moléstias e, quando necessário, plantar novas ervaais."

Normalmente o trabalho de colheita é realizado por empreitada, recebendo o trabalhador uma determinada importância para colher quarenta e cinco quilos de fôlhas verdes que correspondem a quinze quilos de erva-sêca, isto é, uma arroba.

SAPECO

Denomina-se sapeco a ação direta das chamas sobre a folha de erva-mate, produzindo uma ligeira tostação destinada a evitar que a folha fermente.

Segundo o químico colombiano Dr. Cortez (1), os principais efeitos benéficos da folha se derivam de uma enzima denominada "clorofilase" encontrado na matéria corante-verde da folha do mate. O trabalho acima citado vem confirmar que o empirismo dos iniciadores do preparo do mate estava certo ao começar pelo sapeco. Assim, a ciência moderna vem sancionar essa prática, como indispensável à obtenção de uma boa bebida.

Como dissemos, o sapeco pode ser manual ou mecânico. Aquêlé é feito junto à crevelra, logo após o corte, constituindo, em linhas gerais, no seguinte:

O mate conduzido para o sapecador, composto, geralmente, de duas paredes de um metro de altura, formadas por toros de madeira verde, medindo aproximadamente vinte centímetros de diâmetro por 1,30 m de comprimento, possui um intervalo entre as duas paredes que varia de 50 a 60 cm e onde se faz o fogo para o sapeco. Como combustível emprega-se geralmente a lenha seca e não resinosa.

Os galhos grandes são colocados sobre as chamas e o operador, fazendo um movimento de rotação, distribui o calor com uniformidade, de maneira a que todas as folhas sejam atingidas pelas chamas.

Esta operação requer certa prática e o produto naturalmente apresenta variações de acordo com os operadores que a realizam, e este inconveniente sugeriu experiências com o sapeco mecânico, hoje bastante empregado.

Nesta operação usa-se um cilindro reforçado, com paredes de arame grosso tendo aberturas de meia polegada. O sistema de funcionamento do cilindro varia. Alguns possuem um eixo interno, outros funcionam sô-

bre rodas que recebem o movimento de uma máquina.

O cilindro tem mais ou menos dois metros e meio de comprimento por 70 a 80 cm de diâmetro e fica colocado sobre uma fornalha feita especialmente para o fim a que se destina, sendo o cilindro instalado com uma inclinação de 20 a 25 graus sobre a horizontal.

Feito o fogo, cuja chama deve rodear o cilindro, coloca-se dentro do mesmo as folhas de erva, pela parte superior um operário ou um dispositivo mecânico qualquer, movimenta-o a pequena velocidade para que os galhinhos movendo-se dentro do cilindro recebam o calor uniformemente. Assim com pouca volta e graças à inclinação do cilindro, eles passam sobre as chamas e saem pela abertura inferior já sapecados.

A erva assim sapecada perde 20% do seu peso ao sair do aparelho e adquire uma cor amarelada e um odor característico.

No sapecador mecânico a temperatura varia de 200 a 250° centígrados.

O mate sapecado é então conduzido, num intervalo, nunca superior a 12 horas, ao barbaquá ou secador.

SECAGEM

O mate depois de sapecado é levado para a secagem final, e geralmente são empregados 3 sistemas.

- a) carijó-furna
- b) barbaquá sistema Paraguaio
- c) barbaquá brasileiro ou guarani.
- e) Câmaras de secagem

a) O **CARIJÓ-FURNA** — é um processo já pouco usado. Uma escavação em declive de terreno é coberto por uma espécie de engradado onde se coloca a erva sapecada recebendo aí o calor do piso direto provindo da base da escavação.

Geralmente, a distância do piso do carijó à parte de madeira, onde se coloca a erva a secar, é de 2 metros va-

riando o tempo de secagem de 12 a 24 horas, obtendo-se no entanto erva da melhor qualidade, quando se utiliza o último espaço de tempo, isto é, 24 horas.

O sistema carijó-furna, ainda é usado nos arredores de Curitiba e nos municípios de Prudentópolis e Guarapuava, no Paraná.

A "erva-de-carijó", apresenta um odor empíreumático proveniente de fumaça desprendido durante a secagem. Protejendo o carijó contra as intempéries, há sempre uma cobertura feita de madeira, ou folhagem.

De um modo geral o carijó é um tendal suspenso sobre forquilhas, feito com troncos de pequenos diâmetros, protegido com uma cobertura e aberto dos lados.

SUDENE

A SUDENE pediu ao Conselho Coordenador da Aliança para o Progresso (COCAP) que obtenha, junto a organismos estrangeiros, empréstimos no valor de NCr\$ 7,7 milhões, para aplicar ao programa de energia elétrica.

...

Mais 469 mil cruzeiros novos foram liberados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, referentes a parcelas de convênios firmados com diversos órgãos estaduais nordestinos, visando a execução de programas de infraestrutura e de agricultura. A maior parcela é destinada ao Rio Grande do Norte.

A LAVOURA

1897 — 1969

72 ANOS

A LAVOURA

A FOTO INTERNACIONAL



O tratamento químico em qualquer tipo de plantação nos Estados Unidos, contra insetos, já é matéria de rotina. A luta contra todos os tipos de pragas e ervas daninhas é incessante e os inseticidas tornam-se cada vez mais numerosos e mais eficientes. Mas se os produtos químicos se aperfeiçoam, também a maneira de aplicá-los apresentando novas máquinas para borrifar as plantações. A foto nos mostra o último tipo de máquina para lançar inseticida a alta velocidade, sendo o jato produzido por uma hélice modificada de uma aeronave comercial. (Foto IPS, especial — para A LAVOURA).

A CULTURA DO FUMO

Sua tendência e importância sócio-econômica para a Zona da Mata — MG — Resultados experimentais

Francisco Dias Nogueira

I — SEMENTEIRA DE FUMO

1 — LOCALIZAÇÃO

Deve ser localizada em terreno plano. Se tiver inclinação precisa ser defendido contra a invasão das águas e também ser abrigada dos ventos fortes.

Uma vez preparado, com arado, enxadão ou mesmo enxada, deveremos dividi-lo em canteiros de 10 metros de comprimento por um metro de largura, tendo os bordos protegidos por varas de bambu ou mesmo de madeira inferior, separados por ruas de 50 cm.

Depois de bem pulverizada e nivelada a terra do leito, deveremos cobri-la com uma fina camada de estêrco de curral bem curtido e peneirado, na proporção mais ou menos de 2 a 3 quilos de estêrco por metro quadrado.

Depois de 8 a 10 dias, faz-se nova escorificação superficial no terreno, somente na parte que recebeu o estêrco peneirado e depois de bem fôfa e livre de plantas daninhas procede-se a semeadura.

2 — DESINFECÇÃO DAS SEMENTES

Antes do semelo deve-se fazer a desinfecção das sementes, a fim de garantir o estado de sanidade do viveiro. Por isto preparamos uma solução de nitrato de prata a 1%, isto é, 1 grama de nitrato de prata e 100 grs. de água. Amarramos

as sementes dentro de um pequeno saco de algodão ou inófilo e deixamos mergulhados na solução por um espaço de 15 minutos deixando secar à sombra. Depois de secas misturamos com cinza para semear.

3 — QUANTIDADE DE SEMENTES

A quantidade de sementes necessárias para semear 10 canteiros de 1m x 10, ou sejam 100 metros quadrados de sementeira deve ser de 7 a 10 gramas de sementes que se mistura com 2 litros de cinza peneirada. Duas colheres de sopa, razas, de sementes pesam 10 gramas mais ou menos.

Uma grama de sementes de fumo tem mais ou menos 8.000 mudas. Calcula-se 50% de redução para desbaste e outras perdas, ainda teremos, em 100 metros quadrados de sementeiras 40.000 mudas, após replagem ou desbaste, número suficiente para plantar 4 hectares com o espaçamento de 1m x 1m, como é comum na Zona da Mata de Minas Gerais.

Cumpre esclarecer que um metro quadrado de sementeira não deve conter mais de 400 mudas na época do transplante. Esse número conseguimos arrancando as plantinhas muito juntas, de modo que fiquem guardando entre si, no mínimo, um espaço de 5 cm.

Com o desbaste e maior espaçamento obtemos mudas re-

polhudas, bem formadas, fortes de caule consistente, e com bom enraizamento, além de evitarmos a formação de blocos maçoços de mudas amareladas, esbranquiçadas, descoloridas.

Grande parte do sucesso dos preparadores de sementeiras de fumo se atribui ao excesso de sementes que lançam no terreno provocando enorme competição entre as mudas e o aparecimento da mela das sementeiras.

O uso do torrão paulista para a replagem das mudas jovens (20 a 30 dias após a germinação) tem sido adotado pela Estação Experimental de Rio Pombo, com ótimos resultados. Esse novo método evita perda de mudas ao fazer o desbaste e garante melhor êxito do plantio definitivo mesmo quando feito com sol quente porque as plantas replçadas para o torrão, após 5 dias, dispensam tolido, permanecendo ao ar livre.

4 — ÉPOCA DA SEMEADURA

Nesta região as sementeiras são feitas no período de 20 a 31 de dezembro. Todavia, com a irregularidade do regime pluviométrico alguns agricultores estão tentando produzir fumo das águas e para isto é necessário fazer a semeadura no fim de agosto até a primeira quinzena de setembro.

5 — PRÁTICA DA SEMEADURA

Utilizamos uma pequena lata de galabada, furada com pregos finos, como se fosse uma

penetra. Com ela, aplicamos uniformemente 5 grammas de sementes misturadas com 2 litros de cinza sobre o canteiro preparado.

Terminada a semeadura, com um regador de crivo fino, faz-se uma rega com solução de DDT, ou sejam 250 g de DDT para 25 litros de água. A solução deste produto controla os insetos que perseguem as sementes no solo.

6 — COBERTURA DA SEMENTEIRA

Uma vez semeados os canteiros deverão ser cobertos com panos de algodão, palhas de palmeira, sapé ou outros recursos de que os agricultores lancem mão. A cobertura além de constituir ótimo abrigo para as plantas tenras, conserva a umidade do leito por maior espaço de tempo.

7 — ADUBAÇÃO

Decorridos 10 dias de germinação, podemos fazer uma irrigação com salitre na base de 2 colheres de sopa de salitre para cada 10 litros de água.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA DAS SEMENTEIRAS

Se o tempo estiver bom deveremos pulverizar as sementeiras de 8 em 8 dias. Diminuiremos o espaço para 4 dias e até para de dois em dois dias se o tempo permanecer úmido e chuvoso.

As pulverizações podem ser com calda bordaleza, Manzate, Horta Pó Du-Pont, Ditane Z-78. Com a aplicação destes fungicidas fazemos o tratamento preventivo contra a melia e outras doenças das sementeiras.

Para combater grilos, outros insetos e suas lavras, utilizam-se os inseticidas: DDT, Rhodatox, Terraldrin, aldrin, dieldrin, ditane, etc.

II — PLANTIO DEFINITIVO

1 — ESCOLHA DAS VARIEDADES

1.1 — Fumo para corda ou rôlo:

Sul de Minas	Grotelro
Cabeludinho	Golano
Azulão	Descalvado
Tietê	Vuella Abajo 9
Gigante	

HIBRIDOS

K 5	—	38
P 38	—	5
R 38	—	2
M 2	—	38

1.2 — Fumos de folhas para cigarros:

Chinês	F. 195	Kavala
Virgínia	Herzegovina	Cometicut broad leaf
Santa Cruz	Sary	Burley
Rio Pardinho	Thuddyan n.º 1	Sumatra
Sauzoun	M.D. Broad leaf	Tobacks etc.

1.3 — Fumo de Folhas para charuto

Brasil—Bahia
Kentucky
Havana 2H
Amarelinho tipo A-33
Colônia
Jorjão, etc.

2 — Época: — A intensidade maior do plantio é na 1.ª quinzena de março aproveitando-se os dias de umidade relativa do ar acima de 80%.

3 — Preparo do solo: — A maioria dos agricultores nesta região ainda plantam o fumo consorciado com o milho o que não recomendamos. Neste caso o trabalho de arar e, raramente, de gradear é feito apenas para o milho. Para o plantio do fumo usam-se a capina e o coveamento.

O que recomendamos é o preparo bem feito do terreno (1 aradura e 2 gradeações) com bastante antecedência, para a cultura do fumo isolada, a fim de que o mato enterrado se decomponha antes do plantio do fumo. A 2.ª gradeagem pode ser 1 dia antes do plantio e tem finalidade de combater algumas ervas daninhas que sempre germinam após o ato da 1.ª gradeagem. As ervas daninhas não devem concorrer com a cultura.

4 — Prática do plantio definitivo: — Pode adotar-se a abertura de sulcos com a distância de 1m entre eles ou ca-

"A LAVOURA"

72 anos

A mais antiga Revista agrícola em circulação no Brasil

A LAVOURA

A Cultura do Fumo

vamento distanciada de 1m entre covas. Um terreno de 100m x 100m (1 ha) comporta cem sulcos numa mesma direção ou dez mil covas para plantio no espaçamento de 1m.

Todavia os agricultores não obedecem rigorosamente esta prática porque plantam o fumo consorciadamente com o milho, em espaçamento variado de 1m até 1,20m. A maioria dos agricultores adota o processo de plantar a muda de raiz nua necessitando para isto de dias chuvosos ou excessivamente úmidos. A ocorrência de tempo especial para o plantio definitivo será dispensada se as mudas estiverem no torrão paulista e em pleno ar livre, portanto aclimatada perfeitamente com as condições de campo.

Além desta vantagem, as mudas que vão no torrão, para o campo, garantem o êxito do plantio, evitando a replanta exigida por traumatismo radicular, falta de aclimação e ganham maior índice de desenvolvimento. A profundidade da cova ou sulco deve equivaler à altura do torrão.

Como combate preventivo aos insetos, especialmente à "lagarta rôska", coloca-se adrin em tôrno da cova, depois de plantada a muda.

5 — COBERTURA MORTA (MULCHING): — A cultura do fumo agradece muito a cobertura morta, principalmente para fumais plantados mais tarde, por duas causas: a 1.^a é a manutenção da umidade no solo e a 2.^a evitar o aparecimento de ervas daninhas. Os agricultores que plantam fumo consorciadamente com o milho fazem uma cobertura precária com os restos culturais do milho (colmos).

6 — ADUBAÇÃO: — Em se tratando de planta esgotante do solo a Subestação Experimental de Pomba tem dado maior atenção nos estudos de adubação da cultura do fumo, para a manutenção do alto nível de produção e atualização de fórmulas para dosagem da adubação.

Para avaliar o quanto de elementos minerais a cultura do fumo absorve do solo, estabeleceu-se a relação entre o peso de suas cinzas que representa de 19-28% do peso da folha antes da combustão. Portanto nenhuma planta contém tantas substâncias minerais como o tabaco e conclui-se que não há cultura que esgota o solo no mesmo grau.

Isto justifica a preocupação que se deve ter com a manutenção da fertilidade do solo no qual se pratica a cultura do fumo.

As modificações na adubação atribuem-se então ao esgotamento natural do solo e à qualidade ou "cabedal" que ela pode proporcionar ao produto industrializado.

Em 1950, estudos destinados somente ao aumento da produção econômica, concluídos na Subestação Experimental de Pomba, publicados no Boletim n.º 6 do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, recomendavam a seguinte adubação para a Zona da Mata de Minas Gerais:

300 kg/ha de salitre do Chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de Cloreto de potássio
10 ton/ha de estrume de curral.

Com esta fórmula foi obtida uma produção média de 1.598 kg de folhas curadas por hectare.

Em 1957, com avanço da ciência os grandes centros de pesquisas já tinham conhecimento de que o uso do cloreto de potássio prejudicava a combustibilidade do fumo.

Uma nova publicação, o Boletim Técnico n.º I do Instituto Agronômico do Oeste (hoje IPEACO), divulgou a atualização da fórmula anterior que se modificou pela introdução do sulfato de potássio no lugar do cloreto de potássio, na mesma dosagem com o fim de melhorar a combustibilidade do produto.

A recomendação passou a ser:
300 kg/ha de salitre do Chile
400 kg/ha de superfosfato
150 kg/ha de sulfato de potássio

Não se recomendou o estérco pela escassez e preço muito elevado.

Com esta adubação foi obtida a produção de 1.150 kg/ha de folhas curadas.

Todavia há quem recomende a aplicação de traços de cloreto de potássio (6 kg/ha) quantidade que não prejudica a combustibilidade e melhora o cabedal. Porém este uso precisa ser repetido experimentalmente para uma recomendação segura.

Em 1965, comparados os resultados daquele ano com os obtidos em 1950 e 1957, verificou-se a necessidade de nova reformulação uma vez que a produção vinha decrescendo. Iniciou-se então, na Subestação Experimental de Pomba, o Ex-

perimento de Níveis de Adubação do Fumo nos solos da Zona da Mata de Minas Gerais, com macro e micro nutrientes (elementos maiores e menores), encerrado em 1968 com 3 anos de execução.

O melhor resultado obteve-se com o tratamento 2-3-2 + zinco que corresponde à seguinte adubação:

300 kg/ha de sulfato de amônia
600 kg/ha de superfosfato
167 kg/ha de sulfato de potássio
1,5 grama de sulfato de zinco por cova

A produção foi de 2.640 kg/ha de folhas curadas:

Outro tratamento 2-2-3 sem micro nutriente e que corresponde à adubação de:

300 kg/ha de sulfato de amônia
400 kg/ha de superfosfato, e
250 kg/ha de sulfato de potássio, proporcionou a produção de 2.600 kg/ha de folhas curadas.

Quanto à adubação em cobertura, o fumo responde bem dependendo das condições fitogeográficas do solo, modo de aplicar (exposta ao ar livre ou enterrada). A adubação foliar em cobertura também tem dado bons resultados em aumento de produção e aspecto de folha. Como é mais um ônus sobre a cultura é conveniente fazer um estudo econômico, sobre colocação da safra antes de usá-la.

7 — TRATOS CULTURAIS: — Encerram-se nas capinas, desolhas, capação e a defesa fitossanitária.

Capina — É feita geralmente após o plantio 15 a 20 dias decorridos. Quando se faz esta operação aproveita-se o peso para chegar terra à planta. Pode ser manual ou mecânica. Se usar a cobertura morta a capina será desnecessária e bastará uma ligeira escaurificação em tôrno da planta.

Desolha — A colheita pode iniciar-se antes ou depois da capação dependendo da variedade que está sendo cultivada. Por exemplo, nas variedades Santa Cruz, Virginia e Chinês a colheita de brotos auxiliares começa antes da emissão da inflorescência. Esta operação faz-se quantas vezes forem necessárias especialmente em se tratando de fumo cultivado nesta região que se destina à produção de corda ou rôlo.

Capação — Consiste na eliminação da inflorescência e é feito, quando 30% da cultura aproximadamente já emitiu o botão floral.

Tanto a desolha como a capção visam das maior corpo (cabedal) às folhas que, numa cultura bem desenvolvida são em n.º de 25 (em média) por planta.

8 — DEFESA FITOSSANITÁRIA: — Consiste no combate às pragas (insetos) e moléstias.

O inseto que causa maiores danos é a lagarta rôsea (*Agrotis ypsilon*) que corta a planta rente ao solo, exigindo que se faça a replanta.

Pertence à ordem dos Lepidópteros, tem hábitos noturnos, permanecendo quieta durante o dia, sob a terra, em volta da planta.

São grossas, lisas, cor cinza escura com listras laterais e ventrais pouco visíveis.

Seu combate tem sido feito com terraldrin e uldrin sendo que o último deu melhor resultado. Além do uso de produtos químicos (inseticidas) recomenda-se a catação em torno de mudas inutilizadas para depois fazer a replanta.

Quanto às moléstias tem havido ocorrência mais frequente de viroses (mosaico e necrose branca) e menos frequente a marchadeira (doença bacteriana causada por *Pseudomonas solanacearum*).

Sendo as infestações de maior grau casos isolados, normalmente, os agricultores não adotam defesa fitossanitária no campo porque a cultura seria muito onerada.

Todavia os meios de combate seriam evitar a doença através da escolha de variedades ou linhagens resistentes, aplicação de produtos químicos por pulverização ou polvilhamento. Experimentalmente tem sido aplicado Dithane, Manzate, Cuprozan, Cupravit, com bons resultados.

9 — COLHEITA: A colheita se faz quando as folhas atingem sua maturação que se inicia da base da planta para a extremidade, dando até 4 colheitas assim distribuídas:

baixelras — são as folhas mais fracas cuja transformação em corda dá o pior produto (fraco, sem paladar e sem massa).

Nem todos os agricultores aproveitam as folhas baixelras para corda. Têm sido vendidas para firmas balanas, para exportação.

1.ª e 2.ª colheitas: Folhas que dão produto já aproveitável.

3.ª colheita ou ponteiro: Folhas de maior teor de nicotina que dão produto categorizado ou do melhor "cabedal".

O teor de nicotina, numa planta, varia, em ordem crescente, da base para a extremidade. Isto é importante para a classificação do tabaco.

O aproveitamento da brotação ou "soca" pelos agricultores é condicionado pela ocorrência do tempo. Quando falta chuva para períodos críticos do 1.º ciclo da cultura a safra diminui muito. A brotação de-

paçamento, competição de variedades de fumos aromáticos (sementes importadas pela Cia. de Cigarros Souza Cruz) e competição de variedades maiores produtoras de sementes, entre portes maiores e menores. Em observações preliminares, com segulinos, por planta com as variedades Chines, Santa Cruz e Virginia (porte grande) a produção média de:

Chines	88,48	gramas/plantas (em 95 pés)
Virginia Bright	83,42	gramas/plantas (em 103 pés)
Santa Cruz	53,57	gramas/plantas (em 56 pés)

envolve se chove no início da colheita e, levando em conta uma adubação bem feita, a catação do produto no mercado, a ocupação da mão-de-obra ociosa às vezes compensa o aproveitamento da brotação ou soca.

Todavia, normalmente não recomendamos porque começam aparecer pulgões e outras pragas que não só depreciam o produto como também poderão infestar o terreno para o plantio seguinte.

III — MELHORAMENTO FITOTÉCNICO: Além de preocupar com o aumento da produtividade do fumo através de melhor adubação e fertilidade do solo que são fatores extrínsecos à planta, a Subestação Experimental de Pomba, através de Experimento de Competição de Variedades e Híbridos obteve também bons resultados com o trabalho de dotar a planta de maior capacidade produtiva sem prejuízo das boas características do produto. Conseguiu-se aumentar a produção do fumo em corda constituindo híbridos resultantes do cruzamento entre as variedades Porchician x Santa Cruz, Sul de Minas x Porchician: K5 — 33, 38-2, M2-38.

A produção média em 3 anos de execução foi de 2.000 kg/ha de folhas curadas e a característica do produto é de fumo forte, com alto teor de nicotina.

O melhoramento do tabaco, como em todas as plantas é orientado para finalidades diferentes e é feito através de seleção de variedades, hibridação.

A seleção pode ser massal, individual e industrial.

Como variedades para corda, galpão e estufa a SEP está com uma coleção de 119, que satisfazem às necessidades exigidas para os mais diversos mercados.

Na nossa agenda de trabalho para o ano agrícola 68/69 consta ensaios de nelmatação, es-

IV — TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO — (Ligeiros aspectos): A tecnologia como a comercialização exigem tratamentos específicos de acordo com a finalidade a que se destina o tabaco.

A industrialização do tabaco exige que as folhas estejam secas e curadas, tanto para a produção de cordas, como para cigarros, charutos e desfiados para cachimbo.

Consegue-se secar as folhas sobre 3 condições diferentes.

- 1) — Ar livre (pouco usado na Zona da Mata)
- 2) — Galpão (muito usado na Zona da Mata)
- 3) — Estufa (usado apenas experimentalmente na Zona da Mata)

Na primeira e segunda condição, obtém-se um tipo de produto comum em aspectos e qualidades. Entretanto, é indispensável o galpão seja maior ou menor para prevenir-se contra enchivas ocasionais na época das safras.

O fumo de estufa já difere muito do produto obtido nos 2 primeiros casos tanto em aspecto como em qualidade.

O tratamento de estufa elimina certas enzimas que durante a cura dariam aspecto mais escuro e desuniforme às folhas, bem como qualidades de sabor, e aroma inferiores.

Tanto o fumo de galpão como o fumo de estufa podem ser usados na indústria de cigarros, em misturas, dentro de proporções diferentes de acordo com as variedades e nuances comerciais lançadas pelos fabricantes de cigarros.

Nas indústrias de cigarros de papel as nervuras depois de cilindradas e achatadas até com menos de 1mm de espessura são também desfiadas e aproveitadas para o enchimento de cigarros.



A Cultura do Fumo

Na primitiva indústria do fumo em corda, as nervuras não passam de resíduos.

Na indústria de charutos, o recibo recebe geralmente o tratamento de galpão e a capa e sobre capas são tratados em estufa.

A cultura do tabaco para obter folhas para capa e sobre capa de charutos precisa de sombreamento. O sombreamento tem por fim desmoldar a folha e pode ser feito sob a sombra de outra planta ou sob telha.

Além da produção de folhas para fornecimento às ind. de cigarros e tabacarias deve-se ainda pensar na produção de tabaco para a extração de óleo, nicotianina e o ácido isonicotínico.

A extração de óleo seria para atender à demanda da ind. de tintas e vernizes. A nicotianina e o ácido isonicotínico são subprodutos de largo uso na indústria química farmacêutica sendo quase indispensáveis nas fórmulas de drogas fertilizantes, associação de vitaminas especialmente do complexo B 12. No Brasil, a produção desses subprodutos é ainda nula necessitando nossa indústria farmacêutica de importá-los para a composição de suas fórmulas.

Mas esta região continua produzindo unicamente o fumo em corda que se vende em todo o Brasil e um pouco no Uruguai, contando portanto mais com mercado interno. A produção anual da região tem oscilado entre 20.000 a 30.000 toneladas.

Alguns agricultores vendem as folhas de baixo padrão (AP) para algumas firmas exportadoras de Salvador (Bahia) — Amerino Portugal S/A e CRO-NOR Com. e IND. S/A). Todavia, essa operação triangular, através da Bahia, para exportação de resíduos e folhas AP tem sido uma barreira para incrementarmos a exportação do fumo Mineiro porque sendo o pior produto comprado por firmas balanas continua a nossa melhor mercadoria desconhecida no estrangeiro. Por bem da economia mineira, devia o Governo proibir a venda de produto AP para firmas exportadoras sediadas em outros Estados.

Também as firmas BEITA — Serviço d'Exploitation Industrielle des tabacs et des allumettes e Empresa dos Tabacos de Angola têm feito contactos na região para negócios.

V — CUSTO DA PRODUÇÃO DE 100.000 MUDAS (500 ALTO-BAS), FUMO FEITO EM TERRA DE VAIRZEA

Preparo da sementeira, capinas, etc.	85 serviços
Aração de trator e preparo do terreno, 3 alqueires golanos (48.000 m ²)	NCr\$ 512,00
Distância de pé a pé e rua 1,20m.	
Plantio e covação do terreno	160 serviços
1.ª capina	70 "
2.ª capina	70 "
3.ª capina	60 "
4.ª catação	30 "
Capação	30 "
1.ª desolha	90 "
2.ª desolha	90 "
3.ª desolha	90 "
1.ª panha	40 "
2.ª panha	40 "
3.ª panha	40 "
Pindobação das 100.000 mudas	650 "
Destalas (serviço de mulheres)	650 "
Um homem para flar e molhar as folhas no ponto de entregar às destiladoras	90 "
Outro para ajudar a flar, dos pavios e ajuntar cordas	90 "
Um menino que auxilia os 2 fladores	90 "
Cura, tomar conta da vira da fumada	110 "
Um menino para tocar janga (serviço de menino) ..	110 "
Preço atual de 1 serviço	NCr\$ 3,00
Barracão para secagem das folhas 40m de comprimento; 8m de largura e 3m de altura.	



- Plantas Cítricas de Clanes Novas (Nucleares).
- Limoeira Tahiti — (Linhagem "Peruana").
- Nagueira Pecan — (A naz americana).
- Abacateiras — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Falhetas GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

ESTADOS	Área cultivada (1.000 ha)		Produção p/ha (1.000 kg)		Renda bruta p/ha Ncr\$	
	1965	1966	1965	1966	1965	1966
	Rorôndônia...	0,021	0,015	1,3	1,5	436
Acre	0,457	0,422	0,6	0,6	407	551
Amazônias	0,548	0,552	0,8	0,8	354	418
Roraima	—	—	—	—	—	—
Pará	3,086	2,661	0,7	0,6	495	338
Amapá	0,030	0,035	0,3	0,3	129	175
Maranhão	6,340	6,908	0,7	0,6	325	460
Pernambuco	1,982	1,905	0,5	0,5	230	314
Rio Grande do Norte	0,111	0,087	0,9	0,4	436	218
Ceará	2,0	3,9	0,6	0,7	145	279
Paraná	5,589	4,651	0,6	0,6	125	156
Pernambuco	4,2	2,5	0,5	0,9	135	177
Alagoas	21,046	16,486	0,8	0,7	191	229
Sergipe	4,869	2,777	1,3	0,8	475	317
Bahia	55,5	50,9	0,8	0,8	395	321
Minas Gerais	28,5	26,0	0,6	0,5	300	325
Esprito Santo	0,174	0,150	0,8	0,8	73	89
Rio de Janeiro	0,790	0,988	0,5	0,4	80	73
Guanabara	—	—	—	—	—	—
São Paulo	1,8	1,5	0,6	0,6	370	409
Paraná	8,3	9,0	1,5	1,2	340	320
Santa Catarina	32,291	32,573	1,2	1,4	371	521
Rio Grande do Sul	88,6	93,6	1,0	0,9	320	354
Mato Grosso	0,365	0,332	0,6	0,5	223	239
Goiás	7,6	7,3	0,8	0,9	307	468
Distrito Federal	—	—	—	—	—	—

VII — LEGISLAÇÃO

Não há para o fumo em corda uma legislação oficial e a sua classificação é apenas uma prática comercial não havendo padronização.

Contudo, para o fumo em folha foi possível estabelecer normas oficiais que são as seguintes:

DECRETO N.º 57.820, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1966

Aprova as novas especificações da padronização do TABACO em FOLHA, para cigarros e desfilados, visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º do DECRETO-LEI n.º 334, de 15 de março de 1938, e o art. 94, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as especificações baixadas por este Decreto e expedidas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, dispondo sobre a padronização do tabaco em folha, para cigarros e desfilados visando a sua classificação e à fiscalização da exportação.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas

tôdas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1966, 145.º da Independência e 78.º da República.

II. CASTELO BRANCO
NEY BRAGA

ESPECIFICAÇÕES da padronização do Tabaco em Folha (*Nicotiana tabacum* L.), para cigarros e desfilados visando à sua classificação e fiscalização da exportação, aprovadas pelo Decreto n.º 57.820, de 15 de fevereiro de 1966, em virtude de disposições contidas no Decreto-lei n.º 334 de 15 de março de 1938 e do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º — O tabaco em folha para cigarros e desfilados, será classificado em categorias, subcategorias, grupos, subgrupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de secagem, processos de fermentação e esterilização, modo de arrumação ou apresentação, comprimento, sua posição no pé da planta, cor e qualidade.

Art. 2.º — O tabaco em folha, segundo os processos de secagem, será classificado em duas categorias, assim denominadas:

I — TG ou Tabaco de Galpão, constituído de folhas submetidas a secagem natural, à sombra ou Galpão.

II — TE ou Tabaco de Estufa, constituído de folhas submetidas a secagem artificial, em estufas.

§ 1.º — O tabaco de galpão, quando submetido a fermentação ou esterilização será classificado em duas subcategorias, assim denominadas:

I — TGF ou Tabaco de Galpão Fermentado, constituído de folhas devidamente fermentadas após sua secagem natural ou em galpão.

II — TGE ou Tabaco de Galpão Esterilizado, constituído de folhas devidamente submetidas a esterilização em aparelhos adequados, após sua secagem natural ou em galpão.

Art. 3.º — As folhas de tabaco de qualquer categoria, segundo a sua arrumação ou apresentação, serão classificadas em sete grupos, assim denominadas:

- I — FM — folhas manoadas
- II — FB — folhas soltas
- III — FA — folhas arrumadas
- IV — FDS — folhas destaladas soltas
- V — FDA — folhas destaladas arrumadas
- VI — FSDS — folhas semi-destaladas soltas
- VII — FSDA — folhas semi-destaladas arrumadas

§ 1.º — Enquadra-se no Grupo FM o conjunto de 20 a 25

A Cultura do Fumo

fóllhas uniformes, amarradas, pelas extramidades dos talos por uma fóllha, formando o que se denomina de manoca.

§ 2.º — Enquadra-se no Grupo FS, o conjunto de fóllhas a granel e com talo inteiro.

§ 3.º — Enquadra-se no Grupo FA, o conjunto de fóllhas a granel com o talo inteiro, colocadas umas sobre as outras, formando maços uniformes.

§ 4.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fóllhas a granel das quais foi retirada a nervura principal.

§ 5.º — Enquadra-se no Grupo FDA, o conjunto de fóllhas a granel das quais foi retirada a nervura principal e colocadas umas sobre as outras formando maços uniformes.

§ 6.º — Enquadra-se no Grupo FDS, o conjunto de fóllhas a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal.

§ 7.º — Enquadra-se no Grupo FSDA, o conjunto de fóllhas, a granel, das quais foi retirada apenas parte da nervura principal e colocadas umas sobre as outras formando maços uniformes.

Art. 4.º — As fóllhas de tabaco, de galpão, segundo o seu comprimento, serão divididas em três subgrupos, a saber:

- I ou Curto
- II ou Médio
- III ou Longo

§ 1.º — Enquadra-se no subgrupo I ou Curto, o conjunto de fóllhas de comprimento entre 25 a 35 centímetros.

§ 2.º — Enquadra-se no subgrupo II ou Médio, o conjunto de fóllhas de comprimento acima de 35 a 55 centímetros.

§ 3.º — Enquadra-se no subgrupo III ou Longo, o conjunto de fóllhas de comprimento acima de 55 centímetros.

Art. 5.º — As fóllhas de tabaco, de galpão, quanto à sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

- 1 — X ou Balxeiras
- 2 — C ou Semimeleiras
- 3 — CB ou Meleiras
- 4 — T ou Ponteiras
- 5 — G.

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Balxeiras as 5 (cinco) primeiras fóllhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na classe C ou Semimeleiras, as fóllhas situadas no meio da planta, de textura mais fina do que as da classe GB.

§ 3.º — Enquadra-se na classe CB ou Meleiras, as fóllhas situadas no meio da planta encorpadas, espessas e substanciaosas.

§ 4.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as cinco últi-

mas fóllhas, aproximadamente, da parte superior da planta.

§ 5.º — Enquadra-se na classe G, as fóllhas de qualquer parte da planta, que apresentem a cor esverdeada.

Art. 6.º — As fóllhas de tabaco, de estufa, quanto a sua posição na planta, se dividem nas seguintes classes:

- 1 — X ou Balxeiras
- 2 — C ou Meleiras
- 3 — T ou Ponteiras

§ 1.º — Enquadra-se na classe X ou Balxeiras, as seis (6) primeiras fóllhas, aproximadamente, da parte inferior da planta.

§ 2.º — Enquadra-se na Classe C ou Meleiras, as fóllhas existentes entre as balxeiras e as ponteiras.

§ 3.º — Enquadra-se na classe T ou Ponteiras, as seis (6) últimas fóllhas da parte superior da planta.

Art. 7.º — As fóllhas de tabaco, de galpão, quanto à cor dividem-se nas seguintes subclasses:

- 1 — L ou Claro
- 2 — F ou Amarelo
- 3 — D ou Castanho
- 4 — M ou Misturado

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse L ou Claro, o conjunto de fóllhas que se caracterizam por uma coloração acentuadamente clara, em ambas as faces;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse F ou Amarelo, o conjunto de fóllhas que se caracteriza por castanho;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse D ou Castanho, o conjunto de fóllhas que se caracteriza por uma coloração escura;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse M ou Misturado, o conjunto de fóllhas que não foi separado pela coloração.

Art. 8.º — As fóllhas de tabaco, de estufa, quanto à cor, dividem-se nas seguintes subclasses:

- 1 — D
- 2 — E
- 3 — F
- 4 — G

§ 1.º — Enquadra-se na subclasse D, o conjunto de fóllhas de cor amarelo-alaranjado claro, com leves manchas nas bordas;

§ 2.º — Enquadra-se na subclasse E, o conjunto de fóllhas de cor alaranjada, amarela ou avermelhada, com leves manchas acastanhadas nas bordas;

§ 3.º — Enquadra-se na subclasse F, o conjunto de fóllhas de cor castanho-claro ou escuro, que não se enquadre na subclasse anterior;

§ 4.º — Enquadra-se na subclasse G, o conjunto de fóllhas que apresentar a cor esverdeada.

Art. 9.º — As fóllhas de tabaco de qualquer categoria, no ato da entrega pelo produtor, quanto à qualidade, serão separadas em dois tipos fundamentais assim discriminados:

- 1 — S ou Superior
- 2 — I ou Inferior

§ 1.º — O Tipo S ou Superior, será constituída por fóllhas duras, bem encorpadas, lustrosas, na coloração característica da subclasse, maclas ao tato, de aroma agradável, de boa conservação e sanidade, isentas de qualquer impureza ou matérias estranhas.

§ 2.º — Tipo I ou Inferior, será constituída por fóllhas de aspecto esbranquiçado, ou acinzentado, duras ou lentosas com pouca elasticidade, variedades conhecidas vulgarmente como "Chileno" e "língua-de-vaca", quando proveniente do tabaco de galpão, e Z, quando proveniente do tabaco de estufa isentas de impurezas de qualquer natureza, de fóllhas menores de vinte e cinco (25) centímetros, mofadas, deterioradas ou ardidias.

Art. 10 — O tabaco em fóllha que pelos seus característicos não se enquadrar nas especificações ora estabelecidas ou cujos defeitos só permitam o aproveitamento de, no máximo, vinte por cento (20%), será classificado sob a denominação de "AP" Abaixo do Padrão ou "N" (Nondescript).

Art. 11 — Os fragmentos ou restos de fóllhas, em condições normais, serão classificados sob a denominação de "Resíduos" assim caracterizados:

FSF — fragmentos de fóllhas soltas, constituído de fragmentos de fóllhas a granel, com talo de tamanho não inferior a três (3) centímetros quadrados;

FDF — fragmentos de fóllhas soltas destaladas — constituído de fragmentos de fóllhas a granel, destaladas, de tamanho não inferior a três (3) centímetros quadrados;

SC — aparas ou "scraps" — constituído de fragmentos de fóllhas sem talo, de tamanho inferior a três (3) centímetros quadrados;

ST — talos ou "stems" — constituído de nervura principal das fóllhas despojadas totalmente dos respectivos limbos.

Art. 12 — O tabaco em fóllha deverá se apresentar em bom estado de conservação; caso contrário, deverá ser submetido a uma segunda secagem, em aparelhos de ressecagem (esterilizador), sem o que não será permitida a sua exportação.

Art. 13 — Os fardos do tabaco em fóllha terão dimensões, forma e densidade que fuell-

tem o seu transporte e armazenamento e não prejudiquem as suas características tecnológicas e comerciais.

§ 1.º — Terão peso máximo de setenta e oito (78) quilos, no ato do enfiamento.

§ 2.º — Serão envolvidos, em todas as suas faces, de amalgam de boa qualidade ou de material de outra natureza, em perfeito estado de conservação desde que ofereça eficaz resistência e garanta perfeita proteção ao produto.

§ 3.º — Serão marcados com tinta indelével, em uma das cabeças, com as seguintes indicações:

- a) categoria
- b) subcategoria
- c) grupo
- d) subgrupo
- e) classe
- f) subclasse
- g) tipo
- h) saíra
- i) peso
- j) n.º do fardo

§ 4.º — A outra cabeça e faces serão destinadas às marcações exigidas por lei e pelo importador.

Art. 14 — Verificada qualquer irregularidade contida no curso do enfiamento ou, ainda, que atente contra os preceitos estabelecidos nas presentes especificações, será todo o lote examinado, ficando o proprietário, ou quem suas vezes fizer, sujeito ao pagamento das despesas de inspeção e reenfardamento correspondentes.

Art. 15 — Nos casos de fraudes e infrações, devidamente comprovadas, o infrator, além das despesas decorrentes da movimentação e enfiamento do produto, ficará sujeito, conforme o caso, as penalidades legais.

Art. 16 — Considera-se fraude:

- a — adição de água e de matérias estranhas;
- b — mistura de categoria
- c — formação de lotes com folhas infestadas e não expurgadas.

Art. 17 — A retirada das amostras deverá obedecer o que estabelece o capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940, observados os seguintes parágrafos:

§ 1.º — A retirada, acondicionamento e o transporte das amostras serão levadas a efeito mediante auxílio do proprietário da mercadoria, ou quem suas vezes fizer.

§ 2.º — A amostra que se destinar aos órgãos classificador e de fiscalização da exportação não poderá exceder a um (1) quilo.

§ 3.º — Serão observadas, na execução de qualquer das tarefas a que se referem as alíneas anteriores, as exigências constantes do Capítulo IV do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5739, de 29 de maio de 1940.

Art. 18 — Para cada partida ou lote de tabaco em folha examinado será emitido um certificado de classificação em modelo oficial, e com as indicações indispensáveis à perfeita identificação da mercadoria.

Art. 19 — Os certificados de classificação serão válidos pelo prazo de 180 dias, contados da data da emissão.

Art. 20 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Serviço de Padronização e Classificação com a aprovação do Ministro da Agricultura.

Art. 21 — Estas especificações entrarão em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

II. CASTELO BRANCO
NEY BRAGA

D O de 23/2/66
/LPC

VIII — DETALHES E TENDÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA ZONA DA MATA, ESPECIALMENTE DA REGIÃO FUMAGEIRA

A Zona da Mata de Minas necessita de uma estrutura econômica rígida para que não seja ameaçada de crises econômicas quando se findam os ciclos ou fluxos de matéria-prima ou produtos manufaturados como fôra respectivamente da madeira e café.

As reservas florestais foram indisciplinadamente exploradas, sem um planejamento que assegurasse às gerações atuais e futuras não somente a matéria-

- a norte;
- a sul;
- a leste;
- a oeste;

prima florestal mas também evitasse o esgotamento dos solos íngremes hoje lixiviados pelas águas pluviais, o que colocou em consequência de outras improvisações, a região em dependência econômica.

A erradicação do café sem planejamento de outras atividades substitutivas representa outro prejuízo considerável para a Zona da Mata de Minas Gerais.

Precisa assegurar à região, o equilíbrio social e econômico porque sua expansão demográfica no período de 1955 a 1967 foi de ordem geométrica, 5,7% ao ano, portanto sensivelmente mais alta que a do Brasil que

— é de 3,3% ao ano. Esta expansão trouxe problemas complexos, como o do minifúndio dentro da Zona da Mata de Minas e o êxodo rural a favor da área urbana.

A natureza em si já dotou a região de condições básicas solo e clima para produção de matéria-prima para alimentação (cereais) e matéria-prima para exportação, o tabaco conhecido em todo o Brasil e até no estrangeiro com o nome de fumo de Ubá sendo portanto importante na economia uma vez que tem sido exportado em operação triangular para o estrangeiro através de firmas balanas.

A meta é portanto produzir matéria-prima para autosuficiência e mais ainda para a exportação com o fim de suprir alimentos e obter divisas, aproveitar a mão-de-obra treinada para o campo e fixar o homem à terra.

Vamos tomar como unidade o Município de Rio Pombo em que se localiza a Subestação Experimental de Pombo a qual se situa dentro da região fumageira. O diagnóstico aqui feito metulosamente identifica também os mesmos problemas dos 12 municípios cuja produção básica é o fumo, seguida do feijão, arroz, milho e pecuária:

I — ASPECTOS FÍSICOS:

De relevo montanhoso suave, com altitude média de 430m, o Município de Rio Pombo, incluído na "Zona da Mata", pertence geologicamente, ao período Arqueano. A sede municipal é situada a S. S. E. da Capital mineira distando da mesma 250 km por estrada asfaltada.

A comuna fica limitada pelos municípios seguintes:

SILVERANIA E DORES DO TURVO
TABULEIRO E GUARANI
PIRAUBA E TOCANTINS
MERCÊS E TABULEIRO

De 1955 até 1968, por causa de vários desmembramentos, a área do Município ficou reduzida de 418 para 262 km².

O sistema hidrográfico consta de três rios, dois de direção oeste-leste e um norte-sul.

O clima é do tipo subtropical, com temperaturas médias, máximas de 38° e mínimas de 15°, grau higrométrico médio anual de 66%, invernos secos e verões chuvosos.

2 — ASPECTOS DEMOGRÁFICOS:

2.1. — Aspectos estáticos:

Em 1950 74% da população estava localizada no campo e 26% na cidade. A densidade po-

A Cultura do Fumo

populacional era de 37 habitantes/km² em 1955, atingindo hoje cerca de 70 habitantes/km². Hoje segundo estimativa de dezembro de 1967, a zona urbana representa 55% da população, enquanto a zona rural é povoada pelos restantes 45%.

Em 1960, a população ativa de 10 anos e mais representava 35% do total, sendo a seguinte sua distribuição de acordo com os ramos de atividades:

SETOR DE ATIVIDADES	%
— Primário (agro-pecuária)	31
— Secundário (indústria)	4
— Terciário (serviços, Governo, Comércio, etc.)	8
— Inativos	8
— Domésticos	46
	100

Fonte: IBGE

Não se conseguiram dados mais recentes — por falta de tempo a não ser para o setor industrial que empregava 894 operários em 1955 e 160 em 1965, segundo dados do IBGE.

2.2. — Aspectos dinâmicos:
De 1955 até 1957 a população passou de 15.274 habitantes para cerca de 18.000. Levando em conta que o Município foi amputado naquele mesmo período de 37% do seu território, a taxa geométrica populacional atinge 5,7% ao ano.

De 1950 até 1967 a população urbana aumentou de 49%, enquanto a rural baixou de cerca de 34%.

Enfim a população ativa empregada no setor industrial decresceu de 82% entre 1955 a 1965.

3 — ASPECTOS ECONÔMICOS:

3.1. — Setor primário (agro-pecuária)

Esse setor apresentou os seguintes resultados:

PRODUTOS	1955		1966		
	ton.	NCr\$	ton.	NCr\$	NCr\$/1955
— Milho	2.740	8.201	8.830	732.990	20.400
— Café	276	7.170	426	140.400	4.000
— Arroz	820	4.080	1.968	419.660	11.600
— Fumo	490	3.589	1.050	1.050.000	29.300
— Feijão	421	2.759	810	447.920	12.400
— Diversos	—	2.100	—	—	—
TOTALS	4.750	27.905	9.400	2.790.970	77.700
— Leite	—	—	9.400	1.501.000	42.000
TOTAL GERAL ..		27.905		4.291.970	119.700

Fonte: 1955: IBGE
1966: Banco do Brasil
— Valor de 1966 deflacionado: 1955 = 100

3.2. — Setor Secundário (Indústria)

Valor da produção em NCr\$
1955 NCr\$ 43.100
1966 NCr\$ 661.000
1966 a preços de 1955 NCr\$ 11.900
Fonte: IBGE

Obs.: Não foi possível obter o valor adicionado.
Uma fábrica de tecidos e duas de laticínios são as indústrias mais representativas do setor

3.3 — Setor terciário: (Comércio e Serviços)

Não foi possível coletar dados representativos e fidedignos.

3.4 — Finanças Públicas:

De 1955 a 1966 a arrecadação, no Município, apresentou o seguinte quadro:

SETOR	1955	1966	1966 a preços de 1955
— Municipal	658	22.050	535
— Estadual	5.520	140.048	3.400
— Federal	3.258	237.095	5.700

Fonte: IBGE

— Receita tributária
— Deflacionado de acordo com o Índice Geral dos Preços da Fundação Getúlio Vargas

3.5 — Rede Bancária:

Consta de agências do
— Banco do Brasil S/A
— Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.
— Banco do Estado de Minas Gerais S/A
— Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

4 — ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS:

4.1 — Energia

É fornecida pela Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, com uma usina no Município, interligada ao resto do sistema formado por mais três usinas. No momento, há uma sobra de energia, porém não avaliada e, provavelmente, de pouca importância.

4.2 — Transportes:

Por estradas asfaltadas, o Município é ligado a Belo Horizonte (250 km), Ubá, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (254) e São Paulo. Breve terá ligação asfaltada com Salvador por Cataguases.

Diariamente, Rio Pomba dispõe de 60 horários de ônibus.

4.3 — Educação:

O Município possui:
— 3 grupos escolares primários e várias escolas rurais:

— 1 Colégio Estadual "Prof. José Borges de Moraes", 1.º e 2.º ciclo;
— 1 Ginásio e Colégio feminino ("Regina Coelli"), com internato e externato;

— 1 Colégio Agrícola — masculino, dependendo do Ministério da Educação e Cultura;

— 1 Escola de Comércio.

Deverá ainda entrar em funcionamento uma Faculdade de Filosofia.

4.4 — Assistência Agro-pecuária:

O Município e a região fumageira contam com a Subestação Experimental de Pombo, Residências ou postos do Grupo Executivo da Produção Vegetal (Antigo Dep. de Promoção Agropecuária), Escritórios Regionais e Locais da ACAR.

4.5 — Diversos:

Rio Pombo dispõe ainda de:
— 1 Departamento dos Correios e Telégrafos, com prédio moderno, teletipo e bastante funcionários;

— 1 Serviço telefônico da C.T.M.G. com redes urbana e Interurbana;

— 1 Hospital "São Vicente de Paulo" com salas de radiografia e cirurgia, moderno e bem aparelhado;

— 1 Pósto de Saúde, com assistência médica e dentária.

5 — TENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

5.1 — População:

A população cresce a uma taxa sensivelmente mais alta que a do Brasil (3,3%) ou mesmo de Minas Gerais (2,4% a.a.).

Os resultados acusam também um forte êxodo rural a favor da área urbana, fato normal no Brasil, porém negativo já que a mão-de-obra que vem do campo é inaproveitada e aumenta o número de marginais, criando um problema social cada dia mais difícil de resolver.

Enfim, a população ativa empregada no setor industrial que ficou reduzida a 18% do seu valor de 1955 é outro fato especialmente desfavorável. Essa regressão do setor industrial indica, seguramente, uma falta de dinamismo das classes produtoras do Município.

Resumindo, se o crescimento da população é um índice de certa prosperidade, o êxodo rural e o desemprego da mão-de-obra operária estão criando um ambiente social dos mais tensos na cidade.

5.2. — Economia:

Entre 1955 e 1966 a produção agropecuária cresceu à taxa anual de 14,2% a.a., enquanto o valor da produção industrial

decreceu de 9% a.a. Globalmente os dois setores apresentaram uma taxa de crescimento de 6% a.a.

Comparando com taxa a de 5,7% a.a. relativa ao crescimento populacional, conclui-se que, pelo menos em relação a esses dois setores, de 1955 para 1966, a renda per capita sofreu um aumento inexpressivo.

De 1955 para 1966, o quadro seguinte retrata as variações apresentadas pelos principais produtos agrícolas do Município:

PRODUTO	% de variação global	
	pêso (a)	valor (b)
— Milho	+ 222	— 23
— Café	+ 54	— 64
— Arroz	+ 140	+ 18
— Fumo	+ 114	+ 280
— Feijão	+ 98	+ 116
Média	+ 98	+ 8

(a) relativo à produção física
(b) relativo ao valor unitário a preço constante

Dêsse quadro deduz-se que:
— a produtividade aumentou sensivelmente, considerando ainda que o território do Município diminui;

— fumo é o produto cujo valor real unitário atingiu o índice mais elevado, seguido pelo feijão e o arroz;

— o café sobretudo e o milho perderam parte expressiva do valor real unitário.

Para terminar, o quadro seguinte indica a participação percentual dos principais produtos em relação ao valor total da produção:

PRODUTO	Participação percentual	
	1955	1966
— Milho	32	26
— Café	28	5
— Arroz	14	15
— Fumo	14	38
— Feijão	10	16
TOTAL	100%	100%

Como se pode notar de 1955 para cá houve uma sensível mudança de estrutura a favor dos produtos cujo valor real unitário aumentou; estão nesse caso, por ordem, o fumo e o feijão. O arroz, cujo preço pouco oscilou, estacionou. O milho, e o café, em particular, apresentam percentual de participação decrescente.

Antes de deixar o setor primário, não se pode deixar de registrar a produção de leite, inexistente nas estatísticas de

1955, porém de peso sensível em 1966, já que representa cerca de 55% do valor da produção agrícola.

Pouco se tem a dizer do setor industrial, cuja produção, em 1966, não alcançava 35% do valor de 1955.

5.3. — Finanças Públicas:

De 1955 até 1966 a arrecadação municipal baixou de 18%, a estadual também decresceu de 38%, enquanto a federal aumentou de 75%.

A baixa arrecadação municipal é devido à falta de relacionamento das taxas e impostos com o índice de inflação. Esse fato, que tem solução, torna o Município financeiramente dependente das órbitas Estadual e Federal. De outro lado, o mais importante, a Prefeitura fica privada de verbas destinadas à conservação e construção de obras de infra-estrutura municipais o que permitiria absorver parte da mão-de-obra desocupada.

O decréscimo da receita estadual indica uma retração do movimento comercial, senão maior sonegação. De qualquer modo é um péssimo sinal.

O aumento da arrecadação federal significa que lucros e rendas aumentaram ou, pelo menos, que o sistema da arrecadação se tornou mais eficiente. O resultado, porém, é que maiores recursos vivos são enfiados fora do Município. Comparando, contudo, os resultados globais das três esferas públicas constata-se que, de 1955 a 1966 a preços constantes, a carga fiscal total estacionou, decrescendo mesmo se levar em conta que tanto a população

A Cultura do Fumo

como a produção do Município aumentou.

6.4. — Infra-estrutura:

De 1955 para cá, a não ser no setor energético, o Capital Social Básico cresceu substancialmente sob forma, sobretudo, de estradas asfaltadas e escolas. Esse investimento é um dos mais rendosos; é porém, uma faca de dois gumes. As estradas tanto podem ajudar a entrar como a sair as escolas são ainda mais perigosas, porque os que dela saem, se não encontrarem oportunidades no próprio Município, não têm dúvida em abandonar a terra que os nutriu e educou.

6 — POSSIBILIDADES DA REGIÃO:

A região que tem por centro o Município de Rio Pomba oferece vantagens que devem propiciar seu crescimento se forem bem aproveitadas.

6.1 — Localização:

Rio Pomba é um nó de comunicações cujos raios atingem Belo Horizonte, Barbacena, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Leopoldina (Rio-Balila), Ubá, etc.

A região fumageira é ligada aos centros polizadores acima enumerados por estradas asfaltadas, tornando-se para muitos deles um ponto de passagem obrigatório.

6.3. — Setor Agro-Pecuário:

Reorganizada a sua produção, o fumo oferece as melhores possibilidades econômicas para a região (12 municípios), sendo que a produção do Município de Rio Pomba já representa cerca de 20% do total da região.

O milho, geralmente plantado pelos fumicultores (consorciadamente), é outro produto cuja cultura pode ser desenvolvida com vantagem, inclusive para sua industrialização. O leite, enfim, oferece alternativa industrial, certamente mais lucrativa que sua comercialização in-natura.

6.4 — Setor Industrial:

Atualmente, a indústria local — uma fábrica de tecidos, duas de laticínios, uma de guarda-chuvas, um pastifeiro, uma torrefação de café, várias serrarias e mercenarias, e uma congeladeira para exportação de leite — tem certamente condições de expansão. A não ser para a

fábrica de tecidos, teledirigida pela matriz do Estado do Rio, um estudo de mercado poderia abrir horizontes novos para as demais indústrias.

6.5 — Setor Comércio:

As possibilidades de exportação do fumo em folha para o estrangeiro são grandes uma vez que a CRONOR e a SETTA que é uma firma que controla o monopólio de Tabaco e fósforo do mercado comum europeu já fizeram a apreciação do nosso produto, e consultas para negócios.

7 — CONCLUSÕES:

De acordo com a análise, as bases infra-estruturais da região são excelentes, a produção Agropecuária é razoável. O setor industrial é inexpressivo. A espinha dorsal da economia é a fumicultura.

Subestação Experimental de Pomba, 14 de novembro de 1968

Francisco Dias Nogueira

Bibliografia: 1 — Gisquet, Hittler, *La Production Du Tabac Vielmond Le Brum* —
2 — *Diagnóstico Piloto da Economia da Zona da Mata*
3 — *Arquivo da S.E.P.*

MINERALIZAÇÃO DO GADO BOVINO

O Presidente do INDA, Sr. Jerônimo Dix Huit Rosado, acaba de fazer publicar, em folheto de 77 páginas, ôtimamente impresso, o trabalho do Cel. Alfredo Ellis Júnior, sob o título acima.

Trata-se de estudo publicado em capítulos, durante vários meses, por esta revista, o qual despertou o maior interesse.

Agora, o trabalho do Cel. Ellis Júnior alcançará mais profundamente a classe interessada — a dos pecuaristas — e com isto mais um serviço esta revista e aquela instituição prestam à nossa agricultura.

CULTURA DO MARACUJÁ

(PASSIFLORA EDULIS SIMS)

Considerações — O maracujá é planta tropical que no Estado da Guanabara apresenta ótimas condições ecológicas para o seu desenvolvimento, representando uma cultura rendável, pelo preço que alcança no mercado, dada a sua grande procura para sucos.

Existem várias espécies de frutos comestíveis e ornamentais, algumas delas nativas do Brasil.

O maracujázeiro é uma planta trepadeira, de ramos lenhosos, com folhas trilobadas e de limbo denteado, com gavinhas nas axilas foliares. Suas flôres, isoladas, de belo aspecto, constituídas de cinco sépalas, e cinco pétalas, com duas fileiras de filetes que formam a corola. O órgão masculino é formado por cinco estames de grandes anteras onde se encontra o pólen. Ovário com estigma tripartido, com papilas estigmáticas viscosas.

O maracujá possuindo flor completa é no entretanto, auto-estéril, dependendo de polinização cruzada para frutificação. O fruto resultante é uma baga globosa com elevado número de sementes envolvidas por um arilo carnoso.

Variedades — O maracujá comercialmente mais aceito é o amarelo — variedade flavicarpa — vulgarmente conhecido entre nós como maracujá peroba. Os frutos são redondos, de cor amarelo-canário quando maduros, com suco bastante perfumado e de elevada acidez.

Solo — O maracujá se adapta a qualquer tipo de solo, desde que apresente permeabilidade isto é, não sujeito a encharcamento. Os solos leves e de bom teor de fertilidade são no entretanto os mais aconselháveis ao seu cultivo.

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

Formação de mudas — A semeadura do maracujá pode ser efetuada durante todo o ano, sendo que nos meses de inverno, seu desenvolvimento é bastante moroso. Aconselhamos seu plantio nos meses de julho a setembro, quando um ano após, estará dando sua primeira colheita.

A semeadura deverá ser feita em saquinhos de 10x15 cm de plástico cheios de terra fértil, semeando-se três a quatro sementes em cada copinho. Quando essas mudas tiverem atingido 3 a 5 cm de altura, desbastar deixando-se a muda mais vigorosa.

O transplante das mudinhas para o campo se dará quando elas alcançarem o tamanho de 25 a 30 cm., quando sem desmanchar o torrão, cortamos o saquinho, com auxílio de uma gilete, colocando-o na cova adrede preparada.

Preparo do terreno e Civeamento — O terreno deverá ser arado e gradado convenientemente, com antecedência de alguns dias.

As covas serão abertas com as linhas de plantio, espaçadas de 4 a 5 m entre si e nas entrelinhas de 3 a 4 m.

Em terrenos com inclinação, as linhas deverão ser marcadas em nível.

As covas devem ter 40x40x30 cm., recebendo uma adubação básica de:

Estêrco de galinha curtido	3 litros
Superfosfato simples	60 gramas
Cloreto de potássio	30 gramas

Estes adubos deverão ser colocados e misturados na cova 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada ocorrerá 10 dias antes do transplante das mudas.

Transplantadas as mudas para o campo, a primeira florada, ocorrerá 10 meses depois.

Formação da latada — Sendo o maracujá uma planta trepadeira, há necessidade de se sustentar sua ramagem, o que fazemos com a construção de latadas horizontais de arame. Essas latadas para nossas condições, tem dado ótimos resultados, muito embora ofereça dificuldades para os tratamentos fitossanitários.

O arame, fio n.º 14 é entrelaçado formando malha de 50x50, sustentados por moldres de madeira de lei e bambus, com altura livre de 2,0 m sendo que na periferia é colocado arame de fio n.º 8 para aguentar a rede de arame.

Cada planta é guiada por uma estaca de bambu até alcançar o arame da latada, eliminando-se toda brotação vizinha do solo.

Tratos culturais — Além que as plantas cubram toda a latada, devemos manter a cultura, livre de ervas daninhas, bem como conduzindo a brotação para seu perfeito desenvolvimento sobre a latada.

Seis meses após o plantio, deveremos proceder a uma nova adubação, aplicada em cada pé, em sulco distanciado de 50 cm do pé, por 15 cm de profundidade com os seguintes adubos:

Sulfato de amônio ou Salitre do Chile	50 gramas
Superfosfato simples	200 gramas
Cloreto de Potássio	60 gramas

ASSALARIADO AGRÍCOLA, OU OPERÁRIO AGRÍCOLA?

J. Sampaio Fernandes
da Sociedade Nacional de Agricultura

Li, há pouco, interessante comentário de uma revista francesa sobre a real situação de um assalariado agrícola. Pode êle ser considerado um operário no sentido industrial? O assalariado agrícola não é considerado, pelos operários das cidades, como operário. Na Europa, ou, pelo menos na França, um jovem nunca confessará a uma jovem, num baile, que trabalha no campo. Seria desprezado. Para o operariado das cidades, êle é um homem que goza de vantagens, que, êles da cidade, não pos-

Após a colheita, deverá ser feita uma nova adubação, usando os mesmos elementos em quantidades iguais ou maiores, na dependência do estado da cultura.

No segundo ano da cultura, pouco antes da brotação devem ser eliminados todos os galhos secos ou que apresentam lesões.

Colheita — A produção do maracujá se verifica entre o décimo e décimo segundo mês após o plantio, dando duas ou mais safras por ano.

Se bem conduzida a cultura, poder-se-á explorá-la até seu terceiro ano.

A produção de maracujá é em média de 600 a 900 caixas que contêm cerca de 200 frutos e pesa 16 quilos.

Comércio — Existe grande procura pelas casas de refrêscos e da fábrica Kibon, alcançando a caixa de maracujá bons preços no mercado.

(Boletim Técnico n.º 1 — maio/1968 — Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara).

suem. São simplesmente agricultores que possuem as vantagens do patrão: "Vocês gozam do ar puro. Vocês não têm horário rígido. Vocês possuem uma hortazinha, um jardimzinho, nas terras do patrão, que vos empresta seus implementos, se precisarem"...

Qual é a realidade? O operário das usinas ou de outros setores, sabe quando sai de manhã, qual o trabalho que o espera, a hora de entrada, a hora da saída. O assalariado agrícola, sai, pela manhã sem saber bem o que espera. Deverá colher milho, por exemplo, mas quando chega, o patrão lhe diz: "Olá, tu virás comigo. Vamos tirar a terra do camilinho", ou "vamos cavar os buracos para os moirões", ou outra coisa qualquer. As vezes, como o tempo mudou, isso pode ser razoável, mas, na pior parte dos casos, nunca o assalariado compreende porque foi desviado do seu serviço. As vezes, pela manhã: "Tu irás almoçar às onze horas". "Assim ficarás livre mais cedo." "Previão minha mulher que irei almoçar a essa hora, mas pouco depois, uma contra-ordem e acabo indo almoçar à uma da tarde, um almoço requeentado e uma espósa furiosa".

Muito presos às condições do tempo e do trabalho, o assalariado agrícola, raramente sabe de antemão e com segurança se poderá dispor de tempo livre. E no dia em que êle o previu, é quando chega um caminhão para descarregar e como mora perto da casa do patrão, êste o chama: "Não poderias

dar-me uma mãozinha? Que fazer? Recusar? Isso, é impossível de acôrdo com os hábitos rurais, que sobrevivem pois, o trabalho e a vida rurais se confundem. É verdade que a agricultura mecanizada e racionalizada está tendendo a nivelar o trabalho agrícola ao trabalho industrial, mas, entre nós, como fazer diante da realidade agrícola brasileira? E poderemos, sem perigo de pôr abaixo a estrutura agrícola brasileira, introduzir logo aos seus trabalhistas no setor agropecuário? Respondam os que o tentarem, mas estejam certos que nessa produção agropecuária sofrerá tremendamente, se isso for levado a rigor, como os comentários do assalariado agrícola francês o deixa perceber. Tanto mais que todo cuidado é pouco para, ao levar o salário-mínimo ao campo, não descuidar das peculiaridades rurais — que as autoridades poderão exigir: que tenham um mínimo de conforto, facilidades de terras próprias para cultivo — que a autoridade pode determinar em um mínimo ajustável à vida do assalariado e de sua família; a forma de trabalho — salário simples, descontado o valor da residência e da gleba de provelto próprio — ou trabalho de meação ou outro que esteja nos hábitos da região, e aí a autoridade poderá determinar as bases de proteção do assalariado ou meliador, sem esmagar os interesses de quem possui a terra, os capitais e os meios de manter a propriedade como uma unidade viva e produtiva.

Os cerrados e sua importância para o desenvolvimento do país

Por: ADY RAUL DA SILVA

A formação vegetal conhecida como "cerrado", ocupa uma área de 1.590.700 km², ou seja, 159,7 milhões de hectares distribuídos por Estados e Territórios conforme o quadro abaixo: (3)

DISTRIBUIÇÃO DOS "CERRADOS" POR ESTADOS E TERRITÓRIOS

Unidade da Federação	Superfície km ²	Área de cerrado km ²	Área de cerrado %
Alagoas	27.700	5.000	18,0
Amapá	140.300	15.000	10,6
Bahia	561.000	117.500	21,0
Distrito Federal	5.800	5.500	95,0
Golás	642.100	440.000	68,5
Maranhão	328.660	126.000	38,3
Mato Grosso	1.231.550	416.000	33,7
Minas Gerais	587.000	300.000	51,1
Paraná	250.930	60.000	23,1
Roraima	243.000	50.000	20,5
Roraima	230.100	15.000	6,5
São Paulo	247.900	38.200	15,4
Sergipe	21.994	2.500	11,4

Verifica-se que em percentagem têm maior área em "cerrado" o Distrito Federal, Golás e Minas Gerais, com mais de 50%, enquanto em km² Golás, Mato Grosso, Minas Gerais têm mais de 300.000, e no Maranhão e Bahia existem mais de 100.000 km².

No quadro acima não estão computados Estados onde eles ocorrem em áreas pequenas e onde vários tipos de vegetação se interpenetram.

É difícil, se conhecer exatamente as áreas em cerrado pela ausência de levantamentos precisos, sendo o quadro acima, apenas uma estimativa para dar uma idéia de grandeza.

O Estado de São Paulo possui um levantamento ae-

rofotogramétrico da cobertura vegetal.(5)

Sob a denominação genérica de "cerrado" incluem-se outras categorias descritas como: cerradões, cerrados propriamente ditos, campos sujos e campos limpos. Os dados de São Paulo incluem as 4 categorias, sendo que segundo o levantamento aerofotogramétrico, feito em meados de 1962, os campos limpos constituíam 1,7% da área, os campos cerrados e cerrados 10,8% e os cerradões 2,9%.

DEFINIÇÕES

Considerando-se que existe muita variação em torno do conceito de cerradões, cerrados e campos, a Comis-

são da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, coordenada por Marques Ferrelra, apresentou definições que foram incorporadas no decreto n.º 49.141 de 28-12-1967 do Governo do Estado de São Paulo que dispõe sobre a exploração e uso dos cerradões, cerrados e campos sujos daquele Estado. (5)

Transcrevemos abaixo as definições estabelecidas no citado decreto.

Campo limpo ou campo propriamente dito é a formação com apenas um andar de cobertura vegetal, constituída principalmente de leguminosas, gramíneas e ciperáceas de pequeno porte, onde raramente ocorrem formas arbustivas ou arbóreas.

Campo sujo ou campo cerrado é a formação do campo limpo entremeado de arbustos esparsos e raras formas arbóreas, onde a área de vegetação rasteira é sempre dominante.

Cerrado é a formação vegetal constituída por dois andares: o primeiro de vegetação rasteira e o segundo de arbustos e formas arbóreas que raramente ultrapassam 6 metros de altura, apresentando caules tortuosos recobertos de espessas cascas, com folhas coriáceas e aparência de vegetação xeromorfa, havendo dominância do segundo andar.

Cerradão é a formação vegetal constituída de três andares distintos: o primeiro apresenta espécies rasteiras ou de pequeno porte umbrófilas; o segundo arbustos e pequenas formas arbóreas, constituindo sub-bosque, e o terceiro, o principal, formado de árvores geralmente de 5 a 6 até 18/20 metros de altura, de troncos menos tortuosos, com predominância de madeiras duras.

Determina o decreto que os campos sujos, os campos limpos e os cerrados estão liberados as explorações agro-pastoris, enquanto que a dos cerradões é condicionada a sua utilização para fins agro-silvopastoris à normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura, sendo os cerradões considerados florestas, enquanto que os cerrados não o são.

POPULAÇÃO

A população rural na região de cerrados tem baixa densidade, embora esta varie muito com a sua localização.

A população urbana localizada dentro da região do cerrado ou na sua periferia tem crescido muito nos últimos anos, e especialmente após a construção de Brasília.

Os principais centros urbanos na região dos cerrados, são: Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Campo Grande (MT), Anápolis (GO).

A população dessas 7 cidades era estimada em 1967

em mais de 2.100.000 habitantes.

UTILIZAÇÃO DOS CERRADOS

A imensa área ocupada com os cerrados vem tendo uma utilização muito pequena e limitada para pastagens, para madeira, para carvão vegetal e para as lavouras.

A maior área é empregada como pastagem, que por ser extremamente pobre suporta uma densidade de gado muito baixa.

Há considerável utilização dos "cerrados" para fornecimento de madeira especialmente em São Paulo e nas áreas próximas as estradas de ferro, mas os cerradões constituem uma fração pequena em relação ao total.

Os cerrados de Minas Gerais, especialmente os mais próximos às indústrias siderúrgicas, vêm fornecendo grande quantidade de carvão vegetal, porém o seu rendimento por área é muito pequeno, constituindo apenas um apoio muito limitado a uma pequena população.

A utilização para lavouras vem se desenvolvendo especialmente em São Paulo, no Sul de Goiás e no Triângulo Mineiro. Os cerradões que ocorrem em terras mais férteis são os mais transformados em terras de cultura, mas mesmo os cerrados vêm sendo utilizados para culturas, especialmente o arroz.

O desmatamento dos cerrados é relativamente fácil em relação as terras de mata utilizando-se o método do correntão traicionado por dois potentes tratores de esteiras, sendo amontoadas as árvores derrubadas, em curvas de nível para proteger o solo contra a erosão.

Após o desmatamento, cultiva-se o arroz com adubação leve e após 2 ou 3 cultivos semeia-se uma pastagem.

Outras culturas, além do arroz, vêm sendo cultivadas em solos ocupados antes por cerrados, como a soja, o milho e o algodão.

No seu conjunto a percentagem de terras cobertas originalmente por cerrados e

transformadas em terras de cultura ou em pastagens artificiais ainda é muito pequena.

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE CERRADO PARA LAVOURA E PASTAGENS

Como fatores favoráveis à sua utilização para lavouras, destaca-se a sua topografia, freqüentemente plana ou ondulada permitindo que grande parte possa ser utilizada com o emprêgo de máquinas agrícolas de grande porte.

Outro fator favorável é a sua constituição física que favorece o preparo do solo a qualquer tempo, pois em geral os solos não são excessivamente argilosos, têm predominância de areia, o que facilita a drenagem tanto superficial como profunda.

O clima da maior parte da área caracteriza-se por um período de chuvas abundantes de 5 a 6 meses de duração, no verão e um período de seca de 5 meses, com os restantes com pequenas precipitações. O período de 5 a 6 meses de chuvas abundantes permite o cultivo de plantas anuais com esse ciclo, aliás o comum em grande parte do País.

O total das precipitações varia de 1.000 a 1.400 mm por ano, sendo que é suficiente e equivalente ao da maioria das regiões do País onde a agricultura é feita com sucesso.

O clima não é fator limitante segundo Paes de Carmo (2,3).

A facilidade da eliminação da vegetação nativa constitui um fator importante para a sua transformação em lavouras. Comparando-se o seu custo com o da adaptação de um terreno coberto por matas, verifica-se que no caso do cerrado ele é muito menor vindo decrescendo do cerradão para o cerrado propriamente dito, e deste para o campo sujo e finalmente, o campo limpo.

A sua topografia relativamente plana, a sua ocorrência nos vertedouros, faz com que venha sendo preferido para a localização das es-

tradas de penetração do território nacional. Assim, as grandes estradas novas atravessam cerrados extensos como a Belo Horizonte à Brasília, Brasília à Belém, Brasília à Culabá, Culabá ao Acre e a Brasília à Fortaleza.

É relativamente fácil a construção e conservação de estradas nas regiões de cerrado pela natureza do terreno, ausência de matas e número limitado de rios e córregos, que são mais distantes que nas zonas de matas.

Outro aspecto atraente para a utilização das terras de cerrado é o seu baixo preço, embora varie muito em relação à sua localização e região, é em geral 1/10 a 1/5 do valor de uma terra fértil utilizada para agricultura.

Há regiões onde a terra em cerrado não tem valor estabelecido, constando nas escrituras apenas a área de terras férteis, referindo-se a parte em cerrado como a correspondente sem estabelecer os limites. Já em outras regiões onde os cerrados vem sendo transformados com sucesso em terras de cultura ou em pastagens artificiais o seu valor tende a se aproximar das terras de culturas.

As possibilidades de transformação de cerrados em terras de culturas dependem de muitos fatores e nem todos os solos poderão ser transformados. Grande parte dos campos, campos limpos e campos sujos, têm um solo muito raso, com rocha a pequena profundidade ou camada de cascalho impermeável. É por isso que são campos. Estes não poderão ser cultivados, porém poderão ser melhorados.

DIFICULDADES NA UTILIZAÇÃO DOS CERRADOS COMO TERRAS DE CULTURA E PASTAGENS ARTIFICIAIS

O principal fator limitante dos solos do cerrado é a sua baixa fertilidade. Esta se caracteriza por uma deficiência muito grande de quase todos os elementos nutritivos, especialmente o fósforo, o nitrogênio, cálcio, magnésio, matéria orgânica, micro elementos como zinco e molibdeno e, freqüentemente o potássio. Têm pequeno

complexo sortivo tanto orgânico como mineral. Freqüentemente os solos de cerrado são muito ácidos, necessitando de calcário para sua correção.

São solos muito antigos que foram lixiviados e as suas propriedades físicas facilitam essa lixiviação por serem arenosos ou por terem a sua argila floculada.

Assim, a utilização dos solos de cerrado, depende dos estudos de fertilidade do solo para a produção vegetal, enquanto a produção animal depende da produção de forragens em maior quantidade e melhor qualidade no verão e a resolução do problema da alimentação na seca, que é comum a outras regiões do centro do País.

Os estudos de fertilidade do solo têm demonstrado que os solos de cerrado, mesmo os muito pobres como os de Brasília, quando bem adubados, não só com os macro elementos mas também com micro elementos permitem a obtenção de rendimentos elevados como os de 6.700 kg/ha de milho e 3.000 de soja, em 2 anos consecutivos. (4)

BALANÇO DAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DOS "CERRADOS"

Partindo do princípio que o solo é o fator limitante na região dos "cerrados", e que existem muitos tipos de solos sob a vegetação de "cerrado", e que esta também varia desde o cerrado ao campo limpo, as possibilidades não são uniformes.

Considerando a grande área existente que se aproxima da quarta parte do País, e que toda a área em cultivo no País é atualmente de cerca de 32 milhões de hectares, ou seja, a quinta parte da área total coberta com "cerrados", verifica-se que um dos pontos mais importantes é a escolha dos "cerrados" que oferecem as melhores condições, pois, por muitos anos não haverá necessidade de sua incorporação total a produção agrícola, embora uma grande área poderia ser melhorada e utilizada para a produção de carne, inclusive para exportação.

Um dos fatores mais importantes para o seu desenvolvimento é a pesquisa aplicada a sua utilização.

Sendo o fator pedológico o mais importante, é necessário conhecer os solos determinando os seus grandes grupos e séries principais e fazer o seu mapeamento.

Quais os melhores adubos, em que quantidade, como e quando devem ser aplicados, como corrigir a acidez do solo, são perguntas que precisam ter resposta.

Quais as culturas, quais as espécies, quais as variedades que melhor se adaptam às condições onde ocorrem os "cerrados", é uma outra série de questões a serem resolvidas.

Quais as pastagens que melhor se adaptam, como suprir a alimentação na seca, como manejar o rebanho, como mantê-lo sadio, como corrigir as deficiências em alimentos minerais, como controlar as plantas tóxicas, como assegurar o abastecimento de água para o gado, são outras das muitas questões que uma pesquisa agropecuária precisa solucionar.

E o conjunto de respostas não pode ser encarado apenas pelo lado técnico, mas também pelo econômico.

Este por um lado mostra-se favorável em face ao mercado crescente, resultante, principalmente, da nova capital e da movimentação para o oeste e para o Brasil Central da população. Por outro lado a melhoria do transporte e acesso até os centros tradicionalmente produtores, fazem com que estes compitam com sucesso no abastecimento dos mercados locais, pois se têm contra si o preço do transporte, têm outros fatores a seu favor.

Muito dependerá a utilização dos "cerrados", da relação dos preços dos produtos agrícolas para os preços dos meios de produção, especialmente dos adubos, corretivos do solo e maquinária agrícola.

Nessa enorme área há possibilidade de se implantar uma agricultura do tipo empresarial, com alto nível técnico, com elevada aplicação de insumos para a obtenção de altos rendimentos.

Livros e Publicações

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Est. do Espírito Santo
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 166 págs. Novembro de 1968.

21 ANOS — de Evolução da Agricultura
Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 98 págs. Janeiro de 1969.

O PRODUTO AGRÍCOLA SEGUNDO OS TIPOS DE PAGAMENTO AOS FATORES

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — 23 págs. Julho de 1967.

MUNICÍPIOS ONDE SE CONCENTRA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Praia de Botafogo, 186 — Rio de Janeiro — Guanabara — 159 págs.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" 1.º Semestre de 1969 — Setembro de 1969 — 14 págs.

APOSTILA DO CURSO ESPECIAL DE CONTABILIDADE AGRÍCOLA

pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho, da Escola de Horticultura "Wenceslão Belo" — Sociedade Nacional de Agricultura Trabalho mimeografado contendo aulas especiais sobre Contabilidade Agrícola em forma simples e objetiva de grande interesse para todos aqueles que desejam administrar propriedade agrícola, dentro das

exigências atuais de produção.

Conta o trabalho de duas partes: a primeira diz respeito de conhecimentos gerais de Contabilidade e a outra consta de modelos de escrituração agrícola.
Preço — NCr\$ 5.00

SALÁRIOS, ARRENDAMENTOS, VENDAS DE TERRAS E EMPREITADAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 100 págs. — (1966 a 1968) — Rio, 1968.

PREÇOS DE 10 PRODUTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Publicação do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação "Getúlio Vargas" — Números Absolutos e Índices — 15 págs. Março, 1969.

Nessas condições poderíamos ter o tipo ideal de propriedade agrícola em que com pequena mão-de-obra fosse possível obter rendimentos elevados, permitindo um bom padrão de vida aos agricultores.

O abastecimento local de produtos da agricultura intensiva oferece menos dificuldades e as condições de solo têm menor influência. Assim para a olericultura, a fruticultura e a avicultura não constituem os solos de "cerrado" dificuldade séria a vencer.

TRABALHOS CITADOS

- 1 — CAMARGO, A. P. de
Clima do cerrado. — In: Simpósio sobre o cerrado / São Paulo / Ed. da Univ. S. P., p. 93-113, 1963.
- 2 — CAMARGO, A. P.
Problema climático inexistente.
Coopercola, 22 (232): 21-25, 1969
- 3 — CAMARGO, P. N.
Falta incentivo ao cerrado.
Coopercola, 26 (232): 14-19, 1969.
- 4 — FREITAS, L. M. M., E.

LOBATO E W. V. SOARES.

Experimentos de calagem e adubação em solos de cerrado do Distrito Federal.

Pesquisa Agropecuária Brasileira (no prelo) 1969.

- 5 — SECRETARIA da Agricultura
Coordenadoria de Assistência Integral São Paulo.
Exploração e uso dos cerrados, cerrados e campos.
Boletim Técnico-SCR — n.º 23 — 1968.

CLIMAS DE MATO GROSSO

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

(Continuação)

ADALBERTO SERRA

Corumbá — 19°00'S — 57°39'W — 145 ms — Clima Aw.

É de 24°,6, quase tão elevada como em Culabá, a temperatura média anual, o que se explica pela proximidade do centro quente do Chaco. Desde outubro as temperaturas atingem 25°,7, e de novembro a março permanecem acima de 26°, com máximo em dezembro (26°,8).

Há uma única onda térmica com declínio já acentuado em abril, notando-se em maio 22°,6, junho 21°,2 e em julho o mínimo de 21°,0.

Dêsse modo, os meses de maio a agosto registram menos que 23° (o último 23°,1, aliás).

A amplitude anual é assim de 5°,8.

As máximas permanecem bastante elevadas, com média anual 31°,2 e oscilam entre os extremos de 33°,4 (dezembro) e 27°,4 (junho), com amplitude 6°. Os respectivos valores, acentuados de outubro (32°,5) a março (32°,7), situam-se desde dezembro até fevereiro acima de 33°.

Só existe porém uma ondulação, e de maio a agosto as máximas ficam aquém de 30°, ou mesmo de 28° em junho e julho.

É aquele assim o único período de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, têm média anual 19°,9, com amplitude 6°, 5 entre os extre-

mos de 22°,4 (janeiro) e 15°,9 (julho), sob uma única onda igualmente.

As noites mais quentes correspondem ao verão, superando 22° no período dezembro a fevereiro, e 20° desde outubro até abril. A fase de noites mais frescas, aquém de 18°, ocorre em junho-julho-agosto, sob 17°,0 — 15°,9 — 17°,6.

Dai resulta uma amplitude média diária de 11°,3, com variação mensal bastante fraca, entre 12°,1 (setembro) e 10°,6 (abril).

Os respectivos valores permanecem sob 10 e 11° de janeiro a junho, e acima dos 12° na primavera, de agosto a outubro. A fraca variação da amplitude diária já caracteriza a proximidade do Trópico.

A máxima absoluta é elevada, atingindo 41°,8 (outubro).

Pode-se dizer que de setembro a fevereiro valores acima de 40° são possíveis,

mas somente abaixo de 38° de maio a julho, no máximo decorrendo 35,8 em junho.

A mínima absoluta foi 0°,8, verificada em junho. Valores abaixo de 6° são possíveis de maio a setembro (fria-gens), mas somente acima de 10° nos meses restantes, nunca descendo o termômetro, em janeiro ou fevereiro, abaixo de 14°.

Da comparação resulta uma amplitude absoluta de 41°,0 para Corumbá.

Os dias são sempre quentes, 325 por ano, podendo-se esperar 40 frescos, a taxas mensais de 0-0-1-2-6-9-9-6-4-2-1-0 = 40.

Assim, é de janeiro a dezembro e sobretudo de maio a agosto que alguns ocorrem, com 9 em junho ou julho.

As noites quentes totalizam 222, o que deixa um saldo de 143 frescas, predominando estas últimas de maio a setembro, mas ainda ocorrendo em abril, ou até novembro, como vemos no quadro:

	J	F	M	Ah	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	29	26	26	19	12	9	5	12	15	19	22	28	222
Noites frescas	2	2	5	11	19	21	26	19	15	12	8	3	143

O vento é fraco em Corumbá, sob média anual 1,5 mps, variando de 1,9 (agosto) a 1,2 (janeiro), enquanto apenas 1 ventania por ano foi registrada (agosto).

A umidade é relativamente reduzida, média 74,7,

com amplitude 19% entre o máximo de 81,5 (março) e o mínimo 62,6 (agosto). Só de janeiro a abril se verificam médias pouco acima de 80%, na fase mais seca decaindo abaixo de 70% (ju-

Climas de Mato Grosso

lho a outubro), ou mesmo de 66% (agosto-setembro).

Quanto à nebulosidade, tem média anual bem reduzida, de 4,6, no verão os índices mal superando 5,0 de dezembro a março, enquanto permanecem abaixo de 4,0 em julho e agosto. O céu é assim mais limpo, dada a proximidade da Balxa Central, que na faixa setentrional da região.

A amplitude anual atinge 2,7, entre 5,9 (janeiro) e 3,2 (agosto).

Por isso mesmo, são poucos os dias encobertos, 77 por ano, a taxas praticamente constantes de 7-9 nos meses de verão (outubro a março) e 5-6 nos de inverno (abril a setembro), com extremos 9 (dezembro) e 4 (agosto).

Simultaneamente, cresce bastante o número de dias claros, 104 por ano, sob frequências 14-15 em julho e agosto, ou acima de 10 cada mês no período malo a setembro. Mas só 4-5 nos meses de verão, dezembro a fevereiro.

Dêsse modo, a insolação é muito elevada em Corumbá, alcançando quase 2700 horas (exatamente 2696). Pode-se afirmar que ultrapassa 200 horas em todos os meses, com extremos 255 (agosto) e 198 (fevereiro).

Ainda aí temos a influência do núcleo mais quente continental do Paraguai.

Analizemos agora a precipitação: apresenta-se bem reduzida, com total de ... 1121mm, nenhum mês ultrapassando 200mm, mas todos acima de 100mm no período outubro a março, (177 em janeiro). Os restantes recolhem menos que 100, e abaixo de 50 os meses do inverno, com mínimo em julho ... (17mm).

Fol de 180mm a maior altura recolhida em 24 horas, valores sempre abaixo de 100 correspondendo à fase de junho a setembro.

Analizemos os dias de chuva.

São relativamente poucos, 88 por ano, unicamente a época do verão apresentando

taxas acima de 10, com máximo 13 em janeiro.

Enquanto isso o Inverno ainda tem frequências 2-3, e o outono e primavera 5-7 5-9 respectivamente. Assim o comprova a série transcrita 13-12-11-7-5-3-2-2-5-8-9-11, no total já citado de 88 dias, dos quais 36 ultrapassando 10mm.

É esta aliás a frequência das trovoadas, 36 por ano, bastante reduzida devido à estabilidade da Balxa, e fraca umidade. Somente os meses de outubro a março têm taxas de 4-5, reduzidas a 1 nos de malo a agosto, sob invasões frontais.

Não há nevoeiros (3 por ano) e o orvalho é também raro, 70 dias somente, com mínimo de 2-4 nos meses da primavera, e 7 a 10 nos do verão e outono.

Tem assim Corumbá um clima seco e aquecido, muito insulado, de nebulosidade fraca; dias quentes, com apenas um terço das noites frescas. Extremos de temperatura acentuados (de 1° a 42°), mas pouca precipitação relativamente à região, chovendo um dia cada quatro, e malor salubridade, sob um aquecimento porém desagradável.

Corim — 18°29'S — 54°46'W — 259ms. — Clima Aw

São muitos escassas as observações neste ponto, situado contudo em uma região central.

Não temos com efeito média anual da temperatura,

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	18	13	17	7	—	—	—	—	3	6	12	17	93
Noites frescas	13	15	14	23	31	30	31	31	27	25	18	14	272

Não temos índices da umidade anual, mas o elemento oscila de 83,3% (malo) a 74,3 (outubro), apenas 9% portanto. Pode-se dar como úmida, acima de 80%, a fase janeiro a julho, e seca a primavera, setembro-outubro.

A nebulosidade é também mal observada, sabendo-se

apenas podemos citar a respectiva amplitude (8°), entre os extremos de 26°,2 (dezembro) e 18°,2 (julho).

Aos normals são em média 26° no período novembro a março, ficando abaixo de 20° em junho-julho. O período mais fresco, aquém de 21° corresponde a malo-agosto, e o mais quente ao verão, dezembro a fevereiro.

Não existem observações de temperaturas extremas nem de amplitude, somente dos respectivos valores absolutos.

A máxima alcança 42°,8 (outubro), índices acima de 40° ocorrendo na primavera (setembro a novembro). Mas de abril a julho nunca superaram as máximas a 36°.

Quanto a mínima absoluta desceu a 0°,5 (agosto), temperaturas abaixo de 3° ocorrendo em qualquer dos meses de malo a agosto. Mas sempre acima de 12° na fase novembro a abril.

Resulta assim 42°,3 para a amplitude absoluta.

Os dias são quentes, num total de 300 por ano, só não ocorrendo dias frescos no período agosto a novembro.

Contudo, 6 se verificam em dezembro ou janeiro, 10 em fevereiro ou março, e 7 nos diversos meses de abril a julho, num total de 65.

Já as noites quentes são poucas, 93 por ano, o predomínio das frescas se acentuando de abril a outubro, para se tornar absoluta de malo a agosto, como veremos a seguir:

apenas que oscila 3,3 entre o máximo de 6,4 (janeiro) e o mínimo 3,1 (julho). A maior cobertura, superior a 5,0, ocorre de outubro a abril, com janeiro e fevereiro acima de 6,0, enquanto de junho a agosto temos valores aquém de 4,0.

São equivalentes as frequências dos dias encobertos



Climas de Mato Grosso

(64) e claros (65), os primeiros ocorrendo a taxas mensais de 6-7 na fase setembro a março, contra 2-3 nos meses de inverno. Os segundos, entretanto, surgem com 6-9 dias nos vários meses de maio a outubro (14 em julho), para se reduzirem a 2-3 no final do ano, e 1 em janeiro, fevereiro ou março.

Não há observações da precipitação, apenas um índice da maior chuva em 24 horas, com 74,5mm. Também não temos contagem dos dias de chuva, unicamente das trovoadas (48 por ano), a taxas mensais variáveis de 5-8 na fase outubro a março, a 0-2 na de maio a agosto.

Os nevoeiros totalizam 14 por ano, concentrados de abril a agosto, sob taxas de 1-4, reduzidas de janeiro a março para 1 cada mês.

Quanto ao orvalho, muito frequente (292 dias), corresponde a contagem mensais de 22-30.

Não cabe evidentemente apreciar o clima, com dados tão escassos.

Campo Grande — 20.º 27.S — 54º37'W — 561ms — Cima Av

Devido à sua altitude, a localidade se beneficia de menores temperaturas, com média anual 22º,0, e amplitude 5º,1, entre os extremos de 23º,9 (janeiro) e 18º,8 (julho).

A temperatura se conserva acima de 23º desde novembro até março, e abaixo dos 21º de maio a julho.

As máximas são igualmente mais reduzidas (292), oscilando 3º,9, entre 30º,7 (março) e 26º,8 (julho). Neste elemento ocorrem três ondulações, com máximos secundários em novembro e janeiro.

Podemos dar como mais quente à tarde o período setembro a março, acima ou próximo de 30º, e mais fresco apenas o de maio a julho, aquele de 28º, ou a bem dizer só junho e julho, ambos com 26º,8.

As mínimas são bastante baixas, em nenhum mês suas médias ultrapassando 20º. O

valor anual é de 16º,7, e a amplitude 6º,4, entre o menor índice de 13º,0 (julho) e o maior de 19º,4 (janeiro). Na fase mais quente à noite, de dezembro a março, as madrugadas superam 19º, na mais fresca, de inverno, descendo abaixo de 15º (14,0 — 13,0 — 14,4 em junho — julho — agosto).

Continua estável o valor da amplitude diurna anual 12,5 e extremos 11,0 (dezembro) ou 14º,3 (agosto). Este elemento se conserva entre 11-12.º de dezembro a abril, superando 13º de julho a outubro.

A máxima absoluta atingiu 38º,9 (outubro), e de um modo geral, valores acima de 35º podem ocorrer de agosto a março, mas sempre abaixo de 32º em junho e julho.

A mínima absoluta desceu a 0º,4 (agosto), e de maio a 3º já se verificaram, mas somente acima de 5º em outubro e novembro, ou de 10º entre dezembro e março.

Aleação dessa forma 38º,5 a amplitude absoluta.

Os dias são sempre quentes (320), apenas de maio a setembro ocorrendo pequena contagem de dias frescos, sob máximo de 8 em julho. Em verdade, a série mensal de tais dias soma 45 por ano, ou seja, a partir de janeiro: 4-0-0-3-6-6-8-5-6-4-2-1 = 45

Já as noites quentes são raras, totalizando 49, e apenas um pouco mais frequentes no verão, mesmo assim com predomínio das frescas, com ventos na tabela:

J F M Ab M J JI Ag St Ot No Dz Ano

Noites quentes	10	8	5	2	1	—	—	1	3	4	5	10	49
Noites frescas	21	20	26	28	30	30	31	30	27	27	25	21	316

Ocorrem portanto 316 noites frescas na localidade, praticamente todas o sendo de março a novembro, e ainda uma grande maioria no verão.

A velocidade do vento torna-se mais acentuada, sob média 2,1m/s, variando de 2,5 (setembro) a 1,6 (março), o período mais calmo sendo

o de fevereiro-abril, abaixo de 2,0. Notam-se contudo apenas 2 ventanias, ambas no verão.

Analisando agora a umidade, constatamos valores relativamente baixos: média anual 73,5%, com extremos 80,1 (abril) e 57,8 (agosto), do que resulta amplitude 22%. Na verdade, o período mais úmido transcorre de dezembro a maio, com valores próximos de 80% e o mais seco, abaixo de 70% de agosto a outubro, o primeiro mês tendo como vltimos 57,8%.

Podemos examinar neste ponto a nebulosidade, bastante reduzida aliás, com média 5,2, e amplitude 3,3 entre os extremos de 6,7 — janeiro e 3,4 — agosto.

Os valores superam 6,0 na fase de verão, dezembro a março, mantendo-se próximo a 4,0 de maio a agosto, com céu muitas vezes claro.

Há realmente 85 dias encobertos, mais raros no inverno, sob taxas mensais de 4-5 no período maio-agosto; as mesmas se elevam a 7-9 na primavera, e 9-11 nos meses de verão, com posterior declínio para 6-8 no outono.

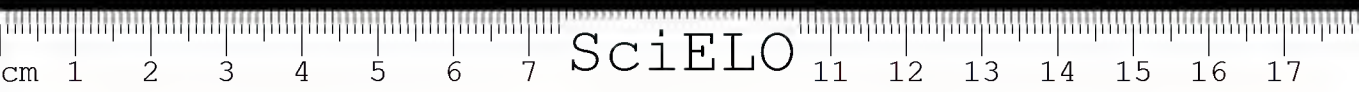
Os dias claros são menos frequentes, 71 por ano, e diminuem no inverno, sob contagens 9-9-10-14-9 de maio a setembro, mais elevadas portanto em agosto. No verão as mesmas se reduzem a 0-2.

A precipitação é relativamente elevada, com 1416mm, apenas janeiro e fevereiro superando 200mm (o último

213), enquanto de outubro a abril todos os meses ultrapassam 100mm, os do inverno registrando menos de 50 (julho 33mm).

Mas é pouco intenso, de apenas 11mm, o maior registro em 24 horas, mantidos abaixo de 60mm os do inverno, junho a agosto.

Vejamos portanto os dias



Climas de Mato Grosso

de chuva: são 122 por ano, mais 10 por mês de outubro a abril (17 em dezembro ou janeiro), e apenas 3-4 na fase do inverno, como vemos na série abaixo, lufelada com janeiro.

No total de maio a setembro ocorrem apenas 23 dias, tanto como em outubro a novembro.

Do conjunto anual, 47 dias superam 10mm, as frequências dos dias chuvosos assim se distribuindo: 17-16-15-10-6-4-4-3-6-11-13-17 = 122.

As trovoadas são comuns, totalizando 97 por ano, a taxas 10-15 nos meses de outubro a março (15 no último), mas reduzidas a apenas 1-2 nos meses do inverno. Troveja assim em média por 14 dias de maio a setembro, em associação com as Frentes.

Os nevoeiros continuam essenciais, 11 por ano, verificando-se sob contagens mensais 1-2 de março a agosto, a última para junho e julho.

Quanto ao orvalho não se constitui tantas vezes como noutros pontos, pois totaliza 88, a taxas 10-13 de dezembro a março, 7-8 de abril a junho, e 2-3 de agosto a outubro.

Campo Grande tem assim um clima quente de dia e fresco à noite, com chuva regular, umidade mais reduzida, o céu apenas nublado. As máximas não se elevam muito, mantendo-se forte a amplitude, pois ocorrem valores desde 0° até 39°.

Sopram regularmente os ventos, enquanto trovoadas e chuvas ocorrem à razão de 97 e 122 dias.

Em suma, um clima bastante satisfatório.

Aquidauana — 20° 28'S — 55° 48'W — 156 ms — Clima Aw

É de 23,2 a média anual da temperatura, com amplitude 6,9 entre os extremos de 25,9 (janeiro) e 19,0 (junho). Devido à maior proximidade do Trópico, a fase mais quente vai se deslocando para o verão em contraste com a da primavera, mais ao norte. Corresponde assim ao período novembro a março, todo acima de 25°, com

dezembro a fevereiro sob 25,8 — 25,9 — 25,8.

As médias se reduzem para 23,8 em abril e 21,0 em maio, o inverno, ou melhor junho e julho registrando valores aquém de 20° (19,0 em julho). Já em setembro os mesmos superam 22°.

As máximas são elevadas, pois a estação tem altura mais reduzida que Campo Grande; alcançam assim . . . 31,0, com amplitude 4,9 entre 32,7 (dezembro) e 27,8 (junho). Nota-se fraca ondulação secundária, com mínimo janeiro e máximo fevereiro, mas amplitude 0,3. A fase mais quente à tarde, toda acima de 32°, decorre de outubro a março, e a mais fresca, abaixo de 29°, de maio a julho.

As mínimas são relativamente baixas, sob média anual 18,3, oscilando entre 2,0 (janeiro) e 13,2 (julho), com amplitude 8,8.

As noites sempre quentes em geral, têm pela madrugada valores acima de 21° no verão (dezembro a março).

O período mais fresco corresponde aos três meses de inverno, todo abaixo de 15° (junho 14,5, julho 13,2, agosto 14,7); ou se incluir-

mos maio e setembro, aquém de 17°.

Segue-se uma amplitude diária de 12,6 na média anual, variando desde o mínimo 10,2 (janeiro) ao máximo 15,9 (agosto). Como sempre, é estável a fase úmida do verão, com valores em torno a 11° de dezembro a abril, só em julho e agosto as amplitudes superando 15°.

Quanto a máxima absoluta atingiu 40,8 (setembro), valores acima de 38° padecendo ocorrer de agosto a março, mas nunca além de 36° de maio a julho.

A mínima absoluta atingiu o setor negativo (-1,2 em julho), ou 0,0 (junho), todo o período maio a setembro tendo registrado temperaturas abaixo de 4°, ou aquém de 8° se incluirmos abril e outubro. Conservam-se porém acima de 12° em janeiro-fevereiro, no primeiro mês sendo 16,2 a menor mínima ocorrida.

Por assim de 42,0 a amplitude absoluta encontrada.

Há portanto maioria de dias quentes (308), apenas de março a setembro ocorrendo alguns frescos, ou até 10 cada mês em junho ou julho, como vemos no quadro:

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Dias quentes	30	24	25	27	24	21	21	25	27	28	28	28	308
Dias frescos	1	4	6	3	7	9	10	6	3	3	2	3	57

Já as noites quentes estão em minoria, podendo-se dizer que todas são frescas no período maio a setembro, e

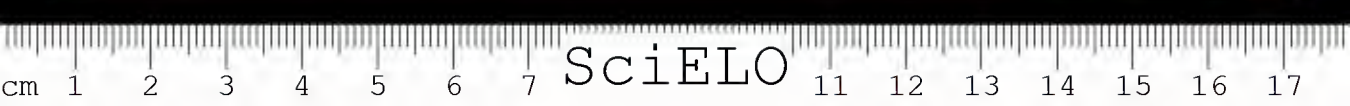
pelo menos a metade em abril, outubro e novembro. Há desse modo 148 noites quentes e 217 frescas.

	J	F	M	Ab	M	J	Jl	Ag	St	Ot	No	Dz	Ano
Noites quentes	27	22	22	13	3	1	—	1	5	13	17	24	148
Noites frescas	4	6	9	17	28	29	31	30	25	18	13	7	217

O vento é fraco em Aquidauana, sob média anual 1,2 mps, e índices estáveis (1,1 setembro, 1,1 março). Não houve registro de ventanias, o que parece uma falha do observador.

A região é bastante úmida, contudo: média anual 78,9%, com amplitude 10% entre o

máximo de 82,6% (maio) e o mínimo 73,3 (agosto). O 80%, transcorre de janeiro a período úmido, acima de julho, e poderíamos alongá-la para dezembro-julho. Pois o verdadeiramente mais seco (ou menos úmido), abaixo de 75%, corresponde à pri-



IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO COM FERTILIZANTE

O método desperta a atenção universal

Informa-se de Tel-Aviv que o método Blass para irrigação por gotejamento está sendo adotado na África do Sul e na Austrália.

Foi criada uma Estação Experimental no México e existem grandes possibilidades de serem exportados os aparelhamentos para o Peru, Brasil e Argentina, bem como para a Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia.

Presentemente, cêrea de 10.000 *dunams* (2.500 acres) acham-se sob irrigação por esse método, em Israel. Os resultados têm sido os seguintes: em Eln Yahav, foram produzidas 14 toneladas de tomates por *dunam*, ao em vez de duas a três toneladas em produção normal e em Yotvata, seis toneladas

e meia de tomates em comparação com as 3,9 toneladas conseguidas por outros métodos.

Esses dados foram recentemente publicados em entrevista a imprensa, pelos Srs. Oded Winkler, chefe da Cia. Netafim (com quatro anos de existência), do Kibbutz Hatzerim, a qual fabrica o equipamento para o sistema; pelo Professor Dan Golberg da Faculdade de Agricultura da Universidade Hebráica, o qual fez demonstrações das vantagens do método em Israel, e por Simcha Blass que, (com seu filho Isaias) arquitetou o sistema.

Apesar de o sistema de irrigação por gotejamento, o qual consiste de um conjunto de tubos de substância

plástica que conduzem água impregnada de fertilizantes gotejando lentamente no solo, custar uma vez e meia mais caro do que os outros sistemas comuns, os resultados são tão espetaculares, dizem os entrevistados, que as despesas iniciais tornam-se insignificantes.

Uma vez que as gotas d'água caem no solo, junto da planta (e não como acontece com os aparelhos de aspersão que desperdiçam muita água), o consumo d'água é 25% menor, além do mais a água não se espalha pelo meio das fileiras das plantas, de sorte que não estagna o aparelhamento de plantas daninhas, economizando, assim, os trabalhos de cultura, e, finalmente, as safras das plantas irrigadas diretamente pelo sistema, tornam-se muito maiores.

Esse método é mais preconizado — segundo afirmam — para regiões áridas, de solos pobres.

mavera, agosto a outubro.

A nebulosidade torna-se pouco acentuada (5,8) com amplitude 3,2, desde 7,5 (janeiro) a 4,3 (agosto).

É mais nublado, em torno ou acima de 7,0, o verão (dezembro a março), é mais limpo, com 5,0 ou menos, a fase de maio a setembro, (julho e agosto 4,3).

Teremos aliás 131 dias encobertos, mais que 10 por mês de outubro a abril, com 15-17 nos meses de verão, dezembro a fevereiro. O período restante, maio a setembro, tem apenas 7-9 dias mensalmente, o primeiro valor correspondendo a julho e agosto.

Já os dias claros totalizam menos da metade dos anteriores, com 75 por ano, e maior frequência em julho-agosto (11 cada), ou de maio a setembro, sob 8 a 11. A menor corresponde ao verão,

2-3 dias por mês, de dezembro a fevereiro.

Chove regularmente em Aquidauana, 1428 mm por ano, apenas janeiro superando 200 mm (com 232). Os meses de outubro a abril registram acima de 100 mm, o mínimo correspondendo a julho e agosto, com 37 ou 36 respectivamente, julho aliás tendo só 53 mm.

Mas foi de 133 mm (abril) a maior precipitação recolhida em 24 horas, apenas durante a fase junho-setembro não tendo sido registrados alturas acima de 70 mm.

É reduzido o número dos dias de chuva-83, dos quais 43 acima de 10 mm. Os meses de verão têm todos acima de 10 dias, com máximo 12 em janeiro. E os do inverno menos de 5, como vemos na série abaixo, de janeiro a dezembro: 12-10-8-6-5-4-3-3-5-4-8-11-83.

Assim, durante todo inverno chove tanto como em fevereiro.

As trovoadas são também escassas, 62 por ano, a taxas mensais 7-8 no verão, de novembro a março, reduzidas para 2 nos meses mais frios junho a agosto, e traduzindo passagens Frontais.

Muito raro o nevoeiro, 6 dias por ano, todos de março a setembro, na taxa de 1 por mês. Mas frequente o orvalho, sob 163 dias, com máximo de abril a julho (18 por mês) e mínimo durante o verão (8-11).

Em resumo: dias quentes, mas muitas noites frescas (mais de 200) poucos dias de chuva (um em cada quatro). Raros nevoeiros e trovoadas umidade acentuada, vento fraco, nebulosidade e extremos pronunciados (-1,2 e +10,8) indicam para Aquidauana um clima suportável, mas com muitos dias opressivos.

ERA DINÂMICA DA AGRICULTURA

Por
Joseph Ackerman

Especial para "A Lavoura"



Próximo de Greeley, no Colorado, EUA, encontramos estes currais magníficos para alimentação científica do gado, com capacidade para mais de 60.000 cabeças. Com 120 hectares, no total, a área é servida por computadores e outros aparelhos, que regulam e registram a alimentação do gado.

Vivemos numa era que o mundo jamais conheceu — uma era de desafios, exigente e perigosa, e ao mesmo tempo a mais interessante, bela e dádiosa que até hoje atravessamos. Uma era dinâmica da história.

Como esta é uma era de educação do espírito, as mudanças científicas e tecnológicas que se farão sentir na próxima década atingirão o ponto mais elevado da história.

Nas zonas rurais dos EUA, as evidências dessas mudanças são notadas em toda parte. Os desenvolvimentos tecnológicos trouxeram mudanças impressionantes na produção rural, na organização e no funcionamento das fazendas; melhoraram os meios de transporte e co-

municações, e a modernização quase alterou completamente a vida do campo.

A agricultura está, com efeito, experimentando uma revolução tecnológica e econômica. Está se transformando de um negócio de artes e artesãos para um negócio enraizado profundamente na ciência e na tecnologia.

A agricultura nos EUA transformou-se numa atividade complexa. Para ter sucesso, o agricultor precisa planejar, cuidadosamente. A adoção de um simples método novo pode mudar toda a estrutura do negócio agrícola.

Grande soma de informações deve ser conseguida e analisada, para se chegar a uma decisão lógica. Dentro

da economia, altamente complexa, dos dias atuais, o agricultor precisa considerar muitos problemas além daqueles relacionados com a produção. Maior atenção deve ser conferida aos grandes problemas relativos à distribuição, abastecimento e procura, crescimento econômico e outros assuntos, muito amplos e com inúmeras facetas, para serem analisados pelo agricultor médio, ou mesmo por um profissional que use métodos e técnicas antiquadas.

O agricultor do futuro terá de encontrar melhor meio de controlar a qualidade e a quantidade de seus produtos, e reuni-los em grupos mais vendáveis para a indústria alimentícia.

Em qualquer dos casos, a

Um fisiologista do Departamento de Agricultura dos EUA usa uma pinça para podar plantas, numa câmara que simula as condições do exterior. São estudados os efeitos do meio ambiente, como a poluição do ar no crescimento do vegetal.

agricultura necessitará de grande número de serviços de alto nível, científicos de engenharia e de gerência. Como a agricultura está se elevando para novos níveis, assim também os serviços de que ela se serve necessitam atingir os mesmos padrões modificando-se e ajustando-se de acordo.

Os agricultores devem ter a assistência de técnicos em programas de desenvolvimento, para o uso eficiente da terra, do trabalho e do capital, e recursos de administração. Necessitam, ainda, de uma soma cada vez maior de informações científicas para desenvolver seu plano anual, e fazer ajustes de conformidade com as condições imprevistas de tempo, preços, ou outros fatores que mudem o quadro.

A agricultura não está se estabilizando. Há evidências de que novas mudanças, mais rápidas e maiores, virão nos próximos anos.

Com o uso de conhecimentos técnicos disponíveis, os agricultores aumentarão a automatização de suas operações. Alguns vegetais já estão sendo colhidos, lavados, classificados e embalados sem serem tocados por mãos humanas.

A produção da pecuária



vem se tornando altamente científica. A alimentação é cuidadosamente controlada para produzir a máxima quantidade e a mais alta qualidade de carne por determinada quantidade de alimento. O rebanho está recebendo tratamento de antibióticos, hormônios, sais minerais e outras substâncias que evitam doenças e promovem o crescimento exatamente requerido. Num dia que não está longe, equipamentos eletrônicos po-

derão ajustar as fórmulas de alimentação dos rebanhos com os resultados que se tem em mira.

No mundo agrícola, métodos e procedimentos que eram apropriados ontem são inferiores e inadequados hoje e serão obsoletos amanhã.

Nos anos vindouros, a agricultura sofrerá inúmeras mudanças de grande vulto, as quais redundarão em progresso dinâmico para o futuro.

MEDALHA MINISTRO FERNANDO COSTA

Devido a um lapso lamentável da nossa redação, na notícia publicada no número anterior, sob o título acima, foi omitido o nome do nosso prezado consócio, Dr. Fábio Luz Filho, também agraciado com este prêmio, na mesma ocasião.

O nome do Dr. Fábio Luz Filho, conhecido líder cooperativista, autor de numerosas obras sobre o assunto, de que se tornou um lumiar no Brasil, dispensa maiores comentários, sobretudo para os nossos leitores, habituados aos seus magníficos artigos nas colunas desta Revista, na qual colabora há dezenas de anos.

A omissão redundou, afinal, num destaque especial, e esta retificação nós lhe encaminhamos com o nosso pedido de desculpas pela falta involuntária.

L. M. P.

A POSIÇÃO DO BRASIL NO PANORAMA DA AGRICULTURA LATINO-AMERICANA

A produção agrícola latino-americana diminuiu cerca de 2% em 1968, segundo estatísticas recém-divulgadas pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

Segundo o relatório preliminar sobre o Estado Mundial de Alimentação e Agricultura em 1968, em todas as regiões do mundo aumentou a produção, exceto na América Latina, onde esta situação é atribuída principalmente a condições desfavoráveis de tempo. Mas afirma o relatório da FAO, que, apesar disso, o desenvolvimento econômico geral da região alcançou um nível satisfatório. Entre os mais graves problemas apresentados figuram as condições institucionais, econômicas e sociais que prevalecem no setor agrícola e o montante da dívida pública para com o estrangeiro. Adiante o documento que "nestes últimos anos os três países de economia mais desenvolvida na região — Argentina, Brasil e México — tiveram que destinar de 1/5 a 1/3 de suas divisas ao pagamento da dívida externa".

A seca

A seca, iniciada em 1967, prolongou-se durante todo o ano de 1968 e, em algumas regiões, até meados de 1969. Em consequência, o rendimento das colheitas foi afetado na Argentina, Chile, Equador, Peru, Uruguai e países do Caribe. Nas províncias centrais e septentrionais do Chile, a seca revestiu-se de características de verdadeira catástrofe, ocorrendo quase o mesmo um pouco mais ao norte, na parte septentrional do Peru, chegando até Gualaquil. No Uruguai, a seca foi de tal se-

verdade que chegou a determinar redução no fornecimento de energia elétrica em todo o País.

A queda da produção agrícola foi de 11% em Cuba, de 9% na Argentina, de 5% na República Dominicana e de 2% no Equador, Guatemala e Peru. Em compensação, o Brasil e a Venezuela mantiveram praticamente os mesmos níveis de 1967.

Entre os principais produtos cultivados na região, somente registraram aumentos de produção o arroz e o algodão. A produção de arroz aumentou um pouco em todos os países entre os quais sobressaíram o Brasil, a Colômbia e Cuba. A produção de algodão foi também maior no Brasil, no México e na Colômbia, porém baixou no Peru.

A produção de trigo, milho, açúcar, bananas, carne e café também apresentou baixa na região, em índices que oscilam entre 3 e 11%.

A baixa na produção regional de trigo foi de 11%. A Argentina, que em 1967 tivera uma excelente colheita, sofreu uma redução de 20% em 1968, enquanto que a produção mexicana baixou 8%. A produção regional de milho diminuiu em 44%, principalmente devido a considerável baixa registrada na Argentina.

A produção de açúcar caiu 7% devido sobretudo, a uma grande baixa ocorrida em Cuba; por outro lado, aumentou a produção no

Brasil, na Colômbia e no Peru.

A produção regional de bananas baixou em 5% em 1968 — apesar de ter continuado a aumentar a produção centro-americana — devido a considerável baixa sofrida pelo Equador.

A produção de café do Brasil foi menor em cerca de 28%, mas a média da baixa na região como um todo foi de apenas 4% em relação à produção do ano anterior.

A produção de carne bovina não desceu muito porque a grande redução registrada na Argentina foi compensada por aumentos em vários outros países, entre os quais a Colômbia e o México.

Comércio internacional

O volume das exportações agrícolas regionais baixou ligeiramente em 1968. Por outro lado, aumentaram as importações de produtos agrícolas devido, em parte, a escassez causada pela seca. O comércio entre os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio diminuiu pelo segundo ano consecutivo, enquanto continuaram a aumentar, tão rapidamente como nos anos anteriores, as trocas entre os países do Mercado Comum Centro-Americano.

O valor das exportações regionais de cereais baixou cerca de 12% em 1968, por terem diminuído as remessas de trigo, milho e sorgo, e pelo fato de terem caído os preços de todos os cereais, exceto o do arroz. As exportações de açúcar baixaram cerca de 6% em seu volume, mas aumentaram 2% em valor.

Baixaram ligeiramente o valor das exportações regio-

PRINCIPAIS CAUSAS DO INSUCESSO NA AVICULTURA

Cêrea de 95% dos motivos de insucesso na exploração avícola são de responsabilidade do próprio avicultor. Os 10 mais freqüentes são os seguintes:

1 — Empreender um negócio avícola sem estar tecnicamente capacitado para isso.

2 — Falta de compreensão das leis básicas da natureza. A simples observação da localização de certos galinheiros e seus interiores é suficiente para revelar este fato.

3 — Excesso de crédito. Há avicultores que trabalham sem base econômica, contando quase exclusivamente com crédito bancário. Basta uma pequena crise (queda de preços, alta mortalidade, diminuição da produção etc.) para pôr em risco o negócio.

4 — Falta de planejamento.

5 — Basear-se em palpites em vez de nos fatos. O negócio avícola tem qualquer coisa de parecido com as corridas de cavalo: os avicultores só comentam o sucesso...

6 — Falta de previsão. A maioria dos avicultores não

economiza dinheiro nas "boas épocas" para poder enfrentar uma crise eventual.

7 — Crescimento desordenado, isto é, aumento excessivamente rápido da granja com conseqüente prejuízo da qualidade da produção.

8 — Avicultura como atividade secundária. São muito comuns (no Brasil) os avicultores chamados de "fim-de-semana", isto é, pessoas dedicadas a outras atividades e que nos fins-de-semana cuidam de algumas aves. A tendência desse tipo de avicultor, no futuro, é acabar. Estas pequenas granjas, geralmente funcionando sem um controle de produção eficiente, serão substituídas por granjas maiores, verdadeiras indústrias avícolas, (como já existem várias) com maior capacidade de produção e comercialização.

9 — Despesas evitáveis, ou seja, avicultores que não exitam em despendar grande quantidade de dinheiro,

quando em "apuros" (presença de doença na granja etc.), mas que relutam em gastar em bons pintos, boas rações, boas vacinas, equipamentos adequados etc. para evitar aquelas grandes despesas.

10 — Tentar ser bem sucedido usando o mesmo tipo de pinto e ração de um bom criador, mas sem capacidade de criar nas mesmas condições que ele.

Se a você não se aplicar nenhum dos erros acima enumerados, é muito provável que seja um avicultor bem sucedido.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

Medicação preventivo e curativo das pipocas (ou coços) das pintos e aves adultas

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

nais de carne e de lã, apesar de terem aumentado as quantidades exportadas deste último produto.

O valor das exportações latino-americanas de café subiu 5% e o das exportações de algodão uns 16%. Apesar de ter baixado o preço das bananas no mercado mundial, o valor das exportações latino-americanas aumentou cêrea de 2%, por ter sido maior o volume de exportações.

Na maioria dos países latino-americanos a reforma agrária continuou a ser importante matéria de política

agrícola, apesar de que, como ressalta o relatório da FAO, sua aplicação, com raras exceções, continuou sendo lenta.

Outros assuntos de política agrícola de especial interesse na América Latina, são a necessidade de reduzir a importação de alimentos e a de promover a diversificação de monoculturas tradicionais como a do café, do açúcar e da banana. No caso do café, a diversificação foi facilitada pelo Fundo de Diversificação estabelecido em 1963, por ocasião da renovação do Acôrdio Internacional do Café.

Preços médios do boi gordo para corte e da lã na área do convênio de empréstimos n.º 516 BR

A Fundação Getúlio Vargas, através de seu Instituto Brasileiro de Economia, submete ao Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, referentes às áreas do Convênio de Empréstimo N.º 516 BR, firmado entre o Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais uma série, a terceira, de seis meses (janeiro a junho de 1969) de preços médios do boi gordo para corte e de lã. Estão disponíveis agora, portanto, observações alusivas a 18 meses consecutivos, a partir de janeiro de 1968.

É interessante recordar que, para servir como alcearce à construção futura dos índices destinados aos reajustamentos do principal dos empréstimos, o Instituto Brasileiro de Economia obteve a média de preços do boi gordo (pronto para corte) e de lã comercializada, segundo valores pagos aos pecuaristas, ao nível municipal de cada Unidade da Federação integrante dos Projetos I (Rio Grande do Sul), II (Mato Grosso, São Paulo e Paraná) e III (Goiás e Minas Gerais).

A rede de coleta de preços utilizada para os Estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul é formada por técnicos vinculados às entidades filiadas ao Sistema de Extensão Rural — ABCAR. Suas informações foram complementadas com dados fornecidos por organismos de governo, nas diversas esferas, particular-

mente prefeituras municipais, assim como empresas particulares participantes do processo produtivo da carne e lã. Para os Estados de Minas Gerais e São Paulo os preços foram colhidos por departamentos especializados de suas respectivas Secretarias de Agricultura.

As Instituições e pessoas que de algum modo contribuíram, na fase de coleta, para este trabalho, o Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia renova seus agradecimentos.

Convém também lembrar que a sistemática de construção dos índices compreende ponderações em níveis sucessivos de agregação. Os preços vigentes em cada município foram ponderados pelo valor relativo do produto considerado (bovino ou lã) dentro de zonas fisiográficas, resultando em um preço médio para cada zona.

Estes preços foram, por seu turno, ponderados pelo valor do produto na zona fisiográfica, dando origem aos preços médios estaduais. (*)

Considerando p_i a cotação vigente do produto no município i , o preço médio p_j da zona fisiográfica j é obtido através da expressão:

$$p_j = \frac{\sum_i p_i \cdot v_{i/j}}{\sum_i v_{i/j}}$$

onde $v_{i/j}$ é o valor relativo do produto no município i em relação à zona j .

O preço médio mensal p_k da Unidade da Federação k , foi obtido por

$$p_k = \frac{\sum_i p_i \cdot v_{i/k}}{\sum_i v_{i/k}}$$

onde $v_{i/k}$ representa o valor relativo do produto na zona i em relação ao Estado k .

(*) As ponderações estão apresentadas nos quadros anexos e são originárias dos valores do rebanho bovino e da produção de lã, no ano de 1966, segundo as estimativas disponíveis mais recentes da Equipe Técnica de Estatística Agropecuária (nova denominação do Serviço de Estatística da Produção), na época do início deste trabalho.

A média aritmética

$$p_o = \frac{\sum_k p_k}{6}$$

no período de janeiro a junho de 1968, incluída em publicação anterior (**) servirá de base para o cálculo dos índices que, no futuro, deverão corrigir os saldos dos empréstimos.

Com referência ao Projeto I, além dos preços médios para cada produto, também é calculado um preço médio misto de gado bovino e lã, com duas ponderações alternativas:

a) utilizando os valores relativos estaduais dos dois efetivos; e b) empregando uma relação técnica pré-determinada de 5 cabeças de

gado ovino para uma de bovino (***)).

Ainda em relação ao Rio Grande do Sul, convém esclarecer que as cotações originalmente coletadas para o gado bovino, ao nível dos municípios, representam os preços em termos do peso vivo. Para assegurar a comparabilidade com os demais Estados abrangidos pelo Eimpréstimo adotou-se um coeficiente de correção que de corre da estimativa de 50% como quebra do peso após o abate. Esta percentagem foi considerada como aceitável por grande número de pessoas consultadas a respeito. Não obstante ser possível certa variabilidade em torno desse percentual, a experiência de cada uma seria no caso irrelevante: o que importa é a constância de critério, pois os números índices vão medir um ritmo de evolução de preços.

(**) Preços Médios do Gado Bovino e Lã, 1.º semestre de

1968. Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV. Publicado (circulação restrita) em julho de 1968.

(***) Na alternativa "a", em valor, cerca de 86,5% de bovinos e 13,5% de ovinos e, na alternativa "b", em número de milhares de cabeças, . . . 11.238 de bovinos e 2.357 unidades de ovinos (11.785 milhares de cabeças + 5).

Escapam à metodologia geral aqui descrita, quanto ao processo de agregação dos preços, os casos de Minas Gerais e São Paulo. Isto acontece em função dos procedimentos de coleta próprios das fontes anteriormente mencionadas, em contraste com os demais Estados onde os técnicos enumeradores obedecem a procedimentos uniformizados por este Instituto.

Quanto a Minas Gerais, os dados de preços, remetidos pelo Departamento de Estudos Rurais da Secretaria da

Agricultura, vêm ao nível das zonas fisiográficas, processando-se, no Instituto Brasileiro de Economia, a segunda fase da agregação, para chegar ao preço médio do Estado.

Em São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura, os informantes acham-se localizados nos municípios de maior expressão agrícola no Estado. Antes de chegar a um preço médio agregado para o Estado, há dois níveis de ponderação, correspondendo a conceitos próprios de "zona" e "setor", sendo o preço básico a média aritmética simples de preços municipais, também agrupadas num conceito próprio de "regiões".

("Preços Médios do Boi Gordo e Lã"
1.º Semestre de 1969 — julho/69.
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getúlio Vargas).

PROJETO I

(alternativa "a")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Vlk	Janeiro	Fev	Março	Abril	Maior	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	86,54	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã	13,46	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04
PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ)							
MÉDIA ESTADUAL	NCr\$	19,82	19,88	19,70	19,86	19,96	19,92

PROJETO I

(alternativa "b")

RIO GRANDE DO SUL

PREÇO MISTO DO BOI GORDO PARA CORTE E DA LÃ

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Preço Médio do Boi Gordo para Corte	82,52	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79
Preço Médio da Lã	17,48	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04
PREÇO MISTO (BOI GORDO + LÃ)							
MÉDIA ESTADUAL	NCr\$	20,77	20,87	20,65	20,91	20,90	20,85

RIO GRANDE DO SUL

PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE

(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	Vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Litoral	4,94	17,40	17,40	17,40	17,10	16,80	17,10
Depressão Central	11,60	17,40	18,00	18,00	18,00	18,00	16,80
Missões	11,18	17,49	17,58	17,16	16,50	16,67	15,71
Campanha	25,21	16,70	16,45	16,11	16,76	16,80	17,82
Serra do Sudeste	9,82	16,50	16,50	16,32	16,32	16,32	16,32
Encosta do Sudeste	6,45	16,20	16,20	16,20	16,20	16,50	16,50
Alto Uruguai	7,50	14,81	14,14	15,07	16,10	16,30	16,18
Planalto Médio	7,92	16,26	15,42	15,88	16,37	16,85	16,34
Encosta Inferior do Nordeste	5,41	16,65	17,06	16,79	16,66	16,66	17,06
Encosta Superior do Nordeste	2,06	15,48	15,48	15,48	15,39	15,39	15,39
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$	NCr\$	16,65	16,56	16,50	16,69	16,79	16,79

RIO GRANDE DO SUL
PREÇOS MÉDIOS DA LÃ
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (P_j)

ZONAS FISIográficas	V _j k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Litoral	9,41	20,00	25,00	30,00	30,00	30,00	25,00
Depressão Central	4,01	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	40,00
Missões	7,94	40,00	44,44	44,44	44,44	44,94	44,94
Campanhã	56,15	47,75	47,99	45,00	45,00	45,00	45,00
Serra do Sudeste	12,40	35,00	35,00	35,35	35,35	35,35	35,35
Planalto Médio	2,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Superior do Nordeste	0,12	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50	34,50
MÉDIA ESTADUAL ($\sum P_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	40,23	41,20	40,27	40,27	40,31	40,04

PROJETO II
SÃO PAULO — PARANÁ — MATO GROSSO
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (P_j)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	V _j k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
São Paulo	54,60	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71
Paraná	11,94	18,44	19,01	18,79	18,30	18,34	18,44
Mato Grosso	33,46	18,89	18,03	17,59	16,53	18,04	18,91
MÉDIA DOS ESTADOS ($\sum P_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	19,56	18,93	18,51	17,96	18,57	19,84

SÃO PAULO (*)
 PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
 (janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

PREÇOS	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$	20,22	19,46	19,02	18,76	18,95	20,71

(+) - Coleta e cálculos do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado

PARANÁ
 PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
 (janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIOGRAFICAS	Vj,k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Castro	2,59	21,60	21,60	21,60	17,50	18,00	18,00
Curitiba	4,10	17,86	17,86	17,86	18,85	19,04	19,04
Campos Gerais	6,19	22,55	22,55	21,54	21,65	21,45	21,77
Tomazina	4,10	18,15	18,26	17,25	17,25	17,83	16,96
Alto Ivai	2,20	17,25	17,51	16,75	16,75	16,75	16,75
Irati	2,15	17,40	17,72	18,26	18,26	18,26	18,52
Oeste	46,21	17,99	19,05	18,94	17,97	17,88	18,17
Norte	25,10	18,68	18,52	18,26	18,29	18,51	18,40
Campos do Oeste	6,59	17,00	18,60	18,60	18,60	18,60	18,60
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$ NCr\$		18,44	19,01	18,79	18,50	18,54	18,41

MATO GROSSO
 PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
 (janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIOGRAFICAS	Vj,k	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Chapada	2,62	14,56	14,63	14,82	15,00	15,00	15,00
Poxoréu	4,61	14,04	14,80	13,99	13,99	13,99	13,99
Campo Grande	24,99	17,58	17,73	17,31	15,58	19,24	18,08
Rio Pardo	14,04	20,27	16,71	15,11	15,11	16,71	17,52
Encosta Norte	0,45	17,00	18,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Encosta Sul	14,08						
Baixada Norte	6,90	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	20,00
Baixada Sul	52,31	21,00	20,00	20,00	18,50	19,00	21,00
MÉDIA ESTADUAL $(\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k})$ NCr\$		18,89	18,03	17,59	16,53	18,04	18,91

PROJETO III
MINAS GERAIS — GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Minas Gerais.....	75,81	19,35	19,12	18,66	18,66	18,72	19,30
Goiás.....	24,19	17,53	17,57	16,75	17,05	17,72	16,68
MÉDIA DOS ESTADOS ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	18,91	18,70	18,20	18,08	18,48	18,67

MINAS GERAIS (*)
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Médio Jequitinhonha.....	5,57	23,00	21,00	20,00	19,50	21,00	20,50
Mucuri.....	7,73	20,50	21,00	20,50	20,00	19,50	20,50
Rio Dóce.....	11,76	19,00	19,50	19,50	19,50	19,50	20,50
Matá.....	9,86	18,50	18,00	18,00	18,00	18,00	18,50
Alto Jequitinhonha.....	1,07	20,50	21,50	19,50	19,50	18,50	21,00
Itacambira.....	1,97	21,00	20,50	20,00	22,00	20,50	22,00
Metal Urgica.....	6,60	20,50	20,00	19,00	18,00	19,00	19,50
Campos das Vertentes.....	4,23	18,00	17,50	18,00	18,00	19,50	19,00
Sul.....	13,13	18,50	19,00	18,50	18,00	18,00	18,50
Alto Médio São Francisco.....	3,17	20,00	19,00	16,50	15,50	18,00	20,00
Montes Claros.....	3,98	19,00	19,50	19,00	19,00	18,50	19,00
Alto São Francisco.....	9,45	18,50	19,00	18,50	18,50	19,00	19,50
Paracatu.....	3,06	17,00	17,00	16,50	17,50	16,00	17,50
Alto Paranaíba.....	6,88	19,50	18,00	18,00	17,50	17,50	17,50
Triângulo.....	11,54	19,50	18,50	18,00	17,50	18,50	19,00
MÉDIA ESTADUAL ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	19,35	19,12	18,66	18,41	18,72	19,30

(+) Coleta do Departamento de Estudos Rurais, da Secretária de Agricultura do Estado.

GOIÁS
PREÇOS MÉDIOS DO BOI GORDO PARA CORTE
(janeiro a junho de 1969)

Unidade: NCr\$/15 kg (Pj)

ZONAS FISIAGRÁFICAS	vjk	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
Norte Goiano.....	11,26	14,68	15,05	14,62	14,24	15,37	14,44
Meia Ponte.....	10,79	18,06	16,99	16,69	16,41	16,56	17,87
Ipameri.....	15,38	20,05	19,25	17,80	20,11	21,45	16,07
Planalto.....	5,07	15,62	15,16	15,14	14,50	16,04	15,63
Alto Tocantins.....	6,87	20,00	20,00	20,00	21,00	21,00	21,50
Rio Verde.....	14,67	18,28	17,73	17,19	16,64	16,22	16,67
Mato Grosso de Goiás.....	24,96	16,30	16,95	16,27	16,39	17,31	16,44
MÉDIA ESTADUAL ($\sum p_j v_{j/k} \div \sum v_{j/k}$)	NCr\$	17,53	17,57	16,75	17,05	17,72	16,68

Centro de Pesquisas sôbre fibras duras

A criação de um Centro Internacional de Pesquisas sôbre Fibras Duras — cujo funcionamento poderia inspirar-se no do Secretariado Internacional da Lã ou no Instituto Internacional do Algodão — foi proposto pelo Grupo Consultivo de Trabalho de Pesquisa sôbre as Fibras Duras, que acaba de en-

errar sua sessão no escritório central da FAO em Roma.

O referido Grupo de Trabalho — composto de representantes de onze países: Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Honduras, Quênia, México, Países Baixos, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Tanzânia — acredita que os pro-

blemas da economia mundial das fibras duras só podem ser resolvidos através de um "programa-impacto" de pesquisa.

Segundo o Grupo, tais problemas decorrem principalmente do desenvolvimento insuficiente da demanda nos últimos anos, e a solução mais eficaz seria reduzir os custos de produção, propiciar a criação de novos mercados para tais fibras (sisal, abaca, agave, etc) e manter os atuais escoamentos ante a concorrência dos produtos sintéticos.

O Grupo de Trabalho prevê que as perspectivas a longo prazo para as fibras duras são pouco animadoras, a menos que providências sejam tomadas imediatamente para fomentar a criação de mercados através de um programa coordenado de pesquisa, em plano internacional.

O "Centro Internacional", ora proposto, seria encarregado de organizar a pesquisa sôbre as utilizações finais das fibras duras, os mercados e a agronomia, assim como a promoção comercial destas fibras através, principalmente, da publicidade. O Centro teria caráter internacional e poderia trabalhar segundo as diretrizes do Grupo de Estudos sôbre Fibras Duras, assegurando, dêste modo, sua coordenação.

O relatório do Grupo de Trabalho propôs que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) forneça recursos para estudar-se a viabilidade de criação da entidade.

AGRICULTURA NA GUANABARA

OLERICOLAS

Janerio — Mês impróprio para atividades olerícolas, poucas são as espécies que podem ser plantadas ou semeadas, devido ao forte calor e a intensidade pluviométrica.

Das olerícolas apenas a beterraba, a mostarda e alface-de-verão são semeadas.

Fevereiro — Durante êsse mês iniciam-se os trabalhos para formação de sementelras e viveiros, que recebem no mês de março as sementes.

São semeados neste mês a alface-de-verão, mostarda, beterraba e salsa.

Os trabalhos de reforma das latadas de chuchu, são iniciados, preparando-se o terreno com arações profundas.

Observação: Os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng. Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

FRUTICOLAS

Janerio — Neste mês procede-se à enxertia de plantas cítricas, bem como a poda de formação das mudas. Fim da estação e do plantio de mudas de bananeiras.

Durante êsse mês iniciam-se a colheita da jaboticaba

Prossegue a colheita de abacaxi, manga, maracujá e sapoti, terminando a colheita da uva.

Fevereiro — Os pomares devem ser roçados, coroando-se os pés das árvores. Inicia-se a colheita do abacate, fruta-de-conde e goiaba. Colhe-se ainda: banana, caju, maracujá, figo e sapoti. Fim da colheita da manga e do abacaxi.

SUBDESENVOLVIMENTO E QUADROS HUMANOS

Fábio Luz Filho

Ao discorrermos sobre o tema acima, não poderíamos deixar de fazer uma referência de saudade, emoção e respeito à memória de *Arthur Torres Filho*, a cujos elevados méritos devemos o apoio que sempre nos deu, total e sem vacilações, no combate, que iniciamos em 1926, contra os falsos "bancos populares", que se atribuíam gratuitamente, as características dos Bancos Luzzatti Italiano, de tão bela tradição. E a sua confiança no cooperativismo deu origem à nomeação da Comissão Daciano Pereira, José Saturnino Brito e Adolfo Gredilha, que elaborou a última lei 22.239, de 19 de dezembro de 1932, na colaboração de Indireta, sobretudo no que tange às cooperativas escolares, a qual foi a terceira lei verdadeiramente orgânica surgida na América Latina, e a qual *Domingos Borea*, o grande técnico e economista rural argentino, autor de um dos maiores tratados sobre cooperativismo escritos neste continente, elaboreou de excelente. Hoje a 22.239 está revogada. O ministro Lira Castro prestigiou-a. Além da redação final que deu à lei 22.239, *Adolfo Gredilha* elaborou ótimos estatutos-modelos para cooperativas, três tipos fundamentais, e para sindicatos agrícolas, estatutos desses a que obedecem, até hoje, com variantes, as cooperativas brasileiras de todos os tipos. Com adaptações, incluímo-las nas cinco edições que tiveram as "Instru-

ções para organização de sociedades cooperativas" (tiragem global de 10.000 exemplares), que elaboramos oficialmente, tendo deixado uma sexta edição, ampliada e refundida, que nunca mais saiu, quando nos aposentamos em 1961.

Para coadjuvar a ação oficial foram surgindo aos poucos, no Brasil, entidades particulares inspiradas e mantidas por homens cheios de idealismo sincero. Um deles foi o "Centro Nacional de Estudos Cooperativos" (C.N.E.C.), primeira organização privada, de tipo cultural aparecida no Brasil preposta à difusão da ideia cooperativa, e filiada à *Alliança Cooperativa Internacional*, de Londres. Tribuiu-lhe intensamente durante quinze anos, sob nossa presidência e a ação dinamizadora de seu incansável Secretário Geral, o ilustre publicista *Waldick Moura*. Hoje se encontra ele incorporado à "Alliança Brasileira de Cooperativas", fundada em 1964, nela continuando a tarefa de divulgação através de "Arco Iris", a conceituada revista que o C.N.E.C. com enormes sacrifícios conseguiu manter durante toda a sua existência, sempre num alto nível publicitário, considerada uma das melhores, talvez a melhor, da América Latina. Hoje a publicação está a cargo da capacidade de um técnico do gabarito de *Waldério Bulgarelli*, de vez que a ABCOOP se transferiu para São Paulo, deixando, assim,

Waldick Moura de orientá-la). Como o C.N.E.C., tem a ABCOOP área nacional.

A União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) também mantém uma revista de divulgação e alguns Departamentos de Cooperativismo estão voltando a manter revistas especializadas, etc.

Bruno Pedro Andreucci dirige com proficiência em São Paulo a *Escola Livre de Cooperativismo*. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul é conhecida a ação meritória das respectivas "Escolas de Cooperativismo", com seus cursos anuais, inclusive para o cooperativismo escolar, mantidos pelo prestigioso Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo e pela operosa e capaz equipe do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul. E outros cursos estão surgindo.

Em março de 1964 fundouse em São Paulo o "Instituto Superior de Pesquisas e Estudos Cooperativos". Pelos intelectuais de vitor e competentes técnicos que estão à sua frente, surge como um órgão de prol a suplementar a ação oficial, em tantos casos precária no domínio cultural. Dêle participam, dentre outros, o ilustre professor universitário, *Diva Benedites Pinho*, que já nos brindou com excelentes livros sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Econômico, e *Waldério Bulgarelli*, conhecido por sua valiosa contribuição no estudo da legislação

cooperativa brasileira e estudos de direito comparado. Entre outros, dêle também partilha Carlos Pinho, autor de uma bela tese sobre cooperativas escolares. Vê-se que o panorama se está modificando, felizmente, lentamente mas continuamente.

Guilherme Kling já dizia, em 1830, que o primeiro e o último passos para conduzir o cooperativismo a um bom fim, é combater por todos os meios a ignorância.

Eugênio Gudín, num de seus candentes artigos de crítica econômica, disse bem que a escassez de quadros humanos: engenheiros, operários, professores, enfermeiros, etc., torna impraticável uma "arrancada" (take-off) capaz de safar qualquer nação do subdesenvolvimento. A isso, em "As cooperativas e os problemas da terra" (1966) estudamos, longamente, como já o havíamos feito em "Rumo à Terra", desde a sua primeira edição (hoje em quinta edição), e em outros livros de nossa lavra.

Realmente há, nos países subdesenvolvidos, a imperiosa necessidade da formação desses "quadros humanos", para assegurar de um status de auto-suficiência, ou de take-off.

Diz Felipe Carrera, na grande revista da Universidade da Venezuela (96-97) denominada "Cultura Universitária", que Alfredo Sauvy já acentuou que, se existem muitos países pobres e com aparência de excesso de população, de desemprego e de miséria, é porque seus recursos são mal explorados, sem nenhuma consideração para com a tecnologia moderna, pela não — formação — daqueles "quadros humanos".

Em 1963, diz ainda êle, no Congresso Mundial da Alimentação, realizado em Washington, foi acentuado, com veemência, que o estado atual da ciência agrônômica e da nutrição permite eliminar a fome no mundo. No entanto, a Índia continua com os seus Centros de "Family Planning", que utilizam em grande escala meios anticoncepcionais, etc. Esses órgãos, disso encaerregados, são

Acadêmicos de Agronomia querem oferecer mais bôlsas de estudo

Uma Comissão de acadêmicos da Escola Superior de Agricultura "Luz de Queiroz", de Piracicaba, esteve dia 28 de julho último em visita à Sociedade Paulista de Agronomia a fim de expor à diretoria dessa entidade os planos das campanhas que vêm desenvolvendo, uma em favor de bôlsas de estudos para estudantes daquela escola e outra contra a proliferação indiscriminada de escolas de agronomia no País.

A Comissão integrada pelos acadêmicos Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do Centro Acadêmico "Luz de Queiroz"; Walter Politano, Diretor-Secretário do Fundo Assistencial Banco Agrônomo "Luz de Queiroz"; Alomar Gabriel da Silva, Diretor da revista "Solo", editada pelo CALQ e Luz Carlos Freitas foi recebida pela Diretoria da SPA, durante sua reunião semanal. Nessa oportunidade, os acadêmicos fizeram uma exposição sobre ambos os casos, solicitando o apoio da entidade que os recebia.

Falando sobre o FABALQ o acadêmico Walter Politano referiu-se à finalidade desse departamento do "Centro", que é proporcionar bôlsas de es-

tudos, reembolsáveis, aos acadêmicos necessitados, daquela Escola. Salientou ainda que em 1969, foram distribuídas 37 bôlsas, num total de NCr\$ 13.760,00, mas que muitas outras solicitações estão sem poderem ser atendidas por falta de recursos. Foi, então, solicitada a cooperação da SPA no sentido de que se intensifique a campanha para obtenção do numerário com que o "Fundo" possa atender a maior número de estudantes necessitados, tendo sido sugerida a idéia de que os engenheiros agrônomos doem mensalmente um dia de seu trabalho àquele departamento.

Com referência à criação de novos estabelecimentos de ensino agrícola, pediram que a SPA os apoie para que se consiga uma união de esforços, visando a impedir a criação de escolas sem que sejam feitos previamente estudos de mercado de trabalho e da situação geo-econômica das regiões que pleiteiam tais estabelecimentos.

Ficou acertado que a SPA daria o seu apoio às duas campanhas que estão sendo levadas a efeito pelos estudantes de Piracicaba, sob o patrocínio do CALQ.

uns 15.000. Outros 15.000 distribuem gratuitamente anticoncepcionais, etc. Já houve a esterilização espontânea de uns 2 milhões de homens!

Para que se aquiete do caráter explosivo do problema, basta dizer que a média de filhos por mulher, na Índia, é de 7, não sendo incomuns casos de 14 filhos! A população atual da Índia é de mais de 300 milhões de pessoas, cujo crescimento é vertiginoso!

Em todo esse quadro sombrio, não haverá necessidade de considerar que, para a doutrina cooperativa, a economia não deve continuar a ser dominada pelas duas premissas básicas do vigente sistema econômico: o móvel do lucro e o princípio do laissez-faire? Embora, atualmente, pela pressão explosiva dos fatos, já estejam sendo escolhidas em algumas de suas arestas mais aculeadas... Há esperanças...

A LEI DE SEMENTES E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

O Prof. A. S. Carter, consultor da Universidade Estadual do Mississippi (contratado pela USAID), pronunciou na Sociedade Nacional de Agricultura, a 30 de junho último, uma conferência versando o assunto acima.

O conferencista falou em inglês, sendo a sua palestra traduzida no momento, por uma funcionária da Embaixada dos Estados Unidos.

Posteriormente, enviou-nos SS. um resumo escrito do que foi dito na ocasião, e é este o texto que inserimos a seguir, em tradução do nosso ilustre companheiro Engenheiro-Agrônomo Luiz Guimarães Júnior:

"É, para mim, realmente, um grande prazer, estar hoje aqui para discutir convosco certos assuntos que considero de magna importância para o Brasil.

Uma vez que estaremos a lidar, em parte, com o cumprimento rigoroso da Lei, gostaria de contar-vos uma história e talvez, por esse intermédio, procurar achar se tendes frequentemente a Igreja útilmente.

Certo indivíduo tinha um sério compromisso, bem no centro de uma grande cidade. Ele rodou seu carro, pra-quil, prá-lli, indefinidamente, sem encontrar um local em que pudesse estacionar.

Finalmente, em desespero de causa, parou ilegalmente junto a um hidrante, porém, deixou um bilhete no parabrisa dizendo:

"Tenho um encontro a que não posso faltar. Andei em torno do quarteirão dez vezes sem que encontrasse um lugar para estacionar. Se eu não comparecer a esse encontro perderei muito dinheiro. Perdoem-nos a transgressão". Quando ele voltou, encontrou no mesmo lugar que havia deixado o bilhete, um aviso de multa e o seguinte recado: Sou o encarregado da fiscalização de

estacionamento deste quarteirão durante vinte anos. Se eu não o multar, perderei meu emprego. Livrai-me das tentações."

Especialistas em assuntos de estatística das populações dizem-nos que a população do mundo dobrará, em número, no ano 2.000. Nada existe que se possa fazer no planejamento das famílias ou por outros meios que se consiga evitar que isto aconteça nos próximos trinta anos. Depois disso alguma coisa será feita, talvez.

Essa população adicional, vossos filhos e netos terão que alimentar. Dêsse modo, a agricultura brasileira não será apenas para o Brasil, mas, para a humanidade. Poderá ela, a população adicional, ser alimentada? Deverá ser, até que o crescimento populacional seja diminuído e então continue a ser alimentado.

O Brasil é conhecido no mundo como país de grandes recursos naturais. Assim, se tivermos que enfrentar o problema, devemos mobilizar essas fontes para benefício do povo — de todo o povo. Não necessitamos apenas de alimentos, carecemos de melhor vida na terra. Uma agricultura mais eficiente produzirá maior volume de alimentos e

matérias-primas, facilitando o trabalho do povo nas indústrias.

Uma indústria mais eficiente fabricará e distribuirá maior número de coisas que o povo necessita e deseja. Maior número de objetos e serviços satisfarão às necessidades e carências, o que quer dizer, um melhor padrão de vida. Existirá algum pai ou alguma mãe que não gostaria de deixar seus filhos em melhor situação do que a que eles próprios se encontram? Com melhor padrão de vida do que a deles?

Vamos examinar como isto aconteceu em meu país, os Estados Unidos.

Quando obtivemos nossa independência, cerca de 200 anos passados, 5% da população viviam nas cidades e 95% nas fazendas. Eram precisos 95% da população para alimentarem a si próprios e aos 5% das cidades.

Atualmente muito menos do que 5% trabalham no meio rural para sua subsistência e produzem tanto alimento e tanta matéria-prima, que os excedentes se tornaram um sério problema político, como os senhores sabem.

Mas, não pode haver dúvidas, a Agricultura é a base de tudo isto. E continuará a ser.

A agricultura aperfeiçoada e eficiente requer muitas coisas. Requer maquinária aperfeiçoada para produção, colheita e beneficiamento dos produtos agrícolas. Requer bons fertilizantes. Envolve também a criação de animais selecionados e práticas de alimentação racionais e muita coisa mais.

Boas sementes de variedades selecionadas devem ser colocadas no topo da lista dos insumos que são necessários para uma eficiente agricultura. Uma boa variedade, por exemplo, deve corresponder eficientemente nos efeitos dos fertilizantes, de sorte a que seu crescimento se proceda de tal modo que as máquinas aperfeiçoadas possam fazer a colheita; do contrário, quer as sementes, quer os adubos, serão aplicados em pura perda.

Embora o custo da semente possa representar apenas 1 a 3% dos elementos empregados para a obtenção da safra, é bem possível que seja o mais importante de todos.

Nessas condições, os senhores dirão: Vamos produzir boas sementes. Naturalmente devemos produzir boas sementes em quantidade.

Algumas sementes boas já estão sendo produzidas no Brasil, atualmente. Porém, não suficiente e nem tão boas como seria de desejar, pois nós nunca estamos plenamente satisfeitos e nem devemos estar. Mas, vamos não ficar aqui em matéria de produção, vamos lançar um golpe de vista sobre a distribuição das sementes, por um momento.

Atualmente, ninguém pode vender sementes de qualquer qualidade e fazer falsa propaganda para elas sem perigo de alguma impugnação. Qualquer um pode, se quiser, apresentar sementes certificadas uma vez que não existe ainda, no Brasil, o certificado oficial. Isto, porém, se modificará completamente uma vez que a Lei de Sementes no País, estiver em plena vigência. Vamos dar um ou dois exemplos. Existe um tipo de capim forrageiro no Brasil que possui cerca de 2 milhões de sementes por quilo, e, estou informado que pode ser escolhido em 95% ou mais para obtenção de sementes puras. É comumente vendido no País contendo apenas

1 a 2% de sementes puras. Isto é um fato comprovado por inúmeras experiências de laboratório.

Orá, se eu tivesse de adquirir essas sementes, iria pagar mais no que duas vezes o correspondente a 1% em comparação com as de 2% de sementes puras, por quilo.

Quer isto dizer que eu deixaria de pagar essa diferença se a semente fosse corretamente tabelada, sabendo-se, portanto, o que se estava comprando.

Porém, não esqueçamos que, no momento, não se exige que as sementes sejam tabeladas ou certificadas, e se eu tiver de comprá-las, o farei como um cego: no escuro.

Vamos comparar essas sementes de 3% de pureza com sementes similares com 95% de pureza.

Se eu adquirir um lote, de sementes com 3% de pureza, necessitarei de pagar mais 30 sacos, mais 30 vezes de frete e de manuseio, mais 30 vezes de comissão, encher 30 vezes mais etiquetas, etc.

Sementes ruins são um mau negócio mesmo que venha etiquetadas. O que representam, pois, os objetivos de uma campanha de melhoramento de sementes para o Brasil? Tornar possível nos lavradores brasileiros que desejarem, adquirir sementes de valor comprovado, portadores de etiquetas em que se especificuem suas qualidades. A falsa propaganda e os reclamos enganosos deverão ser eliminados.

Como devemos esperar que isto se realize? O primeiro passo será uma Lei que regule o assunto, aliás, como já possuímos. Os regulamentos e os trâmites administrativos já foram adotados, de maneira a fazer cumprir a Lei.

O Brasil possui muitos e bons laboratórios para verificar as qualidades das sementes. Assim, como vêm, já chegamos na ocasião de dar início à implementação da Lei, e isto é um dos motivos porque aqui me encontro.

Deve-se ter em mente que a obrigação legal que determina o emprêgo da etiqueta se aplica apenas às sementes comerciais. O fazendeiro pode continuar a plantar sua própria semente, se assim o desejar, a menos que esteja convencido

de que as sementes comercializadas sejam melhores.

Sementes comerciais, de acordo com a Lei, são aquelas postas a venda ou vendidas para fins de plantios, por intermédio de agentes de vendas particulares, por agências governamentais do ramo, por cooperativas — ou qualquer pessoa — exceto o lavrador na sua propriedade.

Quando estiver implantada a Lei de Sementes, todos aqueles a ela sujeitos, só poderão vender sementes que forem submetidas a estudos de laboratório e etiquetadas de acordo com suas qualidades.

No momento só ouvimos falar a respeito de quantos sacos de sementes foram distribuídos em certos Estados, durante certos períodos. Desejamos modificar tudo isto, e espero que no futuro ouviremos falar da quantidade de certos tipos de sementes distribuídas de tais ou quais variedades.

A etiqueta tornar-se-á a base da Lei de Sementes. Ela dará ao provável comprador a necessária informação a fim de que ele possa fazer uma inteligente aquisição. Ela indicará a qualidade, a variedade e a porcentagem de pureza (o conteúdo do saco que corresponde a qualidade a variedade inscrita na etiqueta), a porcentagem de germinação, percentagem líquida, etc.

Nessa altura, devemos perguntar a respeito dos efeitos da literatura nas compras.

Suponhamos que o futuro comprador não saiba ler; o que acontece?

Gostaria de dizer-vos algo a respeito do meu respeitável avô, Inglês de nascimento e que veio para os Estados Unidos quando tinha nove anos de idade. Logo após sua família haver se instalado no país, seus pais morreram e ele se tornou um empregado de fazenda. O resultado foi que ele aprendeu a ler e escrever seu nome depois de já haver se casado.

No entanto, meu avô teve grande sucesso como fazendeiro e durante vários anos antes de sua morte ele distribuía para cada um de seus oito filhos vivos, mil dólares pelo Natal, na época em que um dólar era realmente um dólar! Aqueles que não sabem ler podem lidar com dinheiro e geralmente possuem amigos e

parentes que o sabem. Não saber ler — não quer dizer falta de inteligência.

Contudo, a simples presença de uma etiqueta não representa que as sementes sejam de alta qualidade — a etiqueta deve ser lida e compreendida. Entretanto a Lei de Sementes brasileira estabelece certas qualidades-padrão abaixo das quais as sementes não podem ser negociadas.

É convém lembrar que a Lei proíbe qualificações mentirosas e falsa propaganda. Isto implica em que a Lei deve ser cumprida.

Os fiscais dessa legislação nem sempre são pessoas das mais populares da região. Seja-me permitido citar uma jovem que regressou a casa em visita, após passar algum tempo fora. Ela começa a passar pela redondeza, até que se encontrou às margens do Reservatório, nos confins da cidade. O dia estava muito quente. Viu-se ela tentada a dar uns bons mergulhos, e, após dar um golpe de vista em torno do local, e observando que ninguém a espreitava, ela caminhou até junto de uns arbustos, escondendo-se, retirou as roupas e já lá se lançou no lago quando um policial surgiu de trás de uma moita e disse-lhe: "Lamento muito minha Senhora, mas é proibido nadar no Reservatório da cidade."

"Porque o Sr. não me disse isto antes de eu tirar a roupa."

"Por que não ná lei nenhuma que proíba tirar a roupa, respondeu-lhe."

Estou informado de que é muito fácil conseguir-se a aprovação de uma lei no Brasil. Porém, leis e regulamentos são apenas pedaços de papel até que sejam postos em execução. Os inspetores são designados para verificar oficialmente as amostras de todas as sementes que estão sujeitas à determinações da lei. As sementes serão submetidas a exames, descritas e o resultado publicado. Quando se executu um trabalho eficiente de fiscalização, a etiqueta deixa de ser pedaço de papel para se transformar em verdadeira descrição das sementes.

A Lei de Sementes é uma lei do Código Criminal. Ela prescreve penalidades para aqueles que a violarem. Significará

isto, pois, que devemos multar o povo e botá-lo na cadeia imediatamente? Não. Torna-se necessário antes fazer-se um trabalho de educação neste sentido.

Porque: se o povo acredita na necessidade de uma lei; se sabe que sua aplicação atinge a todos igualmente; se sabe exatamente como cumpri-la, pode-se dizer que já se conseguiu uma grande colaboração voluntária. Isto é fato comprovado.

Eu próprio já dei inleto ao cumprimento de três novas leis e posso garantir a eficácia deste método.

Queremos o Inspetor para educar e informar; para dizer ao povo, com o qual tenha contato, que existe uma lei, como para cumpri-la com exatidão; como procurar um serviço de amostragem para obter informações sobre a etiqueta, e como enviá-la com exatidão, como interpretar os resultados de um exame de laboratório, como registrar a informação na etiqueta, onde conseguir etiquetas em branco, e como re-etiquetar as sementes quando expirar o prazo do exame de germinação.

Se se fizer um bom trabalho educativo como ficou dito, teremos como resultado uma grande colaboração voluntária e se assim procedermos na amostragem, no relatório dos exames de laboratório, nós podemos destacar e identificar aqueles 1 e 2 % daqueles vendedores que não querem cumprir a lei. Há sempre alguns poucos indivíduos que têm de aprender a duras penas.

Recomenda-se que as penalidades máximas somente sejam aplicadas em casos de flagrante repetição de violação, grave negligência ou fraude; nesses casos a penalidade é necessária e deve ser aplicada com firmeza.

Isto tudo quer dizer, naturalmente, que a chave de todo o esquema é o Inspetor.

Ele deve ser:

- 1 — Cidadão de absoluta integridade.
- 2 — Servidor público dedicado.
- 3 — Bem pago e bem tratado.
- 4 — Que saiba educar e informar com a necessária paciência.

5 — Capaz de estimular seu próprio entusiasmo mesmo quando afastado de sua sede.

6 — Uma pessoa amiga e atenciosa.

7 — De firme personalidade — tão firme quanto necessário para o exato cumprimento do dever.

Não pode ser arrogante e se apresentar exagerando sua própria importância.

Poder-se-á encontrar esse homem? Ele deve ser procurado, contratado, treinado, suprido do material necessário, assim como de meios de locomoção. Sem meios de locomoção ele nunca poderá cumprir sua tarefa de acordo com as necessidades do povo brasileiro.

Tenho despendido muitos anos — 31, de fato — administrando leis agrícolas. Surgiram-me esses cabelos brancos (e podeis acrescentar com propriedade que perdi um bocado deles), nesse mister.

Em verdade, posso dizer-vos hoje que esse programa funcionará plenamente se se aproximar do que vimos delineando.

Isto funcionará com grande êxito porque ao mesmo tempo que falamos a respeito de sementes estamos em contato com o povo, e o povo é mais ou menos o mesmo em toda parte. Alguns dizem que os brasileiros são diferentes. Podem ser diferentes mas no fim tudo é igual. E a implementação da lei há de realizar-se a se realizará.

Vamos fazer uma revisão do que foi dito.

Primeiramente o vendedor prepara amostras de seu lote ou seus lotes de sementes e envia-as para exames.

Com isto ele eliminará os lotes impróprios. Providenciará a aquisição de etiquetas que preencherá, fazendo a descrição das sementes e as colocará nos sacos.

O Inspetor retirará amostras de todos os lotes de sementes que encontrar e as envia no Laboratório da Estado. As amostras podem alcançar ou não o padrão mínimo estabelecido. Nesse caso ou ela será aprovada normalmente ou será desclassificada de acordo com a inspeção. A venda de sementes abaixo do padrão ou de sementes sem etiquetas ou

de etiquetas que não correspondam com a realidade, será cessada e a violação será corrigida com nova etiqueta se for o caso, permitindo-se que sejam aproveitadas na alimentação em geral ou em caso de haver perigo de envenenamento, devem ser queimadas ou enterradas.

Os resultados dos exames de laboratório das sementes certificadas deverão ser publicados e cada produtor de sementes que se destacar no cumprimento da legislação será aponhada na imprensa para que todos tenham conhecimento.

O que vimos expondo, portanto, diz respeito especialmente à implementação da lei pelas Secretarias com relação às sementes oferecidas a venda dentro do Estado. Todavia, há dois outros aspectos da Lei brasileira de sementes, que devem ser mencionados. O Ministério da Agricultura é a responsável pela inspeção de todas as sementes importadas de outros países.

Algumas exigências já foram estabelecidas para que as sementes possam ser importadas.

O Ministério é também responsável pelo comércio de sementes entre os próprios Estados. Isto se torna necessário uma vez que a legislação de um Estado não vigora no outro. Se o inspetor estadual encontrar sementes falsificadas que vierem de outro Estado, ele deve comunicar ao representante do Ministério da Agricultura informando o número de sacos, via de transporte, exames realizados, etc., o qual notificará ou multará o exportador das sementes que violam a lei.

A implementação da Lei de Sementes faz parte de um programa global de melhoramento, mas não é tudo.

Os fazendeiros precisam ser educados para melhorar seus conhecimentos. Como as máquinas de colher substituem velhos métodos, podem, daí, resultar sérios prejuízos, sendo, no caso, necessária melhor educação e maior vigilância. A demanda de boas sementes cada vez cresce mais, sendo, pois, conveniente melhorar os processos de produção. As condições atmosféricas na maior parte do Brasil, em que se encontram altas temperaturas ao lado de altos graus de umida-

de, tornam indispensáveis que a maior parte das sementes sejam artificialmente ressecadas e o aumento da capacidade de ressecamento se constitui em pesada tarefa.

Por outro lado, os compradores de sementes também precisam ser educados para melhor compreenderem sua missão, — outra grande tarefa. Torra-se necessária a cooperação de todas as agências para a colimação deste trabalho educativo.

Devemos produzir boas sementes, beneficiá-las, submetê-las a provas de laboratório, etiquetá-las e então colocá-las a venda.

Repito: A VENDA.

Nos Estados Unidos têm-se realizado inúmeros levantamentos no sentido de se determinar se os fazendeiros em geral, adquirem o que realmente eles precisam, em matéria de sementes. Porque o fazendeiro adquire certo tipo de fertilizante, certo tipo de sementes, certos herbicidas e certos tipos de rações para animais. É interessante notar que os resultados estatísticos são todos similares, independente da mercadoria em jogo.

Como era de esperar, alguns fazendeiros dizem que obtiveram suas informações do Serviço de Extensão, outros das revistas especializadas, outros dos boletins das Estações Experimentais e outros ainda, de vizinhos progressistas. IORÊM quase todos os levantamentos revelaram que 80 a 90% das informações obtidas eram oriundas de anúncios dos vendedores.

Estais surpreendidos?

Não deves estar, porque é a pura verdade e se derdes um pouco de atenção a história, verificareis que é a verdade.

Eu trabalhei no Serviço de Extensão Agrícola há muitos anos, na época em que se publicou um levantamento estatístico mostrando que os fazendeiros obtêm cerca de 80% de suas informações dos próprios vendedores.

Era duro de se acreditar mas, não se podia fugir à realidade dos fatos.

Se a coisa é assim, precisamos educar os vendedores que vivem contando a mesma história e dando as mesmas informações fornecidas pelas Universidades, pelo Serviço de Extensão, etc.

Nos Estados Unidos, nenhuma agência governamental produz ou distribui sementes para fins comerciais. Milhares de firmas particulares realizam esse trabalho. O agrônomo brasileiro Dr. Carlos Repsold, visitou os Estados Unidos o ano passado, e ele poderá informar a respeito dos serviços prestados pela indústria privada de sementes. O Dr. Repsold poderá ainda informar que tais firmas estão sujeitas à legislação federal e estadual sobre sementes e que tais leis representam uma proteção contra a competição negligente, irresponsável e desonesta.

Essas firmas particulares não são subsidiadas por nenhuma taxa especial. Ao invés disto, todas elas pagam 48% de seus lucros líquidos ao Governo Federal, além de outras taxas pesadas impostas pelo Governo Estadual e pelo Governo Municipal.

Além disso, os acionistas dessas empresas voltam a pagar novas taxas sobre os dividendos recebidos (após 200 dólares de dedução sobre todos os dividendos recebidos).

Na minha opinião, este sistema de absoluta liberdade de competição de empresas realiza estupendo trabalho de produção, beneficiamento, educação, financiamento, armazenamento e venda.

Além disso, convém saber que, pelo menos a metade dos fundos aplicados na pesquisa de sementes nos Estados Unidos, provém da própria indústria das sementes.

Para que haja sucesso na industrialização das sementes, cada membro da empresa deve durar ênfase à qualidade das mesmas.

Ele não pode competir somente na base de preços.

Faz parte da política do Ministério da Agricultura do Brasil incentivar o desenvolvimento da indústria privada de sementes e procurar retirar de suas dependências a faculdade de produzir e distribuir sementes, logo que a indústria particular possa encarregar-se deste mister. Ótimo.

Um programa completo de desenvolvimento de preparação de sementes deve incluir a semente certificada. Há muita

confusão sobre este ponto no Brasil.

Num sentido universal, semente certificada significa um programa que se destina a aumentar a produção de sementes de novas e eletas variedades, de sorte a manter-se sua pureza e identidade durante o processo de multiplicação.

A produção de semente certificada deve ser voluntária e não compulsória. Deve ser administrada por agência completamente independente, e de natureza técnica. Deve ser autossuficiente financeiramente após sua instalação, porém pode requerer algum suporte financeiro antes de começar a produzir.

Os Governos não têm condições de desenvolver a produção de semente certificada; nem o Governo norte-americano nem o do Brasil, ou outro qualquer.

A lei brasileira de sementes prevê oficialmente a semente certificada no tempo oportuno. Nesse meio tempo vamos concentrar nossas energias na implantação da lei de sementes, conforme o que vimos explanando aqui em linhas gerais. Isto não é tarefa fácil. Existem milhares de pormenores técnicos na solução do problema. Não é fácil, mas, também não é impossível.

Lembre-se que temos a lei, temos laboratórios de sementes, e alguns deles excelentes. Agora precisamos de dedocar as palavras do papel, as quais representam as leis e regulamentos para a vida ativa da implementação e observância.

Carecemos de entusiasmo no Ministério, nas Secretarias de Agricultura dos Estados e por todo o Estado Maior desses organismos. E precisamos também do apoio entusiástico de instituições como a Sociedade Nacional de Agricultura. A ela peço o apoio e o auxílio em favor não só de seus próprios membros, como de toda a população do Brasil.

Ao terminar esta exposição foi-me formulada uma pergunta que traz importantes implicações. A pergunta foi a seguinte: "Uma vez que a lei de sementes trata de pureza, germinação e outros assuntos afins, e sabendo-se que variedades superiores são de tal importância, não lhe parece que a lei de sementes está incompleta?"

A resposta deve constar de duas partes. Primeiramente deve chamar a atenção para o fato de que a percentagem da qualidade ou tipo e da variedade em causa. Além do mais, está preconizado que, ao lado de cada laboratório de sementes deve existir uma área de terra na qual se verifica a exa-

tidão das qualidades das variedades.

Em certos casos a variedade pode ser conhecida pelo simples exame das sementes. Quando é esse o caso torna-se muito fácil e deve ser feito pelos funcionários incumbidos da amostragem. As vezes a variedade pode ser identificada pelo seu modo de agir perante a infecção de doenças, sabido que se trata de variedade resistente a doença. Em outros casos os técnicos em sementes precisam de cultivar a variedade para determiná-la. Com essas medidas rigorosas, o comprador terá a necessária proteção na aquisição de suas sementes.

A segunda parte da resposta será naturalmente, que a certificação das sementes é orientada inteiramente no sentido de assegurar a verdadeira identidade da variedade quando se trata de sementes vendidas como sementes registradas ou certificadas. Dê-se modo, quando estiver em andamento no Brasil um programa genuíno de certificação de sementes, os compradores dê-se tipo de sementes estarão protegidos pelo *pedigree*, pela inspeção no campo, nos depósitos e na venda das sacas. Em outras palavras, eles terão a vantagem de serem protegidos por todos os métodos de fiscalização capazes de assegurar-lhes a identidade das variedades.

VII EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

De 16 a 22 de março deste ano será realizada na sede do próspero Município, de colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a Federação de Agricultura e a Prefeitura local, a VII Exposição Regional de Animais.

O certame se desenvolverá durante uma semana, destacando-se no programa os "Rodeios" (4), que serão sem dúvida interessantes atrações do certame.

Gentilmente convidada, esta Revista estará presente.

VALORIZAÇÃO DO AGRÔNOMO

Abordando aspectos relacionados com a valorização e conscientização profissional, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell, vice-presidente da Sociedade Paulista de Agronomia, apresentou, como candidato à presidência da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, um programa que, eleito pela maioria, o levou àquele cargo, na recente eleição da FAEAB, realizada em Porto Alegre, durante o VI Congresso Brasileiro de Agronomia e I Encontro Latino-Americano de Engenheiros Agrônomos.

Antecedendo o programa, o engenheiro-agrônomo Rubens Tellechea Clausell fez interessante recapitulação da profissão agrônômica, historicando os cursos de agronomia em nosso País. Referiu-se, depois, à nova etapa que agora se inicia com a definição das atribuições do engenheiro-agrônomo pela Resolução n.º 184, do CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Ainda, antes de apresentar seu programa, o presidente eleito da FAEAB, referiu-se à "Década da Agricultura", como está sendo mundialmente denominado o período 1970/80. Será fácil verificar-se o quanto falta a ser realizado, não só nos aspectos profissionais do engenheiro-agrônomo, como no desenvolvimento de nossa agricultura. A implantação de uma tecnologia agrícola que incute maior densidade econômica à produção rural e o estabelecimento de uma estratégia regional do desenvolvimento agrícola.

Quanto ao programa que procurará desenvolver à frente da entidade, afirmou que a primeira tarefa da diretoria da FAEAB deverá ser, daqui por diante, a ampliação do mercado de trabalho para o engenheiro-agrônomo, sem prejuízo da profissão afim, de médico veterinário. A reforma agrária que vem sendo iniciada permitirá o aproveitamento de milhares de agrônomos, o que vai ampliar o seu mercado de trabalho.

Sobre a conscientização do engenheiro-agrônomo em seu

papel de técnico em sua especialidade e, como profissional, que tem deveres para com seus colegas e para com a coletividade, o engenheiro-agrônomo Tellechea desenvolveu suas idéias, entre as quais deu ênfase à de reivindicar-se a ocupação efetiva de todos os cargos onde se faça necessária a presença do técnico em agricultura.

Afirmando que dentro de cada associação deve-se procurar o aprimoramento profissional do engenheiro-agrônomo, preconizou a criação de centro de debates agrônômicos em cada entidade, além de outras medidas, entre as quais figura a da criação de delegacias profissionais nos principais núcleos agrônômicos.

O programa do novo presidente da FAEAB pode ser assim resumido:

1 — Participação efetiva nos grandes problemas nacionais;

2 — Reivindicação de cargos e funções privativas;

3 — Conscientização profissional;

4 — Ampliação do mercado profissional;

5 — Desenvolvimento das Associações;

6 — Criação de uma Câmara Agrônômica em cada CREA;

7 — Núcleos ou delegacias em todo o interior;

8 — Melhores salários profissionais e observância da tabela de honorários;

9 — Adaptação dos currículos das escolas de agronomia às condições do mercado de trabalho;

10 — Organização financeira da FAEAB.

BND É AGENTE DO BIRD

O Banco Mundial (BIRD) concedeu 70 milhões de dólares de empréstimos ao Banco do Nordeste do Brasil e ao mesmo tempo, credenciou essa instituição oficial de crédito como seu mais novo agente financeiro no Brasil para empréstimos à Indústria e à agricultura.

TREINAMENTO DE COLONOS

Vinte e cinco colonos estão sendo treinados em Petrolina para receberem 500 hectares de terra preparada no lado pernambucano do rio São Francisco, dentro do "Projeto Bebedouro". Os ensinamentos que recebem dizem respeito ao manejo de canais de irrigação e cuidado com solos, além de trato com culturas totalmente desconhecidas deles.

MARACUJA PARA A EUROPA

O suco de maracujá produzido em alta escala pela Cooperativa Agrícola de Pindorama, em Alagoas, vai exportar para a Alemanha, onde será a base para industrialização de produtos destinados ao mercado europeu. O produto de Pindorama foi selecionado entre vários outros similares oriundos da Ásia, da África e América.

FINANCIAMENTO PARA AÇÚCAR E ALCOOL

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo abriu um crédito de .. NCr\$ 1.250 mil, com recursos do IBC-GERCA, à Usina Palmeiras, de Itapemirim, para aplicação no aumento do índice de produção de açúcar.

Notícias e Informações

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

O Ministério do Interior vai executar projetos de irrigação acompanhados de ação integrada para o aproveitamento das terras, devendo ser mobilizados cerca de 150 milhões de cruzelos novos.

PARAIBA

O jumento é agora uma nova fonte de riqueza para a Paraíba. Mais 822 animais selecionados, foram vendidos a uma empresa mineira, que prepara a carne de jumento para ser exportada — em forma de xarque — para a Argélia, Itália e Japão.

CRISE NA EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR

O ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, afirmou que o Brasil não dispõe atualmente de produção exportável de açúcar e que todo o produto do Estado do Rio destina-se ao consumo externo.

EMPRÉSTIMO DO BID PARA O BRASIL

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, anunciou ao presidente Garrastazu Médici que a diretoria daquele es-

tabelecimento aprovou a concessão de novo empréstimo ao Brasil, no valor de 30 milhões 800 mil dólares, por conta do "Fundo para Operações Especiais". A importância será aplicada no programa de eletrificação rural em nove Estados da Federação.

MISSÃO DA FAO E BIRD AJUDA SUDAM

Novos planos de ajuda à SUDAM vão ser postos em execução, tendo chegado a Belém, com tal objetivo uma equipe de técnicos da FAO e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

A Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco (COMAPE) já está mandando para o Interior (Mills de Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina), os 50 tratores recentemente adquiridos acompanhados de completo conjunto de implementos e as seis motoniveladoras para que entrem em funcionamento de imediato, aproveitando o verão. Os tratores destinam-se a ajudar os agricultores a preparar as suas terras com o que há de mais moderno em tecnologia agrícola disponível no Brasil.

CACAU

Os produtos híbridos de cacau, dos quais depende hoje a renovação da lavoura cacauceira do País, estão sendo largamente produzidos pelo Centro de Pesquisa do Cacau da CEPLAC, na Bahia, através do cruzamento de seleções locais (clones) e seleções importadas do México, Costa Rica, Trindade, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela.

BRASIL VOLTA A PRODUZIR SORO CONTRA A AFTOSA

O soro contra a febre aftosa volta a ser produzido breve no Brasil numa unidade que está sendo instalada no posto de Mateus Leme do Ministério da Agricultura. Os laboratórios deixaram de produzir o medicamento depois que as autoridades ministeriais regulamentaram a fabricação, através de uma portaria considerada muito exigente.

PROJETOS RECEBERAM NCR\$ 796 MILHÕES DA SUDENE

O Departamento de Industrialização da SUDENE durante o último mês de agosto liberou mais de 44 milhões de cruzelos novos destinados ao financiamento de projetos agropecuários.

e industriais, os quais somados aos recursos liberados de 1963 até hoje totalizam investimentos superior a ... NCr\$ 796 milhões.

MELHORA DO PLANTEL PECUÁRIO PARANAENSE

Com uma média mensal superior a 100 inseminações artificiais em bovinos, o Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura vem intensificando assim o programa avançado de melhoria qualitativa do plantel pecuário paranaense.

AGRICULTURA BAIANA TERÁ AJUDA ALEMÃ

O Governo da Alemanha Ocidental participará do programa de desenvolvimento da colonização do Estado da Bahia contribuindo com pessoal técnico e material próprio para aumentar a produção das unidades agrícolas do setor.

EXPORTAÇÕES DE CARNE E PESCADO RENDEM DIVISAS AO BRASIL

As exportações de carne, pescado e seus derivados proporcionalmente ao Brasil uma receita de US\$ 53 milhões em 1968 e neste ano, apenas no primeiro quadrimestre, já produziram ... US\$ 13 milhões.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

O índice do custo de vida no mês de agosto, segundo dados divulgados em setembro pela Fundação Getúlio Vargas, apresentou um aumento de 1,6%, perfazendo uma alta acumulada no período de janeiro a agosto de 14,7%, em comparação com os 17,5% em igual período no ano passado.

MAQUINA PARA TRATAMENTO DE SEMENTES

A primeira máquina para tratamento de sementes selecionadas, no Nordeste, foi adquirida pela Secretaria de Agricultura visando moder-

nizar os métodos adotados até agora pela Divisão de Defesa Sanitária do Departamento de Produção Vegetal.

BRASIL IMPORTA GADO SUECO

Está chegando ao Brasil um novo lote de gado suco branco e preto, e de gado vermelho sueco, que, na Fazenda Baronesa, do Grupo Axel Johnson, perto de São Paulo, irá contribuir para o apuramento de novas linhagens, já completamente adaptadas ao clima brasileiro, elevando a produção de leite e de carnes no País.

ÍNDIOS NA PRODUÇÃO DE TRIGO

Centenas de índios foram mobilizados para o "Projeto Trigo", no Paraná. Em área de 553 hectares, com uma produção estimada de 10.300 sacos, o trabalho executado já tem prazo para indicar quais os primeiros resultados alcançados: em novembro a FUNAI verá que os 138 mil cruzelros novos despendidos darão um lucro de 102 mil.

PLANTAS TÓXICAS MATAM GADO BAIANO

Com o objetivo de descobrir quais as plantas tóxicas que vêm matando cerca de 5% do total do rebanho bovino na Bahia, o Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE firmou convênio com o Instituto Biológico daquele Estado, ficando este encarregado das pesquisas — com financiamento do órgão de desenvolvimento regional.

UNIÃO DE COOPERATIVAS

As duas maiores entidades cooperativistas do Brasil — a UNASCO e a ABCOOP — que até agora trabalhavam isoladamente, decidiram fundir-se numa única organização, em plano nacional, para definir, orientar e defender o cooperativismo em todo o País.

FINANCIAMENTO FRANCÊS

O Banco francês Credit Lyonnais ofereceu ao Consultor Técnico da Presidência do Banco do Brasil, uma linha de crédito no valor de 30 milhões de francos franceses para financiamento, mediante repasse, de máquinas e equipamentos franceses aos importadores brasileiros.

ICM DO CAFÉ

O Banco francês Crédit de São Paulo, anunciou que destinará ao plano de reorganização da cafeicultura paulista a receita decorrente da arrecadação do ICM sobre o café estimada em 70 milhões de cruzelros novos.

COLHEITA DE TRIGO

A previsão para a colheita de trigo, este ano, é de um milhão e cem mil toneladas, ou seja 900 por cento a mais da produção verificada em 1963, o que representa um dos maiores sucessos do Governo no setor da Agricultura, pois aliviará, sensivelmente, as importações brasileiras do trigo.

OVINOS DO SUL PARA O ORIENTE MÉDIO

O banco argentino "Petro" está transportando para o Oriente Médio 18.000 ovinos em pé, embarcados no porto do Rio Grande. O gado ovino, criado nas fazendas gaúchas, está sendo exportado graças à iniciativa de criadores e exportadores rio-grandenses, devendo ser a primeira de uma série de transações a serem efetivadas entre o nosso Estado e os países do Oriente Médio.

QUADRIVACINA PARA BOVINOS

O Instituto Biológico da Bahia, através de seus técnicos desenvolveu uma nova quadrivacina que poderá imunizar os rebanhos contra a brucelose, carbúnculo sin-

tomático, carbúnculo hemático e gangrena gasosa, com a aplicação de uma só dose.

INDA DISTRIBUI VERBAS A SEIS ESTADOS

Verbas num montante de mais de oitocentos mil cruzelos novos foram liberados pelo presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola.

Os recursos são destinados à prestação de ajuda ao meio rural de seis Estados da Federação: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Piauí e Rio de Janeiro.

AMEAÇADOS 49 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Quarenta e nove planos de desenvolvimento em 15 nações da América Latina enfrentam um futuro incerto com a redução dos recursos para a ajuda externa no Congresso dos Estados Unidos.

A Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara diminuiu em 145,2 milhões de dólares o total de 482,5 milhões de dólares solicitado pela OEA à administração do Presidente Nixon. A soma aprovada, 337,5 milhões de dólares, representa uma queda de 31,1% sobre o pedido. Isso afetará todos os países da América Latina, com exceção do México, Haiti e Argentina.

AÇÚCAR

O Instituto do Açúcar e do Alcool está promovendo a vinda de "experts" internacionais em açúcar para que conheçam os problemas da cultura açucareira nacional.

CRISE DE ESTOQUES DE FUMO

Os produtos de fumo da Zona da Mata, em Minas Gerais, estão diante de uma das piores crises, principalmente os dos municípios de Rio Pomba, Ubá, Piratuba, Tocantins e Guarani, onde por falta de comercializa-

ção ficaram em poder dos produtores 210.000 quilos de fumo em corda e 90.000 quilos em mãos dos comerciantes, quantidade correspondente às duas últimas safras que ao preço de NCr\$ 1,50 por quilo, representa a quantia de NCr\$ 450 mil que se encontra imobilizado na região.

PRODUÇÃO DE TRIGO

A produção recorde de trigo que o Brasil alcançou este ano — 1 milhão de toneladas — poderá elevar-se nos próximos 3 anos, tornando o Brasil, auto-suficiente no que diz respeito ao produto.

COLHEITA DE ALGODÃO

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estimou a produção de algodão brasileira para a presente safra em cerca de 3,3 milhões de fardos — a mesma do ano passado, e sublinhou que a seca verificada no Sul do Brasil prejudicou sensivelmente a plantação enquanto as fortes chuvas posteriormente, atrasaram a preparação da terra.

CINQUENTA NOVOS TRATORES PARA O ESTADO DO RIO

Chegarão a Niterói, procedentes da Iugoslávia, os cinquenta tratores adquiridos pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, de acordo com o Plano Estadual de Mecaulização Agrícola iniciado há dois anos pelo governo fluminense.

VERBAS PARA A PESQUISA DO CACAU

O Governo Federal aplicará em 1970, através da CEPLAC, NCr\$ 710 mil (710 milhões de cruzelos antigos) do Fundo do Cacau em projetos de pesquisas e experimentação sobre cacau e diversificação agropecuária das regiões cacauíferas (Bahia e Espírito Santo) nas estações experimentais do Mi-

nistério da Agricultura e em outras áreas localizadas nas regiões produtoras, além do Centro de Pesquisas de Cacau.

IBRA DÁ MAIS TERRAS NO PARANÁ

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em colaboração com o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, vai promover, em janeiro próximo, a distribuição de mais cinco mil títulos de propriedade rural entre os trabalhadores do campo, na faixa da fronteira daquele Estado, onde mais de 1.200 contratos já foram registrados.

CONTAINERS PARA SEMEN

O Conselho Diretor do INDA aprovou Termo de Ajuste a ser firmado com o Ministério da Agricultura através do qual serão fornecidos containers (botijões) adequados para conservação de sêmen congelado e entrega de 95 unidades, num valor total de NCr\$ 420.014,84, destinadas à revenda pela Equipe Técnica da Fitopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial — ETEFRIA, órgão do Ministério da Agricultura.

RECURSOS PARA ELETRIFICAÇÃO RURAL EM PERNAMBUCO

Convênio sobre eletrificação rural entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e a Companhia de Eletrificação de Pernambuco — CEI/PE — foi aprovado pela autarquia federal, tendo em vista a execução de obras de eletrificação rural no Município pernambucano de Surubim.

O convênio a ser firmado entre os dois órgãos prevê a concessão por parte do INDA de financiamento no valor de NCr\$ 950.333,56, sendo esta oportunidade mais um passo no importante plano de eletrificação rural elaborado pelo INDA para todo o País e que vem se cumprindo gradativamente, conforme as necessidades e possibilidades.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de Setembro/Octubre de 1969.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas mensais de comercialização de açúcar para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, de acordo com o Plano de Defesa da Safra de 1969/70 (MIC-IAA — Ato n.º 37, de 5-9-69 — DO-II de 17-9-69, p. 2.418).

AÇÚCAR — Cotas de Comercialização — Paraíba — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou as cotas de açúcar cristal a serem comercializadas, durante o mês de agosto de 1969, pelas usinas situadas no Estado da Paraíba. Para efeitos fiscais, essa autorização é considerada antecipação de uma parcela do contingente de açúcar cristal a ser comercializado na safra de 1969/70. (MIC-IAA — Ato n.º 27, de 6-8-69 — DO-II de 20-8-69, p. 2.190).

AÇÚCAR — Excedentes — Comunicação

O Presidente do I.A.A. determinou que as usinas situadas nos Estados da Região Centro Sul cuja produção estiver próxima do volume das respectivas cotas oficiais e ainda disponham de matéria-prima para a continuação da moagem, deverão fazer a necessária comunicação no respectivo Delegado Regional do I.A.A. nas seguintes jurisdições:

DELEGADO REGIONAL EM BELO HORIZONTE — Usinas do Estado de Minas Gerais;

DELEGADO REGIONAL EM CAMPOB — Usinas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

DELEGADO REGIONAL EM SAO PAULO — Usinas dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso;

DELEGADO REGIONAL EM CURITIBA — Usinas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Recebida a comunicação, o Delegado Regional do I.A.A. dentro do prazo máximo de 24 horas, autorizará a usina a continuar a

moagem das canas, após atingido o volume da cota oficial de produção de açúcar, para o efeito do total aproveitamento de suas disponibilidades de matéria-prima.

Deferida a autorização solicitada pela usina, o Delegado Regional do I.A.A. remeterá, imediatamente, cópia do respectivo expediente à Inspeção Fiscal Regional, em cuja jurisdição esteja localizada a usina, para as medidas complementares.

Os excedentes individuais, autorizados pelo Delegado Regional do I.A.A., serão fabricados por conta dos saídos das autorizações de produção de açúcar não utilizados no Estado durante a safra de 1969/70, ficando incorporados às disponibilidades destinadas ao suprimento dos centros de consumo de cada Área, sujeitas, porém, no regime de comercialização estabelecido por atos da Presidência do I.A.A., segundo o disposto no art. 21, da Resolução n.º 2.025, de 1969 — ver HIA/69, p. 311 (MIC-IAA — Ato n.º 33, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.302).

AÇÚCAR — Mel Residual — Preços

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou as novas tabelas com especificações e preços do mel residual das usinas, que o I.A.A. poderá adquirir para processar em suas destilarias centrais. Também fixou os volumes mínimos de melão par fins de industrialização (MIC-IAA — Resolução n.º 2.030, de 13-8-69 — DO-II de 28-8-69, p.2.245).

AÇÚCAR — Plano de Defesa da Produção de Alcool — Safra de 1969/70

O Conselho Deliberativo do I.A.A. aprovou o Plano de Defesa da Produção de Alcool na safra de 1969/70, que prevê a repartição entre as destilarias e fixa para o produtor os preços por litro de Alcool anidro que lhe for entregue para fins carburantes (MIC-IAA — Resolução n.º 2.032, de 22-8-69, DO-II de 12-9-69, p. 2.392).

AÇÚCAR — Produção de Demerara — Safra de 1969/70

O Presidente do I.A.A. fixou os esquemas de produção de açúcar demerara para as usinas de Alagoas e Pernambuco, no total de 12,5 milhões de sacos de 60 quilos brutos. Os contingentes deferidos correspondem ao Plano de

Safra de 1969/70 (MIC-IAA — Ato n.º 35, de 22-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial

O Presidente do I.A.A. autorizou as Inspeções Técnicas Regionais a acompanhar, durante a safra em curso, o comportamento do rendimento industrial nas usinas do País. O objetivo é a identificação das causas de eventuais reduções, quando ocorrer (MIC-IAA — Ato n.º 30, de 20-8-69, DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — Levantamento

O I.A.A. atribuiu às Inspeções Fiscais Regionais das Áreas de localização das respectivas usinas, a incumbência de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio dos Estados das Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, verificando durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra de 1969/70, considerados, para esse efeito, os períodos de safra decorridos entre 16/6 e 15/9, na Região Centro-Sul, e 1/9 e 30/11, na Região Norte-Nordeste.

Essas disposições não se aplicam às usinas do Estado de São Paulo (MIC-IAA — Ato n.º 39, de 17-9-69 — DO-II — de 6-10-69, p. 2.633).

AÇÚCAR — Rendimento Industrial — São Paulo

O Presidente do I.A.A. incumbiu a Inspeção Técnica Regional do Estado de São Paulo de proceder ao levantamento do rendimento industrial médio das usinas paulistas durante os primeiros 90 dias, contados do início da safra 1969/70, na Região Centro-Sul. Para isso, será considerado o período de safra decorrido entre 16 de junho e 15 de setembro de 1969 (MIC-IAA — Ato n.º 31, de 21-8-69 — DO-II de 5-9-69, p. 2.301).

AÇÚCAR — Usinas Fluminenses — Suprimento à Guanabara

O Presidente do I.A.A. autorizou as usinas fluminenses "não cooperadas" e a Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool a entregarem às refinarias autônomas da Guanabara as cotas de suprimento a cargo das usinas

legislação agrícola

Davilatas, correspondentes ao mês de setembro de 1969.

Para efeitos fiscais, as quotas atribuídas às usinas do Estado do Rio são consideradas antecipações de saída, por conta das quotas de comercialização dos meses seguintes (MIC-IAA — ATO n.º 34, de 22-8-69 — DO — II, de 5-9-69, p. 2.303).

ACÚCAR — Venda do Melão

O Presidente do I.A.A. baixou normas para a tramitação das Propostas das usinas interessadas na venda de melão ao I.A.A. As Propostas deverão ser encaminhadas diretamente às destilarias centrais. As quotas compete a aquisição de matéria-prima destinada à normalidade de seu funcionamento (MIC-IAA — Ato n.º 34, de 22-8-69 — DO-II de 5-9-69, página 2.302).

AGRICULTURA — Emprego da Aviação

Fixadas as normas gerais, a serem seguidas pelo Ministério da Agricultura, para implantação da aviação agrícola no País, cujas atividades principais compreendem o emprego de defensivos e fertilizantes, sementeira, povoamento de águas e combate a incêndios em campos ou florestas. As empresas que se dedicaram a esse setor terão direito à assistência creditícia dos bancos oficiais e orientação técnica e econômica. Por parte do Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 017, de 7-10-69 — DO de 8-10-69, página n.º 8.489).

ARROZ — Taxa de Irrigação — Camaquã

O Ministro do Interior determinou que, durante a safra de arroz do período 1969-70, na região de Camaquã, no Rio Grande do Sul, o beneficiário dos serviços de irrigação pagará..... NC\$ 70,37 por hectare de terra irrigada. O fornecimento de água será efetuado mediante convênio entre o DNOCS e os agricultores interessados no serviço de irrigação (MI-CII — Portaria n.º 296, de 14-8-69 — DO de 21-8-69, página 7.115).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Anuidades

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou os valores para as anuidades devidas aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia pelos profissionais, firmas individuais e pessoas jurídicas sob sua jurisdição.

O pagamento das anuidades será feito até 31 de março de cada ano e seus valores sofrerão um acréscimo de 10%, a título de inflação, quando recolhidos fora deste prazo.

Nos casos de certidões, transferências, registros provisórios, registros temporários e protocolo, quando da anotação da substituição de responsabilidade técnica em obras e serviços de engenharia em geral é do profissional ou firma.

Não será permitida a cobrança da Taxa de Protocolo quando os

anos ou serviços a serem prestados pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a criação de quaisquer outros ônus, bem como alteração das denominações e valores contidos nestas normas (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 181, de 11-7-69 — DO-II de 26-8-69, página 2.229).

AGRÔNOMOS, Engenheiros e Arquitetos — Habilitação — Registro

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia autorizou os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a procederem ao registro para habilitação profissional dos diplomados por convênios culturais — (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 180, de 10-7-69 — DO-II de 26-8-69 p. 2.229).

BORRACHA CERNAMBI-IRAMA — Similitude com a Vegetal

O Conselho Nacional da Borracha decidiu incluir a borracha do tipo cernambi-irama nas atuais tabelas de preços de borrachas vegetais. A fixação do preço desse produto será efetuada tomando-se por base o último valor correspondente à sua participação nas tabelas oficiais (MIC-CNB — Resolução n.º 8, de 11-6-69 — DO de 19-8-69, p. 7.050).

BORRACHA — Equiparação de Preço

O Conselho Nacional da Borracha vegetal, tipo cernambi-cócho, ao tipo cernambi-irama, de acordo com suas zonas de produção (MIC-CNB — Resolução n.º 11, de 5-9-69 — DO de 16-9-69, p. 7.830).

BORRACHA — Importação — Pagamento da Tomba — Momento da Incidência

O Conselho Nacional da Borracha determinou que o importador do produto ficará obrigado a pagar a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB) antes do desembarco da matéria-prima (MIC-CNB — Resolução n.º 15, de 19-9-69 — DO de 29-9-69, p. 8.188).

BORRACHA — Regimento Interno do CNB — Alteração

O Conselho Nacional da Borracha, alterou o item XV do artigo 12 da Resolução n.º 1, de 1967, que aprovou o Regimento Interno, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12
XV

Parágrafo único. Os contratos celebrados pela Superintendência da Borracha, em decorrência de atos emanados de sua aprovação" (MIC — DO de 10-9-69, p. 7.677).

CAFÉ — Aquisição pelo IHC — Safra 1969-70

A Diretoria do IHC garantiu comprar, através do Banco do Brasil e a partir de 1-10-69 — a opção do vendedor — os cafés das quotas despulpado e comum da safra 1969-70 aos seguintes preços por saca de 60,5 quilos:

Quota comum: NC\$ 194,00 — tipo 6 — melhor bebida Rio-Zona e produzido nas regiões do grupo 1. NC\$ 67,70 — tipos 7 e 8 — sem discriminação de bebidas, produzido nas regiões do Grupo II

Quota despulpado: NC\$ 105,20 — tipo 4 para melhor — produzido em qualquer parte do território nacional (MIC-IHC — Resolução n.º 475, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.410).

CAFÉ — Cooperativas — Promissórias — Prorrogação

O IHC transferiu para 30-6-70 os vencimentos das promissórias dos representantes das cooperativas de cafeicultores e prorrogou até 30-10-69 a data de recebimento de pedidos previstos nos itens 6 e 2 das normas estabelecidas para o financiamento divulgado através do Comunicado n.º 29, de 1969 (MIC-IHC — Comunicado n.º 34, de 3-9-69 — DO-II de 12 de setembro de 1969, p. 2.395).

CAFÉ — Exportação — Cambiais — Safra 1969-70

A Diretoria do IHC determinou que as cambiais da exportação dos cafés da safra 1969-70 e anteriores, cujos embarques se realizarem a partir de 1-10-69, serão adquiridas pelo Banco do Brasil e demais bancos autorizados prós seguintes preços, por saca de 60,5 quilos brutos de café verde, ou equivalente em café torrado: Embarques em qualquer pórtio NC\$ 117,20, por saca, para cafés "despulpados", com as características de tipo de bebida peculiares

Embarque em qualquer pórtio NC\$ 117,20, por saca, para cafés "despulpados", com as características de tipo e bebida peculiares. Embarques em qualquer pórtio

NC\$ 106,30, por saca, para cafés do tipo 6 para melhor, bebida leanta de gosto "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Paranaguá e Antonina

NC\$ 101,00, por saca para cafés do tipo 6 para melhor bebida leanta de gosto "Rio-Zona".

Embarques pelos portos do Rio de Janeiro e Niterói

NC\$ 85,10, por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona".

Embarques pelos portos de Vitória, Salvador, Recife e Ilajá

NC\$ 77,10 por saca, para cafés do tipo 7/8 para melhor, bebida "Rio-Zona" (MIC-IHC — Resolução n.º 476, de 30-9-69 — DO-II de 9-10-69, p. 2.673).

CAFÉ — Exportação — Valores Cambiais

A Diretoria do IHC estabeleceu os preços mínimos de registro no IHC para as exportações de café verde, em grão ou correspondente em café torrado, conforme os períodos de embarque: até 30-9, de 1-10 a 30-11; e de 1 a 31-12-69. Os preços ao referem às safras 1969-70 e anteriores e variam em função dos portos de embarque do produto. De acordo com o mesmo critério, foram fixados os valores das cambiais representativas da exportação por saca de 60,5 quilos (MIC-IHC — Resolução n.º 474, de 9-9-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.409).

CAFÉ — Financiamento do BHC

O IBC comunicou às cooperativas de cafeculturas registradas em sua Divisão de Cooperativismo que estão abertas as operações de financiamento do BHC (MJC-IBC — Comunicado n.º 35, de 12-9-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.396)

CAFÉ — Registros de Exportação — Suspensão

O IBC suspendeu os registros de exportação de café a partir de 1 de outubro de 1969 (MIC-IBC — Aviso n.º de 10-10-69 — DO-II de 10-10-69, p. 2.683).

CARNE — Abastecimento — Margens de Comercialização — Brasília

O Superintendente da SUNAB autorizou seu Delegado em Brasília a fixar as margens de comercialização para o quilo dos diversos tipos de carne bovina naquela capital (MA-SUNAB — Portaria n.º 100, de 7-10-69 — DO-II de 14-10-69, p. 2.699).

Nota da Redação: A autorização foi emendada tendo em vista a Portaria n.º 76, de 1969 (ver IILA/69, p. 517).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização em Goiás

O Delegado da SUNAB, em Goiás, classificou a carne bovina de consumo naquele Estado em: — Carne extra: filé e contra-

— Carne especial: alcatra, coxão mole ou chá-de-dentro e patinho.

— Carne de 1.ª coxão duro e chá-de-fora e lagarto.

— Carne de 2.ª pá ou paleta, lombo e peixinho.

— Carne de 3.ª acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fraida ou fraidinha e cupim.

Determinou, outrossim, as margens de comercialização para o quilo do produto:

— 60% sobre o custo do traço para a carne especial.

— 40% sobre o custo do traço para a carne de 1.ª.

— 60% sobre o custo do dianteiro para a carne de 2.ª.

— 40% sobre o custo do dianteiro para a carne de 3.ª.

Em razão do percentual acima foi fixado o preço do quilo do produto para o consumidor:

	NCr\$
Filé e contrafilé	liberados
Coxão mole ou chá-de-dentro	3,20
Alcatra e patinho	3,20
Coxão duro e lagarto ..	2,80
Pá ou paleta, lombo e peixinho	2,10
Acém, capa de costela, capa de filé, peito sem osso, palmatória, músculo, fraida ou fraidinha e cupim	1,80

Os açougues ficam obrigados a manter carne de dianteiro em

quantidade suficiente ao abastecimento e a manter a tabela de preço de carne com letras de, pelo menos, três centímetros (MA-SUNAB — Portaria n.º 53, de 30 de setembro de 1969 — DO-II de 8 de outubro de 1969, p. 2.650).

Nota da Redação: O Ato foi baixado em decorrência da autorização do Superintendente da Autorarquia, constante da Portaria n.º 91, de 1969 (Ver IILA/69, página 661) e da isenção de ICM decretada pelo Governo do Estado.

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização em Goiás

O Superintendente da SUNAB autorizou o Delegado Regional do Estado de Goiás a fixar as margens de comercialização dos diversos tipos de carne bovina naquele Estado, classificados segundo as peculiaridades regionais.

A autorização constitui medida prevista na Portaria n.º 76, de 1969 (Ver IILA/69, p. 517), que estabelece princípios gerais para a comercialização do produto no território nacional (MA-SUNAB — Portaria n.º 91, de 17-9-69 — DO-II de 25-9-69, n.º 2.538).

CASTANHA-DO-BRASIL — Exportação

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil fixou os preços mínimos de venda da Castanha-do-Brasil da safra de 1969, de acordo com a seguinte tabela:

CASTANHA COM CASCA

TIPOS	Amêndoas por libra pêsos		US\$ FOB por libra pêsos		
	Nat.	Desid.	Nat.	Desid.	Polida
1 (extra large)	30-35	40-45	0,18	0,23	0,25
1 (large)	35-40	45-50	0,16	0,22	0,24
1 (weak large)	40-45	50-55	0,15	0,21	0,23
2 (extra medium)	45-50	55-60	0,14	0,20	0,22
2 (medium)	48-58	58-68	0,13	0,19	0,21
3 (small)	58 acima	—	0,13	—	—

CASTANHA SEM CASCA

TIPOS	Amêndoas p/libra pêsos	US\$ FOB p/libra pêsos
1A e 2A (tiny)	180-220	0,52
3A (midjet)	160-180	0,50
4A (small)	140-160	0,49
5A e 6A (medium)	110-130	0,48
7A (large)	90-110	0,45
8A (chipped)	—	0,43
9A (broken)	—	0,38

(UP-CACEX — comunicado n.º 273, de 25-6-69 — DO — II de 4-7-69, p. 1.743).

legislação agrícola

CRÉDITO RURAL. — Aplicações Mínimas — Sistemática

O Diretor do Banco Central do Brasil alterou a sistemática de controle das aplicações mínimas dos estabelecimentos bancários nas operações de crédito rural constantes das Resoluções n.ºs 96, de 1967, e 97 de 1968. Estas aplicações, a partir da posição levantada excepcionalmente em 5 de novembro de 1969, estarão relacionadas com a média dos depósitos da seguinte forma:

I — Em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de novembro, 5 de dezembro e 31 de dezembro;

II — Em 5 de maio, 5 e 30 de junho, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de fevereiro, 5 de março e 5 de abril;

III — Em 5 de agosto, 5 de setembro e 5 de outubro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de maio, 5 e 30 de junho;

IV — Em 5 de novembro, 5 e 31 de dezembro, com base na média do trimestre resultante das posições levantadas em 5 de agosto, 5 de setembro e 5 de outubro. As aferições das aplicações do mínimo obrigatório serão feitas mensalmente.

De acordo com a nova sistemática, o item II-8 do mapa n.º 2 passará a indicar a média das exigibilidades do trimestre-base e não o valor do percentual (10% A-4) da data considerada (MF-1301 — Circular n.º 129, de 22 de setembro de 1969 — DO-II de 26 de setembro de 1969, p. 2.549).

Nota da Redação: Foi cancelada a Circular n.º 125, de 1969, mantida, porém, os mapas números 1 e 2 ou 3 a que ela se refere, feita nas alterações alusivas à substituição do percentual pela média das exigibilidades do trimestre-base.

CRÉDITO RURAL. — Cooperativas de Produtores — Serviços Mecanizados.

O Presidente da República modificou dois dispositivos da lei que regulamentou a aplicação do crédito rural (Lei n.º 4.829, de 1965) quanto à modalidade de operação e às garantias oferecidas.

O item III do art. 11, da referida lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Crédito às cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento e aparelhamento inclusive para industrialização de quotas-partes de capital aciel, destinado a programas de investimento e outras finalidades, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar estas, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de cultivo, colheita, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva, e os gastos com melhoramentos de suas propriedades".

O art. 29, também da Lei número 4.829, passa a ter a seguinte redação:

"A critério da entidade financiadora, os bens adquiridos e as culturas cultivadas ou formadas por meio de crédito rural poderão ser vinculados ao respectivo instrumento contratual, inclusive título de crédito rural, como garantia especial.

Parágrafo único — Em qualquer caso, os bens e culturas a que se refere este artigo adiante poderão ser alienados ou gravados em favor de terceiros mediante concordância expressa da entidade financiadora".

Os benefícios previstos para o crédito rural, de acordo com a Lei n.º 4.829, são também extensivos às pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como "produtor rural", dedicam-se à pesquisa e à produção de sementes e mudas melhoradas ou à prestação, em móveis rurais, de serviços mecanizados de nutrição agrícola, inclusive de proteção do solo (Decreto-lei n.º 784, de 25-8-69 — DO de 26-8-69, página 7.237).

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL. — Atestado — Veterinário Particular

As repartições do Ministério da Agricultura poderão aceitar, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, atestados firmados por médico-veterinário, sem vínculo com o serviço público (Decreto-lei n.º 818, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.569).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL. — Certificado Fitossanitário

O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura tornou obrigatória a apresentação de certificado fitossanitário de trânsito para a entrada, no Estado do Rio de Janeiro, de partes reprodutivas das seguintes gêneros botânicos: Citrus, Poncirus, Fortunella, Evodia, Melicope Casmirina e Toddalia (MA-801 — Portaria n.º 241, de 22 de setembro de 1969 — DO de 25-9-69, p. 8.103).

ENGENHEIROS-AGRÔNOMOS — Atribuições

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia fixou as atribuições do Engenheiro-Agrônomo, entre as quais se destacam a Engenharia Rural, defesa sanitária mecanização agrícola, construção de moradias rurais e de estradas de interesse agrícola, pesquisas de matrizes de sementes, mudas e reprodutores vegetais, execução de parques e jardins, floresta-mento e reflorestamento, conservação e renovação de recursos naturais para fins agropecuários e agro-industriais, meteorologia, colonização rural, Economia e Administração Rural (MTPS-CONFEEA — Resolução n.º 184, de 29-8-69 — DO-II de 16-9-69, p. 2.407).

EXPLORAÇÃO AGROPASTORIL. — Imposto de Renda — Incentivo

Será concedida redução do imposto de renda até o limite de 80% do lucro auferido por pessoas físicas cuja atividade consista na exploração agrícola ou pastoral. O benefício também se aplica a ren-

dimentos oriundos das indústrias extrativas vegetal e animal, e da transformação dos produtos agrícolas e pecuários quando feita pelo próprio agricultor ou criador bem como da exploração de apicultura, sericultura e piscicultura. Para ter direito à redução da tributação, os beneficiários, inclusive parceiros rurais, incluirão no capítulo "C" de sua declaração de rendimentos os resultados obtidos por uma das seguintes formas: a) resultado contábil, ou escritural, quando a receita bruta no ano base for superior ao limite estabelecido pelo Ministro da Fazenda; b) resultado estimado, quando a receita for inferior a esse limite. Excepcionalmente, no exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969, poderá ser facultado às pessoas físicas declararem o resultado de suas operações independentemente de escrituração.

As empresas constituídas nos próximos dez anos, para a exploração de atividades agrícolas e pastorais, e transformação de produtos agrícolas e pecuários, gozarão dos seguintes incentivos: 1) isenção do imposto de renda no primeiro biênio; 2) 50% de redução devido no terceiro ano; 3) 25% de abatimento devido no quarto ano (Decreto-lei n.º 902, de 30-9-69 — DO de 1-10-69, p. 9.265).

FLORESTAMENTO — Projetos — Modelo-Padrão

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal instituiu um modelo-padrão para a elaboração de projetos de florestamento e reflorestamento de que trate a Lei n.º 5.106, de 1966, pelo contribuinte daquele Instituto.

O modelo-padrão será impresso e distribuído aos interessados pela Administração Central e Delegacias Estaduais do IBDF (MA-1107 — Portaria n.º 1.099, de 5-9-69 — DO-II de 3-10-69 p. 2.616).

LEITE CRU — Abastecimento — Proibição de Venda

Fica proibida, em todo o território nacional, a venda de leite cru para o consumo direto da população, exceto nas localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado.

O Ministério da Agricultura promoverá, no prazo de 60 dias, a regulamentação de tais decretos-lei, especificando as proibições e cominando penalidades (Decreto-lei n.º 923, de 10-10-69 — DO de 13-10-69, p. 8.601).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Entrepostos e Usinas no Espírito Santo.

O Superintendente da SANAN entendeu aos entrepostos, às usinas e à de beneficiamento de leite in natura sediadas no Estado do Espírito Santo a obrigatoriedade da apresentação semanal, à Delegacia Regional da Superintendência naquele Estado, de boletim referente à entrada e saída do produto.

O boletim semanal deverá ser entregue até às 17 horas de segunda-feira da semana subsequente à que se referir, sendo obriga-

tória a apresentação de declarações negativas.

O boletim deve conter:

- 1) o estoque anterior;
- 2) o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana;
- 3) o estoque do último dia da semana;
- 4) no item "saída", as quantidades distribuídas para consumo da população e as destinadas à industrialização.

(MA-SUNAB — Portaria n.º 87, de 29-8-69 — DO-II de 4-9-69, p. 2.287)

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Criação

Será criada pelo Executivo Federal a Fundação Museu do Café, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e fóro na Cidade de Campinas, em São Paulo, com a finalidade de documentar a história do café, bem como as técnicas empregadas nas diversas fases de sua produção, beneficiamento e comercialização (Decreto-lei n.º 777, de 20-8-69 — DO de 21-8-69, p. 7.098).

MUSEU DO CAFÉ — Fundação — Estatutos

Aprovados os estatutos da Fundação Museu do Café, compreendendo a discriminação dos seus órgãos constitutivos, as funções de seus dirigentes, composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como o regime financeiro da entidade (Decreto n.º 45.194, de 19-9-69 — DO de 22-9-69, p. 7.977).

PEIXE — Abastecimento — Margens de Comercialização na Bahia

O Superintendente da SUNAB autorizou ao Delegado da Autarquia na Bahia a fixar as margens de comercialização para a venda do peixe fresco e congelado, eviscerado ou não (MA-SUNAB — Portaria n.º 96, de 29-9-69 — DO-II de 6-10-69, p. 2.630).

PESCA — Arrasto de Portas — Estado do Rio

O Superintendente da SUEPE proibiu o emprêgo de arrasto de portas ou pelo sistema de paralelas em áreas costeiras no Estado do Rio de Janeiro, em profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos maiores de 5 toneladas de carga (MA-SUEPE — Portaria n.º 330, de 3-9-69 — DO-II de 15-9-69, p. 2.398).

PESCA — Arrasto de Portas — Proibição — Santa Catarina

O Superintendente da SUEPE proibiu o emprêgo de arrasto de portas, mesmo pelo sistema de paralelas, em áreas costeiras de Santa Catarina, de profundidades inferiores a 15 metros, aos barcos de mais de 5 toneladas de carga (MA-SUEPE — Portaria n.º 309, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Bagre — Proibição — Rio Grande do Sul

O Superintendente da SUEPE proibiu a pesca e venda de bagre de qualquer espécie no Estado do Rio Grande do Sul entre 1.º de

janeiro e 31 de março de cada ano; obrigou os estabelecimentos que industrializam e comercializam o pescado a apresentarem, durante o período de proibição até 31 de dezembro de cada ano, ao Serviço do Acôrdio de Pesca e demais autoridades competentes, seus estoques de bagre para serem liberados, total ou parcialmente, mediante fornecimento de Guia de Trânsito pelos portos de Ilscilização do Serviço do Acôrdio; e fixou em 30 cm o tamanho menor do bagre para pesca no Estado (MA-SUEPE — Portaria n.º 305, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Camarão Sete Barras — Proibição — Sta. Catarina

O Superintendente da SUEPE proibiu, no Estado de Santa Catarina, a pesca do Camarão Sete Barras com uso de rédes tipo arrasto de portas que tenham mais de 12 metros de comprimento na tralha permitindo o emprêgo de uma réde por embarcação de pesca (MA-SUEPE — Portaria n.º 307, de 22-8-69 — DO-II de 27-8-69, p. 2.234).

PESCA — Convenção — Conservação do Atum do Atlântico

O presidente da República promulgou a Convenção Internacional para a conservação do atum e almas do Atlântico, aprovada pelo Decreto-lei n.º 478, de 1969 (Decreto n.º 65.026, de 20-8-69, DO de 22-8-69, p. 7.151).

PESCA — Pescador Profissional — Renovação de Autorização

O Superintendente da SUEPE decidiu que todo pescador profissional deverá renovar anualmente a autorização concedida pelo órgão. Essa renovação será efetuada pelas Inspetorias Estaduais da SUEPE mediante a apresentação pelo interessado, de sua Caderneta de Inserção Pessoal (MA-SUEPE — Portaria n.º 296, de 12-8-69 — DO-II de 19-8-69, p. 2.173).

PESCA — Proibição — São Paulo

O Superintendente da SUEPE proibiu a pesca nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) represamento de Limoeiro, Euclides da Cunha e Graminha, no Rio Pardo, Município de nomes idênticos;

b) postos de piscicultura de Varginha e Pedreira, nos Municípios de São Bernardo do Campo e Santo Amaro.

A proibição também se aplica às distâncias menores de mil metros à junção e 500 metros a montante de tôdas as barragens, salios e escadas para peixes (MA-SUEPE — Portaria n.º 339, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PESCA — Taxa — Amadores — São Paulo

O Superintendente da SUEPE determinou a cobrança de taxa no valor de 1/10 do salário-mínimo vigente em Brasília para a pesca exercida por amadores, com linha de mão, canção simples e puaçã, nas seguintes localidades do Estado de São Paulo:

a) Represa de Barra Bonita e de Bariri, no rio Tietê, localizadas nos Municípios do mesmo nome;

b) Barragem de Dama Luana Nogueira Gorcez, no rio Paranaapanema, Município de Santo Grande;

c) Pôsto de Americana, rio Atibá, Município de Americana;

d) Cocheira de Emas, Município de Piracununga;

e) Barragem de Jupitã, e represa de Ilhu Solteira, no Alto Paraná;

f) Represa de Xavantes, rio Paranaapanema, Município de Xavantes;

g) Represa de Jurumirim, rio Paranaapanema, Município de Pirajú;

h) Barragem de Ibitinga, rio Tietê, Município de Ibitinga;

i) Barragem de Promissão, rio Tietê, Município de Promissão;

j) Barragem de Santa Branca, Município de Santa Branca (MA-SUEPE — Portaria n.º 340, de 11-9-69 — DO-II de 24-9-69, p. 2.469).

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL — Regulamento

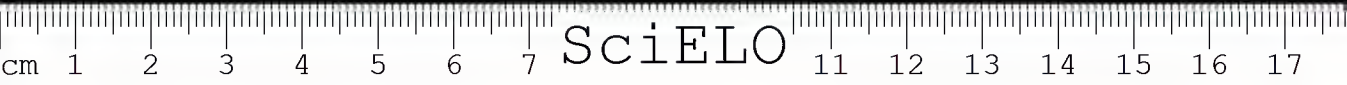
Aprovado o Regulamento da Previdência Social Rural que transforma em segurados obrigatórios do sistema, filiados ao INPS, os trabalhadores de empresas produtoras e fornecedoras de cana-de-açúcar, os salaristas e os empregados e organizações, embora não constituídas sob forma de empresa, mas que utilizem aquela mão-de-obra. Os beneficiários terão direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, e a seus dependentes será garantido o recebimento de auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pensão por morte. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural prestará assistência médica aos segurados e dependentes.

As contribuições do segurado serão calculadas inicialmente na base de 4% do salário-mínimo regional. As empresas terão de recolher quantia igual à devida por seus empregados do setor rural e 2% do salário-mínimo regional por empregado, para custeio das prestações decorrentes de acidente de trabalho. A empresa abrangida pelo Plano Básico fica dispensada, com relação a seu setor rural, de qualquer outra contribuição para a Previdência Social, para o FUNIURAL ou para fim análogo (Decreto n.º 65.106, de 5-9-69 — DO de 8-9-69, p. 7.573).

REFLORESTAMENTO — Exportação — Pinho — Alteração

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal alterou a Portaria n.º 107, de 1967, que trata da participação das empresas no quadro de exportadores de madeira de pinho, dando a seguinte redação ao art. 7.º:

"As empresas que excederem, com os seus reflorestamentos, as exigências mínimas requeridas para assegurar a sua participação no quadro de exportadores de madeira de pinho, terão computados os excedentes com o objetivo de aumentar os seus percentuais, a contar de 1-1-69 na relação no fator de alocação representada pelas médias resultantes dos índices apurados na conformida-



legislação agrícola

de do que estabelece a Resolução n.º 50 de 1969, do CONCEX. A fim de permitir a divulgação prévia dos percentuais de reforestamento, as empresas exportadoras deverão apresentar até 30 de novembro de 1969 os projetos técnicos relativos às obrigações de florestas; caso contrário, ficarão sujeitas ao cancelamento do registro e à suspensão da atribuição dos contingentes exportáveis (MA-IBDF — Portaria n.º 1.076, de 25-8-69 — DO-II de 12-9-69, p. 2.3681).

REFLORESTAMENTO — Prazo para Projetos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou a data de 30-11-69 como prazo máximo para entrega dos projetos de florestamento e/ou reforestamento de que trata a Lei n.º 5.106, de 1966 (MA-IBDF — Portaria n.º 1.132 de 26-9-69 — DO-II de 8-10-69, p. 2.6491).

TRABALHADOR E EMPREGADOR RURAL — Sindicatos — Enquadramento

Para efeito de enquadramento sindical, foi fixada a conceituação de trabalhador e empregador rural, bem como definidos os critérios da contribuição sindical rural. Por trabalhador rural entende-se: a) pessoa jurídica que presta serviços a empregador rural, mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, proprietário ou não, trabalhe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros. Empregador rural considera-se: 1) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende a qualquer título atividade econômica rural; 2) quem, mesmo em regime de economia familiar, e ainda que sem empregado, explora área que exceda o módulo rural ou outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho.

A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais, tomando-se por base um dia do salário-mínimo regional por módulo e fração contidos no imóvel rural objeto do lançamento. O IRRF incidirá a partir de 1970, do lançamento e cobrança daquele imposto (Decreto-lei n.º 789, de 26-8-69 — DO de 27-8-69, p. 7.274).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Encargo — Preço

O Superintendente da SUNAH alterou o preço do trigo de produção nacional quando vendido em sacos de primeiro e segundo uso, autorizando um aumento de, respectivamente, NCr\$ 0,80 e NCr\$ 0,55 sobre o preço da cereal a granel na quantidade de 60kg. Pela Portaria n.º 80, de 1969 (Ver III.A/69, p. 555), o acréscimo do preço do produto era de NCr\$ 1,00, se acondicionado com saco de primeiro uso, e de NCr\$ 0,80, se acondicionado com o de segundo uso

(MA-SUNAH — Portaria n.º 83, de 28-8-69 — DO-II de 4-9-69, p. 2.287).

TRIGO NACIONAL — Abastecimento — Safra 1969/70 — Preço

O Superintendente da SUNAH fixou os preços do trigo de produção nacional a ser adquirido, integralmente, pelo Governo através do lance até 30-1-70, bem como os preços de entrega do produto aos moinhos para industrialização.

É a seguinte a tabela dos preços a serem pagos aos triticultores:

Péso p/hectolitro	Preço (NCR\$ 60 kg)
84	28,62
83	28,35
82	28,08
81	27,81
80	27,54
79	27,27
78 (básico)	27,00
77	26,73
76	26,46
75	26,19
74	25,92
73	25,65
72	25,38
71	25,11
70	24,84
69	24,30
68	23,76
67	23,22
66	22,68
65	22,14

Esses preços referem-se a 60 quilos de trigo a granel, são e limpo, com grau de umidade de 13%. O trigo com grau de umidade até 14% terá o preço ditado de NCr\$ 0,35 em cada 60kg e o que tiver mais de 14% até 15% sofrerá o desconto de NCr\$ 0,70 em cada 60kg, dedução essa a ser efetuada da parcela no ato da compra.

O trigo será entregue aos moinhos para industrialização, nos locais de estocagem, mediante faturamento aos preços abaixo indicados, por tonelada métrica a granel (exclusiva ICM).

Péso p/hectolitro	Preço (NCR\$/t)
78	335,00
77	331,65
76	328,30
75	325,95
74	321,60
73	318,25
72	314,90
71	311,55
70	308,20
69	304,85
68	301,50
67	298,15
66	294,80
65	291,45

O preço de venda ao moinho será acrescido das despesas portuárias abaixo discriminadas, por Estado:

Rio Grande do Sul ..	NCr\$ 6,00/t
Santa Catarina	NCr\$ 9,00/t
Paraná	NCr\$ 9,00/t

(MA-SUNAH — Portaria n.º 80, de 14-8-69 — DO-II de 15-8-69, p. 2.157)

Nota da Redação: Os preços do trigo em grão nacional ora fixados, substituem aqueles estabelecidos pela Portaria n.º 938, de 1968 (Ver III.A/68, p.

228) revogada pela presente portaria.

ESTADO DA GUANABARA

AGRICULTURA — Produtividade — Tabela de Pontos

O Secretário de Agricultura introduziu modificações na tabela de pontos para julgamento em 1969, dos candidatos inscritos na Categoria de Produtividade Classe D, estabelecida pela Lei n.º 584, de 1964:

II — Categoria de Produtividade

Classe D — Aos criadores que apresentarem maior produção de ovos, por lote, base de 500 aves,

ITENS	Pontos máximos por item
a) Número de ovos produzidos em percentagem	60
b) Péso médio dos ovos coletados	20
c) Limpeza dos ovos na coleta	10
d) Uniformidade	8
e) Características da raça	2
TOTAL	100

Escala de pontos para preenchimento da tabela:

	Pontos
a) Número de ovos produzidos em percentagem:	
I — 70% ou mais	60
II — cada 1% para menos, deduzir	0,8
b) Péso médio dos ovos coletados:	
I — 60 gramas ou mais ..	20
II — até 55 gramas	15
III — até 50 gramas	10
IV — menos de 50 gramas	0
c) Limpeza dos ovos na coleta:	
I — 100% limpos	10
II — até 95% limpos	5
III — menos de 90% limpos	0
d) Uniformidade	8
e) Característica da raça	2

(MA-NAH — Portaria "E" n.º 2, de 22-8-69, DO-III de 5-9-69, p. 15.271)

FEIRAS-LIVRES — Suspensão de Matrícula de Petrantes

O Secretário da Agricultura suspendeu a concessão de novas matrículas de feirantes, a partir de 25-9-69, e o funcionamento dos cantinhões de produtor nas cabeceiras das feiras-livres, a partir de janeiro de 1970 (SA-III — Portaria "E" n.º 4 de 24-9-69 — DO-III de 2-10-69, p. 16.661).

ESTADO DE SAO PAULO

CAFÉ CRU — ICM — Saldos

O Coordenador da Administração Tributária alterou as bases de cálculo do ICM para as vendas de café cru, enquadrando-as neste esquema:

I — Saldos para o Exterior — De 10 a 30 de setembro de 1969, NCr\$ 93,34 por saca. A partir de 1º de outubro, NCr\$ 104,00;

2 — Saídas para outros Estados — De 10 a 30 de setembro, NCr\$.. 17,00. A partir de 1.º de outubro NCr\$ 94,00.

3 — Saídas para industrialização — Com destino direto às indústrias de nível localizadas em São Paulo ou em outros Estados. Nestes casos a base de cálculo será o valor da operação, na forma prevista no Regulamento do ICM. Sempre que houver alterações nos valores das cambiais representativas de exportação ou nos preços de garantia fixados pelo IIC, as bases de cálculo serão modificadas na mesma proporção.

Quanto aos cafés oriundos de outros Estados, os créditos do ICM admente serão admitidos até o valor dos respectivos preços de garantia, salvo quando se trata de cafés procedentes de outros Estados acobertados por certificados de origem emitidos até 31-3-69, em relação aos quais serão aceitos os créditos constantes dos respectivos certificados.

Nas saídas do território paulista e quando o produto destinado à exportação deixe o País através de porto de outro Estado, a base de cálculo será igual à estabelecida para as saídas diretas com destino no exterior.

Os contribuintes que houverem recolhido o ICM de 10 a 18 de setembro de 1969, em desacordo

com estas normas, poderão pagar as respectivas diferenças, até 30-9-69, sem multas ou quaisquer acréscimos (SP-CAT — Portaria n.º 2, de 17-9-69 — DO-SIº de 18-9-69, p. 14).

CITRICULTURA — Comemoração — Calendário

O Governador instituiu o Dia do Citricultor, que será comemorado anualmente na 2.ª segunda-feira do mês de junho, na Estação Experimental de Limeira — Município de Cordeirópolis (Decreto n.º de 22-8-69 — DO-SIº de 26-8-69 p. 4).

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL — Cancro Citrico — Incineração

O Instituto Biológico proibiu, até segunda ordem, a formação de novos viveiros e o cultivo de qualquer planta citrica, nos Municípios de Darcena e Junqueirópolis, e saída de mudas, galhos, frutas, sementes e folhas de quaisquer tipos de plantas, determinando ao mesmo tempo, a incineração das existentes em viveiros, pomares ou quintais nas zonas rurais e urbanas (SA-111 — Portaria n.º 65 de 26-9-69 — DO-SIº de 30-9-69, p. 22).

SEMENTES — Certificação

O Secretário da Agricultura regulamentou a certificação de se-

mentes, definiu as suas finalidades e estabeleceu que a certificação será exercida através do órgão específico do Departamento de Assistência Supletiva e das Divisões Regionais Agrícolas (SA-GH — Resolução a/n.º, de 20-8-69 — DO-SIº de 21-8-69, p.13).

SERICULTURA — Amoreira — Ovos de Sirgoes — Preço

O Secretário da Agricultura aprovou a nova tabela de preços para a venda de ovos de sirgoes, estacas e mudas de amoreira pelo Serviço de Sericultura:

Ovos de sirgoes	NCR\$
Criadores em geral	0,50 o grama
Fora do Estado ..	0,75 o grama
Mudas e estacas	
Estacas comuns ...	2,00 o cento
Mudas enraizadas ..	10,00 o cento
Mudas enxertadas ..	30,00 o cento

Os preços de estacas e mudas, para fora do Estado, ficam majorados em 50%.

O pedido de estacas e mudas não podem ser inferior a 500 (SA-GH — Resolução n.º 2, de 30-9-69 — DO-SIº de 1-10-69, p. 30)

“A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

NOVEMBRO 1899

Mais uma árvore que produz cêra, N.D.R.; O crédito agrícola na França, de Antônio de Medeiros; Prosperidade do Estado da Bahia, Antônio de Medeiros; A Escola Primária e a Lavoura, G.V.; Transcrições: A Seleção e os seus efeitos sobre as plantas cultivadas, por Henry L. Vilmorin, tradução do Dr. G. Vert; O Lavrador, Boletim do Club Agrícola do Alto do Iimbó, N.D.R.; Ensino Agrícola, A cultura da amoreira no Japão, G.V.; Duas plantas oleaginosas, G.V.; Conferências: Apicultura, Resumo das conferências realizadas pelo Dr. Germano Vert; Necrologia: Crônicas Agrícolas; Variedades: Liceu de Pototas; Fibra de Ananás; As folhas de tomates; Uma fazenda de cobras; Os tetos de folhas de zinco; Os falsificadores e a legislação na Idade Média; Uma nova saída para a mandioca; Lavoura mecânica; Melhoramentos na preparação do café em grãos; Farinha de bananas.

DEZEMBRO

Campos de demonstração G. V.; Uma visita ao Engenho Central do Capim em Urural (Campos—RJ), Dr. Ad. Morales de Los Rios; Transcrições; A Seleção e os efeitos sobre as plantas cultivadas, por Henry L. Vilmorin, tradução do Dr. G. Vert (conclusão); Propaganda do café, Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho; Sociedade Agrícola Pastoral do Rio Grande do Sul; Conferências: Resumo da conferência realizada na Sociedade, Carlos Kastrup; Ensino Agrícola, Alinda as batatas Ingêlsas, G.V. Subsolamento, G. V.; Crônicas Agrícolas; Variedades: Cultura do trigo no Brasil; O Capim Limão; Vasilha de ferro para o álcool; Destruição da cuscuta, ou cipó-humano; Resistência das videiras americanas; Agrônomos regionais nas colônias portuguesas; Novo concorrente no mercado do café.



SciELO



SciELO



